

XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística
Nacional da Associação Portuguesa de Linguística XX Encontro
Associação Portuguesa de Linguística XX Encontro Nacional da
Portuguesa de Linguística XX Encontro Nacional da Associação
Linguística XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de
XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística XX Encontro
Nacional da Associação Portuguesa de Linguística XX Encontro
Nacional da Associação Portuguesa de Linguística XX Encontro Nacional da
Associação Portuguesa de Linguística XX Encontro Nacional da Associação
Portuguesa de Linguística XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de
Linguística XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística
XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística XX Encontro
Nacional da Associação Portuguesa de Linguística XX Encontro Nacional da
Associação Portuguesa de Linguística XX Encontro Nacional da Associação
Portuguesa de Linguística XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de
Linguística XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística

**Actas
do
XX Encontro Nacional
da Associação Portuguesa de Linguística**

Actas
do
XX Encontro Nacional
da Associação Portuguesa de Linguística

(Lisboa, 13, 14 e 15 de Outubro de 2004)

Organização
Inês Duarte
Isabel Leiria

Lisboa
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA
2005

Título *Actas do XX Encontro Nacional
da Associação Portuguesa de Linguística*

Organização Inês Duarte e Isabel Leiria

Execução gráfica Colibri Artes Gráficas

Depósito legal n.º 170 391/01

Tiragem 500 exemplares

Lisboa Setembro de 2005

Nota Prévía

Este volume reúne os textos das comunicações apresentadas no XX Encontro Nacional da APL, encontro comemorativo dos 20 anos da fundação da Associação Portuguesa de Linguística, que se realizou, em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, nos dias 13, 14 e 15 de Outubro do ano de 2004.

O volume está organizado de acordo com as várias secções do Encontro. Abre o volume a conferência plenária proferida por Isabel Hub Faria, seguem-se-lhe as mesas-redondas, as comunicações coordenadas e as comunicações livres. As três mesas-redondas e as duas séries de comunicações coordenadas estão no volume pela ordem por que tiveram lugar no Encontro. As diferentes intervenções, dentro de cada uma delas, estão ordenadas do seguinte modo: em primeiro lugar, o texto da introdução do organizador ou do coordenador e, em seguida, os textos dos participantes, pela ordem por que intervieram. As comunicações livres estão ordenadas pela ordem alfabética do apelido do primeiro autor.

Os textos publicados contêm as versões entregues pelos autores após a realização do Encontro. O texto da conferência plenária inaugural, *Modelling the time course of syntactic change*, proferida por Anthony Kroch, não foi disponibilizado pelo autor, o que a Direcção da APL deplora.

A Direcção da APL agradece à Comissão Científica do Encontro a avaliação das propostas de comunicação submetidas pelos candidatos. Agradece também às entidades que apoiaram o Encontro e a publicação destas Actas: Fundação Calouste Gulbenkian, Instituto Camões, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e o Barclays Bank.

A Direcção da APL

CONFERÊNCIA PLENÁRIA

Da linguagem humana ao processamento humano da linguagem

Isabel Hub Faria

DLGR, Onset-CEL, Laboratório de Psicolinguística, FLUL

20 anos, já?!

Permita-se a interrogação exclamativa: 20 anos não quer dizer a mesma coisa para quem tem 25 ou 40 ou 55, como é o meu caso.

Quando penso que 20 anos são pouco mais do que 50% do meu tempo total de 'exposição' à Linguística, não posso evitar a constatação, algo paradoxal, de que o tempo 'passou a correr', ao mesmo tempo que 'levou muito tempo a passar'.

Mas, rentabilizando este paradoxo, os 50% do 'antes da APL' e os 50% do 'depois' permitem-me jogar com vários marcos que a tipologia de este espaço me consente.

Não se assustem, não tenciono descrever passo a passo o meu percurso. Esse é um procedimento a que a carreira académica ciclicamente nos obriga. Prefiro, em vez disso, fazer uso da 'flexibilidade' que a nossa comunidade generosamente costuma admitir a quem tem 'mais idade'. Vou, por isso, permitir-me pousar os pés ora num lado, ora noutro, e desfrutar, no ensejo de festejo e em cada um dos diferentes pontos onde me passe a situar, de perspectivas diferentes para um mesmo intervalo de tempo.

Há cerca de 40 anos atrás, havia em Portugal 3 Universidades, 3 cursos de Filologia – Românica, Germânica e Clássica –, algumas (duas, três?) bibliotecas da área, 2 laboratórios de Fonética, um centro de investigação – o Centro de Estudos Filológicos. Os primeiros programas de cadeiras a ousarem 'falar' de Linguística Teórica datam do final dos anos 60. As primeiras teses de licenciatura e de doutoramento 'descaradamente' teóricas datam do início dos anos 70.

Das tímidas e controversas cadeiras aos mais recentes cursos de Linguística, do Centro de Estudos Filológicos ao Centro de Linguística da Universidade de Lisboa que conhecemos hoje, dos antigos grupos e áreas aos novos departamentos, dos projectos individuais aos projectos colectivos, dos projectos colectivos à fundação de associações e à criação de mais e mais unidades de investigação, das graduações às pós-graduações, da insistência e consistência intradisciplinar à disponibilidade da busca de relações entre saberes, das fronteiras nacionais aos espaços internacionais, vai afinal um intervalo de tempo de cerca de 40 anos.

Ficaram para trás as máquinas de escrever, as calculadoras, os gravadores de fita magnética, as publicações a *stencil*, os projectores de slides, a investigação de papel e lápis, os cartões perfurados dos computadores de primeira geração.

De facto, esta representação mental de que ‘o tempo passou a correr’ resulta de um esforço de síntese de reconhecimento actual sobre um enorme conjunto de factos. Mas, para que todas as transformações pudessem ter lugar, convém reconhecer que o tempo levou mesmo muito tempo a passar.

No final destes primeiros 20 anos da APL, os sócios, todos eles, todos nós, viveram e vivem, quiseram e querem mais transformações. A APL está viva e de boa saúde. A APL tem bons motivos para comemorar.

PARABÊNS APL!

E aqui fica uma prenda para os linguistas:

AS PALAVRAS

São como um cristal,
as palavras.
Algumas, um punhal,
um incêndio.
Outras,
orvalho apenas.

Secretas vêm, cheias de memória.
Inseguras navegam;
barcos ou beijos,
as águas estremeçam.

Desamparadas, inocentes,
leves.

Tecidas são de luz
e são a noite.
E mesmo pálidas
verdes paraísos lembram ainda.

Quem as escuta? Quem
as recolhe, assim,
cruéis, desfeitas,
nas suas conchas puras?

Eugénio de Andrade, *5 Poemas*
Porto: Campo das Letras, 1997

A questão da especificidade da Linguagem Humana

O reconhecimento da especificidade da linguagem humana tem, nos últimos cinquenta anos, envolvido duas vertentes.

Por um lado, o desenvolvimento da perspectiva cognitiva subjacente à construção teórica do conceito de ‘faculdade de linguagem’, conceito proposto por Chomsky, nos anos 50, enquanto componente interna da mente/cérebro humanos que levou, no campo específico da Linguística, à formulação, ao desenvolvimento e à reformulação de diversos modelos teóricos. No âmbito mais alargado das Ciências Cognitivas, com destaque para a Inteligência Artificial e para a Psicologia Cognitiva, o mesmo conceito levou à busca de modelos de processamento do que tem sido designado como ‘processamento de linguagem natural’.

Por outro lado, o desenvolvimento de estudos empíricos na área da Biologia genética e evolucionista tem vindo a apresentar evidência substancial que permite comparar e distinguir a evolução da linguagem na espécie humana das linguagens presentes noutras espécies. Tais resultados têm levado a antever uma progressiva integração da Linguística na Biologia: “All human populations communicate by means of language and all spoken languages appear to show similar complexity. From this and the close connection between language and other cognitive facilities, it follows that the human language faculty must be seen as a part of human biology and not solely part of human culture.” (Stumpf, 2001).

A questão do que constitui, de facto, a ‘faculdade de linguagem’, de quem a possui e de como evoluiu tem vindo, sucessivamente, a ser objecto de revisões, quer a nível da sua formulação teórica, sobretudo no que toca aos humanos, quer a nível da crescente disponibilização de dados empíricos sobre o que pode considerar-se como uma ‘faculdade de linguagem de espécies não-humanas’.

A título de exemplo, e seguindo muito de perto o artigo de Hauser, Chomsky e Fitch (2002), iremos passar em revista algumas das questões que, segundo estes autores, têm vindo a ser alvo de abordagens empíricas tendentes à compreensão da evolução da ‘faculdade de linguagem’, nos humanos e noutras espécies.

Em primeiro lugar, a questão da imitação vocal e da invenção. Reconhece-se que a imitação é uma componente necessária da capacidade humana para adquirir um léxico partilhado e arbitrário que é central para o desenvolvimento da capacidade de linguagem, e a capacidade de imitação é um requisito lato da faculdade de linguagem, enquanto sistema de comunicação. Contudo, a imitação e a aprendizagem não são especificamente humanas. Os autores referem estudos de ensino de canto com pássaros, análises de dialectos vocais nas baleias, imitação espontânea, pelos golfinhos, de sons artificialmente criados.

Em segundo lugar, os autores focam a questão da neurofisiologia dos sistemas de acção-percepção. Apesar de macacos e humanos possuírem, no córtex pré-motor, os chamados ‘neurónios-espelho’ que respondem quer quando um indivíduo age de determinada maneira quer quando o mesmo indivíduo observa alguém a executar o

mesmo acto, estes neurónios não são suficientes para desencadear a imitação nos macacos, como durante muito tempo se presumiu. Premack (2004) observa, aliás, que enquanto muitas espécies têm capacidade para imitar a escolha de um objecto (alvo da acção) por um dado modelo, a imitação da acção motora percebida é rara em animais não-humanos. Boulanger et Nazir (2004) lembram, a este respeito, que a observação de acções que podem ser executadas pelo observador envolve um mecanismo de ‘ressonância’ que permite mapear directamente uma acção percebida numa representação motora interna dessa mesma acção. Nos humanos, a imitação automática de acções elementares tais como gestos manuais e faciais tem sido observada em crianças com apenas alguns dias de vida (Meltzoff and Moore, 1977). Também a Teoria Motora da Percepção da Fala proposta por Liberman, Cooper, Shankweiler & Studdert-Kennedy (1967) fundamenta o seu postulado primordial na relação estreita entre percepção e produção, sugerindo que os ouvintes recorrem ao conhecimento da articulação/produção de sons ou de sequências para a sua percepção.

Em terceiro lugar, os autores referem a questão da capacidade de discriminação dos padrões de sons da fala e referem que algumas espécies apresentam capacidade para discriminar sons da fala humana, usando formantes como pistas discriminadoras (estudos sobre o condicionamento operante do efeito prototípico de magnete em macacos e em estorninhos).

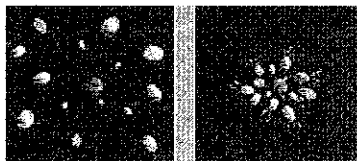


Fig. 1 – Efeito de Magnete

O efeito perceptivo de magnete (Kuhl 1991 e 1993, por ex.) sugere que a categoria protótipo (categoria mais central, o melhor exemplar da categoria), funciona como um magnete. Uma vogal, por exemplo, pode atrair outros exemplares de vogais, aumentando, deste modo, a semelhança entre a categoria magnete e os outros membros mais periféricos da categoria. Os dados que registam a presença do efeito prototípico de magnete em macacos e em estorninhos apresentam evidência da percepção categorial mas, também da capacidade de discriminar entre exemplares prototípicos de diferentes fonemas. Também, na ausência de treino, primatas não humanos conseguem discriminar frases pertencentes a duas línguas diferentes, com base nas diferenças rítmicas entre elas.

Em quarto lugar, é abordada a questão da biomecânica da produção de sons. Os autores lembram que pássaros e primatas não-humanos percebem e produzem formantes nas vocalizações específicas das respectivas espécies. Alguns estudos têm vindo a pôr em questão a especificidade para a linguagem do tracto vocal humano e da

descida da laringe na nossa espécie, com base em evidência de que outras espécies de mamíferos também apresentam descida da laringe. De facto, não tendo tais espécies capacidade de produção de fala, esta modificação anatómica, que tem um papel importante na produção da fala dos humanos, pode não ter evoluído, afinal, em função da fala.

Em quinto lugar, os autores focam a questão das modalidades de produção e de percepção da linguagem, lembrando que só os humanos podem perder uma das modalidades (por exemplo, a audição) e conseguir ultrapassar esse déficit comunicando com competência noutra modalidade (a gestual). Acentuamos aqui o contraste na modalidade, uma vez que, em termos de complexidade gramatical, se pode considerar a linguagem gestual equivalente à linguagem verbal. Existe, portanto, percepção intermodal e linguagem gestual nos humanos, e comunicação unimodal nas outras espécies.

Em sexto lugar, os autores fazem referência à Teoria da Mente (*Theory of Mind*) e à atribuição de estados mentais. A Teoria da Mente tem como objecto o desenvolvimento, ao longo do tempo, da compreensão que se tem da ‘mente’ dos outros e de si próprio. Aspectos ainda recentemente focados por Jill de Villiers (2004) revelam que as crianças têm conhecimento das ‘intenções’ (ou actos intencionais) dos outros, antes mesmo de começarem a falar e que, quando dão os primeiros passos, são capazes de compreender que os desejos dos outros são diferentes dos seus, mesmo não tendo forma de o expressar verbalmente. Nas crianças, o entendimento de que os outros têm ‘intenções’ situa-se entre os seis meses e os dois anos de idade. Entre os dois anos e meio e os quatro, a criança compreende que os outros têm ‘desejos’ e, num intervalo que vai dos três anos e meio aos cinco, o processo culmina com a compreensão daquilo que os outros pensam ou acreditam – ‘crenças’ (beliefs). Segundo de Villiers, a meta de uma Teoria da Mente ‘madura’ corresponde a ser capaz de compreender que os outros podem ter crenças falsas (false beliefs) e ser, no entanto, capaz de representar o ‘conteúdo’ dessas crenças. Contudo, para que tal aconteça, segundo de Villiers, a compreensão das crenças dos outros (e certamente a sua representação) deverá estar estreitamente ligada ao desenvolvimento da linguagem, uma vez que a representação linguística do conteúdo das crenças obriga à utilização da sintaxe complexa. Uma frase como ‘O homem que o cão mordeu fugiu’ importa o controle da estrutura relativa que, por sua vez, comporta uma quebra da ordem cronológica dos acontecimentos – primeiro o cão mordeu o homem, depois o homem fugiu’. Uma declarativa complexa que descreve uma ‘crença’ do tipo “A Joana acha que o homem que o cão mordeu fugiu” ocorrerá sempre na última fase descrita por de Villiers. Estudos recentes sugerem, no entanto, que os chimpanzés possuem uma teoria da mente rudimentar, reconhecendo o acto perceptivo de ‘ver’ como uma aproximação ao estado mental de ‘conhecer’.

Em sétimo lugar, é focada a questão dos sinais vocais referenciais, lembrando os autores a existência de estudos de vocalizações de primatas que revelam a sua utilização para a designação de predadores, de alimentos e de relações sociais.

Em oitavo lugar, relativamente à questão da imitação enquanto sistema intencional e racional, referenciam-se estudos comparativos de chimpanzés e de crianças que sugerem que só as crianças vêem intencionalidade na acção, daí extraindo intenção racional não observada.

Finalmente, sobre a questão do controlo voluntário sobre a produção de sinal enquanto evidência de uma comunicação intencional, os autores revelam a existência de estudos comparativos que exploram a relação entre a produção de sinal e a composição social da audiência.

Todos estes aspectos apresentam fundamentação para a posição de continuidade entre humanos e não humanos, em termos de uma faculdade de linguagem alargada a várias espécies. A incorporação destes conhecimentos obriga, mais uma vez, à reformulação teórica da ‘faculdade humana da linguagem’ por oposição à simples designação de ‘faculdade de linguagem’, uma vez que humanos e não humanos apresentam capacidades de aquisição e de uso comunicativo de linguagens.

Hauser, Chomsky e Fitch (2002) propõem a distinção entre o que designam de *Faculty of Language Broad* (FLB), Faculdade de Linguagem Alargada, e *Faculty of Language Narrow* (FLN), Faculdade de Linguagem Estrita.

Segundo os autores, a Faculdade de Linguagem Alargada (FLB) inclui um sistema sensorio-motor, um sistema conceptual-intencional e mecanismos computacionais de recursividade que asseguram a geração de um número infinito de expressões a partir de um conjunto finito de elementos.

Os mesmos autores defendem a ideia de que a Faculdade de Linguagem Estrita (FLN) inclui apenas um tipo de computação – a recursividade – e que será esta componente a única exclusivamente humana da faculdade de linguagem.

A FLB inclui, assim, um sistema computacional interno (FLN) que interage com, pelo menos, outros dois sistemas internos, o sensorio-motor e o conceptual-intencional.

Esta capacidade biológica estrita, exclusiva dos humanos, explica, segundo os autores, a aquisição de qualquer língua natural sem que, para tal, necessitem recorrer a instrução explícita. Por essa mesma razão, os autores excluem da faculdade de linguagem outros sistemas internos tais como a memória, e outros tais como a respiração, a circulação, etc., que os mesmos autores consideram necessários mas não suficientes para a linguagem.

Tal como é caracterizada em Hauser, Chomsky and Fitch (2002), a faculdade humana da linguagem parece organizar-se como um código genético – é hierarquizada, generativa, recursiva e, eventualmente, ilimitada com respeito ao seu potencial de expressão.

Aceitemos que a capacidade de linguagem estritamente humana (FLN) consiste, então e apenas, num sistema computacional linguístico abstracto que é independente de outros sistemas com que, no entanto, interage e estabelece interfaces.

Registe-se, no entanto, uma observação feita pelos autores de que a recursividade é um tipo de computação utilizado igualmente fora do âmbito da comunicação linguística (nas relações numéricas, nas relações sociais ou na navegação, por exemplo), facto que os leva a colocarem a hipótese de que, afinal, a Faculdade de Linguagem Estrita dos humanos possa ter evoluído, na espécie, por outras razões que não apenas as da linguagem.

Independentemente de aceitarmos ou não a totalidade destes pressupostos teóricos, é notório que alguns deles aparecem como assumidos, na generalidade, por muitos dos linguistas.

Em particular,

- a) que a capacidade para a linguagem tem bases biológicas (ou neurobiológicas) e apresenta evoluções distintas nas várias espécies (posição sustentada a partir da investigação empírica na área da genética);
- b) que essa capacidade envolve um mecanismo computacional que actua sobre dados de um *input* complexo que não é apresentado como instrução explícita (perspectiva que tem base na evidência fornecida por dados da aquisição da linguagem);
- c) que esse mecanismo computacional interage com outros sistemas e aparelhos e que, dessa interacção, depende o maior ou menor grau de sucesso, ou mesmo de insucesso, na utilização de uma qualquer língua materna (com base em evidência fornecida pela observação da existência de perturbações da produção em falantes normais – das simples disfunções aos lapsos da língua, por exemplo, e pelo estudo dos desvios na produção e compreensão da linguagem associados a situações ou estados patológicos).

Como consequência da aceitação generalizada destes pressupostos, ficamos na posse de instrumentos teóricos e empíricos com capacidade de explicar, por um lado, como se desenvolve o processo de aquisição de uma primeira língua e, por outro, como um mecanismo computacional, cíclico e automático, torna possível, não só a geração de expressões nunca antes ouvidas ou produzidas, como o faz em fracções muito reduzidas de tempo real.

Não me parece evidente, contudo, que os mesmos pressupostos possam explicar de igual forma como se processa a aquisição de uma língua natural não materna, ou sejam capazes de naturalmente identificar quais os procedimentos que permitem, a um falante nativo não perturbado, a produção de frases que, na comunidade falante nativa em que se insere, possam ser ambíguas e, consequentemente, objecto de interpretações diferenciadas.

Estas questões, entre outras, revelam a necessidade de se observar e ter em conta procedimentos que, a par da assumida faculdade humana da linguagem, possam contribuir para o esclarecimento dos mecanismos que se encontram igualmente ao dispor do ser humano para reformular, corrigir, sintonizar ou desviar a sua própria produção verbal. As mesmas questões apontam, também, para a importância de se observar como e até que ponto o conhecimento linguístico, desencadeado por uma faculdade comum à espécie, se encontra ou não partilhado numa mesma comunidade de falantes nativos, sujeitos que são a variação e mudança, no espaço e no tempo. Do mesmo tipo de questões, sobressai, ainda, a necessidade de se observar e, se possível, identificar mecanismos ditos externos à faculdade de linguagem que, ainda que externos, podem agir selectiva e restritivamente sobre a produção e sobre a compreensão da linguagem.

Na presença de tais questões, parece-me positivo associar a perspectiva do 'processamento humano da linguagem' ao estudo da linguagem humana, apostando no seu relacionamento sinérgico com a faculdade da linguagem, seja no sentido estrito, seja no alargado.

A investigação no âmbito do processamento humano da linguagem, ao colocar o foco nos mecanismos intervenientes no reconhecimento e na compreensão (isto é, da recepção sensorial à interpretação que tem lugar no cérebro) pode tornar mais claro o papel desempenhado pela capacidade computacional estrita dos seres humanos.

Considero que o estudo do processamento humano da linguagem se constitui como uma área de interesse da Linguística e, ainda que se defina, em si mesmo, como prática teórica e experimental necessariamente interdisciplinar e multidisciplinar, a aposta no estudo do processamento humano da linguagem pode, na fase actual do conhecimento, interagir produtivamente com o trabalho mais intradisciplinar e modular da Teoria da Gramática. Na coordenação interdisciplinar a que o estudo do processamento humano obriga, se ganha o relacionamento da Linguística com áreas que vão da Biologia Genética, da Psicologia e da Neurociência Cognitiva, à Sociologia, e à Antropologia. É um desafio.

Todos reconhecemos que é importante distinguir entre questões que se prendem com as computações subjacentes ao sistema de comunicação e questões relativas à linguagem enquanto sistema de comunicação. Mas é igualmente importante lembrar que algumas das questões relativas à comunicação entre falantes se situam precisamente nas interfaces entre sistema sensorio-motor e computação, ou entre sistema conceptual e computação. Por outro lado, vale a pena lembrar que o sistema de comunicação só funciona na integração adequada da informação sensorio-motora, conceptual e computacional, e isto mesmo que se opte por excluir, do horizonte imediato, outros tipos de interacção com outros sistemas, nomeadamente o sociocultural.

Resumindo, sou a favor da consideração de uma faculdade de linguagem alargada que inclua uma faculdade computacional estrita especificamente humana, e acredito num modelo de processamento que incorpore essa faculdade que, sendo automática, em parte ou na totalidade, se revela em tempo real. Ao fim e ao cabo, o ser humano não pode constituir-se apenas como metáfora de si próprio.

O que a investigação e os meios tecnológicos hoje disponíveis revelam acerca do processamento humano da linguagem

Os indicadores que têm surgido das operações cognitivas que têm lugar no cérebro situam-se fundamentalmente nos domínios do tempo e do espaço.

Os tempos de reacção constituíram, e constituem, indicação do grau de complexidade de um dado estímulo, da complexidade das suas propriedades, da complexidade das operações cognitivas implicadas no seu processamento. A tomada de tempos de reacção (ou tempos de resposta) como indicador pressupõe a existência de uma correlação positiva: quanto mais complexos forem os estímulos, mais tempo levarão a processar. O mesmo se aplica ao conjunto de operações e à actividade cognitiva necessários ao seu processamento. Esta constatação tem levado, ao longo dos anos, à análise detalhada dos estímulos a apresentar, ou à sua caracterização hipotética teoricamente sustentada, e à observação das operações que, em sequência ou em simultâneo, são necessárias para os processar.

A Psicologia Cognitiva e a Psicolinguística têm, deste modo, com base numa unidade que herdaram da análise de comportamentos, desenvolvido o conhecimento sobre percepção, atenção, memória, raciocínio mas, também, sobre como estes sistemas se encontram relacionados com a percepção, a compreensão e a produção de linguagem verbal (modalidade acústico-articulatória) e de linguagem gestual (modalidade visuo-espacial).

Na partilha de interesses com a Inteligência Artificial, cujo alvo se encontra no processamento automático não-humano da informação, surgem modelos hipotéticos de acesso ao léxico, de reconhecimento de palavras, de interpretação de frases que comportam desafios quanto à explicação de como o ser humano processa a linguagem. A químera da tradução automática revela, no entanto, que os procedimentos seguidos pelas máquinas estão muito longe dos envolvidos no processamento humano, nomeadamente pelo tempo utilizado para a realização das operações tidas como necessárias.

No entanto, alguns dos modelos elaborados no âmbito da Ciência Cognitiva revelam alguns dos procedimentos utilizados pelos humanos. A distinção entre processamento ascendente ou descendente (*bottom-up* e *top-down*) torna-se operacional, por exemplo, para observação de como se faz a integração de conhecimento na interpretação da leitura; o contraste entre processamento on-line e off-line permite distinguir, na interpretação de frases, em situações de *garden-path* ou de alteração da ordem básica de constituintes, os locais (ou os constituintes) que, nas sequências apresentadas como estímulo, constituem pistas para o processamento.

A investigação de cariz cognitivo tem vindo a apresentar evidência acerca do processamento humano, caracterizando níveis e tipos de processamento, analisando os processos implicados no reconhecimento de padrões, no acesso ao léxico, no reconhecimento de palavras, na interpretação de sequências, de frases, de texto e de discurso, contribuindo para distinguir entre o que é e o que não é automático no processamento humano da linguagem. Preserva-se, assim, a relação produtiva da Linguística no âmbito da Ciência Cognitiva.

Sabemos, presentemente, muito mais sobre a relação entre linguagem e mente e, sobretudo, sabemos actualmente muito mais sobre como construir desenhos experimentais, sobre a operacionalização de estímulos, sobre a complexidade das tarefas, sobre as operações mentais que as acompanham, sobre métodos quantitativos de tratamento de dados, sobre modelos matemáticos aplicados à linguagem humana.

Tudo isto, no entanto, tem suporte em indicadores temporais, onde se incluem os tempos de reacção, que apenas indiciam, indirectamente, o que se está a passar na mente humana. Na realidade, o tempo que leva a processar uma frase não é ele próprio nem a respectiva frase nem as operações envolvidas no seu processamento. Esta natureza de indicação indirecta do que se está a passar na mente quando se fala, quando se ouve, quando se vê, quando se lê, etc., tem encontrado algumas resistências, nomeadamente naqueles para quem a análise estatística dos dados não parece constituir evidência suficiente. E é importante lembrar que métodos um pouco menos indirectos de registo de comportamentos, como os de registo do movimento dos olhos durante o

processamento de estímulos (*eyetracking*) ou técnicas electroencefalográficas, como as de registo de potenciais evocados, recorrem igualmente a análises estatísticas sofisticadas para a interpretação dos dados obtidos.

Não é pois de admirar o sucesso (e uma certa popularidade) que a introdução de meios e de técnicas de observação mais directa da actividade cerebral no desempenho de tarefas tem vindo a obter. Tais meios, vieram a colocar a Neurologia no centro das atenções, sobretudo quando, nos últimos trinta anos, uma ligação entre Neurociência e Ciência Cognitiva deu lugar a nova área de estudo que constitui a Neurociência Cognitiva.

Esta nova área de estudo tende a produzir uma abordagem mais integrada e abrangente da relação mente/cérebro, utilizando novos métodos de recolha de imagens que permitem o estudo do cérebro humano em vida, o que anteriormente não era possível. Além disso, a própria tecnologia coloca a dimensão 'espaço' (o espaço onde o processamento de um dado estímulo desencadeia actividade cerebral) na situação experimental. A relação mente-cérebro é, deste modo, tornada visível por técnicas que vão da Tomografia Axial Computorizada (TAC), à Tomografia por Emissão de Positrões (PET), à Ressonância Magnética ou à Ressonância Magnética Funcional (fMR).

Não vou aqui falar de cada uma das técnicas de imageologia utilizadas, uma vez que o meu objectivo é chamar a atenção para o facto de, quer no recurso a estes meios, quer na utilização de meios eléctricos como os de registo de Potenciais Evocados, ser crucial a utilização controlada dos estímulos o que, necessariamente, implica a sua caracterização rigorosa, enquanto objecto linguístico.

Pegando no livro bem conhecido de Posner e Raichle recentemente traduzido para português (Posner e Raichle, 2001), encontramos, por exemplo, imagens que revelam as existência de regiões cerebrais de processamento de operações distintas: dizer, ouvir, ver e criar palavras (Posner e Raichle, 2001, pg.125). Ora, na perspectiva do linguista, ainda que o objectivo seja tentar identificar quais as áreas cerebrais especializadas em cada uma destas actividades, um estímulo tão geral como 'palavras' é opaco, por ausência de discriminação entre 'tipos de palavras', porque cobre e encobre a possível pertença ora a classes abertas ora a classes fechadas, bem como a formação e as propriedades internas dos estímulos, a sua funcionalidade, etc. Ou seja, um estímulo como 'palavras' só é complexo por não ser operacionalmente (linguisticamente) controlado, deixando assim por identificar e por interpretar uma diversidade de factores de variação.

De facto, só a utilização de estímulos controlados leva ao controlo do conhecimento que se ganha com a visibilidade. Estímulos mais controlados, mesmo envolvendo mais do que um sistema e operações entre sistemas, podem facilitar a visibilidade quer das áreas activadas quer dos percursos activados para o seu processamento, informação que importa registar ao longo do espaço e do tempo.

A definição de estímulos mais controlados, sendo disponibilizada pela Teoria da Gramática, constitui uma hipótese teórica forte que, uma vez operacionalizada no âmbito da Neurociência Cognitiva, pode vir a obter evidência empírica para testar o próprio modelo de gramática. Por outro lado, a sua conciliação operacional com

modelos cognitivos, a nível da experimentação, contribui para uma verificação empírica mais alargada dos vários sistemas implicados no processamento humano.

Na tentativa de demonstrar a inevitabilidade da contribuição da Linguística para estas áreas multidisciplinares, passarei, a título de exemplo, a mencionar sucintamente alguns dos trabalhos já publicados neste ano de 2004. Esta pequeníssima e diversa amostra inclui resultados relativos à produção de narrativas, à categorização semântica, ao processamento espacial com frases de representação do movimento, ao processamento do género gramatical, ao processamento prosódico, ao efeito da aprendizagem categorial, ao processamento em bilingues, à interpretação de frases com disfluências e *garden-path* e, finalmente, ao processamento de dependências a longa distância.

A maior parte da investigação que recorre a imagens cerebrais mantém o interesse nas redes de interacção entre regiões cerebrais que medeiam a realização sensorio-motora e as tarefas cognitivas, incluindo as associadas ao processamento da linguagem.

Presentemente, alguns investigadores defendem a posição de que a investigação neurobiológica da compreensão deve ser feita em contexto de uso. Esta é a posição de Small e Nusbaum (2004), que consideram que a imagiologia cerebral permite investigar mecanismos neuronais que respondem a informação contextual multimodal, permitindo observar a riqueza da actividade neuronal interactiva durante o comportamento linguístico real. Esta abordagem defende a análise da activação entre redes mais do que a observação de regiões localizadas específicas. Os autores acreditam que um desenho de eventos hierarquizados pode prover os instrumentos necessários e que a combinação de imagens naturalistas dependentes do contexto, com a monitorização dos comportamentos naturais, novos desenhos experimentais e a análise de redes, pode levar a novas perspectivas da relação linguagem e cérebro.

A neuroimagiologia funcional, com especial referência à PET e à fMRI, fornece dados que permitem aceder a interacções funcionais entre regiões. Utilizando a PET, Horwitz e Braun (2004), por exemplo, demonstraram que áreas perissilvicas anteriores e posteriores, tradicionalmente ligadas à linguagem, apresentam uma conexão funcional mais forte durante a produção espontânea de narrativas do que durante outras tarefas menos complexas de produção linguística.

Em tarefas de categorização semântica e de decisão lexical a partir de estímulos que utilizam palavras, pseudo-palavras e imagens, Bright, Moss e Tyler (2004) observam, com base em estudos de registos de PET, que é revelada activação cerebral semântica comum a palavras e imagens, a par de activações específicas das palavras e de activações específicas das imagens. Estes resultados são consistentes com a consideração de um sistema unitário de representações semânticas, hierarquicamente estruturado, tanto para a modalidade verbal como para a modalidade visual, implicando as regiões anteriores do córtex temporal inferior.

Recorrendo a fMRI, Wallentin e col. (2004) comparam frases com significado espacial concreto com frases com significado abstracto. O estudo revela a existência de um efeito produzido pelo marco espacial concreto. As frases que envolvem movimento num dado contexto topográfico, quando ligadas a sujeitos gramaticais com nomes

animados, apresentam maior activação numa rede bilateral posterior, cujas áreas já se tinham revelado, em estudos prévios, como envolvidas em tarefas de navegação mental, de processamento de imagens com informação topográfica e de memória espacial. Pelo seu lado, as frases abstractas activam uma rede extensamente lateralizada à esquerda, cobrindo áreas normalmente activadas para a compreensão da semântica complexa, tal como narrativas. Estes resultados permitem considerar que a compreensão de conteúdos espaciais se faz a partir de regiões cerebrais envolvidas no processamento espacial não linguístico.

Igualmente de interesse são os estudos de Huber e col. (2004) sobre o processamento do género gramatical vs. género natural, revelando que, quer o processamento do género natural, quer o processamento do género gramatical, envolvem a área de Broca. Palavras com e sem sufixo de género parecem incluir, simultaneamente, processamento gramatical e conceptual, uma vez que ambas levam à activação das regiões anterior e posterior da área de Broca.

No que toca a prosódia da fala, estudos realizados por Gandour e col (2004) revelam que esta não é processada nem numa só região nem num só hemisfério, implicando, sim, diversas áreas numa rede distribuída pelos dois hemisférios. Em tarefas de discriminação de tom em enunciados de uma só sílaba, em Inglês e Chinês, revela-se o aumento da activação bilateral em regiões frontais e parietais e na área motora, para o grupo do Inglês. Segundo os mesmos autores, a lateralização das representações prosódicas é influenciada pelo grau de experiência na língua que molda a representação prosódica interna a partir do sinal auditivo externo. Em ambas as línguas, a percepção prosódica é mediada pelo hemisfério direito em primeiro lugar, mas é lateralizada à esquerda em regiões dependentes de tarefas, quando o processamento da linguagem é necessário para além da análise auditiva do som complexo.

Outros estudos sobre o processamento da informação prosódica em indivíduos com lesões cerebrais têm também apontado para especialização hemisférica da prosódia, atribuindo ao hemisfério direito o processamento de prosódia afectiva/emocional e ao hemisfério esquerdo o processamento da prosódia de base gramatical.

Finalmente, também através de estudos que utilizam a fMRI, foi possível registar mudanças na actividade cerebral em função da aprendizagem categorial. Little e col. (2004) observaram que as modificações comportamentais que ocorreram como resultado de treino levaram a um aumento da adequação da resposta e ao encurtamento dos tempos de resposta. A fMRI revela o aumento do volume de activação distribuída nas redes já conhecidas de processamento visuo-espacial. As regiões afectadas pela aprendizagem são as que habitualmente se encontram envolvidas no planeamento e execução dos movimentos dos olhos, o campo suplementar da visão, o da atenção espacial e o do processamento visual. Observa-se a redução dos volumes de activação, à medida que o treino se faz, desde a fase inicial 'naïve' até ao 3º dia de treino. Segundo os autores, estes dados constituem evidência para a existência de um mecanismo de aprendizagem de reforço de conexões de uma dada rede pré-existente, em detrimento de um mecanismo que selecciona redes diferentes.

No que toca o processamento da linguagem em bilingues, Marian e al. (2003) encontram evidência convergente entre a utilização de aparelhos de registo do movimento dos olhos (*eyetracking*) e de imagiologia cerebral. Os estudos de *eyetracking* sugerem que, em fases iniciais de reconhecimento de palavras, os bilingues podem activar as duas línguas em paralelo, mesmo quando o *input* linguístico directo é de uma só língua (resultados que vêm ao encontro de modelos desenvolvidos por Levelt e colegas). Com a obtenção de imagens funcionais, apesar de as mesmas estruturas se encontrarem activas para ambas as línguas, foram encontradas algumas diferenças no seu interior, entre línguas e entre níveis de processamento, tendo sido observado que os centros de activação se encontravam associados ao processamento da primeira língua e não ao processamento da 2ª língua. Os autores sugerem que, quer a activação paralela (encontrada através do registo do movimento dos olhos), quer as estruturas corticais partilhadas (encontradas através de fMRI) podem ser características de fases iniciais de processamento de linguagem (por exemplo, o processamento fonético), mas que as duas línguas parecem utilizar estruturas separadas em fases finais de processamento (por exemplo, no processamento lexical).

Focando a relação entre memória e linguagem, Ullman (2004) compara o modelo cognitivo que distingue entre memória declarativa e memória procedimental com modelos neurocognitivos de linguagem e encontra evidência empírica a favor do modelo declarativo/procedimental. Segundo ele, o léxico mental constituído por conhecimento específico das palavras memorizadas depende, em grande parte, dos substratos dos lobos temporais da memória declarativa, implicados no armazenamento e no uso do conhecimento de factos e eventos. Por outro lado, a gramática mental, que assegura a combinação de itens lexicais em representações complexas, depende de um sistema neural distinto, composto por uma rede de estruturas frontais, parietais e do cerebelo, implicado na memória procedimental que está na base da aprendizagem e execução motora e de capacidades cognitivas, com especial referência para as que envolvem sequências.

Um estudo recente de fMRI, referenciado por Ullman, da autoria de Opitz e Friederici (ainda em publicação), examina a aquisição de uma língua artificial por adultos. O estudo revela que, durante a primeira fase de aquisição (com baixa proficiência), o processamento sintáctico envolve o hipocampo e áreas corticais do lobo temporal. A activação nestes estruturas cerebrais diminui ao longo da situação experimental, à medida que a proficiência aumenta, e enquanto aumenta igualmente a activação da área de Broca. Ullman considera que estes resultados sugerem a existência de uma mudança do sistema declarativo para o procedimental, durante a aprendizagem de uma segunda língua.

Também no campo da compreensão, Fernanda Ferreira e Bailey (2004) consideram que as teorias de compreensão de linguagem humana devem também incorporar explicações mecanicistas de como as pessoas compreendem, por exemplo, frases com disfluências. A partir do modelo baseado num formalismo computacional, designado por Tree-Adjoining Grammar (TAG), os autores dão conta de fenómenos como reformulações (*repairs*) e frases *garden-path*.

Finalmente, uma última referência ao trabalho de Angela Friederici (2004) que, a propósito de um artigo de Fitch e Hauser (2004) sobre processamento sintáctico em primatas não humanos capazes de aprender gramáticas de estados finitos, vem ratificar a posição por eles defendida de que só os humanos têm a faculdade de processar gramáticas sintagmáticas de estruturas hierárquicas.

Friederici (2004) mostra que a área de Broca é activada de uma forma óbvia quando são processadas dependências a longa distância e estruturas hierárquicas como as transformações. Friederici identifica, por um lado, locais de activação obtidos em estudos sobre hierarquias e transformações a longa distância e, por outro, os locais de activação de violações estruturais locais.

Que fazer com tanta informação que nos abre tantas janelas e nos deixa com tantas portas por abrir?

Como rentabilizar todo este conhecimento em tantas áreas que dele poderiam tirar partido, no plano científico, social, educacional? Na forma como se encara o ensino explícito da língua materna e das línguas não-maternas? Na relação entre áreas de conhecimento? No desenvolvimento de estratégias de compreensão e de produção?

Vejo com dificuldade a incorporação deste conhecimento, a curto prazo, até mesmo a sua divulgação a um público mais directamente interessado. Mas, mesmo que tal constitua um só ponto num horizonte longínquo, o contacto com estes dados e algum investimento interdisciplinar e multidisciplinar poderá progressivamente criar, pelo menos para alguns investigadores em Linguística e em Psicolinguística, as bases de uma ponte entre o estudo da linguagem humana e o estudo do processamento humano da linguagem. Tal ponte certamente contribuiria para a sustentação e reformulação pública do papel social da Linguística, com foco especial no plano da educação explícita, campo de onde, por razões a que não são alheios poderes políticos pouco sabedores, os linguistas têm sido, ao longo de demasiados anos, arredados.

Na verdade, sempre que se fala de insucesso na disciplina de Língua Portuguesa, quando os professores de matemática identificam como principal causa de insucesso a dificuldade de interpretação dos enunciados de problemas que os alunos são supostos resolver, quando se alerta para a dificuldade de leitura e de interpretação do que se lê, na escola mas também fora dela, os sistemas de educação postos em causa reclamam eficiência imediata por parte dos professores de Português e criam comissões de ‘especialistas’ para a reformulação de programas. Os linguistas têm tido dificuldade em fazer passar as suas mensagens aos decisores políticos que, sustentando, embora, a importância da entrada de novas tecnologias de informação nas escolas, não ousam sequer questionar-se acerca de como a informação oral e escrita é processada, acostumados que estão a considerar a língua mais como património cultural do que como um objecto biologicamente programado, e para quem a gramática se resume ao conjunto de regras normativas que, mesmo descontextualizadas e incorporadas a custo, deverão deixar o falante escolarizado a “falar tão bem como se escrevesse”.

Penso que, nesta situação, cabe aos linguistas e aos psicolinguistas darem um passo decisivo na articulação entre linguagem e processos cognitivos, rentabilizando o trabalho desenvolvido na Teoria da Gramática, perspectivando-o de uma forma menos intradisciplinar no âmbito do conhecimento. Na relação possível da linguagem com outros sistemas cognitivos envolvidos na atenção, na memória e, até, na emoção, é possível desenvolver trabalho susceptível de ser aplicado ao desenvolvimento explícito da compreensão e da produção, oral e escrita, e da interpretação da leitura.

Há pouco mais de uma semana, estava eu a finalizar a versão escrita desta conferência, chegou-me às mãos, directamente de Juiz de Fora, o nº 10 da revista *Veredas*, dedicado a 'linguagem e cognição'. Nele fui encontrar um artigo de Letícia Sicuro Corrêa que, segundo as suas próprias palavras, partindo do Programa Minimalista e da proposta de introdução de condições de legibilidade nas interfaces da língua com sistemas de desempenho, apresenta a perspectiva de como um modelo de língua pode ser compatível com modelos de compreensão e de produção.

Apenas a uns dias da realização deste encontro da APL, após ter partilhado as minhas dúvidas com as duas pessoas que comigo trabalham, a Isabel Falé e a Maria Armada Costa, a quem agradeço agora, acreditem que foi muito agradável saber que, do outro lado do Atlântico, alguém partilha, em português, as mesmas convicções.

Deixo-vos com um pequeno excerto do *Poema à Duração*, de Peter Handke, que traduz bem o meu actual estado de espírito:

...
 ouvi, ao voltar atrás, aquela outra voz
 que há um quarto de século,
 no silêncio nocturno de um bairro periférico de Graz,
 do limite distante da longa rua direita e vazia,
 igualmente solícita, como se descesse lá do alto, veio ao meu encontro,
 e consegui definir nessa altura o sentimento da duração
 como um acontecimento do acto de escutar,
 do acto de compreender.
 ...

Peter Handke, *Poema à Duração*, Trad. de José A. Palma Caetano,
 Lisboa: Assirio & Alvim, 2002

Referências Bibliográficas

- BOULANGER, Véronique and Tatjana Nazir (2004) On concepts and language.
<http://www.interdisciplines.org/coevolution/papers/10>
 BRIGHT, P., H. Moss and L. K. Tyler (2004) Unitary vs multiple semantics: PET studies of word and picture processing. *Brain and Language* 89, pp. 417-432.

- CORRÊA, Leticia M. S. (2002) Explorando a relação entre língua e cognição na interface: o conceito de interpretabilidade e as suas implicações para teorias do processamento e da aquisição da linguagem. *Veredas, revista de estudos linguísticos* 6, pp. 113-129.
- DE VILLIERS, Jill (2004) Why language first? <http://www.interdisciplines.org/coevolution/papers/5>
- DE VILLIERS, Jill G. and Peter A. de Villiers (2003) Language for thought: Coming to understand false beliefs. In D. Gentner and S. Goldin-Meadow (eds) *Language in Mind: Advances in the Study of Language and Cognition*. MIT Press.
- FERREIRA, Fernanda and Karl G. D. Bailey (2004) Disfluencies and human language comprehension. *Trends in Cognitive Sciences* 8 (5).
- FRIEDERICI, Angela D. (2004) Processing local transitions versus long-distance syntactic hierarchies. *Trends in Cognitive Sciences* 8 (6).
- GANDOUR, Jackson, Yunxia Tong, Donald Wong, Thomas Talavage, Mario Dzemidzic, Yisheng Xu, Xiaojian Li, and Mark Lowe (2004) Hemispheric roles in the perception of speech prosody. *NeuroImage* 23, pp. 344-357.
- HAUSER, Marc D., Noam Chomsky, W. Tecumseh Fitch (2002) The faculty of language: What is it, who has it, and how did it evolve? *Science* 298, pp. 1569-1579.
- HEIM, St. B. Opitz and A. D. Friederici (2002) Broca's area in the human brain is involved in the selection of grammatical gender for language production: evidence from event-related functional magnetic resonance imaging. *Neuroscience Letters* 328, pp. 101-104.
- HEIM, St. B. Opitz and A. D. Friederici (2003) Distributed cortical networks for syntax processing: Broca's area as the common denominator. *Brain and Language* 85, pp. 402-408.
- HEIM, St. B. Opitz and A. D. Friederici (2003) Phonological processing during language production: fMRI evidence for a shared production-comprehension network. *Cognitive Brain Research* 16, pp. 285-296.
- HORWITZ, Barry and Allen R. Braun (2004) Brain network interactions in auditory, visual and linguistic processing. *Brain and Language* 89, pp. 377-384.
- HUBER, WALTER, MARION GRANDE, VERENA HENDRICH, FRANK KASTRAU, FRANCESCA LONGONI (2004) Natural versus grammatical gender: An fMRI study on lexical processing in the human brain. *Brain and Language* 91, pp. 195-196.
- KUHL, Patricia K. (1991) Human adults and human infants show a 'perceptual magnet effect' for the prototypes of speech categories, monkeys do not. *Percept Psychophys*. 50, pp.93-107.
- KUHL, Patricia K. (1993) Innate predispositions and the effects of experience in speech perception: The native language magnet theory. In B. de Boysson-Bardies, S. de Schonen, P. Jusczyk, P. McNeilage and J. Morton (eds) *Development Neurocognition: Speech and face Processing in the First Year of Life*. Dordrecht, The Netherlands: Kluwer Academic Press, pp.259-274.
- LIBERMAN, A. M., Cooper, F. S., Shankweiler, D. P., & Studdert-Kennedy. 1967. Perception of the speech code. *Psychological Review*, 74: 431-461.

- LITTLE, Deborah M., Raymond Klein, Donna M. Shobatz, Erik D. McClure, Keith R. Thulborn (2004) Changing patterns of brain activation during category learning revealed by functional MRI. *Cognitive Brain Research* 22, pp. 84-93.
- MARIAN, Viorica, Michael Spivey, and Joy Hirsch (2003) Shared and separate systems in bilingual language processing: Converging evidence from eye-tracking and brain imaging. *Brain and Language* 86, pp. 70-82.
- MELTZOFF, A. N. and M.K. Moore (1977) Imitation of facial and manual gestures by human neonates. *Science* 198, pp. 75-78.
- OPITZ, Bertram and Angela D. Friederici (2003) Interactions of the hippocampal system and the prefrontal cortex in learning language-like rules. *NeuroImage* 19, pp. 1730-1737.
- POSNER, Michael I. e Marcus E. Raichle (2001) *Imagens da Mente*. Porto: Porto Editora.
- PREMACK, David, Ann Premack (2004) Education for the prepared mind. *Cognitive Development* 19, pp. 537-549.
- SMALL, Steven L. and Howard C. Nusbaum (2004) On the neurobiological investigation of language understanding in context. *Brain and Language* 89, pp. 300-311.
- STUMPF, Michael P. H. (2001) Language's place in nature. *Trends in Ecology & Evolution* 16 (9).
- ULLMAN, Michael T. (2004) Contributions of memory circuits to language: the declarative/procedural model. *Cognition* 92, pp. 231-270.
- WALLENTIN, Mikkel, Svend Östergaard, Torben Ellegaard Lund, Leif Östergaard, Andreas Roepstorff (2004) Concrete spatial language: See what I mean? *Brain and Language* 92, pp. 221-233.

MESAS-REDONDAS

MESA-REDONDA

Neologia de importação no português europeu:
desafios e medidas a tomar

Organizadoras:
Margarita Correia e Ana Mineiro

MESA-REDONDA

Neologia de importação no português europeu: desafios e medidas a tomar

Introdução

Margarita Correia e Ana Mineiro
FLUL / ILTEC / AIT e FCT / ILTEC / AIT

No mundo globalizado em que vivemos, o contacto de línguas é um facto incontornável. Uma das manifestações desse contacto é o fenómeno de transferência de unidades lexicais de uma língua para outra. Se é certo que essa transferência é significativa no que respeita às unidades da língua corrente, não é menos certo que, ao nível das linguagens de especialidade, o contexto político e económico mundial, no quadro da globalização, é responsável pela transferência de inúmeros termos científicos e técnicos de línguas faladas em estados de maior poderio económico e, conseqüentemente, também científico e tecnológico, para línguas de estados menos poderosos. Dada a posição ocupada actualmente por Portugal e pelos países lusófonos no contexto internacional, a entrada de empréstimos, particularmente da língua inglesa, no português é, nos dias que correm, portanto, inevitável.

A discussão sobre a integração de empréstimos no português é, a par da discussão das questões ortográficas, uma das mais acesas discussões em Portugal, levada a cabo, frequentemente, de forma inflamada, pouco reflectida e cientificamente pouco informada, como ficou bem evidenciado quando da publicação do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, vulgarmente conhecido como o “Dicionário da Academia”, em 2001, que procedeu à introdução na sua nomenclatura de inúmeros empréstimos, propondo em muitos casos o seu aporuguesamento ou o seu decalque.

Carecemos, portanto, de uma discussão serena e informada, razão pela qual propusemos a realização desta mesa-redonda para o *XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, com o objectivo de discutir a integração de palavras importadas no Português Europeu, tendo em vista a determinação de critérios a adoptar nessa integração. As questões debatidas nesta mesa-redonda e as suas conclusões serão incorporadas nos trabalhos do projecto *ONP – Observatório de Neologia do Português*, que tem como um dos seus objectivos a produção de propostas de integração dos neologismos de importação para o português.

Serão questões a discutir nesta mesa-redonda as seguintes:

- a) É necessário regular a entrada de neologismos de importação? Se sim, porquê?
- b) Quem deveria proceder a essa regulação: a Academia das Ciências de Lisboa? As Universidades? Outra instituição?
- c) Deverá proceder-se do mesmo modo em relação a palavras da língua corrente e em relação a termos científicos e técnicos?
- d) Deverá haver concertação entre organismos representantes de diferentes países de língua oficial portuguesa nas tarefas de harmonização de palavras importadas?
- e) Quais os critérios para harmonizar as palavras importadas e como pô-los em prática? Que adaptações (fonéticas, morfológicas, ortográficas, semânticas) deverão sofrer as unidades lexicais importadas em nome da defesa da língua?
- f) O que foi feito e como foi feita essa regulação noutras línguas românicas, tais como o galego ou o francês?

Para a discussão destes temas, convidámos as individualidades em seguida apresentadas, cuja presença muito agradecemos:

- João Malaca Casteleiro, professor catedrático do Departamento de Linguística Geral e Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e director do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Academia das Ciências de Lisboa, no âmbito do qual foi realizado o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, já referido;
- Manuel González González, professor catedrático da Universidade de Santiago de Compostela, membro da Real Academia Galega e presidente do Termigal;
- Jean-François Sablayrolles, maître de conférences da Universidade de Paris 7 – Denis Diderot, que tem desenvolvido toda a sua actividade de investigação no domínio da neologia, particularmente a de língua corrente, encontrando-se, neste momento, a coordenar a instalação do Observatório de Neologia do Francês e a representar esta língua no âmbito do projecto NeoRom (Neologia das Línguas Românicas);
- Almerinda Evangelista e Gonçalo Nuno Ferreira, respectivamente da Direcção de Informação, Desenvolvimento e Inovação e do Serviço de Normalização, do Instituto Português da Qualidade, entidade responsável em Portugal pela normalização, designadamente a normalização terminológica;
- António J. Lavouras Lopes, docente do Ensino Secundário, durante vários anos colaborador da Academia das Ciências de Lisboa na área do recenseamento de neologia e, actualmente, doutorando na área da Sociolinguística, a desenvolver investigação no domínio da integração das palavras importadas em Portugal.

As intervenções dos convidados, com excepção da de João Malaca Casteleiro, serão apresentadas pela ordem por que foram anteriormente mencionados.

Intervenção de Manuel González González

Quixera agradecer, antes de nada, a Margarita Correia e a Ana Mineiro o convite que me fixeron para participar neste encontro da APL e, en particular, nesta mesa redonda sobre un tema coma o da neoloxía, tan actual pero tan complexo, sobre o que existen visións distintas, ás veces mesmamente antagónicas. E, dado que non estamos sobrados de tempo, paso xa a expoñer brevemente as miñas ideas sobre os puntos de reflexión que a coordinadora da mesa nos suxeriu.

A. É necesario regular a entrada de neologismos de importación? Se sim, porquê?

Rotundamente SI. Existen linguas especialmente produtoras de terminoloxía e linguas receptoras. A medida que entran novos obxectos e novos conceptos entran tamén voces doutras linguas que os designan. A incorporación de voces espurias pódese aceptar, pero dentro de certos límites, dentro da capacidade de dixerir que ten unha lingua. Como norma, eu diría que a entrada indiscriminada e incontrolada de neologismos de importación non é desexable por distintas razóns:

- a) Porque se tendería á uniformidade léxica. Alguén pode pensar que este camiño cara á uniformidade léxica é o que se debe seguir, xa que isto tería a vantaxe de facilitar a intercomprensión entre as linguas, polo menos nas chamadas linguas de especialidade. Pero unha política deste signo encerra un serio perigo: atentaría tamén a longo prazo contra a preservación da identidade das linguas. Este perigo é máis grave cando se trata de termos incorporados masivamente de linguas próximas entre si, e convértese nun problema case de supervivencia naqueles casos en que hai unha relación social de dependencia da lingua receptora con respecto á lingua exportadora.
- b) Ademais non podemos esquecer que, en contra do que se di sobre a arbitrariedade do signo, esta non é absoluta: as novas denominacións responden case sempre a algunha razón, e por debaixo delas adoita estar unha maneira particular de ver o mundo; visión propia do mundo que se desvirtúa cando admitimos o estranxeirismo de maneira indiscriminada. Se queremos preservar a personalidade das nosas linguas, debemos tratar de dar resposta con voz propia ás necesidades denominativas e expresivas da nova sociedade, e particularmente do mundo da ciencia, da técnica e das actividades especializadas.
- c) A incorporación masiva de voces foráneas presenta tamén a miúdo problemas no plano fonético e morfolóxico das linguas receptoras, que debemos tratar de evitar na medida do posible. Calquera falante dunha lingua coma o galego, o portugués ou o castelán recoñece que voces como *kopeck*, *sputnik*, *stick*, *anorak*, *record*, *apartheid*, *nabab*, *snob*, *frac*, *crac*, *clip*, *kirsch*, *mach*, *sketch*, *footing*, *leasing*, *smoking*, *slalom*, *flirt*, *cricket*, *croissant*, *confort*, *sketch*, etc. resultan estrañas para o sistema gráfico, para o sistema fonolóxico ou para o sistema morfolóxico destas linguas. O galego, por ex., non coñece ningunha

palabra patrimonial que finalice graficamente en *-k, -ck, -rd, -d, -b, -c, -p, -ch, -tch, -ng...*; e, dentro da súa fonotáctica, é imposible unha sílaba final de palabra como as que aparecen, por exemplo, en *sketch* ou en *flirt*. A incorporación de voces deste tipo supón frecuentemente un dobre tipo de ruptura fonolóxica. Unhas veces, forza a estrutura silábica da lingua propia, facendo aparecer no seu prenúcleo ou no posnúcleo consoantes ou combinación de consoantes que non son posibles nas palabras patrimoniais (por ex., na fonotáctica do galego nunca pode aparecer no posnúcleo da sílaba un grupo tautosilábico *rt*, coma o que aparece en *confort*). Outras veces, pode existir na lingua receptora a composición silábica, pero non na distribución con respecto ao acento que aparece no estranxeirismo: por ex., en galego son frecuentísimas, o mesmo ca no portugués, as sílabas cun ditongo decrecente; pero este tipo de sílabas nunca pode aparecer en posición átona final de palabra. Cando se introduce unha voz doutra lingua portadora dun ditongo átono en final de palabra, estamos forzando a estrutura fonolóxica do galego. E non é necesario insistir nos problemas de tipo morfolóxico que xeran estas estruturas inexistentes na lingua receptora en final de palabra: en galego todos dubidamos como temos que facer o plural de *snob, record* ou *confort*, e unhas veces optamos por *snobs, records, confortis*, mentres que outras o facemos por *snobes, recordes, confortes*; e mesmo por *snos, recors, confors*.

- d) O problema do neoloxismo de importación existiu sempre, pero nunca resultou tan preocupante como na actualidade, porque afectaba a un número relativamente reducido de palabras, que pouco a pouco se ían progresivamente inserindo e adaptando ao sistema da lingua; e, na maioría dos casos, tratábase de termos que raramente traspasaban o ámbito das linguas de especialidade. Pero hoxe o problema é moito máis serio, porque o número de préstamos doutras linguas é realmente moi alto, e existe ademais un problema engadido: moitos destes termos que penetran a través dunha lingua de especialidade, ao pouco tempo, pasan a formar parte da lingua común, xa que cada vez é máis frecuente o trasvasamento de voces de determinadas linguas de especialidade á lingua xeral: pensemos por exemplo, na difusión que están acadando certas palabras do campo da informática: *software, hardware, link*.

B. Quem debería proceder a essa regulação: a Academia das Ciências de Lisboa? As Universidades? Outra institución?

O que parece claro é que debe existir unha regulación da entrada de neoloxismos de importación. Pero cál debe ser o organismo que exerza esa función depende da situación de cada país, e mesmo do ordenamento xurídico-lingüístico que posúa.

No caso de Galicia é moi simple. A Lei de Normalización Lingüística establece que a Real Academia Galega é a institución encargada de velar pola corrección e actualización da lingua galega. Parece claro que a terminoloxía hai que encadrarla dentro do proceso de actualización do corpus dunha lingua.

Pero non podemos obviar que as demandas terminolóxicas son extraordinariamente dinámicas, e esixen unha dedicación que dificilmente pode soportar o funcionamento habitualmente lento e pesado dunha Academia. Por iso é conveniente a creación dun organismo máis especializado que se ocupe de maneira exclusiva dos traballos de carácter terminolóxico.

Con esta finalidade en Galicia creouse TERMIGAL (Servizo galego de terminoloxía científico-técnica), mediante un convenio entre a Real Academia Galega e a Dirección Xeral de Política Lingüística do Goberno Galego.

Os traballos de terminoloxía sectorial ou terminoloxía sistemática son elaborados por grupos de traballo integrados por terminólogos e especialistas da área de que se trata. E dentro destes grupos teñen un peso importante, por ex., profesores universitarios, como o teñen profesionais coñecedores de calquera sector de especialidade.

As propostas destes grupos de traballo que, nalgúns casos, mesmo poden ser externos ao propio Termigal, pasan por unha comisión de validación, da que forman parte con carácter permanente tres académicos (neste momento, dous son lingüistas e un terceiro é dunha rama científica, en concreto biólogo), un xurista, o director de Termigal, e, con carácter variable, un especialista de recoñecido prestixio da área de especialidade dos termos que se avalían en cada momento. Desta maneira garántese o dinamismo do traballo e salvagárdase a auctoritas da RAG.

C. Deverá proceder-se do mesmo modo em relação a palavras da língua corrente e em relação a termos científicos e técnicos?

A entrada de neoloxismos na lingua común presenta algúns problemas semellantes aos da terminoloxía, pero tamén certas peculiaridades diferenciadas. Normalmente a lingua común é un espello moito máis transparente da vida social de cada momento do que é a lingua de especialidade. A lingua de especialidade debe ter como finalidade fundamental asegurar a comunicación especializada, e a comunicación especializada é sempre moito máis precisa que a comunicación informal. Por iso a actuación sobre os neoloxismos da lingua común non esixe o control regrado dun organismo encargado de velar pola corrección lingüística. Moitos termos novos, que entran a través da lingua xeral ou de calquera moda, poden circular bastante tempo sen necesidade de regulación "académica", e podemos esperar a ver como se implantan na sociedade. En moitos casos tratarase de voces de carácter efémero, que moi pronto pasarán de moda; noutros casos adquirirán carácter permanente, e serán voces que se irán integrando progresivamente na lingua. Só cando acaden un determinado nivel de integración é cando as autoridades académicas se deben pronunciar sobre elas, admitíndoas como voces normais ou ben propoñendo adaptacións

D. Deverá haver concertação entre organismos representantes de diferentes países de língua oficial portuguesa nas tarefas de harmonização de palabras importadas?

No que se refire á terminoloxía especializada, considero que si, porque é desexable a unificación terminolóxica en todos os países que falan unha mesma lingua. Non é difícil imaxinar os problemas que produciría que na etiqueta da composición dun produto farmacéutico, en cada país de fala española ou de fala portuguesa, se optase por unha denominación distinta para cada un dos elementos.

En cambio, non considero tan necesaria a unificación noutro tipo de palabras importadas. Unhas entrarán nun país, outras non; unhas adaptaranse popularmente dunha maneira, e outras doutra diferente. Estas lixeiras variacións son naturais e mesmo poden ser boas, ao reflectiren determinados gustos ou tendencias de cada país, sen poñeren en perigo a unidade da lingua.

E. Quais os critérios para harmonizar as palabras importadas e como pô-los em prática? Que adaptações (fonéticas, morfológicas, ortográficas, semânticas) deverão sofrer as unidades lexicais importadas em nome da defesa da língua?

Tal como está formulada a pregunta, o problema límitase á adaptación das palabras importadas. Pero en realidade, é máis profundo. Trátase de estar atento ás necesidades comunicativas das distintas linguas de especialidade en cada momento. E isto esixe un traballo continuado, porque os avances da ciencia e da tecnoloxía en todas as áreas neste momento prodúcense a velocidade de vertice.

Aínda que os novos conceptos e os novos obxectos veñan expresados sempre por unha denominación, xeralmente a da lingua que os creou ou ben o inglés, non sempre será recomendable adoptar esta denominación e integrala na lingua. Haberá veces que hai que facelo, pero non sempre.

O primeiro paso previo ao estudo de calquera denominación é establecer con precisión o significado exacto daquilo que se está tratando. A partir de aí pódense seguir moitas estratexias de abordaxe. Unha delas podería ser a seguinte, que é a que habitualmente seguimos en TERMIGAL:

1. Exame dos candidatos que foron xa utilizados (se o foron algunha vez). É necesario facer unha *avaliación* de cada un destes candidatos:

- Desde o punto de vista formal: adáptase ben á fonética, morfosintaxe, grafía... do galego? Permite a formación de derivados?
- Desde o punto de vista semántico: ten problemas de polisemia que o desaconsellan? É transparente de acordo coa súa composición?...
- Desde o punto de vista pragmático: é un termo facilmente utilizable en todos os contextos? Existe algún inconveniente que faga prever que non será aceptado polos posibles utilizadores? É intuitivo e facilmente comprensible para o nivel de especialidade no que se vai usar?
- Presenta congruencia co tipo de formación que presentan as demais linguas nas que xa está instaurado?.

2. Se non existen candidatos ou estes foron valorados negativamente, daquela é necesaria unha creación neolóxica, que pode facerse por 2 camiños:
 - 2.1. Polo camiño da neoloxía de formación propia.
 - 2.2. Polo camiño da neoloxía do préstamo.

A neoloxía de formación propia

Dentro da neoloxía de formación propia englobamos tanto a neoloxía de sentido como a neoloxía formal. Falamos de neoloxía de **sentido** cando botamos man dunha voz xa existente e a dotamos de contido novo. En cambio, a neoloxía **formal** esixe a creación de novas denominacións, seguindo os procedementos habituais de formación de palabras (derivación, composición, sintagmación e compresión). Este procedemento é especialmente recomendable:

- cando se trata de nomear un concepto nacido no ámbito da lingua propia: *fraguismo, beirismo*;
- cando nas outras linguas importantes se recorreu a mecanismos autóctonos de formación de palabras para denominar o concepto sobre o que traballamos.

A neoloxía de préstamo

Dentro da neoloxía de préstamo inclúo tanto o préstamo propiamente dito coma o *calco*.

- a) O **calco** é un procedemento habitual cando na lingua fonte o termo se formou aproveitando unha denominación previamente existente ou combinando dúas ou máis para formar unha nova unidade. Por ex.:

'operación de identificación e de escolla de clons'

EN *screening*, FR *criblage*, ES *cribado* -----> GL *peneirado*

- b) O **préstamo**. Neste caso débese buscar a adaptación ás pautas ortográficas, ortofónicas e morfosintácticas de lingua receptora. Ás veces non é posible nin fácil; pensemos, por exemplo, nos casos de voces derivadas de nomes propios (*trotskismo*) ou marcas rexistradas (*jacuzzi* ou *maizena*), nas que parece natural conservar a súa forma orixinal, pero que ás veces non se adapta á fonotáctica nin ás pautas ortográficas da lingua receptora.

Intervención de Jean-François Sablayrolles

Comme beaucoup d'autres langues, le français est confronté au problème des emprunts. Si le phénomène est naturel et existe dans toutes les langues, l'expansion des anglicismes dans la 2^e moitié du XX^e siècle a été sentie comme une menace et a suscité

un certain nombre d'actions, peut-être plus organisées pour le français que pour d'autres langues européennes.

Les questions soumises aux participants de cette table ronde présentent des aspects institutionnels (faut-il réguler l'entrée des emprunts, qui doit le faire, et en concertation avec qui ?) et des aspects linguistiques (comment peut-on procéder et doit-on procéder de la même manière en langue générale et en domaines de spécialité ?). Je m'efforcerais de répondre à ces questions à propos de la situation du français, en commençant par les aspects institutionnels et en terminant par les aspects linguistiques.

1. Faut-il réguler ?

La politique d'aménagement de la langue qui s'est développée officiellement à partir des années 60 montre que s'était fait sentir la nécessité de ne pas laisser libre cours aux anglicismes. Elle relayait des actions de la société civile qui avait été sensible plus tôt à ce problème et elle a connu des inflexions, passant d'un repli frileux de défense du français à la promotion de la diversité des langues et du plurilinguisme.

Quelles raisons a-t-on donc de réguler les emprunts et d'aménager la langue ? Elles sont diverses. B. Quemada, en juin 2002 à Rome, disait nécessaire de permettre aux langues «de sauvegarder leurs fonctionnalités ainsi que de penser et d'exprimer la modernité». Si elles y échouaient, on serait en effet conduit à s'exprimer dans d'autres langues. Les emprunts constituent par ailleurs une solution de facilité qui bride la créativité lexicale d'une langue et conduit inéluctablement celle-ci à son déclin. En trop grand nombre, les emprunts modifient les systèmes phonologique, morphologique, graphique de la langue et nuisent à la nécessaire stabilité de ces systèmes dans le temps, sous peine de ne plus comprendre le patrimoine écrit ou oral. Ils arrivent aussi à concurrencer et supplanter sans raison des mots français. Pourquoi remplacer *bases* par *fondamentaux* sous l'influence de l'anglais *fundamentals* ? Un présentateur de télévision voulant remplacer le syntagme *faire un break* qu'il vient d'employer est incapable de trouver les tournures françaises *faire une pause, suspendre notre activité, nous arrêter momentanément, passer temporairement à autre chose*, etc. (anecdote rapportée par M. Pergnier).

2. Qui régule l'emprunt et qui doit le faire ?

Traditionnellement l'Académie française, aréopage d'écrivains qui n'a pas comporté de linguistes en son sein depuis longtemps, joue le rôle de «greffier de l'usage», mais du bon usage, d'un certain usage littéraire et s'occupe de la langue générale. Son dernier dictionnaire complet date toutefois de 1935. Les domaines de spécialité étaient laissés à des initiatives privées, à des professionnels comme le Comité d'étude des termes techniques français créé en 1954 par deux ingénieurs avec le soutien de l'entreprise Gaz de France.

Depuis 1966 les pouvoirs publics ont développé une politique linguistique en créant diverses institutions placées sous l'égide du Premier ministre et qui ont évolué au cours des années: d'abord le Haut Comité pour la défense et la diffusion du français, avec un Commissariat Général. En 1971, la mention «pour la défense et la diffusion» est supprimée. En 1989, cette institution devient le Conseil Supérieur de la Langue Française, qui comporte plus de linguistes, en même temps qu'est créée la Délégation Générale à la Langue Française qui sera rattachée au ministère de la culture en 1993, et qui est devenue la Délégation Générale à la Langue Française et aux Langues de France (DGLFLF).

L'action de l'État s'est également concrétisée par le soutien à divers organismes parapublics (comme le CILF: Conseil International de la Langue Française) et par la promulgation de deux lois (Bas-Lauriol en 1975 et Toubon en 1994, les premières en matière de langue depuis l'édit de Villers-Cotterêts, en 1539). Elles régissent l'emploi de la langue et défendent les usagers. Mais elles ont eu pour conséquence de légitimer deux usages: les Pouvoirs publics et l'administration doivent utiliser la terminologie officielle, alors que les particuliers et les communicateurs sont libres d'employer les mots de leur choix.

En 1996 un arrêté confirme le rôle dévolu à l'État en matière de néologie et de terminologie et étend le rôle de l'Académie française à toute la langue: c'est à son approbation que sont soumises les propositions des dix-neuf actuelles Commissions Ministérielles de Terminologie après avoir été entérinées par la Commission Générale de Terminologie et de Néologie. Ces commissions sont constituées de spécialistes des domaines concernés et de linguistes. Malgré un travail important de concertation, les treize Commissions en action entre 1980 et 1993 n'ont proposé que 1500 termes.

Dans sa communication au colloque de l'ASL en novembre 2003, B. Cerquiglini a vigoureusement plaidé pour l'attribution aux linguistes de la politique linguistique. Je le cite: «À la question faut-il confier à des linguistes la politique linguistique?», il convient de répondre de façon positive, par principe. Et cela pour deux raisons. L'absolue nécessité, tout d'abord, de fonder cette politique sur des savoirs» qu'il oppose à des représentations de la langue empreintes de purisme et d'idées fausses chez nos concitoyens. Il continue ainsi: «La seconde raison peut sembler audacieuse, et traduire un esprit de corps, nous l'exprimerons cependant avec force. La politique linguistique doit être confiée à des professionnels [...] et ces professionnels, ce sont les linguistes.»

Doit-on chercher un consensus avec d'autres pays, d'autres langues? Longtemps repliée sur elle-même, la France a compris que l'avenir du français ne la concernait pas seule, mais impliquait aussi tous les pays francophones et que c'est par la francophonie qu'il passerait. Des liens ont été tissés avec le Québec, puis il y a eu, en 1986, la création du RINT (Réseau International de Néologie et de Terminologie) associant quinze pays francophones.

Des collaborations avec les autres langues romanes se sont développées ultérieurement, au sein de Realiter depuis 1993 par exemple, et le projet Neorom (d'étude de la néologie dans les langues romanes) lancé par Teresa Cabré commence à se concrétiser.

Ces coopérations sont fructueuses et doivent être poursuivies et accrues.

3. Doit-on traiter identiquement la langue courante et les domaines de spécialités ?

Même si la frontière entre langue générale et domaines de spécialités n'est pas toujours nette et que nombre de termes se divulguent largement, il me semble nécessaire de distinguer les deux, au moins dans les types de solutions à adopter vis-à-vis des emprunts. Les termes, très nombreux mais utilisés par un nombre restreint d'utilisateurs ont pour fonction de définir précisément des concepts, avec parfois des conséquences juridiques. Ils doivent être descriptifs et pour cela peuvent être très longs. La fonction des mots de la langue courante est celle de la communication et de l'interaction entre les hommes. Les mots n'ont pas besoin d'être aussi précis et descriptifs, mais ils se doivent d'être brefs. C'est par méconnaissance de ces différences que Michel Serre, grand intellectuel au demeurant, récrimine contre les termes *transfert cellulaire* ou *réseau radioélectrique à ressources partagées* parce qu'ils ne peuvent pas être adoptés par le public. Le président de la Commission Ministérielle des Télécommunications répond à M. Druon, par qui avaient transité ces remarques, que «[s]es collègues sont conscients de la lourdeur de certains termes adoptés, mais ils n'oublient pas que les termes figurant dans l'arrêté doivent servir de référence pour les désignations officielles, en particulier dans les contrats et notices, et qu'en conséquence, ils doivent être précis et ne peuvent pas souvent devenir des mots populaires» (cité par L. Depecker 2001, p. 441). C'est une erreur du même type que commettait quelqu'un fustigeant un prétendu manque d'esprit scientifique des Français qui appellent *portables* et non *cellulaires* certains types de téléphones. C'est en effet confondre la fonction descriptive des termes et les dénominations fondées sur les rapports que les gens établissent avec les objets de leur vie quotidienne. L'important en l'occurrence, c'est qu'à la différence d'un téléphone fixe, on peut l'(em)porter avec soi.

4. Quels sont les moyens dont dispose la langue dans la régulation des emprunts ?

Les moyens sont divers, et on peut établir une sorte d'échelle qui va de la citation pure et simple aux solutions de substitution, en passant par divers degrés d'adaptation.

Il est opportun de laisser l'emprunt tel quel quand il est bien enraciné. Cela fait plus d'un siècle que les puristes s'acharnent, en vain et de manière absurde, contre *week end*, importé en même temps que la *semaine anglaise*.

L'adaptation des emprunts est une solution viable dans un certain nombre de cas. Elle affecte:

- la prononciation: *interview* avec une voyelle nasalisée dans la première syllabe, *square* [skwar] emprunt en retour de l'a.fr *esquare*,
- la graphie: *roquette* (*rocket*), on voit parfois écrit *la presse pipole* pour *people*,
- la morphologie: verbale, *forwarder* (de *to forward*); ou nominale en attribuant un genre: *bogue* masculin (*bug*), *interface* fixé au féminin, ou en régularisant la formation des pluriels: *lieds* à côté de *lieder* pour le pluriel de *lied*, *superwomans* à côté de *superwomen* pour celui de *superwoman*.

Malgré ces adaptations, qui restent parfois partielles, les emprunts peuvent présenter des discordances avec le système, et à terme le modifier. C'est vrai en particulier de distorsions entre la graphie et la prononciation comme *-ee-* = {i} dans *meeting* par exemple. Pour éviter ces influences, qui ne sont peut-être pas toutes néfastes, on peut enfin recourir à des solutions de remplacement.

Les unes ne créent pas, apparemment, de nouveau signifiant. C'est le cas de:

- la reprise d'un mot existant: *épinglette* pour *pin's*, *bases* pour *fundamentals*, etc.,
- la traduction pure et simple (calque sémantique): *souris* pour *mouse* (en informatique),
- ou les néologismes homonymiques: *enjambement* pour *crossing-over* (chromosomes), bien éloigné du terme de métrique (l'unité syntaxique déborde l'unité rythmique du vers).

D'autres créent de nouveaux signifiants, et dans tous ces cas, il y a néologie formelle. Ces créations se font selon les différentes matrices lexicales du français et elles visent toutes à la semi-motivation: leur sens se déduit, en partie, des éléments entrant dans leur composition. On peut distinguer:

- la création d'un dérivé: *transbordeur* sur *transborder* pour *ferry(-boat)* (recommandé, mais peu utilisé), *cadreur* sur *cadrer* pour *caméraman*, etc.,
- la création d'un dérivé sur un mot vieilli: *bouteur* sur l'ancien *bouter* pour *bulldozer* (n'a pas pris),
- la création par conversion: la *trottine* sur le verbe *trotter* pour le pseudo-anglicisme *footing*. Notons que la multiplication des conversions en français contemporain est sans doute influencée par l'anglais,
- l'emprunt d'un dérivé régional: québécoïsme *traversier* (*car-ferry*), etc.,
- la création d'un composé:
 - nom + adjectif: *jeu décisif* pour *tie-break*,
 - nom + nom: *navire-citerne* pour *tanker*,
 - composé par synapsie: *tir de coin* pour *corner*, *gardien de but* pour *goal*, etc.,
- le calque syntaxique: *gratte-ciel* (*skyscraper*), *lune de miel* (*honeymoon*), etc.,
- la création d'un mot savant: *oléoduc* (*pipeline*), *mercaphonie* (*phone marketing*), etc.,
- la création de mots-valises: *Internaute* (*internet* et *-naute* «navigateur»), mais ce procédé se développe en français sans doute sous l'influence de l'anglais.

En conclusion, je voudrais signaler le risque qu'il y a parfois à vouloir à toute fin éviter un emprunt. On a créé en français *ordinateur* là où toutes les langues ont quelque chose qui ressemble à *computer*. L'anglo-latinisme *ordinateur* n'aurait pas déparé la langue française et ne l'aurait pas ainsi séparée de la plupart des autres langues. La réflexion sur l'aménagement d'une langue gagne à ne pas être solitaire et à être confrontée avec celle menée dans d'autres langues. Et pour cette raison je remercie de leur invitation les organisateurs de cette table ronde.

Referências Bibliográficas

- CERQUIGLINI B. (no prelo) Confier à des linguistes la politique linguistique ? In Ch. Jacquet-Pfau et J.-F. Sablairolles (ed.) *Actes de la Journée de l'Association des Sciences du Langage (ASL), Mais que font les linguistes ?*, 22 novembre 2003, L'Harmattan.
- DEPECKER L. (2001) *L'invention de la langue: le choix des mots nouveaux*. Paris: A. Colin / Larousse.
- HUMBLEY J. (2000) La terminologie. In G. Antoine et B. Cerquiglini (éd.) *Histoire de la langue française (1945-2000)*. Paris: CNRS éditions. 315-338.
- PERGNIER M. (1989) *Les anglicismes*. Paris: PUF.
- QUEMADA B. (2003) À propos de l'aménagement de la néologie et de la terminologie françaises. In G. Adamo et V. della Valle (ed.) *Innovazione lessicale e terminologie specialistiche*. Firenze: Leo S. Olschki, 7-18.
- SABLAYROLLES J.-F. (2000) *La néologie en français contemporain, examen du concept et analyse de productions néologiques récentes*. coll. Lexica Mots et Dictionnaires. Paris: H. Champion (Slatkine).

Intervenção de Almerinda Evangelista e Gonçalo Nuno Ferreira

Num mundo cada vez mais globalizado, em que as fronteiras se esbatem e a livre circulação de pessoas e bens se assume como uma realidade em constante ampliação, a eficácia da comunicação, através de códigos comuns, é uma necessidade premente e estruturante do nosso quotidiano. Ao actuar como um facilitador, uma linguagem sem ambiguidades permite uma melhor interacção entre vários grupos de pessoas em diferentes países ou mesmo dentro da sua própria comunidade linguística.

A actividade terminológica normativa em Portugal poderá assumir um impacto redobrado, se através dos protocolos já existentes, conseguirmos uniformizar uma linguagem técnica no âmbito dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), a fim de permitir um maior nível de trocas comerciais e tecnológicas entre os vários Estados. A evolução da linguagem, determinada pelo desenvolvimento tecnológico e do conhecimento, é cada vez mais complexa e rápida, com o surgimento de novas palavras associadas a novos domínios técnicos e científicos, pelo que a normalização da terminologia se afigura como fundamental. A identificação de conceitos, realizada de forma não ambígua, e a sua associação a termos adequados é o papel da normalização da terminologia. Pretende-se, acima de tudo, que vários especialistas utilizem os mesmos termos para falarem do mesmo assunto, ou que utilizem conceitos iguais designados pelo mesmo termo.

A actividade terminológica na Normalização em Portugal tem-se pautado por períodos de grande actividade, nomeadamente nas áreas Electrotécnica e das Tecnologias de Informação. No entanto, muito há ainda a fazer, nomeadamente dinamizar as Comissões Técnicas Portuguesas de Normalização, as quais, por razões várias, se encontram desactivadas. A tradução e edição das versões portuguesas do

Vocabulário Electrotécnico Internacional (VEI) foi possível graças à participação activa de Portugal no projecto iniciado pela Comissão Electrotécnica Internacional (CEI) e liderado pela CTE 1 (Comissão Técnica Portuguesa de Normalização Electrotécnica), cujo ex-presidente, Eng. Virgílio Cortesão Abelaira, quadro da Electricidade de Portugal (EDP) e do Museu de Electricidade, e um dos vogais, o Professor Doutor Hermínio Duarte Ramos, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, foram dos elementos que mais contribuíram para que este conjunto normativo terminológico ganhasse um destaque particular no acervo normativo português. Não porque se considere que esta área do conhecimento seja mais relevante do que outras, mas porque o número considerável de normas publicadas desde 1993 (65 Normas editadas) e o trabalho e dedicação da CTE 1 e de especialistas linguísticos e técnicos envolvidos são, de facto, enormes. É de destacar o apoio e empenhamento do Instituto Português da Qualidade (IPQ) e do Instituto Electrotécnico Português (IEP) na participação portuguesa no VEI, que se traduz na publicação de mais de 25 000 conceitos sob a forma de Normas Portuguesas com a designação genérica “NP 2626”, articuladas em capítulos, como exemplo a “NP 2626-101”, tendo cada número de capítulo três algarismos. Foi apenas em 1990 que a CEI aceitou a língua portuguesa como língua adicional do VEI, sendo que, em 1993, os termos portugueses foram introduzidos nas publicações do VEI da CEI. O português juntou-se assim a um conjunto de edições em 10 línguas. A dinâmica deste projecto continua, no sentido de tornar uma realidade, a prazo, a disponibilização de um CD-ROM, que permita o acesso a esta área terminológica, a estudantes, projectistas, fornecedores de equipamento e outros profissionais que a ela necessitem de recorrer.

A CT 113 e o Instituto de Informática (I.I.), na pessoa do seu presidente, Dr. José Palma Fernandes, muito têm contribuído para a edificação de uma outra frente terminológica normativa na área das Tecnologias da Informação, nomeadamente no Tratamento de Informação no domínio Informático – série de Normas NP 3003, articulada em 24 capítulos –, fixando termos específicos, traduzindo e/ou adaptando palavras estrangeiras, sempre que possível. A manutenção e adopção dos termos em outras línguas é reduzida, a Comissão tenta, sempre que possível, encontrar um termo em língua portuguesa que traduza o conceito em causa. As Comissões Técnicas das áreas terminológicas são constituídas por peritos técnicos dos domínios envolvidos, por técnicos de normalização e recorrem, sempre que necessário, a documentalistas que em conjunto com os peritos tentam encontrar o termo que mais se adequa a determinado conceito, tendo por vezes de se formar palavras novas recorrendo às etimologias das línguas clássicas.

A inclusão de estrangeirismos ou de neologismos externos de termos como “*byte*”, “*chip*” ou “*software*” no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa, edição de 2001, denota o grau de generalização e aceitação destes termos no nosso quotidiano.

A Comissão Técnica sob coordenação da Biblioteca Nacional (CT 7), tem prosseguido um trabalho de vulto, na tradução e adaptação de termos em português, com destaque para a série de quatro Normas NP 4285 – Documentação e informação –

traduzindo os termos sempre que possível, com raras excepções, como são os exemplos de termos como “*Mezzotinto*”; “*Gravura a crayon*”; “*crible*” ou “*stencil*”. Nestes casos, a inexistência de termos correspondentes na nossa língua, aliada a uma prática continuada da sua utilização nos domínios específicos a que se referem, tornou estes termos indissociáveis dos conceitos aos quais se referem.

Outra série de normas de terminologia merece destaque – ‘Segurança contra incêndio’ –, porquanto se reporta a uma área técnica que, em Portugal, assume uma importância crescente, nomeadamente no que respeita aos equipamentos e aos meios de extinção de incêndios, essenciais ao combate mais eficaz de um flagelo que todos os anos assola Portugal. Esta série de Normas Portuguesas foi elaborada no âmbito da CT 46 (Certitecna), sendo o Engenheiro Bouza Serrano o responsável por este Organismo de Normalização Sectorial. Segundo o Engenheiro Manuel Bacelar de Begonha, membro desta CT, a terminologia específica desta área tem sido fixada em português, tendo por referência padrões já existentes em anteriores documentos, sendo depois discutida em reuniões de Comissão Técnica. Estas reuniões integram peritos técnicos das áreas em discussão, os quais, de uma forma empírica, dão o seu contributo para encontrar os termos mais adequados. Inclusive, foi criado, de forma informal, um glossário de termos portugueses na área da Segurança contra Incêndios, no qual se encontram listados os termos já definidos em língua portuguesa, e ao qual a Comissão recorre sempre que necessário. Porém, pontualmente, termos existem em que a língua portuguesa não possui a palavra exacta para definir o conceito em causa, como é o exemplo do recorrente “*sprinkler*”, que segundo a NP 3874:1994 – Segurança contra incêndios – Terminologia – Parte 4: Equipamentos e meios de extinção de incêndios – corresponde a um “Dispositivo sensível ao calor, concebido para reagir a uma temperatura pré-determinada, libertando automaticamente um fluxo de água repartido uniformemente ao nível do solo, com forma, quantidade e área a irrigar devidamente especificadas”.

Porém, e ainda segundo o Engenheiro Bacelar de Begonha, futuras reuniões de trabalho já agendadas da CT 137, do domínio das Atmosferas em Locais de Trabalho, integrarão peritos técnicos de outras áreas, por forma a tornarem a discussão, quanto aos termos a adoptar, mais inclusiva e, possivelmente mais flexível.

Domínios técnicos como a ‘Soldadura’, os ‘Ensaio não destrutivos’, os ‘Aparelhos de elevação e movimentação’ ou os ‘Combustíveis sólidos – Carvões’, foram, igualmente, objecto de traduções e adaptações, tendo o Instituto Português da Qualidade, na sua qualidade de Organismo Nacional de Normalização, publicado normas de terminologia nestas áreas.

Podemos concluir que a actividade terminológica normativa, numa era marcada pela sociedade de informação, associada à crescente troca de conhecimentos à escala planetária, desempenha, de facto, um papel primordial. Em Portugal, de uma forma crescente, embora ainda não sistemática e idealmente organizada, as Comissões Técnicas de Normalização têm prosseguido um esforço admirável para colmatar a não existência de um acervo exaustivo de terminologia em áreas específicas, porém indispensáveis para o funcionamento de estruturas fundamentais ao desenvolvimento e modernidade do País.

Nota 1

Lista-se, a seguir, uma bibliografia sumária, utilizada no âmbito do trabalho desenvolvido pela CT 113.

Correia, Carlos, *Multimédia de A a Z*, Editorial Notícias, 1997.

Ferreira, A. Miguel, *Internet de A a Z*, FCA, 1998.

ILTEC, *Dicionário de termos informáticos*, Edições Cosmos, 1993.

Milénio, *Dicionário de termos informáticos*, Sporpress, 2001.

Morvan, Pierre, *Dicionário de Informática*, Círculo de Leitores, 1988.

Nota 2

Em www.ipq.pt, poderão encontrar referências a Normas de terminologia, das quais destacamos, entre outras:

- a série NP 2626, no âmbito do Vocabulário Electrotécnico Internacional;
- a série NP 3003, no âmbito dos Computadores e Tecnologias da informação; sendo estas duas séries demasiado extensas para serem listadas;
- a série NP 4285, no âmbito da Informação e Documentação:
NP 4285-1:1998 (1ª Edição)

CT 7

Informação e documentação. Vocabulário. Parte 1: Documentos audiovisuais
NP 4285-2:1999 (1ª Edição)

CT 7

Informação e documentação. Vocabulário. Parte 2: Documentos icónicos
NP 4285-3:2000 (1ª Edição)

CT 7

Informação e documentação. Vocabulário. Parte 3: Aquisição, identificação e análise de documentos e de dados
NP 4285-4:2000 (1ª Edição)

CT 7

Informação e documentação. Vocabulário. Parte 4: Linguagens documentais
- a série NP 3874, no âmbito da Segurança contra Incêndio:
NP 3874-1:1995 (1ª Edição)

CT 46

Segurança contra incêndio. Terminologia. Parte 1: Termos gerais. Fenómenos do fogo.
NP 3874-2:1993 (1ª Edição)

CT 46

Segurança contra incêndio. Terminologia. Parte 2: Protecção estrutural contra incêndio.
NP 3874-3:1997 (2ª Edição)

CT 46

Segurança contra incêndio. Terminologia. Parte 3: Detecção e alarme de incêndio.
NP 3874-4:1994 (1ª Edição)

CT 46

Segurança contra incêndios. Terminologia. Parte 4: Equipamentos e meios de extinção de incêndios.
NP 3874-5:1994 (1ª Edição)

CT 46

Segurança contra incêndio. Terminologia. Parte 5: Desenfumagem (controlo de fumo).
NP 3874-6:1994 (1ª Edição)

CT 46

Segurança contra incêndio. Terminologia. Parte 6: Meios de evacuação e salvamento.
NP 3874-7:1994 (1ª Edição)

CT 46

Segurança contra incêndio. Terminologia. Parte 7: Meios de detecção e supressão de explosões.

– a série NP 3538, no âmbito dos Combustíveis sólidos – Carvão.

NP 3538-1:1992 (1ª Edição)

CT 45

Combustíveis sólidos. Carvão. Terminologia. Parte 1: Termos gerais.
NP 3538-2:1993 (1ª Edição)

CT 45

Combustíveis sólidos. Carvão. Terminologia. Parte 2: Termos usados nas classificações e nas codificações.

NP 3538-3:1993 (1ª Edição)

CT 45

Combustíveis sólidos. Carvão. Terminologia. Parte 3: Termos usados na análise petrográfica.

– e ainda a NP EN 12345:2000, no âmbito da Soldadura, na qual se define uma lista ilustrada multilingue de termos:

NP EN 12345:2000 (1ª Edição)

CT 19

Soldadura

Lista multilingue de termos para juntas soldadas com ilustrações

Intervenção de António J. Lavouras Lopes

O uso crescente dos chamados estrangeirismos justifica bem o conjunto de questões postas nesta mesa-redonda. Vai sendo tempo de os linguistas abandonarem alguns preconceitos e irem além da descrição dos factos. E não só na normalização terminológica, mas também na defesa da língua comum.

O volumoso caudal de elementos estrangeiros deve ser observado e regulado, para que a sua acção seja mais fertilizadora do que perturbadora. Para isso devem existir instâncias adequadas, e não apenas em Portugal, porque todo o espaço intercontinental da língua é objecto dessa fecundação vinda de fora. Cá, a vocação da Academia das Ciências podia e devia ser potenciada, até porque provou finalmente ser capaz de quebrar o enguiço da publicação do Dicionário para todas as letras. A nível da CPLP, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, cuja activação tem vindo a ser adiada, poderia ser o instrumento harmonizador da acção das instâncias nacionais. Há instrumentos, falta vontade política.

A política da língua sobre a neologia de importação não existe. Os instrumentos normalizadores – gramáticas e dicionários – revelam-no, pelas incoerências, hesitações e omissões que os caracterizam.

As duas gramáticas portuguesas de referência publicadas nos finais do século XX, que têm a assinatura de eminentes linguistas como Lindley Cintra e Maria Helena Mateus, passam por cima desta matéria. A primeira, a *Gramática da Língua Portuguesa*, de Maria Helena Mateus, Ana Maria Brito, Inês Duarte e Isabel Hub Faria (1983), destinada ao público universitário, não contém, na sua estrutura, espaço para a importação linguística. A diversificação sócio-cultural (parte I), tratada sumariamente, não toca no assunto. A segunda, a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (1984), destinada a um público alargado, incluindo o escolar, também não contempla a importação linguística. No capítulo dos conceitos gerais, os autores procedem a um aprofundamento linguístico da «noção de correcto», numa inversão da metodologia dos gramáticos tradicionais, que se preocupavam com o incorrecto, onde surgia a importação linguística, mas esta matéria nem aí vem tratada. Também a *Gramática da Língua Portuguesa*, de Mário Vilela (1995), constituída por três partes – gramática da palavra, gramática da frase e gramática do texto –, não tratando da formação do léxico, ignora a neologia de importação. Este último caso não deixa de ser curioso, senão significativo, já que o autor, em outras obras, dedica alguma atenção à importação linguística.

Mais elucidativas ainda são as histórias da língua recentes. Na esteira da *História da Língua Portuguesa*, de Serafim da Silva Neto, publicada em 1957, a *História da Língua Portuguesa*, de Paul Teyssier, publicada em francês em 1980 e traduzida para português em 1982, e o *Curso de História da Língua Portuguesa*, de Ivo Castro (1991), praticamente ignoram a neologia lexical a partir de línguas modernas.

Com estas referências, não admira que as gramáticas escolares das últimas décadas abordem o assunto quase sempre sem profundidade e por vezes com pouco rigor. É caso de superficialidade a notar, pela grande difusão que tem tido, o *Compêndio de Gramática Portuguesa*, de J. M. Nunes Figueiredo e A. Gomes Ferreira (11.ª ed.: 1985), destinada ao ensino secundário. Sobre o «enriquecimento do léxico», dá um exemplo, em alguns casos dois, de importações de cada língua, sempre aportuguesamentos. A caracterização deste fenómeno resume-se a uma linha: «Muitos neologismos resultam da nacionalização de termos estrangeiros» (Figueiredo e Ferreira, 1985: 312). Os mesmos autores publicaram a *Gramática Elementar da Língua Portuguesa* (Ferreira e Figueiredo, s. d.), em que não é tratado o enriquecimento do léxico, estando, por conseguinte, ausente a neologia de importação. Quanto à falta de rigor, é exemplificativo *Itinerário gramatical*, de Eunice Barbieri de Figueiredo e Olívia Maria Figueiredo (1998), destinada ao ensino secundário, que exemplifica «estrangeirismo», definido como «empréstimo não integrado na língua, revelando-se estrangeiro nos fonemas, na flexão e até na grafia», com os galicismos *guiché* e *cachecol* e os anglicismos *pullover* e *jeans* (Figueiredo e Figueiredo, 1998: 78-79). Dos quatro exemplos dados, apenas *jeans* é de facto estrangeirismo, ou seja, «empréstimo não integrado na língua». Os restantes são aportuguesamentos (empréstimos integrados) de, respectivamente, *guichet*, *cache-col* e *pullover*.

A ausência nas gramáticas da caracterização da importação linguística e das suas consequências lexicais e gramaticais harmoniza-se bem com os programas escolares, igualmente lacunares ou superficiais. O resultado é a omissão desta matéria no ensino básico e também no secundário, o que representa uma grave lacuna na formação linguística dos alunos, impreparados para lidar com os numerosos corpos estranhos da língua, tanto a nível da compreensão como da produção. A desvalorização do ensino da gramática, a todos os níveis, tem conduzido a uma fraca competência lexical dos falantes, ou seja, neste caso, uma menor consciência dos elementos estrangeiros e da sua assimilação. Sem um conhecimento explícito da gramática do léxico, os juízos de aceitabilidade de adaptações fonológicas, morfossintáticas, de decalques e de traduções de unidades estrangeiras são frágeis. Além disso, a capacidade de recurso a formas vernáculas alternativas, disponíveis ou potenciais, é igualmente diminuída.

É urgente criar instâncias institucionais reguladoras da entrada de neologismos de importação na língua, mas não é menos urgente assegurar, através do ensino, a eficiência do principal meio de regulação – a acção dos falantes. Urge definir e aplicar uma política da língua que permita a articulação harmoniosa destes dois níveis. A acção institucional, sem a consciência linguística dos falantes, poderá conduzir a um intervencionismo tido por artificial e, portanto, pouco produtivo. Seria de algum modo a reedição do purismo, que nunca chegou à massa falante e se extinguiu naturalmente na segunda metade do século XX.

Nas questões colocadas a esta mesa-redonda é usada, com alguma coragem, a expressão «defesa da língua». Não será fácil defender a língua se ela não se deixa defender, como diria o Padre António Vieira. Os puristas tiveram disso a prova. Não há autoridade capaz de inverter o sentido dos tempos. Os filólogos do início do século XX, dos quais, para este efeito, destacamos Gonçalves Viana e Leite de Vasconcelos, não conseguiram levantar o pretendido dique à entrada de estrangeirismos. Gonçalves Viana ainda alimentava a utopia do imediato apertuguesamento ou erradicação de «palavras estrangeiras» que «devem revestir feições nacionais, ou ser de todo desterradas da linguagem e escrita usuais, e pena é que até já em documentos oficiais figurem.» (Viana, 1904: 82-83). Leite de Vasconcelos associa «falta de dignidade» ao uso de estrangeirismos e considera «patriotas» os que os censuram» (Vasconcelos, 1928: 279).

O conceito de patriotismo linguístico parecerá hoje anacrónico e o nacionalismo linguístico, definido como «*um patriotismo activo*» por Fernando Pessoa (Pessoa, 1997: 68), nunca se terá configurado, mas o sentimento de apego à língua materna, que Uriel Weinreich, na sua obra clássica sobre a importação linguística, designou por «*language loyalty*» (Weinreich, 1979: 99), mantém-se presente em cada falante e cauciona políticas de defesa e preservação. Não se trata já do purismo estreito, mas do acautelamento da índole da língua sem prejuízo do seu desenvolvimento para competir com outras línguas internacionais. São instrumentos dessa competição as terminologias científicas e técnicas, que tendem a ser cada vez mais de base inglesa. Os termos já não são hoje travados nem a sua origem renegada, que é a do próprio progresso, como sucedia por parte dos puristas do passado. Mas o seu elevadíssimo número, com as características fonológicas e morfossintáticas próprias do inglês, constitui uma pressão

sobre a estrutura da língua, muito particularmente quando, por banalização, entram na língua comum, que só pode ser aliviada através de uma intervenção reguladora e da consciência linguística dos falantes.

A importação lexical é de sempre. O que tem variado é o volume do caudal e a resposta assimiladora pela língua. A utopia de Gonçalves Viana era ao mesmo tempo saudosismo do tempo em que os aportuguesamentos eram imediatos. A partir de meados do século XIX inicia-se um período de saturação, ou seja, a capacidade assimiladora da língua vai diminuindo na directa proporção do aumento das unidades estrangeiras importadas. Os gramáticos puristas negam-se a admitir o óbvio, mas os dicionaristas, não raro também puristas, não puderam durante muito tempo fazê-lo, já que tinham que dar conta do léxico real. Não podendo ignorar, mas não querendo descrever, durante décadas do século XIX prosciveram, numa luta inglória contra os invasores. Com as sucessivas edições do Morais na liderança, os dicionários portugueses davam entrada a unidades estrangeiras para as condenarem, invocando para isso a autoridade do *Glossario das Palavras e Frases da Lingua Franceza, que por descuido, ignorancia, ou necessidade se tem introduzido na locução portugueza moderna; com o juizo critico das que são adoptaveis nella*, de Francisco de S. Luiz (1816), publicado pela Academia Real das Sciencias.

Esta luta contra os estrangeirismos, em todas as frentes, abrandou nas últimas décadas do século XIX. Tiveram nisso papel importante Adolfo Coelho e Caldas Aulete, nos domínios gramatical e lexicográfico. O *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa*, de Caldas Aulete (1881), regista desinibidamente as unidades estrangeiras. No seu seguimento, o próprio Morais decide, na 8.ª edição (1890-1891), dar-lhes guarida, mas em anexo.

São ou não as palavras estrangeiras em uso unidades da língua? Esta a questão que sempre se pôs aos dicionaristas. Para o Morais, a partir da 8.ª edição, nem parecem ser nem deixar de ser: regista-as, em elevado número, mas à parte. O mesmo sucede com o Dicionário da Porto Editora e outros modernos. Para maior indefinição, estes dicionários dão também entrada a muitas unidades estrangeiras no corpo do dicionário, em sobreposição ou não com as do anexo, sem critério aparente. A oscilação entre o registo e a omissão é particularmente acentuada no *Nóvo Diccionario da Lingua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo. A 1.ª edição (1899) regista as unidades estrangeiras da época em uso, sendo retiradas na 2.ª edição (1913). O estatuto da cabeça de artigo, marcada tipograficamente ou não, pode ser indicador da atitude do lexicógrafo. É drástico o dedo apontado no *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de J. I. Roquette (1848), e é discriminatória a cruz no Dicionário de Cândido de Figueiredo (1899), o itálico na 7.ª edição do Dicionário da Porto Editora (Costa e Melo, 1994), abandonado na 8.ª, e no Dicionário Universal (1995), ou ainda a seta e o asterisco noutros dicionários. Entretanto, a generalidade dos dicionários do século XIX não utiliza marca tipográfica como sinal de proscricção, o que impede retirar conclusões. De qualquer modo, parece claro que o Dicionário da Academia (2001), ao registar um número elevado de palavras estrangeiras no corpo do dicionário, sem marca tipográfica, dá a indicação, através do seu peso institucional, de que estas são unidades da língua.

Teresa Cabré tem exactamente o entendimento de que as palavras estrangeiras, mesmo não adaptadas, quando incluídas no dicionário, são, no caso, palavras catalãs (Cabré, 1995: 56). É esse também o senso comum: se vem no dicionário, é palavra da língua. A atenção dedicada pela comunicação social à publicação do dicionário da Academia centrou-se neste domínio (com o esquecimento injusto das importantes inovações descritivas). Para além da polémica dos aportuguesamentos, os jornalistas aguardavam a confirmação do registo de certas formas de origem para se certificarem da sua legitimidade.

O sentimento crescente de que as unidades lexicais estrangeiras constituem património linguístico, desenvolvido a partir da força da imagem gráfica, cria nos falantes resistências à adaptação ou substituição, notórias nas reacções públicas a alguns aportuguesamentos registados no Dicionário da Academia. Este é um dado próprio do permissivismo actual que deverá ser levado em conta em qualquer intervenção normalizadora. Reagem à desapropriação ou modificação dos significantes estrangeiros e, ao mesmo tempo, aceitam formas híbridas (*cartoonismo*, *voyeurismo*) e mantêm-se indiferentes a outros tipos de interferências adulteradoras da índole da língua, como flexões e concordâncias (*impressões offset*, *raios laser*, *voos charter*), decalques morfossintácticos (*pausa café*, *zona euro*) e semânticos (*nomear*, do ing. *nominate* «propor»; *realizar*, do ing. *realize* «perceber»; *salvar*, do ing. *save* «guardar»).

Esta atitude dos falantes permite uma deriva descontrolada da língua, já que algumas interferências tendem a fazer carreira. Este perigo é ainda agravado por o sentido das mudanças não ser o mesmo em todo o espaço da língua, aprofundando-se desde logo o fosso entre as duas normas, a europeia e a brasileira. As diferentes soluções de aportuguesamento são a parte mais visível. Basta apontar o caso das palavras estrangeiras iniciadas por *s* seguido de consoante e verificar que se é *esnobe* no Brasil e *snober* em Portugal (do ing. *snob*) ou que se tem *estresse* lá e *stress* cá (do ing. *stress*). Os critérios, gráfico ou fonético, podem não ser coincidentes. Assim, podemos ver *rúgbi* no Brasil pelo primeiro e *râguebi* em Portugal pelo segundo (do ing. *rugby*). Do mesmo modo, lemos a *mídia* brasileira e os *media* portugueses (do ing. *mass media*). E o *champô* em Portugal é bem diferente do *xampú* usado no Brasil (do ing. *shampoo*).

Os critérios de adaptação de unidades estrangeiras, gerados pelo uso e por isso nem sempre uniformes, são desconhecidos. As gramáticas e particularmente os dicionários, que os seguiram, nunca os explicitaram. As políticas intervencionistas da língua no passado, compreende-se, não os inventariaram nem os definiram. Uma acção normalizadora nesta altura assemelhar-se-á à dos primeiros gramáticos sobre a ortografia, ou seja, deve partir do uso, do qual deverá extrair princípios e critérios a aplicar às novas situações. Fernão de Oliveira dá-nos um bom exemplo de determinação desses critérios, na análise do aportuguesamento de *arcabuz*, do al. *Hakenbüchse*, pelo fr. *arquebuse* (Oliveira, 1536: 43), que devem ter como referência «a tipologia fonológica e morfológica portuguesa, fixada pelo acervo dos vocábulos populares, provenientes do latim vulgar» (Câmara, 1985: 191).

Pode-se concluir que a regulação institucional da importação lexical é necessária e urgente, para evitar a descaracterização da língua, salvaguardar a sua unidade e torná-la

mais competitiva junto das outras línguas internacionais. Mas essa regulação, uma espécie de «dirigismo mitigável, sem militância nem leis contra as palavras estrangeiras» (Schmidt-Radefeldt e Schurig, 1997: 10), não pode ser imposta artificialmente, deve assentar no uso e deve ser aferida pela consciência linguística dos falantes, só conseguida através do desenvolvimento da sua competência lexical, que compete à escola promover.

Referências Bibliográficas

- Academia das Ciências de Lisboa (2001) Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. 2 vols. Lisboa: Editorial Verbo.*
- AULETE, Julio Caldas (1925) *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa*. 2 vols. 2.ª ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira. 1.ª ed.: 1881.
- CABRÉ, Maria Teresa (1995) Sobre manlleus i diccionaris. In *Estudis de lingüística i filologia oferts a Antoni M. Badia i Margarit*, III. Barcelona: Universitat de Barcelona / Publicacions de l'Abadia de Montserrat, pp. 39-61
- CÂMARA Jr, J. Mattoso (1985) *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Padrão. 1.ª ed.: 1975.
- CASTRO, Ivo (1991) *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Univ. Aberta.
- COSTA, Almeida & A. Sampaio de Melo (1994) *Dicionário da Língua Portuguesa*. 7.ª ed. Porto: Porto Editora. 8.ª ed.: 1998.
- CUNHA, Celso & Luís F. Lindley Cintra (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Dicionário Universal da Língua Portuguesa* (1995) Lisboa: Texto Editora.
- FERREIRA, A. Gomes & J. M. Nunes FIGUEIREDO (s./d.) *Gramática Elementar da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- FIGUEIREDO, Cândido de (1899) *Nóvo Diccionário da Língua Portuguêsa*. 2 vols. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão. 2.ª ed.: 1913.
- FIGUEIREDO, Eunice Barbieri de & Olívia Maria Figueiredo (1998) *Itinerário Gramatical*. Porto: Porto Editora.
- FIGUEIREDO, J. M. Nunes & A. Gomes FERREIRA (1985) *Compêndio de Gramática Portuguesa*. 4.ª reimpr. da 11.ª ed. Porto: Porto Editora.
- LUIZ, Francisco de S. (1846) *Glossario das Palavras e Frases da Lingua Franceza, que por descuido, ignorancia, ou necessidade se tem introduzido na locução portugueza moderna; com o juizo critico das que são adoptaveis nella*. 3.ª ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias. 1.ª ed.: 1816.
- MATEUS, Maria Helena Mira, Ana Maria Brito, Inês Silva Duarte & Isabel Hub Faria (1983) *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina.
- MORAIS Silva, António de (1890-1891). *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 2 vols. 8.ª edição revista e melhorada. Lisboa: Empreza Litteraria Fluminense. 1.ª ed.: 1789; 2.ª: 1813; 3.ª: 1823; 4.ª: 1831; 5.ª: 1844; 6.ª: 1858; 7.ª: 1877-1878; 9.ª: s. d.; 10.ª: 1949-1959.

- NETO, Serafim da Silva (1979) *História da Língua Portuguesa*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Presença. 1.^a ed.: 1957.
- OLIVEIRA, Fernão (1536) *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Edição fac-similada. 2.^a ed. 1998. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- PESSOA, Fernando (1997) *A Língua Portuguesa*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- ROQUETTE, J. I. (1858). *Diccionario da Língua Portuguesa de José da Fonseca, feito inteiramente de novo e consideravelmente augmentado*. Pariz: Aillaud, Monlon e C.^a 1.^a ed.: 1848.
- SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen & Dorothea Schurig (1997) *Dicionário dos Anglicismos e Germanismos na Língua Portuguesa*. Frankfurt am Main: Verlag Teo Ferrer de Mesquita.
- TEYSSIER, Paul (1982) *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa Editora. Trad. de Celso Cunha do fr. *Histoire de la langue portugaise* (1980).
- VASCONCELOS, J. Leite (1928) *Opusculos*. Vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VIANA, A. R. Gonçálvez (1904) *Ortografia Nacional. Simplificação e Uniformização Sistemática das Ortografias Portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viuva Tavares Cardoso.
- VILELA, Mário (1995) *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina.
- WEINREICH, Uriel (1979) *Languages in Contact. Findings and Problems*. 9.^a ed. Paris / New York: Mouton / Hague. 1.^a ed.: 1953.

MESA-REDONDA

O Português em África

Organizadora:
Maria Helena Mateus

MESA-REDONDA

O Português em África

Introdução

Maria Helena Mira Mateus
FLUL / ILTEC

O título desta mesa-redonda é voluntariamente ambíguo para deixar que surjam os múltiplos aspectos em que o problema pode ser analisado. São esses aspectos que enunciarei nesta introdução, necessariamente breve, visto que estamos aqui, sobretudo, para ouvir as nossas convidadas. Antes de os apresentar, vou referir as questões mais salientes que julgo caberem numa reflexão subordinada ao título: **O Português em África**.

Como pano de fundo a esta reflexão, vale lembrar que, se os governos de Cabo Verde, Angola, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Moçambique tomaram a decisão de escolher a língua portuguesa como a língua oficial dos respectivos países, isso implica que os sistemas educativos destes países têm necessariamente que corresponder a essa opção política.

Um segundo aspecto que deve estar subjacente ao tratamento da presente questão é o facto conhecido de que o Português não é a língua materna da maioria (e, em certos casos, da quase totalidade) dos estudantes, o que põe óbvios problemas ao ensino e à aprendizagem da língua desde o início da escolaridade até, por vezes, à frequência da Universidade. Moçambique e Angola têm línguas nacionais (em Moçambique falam-se 20 línguas diferentes, quase todas da família das línguas Bantu). Em Cabo Verde a língua materna falada no quotidiano é o Crioulo Caboverdiano ou língua caboverdiana. Na Guiné há falantes de Crioulo Guineense e falantes de línguas africanas como o Fula ou o Mandinga (são ao todo 17 estas línguas). Finalmente, em S. Tomé e Príncipe, existem quatro crioulos diferentes, todos de base portuguesa mas cujos falantes têm problemas de comunicação dada a distância a que esses crioulos se encontram uns dos outros. Estas sumárias referências às circunstâncias linguísticas dos vários países deve pôr-nos de sobreaviso no que respeita à especificidade linguística de cada um, e às diferenças que se manifestam entre eles com natural reflexo sobre o conhecimento e a utilização da língua portuguesa.

Tal diversidade linguística, e o facto de apenas uma minoria de falantes ter o Português como língua materna e, ainda, a circunstância de a maioria dos estudantes, nomeadamente os que vivem fora das cidades, só entrar em contacto com a língua portuguesa no início do ciclo escolar têm como corolário um primeiro grande problema, que se pode enunciar do seguinte modo:

- Qual a melhor estratégia pedagógica e didáctica para ensinar a língua da escolarização (ou seja, o Português) nos primeiros anos de aprendizagem, tanto mais que este ensino se desenrola em simultâneo com a aprendizagem da leitura e da escrita que, em si mesma, é um complexo e exigente processo de cognição e motricidade? Será correcto acrescentar a esta complexidade a dificuldade de utilização de uma língua desconhecida? Várias experiências estão em curso para mediar a aprendizagem através das línguas maternas dos estudantes. Mas mesmo essas experiências apresentam dificuldades em países como Moçambique, dada a diversidade de línguas que aí se fala, ainda que se opte pelo bilinguismo como mediação do ensino-aprendizagem.
- Um segundo problema que respeita a esta questão consiste na preparação dos professores para usarem o procedimento didáctico adequado às circunstâncias em que se encontram. Escusado será enfatizar a necessidade de criar e actualizar um bom sistema de formação de professores e de preparar materiais que lhes sirvam de apoio nas condições em que trabalham, muitas vezes em quase completo isolamento. Esses materiais devem ser, igualmente, uma fonte de conhecimento e prestígio das línguas maternas dos alunos e um apoio efectivo para o ensino do Português.
- Uma terceira questão consiste em saber qual a variedade do Português que caracteriza esta língua em cada um dos países. Poucos estudos têm sido feitos neste sentido, embora presentemente se sinta a urgência em descrever as peculiaridades que resultam de uma natural variação linguística que vai ocorrendo à medida que a língua é utilizada por mais falantes e em diversas circunstâncias. Uma prova deste interesse crescente encontra-se num projecto do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa que tem como finalidade a constituição, tratamento, análise e disponibilização de um *corpus* de variedades africanas do Português.
- Finalmente, não posso omitir um problema que diz respeito a Portugal e ao modo como tem sido – e ainda é – entendida a cooperação no âmbito do ensino da língua portuguesa. A cooperação, como o sugere o próprio termo, é um trabalho interactivo que oferece e recebe. Mas a oferta tem que se adequar ao interesse de quem recebe e, ainda mais, tem que se integrar nas circunstâncias da sua ocorrência pois só assim poderá constituir-se como cooperação para o desenvolvimento. Se Portugal nesta questão pretende apoiar a aquisição de proficiência na língua portuguesa em África, é evidente que só terá algum êxito se perceber qual é o lugar que lhe compete neste complexo processo. Os projectos de cooperação têm que se adaptar às especificidades dos países e das circunstâncias a que se destinam, sob pena de o seu êxito ficar comprometido.

Sobre estes quatro problemas falarão as nossas convidadas que passo a apresentar pela ordem por que farão as suas intervenções:

Antónia Barreto é portuguesa, doutorada em Ciências da Educação, e tem trabalhado em África desde 1978, sobretudo na Guiné-Bissau, em conjunto com organizações não governamentais. Conhece bem os sistemas educativos da Guiné e de outros países africanos de língua oficial portuguesa. Presentemente, é docente na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria, na área de formação de professores.

Amélia Mingas é licenciada pela FLUL e doutorada em Ciências da Linguagem. Trabalha no Instituto Superior de Ciências da Educação, em Luanda e é Directora do Instituto de Línguas Nacionais. É especializada em linguística africana.

Margarida Maria Silva Santos é caboverdiana, licenciada pela ESE de Setúbal. Participou em congressos e seminários sobre os países lusófonos e publicou, entre outros trabalhos, Manuais e Programas de Língua Portuguesa para o ensino básico e secundário em Cabo Verde

Ana Maria Nhampule é licenciada em língua e cultura portuguesa e tem um mestrado em desenvolvimento curricular e institucional. Trabalha no Instituto Nacional de Desenvolvimento Educativo em Moçambique e desenvolve investigação em ensino da língua portuguesa e em concepção de programas e materiais.

Maria Fernanda Pontifice é de S. Tomé, licenciada pela Universidade de Lisboa, foi Ministra da Educação e Cultura de S. Tomé, tem experiência profissional em vários níveis de ensino, participou em equipas de trabalho e coordenou grupos de trabalho no Ministério da Educação e Cultura. Foi responsável nacional do *Projecto de Melhoria da Língua Portuguesa* desenvolvido em cooperação com a Fundação Gulbenkian de Portugal.

Percursos do sistema educativo guineense: as experiências de ensino integrado – CEPI e CEEF

Antónia Barreto

Escola Superior de Educação de Leiria

Lanca fundiadu ka ta gana freti

(Lancha fundeada não faz frete.

É preciso desiocar-se à procura de trabalho.

Se não se procura não se encontra!)

Provérbio guineense

1. O período colonial

Durante o período colonial o sistema oficial de ensino implementado na Guiné-Bissau dirigia-se apenas a uma franja muito reduzida da população: até 1961, data da revogação do estatuto de indígena, só os filhos de europeus e os africanos assimilados que constituíam 3% da população tinham acesso à escolarização oficial. Cabia às missões católicas a intervenção a nível da educação dos considerados não civilizados, e os acordos entre Portugal e o Vaticano definiam que esta educação deveria estar de acordo com a doutrina veiculada na Constituição portuguesa e seguir os programas governamentais. Deveria esta escolarização ser feita na língua portuguesa e o uso das línguas maternas seria apenas possível para a evangelização.

Nesta linha fomenta-se a depreciação das culturas étnicas em função da cultura europeia e as línguas maternas são consideradas a expressão da não civilização do africano.

Na década de 60, graças à política de criação da «Guiné melhor», verificou-se algum investimento oficial no sistema educativo da colónia, mas mantém-se quanto à forma e conteúdo o decalque esbatido de alguma evolução que vinha acontecendo na Metrópole. Se teoricamente todos podiam aceder ao ensino primário oficial, de 4 classes, este existia apenas nos centros urbanos e militares. Pelo resto do território foram criadas escolas de posto onde eram leccionadas as duas primeiras classes do ensino primário. A partir de um colégio privado foi criado em Bissau um liceu onde passaram a ser ministrados o ciclo preparatório e ensino secundário. A única escola de ensino técnico foi criada em 1968/ 69. No limiar da independência, em 1973, havia 1145 professores, sendo 974 do ensino básico, mas destes apenas 4% eram diplomados, 31% eram professores de posto e 65% eram monitores escolares, portanto sem habilitações profissionais para leccionarem as quatro classes do ensino primário (cf. Macedo, A., *A educação na República da Guiné-Bissau*. Braga, 1978).

2. O ensino na luta de libertação

O PAIGC assumiu, durante a luta pela independência, a promoção do ensino básico entre as populações das zonas libertadas e a formação dos quadros como tarefas fundamentais. A valorização da educação e o seu papel no desenvolvimento das sociedades e na criação de riqueza constituíam princípios doutrinários que Amílcar Cabral assumiu como pilares fundamentais da sua filosofia da libertação. Ideologicamente Amílcar Cabral definira o papel do ensino: motor do desenvolvimento pela valorização da diversidade cultural das suas gentes e pela vitória sobre as tradições arcaicas que dificultam a sua evolução. A diversidade cultural é considerada como riqueza do país que é preciso conhecer e as línguas étnicas são a expressão dessa riqueza. A língua portuguesa é um património que permite a comunicação da Guiné com o mundo.

À medida que foi aumentando o território controlado pelo PAIGC foram-se multiplicando as escolas do mato, fora das povoações rurais para evitarem os ataques. Nelas era feita a alfabetização de crianças (apenas a partir dos 10 anos para facilitar a fuga se fosse necessário) e jovens, implementando o estudo de conteúdos retirados da história e da cultura dos povos que constituíam a Guiné-Bissau. A maior parte destas escolas leccionavam apenas dois anos de escolaridade e o ensino era assegurado por jovens habilitados com o ensino primário e apoiados por algum material didáctico impresso com a ajuda dos países apoiantes da luta pela independência, sobretudo a Suécia. Foram criados alguns internatos, frequentados sobretudo pelos filhos dos guerrilheiros, apoiados pela ajuda internacional. Neles leccionava-se os ensinamentos primário e secundário com objectivos muito definidos de formação política, sociológica e antropológica dos alunos. Deu-se também particular importância nos internatos ao trabalho produtivo dos alunos, como forma de auto-subsistência dos internatos e como forma de valorização da identidade cultural. O ensino médio e superior era feito no estrangeiro.

Podemos, em especial no que diz respeito ao ensino básico elementar, considerar este momento da história da educação da Guiné como um período em que se procurou a implementação de um ensino endógeno, adaptado às necessidades das populações e em que a cultura se torna um recurso pedagógico e é objecto de estudo, de forma a que a Escola não fique um acontecimento ou um acto cultural estranho.

3. O período pós-independência

No sistema de ensino, após a independência em 1974, embora mantendo a linha ideológica do Partido para a educação, pratica-se a continuidade da estrutura organizacional e curricular herdada do período colonial. Foram substituídos programas (de História, de Geografia, de Ciências Sociais...), introduzidos outros (formação militante, trabalho produtivo, por exemplo) e expurgados conteúdos, mas a orientação do sistema nacional de ensino não sofreu alterações de fundo, pelo contrário.

avolumaram-se as contradições decorrentes de múltiplas influências externas difíceis de conciliar entre si e de se adaptar à realidade sócio cultural do país. Com efeito, fruto de protocolos de cooperação internacional e da penúria de quadros guineenses no ensino, este é implementado com a colaboração de docentes do leste europeu, de Portugal, dos países nórdicos, de Cuba, da América do Sul. A concepção e a gestão da administração escolar foram durante anos apoiadas pela cooperação cubana enquanto que a reorganização dos programas contou com o apoio de cooperantes dos países de leste e de portugueses. A maior parte dos materiais pedagógicos, impressos e policopiados, eram adaptações de manuais portugueses, embora também se tenha produzido selectas literárias de grande qualidade, fruto da pesquisa criteriosa sobre autores africanos de expressão portuguesa, e se tenham produzido manuais de ciências sociais cujo conteúdo era o estudo da história, da geografia e da sociedade da Guiné-Bissau, da sua inserção no continente africano e no mundo. A docência do ensino básico era assegurada pelos professores guineenses mas a formação destes era sobretudo assegurada pela cooperação da América latina. A coerência interna do sistema era difícil de obter. Apenas um sistema centralizador e com recurso a formas de controlo e de repressão assegurava a manutenção deste equilíbrio tão instável. O controlo ideológico do Estado e do Partido estendia-se aos conteúdos programáticos, aos métodos, à avaliação da aprendizagem e à formação dos professores.

Procurou-se fazer a ligação entre a escola e o campo, o estudo e o trabalho produtivo pela criação da obrigatoriedade do trabalho produtivo na escola e pela teorização sobre o assunto na disciplina de formação militante, mas estas medidas não produziram os efeitos esperados. Teve lugar, nos primeiros anos da independência, um grande aumento do número dos alunos que frequentavam o ensino, agora apenas oficial, mas mantinham-se no essencial as características que provocavam a insatisfação face ao sistema educativo, já no período colonial. O currículo escolar uniformizado não estava adaptado à realidade sócio cultural guineense, era pouco sensível à diversidade e riqueza cultural cujo conhecimento não promovia, estava vocacionado para atingir objectivos ligados ao prosseguimento de estudos, contribuindo portanto para o êxodo rural, e implementava processos de estudo pouco sensíveis à valorização da pesquisa e à construção do conhecimento pela relação dialéctica teoria – prática.

4. O CEPI como experiência de ensino integrado

Apesar de ser um sistema de ensino centralizado, a não cobertura do território nacional facilitou a implementação de múltiplas experiências que encontraram sobretudo fora de Bissau (onde se concentravam 80% dos alunos do ensino pós-primário em meados da década de 70) terreno propício à sua receptividade.

País agrícola, a maior parte da população activa dedicava-se à produção do arroz, base da sua alimentação e principal fonte de riqueza, complementada nas regiões do leste pela produção de mancarra e pelo comércio fronteiriço. O período colonial trouxera alguma evolução às sucessivas capitais da província (Cacheu, Bolama, Bissau, embora as duas primeiras tenham entrado de seguida numa acelerada decadência) mas não tinha havido quaisquer estratégias de desenvolvimento do interior do país. A luta armada de libertação teve como cenário principal o interior e ideologicamente propunha-se um desenvolvimento endógeno, assente na promoção da agricultura e no conhecimento e valorização do mundo rural. Era portanto preciso inverter o modelo vigente de relação cidade/ campo. Algumas etnias conservavam ainda com grande pureza as formas ancestrais de produção, de se relacionarem entre si e com o exterior, o que constituía curiosidade e atracção internacionais. Acreditava-se na altura que facilitaria a “pureza” da experiência.

4.1. Objectivos

No seguimento de contactos estabelecidos entre os dirigentes do Ministério da Educação e o pedagogo brasileiro Paulo Freire foram criados os Centros de Educação Popular Integrada (CEPI) cujos objectivos eram os seguintes:

- retomar a experiência pedagógica vivida pelo PAIGC nas antigas zonas libertadas
- experimentar no mundo rural formas de ensino integradoras
- valorizar as tradições e os conhecimentos e incentivar a reflexão científica dos alunos e da população sobre o seu meio natural, e o seu papel na transformação desta no meio e na reconstrução nacional
- fornecer à educação nacional os dados necessários à materialização de um sistema de ensino integrado para o mundo rural
- formar jovens ao longo do ensino básico na utilização dos recursos do meio estabelecendo relações sistemáticas e estreitas entre a escola e a vida económica, sócio política e cultural da sociedade rural
- experimentar formas de educação e de formação no âmbito das comunidades rurais onde o CEPI se encontra, de tal maneira que os próprios camponeses pudessem tornar-se agentes do seu próprio desenvolvimento
- em colaboração com os outros agentes de desenvolvimento do meio rural, promover acções concretas de desenvolvimento local, com maior preocupação para a integração dos antigos alunos nessa acções
- dar aos professores do CEPI uma formação polivalente, qualificado-os para o cumprimento destes objectivos.” (*Proposta da comissão nomeada para revisão dos objectivos do CEPI no seminário nacional de avaliação, 1984, texto policopiado*).

A experiência CEPI foi iniciada no ano lectivo de 1977/1978 no centro de Cufar, região de Tombali, aproveitando as instalações de um antigo quartel. Mais tarde, ao

longo dos sete anos de experiência, criaram-se os centros de Bará e Batucar na região de Cacheu, Cassacá no sector de Cacine, Cubucare no sector de Bedanda e Sonaco na região de Gabu.

Eram centros escolares onde se leccionava o ensino básico complementar, hoje 5º e 6º anos de escolaridade, e se fazia a formação em serviço dos professores, mas cujos princípios orientadores e práticas transcendiam aquilo que era usual acontecer na Escola. Os centros definiram-se como “estando orientados fundamentalmente para a busca, a nível local, de conteúdos, métodos e práticas sociais e pedagógicas capazes de pôr em movimento comunidades rurais a partir da sua base, de maneira a que os próprios sujeitos se apropriassem dos processos de desenvolvimento” (In *Proposta da comissão nomeada para revisão dos objectivos do CEPI no seminário nacional de avaliação*, 1984, texto policopiado). A opção pelo básico complementar assentou na necessidade de encontrar um modelo de escola que permitisse aos filhos das populações rurais prosseguirem estudos sem terem que abandonar as aldeias. Situar-se entre a etnia balanta, manjaca e mandinga, portanto envolvendo populações bastante diferentes nos usos, costumes, valores, tradições, religião. A inserção na diversidade constitui uma estratégia utilizada na experiência.

4.2. Língua de ensino

A língua utilizada no ensino foi o português, também estudado com conteúdos programáticos específicos, integrados nas áreas temáticas, mas com a consciência de que era para os alunos língua estrangeira e, portanto, implicando metodologia apropriada. Na comunicação com as comunidades utilizavam-se as línguas étnicas, maternas para os alunos e para alguns dos professores, seleccionados com base em vários requisitos, entre eles o de dominarem a língua da comunidade em que o centro estava inserido. O crioulo era a língua utilizada no funcionamento diário do centro, recomendando-se a sua utilização em situação de ensino como ajuda a ultrapassar problemas de compreensão da língua portuguesa. Esta postura perante a problemática linguística do ensino na Guiné-Bissau constitui para a época situação inovadora. Com efeito, mau grado a dificuldade na comunicação e expressão em língua portuguesa, esta era tradicionalmente ensinada como língua materna e o crioulo não era ainda realmente a língua de comunicação nacional.

4.3. Formação de professores

Implementou-se ao longo do período de funcionamento dos centros um programa de formação em serviço de professores, levado a cabo por professores formadores guineenses, apoiados por técnicos estrangeiros em permanência, ou não, nos centros. Esta formação semanal incidia sobre a planificação das actividades e a sua execução, respeitando o itinerário pedagógico previsto, e habilitava para a utilização dos materiais pedagógicos disponibilizados: manual do aluno e manual do professor. Aliás, parte desse material foi produzido ou readaptado no âmbito desta formação em serviço.

Realiza-se em reuniões semanais dos professores com os formadores, em actividades de estudo individual e em acompanhamento de aulas por parte dos formadores.

A experiência CEPI terminou em 1984 tendo já nos anos anteriores vindo paulatinamente a encerrar alguns dos centros. As experimentações têm tempo limitado de realização, findo o qual as conclusões a retirar são introduzidas ou não nos sistemas e acordo com as avaliações feitas. No caso dos centros CEPI estes permitiram retirar conclusões muito significativas para a evolução do sistema de ensino mas, em meados da década de 80, a urgência política em torno de certas problemáticas tinha-se alterado. Se faltava encontrar um sistema eficaz de formação de professores, que diminuísse o abandono e insucesso escolares, que captasse as raparigas para a escola, não existiam os princípios estruturantes da década de 70 (que porventura também não corresponderiam nessa altura a preocupações efectivas de muitos) como, por exemplo, os da subalternização do mundo rural e valorização da cultura como promoção da identidade. Foram feitas sucessivas avaliações dos resultados e dos processos implementados nos centros, expressas em reuniões e relatórios de investigação, mas não traduzidas em medidas políticas e pedagógicas de fundo.

A evolução dos centros demonstrara a sua incapacidade em impedirem a emigração dos jovens para os centros urbanos e para a procura do ensino secundário liceal, para a corrida ao funcionalismo publico, afastando-os das actividades agrícolas. Também os centros permaneceram dependentes em absoluto do financiamento externo que assegurava salários de técnicos, transportes, salários de professores, funcionamento em geral. Nasceram e permaneceram como estruturas de projecto do conhecimento do Ministério da Educação mas à margem deste e do sistema nacional de ensino.

5. Os Centros experimentais de educação e de formação (CEEFF)

Em 1984 tomou-se a decisão no Ministério da Educação de prosseguir a experiência de um modelo de ensino diferente do nacional mas readaptando finalidades, orientações, objecto da experiência do CEPI. Constituiu-se um grupo de trabalho que inclui elementos ligados ao anterior projecto com a função de sistematizar o material produzido pelo CEPI e de elaborar o corpo do novo projecto. Em 1986 este grupo, que associa técnicos estrangeiros e professores nacionais, é incluído no INDE (Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação), no âmbito do departamento do ensino básico, portanto gozando de enquadramento institucional, o que não acontecera com a experiência anterior, mas colocando em larga medida o funcionamento do projecto na dependência do orçamento do Ministério. Consideraram-se duas vertentes: a dos Centros vocacionados para o ensino designados por CEEF e a formação de professores que acompanha o trabalho feito nesses centros.

Definiu-se à partida como objectivos dos CEEF

Retomar e revalorizar a experiência pedagógica do PAIGC nas antigas zonas libertadas.

Fazer experiências no meio rural, de formas de ensino e formação integradas, a saber:

- valorizar as tradições e os conhecimentos das populações e incentivar a reflexão crítica da população e dos alunos sobre o seu meio natural e o seu papel na transformação desse meio e na reconstrução nacional;
- fornecer à educação nacional os dados necessários à materialização de um sistema de ensino integrado para o meio rural;
- formar agentes para a utilização dos recursos do meio, estabelecendo relações estreitas entre a escola e a vida económica, sócio política e cultural da sociedade rural, tornando-os capazes de trabalhar em nível de todo o ensino pré-escolar, básico e da formação comunitária;
- fazer experiências de formas de educação e de formação no âmbito das comunidades rurais, por forma a que os próprios camponeses possam tornar-se agentes do seu próprio desenvolvimento (in Relatório de criação do projecto, documento policopiado, 1986).

Para a formação de professores foram definidos os seguintes objectivos:

- recuperar, seleccionar e sintetizar todos os elementos estruturais e pedagógicos das experiências formativas do país, da educação em geral e do CEPI em particular;
- reforçar o nível de conhecimentos de todas as áreas, sobretudo de português, matemática e ciências aplicadas, na medida em que seja necessário para o desempenho da função docente em todo o ensino básico;
- dar aos professores os elementos necessários para o desempenho das actividades pedagógico didácticas, como professores do ensino básico e como enquadrados da escola no meio sócio económico e cultural específico;
- desenvolver nos professores a capacidade de assumir a gestão e a administração das escolas;
- formar equipas de supervisão a nível regional;
- produzir e experimentar material didáctico de formação;
- possibilitar a reprodução noutras regiões do país (in *Documento de apresentação da experiência*, 1986, documento policopiado).

Parte destes objectivos deixaram de ser mencionados no decurso do projecto o que, considerando a mobilidade da equipa que o implementava, significou claramente o seu abandono, embora isto não tenha sido assumido. Mantiveram-se globalmente os objectivos respeitantes à formação de professores.

Optou-se pela focalização do projecto no ensino básico elementar, não descurando o pré-escolar e ensino básico complementar, o que veio a acontecer logo no primeiro ano de funcionamento.

Para levar a cabo estes objectivos decidiu-se reduzir o número dos antigos seis centros CEPI para quatro e especificar as dimensões da experiência nos centros que continuassem activos: o centro de Bará assumiria a experiência do currículo do pré-escolar e básico elementar, o de Cufar a formação de professores, o de Darsalame o ensino básico complementar e o de Bedanda a animação comunitária.

Foi encontrado financiamento na comunidade europeia e no CIDAC, e em 1986/1987 inicia-se o funcionamento do centro experimental de formação de professores de Cufar e o centro experimental de ensino de Bará. Esta especificidade de cada centro foi de seguida abandonada pela dificuldade de formação a distância dos professores do centro de Bará que viu, no segundo ano de funcionamento, a impossibilidade de continuar o projecto no âmbito do pré-escolar porque a educadora decidiu não permanecer no projecto. Os outros centros experimentais previstos não chegaram a entrar em funcionamento. Ficaram os centros de Cufar e de Bará com as mesmas funções e, mais tarde, em 1989 criou-se o centro de Uno, no arquipélago dos Bijagós.

Criou-se então uma estrutura organizativa: os centros enquadravam uma ou várias escolas, ou classes dentro de escolas, e os respectivos professores eram funcionários do Ministério da Educação. Cada centro tinha uma estrutura directiva e apoio técnico no local. Em Bissau, fazendo parte do INDE, estava sediada a direcção do projecto (um director nacional) e a equipa técnica, responsável pela concepção e elaboração das unidades didácticas, programas, material pedagógico, acompanhamento e avaliação da experiência. Portanto, ao contrário do que se passara com os centros CEPI, procurou-se a implicação do Ministério da Educação que é a entidade responsável pelo projecto.

A experiência prevista para terminar em 1990 (data não coincidente com os períodos de financiamento externo) prolongou-se até 2003.

Passaremos de seguida, tal como fizemos para os centros CEPI, a sistematizar alguns dos vectores do projecto.

5.1. Evolução dos objectivos e dimensões do projecto

Ao longo dos sete anos da experiência foram sendo assumidos novos objectivos, clarificando-se outros e abandonados alguns, do projecto inicial, sem que isso passasse por necessárias clarificações entre os intervenientes no projecto. Se no início a experiência de um sistema de ensino integrado nos meios rurais e tradutor da identidade das populações e a formação de professores do ensino primário eram consideradas as finalidades do projecto, estas evoluíram para a problemática da utilização do crioulo no ensino, para a introdução do ensino da língua portuguesa e sua metodologia, para a adesão das comunidades à escola, mantendo-se a formação de professores.

No período imediatamente a seguir à independência verifica-se o *boom* de matrículas, mas já em meados da década de 80 algumas comunidades, entre elas a manjaca, etnia tradicionalmente voltada para as migrações periódicas para o Senegal, revelaram dificuldades na inserção da escola oficial e tiveram grandes níveis de abandono. Por toda a Guiné o trabalho doméstico das raparigas e a sua educação tradicional dificultaram a sua presença na escola. O alargamento à ilha de Uno em 1989 teve como principal objectivo experimentar um modelo de escola que captasse as populações para o ensino.

5.2. A questão curricular

No seguimento do modelo implementado pelo CEPI, decidiu-se organizar o currículo por unidades temáticas e dentro destas trabalhar os conteúdos de língua, cálculo, estudo do meio e expressões linguísticas. Havia um período de inserção do aluno a que se chamou fase propedêutica. A saúde foi o tema agregador escolhido para os dois primeiros anos de escolaridade. Foram produzidos os manuais de apoio ao professor com relativa facilidade pela participação de uma técnica oriunda do Ministério da Saúde que elaborou as unidades didácticas experimentais de educação sanitária (UDEES). Apenas em 1990 se definiram quais os temas agregadores para o 3º e 4º anos de escolaridade e se elaboraram os materiais para alunos e professores. Esses temas foram: meio ambiente e sua utilização, a comunidade e a sua cultura.

Durante dois anos lectivos, por falta de concepção da experiência para além do 2º ano de escolaridade, os alunos transitaram do ensino experimental para o ensino regular oficial. Houve dificuldade na adesão de alunos e professores ao trabalho produtivo, actividade prevista no projecto, embora não se implementasse o itinerário pedagógico do CEPI: estudo da realidade, conhecimento científico, trabalho prático. Houve a preocupação de trabalhar com os recursos do terreno, de aproximar o que se fazia nas aulas da realidade cultural. Procurou-se um ensino com métodos activos, recorrendo à observação, a trabalhos práticos, mas abandonou-se a dimensão da pesquisa como instrumento de formação pedagógica e valorização das identidades. Surgiram actividades de complemento curricular como, por exemplo, o teatro de fantoches e a recolha das tradições orais.

5.3. Formação de professores

Previra-se a selecção de professores entre professores habilitados com o magistério primário. Na realidade a fuga de quadros e as fracas condições de funcionamento do ensino na Guiné não o permitiram, tendo-se recorrido a antigos estudantes liceais, ou habilitados apenas com o ensino básico complementar Organizaram-se cursos de formação intensiva obrigatórios para os professores, a decorrer em Bissau, vocacionados para a formação científica, e cursos de formação acompanhada a decorrer nos centros, feitos pelos técnicos a residirem localmente e portadores de competências em supervisão. Estes técnicos e parte da equipa de Bissau tinham sido alunos e professores do CEPI. A sua formação no período da experiência foi feita por técnicos estrangeiros, suecos e portugueses, estes da responsabilidade do CIDAC, em seminários organizados para o efeito A actividade desta equipa na supervisão, na concepção e elaboração de programas e materiais didácticos, e na coordenação criou uma intensa e sistemática dinâmica de auto formação que levou a que actuassem com grande competência.

Pela frequência com sucesso durante dois anos dos cursos intensivos e com acompanhamento, os professores das classes experimentais obteriam a certificação de habilitação profissional para o ensino, atribuída pelo Ministério – o que nunca se conseguiu, desmotivando todos os implicados no processo.

5.4. A questão linguística

A problemática linguística tornou-se, durante o decorrer do projecto (não na sua concepção inicial), o aspecto mais emblemático e mais perturbador.

A decisão foi a de utilizar a “língua comunitária, o crioulo, como língua de ensino para melhor facilitar a aprendizagem dos conteúdos e a inserção das crianças na escola” (*Relatório de projecto*, 1990, documento policopiado). Aqui recupera-se o ponto de vista do CEPI sobre o contributo do domínio do código linguístico para a inserção e adesão à escola, muito embora o crioulo na altura não fosse de domínio corrente nas zonas de implantação dos centros experimentais (línguas manjaca, balanta e bijago) mas seria, sem dúvida, a língua que “alastrava” tornando-se efectivamente a língua nacional. De salientar a forma, hoje em dia curiosa, como era referida na documentação produzida na altura. Estávamos num período histórico em que as justificações eram procuradas nos princípios políticos enunciados por Amílcar Cabral e este fora bastante claro quanto ao entendimento da língua portuguesa como língua oficial. Também mal começavam a despertar sensibilidades para o estudo das línguas maternas e o crioulo não só não era língua materna para muitos guineenses como era uma língua apenas de comunicação oral. “A população tem uma atitude passiva e às vezes mesmo negativa quanto à introdução do crioulo. As camadas sociais mais elevadas consideram o crioulo como a “língua dos negros e as camadas mais baixas vêem o português como a única possibilidade para um melhor futuro” escrevia Mart Hovens num texto sobre a questão linguística dentro da experiência CEEF (documento policopiado, 1992).

A problemática assumiu com clareza contornos políticos: para os que na qualidade de técnicos iniciaram a tarefa da concepção do projecto, o crioulo enquanto língua da identidade nacional deveria ser língua de ensino e língua estudada, e a língua portuguesa seria estudada numa metodologia de língua estrangeira apenas na segunda fase do primário elementar (3ª classe) para alguns, ou apenas a partir do complementar (5ª classe) para outros. Para a classe política a situação era muito delicada e dividiu-se entre a adesão absoluta ao ensino do crioulo e em crioulo, a ignorância do problema, a remissão para soluções tecnicistas: se na Europa a alfabetização era feita a partir das línguas maternas, então na experiência também se deve trabalhar em língua balanta, manjaca, bijago. Aqui também os parceiros financiadores do projecto intervieram: por exemplo, considerou-se que não era um projecto gratificante para Portugal uma vez que não promovia a língua portuguesa na linha do que estava a ser feito por outros projectos de ensino.

Durante 1987, 1988, 1989, o projecto decorreu com implantação nos dois primeiros anos de escolaridade e utilizando-se o crioulo como língua veicular, mas também como matéria de estudo. Foi feito um grande esforço de definição do alfabeto crioulo e decidiu-se que seria estudado o crioulo escrito, em alfabeto manuscrito e de imprensa. Foram elaboradas fichas de alfabetização em crioulo, distribuídas por todos os alunos, embora nunca se esclarecesse a metodologia dessa alfabetização. Para os anos acima referidos estiveram envolvidos na experiência cerca de 300, 600 e 1040 alunos respectivamente (neste último ano com 31 classes experimentais).

As questões de quando introduzir o estudo da língua portuguesa e como o fazer tiveram decisão tardia no projecto. Optou-se em 1989 por introduzir o português na sua forma oral a partir do segundo ano de escolaridade, e na forma escrita a partir do 3º ano. Nessa altura assumiu-se, no âmbito do projecto, que o crioulo teria apenas o papel de facilitar a adesão à escola, daí o seu ensino nos primeiros anos, e que o objectivo era o ensino-aprendizagem do português numa metodologia de língua estrangeira com recurso ao crioulo sempre que metodologicamente fosse pertinente. Produziu-se material pedagógico específico para alunos e professores, para as fases de oralidade e de escrita em português.

6. Avaliação

Na época um dos aspectos importantes a avaliar foi o da língua, foram realizadas avaliações no âmbito do projecto, do INDE e do CIDAC sobre os resultados das aprendizagens das crianças. Em comum concluíram que havia menos abandono escolar e maior competência na leitura e na escrita nas classes provenientes dos dois primeiros anos de escolaridade do projecto do que nas classes provenientes dos dois primeiros anos do ensino oficial regular. No entanto, as dificuldades na compreensão do que liam e do que escreviam eram idênticas. Por outro lado as condições mais regulares de funcionamento da escola no projecto, o apoio dado aos professores e o seu menor absentismo criaram condições que não permitem colocar em pé de igualdade o ensino ministrado.

Por parte do projecto e do CIDAC houve também a preocupação de avaliar outros aspectos, nomeadamente a formação dos professores. Aqui os resultados apontaram para a validade de um sistema de formação em serviço descentralizada. Mas a dependência do financiamento externo dificultou o cumprimento de actividades previstas, em especial as de supervisão no terreno, agravadas pelas dificuldades físicas de deslocação pelas escolas, que aumentaram quando o projecto se alargou aos Bijagós. O constante atraso no pagamento de salários e a falta de condições nos centros não ajudavam à fixação de docentes.

Pretendia-se que o projecto não fosse uma experiência isolada e com impacto reduzido, daí a sua inserção no Ministério de Educação. No entanto, a mobilidade de responsáveis ministeriais, a desagregação a que se foi assistindo dentro do INDE e no Ministério em geral não propiciaram essa integração. No início definiram-se objectivos de grande envergadura para o projecto e assumiu-se o seu carácter experimental. A evolução mostrou a dificuldade no controlo dessa experiência por razões internas e externas, e a complexidade da sua implementação num contexto em que a instabilidade política, social e organizativa eram permanentes, resultando daí o “fechamento” do projecto como forma de sobrevivência, os períodos longos de indefinições e de dificuldades logísticas.

A dependência externa fez-se sentir intensamente no acompanhamento técnico externo: foram afectados ao projecto cooperantes sem obedecer ao planeamento previsto; do mesmo modo não foram encontrados recursos humanos para intervenções

consideradas absolutamente necessárias. O projecto evoluiu ao sabor das pressões da cooperação internacional, CIDAC, cooperação holandesa e sueca que defendiam caminhos não coincidentes, valendo o peso da participação financeira. Também foram desenvolvidos esforços por parte do CIDAC para se estabelecer um diálogo entre organizações portuguesas intervenientes em projectos de intervenção no sistema de ensino na Guiné-Bissau, o que nunca se conseguiu.

A experiência dos centros de educação e formação terminou em 1994, sendo uma parte dos seus objectivos recuperada no projecto de desenvolvimento da educação nos Bijagós, implementado a partir de 2001.

Multiplicidade linguística: A língua portuguesa em Angola

Amélia Arlete Mingas

Universidade Agostinho Neto- ISCED/Luanda

Introdução

Uma análise da interacção linguística, no mundo moderno, permite-nos constatar a construção política e histórica de espaços linguísticos, que atribuem especiais responsabilidades a comunidades multicontinentais, com impacto no contexto internacional.

No que respeita à língua portuguesa, os elementos integrantes da CPLP, Comunidades dos Países de Língua Oficial Portuguesa, têm essa língua como património comum e é fácil verificar que ela constitui o elemento identificador por um lado, dos membros da comunidade portuguesa e por outro, um dos elementos identificadores dos membros das restantes comunidades integrantes da CPLP. A língua portuguesa constitui um instrumento próprio a essas comunidades e resulta de uma construção histórica que se consolidou na tensão dialéctica entre a aceitação e a repulsa, entre a imposição e a liberdade, que representava o poder colonial e a ideia de independência e liberdade.

Independentemente dos factores que para isso contribuíram, certo é que a comunidade internacional conta hoje com uma realidade geopolítica que é reconhecida pela sua identificação linguística, sem, no entanto, pôr em causa a identidade política autónoma dos que a integram.

Quer isto dizer que, para lá dos elementos identificadores de cada um dos Estados e povos que constituem a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa – e em que os seus contextos culturais e linguísticos locais são elementos determinantes – há uma efectiva transnacionalização de um património – a língua portuguesa – que surge, não com uma única mas várias identidades e que se foram, progressivamente, construindo.

Importa contudo, salientar que apesar disso, esta comunidade conhece e reconhece-se nesse património. E é reconhecida por ele.

Língua e variação

A problemática da língua portuguesa em Angola permite-nos admitir que se torna necessário e urgente criar condições para que seja feito o inventário do português fundamental dos países membros da CPLP, porquanto sem o seu inventário, estudo e

monitorização, poderá estar ameaçada a manutenção da possibilidade de intercompreensão que ainda existe entre os diversos falantes de LP.

Por outro lado, óbvio se torna admitir ser decisivo, para a análise das potencialidades desta comunidade linguística e histórica, determinar o grau de comprometimento dos poderes públicos e políticos numa estratégia de desenvolvimento da língua portuguesa, não apenas como instrumento de comunicação mas igualmente como realidade em construção em Estados autónomos e independentes.

Enquanto as línguas locais são elementos quase genéticos de identidade dos cidadãos, a língua portuguesa cumpre uma funcionalidade específica, inter-relacionando as várias comunidades linguísticas de um mesmo País, dos vários Países integrantes da CPLP e de comunicação no contexto internacional mais alargado.

Essa funcionalidade está, por isso, associada a uma utilidade, constituindo um elo comunicacional que se desenvolve em vários patamares – o nacional, o comunitário e o internacional.

O português de Angola

1. Considerações gerais

A dinâmica do fenómeno de troca cultural que se desenvolveu durante a época colonial, entre os Angolanos e os Portugueses, implicou modificações substanciais da língua portuguesa. Independentemente dos factores que para isso contribuíram, certo é que a comunidade internacional conta hoje com uma realidade geopolítica que é reconhecida pela sua identificação linguística, sem, no entanto, pôr em causa a identidade política autónoma dos que a integram.

Da mesma forma que se constata evoluções no contexto de uma mesma realidade nacional, incorporando a modernidade e novas formas de representação linguística dessa realidade, porquanto a língua é uma entidade dinâmica, de igual modo se deve reconhecer a contribuição dada pelos vários grupos de falantes da LP para a construção de formas distintas de representar essa mesma língua.

Essa dinâmica é gerada pela própria sociedade, pelas relações entre as pessoas, pela necessidade, enfim, de estabelecer um patamar de compreensão em que todos se insiram.

2. A língua

No que respeita a Angola, a adaptação da língua portuguesa a novos contextos sócio-culturais manifesta-se em vários contextos, como se pode verificar abaixo:

- (1) – Ao nível da abertura vocálica, em ordem inversa à articulação portuguesa;
- (2) – Na tendência para a anulação do ditongo decrescente;
- (3) – Na anulação da ênclise pronominal;

- (4) – Na fraca percepção da diferença entre tempos verbais, particularmente entre o imperfeito (raramente utilizado) e o perfeito;
- (5) – Na tendência à nasalização consonântica;
- (6) – Na lexicalização de vários itens oriundos das línguas locais como, por exemplo:

i. Língua kimbundu

- . – kamba, de *dikamba*; “amigo”
- . – cota, de *dikota*; “pessoa adulta”
- . – cangar, de *kukanga*; “prender, amarrar”
- . – cochilar, de *kukoxila*; “dormitar”
- . – bombó, de *mbombo* “mandioca amolecida em água”¹

ii. Língua umbundu

- . – loengos, de *olohengo*; “frutos silvestres”
- . – losakas, de *olosaka*; “pequenas beringelas”
- . – suanga, de *swanga*; “esparregado de folhas de mandiocqueira”
- . – seculo, de *sekulu*; “o mesmo que cota”

iii. Língua kikongo (Cabinda)

- . – matiti, de *matiti*; “relva”
- . – bacamas, de *bakama*; “elementos de uma seita religiosa”
- . – maiaca, de *mayaka*; “pães de mandioca”
- . – Buce Zau, de *Mbuku Nzawu*, nome de uma localidade
- . – Simulambuco, de *'Nsi ya Mambuco*, “Terra do Mambuco”, um sítio histórico.

Conclusão

Face ao acima exposto, pensamos que, para uma realidade multipolar como é a da língua portuguesa, falada em vários países de vários continentes, só são entendíveis vários sistemas e vários instrumentos para lidar com ela. Com efeito, o seu contacto com outras línguas e culturas deixou nela marcas que demonstram a sua adaptabilidade a esses novos contextos.

Pensamos que os poderes políticos devem lidar com algumas questões inultrapassáveis.

Em primeiro lugar, que o papel desempenhado pela língua portuguesa em cada um dos Países, não inviabiliza, necessariamente, a possibilidade de afirmação das línguas locais, enquanto formas de expressão de valores e de representação da realidade social. O que é decisivo, nesse domínio, é que os Estados desenvolvam orientações estraté-

¹ Depois de seco, é ou pulverizado e utilizado para a confecção do funge, prato tradicional angolano, ou ainda assado e comido com jinguba (amendoim) torrada.

gicas, definam políticas e mobilizem recursos para a dinamização, estudo, divulgação e protecção das línguas locais. É preciso criar condições, não de hostilidade, mas de convivência, da língua portuguesa e das línguas locais, na medida em que cada uma destas realidades representa papéis distintos.

Em segundo lugar, que a utilização externa de uma língua comum facilita a expressão de interesses comuns e específicos, dá escala à representação desses interesses no contexto internacional. De resto, a sua utilização não é mais do que a natural expressão de uma realidade política instituída por vontade dos povos e dos Estados que integram a CPLP. Ou seja, faz sentido que uma comunidade política se expresse numa realidade linguística comum, sempre que ela se apresenta como tal.

Pensamos também que seria importante a criação de uma Academia da Língua Portuguesa, com uma natureza científica, técnica e eminentemente académica, e que tivesse por objecto geral a análise permanente, o estudo e o acompanhamento da evolução da língua nos vários países que a falam. Um desafio que se dedicasse igualmente à promoção de propostas de divulgação (edições, conferências, e outras) ou de estímulo do estudo da língua (instituição de prémios, avaliação do sistema de bolsas e de intercâmbio de docentes e alunos, e outras).

É claro que uma instituição deste tipo, com uma dinâmica inclusiva e de representação das várias realidades da língua e de cariz académico e científico, não esgota as potencialidades de outras formas de organização que contribuam para os mesmos objectivos.

Não exclui, por exemplo, a criação de Academias de Letras nos vários Países que falam português, eventualmente estimuladas pela experiência da portuguesa, dirigidas ao acompanhamento, orientação e controlo dos sistemas de estudo, evolução e preservação dos traços comuns que a língua portuguesa induz. Como admite, e até exige, o reforço da cooperação nos sistemas escolares e de políticas de ensino, bem como na promoção da língua nos meios de comunicação de massas.

Deve continuar a apostar-se na criação de condições para que técnicos dos vários países tenham a possibilidade de discutir, trocar opiniões e experiências sobre a vivência concreta da língua portuguesa. Como se deve igualmente promover a formação de quadros, o intercâmbio de docentes e alunos, a concessão de bolsas de investigação.

Referências Bibliográficas

- BONVINI, Emile (1993). *Langues et langages en Angola*, Paris CNRS.
- CALVET, Louis-Jean (1987). *La guerre des langues et les politiques linguistiques*. Paris, Payot.
- CARVALHO, Paulo de (1982). *Estrutura social e linguagem (O caso de Angola colonial)*. CEA, Coimbra, Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.
- FERNANDES, João e Ntondo, Zavoni (2002). *Angola: Povos e línguas*. Luanda, Editora Nzila.

- GONÇALVES, António Custódio (1999). Gestão política das identidades culturais: desafios à democratização, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 3, 2000, Porto.
- HAGÈGE, Claude (1982). *La structure des langues*, Paris, PUF (Que-sais-je?, 2006).
- HAGÈGE, Claude (1985). *L'homme de paroles. Contribution linguistique aux sciences humaines*, Paris, Fayard.
- KAMBWA, Augusto Eduardo (2002). *A problemática da coabitação linguística em Angola*. Luanda, comunicação apresentada no XII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa.
- MARQUES, Irene Guerra (s/d) Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola. Luanda, INALD.
- MARTINET, André (1974). *Syntaxe générale*, Paris, Armand Colin.
- MINGAS, Amélia Arlete (1998). *O português em Angola: reflexões*. Macau, comunicação apresentada no VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa.
- MINGAS, Amélia Arlete (2000). *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda*. Luanda, Edições Chá de Caxinde.
- MINGAS, Amélia Arlete (2002). *Línguas, etnias e nação*. Moscovo, comunicação apresentada na Universidade Estatal de Moscovo.
- POTTIER, Bernard (1987). *Théorie et analyse en linguistique*. Paris, Hachette.
- PRAH, Kwesi (2002). Language, the african development challenge. In *TRIcontinental*, n.º 150, Havana.
- UNESCO (1980). *Le développement culturel. Expériences régionales*. Paris, Imprimeries Réunies de Chambéry.

Alfabetização em Língua Portuguesa, Língua Segunda Projecto *Continuar a Ser Criança*

Margarida Maria Silva Santos

Escola de Formação de Professores do Ensino Básico do Mindelo
Instituto Pedagógico de Cabo Verde

1. Introdução

Cabo Verde, como nação independente, tem procurado dar resposta às demandas da Educação, tendo, numa fase inicial, entre 1977 e 1983, procedido à primeira reestruturação do Sistema Educativo que pretendia fundamentalmente diminuir a taxa de analfabetismo que, nessa altura, rondava os 70%.

Em 1983, iniciou-se os estudos de pré-investimento para a Reforma do Sistema Educativo e em 1986, o processo de elaboração das grandes linhas orientadoras dessa reforma bem como os trabalhos de desenvolvimento curricular o que viria a consubstanciar-se na Lei de Bases da Reforma do Sistema Educativo, Lei n.º. 103/III/90, que definiu os grandes objectivos a atingir com a reforma global do sistema de ensino.

Não ficou de fora das grandes decisões a questão linguística, pois que a coabitação da língua nacional, o crioulo cabo-verdiano, e a língua portuguesa, língua oficial do estado e veicular do ensino, foi sempre tomada como uma das causas do insucesso escolar.

Em 1994/95, procedia -se à generalização do novo currículo do Ensino Básico e, pela primeira vez, se propôs a utilização de métodos e estratégias de ensino e aprendizagem do português como língua Segunda.

«A metodologia adoptada encara a língua portuguesa como língua Segunda (L2), deve dar tratamento científico às interferências linguísticas e ao erro, pelo recurso adequado e oportuno à língua materna.» (Portaria n.º. 53/93).

Três anos após a generalização da R S E, notou-se uma evolução positiva, tendo as taxas de repetência passado de 20% para 14, 6% (Carvalho, A.1998).

Embora os resultados globais apontassem para essa taxa de repetência, a taxa de insucesso na 1ª fase/ 2º ano continuava elevada, isto é, 20,7% a nível nacional. E, em alguns concelhos, ela situava-se acima da média nacional¹: Maio – 30,3%; S. Nicolau – 29,7%; Porto Novo – 28,9%; Paul – 25,2%; S. Filipe – 24,3%.

Pode-se inferir que, apesar de todo os esforços que vêm sendo desenvolvidos, os resultados obtidos ainda não correspondem aos objectivos inicialmente propostos.

¹ Estatística do GEP/ ME

No recente encontro nacional das Escolas de Formação do Professores do Ensino Básico do Instituto Pedagógico (IP) de Cabo Verde, sob o lema «IP, construindo a qualidade», o então Ministro da Educação, Dr. Victor Borges, dizia: «Mesmo parecendo um paradoxo, pois a taxa de escolarização no Ensino Básico é de quase 100%, ainda não equacionamos o problema do básico. Porque, em termos de qualidade, estamos longe do desejado e do desejável...».

Chamou ainda a atenção para as grandes disparidades que existem entre os diferentes concelhos em termos de professores diplomados e para a necessidade urgente de se promover a equidade em relação à qualidade. Por exemplo, no concelho de S. Vicente, a taxa de professores diplomados é de 76% e no de São Miguel é de 11%.

Se, como refere Nóvoa (1995), não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem inovação pedagógica, sem uma adequada formação de professores, as Escolas de Formação de Professores do Ensino Básico de Cabo Verde estarão sempre confrontadas com duas grandes questões:

1. Que professores teremos que formar para responder ao primeiro grande objectivo da R S E que é o de promover o desenvolvimento pessoal do indivíduo e a sua integração na sociedade?
2. Que mudanças teremos na sociedade cabo-verdiana e, por conseguinte, que professor para o novo contexto psicosociocultural?

Foi com o objectivo de encontrar respostas para estas preocupações e fundamentalmente para o problema de um número significativo de alunos que todos os anos são excluídos das nossas escolas do ensino básico, que surgiu o Projecto “*Continuar a ser Criança: Alfabetização em língua Portuguesa, língua segunda*» que se prende com a necessidade de desenvolver experiências no campo do ensino-aprendizagem da língua portuguesa no contexto sócio-cultural cabo-verdiano.

Porquê “Continuar a ser Criança”?

Porque o objectivo fundamental é o de: – Promover o sucesso escolar e a qualidade do ensino, fazendo com que as crianças, com muitos anos de repetência, ganhem a autoconfiança perdida e voltem a integrar-se na escola, construindo um percurso de sucesso, de forma a continuarem a ser crianças com direito a frequentar os estabelecimentos de ensino do seu bairro ou da localidade mais próxima do local onde vivem.

Claude Hagège defende:

«O recurso à língua materna deve ser feito em momentos bem definidos (por exemplo, quando serve de metalingua) isto é, não se deve fazer interferir constantemente a língua materna na L₂»

Se os professores são unânimes em afirmar que os problemas do insucesso em língua portuguesa resultam das interferências da língua materna na língua segunda, é legítimo que se questione se efectivamente, nas nossas salas de aula, se utiliza uma metodologia de L2 com tratamento adequado às interferências e recurso oportuno à língua materna.

O domínio do crioulo pelas crianças, em vez de constituir uma mais valia para a aquisição de um novo conhecimento, transforma-se num impedimento para a aprendizagem/aquisição da língua portuguesa, a principal causa da repetência e abandono escolar, no nosso país.

Assim, o desenho do plano de investigação foi orientado por um conjunto de questões prévias que têm que ver com as recentes pesquisas e trabalhos desenvolvidos na área da aquisição das línguas, particularmente de uma língua segunda.

No entanto, deve-se referir que o trabalho realizado foi mais de intervenção pedagógica e didáctica do que uma investigação científica.

Por esta razão, espera-se, sinceramente, que os resultados que estão sendo alcançados possam aliciar e motivar os professores para iniciarem uma reflexão consciente sobre o que se passa nas suas salas de aula no sentido de mudarem as suas práticas educativas, a partir de um estudo profundo sobre temas relativos ao ensino aprendizagem de uma língua segunda, particularmente sobre a alfabetização das crianças, em língua segunda. Como aliás refere Schon, 1987, citado por Alarcão, 1996, p. 11, «*Todo o desenvolvimento do trabalho caracteriza-se por uma profunda relação entre a teoria e a prática e inclui sempre uma forte componente de reflexão a partir de situações práticas reais*»

2. Objectivos e conceptualização do estudo

O desenvolvimento concreto das ideias tem lugar na sala de aula e nas escolas

(Simons, Helen, 1993: 168).

Segundo Batley et al. (1993), «*A aprendizagem de uma língua segunda deve proporcionar aos alunos um espaço de liberdade e de bem estar.*»

A aprendizagem da L2 em Cabo Verde tem estado a contribuir para uma limitação da liberdade e do bem estar das crianças que, ao repetirem o ano vezes sucessivas, acabam por abandonar a escola e abraçam o mundo da delinquência, droga, prostituição, transformando-se em meninos de rua e na rua, sem infância e sem protecção, contrariando o Artigo 28.º da Convenção dos Direitos da Criança: «*...cabe igualmente ao Estado tomar as medidas adequadas para prevenir e combater o abandono e o insucesso escolar.*»

Não se pode ignorar também que toda a criança tem direito a *utilizar a sua própria língua* (artigo 30º da Convenção dos Direitos da Criança), e que, ao alfabetizar a criança cabo-verdiana em L2 está-se, mais uma vez, a negar-lhe esse direito fundamental.

Ainda, Bettelheim, B. e Zelan, K. (1991) defendem «*Se desejarmos abrir o mundo da alfabetização às nossas crianças, aquilo que elas devem ler deve, desde o início, ajudá-las a compreender-se a si próprias e ao seu mundo...*»

Paulo Freire (1970) sustenta que «*alfabetização é um processo de consciencialização e uma acção cultural*» e que, por isso, aprender está profundamente ligado à vida.

Clay (1975) afirma que «*as crianças, muito cedo, descobrem por si sós, a língua, portanto, muito antes de irem para a escola*».

Por seu turno, Goodmann e Goodmann (1983) postulam que «*a leitura e a escrita fazem parte do universo da criança, porque ela está habituada a ver os adultos a ler e a escrever*».

Ainda, os recentes estudos da sociopsicogénese da língua escrita postulam que todas as crianças, em idade escolar, constroem as suas hipóteses de escrita mesmo antes de entrarem para a escola.

Relativamente a Cabo Verde, estas questões colocam-se com alguma acuidade devido à sua realidade sociolinguística. Primeiro, porque a maior parte das crianças cabo-verdianas tem pouco ou quase nenhum contacto com a língua portuguesa, seja a nível da oralidade, seja a nível da escrita, antes de iniciar o seu percurso escolar. Segundo, e paradoxalmente, porque se a língua portuguesa está exposta na sociedade cabo-verdiana, maioritariamente a nível da escrita, é uma hipótese fiável que algumas crianças antes de irem para a escola já construíram as suas hipóteses de escrita em língua segunda.

Neste sentido, pretendíamos estudar e investigar a seguinte problemática:

A utilização exclusiva do método analítico-sintético, versão globalística na alfabetização das crianças da 1.ª fase, estará relacionada com a deficiente apropriação da Língua Portuguesa, L2, por parte das crianças cabo-verdianas?

Para responder à questão e testar a nossa hipótese, estabelecemos os seguintes objectivos: (i) Desenhar uma proposta metodológica de alfabetização para a 1.ª fase do Ensino Básico; (ii) Implementar um ensino diferenciado, na sala de aula; (iii) Estudar o efeito da nossa proposta metodológica nos alunos, a partir de produções orais e escritas; (iv) Estudar as relações entre a prática diferenciada e o aproveitamento cognitivo e sócio-afectivo em competências simples e complexas.

Ainda, com a nova proposta metodológica de ensino-aprendizagem de L2, pretendia-se: 1 – Estimular a autoconfiança dos alunos, partindo de actividades lúdicas e aprendizagens significativas; 2 – Facultar aos alunos a oportunidade de utilizar a língua portuguesa em situações concretas de comunicação, para a expressão dos seus sentimentos, desejos, conhecimentos, necessidades... 3 – Promover a aprendizagem da L2, a partir de um ensino diferenciado na sala de aula; 4 – Incentivar a produção de material didáctico facilitador do ensino/aprendizagem; 5 – Contribuir para uma reflexão sobre os processos de alfabetização utilizados nas nossas escolas básicas, de acordo com uma lógica construtivista e de permanente questionamento sobre as causas do insucesso em L2.

Oralidade em língua portuguesa – situação inicial

É do senso comum que, cada vez mais, se fala menos Português em Cabo Verde. E, as nossas crianças não ouvem, ou ouvem muito pouco a LP, fora do contexto escolar.

A referida situação ficou patente no diagnóstico da oralidade, feito a crianças do Ensino Básico². À questão: «Conheces pessoas que falam português», cerca de 80% responderam:

(Sim, turistas. Ou então, sim. O professor).

Justifica, por isso, que no início do projecto, 71% das nossas crianças *falava com muita dificuldade* (nas conversas, narrações... o discurso era maioritariamente em crioulo, com o aportuguesamento de algumas palavras, expressões e frases), 20% *não falava* (não produziam discursos, apenas respondiam a uma ou outra questão) e 9% *nunca falava*.

Leitura e escrita em língua portuguesa – situação inicial

Com o propósito de se definir os níveis da sociopsicogénese da língua escrita, propostos por Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1986), aplicou-se um teste de diagnóstico (o teste de quatro palavras e uma frase), o que permitiu situar os nossos alunos, nos seguintes níveis: *Silábico* – 70% e *Alfabético* – 30%. Nenhum era *pré-silábico*.

3. Metodologia

A metodologia de trabalho utilizada foi o Método Experimental. O grupo de trabalho partiu da hipótese que *“o insucesso escolar em língua portuguesa na 1.ª fase, isto é, nos dois primeiros anos de escolaridade básica, estaria relacionado com a ineficácia do método analítico sintético, versão globalística utilizado no processo de alfabetização das crianças cabo-verdianas”*.

Definiu-se como variável independente ou de tratamento, a introdução de uma nova proposta didáctica de alfabetização que se caracteriza como sendo um *modelo eclético*, construído com base no que se considerou serem as melhores teorias relativas ao ensino-aprendizagem da língua segunda e à alfabetização defendidas por diferentes autores. E a variável dependente, naturalmente, era a mudança ou a diferença resultante da manipulação da variável independente.

A medida da variável dependente foi feita através da análise das produções orais e escritas dos alunos e de testes de avaliação de conhecimentos, incluindo o teste final aplicado aos alunos do segundo ano, por determinação do Ministério da Educação.

² Trabalho no âmbito do Projecto Continuar a Ser Criança e do Curso a Distância

4. Descrição das Práticas Pedagógicas

Desenvolveu-se um percurso da pedagogia da língua segunda assente nos seguintes princípios: (i) Exposição dos alunos à língua alvo; (ii) Exploração da comunicação oral, na sala de aula; (iii) Registo da expressão oral; (iv) Promoção do trabalho com textos orais e escritos; (v) Promoção da leitura e o reconhecimento do texto; (vi) Promoção da leitura para o reconhecimento de frases e palavras; (vii) Análises e descobertas de diferenças e semelhanças; (viii) Aprendizagem lúdica.

De salientar que no desenvolvimento das actividades privilegiou-se a pedagogia diferenciada e uma aprendizagem social, respeitando cada criança no que se refere a: (i) Ritmo da aprendizagem; (ii) Centralização das aprendizagens no sujeito do conhecimento; (iii) Concretização do objecto do conhecimento, parte do seu universo sócio-cultural.

4.1 Aulas de Oralidade

Se a oralidade é a base para o ensino/aprendizagem de uma língua, esta dimensão da língua segunda iria merecer uma atenção particular e o seu desenvolvimento iria privilegiar o “escutar” e o “ouvir” para que os alunos se habituassem à língua portuguesa e, antes de mais, a compreendessem.

Gradualmente foi-se introduzindo a comunicação em língua portuguesa, a partir de diferentes suportes textuais com especial atenção para as canções, histórias, adivinhas, diálogos...

A gravação das produções orais dos alunos era importante, pois tinha como objectivo, por um lado, motivá-los para a comunicação oral (os alunos falavam porque queriam gravar as suas intervenções) e, por outro, o de permitir a escuta, a posteriori, das suas intervenções, proporcionando-lhes a oportunidade de perceber os desvios à norma da língua portuguesa.

O trabalho desenvolvido a nível da oralidade permitiu uma evolução muito positiva, conforme se pode ver dos seguintes resultados:

Oralidade em língua portuguesa – situação final

Falam com desembaraço – 84%; Falam com alguma dificuldade – 16%

4.2 Aulas de leitura e escrita

A leitura não é decifração de um texto e a escrita não é cópia de um modelo
(Ferreiro, E. e Teberosky, A., 1984: 28).

O currículo de língua portuguesa do ensino básico, a nível da língua escrita, propõe a todos os alunos um percurso muito homogéneo, como se «*todos fossem um só*» (Perrenoud, 1998), fazendo tábua rasa dos conhecimentos, interesses e necessidades de cada uma das crianças em situação de aprendizagem.

Ao privilegiar na aprendizagem da leitura e da escrita o estudo das vogais, ditongos e consoantes (apenas um valor fonético para cada consoante), retira-se do programa um conjunto de aprendizagens, excluindo mesmo, à partida, aprendizagens significativas, reais e concretas e que fazem parte do universo familiar, escolar e social das nossas crianças, como são exemplos os seus próprios nomes.

A promoção do registo da expressão oral, a leitura de nomes e a leitura para o reconhecimento do texto, das frases e palavras defendidas por Freinet, foram actividades desenvolvidas no dia-a-dia, permitindo aos alunos fazerem uma caminhada coerente, segura e de sucesso, do oral para o escrito.

Uma grande preocupação que sempre norteou a preparação das aulas de leitura e escrita foi que o acto de ler e escrever na escola não deve perder o seu carácter social e que a língua deve ser trabalhada na escola como existe na sociedade.

Por isso, a escrita foi trabalhada em ateliers de escrita, procurando-se que o aluno escrevesse sempre o que fazia sentido para ele – aprendizagens significativas.

Toda a complexidade da escrita surgiu a partir dos nomes dos alunos, com a realização dos mais diversos jogos de semelhanças e diferenças. O estudo das letras como entidades autónomas surgiu também a partir dos nomes dos alunos e do trabalho com os textos. A consolidação da aprendizagem das letras tinha como suporte o mural de letras e os jogos de escrita com letras móveis.

As *actividades de aprendizagem* foram concebidas com base numa pedagogia diferenciada, com respeito pelo conhecimento do aluno e pelo seu ritmo de aprendizagem, procurando-se nunca colocar o aluno face a “coisas” que ele não era capaz de fazer.

Partilhando da ideia defendida por Hagège (1996) de que «a atribuição de notas mina a sensação de êxito que é uma componente mestra da dinâmica aquisitiva de uma L2» a *avaliação* foi sempre formativa e formadora. A primeira avaliação sumativa teve lugar apenas no final do mês de Maio.

5. O material de apoio ao desenvolvimento do currículo

Uma proposta didáctica de alfabetização assente em princípios como: *o princípio das frases e palavras em contexto*, isto é, que o ensino da língua segunda deve privilegiar o trabalho com textos orais e escritos; *o princípio da aprendizagem social*; *o aluno sujeito do conhecimento*; *o respeito pelo tempo de silêncio das crianças*; *a aplicação da pedagogia diferenciada na sala de aula*, entre outros, não se compadece com um material pré-concebido e muito menos com um manual que propõe um ensino/aprendizagem da L2 baseado na repetição por imitação, fixação e memorização de sons/letras reduzindo a aprendizagem de uma língua a um «*exercício meramente mecânico, onde só entram em jogo a memória e o hábito*» (Ducrot, O. e Todorov, T. 1982).

Se, como diz Paulo Freire (1979), «*aprender está profundamente ligado com a vida*», um material de apoio a um processo de alfabetização não deve propor um único

modelo de saberes e conhecimento abstracto, pré-fabricado e imposto, «*Uma roupa de tamanho único que serve a todo o mundo e ninguém*», citando o mesmo autor.

Assim, o material de apoio ao desenvolvimento do currículo foi maioritariamente construído no processo de ensino/aprendizagem, o que significa que era basicamente constituído, entre outros, por jogos didácticos diversos e pelos textos das canções, histórias, contos, adivinhas, o que foi determinante para o aparecimento dos seguintes materiais: O livro de canções; Os textos das crianças, As nossas histórias. As nossas adivinhas; Etiquetas de nomes; O tesouro de palavras; Mural de letras, entre outros.

Conclusões gerais

O trabalho de projecto e de intervenção educativa permitiu que os grupos chegassem a várias conclusões interessantes, das quais se destacam:

- Os factores sociais vêm condicionando o aproveitamento cognitivo dos alunos em Língua Portuguesa, a nível de aquisição de competências básicas em oralidade, leitura e escrita, e esses factores estão intimamente relacionados com o insucesso escolar.
- As escolas podem encontrar respostas para essas situações, introduzindo mudanças que contrariem os factores sociológicos presentes no contexto familiar dos alunos.
- A hipótese formulada está correcta, ou seja, a introdução de uma nova proposta de alfabetização melhora a aprendizagem dos alunos.

Os 25 alunos da turma do 2º ano da escola do Campim chegaram ao fim com um nível de conhecimento muito bom. Foram submetidos às provas finais de fase (provas exigidas pelo ME e elaboradas pelos serviços de Coordenação Pedagógica Concelhia) e todos transitaram para o 3º ano de escolaridade.

Referências Bibliográficas

- ALLAL, L. Cardinet, Perrenoud, F. (1986). *A Avaliação Formativa num Ensino Diferenciado*. Coimbra: Almedina.
- ALMADA Duarte, Dulce (2003). *Bilinguismo ou Diglossia*. Cabo Verde, Praia: Spleen-Edições.
- AMOR, E. (2001). *Didáctica do Português – Fundamentos e Metodologia*. Lisboa: Texto Editora.
- BETTELHEIM, B. e Zelan, K. (1984). *Psicanálise da Alfabetização*. Artes Médicas. Porto Alegre.
- CARDOSO, A. P. (2002). *A receptividade à mudança e à inovação pedagógica. O professor e o contexto escolar*. Edições Asa.

- CASTRO, M. e Martins, M. (2000). Descobrimo A Linguagem Escrita. *Cadernos de Inovação Educacional*. Escolar Editora.
- CONTENTE, M. (1995). *A leitura e a escrita*. Lisboa: Editorial Presença.
- CORDER, S. P. (1967). *The significance of learners' errors*. IRAL.
- DUCROT, O. e Todorov, T. (1972). *Dicionário das Ciências da Linguagem*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- FERREIRO, E. (1985). Psicogénese da Língua Escrita. *Artes Médicas*, Porto Alegre.
- FERREIRO, E. e Teberosky, A. (1986). Psicogénese da Língua Escrita. *Artes Médicas*, Porto Alegre.
- FRIAS, M. J. (1992). *Língua Materna-Língua Estrangeira: Uma relação Multidimensional*. Porto: Porto Editora, Colecção Mundo de Saberes.
- GOODMAN e Goodman (1983). Reading and Writing relationship: Pragmatic functions. *Language Arts*.
- GROSSI, E. P. (1992). *Didáctica dos níveis Pré-Silábico, Silábico e Alfabético*. Vols. I, II e III. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HAGÈGE, C. (1996). *A Criança de Duas Línguas*. Lisboa: Colecção Horizontes Pedagógicos-Instituto Piaget.
- KRASHEN, S. (1982). *Principles and Practice in second language acquisition*. Oxford: Pergamon Press.
- KRASHEN, S. & Terrell, T. D. (1983). *The Natural Approach: Language Acquisition in the classroom*. Oxford: Pergamon Press.
- NÓVOA, A. (org), (1992). *Os Professores e a sua Formação*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- NÓVOA, A. et al (1991). *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora.
- PEREIRA, M. L. (2002). *Das Palavras aos Actos*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- PERRENOUD, Ph. (1998). *Saber Reflectir Sobre a Própria Prática: Objectivo Central da Formação de Professores*. Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação, Universidade de Genebra.
- RODARI, G. (1993). *A Gramática da Fantasia*. Lisboa: Editorial Caminho.
- SCHON, D. (1987). *Educating the Reflective Practitioner*. Jossey-Bass Publishers.
- VIGOTSKY, L. S. (1977). *Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. Bases Psicológicas da Aprendizagem e do Desenvolvimento*. Lisboa: Editora Estampa.

Investigação e ensino-aprendizagem do Português Língua segunda em Moçambique

Ana Maria Nhampule

Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação, Maputo

Introdução

Através desta intervenção, pretendo partilhar com os participantes desta Mesa Redonda algumas experiências que resultam de projectos de investigação sobre o Português como língua segunda (L2) e ensino do Português, desenvolvidos pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação (INDE) desde os anos 90. Neste período, vários estudos são realizados, de forma sistemática, com o objectivo de criar uma base de informação sobre o Português de Moçambique, e desenvolver estratégias e materiais de ensino-aprendizagem que sejam adequados ao contexto moçambicano.

A minha intervenção organiza-se em três partes:

- O Português no contexto escolar;
- Principais projectos de investigação orientados para a caracterização e o ensino-aprendizagem do Português em Moçambique;
- Alguns exemplos dos resultados dos estudos e seus reflexos no ensino-aprendizagem do Português no ensino básico (da 1ª a 7ª classe).

O Português no contexto escolar

Em Moçambique, o Português é língua oficial e língua de ensino. O novo curriculum do ensino básico introduzido em 2004 estabelece a introdução das línguas moçambicanas, mas estas funcionam como línguas de ensino apenas nas duas primeiras classes, em zonas linguisticamente homogéneas, onde uma determinada língua moçambicana seja a língua materna de crianças que vão aprender o Português pela primeira vez na escola (INDE/MINED, 1999). Assim, mantém-se o papel preponderante do Português como língua de ensino em todos os subsistemas de educação.

Contrariamente ao que acontecia até há poucos anos, em que ao nível do sistema de ensino apenas se reconhecia o Português como língua segunda (L2), actualmente, reconhece-se a existência de três cenários linguísticos a considerar na planificação e no processo de ensino-aprendizagem em Moçambique:

- (I) O Português é língua materna para um número considerável de alunos que frequentam as escolas da zona urbana.
- (II) O Português é L2 para a maioria de crianças que frequentam as escolas das zonas suburbana e periurbana, uma vez que, nestes contextos, mesmo que o Português não seja sua língua materna, as crianças encontram, em diferentes circunstâncias da vida social, oportunidades de ouvir/falar e mesmo de ler e escrever em Português.
- (III) Na zona rural, o Português apresenta características de uma língua estrangeira, uma vez que é apenas língua da escola. As crianças não encontram no seu meio social oportunidades para ouvir/falar e muito menos para ler e escrever em Português.

Um dos reflexos do reconhecimento destes três cenários é o novo *currículum* do ensino básico, que introduz duas modalidades de implementação: ensino monolíngue, orientado para as escolas do cenário I e algumas do cenário II; ensino bilingue, orientado basicamente para as escolas do cenário III.

O modelo de ensino bilingue adoptado é o de transição. Na 1ª e 2ª classe a socialização das crianças e as primeiras aprendizagens escolares ocorrem na língua materna dos alunos e o Português é uma disciplina, na qual se processa a aquisição da língua oral. Na 3ª classe faz-se a transição, passando o Português à posição de língua de ensino e a língua materna das crianças à posição de disciplina.

Para garantir que a transição não seja brusca, recomenda-se que a partir do segundo trimestre da 1ª classe, nas actividades práticas ligadas a disciplinas como Oficinas, Educação Visual, Educação Física, ocorram alguns momentos de uso do Português nas instruções simples, designação de objectos, pedidos de esclarecimento, etc. Desde cedo, o Português convive com as línguas moçambicanas nas aulas do ensino bilingue.

Apesar do reconhecimento dos três cenários, considerando que o Português é língua oficial, as orientações educacionais para o ensino-aprendizagem da disciplina de Português tomam o cenário de L2 como sendo a principal referência. É ao nível da formação de professores, tanto inicial como em exercício, que se procura desenvolver estratégias de ensino-aprendizagem que tomem em consideração estes três cenários.

Principais projectos orientados para o ensino-aprendizagem do Português

Dos vários projectos desenvolvidos pelo INDE desde os anos 90 vou falar apenas de quatro, tendo em conta as suas dimensões, a consistência dos seus resultados e o seu impacto no processo de ensino-aprendizagem do Português em Moçambique:

- Panorama do Português Oral de Maputo;
- Perfil Linguístico e Didáctico do Professor do Ensino Primário;
- Perfil Linguístico e Comunicativo dos alunos da 3ª classe;
- Avaliação Educacional.

O Projecto Panorama do Português Oral de Maputo (PPOM) teve o seu início em 1993 e integra um conjunto de projectos financiados pela Autoridade Sueca para o Desenvolvimento (ASDI). Este financiamento foi atribuído ao INDE para garantir a formação especializada de investigadores, a aquisição de equipamento e a publicação dos resultados do projecto. O PPOM contribuiu para:

- Formação de uma equipa de investigadores na especialidade de investigação linguística e ensino-aprendizagem do Português como L2, que integram o Grupo de Português no Departamento de Desenvolvimento Curricular.
- Criação de um *corpus* linguístico do Português Oral de Maputo, disponível para uso por investigadores nacionais e internacionais.
- Fornecer dados empíricos para a caracterização do Português de Moçambique e para o desenvolvimento de materiais de ensino e estratégias de ensino-aprendizagem adaptados à realidade moçambicana.
- Produção e publicação, em quatro volumes, dos principais resultados do projecto: caracterização do Português de Moçambique e sugestão de estratégias e exercícios para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem do Português.

Os projectos Perfil Linguístico e Didáctico do Professor do Ensino Primário e Perfil Linguístico e Comunicativo dos alunos da 3ª classe tiveram o seu início em 1996, no âmbito do Projecto de Transformação Curricular do Ensino Básico, levado a cabo pelo INDE com o apoio financeiro do Governo da Holanda.

O principal objectivo do Projecto de Transformação Curricular do Ensino Básico é tornar o *curriculum* do ensino básico mais relevante. Para a concretização deste objectivo era necessário rever, reformular e ajustar o sistema educativo em vigor às exigências actuais do desenvolvimento da educação.

A investigação desenvolvida no âmbito do projecto Perfil Linguístico e Didáctico do Professor do Ensino Primário tinha dois objectivos: caracterizar o perfil linguístico do professor do ensino primário, comparando dados linguísticos extraídos de textos escritos por professores com os dados do PPOM; identificar as principais características das aulas de Português no ensino primário.

Este estudo permitiu:

- Caracterizar o Português usado pelos professores do ensino primário em Moçambique.
- Caracterizar as aulas de Português no ensino primário.

- Que as reflexões e as mudanças curriculares do ensino básico e da formação de professores, no que se refere às questões linguística e didáctica, fossem feitas tendo em conta as características dos professores em exercício.

O Projecto Perfil Linguístico e Comunicativo dos Alunos da 3ª Classe contribuiu para a caracterização do Português oral e escrito dos alunos ao fim do 1º ciclo do ensino básico¹. Este ciclo é considerado de aquisição das habilidades básicas de comunicação oral e escrita.

No âmbito deste projecto conseguiu-se:

- Construir uma base de dados orais e escritos do Português dos alunos da 3ª classe, disponível para estudos diversos.
- Que a produção de programas e de sugestões de estratégias de ensino-aprendizagem, tanto para a disciplina de Português como para as outras disciplinas fosse feita tendo em conta as dificuldades dos alunos na aquisição do Português L2.

O projecto Avaliação Educacional também integra as actividades da Transformação Curricular do Ensino Básico, mas distingue-se dos dois acima apresentados pelo facto de ter um financiamento diferente. Este projecto faz parte do Programa de Apoio ao Sector de Educação (PASE), financiado pela Finlândia.

O Projecto Avaliação Educacional teve o seu início em 1997 e integra vários subprojectos de investigação sobre várias disciplinas. Até 2000 todos os subprojectos eram orientados para o diagnóstico das capacidades dos alunos de várias classes, tendo em conta os objectivos definidos nos programas. Actualmente, os subprojectos são orientados, por um lado, para uma melhor compreensão dos problemas identificados e apresentação de propostas de estratégias alternativas para a melhoria da qualidade de ensino no ensino básico e, por outro lado, para o diagnóstico do ensino secundário (da 8ª a 12ª classe).

Em 2001, para o ensino-aprendizagem do Português L2, surgiram dois subprojectos, nomeadamente:

Subprojecto “A Competência Gramatical em Português dos Alunos da 4.ª e 5.ª Classes”, cujo objectivo é caracterizar a competência gramatical dos alunos destas classes de modo a que os programas e materiais de ensino sejam baseados em dados empíricos “autênticos” sobre a população escolar moçambicana.

Subprojecto “Melhoria Qualitativa do Ensino-Aprendizagem do Português como Língua Segunda”, que tem por objectivo apresentar sugestões de estratégias de ensino-

¹ O ensino básico organiza-se em três ciclos: 1º ciclo – 1ª e 2ª classes; 2º ciclo – 3ª a 5ª classes; 3º ciclo – 6ª e 7ª classes.

-aprendizagem visando a melhoria na aquisição e desenvolvimento das habilidades básicas da língua portuguesa.

Estes dois subprojectos contribuíram para:

- Construção de uma base de dados orais e escritos produzidos por alunos da 4.ª e 5.ª classes, disponível para estudos diversos.
- Produção de materiais e testagem de estratégias de ensino-aprendizagem do Português L2 que se considera ajustadas à realidade moçambicana.

Alguns exemplos dos resultados conseguidos

A seguir, apresentam-se alguns exemplos dos resultados conseguidos dos vários projectos de investigação para o ensino-aprendizagem do Português L2 realizados pelo INDE desde 1996:

1. O Português de Moçambique apresenta algumas características lexicais, semânticas, e sintácticas que o distinguem do Português Europeu (v. Anexo 1).
2. O Português usado pelos professores do ensino primário, principais difusores da língua portuguesa em Moçambique, apresenta as principais características do Português de Moçambique.
3. Em muitos casos, os alunos transitam de classe sem que tenham alcançado as capacidades exigidas.

Em 1998, a taxa de promoção nas diferentes províncias variava entre 60% e 80%. Porém, os estudos realizados no âmbito do Projecto Avaliação Educacional mostram que apenas cerca de 50% dos alunos alcançaram os objectivos definidos pelos programas. Neste ano, na disciplina de Português apenas 45,3% dos alunos da 2ª classe cumpre os objectivos desta classe e só 65,1% dos alunos da 3ª classe realiza com sucesso exercícios desenhados com base nos objectivos da 2ª classe.

Em 2000, apenas 57% dos alunos da 3ª e 4ª classes cumpre os objectivos da 3ª classe. Destes, 45,3% são alunos da 3ª classe e 70,4% são alunos da 4ª classe.

O anexo 2 a) apresenta alguns exemplos de frases escritas por alunos da 2ª e 3ª classes em resposta a perguntas de interpretação de um texto escrito e o anexo 2b) ilustra o Português oral e escrito de alunos da 4.ª e 5.ª classes.

4. A interacção nas aulas de Português é “ritualizada” e “rotineira”. Em todas as escolas as aulas são dadas da mesma forma: mesmos textos, mesmas imagens, mesmos diálogos, mesmos exercícios. Isto deve-se ao carácter prescritivo dos programas e materiais escolares. Além disso, nas aulas de Português há pouca

aprendizagem “natural”. No contexto da aprendizagem, a língua dos livros é a única considerada válida.

5. Além de vários artigos não publicados ou apresentados como comunicações em eventos diversos, foram feitas publicações em livros apresentando as principais constatações e sugestões diversas para a melhoria do ensino-aprendizagem do Português L2 e de todas as disciplinas. O anexo 3 apresenta uma lista de algumas publicações.

Apesar dos resultados conseguidos, ainda há muito que fazer para se conseguir estabelecer um ensino-aprendizagem do Português que seja efectivamente relevante e contribua para que os alunos adquiram as competências necessárias para participar na dinâmica social de Moçambique e do mundo:

- Ainda não está, por exemplo, ultrapassado o dilema criado pela situação em que a língua alvo da aprendizagem é o Português Europeu mas o Português dos professores apresenta, mesmo na comunicação escrita, marcas do Português de Moçambique.
- As publicações são sempre em tiragem reduzida, condicionada pela exiguidade dos fundos disponibilizados para os projectos de investigação.
- Ainda não foi encontrada uma estratégia que garanta a formação inicial e em exercício com a qualidade desejada.

Ao apresentar a experiência de Moçambique sobre investigação e ensino do Português L2 pretendia partilhar com os presentes alguns avanços conseguidos em relação a esta matéria e convidar a todos para uma reflexão mais alargada sobre o que se pode fazer para desenvolver um quadro conceptual sobre o ensino-aprendizagem do Português L2, pensando nos países em que o Português é língua oficial.

ANEXO 1

Algumas características gerais do Português de Moçambique

Os exemplos que a seguir se apresenta foram extraídos do Volume I das publicações do PPOM para ilustrar algumas características gerais do Português de Moçambique.

1. Inovações lexicais aplicando as regras de derivação do Português Europeu
 - a) *esquinar* (PE = esperar na esquina)
 - b) *lobolar* (PE = fazer a cerimónia de *lobolo*)

2. Alargamento do significado básico de palavras existentes no Português Europeu
 - a) *chapa* (PE = meio de transporte)
 - b) *caril* (PE = qualquer tipo de molho que acompanha a refeição)

3. Alteração das propriedades de selecção semântica
 - a) *acabar um mês* (PE = ficar um mês/ demorar um mês)
 - b) *comer dinheiro* (PE = gastar dinheiro)

4. Modificação das propriedades de selecção categorial
 - a) *Muitas pessoas protestaram a iniciativa* (PE = protestando contra a iniciativa)
 - b) *A minha mãe nasceu dois filhos na Swazilândia.* (PE = ...deu à luz...)

5. Passivas derivadas da situação ilustrada em 4
 - a) *A iniciativa foi protestada*
 - b) *Os dois filhos foram nascidos...*

6. Orações subordinadas
 - a) *Há pessoas que ganham um milhão enquanto não merecem.* (PE = embora não mereçam)
 - b) *As coisas continuam assim embora há quem tem poder para decidir.* (PE = tenha)

ANEXO 2.a)

Dificuldades dos alunos na escrita

As frases que a seguir se apresenta, escritas por alunos da 2ª e 3ª classes, no teste diagnóstico que pretendia avaliar o cumprimento dos objectivos estabelecidos para a 2ª classe foram extraídas da publicação do INDE de 1998, intitulada *Diagnóstico das Capacidades dos Alunos da 2ª, 3ª e 4ª classes da Cidade e Provincia de Maputo*.

- a) Os omes ouviram ma não semecheram continuaara.
- b) Naita. Ele não gritar com muitaforça.
- c) Os omes não gostaram pur anaida metiu pra os omes.
- d) U dia naita reso l veubrincar conles.
- e) Muito a borre ci dos.
- f) A Naita dice sosoro.
- g) Eu equeestava a bricar.
- h) A naida metio pra os omes.
- i) E eu é que os nome.
- j) Fez tomato bombolo.
- k) Guarbava a mamba.

- l) Pue é pue Naita tez par
- m) Bneatebia porpue o s hom
- n) Porpue é pues bomens
- o) Abriram chitarada.
- p) Abriam as estra da.
- q) Os omes a bria a is trada.

ANEXO 2.b)

Textos orais e escritos de alunos da 4.ª e 5.ª classe

Os textos que a seguir se apresenta foram extraídos do Relatório final do subprojecto *A Competência Gramatical em Português dos Alunos da 4.ª e 5.ª classes*.

Aquele ali Elsinha estava ai sentada em baixo já Nonoca estava sentada na carteira. Depois Elsinha bateu aquela ali Nonoca com os pés enquanto ela estava lá em baixo depois disse «Nonoca» disse assim «é Elsinha» disse assim «tá me bater Nonoca por causa que eu estou a sentar em baixo» depois disse «quando eu sair é pra nós lutarmos». Depois saíram intervalo foram no campo lutar depois bateram Elsinha.

Aluno da Província de Maputo
Relatando oralmente um evento

Um dia um menino saiu de casa e despediu a mãe fui a dizer que «vou pescar» e fui no rio chegou no rio atirou o anzol e a pasta dele deixou no lado e começou a pescar. Pescou tirou um peixe e fui saiu para casa andou andou apanhou a mãe dele e deixou o peixe e a mãe começou a assar aquele peixe assou e começaram a fazer e beberam começaram a contar histórias e outros estão grossos e outros não engrossaram.

Aluno de Cabo Delgado descrevendo
oralmente uma sequência de imagens

O FOGO

O fogo utiliza para aquecer, para cozinhar os alimentos, para afugentar os animais e para os ferreiros.

O fogo é perigo quando brincar com fogo pode queima ter ferida.

O fogo desaparece as riquezas.

Quando brinca com fogo e de morrer.

Deve controlar bem o fogo nas machamba.

É preciso ter cuidado com fogo.

Deve utilizar bem quando estava na cozinhar.

Redacção de um aluno de Cabo Delgado

ANEXO 3

Alguns exemplos de publicações do INDE sobre o ensino-aprendizagem do Português como L2 em Moçambique

- Gonçalves, Perpétua & Stroud, Christopher (orgs.) (1999). *Panorama do Português Oral de Maputo. Volume III – Estruturas Gramaticais do Português: Problemas e exercícios*. Maputo: INDE, Cadernos de Pesquisa nº 27.
- Gonçalves, Perpétua & Stroud, Christopher (orgs.) (1999). *Panorama do Português Oral de Maputo. Volume IV – Vocabulário Básico do Português (espaço, tempo e quantidade). Contextos e Prática Pedagógica*. Maputo: INDE, Cadernos de Pesquisa nº 36.
- Gonçalves, Perpétua & Diniz, Maria João (2004). *Português no Ensino Primário. Estratégias e Exercícios*. Maputo: INDE.
- Hyltenstam, Kenneth & Stroud, Christopher (1993). *II. Questões Linguísticas. Relatório Final e Recomendações da Avaliação de Materiais de Ensino para o 1º grau do Ensino Primário em Moçambique*. Maputo: INDE, Cadernos de Pesquisa nº 12.
- INDE – Programa de Apoio ao Sector de Educação Moçambique/Finlândia (1998). *Diagnóstico das Capacidades dos alunos da 2ª, 3ª e 4ª classes da Cidade e Província de Maputo*. Maputo: INDE, Projecto Avaliação Educacional.
- INDE – Programa de Apoio ao Sector de Educação Moçambique/Finlândia (1999). *Avaliação das capacidades dos alunos da 2ª e 3ª classes na Cidade de Maputo, Províncias de Maputo, Zambézia e Cabo Delgado*. Maputo: INDE, Projecto Avaliação Educacional.
- INDE – Programa de Apoio ao Sector de Educação Moçambique/Finlândia (2000). *Avaliação das capacidades dos alunos da 3ª e 4ª classes na Cidade de Maputo, Províncias de Maputo, Zambézia e Cabo Delgado*. Maputo: INDE, Projecto Avaliação Educacional.
- INDE – Programa de Apoio ao Sector de Educação Moçambique/Finlândia (2003). *Subprojecto “A Competência Gramatical em Português dos Alunos da 4.ª e 5.ª Classes” (2001-2002). Relatório Final*. Maputo: INDE, Projecto Avaliação Educacional.
- INDE – Programa de Apoio ao Sector de Educação Moçambique/Finlândia (2003). *Subprojecto “Melhoria Qualitativa do Ensino-Aprendizagem do Português como Língua Segunda*. Maputo: INDE, Projecto Avaliação Educacional.
- Stroud, Christopher & Gonçalves, Perpétua (orgs.) (1997). *Panorama do Português Oral de Maputo. Volume I – Objectivos e Métodos*. Maputo: INDE, Cadernos de Pesquisa nº 22.
- Stroud, Christopher & Gonçalves, Perpétua (orgs.) (1997). *Panorama do Português Oral de Maputo. Volume II – A Construção de um banco de “Erros”*. Maputo: INDE, Cadernos de Pesquisa nº 24.

Em torno da cooperação no domínio do ensino da língua portuguesa

Fernanda Pontífice

Ministério da Educação de S. Tomé e Príncipe

1. Introdução

Desde os seus primeiros passos como país independente que S. Tomé e Príncipe tem contado com a acção da Cooperação portuguesa no domínio da formação e do ensino em geral, concretizando-se essa cooperação através dos chamados projectos de cooperação.

No que respeita ao ensino da língua portuguesa, a acção de maior vulto no país tratou-se do *Projecto de Expansão e Melhoria Qualitativa do Ensino da Língua Portuguesa*, com assistência técnica da Fundação Gulbenkian e financiamento do Banco Mundial, tendo como objectivo fundamental o desenvolvimento da língua portuguesa no ensino geral, da 1ª à 11ª classe, e baseando-se no desenvolvimento integrado das diversas componentes do projecto.

Pode dizer-se que muito do que ainda hoje se faz em matéria de ensino da língua portuguesa em S. Tomé e Príncipe é fruto desse projecto cujas actividades cessaram em 1990-91. Apesar de alcançados os principais objectivos do projecto e de os seus resultados terem sido saudados na altura com muito entusiasmo, hoje, um diagnóstico à situação do ensino da língua portuguesa põe em evidência a persistência de inúmeros constrangimentos ao ensino-aprendizagem da língua portuguesa, não obstante os investimentos ao nível da cooperação para o ensino da língua portuguesa. O carácter obsoleto dos manuais, que mesmo assim continuam em vigor, a ruptura dos *stocks* dos mesmos, a dificuldade de acesso a textos e outros materiais de suporte para o ensino-aprendizagem da disciplina, carências de formação ao nível dos professores e falta de actualização dos que têm funções de orientação pedagógica e metodológica nos diferentes níveis de ensino contam-se entre os principais constrangimentos num contexto em que muito poucos são os sinais reveladores de alguma preocupação pela preservação das línguas em geral e da língua oficial em particular.

A situação actual demonstra que, por um lado, os resultados alcançados pelo supramencionado projecto ficaram comprometidos e que, por outro lado, não foi possível ir-se adaptando o ensino às novas necessidades que relevam tanto da procura social da educação como das novas necessidades do ensino-aprendizagem decorrentes das rápidas e constantes mudanças a que STP não é imune e às quais a Educação tem de dar respostas eficazes e adequadas.

Levanta-se, assim, a velha questão da falta de sustentabilidade dos projectos, porque não se prevê o seguimento das acções na fase pós-projecto ou porque, terminada a sua execução, os vários intervenientes não são capazes de agir no sentido de garantir que a passagem à fase posterior se faça de forma a evitar “recaídas”, ou ainda porque o optimismo perante os resultados alcançados no âmbito do projecto suscitam uma certa tendência para se tomar esses resultados como definitivamente adquiridos.

Ora, sendo o projecto uma intervenção com vista a resolver problemas concretos, com financiamento e recursos previstos para, ao fim dum determinado tempo, serem alcançados determinados resultados, trata-se duma intervenção a prazo, no fim da qual é suposto ou estarem resolvidos os problemas ou estarem criadas as condições para que, de forma sustentável, se continue a poder fazer face aos mesmos. Impõe-se, portanto, prever a fase seguinte desde a sua concepção sob pena de se verem frustradas as expectativas criadas com a execução do mesmo.

2. Cooperação e projectos: considerações gerais

São muitos os factores que podem condicionar a cooperação e os projectos que lhe dão corpo, seja da cooperação bilateral ou da cooperação multilateral. Dentre esses factores, o próprio conceito de cooperação subjacente ao posicionamento e às atitudes dos actores nela implicados. A maior parte das vezes, a cooperação é encarada como *ajuda, apoio, assistência* em vez de *co-operação*, colaboração mútua ou acção conjunta com vista a atingir determinados fins e em que todas as partes implicadas podem sair a ganhar. É certo que razões históricas podem justificar a dificuldade de estabelecimento dum quadro de reciprocidade ou de participação igual das partes, mas o facto de predominar a ideia de que apenas uma das partes *dá* e a outra apenas *recebe* apoio financeiro, material, técnico e/ou cultural tende a perpetuar uma relação extremamente desequilibrada entre duas partes – uma em posição predominante ou de superioridade e outra desmunida e pobre, relação que exclui qualquer possibilidade de troca ou de reconhecimento de que de facto alguma coisa se ganha sempre. A nosso ver, tal concepção, interiorizada de forma generalizada, dita os comportamentos e atitudes tanto duma parte como de outra e acaba por se reflectir na forma como são negociados, concebidos, executados e avaliados, quando o são, os projectos.

A ajuda traduz-se em custos financeiros e materiais e, segundo o dito popular, “cada um dá o que pode e a mais não é obrigado”. Assim, quantas vezes adoptado um projecto no âmbito de determinada cooperação, a sua execução fica dependente da capacidade de mobilização de outras ajudas que nem sempre chegam a concretizar-se, sobretudo quando o projecto “cai do céu” sem que estejam realmente criadas todas as condições para a sua implementação, nomeadamente a necessária e indispensável *contrapartida nacional*.

Muitas vezes, para o país que recebe a “ajuda”, geralmente condicionado por constrangimentos de ordem financeira, essa ajuda acaba por constituir uma oportunidade para aliviar temporariamente o OGE do país de alguns encargos. No entanto, terminado o projecto, raramente as finanças do estado estão em condições de

voltar a assegurar as dotações orçamentais necessárias à continuação das acções, nem sempre apenas por falta de recursos mas também porque a falta de articulação entre os projectos (que se constituem como pequenas ilhas dentro do estado) e os órgãos responsáveis pela previsão e dotação orçamentais não o permite.

Ao longo dos tempos, foi-se criando a ideia de que os que trabalham num projecto devem geralmente gozar de estatuto privilegiado, ficando muitas vezes a adesão ao projecto condicionada à retribuição de “estímulos”, cuja falta é considerada como factor de desmotivação. Principalmente porque os níveis de salários praticados no país “beneficiário” são extremamente baixos, torna-se difícil convencer os técnicos nacionais da justeza e da justiça na repartição dos recursos do projecto, o que se agrava com a grande disparidade entre as retribuições pagas aos técnicos nacionais e aos técnicos expatriados, peritos, consultores. O facto é que, na verdade, e isso já tem sido sobejamente denunciado, uma boa percentagem dos recursos do projecto é geralmente canalizada para a componente Assistência Técnica, (claro que, quase invariavelmente, seleccionada pelo país ou instituição que concede a “ajuda”).

Em todas as suas fases, desde a concepção até à avaliação passando pela execução, o projecto mobiliza uma grande diversidade de actores e instituições. Todavia, a ideia muito expandida segundo a qual a falta de articulação entre o poder e o saber constitui uma das principais fontes de estrangimento ao desenvolvimento também se aplica nesse domínio. Para além de nem sempre se assistir a um esforço de articulação entre as instâncias políticas implicadas na cooperação, quer de um país para outro quer no interior do mesmo país, verifica-se o mesmo ao nível das instâncias técnicas e, não raras vezes, entre as duas instâncias – a política e a técnica, que quase trabalham de costas viradas uma para a outra.

Assim, para além da disponibilização de fundos e outros recursos necessários à sua concretização, seria necessário um diálogo permanente e a aposta na comunicação como forma de favorecer a sincronização das acções entre as várias instâncias e de contribuir para que todos os elementos implicados se impregnem efectivamente do espírito do projecto, condição indispensável ao êxito do mesmo.

Por outro lado, o facto de nem sempre as informações relativas aos aspectos financeiros dos projectos estarem disponíveis, num contexto de extrema penúria e em que à ideia de projecto se associa a ideia de profusão de meios, contribui para gerar desconfianças que muitas vezes se encontram na base da desmotivação dos técnicos responsáveis pela execução do projecto. Uma maior aposta na transparência no que respeita aos recursos postos à disposição do projecto poderia contribuir certamente para evitar problemas desta natureza e talvez contribuisse igualmente para reduzir as possibilidades da tão propalada corrupção, apontada em certos meios como uma das causas de fracasso dos projectos de desenvolvimento.

Finalmente, a avaliação dos projectos. Se hoje em dia esta constitui uma prática corrente, talvez não fosse despropositado reflectir um pouco sobre os moldes em que ela tem sido efectuada. Tratar-se-ia não só de verificar até que ponto terá havido ou não “capacidade de absorção da ajuda” ou “capacidade de execução financeira”. Tratar-se-ia também de apostar mais na possibilidade de avaliações ao longo do projecto, avaliações

essas que não fossem um fim em si mas um meio para levar os intervenientes de cada uma e das várias instâncias envolvidas a uma auto-avaliação que lhes permitisse reflectir sobre a sua própria acção, em função dos resultados esperados.

3. Cooperação para o ensino da língua portuguesa, um domínio específico

Independentemente do quadro de referência clássico subjacente ao desenho de projectos de cooperação em geral, a cooperação para o ensino da língua portuguesa deveria ser objecto dum quadro de referência particular, com base em princípios que tenham mais em conta a multiplicidade e a complexidade de factores em jogo assim como as variáveis do contexto susceptíveis de condicionar o desenvolvimento dos projectos. Nesta perspectiva, no nosso entender, deveriam ser mais clarificados, para todas as partes envolvidas, os pressupostos que subjazem à cooperação para o ensino no domínio da língua portuguesa. Sem a pretensão de querer descobrir a pólvora, ousamos avançar, a este respeito, alguns pontos que, a nosso ver, deveriam ser objecto de análise e debate.

3.1. A língua portuguesa como factor de desenvolvimento

A língua portuguesa é, de uma forma ou outra, importante tanto para o desenvolvimento individual dos seus falantes como para o desenvolvimento social, cultural, económico e afirmação geo-estratégica das várias comunidades que a compartilham mas infelizmente nem todos parecem estar cientes disso. Por isso, devem ser claramente explicitadas as razões por que se deve investir no seu desenvolvimento e, conseqüentemente no seu ensino. Assim, mais facilmente será possível a adesão à causa do desenvolvimento da língua e mais se poderá contribuir para uma melhor colaboração tanto ao nível inter e intrasectorial em cada país como ao nível da relação entre os parceiros de cooperação.

De ajuda unilateral que tem sido, a cooperação poderá assim passar a uma parceria efectiva entre as partes, com vista ao desenvolvimento da língua portuguesa em cada um e em todos os países onde ela se fala, contribuindo todos, deste modo, para a sua afirmação no mundo e no concerto das nações.

3.2. O ensino da língua como domínio de especialização

Para além da necessidade de formar professores em quantidade e em qualidade, a tomada de decisões e o desenho de novos projectos respeitantes ao ensino da língua deve contar mais com o concurso de especialistas, nomeadamente linguistas, e apoiar-se em trabalhos de investigação já desenvolvidos – quiçá o casamento entre a linguística e a didáctica contribua para o desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino cientificamente mais fundamentadas e mais adequadas ao contexto específico de cada um dos países.

3.3. Necessidade de adopção de uma política nacional de língua

As dificuldades no ensino da língua portuguesa nos diferentes contextos agravam-se com a falta de uma política linguística em que esteja claramente definido o estatuto e o papel de cada idioma no contexto de desenvolvimento nacional. Uma política de língua, adoptada de forma consensual, evitaria improvisações e certamente contribuiria não só para disciplinar as decisões sobre as intervenções a favor do desenvolvimento da(s) língua(s) como para orientar as acções no domínio do ensino, inclusive no âmbito da cooperação.

3.4. Melhor conhecimento do contexto linguístico

No caso específico de São Tomé e Príncipe, a pequenez geográfica e demográfica das ilhas, à primeira vista, não deixa prever a complexidade do seu quadro linguístico. Língua oficial do país, o português coexiste com quatro outros idiomas, a saber: o *forro* ou *santomé*, crioulo predominante em todo o território de S. Tomé e Príncipe; o *lunguyé* praticamente circunscrito à ilha do Príncipe; o *angolar*, falado pela comunidade de origem angolar predominante a Sul e Noroeste da ilha de S. Tomé e o crioulo *cabo-verdiano* cuja presença se explica pela existência de uma significativa comunidade de origem cabo-verdiana predominante em todas as antigas roças do país.

Nesse contexto, a língua portuguesa comporta-se como língua veicular, sendo inegável a existência de traços particulares que prefiguram a existência de uma variedade do Português de S. Tomé e Príncipe, falando-se de interferências mútuas entre o português e os outros idiomas com evidente “crioulização” da língua portuguesa e “aportuguesamento” dos crioulos, fenómenos tanto mais férteis quanto todos esses crioulos são de base portuguesa. Em termos gerais, resulta deste quadro linguístico, ao nível da escola, a existência dum alargado leque de situações que pode variar entre duas situações extremas: a de crianças cuja língua materna é um dos supracitados crioulos e cujo convívio com o português praticamente começa à entrada para a escola e a de crianças cuja língua materna é o português. O conhecimento dessa realidade é imprescindível para a concepção conjunta dum quadro de intervenção adequado visando a melhoria do ensino da língua portuguesa.

3.5. Prioridade ao ensino básico

O domínio privilegiado da Cooperação portuguesa no que toca ao ensino tem sido o ensino secundário fundamentalmente através de:

- (1) fornecimento de professores de português para o 2º ciclo do ensino secundário;
- (2) apoio, através do Instituto Camões, à formação de professores para o 1º ciclo desse mesmo nível de ensino;
- (3) manutenção regular dum leitor no Instituto Superior Politécnico de S. Tomé assim como um centro de recursos para apoio às acções de formação contínua dos professores em que este se encontra envolvido;

- (4) atribuição de bolsas de estudo a professores bacharéis para complemento de formação – licenciatura e mestrado –, em instituições portuguesas.

O ensino básico está, pois, longe de ser objecto das acções da cooperação. Por um lado, talvez porque o mesmo não pode absorver os professores cooperantes cujo perfil não se adapta ao ensino básico; por outro lado, porque as acções do IC, inscrevendo-se na política de promoção da língua e da cultura portuguesas, que releva de preocupações de natureza geo-estratégica do Estado português, visam prioritariamente (se não me engano) o ensino superior, através dos seus leitorados espalhados pelo mundo, os quais não têm naturalmente vocação para o ensino básico.

Na prática, ao nível da cooperação S. Tomé e Príncipe – Portugal, tem-se insistido num esquema que parece não dar os melhores frutos na medida em que se vive numa situação de “pescada com o rabo na boca” em que a situação da língua se vai degradando cada vez mais: a falta de competência linguística e comunicativa dos alunos, de que se queixam os professores das classes mais avançadas do ensino secundário (na sua maioria cooperantes), é naturalmente reflexo da falta de bases que deviam ter sido construídas no ensino básico, mas é também produto da sua acção visto que é justamente entre esses estudantes que são recrutados os professores para o ensino básico, reproduzindo-se e acentuando-se desta forma o ciclo de degradação da língua e do seu ensino.

O esforço e o espírito de missão de várias gerações de professores que têm dado corpo a essa cooperação e cuja competência e dedicação ao trabalho ultrapassam muitas vezes as expectativas locais não podem ser postos em causa. Contudo, o carácter recorrente dessa prática de cooperação, que já remonta a cerca de trinta anos, merece uma reflexão conjunta e desapassionada, cujos subsídios possam, no nosso entender, conduzir à adopção de novos paradigmas para a cooperação no âmbito do ensino da língua portuguesa.

Em vez de as partes insistirem, como tem acontecido nos últimos tempos, em procurar resposta para o problema crónico da falta de professores para o ensino secundário quase exclusivamente através da colocação de professores cooperantes, talvez fosse mais judicioso apostar numa abordagem que tenha em conta a situação real da língua portuguesa e o seu ensino-aprendizagem no país, em toda a sua complexidade, considerando o sistema de ensino como um todo que, como todo o sistema, a (não) intervenção feita ao nível dum dos elementos tem impacto sobre os outros e sobre o conjunto do sistema.

Projectos conjuntos/comuns

A existência de domínios de convergência possível entre os PALOP e a divulgação de experiências bem sucedidas no seio dos mesmos podem inspirar a transposição e adaptação de experiências de uma realidade para outra. Todavia, a formulação de projectos comuns, muitas vezes ditados pela boa vontade ou pela necessidade de optimização de recursos deve ser acautelada por um suficiente conhecimento dos

diferentes contextos, não se perdendo de vista os efeitos nefastos de certos (pre)conceitos existentes na nossa língua comum os quais, muitas vezes, estão subjacentes a certas atitudes e comportamentos pouco desejáveis numa verdadeira cooperação. A expressão *luso-africano*, por exemplo, pode levar a mais bem intencionada das pessoas a uma amálgama perniciososa para a concepção de projectos de cooperação na medida em que a induz a considerar que se pode aplicar uma única e mesma receita a todos os países africanos sem se ter em conta as especificidades de cada um.

4. Conclusão

Fazer face a um problema com que se confronta o ensino sem intervir ao nível da própria sociedade onde se enraíza e se reproduz o problema não pode ser eficaz se não forem tomadas medidas com vista a prolongar os efeitos do ensino-aprendizagem.

Portanto, as concepções que têm estado subjacentes às intervenções ao nível do ensino da língua portuguesa no âmbito da cooperação precisam de ser revistas e integradas num âmbito mais amplo, através duma abordagem em que se preveja para o ensino básico o papel que teoricamente todos lhe reconhecem – o de estabelecer as bases para o desenvolvimento das competências ao nível da língua portuguesa e, desta feita, para todas as aprendizagens ao nível do ensino (formal e não só).

Um ponto importante a integrar na agenda dos que têm a seu cargo a tomada de decisões sobre a cooperação no domínio do ensino seria a promoção dum ambiente favorável ao desenvolvimento da língua portuguesa, que, para além de projectos específicos direccionados para o seu ensino-aprendizagem, preveja outros projectos ou acções complementares susceptíveis de contribuir para garantir a durabilidade e a sustentabilidade dos resultados dos projectos, para não falar dos efeitos multiplicativos sobre todo o sistema de ensino e, consequentemente, sobre a língua portuguesa em geral.

Assim, o esforço de cooperação que se tem verificado ao longo desses quase trinta anos, os recursos que nela têm sido aplicados e o sacrifício de todos aqueles que têm dado o seu melhor para dar corpo a essa cooperação certamente que dariam mais e melhores frutos!

MESA-REDONDA

Norma, variação e desvio na gramática
do português contemporâneo

Organizador:
Telmo Mória

Algumas áreas problemáticas para a normalização linguística – disparidades entre o uso e os instrumentos de normalização

Telmo Mória
Universidade de Lisboa

0. Introdução

Entre os critérios fundamentais para a definição da norma da variante padrão do português europeu, é costume referir: (i) a comunidade de suporte, nomeadamente os estratos mais escolarizados da população; (ii) o património escrito (onde se destacam os textos literários e os textos oficiais); (iii) os instrumentos de normalização linguística, particularmente gramáticas e dicionários, mas também instrumentos de divulgação feitos a partir deles (prontuários, guias da língua, manuais de estilo, etc.); (iv) considerações de carácter técnico sobre as estruturas linguísticas problemáticas. Entretanto, quando se tenta definir a norma mediante aplicação simultânea dos critérios referidos, surgem com frequência algumas dificuldades. Três situações – que explorarei com algum pormenor – são especialmente relevantes: (i) contradição entre o uso mais ou menos generalizado pela comunidade de suporte e as determinações das gramáticas e dicionários (cf. desactualização dos instrumentos de normalização linguística e seus efeitos nocivos, por exemplo, ao nível do ensino); (ii) contradição entre diferentes gramáticas e/ou dicionários; (iii) conflito entre a norma imposta pelas gramáticas e a regularidade do sistema gramatical, em produções de frequência muito baixa.

A análise de estruturas linguísticas que será feita neste texto concentra-se em aspectos de natureza morfológica, lexical e semântica: questões de flexão em número, na secção 1; o uso de participios (ir)regulares, na secção 2; trocas entre parónimos ou palavras homófonas, envolvendo questões de propriedade lexical e/ou de mera ortografia, na secção 3. Além de ilustrarem as contradições e conflitos mencionados acima, estas áreas problemáticas colocam algumas questões de carácter geral: (i) o problema da delimitação da fronteira entre *inovação linguística*, integrada no sistema, e *desvio linguístico*, com diferentes graus de força (cf. Peres 1996); (ii) o problema da *unicidade vs. multiplicidade da norma* (isto é, da integração ou não no sistema – como variantes livres eventualmente sujeitas a preferências estilísticas – de diferentes estruturas em competição). Adicionalmente, as estruturas analisadas evidenciam alguma *desadequação dos instrumentos de normalização linguística*, o que é especialmente relevante, dado o impacto que esses instrumentos têm no ensino e, portanto, a sua capacidade de influenciar um sector amplo da comunidade de suporte. Como sabemos, alguns materiais – e.g. o Dicionário da Academia de Ciências de Lisboa ou a Gramática de Celso Cunha e Lindley Cintra – são muitas vezes invocados como argumentos de

autoridade inquestionável, em casos de disputa. Ora, acontece que os textos em causa, umas vezes, simplificam artificialmente as questões controversas, não deixando transparecer o estatuto discutível das normas adoptadas e, outras vezes, fazem generalizações abusivas que não resistem ao confronto com os factos linguísticos reais.

1. Flexão em número

A primeira área escolhida para ilustrar as dificuldades da fixação de uma norma – a flexão em número – pode parecer surpreendente. Com efeito, trata-se de uma área fortemente “normativizada”, com praticamente todas as gramáticas tradicionais a dedicarem-lhe uma secção extensa, geralmente com regras bastante assertivas. Adicionalmente, os dicionários de referência quase sempre mencionam as formas plurais nos casos mais irregulares. Ainda assim, subsistem problemas.

1.1. Plural das palavras terminadas em -x

Em primeiro lugar, destaca-se, como questão especialmente sensível, o plural das palavras terminadas em -x. A maior parte das gramáticas limita-se a indicar, como regra genérica, que estas palavras são invariáveis em número – cf. (1) –, embora algumas refiram que, em certos casos, se pode, ou deve, fazer o plural em *-ces* – cf. (2).

- (1) “Como os paroxítonos terminados em -s, os poucos substantivos terminados em -x são invariáveis: *o tórax – os tórax, o ónix – os ónix*.” (Cunha e Cintra 1984: 185).
- (2) “Os [nomes] terminados em -x com o valor de *ce* (final com que podem também ser grafados) fazem o plural normalmente em *-ces*: *cálix* (ou *cálice*), *cálices*; *apêndix* (ou *apêndice*), *apêndices*.”; “[Os nomes terminados em -x com o valor de *cs*] não possuem marca de número (...). A pluralidade é marcada pelos adjuntos (artigo, adjectivo, pronome, numeral) (...). (...): *o tórax, os tórax; o ónix, os ónix*.”; “Alguns nomes com *x = cs* possuem a variante em *ce*: *índice* ou *índice*, *ápex* ou *ápice*, *códex* ou *códice*. Seus plurais são respectivamente *índices*, *códices*, *ápices*.” (Bechara 1999: 122-123)

Ora, a situação é bem mais complexa, como se torna evidente ao comparar diferentes dicionários. Aliás, a consulta destes instrumentos de normalização é, no mínimo, fonte de perplexidade para o falante com dúvidas, pois – literalmente – parece não haver dois dicionários que coincidam! Esta situação é patente no quadro que se segue, onde ocorrem cinco palavras paroxítonas e quatro oxítonas, com as indicações dos respectivos plurais em quatro dos principais dicionários de referência do português: ACADEMIA, PORTO EDITORA, AURÉLIO e HOUAISS (cf. referências completas no fim do artigo). Deve notar-se que: (i) a indicação «??» significa que o plural não é indicado no dicionário; nestes casos, a unidade lexical não recebe a etiqueta que identifica os nomes com forma idêntica no singular e no plural (e.g. *s.m.2núm*, no dicionário PORTO

EDITORA, *s.m.sg. e pl.*, no dicionário ACADEMIA), donde se poderia deduzir que o plural – que não é apresentado – é distinto do singular; (ii) a indicação «—» significa que a unidade lexical em questão não está registada no dicionário.

	SINGULAR	PLURAL			
		ACADEMIA	PORTO EDITORA	AURÉLIO	HOUAISS
formas paroxítonas	<i>ónix</i>	ónix	ónix	ónix	ónix
	<i>tórax</i>	tórax	tórax	tórax	tóraces
	<i>sílex</i>	sílex	sílex	sílices	sílices
	<i>córtex</i>	córtex	córtices	córtices	córtices
	<i>clímax</i>	clímax	??	??	clímaces
formas oxítonas	<i>pirex</i>	pirex	??	—	pirex
	<i>telex</i>	??	??	??	telex
	<i>lux</i>	lux	??	??	lux ou luxes
	<i>fax</i>	??	??	—	fax ou faxes

Quadro 1. Plural de palavras terminadas em -x em diferentes dicionários¹

No que respeita às palavras paroxítonas, os cinco exemplos escolhidos mostram cinco tratamentos distintos, com maior ou menor preferência pela invariabilidade (*vs.* pela formação do plural com *-ces*). No que respeita às palavras oxítonas, que as gramáticas não identificam como caso especial² (veja-se por exemplo a “regra” de Cunha e Cintra, em (1)), a situação ainda é mais complexa. O dicionário PORTO EDITORA, por exemplo, não aplica a nenhum dos quatro nomes oxítonos do Quadro 1 a etiqueta substantivo de dois números (*s.m.2núm*) com que caracteriza, por exemplo, nomes como *ónix*, donde se poderá deduzir que assume que o plural não é idêntico; todavia, nunca explicita esse plural (o mesmo acontecendo, aliás, com o paroxítono *clímax*). O dicionário ACADEMIA procede de modo semelhante com *fax* e *telex*: não coloca a etiqueta *s.m.sg. e pl.* e não explicita a forma plural. Já com *pirex*, verifica-se uma situação curiosa, e porventura sintomática: no dicionário ACADEMIA, é-lhe atribuída a etiqueta que indica que a forma coincide no singular e no plural, mas logo a seguir dá-se a seguinte abonação (do lexicógrafo):

(3) Pôr os pirexes na mesa. (Dicionário ACADEMIA, p. 2867)

Além da falta de coincidência entre dicionários, são ainda de salientar os seguintes dois factos. Em primeiro lugar, os dicionários, em especial o HOUAISS, recomendam (ou

¹ Ignoro aqui a existência de variantes para as formas singulares apresentadas: (i) variante *torace* (sic), no PORTO EDITORA; (ii) variante *clímace*, no AURÉLIO (considerada desusada) e no HOUAISS (considerada obsoleta); (iii) variantes *sílce* e *córtice*, nos quatro dicionários (consideradas pouco usadas, no ACADEMIA); (iv) variante paroxítona *pirex* nos dicionários ACADEMIA, PORTO EDITORA e HOUAISS; (v) variante dissilábica *faxe* nos dicionários ACADEMIA e PORTO EDITORA (no primeiro dos quais, encabeça o verbete principal).

² Trata-se, geralmente, de palavras de entrada recente na língua, implicando um padrão silábico pouco comum: *fax*, *telex*, *duplex*, *pirex*, *latex*, *inox* (ou ainda marcas como *xanax*, *atarax*, *xerox*, etc.).

melhor, estipulam) formas plurais artificiais, que não encontram base de sustentação no uso. Estão nesta situação muitas formas terminadas em *-ces* de frequência praticamente nula (cf. dados do *corpus* CETEMPúblico) – e.g. *climaçes*, *fênicés* ou *látices*. O seu registo – sem qualquer menção especial – só evidencia o divórcio entre os dicionários e o uso linguístico comum, ou seja, a desactualização destes instrumentos de normalização.

Em segundo lugar, está tacitamente banida a estratégia de fazer o plural com simples adição de *-es*: as gramáticas não referem esta possibilidade e nos dicionários os únicos casos sancionados que encontrei foram os dos monossilabos *fax* e *lux*, para os quais o dicionário HOUAISS admite (sem justificação ou comentário) as formas plurais alternativas *faxes* e *luxes*. Ora, no caso das palavras oxítonas, esta parece ser a estratégia geral usada pelos falantes (ver exemplos em (4)) – e.g. (i) das 105 ocorrências de *telex* no plural, no *corpus* CETEMPúblico, 93 % (98) têm a forma *telexes* e só 7 % (7) têm a forma *telex*; (ii) há raríssimos exemplos de *fax* como plural, mas há 537 ocorrências de *faxes* (sendo a variante gráfica singular *faxe* muito rara). No caso das palavras paroxítonas, o uso é pouco esclarecedor, já que a maior parte das palavras tem uma frequência baixíssima de uso no plural – e.g. *tórax*, *fênix*, *ónix* e *látex* praticamente não aparecem no plural no *corpus* CETEMPúblico. Nesse *corpus*, a única excepção é curiosamente muito sintomática: *climax* ocorre 29 vezes no plural, todas elas com a forma (não reconhecida) *climaxes* – cf. (5).

- (4) a. “Aceitou a minha palavra, mas disse que não era preciso mandar-lhe os telexes.” (CETEMPúblico, Ext 173597 (nd, 97b))
- b. “Para pedir autorização para assistir foi necessário enviar faxes para Londres (...).” (CETEMPúblico, Ext 2492 (clt, 97b))
- c. “(...) o empreendedor (...) projectou a construção de vários imóveis para exploração hoteleira, entre os quais surgiam unidades com 135 quartos (...), 46 «bungalows» duplexes, salas de congressos, dois restaurantes (...) e um estacionamento coberto para 100 viaturas.” (CETEMPúblico, Ext 278555 (soc, 98b))
- (5) “O casal que se agride ou se desencontra na procura de afectos assume-se nesta peça numa cadeia de climaxes, num jogo de espelhos em que as personagens se individualizam e se duplicam em avanços e recuos (...).” (CETEMPúblico, Ext 276097 (clt, 97b))

Em suma, estamos perante uma área problemática em que os instrumentos de referência não são esclarecedores, em que há um desencontro acentuado entre o uso e as estipulações dos instrumentos de referência e em que subsiste um forte oscilação no uso, parecendo verificar-se uma tendência para uma *dupla norma* – a “norma consagrada”, de invariabilidade, e a “norma emergente”, de adição de *-es* (em especial nas palavras oxítonas, possivelmente por analogia com os plurais das palavras terminadas em *-s*).

1.2. Plurais com deslocação do acento

Uma segunda zona problemática, dentro da flexão em número, envolve os chamados plurais com deslocação do acento. Há três ou quatro casos mais conhecidos, em que – a julgar pelos dados do *corpus* CETEMPúblico (abaixo, entre parênteses) – o fenómeno da deslocação do acento ainda apresenta alguma vitalidade na língua, pelo menos na língua escrita³.

- | | | | | | |
|--------|-------------------|-----|-----------------|--------|-----------------|
| (6) a. | caracteres (1141) | vs. | carácteres (10) | [0,1%] | |
| b. | juniores (2026) | vs. | júniores (103) | [5 %] | [sobresdrúxula] |
| c. | seniores (734) | vs. | séniores (35) | [5 %] | [sobresdrúxula] |
| d. | especímenes (5) | vs. | espécimenes (4) | [44 %] | [sobresdrúxula] |

A análise destes quatro substantivos, evidencia uma competição entre a estratégia (irregular) de deslocação de acento e a estratégia (regular) de manutenção da sílaba tónica, característica da generalidade dos pares singular-plural em português. É de notar que nos três últimos exemplos, a estratégia regular conduz à formação de *substantivos sobresdrúxulos* – i.e. acentuados na pré-antepenúltima sílaba – que o Acordo Ortográfico não prevê e que, tanto quanto sei, nenhum dicionário reconhece nos seus registos.

Além destes quatro casos, há mais alguns a considerar, envolvendo plurais de muito baixa frequência. Convém distinguir dois tipos. Num primeiro tipo, é possível encontrar ainda textos que estipulam a deslocação de acento⁴, mas tal prática parece ter caído em desuso e a generalidade dos dicionários e gramáticas de referência actuais já não contemplam essa hipótese. Estão nesta situação os dois exemplos de (7) (que não envolvem sobresdrúxulas). Podemos considerar que estes casos não são problemáticos e que a norma se estabilizou na forma plural regular sem deslocação do acento.

- | | | | |
|--------|-------------|-----|-------------|
| (7) a. | esfincteres | vs. | enfincteres |
| b. | sorores | vs. | sórores |

Um segundo tipo, ilustrado em (8), é mais problemático. Trata-se de palavras proparoxítonas terminadas em *-r* ou *-n*, em que a não deslocação do acento no plural gera substantivos sobresdrúxulos (semelhantes a *espécimenes*, *júniores* e *séniores*).

- | | | | | |
|--------|-----------|-----|-----------|-----------------|
| (8) a. | jupiteres | vs. | júpiteres | [sobresdrúxula] |
| b. | lucíferes | vs. | lúciferes | [sobresdrúxula] |
| c. | ipsílones | vs. | ípsilones | [sobresdrúxula] |
| d. | lexícones | vs. | léxicones | [sobresdrúxula] |

³ Penso que estes dados não legitimam qualquer inferência sobre a situação na oralidade, dado o efeito não despiciendo dos correctores ortográficos.

⁴ Pires de Castro (s/d: 101) estipula a deslocação do acento no plural nos dois casos de (7); Bechara (199: 124) estipula essa deslocação para o caso (7b).

Os dicionários e gramáticas oscilam entre simplesmente não explicitar o plural destes substantivos (o que acontece frequentemente) e estipular as formas com deslocação de acento. O dicionário ACADEMIA, por exemplo, aplica a estratégia da deslocação do acento de modo sistemático, registando formas como *ipsílon*, *lexícones* e *júpiteres*. Ora, o problema é que estas formas são de facto desusadas e mesmo os falantes mais cultos não as reconhecem geralmente⁵.

Estas expressões colocam, adicionalmente, o problema da baixíssima frequência de uso, que dificulta a determinação da forma mais comum entre os falantes. Em todo o caso, algumas formas começam a difundir-se, constituindo a sua pluralização uma zona de desvio linguístico por excelência. Por exemplo: (i) *júpiter*, como nome comum, significa planeta gasoso que orbita uma qualquer estrela (numa fase em que a astronomia está preparada para descobrir este tipo de astros); repare-se como em (9a), o tradutor optou – contra as regras morfológicas básicas do português – pela invariabilidade desta unidade lexical; (ii) *ípsilon* aparece, por vezes, como nome comum que designa o cromossoma específico do sexo masculino; em (9b), a palavra é usada no plural, com o seu sentido primário de letra do alfabeto, mas o jornalista usou a regra brasileira de pluralização (que permite suprimir uma sílaba): *ípsilons* (cf., no português brasileiro, *dolmens*, *hifens*, *mórmons*).

- (9) a. “Os grandes Júpiter próximos das estrelas dão antes a impressão de se aparentar a estrelas duplas, umas das quais não teria atingido a massa crítica para acender o fogo nuclear.” (*A Mais Bela História da Terra*, trad. do francês, Ed. Asa, Porto, 2001, p. 64)
- b. “Os pontinhos em forma de seta e de ípsilons vão desaparecer todos.” (CETEMPúblico, Ext 55088 (clt-soc, 95a))

Claramente, parece estar a afirmar-se na língua uma tendência para a pluralização regular das palavras esdrúxulas terminadas em *-n* e *-r* – i.e., a adição de *-es* sem deslocação de acento, criando substantivos sobresdrúxulos. As 152 ocorrências no *corpus* CETEMPúblico dos substantivos de (6) – uma dela transcrita em (10a) – são disso exemplo. O caso (10b) é bastante curioso: o próprio dicionário ACADEMIA – que sistematicamente propõe a deslocação do acento e promove aporuguesamentos gráficos que visam evitar a formação de palavras sobresdrúxulas (e.g. *holigane* ou *gângster*, com *-gs-*) – apresenta numa abonação (do lexicógrafo) *gângsteres* (com *-gues-*).

- (10) a. “Entre os espécimenes biológicos que serão utilizados contam-se bichos-de-conta, drosófilas, ovos de rã, minúsculos camarões e tecido vivo de embriões de rato.” (CETEMPúblico, Ext 775950 (nd, 92a))
- b. A vida dos gângsteres foi amplamente retratada pelo cinema americano. (dicionário ACADEMIA, p. 1865, verbete *gângster* [sic])

⁵ Fiz um teste a várias dezenas de alunos universitários, perguntando-lhes qual o plural da palavra *ípsilon*. Nenhum deles produziu *ipsílones*; a generalidade das respostas foi a forma sobresdrúxula *ipsílones*.

Convém salientar que a estratégia de não deslocação do acento neste tipo de substantivos, criando formas como *júniiores*, *séniiores*, *júpiteres*, *espécimenes* ou *ipsilones*, parece apresentar algumas vantagens, na perspectiva da normalização linguística. Em primeiro lugar, evita a estipulação artificial de formas que os falantes não reconhecem, impedindo o divórcio entre uso e instrumentos de normalização linguística (cf. e.g. *ipsilones*); em segundo lugar, permite dar resposta a alguns desafios que o aportuguesamento de palavras inglesas (e algumas latinas) coloca ao sistema ortográfico do português. Se admitisse a existência de substantivos sobresdrúxulos (e os integrasse plenamente numa próxima revisão do Acordo Ortográfico), o sistema ortográfico português ficaria dotado de instrumentos indispensáveis para legitimar as seguintes adaptações gráficas, de substantivos plurais – (11a) – e/ou singulares – (11b-c)⁶:

- (11) a. húlignas (*hooligans*), quénions (*canyons*), gânguesteres (*gangsters*),...
 b. márquetingue (*marketing*), quêiteringue (*catering*), snórquelingue (*snorkeling*), lóbiingue (*lobbying*),...
 c. déficite (*deficit*), réquieme (*requiem*), hábitate (*habitat*),...

Numa palavra, o reconhecimento do padrão em causa, mesmo com um uso muito restrito, tornaria o sistema ortográfico português mais flexível e adaptado às novas situações emergentes. De outro modo, este corre o risco de não dar conta de formas realmente implantadas e, portanto, de se tornar obsoleto.

2. Participios duplos

A segunda área problemática seleccionada envolve o uso das formas participiais dos chamados verbos de participio duplo. Como veremos, a análise dos dados linguísticos evidencia uma acentuada desactualização dos instrumentos de normalização nesta área.

Geralmente, as gramáticas, os prontuários ou os livros de estilo apresentam uma regra de aplicação geral, tendo o cuidado (embora nem todos ou nem sempre) de a apresentarem mais como uma tendência de uso que como uma norma impositiva. Vejamos dois exemplos (com sublinhados meus):

- (12) a. “De regra, a forma regular emprega-se na constituição dos tempos compostos da VOZ ACTIVA, isto é, acompanhada dos auxiliares *ter* e *haver*; a irregular usa-se, de preferência, na formação dos tempos VOZ PASSIVA, ou seja acompanhada do auxiliar *ser*.” (Cunha e Cintra 1984: 441).

⁶ Naturalmente, isto não impede que singulares ou plurais com formas esdrúxulas, graves ou agudas sejam posteriormente introduzidos, se a pronúncia vier a tender para estes padrões silábicos mais comuns (cf. e.g. aportuguesamento *sanduíche*, a partir de *sandwich*, ou a oscilação entre *hábitate(s)* e *habítá(s)*).

- b. “Somente as formas irregulares se usam como adjectivos e são elas as únicas que se combinam com os verbos *estar, ficar, andar, ir e vir*.” (*op. cit.*: 442)
- (13) “Nos casos em que se mantêm as duas formas de participio (a regular e a irregular), emprega-se a forma irregular nos tempos compostos com os auxiliares *ser* e *estar* e a forma regular para a formação dos tempos compostos com os auxiliares *ter* e *haver*.” (Estrela e Pinto-Correia 1994: 107)

O problema crucial resulta da aplicação desta regra perante as listas de verbos de participio duplo que ocorrem nessas mesmas gramáticas e prontuários, ou em dicionário de verbos conjugados, por exemplo. Por norma, as listas em causa não dividem os verbos em grupos de comportamento distinto; integram antes listas simples de verbos que possuem as duas formas morfológicas, geralmente acompanhadas da referida regra de aplicação geral (e uma ou duas observações sobre casos excepcionais, como o do verbo *pagar*, cuja forma regular caiu praticamente em desuso). Para ilustrarmos o desajustamento deste procedimento, consideremos alguns exemplos da lista de Cunha e Cintra (1984: 442), apresentados logo a seguir à estipulação transcrita em (12.b). Numa mesma lista, sem qualquer observação, temos, entre outros, os cinco exemplos seguintes:

(14) ELEGER	elegido	eleito
EXPRIMIR	exprimido	expresso
INSERIR	inserido	<i>inserto</i>
BENZER	benzido	<i>bento</i>
INCORRER	incorrido	<i>incurso</i>

Ora, como é fácil comprovar, a regra (12.b) só tem alguma vitalidade (embora nem todos os falantes a sigam) com os dois primeiros verbos (e, em registos muito conservadores, com o terceiro). A sua aplicação cega levaria, por exemplo, ao absurdo de considerar uma frase como (15) como natural e a correspondente com participio regular (*foi benzido*) como agramatical:

- (15) *O novo edifício *foi bento* pelo padre.

Em geral, os desajustes da aplicação de regras do tipo de (12) ou (13) são tanto mais evidentes quanto mais amplas são as listas de verbos de participio duplo. O *Dicionário de Verbos Portugueses* da Porto Editora, por exemplo, apresenta 162 verbos – mais uma vez, uma lista única por ordem alfabética, sem qualquer menção da existência de subgrupos de verbos com comportamentos distintos. Esta lista inclui inúmeros participios duplos irregulares que praticamente caíram em desuso com verbos como *estar, ficar* ou afins. Eis alguns exemplos:

(16) ABSOLVER	absolvido	<i>absolto</i>
AFEIÇOAR	afeiçoado	<i>afecto</i>
DEMITIR	demitido	<i>demisso</i>
DILUIR	diluído	<i>diluto</i>
TINGIR	tingido	<i>tinto</i>

Se aplicássemos a regra (12) ou (13), o resultado seria, uma vez mais, indesejado:

- (17) a. *O reu foi *absolto*.
 b. *As crianças *ficaram afectas* ao animal.
 c. *O senhor *está demisso*!
 d. *O pó já *vem diluto* na água.
 e. *As calças *foram tintas* de azul.

Parece, pois, evidente que nesta área os instrumentos de normalização linguística são ineficazes⁷, podendo esta situação originar problemas no ensino da língua, especialmente a falantes não nativos.

Na realidade, o uso dos participios (ir)regulares em português europeu padrão actual é bastante mais complexo que o sugerido por generalizações como (12) ou (13). Para começar, convém notar que a oscilação no uso e as dúvidas se colocam essencialmente em dois contextos sintácticos: com *ter* (nos tempos compostos) e com *ser* (expresso ou subentendido) nas estruturas de tipo passivo. São estes os dois casos que realmente importa distinguir e aprofundar. Quanto aos outros, pelos menos alguns devem ser tratados separadamente. Por exemplo, certas formas – classificadas como participios irregulares e apresentadas nas referidas listas de verbos de participio duplo –, embora estejam historicamente associadas a participios verbais, são hoje totalmente independentes enquanto adjectivos. A sua associação a verbos em listas do tipo que mencionámos acima não traz grandes vantagens ao utilizador da língua com dúvidas e pode mesmo induzir no erro de se considerar que estamos perante a mesma unidade lexical verbal (quando, em muitos casos, a diferença semântica é já muito acentuada). É o que acontece, por exemplo, com formas como *afecto*, *tinto* ou *confuso* (relativamente aos verbos *afeiçoar*, *tingir* ou *confundir*, respectivamente).

Cinjamo-nos, pois, aos dois casos referidos: combinação de participios com *ter* e com *ser*. A questão crucial para a análise é que os verbos de participio duplo não se comportam todos da mesma maneira, usando o participio regular num caso e o participio irregular no outro. Para cada um dos dois contextos relevantes, há uma gradação na tendência para o uso maior ou menor de um dos participios. E registam-se mesmo tendências contrárias às generalizações das gramáticas: há verbos cujo participio

⁷ Observe-se a seguinte “não regra” do *Livro de Estilo do Público*: “(...) por regra se considera que a forma regular se utiliza com os auxiliares *ter* e *haver* e a irregular com *ser* e *estar*, bem como com *ficar*, *andar*, *ir*, *vir* – *aceitado*, *aceite*. Nada disto, porém, será muito taxativo, porque as excepções são mais que muitas.” (*Livro de Estilo do Público*, secção Verbos, http://www.publico.pt/nos/livro_estilo/18_verbos.html, sublinhados meus).

irregular tende a impor-se em todos os contextos (mesmo com *ter*) e há verbos cujo participio regular tende a impor-se em todos os contextos (mesmo com *ser*). Em suma, as acentuadas diferenças de uso (para um mesmo contexto sintático) conduzem-nos

grupos de verbos	verbos	<i>ter</i> + PP _{REGULAR} : n.º de ocorrências no CETEMPúblico	<i>ter</i> + PP _{IRREGULAR} : n.º ocorrências no CETEMPúblico
verbos cujo participio regular não se usa	ESCREVER ABRIR COBRIR DESCOBRIR	<i>ter</i> <i>escrito</i> : 0 <i>ter</i> <i>abrido</i> : 0 <i>ter</i> <i>cobrido</i> : 0 <i>ter</i> <i>descobrido</i> : 0	<i>ter</i> <i>escrito</i> : n. <i>ter</i> <i>aberto</i> <i>ter</i> <i>coberto</i> <i>ter</i> <i>descoberto</i>
verbos cujo participio regular caiu claramente em desuso ⇒ sequência <i>ter</i> + PP _{REGULAR} sentida como desvio – cf. (8)	PAGAR GASTAR LIMPAR GANHAR	<i>ter</i> <i>pagado</i> : 0 <i>ter</i> <i>gastado</i> : 1 <i>ter</i> <i>limpo</i> : 1 <i>ter</i> <i>ganhado</i> : 7	<i>ter</i> <i>pago</i> : 1033 <i>ter</i> <i>gasto</i> : 477 <i>ter</i> <i>limpo</i> : 24 <i>ter</i> <i>ganho</i> : 2739
verbos cujo participio regular mostra indícios de cair em desuso, mas ainda ocorre com alguma frequência ⇒ forte desafio à norma conservadora <i>ter</i> + PP _{REGULAR}	ENTREGAR	<i>ter</i> <i>entregado</i> : 43 (6 %)	<i>ter</i> <i>entregue</i> : 639 (94 %)
	SALVAR	<i>ter</i> <i>salvado</i> : 14 (8 %)	<i>ter</i> <i>salvo</i> : 158 (92 %)
	MATAR	<i>ter</i> <i>matado</i> : 102 (11 %)	<i>ter</i> <i>morto</i> : 819 (89 %)
	ELEGER	<i>ter</i> <i>elegido</i> : 30 (20 %)	<i>ter</i> <i>eleito</i> : 117 (80 %)
	ACEITAR	<i>ter</i> <i>aceitado</i> : 340 (25 %)	<i>ter</i> <i>aceite</i> : 1015 (75 %)
verbos cujo participio irregular ocorre no contexto em causa, mas com relativa raridade ⇒ supremacia da norma conservadora: <i>ter</i> + PP _{REGULAR} ⇒ sequência <i>ter</i> + PP _{IRREGULAR} tende a ser sentida como desvio – cf. (19a-b)	EXPULSAR	<i>ter</i> <i>expulsado</i> : 23 (25 %)	<i>ter</i> <i>expulso</i> : 68 (75 %)
	EXPRESSAR	<i>ter</i> <i>expressado</i> : 76 (72 %)	<i>ter</i> <i>expresso</i> : 30 (28 %)
	EXTINGUIR	<i>ter</i> <i>extinguido</i> : 29 (74 %)	<i>ter</i> <i>extinto</i> : 10 (26 %)
	SUSPENDER	<i>ter</i> <i>suspendido</i> : 138 (78 %)	<i>ter</i> <i>suspensio</i> : 40 (22 %)
	PRENDER	<i>ter</i> <i>prendido</i> : 60 (80 %)	<i>ter</i> <i>preso</i> : 15 (20 %) (do tipo relevante)
	DISPERSAR	<i>ter</i> <i>dispersado</i> : 18 (82 %)	<i>ter</i> <i>disperso</i> : 4 (18 %)
verbos cujo participio irregular não se usa ou é bastante raro ⇒ sequência <i>ter</i> + PP _{IRREGULAR} sentida como desvio – cf. (19c-d)	SOLTAR	<i>ter</i> <i>soltado</i> : 27 (90 %)	<i>ter</i> <i>solto</i> : 3 (10 %)
	ENVOLVER	<i>ter</i> <i>envolvido</i> : 371	<i>ter</i> <i>envolto</i> : 3
	ACENDER	<i>ter</i> <i>acendido</i> : 21	<i>ter</i> <i>aceso</i> : 1 (do tipo relevante)
	DESPERTAR	<i>ter</i> <i>despertado</i> : 174	<i>ter</i> <i>desperto</i> : 1
	OCULTAR	<i>ter</i> <i>ocultado</i> : 64	<i>ter</i> <i>oculto</i> : 0
MANIFESTAR	<i>ter</i> <i>manifestado</i> : 1547	<i>ter</i> <i>manifesto</i> : 0 (do tipo relevante)	

Quadro 2. Distribuição de participios regulares e irregulares
(de verbos de participio duplo) no contexto *ter* + PP no corpus CETEMPúblico

necessariamente a tipologias não binárias, que os instrumentos de normalização linguística deveriam integrar.

Exploreemos apenas o caso da combinação com *ter*. O quadro 2, baseado nas ocorrências de participípios regulares e irregulares de verbos de participípio duplo no *corpus* CETEMPúblico, evidencia a existência de vários subgrupos de verbos⁸.

- (18) “No fim, fica a sensação que o Governo tem gastado muito do seu tempo a conversar (...)” (CETEMPúblico, Ext 8142 (opi, 97a))
- (19) a. “Outra razão da importância de Lacan: embora o seu ensino se tenha disperso por múltiplas escolas (...), o aspecto mais interessante é que se verificou uma espécie de «lacanização» geral da psicanálise (...)” (CETEMPúblico, Ext 1343625 (nd, 91b))
- b. “Na noite de sexta-feira, já a LPN tinha solto na área da Ribeira de Divor duas outras aves de rapina igualmente tratadas no Centro de Recuperação da Ria Formosa.” (CETEMPúblico, Ext 1486694 (soc, 94a))
- c. “O acompanhamento é difícil, como se alguém tivesse envolto as colunas com um cobertor.” (CETEMPúblico, Ext 4009 (clt, 94b))
- d. “Sem saberem como ou porquê, as versões que ali circulavam atribuíam o acto à malvez de um desconhecido que (...) tinha aceso o isqueiro e ateado fogo às flores (...)” (CETEMPúblico, Ext 308746 (soc, 97a))

3. Trocas entre parónimos e palavras homófonas: impropriedade lexical e/ou erros de ortografia

A terceira área problemática seleccionada envolve aspectos léxico-semânticos, fónicos e gráficos.

Tem sido uma preocupação geral dos instrumentos de normalização linguística a questão das trocas lexicais entre palavras de forma fónica similar (parónimas) ou idêntica (homófonas)⁹, gerando impropriedades ou simples erros de ortografia (que não são aliás detectados por correctores ortográficos simples). Vejam-se alguns exemplos, documentados no *corpus* CETEMPúblico:

- (20) a. “Mas os cinco países não consentiram que lhes fosse infringida a uma derrota em toda a linha.” (CETEMPúblico, Ext 518399 (soc, 92a))

⁸ Apenas foram pesquisadas sequências em que qualquer variante flexional do verbo *ter* é imediatamente seguida da forma participial em causa (regular ou irregular). Salvo os casos em que se explicitou (no quadro) “do tipo relevante”, não foi feita uma triagem dos contextos para excluir possíveis casos irrelevantes (por se considerar que estes dificilmente ocorrerão ou serão em número insignificante).

⁹ Em certos casos, a fronteira entre homofonia e paronímia é imprecisa: certas palavras, que, num registo pausado, podem ser diferenciadas, tendem a ser pronunciadas de igual modo em registos mais rápidos (e.g. *fluorescente* / *florescente*, *eminente* / *iminente*).

- b. “O tráfico de drogas duras é o mais fluorescente dos negócios do bairro e, por isso, não é de estranhar que vendedores e consumidores de narcóticos se espalhem pelas ruas.” (CETEMPúblico, Ext 78275 (soc, 97b))
- c. “Enumera os pratos da terra, (...) como (...) os brilhões (luxo de cabra recheado de carne, chouriço, arroz e hortelã), os bolos de leite e as filhozes.” (CETEMPúblico, Ext 614494 (soc, 96b))

Muitos proutuários incluem listas destes parónimos e/ou palavras homófonas e os próprios dicionários chamam muitas vezes a atenção para este tipo de relações entre palavras. Ainda assim, os desvios nesta área são persistentes, como se pode comprovar através de *corpora* de uso real da língua, como o CETEMPúblico. Importa acentuar que, os desvios não têm todos os mesmo impacto na comunicação: alguns são relativamente inconsequentes (como acontece nos três exemplos acima), mas muitos outros podem afectar significativamente a passagem de informação. É o que acontece, ou pode acontecer, se forem trocadas expressões como as de (21), como acontece com alguma frequência na imprensa, causando ruído na comunicação:

- (21) a. rectificar ↔ ratificar um tratado
 b. escritor muito prolixo ↔ prolífico
 c. intervenção intempestiva ↔ tempestuosa (ou brusca, ou impetuosa,...)
 d. ir de encontro a ↔ ao encontro de os desejos de alguém
 e. tráfico ↔ tráfego de bicicletas

No que respeita a exemplos deste tipo, parece haver algum consenso quanto à utilidade de uma norma conservadora, na medida em que esta permite preservar distinções de significado que de outro modo estariam comprometidas.

Um dos aspectos que aqui me interessa salientar é que os instrumentos de normalização linguística disponíveis (proutuários, guias, etc.) – pelo menos os que eu conheço – estão algo desactualizados, relativamente às questões de facto colocam problemas aos falantes. As listas são por vezes extensas, mas muito incompletas. Por um lado, há muitos casos que suscitam confusões frequentes e são ignorados nessas listas e, por outro lado, misturam-se frequentemente pares de expressões realmente problemáticas com outros que são desconhecidas da maioria dos falantes. Por exemplo, numa edição de 1992 (a 23ª) do conhecido *Proutuário Ortográfico e Guia da Língua Portuguesa* de Bergström e Reis, a questão da paronímia e homofonia é ilustrada com pares de palavras de uso reduzidíssimo, como *estipulado vs. extipulado* e *assenso vs. acenso*; o guia recém-publicado Estrela *et al.* (2003), anunciado como “guia completo para usar correctamente a língua portuguesa”, apresenta também listas muito incompletas, a par de exemplos de limitada utilidade, como *paceiro vs. passeio*. Acresce que as listas geralmente apresentadas não têm exemplos contextualizados, nem informações sobre o uso que permitam captar o seu verdadeiro significado e/ou as possíveis implicações comunicacionais de um uso impróprio.

Analisando *corpora* do português contemporâneo, verifica-se rapidamente que há pares de palavras cuja troca é uma fonte constante de desvio. Parece claro que é sobre estas formas, de uso “impróprio” por vezes bastante difundido, que deveria incidir o trabalho didáctico / pedagógico (que é, assumidamente, objectivo das gramáticas tradicionais e dos guias da língua). Mais úteis que as listas genéricas dos prouros, seriam, por exemplo, listas de pares especialmente problemáticos, com informação lexical sobre os vocábulos relevantes e ilustração de desvios. Seguem-se alguns exemplos ilustrativos de pares desse tipo, com trocas registados em textos de imprensa (exemplos do *corpus* CETEMPúblico):

- (22) a. [INVOCAR ↔ EVOCAR] “Num telefonema anónimo (...), um indivíduo comunicou a existência de uma bomba na linha sem, contudo, ter evocado qualquer razão para o facto (...)” (NP, par 1719)
- b. [EVOCAR ↔ INVOCAR] “as baladas [são agora] mais comprometidas e inspiradas, chegando mesmo a invocar aqui ou ali a secura do piano e da voz de John Cale (...)” (NP; par 50149)
- c. [INFLIGIR ↔ INFRINGIR] “Ivete Margarida morreu em casa da sua ama, uma mulher identificada pelo nome Ana Maria e que, de acordo com alguns vizinhos, teria por hábito infringir castigos físicos à criança.” (CETEMPúblico, Ext 248478 (eco, 92b))
- d. [TRÁFEGO ↔ TRÁFICO] “«Parecia que tinha voltado à tropa», dizia há dias um taxista, a guinar pelo tráfego lisboeta.” (NP, par 36561)
- e. [TRÁFICO ↔ TRÁFEGO] “Como corolário deste hipotético aumento, viria fatalmente o aumento de todos os males actualmente relacionados com o consumo e tráfego da droga.” (CETEMPúblico, Ext 341266 (soc, 93a))
- f. [ENCANDEAR ↔ ENCADEAR] “A vítima foi Albertino Rodrigues Nunes (...), baleado (...) por um homem de 29 anos (...) que afirmou que (...) a vítima o terá encadeado quando ligou os máximos do veículo em que seguia.” (CETEMPúblico, Ext 823459 (soc, 92a))
- g. [RATIFICAR ↔ RECTIFICAR] “Na medida em que (...) os portugueses não tiveram ensejo, depois de um exame sério, de rectificar em acto solene o Tratado de Maastricht, assumindo, por assim dizer, «pessoalmente», como outros europeus as consequências, positivas ou negativas da sua escolha (...)” (CETEMPúblico, Ext 384163 (soc, 92b))
- h. [PERFILAR ↔ PERFILHAR] “Como adversário mais directo de Ieltsin, começa a perfilhar-se a figura do ex-primeiro-ministro soviético Nikolai Rijkov, que será provavelmente apoiado pelo Partido Comunista.” (CETEMPúblico, Ext 748894 (pol, 91a))
- i. [MUNGIR ↔ MUGIR] “As crianças conhecem a vida no campo, familiarizam-se com os animais, habituam-se a sentir os cheiros do feno cortado e seco, a saborear o leite acabado de mugir e os frutos colhidos directamente das árvores.” (CETEMPúblico, Ext 540170 (soc, 94a))

- j. [PROLÍFICO ↔ PROLIXO] “Aquele que pode considerar-se um dos compositores mais prolixos deste século e, sem sombra de dúvida, um dos mais originais, está de novo entre nós (...)” (NP, par 63175)
- l. [IMINENTE ↔ EMINENTE] “O Regimento Sapadores de Bombeiros entende que não existe perigo eminente de desabamento das instalações do Ateneu Comercial de Lisboa.” (NP, par 65404)
- m. [EMINENTE ↔ IMINENTE] “A reforma educativa (...) não passou, no primeiro momento, de um cliché político longínquo da realidade escolar sobre o qual se debruçavam as cabeças de algumas personalidades iminentes do universo académico.”
- n. [CANDENTE ↔ CADENTE] “Quanto ao afeitado, questão cadente, foi por todos reconhecido que é fraude que não aproveita, visto aviltar o toiro (...)” (CETEMPúblico, Ext 1481755 (soc, 95a))
- o. [AURA ↔ ÁUREA] “E Gusseinov, um milionário de 35 anos conhecido pelo cuidado que põe na sua aparência, viu nascer à sua volta uma áurea de salvador.” (CETEMPúblico, Ext 661187 (pol, 93b))
- p. [EFLUENTE ↔ AFLUENTE] “(...) a empresa Crizaves construiu no local de despejo dos afluentes industriais uma pequena represa que capta água para o funcionamento da linha de abate de frangos (...)” (CETEMPúblico, Ext 1362 (soc, 97b))
- q. [CORRETOR ↔ CORRECTOR] “Que o digam os correctores da Bolsa de Istambul que mesmo assim até que têm uma vida muito mais saltitante do que colegas de outras partes.” (CETEMPúblico, Ext 931320 (soc, 92b))
- r. [CAPTAR ↔ CAPTURAR] (cf. influência do inglês *capture*) “Depois de mais de trinta anos de cimeiras bilaterais que capturaram as atenções do mundo, Washington e Moscovo decidiram (...) mudar de tema.” (CETEMPúblico, Ext 27382 (pol, 93a))
- s. [AO ENCONTRO DE ↔ DE ENCONTRO A] “Arlindo Cunha passou pelo meio, dispôs-se depois a ouvir as queixas de um representante de uma empresa têxtil em crise e foi depois de encontro a mais de um milhar de agricultores que no interior do recinto discutiam a agricultura portuguesa.” (NP, par 54783)
- t. [CONTENTOR ↔ CONTENDOR] “(...) entre excepcionais medidas de segurança começaram a ser desembarcados enormes contedores, pesando 90 toneladas (...)” (NP, par 14039)
- u. [VENTRÍCULO ↔ VENTRÍLOQUO] “Seguirá até às aurículas e ventríloquos.” (CETEMPúblico, Ext 1189320 (soc, 93a))
- v. [CÍRCULO VICIOSO ↔ CICLO VICIOSO] “Ou seja, vendia títulos que não tinha, recebia o dinheiro e comprava depois os títulos em dívida, entrando

Convém notar que nesta área, o dinamismo da língua – que transforma inexoravelmente o desvio de ontem na norma de amanhã – se sente com especial força. A falta de uma acção efectiva dos instrumentos de normalização linguística permite uma consagração relativamente rápida dos “desvios” (alguns dos quais, como vimos, são perturbadores do sistema por envolverem diferenças relevantes de significado). A este propósito, é curioso comparar, por exemplo, a atitude de vários dicionários recentes perante expressões que no passado foram consideradas desvios. Os casos que se seguem ilustram três situações distintas:

- (23) avir-se ↔ haver-se
 (24) a. mungir ↔ mugir
 b. quando muito ↔ quanto muito
 (25) círculo vicioso ↔ ciclo vicioso

O caso (23) ilustra uma troca lexical já não sentida como desvio, mas antes plenamente integrada no sistema. O reconhecimento de *haver-se* como sinónimo de *avir-se* nos quatro dicionários ACADEMIA, PORTO EDITORA, HOUAISS e AURÉLIO evidencia a evolução registada face a opiniões hiper-conservadoras como as de Mendes de Almeida no seguinte excerto: «Estes dois verbos pronominais [*avir-se*, *haver-se*], de largo uso, não podem (...) ser empregados indiferentemente como sinónimos; *Haver-se* significa portar-se, proceder, comportar-se (“Houve-se muito bem no exercício do seu cargo” (...)), ao passo que *avir-se* quer dizer arranjar-se, entender-se, acomodar-se (...). (...) “Aquele que sobre ti lançar vistas de amor ou de cobiça, comigo se avirá” (...).» (Mendes de Almeida 1998: 61). Os *corpora* são também esclarecedores quanto ao uso actual: no CETEMPúblico encontramos 19 formas infinitivas *haver-se*, com o sentido relevante, contra zero ocorrências do infinitivo *avir-se*.

Os exemplos de (24) integram – à direita das setas – formas condenadas na generalidade dos guias da língua, prontuários e afins e não dicionarizadas tradicionalmente, mas que alguns dicionários consagram – nomeadamente, o dicionário ACADEMIA, numa atitude inovadora e porventura polémica (que, aliás, estende a muitas outras expressões). Trata-se de *mugir* como sinónimo de *mungir* (= *ordenhar*) e da locução *quanto muito* como sinónima de *quando muito*. Os dados do *corpus* CETEMPúblico apontam para uma ocorrência destes “desvios” de cerca de 20 %: 11 *mungir* vs. 3 *mugir* (= *ordenhar*) [21 %]; 738 *quando muito* vs. 184 *quanto muito* [20 %].

Por fim, (25) ilustra uma situação semelhante a (24), quer do ponto de vista do não reconhecimento geral em dicionários e prontuários. A diferença é que a forma *ciclo vicioso* – apesar de ter uma taxa de ocorrência próxima dos 30 % – não é registada no dicionário ACADEMIA (ao contrário do que este dicionário faz noutros casos comparáveis). Os dados do CETEMPúblico são: 280 *círculo vicioso* vs. 114 *ciclo vicioso* [29 %]. Obviamente, estas discrepâncias de tratamento

colocam mais uma vez a questão do carácter discutível da norma e da fiabilidade dos instrumentos de normalização disponíveis para o português.

4. Breve conclusão

Os dados linguísticos discutidos nesta apresentação permitem-nos tirar duas breves conclusões. Em primeiro lugar, impõe-se uma visão não maniqueísta da norma (relativamente às formas e estruturas em competição), com o reconhecimento de zonas de variação livre ou estilística nos casos em que o uso generalizado pela comunidade de suporte assim o determine. Esta visão é compatível com uma possível hierarquização de preferências, a integrar nos dicionários (cf. uso da etiqueta *forma não preferencial* em HOUAISS) e gramáticas – e.g. “forma que tende a desaparecer”, “forma nova cujo uso já se difundiu, ou evidencia forte tendência para se impor”, “forma de uso pouco frequente e difícil normalização”. Todos os aspectos devem ser equacionados, em prol de uma escolha informada do falante, nos casos de dúvida.

Em segundo lugar, verifica-se uma necessidade urgente de revisão dos instrumentos de normalização linguística (incluindo, com especial destaque, pela sua ampla difusão, as gramáticas escolares e os prontuários de grande divulgação). A revisão em causa deve ter em conta o uso actual da língua pela comunidade de suporte (idealmente com o apoio de *corpora*) e não uma visão idealizada da língua, por vezes distante da realidade. Em alguns casos, haverá necessidade de romper com um certo conservadorismo, injustificado, dos instrumentos em causa.

Referências Bibliográficas

I. Dicionários

- [ACADEMIA] *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, Editorial Verbo, Lisboa, 2001.
- [AURÉLIO] FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda: 1975, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 2ª ed. rev. e aum., Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.
- [HOUAISS] *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2001.
- [PORTO EDITORA] *Dicionário da Língua Portuguesa 2004*, Dicionários Editora, Porto Editora, Porto, 2003.
- Dicionário de Verbos Portugueses*, Dicionários Editora, Porto Editora, Porto, 1999.

II. Corpora

- [CETEMPÚBLICO] *Corpus CETEMPÚBLICO 1.7 anotado 2.0*, disponível em http://www.linguateca.pt/cetempublico/acesso_CP_anotado.html

[NP] *Corpus Natura-Público* anotado v. 3.3, disponível em <http://acdc.linguateca.pt/acesso/>

III. Outras obras

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de: 1998, *Dicionário de Questões Vernáculas*, Editora Ática, São Paulo, 4.ª ed., 2.ª reimp., 2001.
- BECHARA, Evanildo: 1999, *Moderna Gramática Portuguesa*, Editora Lucerna, Rio de Janeiro, 37ª ed. revista e ampliada (12.ª reimp., 2002).
- BERGSTRÖM, Magnus e Neves Reis: 1992, *Prontuário Ortográfico e Guia da Língua Portuguesa*, Editorial Notícias, Lisboa, 23.ª ed.
- PIRES de Castro, José Joaquim: s/d, *Lições Práticas de Português. Curso Completo da Língua Pátria [Edição Especial Patrocinada pela Direcção Geral da Educação Permanente]*, 12.ª edição, Empresa Nacional de Publicidade.
- CUNHA, Celso e Luís F. Lindley Cintra: 1984, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Edições João Sá da Costa, Lisboa.
- ESTRELA, Edite e J. David Pinto-Correia: 1994, *Guia Essencial da Língua Portuguesa para a Comunicação Social*, Editorial Notícias, Lisboa, 5.ª ed., 2001.
- ESTRELA, Edite, Maria Almira Soares e Maria José Leitão: 2003, *Saber Escrever. Saber Falar. Um Guia Completo para Usar Correctamente a Língua Portuguesa*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- Livro de Estilo do Público*, edição de Fevereiro de 1998, disponível em http://www.publico.pt/nos/livro_estilo/index.html
- PERES, João Andrade: 1996, “Convenções e Desvios na Língua Portuguesa”, in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 16, pp. 9-16.

Variação e mudança linguística, ainda e sempre

Maria Antónia Coelho da Mota

Faculdade de Letras de Lisboa e Centro de Linguística
da Universidade de Lisboa

1. Preâmbulo

Falar de variação e de mudança linguística no âmbito de uma Mesa-Redonda sobre *Norma, Variação e Desvio na Gramática do Português Contemporâneo*¹ requer presente a clara fronteira que separa aqueles três conceitos, assim como sugere o interesse em problematizar a existência de uma única gramática do português. Procurarei contribuir para esta discussão ao centrar-me no objecto e nos objectivos do estudo da variação e da mudança linguística e na sua relevância para o conhecimento linguístico. Com efeito, o ter em conta não apenas a chamada variedade padrão ou variedade standard, mas também as diferentes variedades (ou as diferentes gramáticas, na perspectiva de Kroch (1989) e Lightfoot (1999), por exemplo) que dada língua subsume e os percursos de mudança em curso ou já estabilizados nessa língua tem dado lugar a trabalhos teóricos que não só têm trazido avanços relativamente ao conhecimento das línguas particulares como mostram que, em termos de gramática mental ou Língua-I (Chomsky 1986), não há lugar a hierarquizações entre variedades (ou entre gramáticas). Optar por desenvolver a teoria linguística com base apenas em dados do standard supõe assumir-se que se deixa para trás muita informação importante, o que limita o acesso à compreensão dos percursos de mudança. Do ponto de vista do investigador, a consideração da variedade standard é importante por si própria e na medida em que esta constitui uma 'unidade padrão', uma referência a usar no trabalho de comparação entre variedades. Do ponto de vista social e cultural, estando a variedade standard, nas nossas sociedades, associada a norma e, logo, a prestígio, é um dever favorecer o acesso de todos os falantes a essa variedade, nomeadamente através da escola; contudo, por um efeito perverso, tal pode implicar a perda da variedade materna dos falantes, o que significa empobrecimento do património linguístico. É de notar que o estudo das línguas ou das variedades socialmente desprestigiadas teve um papel crucial (com implicações positivas do ponto de vista social e político) no desenvolvimento das abordagens teóricas e de outros estudos sobre variação e mudança linguística, de que são exemplo os trabalhos realizados sobre crioulos ou sobre o *Black English* ou *African American Vernacular English* (AAVE), nos Estados Unidos.

¹ O presente texto corresponde à minha intervenção nesta Mesa Redonda.

No âmbito dos estudos de variação e mudança, as produções desviantes relativamente ao padrão não constituem um objecto central, pelas razões brevemente apontadas de seguida. No quadro da sociolinguística variacionista laboviana, opera-se com os conceitos de variante e de regra variável, considerando-se ser no seio da comunidade de fala C que as variantes produzidas pelos seus membros são socialmente julgadas como prestigiantes ou desprestigiantes e não em função do que, noutros quadros, se chamaria variedade padrão da língua L. Existem, assim, diferentes normas², mais ou menos consensuais, nas diferentes comunidades falantes dessa mesma língua L, postulando-se, ainda, que os falantes dispõem de diferentes estilos (Labov 1972), o que justifica a variação nas suas produções. Neste sentido, o desvio fica fora do âmbito da discussão sobre variação. Nos estudos de inspiração generativista (por exemplo, Kroch 1989 e Lightfoot 1991, 1999), por seu lado, é defendida a existência de gramáticas em competição, pelo que a variação observável no conjunto dos falantes de uma língua L advém dessa co-existência de gramáticas e a variação observável num mesmo falante é explicável pelo facto de cada indivíduo poder possuir mais do que uma gramática, dependendo das suas experiências linguísticas. Assim, “sob uma perspectiva biológica, não há uma única gramática do inglês, mas antes várias gramáticas que existem nas mentes dos falantes do inglês” (Lightfoot 1999:77)³, pelo que os termos “língua L” ou “gramática da língua L” correspondem a abstracções. Por outro lado, e coerentemente, é defendido que a mudança linguística ocorre nas gramáticas e não na língua. Neste tipo de abordagem, o erro é considerado relevante na medida em que o papel da aquisição é importante para a argumentação sobre a existência de gramáticas em competição e para a explicação da variação e da mudança linguística: as crianças, nas fases iniciais de aquisição da língua materna, cometem erros relativamente a dada propriedade linguística devido à sua exposição a *inputs* linguísticos heterogéneos, fracamente representados ou ainda caracterizados por um alto grau de instabilidade, do ponto de vista diacrónico (Kroch 1989).

2. Duas abordagens da variação e da mudança linguística

O contributo do pensamento desenvolvido sobre variação e mudança linguística por investigadores das duas escolas acima referidas constitui a base mais importante para a investigação contemporânea nesta área, independentemente de poderem apontar-se alguns aspectos eventualmente mais frágeis ou mais polémicos a ambas, que, por impossibilidade de espaço, não poderei comentar. Embora de forma muito sintética, será útil referir alguns dos pontos de contacto e de divergência entre as referidas perspectivas.

² Uma pequena história, a propósito: num dos inquéritos do grupo de dialectologia do CLUL, um pescador algarvio, referindo-se aos lisboetas (i.e. aos falantes da norma oficial) comentou, de modo aproximado a este: eles são uns snobs, dizem *façamos*, *possamos* e *digamos* quando toda a gente sabe que se diz [fã]çamos, [pó]ssamos e [dí]gamos.

³ As traduções das citações presentes neste texto são da minha responsabilidade.

Não recusando a concepção laboviana segundo a qual a sociedade é o *locus* da variação e da mudança – pelo que factores extralingüísticos devem ser tidos em conta para a sua compreensão (ver Labov 2002 e Kroch et al. 2000, por exemplo)⁴ –, a linha de investigação de base generativista⁵ distingue-se, por um certo número de aspectos teóricos, da da sociolingüística variacionista.

Com efeito, a primeira considera, antes de mais e com particular atenção, a relevância da percepção das gramáticas (no plural) de *input* e, como sua consequência, a localização das mudanças nas gramáticas, operadas durante a fase de aquisição e observáveis nos dados de produção. De acordo com o seu enquadramento teórico, os objectivos desta linha de trabalho inscrevem-se na pesquisa sobre a Gramática Universal e a Língua-I. As mudanças observadas na gramática mental dos indivíduos das novas gerações de falantes – questão nuclear, na decorrência da qual estes investigadores situam a variação e a mudança –, relativamente às gramáticas de *input* (das gerações precedentes), são o resultado da filtragem mental de *inputs* demasiado frágeis para serem interpretados ou para serem viáveis. Essa fragilidade pode corresponder a situações em que determinada propriedade está a alterar-se ou a desaparecer. Assim, em princípio, e exceptuando os casos de contacto lingüístico ou outras situações que impliquem maiores ou menores rupturas na transmissão⁶, o falante eliminará variantes de *input* que entrem em conflito com a estruturação já estabilizada do(s) subsistema(s) por elas implicado(s), mas poderá adoptar outras variantes que não tenham tal tipo de implicações na organização das categorias abstractas (Kroch 1989).

A escola variacionista, por seu lado, funda as suas análises em dados da produção e procura delimitar padrões de uso no discurso, atribuindo à percepção uma importância secundária enquanto factor explicativo da mudança lingüística. Dito de outro modo, os variacionistas não atribuem ao processo de aquisição da língua materna um papel indispensável à explicação da variação e da mudança observáveis nas comunidades de fala (Labov 1994). Este posicionamento explica-se pelo facto de, associando intimamente língua e sociedade, a sociolingüística variacionista situar a variação e a mudança na língua⁷ e defender, congruentemente, a existência de variantes lingüísticas

⁴ Por exemplo, em Labov 2002 é afirmado ser evidente, pelos estudos quantitativos feitos, que as mulheres ocupam a posição dianteira no incremento das mudanças lingüísticas e que o factor 'sexo' se destaca no conjunto dos factores sociais relacionados com a variação e a mudança lingüística.

⁵ Uso informalmente esta designação para abranger um conjunto de lingüistas de formação generativista que trabalham na área da variação e da mudança, ressalvadas algumas diferenças entre eles na abordagem das questões. Enquadrada na Teoria dos Princípios e Parâmetros, a linha de investigação microparamétrica tem dado origem a estudos muito importantes sobre padrões de variação entre variedades de uma dada língua. De notar que, neste tipo de abordagem, o conceito de variante é distinto do usado pelos variacionistas: não implica, como para estes últimos, que os objectos lingüísticos em questão (as variantes) sejam totalmente equivalentes entre si, de todos os pontos de vista.

⁶ Thomason, S. Grey & T. Kaufman. 1988. *Language Contact, Creolization, and Genetic Linguistics*. Berkeley. University of California Press é um importante trabalho sobre mudança por contacto.

⁷ Mais concretamente, nas variedades da língua associadas a diferentes comunidades de fala. A esse propósito, Labov 2002 faz notar, relativamente a um estudo fonético realizado em várias cidades americanas, que o tamanho da comunidade é irrelevante: "a grande metrópole de mais de um milhão de habitantes é uma unidade (...) marcada por (...) um alto grau de concordância quanto à avaliação de

explicáveis por factores linguísticos e extralinguísticos. Esses dois tipos de factores (variáveis independentes) são tidos em consideração na formulação de regras variáveis e na consequente análise das variáveis linguísticas em estudo (variáveis dependentes, como, por exemplo, a presença de [r] em final de palavra vs. o seu cancelamento). Neste quadro, desenvolveram-se ferramentas de análise quantitativa sofisticadas⁸ que permitem cruzar factores linguísticos e extralinguísticos e obter não só resultados percentuais de ocorrência das variantes correspondentes às variáveis dependentes sob análise como resultados relativos ao peso probabilístico dos diferentes factores considerados. Com base nos resultados obtidos, torna-se viável construir regras variáveis que incluem, pela sua própria natureza, informação sobre a variação possível em determinada comunidade de fala. Os resultados obtidos através da análise da variação podem indiciar tendências de mudança ou mudanças em curso, sobretudo se o investigador utilizar a técnica do *tempo aparente* (articulada com a de *tempo real*), que consiste em recorrer a dados obtidos junto de falantes de diferentes faixas etárias, no pressuposto de que é possível "usar o presente para explicar o passado" (Labov 1975) e de que a análise desses dados permite fazer inferências sobre a mudança (Labov 1994)⁹.

Ao postular a existência de gramáticas em coexistência¹⁰ e em competição e o facto de, obviamente, uma mesma gramática não poder admitir uma regra e o seu contrário (Lighthfoot 1999), os investigadores de matriz generativista que trabalham nesta área afastam-se teoricamente dos variacionistas, recusando, por razões teóricas evidentes, a validade das regras variáveis. Os métodos quantitativos que utilizam estão, pois, ao serviço de objectivos diversos dos do variacionismo, ou seja, da definição das diferentes gramáticas em competição e da explicação da variação paramétrica e da mudança em articulação com esse pressuposto.

2.1 Sobre variação linguística

A abordagem variacionista em sociolinguística traçou um conjunto de objectivos fundadores, o qual supõe o estudo (i) das causas da diversidade linguística observável nas produções dos falantes, (ii) da correlação, que deve ser explicativa, entre as variantes linguísticas atestadas e factores linguísticos e extralinguísticos, (iii) da relação

variáveis sociais e ao alto grau de diferenciação social associado a variáveis sociolinguísticas estáveis e a mudanças em curso. De muitos pontos de vista, é mais difícil dar conta deste grau de uniformidade do que da divergência. Como explicar que a comunidade, no seu todo, mostre níveis de mudança ascendentes, apesar de essa mudança ser inicialmente identificada com falantes que não podem ser tomados como grupos de referência para todos?" (sublinhado meu).

⁸ É o caso do programa *GoldVarb 2001*, disponível na Internet, e do anterior *Varbrul*, cuja utilização não dispensa, como é óbvio, uma reflexão prévia e subsequente sobre os dados submetidos ao programa.

⁹ Labov 1994 baseia-se no princípio do uniformitarismo: "(...) opost[o] à teoria da catástrofe (...), é uma pré-condição necessária, (...) pois permite inferir pela observação de *processos em curso* aqueles que operaram no passado" (Callou, D., J. Moraes e Y. Leite (1998) Apagamento do R Final no Dialeto Carioca: um Estudo em Tempo Aparente e em Tempo Real. *DELTA*, 14, pp. 61-72).

¹⁰ O conceito de *coexistent systems* foi introduzido por Fries, Charles C. & Kenneth Pike (1949) *Co-existent phonemic systems*. *Language*, 25, pp.29-50.

entre a variação observada e as tendências de mudança/mudanças em curso, sincronicamente observáveis e (iv) do efeito de cadeia que, a partir de um 'detonador' (*triggering*) inicial, faz com que uma mudança ocorrida num dado subsistema se expanda a outros subsistemas de uma língua L.

Reconhecendo que ter em conta os mecanismos da percepção é fundamental para a compreensão do funcionamento da linguagem, Labov defende que analisar a produção (a Língua-E, em Chomsky 1986) permite não só construir hipóteses sobre a organização do sistema linguístico dos falantes como, pela observação directa do 'vernáculo'¹¹, ter acesso a uma quantidade de informação concreta e mensurável, ou seja, à produção linguística em situações de comunicação variadas e socialmente enquadradas (Labov 1994). É, assim, pedra de toque para a perspectiva variacionista o facto de os muitos estudos de caso levados a cabo ao longo de vários anos provarem que a variação não é arbitrária, imprevisível e desordenada, mas antes revela a existência de padrões dentro de uma mesma comunidade de fala – padrões esses fundamentais para a análise qualitativa dos dados. A unidade de medida usada para a análise da variação e da mudança não é, consequentemente, nem o falante, na sua individualidade, nem os falantes, numa globalidade intangível, nem a língua no seu todo, abstracta: o domínio de observação são os falantes de uma dada comunidade de fala, linguística e socialmente bem definida¹², comunidade entendida não como um grupo de pessoas que usam, todas, as mesmas formas, mas como um grupo que partilha os mesmos julgamentos de gramaticalidade e de adequação das formas linguísticas no seu uso¹³. Com base nesta concepção, uma dada mudança que se estenda a toda a sociedade deverá poder ser explicada como tendo-se iniciado em determinada variedade/comunidade de fala e tendo-se expandido às restantes.

Tomar as comunidades como objecto de análise não invalida o facto de que "os falantes nativos de uma língua usam e reagem a categorias que são linguisticamente as mesmas"; contudo, e continuando a citação, "dentro de cada categoria, os diferentes elementos [estão] em 'variação livre' (...)" (Labov 1987), sendo que "a variação é frequentemente condicionada pela probabilidade de uso em função do contexto e esses condicionamentos quantitativos podem ser usados para descrever o sistema da comunidade e a validade das regras [variáveis]" (*idem*). Neste sentido, defendem os variacionistas que as regras variáveis são o tipo de formalização mais adequado para explicar os dados empíricos: a formulação dessas regras, entendidas como 'esquemas de regras' (*rule scheme*), tem como objectivo "reduzir a variação observada a padrões

¹¹ *Vernacular*, no original, ou seja, a produção não autopolicada, em situação natural, cujas dificuldades de obtenção são sintetizadas no *paradoxo do observador* (Labov 1972).

¹² É por essa razão que os variacionistas recusam a utilização da intuição do investigador como única ou principal fonte de julgamentos de gramaticalidade e de aceitabilidade. Com efeito, ao trabalhar sobre dados obtidos junto de membros de comunidades às quais não pertence, na maioria dos casos, dificilmente o investigador terá disponíveis na sua gramática (ou nas suas gramáticas) todas as propriedades que vai observar nas gramáticas dos seus informantes, através das produções que analisa, e dificilmente terá suficiente conhecimento das comunidades diferenciadas em que recolhe dados, pelo que as suas intuições de linguista, embora indispensáveis para a análise dos dados, não são suficientes.

¹³ A variação socialmente significativa deve corresponder a estratificações sociais.

quantitativos regulares, controlados por factores sociais” (Kroch 1989). Ou seja, por um lado, a variação livre não deve ser entendida como sinónimo de variação arbitrária (porque corresponde a padrões linguísticos), nem de variação opcional (visto todas as escolhas dos falantes serem situacionalmente e socialmente motivadas), o que é visível na significância que tomam determinadas variantes linguísticas quando correlacionadas com factores extralinguísticos como o sexo, a idade, o nível de instrução ou o estilo. Os falantes, pressupõe-se, tentam ajustar-se correctamente a cada situação de comunicação, de acordo com o seu conhecimento das relações sociais e com a avaliação que fazem da adequação das variantes de que dispõem a cada uma dessas situações. Por outro lado, a formulação de regras com vista a sintetizar, num esquema formal, as diferentes possibilidades de ocorrência das variantes permite dar conta, em simultâneo, da variação existente, dos seus limites e das condicionantes que operam em cada caso. Isto é, permite formalizar a variação possível – e os limites da variação – em dada variedade da língua L. Assim, afirmar que tal comunidade fala tal variedade (ou tem tal norma) equivale a operar com uma abstracção e não significa que haja homogeneidade entre os seus membros, opinião partilhada pelos investigadores de matriz generativista, os quais, no entanto e como acima referido, têm como pressuposto que as escolhas operadas pelos falantes se fazem entre parâmetros de diferentes gramáticas. Nesta perspectiva, se é admitido que factores extralinguísticos podem condicionar a selecção de diferentes formas (a variação “reflecte frequentemente escolhas [dos falantes] que são não categoricamente determinadas por princípios linguísticos, a nenhum nível, mas sim probabilisticamente influenciadas pelo contexto e pela situação”, Kroch 1989), tal não invalida que essas formas pertencem a diferentes gramáticas. Seguindo esta linha de pensamento, os limites da variação decorrem da existência de ‘sinais’ linguísticos (*linguistic cues*) comuns a todas as gramáticas, a par de outros existentes apenas em algumas gramáticas em coexistência e em concorrência: “A GU específica não só um conjunto de parâmetros mas, para cada parâmetro, um ‘sinal’. (...) os ‘sinais’ que são realizados apenas em determinadas gramáticas constituem os parâmetros, os pontos de variação entre gramáticas.” (Ligthfoot 1999).

2.2 Sobre mudança linguística

Na perspectiva variacionista, a mudança ocorre, relativamente a uma variável dependente (realização vs. cancelamento de [r] em final de palavra, para retomar o exemplo dado acima), quando mudam as variáveis independentes relevantes, linguísticas e/ou extralinguísticas. Se os efeitos já estabilizados da mudança são visíveis na língua à escala de décadas ou de séculos, as tendências de mudança e as mudanças em curso são detectáveis em espaços de tempo mais curtos. Sobre este facto há consenso entre todos os investigadores, independentemente do seu enquadramento teórico.

A linguística variacionista propõe uma metodologia de pesquisa que visa captar essas tendências de mudança/as mudanças em curso relativas a determinada variável ou a um conjunto de variáveis interligadas (por exemplo, em PB, a perda da morfologia flexional, o enfraquecimento do sistema pronominal e a perda de concordância entre

sujeito e verbo, cf. Duarte 2000¹⁴, nomeadamente) e que consiste em recolher dados junto de um grupo de falantes com as características desejadas, em dado momento e passados alguns anos, com vista a estudar a *mudança em tempo real*, e junto de falantes de faixas etárias diferentes, para o estudo da *mudança em tempo aparente*. Tal metodologia tem em vista fazer uma aproximação aos pesos relativos dos factores linguísticos e sociais na variação e numa provável mudança, obviando a impossibilidade de poder recolher dados daqui a cem ou duzentos anos, com falantes de novas gerações.

É necessário, para a validação dos resultados, adoptar uma metodologia de recolha de dados muito rigorosa, que permita ter acesso a evidências empíricas em número suficiente, linguisticamente relevantes para a análise da variável (ou variáveis) seleccionada(s), e obtidas junto de falantes com perfis diferenciados e bem definidos¹⁵. Só nessas condições se poderá levar a cabo a análise qualitativa dos dados com uma margem de certeza aceitável, medir o alcance da mudança – quais os domínios afectados, qual o resultado previsível e a sua extensão, em termos percentuais – e determinar os factores linguísticos e/ou extralinguísticos que a desencadearam e a fizeram avançar ou abortar¹⁶. O peso do factor «contexto favorecedor» vs. «contexto potencialmente não favorecedor», por exemplo, é fundamental para o entendimento das causas linguísticas da expansão de determinada mudança. Não é, contudo, possível prever com toda a segurança os resultados das tendências de mudança ou das mudanças em curso observáveis num reduzido espaço de tempo. Com efeito, múltiplos cenários podem ter lugar: uma variante pode substituir totalmente outra já existente para uma mesma categoria linguística; duas ou mais variantes podem manter-se em coexistência, numa mesma comunidade de fala, com uma distribuição passível de ser associada a factores extralinguísticos como a idade, o sexo ou o grau de instrução; a variante mais recente, após algum tempo de vitalidade e de coexistência com a mais antiga, pode desaparecer.

Na mudança a longo termo, a compreensão das mudanças é facilitada pelo facto de estas estarem estabilizadas, apesar de se dispor apenas de *corpora* escritos e, por vezes, pouco extensos.

Do ponto de vista variacionista, a heterogeneidade dos *inputs* poderá reflectir-se na integração de novas formas alternantes, variantes, na comunidade de fala (nomeadamente se houver condicionamentos sociais que favoreçam essa integração como, por

¹⁴ Duarte, Maria Eugênia L. (2000) The loss of the 'Avoid Pronoun Principle' in Brazilian Portuguese. In M. Kato e E. V. Negrão (orgs.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt am Main: Madrid/Frankfurt: Iberoamerica/Vervuert, pp. 17-36.

¹⁵ Relativamente a questões metodológicas, ver, por exemplo, Silva-Corvalán, C. (1989) *Sociolingüística: teoría y análisis*. Madrid: Alambra; Silva-Corvalán, C. (2001) *Sociolingüística y pragmática del español*. Washington, DC: Georgetown University.

¹⁶ Referindo-se à difusão social da mudança, Labov 2002 refere a influência de determinados indivíduos nas redes sociais, a mobilidade social dos falantes e o papel da não conformidade às normas estabelecidas, entre outros. É de sublinhar a tónica posta nestes factores extralinguísticos como despoletadores e explicativos da mudança. Ver Kroch (1989) para mais informação sobre a problemática do grau de expansão das mudanças e sobre a *Constant Rate Hypothesis*, a qual levanta nomeadamente a questão da relevância da analogia, factor tradicionalmente considerado como explicativo do alargamento imprevisível de determinada mudança a contextos ou itens que supostamente não reuniam condições propícias para que tal ocorresse.

exemplo, o desejo de identificação com uma comunidade socialmente mais prestigiada, falante de uma outra variedade, ou o seu inverso – cf. Labov 1972, sobre Martha's Vineyard); essa integração pode resultar na implementação de mudanças mais ou menos profundas na variedade da comunidade em questão.

Na perspectiva de Lightfoot, Kroch e outros (que, lembre-se, diferentemente dos variacionistas, atribuem ao processo de aquisição da língua materna um papel central para a explicação da variação e da mudança), a heterogeneidade dos dados recebidos como *input* é relevante para a aquisição da Língua-I, mas num sentido muito específico: as crianças são os motores da mudança e, em fase de aquisição, são sensíveis às estruturas abstractas que depreendem a partir dos 'sinais' (*cues*) fornecidos pelos *outputs* heterogêneos com que são confrontadas (do domínio da língua-E), mas não copiam os *outputs* em si mesmos. Isto é, integram as informações relevantes que estes dados transportam ("A criança varre (*scans*) o contexto linguístico [em que vive] à procura de 'sinais' (*cues*)", Lightfoot 1999:149). É, conseqüentemente, esperável que a gramática mental das crianças seja distinta, em maior ou menor grau, das gramáticas das gerações mais velhas; caso contrário, como refere Kroch 1989, não haveria meio de explicar a mudança na gramática, na Língua-I. Como consequência, é defendido que as mudanças na gramática mental dos falantes são abruptas, enquanto as mudanças visíveis na língua são graduais, o que é coerente com o facto de ser postulado que uma língua corresponde ao conjunto das gramáticas diferenciadas existentes nas mentes dos falantes (*op. cit.*:78) e que essas gramáticas coexistem na língua, em competição, não mudando todas ao mesmo tempo e do mesmo modo.

Labov, por seu lado, discute modelos explicativos da mudança lenta vs. abrupta em vários dos seus textos, e, decerto motivado pela divulgação da perspectiva dos investigadores de matriz generativista, em trabalhos mais recentes refere a questão da idade e do sexo dos falantes despoletadores das mudanças. Assim, refere-se nos seguintes termos à expansão de mudanças sonoras associadas à aquisição da língua materna: em geral, as crianças aprendem a falar num círculo feminino e, sendo as mulheres mais sensíveis, em geral, à mudança linguística, as mudanças que elas veiculam são mais rapidamente desenvolvidas pelas crianças e jovens do sexo feminino; os indivíduos de sexo masculino permanecem no nível inicial do *input*; os filhos desta nova geração recebem a mudança ocorrida relativamente a dada propriedade, veiculada pelas suas mães, mas, de novo, os indivíduos do sexo masculino permanecem a esse nível (ou regridem, por simbolicamente associarem a mudança em causa a feminilidade), enquanto os de sexo feminino incrementam a mudança. Na terceira geração, as crianças de sexo masculino adquirem o nível do sexo feminino da segunda geração, diminuindo assim a distância por sexos. A mudança entra então em fase de estabilização e a propriedade em questão é sentida como não marcada, expandido-se a toda a comunidade de fala (Labov 2002). Relativamente ao factor idade, Labov refere que a mudança é mais "vigorosa e activa" na adolescência e que, embora em vários estudos de caso seja clara a influência de adultos sobre adultos, a difusão da mudança, é "mais lenta e mais irregular", defendendo ser necessária mais investigação para aperfeiçoar esta vertente do conhecimento (Labov 2002b).

Fica deste modo claro que, apesar de ter em consideração a influência da aquisição no incremento das mudanças linguísticas, Labov põe regularmente a tónica nos factores extra-linguísticos que a acompanham, referindo a relevância social de certos grupos (em geral, são os grupos culturalmente dominantes que lideram a mudança linguística), por exemplo, ou o factor sexo, que “não é uma categoria biológica mas social” e aquela de que a criança tem mais consciência, sendo “a máxima aceleração da difusão [de uma mudança], dentro da comunidade (...), o resultado da reinterpretação de diferenças de categorias sociais como sendo diferenças de género” (*op. cit.*).

As posições variacionista e de inspiração generativista partem, assim, de patamares teóricos diferentes, o que tem consequências relativamente à explicação da variação e da mudança. Contudo, não é impossível articular em parte os contributos de ambas; citando Ligthfoot 1999: 81-82), “[Segundo Labov] as gramáticas dos falantes são entidades psicológicas/biológicas que existem na mente dos indivíduos, num sentido muito próximo do que defendo aqui, mas (...) estas gramáticas incorporam regras que contêm variáveis (...) socialmente induzidas (...). Toda esta informação, incluindo a informação sobre a diferença entre dialectos, é aprendida através da exposição às formas alternantes. (...) A diferença entre a sua gramática e aquelas que descrevi é que a sua incorpora muito mais informação (...) sobre a variabilidade social.” Poder-se-ia acrescentar que Labov defende, igualmente, que os falantes ‘conhecem’ intuitivamente o sentido da mudança, o que pode ser aproximado da visão *cue-based* de Lightfoot, embora sem o mesmo grau de teorização.

3. Um exemplo de variação (de mudança em curso?) no português europeu falado

Se, no processo de aquisição, “as crianças procuram ‘sinais’ gramaticais pré-especificados e não copiam necessariamente o *input* que recebem” (Ligthfoot *op. cit.*:141), não é contudo evidente que os falantes mais velhos tenham consciência da existência desses ‘sinais’. Certas variantes que, em dado momento, são sentidas pelos mais velhos como inovadoras podem não corresponder a novas regras, mas sim a um aumento da percentagem de uso ou ao alargamento de regras pré-existentes a um maior número de unidades lexicais ou a um maior número de contextos.

Um exemplo de fonética sintáctica do português europeu (PE) que poderá ilustrar um caso de variação redundando em mudança é o de realizações, hoje frequentes em falantes da variedade standard e presumivelmente de várias outras¹⁷, do tipo [uʃákuʃ] (*os sacos*) ou [máʃʃákuʃ] (*mais sacos*), com a palatal em ataque de sílaba ([u-

¹⁷ Que seja do meu conhecimento, não foi feito nenhum estudo sociolinguístico extenso sobre este tipo de questões, em PE, pelo que qualquer tentativa de delimitar a distribuição geográfica e social ou de definir a faixa etária afectada por este processo só poderia ser impressionista. De referir Andrade & Rodrigues 2004, que, estudando do ponto de vista acústico dados de um grupo de falantes de Lisboa e de Braga, avançam algumas hipóteses sobre a difusão do fenómeno em causa, fazendo contudo comentário do mesmo tipo. Está em curso a elaboração de uma dissertação de Mestrado, sob minha orientação e de Esperança Cardeira, na FLUL, que se espera poder trazer alguma informação relevante sobre o percurso da mudança em causa no interior de palavra, desde o séc. XVI.

-ʃákuʃ]) que são sentidas como 'estranhas' por alguns falantes da mesma variedade, os quais produzem [uʃsákuʃ] e [májʃsákuʃ], com realização das duas consoantes. Embora não seja possível afirmar que a ocorrência de palatal simples se alargará, com o tempo, a todos os falantes do PE, é evidente que o contexto -/s/#/s/- ou /ss/ (no interior de palavra) é favorecedor de variação, nesta língua, o que permite admitir que uma mudança venha a ocorrer em todas as gramáticas ou na língua, consoante a perspectiva que se adoptar. Sequências como [vémuʃvɛ́r] (*vamos sair*), variante de [vémuʃsvɛ́r], [uzelúnuʃábɛ́j] (*os alunos sabem*), variante de [uzelúnuʃsábɛ́j], ou ainda unidades lexicais como [piʃíne], [pɛ́ʃíne] ou [pʃíne] (*piscina*), com simplificação de /ss/, [ʃs] (Mateus e Andrade 2000:145) ou, de acordo com Andrade e Rodrigues 2004, com fusão de [ʃ] e /s/, parecem abranger um grupo de falantes mais vasto, de faixas etárias mais alargadas, podendo assim supor-se que é no domínio do SN que a variação causa ainda estranheza a muitos falantes¹⁸. Com efeito, esses falantes aparentemente não dispõem, em contextos de sândi externo, da regra da fusão da fricativa em coda na primeira palavra com a fricativa em ataque na palavra seguinte, no domínio do SN.

Um outro exemplo é o da realização de sequências como [póteʃpiyádeʃ] (*pontas espigadas*, publicidade na TV), [nuʃkelóʃj] (*nos escadões*, Secretário de Estado, na TV), [uʃpéluʃ] (*os espelhos*, homem de meia-idade, numa loja) ou [vɛʃtɛ́ʃtíkɛʃ] (*as estatísticas*), [uʃtíluʃ] (*os estilos*), [uʃkuʃíduʃ] (*os escolhidos*), produzidos por jovens repórteres da TV. Em todos estes exemplos, para falantes que produzem, por exemplo, [póteziʃpiyádeʃ] e [uzɛ́ʃkuʃíduʃ], a estrutura silábica do sintagma, nos exemplos recolhidos, é percebida como estando a palatal em coda da primeira unidade lexical ([uʃ-tíluʃ], [póteʃ-piyádeʃ], [uʃ-kuʃíduʃ], etc.). Para os falantes que percebem, nestas últimas sequências, uma fronteira de sílaba entre [uʃ] e [tíluʃ], etc., pode tornar-se difícil computar correctamente a informação, quer porque a segmentação tem como resultado a impossibilidade de reconhecer um item lexical (como *tilos, inexistente em PE), quer porque esse item existe mas seria desadequado ao contexto (como no caso de *colhidos*, em [uʃkuʃíduʃ], quando se tratava de candidatos escolhidos para determinado cargo, ou de *calões*, quando se falava da promoção de funcionários públicos). Casos como estes levantam a questão teórica da existência ou não, para todos os falantes do PE, de uma vogal fonológica inicial em *espigada*, *estatística*, *estilo*, etc., da consequente forma de sândi entre a unidade que a precede e ela própria e da ressilabação daí decorrente.

Em Mateus e Andrade 2000, é assumido que, em PE standard, essas palavras têm um núcleo vazio na sílaba inicial (como em [ʃsɛ́dɪ́r] (*escindir*), *op. cit.*:43), e que [ʃ] e [s] não pertencem à mesma sílaba; a favor dessa análise, argumentam com base na

¹⁸ Como afirmado na nota 17, não há informação disponível suficiente para suportar afirmações categóricas. Aqui, apoio-me simplesmente em dados empíricos da não ocorrência do fenómeno, em contextos informais, em falantes de PE standard, e não só, com mais de 50 anos e de nível de instrução alto, e nas reacções que neles tenho observado, quando expostos a *inputs* em que o fenómeno em causa ocorre. Em Andrade e Rodrigues 2004, é proposta a caracterização dos falantes em "falantes de fusão forte" e "falantes de fusão fraca".

ocorrência, em português do Brasil (PB), de núcleos preenchidos, geralmente por [i]: [iʃ-sĩdíʀ] (*op. cit.*:45). Embora não referindo os autores a questão que aqui foco, parece ser possível deduzir da análise dos vários casos apresentados com a sequência /ss/ que, em contextos do tipo *os estilos*, as consoantes em coda no determinante e em coda no nome (coda de uma rima com núcleo vazio) simplificam numa palatal, como acontece com /s/, -[ʃ] em coda e com /s/, [s]- em ataque, em *os sapatos* ou em *piscina* (exemplos dos autores, *op. cit.*:145). A diferente segmentação silábica das unidades prosódicas *os sapatos* e *os estilos* poderá decorrer do facto de *estilos* ter núcleo vazio na sílaba inicial: no domínio do sintagma fonológico, a consoante da primeira sílaba de *estilos* mantém a sua posição de coda; o núcleo vazio dessa sílaba, por efeito da fusão das consoantes final do determinante e inicial do nome, passa a ser preenchido pela vogal do determinante, dando origem a [uʃ-tíluʃ], com sílaba inicial VC, evitando-se assim a sequência consonântica [ʃt] em posição de ataque silábico¹⁹. Em [u-ʃepátuʃ], por não haver este tipo de restrições, a consoante palatal ocupa a posição de ataque da segunda sílaba.

Tendo em conta as variantes atestadas em PE ([uʃtíluʃ] vs. [uziʃtíluʃ], [uʃepátuʃ] vs. [uʃsepátuʃ], [piʃíne] vs. [piʃsíne]²⁰, etc.) parece possível propor que mesmo falantes da variedade standard terão representações silábicas diferentes relativamente a estas unidades lexicais (têm diferentes gramáticas) e que tal tem consequências no sândi externo e na ressilabação. Por outro lado, e relativamente ao afirmado em Mateus e Andrade 2000 sobre o PE, é de referir que também em PE pode ocorrer uma vogal em palavras do tipo *estilo*, dando origem a realizações como [eziʃkólɐʃ] (*as escolas*), [eziʃkádɐʃ] (*as escadas*), pelo que esse fenómeno não é exclusivo do PB.

Referências bibliográficas

- Andrade, Amália & Celeste Rodrigues (2004) Um exemplo de sandhi consonântico variável em Português: uma abordagem mista. *Actas do XIX Encontro Nacional da APL*. Lisboa: Colibri, pp. 257-268.
- Chomsky, Noam (1986) *Knowledge of Language: its nature, origin and use*. New York: Praeger.
- Kroch, Anthony (1989) Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change. *Language Variation and Change* 1, pp. 199-244.
- Kroch, Anthony, Ann Taylor & Donald Ringe (2000) The Middle English verb-second constraint: A case study in language contact and language change. In S. C. Herring et al. (eds.) *Textual parameters in older languages*. John Benjamins: Amsterdam/Philadelphia, pp. 353-391.

¹⁹ Cf. Mateus e Andrade 2000 sobre sequências 'estranhas' de consoantes ("odd consonant sequences", no original: 43) em ataque de sílaba; a propósito, referem este tipo de palavras como um caso diferenciado.

²⁰ Excluem-se outras variantes, como [piʃíne], por serem irrelevantes para o caso de variação/mudança em análise.

- Labov, William (1972) *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- _____ (1975) The Use of the Present to Explain the Past. In L. Heilmann (ed.). *Proceedings of the 11th International Congress of Linguists*. Bologna: Il Molino, pp. 825-851.
- _____ (1987) Some Observations on the Foundations of Linguistics. (disponível em www.ling.upenn.edu/~wlabov/home.html).
- _____ (1998) Coexistent systems in African-American English. In S. Mufwene et al. (eds.). *The Structure of African-American English*. London: Routledge, pp. 110-153.
- _____ (1994) *Principles of linguistic change*. Volume I: *Internal Factors*. Oxford: Basil Blackwell.
- _____ (2002) Driving Forces in Linguistic Change. (disponível na Internet).
- _____ (2002b) Pursuing the Cascade Model. In D. Britain & J. Cheshire (eds.) *Social Dialectology: In Honor of Peter Trudgill*. Amsterdam: John Benjamins.
- Lightfoot, David (1991) *How to set parameters*. Cambridge, MA: MIT Press.
- _____ (1999) *The Development of Language: Acquisition, Change, and Evolution*. Oxford: Blackwell.
- Mateus, Maria Helena Mira & Ernesto d'Andrade (2000) *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press.

COMUNICAÇÕES COORDENADAS

**MUDANÇA LINGUÍSTICA:
MODELOS E PROCESSOS**

**Coordenadora:
Yonne Leite**

As mudanças nos sistemas consonantal e vocálico do araweté e sua inclusão na família tupi-guarani

Yonne Leite

CNPq/Museu Nacional-UFRJ

1. Introdução

A língua araweté é falada por cerca de 150 indivíduos que habitam uma única aldeia, situada na margem esquerda do igarapé Ipixuna, de águas negras e encachoeiradas, afluente da margem direita do rio Xingu (Pará). Foram oficialmente contatados pela Fundação Nacional dos Índios em 1976, ao se terem refugiado nas margens do rio Xingu, fugindo dos repetidos ataques de outro povo tupi-guarani, os parakanã. Vivem até hoje relativamente isolados no meio da mata, só se podendo chegar à sua aldeia pelo rio pedregoso e de navegação não muito fácil ou por avião de pequeno porte. O maior contato se restringe aos *kamarã* que visitam a aldeia, à professora e a um funcionário da FUNAI que lá habitam e às esporádicas idas a Altamira, a cidade mais próxima, para tratamento de saúde. O domínio do português é incipiente, muitos eram monolíngües, a maior fluência se limitando aos homens e algumas mulheres jovens que freqüentam a escola da aldeia.

As primeiras observações lingüísticas sobre o araweté foram feitas por Viveiros de Castro (1986), em sua premiada tese de doutorado, na qual realiza um estudo etnográfico, que não só revela o mundo dos vivos e dos mortos, a estrutura da vida social, a metafísica desse povo de história trágica, mas também apresenta um apêndice em que constam observações sobre a língua araweté, seus sons e possíveis agrupamentos e a cadeia de possíveis mudanças geradoras do sistema fonológico atual, a partir do proto-tupi-guarani. Viveiros de Castro apoiou-se na metodologia aplicada por Leite (1982) para as mudanças do tapirapé, língua também da família tupi-guarani.¹

Nesta comunicação, são discutidas as dificuldades dos critérios existentes para inclusão do araweté em um dos subconjuntos diacrônicos propostos por Lemle (1971), para a família tupi-guarani, uma vez que os processos históricos ora se encaixam num subgrupo, ora noutro.

Partiremos do sistema fonológico atual do araweté, para depois procedermos à apresentação da mudança vocálica e consonantal feita pela comparação do estágio atual com o proto-sistema tupi-guarani proposto por Lemle (*op. cit.*)

¹ Os dados aqui apresentados são provenientes de dois períodos de recolha. O primeiro teve lugar na aldeia araweté, de 13 a 24 de agosto de 1995. O segundo se concretizou com a permanência de uma semana de um jovem araweté-Taramã - ao Rio de Janeiro, em setembro de 1997. Resultados parciais foram apresentados em Vieira e Leite (1998) e Leite, Moraes e Souza, 1999(a); 1999(b)

2. O sistema fonológico

O sistema fonológico araweté é composto de uma série de cinco vogais orais, com contrapartes nasais e 11 consoantes, a saber:

(1) <i>Sistema vocálico oral</i>	i e a ə y
<i>Sistema vocálico nasal</i>	ĩ ẽ ă ẵ ỹ
<i>Sistema consonantal</i>	p t tʃ k m n r w j h

Das vogais merecem menção as variações encontradas para os fonemas representados por /y/ e /ə/, como se pode ver em (2) abaixo.

(2) /y/	[u~o~u~ə]
/ə/	[ɪ~ə]

Com a escolha do símbolo /y/ para a representar a variação de fonemas posteriores arredondados e não-arredondados, procurou-se simbolizar a neutralização do traço [arredondado], ativo em várias línguas tupi-guarani, usando o símbolo empregado na literatura tupi-guarani para a vogal posterior ou central alta não-arredondada, de mais fácil impressão do que o símbolo do IPA. O fonema /ə/ representa uma variação entre a vogal anterior alta aberta [ɪ], que se situa no espaço fonético entre a vogal cardinal 1 [i] e 2 [e], e a vogal central média fechada não arredondada [ə].

Essas alternâncias foram tratadas como variações livres, por não ter sido possível determinar as variáveis estruturais ou sociais determinantes da maior ou menor ocorrência das variantes, devido ao curto período de trabalho de campo e às dificuldades inerentes à gravação de sessões num ambiente majoritariamente monolíngüe, cuja população participava deste tipo de trabalho pela primeira vez.

A existência de pares mínimos, como [hepi] “meu pé”: [hepa] “minha pele”: [hepe] “meu caminho”: [hepa] “minha mão”; [iwity] “vento”: [iwiti] “morro”: [awatə] “milho”, constituem evidências de que [ə] tem um estatuto fonêmico. Embora o trabalho tenha sido feito segundo uma orientação estruturalista, em que o *overlapping* entre membros de um fonema não é permitido, optou-se por não seguir essa restrição, também conhecida como condição de biunivocidade, uma vez que o segmento [ə] pode ser representado ora como /ə/, ora como /y/. O critério seguido foi o da variação possível: se a representação for /ə/ só há dois *outputs* fonéticos ou com [ə] ou com [ɪ], já a representação /y/ tem as quatro realizações arroladas em (2). Além disso, a realização do alofone [ə] pertencente ao fonema /ə/ é bem mais breve do que a do fone que pertence ao fonema /y/.

Quanto às vogais nasais, é possível dissolvê-las em uma representação bifonemática, isto é, uma vogal oral seguida por um segmento flutuante que, após espriar seu o traço [+nasal] para a vogal que o precede, é desligado. Manteve-se, porém, para fins comparativos, a representação mais concreta com uma série oral e outra nasal.

3 Comparação com o proto-sistema tupi-guarani

A alta incidência de cognatos no léxico nuclear araweté e processos sistemáticos de mudança com relação ao proto-sistema tupi guarani indicam tratar-se de uma língua dessa família. Essas mudanças serão aqui tratadas tendo como pano de fundo a comparação entre o araweté atual e as proto-formas do proto-tupi-guarani, tal como postulado por Lemle (op. cit.), a única classificação genética acessível que procede segundo o método comparativo clássico.

(3) Proto sistema

Vogais orais	*i *e *a *y *o *u
Vogais nasais	*ĩ *ẽ *ã *ỹ *ũ *õ
Consoantes	*p *t *k * ² c *m *n *ŋ *j *w *b *r

Em (4) se encontram as correspondências das vogais orais, em (5) as das vogais nasalizadas e em (6) as das consoantes.

(4) Vogais orais

- *a → î / --C nasal #: *akaŋ → atjĩ “cabeça”.
- *a → ä / --(C)# *kaj → kãj; *epyak → etjã “ver”; *tata → tatã “fogo”.
- *a → a / nos demais ambientes: *abati → awatã “milho”
- *y → i em todos os ambientes: *pype → pipe “dentro”; *py'a → piã.
- *j → ɔ / principalmente em ambiente de*r: *pira → pãrã “peixe”; *pir → pã.
- *i → i / nos demais ambientes: *itã → itã “pedra”; *ib → i “árvore”
- *o → a / em sílaba final de vocábulo e em penúltima sílaba precedendo *o:
*pepo → pepa “asa”; *ok → a “casa”; *o'o → haa “carne”.
- *o → u ~ o ~ ɔ ~ y nos demais ambientes.
- *u → u ~ o ~ ɔ ~ y .em todos os ambientes.

As vogais nasais a sofrerem mudanças são as arroladas abaixo, as demais continuando sem modificações.

(5) Vogais nasais

- *õ → õ ~ũ ~ ã ~ ỹ.
- *ũ → ù ~ õ ~ ã ~ ỹ.
- *ã → ĩ: *nopã → nopĩ “bater” *ãy → ĩy “dente”.

A maioria das consoantes do proto-sistema permanecem. As principais tendências de modificação estão arroladas abaixo.

² O símbolo ' representa a oclusão glotal

- (6) a) *py →tʃ: *epyak → etʃã “ver”.
 b) *pw → p: *pwā → pī “dedo”; ko-pwer (tup.) →kape “capoeira”.
 c) *t → tʃ diante de *i: *kwatiar →kytʃã “pintar”; *awati →awatʃə “milho”.
 d) k → tʃ: diante de / i / e: *ker →tʃe “dormir”; *akaŋ →atʃi; *kwati →katʃi “coati”.
 e) *kw → k: *kwaraci → karahi “sol”; *kwatiar →kytʃã “pintar”.
 f) *kw → tʃ diante de e ou i: ok-wer (tup.) →a tʃe “casa velha”.
 g) *c → h: *pycyk → pihi; “espremer”; *cy →hi “mãe”.
 h) *j → j em posição de coda silábico em final de palavra; [j] ~ [dʒ] ~ [ɲ] em onset silábico em início de palavra; [ɲ] em ambiente de vogal nasal: *amōj →amōj “avô”; jarÿja → jari ~zari ~ɲari “avô”.
 i) *b →w: *ebek →ewe

A oclusão glotal e as consoantes finais, com exceção de *j, são canceladas.

3.1. A inclusão do araweté na família tupi-guarani

Se os processos propostos por Lemle (1971) para o agrupamento histórico forem aplicados, o araweté se liga geneticamente, num primeiro plano, ao subgrupo composto pelo asurini, guajajara, parintintin, kamaiurá e urubu pelas seguintes mudanças compartilhadas no sistema consonantal: *py →tx e *c → h (6a; 6g). Em outro nível estaria mais próximo ao tapirapé. ao asurini e guajajara, isolando-se do parintintin, kamaiurá e urubu pela mudança do sistema vocálico, uma vez que não tem o sistema clássico de seis vogais orais. A esse sistema de cinco vogais se acrescenta o fato de o tapirapé e o araweté manterem vogais nasais, o que não acontece com o asurini e com o guajajara.

As mudanças vocálicas ocorridas em tapirapé, asurini e parintintin, que ocasionam a redução de seis vogais do proto-tupo-guarani em sistemas de cinco vogais, podem ser descritas como um processo em cadeia (Viveiros de Castro, 1986; Soares e Leite, 1991). No entanto, essa cadeia parece ter caminhos próprios em araweté, sendo impulsionada pelo pouco arredondamento das vogais posteriores que leva à perda do valor distintivo do traço [arredondado], dando origem a um sistema fonologicamente diferente do das demais línguas com apenas cinco vogais. Além disso, os critérios de Lemle falham: o araweté perdeu as consoantes finais, o que é uma característica dos dialetos guarani do outro ramo da família tupi-guarani.

O modelo falha também no caso do tapirapé. Segundo Lemle (*op.cit.*: 129)

O tapirapé tem muito em comum com o asurini, incluindo a perda do contraste entre *u e *o, a fusão de algumas vogais com *a e a manifestação de /j/ no contexto de sílaba final e /ç/ em outros ambientes. No entanto, sua inclusão no diagrama em árvore na seção do asurini é difícil uma vez que a nasalização das vogais permanece um traço distintivo em tapirapé, mas não em asurini e guajajara.

Para contornar essa dificuldade, Leite (1982), seguindo a metodologia da fonologia gerativa clássica, considerou o proto-sistema como a representação subjacente da qual se derivam, pela aplicação de regras extrinsecamente ordenadas, as formas atuais existentes em cada língua. Quanto mais alta na derivação a regra, mais antigo é o processo. A mesma metodologia foi aplicada por Soares (1979) ao asurini e kokama e guajajara para verificar se a perda da nasalidade das vogais era um processo compartilhado ou se havia ocorrido em diferentes épocas em cada uma das línguas. A comparação comprovou a segunda hipótese, alijando, assim, a desnasalização como um critério classificatório diacrônico.

Na literatura sobre classificação das línguas tupi-guarani, Urban (1992) considera, sem explicitar a razão, o araweté como um dialeto tapirapé, juntamente com o asurini e o parakanã, posição que os dados aqui apresentados não corroboram, embora o araweté tenha também o processo de nasalização total da proto-vogal *a. Já Rodrigues (1984/1985) estabelece os traços que induzem a subclassificação das línguas da família tupi-guarani e cautelosamente, dada à escassez de dados, agrupa o araweté junto com o kaiabi e o asurini do Xingu. No entanto, essa probabilidade também não se confirma. A tomar por base os critérios estabelecidos por Rodrigues, o araweté constituiria um sub-grupo à parte, com os seguintes traços: 1. perda das consoantes finais (com exceção de j); 2. fusão de *tx e *ts, ambos passando a h; 3. *pw → p; 4. *pj → tx; 5. conservação de *j; 6. conservação do acento. Deve-se acrescentar a essa lista a perda da distintividade do traço [arredondado].

Sobre a desativação do traço [arredondado] em araweté é bom assinalar que tudo indica que as vogais posteriores, conforme informações de Weiss e Dobson (1975), em sua descrição das vogais do kaiabi, observam o pouco grau de arredondamento das vogais posteriores. O mesmo registro é feito por Harrison (s.d.) para o asurini.

Quanto às características morfossintáticas, o araweté tem várias das categorias encontradas para outras línguas da família tupi-guarani, tais como: a marcação de tempo nos nomes, a ausência de afixos temporais verbais, a reduplicação como indicador de aspecto, a atuação da natureza do primeiro sintagma à esquerda da sentença como desencadeador do indicativo II, a incorporação nominal, o desiderativo, o completivo, a ordem sintagmática básica SOV, que se encontra em mbyá e kamaiurá e em outras famílias do tronco tupi, a série de clíticos reflexivos ou co-referenciais estendida a todas as pessoas, comum também ao tapirapé, asurini do Trocará, kamaiurá, mas limitada à terceira pessoa em tupinambá, mbyá e línguas guarani, verbos auxiliares, entre os quais se encontram os verbos posicionais, para codificar o aspecto progressivo, ausência de palavras interrogativas do tipo *qu*, entre outros.

No entanto, o araweté tem categorias e procedimentos não encontrados em outras línguas da família tupi-guarani, e que não remontam, até a presente data, a lexemas reconstruídos na proto-língua, como uma conjunção coordenativa, a partícula *ky*, a forma explícita de indicativo II para todas as pessoas (Vieira e Leite, 1998).

Não é intenção resolver no âmbito desta Comunicação essas dificuldades provenientes da classificação em árvore, tantas vezes já demonstradas na literatura, mas mostrar como os lingüistas brasileiros vêm lidando com a mudança das línguas

indígenas e também trazer à cena um dos objetivos desta sessão de comunicações coordenadas: a discussão sobre a validade de se aplicar às Ciências Humanas e Sociais a teoria das revoluções científicas e das mudanças paradigmáticas tal como concebidas por Kuhn (1975) tão em voga nos anos 70. A teoria de Kuhn implica o rompimento total com o paradigma anterior, momentos transitórios de grande tensão e rompimentos, suas teorias passando a ser apenas do domínio das histórias da ciência. Em trabalhos de história da lingüística, porém, é comum encontrar-se a referência a Saussure e a Chomsky como introdutores de novos paradigmas. No entanto, em pleno século XXI, os lingüistas que lidam com essas línguas sem registro histórico se sentem na obrigação de recuperar o passado desses povos, suas origens, suas ligações e migrações milenares e aplicam, com fervor e esperança, um modelo do século XIX.

Referências Bibliográficas

- HARRISON, Carl (s.d) *The phonemics of Asurini. A language of Brazil* (polio).
- KUHN, Thomas (1975) *A Estrutura das revoluções científicas*, São Paulo: Perspectiva.
- LEITE, Yonne (1982) A classificação do tapirapé na família tupi-guarani. *Ensaio de Lingüística* 7, pp. 25-32.
- LEITE, Yonne, Moraes, João Antonio e Soares, Marcelo Luiz Motta (1999a) *O sistema vocálico do araweté: caracterização acústica*. XII Congresso Internacional da ALFAL. Santiago, Chile, 09-14 de agosto (polio).
- (1999b.) *As vogais do araweté: descrição acústica e representação fonológica*. IX Congresso da Associação de Estudos da Linguagem do Rio de Janeiro. UFRJ, 16-19 de novembro (polio).
- LEMLE, Miriam (1971) Internal classification of the Tupi-Guarani linguistic family. In David Bendor -Samuel (org.). *Tupi Studies I*. Oklahoma: SIL, pp. 107-129.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (1984/01985) As relações internas na família lingüística tupi-guarani. *Revista de Antropologia* 27/28, pp. 33-53.
- SOARES, Marília Facó (1979) *A perda da nasalidade e outras mutações vocálicas em Kokama, Asurini e Guajajara*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SOARES, Marília Facó e Leite, Yonne (1991) Vowel shift in the Tupi-Guarani linguistic family. In Mary Ritchie Key (org.) *Language Change in South American Indian Languages*. Philadelphia: Philadelphia University Press, pp. 36-53.
- URBAN, Greg (1992) A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In Maria Manuela Carneiro da Cunha (org.) *Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Fapesp/ SMC, pp. 87-102.
- VIEIRA, Márcia e Leite, Yonne (1998) Observações preliminares sobre a língua araweté. *Moara* 9, pp. 7-31.
- VIVEIROS de Castro, Eduardo (1986) *Araweté: os deuses canibais*. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- WEISS, Helga e Dobson, Rose (1975) *Phonemic statement of Kayabi* (polio).

A fixação do verbo *ter* em contextos existenciais

Dinah Callou e Maria Eugênia Duarte
Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq

Este trabalho discute a fixação do verbo *ter* em contextos existenciais no português brasileiro, na fala culta e na fala popular, utilizando para isso os fundamentos teórico-metodológicos da sociolinguística quantitativa laboviana, além de algumas hipóteses derivadas do quadro gerativista de Princípios e Parâmetros.

Na história da língua portuguesa, é possível observar que a presença de uma expressão locativa adjacente e a não-ocorrência de um sujeito contíguo favorecem o uso do *ter* por produzir um certo grau de ambigüidade. Sentenças do tipo *Ali tem muitas pessoas* podiam e podem ser analisadas como ‘possessivas’ ou ‘existenciais’, em função da interpretação do *ali* como adjunto ou sujeito de *ter*, da mesma forma que ocorre em sentenças como *Aquela casa tem muitas pessoas* (Lyons, 1979; Freeze, 1992). Parece ter sido esse o caminho para a inserção do verbo *ter* entre os existenciais.

Esse processo de substituição de *haver* por *ter* no português brasileiro encontra-se em estágio mais ou menos avançado, a depender de fatores estruturais, entre os quais se destaca o traço semântico [+/-material] do argumento interno e a forma verbal no presente/passado do indicativo, confirmando os dados históricos de Mattos e Silva (1996, 2002) e Callou & Avelar (2001, 2002), e de fatores sociais, como o nível de escolaridade e o gênero do falante. O peso desses fatores pode ser observado nas figuras 1 e 2, extraídas de Martins & Callou (2002), que apresentam os resultados de análises realizadas com base nas amostras NURC-BRASIL, colhidas nos anos 70.

A Figura 1 mostra a frequência de *ter* segundo o traço semântico do argumento interno, em cada uma das capitais focalizadas pela pesquisa. Note-se que os mais baixos índices de *ter* (e, portanto, o contexto de resistência de *haver*) foram registrados preferencialmente em construções cujo SN argumento interno apresenta o traço [-material]. Observem-se os resultados na terceira coluna em cada bloco, em que o uso de *ter* sofre diminuição em todas as capitais analisadas.

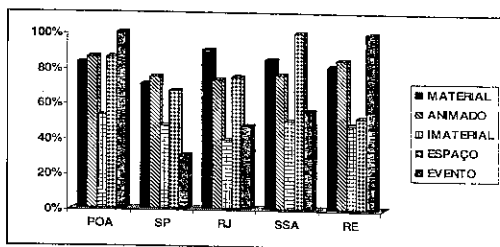


Figura 1 – Freqüência de *ter*-existencial segundo a especificidade semântico argumento interno (NURC-BR)

Acrescentem-se a essa restrição os tempos verbais do sistema pretérito, sugerindo que *haver* funcionaria como verbo típico de narração (Callou & Avelar, 2001). Veja-se a ocorrência de *haver* em (1) e (2) em relação a *ter* em (3):

- (1) “depois **houve** um crescimento demográfico muito grande”(fala culta-São Paulo)
- (2) “**há** pessoas que, quando se vêem nessas situações, gostam de frisar...”(fala culta-Salvador).
- (3) “**tem** filmes por exemplo que eu já assisti e que eu me lembro de certas partes.” (fala culta-Porto Alegre)

A figura 2 mostra os pesos relativos obtidos para o uso de *ter* segundo a faixa etária dos falantes. Observa-se uma curva de mudança em progresso em São Paulo, Recife e Rio de Janeiro (menos nítida), com os mais jovens (faixa 1) apresentando peso relativo mais alto. Por outro lado, Salvador e Porto Alegre apresentam uma curva sugestiva de variação estável, diferenciada, no entanto, pelo comportamento da faixa média, que, no primeiro caso, vai no sentido de aumento de *ter* e, em Porto Alegre, no sentido de leve retração de uso.

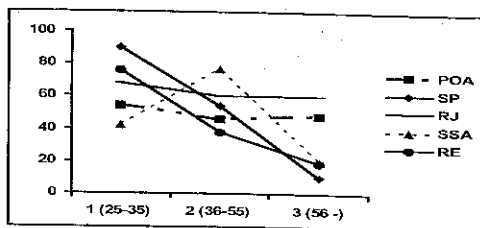


Figura 2 – Uso de *ter* por faixa etária em cada cidade (NURC-BR).

Foi possível ainda constatar que as mulheres utilizam mais *ter* que os homens, com exceção de Salvador, como mostra a Figura 3, o que está em consonância com a curva de variação estável obtida para Salvador na Figura 2.

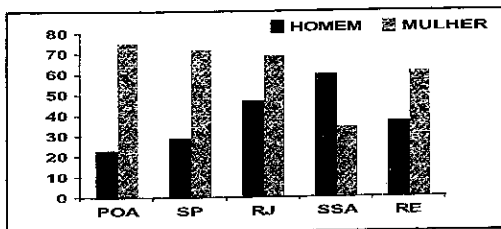


Figura 3 – Uso de *ter*-existencial por homens e mulheres em cada cidade (NURC-BR)

A comparação entre as cinco cidades deixou evidente que a tendência ao uso de *ter-existencial* em lugar de *haver*, na fala culta, é geral no Brasil, embora o peso relativo de aplicação da regra varie. São Paulo é a cidade que apresenta o índice mais baixo e Porto Alegre e Salvador, os mais altos. A análise mostrou ainda que o uso de *ter-existencial* obedece aos mesmos condicionamentos lingüísticos e sociais.

Passemos aos resultados de um Estudo de Tendência (Labov 1994), que examina a mudança no tempo real de curta duração, focalizando a fala carioca culta (Callou & Avelar 2001) e popular (Duarte, 2003a), a primeira representada por duas amostras do NURC (colhidas nos anos 70 e 90) e a segunda, por duas amostras do PEUL – Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (colhidas em inícios dos anos 80 e no ano 2000), com falantes com quatro, oito ou doze anos de escolaridade. A tabela 1, que apresenta os percentuais para o uso de *ter* nas duas variedades, nos dois períodos, permite concluir que sua fixação na fala popular está praticamente concluída, embora estável no período analisado. A fala culta revela índices mais baixos, porém é significativo o aumento de onze pontos percentuais no uso de *ter* no espaço de cerca de vinte anos que separa as duas amostras¹.

NURC (fala culta)		PEUL (fala popular)	
Anos 70	Anos 90	Anos 80	Ano 2000
504/784	502/654	1150 / 1692	1278 / 1149
(65%)	(76%)	(92%)	(94%)

Tabela 1. Uso de *ter* (vs *haver*) na fala carioca culta e popular em dois momentos

¹ Em Salvador (Martins & Callou, 2002), houve um acréscimo de doze pontos percentuais, de 74% para 86%, o que mostra que esse aumento progressivo atingiu outros pontos do Brasil.

Quando se examina o uso de *ter* por faixa etária, exibido nas tabelas 2 e 3, é possível confirmar a um só tempo a mudança, observando-se o comportamento dos mais jovens em ambas as variedades, e o papel da escola na resistência de *haver*. Os resultados para *ter*, na tabela 2, nos dão a medida dessa resistência e da importância da conjunção dos fatores escolaridade e faixa etária. Enquanto os mais jovens praticamente não apresentam ocorrências de *haver*, os falantes cultos com mais de 55 anos ainda apresentam uma taxa de uso de 40% nos anos 70 e de 33% nos anos 90. O mesmo caráter conservador da fala dos mais velhos pode ser observado na fala popular (15% de *haver*), embora com diferenças percentuais menores.

Faixa etária	Amostra 70	Amostra 90
25-35	214/267 (68%)	228/232 (98%)
36-55	156/261 (60%)	177/217 (68%)
56 ...	153/256 (60%)	137/205 (67%)
Total	504/784 (65%)	502/654 (76%)

Tabela 2. Distribuição de *ter* por faixa etária – Fala culta

Faixa Etária	Amostra 80	Amostra 2000
7-14	138 / 139 (99%)	188 / 188 (100%)
15-25	548 / 571 (96%)	365 / 384 (95%)
26-49	442 / 458 (96%)	224 / 224 (100%)
50 em diante	442 / 524 (84%)	301 / 353 (85%)
Total	1150 / 1692 (92%)	1278 / 1149 (94%)

Tabela 3. Distribuição de *ter* por faixa etária – Fala popular

A análise dos fatores estruturais que contribuem para a manutenção de *haver* mostrou a importância do traço semântico [-material] do argumento interno e dos tempos verbais do sistema pretérito, confirmando os resultados obtidos com as amostras NURC-Brasil.

Uma evidência de que o uso de *ter* já invade a escrita padrão está nos índices encontrados em jornais cariocas de circulação nacional, dirigidos a um público considerado de classe A, que variam entre 23% e 33% segundo o gênero textual, como se vê na tabela 4 (Duarte, 2004).

Opinião	Reportagem	Crônica
72 / 319	92 / 393	95 / 304
22%	23%	33%

Tabela 4. Implementação de *ter*-existencial na escrita-padrão

Esses índices crescem se se consideram outros tipos de jornais dirigidos a outras camadas sócio-econômicas, podendo variar entre 40% e 60% (Rocha, 1999).

Um último aspecto a considerar pode ser traduzido na seguinte pergunta: o que poderia estar por trás dessa eliminação gradual mas regular de *haver*? Se se leva em conta a preferência do português brasileiro por sujeitos referenciais expressos (Duarte, 1995, 2003c) e as propriedades das línguas de sujeito nulo, não se pode deixar de levantar a hipótese de que as estruturas com *ter* são as que mais facilmente permitem transformar sentenças impessoais em pessoais. As amostras analisadas revelam que, de fato, as sentenças pessoais com *ter* começam a ocorrer com maior frequência, exibindo, mais do que SNs, como se vê em (4), pronomes diversos em posição de sujeito, com se vê em (5)-(7):

- (4) “o Brasil não tem nenhum político” (fala popular-RJ)
 (5) “ah, eu ia pra Itália, que eu tenho muitas coisas pra ver lá” (fala popular-RJ)
 (6) “a vizinhança é ótima. Nós temos vários comércios, temos mercado, temos feira, temos feirinha” (fala popular-RJ)
 (7) “hoje a gente tem um grupo, uma parte da igreja, que está comprometida” (fala popular-RJ)

Em alguns casos, pode-se mesmo aceitar o caráter [+referencial] do pronome, embora a idéia de “existência” prevaleça sobre a de “posse”. Outros casos, entretanto, levam a suspeitar que o pronome envolvido seja [-referencial], podendo ser tratado como um possível expletivo (Duarte, 1997, 1999, 2003b; Aveiar, 2003, 2004), como em:

- (8) “você não tem mais comércio no centro da cidade” (fala culta-RJ)

Observe-se nos exemplos a seguir que, entre *você* (definido), em (9), *você* (indefinido), em (10), e *você* (expletivo?) em (11), há uma nítida escala de referencialidade:

- (9) “você tocou num negócio....Você falou que você tá morando...”(fala culta-RJ)
 (10) “você quando você viaja, você passa a ser turista. Então você passa a fazer coisas que você nunca faria no Brasil” (fala culta-RJ)
 (11) “lá não é como no Rio de Janeiro, que você em cada esquina, você tem um bar pra você lanchar” (fala popular-RJ)

O limite entre *você* referencial indefinido e *você* não referencial é, às vezes, tão tênue, que os dois usos se confundem e classificamos o “você” que ocorre em (11) como um sujeito indeterminado. Ora, o sujeito de “viajar” em (10) é argumental; em (11), porém, seria estranho pensar que “ter” projeta um argumento externo.

Dados da língua oral confirmam que o sistema vem tomando cada vez mais frequente o emprego de formas “aparentemente expletivas” na posição de sujeito do verbo *ter* existencial, como se pode verificar na Figura 4, a partir de dados de fala culta. Observe-se a linha que representa a amostra mais recente. A faixa etária mais jovem

exibe um expressivo aumento no uso de “você” nas sentenças com *ter* existencial. (Lembre-mos de que esses falantes não apresentaram uso de *haver*.)

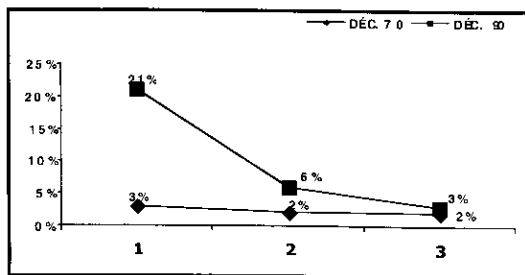


Figura 4: Distribuição de uso de *você*, nas décadas de 70 e 90, por faixa etária, na fala culta. (Callou & Avelar, 2001)

Assim, a eliminação de *haver* pode estar sendo facilitada pelo fato de essa forma verbal não dispor de um *locus* para a inserção de um sujeito fonético, diferentemente de *ter* que, como um verbo possessivo, apresenta essa propriedade. Parece estarmos, pois, diante de uma mudança “encaixada” numa matriz de concomitantes lingüísticos, que ocorre no sistema de uma forma não casual (Weinreich, Labov & Herzog, 1968), fornecendo-nos importantes elementos para o estudo da mudança lingüística, além de subsídios para a discussão das propriedades normalmente associadas ao Parâmetro do Sujeito Nulo (Chomsky, 1981).

Referências Bibliográficas

- AVELAR, J. 2003. *Teer, aver, seer e star no português antigo*. (mimeo)
- . 2004. *Dinâmicas morfosintáticas com “ter”, “ser” e “estar” em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Campinas/UNICAMP.
- CALLOU, D. & Avelar, J. 2001. Sobre *ter* e *haver* em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. In: *Gragoatã*, 9. Niterói, Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal Fluminense.
- . b2002 “Estruturas com *ter* e *haver* em anúncios do século XIX”. In: Alkmim, T. (org.) *Para a história do português brasileiro*, v. III – Novos estudos. São Paulo/USP: Humanitas, 47-68.
- CHOMSKY, Noam. 1981. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- DUARTE, M. E. L. 1995. *A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro*. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas.

- DUARTE, M. E. L. 1997 A Sociolinguística Paramétrica: perspectivas. Comunicação apresentada no I Simpósio de Estudos Linguísticos. João Pessoa, PB.
- 1999. A sociolinguística Paramétrica: Perspectivas. (1999) Dermeval da Hora & E. Christiano (orgs.) *Estudos Linguísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia. 107-114.
- (2003a). O sujeito expletivo e as construções existenciais. In: C. Roncarati e J. Abraçado (orgs.). *Português brasileiro – contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 123-131.
- 2003b. A posição do sujeito expletivo no português do Brasil: estratégias para seu preenchimento. Relatório final de pesquisa ao CNPq.
- 2003c A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. In: Paiva, M. da Conceição & Duarte, M. Eugênia L. (orgs.) *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj. 115-128. 2003.
- 2004 Sujeitos referenciais e não referenciais na escrita padrão. Relatório parcial de pesquisa ao CNPq. Junho, 2004.
- FREEZE, R. (1992). Existential and other locatives. In: *Language*. V. 68/3. Linguistic Society of America / Waverly Press Inc, Baltimore.
- LYONS, J. (1979). *Introdução à linguística teórica*. São Paulo. Editora Nacional.
- MARTINS, L. & Callou, D. 2002. *Variação e mudança na fala culta do Rio de Janeiro e de Salvador: ter e haver em construções existenciais*. CELSUL, Florianópolis, mimeo.
- MATTOS E Silva, R. V. 1996. A variação haver/ter. In: Mattos e Silva, Rosa Virgínia (org.). *A carta de Caminha*. Salvador: Ed. UFBA.
- MATTOS E Silva, R. V. 2002. *O português quinhentista*. Salvador. Edufba / UEFS.
- ROCHA, A. L. et alii. 1999. *Ter e haver em estruturas existenciais*. Faculdade de Letras/UFRJ. (mimeo)
- WEINREICH, U., Labov, W. & Herzog, M. (1968) 'Empirical foundations for a theory of language change'. In W. Lehman & Y. Malkiel (eds.), *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 97-195.

Processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas

Dante Lucchesi
UFBa/CNPq/CAPES-MEC¹

Introdução

As situações de contato abrupto e maciço entre línguas são de particular interesse para os lingüistas porque oferecem valiosas evidências empíricas para o tratamento teórico de questões cruciais acerca da linguagem humana; desde os dispositivos inatos da faculdade da linguagem, conforme destacado por Bickerton (1981), até a própria questão da origem das línguas humanas, pois, como afirmaram Muysken e Smith (1994: 3), o que diferencia as línguas crioulas das demais línguas é fato de se poder definir com satisfatória precisão o ponto no tempo em que elas surgiram. Nesse sentido, as teorias acerca dos processos de variação e mudança lingüísticas podem-se beneficiar muito da observação dos processos lingüísticos derivados do contato entre línguas; não apenas daqueles processos radicais que levam ao surgimento de uma nova entidade lingüística qualitativamente distinta de todas as línguas envolvidas na situação de contato de onde ela emergiu – denominada língua *pidgin* ou *crioula* –, mas também de processos menos radicais, em que o contato de uma língua hegemônica com outras línguas ditas de substrato conduz, não ao surgimento de uma língua *pidgin* ou *crioula* típica, mas ao surgimento de uma nova variedade dessa língua hegemônica que exhibe processos de variação e mudança cuja gênese se encontra na aquisição precária da língua hegemônica pelos falantes adultos das línguas de substrato e na nativização desse modelo defectivo de segunda língua entre os seus descendentes, no processo denominado de *transmissão lingüística irregular* (Baxter & Lucchesi, 1997; e Lucchesi, 1998 e 2003)

Esta exposição tem por objetivo tipificar os processos de variação e mudança que derivam das situações de contato maciço e abrupto entre línguas, com base nesse conceito de transmissão lingüística irregular.

¹ Professor Adjunto de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia (UFBa), com bolsa de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), participou do XX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior do Ministério da Educação (CAPES-MEC).

1. A reestruturação gramatical em situações de contato

A formação de variedades lingüísticas em situações de contato pode ser desdobrada em dois processos essenciais. De um lado, está a erosão gramatical da língua que é tomada como alvo – historicamente, a língua do grupo dominante. Do outro lado, está a recomposição gramatical da variedade lingüística que se forma na situação de contato.

Nos casos mais radicais de crioulização, a erosão gramatical da língua alvo é drástica, podendo-se pensar que todos os seus dispositivos gramaticais são virtualmente eliminados, pois apenas um vocabulário exíguo sustenta a interação verbal dos indivíduos; constituindo-se assim um código de comunicação emergencial – denominado na literatura do campo como *jargão* –, que nada mais é do que um reduzido elenco de itens lexicais da língua alvo, profundamente alterados em sua forma fonética e manipulados segundo as regras das gramáticas das línguas maternas dos falantes dos grupos subjugados. Essa redução da estrutura gramatical da língua alvo é determinada pela conjugação de três fatores, apresentados no Quadro 1:

Quadro 1: fatores que determinam a erosão gramatical da língua alvo em situações de contato lingüístico

- (i) o difícil acesso dos falantes das outras línguas aos modelos da língua alvo, sobretudo nas situações em que os falantes dessa língua alvo são numericamente muito inferiores aos falantes das outras línguas;
- (ii) o fato de os falantes dessas outras línguas serem, em sua grande maioria, adultos, não havendo, pois, o acesso aos dispositivos da faculdade da linguagem que atuam naturalmente no processo de aquisição da língua materna;
- (iii) a ausência de uma ação normatizadora, ou seja, de uma norma ideal que oriente e restrinja o processo de aquisição da língua alvo, já que esse processo tem como objetivo apenas garantir a comunicação emergencial.

Na medida em que essa situação de contato se estabiliza e se prolonga na linha do tempo, o uso desse código emergencial de comunicação se mantém, ampliando-se as suas funções sociais e convertendo-se esse código em modelo para aquisição da linguagem dos indivíduos que nascem na situação de contato. A ampliação das funções sociais do código de comunicação emergencial e a sua nativização determinam os dois vetores de formação da gramática da nova variedade lingüística. Configura-se, assim, de um lado, o vetor da socialização, que incrementa gramaticalmente o código de emergência, e cujos protagonistas são os falantes adultos das outras línguas, que só dispõem dos dispositivos gramaticais de suas línguas maternas; o que determinaria a transferência dessas estruturas para o código de comunicação emergencial, na negociação social que se estabelece na comunidade de fala que se formou na situação de contato. É assim que a teoria do substrato explica, em sua essência, o processo de pidginização/crioulização (cf., e.g., Mufwene, 1993).

O outro vetor seria o da nativização do código de emergência, cujos protagonistas são as crianças que nascem na situação de contato. Nesse caso, a gramática da variedade lingüística que emerge na situação de contato resulta da gramaticalização de itens lexicais do código de comunicação emergencial, orientada pelos dispositivos da gramática universal que atuam naturalmente na aquisição da língua materna. Assim, a criouliização seria, em sua essência, a manifestação mais direta dos universais da linguagem humana, como pretende Derek Bickerton (e.g., 1984 e 1999).

Qualquer que seja o vetor considerado, o que está no cerne da formação de variedades lingüísticas em situações de contato, sejam elas crioulas ou não, são características desse processo conjugado de erosão e reestruturação gramatical, que podem ser sistematizados em três níveis (Lucchesi, 2003), apresentados no Quadro 2:

Quadro 2: níveis de reestruturação gramatical da nova variedade lingüística em situações de contato prolongado entre línguas

- (i) perda, ou variação no uso, de morfologia flexional e palavras gramaticais;
- (ii) gramaticalização de itens lexicais para preencher as lacunas na estrutura lingüística (Bickerton, 1999);
- (iii) alteração dos valores dos parâmetros sintáticos em função de valores não marcados, que não implicam, entre outras coisas, em movimentos aparentes na estruturação da sentença (Roberts, 1997).

Nesses três níveis em que se podem situar os processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas, há que se levar em conta a variação nos parâmetros sócio-demográficos e etnolingüísticos de cada situação de contato em particular, pois esses parâmetros determinam, tanto o nível de erosão gramatical da língua alvo, quanto as possibilidades de transferência de estruturas do substrato, bem como os níveis de nativização do código de comunicação emergencial e uma eventual concorrência dos modelos gramaticais da língua alvo, tanto no processo de formação da nova variedade lingüística, quanto depois de essa nova variedade lingüística já ter se consolidado, até como uma língua crioula, no chamado *continuum post-crioulo* (Rickford, 1987) Analisar como os processos de variação e mudança se atualizam nos três níveis propostos acima permite à teoria lingüística, por um lado, identificar o tipo – ou a intensidade – dos processos de variação e mudança relacionados às situações de contato entre línguas. Por outro lado, fornece-lhe preciosas evidências empíricas de como os processos históricos e sociais afetam as estruturas nucleares da gramática das línguas humanas.

2. Os processos de reestruturação gramatical de acordo com a intensidade das situações de contato entre línguas

Dos três níveis apresentados no Quadro 2, o nível (i), a redução da morfologia flexional, é o mais geral, ocorrendo, tanto nas situações de contato mais radical cujo

resultado é a formação de uma entidade lingüística inteiramente nova e qualitativamente distinta de todas as línguas envolvidas na sua formação – ou seja, uma língua pidgin estabilizada ou uma língua crioula típica –, quanto aquelas situações em que o contato lingüístico leva ao surgimento de uma nova variedade da língua alvo, sem que essa nova variedade apresente uma estrutura gramatical qualitativamente distinta da língua que serviu de base para a constituição do seu léxico.

A diferença entre esses casos de transmissão lingüística irregular mais leves e os casos típicos de crioulação e pidginização estaria, em parte, situada no grau de intensidade desses processos de mudança. Nos processos típicos de crioulação, ocorreria uma perda muito radical da morfologia flexional tanto do nome como do verbo, e das regras de concordância a elas associadas. Esse é o caso, por exemplo, dos crioulos de base portuguesa da África. Nos crioulos portugueses de Cabo Verde, da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe, os morfemas flexionais nominais e verbais do português foram praticamente eliminados. Nesses casos, os processos de gramaticalização que ocorrem nas fases de reestruturação da nova variedade lingüística emergente seriam bastante profundos. Em tais processos de gramaticalização, determinados itens lexicais, como advérbios e algumas formas verbais, se converteram em marcadores das categorias gramaticais do verbo. Forma-se, assim, todo um sistema independente de partículas de tempo, modo e aspecto.

Por outro lado, a perda da morfologia de pessoa e número conduziria a uma mudança no valor do parâmetro do sujeito nulo, de modo que, no processo de formação dos crioulos de base portuguesa, o valor marcado do parâmetro do sujeito nulo referencial do português seria alterado em função do valor não marcado, fazendo com que o sujeito referencial seja sempre realizado nessas línguas.

Já, nos processos de transmissão lingüística irregular mais leves, como os ocorridos na história das variedades populares do português do Brasil, esses processos seriam menos radicais, ocorrendo mais a variação nos padrões de uso desses elementos gramaticais, do que mudanças categóricas na estrutura da língua. Nesse sentido, o amplo quadro de variação que se observa no português do Brasil em relação ao uso das regras de concordância nominal e verbal – cf. exemplificado em (1) – seria a contraparte mais tênue do que se observa nas situações de crioulação típicas.

- (1) a. Os meninos já *chegaram*. (português padrão)
 b. Os menino já chegou. (português popular do Brasil)

Vale destacar aqui que o nível de variação no uso dos morfemas flexionais do nome e do verbo nas variedades populares do português brasileiro é bem mais intenso do que o que se observa em suas variedades ditas cultas, o que reforça a sua relação histórica com o contato lingüístico, porquanto são esses segmentos populares formados em sua grande maioria por afro-descendentes e índios-descendentes. Por outro lado, na medida em que se pode assumir que, no caso brasileiro, as eventuais lacunas surgidas na situação inicial de aquisição precária do português por parte de escravos africanos e índios aculturados foram sendo preenchidas com base nos modelos da língua alvo, em

conseqüência de um maior acesso dos seus descendentes – sobretudo os mestiços – aos modelos da gramática portuguesa, não houve espaço para os processos originais de gramaticalização que caracterizam as línguas crioulas².

Já em relação às mudanças paramétricas induzidas pelo contato entre línguas, observa-se um quadro análogo. Enquanto nas línguas crioulas, como o caboverdiano e o santomense, o pronome sujeito referencial é obrigatório, no português do Brasil o que ocorreu foi apenas um incremento na realização do sujeito pronominal (Duarte, 1993 e 1995), sem que o sujeito nulo se tornasse agramatical, como nas línguas crioulas africanas – conforme exemplos (2), (3) e (4):

- (2) Português do Brasil
O que vocês fizeram ontem?
Nós fomos à praia.
Fomos à praia.
- (3) Cabo Verde – dialeto de Santiago:
Kuzê ki nhôs fazi ontí?
Nu bai mar.
**Bai mar.*
- (4) Forro – Ilha de São Tomé
Ke kwa ku nansê fé ontê?
Non ba plé.
**Ba plé.*

Portanto, a grande diferença entre os crioulos típicos e as variedades lingüísticas populares formadas em situações de contato entre línguas seria a de que, na gramática dos crioulos, observam-se mudanças paramétricas e a criação de estruturas originais – tais como: marcadores de número e gênero, partículas de tempo, modo e aspecto, verbos seriais, etc –, resultantes do processo de gramaticalização e/ou das transferências das línguas de substrato, enquanto que a estrutura gramatical das variedades formadas em processos de transmissão lingüística irregular mais leves, como no caso do português popular do Brasil, o que se observa é um profundo quadro de variação, sem que se tenha introduzido dispositivos originais em relação à gramática da língua alvo, e sem que potenciais mudanças na marcação dos valores de seus parâmetros sintáticos se completem, mantendo-se em um estado de latência. Desse modo, as eventuais lacunas estruturais dessas variedades lingüísticas vão sendo progressivamente preenchidas pelos dispositivos da língua alvo, do que resulta um quadro de variação binária entre a presença e ausência de certos mecanismos gramaticais.

² Vale ressaltar aqui que a mestiçagem constitui uma das componentes mais importantes na formação da pluri-étnica sociedade brasileira. Para além de sua importância quantitativa (estima-se que já na segunda metade do século XIX, mais de 40% da população brasileira era constituída por mestiços), deve-se atentar para a grande possibilidade de assimilação dos mestiços na estrutura social brasileira. Situação semelhante se observa também em relação aos escravos crioulos – nascidos no Brasil – que normalmente se integravam mais ao contexto sócio-cultural brasileiro do que os seus antepassados africanos (Mattoso, 2004), em função inclusive de sua maior proficiência em português.

3. Os processos de gramaticalização nas situações de contato entre línguas

Do que foi dito até aqui, pode-se concluir que os processos de gramaticalização ocupam um papel crucial na formação de novas entidades lingüísticas nas situações de contato maciço e abrupto entre línguas. Através da gramaticalização de itens lexicais disponíveis no código emergencial de interação verbal formado na situação inicial de contato, desenvolve-se uma nova estrutura gramatical que virá preencher as funções que se definem na formação de uma nova comunidade lingüística. Portanto, a originalidade da nova entidade lingüística não pode estar dissociada do contexto sócio-histórico em que ela se constituiu. E os processos de gramaticalização que a determinam nada mais são do que o resultado das novas demandas expressivas que se criam nesse novo contexto sócio-cultural, e o seu desenvolvimento é o resultado das negociações que se estabelecem nas redes de relações que compõem a estrutura social emergente.

O processo de gramaticalização está presente no aparato conceitual das mais diversas correntes teóricas da lingüística contemporânea (Castilho, 1997), e foi reconhecido, no âmbito da gramática gerativa, por Roberts (1993) que definiu a gramaticalização como a “a mudança de uma categoria léxica para uma funcional, associada à perda do conteúdo lexical”. O conceito de gramaticalização será tomado aqui num sentido semelhante a esse. Desse modo, através da gramaticalização, um item lexical deixa de ter um significado referencial – ou seja, deixa de indicar um elemento do universo exterior à língua – para adquirir um significado gramatical – ou seja, passa a representar um valor ou uma relação definidos no âmbito da estrutura lingüística. Por outro lado, para além da diminuição da carga semântica, a gramaticalização implica também a perda de matéria fônica e de mobilidade na ordem linear da sentença³.

Assim concebido, não é difícil imaginar a importância do processo de gramaticalização nos processos de transmissão lingüística irregular, em geral, e nos processos de pidginização/crioulização, em particular. A perda de matéria gramatical que se dá no momento do estabelecimento da situação de comunicação emergencial cria as condições potencialmente favoráveis à gramaticalização. Contudo, o processo só se implementa efetivamente quando da socialização e da nativização do código de emergência entre os segmentos dominados, em função das novas necessidades expressivas e comunicativas, que criam demandas por itens e estruturas que possam ser incorporados ao sistema lingüístico emergente, para desempenhar papéis funcionais e expressar relações categoriais imanentes à estrutura da língua. Essas demandas vão ao encontro da situação inicial de fixação do código de emergência, na qual os falantes tendem a reter os itens lexicais, de significado referencial, e a descartar os itens funcionais, de significado

³ Cf. ainda Castilho (1997: 31-2): “Entendo por gramaticalização o trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática (= recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, deixa de ser uma forma livre, estágio em que pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização extrema. Esse trajeto se dá tanto no tempo real quanto no tempo aparente. Num sentido mais amplo, a gramaticalização é a codificação de categorias cognitivas em formas lingüísticas, aí incluídas a percepção do mundo pelas diferentes culturas, o processamento da informação, etc.”

gramatical. Logo, a recomposição gramatical do sistema linguístico emergente se dá por duas vias, apresentadas no Quadro 3, abaixo:

Quadro 3: vetores do processo de gramaticalização em situações de transmissão linguística irregular

- (i) ampliação (ou maximização) das funções dos (poucos) itens gramaticais que se conservaram no uso linguístico da comunidade;
- (ii) a utilização de itens lexicais para expressar relações gramaticais, ponto de partida do processo de gramaticalização.

São processos desse tipo que se encontram na base da formação dos sistemas analíticos de tempo, modo e aspecto (TMA) – uma das mais proeminentes características das línguas crioulas do Atlântico (cf. Bickerton, 1988; e Holm, 1988). Grande parte das partículas de TMA que se fixam imediatamente antes do verbo como afixos gramaticais são derivadas de formas lexicais plenas. A partícula *te*, que no crioulo haitiano indica anterioridade, é derivada da forma *été* (ou *était*), do verbo francês *être* 'ser'. Já o aspecto durativo (ou progressivo) é indicado no crioulo caboverdiano pela partícula *ta*, derivada da forma *está* do verbo português *estar*. Este aspecto era indicado no *Negerhollands Creole Dutch* (já extinto) através da partícula *lo*, derivada do verbo holandês *lopen* 'correr, andar, ir' (Holm, 1988: 156). Portanto, temos em todos os casos, formas verbais plenas que perdem substância fônica e carga semântica, convertendo-se em afixos gramaticais.

Outra característica proeminente das línguas crioulas, os *verbos seriais*, nada mais são do que fenômenos sintáticos constituídos fundamentalmente pela gramaticalização de um verbo (um item lexical, portanto) que passa a funcionar como uma preposição ou complementizador (ou seja, como uma palavra gramatical/funcional). Assim, no exemplo (5), abaixo, extraído do sranan, um crioulo falado no Suriname, o verbo inglês *give* 'dar', na forma reduzida *gi*, funciona como a preposição *para* (Holm, 1988: 184). Em krio, um crioulo de base lexical inglesa, falado na Serra Leoa, na África, o verbo inglês *say* (*se*) 'dizer' funciona como complementizador junto a verbos do tipo *pensar*, *saber* etc. – cf. exemplo (6). Já em sranan, o verbo usado é *talk* (*tak*) 'falar', cf. exemplo (7)⁴:

- (5) Kofi tjari den fisi gi mi
Kofi trouxe o peixe *para* mim.
- (6) a no *se* yu bizi.
Eu sei *que* você é ocupado.
- (7) m sab *tak* a tru.
Eu sei *que* é verdade.

⁴ Exemplos extraídos de Holm (1988: 185)

Há também os casos em que uma palavra gramatical assume uma função ainda mais abstrata na estrutura da língua. Tal é o caso dos demonstrativos *kel* (derivado do português *aquêle*) e *se* (derivado do português *esse*) que podem eventualmente funcionar como artigo definido, no crioulo caboverdiano e no são-tomense, respectivamente, para indicar um determinado nível de referencialidade e definitude no SN; uso este que é variável e regido por fatores discursivos (cf. Lucchesi, 1993). Nesse caso, no processo de gramaticalização, ocorre apenas a perda de carga semântica e de substância fônica, não havendo alteração quanto à mobilidade na sentença, já que os demonstrativos e os artigos apresentam a mesma distribuição.

Porém, há casos mais radicais de gramaticalização, em que uma forma gramatical livre, no caso, uma preposição (*junto*), se converte em uma forma presa, o sufixo *-ntu*, marcador de caso no crioulo português do Siri Lanka. O mesmo acontece com o possessivo *sua*, que se transforma em um morfema de genitivo em estruturas mais basiléticas como *mesa-su pano* 'pano de mesa', que se apresentam em variação com estruturas mais acroletais como *pano de mesa* (Smith, 1977: 366-8; *apud* Romaine, 1988: 40). Nesses casos de gramaticalização, a influência do substrato tamil é inquestionável, como se pode ver nos exemplos (8) a (10) abaixo (retirados de Smith, 1978: 73). *apud* Romaine, 1988: 40), com a forma reduzida *pã* da preposição *para*, que funciona como morfema de dativo, numa estrutura oracional muito mais próxima da encontrada na língua tamil, do substrato, do que a que se observa em português, a língua de superstrato⁵:

(8) port.: eu tinha dado o dinheiro para o João

(9) tamil: nan calli-yay jon-ukku kutu-tt iru-nt-an

Eu dinheiro-ac. João-dat. pass.-dar-pass. aux.-foi-l³pass.

(10) crioulo: eu dinheiro jon-pã já-dá tinha

Outro caso de gramaticalização normalmente relacionado à influência do substrato (neste caso, africano) é o uso da forma pronominal da terceira pessoa do plural como marcador de plural do SN, em muitos crioulos do Atlântico, como a forma *dem* (do inglês *them*) usada para indicar o plural dos nomes no crioulo inglês da Jamaica: *de pikini dem* 'as crianças' (Koefoed, 1979: 39; *apud* Romaine, 1988: 104), e no sranan: *den man* 'os homens'. Holm (1988: 193) argumenta que esse pluralizador também funciona como marcador de definitude, como ocorre no iorubá, e "é tão freqüente nas línguas do grupo kwa e outras línguas do oeste africano e tão pouco usual nas línguas do mundo, que nenhum argumento sério foi proposto no sentido de atribuir essa estrutura crioula à influência de universais lingüísticos, em detrimento da influência do substrato".

Admitindo-se a influência do substrato também nesses casos, é interessante notar que a gramaticalização, nos processos de criouliização, pode combinar uma estrutura proveniente da(s) língua(s) do substrato com um item lexical da língua do superstrato – indo ao encontro de uma visão que já foi muito forte na crioulistica de que uma língua

⁵ Os fatos históricos também sustentam essa influência do substrato, na medida em que a influência direta do português se extinguiu em 1658, muito cedo no processo de desenvolvimento do Crioulo (Romaine, 1988: 40)

crioula "é uma língua com o léxico da língua dominante e com a gramática da língua dos dominados". No primeiro caso, preposições e pronomes do português se encaixam na morfologia nominal de caso das línguas dravidianas; no segundo caso, um pronome do inglês se ajusta à estrutura de marcação de número no SN das línguas do oeste africano.

Pode-se pensar, então, em dois níveis de estruturação da nova variedade lingüística que emerge no processo de transmissão lingüística irregular. Num plano mais profundo, estaria a constituição das estruturas de base da gramática, em que concorrem os dispositivos da faculdade da linguagem (ou do *Bioprograma* de Bickerton, 1981 e 1984) com as estruturas das línguas de substrato e do superstrato que, consoante o contexto sócio-histórico, vão fornecer o *input* para o processo de nativização. Por outro lado, também na constituição dessas estruturas, ocorrerá a seleção dos itens lexicais que vão desempenhar suas funções e expressar os seus valores.

Nesse sentido, desde sua perspectiva inatista, Bickerton (1988 e 1999) apresenta uma interessante análise, baseada na posição desenvolvida por Borer (1983) de que a fixação dos parâmetros sintáticos de uma língua (mesmo os mais básicos como a ordem de palavras na sentença) acontece no nível do léxico. Ou seja, as propriedades sintáticas da estruturação gramatical da língua se atualizam nas propriedades especificadas nas entradas dos itens lexicais.

Assim, no processo de aquisição da língua materna pelas crianças, nas situações de transmissão lingüística regular de uma geração a outra, "as propriedades dos itens lexicais que elas adquirem combinam com a sintaxe invariante, do que eventualmente resulta a aquisição de uma gramática preexistente"⁶. Bickerton (1999: 57), então, estabelece uma distinção entre o que acontece nesses casos, e nos casos de transmissão lingüística irregular (particularmente nos casos de criouliização):

No caso normal, a criança de quatro ou cinco anos já terá adquirido uma ampla gama de itens gramaticais, suficiente para atender aos requerimentos (em termos de regência, anáfora etc.) definidos pela sintaxe inata. No caso crioulo, para a maioria desses requerimentos, a criança simplesmente não pode encontrar no *pidgin* os itens gramaticais apropriados. Portanto, os itens gramaticais terão de ser criados pelo recrutamento de itens lexicais, com o enfraquecimento do significado lexical destes últimos.⁷

Quanto a mim, penso que tal criação/seleção se dá a partir do leque de soluções individuais que se encontram na fala da comunidade. Portanto, pode-se pensar que o ponto de partida desse processo de gramaticalização, como de resto todo processo de mudança lingüística, tem sua origem na fala; logo, se no momento final do processo de gramaticalização, temos a forma de um único item lexical (que sofreu as alterações

⁶ Denomina-se aqui *transmissão lingüística geracional regular* àquelas situações em que o modelo que orienta a aquisição da língua materna por parte dos indivíduos de uma geração é constituído pela língua materna dos indivíduos da geração anterior. Em oposição a este conceito estaria o conceito *transmissão lingüística geracional irregular*, em que o modelo de aquisição da língua materna dos indivíduos de uma geração é constituído por uma variedade mais ou menos defectiva de segunda língua falada por seus pais.

⁷ Tradução minha do inglês.

semânticas, fônicas e sintáticas inerentes ao processo de gramaticalização) que passa a desempenhar na língua uma determinada função gramatical, encontramos, no momento inicial, no plano da fala dos indivíduos, o emprego de vários itens lexicais para desempenhar essa função. A partir daí se desencadeia na estrutura sociolinguística da comunidade um processo de concorrência e negociação de que resultará a fixação de um único item e o desaparecimento do uso dos outros para desempenhar essa função. Nesse processo, vão ocorrendo nas formas concorrentes as mudanças de ordem semântica, fônica e sintática, resultantes de uma pressão exercida pela estrutura lingüística, que vão possibilitar a fixação de um item em detrimento dos demais. Em outras palavras, o item mais suscetível a essas mudanças, ou seja, que melhor se ajusta à demanda da estruturação lingüística é aquele que prevalecerá sobre os demais⁸.

Obviamente que a gramaticalização, assim como todas as mudanças lingüísticas que integram o processo de crioulização, ocorrem também na evolução histórica de uma língua dita natural independentemente do contato com outras línguas. Assim, por exemplo, processo de gramaticalização que faz com que um demonstrativo passe a desempenhar as funções de um artigo, que ocorreu na crioulização do português em África (como referido acima), também ocorreu na passagem do latim ao português, cujo artigo definido é derivado da forma do acusativo de um demonstrativo latino. Da mesma forma, a gramaticalização de verbos que passam a funcionar como preposições constituindo as estruturas denominadas de verbos seriais nas línguas crioulas também é documentada na história do chinês mandarim (cf. Li, 1975)

A diferença residiria, então, na quantidade e na intensidade das mudanças ocorridas num lapso tão curto de tempo no processo de transmissão lingüística irregular *vis-à-vis* o ritmo dessas mudanças no desenvolvimento, digamos, "normal" da língua. Em primeiro lugar, as inovações que surgem quotidianamente na interação verbal dos falantes de uma língua fora da situação de contato têm que vencer a força das formas e estruturas fixadas na tradição do uso lingüístico para que uma mudança possa ocorrer⁹.

Por outro lado, um processo de gramaticalização tem que ser precedido por uma mudança que eliminou um dispositivo gramatical da sintaxe aparente da língua, criando uma zona de opacidade, sobre a qual ocorrerá uma pressão decorrente de certas demandas expressivas e comunicativas, dando-se início ao processo de gramaticalização. Na evolução, digamos, "normal" de uma língua, mudanças desse tipo são muito

⁸ Note-se que essa visão se encaixa perfeitamente no modelo de mudança lingüística delineado por Saussure (1973: 115 [1955: 138-9]), no início do século XX: "tudo quanto seja diacrônico na língua não o é senão pela fala. É na fala que se acha o germe de todas as mudanças: cada uma delas é lançada a princípio por um certo número de indivíduos, antes de entrar no uso. (...) Mas todas as inovações da fala não têm o mesmo êxito e, enquanto permanecem individuais, não há porque levá-las em conta, pois o que estudamos é a língua; ela só entra em nosso campo de observação no momento em que a coletividade as acolhe. Um fato de evolução é sempre precedido de um fato, ou melhor, de uma multidão de fatos similares na esfera da fala (...), pois na história de toda inovação encontram-se sempre dois momentos distintos: 1º aquele em que ela surge entre os indivíduos; 2º aquele em que se tornou um fato de língua, exteriormente idêntico, mas adotado pela coletividade".

⁹ Nesse sentido, os períodos de instabilidade e de enfraquecimento das instituições reguladoras do comportamento e das relações sociais tendem a favorecer a ocorrência de um número maior de mudanças lingüísticas.

limitadas, se comparadas ao que acontece no contato abrupto e radical entre línguas que constitui a gênese do processo de transmissão lingüística irregular. A erosão da estrutura gramatical que costuma acontecer nesses casos produz – se a situação de contato se estabiliza, determinando o desenvolvimento das relações sociais – uma enorme pressão estrutural, que abrirá caminho para uma legião de processos de gramaticalização. Esse conjunto de mudanças é de tal monta que, nos casos mais extremos, determinará, no curto período de uma ou duas gerações, uma reestruturação original da gramática tão ampla e profunda que terá por conseqüência o surgimento de uma nova língua histórica.

Esse aspecto é crucial para que se possa entender o caráter e a natureza das línguas crioulas frente as chamadas línguas naturais. Assim, não se pode falar em propriedades e estruturas exclusivas das línguas crioulas; de modo que o caráter crioulo ou crioulizante de uma determinada variedade lingüística não se define por suas propriedades estruturais iminentes, mas pelo processo histórico de contato lingüístico que levou a sua formação *vis-à-vis* o desenvolvimento histórico interno da língua que forneceu a sua base lexical. Portanto, podemos afirmar, com Roberts (1997: 11), que “não há nada de especial nos crioulos, além da sua história”.

Conclusão

Ao longo dessa exposição, buscamos demonstrar como a análise dos processos de mudanças induzidos pelo contato entre línguas pode contribuir para o avanço de uma teoria geral da mudança lingüística e do conhecimento sobre como certos processos históricos, tais como o contato entre línguas, afetam a estrutura lingüística de uma língua particular. Através do conceito de *transmissão lingüística irregular*, definimos os três níveis em que o contato lingüístico afeta a estrutura gramatical das línguas: a redução da morfologia flexional, a alteração nos valores de certos parâmetros sintáticos e gramaticalização de certos itens lexicais para desempenhar funções dentro da estrutura abstrata da gramática da língua.

Pudemos ver que o nível de alterações produzidas nesses três níveis pode variar em função da intensidade de cada situação particular de contato entre línguas; intensidade essa, que, por sua vez, é definida por uma série de parâmetros sócio-históricos envolvidos na formação da nova comunidade lingüística, tais como: proporção entre o número falantes nativos da língua que serve de base para a formação da nova entidade lingüística e o número de falantes das outras línguas; a maior ou menor heterogeneidade lingüística entre esses falantes das outras línguas, a taxa de natalidade nessa nova comunidade que se forma na situação de contato; a proporção de entrada de novos indivíduos falantes de outras línguas, etc. Desse modo, pode-se estabelecer uma escala desde processos transmissão lingüística irregular de tipo mais leve, em que a entidade lingüística que se forma na situação de contato não passa de uma variedade da língua alvo, mais ou menos alterada conforme cada caso particular, até os processos mais radicais de transmissão lingüística irregular que dão ensejo a uma entidade lingüística inteiramente nova e qualitativamente distinta de todas as línguas envolvidas na sua formação.

Essa diferença estaria refletida no grau das alterações que são produzidas nos três níveis afetados pelo processo de transmissão lingüística irregular. Enquanto nos casos mais radicais tende a ocorrer uma eliminação total da morfologia flexional da língua alvo, nos casos mais leves a tendência predominante é se desenvolver uma situação de variação no uso dos morfemas flexionais. A primeira situação tende a desencadear mudanças nos valores de certos parâmetros sintáticos e gramaticalização de itens lexicais para preencher as lacunas na estrutura gramatical da entidade lingüística emergente. Essas mudanças sintáticas e sobretudo a intensidade dos processos de gramaticalização determinam a diferença entre as situações típicas de crioulização e os processos mais leves de transmissão lingüística irregular.

Portanto, os processos de gramaticalização podem ser situados no cerne dos processos mais radicais de contato entre línguas. Porém, não obstante a sua importância para a crioulização, os processos de gramaticalização não são exclusivos das línguas crioulas, estando presentes na história de todas as línguas humanas. A diferença entre as línguas crioulas e as demais línguas naturais estaria na intensidade e na velocidade desses processos durante a crioulização, desencadeando mudanças que se completam no espaço de umas poucas gerações, e que levariam séculos, ou talvez milênios, para se completar no desenvolvimento histórico regular de uma língua natural. Tal intensidade e velocidade dos processos de crioulização confere uma excepcional transparência aos seus processos de mudança, sendo altamente reveladoras do modo de operar da estruturação gramatical das línguas humanas. Isso torna cada processo de crioulização um laboratório extraordinário, do qual a ciência da linguagem se pode aproveitar com inestimável proveito para o seu desenvolvimento teórico.

Referências Bibliográficas

- BAXTER, Alan & Dante LUCCHESI (1997) A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos Lingüísticos e Literários* 19, pp. 65-84.
- BICKERTON, Derek (1981) *Roots of Language*. Ann Arbor: Karoma.
- BICKERTON, Derek (1984) "The Language Bioprogram Hypothesis". *Behavioural and Brain Sciences* 7, pp. 173-203.
- BICKERTON, Derek (1988) Creole Languages and the Bioprogram. In Frederick Newmeyer (org.) *Linguistics: The Cambridge survey*. Vol 2. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 268-284.
- BICKERTON, Derek (1999) How to Acquire Language without Positive Evidence: What Acquisitionists Can learn from Creoles? Michel Degraff (org.) *Language Creation and Language Change – Creolization, Diachrony, and Development*. Cambridge: The MIT Press, pp. 49-74.
- BORER, H. (1983) *Parametric Syntax*. Dordrecht: Foris.

- CASTILHO, Ataliba (1997) A Gramaticalização. *Estudos Linguísticos e Literários* 19, pp. 25-64.
- DUARTE, Maria Eugênia L. (1993) Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In Ian Roberts & Mary Kato (orgs.) *Português Brasileiro – uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, pp. 107-128.
- DUARTE, Eugênia (1995) *A perda do princípio "evite pronome" no português brasileiro*. Tese de Doutorado, Universidade de Campinas.
- HOLM, John (1988) *Pidgins and Creoles*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KOEFOD, G. (1979) Some remarks on the baby talk theory and relexification. in I. Hancock (ed.) *Readings in Creole Studies*. Ghent: E. Story-Scientia, pp. 37-54.
- LUCCHESI, Dante (1993) The article systems of Cape Verde and São Tomé Creole Portuguese: general principles and specific factors. *Journal of Pidgin and Creole Language* 8 (1), pp. 81-108.
- LUCCHESI, Dante (1998) A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizado: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular. In Sybille Große & Klaus Zimmermann (eds.) *"Substandard" e mudança no português do Brasil*. Frankfurt am main: TFM, pp. 73-100.
- LUCCHESI, Dante (2003) O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In Cláudia Roncarati e Jussara Abraçado (orgs.) *Português Brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, pp. 272-284.
- LI, C. (1975) Synchrony vs. diachrony in language structure. *Language*, 51 (4), pp. 873-86.
- MATTOSO, Katia (2004) *Da Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos Baianos no Século XIX*. Salvador: Corrupio.
- MUFWENE, Salikoko (1993) *Africanisms in Afro-American language varieties*. Athens: University of Georgia Press.
- MUYSKEN, Pieter & SMITH, Norval (1994) The study of pidgin and creole languages. In Jacques Arends, Pieter Muysken & Norval Smith (eds.) *Pidgins and Creoles: an introduction*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 3-14.
- RICKFORD, John (1987) *Dimensions of a creole continuum*. Stanford: Stanford University Press.
- ROBERTS, Ian (1993) *Verb and Diachronic Syntax*. Dordrecht: Foris.
- ROBERTS, Ian (1997) Creoles, markedness and the Language Bioprogram Hypothesis. *Estudos Linguísticos e Literários* 19, pp. 11-24.
- ROMAINE, Susane (1988) *Pidgin & Creole Languages*. Londres/Nova York: Longman.
- SAUSSURE, Ferdinand de (1973) *Curso de Linguística Geral*. 5 ed. São Paulo: Cultrix. [(1955) *Cours de Linguistique Générale*. 5 ed: Paris: Payot.]
- SMITH, I. R. (1977) Siri Lanka Creole Portuguese Phonology. *International Journal of Davidian Linguistics* 7, pp. 247-406.
- SMITH, I. R. (1978) Realignment and other convergence phenomena. *University of Melbourne Working Papers in Linguistics* 4, pp. 67-76.

Velhice, palavra quase proibida; terceira idade, expressão quase hegemônica: apontamentos sobre o conceito de mudança discursiva na publicidade contemporânea

Annamaria da Rocha Jatobá Palacios
Faculdade de Comunicação/Universidade Federal da Bahia

O presente texto discorre sobre o paralelismo semântico entre o vocábulo *velhice* e a expressão *terceira idade*, principalmente fundamentado pelo conceito de mudança discursiva desenvolvido por Norman Fairclough (2001). O fenômeno inter-relacional estabelecido entre os dois termos verificou-se durante o exame de *corpus* composto por 247 anúncios publicitários de cosméticos veiculados na década de 90, em revistas femininas brasileiras – especialmente *Elle*, *Claudia* e *Marie Claire*.¹

Grande parte do universo discursivo da publicidade de cosméticos encontra-se alinhada com a ainda mais difundida – ou dominante? – das interpretações reinantes no contexto social para o fenômeno do envelhecimento: a de que este processo é sinônimo de decrepitude. No decorrer de nossas observações dos anúncios, percebemos a existência de um ponto de tensão, ou ponto evidenciador de mudanças, que julgamos merecedor de destaque: trata-se da existência de duas visões conflitantes de velhice.

Uma primeira, mais cristalizada, fortalece a compreensão de que o processo de envelhecimento representa uma época sombria, decrépita, repleta de temores da morte, de acometimento de doenças, que culmina com o isolamento do indivíduo dos processos de socialização, em sua fase final de vida.² Em conformidade com esta interpretação, por nós denominada de “tradicional”, encontramos algumas alusões diretas, nos anúncios pesquisados:

¹ Trata-se de um desdobramento de nossa tese doutoral, intitulada “*As marcas na pele, as marcas no texto – sentidos de tempo, juventude e saúde, na publicidade de cosméticos, em revistas femininas durante a década de 90*”, defendida e aprovada em junho de 2004, no Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, da Faculdade de Comunicação – Universidade Federal da Bahia.

² Na década de setenta, Simone de Beauvoir publicou *A velhice*, uma obra de caráter filosófico e sócio-antropológico, antecipando preocupações e mudanças de atitude relacionadas com a chamada “terceira idade”, que viriam a ocorrer a partir das décadas de 80 e 90. A autora, além de caracterizar a velhice como uma instituição social, e não simplesmente como uma condição biológica, analisando-a através da história e situando-a em diversas sociedades e culturas, trata de gerontologia, medicina, sociologia, psicologia e economia, combatendo a postura até então dominante que caracteriza a velhice como uma espécie de segredo vergonhoso, sobre o qual é indecente falar (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990). O livro é, hoje, considerado um clássico e teve impacto comparável ao *O Segundo Sexo* que, em 1949, despertou interesse internacional e muita polêmica por colocar em pauta assuntos até então considerados tabus, como virgindade, menstruação, orgasmo, controle da natalidade e outros temas que viriam a ser centrais no movimento feminista ao final dos anos 60.

- (1) *Intercell. O poder anti-tempo de HR. O primeiro gel-creme de ação integral anti-envelhecimento.*³
- (2) *Crème Radical. Impede o envelhecimento.*⁴
- (3) *Plénitude.Revitalift. (...) por isso, para retardar os efeitos do envelhecimento, os laboratórios L'Oréal criaram Plénitude.*⁵

Ainda perseguindo as marcas desta interpretação tradicional encontramos alguns enunciados que, embora não façam alusões diretas a ela, parecem trazê-la implícita:

- (4) *Anna Pegova. Pegolia. Hoje você é uma uva, mas cuidado: uva passa. Imediatamente.*⁶
- (5) *L'Oréal. Plénitude. Quando um simples anti-rugas não é mais suficiente.*⁷
- (6) *Avon. Accolade. Alimente sua pele duas vezes ao dia. [...] Peles especialmente secas ou maduras, um tratamento mais rigoroso pode trazer de volta o viço perdido.*⁸

Emerge, convivendo com a interpretação tradicional, uma segunda visão que aponta para a existência de uma *terceira idade*.⁹ O numeral ordinal *terceira* nos remete a uma compreensão de sucessibilidade, ou seja, à existência de fases anteriores: a primeira e a segunda idades. A terceira idade é postulada como o ponto culminante de uma linha abstrata, convencionalmente instituída como condutora da vida. Estaria posicionada subseqüentemente a uma segunda idade, que compreende a maturidade, e uma primeira idade, que compreende a infância.

Ainda que aponte para a etapa final da vida, a nomenclatura terceira idade faz desaparecer a alusão direta a vocábulos tão semanticamente marcados, como velhice, senilidade e envelhecimento. Apresentamos a seguir, alguns exemplos que ilustram este uso:

³ *Intercell* da Helena Rubinstein. Revista *Claudia*, agosto de 1990.

⁴ *Crème Radical*. Revista *Claudia*, abril de 1990.

⁵ *Plénitude Revitalift*, da L'Oréal. Revista *Marie Claire*, outubro de 1996.

⁶ *Pegolia*, de Anna Pegova. Revista *Marie Claire*. julho de 1996.

⁷ Anúncio do anti-rugas "Revitalift", da L'Oréal, publicado na revista *Marie Claire*. editora Globo, outubro de 1996.

⁸ Anúncio de "Accolade", linha cosmética da Avon, publicado na revista *Elle*, julho de 1996.

⁹ A expressão *terceira idade* tem origem numa das conhecidas divisões das chamadas Idades do Homem – infância, maturidade e velhice –, imortalizada em um quadro desse mesmo nome, pintado pelos pintores Ticiano (1488/1576) e Giorgioni (? /1510). Muitas outras divisões em "idades" se celebrizaram através dos tempos, desde Hesíodo, que em uma de suas obras – *O trabalho e os dias* – identifica cinco idades do homem. Na peça de Shakespeare, *As you like it*, são mencionadas oito idades do homem – o infante, o escolar, o amante, o soldado, o homem maduro, a velhice, a senilidade e a morte –, seguindo uma linha que vem da Idade Média que classificava as "idades" em infância, puerilidade, juventude, idade madura, velhice e senilidade. Este tema foi muito popular entre os séculos VIII e XVII, estando presente em textos, calendários e iconografias.

populacional cai e a população tende a ficar estável.¹⁴ Iniciou-se, no final da década de 60, um processo de declínio acelerado da fecundidade que, originalmente restrito aos segmentos urbanos mais privilegiados das regiões mais desenvolvidas do país, espalhou-se para todos os segmentos sociais, tanto na área urbana quanto na rural.

A generalização do declínio da fecundidade e o avanço dos métodos contraceptivos, conjugados com as transformações sociais, levam a crer na continuidade deste processo pelos próximos anos, emulando tendência presente em muitos países do mundo nos quais a taxa de fecundidade já se encontra abaixo da reposição e a população está a diminuir.

Podemos, então, afirmar que estes fenômenos não ocorreram isoladamente, no Brasil. De acordo com Duval Fernandes (1996), o processo de declínio da população mundial se iniciou na década de 90, aliando-se a ele um amplo debate sobre a superpopulação e as dificuldades representadas por este contingente populacional frente às questões de subsistência. Alega ter havido uma redução da taxa de crescimento da população mundial, apesar de ainda permanecer elevada em alguns países e ter permanecido significativa em outros. O Brasil inscreve-se neste grupo de países que sofreram redução. O fator preponderante para o declínio da taxa de natalidade foi a queda da fecundidade, considerando-se que o número médio de filhos tidos por mulher caiu de 6,5 na década de 1950, para 2,6 na década de 1990. O autor conclui que esta redução acarretou profundas modificações na estrutura etária da população.

Manuel Castells (1999) chama a atenção para o fato de que o mundo desenvolvido da revolução industrial, da constituição da ciência médica, do triunfo da razão e da afirmação dos direitos sociais alterou o padrão dos últimos dois séculos, prolongando a vida, superando um grande número de doenças, controlando os nascimentos, diminuindo os óbitos, questionando a determinação biológica dos papéis sociais e constituindo o ciclo vital em torno de algumas dimensões sociais. Dentre estas, a educação, o tempo de serviço, os padrões de carreiras e o direito à aposentadoria adquiriram extrema importância.

A expansão do tempo de vida ou elasticidade de seu limite biológico, prolongando sua duração média para ao final da faixa dos setenta para os homens e início da faixa dos oitenta para as mulheres, é um elemento desencadeador de conseqüências sociais consideráveis na contemporaneidade.

Embora no passado fosse visto como um último estágio homogêneo da vida, dominado também pelo que se intitula *morte social*, a velhice, atualmente, é um universo altamente diverso, composto de aposentados precoces e médios, idosos capazes e idosos com vários graus e formas de limitação. A terceira idade se estende na direção de grupos mais jovens e de grupos mais velhos e redefine de forma substancial o ciclo de vida de três modos.

O primeiro deles contesta a saída do mercado de trabalho como um critério etário definidor, visto que, para uma grande proporção da população, cerca de um terço da

¹⁴ Livro Branco da Previdência Social. Dados disponíveis em <https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PREBC.HTM>. Acessado em 24 jul. 2004.

vida pode ocorrer depois disso. O segundo, diferencia os idosos fundamentalmente em termos de seu nível de limitação física, nem sempre relacionado com a idade. O que, de certa forma, atribui a condição de inválidos a outros grupos de deficientes mais jovens e, conseqüentemente, produz uma nova categoria social. O terceiro, obriga à distinção entre várias faixas etárias, cuja diferenciação real dependerá muito do capital social, cultural e relacional acumulado durante a vida.

Nos países ricos, conforme atesta Pascal Bruckner (1997), a idade cessou de ser um veredicto. Não existe mais um limiar do qual o ser humano estaria fora de uso, e hoje, podemos recomeçar a vida aos 50 ou 60 anos, modificar o destino até os últimos momentos, contrabalançar o lado nefasto da aposentadoria, que põe no refúgio pessoas intelectuais e fisicamente capazes. Lembrando Goethe – *envelhecer é retirar-se gradualmente da aparência* – o autor considera altamente positivo que, nos dias atuais, um grande número de homens e mulheres desejem persistir na aparência, em estado de boa saúde relativa e sem sofrer discriminações.

Tais transformações sócio-demográficas e mudanças nas práticas de consumo, ocorridas nas sociedades ocidentais, não são invisíveis à publicidade, se a concebemos como “espaço de evidência cultural”¹⁵ e como prática sociodiscursiva. Há uma visceral relação entre elas, pois as práticas de consumo são enfatizadas e até criadas – também podendo ser desmotivadas – pela publicidade.

Ana Lúcia de Castro (2004) afirma ser consensual, entre os autores que discutem as sociedades contemporâneas, a idéia de que a esfera do consumo vem, cada vez mais, se sobrepondo à esfera da produção, ou seja, para entendermos melhor o mundo que nos cerca, temos que lançar o olhar para a forma como as mercadorias são consumidas e os sentidos são conferidos à vida, via consumo. Assim, conforme a autora, os indivíduos das sociedades contemporâneas, ao buscarem construir suas identidades, estabelecem distinções sociais através das “escolhas”, que terminam por modelar uma variedade de estilos de vida.

Ao prestarmos atenção e estes aspectos, constatamos que, na década de 90, ocorre uma segmentação do discurso publicitário de cosméticos e dos produtos inseridos no mercado consumidor, que passam a ser direcionados, especificamente, para faixas etárias determinadas: jovens mulheres, mulheres de meia-idade, mulheres idosas. Um exemplo ilustrativo desta afirmação é o lançamento, nesta década, do creme facial *Chronos*, produzido pelo laboratório *Natura*, cuja concepção e apresentação seguem uma linha cronológica ascendente: 30-45, 40-60 e Gel Creme 3ª Idade. A segmentação indica que, ao comprar um cosmético, a usuária deve atentar para os diferentes tipos e escolhê-lo conforme sua faixa etária:

¹⁵ Daniel Bournoux (1994) enfatiza que a publicidade é um fenômeno tão complexo que não deveria ser ignorado, quando se quer compreender o mundo contemporâneo. O autor a caracteriza como uma encruzilhada obrigatória situada na intersecção da problemática marxista (o fetichismo da mercadoria) e freudiana (a máquina do desejo), da sociologia (os modos de vida) e dos estudos de semiologia e de retórica (poética do texto e da imagem, arte de persuadir e manipulação do imaginário, em geral).

(10) *Novo Chronos C + E + A. O primeiro anti-sinais do mundo com três vitaminas puras de ação prolongada.*¹⁶

Nesta mesma década, por meio da observação dos anúncios, podemos sugerir que, no contexto da publicidade de cosméticos, ocorre o estabelecimento de um novo marco biológico, modificando os até então vigentes e preconizando que os cuidados com o corpo deveriam iniciar-se aos 20 e não aos 30 ou 40 anos, como anteriormente se compreendia. Esse movimento dos balizadores temporais que apreendemos no discurso da publicidade de cosméticos, não se restringe ao nível puramente retórico (como nos anúncios de décadas passadas que aconselhavam, desde cedo, os cuidados com a pele para preservá-la na idade madura), mas se consubstancia no lançamento de linhas de cosméticos direcionadas especialmente para faixas etárias mais jovens, ao contrário do que anteriormente acontecia, quando um creme hidratante *genérico* era anunciado e seu uso recomendado *desde cedo*.¹⁷

Categorizando a publicidade como o reflexo de uma nova sociedade, que aponta para a existência de uma cultura em mutação, Nicolas Riou (1999) enfatiza que as novas tendências publicitárias ilustram as mudanças mais profundas ao mesmo tempo em que as reforçam. A publicidade não se contenta mais em perpetuar as velhas receitas que têm feito seu sucesso e vai buscar caminhos que, às vezes, são surpreendentes. Regida pelo desejo de agradar e seduzir, obriga-se a se adaptar ao novo consumidor, se quiser sobreviver e continuar a cumprir a missão que lhe confiam as marcas. Assim, adequa seu discurso e procura ser parte de um jogo de convivência entre os emissores publicitários e os potenciais consumidores, ambas as instâncias acostumadas à cultura mediática.

Mesmo considerando que a margem de ação da publicidade venha a ser débil, fraca, e constantemente posta em questão, Bernard Cathelat (2001) a define como um motor cultural, porque defende que, embora a instituição publicitária não tenha cumprido seu papel de espelho de uma realidade idealizada, a ela é dado um direito de inovação, quase sempre estendendo e ultrapassando os limites de tolerância de sua audiência.

No universo produtivo da publicidade, o processo de construção de mensagens não se faz de forma estática: acompanha a evolução da atividade de interpretação e as mudanças das próprias práticas de consumo, o que pode ser evidenciado pela recente

¹⁶ *Novo Chronos C+E+A*, da *Natura*. Revista *Marie Claire*, outubro de 1998.

¹⁷ A reportagem de capa, assinada pelas jornalistas Eliane Lobato, Lena Castellón e Lia Bock, que traz a manchete *Viva bem aos 100*, publicada pela revista *Isto.É.* em 16 de janeiro de 2002, p. 38, chama atenção para a explicação dos médicos sobre o que fazer a partir dos 20 anos, a fim de manter a saúde e a qualidade de vida, na velhice. Destaca, na capa, a importância do leitor conferir nas páginas internas, as recomendações dos especialistas em nutrição, *fitness*, mente, sexo e beleza. A reportagem é extensa, mas julgamos oportuno destacar algumas observações importantes: a primeira delas é a de que a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que as ações em busca do envelhecimento ativo devem começar na barriga da mãe. A segunda é a de que os pais, nas fases da infância e da adolescência devem estar atentos à vacinação. A terceira adverte que por volta dos vinte anos o corpo já está formado e vive seu auge. A partir daí, inicia-se o processo de declínio. Seu ritmo dependerá da exposição a fatores de risco e da atenção a medidas preventivas, como, por exemplo, a da checagem do colesterol.

história da publicidade. Jean-Claude Soulages (1996) destaca que o discurso publicitário não pode evitar este processo – que muito se parece com uma espécie de aprendizagem, um efeito de sedimentação de um certo capital cultural próprio dos sujeitos interpretantes¹⁸ –, denominado de “ritual sociolinguageiro”.

Jean Michel Adam e Marc Bonhomme (1997), a partir de fundamentos da lingüística textual e da pragmática, afirmam que uma das principais características da estrutura global do discurso publicitário é a de regular sua mensagem de acordo com o destinatário. Paralelamente aos efeitos do suporte e do tipo de produto, a publicidade esforça-se por adaptar-se aos pré-construídos socioculturais do público que, de alvo pacífico, transforma-se em coenunciador.¹⁹

No percurso enunciativo da publicidade de cosméticos identificamos um velado jogo de linguagem que determina, por meio de associações derivadas da relação existente entre dois termos antônimos (as alusões à velhice, que deve ser combatida, e as alusões à juventude, que corresponde ao estado constantemente almejado), que a busca pela juventude resulta em um comportamento ativo de combate à velhice e/ou que o estado de ser velho deve sempre ser acompanhado da busca pela conservação da juventude.

Neste entrelaçamento, portanto, encontra-se a razão de ser dos anúncios. No espaço enunciativo dos cosméticos, a busca pela juventude somente faz sentido porque é destinada a combater a velhice. Isso nos leva a afirmar que há um processo de inter-relação entre estes dois estados, apesar de essencialmente antagônicos: conservar a juventude é também combater a velhice, combater a velhice é buscar recuperar a juventude:

(11) *Ser jovem é fazer a cabeça acompanhar o tempo e a pele parar nele. Chegou Jonhson's Hydra System;*²⁰

(12) *Helena Rubinstein. R Vincaline. Qual a sua idade? Jovem! O primeiro tratamento renovador da pele à base de vincaline.*²¹

A luta articulatória entre velhice e terceira idade

Sintonizados com estas novas tendências, os anúncios de cosméticos publicados em revistas femininas durante a década de 90 configuraram uma convenção discursiva aplicada aos elementos lingüísticos da prática discursiva da publicidade de cosméticos, evidenciando-se uma relação de complementaridade, e não de sobreposição a domínios

¹⁸ Os quais podemos também entender como sendo destinatários, receptores e co-enunciadores.

¹⁹ Para ADAM e BONHOMME (1997), a comunicação atual encontra-se apoiada sobre os *sociostyles* – sócio-estilos –, provenientes das cartografias sociais que, desde os primórdios da década de 70, na França, tentam difundir os estilos de vida das populações. Os “sócio-estilos” são avaliados por enquetes sistemáticas e não somente apresentam as características sócio-econômicas do público, mas, igualmente, as suas motivações. Os autores enumeram cinco grandes famílias de “sócio-estilos” existentes na França: as ativistas, os materialistas, os conservadores, individualistas, e por fim, os egocêntricos.

²⁰ Gel hidratante facial da *Jonhson's*. Revista *Marie Claire*, março de 1996.

²¹ *R-Vincaline*, da *Helena Rubinstein*. Revista *Marie Claire*, março de 1996.

adjacentes, como o das ordens de discurso jornalística²², científica, médica, desportista etc.

Assim, no domínio lingüístico da prática discursiva publicitária, especialmente circunscrita à ordem de discurso da publicidade de cosméticos, ressalta-se uma espécie de *luta articulatória* entre o vocábulo *velhice*, seu simbolismo, e a expressão terceira idade, como uma forma emergente de interpretação para o fenómeno do envelhecimento, liberto de suas conotações negativas. Sobre os processos de luta articulatória, Fairclough (2001) evidencia que os novos elementos (no caso, o uso lingüístico da expressão terceira idade) são constituídos mediante a redefinição de limites entre os elementos antigos, que circunscrevem as fronteiras semânticas da cristalizada interpretação para o fenómeno do envelhecimento, representada pelo vocábulo *velhice*.

Neste processo, há uma ação de *convivência* entre os dois termos. O ato de conviver em uma mesma ordem de discurso e ter sido observado em um mesmo *corpus* pode ser representado por uma simples correlação, que nos permite afirmar que o fato de se chegar à velhice (A) implica também ter-se chegado à terceira idade (B). Ou seja, que A implica B.

Contudo, as situações que caracterizam o gradual afastamento semântico entre os termos, requerem uma reformulação da equação acima construída, por não nos permitirem afirmar que B implica A.

A justificativa para esta inadequação reside no fato de que apesar de que todo indivíduo que chega à terceira idade ser, cronologicamente, *velho*, esse sujeito, individual e subjetivamente, é impelido, estimulado, incitado, induzido, instigado socialmente a não se sentir como tal. Se os concebemos como termos aproximados (diríamos, até sinônimos próximos, porque pertencem a um campo semântico comum), há um paradoxo, neste caso, inserido na natureza ideológica do signo lingüístico, determinado pelo uso social.

Na publicidade de cosméticos, os termos *velhice* e *terceira idade* trazem com eles valores substanciais de natureza social e/ou política. Conforme Fairclough (2001), há um reflexo sincrônico de processos de mudança histórica que são moldados pela luta entre as forças sociais. A partir de sua observação, destacamos o surgimento do *politicamente correto* como um fenómeno que, paulatinamente, vem promovendo uma reinterpretção para situações de ordem política, econômica e social. Conforme Vladimir Volkoff (2004) o *politicamente correto* não foi inventado por ninguém, nasceu

²² Recente matéria do jornal *O Estado de São Paulo* inserida no suplemento *Viagem*, com o título *Atenção aos turistas da terceira idade!*, caracteriza a terceira idade como uma faixa de indivíduos com mais de 60 anos. Assinada pela jornalista Heloísa Maria Rodrigues de Souza, fundamenta-se em uma enquete efetuada durante as viagens rodoviárias realizadas por grupos da terceira idade. Dentre as características reveladas, destacamos a necessidade de se fazer novas amizades, de utilizar-se de uma dieta balanceada, inclusive com alimentos dietéticos, além da possibilidade de realização de atividades físicas e também de descanso. O exemplo jornalístico ilustra como esta faixa etária é atuante em se tratando de consumo. Há evidências, no texto, de que as mulheres viajam mais que os homens, porque eles ainda estão no mercado de trabalho e possuem demandas diferentes: necessitam que as agências de viagens incluam em seus roteiros atividades que os motivem, como palestras sobre temas interessantes, jogos, competições e passeios culturais.

como consequência da decadência do espírito crítico da identidade coletiva, quer seja esta social, nacional, religiosa ou étnica.²³

Chamar um indivíduo de *velho*, um sujeito sem visão de *cego*, uma pessoa sem os membros inferiores e/ou superiores de *aleijada*, passaram a ser encarados como transgressões que, embora pareçam estar apenas circunscritas ao âmbito lingüístico têm provocado, no mínimo, situações de constrangimento entre o falante da expressão e o destinatário, a quem ela é dirigida ou atribuída.²⁴

No plano discursivo e, especialmente, em situações de interação verbal, estes novos termos não poderiam ser inócuos em suas significações porque parecem querer afirmar que a condição social de existência física, material e psíquica dos destinatários (alvos da linguagem discriminatória que a prática discursiva do politicamente correto, veementemente, desaprova) foi, esteja ou venha a ser positivamente alterada. Conforme Volkoff (2004), o politicamente correto não atende à igualdade de oportunidade alguma no ponto de partida, senão, ao igualitarismo nos resultados no ponto de chegada.

Estes aspectos podem ser melhor compreendidos, a partir de afirmações de Fairclough (2001) ao retomar Foucault, sobre o papel fundamental do discurso na constituição dos sujeitos sociais. Há uma compreensão de que a identidade social de uma pessoa afeta a forma como ela usa a linguagem e de como as práticas discursivas afetam e/ou moldam a identidade social, caracterizando o discurso em relação ativa com a realidade.

A prática discursiva publicitária, semelhantemente às práticas discursivas inseridas em outros domínios da informação mediática contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como ela é, mas também alia a esta condição de representação, o contributo para transformá-la.

Cumprindo o que Fairclough denomina de *função identitária*,²⁵ nos anúncios publicitários de cosméticos que compõem nosso *corpus* de análise, observamos os modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas pelo discurso publicitário. Ainda que digam respeito a um ideal de ser unicamente feminino, as indicações de como cuidar da pele, da saúde e de qual estilo de vida adotar conformam uma espécie de sistema subjacente de códigos, convenções e normas comportamentais que deve ser acolhido pela leitora-mulher por estar em pleno acordo com a mentalidade de uma época.

²³ Em entrevista intitulada "A essencial intolerância do pensamento politicamente correto", Vladimir Volkoff diz que o politicamente correto consiste na observação da sociedade e da história em termos maniqueístas. Para o autor, o politicamente correto representa o bem e o politicamente incorreto representa o mal. Entrevista realizada por Marc Vitello, em 27 de abril de 2004, disponibilizada em < <http://www.midiaseimmascara.org/artigo.php?sid=1930> >. Acessado em 18 ago. 2004.

²⁴ Para Volkoff, é necessário evitar a contaminação, prevenir-se contra o mimetismo de falar como os demais. Complementa que o pc é uma fé débil e que, como tal, não resiste a uma enérgica aplicação do espírito crítico e sugere que não temos que ser submissos aos sentimentos e opiniões generalizadas: "o espírito contraditório mais obtuso vale sempre mais do que a livre aceitação do pasto midiático" (2004, p. 3). Entrevista realizada por Marc Vitello, em 27 de abril de 2004, disponibilizada em: < <http://www.midiaseimmascara.org/artigo.php?sid=1930> >. Acessado em 18 ago. 2004.

²⁵ Além da *função identitária*, o autor destaca mais duas outras: a *relacional* que determina como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, e a *função ideacional*, que diz respeito aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações (2001, p. 92).

É importante mencionar que as orientações advindas das relações entre uma prática discursiva (a publicidade) e os eventos discursivos (os anúncios publicitários) são caracterizadas por um estado de antagonismo. Estas orientações não são permanentes, mas provisoriamente fixas, parciais, trazem com elas contradições e tensões. Atualmente, é recomendável transferir o uso da palavra *velhice* para a expressão *terceira idade*, como também são recomendáveis hábitos de vida mais saudáveis que podem significar a adoção de dietas, de atividades físicas, de práticas terapêuticas alternativas etc. Entretanto, estas tendências podem ser modificadas tão logo outros paradigmas passem a atuar socialmente.

Também se faz importante assinalar que o conceito de terceira idade funciona como um balizador semântico, ainda que a expressão nem sempre se faça presente, literal e textualmente nos anúncios. Na maior parte das vezes, é o campo de significação instituído pela nova concepção que se faz presente e identificável nos enunciados publicitários.

Mais explicitamente ligados à idéia da terceira idade estão os anúncios de duas empresas brasileiras: *Natura* e *O Boticário*. A primeira chega a expressar, literalmente, ser pioneira, no país, da cosmética voltada para a terceira idade:

(13) *Chronos. O primeiro anti-sinais para a terceira idade;*²⁶

(14) *Eu nunca menti minha idade. Pra quê? A quem eu vou estar enganando? A mim? Eu tenho orgulho da idade que tenho.*²⁷

O Boticário veicula uma implícita aceitação do passar dos anos e suas repercussões na aparência, desde que estes anos tenham sido vividos plenamente:

(15) *Não importa quantos anos você tem. Mas como você viveu esses anos.*²⁸

Por meio da leitura do texto argumentativo que acompanha o mesmo anúncio, concluímos que o passar dos anos não deve ter tanta importância, se vivido com estilo, ainda que o produto seja um item indispensável para a aquisição deste modo de vida:

Sua pele reflete mais do que sua idade. Ela reflete seu estilo de vida, quanto sol você tomou, o quanto você dorme, as experiências e emoções que viveu [...] são produtos que utilizam alta tecnologia para prevenir o envelhecimento precoce, ou para atenuar os sinais que já surgiram (Revista *Elle*, set. de 1999)

Falar em terceira idade ou *velhice* ainda representa uma ambivalência semântica, embora haja uma relação de assimetria entre os sinais de desaparecimento de um termo e de sua substituição por outro. A expressão *terceira idade* tende a tornar-se menos

²⁶ Anúncio de "Chronos", da *Natura*, publicado na revista *Claudia*, abril de 1993.

²⁷ Anúncio de "Chronos", *Natura*, publicado em *Marie Claire*, junho de 1998.

²⁸ Programa de tratamento cosmético de *O Boticário*, publicado na revista *Elle*, set. de 1999.

evidente, pela familiaridade que o termo tende a adquirir, ao mesmo tempo em que a palavra velhice se transforma em um marcador encoberto, pela perspectiva de desuso, que cada vez mais tende a tornar-se sutil, tênue e enevoada pelo tempo.

Os pontos de tensão localizados na própria materialidade lingüística dos anúncios de cosméticos trouxeram com eles questões de natureza discursiva, por entendermos o discurso da publicidade como uma prática moldada pela estrutura social e, ao mesmo tempo, constitutiva desta mesma estrutura.

Nossas conclusões, neste particular, coincidem em grande medida com as posições de Normam Fairclough (2001) quando assinala que a mudança discursiva ocorre mediante a reconfiguração dos elementos da ordem de discursos que atuam dinamicamente na relação entre as práticas discursivas. Ela pode estender seus efeitos sobre os sujeitos e suas identidades, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e de crença. Em um mundo de grandes transformações como o nosso, esta é, sem sombra de dúvidas, uma questão central.

Referências Bibliográficas

- ADAM, Jean-Michel; Bonhome, Marc (1997) *L'Argumentation publicitaire: rhétorique de l'éloge et de la persuasion*. Paris: Éditions Nathan.
- BEAUVOIR, Simone (1990) *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BOUGNOUX, Daniel (1994) *Introdução às ciências da informação e da comunicação*. Petrópolis: Vozes.
- BRUCKNER, Pascal (1997) *A tentação da inocência*. Rio de Janeiro: Rocco.
- CASTELLS, Manuel. (1999). *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, v.1.
- CASTRO, Ana Lúcia (2004) Corpo, consumo e mídia. In *Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo: Escola Superior de Propaganda e Marketing, v. 1, n. 1, p. 17-32, mai. 2004.
- CATHELAT, Bernard (2001) *Publicité et société*. Paris: Petite Bibliothèque Payot.
- COIMBRA, Rosa Lúcia (2001) Jogos polissêmicos no discurso publicitário. 8º Encontro de Estudos Portugueses, 2001, Aveiro. Associação Labor de Estudos Portugueses. Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro.
- FAIRCLOUGH, Norman (2001) *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- FAIRCLOUGH, Norman (1989) *Language and power*. London: Longman.
- FERNANDES, Duval (1996) *Perspectivas demográficas do Brasil no próximo milênio*. Disponível em <<http://www.cfm.org.br/revista/bio2v4?perspect.html>>. Acessado em 8 jan. 2004.
- LOBATO, Eliane; Castellón, Lena; Bock, Lia (2002). Viva bem aos 100. *Revista Isto É*. São Paulo, 16 de janeiro de 2002, p. 38.
- PALACIOS, Annamaria da Rocha Jatobá (2004). *As marcas na pele, as marcas no texto: sentidos de tempo, juventude e saúde na publicidade de cosméticos em*

- revistas femininas, durante a década de 90*. Tese de doutoramento, Universidade Federal da Bahia.
- PINTO, Milton José (1999) *Comunicação e discurso*. São Paulo: Hacker Editores.
- RIOU, Nicolas (1999) *Pub fiction: société postmoderne et nouvelles tendances publicitaires*. Paris: Éditions d'Organisation.
- VIEIRA, Pedro Almeida (2003) Mulheres passam barreira dos 80. *Jornal Expresso*, Lisboa, Edição 1557, Sul, 04 de janeiro de 2003, p. 12.
- VOLKOFF, Vladimir (2004) A essencial intolerância do pensamento politicamente correto. *Mídia sem máscara*, 27 de abril de 2004. Disponível em <<http://www.midiasemmascara.org/artigo.php?sid=1930>>. Acessado em 18 ago. 2004.
- WEIRNICK, Andrew (2000) Andrew Blaikie: ageing and popular culture. *Canadian Journal of Sociology Online*, jan-fev 2000. Disponível em: <<http://www.arts.ualberta.ca/cjscopy/reviews/ageing.html>>. Acessado em 17 jan. 2004.

Sobre as origens do português brasileiro – retrospectiva de um garimpo

*Anthony Julius Naro*¹ e *Maria Marta Pereira Scherre*²
Universidade Federal do Rio de Janeiro¹ / Universidade de Brasília²

O português brasileiro apresenta traços estruturais que parecem aproximá-lo das línguas crioulas de base lexical portuguesa e dos outros sistemas pidgins/crioulos de maneira geral (Coelho, 1967; Guy, 1989; Holm, 1992; Baxter & Lucchesi, 1997). A concordância variável de número na terceira pessoa, exemplificada a seguir, é um dos fenômenos mais citados a este respeito.

- (1) CONCORDÂNCIA VERBAL VARIÁVEL:
eles ganham demais da conta
eles ganha demais
- (2) CONCORDÂNCIA NOMINAL VARIÁVEL:
os fregueses; as boas ações
as codorna; as porta aberta
essas estradas nova; do meus pais
- (3) CONCORDÂNCIA PEDICATIVA VARIÁVEL:
as coisas tão muito caras
as coisa tá cara

De forma mais restrita, pode-se encontrar o mesmo tipo de variação em outras pessoas gramaticais, bem como na concordância de gênero:

- (4) CONCORDÂNCIA VERBAL VARIÁVEL NA PRIMEIRA PESSOA DO SINGULAR:
eu não sei
eu não sabe
- (5) CONCORDÂNCIA VARIÁVEL DE GÊNERO:
as coisas estão muito caras
as coisa está muito caro

O debate gira em torno de dois pontos relacionados: primeiro, se a origem de estruturas deste tipo, presentes no português brasileiro, se deve a um estágio não documentado de crioulização, resultado do contato maciço com línguas africanas ou com outras línguas tipologicamente diferentes do português, sendo as variações verificadas no Brasil portanto totalmente impossíveis em Portugal; segundo, se o

processo diacrônico que operou no Brasil se deve basicamente à expansão de estruturas já presentes no português europeu que veio para o Brasil no período colonial.

No que diz respeito à concordância, em Naro & Scherre (1993: 441-444), fizemos um retrospecto das evidências históricas das origens européias da perda de concordância explícita em português, traçando a linha de mudança da época pré-latina até o português pré-clássico. Apresentamos evidência sólida de que a perda do *-s* final e da nasalização final pode ser encontrada em estágios do latim e de línguas mais antigas a partir dos quais o português foi derivado, bem como no próprio português europeu moderno. Mostramos que, atualmente, o fenômeno de concordância variável no Brasil tem tanto um componente fonológico como morfológico e apresentamos evidência de que o componente morfológico é posterior ao componente fonológico e dele derivado. Portanto, as bases fonológicas prévias para a variação morfofonológica verificada no português do Brasil encontram-se profundamente enraizadas na evolução histórica da língua portuguesa.

No Brasil, o uso mais freqüente de formas singulares em contextos plurais ocorre quando esta oposição é realizada por uma diferença menos perceptível na oposição singular/plural. Assim, é mais fácil se ouvir *eles COME banana com mel* do que *eles COMEU banana com mel* porque a diferença fônica entre *comem* e *come* é bem menor do que entre *comeram* e *comeu*. Esta observação básica levou ao estabelecimento de uma análise detalhada da hierarquia da saliência, contendo seis graus, ou níveis, de oposição fônica entre as formas singular e plural do verbo. Os níveis propostos são:

- (6) Nível 1: *come/comem* ou *escreve/escrevem*;
- (7) Nível 2: *presta/prestam* ou *era/eram*;
- (8) Nível 3: *diz/dizem* ou *quer/querem*;
- (9) Nível 4: *dá/dá* ou *vai/vão*;
- (10) Nível 5: *foi/foram*;
- (11) Nível 6: *envenenou/envenenaram*; *fez/fizeram*; *veio/vieram*; *é/são*.

Nos três níveis mais baixos da hierarquia, a oposição entre as formas singular e plural se localiza em sílabas átonas, desprovidas de acento tônico e portanto pouco perceptíveis, enquanto nos três níveis mais altos esta oposição se realiza em sílaba tônica, de percepção mais forte. Dentro de cada grupo de três níveis o material fônico que superficializa a oposição vai aumentando, até atingir a diferenciação total no Nível 6.

A versão detalhada da hierarquia da saliência tem se mostrado pertinente na fala de falantes escolarizados e analfabetos no Rio de Janeiro, bem como em muitas outras localidades brasileiras. Nosso garimpo gramatical em terras lusitanas tem nos propiciado exemplos de variação na concordância em todos seus níveis de saliência. Apresentamos exemplos simplificados a seguir:

- (12) Nível 1: *eles come* (Peixoto, 1968: 136)
os dois mais bêlhos iscrebe. (Silva Pereira, 1951: 160)

- (13) Nível 2: *as quenguerelas só presta para pescar* (Alves, 1993: 190)
mê abo e minha abó era de Barrancu (Joaquim Delgado, 1983: 426)
- (14) Nível 3: *eles diz ou eles quer* (Peixoto, 1968: 136)
- (15) Nível 4: *duas canas dá oito mestras* (Cruz, 1991: 169)
o pai e a mãe nunca bai p'r ó rio (Silva Pereira, 1951: 161)
- (16) Nível 5: *uh mê Z irmõ i a minha tia foi a Moira* (Joaquim Delgado, 1983: 426)
- (17) Nível 6: *e c'mós anões envenênou o comeri* (Ratinho, 1959: 240)
as borricêras que viero onte é que fez isto (Marques, 1968: 61)
D'pôs veiu o rei e a rainha (Saramaga Delgado, 1970: 224)
os nossos agasalhos é estes (Mira, 1954: 149)

Os exemplos acima provam de forma inquestionável que existe variação na concordância entre o sujeito e verbo no português europeu não-padrão falado, rural e urbano, de norte a sul e de oeste a leste, ou seja, em todo o território português.

Estruturas contendo o mesmo tipo de variação na primeira pessoa do singular, bem como na concordância de gênero, de distribuição social e geográfica muito mais restrita no Brasil, também encontram-se documentadas em Portugal, com mostram os seguintes exemplos:

- (18) *eu onte foi à Malhada; eu na quinta-feira apanhou 2 kilos de pólvres* (Alves, 1993: 190)
ê (eu) também já nã me lembra (Cruz, 1991:170); *ê agora na me recorda* (Marques, 1968: 57)
eu foi; eu pôs; eu pôde; eu fêz; eu teve (Mira, 1954:114; Peixoto, 1968: 133)
eu estêbe/ele istibe; eu foi/ele fui; eu fez/ele fiz (Silva Pereira, 1951: 153; Moura, 1960:147; Peixoto, 1968: 133-136)
- (19) *só tem as raizes enterrado na carne* (Mira, 1954: 150)¹
u cedrêra é munto bom p'ra chás (Ratinho, 1959: 240)

A variação na concordância de número no sintagma nominal, ampla no Brasil, é também registrada no português europeu. Embora escassos, os exemplos em (20) até parecem “tipicamente brasileiros”.

- (20) *coma dos meus bolinhos, que foi frutinho só im azeite* (Silva Pereira, 1951: 161)
tenho cinqüenta é um ano (Alves, 1993: 191)
Nosse Senhora os faça feliz (Ratinho, 1959: 241)

¹ Ao abordar o tema *artigos* no falar de Odeleite, Cruz (1991:151) usa o exemplo “parece-(se) com o *mê irmã* que tá n' Angola”. Inicialmente, interpretamos esse dado como falta de concordância de gênero, considerando que, segundo a autora, “em posição final, o *a* tônico nasal pode estar representado pelo ditongo {ãu}” (Cruz, 1991:20; cf., também, Coelho, 1967:117). Mas, segundo Baptista (1967:91), no falar de Escusa, “em virtude da redução do ditongo tônico -ão a -ã (...), a forma *irmã* é única para o masculino e para o feminino. Apenas o artigo indica o gênero.” Trata-se de fatos importantes que serão explorados no futuro.

Para épocas anteriores temos apenas documentos escritos que, na grande maioria dos casos, representam a língua padrão codificada, e não a fala real do povo português. Entretanto, textos de estágios antigos do português, particularmente aqueles do período anterior ao estabelecimento das normas gramaticais durante o estágio clássico do século dezesseis, também apresentam ocasionalmente falta de concordância (Mattos e Silva, 1991), permitindo-nos surpreender vestígios da língua falada da época. Em um estudo de oito textos pré-clássicos (*Boosco Deleytoso*, 1515; Alvarez, 1540; Cintra, 1954; Ferreira, 1980; Lopes, 1968; Magne, 1955; Mattos e Silva, 1971; Mira Mateus, 1970), encontramos mais de 200 ocorrências de formas verbais de terceira pessoa singular em ambientes em que a norma exigiria obrigatoriamente formas plurais de terceira pessoa.

Em (21) abaixo, apresentamos quatro exemplos extraídos de textos portugueses antigos. Os dois primeiros são de tipos que são relativamente freqüentes em nossas fontes diacrônicas; os dois últimos são mais raros:

- (21) *mas dava* (3ª sg.) *lhe gram torva as portas çarradas* (Mira Mateus, 1970: 244, cxxxix)
a todos aqueles que se fazem (3ª pl.) *afora da carreira do pecado e torna* (3ª sg.) *a direita carreira* (Magne, 1955:xxi, 160, 223)
entom os parentes ouve (3ª sg.) *conselho e confessaron* (3ª pl.) (Mattos e Silva, 1971: 35)
aqueles que, da gente d'Alexandria, reinou (3ª sg.) *no Egipto* (Mira Mateus, 1970: 554)

Com a finalidade de efetuar uma comparação rigorosa entre a variação nos textos medievais e no português brasileiro, codificamos os dados medievais utilizando o mesmo esquema usado para o português do Brasil. Devido ao número reduzido de dados de que dispomos para a fase medieval, consideramos apenas a dimensão mais básica da saliência fônica – o acento da desinência – para reduzi-la a dois níveis apenas (Naro, 1981: 74): “o primeiro nível contém pares em que os segmentos fonéticos que realizam a oposição são não acentuados em ambos os membros” (oposição menos saliente: *come/comem; ganha/ganham; falava/falavam; faz/fazem*); “o segundo nível contém pares em que estes segmentos são acentuados em pelo menos um dos membros da oposição” (oposição mais saliente: *dá/dão; comeu/comeram; ganhou/ganharam; é/são; disse/disseram*).

A tabela 1 apresenta nossos resultados para os textos portugueses antigos. Nesta tabela, a coluna com o rótulo N indica o número de ocorrências de formas sem concordância que encontramos para cada um dos fatores das variáveis independentes analisadas, no caso específico, para os fatores da saliência da oposição singular/plural; a coluna de ‘peso relativo’ indica os pesos relativos calculados e escolhidos como estatisticamente significativos pelo programa computacional Varbrul/Goldvarb.

categoria	N	peso relativo
- saliente	204	0,33
+ saliente	31	0,75

Tabela 1 – Taxa de concordância verbo/sujeito em junção da saliência da oposição singular/plural em oito textos portugueses medievais

Para efeito de comparação, apresentamos na Tabela 2 resultados correspondentes para a fala atual de falantes analfabetos e alfabetizados do Rio de Janeiro.

categoria	falantes analfabetos		falantes alfabetizados	
	freqüência	peso relativo	freqüência	peso relativo
- saliente	972/3568=27,2%	0,22	1549/2496=62,1%	0,31
+ saliente	2030/2742=74,0%	0,78	1820/2136=85,2%	0,72

Tabela 2 – Taxa de concordância verbo/sujeito em função da saliência da oposição singular/plural para falantes analfabetos (Naro, 1981) e alfabetizados (Naro & Scherre, 1996)

Os resultados nas Tabelas 1 e 2 demonstram que, em textos portugueses antigos, a marca de plural era menos freqüentemente usada com formas verbais menos salientes, exatamente como no português moderno do Brasil. Embora as freqüências possam variar amplamente nos três casos, os pesos relativos são muito semelhantes e mostram que os fatores que controlavam a variação no português medieval são os mesmos que controlam a variação no Brasil moderno de hoje.

A seguir listamos vários outros traços morfossintáticos tipicamente brasileiros, citados na literatura como sendo de origem crioula, juntamente com seus congêneres portugueses.

- (22) FORMAS NOMINATIVAS COMO OBJETOS (Brasil: *eu vendi ELAS*)
bendi etes há munto ano (Alves, 1993: 180)
- (23) FORMAS OBLIQUAS COMO SUJEITO (Brasil: *não dá pra MIM fazer*)
dá pra mim guardari (Cruz, 1991: 153)
- (24) O PRONOME REFLEXIVO SE DA TERCEIRA PESSOA COM REFERÊNCIA A OUTRAS PESSOAS (Brasil: *vou-SE embora e não se entendemos*)
vou s'imbora, na s'intendimos (Marques, 1968: 56)
- (25) CONTEXTOS EXPANDIDOS DA PREPOSIÇÃO EM (Brasil: *vou NA praia*)
se lá fosse in (a) casa (Marques, 1968: 60)
- (26) AUSÊNCIA DE PREPOSIÇÕES (Brasil: *vou todos os lugares; eram umas coisas que a gente gostava; no mesmo burro que vim torno a voltar*)

- o Senhor Prior vem (a) todos os interros* (Marques, 1968: 60)
Erim uns cachopes ca gente gostava muito (Baptista, 1967: 162)
no mesme burre que vim torn' a voltar (Baptista, 1967: 162)
- (27) TER COMO EXISTENCIAL (Brasil: *TEM muitos rapazes*)
aqui no nosso sítio tem muntos rapazes (Marques, 1968: 58)
- (28) ALTERNÂNCIA ENTRE LÍQUIDAS (Brasil: *Lato por rato, escravo por escravo, swtão por sultão*)
pelingrino por peregrino (Peixoto, 1968: 104), *sacáirio por sacrário*
 (Ratinho, 1959: 170), *purmõis por pulmões* (Alves, 1965: 168)
- (29) INSERÇÃO DE VOGAIS EM CODA SILÁBICA OU EM ENCONTROS CONSONANTAIS
 (Brasil: *meli, kiláro*).
geloria por glória (Peixoto, 1968: 106), *muleri por mulher* (Ratinho, 1959: 172).

Em suma, através de nosso garimpo em obras de dialetologia portuguesa europeia, mostramos que virtualmente todas as estruturas tipicamente brasileiras de fato ocorrem em variedades portuguesas europeias não-padrão. A distribuição social em Portugal parece ser mais restrita que no Brasil, assim como a penetração na fala de pessoas cultas, mas as estruturas em si nada têm de estranhas à fala não-padrão portuguesa. Valendo-nos do princípio uniformitarista, podemos inferir que tais variações também existiam no português da época da sua transferência para o Brasil. Fortalecemos esta conclusão através da demonstração de que a variação na concordância sujeito/verbo pode ser surpreendida em documentos portugueses do período anterior à codificação gramatical de meados do século 16. Nosso estudo quantitativo evidencia que a variação deste tipo no português arcaico era regida pelas mesmas restrições quantitativas abstratas que valem hoje em dia no Brasil.² Além do mais, as bases fonológicas para o nivelamento das desinências singular e plural, o apagamento variável da nasalização final em formas como *bebem*, levando a sua substituição por *bebe*, vêm pelo menos desde o latim. As obras da dialetologia portuguesa também registram este fenômeno com regularidade.

Quanto à possibilidade de uma fase de crioulização da língua portuguesa no Brasil, é importante acrescentar que o Brasil já possuía línguas veiculares, as *línguas gerais* de base indígena, que preenchiam de forma plenamente satisfatória as necessidades comunicativas que, em outras circunstâncias, poderiam ter levado à crioulização com base no léxico português. O uso da Língua Geral é largamente atestado na documentação histórica relativa ao Brasil, que, nos termos de Rodrigues (1996: 10), sequer menciona qualquer versão simplificada do português em uso para fins de comunicação.³ Além disso, a variação no Brasil apresenta uma uniformidade

² A posição do sujeito em relação a verbo é outra variável importante, não apresentada aqui por uma questão de espaço (cf. Naro & Scherre, 2000; Scherre & Naro, 2001).

³ Segundo Rodrigues (1996: 10) as três línguas gerais sul-americanas – a língua geral paulista, a língua geral amazônica e o guarani crioulo – que “se constituíram em condições de contato linguístico comuns a elas (...) – se distinguem nitidamente daquelas em que se formaram os pidgins e as línguas crioulas”. Continuando,

impressionante, em todas as suas regiões, independentemente de terem tido, ou não, importantes populações de etnia africana.

Diante do exposto como fica no nosso modelo de mudança para o português brasileiro? No Brasil, a língua portuguesa, inicialmente desconhecida, se tornou língua nativa da comunidade, um processo que denominamos de NATIVIZAÇÃO. Na situação típica de aquisição de uma segunda língua, seja por meio de ensino formal ou por meio de processos informais do dia-a-dia, um fator de crucial importância se apresenta ao observador mais desavisado: a presença de uma NORMA. Em outras palavras, há uma forma de falar que é consciente ou inconscientemente perseguida. Aqui o termo ‘norma’ não se refere a um conjunto de regras normativas, a exemplo do suposto ‘bom uso’, mas ao fato de certas estruturas serem usuais, comuns, naturais, normais e outras serem não usuais, raras, estranhas ou inexistentes no uso lingüístico; em síntese, aqui o termo NORMA está se referindo à forma das pessoas dizerem as coisas quando elas estão falando a língua naturalmente. Por exemplo, se algum falante disser ‘I no go’ no contexto do inglês, pode-se dizer que houve um desvio da norma, e que a forma normal ou usual é ‘I don’t go’. Da mesma forma, se alguém falar em português ‘Amo de você’ ou ‘Gosto você’, estas estruturas serão também consideradas como desvios da norma e o normal seria ‘Amo você’ e ‘Gosto de você’. Sob circunstâncias normais de continuidade social o falante, adulto ou criança, que usasse estruturas do tipo ‘I no go’ ou ‘Gosto você’ estaria sujeito a influências do grupo, que o levariam a se expressar conforme a norma natural, um processo que provavelmente não ocorreria com a mesma intensidade sob condições de descontinuidade social, do tipo da pidginização, situação em que o único objetivo importante é a comunicação efetiva e não a comunicação normal.

Durante o processo de nativização de uma língua desconhecida, o que determina se a estrutura da língua transmitida irá ou não ser diferente de seu estágio inicial é a constelação de fatores sociais extralingüísticos, especialmente os efeitos de uma norma, no sentido aqui estabelecido, e a necessidade de comunicação, agindo em direções opostas. São estas forças que determinam se e em que extensão as divergências serão estabilizadas. A força da norma, ou de outros fatores sociais que conduzem à suposta e relativa uniformidade, pode variar de lugar para lugar e de momento para momento conforme o contexto social mais amplo, favorecendo, ou desfavorecendo, a generalização de estruturas previamente existentes ou a entrada de novas estruturas na forma da língua transmitida (ou transplantada). O fator que distingue o tipo de desenvolvimento mais radical encontrado nos casos de pidgins e crioulos,

afirma que “não houve, em nenhum momento, interrupção na transmissão dessas línguas, isto é, não ocorreu mudança de língua (*language shift*) nos descendentes mestiços dos europeus e das índias tupis-guaranis...”. Rodrigues (2000: 1) reafirma que, no Brasil, duas línguas “eram faladas ao longo de quase toda a costa atlântica onde primeiro se estabeleceram os portugueses, o *tupi* no litoral paulista e o *tupinambá* do Rio de Janeiro até a desembocadura do rio Amazonas. Essa situação *sui generis* prevalecente ao longo da costa favoreceu consideravelmente a comunicação dos portugueses com os *tupinambá* e os *tupi* (a língua aprendida em um ponto da costa podia servir em quase todos os outros ao longo desta), mas também desfavoreceu a implantação da língua européia como meio geral de comunicação e não deu ocasião ao surgimento de *pidgins* e crioulos.”

caracterizados por grande diferenciação em relação ao modelo previamente dominante. é existência de mais graus de liberdade na situação social.

A norma lingüística é naturalmente sujeita a enfraquecimento sob condições de formação de uma nova comunidade de fala por causa da ruptura da continuidade social, permitindo mais liberdade na condução das normas existentes. Isto permite e fortalece a expansão da variação já existente, mas refreada pela norma em sua forma mais rígida. No caso específico do português no Brasil, como já vimos, virtualmente todas as estruturas variáveis listadas na literatura de orientação crioulista como sendo exclusivamente brasileiras e atribuídas à crioulação já estavam presentes na língua trazida de Portugal, mas não codificadas na língua padrão e não usadas em situações de fala de prestígio. No Brasil, estas estruturas variáveis floresceram e se expandiram por causa da ruptura da norma no processo de formação de uma nova comunidade de fala. Esta comunidade, no Brasil inteiro, foi formada (para não dizer forjada) por pessoas de diversas origens – ameríndia, europeia, africana, asiática, etc. – em diferentes proporções ao longo dos eixos geográficos e temporais. Mas o resultado é uma relativa uniformidade lingüística no vasto território brasileiro, especialmente com relação aos fenômenos de concordância variável de número – quer verbal quer nominal, que se regem pelas mesmas variáveis estruturais, em suas grandes oposições, diferenciando-se basicamente na frequência global de uso, especialmente nas comunidades “rurbanas”, tomando emprestado o termo cunhado por Bortoni-Ricardo (1985: 9). Isto é verdade mesmo para comunidades rurais isoladas formadas exclusivamente por imigrantes portugueses, como em Mato Grosso, uma vila de pessoas de cor branca, todas com sobrenomes portugueses, no estado da Bahia, cuja fala contém todas as variantes de outras comunidades isoladas de cor negra, embora não necessariamente nas mesmas frequências (Isensee, 1964; Callou, 1998; Lucchesi, 2000).

Os dados quantitativos e qualitativos que reunimos nos permitem reafirmar que a língua portuguesa que chegou ao Brasil já apresentava todas as características consideradas por alguns estudiosos como de origem crioula. A variação floresceu e se ampliou em larga escala no Brasil, onde novas condições sociais, tais como o multilingüismo generalizado e a aquisição de segunda língua por falantes adultos, deixaram de reforçar as normas que mantiveram a variação dentro de limites mais rígidos em sua terra de origem. O português brasileiro é apenas o português, liberado das amarras de uma norma tradicional de uma comunidade de fala estável e consequentemente livre para manter e desenvolver o uso de estruturas e formas de menor prestígio, já existentes nas variedades sociais e geográficas do português europeu que veio para o Brasil com os próprios portugueses.

Parece-nos oportuno lembrar também as tradições lingüísticas de comunicação em situações de contato que os primeiros colonos portugueses trouxeram consigo. Bem antes da chegada dos portugueses ao Brasil, a nação portuguesa já tinha uma longa história de contato com povos que não dominavam a sua língua. Em verdade, do século 8 até o século 11 uma parte do país era ocupada por califatos árabes e a presença dos árabes continuou durante muito tempo depois da saída dos seus governantes. Além disso, durante toda a idade média, os portugueses participavam das chamadas Cruzadas,

o que implicava contato direto com diversos povos da Europa, do Norte da África, e do Oriente Médio. No século 15 chegaram a conquistar diversas cidades no Norte da África, onde estabeleceram verdadeiras colônias, estendidas, mais tarde, à África Ocidental abaixo do Saara.

Pouco se sabe de como os portugueses, que não sabiam o árabe ou outras línguas estrangeiras, se comunicavam com os árabes ou outros povos que não sabiam o português, durante todos estes séculos. Existem referências na literatura da época ao Sabir, que seria um sistema verbal predominantemente de base lexical românica, usado para propósitos de contato, tanto no Oriente Médio como no norte da África. Este Sabir, naturalmente, era um sistema extremamente flexível, podendo comportar itens lexicais de diversas línguas românicas (ou até do árabe). Seus mecanismos sintáticos eram igualmente variáveis de lugar para lugar e de momento para momento. Em termos grosseiros, podemos distinguir o Sabir Ocidental, usado no Mediterrâneo Ocidental e no Norte da África, do Sabir Oriental, usado no Oriente Médio. Das fontes atualmente disponíveis (Naro, 1978: 338-339), sabemos que as duas variantes já tinham, de forma variável, traços típicos de pidgin/crioulo, tais como verbos desprovidos de flexões e pronomes acentuados. Uma forma estereotipada seria *mim falar* em vez de *eu falo*. Parece que na variante oriental se utilizavam em maior grau estes traços pidginizantes.

No início do século 16, época dos primeiros contatos de portugueses com o Brasil, já existia, portanto, em Portugal um tipo de estratégia para comunicação com estrangeiros. O sistema verbal resultante utilizado durante as primeiras explorações navais na África Ocidental era chamado 'língua de preto', mas existem registros de seu uso até com espanhóis. Naro (1978) denomina este sistema de 'língua de reconhecimento' porque foi utilizado como instrumento de comunicação verbal durante as primeiras tentativas de obter informação dos naturais das terras contatadas. Ricamente documentado na literatura da época desde 1516 (com data provável original de 1455), este sistema tinha um amplo leque de traços variantes pidginizantes, incluindo uso variável de flexões verbais e nominais (ver detalhes em Naro, 1978).

Em síntese, apresentamos duas correntes de pensamento, aparentemente em conflito, quanto à natureza e às origens do português brasileiro – origem exclusivamente européia, de um lado, e pidginização/crioulização devido à presença de falantes de línguas africanas ou outras línguas não européias, de outro. O quadro geral traçado por nós é mais condizente com o ponto de vista que se baseia na origem européia, mas também se apóia no efeito catalisador da nativização, ou seja, da aquisição de uma nova língua por uma comunidade de adultos. Nossa conclusão, portanto, é que o português brasileiro é o resultado natural da deriva secular inerente na língua trazida de Portugal, ampliada no Brasil pela exuberância do contato de adultos, falantes de línguas das mais diversas origens, e da nativização desta língua pelas comunidades formadas por estes falantes, em um contexto em que a norma lingüística natural – que permeia as interações – apresentava mais graus de liberdade. Nosso modelo de mudança lingüística para o português brasileiro se sintetiza em CONFLUÊNCIA DE MOTIVAÇÕES. Nossa lente focaliza a natureza dos dados do português europeu que serviram de entrada no período colonial e insiste na idéia de que ainda não se observou um conjunto de estruturas do

português brasileiro cuja origem possa ser relacionada historicamente ao contato entre línguas que marca os primeiros séculos da história sociolingüística do Brasil. O que pode ser relacionado à história sociolingüística do Brasil é a difusão de estruturas e variações, mas não a sua criação.

A história social e lingüística de um povo se escreve com múltiplas mãos, com múltiplas idéias e com múltiplos fatos. Neste sentido, os trabalhos descritivos da dialetologia européia portuguesa têm desempenhado papel fundamental, auxiliando-nos a identificar com mais precisão as raízes de traços da língua portuguesa que recobrem o solo brasileiro, especialmente as dos traços não-padrão. Não queremos – nem podemos – minimizar nossas origens africanas. Somos todos, inegavelmente, uma síntese da ampla e profunda miscigenação que ocorreu no período colonial. O que de fato queremos é que se atribua o verdadeiro papel a quem de direito. Portanto, convidamos os nossos colegas portugueses a enveredar por um campo de investigação ainda pouco explorado em Portugal: o estudo da língua em uso sob uma perspectiva da sociolingüística variacionista, a fim de que possamos saber que variações hoje brasileiras típicas subsistem em Portugal e quais restrições lingüísticas e sociais as regem, para que se possam tecer com mais precisão modelos de mudança lingüística. Para uma visão sistêmica, é necessário entender as rotas lingüísticas e sociais das duas línguas, com suas multiplicidades e complexidades dialetais. Portanto, repetimos, estudos do uso da língua em seu contexto social em terras européias se fazem necessários para que possam ser feitas comparações VERDADEIRAMENTE comparáveis: conclusões pertinentes às variedades não-padrão do português brasileiro não podem ser adequadamente estabelecidas tomando-se como referência variedades padrão, em especial a variedade padrão escrita literária, como tem sido feito, a nosso ver equivocadamente, pela literatura crioula americana, nos termos de Holm (1992: 37).

Referências Bibliográficas

- ALUAREZ, Francisco. (1540) *O Preste Joam das Indias*. Luis Rodrigues (fotocópia)
- ALVES, Joana Lopes. (1993) *A linguagem dos pescadores de Ericeira*. Lisboa: Junta Distrital de Lisboa.
- BAPTISTA, Cândida da Saudade. (1967) *O falar de Escusa*. Faculdade de Letras. Dissertação em Filologia Românica, Universidade de Lisboa.
- BAXTER, Alan N. & Dante Lucchesi. (1997) A relevância dos processos de pidginização e crioulação na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos lingüísticos e literários*. Salvador: Universidade Federal da Bahia. (n.º especial), pp. 65-83.
- BOOSCO Deleytoso: com privilegio del Rey Nosso señor. Lisboa, Hernam Campos, 1551. (fotocópia)
- BORTONI-Ricardo, Stella Maris. (1985) *The urbanization of rural dialect speakers – A sociolinguistic study in Brazil*. New York, Cambridge University Press.
- BRAGA, Franklim Costa. (1971) *Quadraxais – Etonografia e linguagem*. Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica, Universidade de Lisboa.

- CALLOU, Dinah Maria Isensee. (1998) Um estudo em tempo real em dialeto rural brasileiro: questões morfosintáticas. In: GroBe, Sybille & Klaus Zimmermann. (eds.) <<Substandard>> e mudança no português do Brasil. Frankfurt am Main, TFM. pp. 255-272.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Cronica geral de Espanha de 1344: edição crítica.* (1954) Lisboa, Academia portuguesa de história.
- COELHO, Adolfo F. (1967) Os dialectos românicos ou neolatinos na África, Ásia e América. *Estudos linguísticos crioulos.* Reedição de artigos publicados no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.* Academia Internacional de Cultura Portuguesa, pp. 1-234.
- CRUZ, Maria Luísa Segura da. (1991) *O falar de Odeleite.* Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Barbosa & Xavier, Limitada. Série: Linguística - 16.
- FERREIRA, José de Azevedo. *Alphonse X, Primeira Partida: Édition et Étude.* (1980) Braga, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- GUY, Gregory R. (1989) On the nature and origins of popular Brazilian Portuguese. *Estudios sobre Español de América y Lingüística Afroamericana.* Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, pp. 226-244.
- HOLM, John. (1992) Vernacular Brazilian Portuguese: a semi-creole. In: D'andrade, E. & A. Kihm (eds.) *Actas do Colóquio sobre "crioulos de base lexical portuguesa"*. Lisboa: Colibri, pp. 37-66
- ISENSEE, Dinah Maria. (1964) *O falar de Mato Grosso (Bahia): fonêmica - aspectos da morfo-sintaxe e do léxico.* Dissertação de Mestrado, Brasília: UnB.
- JOAQUIM Delgado, Manuel. (1983) *A linguagem popular do baixo alentejo e o dialeto barranquenho (Estudo etnofilológico).* Edição da Assembleia distrital de Beja.
- LOPES, Fernão. (1968) *Cronica del Rei Dom João I.* Arquivo histórico português, 1915. Vol. II, William J. Entwistle (ed.). Lisboa, Imprensa Nacional.
- LUCCHESI, Dante. (2000) *A variação da concordância de gênero em uma comunidade de fala afrobrasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil.* Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: UFRJ.
- MAGNE, S. J., Augusto. (1955/1970) *A demanda do Santo Graal: reprodução facsimilar e transcrição crítica.* Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- MARQUES, Maria Casimira Almeida. (1968) *O falar da AZOIA.* Dissertação em Licenciatura em Filologia Românica, Universidade de Lisboa.
- MATTOS e Silva, Rosa Virgínia. (1971) *Quatro livros dos diálogos de São Gregório: leitura crítica.* Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado. inédito.
- MIRA Mateus, M. H. (1970) *Vida e Feitos de Júlio César: edição crítica.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MIRA, Maria Helena Farmhouse da Graça. (1954) *Algumas contribuições para um estudo da fonética, morfologia, sintaxe e léxico da linguagem popular de Lisboa.* Dissertação em Filologia Românica, Universidade de Lisboa.

- MOURA, Constança da Silva Pires. (1960) *FAIA, aldeia do concelho de Sernacelhe – Etnografia, Linguagem e Folclore*. Dissertação para Licenciatura em Filologia Românica, Universidade de Lisboa.
- NARO, Anthony J. (1978) A study on the origins of pidginization'. *Language*, 54, pp. 314-347.
- NARO, Anthony J. (1981) The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language*, 57, pp. 63-98.
- NARO, Anthony J. & Scherre, Maria Marta Pereira. (1993) Sobre as origens do português popular do Brasil. *DELTA*. São Paulo: Educ, 9 (nº Especial), pp. 437-454.
- NARO, Anthony J. & Scherre, Maria Marta Pereira. (1996) Disfluencies in the analysis of speech data. *Language variation and change* 8, pp. 1-12.
- NARO, Anthony J. & Scherre, Maria Marta Pereira. (2000) Variable Concord in Portuguese: the situation in Brazil and Portugal. In: McWhorter. John. (ed.) *Language change and language contact in pidgins and creoles*. John Benjamins, Amsterdam/Philadelphia. pp.235-255.
- PEIXOTO, Maria Ermelinda. (1968) *Germil – Notas etnográficas e linguagem*. Dissertação em Licenciatura em Filologia Românica, Universidade de Lisboa.
- RAND, David & Sankoff, David. (1990) *GoldVarb version 2: a variable rule application for the Macintosh*. Montréal: Centre de recherches mathématiques, Université de Montréal.
- RATINHO, Maria Filipe Mariano. (1959) *Monte Gordo – Estudo etnográfico e linguístico*. Dissertação para Licenciatura em Filologia Românica, Universidade de Lisboa.
- RODRIGUES, Aryon D. (1996) As línguas gerais sul-americanas. *Papia*. 4:6-18.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. (2000). *As outras línguas da colonização do Brasil*. Inédito.
- SARAMAGA Delgado, Maria Carolina. (1970) *O falar de Baleizão*. Dissertação de Licenciatura de Filologia Românica, Universidade de Lisboa.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira & Naro, Anthony J. (2001) *Passado e presente na concordância de número em português: evidências do português europeu moderno*. Inédito (Texto enviado para publicação pelos organizadores do II EDiP. São Paulo, UNESP, Campus de Araraquara)
- SILVA Pereira, Maria Palmira da. (1951) *FAFE – Contribuição para o estudo da linguagem, etnografia e folclore do Concelho*. *Revista Portuguesa de Filologia*. Casa do Castelo: Editora Coimbra, vol. IV.

O ESTUDO DO PORTUGUÊS NA MIRA
DA LINGUÍSTICA COGNITIVA

Coordenadora:
Hanna Batoréo

O Estudo do Português Europeu na mira da Linguística Cognitiva – uma experiência de 15 anos

Hanna Jakubowicz Batoréo
Universidade Aberta

0. Introdução

Passados que foram os primeiros vinte anos da actividade da *Associação Portuguesa de Linguística*, e chegado o tempo dos relatórios, avaliações e exames (científicos) de consciência que efemérides dessas em nós suscitam, chega também a altura de avaliar os primeiros 15 anos da actividade de uma ciência aparentemente “menor” no meio linguístico português, a Linguística Cognitiva, que, curiosamente, se instalou entre nós praticamente ao mesmo tempo que deu o seu grito do Ipiranga lá fora, contrariando, assim, a aparente tendência nacional para aproveitar os bons exemplos vindos do estrangeiro com um atraso de, pelo menos, vinte anos. Acolhida, de início, por um lado, no seio dos estudos de Linguagem e Cognição e de Psicossociolinguística (Isabel Hub Faria¹ da FLUL), e, por outro, no dos estudos léxico-semânticos (Mário Vilela da FLUP), a Linguística Cognitiva reclama, hoje, a sua independência com a consciência da identidade própria, das suas raízes bem fortes e de (alguma) obra feita.

Ao concluir o capítulo de “Introdução” ao livro intitulado *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*, Augusto Soares da Silva, co-editor da obra, refere que “Os estudos na perspectiva da Linguística Cognitiva não têm entre nós a projecção alcançada em diversos países. A obra que agora se publica, na sequência das que resultaram de dois encontros anteriores, constitui, também, um importante contributo para a Linguística Cognitiva em Portugal (e para o desejado diálogo com outras perspectivas e saberes) e naturalmente para a investigação, o ensino e a política da língua portuguesa.” (Silva, 2004: 12). O autor relança, deste modo, a importância do momento presente para o novo despertar da Linguística Cognitiva em Portugal. Se é verdade que a projecção desta área de estudos (ainda) não conseguiu entre nós a dimensão alcançada nos países onde tem os seus maiores representantes, ou seja, em primeiro lugar, nos Estados Unidos, mas também, por exemplo, na Bélgica, na Holanda, em Espanha, em França ou na Polónia, não é menos verdade que, passados os primeiros 15 anos da sua infância um tanto recatada, Portugal está a entrar num novo período de uma adolescência mais assumida, mais consciente e muito mais produtiva.

¹ Ver, sobretudo, contribuição cognitiva de Faria ao nível da concepção da *Introdução à Linguística* (1996) e da *Gramática da Língua Portuguesa* (2003).

1. O primeiro marco importante: A “Semântica pragmática” de José Pinto de Lima (1989)

Completam-se este ano precisamente 15 anos desde que, em 1989, – e isto praticamente na mesma altura em que aparecem lá fora as pedras basilares de Linguística Cognitiva com os estudos de Lakoff (1987), Langacker (1987) e Talmy (1983, 1985, 1988) – surge, em Portugal, a primeira tese de doutoramento, da autoria de José Pinto de Lima, elaborada no enquadramento da, assim chamada na altura, Semântica Cognitiva.

A dissertação, ‘*Significado Avaliativo: para uma Clarificação à Luz de uma Semântica Prática*’, permite seguir o caminho académico do autor, a partir das suas preocupações pragmáticas e raízes profundas na área dos Estudos Germanísticos, com destaque particular para os tratados de Ludwig Wittgenstein². Na discussão sobre os padrões do significado de “Bom”, em Português, chama-se, pela primeira vez, a atenção para “um fenómeno que, aparentemente, não se deixa solucionar pela aplicação de nenhuma das noções teóricas, correntemente à disposição dos semanticistas para explicar palavras com padrões complexos de significado” (Lima 1989: 126). O autor evidencia, assim, de uma perspectiva semântica nova, a importância dos seguintes fenómenos basilares (Lima 1989: 126-131): a vagueza (“vaguidade”, nas palavras de Lima) a ambiguidade (na acepção de “homonímia”), a analogia e a parecença de família (“semelhança”, nas palavras do autor). O enquadramento teórico da tese de Lima é constituído pela ideia de que existe uma semântica prática, isto é, uma concepção prática, ou pragmática, do significado. Inspirando-se na investigação empírica da área da Psicologia, da autoria de Eleanor Rosch, o autor defende tratar-se da ideia “[...] de que explicar o significado de uma expressão [...] é explicar a regra para o uso dessa expressão.” (Lima, 1989: 136-137). Postula-se, por conseguinte, que, ao pôr em questão a análise do significado como representação de um conceito que corresponde a uma palavra e a definição dos significados em função das condições necessárias e suficientes, os cognitivistas conceberam a semântica a partir da noção de protótipo e criaram uma teoria holística do significado, tendo em conta não só os dados linguísticos, mas também os culturais, baseando-se nas regras da teoria da Gestalt que foram adoptadas como regras metodológicas básicas de funcionamento.

Como ponto mais alto e objecto central dos estudos linguísticos, surge aqui o *significado* e não a *estrutura*. É esta a razão que está na origem, nos primeiros tempos da existência da Linguística Cognitiva, da utilização do termo *semântica* como equivalente ao de *linguística*. Estudar a linguística significa para os cognitivistas estudar a *semântica pragmática*, isto é, o *significado-em-uso*, tal como se depreende – transparentemente – do título da dissertação de Lima.

² Ludwig Wittgenstein é defensor da análise do sentido em alargado contexto linguístico, autor da ideia “the meaning of a word is its use in the language” e da sua análise do ‘jogo’ (*‘spiegel’/‘game’*), bem como do conceito de *parecença de família*, divulgadas em *Philosophical Investigations* (1953).

2. Passagem para o novo milénio

2.1. Primeiras apresentações do paradigma (Silva, 1995 e 1997)

A coincidir com o aparecimento das teses de doutoramento dos anos noventa (ver a secção 2.3.) é de notar a publicação, em Braga, de dois textos introdutórios à nova área linguística. Assim, em 1995, surge o texto "*A gramática cognitiva. Apresentação e uma breve aplicação*", e, dois anos mais tarde, aparece o artigo "*A linguística cognitiva. Uma breve introdução a um novo paradigma em linguística*", sendo ambos os textos da autoria de Augusto Soares da Silva da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa.

O primeiro texto dedica-se, sobretudo, a lançar a ideia da gramática como fenómeno simbólico, de "um inventário estruturado de unidades linguísticas convencionais" (1995a: 86), tal como apresentado e aplicado nos estudos de Langacker. É esta a teoria que o autor vai aplicar às suas análises linguísticas, principalmente à do verbo 'deixar', que constitui o tema da sua dissertação de doutoramento apresentada no mesmo ano (ver, à frente, a secção 2.2.). Segundo Langacker, duas formas alternativas de estruturar e construir uma mesma situação constituem imagens convencionais que são inerentes não apenas às entidades lexicais, como também às classes e construções gramaticais, sendo este último aspecto o mais importante e mais original na proposta conceptualista e subjectivista do significado defendida pelo teórico americano. Outro aspecto a que é dado destaque no artigo de Silva (1995) é a abolição, pelos linguistas cognitivos, da concepção inicial da dicotomia diacronia/ sincronia introduzida e sustentada por Saussure. Se é verdade que alguns signos linguísticos são arbitrariamente atribuídos por uma comunidade àquilo que referem, não deixa de ser verdade que a maioria é motivada através de mecanismos semânticos, tais como a metáfora e a metonímia, estando na base da mudança semântica e da polissemia. Surge, assim, uma certa motivação semântica, acrónica no seu carácter. Pelo facto de as transferências de significado do passado metafórica ou metonimicamente motivadas estarem reflectidas em significados do presente, a divisão rígida entre a sincronia e a diacronia deixa de fazer sentido, dando origem à "diacronia dentro da sincronia".

O segundo texto, de 1997, surge como uma proposta mais abrangente ao nível da pluralidade de perspectivas oferecidas pelos estudos cognitivos. O autor sai dos interesses restritos do seu enquadramento privilegiado de estudos langackerianos e aponta para o lugar da Linguística Cognitiva no quadro das Ciências Cognitivas, para as noções de categorização e prototipicidade (estudos de Lakoff, 1987; Kleiber, 1990 e Geeraerts e colaboradores 1989, 1994 e 1997), bem como para a formação de metáforas e metonímias conceptuais com os seus esquemas imagéticos inerentes (Lakoff, 1987) e para os modelos cognitivos e culturais.

2.2. *A Semântica de 'Deixar'. Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical* – dissertação de doutoramento de Silva (1997)

A dissertação de doutoramento de Augusto Soares da Silva (1997), *A Semântica de 'Deixar'. Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*, abrange o estudo do complexo semasiológico do verbo 'deixar', constituído por duas categorias semânticas, que permanecem numa certa "tensão homonímica": uma com objecto construído como estático e expresso num complemento nominal [*deixar x*] (p. ex., '*deixa-me em paz*') e outra com objecto dinâmico e expresso num complemento verbal [*deixar fazer x*] (p. ex. '*deixem-nos trabalhar*'). O autor demonstra que a coerência semântica deste complexo semasiológico provém de seis esquemas imagéticos constituídos por movimentos de: (i) afastamento "activo" – cessando o contacto inicial (p. ex. "*deixar os filhos com a avó*"); (ii) afastamento passivo – mantendo a separação inicial (p. ex. '*deixar estar/ deixar andar/ deixar ficar*'); (iii e iv) participante sujeito – p. ex., '*ir embora*' e '*afastar-se depois de deslocar*' vs. '*não se aproximar*'; (v e vi) participante objecto – '*permitir*' e '*largar*'/ '*softar*'/ '*libertar*' vs. '*não impedir*'.

De todas as dissertações de doutoramento que surgem na mesma altura (cf. 2.3.) a tese de Silva é a mais "militantemente" defensora dos princípios autónomos de Linguística Cognitiva. Destaca-se, aqui, a problemática da causação (= "causation") levantada por Silva com a sua dissertação de doutoramento e abordada na multiplicidade de vertentes que proporciona e de enquadramentos teóricos sob um prisma dos quais pode ser analisada. São de destacar aqui a conceptualização simbólica de Langacker, a dinâmica de forças de Talmy, bem como a prototipicidade e a convergência lexical de Geeraerts, a polissemia, os processos de gramaticalização, e isto só para enumerar os enquadramentos mais consistentes e mais produtivos na análise da problemática escolhida.

2.3. *Dissertações de doutoramento de Almeida (1995), Batoréo (1996), Teixeira (1999) e Coimbra (1999)*

Três dos autores das teses de doutoramento referidas e apresentadas na segunda metade dos anos noventa (Almeida, Batoréo e Teixeira) partilham uma profunda convicção – embora assumindo-a e desenvolvendo-a em graus muito variáveis – de que o espaço e a sua conceptualização se encontram na base da nossa vivência e, muito especialmente, na base da nossa actividade linguística. Como escreve Silva, esta preocupação está praticamente presente em toda a investigação desenvolvida em ciências cognitivas: "Se estudar o Espaço convoca vários saberes, também é verdade que o mesmo constitui uma das áreas mais transparentes da interdependência entre linguagem e cognição. Não é por acaso que nas duas últimas décadas, marcadas pelo estudo da mente e do cérebro, tem estado constantemente presente, quer como objecto quer como sujeito e tanto ao nível teórico como meta-teórico, na construção do paradigma cognitivo em Psicologia, Neurociências, Linguística, Inteligência Artificial, Antropologia, entre outras ciências cognitivas. É justamente no quadro da Linguística Cognitiva que [...] não só os marcadores linguísticos do espaço (com destaque para

dos estudos espaciais – a parte definida pelo eixo sagital da orientação espacial humana – e nos modelos mentais construídos na base do eixo frente/trás. O instrumento conceptual e metodológico deste estudo encontra uma fundamentação teórica original na Teoria do Caos, utilizando o conceito de “modelo mental” (empregado livremente, sem as restrições inicialmente introduzidas pelo autor do conceito P. N. Johnson-Laird) como instrumento operacional aplicado à análise do espaço da frontalidade.

No mesmo ano, Rosa Lídia Coimbra apresenta à Universidade de Aveiro a dissertação de doutoramento intitulada *Estudo Linguístico dos Títulos de Imprensa em Portugal: a Linguagem Metafórica*. A investigação desenvolvida por Rosa Lídia Coimbra insere-se na área de estudos da metáfora e dos processos de metaforização (Lakoff & Johnson, 1980 e Lakoff, 1987 e 1992), de projecção (= “mapeamento”) e de espaços conceptuais múltiplos bem como de integração conceptual (= “blending”) (ver: vários estudos de Turner e Fauconnier). Na mesma área têm vindo a publicar também os seus estudos os outros investigadores: Almeida (integração conceptual), Silva (processos de metaforização e metonimização na criação do sentido) e Batoréo (expressão de emoções e processos de metaforização da guerra) (ver: bibliografia).

3. Formação da escola cognitiva

3.1. Cursos de mestrado

Se, em 1988, surge por iniciativa de Isabel Hub Faria na FLUL o *Grupo de Estudos de Linguagem e Cognição* (GELC) e, posteriormente, o Laboratório de Psicolinguística, e, em 1994, aparece o primeiro seminário em *Linguística Cognitiva* (na altura: *Semântica Cognitiva*), orientado por José Pinto de Lima e integrado no *Mestrado em Linguística* na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (coordenado por Isabel Hub Faria) é, apenas quatro anos depois, que surge o primeiro mestrado específico da área, em Braga.

Assim, dez anos volvidos sobre o aparecimento do GELC, em 1998, abre na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa de Braga o primeiro, em Portugal, (e o único até à data) *Curso de Mestrado em Linguística Portuguesa: Perspectiva Cognitiva*, orientado e coordenado por Mário Vilela (professor catedrático da Universidade do Porto) e Augusto Soares da Silva. Colaboram nele os professores catedráticos do país cuja investigação converge para a área das Ciências Cognitivas, tais como Isabel Hub Faria (da FLUL) e António Castro Caldas (da FMUL), bem como os (recém) doutorados no enquadramento (próximo do) da Linguística Cognitiva: José Pinto de Lima e Clotilde Almeida (da FLUL), Hanna Batoréo (da Universidade Aberta), José Teixeira (da Universidade do Minho) e, ainda, Margarita Correia da área de Lexicologia (da FLUL).

Nos primeiros anos do novo milénio saem deste curso novos mestres em Linguística Portuguesa (Perspectiva Cognitiva): Ana Margarida Abrantes, com os estudos sobre a expressão da raiva, sobre a metaforização da guerra e sobre uma abordagem cognitiva na literatura, Maria da Conceição Pires com um estudo sobre o

desejo, António Afonso Novais com uma tese dedicada ao diminutivo, Marília Dionísio com um estudo sobre a “corporização” das emoções, David Carvalho com uma tese dedicada às relações espaciais relativas à parte *cima* e António Mendes com um estudo sobre a causatividade.

Nos anos que se seguem vários são os seminários de *Linguística Cognitiva* inseridos em mestrados diversos ministrados em várias universidades portuguesas. A título de exemplo, vejamos os seminários de Augusto Soares da Silva em *Mestrado das Ciências Cognitivas* e em *Mestrado em Literatura* na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa de Braga, os seminários de Hanna Batoréo de *Linguística Portuguesa: Abordagem Cognitiva* (presencial e *on-line*) do *Mestrado de Estudos Portugueses Interdisciplinares* na Universidade Aberta (em Lisboa), bem como os seminários de Isabel Hub Faria, José Pinto de Lima e Clotilde Almeida inseridos em vários mestrados ministrados pela FLUL. Também deles saem novos mestres com trabalhos desenvolvidos em *Linguística Cognitiva*, como é o exemplo de Cristina Florescu Becken com uma tese na área de expressão das emoções sobre a verbalização da alegria elaborada na Universidade Aberta (Lisboa).

3.2. Projectos de investigação em Linguística Cognitiva

3.2.1. Projecto *A Gramaticalização das Representações Espaço-Temporais em Português* (Cooperação Internacional, Programa CAPES/JNICT, 1996-2000).

Tanto quanto julgamos saber, nos últimos 15 anos surgiram, nas universidades portuguesas, dois projectos de investigação de grande envergadura com enquadramento (pelo menos parcial) na área da Linguística Cognitiva.

O primeiro desses projectos foi iniciado em 1996, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no Departamento de Linguística Geral e Românica, sendo a sua área de investigação *A Gramaticalização das Representações Espaço-Temporais em Português*. As investigadoras que integraram o *Grupo Português de Gramática e Cognição*, no seio do qual se desenvolveu o Projecto, foram duas linguistas, e duas especialistas em Gramática Generativa, Inês Duarte e Gabriela Matos, e duas (psico)linguistas da área de estudos sobre a Linguagem e Cognição, Isabel Hub Faria e Hanna Batoréo. O grupo teve por objectivo missões académicas de intercâmbio com o Brasil, no campo da pesquisa linguística, com o objectivo de proferir conferências e participar em colóquios e sessões de trabalho de grupo com Margarida Salomão, Maria Lúcia Leitão de Almeida, Lilian Ferrari, Valéria Chiavegatto e Neusa Salim, docentes das seguintes universidades brasileiras: UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro; UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora e UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. No âmbito da missão foram organizadas actividades, proferidas conferências e publicados artigos na Revista *Veredas* (UFJF) subordinadas, principalmente, aos temas genéricos *Descrição do Português: Representações Espaço-Temporais e Expressão da Causatividade*.

3.2.2. Projecto *Convergência e Divergência no Léxico do Português* (Projecto da FCT, 2004 – 2005)

O segundo dos grandes projectos arrancou, em 2004, na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa de Braga. Trata-se do Projecto *Convergência e Divergência no Léxico do Português*, coordenado por Augusto Soares da Silva (Silva, 2005 – ver o texto no presente volume).

Segundo as palavras do próprio coordenador, proferidas na altura do seu lançamento: “O projecto centra-se na análise de semelhanças e diferenças lexicais entre o Português Europeu e o Português Brasileiro e pretende, assim, investigar a convergência ou divergência lexical entre as duas variedades e a estratificação lexical de cada uma. Serão estudados principalmente os aspectos sociais da variação lexical, tanto sincrónica como diacronicamente. Para o efeito, privilegiar-se-á a perspectiva onomasiológica da variação (parte de um conceito para as diferentes expressões que o nomeiam), em detrimento da semasiológica (parte de uma categoria para os seus diferentes sentidos), e tomar-se-á como objecto preferencial a variação onomasiológica que envolve sobretudo sinónimos denotacionais, na medida em que são estes os que melhor revelam diferenças estilísticas, regionais e sociais. A base empírica desta investigação sociolinguística é constituída por largos milhares de usos de termos alternativos para nomear conceitos de domínios como o futebol, o vestuário e outros. Será pois necessário produzir e/ou aplicar vários mecanismos tecnológicos de análise de corpus (recuperação de textos, organização de base de dados, análise estatística, representações gráficas), juntamente com métodos quantitativos de medição da variação lexical. Os dados serão recolhidos de jornais, revistas, montras, conversações gravadas e electrónicas, de diferentes estratos e registos e de diferentes regiões de Portugal e do Brasil, e de um período que abrange a segunda metade do séc. XX. Utilizando medidas de ‘uniformidade’, poderá determinar-se o grau de distância lexical entre as duas variedades nacionais do Português e entre a norma padrão e as variantes geográficas, sociais e estilísticas e, enfim, saber se nas últimas décadas as variedades europeia e brasileira estão envolvidas num processo de convergência ou de divergência lexical.”

4. Encontros e congressos

Nos últimos 15 anos, foram organizados três grandes encontros nacionais e internacionais para a comunicação da investigação desenvolvida na área de Linguística Cognitiva e para permitir o intercâmbio de ideias entre os especialistas da área.

O primeiro destes encontros, denominado *1.º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, foi organizado pela FLUP, em 1998, sendo as respectivas actas publicadas um ano mais tarde numa edição organizada por Mário Vilela e Fátima Silva. O segundo surgiu como um Encontro Regional da Associação Portuguesa de Linguística e foi organizado por Augusto Soares da Silva na Faculdade de Filosofia da

Universidade Católica Portuguesa de Braga, em 2000. As actas do encontro saíram no ano seguinte com o título *Linguagem e cognição: a perspectiva da linguística cognitiva*. O terceiro e último foi organizado, em 2003, no mesmo local mas com a dimensão de um congresso internacional. As actas do congresso saíram, em 2004, organizadas por Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves com o título de *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*, sendo publicadas em dois volumes pela editora Almedina de Coimbra.

Uma primeira abordagem das actas publicadas permite constatar que as comunicações apresentadas nos respectivos encontros e congressos nem sempre se situavam propriamente na área de Linguística Cognitiva, sendo o enquadramento teórico frequentemente dividido entre, por um lado, a área de Linguagem e Cognição e enquadramentos linguísticos alternativos de carácter cognitivo (Henriqueta Costa Campos, Clara Correia, Ernesto de Andrade) e, por outro, os estudos linguísticos de carácter léxico-semântico (Mário Vilela, Margarita Correia), semântico-sintáctico (Ana Maria Brito, Fátima Oliveira, Lígia Maia), pragmático (Ana Cristina Macário Lopes, Cristina Martins, Fátima Silva, Miguel Gonçalves, Armino Morais) ou psicolinguístico (Graça Pinto e outros). Esta participação significativa em termos numéricos dos autores chegados à Linguística Cognitiva provenientes das outras áreas do saber e, sobretudo, das outras vertentes do saber linguístico, deixa transparecer a grande preocupação dos organizadores dos eventos cognitivos em manter aberto o diálogo inter e intradisciplinar e não em criar divisões estanques onde as fronteiras se mantêm (ainda) fluidas e vagas.

Das 17 comunicações apresentadas e, posteriormente, publicadas no encontro de 1998, 12 foram apresentadas pelos investigadores nacionais, centrando-se nos estudos sobre a gramaticalização (Lima, Brito, Almeida, Teixeira, Silva, Correia e Maia), diacronia (Lima e Silva), tipologia das línguas (Batoréo) e protótipos (Vilela e Brito).

Dois anos depois, no encontro de Braga de 2000, foram 24 as comunicações apresentadas, 14 das quais da autoria de investigadores nacionais. As respectivas actas, prefaciadas pelo seu editor, Augusto Soares da Silva, foram, desta vez, divididas em cinco partes, havendo em quatro delas comunicações portuguesas. Assim, na primeira Parte, dedicada à *Teoria e Modelos*, temos apenas os palestrantes estrangeiros convidados. Na Parte II: *Lexicologia e Semântica*, surgem os estudos de Abrantes, Lima, Silva, Teixeira e Vilela; na Parte III: *Metáfora*, o estudo de Patrícia Matos Amaral; na Parte IV: *Gramática*, estão incluídas as comunicações de Almeida, Henriqueta Costa Campos e Clara Nunes Correia e na Parte V: *Psicolinguística*, as comunicações de Ernesto de Andrade (em co-autoria com Bernard Laks), Hanna Batoréo, Alexandre Castro-Caldas, António Mendes, bem como um estudo, em co-autoria, de Ana Maria Henriques de Oliveira e Liliana Maria de Carvalho e Sousa.

Sinal da maturidade consolidada da área da Linguística Cognitiva surge o Congresso Internacional de 2003, organizado, tal como o encontro anterior, em Braga. As *Actas do Congresso* (2004) compreendem dois volumes de, aproximadamente, 700 páginas cada, traduzindo, assim, a riqueza e o pluralismo do acontecimento. Na Introdução às *Actas*, Silva comenta o evento do seguinte modo: "A consolidação da Linguística Cognitiva nos últimos quinze anos reflecte-se também num estimulante pluralismo de teorias, métodos e

agendas e ainda na recepção e, nalguns casos, complementação mútuas de outras perspectivas linguísticas actuais, particularmente o funcionalismo linguístico de T. Givón e muitos outros [...]. Também estas perspectivas funcionalistas, mais umas do que outras, partilham da ideia fundamental da Linguística Cognitiva: a de que a linguagem é parte integrante da cognição (e não um “módulo” separado), se fundamenta em processos cognitivos, sócio-interaccionais e culturais e deve ser estudada no seu uso e no contexto da conceptualização, da categorização, do processamento mental, da interacção e da experiência individual, social e cultural.” Silva (2004: 2).

No Congresso de 2003 foram apresentadas 70 comunicações⁵ (muitas delas em parceria) da autoria de 90 participantes, que representavam quase todas as áreas dos estudos linguísticos, sobre diferentes línguas e culturas, incluindo algumas não-indo-europeias. De acordo com o foco (principal) de cada um, os 69 estudos reunidos nos dois volumes das *Actas* foram distribuídos por dez secções temáticas: I: *Teoria e Modelos*; II: *Categorização e Léxico*, III: *Construções e Gramática*, IV: *Espaço e Movimento*; V: *Metáfora, Metonímia e Integração Conceptual*, VI: *Análise do Discurso*, VII: *Poética Cognitiva e Estudos Literários*, VIII: *Psicolinguística e Linguagem Gestual*, IX: *Linguística Computacional*, X: *Fenomenologia e Filosofia da Mente*.

Das comunicações reunidas nas *Actas*, 17 são de autores portugueses: na Parte III encontram-se os estudos de Clara Nunes Correia, António Mendes, Augusto Soares da Silva, bem como o de Mário Vilela e Fátima Silva; na Parte IV, surge o estudo de Teixeira; na Parte V, os estudos de Almeida, Batoré e Coimbra (este último em co-autoria com Urbana Pereira Bendinha); na Parte VI, temos as comunicações de Miguel Gonçalves, Ana Cristina Macário Lopes, Armindo Morais e Felicidade Morais; na Parte VII, o estudo de Ana Margarida Abrantes; na Parte VIII, o estudo de Sónia Vanessa Santos Alves e Ana Maria Roza de Oliveira, bem como o de Ana Cristina Martins; na Parte IX, a contribuição de António Branco e na Parte X, a de Sofia Miguens.

O Congresso Internacional de 2003 foi particularmente rico em participações estrangeiras, das quais a espanhola foi a mais numerosa e visível. Dos representantes principais de Linguística Cognitiva a nível mundial estiveram presentes, em Braga, os três cognitivistas mais destacados e mais reconhecidos: Ronald Langacker, Leonard Talmy e George Lakoff (embora este último não tenha apresentado a sua comunicação para a publicação nas *Actas*), bem como Dirk Geeraerts (que aliás já participara nos dois encontros anteriores de 1998 e 2000), Arie Verhagen, Enrique Bernádez, Eugen Casad, Maria Josep Cuenca, António Barcelona e vários outros.

5. Conclusões

Tendo por área de estudo a Língua Portuguesa, a investigação desenvolvida em Portugal nos últimos 15 anos abrangeu todos os principais temas de estudo de Linguística Cognitiva: (1.) As Características da categorização linguística: (a) prototipicidade; (b) polissemia; (c) modelos cognitivos; (d) metáfora e metonímia conceptuais e processos de

⁵ Das 70 comunicações apresentadas em 2003, 69 foram publicadas nas *Actas* de 2004.

metaforização e (e) imagens mentais; (2) A interface conceptual entre sintaxe e semântica; (3) A base pragmática ligada à experiência da linguagem-no-uso; (4) A relação entre linguagem e pensamento; (5) O relativismo e universais conceptuais; (6) Os processos de gramaticalização e lexicalização vistos na perspectiva da “diacronia na sícronia”; (7) A interdependências entre Linguagem – Cultura – Cognição.

Embora seja verdade – tal como concluiu Silva, em 2004, e retomando as palavras da nossa Introdução – que “os estudos na perspectiva da Linguística Cognitiva não têm entre nós a projecção alcançada em diversos países” (2004: 12), também não deixa de ser verdade que a actividade nesta Área, em Portugal, se vai desenvolvendo, tendo vindo a alcançar uma apreciável dimensão ao fim de quinze anos de existência. Inicialmente mais diluída, tanto na área dos estudos de Linguagem e Cognição, centrados à volta de Isabel Hub Faria, na FLUL, como nos estudos léxico-semânticos com Mário Vilela, na FLUP, constata-se, passados os primeiros quinze anos do seu percurso, que esta área se afigura bastante mais consolidada e ciente da sua própria identidade.

Referências Bibliográficas

(NOTA: Por razões de delimitação do espaço, a bibliografia a seguir apresentada integra apenas as referências de estudos citados no texto e efectuados em Portugal. Para consultar a restante bibliografia, deverá consultar-se a bibliografia citada por estes.)

- ABRANTES, Ana Margarida (1999) O Regresso às Emoções: a Expressão da Raiva em Português, *Revista Portuguesa de Humanidades*, III (1999), pp. 101-138.
- ABRANTES, Ana Margarida (2002a) *É a Guerra. O uso do eufemismo na imprensa. Um estudo contrastivo em Linguística Cognitiva*, Viseu: Passagem Editores.
- ABRANTES, Ana Margarida (2002b) Eufemismo e Integração Conceptual, *Revista Portuguesa de Humanidades*, Ano 2002, Vol. 6, Fasc. 1/ 2, pp. 175-190.
- ALMEIDA, Maria Clotilde (1995) *Transitividade e Trajectória nas Concepções de “Abrir” e “Cortar” em Português e Alemão: Análise Prototípico-Analogista*, Dissertação de Doutoramento, FLUL, Lisboa.
- BATORÉO, Hanna Jakubowicz (2000 [1996]) *Expressão do Espaço no Português Europeu. Contributo Psicolinguístico para o Estudo da Linguagem e Cognição*, Dissertação de Doutoramento de 1996, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.
- BATORÉO, Hanna Jakubowicz (2002) ‘There is Only a Thin Red Line Between the Sane and the Mad’: Mind, Culture, Language and Metaphor – Interaction Between Imagination, Visual Perception and Cognition. In Leonor Scliar-Cabral (ed.) *Ilha do Deserto. Unity and Diversity in Communication*, nº 43, Jul.-Dez. 2002, Florianópolis: Editora da UFSC, pp. 111-126.
- BATORÉO, Hanna Jakubowicz 2004c *Linguística Portuguesa: Abordagem Cognitiva*, CD-ROM, Lisboa: Universidade Aberta.
- BATORÉO, Hanna Jakubowicz (2005) Em torno da GUERRA e da PAZ: uma despedida com regresso anunciado. In Carvalho, D.; R.de Azevedo Teixeira e D. Vila Maior

- (org.) Homenagem à Professora Doutora Maria Emília Ricardo Marques, Universidade Aberta pp. 69-77.
- CARVALHO, David Gonçalves de (2003) *'Cima' e suas Configurações Espaciais. Uma Análise Descritiva na Perspectiva da Linguística Cognitiva*. 2 vols. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa – Perspectiva Cognitiva, apresentada à Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, Braga, 2003.
- CASTRO-CALDAS, António (1999) *A Herança de Franz Joseph Gall. O Cérebro ao Serviço do Comportamento Humano*, McGraw-Hill De Portugal, Lda.
- COIMBRA e Silva, Rosa Lídia Torres do Couto (1990) A Metáfora e a Coesão Lexical no Texto Poético. Relatório para um trabalho de síntese, Universidade de Aveiro.
- DIONÍSIO, Marília da Conceição Rodrigues (2002) O Corpo e a Mente: Metáforas de 'comer' e 'beber' em Português, Dissertação de Mestrado, Braga: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa.
- FARIA, Isabel Hub (1996) Linguagem verbal: aspectos biológicos e cognitivos. In Faria *et al.* (org.) (1996). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Caminho: Lisboa, 1996, pp. 35-56.
- FARIA, Isabel Hub (1999) Expressões Idiomáticas, Metáforas, Emoções, Sentidos Figurados e Sujeitos Experienciadores. In I. H. Faria (org.) *Lindley Cintra – Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa: Edições Cosmos/ Faculdade de Letras de Lisboa, pp. 377-402.
- FARIA, Isabel Hub (2003a) Contacto, variação e mudança linguística. In Mateus *et al.* (2003) (capítulo 2), pp. 31-37.
- FARIA, Isabel Hub (2003b) O uso da língua, interacção verbal e texto. In Mateus *et al.* (2003) (capítulo 4), pp. 55-84.
- FARIA, Isabel Hub (2003c) Introdução à Conferência de Leonard Talmy – Congresso Internacional de Linguística Cognitiva, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga, 16-18 de Julho de 2003, *Revista Portuguesa de Humanidades*, vol. 7, 2003, pp. 455-57
- FLORESCU Becken, Cristina (2002) *Expressão da Alegria no Português Europeu: Abordagem Cognitiva*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade Aberta.
- LIMA, José Pinto de (1989) *'Significado Avaliativo': para uma Clarificação à Luz de uma Semântica Prática*, Dissertação de Doutoramento, FLUL, Lisboa.
- LIMA, José Pinto de (1999) Neither by Metaphor nor Really by Metonymy: the shortcomings of these Concepts as Explanatory of Language Change. In Vilela & Silva (org.) (1999), pp. 207-221.
- LIMA, José Pinto de (2001) Sobre a Génese e a Evolução do Futuro com 'ir' em Português. In Augusto Soares da Silva (org.) (2001) 119-146.
- LOPES, Ana Cristina Macário (2004) A polifuncionalidade de 'bem' no PE contemporâneo. In Silva, Torres e Gonçalves (org.) Vol. II, pp. 433-458.
- MATEUS, M. H. M.; A. M. Brito; I. Duarte; I. H. Faria *et al.* (2003 [1983]) *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª edição aumentada e revista, Lisboa, Editorial Caminho.
- MENDES, António Angelo Marcelino (2004) Variação e prototipicidade nas construções causativas: o caso da família etimológica derivada de 'ducere'. In Actas do XIX Encontro da APL, Lisboa, pp. 301-313.

- NOVAIS, António Afonso A. (2002) *Para a Semântica do Diminutivo: Análise Cognitiva do Sufixo '-inho'*. Diss. de Mestrado, Braga: Fac. de Filosofia da U.C.Portuguesa.
- PIRES, Maria da Conceição Pena Lemos (2002) O desejo no modelo cognitivo da mente, *Revista Portuguesa de Humanidade*, Ano 2002, Vol. 6, Fasc. 1-6, pp. 191-211.
- SILVA, Augusto Soares da (1995) A Gramática Cognitiva. Apresentação e uma Breve Aplicação *Revista do Centro de Estudos Humanísticos*, Braga: Universidade do Minho, pp. 83-116.
- SILVA, Augusto Soares da (1997) A Linguística Cognitiva. Uma Breve Introdução a um Novo Paradigma em Linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Vol. 1 – Fasc. 1 – 2, 1997, pp. 59-101.
- SILVA, Augusto Soares da (1999 [1997]) *A Semântica de Deixar: uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e da Tecnologia Lisboa, [Dissertação de Doutoramento, Universidade Católica de Braga, Fac. de Filosofia, Braga, 1997].
- SILVA, Augusto Soares da (2001a) Introdução In Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, pp. 1-18.
- SILVA, Augusto Soares da (2001b) O que é que a Polissemia nos Mostra acerca do Significado e da Cognição? In Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, pp. 147-176.
- SILVA, Augusto Soares (2002) Recensão crítica de: «Hanna Batoréo *Expressão do Espaço no Português Europeu. Contributo Psicolinguístico para o Estudo da Linguagem e Cognição*, Dissertação de Doutoramento de 1996, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, 930 pp.» *Revista Portuguesa de Humanidades*, Ano 2002, Vol. 6, Fasc. 1-2., pp. 506-510.
- SILVA, Augusto Soares da (2003) O poder cognitivo da metáfora e da metonímia, *Revista Portuguesa de Humanidades*, Vol. 7 – Fasc. 1 – 2, Dez. 2003, pp. 13-75.
- SILVA, Augusto Soares da (org.) (2001) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa.
- SILVA, Augusto Soares da; Amadeu Torres, Miguel Gonçalves (org.) (2004) *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*, 2 vols. Coimbra: Almedina
- TEIXEIRA, José (2001 [1999]) *A Verbalização do Espaço: Modelos Mentais de Frente/Trás*. Dissertação de Doutoramento de 1999, Coleção Poliedro 4, Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, 2001.
- VILELA, Mário (2002) *Metáforas do Nosso Tempo*, Coimbra: Livraria Almedina.
- VILELA, Mário & Fátima Silva (org.) (1999) *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, Porto: FLUP, 1998.

Para o estudo das relações lexicais entre o Português Europeu e o Português do Brasil: Elementos de sociolexicologia cognitiva e quantitativa do Português

Augusto Soares da Silva
Universidade Católica Portuguesa, Braga

1. Introdução

Na base deste estudo está um projecto de investigação em curso sobre as relações lexicais entre o Português Europeu e o Português do Brasil ao longo dos últimos 50 anos, intitulado “Convergência e divergência no léxico do Português”.¹ Esta investigação apoia-se na concepção geral e nos métodos quantitativos da investigação sociolexicológica cognitiva desenvolvida por Dirk Geeraerts e sua equipa para o Neerlandês (Geeraerts, Grondelaers & Speelman 1999).

Pretendemos explorar o domínio de uma sociolexicologia *cognitiva e quantitativa* da língua portuguesa e apresentar os primeiros resultados do referido projecto de investigação. Num primeiro momento, situaremos a sociolexicologia no contexto de um modelo explicativo das diferentes formas de variação lexical. Procuraremos mostrar as vantagens da onomasiologia *pragmática*, de métodos *quantitativos* e da perspectiva da Linguística Cognitiva para o estudo das relações lexicológicas entre diferentes variedades de uma língua. A seguir, indicaremos os métodos para calcular a *uniformidade* lexical entre variedades de uma língua. Finalmente, apresentaremos os elementos e resultados da investigação em curso.

2. Sociolexicologia cognitiva

2.1. Mapa conceptual da variação lexical

No estudo das palavras e seus significados, em geral, bem como no estudo da variação lexical, em particular, podemos partir, ora da palavra para os seus significados e referentes (ou campo de aplicação semântica e referencial dessa palavra ou item lexical), ora de um significado ou conceito (ou ainda uma entidade referencial) para as diferentes palavras ou itens lexicais que o designam. Esta distinção foi bem estabelecida

¹ O Projecto é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ref^o POCTU/LIN/48575/2002) e tem a duração de dois anos (Janeiro 2004 – Janeiro 2006). Integram a equipa de investigação, para além do autor deste texto, José João Dias Almeida, Alberto Manuel Simões, Ana Margarida Abrantes, Ana Margarida Nunes e José Luiz de Lucca.

na tradição continental da semântica estruturalista (mas quase desconhecida na tradição anglo-saxónica), sob as designações de *semasiologia* e *onomasiologia*, respectivamente (cf. Baldinger, 1964). Fundamentalmente, baseia-se esta distinção tradicional na diferença entre dois importantes fenómenos semântico-lexicais: *significação* e *nomeação*. Mais concretamente, enquanto a semasiologia faz a descrição dos vários sentidos de uma palavra ou outra expressão, a onomasiologia analisa as expressões alternativas pelas quais determinado conceito é nomeado.

Tanto para a lexicologia, em geral, como para o estudo da variação lexical, em particular, importa estabelecer uma distinção entre duas modalidades de onomasiologia, tradicionalmente não diferenciadas. Por um lado, o estudo da estrutura semântica do léxico, organizado em campos lexicais, taxionomias hierárquicas, “frames” e por relações como sinonímia, antonímia, hiponímia, etc. Por outro lado, o estudo da escolha real que os falantes têm que fazer de uma expressão particular para designar ou nomear determinado conceito ou referente. Por outras palavras, esta é a distinção, bem estabelecida por Geeraerts (1998; Grondelaers & Geeraerts, 2003), entre uma onomasiologia *estrutural*, que relewa do plano da *langue* ou estrutura – e constitui a modalidade tradicional da onomasiologia –, e uma onomasiologia *pragmática*, que relewa do plano da *parole* ou uso real das expressões linguísticas – e se apresenta como um novo desafio ao lexicólogo. A primeira ocupa-se de conjuntos de expressões inter-relacionadas e procura responder à questão de saber quais são as relações existentes entre as expressões alternativas, ao passo que a segunda ocupa-se das escolhas actuais de entre as alternativas disponíveis e procura responder à questão de saber quais são os factores que determinam a escolha de uma ou outra alternativa.

Uma outra distinção básica é a que deve estabelecer-se entre os aspectos *qualitativos* e os aspectos *quantitativos* das estruturas semântico-lexicais, tanto semasiológicas como onomasiológicas. Semasiologicamente, a questão qualitativa tem a ver com a identificação dos sentidos (e tipos de referentes) de uma palavra e das relações entre esses sentidos/referentes, isto é, envolve o estudo da polissemia (e outros fenómenos afins, como a vaguidade) e, nesta implicado, o estudo de relações semasiológicas como a metáfora, a metonímia, a generalização e a especialização de sentido. Onomasiologicamente, a mesma questão conduz ao estudo das relações entre diferentes itens lexicais e, desta forma, à investigação dos diferentes tipos de estruturação do léxico, bem populares na tradição da semântica estrutural, designadamente campos lexicais, taxionomias hierárquicas, mas também “frames” (no sentido de Fillmore, 1977), e relações como a sinonímia, a antonímia, a hiponímia, a meronímia (sobre estas e outras relações, ver Cruse, 1986), mas também as chamadas metáforas e metonímias *conceptuais* (Lakoff & Johnson, 1980, 1999; Silva, 2003b), na medida em que constituem verdadeiras estruturas onomasiológicas (metafóricas e metonímicas). Pelo contrário, a dimensão quantitativa, introduzida em semântica lexical pela Semântica Cognitiva, sob a forma da teoria do protótipo (Taylor, 1995; Geeraerts, 1997) e da teoria do nível básico, envolve, semasiologicamente, as diferenças de saliência entre os vários sentidos/referentes de uma palavra, isto é, o fenómeno da *prototipicidade* e seus efeitos (estrutura de centro vs. periferia, redes radiais, etc.);

e, onomasiologicamente, as diferenças de saliência ou *ancoragem* conceptual (“entrenchment”; Langacker, 1987) entre diferentes categorias conceptuais e a hipótese do *nível básico* das taxionomias lexicais.

Esta oposição ‘qualitativo/quantitativo’ pode aplicar-se também à onomasiologia pragmática. Mas agora já não se trata tanto da separação entre elementos e relações, de um lado, e diferenças de saliência, do outro, mas sobretudo de diferenças conceptuais, de um lado, e diferenças não-conceptuais entre categorias qualitativamente idênticas, do outro. Assim, a onomasiologia pragmática, em termos qualitativos, ocupa-se da selecção entre categorias conceptualmente diferentes, ora de diferentes níveis taxionómicos ora do mesmo nível taxionómico, ao passo que, quantitativamente, tem a ver com a selecção entre categorias que diferem em termos não-conceptuais, seja a nível emotivo, estilístico, sociolinguístico ou discursivo, isto é, ocupa-se da selecção entre sinónimos conceptuais (denotacionais). Naturalmente que no plano quantitativo há lugar também para diferenças de saliência, na forma de *prevalência sociolinguística* entre esses sinónimos.

Ainda outras distinções relevantes são as que se devem estabelecer entre significado *conceptual* (denotacional ou referencial) e significado *não-conceptual* (emotivo, estilístico, sociolinguístico e discursivo), como acabámos de verificar, e entre sincronia e diacronia.

Estabelecidas estas distinções básicas, chegamos ao próprio campo ou mapa conceptual da semântica lexical, sintetizado na Figura 1.

	QUALIDADE: entidades e relações	QUANTIDADE: diferenças de saliência
SEMASIOLOGIA	sentidos (polissemia) e relações entre sentidos (metáfora, metonímia, etc.)	prototipicidade
ONOMASIOLOGIA ESTRUTURAL	itens lexicais e suas relações (campos lexicais, taxionomias, <i>frames</i> , sinonímia, antonímia, etc)	“entrenchment” e nível básico
ONOMASIOLOGIA PRAGMÁTICA	selecção entre categorias conceptualmente diferentes	prevalência sociolinguística selecção entre sinónimos conceptuais

Figura 1. Mapa conceptual da semântica lexical

Torna-se agora mais fácil identificar as diferentes formas de variação lexical e, simultaneamente, compreender algumas das suas interacções e condicionamentos recíprocos (ver Gearerts, Grondelaers & Bakema, 1994; para uma síntese, Silva, 1996). É o que se representa na Figura 2. Temos assim as seguintes formas de variação lexical:

- variação *semasiológica*: diferentes sentidos ou (tipos de) referentes de um item lexical e efeitos de prototipicidade; por exemplo, o verbo *deixar*, estudado por Silva (1999, 2003a);

- variação *onomasiológica categorial* (ou *conceptual*): diferentes categorias conceptuais para nomear determinado conceito ou tipo de referentes e diferenças de ancoragem; por exemplo, *jogador* e *atacante*;
- variação *onomasiológica formal* (ou, se quisermos, variação onomasiológica pragmática “não-qualitativa”): diferentes nomes para uma mesma categoria conceptual e diferenças de prevalência sociolinguística; por exemplo, *atacante* e *avançado* ou *guarda-redes* e *goleiro*;
- variação *externa*: variação sociolinguística e estilística, contextual (pragmático-discursiva) e diacrónica.

Os diferentes tipos de variação *externa* podem influenciar qualquer outra variação lexical. Mas há aqui uma diferença a assinalar: a variação externa constitui uma dimensão adicional para as variações semasiológica e onomasiológica categorial, ao passo que é justamente essa variação externa a que define a variação onomasiológica formal, isto é, as diferenças entre os sinónimos denotacionais, de casos como *atacante* vs. *avançado*, *guarda-redes* vs. *goleiro*.

	QUALIDADE: entidades e relações	QUANTIDADE: diferenças de saliência
SEMASIOLOGIA	variação semasiológica	variação semasiológica
ONOMASIOLOGIA ESTRUTURAL	variação onomasiológica categorial	variação onomasiológica categorial
ONOMASIOLOGIA PRAGMÁTICA	variação onomasiológica categorial	variação onomasiológica formal
	variação externa (sociolinguística, contextual, diacrónica)	

Figura 2. Mapa conceptual da variação lexical

2.2. Onomasiologia pragmática e sociolexicologia

É precisamente a variação *onomasiológica pragmática formal*² ou “não-qualitativa” e, dela fazendo parte integrante, a variação *externa* o objecto mais específico do que se pode designar como *sociolexicologia*; mas também é verdade que este sub-domínio da sociolinguística compreende todas as demais variações lexicais enquanto condicionadas ou influenciadas pelos diferentes tipos de variação *externa*. E é igualmente esta variação onomasiológica pragmática formal, e portanto a questão das escolhas que os falantes têm que fazer entre palavras que diferem apenas no significado não-conceptual, o objecto do presente projecto de investigação.

Importa ainda esclarecer a questão essencial da onomasiologia pragmática: quais os factores que determinam ou, pelo menos, influenciam a escolha de um nome para determinado conceito ou referente; por outras palavras, quais os factores que

² Para uma exploração do domínio da onomasiologia, incluindo a onomasiologia diacrónica (campo em foco da presente investigação), ver Silva (no prelo).

condicionam a *escolha onomasiológica* ou o acto efectivo de *nomeação*? A resposta, dada por Geeraerts, Grondelaers & Bakema (1994) com base numa investigação sobre termos de vestuário do neerlandês (variedades holandesa e belga), inclui os seguintes factores: (i) a saliência semasiológica ou grau de prototipicidade do conceito/referente relativamente à estrutura semasiológica da categoria; (ii) a saliência onomasiológica ou ancoragem (“entrenchement”) da categoria nomeada pela expressão; e (iii) valores contextuais de natureza emotiva, pragmático-discursiva e, particularmente, sociolinguística (geográfica, social, estilística, histórica), envolvendo a competição de diferentes variedades e/ou variantes de uma língua. Dito de modo mais resumido, os factores determinantes da escolha onomasiológica são (i) a distância semântica entre o alvo e as designações alternativas, (ii) o peso onomasiológico das designações alternativas e (iii) traços sociolinguísticos das expressões alternativas. É esta terceira categoria de factores o objecto específico da investigação sociolinguística, e do presente projecto de investigação.

É momento agora de responder às questões do *porquê* e *como* do nosso objecto de investigação. Porquê a onomasiologia pragmática formal ou não-qualitativa como perspectiva preferencial para o estudo das relações lexicológicas entre duas variedades de uma língua, neste caso, o Português Europeu e o Português do Brasil? Em primeiro lugar, a variação implica escolha, o que significa que é necessário estudar as escolhas efectivas que os falantes têm que fazer entre vários itens lexicais disponíveis para nomear determinado conceito ou referente particular. Daqui a relevância da onomasiologia pragmática. Em segundo lugar, os sinónimos denotacionais (referenciais) são os que melhor revelam diferenças regionais, sociais, estilísticas e históricas, na base das quais se definem a própria existência e a competição de diferentes variedades e variantes de uma língua. Daqui a importância da onomasiologia pragmática formal ou não-qualitativa. Finalmente, o estudo da variação onomasiológica pragmática formal e da consequente variação externa permite compreender os aspectos sociais da variação lexical, incluindo as relações entre diferentes variedades de uma língua.

2.3. Observação do uso e perspectiva cognitivista

Uma investigação desta natureza tem que necessariamente optar por uma metodologia *baseada-no-uso*: observação do uso real das expressões lexicais, observação das escolhas onomasiológicas efectivamente realizadas pelos falantes entre alternativas disponíveis. Quer isto dizer que a investigação tem que ter por base empírica um *corpus* representativo. Iguamente necessários serão métodos que permitam *medir* a distância lexical entre as diferentes variedades do Português, a que faremos referência na próxima secção.

A orientação teórica é, como já foi referido, a da Linguística Cognitiva. Porquê ou quais as vantagens da perspectiva cognitiva nesta investigação (sócio)lexicológica, ou numa outra qualquer? Poderemos apontar três ordens de razões. Primeiro, de entre as principais teorias de semântica lexical, é indubitavelmente a semântica cognitiva a que se tem orientado e mais tem contribuído para o estudo dos aspectos *quantitativos* das

estruturas lexicais – diferentes manifestações de efeitos de prototipicidade, do lado semasiológico; e ancoragem conceptual de categorias e níveis básicos, do lado onomasiológico. Ao mesmo tempo, é ela a que tem desenvolvido a onomasiologia pragmática, quase inexistente nas outras tradições teóricas. Pelo contrário, o foco da semântica estrutural foi e é o dos aspectos qualitativos das estruturas onomasiológicas: a tradição pré-estruturalista esteve centrada na dimensão qualitativa das estruturas semasiológicas; e tem sido também para estas últimas, mais concretamente para a polissemia regular, que se tem dirigido a semântica neo-generativista (Pustejovsky, 1995).

Ainda nesta primeira ordem de razões, estando a Linguística Cognitiva, desde o início, empenhada no estudo da categorização, entendida como sendo a função básica da linguagem (Silva, 2004b), é natural que a dimensão onomasiológica esteja no centro das atenções: do ponto de vista do falante, o acto básico de categorização é precisamente a escolha onomasiológica de uma categoria para exprimir determinada ideia.

Em segundo lugar, a Linguística Cognitiva caracteriza-se especificamente por uma perspectiva *recontextualizante* (reintegrando no estudo da linguagem as diferentes formas de *contexto*, excluídas pelos modelos gramaticais autonomistas), *experiencialista* (Lakoff & Johnson, 1999; Silva, 2004a), orientada para o significado (nos seus diferentes tipos, incluindo o não-referencial) e baseada no uso. Resulta daqui a inevitabilidade de uma sociolexicologia cognitiva, em particular, e de uma sociolinguística cognitiva, em geral, justificada por Geeraerts (2003).

Finalmente, a Linguística Cognitiva, provavelmente mais do que qualquer outra abordagem contemporânea da linguagem, reconhece explicitamente, não só que a capacidade para a linguagem se fundamenta em capacidades cognitivas gerais, como também que todas estas capacidades são cultural e socialmente situadas e definidas (Silva 2004b). Mais concretamente, o estudo do papel da conceptualização da realidade social na constituição dos factos sociolinguísticos é uma das principais tarefas de uma linha de investigação em linguística cognitiva, conhecida como teoria dos *modelos culturais* (Palmer, 1996; e, para o domínio de investigação em causa, Geeraerts, 2004). Ora, a sociologia da linguagem envolve justamente modelos culturais sobre variedades e variantes de uma língua, comportamentos e atitudes para com essa variação.

3. Cálculos de uniformidade e (socio)lexicologia quantitativa

Como medir o grau de conformidade onomasiológica – grau de conformidade da escolha lexical – entre dois sub-conjuntos de uma base de dados de uma língua (por exemplo, entre duas variantes regionais)? Como medir a distância lexical entre duas variedades de uma língua (por exemplo, o Português Europeu e o Português do Brasil)? Como medir a convergência ou divergência lexical entre duas variantes ou variedades? A unidade de investigação em lexicologia quantitativa liderada por D. Geeraerts tem desenvolvido métodos quantitativos, fundamentados nas noções de *perfil onomasiológico* e *uniformidade* (ver exposição sintetizada em Geeraerts, 2001).

O *perfil onomasiológico* de um conceito/referente numa determinada variedade linguística é o conjunto de sinónimos usados para designar esse conceito/referente nessa variedade linguística, diferenciados pela sua frequência relativa. Relativamente ao método clássico das *palavras-chave* (em que a frequência de um termo num *corpus* é comparada à frequência desse termo noutra *corpus*), o método dos *perfis* tem, para além do mais, a vantagem de neutralizar efeitos temáticos: por exemplo, a frequência absoluta elevada do termo *goleiro* pode ter a ver com a especificidade temática do contexto em que ocorre (texto sobre futebol e texto da variedade brasileira).

A *uniformidade* é a medida da correspondência entre dois conjuntos de dados, definidos em termos de perfis onomasiológicos. Por exemplo, a uniformidade de um determinado conceito entre duas amostras, em que uma contém 6 ocorrências do termo A e 4 do termo B e a outra 3 ocorrências do termo A e 7 do termo B, resulta do número de pares comuns de nomeação desse conceito (7 pares), sendo portanto de 70%. Este mesmo resultado obtém-se somando as frequências relativas mais pequenas de cada termo alternativo: 30% do termo A (3 usos, provenientes da segunda amostra) e 40% do termo B (4 usos, provenientes da primeira amostra).

Em termos técnicos, o cálculo de uniformidade de um conceito pode ser formulado da seguinte forma:

$$U_z(Y_1, Y_2) = \sum_{i=1}^n \min(F_{z,y_1}(x_i), F_{z,y_2}(x_i))$$

Isto é, a uniformidade U para um conceito Z entre duas amostras Y₁ e Y₂ equivale à soma \sum dos mínimos das frequências relativas F do termo x nos perfis onomasiológicos de Z em Y₁ e Y₂. O símbolo x_i representa os diferentes termos x₁ a x_n usados nas amostras Y para designar o conceito Z.

Quando estão em causa vários conceitos, a uniformidade média é calculada em termos de *média ponderada*, através da seguinte fórmula:

$$U^*(Y_1, Y_2) = \sum_{i=1}^n U_z(Y_1, Y_2) \cdot G_z$$

A uniformidade U' para um conjunto de conceitos Z entre duas amostras Y₁ e Y₂ equivale à soma dos valores-U dos Zs ponderados pela frequência relativa G de Z dentro do conjunto total de Zs. Obtém-se o coeficiente de ponderação G_{Zi} ou frequência relativa de um conceito Z, dividindo a soma das ocorrências de Z em Y₁ e Y₂ pelo número total de ocorrências para os conceitos Z₁ a Z_n.

Resumindo, o cálculo da conformidade onomasiológica entre duas variantes de uma língua faz-se medindo o grau de uniformidade entre perfis onomasiológicos dessas variantes. Diacronicamente, podemos dizer que essas variantes se encontram num processo de convergência quando a medida de uniformidade U aumenta, e num processo de divergência quando U diminui.

4. Convergência/divergência lexical entre o PE e o PB

Vamos agora apresentar os elementos e os primeiros resultados do projecto de investigação em curso sobre a relação lexicológica entre as variedades europeia e brasileira. O objectivo principal do projecto é saber se as duas variedades nacionais da língua portuguesa estão envolvidas num processo de convergência ou divergência lexical. Tal objectivo implica obviamente uma análise diacrónica. O período em análise abrange as últimas cinco décadas e o material coligido pertence aos anos 50, 70 e 90-00. Secundariamente, pretendemos também investigar, em cada uma das variedades nacionais, a distância sincrónica entre padrão e registos intermédios, e, desse modo, verificar se a estratificação lexical das duas variedades é idêntica ou diferente.

A base empírica da investigação consiste em largos milhares de observações do uso de termos alternativos, concretamente sinónimos referenciais, para nomear 40 conceitos de dois domínios ou campos lexicais – 20 conceitos do campo do futebol e 20 conceitos do campo da moda/vestuário – e ainda 10 conceitos isolados de alta e baixa frequência. A base de dados resultante compreende pois as frequências de cada um dos termos dos 50 *perfis onomasiológicos* em textos portugueses e brasileiros. Poderemos assim verificar, por exemplo, a repartição quantitativa dos termos *atacante*, *avançado*, *avante*, *dianteiro*, *forward* e *ponta-de-lança* para designar o conceito de ‘atacante’, ou para o conceito de ‘fora-de-jogo’ saber se há preferência pela expressão *deslocação*, *fora-de-jogo*, *impedimento* ou então *offside*.

Os dados são extraídos de três fontes: (i) jornais e revistas de desporto e moda dos primeiros anos das décadas de 50, 70 e 90-00 – designadamente, e em relação ao futebol, os jornais portugueses *A Bola*, *Record*, *Mundo Desportivo* e *O Jogo* e os jornais brasileiros *Jornal dos Sports* (Rio de Janeiro), *Gazeta Esportiva* (São Paulo), *Estado de São Paulo* e *Lance* –; (ii) linguagem da Internet (tanto a conversação *off-line* de fóruns de discussão, como a conversação *on-line* de IRC ou *chats*); e (iii) etiquetas e catálogos de lojas de vestuário de diferentes cidades tanto de Portugal como do Brasil. Adicionaremos os resultados de um inquérito dirigido a estudantes dos dois países.

O *corpus* CONDIVport é, assim, estruturado na base de três variáveis:

- geográfica: Portugal vs. Brasil
- diacrónica: 1950, 1970, 1990-2000
- estilística: jornais e revistas de qualidade > jornais e revistas populares > Net-*off-line* > etiquetas e catálogos + Net-*on-line* (*chats*).

Actualmente com 2,7 milhões de palavras, provenientes dos jornais de desporto referidos, espera-se que chegue aos 5 milhões. Será disponibilizado no sítio da Linguateca, em www.linguateca.pt.

Apresentamos a seguir a lista dos 21 conceitos nominais (substantivos) de futebol e respectivos sinónimos referenciais,³ em estudo na fase actual da investigação:

³ Esta lista foi elaborada a partir dos dicionários de referência da língua portuguesa (Academia das Ciências de Lisboa, Houaiss, Aurélio, Porto Editora) e de alguns dicionários especializados de futebol, tanto brasileiros como portugueses, e ainda de estudos linguísticos sobre o futebol, como o de Feijó (1998). Os estrangeirismos que conservam a sua forma original estão indicados entre aspas.

- ÁRBITRO: *apitador, árbitro, director da partida, juiz, juiz de campo, "ref(eree)", referi, refre.*
- ÁRBITRO AUXILIAR: *árbitro auxiliar, árbitro assistente, auxiliar, 2^o/3^o/4^o árbitro, bandeirinha, fiscal de linha, juiz de linha, "liner".*
- ATACANTE: *atacante, avançado, avante, dianteiro, "forward", ponta-de-lança.*
- BALIZA: *arco, baliza, cidadela, "goal", gol(o), malhas, marco, meta, rede, redes, vala.*
- BOLA: *balão, bola, couro(inho), esfera, esférico, pelota, redondinha.*
- DEFESA: *"(full-)back", beque, bequeira, defensor, defesa, lateral, libero, zagueiro.*
- EQUIPA: *conjunto, formação, eleven, equipa/e, escrete, esquadra, esquadrão, grupo, "match", onze, onzena, plantel, quadro, "scratch(men)", "team", time, turma.*
- EXTREMO: *ala, extremo, ponta, ponteiro.*
- FALTA: *carga, falta, "foul", golpe (baixo, irregular), infra(c)ção, obstru(c)ção, transgressão, violação (das regras).*
- FINTA: *baile, corte, drible(ing), engano, "feint", finta, firula, ginga, lesa, manobra enganadora, simulação.*
- FORA-DE-JOGO: *adiantamento, banheira, deslocação, fora-de-jogo (fora de jogo), impedimento, "offside" ("off-side"), posição irregular.*
- GOLO: *bola, "goal", gol (gól), golo, ponto, tento.*
- GRANDE PENALIDADE: *castigo máximo, castigo-mor, falta máxima, grande penalidade, penalidade, penalidade máxima, penáti (pênalti, pênalti), "penalty".*
- GUARDA-REDES: *arquero, "goal-keeper", goleiro, golquíper, guarda-meta, guarda-rede, guarda-redes, guarda-vala, guarda-valas, guardião, "keeper", porteiro, quiper, vigia.*
- JOGADA: *combinação, jogada, lance.*
- JOGO: *batalha, choque, combate, competição, confronto, desafio, disputa, duelo, embate, encontro, jogo, justa, luta, "match", partida, peladinha, peleja, prélio, prova, pugna.*
- MÉDIO: *alfe, armador, cabeça de área, camisa (camisola) 10, central, centro-campista, centro-médio, distribuidor (de jogo), half, interior, médio, meia, meio-campista, meio-campo, "midfield", motor, número 10, patrão, trinco, volante.*
- PONTAPÉ: *balázio, biqueira, biqueirada, chute, chuto, "kick(-off)", panázio, pelotada, pontapé, quique, "shoot", tiro.*
- PONTAPÉ DE CANTO: *canto, chute de canto, córner (corner), escanteio, esquinado, pontapé de canto, tiro de canto.*
- PONTAPÉ LIVRE: *chute (in)directo, falta, "free(-kick)", livre (directo, indirecto), pontapé livre, tiro dire(c)to, tiro livre (direto, indireto)*
- TREINADOR: *mister, professor, técnico (orientador), treinador.*

Temos resultados dos 21 perfis onomasiológicos relativamente a um *sub-corpus* extraído dos jornais *A Bola* (Portugal) e *Jornal dos Sports* (Brasil), com uma extensão de cerca de 1,7 milhões de palavras. A respectiva base de dados é constituída por 58.313 observações do uso dos referidos termos designativos destes conceitos. A Figura 3 apresenta os valores de uniformidade de cada conceito (U) e de uniformidade média (U') dos 21 conceitos de futebol do português de Portugal (P) e do Brasil (B), das décadas de 50 (P50/B50), 70 (P70/B70) e 90-00 (P00/B00). Em anexo, apresentamos as frequências dos respectivos itens lexicais observados.

	U P50/B50	U' P50/B50	U P70/B70	U' P70/B70	U P00/B00	U' P00/B00	total n°
ÁRBITRO	46,3	1,86	15,5	0,59	84,0	2,80	2189
ÁRBITRO AUXILIAR	21,8	0,12	40,4	0,30	48,5	0,27	356
ATACANTE	20,7	0,74	31,1	0,92	10,4	0,36	1959
BALIZA	25,5	1,20	12,3	0,46	5,6	0,15	2235
BOLA	64,1	5,61	82,9	7,82	93,7	5,39	4722
DEFESA	16,7	0,43	15,1	0,54	32,1	1,27	1903
EQUIPA	29,7	5,55	24,8	5,01	38,3	6,58	10914
EXTREMO	7,1	0,16	2,7	0,04	45,5	0,15	815
FALTA	41,7	0,48	85,4	0,60	89,3	0,97	582
PINTA	62,3	0,21	57,4	0,23	64,3	0,15	192
FORA-DE-JOGO	7,7	0,04	0,0	0,00	0,0	0,00	286
GOLO	16,3	1,87	0,3	0,04	0,0	0,00	7559
GRANDE PENALIDADE	33,2	0,58	0,5	0,01	0,0	0,00	1042
GUARDA-REDES	6,9	0,19	1,3	0,03	0,0	0,00	1561
LOGADA	97,0	4,27	67,8	4,26	49,1	2,37	2971
JOGO	53,1	13,11	74,9	16,31	71,8	15,59	13381
MÉDIO	13,6	0,29	29,7	0,18	0,0	0,00	1024
PONTAPE	34,7	0,73	7,9	0,11	3,1	0,03	896
PONTAPE DE CANTO	0,4	0,01	11,5	0,08	0,0	0,00	564
PONTAPE LIVRE	0,0	0,00	0,0	0,00	5,6	0,06	469
TREINADOR	56,9	0,80	74,6	2,92	62,0	6,14	2693
total		38,24		40,42		42,30	58313

Figura 3. Valores de U e U' de 21 conceitos de futebol

Os totais de U' apontam para uma ligeira convergência:

U' (P50,B50)	<	U' (P70,B70)	<	U' (P00,B00)
38,24	<	40,42	<	42,30

Na amostra da Figura 3, há perfis onomasiológicos de elevada frequência absoluta e com valores relativamente elevados de U'. São eles JOGO (13.381 ocorrências) EQUIPA (10.914) e BOLA (4.722). Apesar de o cálculo de U' ter já em conta estas assimetrias quantitativas, se eliminarmos estes três perfis, obtemos os seguintes resultados:

U' (P50,B50)	>	U' (P70,B70)	<	U' (P00,B00)
29,19	>	23,22	<	26,62

Teríamos então divergência da década de 50 para a de 70 e uma certa reconvergência de 70 até à actualidade. Este resultado confirmaria a hipótese sociolexicológica que parece colher mais consenso: divergência entre as duas variedades nacionais do Português, mais acentuada até aos anos 70, e menor (ou uma certa reconvergência), a partir de então, por razões sociais, políticas, culturais, económicas bem conhecidas.

5. Conclusão

No plano teórico-metodológico, esperamos ter mostrado (i) a relevância da onomasiologia *pragmática* (estudo dos factores que determinam as escolhas entre expressões alternativas) e *formal* (estudo das escolhas entre sinónimos referenciais) para a lexicologia variacional e a sociolexicologia; (ii) a necessidade de métodos *quantitativos*; e (iii) os contributos da Linguística Cognitiva e, assim, as vantagens de uma *sociolexicologia cognitiva*.

Com o presente projecto de sociolexicologia cognitiva do Português, esperamos poder contribuir para (i) o conhecimento das relações lexicológicas actuais entre o Português Europeu e o Português do Brasil, nomeadamente, saber se há convergência ou divergência entre as duas variedades nacionais da língua portuguesa; (ii) o desenvolvimento da sociolexicologia do Português (os estudos sociolinguísticos existentes privilegiam, geralmente, as diferenças fonéticas e sintácticas); (iii) a concepção e implementação de políticas da língua portuguesa, como língua transnacional e transcontinental que é; e (iv) o estudo da função cognitiva básica da linguagem – a categorização –, designadamente no que se refere ao acto de escolha onomasiológica de uma categoria para exprimir determinada ideia.

Referências Bibliográficas

- BALDINGER, Kurt (1964) Sémasiologie et onomasiologie. *Revue de Linguistique Romane* 28, pp. 249-272.
- CRUSE, D. Alan (1986) *Lexical Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FEIJÓ, Luiz Cesar Saraiva (1998) *Brasil x Portugal: Um derby linguístico*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Língua e Literatura.
- FILLMORE, Charles (1977) Scenes-and-frames semantics. In A. Zampolli (ed.) *Linguistic Structures Processing*. Amsterdam: North Holland, pp. 55-81.

- GEERAERTS, Dirk (1997) *Diachronic Prototype Semantics. A Contribution to Historical Lexicology*. Oxford: Clarendon Press.
- ____ (1998) Sémantique cognitive et onomasiologie. *Revista Portuguesa de Filologia* 22, pp. 329-339.
- ____ (2001) On measuring lexical variation. In Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*. Braga: APL e Universidade Católica Portuguesa, pp. 51-61.
- ____ (2003) 'Usage-based' implies 'variational'. On the inevitability of Cognitive Sociolinguistics. Conferência plenária apresentada no 8th *International Cognitive Linguistics Conference*, Logroño, Universidade de La Rioja, 20-25 Julho 2003.
- ____ (2004) Cultural models of linguistic standardization. In Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres & Miguel Gonçalves (orgs.) *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*. Vol. I. Coimbra: Almedina, pp. 47-84.
- GEERAERTS, Dirk, Stefan Grondelaers & Peter Bakema (1994) *The Structure of Lexical Variation. Meaning, Naming, and Context*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- GEERAERTS, Dirk, Stefan Grondelaers & Dirk Speelman (1999) *Convergentie en divergentie in de Nederlandse woordenschat*. Amsterdam: Meertens Instituut.
- GRONDELAERS, Stefan & Dirk Geeraerts (2003) Towards a pragmatic model of cognitive onomasiology. In Hubert Cuyckens, René Dirven & John Taylor (eds.) *Cognitive Approaches to Lexical Semantics*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 67-92.
- LAKOFF, George & Mark Johnson (1980) *Metaphors We Live By*. Chicago: The University of Chicago Press.
- ____ (1999) *Philosophy in the Flesh. The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. New York: Basic Books.
- LANGACKER, Ronald W. (1987) *Foundations of Cognitive Grammar*. Vol. I. *Theoretical Prerequisites*. Stanford: Stanford University Press.
- PALMER, Gary B. (1996) *Toward a Theory of Cultural Linguistics*. Texas: University of Texas Press.
- PUSTEJOVSKY, James (1995) *The Generative Lexicon: A Theory of Computational Lexical Semantics*. Cambridge, MA: MIT Press.
- SILVA, Augusto Soares da (1996) Sobre a estrutura da variação lexical. Elementos de lexicologia cognitiva. *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Vol. III. Lisboa: Colibri, pp. 413-423.
- ____ (1999) *A Semântica de DEIXAR: Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- ____ (2003a) Image schemas and category coherence: The case of the Portuguese verb *deixar*. In Hubert Cuyckens, René Dirven & John Taylor (eds.) *Cognitive Approaches to Lexical Semantics*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 281-322.
- ____ (2003b) O poder cognitivo da metáfora e da metonímia. *Revista Portuguesa de Humanidades* 7, pp. 13-75.
- ____ (2004a) Protótipos, imagens e metáforas, ou o experiencialismo da linguagem e do pensamento. In Alfredo Dinis & José M. Curado (orgs.) *Consciência e Cognição*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia da UCP, pp. 79-96.

- ____ (2004b) Introdução: linguagem, cultura e cognição, ou a Linguística Cognitiva. In Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres & Miguel Gonçalves (orgs.) *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*. Vol. I. Coimbra: Almedina, pp. 1-18.
- ____ (no prelo) Palavras e conceitos no tempo: para uma onomasiologia diacrónica e cognitiva do Português. In Fátima Silva *et al.* (orgs.), *Dar a Palavra à Língua. Homenagem a Mário Vilela*. Porto: Faculdade de Letras do Porto.
- TAYLOR, John R. (1995) *Linguistic Categorization: Prototypes in Linguistic Theory*. Oxford: Clarendon Press.

Anexo

	P50	B50	P70	B70	P00	B00
ÁRBITRO						
árbitro	615	91	414	18	189	231
juiz	56	147	33	200	34	105
juiz de campo	46	0	9	0	0	0
"ref(eree)"	0	1	0	0	0	0
referi	0	0	0	0	0	0
refre	0	0	0	0	0	0
ÁRBITRO AUXILIAR						
árbitro auxiliar	0	0	0	0	2	0
árbitro assistente	0	0	0	0	0	0
assistente	0	0	0	0	2	0
auxiliar	26	12	20	32	33	27
2º/3º/4º árbitro	0	0	0	0	0	0
bandeirinha	0	1	16	8	0	0
fiscal de linha	43	0	38	0	27	0
juiz de linha	50	0	14	0	2	0
liner	0	0	1	0	2	0
ATACANTE						
atacante	80	66	42	169	21	383
avanzado	507	2	147	0	103	0
avante	0	51	0	2	0	0
dianteiro	111	11	64	0	21	0
"forward"	1	17	0	0	0	0
ponta-de-lança	3	1	63	37	57	0
BALIZA						
arco	0	79	0	1	0	0
baliza	630	0	406	1	256	0
cidadeia	0	0	0	0	0	0
"goal"	0	41	0	0	0	0
gol(o)	1	0	0	141	0	115
malhas	13	0	15	0	10	0
marco	0	0	0	0	0	0
meta	11	30	0	7	0	8
rede	50	3	3	2	0	45
redes	209	52	60	19	17	10
vaia	0	0	0	0	0	0
BOLA						
balão	0	7	0	0	0	0
bola	1495	266	865	625	522	408
couro (inho)	0	89	0	0	0	0
esfera	0	6	0	0	0	0
esférico	178	0	179	0	35	0
pelota	0	47	0	0	0	0

ACTAS DO XX ENCONTRO NACIONAL DA APL

	P50	B50	P70	B70	P00	B00
DEFESA						
“(full-)back”	0	38	2	0	0	0
beque	0	0	0	6	0	2
bequeira	0	0	0	0	0	0
defensor	111	25	53	10	12	11
defesa	342	1	207	1	116	0
lateral	0	0	19	57	61	161
libero	0	0	16	39	23	4
zagueiro	0	92	0	218	0	276
EQUIPA						
conjunto	210	117	157	22	70	9
eleven	0	0	0	0	0	0
equipa/e	2086	190	1548	303	898	631
escrete	0	0	0	24	0	0
esquadra	1	2	0	1	0	0
esquadrão	0	13	0	1	0	0
formação	77	9	68	3	53	15
grupo	474	3	86	0	14	100
onze	195	50	96	0	23	0
plantel	3	32	3	2	14	0
quadro	7	400	9	11	3	0
team	24	376	32	0	0	0
tune	2	3	0	1013	0	1013
turna	168	15	184	9	42	0
EXTREMO						
ala	0	1	1	0	10	12
extremo	413	3	106	0	10	0
ponta	15	4	3	81	2	15
ponteiro	3	93	0	37	0	6
FALTA						
falta	163	32	70	42	75	98
“foul”	0	44	0	0	0	0
golpe (baixo, irregular)	0	0	0	0	0	0
infra(c)ção	10	14	8	0	8	0
obstrução	12	1	4	0	1	0
transgressão	0	0	0	0	0	0
violação (das regras)	0	0	0	0	0	0
FINTA						
corte	0	0	0	1	0	1
drible(mg)	42	6	27	21	9	25
engano	0	0	0	0	0	0
“feint”	0	0	0	0	0	0
finta	20	14	14	0	2	0
ginga	0	0	0	1	0	0
lesa	0	0	0	0	0	0
manobra enganadora	0	0	0	0	0	0
simulação	0	0	6	0	3	0
FORA-DE-JOGO						
banheira	0	0	0	0	0	0
deslocação	31	0	15	0	4	0
fora-de-jogo	28	0	28	0	51	0
impedimento	0	12	0	16	0	9
“offside”	0	0	0	0	0	0
“off-side”	52	1	35	0	4	0
GOLO						
bola	52	0	2	0	2	0
“goal”	1	527	0	1	0	0

PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES LEXICAIS ENTRE O PORTUGUÊS EUROPEU

	P50	B50	P70	B70	P00	B00
gol	0	7	0	956	0	1326
gól	0	0	0	0	0	0
golo	1535	0	1303	0	1040	0
ponto	105	1	26	0	4	0
tento	324	187	107	3	50	0
GRANDE PENALIDADE						
castigo máximo	23	0	4	0	8	0
castigo-mor	0	0	0	0	0	0
falta máxima	0	1	0	0	0	0
grande penalidade	178	0	105	0	107	0
penalidade	14	9	3	0	0	1
penalidade máxima	7	12	1	2	1	0
penalti	0	0	0	0	0	0
pénalti	0	0	0	51	0	167
"penalty"	79	96	82	0	91	0
GUARDA-REDES						
arquero	0	105	0	0	0	0
"goal-keeper"	0	1	0	0	0	0
goleiro	0	17	3	212	0	290
guarda-meta	0	0	0	0	0	0
guarda-rede	0	0	0	0	0	0
guarda-redes	427	0	171	0	133	0
guarda-vala	0	0	0	0	0	0
guarda-valas	0	0	0	0	0	0
guardião	59	9	39	0	30	0
"keeper"	8	37	9	0	0	0
porteiro	9	0	2	0	0	0
vigia	0	0	0	0	0	0
JOGADA						
jogada	342	63	234	296	93	313
lance	554	90	437	145	298	106
JOGO						
batalha	3	45	4	7	1	11
choque	0	10	0	2	0	0
combate	0	1	1	3	1	0
competição	50	20	23	11	18	11
confronto	7	8	12	1	27	23
desafio	375	4	191	0	57	0
disputa	10	25	0	21	0	6
duelo	5	3	7	2	7	3
embate	8	11	15	0	6	0
encontro	649	76	312	8	129	3
jogo	2198	486	1355	1025	1178	1147
justa	0	1	0	0	0	0
luta	258	146	79	82	20	19
"match"	4	454	2	0	0	0
partida	542	153	275	352	179	756
peladinha	0	0	0	0	0	0
peleja	8	171	3	0	1	0
prélio	12	6	9	0	8	0
prova	108	4	47	1	32	1
pugna	12	10	2	0	2	0
MÉDIO						
alfe	0	0	0	0	0	0
armador	0	0	2	5	0	3
cabeça de área	0	0	0	0	0	50
central	0	0	7	0	86	0
centro-campista	0	0	16	0	2	0
centro-médio	1	6	0	0	0	0

ACTAS DO XX ENCONTRO NACIONAL DA APL

	P50	B50	P70	B70	P00	B00
distribuidor (de jogo)	0	0	0	1	1	0
médio	401	7	57	6	68	0
meia	7	54	0	9	0	115
meio-campista	0	0	1	0	0	3
meio-campo	0	0	0	1	0	13
"midfield"	0	0	0	0	0	0
trinco	0	0	0	0	29	0
volante	38	1	0	0	0	34
PONTAPÉ						
chute	16	3	0	117	0	94
chuto	44	0	5	0	0	0
"kick(-off)"	0	1	0	0	0	0
panázi	0	0	0	0	0	0
pelotada	0	0	0	0	0	0
pontapé	219	0	76	0	47	0
quique	0	0	0	0	0	0
"shoot"	0	33	0	0	0	0
tiro	128	54	34	10	12	3
PONTAPÉ DE CANTO						
canto	255	0	67	0	31	0
chute de canto	0	0	0	0	0	0
corner (córner)	1	49	10	28	0	4
escanteio	0	32	0	2	0	42
esquinado	0	0	0	0	0	0
pontapé de canto	7	0	10	0	25	0
tiro de canto	0	1	0	0	0	0
PONTAPÉ LIVRE						
chute (in)direto/livre	0	0	0	0	0	0
falta	0	18	0	31	5	104
"free(-kick)"	0	0	0	0	0	0
livre (directo, indirecto)	135	0	81	0	83	0
pontapé livre	6	0	2	0	1	0
tiro directo	0	0	0	0	0	0
tiro livre (directo, indirecto)	0	2	0	1	0	0
TREINADOR						
mister	0	0	1	0	0	0
professor	0	0	0	0	0	2
técnico	96	114	81	470	84	1135
treinador	113	14	55	86	125	317
Total	18047	5796	10556	7129	6963	9822 58313

A produtividade dos nomes metafóricos da construção naval em português europeu: um estudo comparado a partir de textos dos séculos XVI e XVII e do século XX

Ana Mineiro e Philipp Steger

(ILTEC/FLUL/FCT) e (Humboldt Universität zu Berlin)

1. Notas introdutórias

O tema desta comunicação prende-se com o interesse e o impacto histórico, cultural e linguístico que o vocabulário da Náutica teve e tem para os portugueses. Após um breve estudo exploratório das particularidades do discurso da náutica e consequente construção do seu vocabulário especializado, chegou-se à conclusão de que o recurso à metáfora enquanto recurso denominativo, conceptual e comunicativo foi e é, de facto, relevante e iniludível no que respeita ao seu número e tipo. A presente comunicação pretende, por um lado, classificar as metáforas encontradas relativamente ao seu conteúdo cognitivo segundo o modelo de análise escolhido e, por outro lado, pretende dar conta das mudanças linguísticas ocorridas nos nomes construídos por metáfora presentes no vocabulário da construção naval dos séculos XVI-XVII e da sua presença, desaparecimento, transformação, proliferação e desenvolvimento no vocabulário do mesmo domínio no século XX.

2. Conceito e tipos de metáfora

O conceito de metáfora que se utilizou, porque nos pareceu particularmente operativo no desenvolvimento do nosso estudo, foi o proposto por de Lakoff e Johnson (1980). Estes autores são dos primeiros¹ que, nas teorias sobre a metáfora, apontam para uma visão de carácter cognitivo da mesma. Nesta concepção, a metáfora é vista como um “processo” e não o “resultado” de uma “transferência”. O processo metafórico passa assim, a ser entendido como “funcional” na comunicação. Baseados em evidências linguísticas, Lakoff e Johnson afirmam que o sistema conceptual humano é imbuidamente metafórico e encontram um “caminho” para identificar as metáforas que “estruturam” aquilo que pensamos, percebemos e fazemos. O modelo proposto por Lakoff e Johnson, baseia-se na transferência, fundamentando-se na ideia de projecção conceptual (*conceptual mapping*) entre dois domínios: um domínio-fonte (*source*

¹ Foi principalmente a partir de Lakoff e Johnson (1980) que o desenvolvimento da teoria cognitiva da metáfora se expandiu, embora tenha havido, pontualmente, estudos anteriores, neste sentido, nomeadamente Richards (1936) e Black (1955).

domain) e um domínio-alvo (*target domain*). O domínio-alvo é percebido e compreendido a partir do domínio-fonte nos seus aspectos globais ou apenas através de parte deles. A metáfora é então tratada a partir de uma “separação” inicial de duas entidades: os dois domínios conceptuais (fonte e alvo) e, dessa “separação” resulta uma “resolução” que assenta nas relações projectivas (*cross-space mapping*) que estabelecem as duas entidades (domínios). Este modelo de dois domínios tem sido recentemente criticado (Turner e Fauconnier, 1995; 1998) no sentido de ser inoperante para explicar determinadas metáforas mais complexas e menos previsíveis. Turner e Fauconnier propõem um modelo de projecção conceptual através de vários (quatro ou mais) espaços mentais² que incluem os espaços fonte e alvo mas também espaços “intermédios”³: um destes espaços é genérico e o outro é um “espaço de composição”⁴ (*blended space*) integrador de “partes” da estrutura específica dos espaços anteriores e criador de uma “nova estrutura emergente”⁵.

Os autores acreditam que muitas áreas da cognição e da acção humanas, incluindo a metáfora e as mudançãs conceptuais, se processam através destes espaços mentais de “integração”. Embora muito interessante, a proposta de Turner e Fauconnier (1998) não foi adoptada neste trabalho, visto que o modelo de Lakoff e Johnson se mostrou perfeitamente eficaz para estabelecer uma análise adequada das metáforas da construção naval portuguesa.

A tipologia de metáforas proposta por Lakoff e Johnson (1980) é a seguinte:

- (a) *Estruturais*: estruturadoras, no nosso pensamento, de um conceito em termos de outro, tal como, por exemplo, “tempo é dinheiro”. Dentro deste tipo genérico situam-se as metáforas ontológicas – a utilização deste tipo de metáforas permite-nos compreender os acontecimentos, as acções, as actividades e os estados. A mais óbvia das metáforas ontológicas é aquela em que o objecto / conceito é percebido como um ser humano. Este tipo de metáfora foi até ao século XX, o tipo mais produtivo no vocabulário da construção naval.
- (b) *Orientacionais*: neste tipo de metáforas, é um conceito espacial que organiza todo um sistema de conceitos, tal como, por exemplo “para cima – para baixo” organiza expressões do tipo: *ele está na mó de cima / baixo*.

² A teoria dos espaços mentais é baseada na proposta de Fauconnier (1984) *Espaces Mentaux: aspects de la construction du sens dans les langues naturelles*.

³ Conceitos muito trabalhados nos autores (Turner & Fauconnier), principalmente no artigo “Conceptual Projection and Middle Spaces” (1994). Cf. Ref. Bibliográficas.

⁴ Num artigo de Gilles Fauconnier (2004) o autor salienta o papel do *Blend* que comprime através do *RIC* (*réseaux d'intégration conceptuelle*) relações vitais tais como identidade, mudança, analogia, desanalogia, tempo, causa-efeito. “*Les compréhensions de relations vitales dans les réseaux d'intégration conceptuelle (RIC) sont un phénomène complexe et inattendu, mais aussi une manifestation banale, parce qu'omniprésente, de la construction du sens par les êtres humains.*” (sublinhados nossos)

⁵ Nas palavras dos autores (1995: 1): “*has emergent structure of its own*”.

3. Metodologia

Para efectuar a análise pretendida, utilizámos dois corpora equivalentes em termos de dimensão:

- o subcorpus textual «construção naval» do *Termináutica*,⁶ constituído por textos que abrangem todo o século XX, do qual se extraíram os termos da construção naval actuais;
- o corpus lexicográfico *Construção Naval nos sécs. XVI-XVII*,⁷ constituído por termos da construção naval, respectivos contextos, definições e termos relacionados, com base em obras de referência escritas na época e sobre a época.

Nestes corpora, apenas se encontraram nomes construídos por metáfora e não verbos ou adjectivos, o que já era um resultado esperado visto tratar-se, exclusivamente, do domínio construção naval, razão pela qual se optou por estudar apenas esta categoria morfossintáctica.

Classificaram-se as metáforas segundo o modelo de dois domínios proposto por Lakoff e Johnson (1980). Os domínios *fonte* e *alvo* foram procurados através de uma ferramenta elaborada por Lakoff que contém a descrição de alguns domínios *fonte* e *alvo*, e que se encontra disponível no sítio: <http://cogsci.berkeley.edu>.

Seguidamente procedeu-se a uma análise linguístico-comparativa que pretendeu dar conta das “mudanças” ocorridas nos nomes construídos por metáfora presentes no vocabulário da construção naval dos séculos XVI-XVII e da sua presença, desaparecimento⁸, transformação, proliferação e desenvolvimento no vocabulário do mesmo domínio no século XX. Tendo por base os corpora mencionados, procurámos, em primeiro lugar, saber quais os nomes construídos por metáfora que aí se encontravam presentes e, em segundo lugar, estabelecemos os parâmetros de análise baseados numa metodologia comparativa, a saber:

- (i) verificámos a presença dos nomes metafóricos no corpus dos séculos XVI e XVII;
- (ii) verificámos a presença dos nomes metafóricos no corpus do século XX;
- (iii) seleccionámos para análise os nomes construídos por metáfora presentes nos dois corpora e verificámos:

⁶ O corpus *Termináutica* é um corpus textual do domínio da Náutica com cerca de 1,5 milhões de ocorrências distribuídas por seis subdomínios (navegação, construção naval - subcorpus utilizado para este trabalho -, meteorologia, direito marítimo, pescas e poluição) e em três níveis de especialização. Actualmente, é um projecto concluído do ILTEC, financiado pela FCT (ref. PLUS/1999/LIN15155) e que foi coordenado por Margarita Correia.

⁷ O corpus *Construção Naval no séc. XVI-XVII* é um corpus lexicográfico constituído por Philipp Steger para fins académicos.

⁸ Algumas metáforas desapareceram porque a técnica de construção naval sofreu alterações e progressos e consequentemente desapareceu o conceito, a denominação e a necessidade de comunicar tal conceito.

exemplo: Arrepiamento, s.m. Uma forma de fornecer a curvatura necessária ao casco da embarcação.

- (a) as alterações de significado entre os séculos XVI e XVII e o século XX;
- (b) o fenómeno de polissemia (ou proliferação de acepções) detectável no século XX;
- (c) a expansão do nome metafórico por construção de um paradigma combinatório particular, fenómeno que apenas é detectado no século XX.

4. Análise

4.1. Classificação das metáforas estruturais comuns⁹ segundo o modelo Lakoff & Johnson (1980)

1. *O barco é um animal*

Conceptualizar o barco como um animal releva da necessidade humana de projectar a experiência adquirida (em terra) perante novas situações (no mar), adaptando-se desta forma a novas realidades. O “barco” é encarado como um animal com o qual se faz uma “travessia” e que serve de “meio” de transporte conformemente aos meios de transporte existentes em terra. O estabelecimento da terminologia náutica data do século XV com a Escola de Sagres, época em que a técnica de construção naval e de navegação deu o seu maior impulso. Um século mais tarde, na época dos Descobrimentos, essa técnica foi aperfeiçoada com a prática de navegar para descobrir um mundo desconhecido. Os meios de transporte na época referida eram animais, preferencialmente cavalos, razão pela qual, a nosso ver, é legítimo pensar que, na época do estabelecimento desta terminologia, o barco é encarado como um animal.

Assim, como animal que é, deve-se “conhecer” e “domar”, para o fazer chegar a “bom porto”

1.1. As “partes do barco” são “partes do corpo de animal”

Categorizar os objectos como pessoas é muito corrente e vulgar. Tal facto, deve-se, a nosso ver e no seguimento dos estudos de Rosch (1973) sobre processos de categorização, ao corpo (humano) ser, neste processo, uma das “categorias principais”. Por extensão deste princípio e ao categorizar o barco como um animal a projecção entre as partes do barco e as partes do corpo do animal surge como uma explicação relativamente simples no fenómeno de denominação desta sub-área (construção naval) da terminologia náutica portuguesa.

<i>Domínio-fonte: corpo do animal</i>	<i>Domínio-alvo: partes do barco</i>
Boca; mão; braços; orelhas; pé; costados; pé de carneiro; cachola; casco; cavername	boca; mão; braços; orelhas; pé; costado; cavername.

⁹ Por “metáforas comuns” referimo-nos às metáforas que encontramos comuns aos dois corpora.

1.2. O “barco” tem “estados”

Apenas os seres vivos podem experimentar “estados” (de vida ou de morte, de actividade ou de passividade, de alegria ou de tristeza etc.). A antropomorfização das partes do barco aparece aqui como muito evidente. *Obras mortas* é a parte do casco do barco que se situa acima da linha de água, ou seja, que não tem “contacto” com a água, “elemento vital” para a sobrevivência do barco (conceptualizado este como um animal). Por relação antonímica as *obras vivas* são a parte do casco que se encontra abaixo da linha de água e em contacto com esse elemento fundamental para a “vida”.

Já no caso de *dormentes*, a conceptualização que subjaz à metáfora tem um carácter fortemente imagético baseado na orientação espacial. O termo *dormentes* denomina as vigas de madeira situadas da popa à proa que ligam as amuradas. A escolha da denominação *dormentes* para esse objecto relaciona-se claramente com o sentido horizontal, sentido que associamos antropomorficamente (e, por extensão, animorficamente) ao “estado” de dormência ou de morte.

<i>Dominio-fonte: ser animado</i>	<i>Dominio-alvo: partes do barco</i>
morto / vivo; dormente	obras mortas / vivas; dormente

2. O barco é uma edificação

Conceptualizar o barco como uma edificação releva duma clara perspectiva antropomórfica que projecta as actividades humanas¹⁰ da “terra”, habitat natural do humano, no “mar”, meio desconhecido e habitat não natural do ser humano.

2.1 “As partes do barco” são “edifícios”

<i>Dominio-fonte: arquitectura</i>	<i>Dominio-alvo: partes do barco</i>
casa mestra; castelo	casa mestra; castelo

2.2. “As partes do barco” são “partes de edifícios”

<i>Dominio-fonte: arquitectura</i>	<i>Dominio-alvo: partes do barco</i>
abóbada; varanda	abóbada; varanda

3. O barco é uma arca de Noé

Conceptualizar o barco como a *Arca de Noé* é uma das hipóteses de trabalho propostas por Mineiro (em curso). Nesta hipótese, sustenta-se que o “Espírito dos Descobrimentos” era messiânico, no sentido de “povoar” o Oriente com os valores ocidentais (inclusivamente e sobretudo) os religiosos. A *Arca de Noé* é uma herança religiosa forte, num país de tradição cultural católica, e por isso transmissora de valores relacionados com o início de um “novo mundo”. Consequentemente, nomear partes do

¹⁰ Por actividades entende-se também resultados das actividades.

barco e instrumentos de navegação¹¹ como animais dentro do próprio “barco” (leia-se “arca”) foi uma consequência lógica da conceptualização dos Descobrimentos na época. Note-se que dentro da nomeação dos animais se encontram com alguma frequência o par macho-fêmea ou animais cujo género feminino não é flexionado ou cuja denominação é uniforme para os dois géneros (exs. *raposa*, *mosca*, *aranha*, *papagaio*, etc). No caso específico da área da construção naval, ou seja, da “construção da Arca de Noé” não se encontram animais à excepção de *papagaio*, que é, originalmente, uma peça do leme e que, posteriormente, adquire outras acepções. O facto de não existirem animais na área da construção naval deve-se, quanto a nós, ao facto de os animais não fazerem parte da “estrutura” do barco e serem “objectos amovíveis” e “úteis” para a “construção de um novo mundo”. Ao conceptualizarmos a realidade deste modo, percebemos o motivo pelo qual os animais servem para denominar privilegiadamente muitos dos “instrumentos” de navegação tal como se pode verificar nos seguintes exemplos: *aranha*; *burros*; *cágado*; *camelo cavalo*; *cabra*; *cabrita*; *cegonha*; *cão*; *delfins*; “*dragão*”¹²; *formiga*; *gata* – *gato*; (*gato*) *lambareiro*; *lebre*; *lobo*; *macaco*; *mosca*; *ovelhas*; *papagaio*; *pássaro*; “*sereia*”; *rata-rato*; *raposa*; *macaco*; *touro*; *boi*

<i>Domínio-fonte: história bíblica</i>	<i>Domínio-alvo: instrumentos de navegação</i>
aranha; burros; cágado; camelo; cavalo; cabra; cabrita; cegonha; cão; delfins; “dragão”; formiga; gata; gato; (gato) lambareiro; lebre; loba-lobo; macaco; mosca; ovelhas; papagaio; pássaro; “sereia”; rata; rato; raposa; macaco; touro; boi.	aranha; burros; cágado; camelo; cavalo; cabra; cabrita; cegonha; cão; delfins; “dragão”; formiga; gata; gato; (gato) lambareiro; lebre; loba-lobo; macaco; mosca; ovelhas; papagaio; pássaro; “sereia”; ratos; raposa; macaco; touro; boi.

4.2. Análise linguístico-comparativa

Alguns nomes metafóricos da construção naval sofreram, entre os séculos XVI e XVII e o século XX, alterações de significado, outros proliferaram as acepções criando também, nalguns casos, paradigmas combinatórios ricos. Atente-se nos seguintes exemplos:

(1) *abóbada e orelhas*

O termo *abóbada* tem actualmente um sentido que não lhe era atribuído nos séculos XVI-XVII. Actualmente:

¹¹ Os “instrumentos de navegação” não são todavia analisados nesta comunicação apenas o é “construção naval”.

¹² “Dragão” e “sereia” não são “animais plenos” mas “figuras mitológicas”.

“Curvatura do casco sob a qual gira o hélice do navio, limitando por cima o espaço em que este trabalha” (Dicionário Houaiss, 2001).

Significava anteriormente:

“Tanto nas naus como nos galeões, os pavimentos das estruturas da popa ultrapassavam para ré o cadaste. As estruturas que suportavam esses prolongamentos que eram de perfil curvo, chamavam «abóbadas»” (*Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*, 1990)

O termo *orelhas* tem actualmente um sentido diferente daquilo que tinha nos séculos XVI-XVII. Actualmente, significa:

“cada uma das partes que forma ângulo na base das «patas» da âncora” (*Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*, 1990)

“compõem-se de (...) braços (as partes das âncoras que unham), patas (que terminam em bicos) as orelhas (bicos inferiores das patas) e unhas (extremidades das patas).” (Contexto corpus TerminiNáutica)

Significava:

“*velas triangulares envergadas na última verga*” (*Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*, 1990)

(2) *papagaio*

No caso de *papagaio*, as acepções proliferaram. Hoje em dia, um *papagaio* já não é considerado apenas uma “Peça do leme” mas sim:

(1) “Peça da ponte de navegação”; (2) “Pequena armação de lona para segurança dos tripulantes aquando o naufrágio”; (3) “espécie de pequenas janelas (gelosia) que faz parte da rocega mecânica”. (contextos corpus Termináutica)

(3) *castelo e boca*

No caso de *castelo*, o sentido original manteve-se. Acontece, porém, que a técnica de construção naval evoluiu, criando “novos castelos”. Nos galeões, existiam apenas o *castelo da proa* e o *castelo da popa*. Ambos são estruturas que se levantam por cima da primeira cobertura, ou seja, do convés. Na construção naval actual, essa estrutura levanta-se também a meio do convés, donde surgiram as denominações de “castelo do meio” ou de “castelo central”.

“(…) serve para designar os navios de porte relativamente grande, com acastelamentos à proa e à popa (…)”. (contexto corpus TerminiNáutica)

“(…) nos galeões antigos havia apenas o castelo da proa e da popa sendo um castelo do meio uma invenção moderna.” (contexto corpus TerminiNáutica)

O mesmo fenómeno se passa com *boca*. *Boca* significa “a maior largura do navio”, significado que já tinha nos séculos XVI-XVII. Actualmente, existem sobre este nome combinatórias muito específicas que exibem a necessidade de nomear objectos mais específicos da *boca* na construção naval que não existiam anteriormente.

“(…) a boca é a secção mais larga do navio, isto é a sua máxima largura.” (contexto corpus TerminiNáutica)

A escolha de boca deve-se ao facto de esta ser uma metáfora que funciona bem na nomeação da “maior largura do navio” por analogia com a “forma” da boca humana. Essa imagem foi reaproveitada neste mesmo campo, tal como se pode verificar no seguinte articulado:

- *Boca de arqueação*, boca tomada por dentro das balizas¹³
- *Boca de grosso*, a maior boca do navio que em geral é a meio
- *Boca da querena*, maior largura entre dois ramos da baliza mestre
- *Boca de sinal*, boca máxima tomada pelo lado do forro (= boca registada na capitania)

5. Notas conclusivas

Após esta análise, chegámos a algumas pistas que nos apontam nas seguintes direcções:

(1º) Admitimos como hipótese que a maioria dos nomes construídos por metáforas que se mantêm inalterados pertencem a áreas nas quais a construção naval não evoluiu em termos de técnica como no seguinte exemplo:

(4) *dormentes*

dormentes, s.m. “fortes vigas de madeira que percorrem de popa a proa, ligadas para as amuradas, a fim de travarem as balizas e servirem de apoio aos extremos dos vaus” (*Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*, 1990)

¹³ A fonte destas definições foi o *Dicionário Ilustrado de Marinha*, da autoria de António Marques Esparteiro (cf. bibliografia).

“[Dormentes] são peças pregadas de popa à proa, por dentro das balizas, à altura dos pavimentos. Os dormentes de um e outro bordo são reunidos ou ligados à proa e à popa por peças curvas chamadas bussardas.” (contexto TermiNáutica)

(2º) Verificámos que alguns nomes construídos por metáfora, adquiriram novas acepções relativamente ao significado usado nos séculos XVI-XVII. Esse significado arcaico deixou de fazer parte do vocabulário activo deste léxico de especialidade no século XX como no seguinte exemplo:

(5) *Papagaio*

– nos séculos XVI-XVII significava uma “Peça do leme” (encontrado no corpus Steger) e no século XX significa uma peça da ponte de navegação (encontrado no corpus TermiNáutica e no *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*, 1990)

(3º) Apercebemo-nos que alguns dos nomes construídos por metáfora evoluíram criando paradigmas combinatórios muito ricos, à medida que o rigor e precisão da técnica de construção naval progrediu (exemplos: *boca*; *castelo*)

Referências Bibliográficas

- FAUCONNIER, G (1984). *Espaces Mentaux: aspects de la construction du sens dans les langues naturelles*, Paris: Ed.Minuit.
- LAKOFF, G. & Johnson, M (1980). *Metaphors We Live By*. Chicago: University of Chicago Press
- ROSCH, E (1973) Natural Categories. *Cognitive Psychology*, (4), pp.328-350.
- TURNER, M. & Fauconnier, G (1995) Conceptual Integration and Formal Expression. *Journal of Metaphor and symbolic activity* (10).pp.183-203
- TURNER, M. e Fauconnier, G (1998) Conceptual Integration Networks. *Cognitive Science* (22), pp.133-187.

Webliografia:

- FAUCONNIER, G.(2004), “Compressions de Relations Vitales dans les Réseaux d’Intégration Conceptuelle” (disponível em www.blending.stanford.edu).
- TURNER, M. & Fauconnier, G. (1994) “Conceptual Projection and Middle Spaces” UCSD: Department of Cognitive Science Technical Report 9401 (disponível em <http://cogsci.ucsd.edu>)

Obras de referência

LEITÃO, H. e J. Vicente Lopes, *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual* (1990). Lisboa: Ed. Culturais de Marinha, Lisboa.

MARQUES Esparteiro, A. *Dicionário Ilustrado de Marinha*, (2001). Lisboa: Clássica Editora.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001). Rio de Janeiro: Editora Objetiva.

Corpus séculos XVI-XVII:

AGUILAR, Marcos Serveira de (1640): *Advertências de Navegantes*.

LAVANHA, João Baptista (1600-1624): *Livro Primeiro da Architectura naval*.

FERNANDES, Manuel (1616): *Livro de Traças de Carpintaria com todos os Modelos e Medidas para se fazerem toda a Navegação assy d'Alto Bordo como de Remo*.

OLIVEIRA, Padre Fernando (1580): *Livro da Fabrica das Naus*.

Autor desconhecido (s.d.): *Livro Nautico ou Meio pratico da Construção de Navios e Galés antigos*.

Polissemia sufixal: o caso das formas X-eiro – propostas e problemas

*Maria Lúcia Leitão de Almeida
e Carlos Alexandre Gonçalves*

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

1. A questão da polissemia

Classicamente, uma palavra é considerada polissêmica se mais de uma definição é necessária para dar conta de seus significados ou, em termos mais precisamente aristotélicos, a forma é polissêmica se um único conjunto de condições necessárias e suficientes não pode ser definido para cobrir todos os conceitos expressos por ela. Se tal ocorre, três problemas imediatamente se colocam:

- (a) se diferentes sentidos da palavra são sistematicamente relacionados, como eles derivam uns dos outros?
- (b) se há relação semântica entre formas, como elas podem ser organizadas de modo a refletir regularidades?
- (c) a distinção entre aspectos do significado corresponde a múltiplos sentidos da palavra ou constitui diferentes manifestações de um sentido comum?

Tais questões, que freqüentemente permeiam a literatura sobre polissemia (Fillmore & Kay, 1994), tornam-se ainda mais complexas quando consideramos a questão dos diversos sentidos que aparecem em construções afixais, pois a tais questões se acrescentam aspectos específicos da teoria morfológica. Dessa maneira, deve-se considerar, também, (1) se a polissemia está na base ou no produto da derivação, (2) se o próprio formativo é polissêmico, ou, ainda, (3) se há características da base que licenciam este ou aquele significado.

2. Objeto da análise é objetivos

Neste trabalho, enfocamos a variedade de acepções das formas X-eiro do português brasileiro, reforçando a existência de polissemia do tipo gramatical – em oposição à lexical, como prioritariamente trata a literatura sobre o assunto (p. ex., Lakoff, 1987). Vale dizer que Fillmore (1990: 130) também distingue a polissemia gramatical da lexical, mas, diferentemente da análise que desenvolvemos neste artigo, detém-se o autor apenas nas formações sintáticas com verbos auxiliares. No nosso caso, mapearemos as diferentes significações das formas X-eiro, tendo em vista os seguintes objetivos:

- (a) sugerir que as construções com -eiro constituem uma construção gramatical, nos termos de Goldberg (1995),
- (b) estabelecer o significado mais básico do sufixo, se agente (como em 'sorveteiro' e 'sapateiro') ou locativo (como em 'cinzeiro' e 'galinheiro),
- (c) depreender os processos cognitivos que subjazem às diferentes acepções das formas derivadas, e, por fim,
- (d) estabelecer uma rede, nos termos de Fillmore & Kay (1994), que explicita a extensão polissêmica dos diferentes tipos de forma a partir de núcleo(s) semântico(s) comum(ns).

3. As diferentes acepções das formas X-eiro

Em estudo sobre as construções X-eiro no português do Brasil, Gonçalves (1996) propõe que as formas X-eiro sejam distribuídas por seis grupos de afinidade morfossemântica: (a) agentivos profissionais ('pedreiro', 'sorveteiro'), (b) agentivos habituais ('fofoqueiro', 'marombeiro'), (c) agentivos naturais ('coqueiro', 'jambeiro'), (d) locativos ('cinzeiro', 'galinheiro'), (e) intensificadores ('nevoeiro', 'lameceiro') e (f) modais ('certeiro', 'grosseiro'). Marinho (2004) reanalisas as formas X-eiro estudadas por Gonçalves (1996) à luz da Morfologia Derivacional (Aronoff, 1979; Basílio, 1980) e conclui que são produtivas apenas as acepções agentivas.

O sufixo -eiro designador de agente profissional pode ser parafraseado como "aquele que trabalha com o que está especificado na base". As formações de agente profissional das construções X-eiro caracterizam-se por possuir base nominal e concreta com *output* substantivo também concreto. É o que se percebe em exemplos como 'açougueiro', 'jornaleiro', 'minhoqueiro', 'porteiro' e 'jardineiro'. Portanto, bases como "açougue", "jornal", "jardim", "minhoca" e "porta" possuem as características comuns de concretude e classe nominal, o que também ocorre com seus respectivos produtos agentivos.

No *corpus* analisado por Marinho (2004), algumas formações mais recentes atestam a produtividade da acepção em foco. É o caso de 'minhoqueiro' (denominação dada aos trabalhadores que vivem do comércio de minhocas gigantes na Região Norte do país) e 'mosquiteiro' (profissionais que trabalham no combate ao mosquito da dengue), recentemente veiculadas na mídia televisiva brasileira.

O -eiro agente habitual pode ser traduzido, nas palavras de Marinho (2004: 44), como "aquele que pratica o que está especificado na base com frequência". É o caso, entre inúmeros outros, de 'caloteiro', 'trambiqueiro' e 'cambalacheiro'. Nesse caso, as bases são abstratas, ao contrário do que ocorre com os agentivos profissionais. Se o produto dos agentes profissionais é um substantivo, o dos habituais pode ser tanto um substantivo quanto um adjetivo, ou seja, os itens lexicais apresentam uma acentuada mobilidade categorial. De acordo com Gonçalves (1996), uma característica marcante dos produtos desse grupo é a expressão da pejoratividade: as formações são criadas com o intuito de atribuir um juízo de valor depreciativo ao ser denominado.

Tanto na análise de Marinho (2004) quanto na de Gonçalves (1996), existem dois tipos de formações agentivas com o sufixo *-eiro*: as profissionais e as habituais. Seria mais interessante, numa análise baseada na competência lexical do falante, definir apenas uma regra de formação de agentivos em português? Alguns argumentos podem ser utilizados para reforçar a idéia de agrupamentos distintos de *X-eiro* agentivo:

- (a) ao preservar os dois agrupamentos, consegue-se explicar o fato de as bases dos agentes profissionais serem concretas e a dos habituais abstratas;
- (b) formas como ‘faroleiro’ só têm sua especificação semântica determinada de acordo com a interpretação dada à base. Se ela for interpretada como concreta, tem-se um agente profissional (aquele que trabalha em faróis); caso contrário, a formação resultante constitui agente habitual (aquele que faz farol. ou seja, é dado a ostentações);
- (c) um único agrupamento não daria conta da pejoratividade e da flutuação categorial, presente apenas nos produtos dos agentivos habituais; e, por fim,
- (d) a análise unificada dos agentivos não dá conta do fato de somente os profissionais estarem em relação paradigmática com locativos *X-aria*, como se vê nos pares abaixo:

barbeiro	barbearia
chapeleiro	chapelaria
cuteleiro	cutelaria
enfermeiro	enfermaria
marceneiro	marcenaria
peixeiro	peixaria
mandingueiro	*mandingaria
mexeriqueiro	*mexericaria
cambalacheiro	*cambalacharia
caloteiro	*calotaria
macumbeiro	*macumbaria

O grupo de construções *X-eiro* que denota nome de árvore apresenta bases (nomes de frutos) e produtos nominais caracterizados como concretos: ‘abacateiro’, ‘mamoeiro’ e ‘coqueiro’. Gonçalves (1996) e Marinho (2004) defendem a idéia de extensão metafórica para os dados desse grupo: um item como ‘cajazeiro’ está mais próximo de uma palavra como ‘doceiro’ que de uma como ‘saleiro’, “visto que ela é mais bem interpretada como “que produz X” do que como “onde fica X”, da mesma forma que o agente profissional” (Marinho, op. cit.: 52).

No grupo “acúmulo/excesso”, o sufixo *-eiro* marca a intensidade do que se especifica na base substantiva (“aguaceiro” pode ser parafraseado como excesso de água). Em função do baixo contingente de dados e da inexistência de novas formações, o grupo em questão pode ser considerado improdutivo.

As construções locativas em *-eiro* apresentam, via de regra, base e produto nominais e concretos. Os derivados são interpretados como “local onde se deposita o

que está veiculado na base”. ‘Saleiro’ é, portanto, o local onde se coloca/guarda sal. Em alguns itens do *corpus* analisado por Marinho (2004), a idéia de local não se concentra necessariamente em um objeto em que se põe algo: ‘banheiro’, ‘puteiro’ e ‘galinheiro’ veiculam diferentes acepções de local, aqui interpretado apenas genericamente. O grupo é analisado como improdutivo pelos dois autores que investigaram as formações X-eiro do português brasileiro.

Por fim, palavras como ‘certo’ e ‘verdadeiro’ ressaltam uma qualidade e/ou característica da base, de forma que as construções podem ser parafraseadas como “X-eiro é dotado ou tem as características de X”. Por exemplo, “grosseiro” é o ser qualificado por ser “grosso”, o que caracteriza tais construções como modais, haja vista a ausência de significado claramente especificado. O que esse grupo possui como fator de diferenciação em relação aos outros é o fato de gerar *outputs* tipicamente adjetivos. Como a acepção locativa, também a modal é considerada improdutiva no português brasileiro contemporâneo.

4. X-eiro como construção gramatical

Para a Linguística Cognitiva, a gramática consiste de um inventário de categorias e construções gramaticais (Goldberg, 1995). Por construção, entende-se o pareamento de uma estrutura conceptual complexa com um significante e uma pragmática que lhe é peculiar. No caso da derivação em pauta, tem-se uma categoria gramatical de substantivos denominais que formam a construção gramatical X-eiro. Essa construção apresenta a peculiaridade de ser polissêmica e, por isso mesmo, pode se expressar formalmente a partir de uma rede que se constrói a partir de um centro mais representativo, ou seja, no caso em pauta, que expresse um sentido mais agentivo, concreto, e que seja produtivo na língua.

Desse contorno, emergem as principais teses da Linguística Sócio-Cognitiva:

- (a) léxico, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática formam um *continuum* de fronteiras não demarcadas (Langacker, 1987);
- (b) a língua é formada por uma coleção de construções gramaticais, i. é, um conjunto de signos em que se encontram pareados forma e sentido, existentes nos considerados diferentes níveis da gramática. Em outras palavras, podem ser construções gramaticais tanto os morfemas quanto as palavras e as frases (Goldberg, 1995);
- (c) constitui característica da cognição humana o poder de projeção inter e intra-dominial, ou seja, de metaforizar e de metonimizar (Langacker, 1987).

Como dito anteriormente, *sugerimos* que as construções agentivas constituam uma construção gramatical (CG) básica que permite a realização de uma rede construcional, que demonstre a relação não só das várias acepções de X-eiro como das outras formações agêntivas, mas isso é assunto para outro trabalho.

Aventamos, apenas como hipótese de trabalho, que haja uma construção gramatical de agentivos em português, tão básica como uma das cinco construções que Goldberg (1995: 1-2) descreve em seu trabalho. Se uma construção sintática é descrita aliando-se a sua configuração sintática a uma semântica específica, podemos postular legitimamente que o mesmo se dá para as construções morfológicas, havendo aí tão somente alteração do nível do componente-significante (a configuração agora é morfológica).

O sufixo descrito neste trabalho não constitui o único afixo denominal formador de agentivos em nossa língua; outros sufixos desempenham igual função em português, como, por exemplo, -ário ('bancário', 'escriturário') e -ista ('articulista', 'roteirista'). A análise desenvolvida para as formas X-eiro pode ser estendida às formações X-ário e X-ista, pois acreditamos haver uma construção geral de agentivos em português (doravante CGA), conforme explicado. Essa CGA se apóia em esquemas imagéticos primitivos de relações espaciais: parte-todo, contacto, adjacência. A compreensão da CGA é alimentada por uma das mais metáforas fundamentais: a de estrutura de evento (Lakoff & Johnson, 1980: 179). O evento fornecido pela metáfora integra elementos relevantes ao seu estabelecimento: quem age, onde, sobre o quê, com quê, como. Tem-se, ao lado da integração (Fauconnier & Turner, 1994, 1996 e 1998), a compressão da informação, que forma uma rede do tipo "espelho", ou seja, uma rede em que todos os espaços (*inputs*, genéricos e da mescla) partilham um enquadre organizado, no caso, de evento. A CGA pode ser descrita da seguinte maneira:

Construção agentiva: X (base)(agir) Y (sufixo agentivo)

5. X-eiro com rede polissêmica

Para o estabelecimento da rede X-eiro, partimos da análise semântica dos seus produtos, levando em consideração, conforme metodologia sugerida em Fillmore (1990), a acepção de dicionário (no caso, a definição do sufixo -eiro no Dicionário Aurélio (Ferreira, 2000)). Apesar de o verbete ser pouco esclarecedor, a análise feita por Gonçalves (1996) e Marinho (2004) mostra que há prevalência da noção de agentividade concreta ('quitandeiro' – que age pertinentemente na quitanda) ou abstrata ('abacateiro' – que gera abacates) nas palavras assim formadas¹.

Três grandes questões emergem quando se analisam as formas em -eiro: (a) como os significados das partes se relacionam para com o significado global do produto? (b) que significado adicional ou função cognitiva atua em função do que se estabelece em (a)? e (c) como se relacionam os diversos tipos de X-eiro entre si?

Pela classificação apresentada na seção 3, seis grupos distintos de acepções caracterizam as formas X-eiro e aparentemente não se constituem em extensões polissêmicas. De fato, parece pouco consistente, à primeira vista, aproximar agentes,

¹ De acordo com Gonçalves (1996), cerca de 90% das 345 formações X-eiro, rastreadas a partir de fontes orais e escrita, nomeiam agentes.

como ‘vaqueiro’ e ‘quiosqueiro’, a modais ou a intensificadores, sobretudo se levarmos em conta definição de agente tomada do senso comum – “aquele que pratica uma ação”. Entretanto, se buscarmos uma acepção mais filosófica para “agente”, como a proposta por Ferreira (2000), encontraremos um alargamento da noção: agente é definido pelo dicionarista Aurélio (Ferreira, 2000: 14) como a “sede física, psicológica, moral, social ou metafísica da ação; natureza ou vontade que se manifesta na ação”. Seja pelo senso comum, seja pela definição filosófica, agente e ação estão inextricavelmente ligados.

Então, a resposta às questões (a) e (b) encontram-se nos agrupamentos e suas explicações; a resposta à (c), na proposta de rede e considerações de motivações aos seus *links*.

5.1. Os seis grupos

Levando em conta Fillmore (1990), para quem que significados são relativizados a cenas, torna-se inevitável a constatação de que a menção de um agentivo, típico ou não, ativa² uma cena de evento, ou seja, de alguém (ou algo) que age em algum lugar, de algum modo, sobre um dado objeto, produzindo alguma coisa. Desse modo, os elementos básicos que integram uma estrutura de evento são (a) o agente, (b) a ação, (c) o local e, por fim, (d) o objeto, que, por sua vez, pode se consubstanciar em (d1) produto (açúcar), (d2) instrumento (ferro), (d3) substância (cachaça) e (d4) ente (animais).

Como demonstrado em Fillmore (op.cit.), as cenas podem ser tomadas em várias perspectivas. Por exemplo, nas cenas comerciais, a transação pode ter foco no receptor, no caso do verbo ‘comprar’, ou no doador, no caso de ‘vender’. Nas cenas agentivas, ocorre processo similar de focalização. Por meio de processos lingüísticos e cognitivos, são focalizados determinados elementos e subfocalizados outros, de maneira altamente regular no que diz respeito à relação entre a base e o sufixo agentivo. Assim, quando falamos em ‘jardineiro’, conceptualizamos alguém (agente) que trabalha num jardim (local). Em ‘açucareiro’, ao contrário, conceptualizamos um local que tem por função armazenar o produto (objeto) especificado pela base (açúcar). Em cada grupo, pode ser focalizado um elemento para servir de base à formação, sendo que o produto lexical vai designar outros elementos da mesma cena. Os elementos da cena são os seguintes, como já adiantamos mais acima:

AGENTE	
AÇÃO / MODO	
LOCAL	
OBJETO	Produto
	Instrumento
	Substância
	Ente

² Nos termos de Fauconnier (1985/1994), as palavras não portam os significados, mas guiam o sentido por meio da ativação das bases estáveis de conhecimento armazenado.

5.2 Grupo 1: Agentes profissionais

Considerando-se a metáfora de que “ações são locais” e que, para a Linguística Cognitiva, as relações espaciais são mais básicas, encontram-se no centro desse grupo formas como ‘jardineiro’, ‘coveiro’ e ‘açougueiro’, que tomam o lugar em que se desempenha a função como base. Se, entretanto, o local geral é irrelevante para a definição do agente profissional, especifica-se, na base, a parte sobre a qual se dá a ação (‘porta’/‘porteiro’). Na inexistência de lugar específico para atividade em que a única constante é o objeto de trabalho, o objeto serve de base (‘minhoca’/‘minhoqueiro’)³. Similarmente, temos a relação metonímica produtos por agente, que gera: ‘sorveteiro’, ‘sapateiro’, ‘costureiro’ e ‘chaveiro’. Por fim, tem-se substância por agente, como ‘cachaceiro’ e ‘maconheiro’. Observe-se que as formações agentivas desse grupo resultam em designações de agentes, em seu sentido mais estrito.

5.3 Grupo 2: Agentes habituais

Este grupo é formado por palavras que designam habitualidade de ação socialmente reprovada, como ‘fofoqueiro’, ‘futriqueiro’ e ‘faroleiro’. Essas formações se constroem metonimicamente: a atividade (fofoca) serve de base para expressar o agente. O fato de o exercício de uma profissão/ofício envolver uma prática quase sempre costumeira/rotineira pode ter sido o aspecto motivador para a extensão de significado.

5.4 Grupo 3: Agentes naturais

Este grupo caracteriza-se por conter nomes de árvores – ‘coqueiro’, ‘jambeiro’, ‘abacateiro’ – que também se formam por processo metonímico.

5.5 Grupo 4: Locativos

Neste grupo, encontram-se objetos ou espaços que têm em comum o fato de reunirem/guardarem elementos múltiplos da espécie designada pela base: ‘sal’/‘saleiro’, ‘açúcar’/‘açucareiro’, ‘galinha’/‘galinheiro’.

5.6 Grupo 5: Intensificadores

Este grupo reúne formas que designam o modo da ação que pode ser intensificada pela metonímia “substância por seu excesso”: ‘lamaceiro’, ‘nevoeiro’.

³ Não há, neste grupo, como ocorre no português europeu, agentivos que tomem como base a ação, como banho/banheiro. Essa formação equivale no PB a “casa de banho”. A denominação para o profissional que atua na praia, em PB, é salva-vida.

5.7 Grupo 6: Modais

Os vocábulos têm por base um adjetivo de carácter geral, cuja propriedade é atribuir valor a um modo de ação: 'certo'/'certo', 'grosso'/'grosso'.

6. A rede polissêmica

No caso da rede X-eiro, tem-se que elementos da cena agentiva, ativada pela forma lexical, também se encontram subjacentes à formação. A rede X-eiro proposta desdobra-se a partir de um centro básico (prototípico), que é expresso pelo grupo dos agentes profissionais. Por extensão metafórica, dois grupos derivam do centro: os agentes habituais e os naturais. As extensões parecem se dar do seguinte modo: se 1. Trabalhar é agir (agente profissional), então, 2. Praticar algo habitualmente é agir (agente habitual) e 3. Produzir naturalmente é agir (agente natural).

Por serem gerados diretamente do centro prototípico pela mesma habilidade cognitiva – a conceptualização de um domínio em termos de outro –, esse grupos serão representados no diagrama na linha superior. Os outros dois grupos – locativos e modais – parecem se dar por alteração de foco nos elementos da cena. No primeiro caso, focaliza-se o local pelo agente; no segundo, o modo ou atributo da ação. Este último grupo, entretanto, parece ser mais naturalmente gerado dos agentes habituais pelo fato de ambos envolverem um carácter atributivo de julgamento: tanto é que os habituais podem ocorrer como adjetivos e os modais já são derivados diretamente de adjetivos.

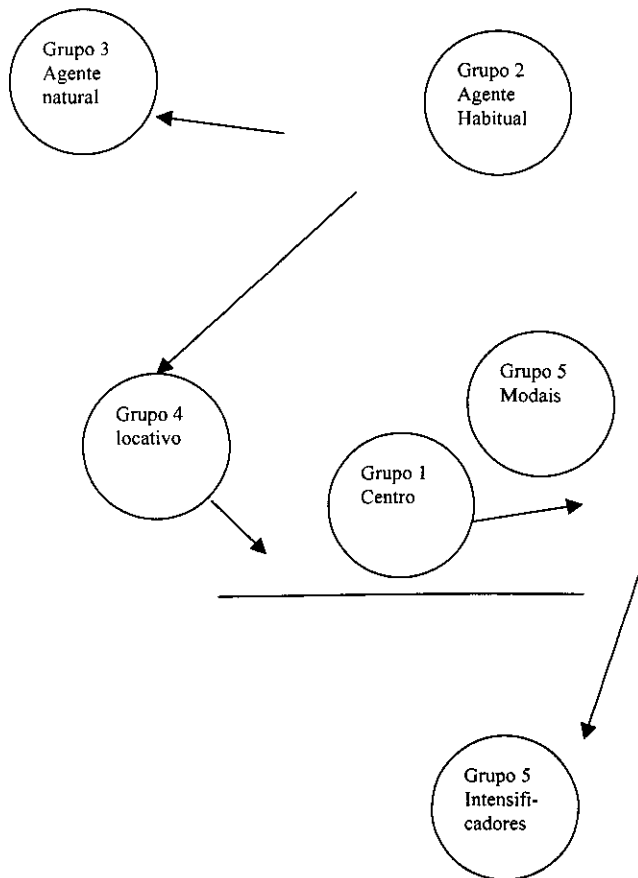
O último grupo – o dos intensificadores – deve ser derivado do grupo dos locativos, porque nesse há uma noção de multiplicidade, que é refocalizada como excesso de algo. Por serem menos tipicamente agentivos e por serem gerados por habilidades cognitivas diferentes das anteriores, os modais serão representados abaixo do centro prototípico.

A rede polissêmica que caracteriza as construções X-eiro é a da página seguinte, em nossa proposta de análise.

7. Palavras finais

A produção de um agentivo, no caso em -eiro, evoca uma cena de ação com seus elementos componentes. As instruções para construção do sentido se dão por pistas contextuais, pragmáticas e/ou lingüísticas, que proporcionarão o acesso a que grupo de agentivos a palavra em questão se liga.

A rede a que chegamos parece resolver as questões inicialmente colocadas. Ela expressa a radialidade da categoria dos agentivos e mostra que habilidades cognitivas, já fartamente descritas na literatura, proporcionam as diversas extensões de significado do sufixo. É especialmente interessante observar que, no interior de cada grupo, a criação lexical se dá regularmente por processos metonímicos, com base nos elementos que compõem a cena esquemática de ação. Entretanto, a rede também expressa que há um centro prototípico e grupos que apresentam diferentes graus de afastamento desse centro, dois inclusive se ligando apenas indiretamente.



A rede capta também o fato de que os grupos que abrigam os vocábulos mais tipicamente agentivos formam-se por projeção metafórica a partir do núcleo, enquanto os outros se explicam por refocalização de propriedades dos grupos anteriores dos quais derivam. Não pode ser casual o fato de os que se realizam por projeção metafórica serem exatamente os grupos mais produtivos no português brasileiro. No entanto, essa verificação fica para novos estudos e análises ou, quem sabe, para outros autores. Não podemos, entretanto, deixar de nos lembrar de Langacker (1987), que afirma que a habilidade central da cognição humana é a de comparar e projetar. Talvez, por esse caminho, esteja a resposta.

Referências Bibliográficas:

- ARONOFF, M. (1979). *Word formation in generative grammar*. Cambridge: CUP Press.
- BASÍLIO, M. (1980). *Estruturas lexicais do português*. Petrópolis: Vozes.
- FAUCONNIER, G. (1985/1994). *Mental Spaces: Aspects of Meaning Construction in Natural Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FAUCONNIER, G. & Turner, M. (1994). *Conceptual Projection and Middle Spaces*. Technical Report no. 9401, Department of Cognitive Science, University of California, San Diego.
- FAUCONNIER, G. & Turner, M. (1996). Blending as a Central Process of Grammar. In: Goldberg, A. (ed). *Conceptual Structure, Discourse and Language*. Stanford, CA: CSLI.
- FAUCONNIER, G. & Turner, M. (1998). Conceptual Integration Networks. *Cognitive Science*, Santa Barbara, 22 (2): 133-187.
- FERREIRA (Aurélio), A. B. (2000). *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes.
- FILLMORE, C. & Kay, P. (1994). *Grammatical Constructions and Linguistic Generalization: the What's X doing Y? construction*. Unpublished Manuscript
- FILLMORE, C. (1990). The Contribution of Linguistics to Language Understanding. In: Bocaz, A. (ed.). *Proceedings of the First Symposium on Cognition, Language and Culture*. Universidad de Chile, 109-128.
- GOLDBERG, A. (1995). *Constructions*. Chicago: University of Chicago Press.
- GONÇALVES, C. A. (1996). Formações X-eiro no português do Brasil: um estudo sobre produtividade lexical. *Expressão*, Teresina, 6 (1): 7-21.
- LAKOFF, G. (1987). *Women, Fire and Dangerous Things: What Categories Reveal about Mind*. Chicago: University of Chicago Press.
- LAKOFF, G. & Johnson, M. (1980). *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press.
- LANGACKER, R. (1987). *Foundations of Cognitive Grammar*. Vol. 1: Theoretical Prerequisites. Stanford, Calif.: Stanford University Press.
- MARINHO, M. A. F. (2004). Questões acerca das formações X-eiro do português do Brasil. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras.

Análise cognitiva de construções epistêmicas no Português do Brasil

Lilian Vieira Ferrari

Universidade Federal do Rio de Janeiro/Brasil

1. Introdução

O presente trabalho propõe uma análise contrastiva de dois tipos de construções epistêmicas bastante produtivas no português do Brasil. A primeira delas apresenta a moldura sintática [SN [V [SN' SA]], tendo como complemento do verbo uma mini-oração ou oração pequena (Raposo, 2000; Foltran, 2001), como ilustra o exemplo abaixo:

(1) Eu achei [o livro interessante].

Nos termos da Linguística Cognitiva, tendo em vista que o processo cognitivo de mesclagem (Fauconnier & Turner 2002, Mandelblit 2000) envolve a integração de várias estruturas conceptuais em uma única unidade conceptual, admite-se que construções sintáticas do tipo exemplificado em (1) podem funcionar como molduras integradoras, permitindo a integração conceptual e linguística de uma seqüência complexa de eventos em uma única moldura de evento esquemática, marcada por uma construção sintática simples. Esse é o caso do exemplo acima, que ilustra estruturas que serão denominadas Construções Epistêmicas Integradas (CEI) no decorrer do presente trabalho.

O outro tipo de construção apresenta o verbo epistêmico em uma cláusula matriz que exige complemento sentencial direto. Essa construção apresenta a moldura sintática [SN V [COMP SN' COP SA]], como no exemplo a seguir:

(2) Eu achei que o livro era interessante.

Nesse caso, diferentemente do exemplo (1), a codificação dos eventos apresentados é expressa por uma construção em que há uma relação de subordinação sintática marcada pelo complementizador “que”. Sendo assim, ocorrências do tipo (2) serão rotuladas de Construções Epistêmicas Completivas (CEC).

Com o objetivo de analisar as CEI e contrastá-las com a CEC, o presente trabalho está dividido em duas seções. Em primeiro lugar, enfoca-se a noção de construção gramatical, retomando-se propostas de análise de redes construcionais (Goldberg, 1995); em seguida, postula-se que as CEI e as CEC semanticamente equivalentes, são pragmaticamente distintas, em função do Princípio da Não-Sinonímia (GOLDBERG, 1995). A análise dessa diferença pragmática em dados conversacionais permitiu a

conclusão de que as construções epistêmicas integradas pressupõem experiência direta entre sujeito e fonte da conclusão, realizando atos de fala expressivos. Já as construções epistêmicas completivas indicam conclusões via experiência indireta, atenuando atos de fala assertivos.

2. A gramática das construções

O principal postulado teórico da Gramática das Construções, de acordo com as propostas de Fillmore, Kay & O'Connor (1988), Fillmore & Kay (1993), Lakoff (1987), Langacker (1987), Goldberg (1995), Croft (2001), é que construções são correspondências especiais de forma e significado. Trata-se, portanto, de padrões sintáticos recorrentes de representações esquemáticas simbolicamente complexas. Nesse sentido, as construções em si mesmas acionam significados, independentemente das palavras que as compõem.

Vale ressaltar que não se coloca em questão a grande quantidade de informação fornecida por itens lexicais individuais. O que se argumenta é que uma abordagem baseada apenas no léxico não fornece explicações plenamente satisfatórias. Faz-se necessário reconhecer a existência de construções independentes, ou seja, estruturas semânticas particulares associadas a expressões formais específicas.

2.1. Redes de construções

Os teóricos alinhados à perspectiva teórica da “Gramática das Construções” argumentam que as construções gramaticais são tipicamente associadas a uma rede de sentidos intimamente relacionados, e não a um único sentido abstrato. Goldberg (1995, p.67) propõe os seguintes princípios psicológicos relevantes para a organização linguística:

I. PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO MAXIMIZADA – “Se duas construções são sintaticamente relacionadas, tais construções podem ser motivadas semântica ou pragmaticamente.”

II. PRINCÍPIO DA NÃO-SINONÍMIA – “Se duas construções são sintaticamente distintas, tais construções devem ser também distintas semântica ou pragmaticamente.”

Como evidência da atuação do “Princípio da Motivação Maximizada”, Goldberg (1995) analisa as Construções de Transferência de Movimento Causado em inglês (“*John gave the book to Sally*”¹). A análise proposta pela autora demonstra que tais construções originam-se, via laço de herança metafórico, de Construções de Movimento Causado (“*John pushed the piano into the room*”²).

¹ Tradução: *John deu o livro a Sally.*

² Tradução: *John empurrou o piano para a sala.*

Por outro lado, o “Princípio da Não-Sinonímia” explica a existência de uma relação entre a Construção de Transferência de Movimento Causado (“*Joe gave the book to Sally*”) e a Construção Bitransitiva semanticamente equivalente (“*Joe gave Sally the book*”³). Tendo em vista que as construções são sintaticamente distintas e semanticamente sinônimas, prevê-se necessariamente uma distinção pragmática entre ambas. De fato, as pesquisas mostram que essa diferença parece existir, já que a Construção de Transferência de Movimento Causado tende a ocorrer quando o recipiente é foco e a Construção Bitransitiva quando o foco é o objeto transferido (Erteschik-Shir, 1979).

3. Contraste pragmático entre construções epistêmicas integradas e completivas

Para análise do contraste entre CEI e CEC, retomemos aqui o Corolário A, do Princípio da Não-Sinonímia, proposto por Goldberg (1995, p.67):

“Se duas construções são sintaticamente distintas e semanticamente sinônimas, então não devem ser pragmaticamente sinônimas”

Assumindo-se a validade do princípio acima, é de se esperar que construções do tipo ilustrado em (1) estabeleçam com as construções do tipo ilustrado em (2) uma distinção pragmática. Observemos as construções semanticamente sinônimas em questão:⁴

(1) Eu achei o livro interessante.

(2) Eu achei que o livro era interessante.

De fato, a análise de dados conversacionais⁵ demonstrou que as Construções Epistêmicas Integradas do tipo ilustrado em (1) realizam atos de fala expressivos, em que o falante expressa um sentimento advindo de uma experiência sensorial direta (visão, paladar, audição, etc). Já as Construções Epistêmicas Completivas (CEC) realizam atos de fala assertivos, modalizando as opiniões apresentadas. Nesse sentido, pode-se dizer que a estrutura “eu acho que” assume o papel de angulador (“*hedge*”), cuja principal função é atuar como estratégia de proteção de face.

³ Tradução literal: *John deu Sally o livro.*

⁴ A Linguística Cognitiva questiona a existência de uma fronteira rígida entre semântica e pragmática. Entretanto, a noção de equivalência semântica está sendo utilizada aqui com a finalidade de captar a intuição dos falantes nativos de que as sentenças em questão têm sentidos aproximados.

⁵ Utilizei o Corpus Rocha (2003), que disponibiliza transcrições das interações conversacionais entre participantes do Programa de TV “Big Brother Brasil I”.

Para ilustrar a distinção proposta acima, retomemos dois exemplos do corpus analisado. O exemplo (3), a seguir, apresenta uma série de Construções Epistêmicas Integradas:

(3)

K: esse quadro aí é de quem”

A: meu

K: o de baixo”

A: qual”

L: não’ o de baixo é da Té

A: [esse é da Estela

K: ah’ o de cima é seu

A: é

K: ah eu gostei do meu’ num é querer falar não’ o meu (+) ficou punk viu

A: [eu acho o teu lindo

K: ficou manero né’ não todo mundo ficou legal’ mas cada um gosta do seu mais

A: eu gostei mais do teu

K: o meu ficou maneiríssimo’ (+) mas eu gostei (incompreensível) tamém’ o que eu menos gostei foi o da Helena véi’ num vou mentir véi’ esse de baixo aí’

A: é

K: né” esse de baixo aí eu num (+) simpatizei muito não’

A: eu gosto de mais cor

K: é’ eu também

L: esse de baixo eu achei muito assustador (2.0)

A: achei angustiante

L: é

ANDRÉ: mas de uma certa maneira é uma

KLÉBER: (arte)

ALESSANDRA: [é o objetivo

ANDRÉ: é o que”

KLÉBER: uma arte’ um objetivo

ALESSANDRA: é o objetivo dele’ ele me falou

ANDRÉ: [então’ é (se é arte não é arte) totalmente arte né’ porque arte tem tem essa coisa de mostrar uma emoção

Na interação acima, os participantes conversam a respeito de vários quadros e das suas reações emocionais aos mesmos. As CEI apresentam sujeitos em primeira pessoa, e os sintagmas adjetivais “lindo”, “muito assustador” e “angustiante” refletem a avaliação dos participantes em relação às pinturas. Trata-se, nesses casos, de construções que expressam reações emocionais à percepção dos objetos de arte em questão e, por isso, as CEI surgem nesse contexto.

Já no exemplo (4), a seguir, uma CEC aparece em contexto de discurso reportado, no qual uma das participantes reporta a sua própria fala:

(4)

T: aí eu falava tá bom

L: porque

T: porque eu queria ter feito isso eu queria proteger a gente (Leka ri) eu gosto muito de você (Leka ri) aí eu falei Leka ó eu só me **eu só achei que você tava distante o dia inteiro**

No exemplo acima, o falante T reporta sua própria fala em uma conversa que havia tido com L no dia anterior, já que a ingestão de bebida alcoólica fez com que L esquecesse detalhes da referida conversa.

Tendo em vista que a conversa havia girado em torno de um assunto delicado, envolvendo problemas de relacionamento entre L e T, ao relatar a conversa, T busca atenuar a crítica que teria feito em relação ao comportamento de L, a fim de não colocar em risco a retomada da amizade.

É interessante notar, no exemplo acima, que o item “só” integra o angulador “eu achei que”, constituindo um recurso adicional para modalizar a opinião que o falante teria expresso na conversa que está reportando. Vale observar, ainda, que a construção integrada (“*eu achei você distante o dia inteiro*”) teria valor semântico semelhante à construção utilizada, mas não seria pragmaticamente adequada nesse contexto, porque reforçaria a crítica ao invés de atenuá-la.

4. Conclusão

Este trabalho enfocou construções epistêmicas no português do Brasil, dividindo-as em Construções Epistêmicas Integradas (CEI) e Construções Epistêmicas Completivas (CEC). Consistentemente com o paradigma da Gramática das Construções, demonstrou-se que a diferença sintática e a equivalência semântica entre os dois tipos de construções apontam para distinções pragmáticas. Observou-se que as CEI sinalizam conclusões decorrentes de experiências diretas do falante, enquanto que as CEC constituem recurso modalizador, na medida em que criam uma moldura epistêmica para a atenuação de atos de fala assertivos.

Referências Bibliográficas

- BOLINGER, D. L. (1968). Entailment and the Meaning of Structures. *Glossa* 2: 119-127.
 CLARK, E.V. (1987). The Principle of Contrast: A Constraint on Language Acquisition. In B. Mac Whinney (ed). *Mechanisms of Language Acquisition*, 1-33. Hillsdale, N.J: Lawrence Erlbaum Associates.

- CROFT, W. (2001). *Radical Construction Grammar; Syntactic Theory in Typological Perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- ERTESCHIK-Shir, N. (1979). Discourse Constraints on Dative Movement. In T. Givón, ed., *Syntax and Semantics, 12: Discourse and Syntax*, 441-467. New York: Academic Press.
- FAUCONNIER, G. & Turner, M. (1994). *Conceptual Projection and Middle Spaces* (Technical Report 9401). San Diego: Department of Cognitive Science, University of California.
- FAUCONNIER, G. & Turner, M. (1996). Blending as a Central Process of Grammar. In Goldberg, A. (ed.), *Conceptual Structure, Discourse and Language*, 113-130. Stanford: CSLI.
- FAUCONNIER, G. & Turner, M. (1998). Conceptual Integration Networks. *Cognitive Science* 22(32), 133-187.
- FAUCONNIER, G. & Turner, M. (2002). *The Way We Think. Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities*. New York: Basic Books.
- FERRARI, L.V. (2003). A Linguística Cognitiva e o Realismo Corporificado: Implicações Filosóficas e Psicológicas. *Revista Veredas* 9, v. 5, n. 2. Juiz de Fora: Eduff. 23-29.
- FILLMORE, C. & Kay, P. (1993). *Construction Grammar*. Ms, University of California, Berkeley.
- FILLMORE, C., Kay, P. & O'Connor M.C. (1988). Regularity and Idiomaticity in Grammatical Constructions. *Language* 64: 501-538.
- FOLTRAN, M. J. (2003). Relações de predicação. In: Muller (ed.). *Semântica Formal*. Contexto: São Paulo.
- GOLDBERG, A. (1995). *Constructions*. Chicago: University of Chicago Press.
- HAIMAN, J. (1985). *Natural Syntax: Iconicity and Erosion*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LAKOFF, G. (1987). *Women, Fire and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*. Chicago: University of Chicago Press.
- LAKOFF, G. & Johnson, M. (1980). *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press.
- LAKOFF, G. & Johnson, M. (1999). *Philosophy in the Flesh: The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. New York: Basic Books.
- LANGACKER, R. (1987). *Foundations of Cognitive Linguistics*. Vol. I: *Theoretical Prerequisites*. Stanford: Stanford University Press.
- MACWHINNEY, B. (1989). Competition and Lexical Categorization. In R. Corrigan, F. Eckman, and M. Noonam, eds., *Current Issues in Linguistic Theory*, Vol. 61: *Linguistic Categorization*. Amsterdam Studies in the Theory and History of Linguistic Science, series 4. Amsterdam: John Benjamins.
- MANDELBLIT, N. (1997). *Grammatical Blending: Creative and Schematic Aspects in Sentence Processing and Translation*. Unpublished Ph.D. Dissertation, University of California, San Diego.

- MANDELBLIT, N. (2000). The Grammatical Marking of Conceptual Integration: From Syntax to Morphology. In *Cognitive Linguistics* vol. 11-3/4.
- MARMARIDOU, S. (2000). *Pragmatic Meaning and Cognition*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins.
- MÜLLER, A. L. (2003). *Semântica Formal*. Contexto: São Paulo.
- PUTNAM, H. (1981). *Reason, Truth and History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RAPOSO, E. (1992). *Teoria da Gramática: Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Caminho.

Resultatividade, ergatividade e tipologia Uma história em três atos

Marcelo Andrade Leite

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Brasil

“The human mind constructs intelligible meanings by continually compressing over vital relations.”

Fauconnier & Turner, 2002:113

1. Introdução

O presente artigo traz as discussões a respeito das construções resultativas e sua relação com a ergatividade assim como uma apresentação preliminar de como a Língua Portuguesa, resguardada por sua idiossincrasia, representa esta resultatividade. Para isso, introduzimos o tema com uma abordagem do que constituem as construções resultativas, a seguir retomamos os conceitos de ergatividade que apoiarão as relações estabelecidas e por fim proporemos que o Português dispõe de recursos próprios ao idioma para representar esta construção gramatical em questão.

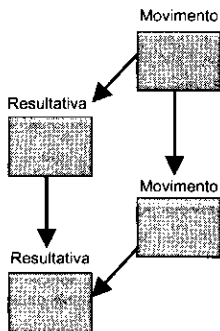
2. Resultatividade e construções resultativas

Para Goldberg (1995), a idéia de resultatividade é uma extensão metafórica da concepção de movimento causado. A construção resultativa codificaria, então, uma mudança metafórica de localização, conforme nos apresenta o diagrama abaixo.

Observe que, segundo a autora, a ligação entre as construções de movimento e resultativa é do tipo I_M^1 e as ligações entre as construções resultativas e resultativas intransitivas são do tipo I_S^2 . Para entendermos melhor essa relação, ilustremos com sentenças em que o movimento causado codifica, metaforicamente, uma mudança de resultado.

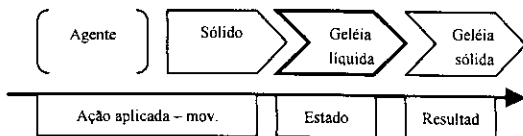
¹ São os denominados *Inheritance Links*, ou ligações de herança. No caso, é uma ligação do tipo metafórica e representa duas construções que se relacionam por um mapeamento metafórico.

² Nessa caso, as ligações são do tipo de sub-parte, ou seja, a construção é a própria sub-parte de uma outra construção e existe de forma independente. (Goldberg (1995:76)



- (1) a. A geléia foi do líquido ao sólido em questão de minutos.
 b. O 'frio' endureceu / solidificou / congelou a geléia (resultativa)
 c. A geléia endureceu / solidificou / congelou (resultativa intransitiva)

É interessante observar que o movimento na resultativa existe, mas é uma forma abstrativa de sua realização. Mantém-se o objeto passível de mudança de estado e o movimento é aplicado à característica que ele recebe. Observe o diagrama com relação ao exemplo 1:



Considera a autora que “a construção resultativa só pode se aplicar a argumentos que, potencialmente (embora não necessariamente), dêem suporte a uma mudança de estado como resultado de uma ação denotada pelo verbo³”.

Dentro de sua explanação sobre resultatividade, destacamos as considerações que nos servirão, posteriormente, no trabalho de pesquisa aqui desenvolvido. Primeiramente, consideremo-la como algo que se aplica aos objetos⁴ de alguns verbos transitivos.

³ The resultative can only apply to arguments that potentially (although not necessarily) undergo a change of state as a result of the action denoted by the verb. Goldberg (1995:180)

⁴ O texto original de Goldberg aponta para os objetos diretos (*direct objects of some transitive verbs*), contudo, observamos que em português esse caso se dá com verbos transitivos indiretos também, como ilustra o seguinte exemplo apresentado: *OMO dá mais branco a sua roupa*.

- (2) a. *I had brushed my hair very smooth.*
 (Ch. Brontë, *Jane Eyre*, 1847 apud Goldberg)
 b. Eu penteei meus cabelos (até ficarem) muito suaves.

Há ainda casos em que atribuímos a resultatividade ao sujeito de uma voz passiva. Isso não quer dizer que todas as formas de sujeito passivo serão vistas como casos de argumentos com características resultativas, pois, já é perceptível que esse fato encontra-se ligado à natureza semântica do verbo⁵ em primeira instância e à construção gramatical em que o mesmo se enquadra.

- (3) a. *The tools were wiped clean.*
 b. As ferramentas foram completamente limpas.

Por fim, considera-se que a resultatividade também se aplica ao sujeito de alguns verbos intransitivos particulares, casos que são freqüentemente associados com a inacusatividade.

- (4) a. *The river frozen solid.*
 b. O rio congelou.

Note-se que, nos casos abaixo, há um paciente que é objeto de ação e que, possui um agente, muitas vezes, entendido como de caráter não-volitivo.

- (5) a. O homem pintou a *casa* (paciente)
 b. O *lago* (paciente) congelou.

Sendo assim, visando a operar com uma teoria que considere a relevância das construções resultativas e a partir de uma abordagem essencialmente construcional, consideremos que a sua existência independentemente de haver nela um verbo dessa natureza, bastando a ele, simplesmente, compartilhar com os mesmos papéis temáticos que o viabilizem com seu item lexical.

Há um ponto restritivo a se ponderar, no estudo das construções resultativas, que é o fato de o adjetivo resultativo denotar o ponto final de uma escala.

Tal afirmativa, ao que nos consta, parece até relativamente óbvia, uma vez que o adjetivo resultativo denota, em um *continuum* o ponto final, ou quase final, de uma escala de mudanças de estado. Observemos a escala proposta:



⁵ Com certeza, os verbos que viabilizam essa realização, ao que tudo indica, são sempre os verbos de natureza ergativa ou que se valham dessa característica em determinadas sentenças.

A mudança de estado é, por si, a variação nesse *continuum*. Há sempre uma característica que é atribuída ao elemento que sofre a alteração, mas essa característica traz consigo a propriedade de, se não inerente, passível de atribuição ao mesmo.

3. A ergatividade

Um equívoco seria atribuir a ergatividade⁶ somente a um tipo de verbo, a uma relação entre verbo e seus elementos subcategorizados, ou mesmo entre ele e seu sujeito. Tal fenômeno, dada sua complexidade natural, apresenta, na língua, múltiplas realizações.

Um fato que nos chamou atenção foi a possibilidade, realizar-se um elemento subcategorizado pelo verbo, em estrutura paralela, como constituinte nominal em posição de sujeito. E esta idéia era compatível com o que percebíamos como algo presente também nas construções resultativas.

Lyons (1968) já observara isso ao considerar que o sujeito de verbos intransitivos ergativos compartilha algumas propriedades com o objeto do verbo transitivo. Podemos observar tal fato em caso como o seguinte:

- (6) a. “Mas quando fui abrir a porta, a chave **quebrou** dentro da fechadura...”
 b. “Mas quando fui abrir a porta, (X) **quebrou** a chave dentro da fechadura...”

O argumento subcategorizado pelo verbo na sentença 2 (a chave) apresenta as mesmas propriedades argumento sujeito da sentença 1, ambos são o TEMA (paciente) de uma ação empreendida por um agente (ou causa) implícito como podemos observar a seguir.

- (7) a. Elias diz a seguinte filosofia: “O estudo *envelhece* o homem”
 b. Elias diz a seguinte filosofia: “O homem *envelhece* por causa do estudo”

Nos exemplos 7.a e 7.b, o *estudo* não é o agente, uma vez que não traz consigo qualquer traço de volitividade, mas nem por isso deixa de ser o elemento que vai causar o envelhecimento, o elemento *detonador* do subevento que vai culminar com o processo *envelhecer*. Há também que se observar que, tanto em 3 como em 4, o *homem* é o argumento TEMA que sofre o processo expresso pelo verbo.

⁶ Consideraremos como a maioria dos autores que ergatividade e inacusatividade são nomenclaturas diferentes para o mesmo fenômeno. Burzio (1984), por exemplo, considera que estes verbos (inacusativos), uma vez que não marcam o papel semântico ao sujeito, também não podem assinalar o caso estrutural de acusativo ao objeto. Por isso, o sintagma nominal deve ser transferido para a posição de sujeito da oração para receber marca de caso através da flexão. E Varó & Linares (1997:592) concluem as observações com a definição de que a singularidade dos verbos inacusativos é a superficialidade de seu sujeito, que, na verdade, são objetos profundos que foram transferidos.

Podemos, então, resumir o funcionamento dos verbos ergativos a essa peculiaridade: a capacidade de permitir ao seu objeto (tema) poder deslocar-se para a posição de sujeito, mas manter o seu papel temático em face da existência de um agente/causador responsável pelo evento perpetrado em si que não é representada pelo verbo, pois, na maioria das vezes, eles não representam ações, mas processos que focam resultado⁷ de uma seqüência de subeventos subjacentes (em fundo) à sentença principal (em figura) conforme vimos nos exemplos supracitados.

Mateus (1983) entende que ergatividade é a propriedade presente na língua de transpor o OD (Objeto) para SU (Sujeito) sem causar danos à estrutura argumental da sentença como, por exemplo, a mudança do papel temático do argumento. Sendo assim, há alguns verbos que nos assomam como passíveis de ocorrência em construções ergativas tais como *abrir, fechar, rolar, cozinhar, queimar iniciar, romper, manchar, acender, quebrar, assar, ferver, fritar, rachar, parar, rasgar, borrar, cair, trancar, afundar, derreter, congelar, ligar, descongelar, lambuzar* entre outros, conforme nos elenca Langacker (1991).

Para o referido autor, todos esses verbos apresentariam um padrão ergativo no qual o papel semântico do sujeito intransitivo iguala-se ao do objeto transitivo. No caso, entendemos que esse papel seria o de TEMA, facultando a um agente/causa expresso, ou não, na sentença a responsabilidade da ação executada e ao TEMA, a posição de paciente da mesma. Conforme veremos adiante.

Mateus (1983:330) considera que os predicados ergativos apresentam a seguinte configuração:

$$\left(\begin{array}{c} \text{P}_{\text{ergativo}}: \text{X} \quad \text{O} \\ \text{Pac} \end{array} \right) \left(\cdot, \text{(y)} \right)$$

Para a autora, na forma subjacente, x é um argumento interno do predicador, já na forma final x não é um argumento interno do predicador. Conclui a autora que, quando o predicador definido na configuração acima é o predicador principal da oração, X ocorre na posição estrutural de OD na forma subjacente, e na posição estrutural de SU na sua forma final. Observemos os casos abaixo que exemplificam o que nos apresenta Mateus.

Forma final

5) "**O rio congelou;** o frio estava cortante, mas lhes possibilitou que atravessassem o rio sobre o gelo."

⁷ Os verbos ergativos (ou inacusativos) apresentam duas classes bem definidas: os verbos de mudança de estado ou de localização e os verbos de existência ou aparição que, embora distintos entre si, mostram propriedades comuns que os distinguem de outros verbos intransitivos e pelas quais estão integrados dentro da mesma classe sintática. A nós, interessa-nos somente os verbos do primeiro grupo: mudança de estado e localização, já que trabalhamos com estes verbos dentro de perífrases resultativas.

O rio – SU

Forma subjacente

“O Frio (causador) congelou o rio...”

X – (O, Pac.) – argumento interno (TEMA)

A autora entende que, na forma subjacente, X é um argumento interno do predicado, já, em sua forma final, apresenta-se não mais como um argumento interno deste e conclui que, quando o predicador definido de forma que X seja o argumento interno dele, X ocorre na posição estrutura de OD, e na posição SU na forma final.

Dessa forma, destacamos que o que caracteriza as construções ergativas (assim como as passivas) é o fato de haver um argumento com proeminência sintático-semântica que participa no estado das coisas descrito, mas não tem qualquer intervenção ativa neste, ou seja, opera como um argumento sem qualquer grau de agentividade.⁸

LANGACKER mostra-nos que, em sentenças ergativas, o argumento objeto ou paciente é o único argumento do predicador a que se pode atribuir proeminência sintático-semântica. Em sua explanação, o autor chama-nos a atenção para a marcação de casos, recurso segundo o qual torna possível distinguir os participantes de uma sentença assinalando seus papéis semânticos ou relações gramaticais.

Para o referido o autor, padrões ergativos e acusativos competem, mas é comum haver a idéia de estruturas subliminares a ergativas. Essa subliminaridade presente nos padrões ergativos baseia-se num aspecto fundamental da organização lingüística que é a disposição em camadas⁹ e as relações de dependência e autonomia.

Nesse tipo de configuração, observamos uma tendência natural para que o componente A (Autônomo) se torne mais “pesado” do que o componente D (dependente), no sentido de que o seu conteúdo semântico e/ou fonológico é mais extensivo, específico e concreto. Além disso, constatamos que D requer o suporte de A para sua implementação completa, ao passo que A ocorre independentemente. Dessa forma, a distribuição em camadas A/D é inerente a estruturas dos eventos concebidos em construções ergativas na língua.

(T) – O VIDRO

Evento autônomo (A)

E₁ – quebrar → (quebrar o vidro) → (E₁ (T))

Evento dependente (D)

E₂ – ‘atingir’ → (atingir/quebrar o vidro) → (E₂ (E₁ (T)))

E₃ – ‘movimentar’ → (movimentar/atingir/quebrar o vidro) → (E₃ (E₂ (E₁ (T))))

⁸ Até porque enfatizamos aqui que os verbos que os subcategorizam são verbos de natureza muito mais processual do que agentiva. Focam o resultado e pressupõe a sua realização uma cadeia de eventos causativos subliminares a ele.

⁹ Quando um componente autônomo, A, elabora um componente dependente, a fim de formar uma estrutura autônoma em uma ordem mais alta, (D(A) (Langacker (1991:386)

A camada A (autônoma e mais interna) é identificada com a relação temática e D (qualquer camada) como um componente de evento envolvendo causação ou gasto de energia.

José quebrou o vidro (Causativa)¹⁰

O vidro quebrou (Ergativa)

A: (a quebra do vidro)

D: (José quebrou o vidro)

LANGACKER considera que, nesses casos, D contribui com um participante codificado pelo sujeito transitivo, enquanto A também introduz um sujeito transitivo ou objeto transitivo (o vidro quebrou / quebrou o vidro).

Ao que tudo indica, neste domínio, os componentes dependentes e autônomos diferem em peso e potencial para ocorrência independente e a distribuição da ergatividade de alguma forma se relaciona a esses fatores.

Já no âmbito semântico, A descreve razoavelmente um processo temático específico e com frequência nos oferece informações substanciais sobre o tema. Em outras palavras, fornece-nos a informação de que somente algumas entidades são capazes de abrir, derreter, incendiar, ferver, etc.

Por outro lado, D é esquemático, na medida em que se encontra inserido dentro de um esquema com hierarquia e relações de interdependência, e abstrato, uma vez que traz consigo sempre uma ação e não um resultado necessariamente, por comparação. O conteúdo em D limitado à idéia de causação tem seu participante introduzido como fonte de energia.

Em uma expressão como *X derrete Y*, são-nos oferecidas muito mais informações sobre Y¹¹ do que sobre X. A idéia de derreter pressupõe a mudança de estado de sólido para líquido, logo, Y, deve ser por excelência, sólido para que tal evento se processe de forma efetiva sobre ele. Por outro lado, X apresenta diversas possibilidades de realização. Poderíamos entender uma caracterização que cobrisse todas essas possibilidades associando a um esquema pré-concebido de nome-classe, mas isso, ainda assim, diria pouco sobre quem é X. A única informação que temos que caracterizaria X é o fato de ele se associar, direta ou indiretamente, ao calor, uma vez que esse é a entidade básica/mediadora da mudança de estado aplicada a Y.

¹⁰ Embora essa sentença tenha a denominação de causativa, na verdade, não é. O *Quebrar* não é causativo, mas sim as ações deprecensíveis ao evento autônomo que ele representa, uma vez que tem o seu agente /causa expresso em posição tópica de sujeito. Observemos que, quando o omitimos, a construção é legitimamente resultativa. O que se tem então é um alternado jogo discursivo de figura e fundo.

¹¹ Na verdade, o que observamos é a presença de um *continuum* de informação previsto na língua. Ou seja, o que ocorre é a orientação no sentido de qual característica se sobressai quando focamos o item subcategorizado pelo verbo. Quando usamos um verbo como *beber*, focamos a característica "líquido" de OD, em contraste ao uso de verbo *comer* que foca a característica "sólido". O elemento subcategorizado do verbo transitivo tem inúmeros aspectos semânticos possíveis de serem acessados pelo falante da língua, mas o verbo orienta o foco sobre essas características especificamente.

"X precisa somente ser concebido como tendo algumas associações com calor. Esta pode ser física ou abstrata, e uma entidade física pode ser sólida, líquida ou gasosa: O {forno / candelabro / sol / fogo / calor / alta temperatura / fluido descongelante / vapor} derreteu o gelo. Se X é uma pessoa seu envolvimento pode ou não ser agentivo, e o que ele, na verdade, faz para causar determinado efeito é altamente variável: Fred derreteu o gelo {colocando-o no forno / direcionando o lança-chamas para ele / acidentalmente derrubando num local onde havia fogo / prendendo-o na boca / falhando ao bloquear o sol}. Não é nem mesmo necessário que uma associação com calor seja intrínseca para a caracterização de X: O martelo derreteu o gelo quando o aquecemos e colocamos os dois em contato."¹²

Langacker (1991:387)

Dessa forma, X pode ser qualquer coisa que se associe, de alguma forma, a calor (o forno, o candelabro, o sol, o fluido descongelante...) que ele derreterá o gelo. E concluímos esse raciocínio destacando que, assim, A (o evento absoluto – *o gelo derreteu*) é muito mais rico em informações de conteúdo semântico do que D (o evento dependente – *X fez com que...*, por exemplo), uma vez que eu não sei quem é X ao certo e menos ainda o que fez X para que o gelo derretesse. Ou seja, não possui informações semânticas suficientes para que pudéssemos utilizá-lo independentemente.

Por fim, damos conclusão às discussões sobre ergatividade com as observações de Keenan (1984) e Langacker (1991) com a relação à restrição dos papéis temáticos dos elementos subcategorizados pelos verbos. Para Keenan, Alguns papéis temáticos são mais comumente associados com sujeitos intransitivos e objetos transitivos do que com sujeitos transitivos. Para tal observação, o autor destaca-nos os exemplos de *quebrar* e *rolar*, o primeiro associado ao papel temático de 'paciente' e o segundo ao de 'movimento' (que não deixa de ser uma relação de paciente de uma ação empreendida)

O vidro quebrou.

José quebrou o vidro.

A bola rolou.

Ele rolou a bola.

¹² X need only be conceived as having some association with heat. It may be physical or abstract, and a physical entity can be solid, liquid, or gaseous: *The {oven/candle/sun/fire/heat/high temperature/de-icing fluid/steam} melted the ice.* If X is a person, his movement, may or may not be agentive, and what he actually does to effect is highly variable: *Fred melted the ice by {putting in the oven/aiming a flamethrower at it/accidentally dropping into the fire sitting on it/ holding it in his mouth/failing to block the sun}.* It is not even necessary that an association with be intrinsic to X's characterization: *The hammer melted the ice when we heated it and put the two in contact.*

Para o referido autor, a escolha do tema é mais provável do que a escolha de um sujeito transitivo para dar relevo às diferenças substanciais de sentido suficiente para caracterizá-lo com um significado próprio. A partir daí, observamos que ocorre um processo de seleção a partir do verbo que restringe o papel temático dos seus participantes e altera seu sentido com base na seleção que é feita.

A relação que se estabelece é de natureza recíproca, uma vez que a seleção do papel temático de seu complemento implica a mudança de sentido do verbo e a mudança é decorrente da natureza do papel temático selecionado.

Na resultatividade, os falantes acessam o caminho cujo ponto de partida é o tema, quer dizer, o participante evocou como parte de uma predicação processual, conceitualmente, um núcleo autônomo. (Langacker, 1991).

4. Propondo uma tipologia resultativa para o português

A princípio, podemos observar que a configuração de evento nas sentenças ergativas apresentada por Langacker é adaptável à configuração das construções resultativas quando a questão em análise são seus eventos componentes.

(T) > (E₁ (T)) > (E₂ (E₁ (T)))

O rio congelou.

(T) – o rio

E₁ – a água do rio muda de estado físico.

E₂ – a baixa temperatura age sobre a água do rio

Representação resultativa

Sem.	TORNAR	<pac. resultado/objetivo>	
R. Instância/ Significado	PRED	<	>
Sint.	V	SUJ.	SUJ. (modificado)
	CONGELAR	O rio	rio (congelado)

Entretanto, na configuração apresentada pela gramática de construções, dá-se foco a questão da resultatividade, enquanto que em Langacker, representa-se a relação de camadas de eventos que subjazem ao evento focado, a mudança de estado do TEMA afetado.

Consideramos também que, para ilustrarmos melhor a relação existente entre ergatividade e resultatividade, seria interessante destacarmos que Goldberg aponta-nos casos como *the river frozen solid*, uma típica situação de ergatividade como sendo representantes da resultatividade.

Dessa forma, é possível admitir que o objeto subcategorizado pelo verbo no caso dos ergativos traz consigo propriedades que os tornam passíveis de mudança de estado e que, independentemente de sua posição na sentença, ele as mantém. É possível se imaginar, então, a possibilidade de se criar uma testagem na identificação de um tipo de resultatividade com base nas características apresentadas por um verbo de natureza ergativa. Por exemplo:

- (8) a. *A mulher amaciou o cabelo com Xampu novo.*
 b. *O cabelo amaciou com o novo Xampu novo.*

O verbo *amaciar* apresenta um comportamento ergativo que o torna compatível com a construção resultativa do tipo *X faz com que Y se torne Z*. Em inglês, os elementos que indicam a mudança de resultado vêm expressos por AP ou PP, mas em português, o que se observa é que o falante tende à lexicalização do substantivo ou do adjetivo na forma do verbo, sendo este último mais freqüente do que o primeiro.

- (9) *I had brush my hair very smooth*
 (10) *Eu penteei meus cabelos muitos lisos**
 (11) *Eu alisei meus cabelos.*

A sentença 9 em Inglês não aceita a tradução feita em 10. A estrutura em nossa língua correspondente a que o falante deseja expressar é “*Eu penteei meus cabelos fazendo-os ficar lisos*”. Como se vê, não há uma representação da resultatividade em português da mesma maneira que há em inglês. Precisamos de duas sentenças para expressar o que eles dão conta em uma só com a inserção do AP/PP ao final. Já em 11, observamos o que ocorre com mais freqüência em Português e a que dedicaremos nossa atenção no trabalho aqui apresentado.

Seguindo a natureza do princípio de economia expressional pertinente à língua, consideramos que o nosso idioma dispõe de recursos próprios e que apresentaremos aqui brevemente.

Se não temos a possibilidade de inserir o AP/PP com a mesma freqüência que o fazem falantes do Inglês, fazemos com freqüência a lexicalização do AP na forma do verbo principal como nos exemplos abaixo:

- (12) *Maria clareou a blusa* (AP = claro, resultado)
 (13) *Ana alisou o cabelo* (AP = liso, resultado)

Veja que o que a representação de AP em Português, encontra-se nas formas dos verbos clarear (tornar *claro* (AP) e alisar (tornar *liso* (AP)). Podemos admitir que o Português dispõe de uma maneira peculiar de representar essas construções.

Ainda dentro destes casos de adjetivos, podemos destacar dois grupos de mudanças de estado: as de caráter volitivo, como as que apresentamos acima e as de caráter não volitivo que, como expressa o próprio nome, não dependem da vontade do agente responsável envolvido no processo.

- (14) "O estudo envelhece o homem" (AP – Velho, result.)
 (15) "a fruta apodrece, dando vez às formigas..." (AP – Podre, result.)

Tanto *apodrecer* como *envelhecer* são verbos que apontam processos decorrente mais do tempo envolvido do que necessariamente do alguma ação como subevento que o viabiliza. Podemos, de fato, falar de um processo de envelhecimento aplica do X sobre Y, mas certamente, não se trata de tornar velho, mas de dar aparência de velho, *envelhecer* mesmo é um atributo somente do tempo.

Há ainda casos em que se dá a lexicalização do NP no verbo.

- (16) "Maria congelou o frango." (NP – gelo)
 (17) "um dia a bola furou no arame..." (NP – furo)
 (18) o vidro despedaçou-se¹³ (NP – pedaço)

O argumento TEMA aqui se difere por haver sido representado pelo acréscimo de uma mudança de estado representada não por um adjetivo aplicado ao tema, mas por um substantivo que carrega essa característica como *gelo*, *furo*, *pedaço*. Entretanto, admite-se a paráfrase com formas adjetivais como *gelado*, *furado*, *despedaçado*, o que comprova que estes estados ao aplicados ao TEMA, mas que neste caso não são representados por AP.

Outro fenômeno é a lexicalização do PP, na maioria das vezes, expresso através de um instrumento.

- (19) Ele aplainou a peça de madeira. (*plano*) (sem AP/NP/PP – inst. PLAINA)
 (20) A peça não lixava de jeito nenhum. (*liso*) (sem AP/NP/PP – inst. LIXA)

O que observamos é que além das construções resultativas com AP/PP, voz passiva, e inacusatividade, dispomos no idioma de uma forma de representação com base na lexicalização de elementos como AP, NP e PP nas formas verbais.

5. Conclusão

A Língua Portuguesa, em sua idiosincrasia, resguarda uma maneira própria de representar a resultatividade, casos como o de voz passiva e da ergatividade podem ser emparelhados com as representações do Inglês, mas quando a questão é a representação do AP e PP na sentença, vemos que nosso idioma opta por lexicalizar o resultado na forma do verbo conforme vimos nos casos apresentados.

Dessa forma, o Português lexicalizaria adjetivos indicando a mudança de resultado, assim como substantivos e sintagmas preposicionais que expressão instrumento envolvidos neste processo.

¹³ O exemplo apresentado por GOLDBERG (*it broke apart*) poderia ser traduzido em português como "ele quebrou em pedaços (PP)" ou pela paráfrase apresentada neste exemplo.

Outro fator constatado nesse breve estudo foi o de que entre resultatividade e ergatividade há uma estreita ligação em função da similaridade na configuração das relações de subevento.

6. Referências Bibliográficas

- CARRIER, Jill & Randall, Janet H. (1992) The Argument Structure And Syntactic structure of resultative. *Linguistic Inquiry* 23:173-234.
- DIXON, Robert M. W. (1998) *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FAUCONNIER, J. & Turner, M. (2002). *The Way We Think. Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities*. New York : Basic Books.
- FILLMORE, Charles et al. (1990) *Construction Grammar*. University of Berkeley, California.
- GOLDBERG, Adele. (1995) *Constructions. A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago.
- LANGACKER, Ronald W. (1991) *Foundation of Cognitive Grammar – Descriptive Application – Volume II*. Stanford: Stanford University Press.
- MATEUS, Maria Helena Mira, Brito, Ana Maria, Duarte, Inês Silva & Faria, Isabel Hub. (1983) *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra –Almedina. p. 340-341.
- NAVES, Rozana Reigota. (2003) *A questão da co-referência entre sujeito e objeto nos predicados psicológicos: causatividade vs. resultatividade*. UCB. Brasília.
- RAPPAPORT Hovav, Malka & Levin, Beth. (1991) *Is there any evidence of deep unaccusative in English? An analyses of resultative construction*. Ms. inédito. Bar Ilan University – Northwestern University.

A referência anafórica discursiva: um processo cognitivo linguisticamente (pré)configurado

Iris Susana Pires Pereira

Instituto de Estudos da Criança – Universidade do Minho

Com este texto pretendo:

1. caracterizar a referência anafórica discursiva como um processo de acesso a representações mentais, em que as capacidades memorial e atencional intervêm activamente;
2. descrever o processo de configuração linguística do grau de acessibilidade das representações mentais;
3. caracterizar os marcadores anafóricos como formas cujo significado está implicado no processo anafórico;
4. caracterizar a função discursiva desempenhada pelas formas anafóricas.

O desenvolvimento de cada um destes aspectos será ilustrado com exemplos de pronomes pessoais e de pronomes e expressões nominais demonstrativas em português europeu.

0. Introdução

Os trabalhos que têm sido publicados no âmbito da investigação em anáfora discursiva distinguem-se entre aproximações levadas a cabo sob uma perspectiva estritamente linguística e aproximações levadas a cabo sob uma perspectiva cognitivamente motivada (Branco, 2000). Este texto sistematiza os aspectos mais relevantes e recorrentemente assumidos na caracterização da referência anafórica discursiva enquanto processo cognitivo.

1. Premissas subjacentes a teorias de base cognitiva

1.1. O modelo mental do discurso e o acesso às entidades mentais

No enquadramento teórico cognitivo, o nível central da análise do funcionamento da anáfora discursiva é a representação discursiva localizada na mente dos interlocutores, mais precisamente, o modelo mental ou modelo discursivo que resulta da

produção e da interpretação oral ou escrita de um discursivo (Lyons, 1977; Webber, 1983; Sidner, 1983; Ariel, 1990; Sanford & Garrod, 1990; Maes, 1996; Cornish, 1999).

O modelo mental ou modelo discursivo é constituído (i) pelas representações das entidades que vão sendo evocadas ao longo do discurso, a que chamarei “entidades mentais”, que são representativas dos referentes a que o falante se refere, e (ii) pelas propriedades que lhes são atribuídas e pelas relações que são estabelecidas entre essas entidades mentais.

No curso de um discurso, um locutor acede repetidas vezes às entidades mentais já presentes no modelo discursivo e esse acesso faz-se através das expressões referenciais anafóricas: pronomes pessoais nulos ou realizados, demonstrativos, expressões nominais introduzidas pelo artigo definido e nomes próprios.

Neste contexto, pode pois definir-se anáfora discursiva como *um procedimento de acesso a uma representação mental que faz parte (ou que é inferível) de uma representação discursiva*.

1.2. A configuração do modelo mental do discurso

O modelo mental de um discurso mantém-se na memória a curto prazo dos interlocutores. Assume-se hoje em dia que a memória a curto prazo impõe restrições de estruturação e de funcionamento ao modelo mental por ser uma capacidade limitada. Por essa razão, assume-se, no quadro teórico cognitivo, que as entidades discursivas presentes nesse modelo são necessariamente distribuídas por posições de maior ou menor centralidade ou acessibilidade (Sanford & Garrod, 1990, 1994; Cornish, 1999).

A determinação do grau de centralidade ou acessibilidade das representações mentais tem recebido tratamentos não coincidentes no enquadramento teórico cognitivo. Algumas teorias cognitivas, que seguirei neste texto, descrevem a centralidade ou acessibilidade de uma entidade mental como função da distribuição do foco de atenção discursiva¹. Estas teorias assumem que, num discurso, determinadas entidades recebem mais atenção que outras e que, no modelo mental, a entidade mental que recebe maior atenção é a mais central ou acessível. Essa posição desta entidade é designada de *foco de atenção discursiva*² (cf. Sidner, 1983; Grosz & Sidner, 1986, cit. em Grosz *et al.*, 1995; Maes, 1996; Cornish, 1999).

2. Processos linguísticos de focalização das entidades mentais

As teorias que têm procurado descrever o processo de configuração do foco de atenção discursiva mostram que os factores determinantes desse foco atencional são de índole linguística diversa. Neste contexto, parecem-me particularmente interessantes a teoria de *Centering*, descrita em Grosz *et al.* (1995) e Grosz & Sidner (1998), e a teoria

¹ Para um modelo alternativo, ver Ariel (1990).

² “Foco de atenção discursiva não deve confundir-se com “foco informacional”. Como referido no texto, “foco de atenção discursiva” corresponde à noção de “tópico informacional”.

das relações de coerência, desenvolvida por Kehler (2002). Estas teorias descrevem a configuração do foco de atenção discursiva a um nível discursivo local.

Centering pode ser vista como uma teoria de como os interlocutores de um discurso coordenam a sua atenção sobre as entidades mentais evocadas (Brennan, 1998). Neste quadro teórico, o estabelecimento do foco de atenção de um segmento discursivo resulta dos mecanismos de *information packaging*. Dito de outro modo, de acordo com esta teoria a forma sintáctica como uma informação é comunicada determina o grau de focalização discursiva das entidades representadas no modelo mental: as entidades mentais são organizadas numa hierarquia de centralidade ou acessibilidade em função de factores linguísticos como função sintáctica, ordem de enunciação e função informacional³. A entidade mental que ocupa a posição mais alta na hierarquia das entidades evocadas numa sequência discursiva – o tópico, muito frequentemente o sujeito tópico – é, por omissão, projectada como centro de atenção preferido (Cp) no momento da enunciação seguinte, i.e., é a que adquire a maior acessibilidade na representação discursiva para o enunciado imediato.

O tipo de sequência discursiva previsto por este mecanismo, o mais fácil de processar e, por isso, o mais coerente é aquele em que o centro de atenção principal do enunciado seguinte, sobre o qual esse enunciado trata (Cb), é igual à entidade discursiva projectada como centro preferido (Cp anterior). Veja-se o exemplo (1):

- (1) O tenista russo_i (Cp) iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Durante mais de três horas *pro*_i (Cb= Cp) jogou com o participante inglês, sob um calor abrasador.

Por sua vez, Kehler (2002) atribui o estabelecimento do foco de atenção discursiva à actuação de restrições próprias ao estabelecimento de relações de coerência entre enunciados. Identifica três tipos centrais de relações de coerência – de semelhança, de causa-efeito e de ocasião –, e propõe que cada tipo de relação envolve mecanismos inferenciais independentes que determinam, em cada caso, um determinado centro de atenção.

a) Relações de semelhança

Os processos de inferência que subjazem ao estabelecimento da relação de semelhança, que se pode traduzir (entre outras) numa relação de paralelismo, identificam conjuntos de entidades e de relações paralelas como argumentos para a relação de coerência e identificam depois pontos de semelhança entre cada conjunto. Segundo Kehler, quando a identificação de uma dessas entidades depende do acesso anafórico à entidade discursiva paralela, o mecanismo de coerência está já focalizado no elemento com o qual tenta provar a semelhança, o que torna este elemento na única

³ Assim, as construções passivas, clivadas, de topicalização etc. têm consequências para a elaboração do modelo mental do receptor, ao colocarem uma determinada entidade numa posição mais saliente que outras na estrutura informacional.

entidade acessível no modelo discursivo nesse momento. Como é evidente nos exemplos (2) e (3), esse foco de atenção pode ser o sujeito ou o objecto. O estabelecimento da correferência entre esses elementos maximiza essa semelhança (Kehler, 2002: 157-159):

- (2) O tenista inglês_i emprestou um livro ao francês_j e *pro*_i pediu um CD ao americano⁴.
 (3) O tenista russo_i venceu o inglês_j e o espanhol derrotou-o_j de forma clara⁵.

b) Relações de causa-efeito

Kehler defende que os processos inferenciais envolvidos no estabelecimento deste tipo de relação de coerência são diferentes dos envolvidos na relação de Semelhança. Neste tipo de relação, o receptor relaciona proposições identificadas na primeira e segunda frases através de uma implicação (que Kehler entende como “pode plausivelmente derivar de”). Uma das relações de causa-efeito é a de explicação, ilustrada no exemplo (4):

- (4) O tenista russo_i venceu o participante inglês_j, porque *pro*_i jogou muito bem.

Kehler propõe que, durante o processo de estabelecimento da interpretação de explicação, a representação da primeira frase instancia pelo menos um axioma consequente relevante para o estabelecimento da relação de explicação. Ao fazer corresponder o axioma consequente com a representação da primeira frase, as variáveis são ligadas e é possível interpretar a frase. Quando se desenrola esse processo, a posição dos argumentos tem de ser fundida, o que, para Kehler, coloca essa posição em foco:

- (4') O tenista russo_i venceu o participante inglês_j, porque *pro*_i jogou muito bem.
 (Axioma: se jogar bem permite vencer e se x jogou bem e então isso pode ter causado que x tenha vencido y)

Assim, no caso de um dos argumentos envolver o acesso anafórico, o ocupante da posição argumental correspondente está em foco, dando-se a correferência necessária (Kehler, 2002: 163).

c) Relações de ocasião

A relação de Ocasão, a única que Kehler considera na relação de Contiguidade, permite exprimir uma sequência coerente de eventos centrada num sistema comum de

⁴ Neste caso, a entidade mental *o tenista americano* é identificada como entidade paralela ao *tenista francês* e o sujeito nulo é identificado como entidade paralela ao *tenista inglês*. Também se infere que estes pares são paralelos quanto a uma propriedade ('trocar objectos pessoais').

⁵ Neste caso, a entidade mental *o tenista espanhol* é identificada como entidade paralela ao *tenista russo* e o objecto nulo é identificado como entidade paralela ao *tenista inglês*. Também se infere que estes pares são paralelos quanto a uma propriedade ('vencer um adversário').

entidades. Neste caso, a coerência resulta da aplicação de inferências exigidas para interpretar o estado inicial de cada evento como o estado final do evento precedente. Kehler considera, no entanto, que estes processos inferenciais são mais obscuros que os envolvidos nas outras relações (estas de natureza claramente lógico-semântica) porque se baseiam essencialmente nos conhecimentos do mundo, o que dificulta a sua formalização e a previsão do resultado da sua aplicação (Kehler, 2002:166).

Dadas estas limitações, o autor propõe que, quando no contexto de uma relação de ocasião se tem de aceder a uma entidade mental para processar uma forma anafórica, o grau de focalização dessa entidade no modelo discursivo obtém-se tal como descrito pela teoria de *Centering*. No entanto, considera as aporções desta teoria apenas descritivamente adequadas, dependentes do desenvolvimento de teorias que possam vir a explicar o funcionamento das inferências que lhe subjazem (*idem*: 167) (cf. 1):

- (5) O tenista russo iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Durante mais de três horas, *pro_i* jogou com o participante inglês_j sob um calor abrasador. *pro_i* Ganhou por uma vantagem clara apesar de estar lesionado no braço esquerdo.

3. A identificação das entidades mentais pretendidas: a semântica procedimental das expressões anafóricas ou a pré-configuração do processo de anáfora discursiva

Nesta secção, procuro mostrar que nenhuma explicação para o processo anafórico discursivo é capaz de dar conta do seu funcionamento se não considerar as propriedades linguísticas das formas anafóricas. Os pares de exemplos (6) vs (7) e (8) vs (9) pretendem precisamente chamar a atenção para o papel activo que as expressões anafóricas desempenham na escolha da entidade mental a que querem aceder:

- (6) O tenista russo iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Durante mais de três horas *pro_i* jogou com o participante inglês_j sob um calor abrasador. *pro_i* ganhou por uma vantagem clara apesar de estar lesionado no braço esquerdo.
- vs
- (7) O tenista russo iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Durante mais de três horas *pro_i* jogou com o participante inglês_j sob um calor abrasador. Este_j ganhou por uma vantagem clara apesar de estar lesionado no braço esquerdo.
- (8) O tenista inglês_i emprestou um livro ao francês_j e *pro_i* pediu um CD ao americano.
- vs
- (9) O tenista inglês_i emprestou um livro ao francês_j e ele_j pediu um CD ao americano.

Estes pares de exemplos envolvem exactamente o mesmo contexto com a excepção da forma anafórica, e a variação dessa forma anafórica tem consequências ao nível da interpretação. Por isso creio que a explicação para o processo anafórico passa obrigatoriamente pela consideração dos próprios marcadores anafóricos usados (Kleiber, 1990, 1994; Cornish, 1999; Kehler, 2002).

3.1. Caracterização semântica das formas anafóricas

Assume-se hoje em dia que o conteúdo semântico das formas anafóricas inclui informação de natureza procedimental, i.e., a indicação/ a instrução de como aceder às representações mentais pressupostas no modelo mental. A assunção de fundo é a de que cada forma anafórica codifica um princípio de cálculo diferente para aceder às representações mentais.

3.1.1 Sobre a semântica procedimental dos pronomes pessoais

No quadro teórico cognitivo que estuda a anáfora discursiva, assume-se hoje em dia que os pronomes pessoais codificam sinais que indicam ao interlocutor que a representação mental pretendida está em foco no modelo mental do discurso e que, portanto, o acesso pode ser imediato na sua memória (Sidner, 1983; Garrod & Sanford, 1990, 1994; Garrod *et al.*, 1995; Kleiber, 1994; Grosz *et al.*, 1995; Leonetti, 1996, 1999, 2001; Cornish, 1999; Kehler, 2002).

Vários trabalhos experimentais têm efectivamente demonstrado que o pronome pessoal determina o acesso a uma entidade mental em foco e que a escolha de outra forma tem impacto na compreensão discursiva. Esses trabalhos confirmam que o acesso anafórico é, tal como previsto por *Centering*, natural, imediata e provisoriamente conduzido pelo centro de atenção discursivo esperado (Cp). Mostram que, num discurso, uma interpretação imediata e provisória é feita com base nesse foco de atenção esperado (Gordon, Grosz & Gilliom, 1993, cit. em Hudson-d'Zmura & Tanenhaus, 1998); mostram que os pronomes pessoais são mais rapidamente processados que grupos nominais quando acedem ao foco de atenção; mostram ainda que frases com pronomes que não acedem ao foco de atenção levam mais tempo a processar, e que esses pronomes são *frequentemente* interpretados como se de facto acessem a esse centro de atenção, mesmo em casos em que esta especificação é semanticamente pouco plausível (Brennan, 1998; Hudson-d'Zmura & Tanenhaus, 1998).

Em línguas *pro-drop*, como o português, esta afirmação tem de ser qualificada para distinguir entre dois marcadores anafóricos não coincidentes: a forma nula do pronome (*pro*) que, de facto, indica sempre o acesso à entidade em foco na representação mental (cf. 1, 2, 4 e 5), normalmente o sujeito tópico, e a forma realizada do pronome pessoal.

Em certos contextos, relacionados com determinadas restrições sintácticas e semânticas (cf. 10), a forma realizada do pronome pessoal pode também indicar o acesso a essa mesma entidade:

(10) O tenista inglês_i acha que *pro_i* /ele_i vai ganhar o torneio.

No entanto, em português e em certos contextos, o pronome pessoal também é usado no acesso a uma entidade mental com um grau inferior de focalização no modelo discursivo, i.e., uma entidade que não é o tópico. Veja-se (9), aqui repetido como (11):

- (11) O tenista inglês_i emprestou um livro ao francês_j, e ele_j pediu um CD ao americano.

Estas constações permitem equacionar a hipótese de que, em línguas *pro-drop*, a forma nula e a forma plena do pronome pessoal codificam diferentes instruções de acesso anafórico, embora o funcionamento da forma plena do pronome pessoal esteja condicionado por restrições sintáctico-semânticas. A análise “cognitiva” do funcionamento de *pro* e da forma plena do pronome pessoal em português que aqui é sugerida aproxima-se consideravelmente das análises sintácticas de Barbosa (1995) e de Barbosa et al. (2001) (veja-se também Brito, 1991).

3.1.2. Sobre a semântica procedimental dos demonstrativos

O procedimento de identificação da entidade mental é diferente e muito mais complexo no caso dos demonstrativos (Kleiber, 1984, 1994; Oliveira, 1988; Apothéoz, 1995; Leonetti, 1996, 1999, 2001; Cornish, 1999). Segundo Kleiber (1984; 1994), esse procedimento de identificação, designado de *token reflexivity*, consiste numa instrução para que a representação mental pretendida seja identificada com base no próprio contexto de enunciação desta forma anafórica. Por outras palavras, a instrução dada por um demonstrativo é a de que (*token reflexivity*):

(i) o interlocutor deve aceder à entidade mental por uma relação de contiguidade espaço-temporal com o demonstrativo no contexto de enunciação;

(ii) a entidade acedida é apreendida por si só, independentemente do contexto predicativo em que está envolvida, pelo que pode ou não ser a entidade em foco discursivo (cf. 6);

A consideração dos seguintes factos empíricos torna a restrição de *token reflexivity* em muito mais que simplesmente plausível:

- o demonstrativo “não se liga” nem a categorias vazias nem a pronomes, i.e., o acesso através de demonstrativos deve ser feito via expressões com conteúdo lexical (cf Eguren, 1999):

* (12) O tenista russo iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Durante mais de três horas, *pro_i*, jogou com o participante inglês, sob um calor abrasador. *pro_i* Derrotou-o, apesar de estar lesionado no braço esquerdo. Este_j joga hoje com o tenista polaco.

* (13) O tenista russo iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Apesar de estar lesionado no braço esquerdo, *pro_i*, derrotou o tenista inglês. Este_j joga hoje com o tenista polaco.

- o uso discursivo dos demonstrativos é estritamente local, não se repetindo em cadeias anafóricas (Corblin, 1995):

- *(14) O tenista russo iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Durante mais de três horas *pro*, jogou com o participante inglês, sob um calor abrasador. Este, derrotou-o; apesar de estar lesionado no braço esquerdo. Este, é agora o último da classificação.

A meu ver, estes factos só se explicam se efectivamente se postular aquela restrição procedimental, que impõe aos demonstrativos a passagem obrigatória pela enunciação para o acesso à entidade mental pretendida. Esta semântica procedimental traduz-se numa exigência muito diferente da colocada pela forma nula dos pronomes pessoais, que identifica a entidade pretendida de uma forma directa e imediata na representação mental, mesmo através de cadeias anafóricas. No entanto, e em certa medida, essa semântica procedimental aproxima o funcionamento das formas demonstrativas do funcionamento, em certos contextos, da forma realizada dos pronomes pessoais.

3.2. Efeitos discursivos da utilização das diferentes expressões anafóricas

O diferente acesso à representação mental desencadeado pelas diferentes formas anafóricas está associado a diferentes efeitos representacionais no modelo mental do discurso que está em construção. Por outras palavras, ao acederem “a tal ou tal entidade mental de tal ou tal maneira”, *as formas anafóricas desempenham funções específicas na configuração do modelo discursivo* (Kleiber, 1994; Corblin, 1995; Apothéloz, 1995; Cornish, 1999; Kehler, 2002).

3.2.1. Efeitos de continuidade do foco de atenção na representação discursiva

Dado que a forma nula do pronome pessoal é usada para indicar o acesso à entidade que já é previamente foco de atenção discursiva, o seu uso traduz-se na continuidade desse foco de atenção para sobre ele predicar informação – relações com outras entidades ou propriedades novas (Sidner, 1983; Kleiber, 1994; Grosz *et al.*, 1995; Cornish, 1999; Kehler, 2002). O mesmo acontece quando, em dadas circunstâncias sintáctico-semânticas, a forma pronominal realizada (mas não acentuada) é usada com essa mesma função:

- (15) O tenista russo iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Durante mais de três horas *pro*, jogou com o participante inglês, sob um calor abrasador. *pro*, Ganhou por uma vantagem clara apesar de estar lesionado no braço esquerdo.

3.2.2. Efeitos de ruptura na representação discursiva face ao foco do discurso estabelecido

O uso das formas demonstrativas e, em muitos casos, o uso da forma realizada do pronome pessoal está, por outro lado, claramente associado a efeitos discursivos diferentes. Ao não estar condicionado pelo acesso à representação em foco (cf. noção de *token reflexivity*), assinala com frequência a introdução de uma descontinuidade ou ruptura face ao foco do discurso previamente estabelecido (Kleiber, 1984, 1994; Corblin, 1983, 1995; Apothéloz, 1995; Maes, 1996; Cornish, 1999). Pelo menos, três situações são possíveis:

(i) o estabelecimento de um novo foco de atenção para os enunciados seguintes, caso em que a ruptura na estrutura do modelo mental do discurso é grande:

- (16) O tenista russo iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Apesar de estar lesionado no braço esquerdo, *pro*, derrotou o tenista inglês_j. Este_j joga hoje com o tenista polaco.
- (17) O tenista inglês_j emprestou um livro ao francês_j, e ele_j pediu um CD ao americano.

(ii) o estabelecimento de um novo foco de atenção + qualificação ou modificação semântica do conteúdo da representação mental acedida, caso em que a ruptura na estrutura do modelo mental do discurso é ainda maior (Maes, 1996):

- (18) O tenista inglês_j emprestou um livro ao francês_j, e este jovem de origem camaronesa_k pediu um CD ao americano.

Neste exemplo, o conteúdo descritivo que acompanha o determinante demonstrativo não está ao serviço da identificação do referente, que é função exclusiva do marcador demonstrativo e do contexto de focalização. No caso das expressões nominais demonstrativas, o conteúdo descritivo é predicativo da representação a que o demonstrativo acede (Kleiber, 1984; Corblin, 1995; e, especialmente, Maes, 1996).

(iii) a introdução de uma nova entidade mental no discurso, caso em que a ruptura na estrutura do modelo mental do discurso é, provavelmente, a mais acentuada (Apothéloz, 1995):

- (19) O tenista russo_j iniciou ontem a sua participação no torneio de ténis do Estoril. Apesar de estar lesionado no braço esquerdo, *pro*_j derrotou o forte participante inglês_k. Este facto_k surpreendeu toda a assistência.

A diferente semântica procedimental de cada forma anafórica traduz-se, portanto, em diferentes procedimentos de gestão do modelo discursivo (Cornish, 1999). A integração de informação no modelo mental levada a cabo por cada forma anafórica tem

efeitos precisos na configuração mental previamente existente, e o modelo discursivo avança segundo as instruções dadas em cada caso.

Esta é, a meu ver, a característica que verdadeiramente distingue todas as formas anafóricas entre si, e que conduz um interlocutor à escolha de uma delas e o interlocutor à reconstrução, na sua mente, do modelo discursivo correspondente, fácil e eficazmente

4. Conclusão

Do ponto de vista cognitivo, a anáfora discursiva é um processo de acesso a representações mentais de entidades evocadas num discurso. Essas representações são parte integrante de um modelo discursivo localizado na memória dos interlocutores.

A natureza do acesso anafórico é dinâmica, porque este processo é simultaneamente condicionado por dois grandes tipos de factores. Por um lado, o grau de foco de atenção ou acessibilidade/saliência que as representações mentais acedidas ocupam nesse modelo; por outro, a semântica procedimental inerente às formas anafóricas, que, em grande medida, pré-configura o funcionamento de todo o processo anafórico. A interacção destes factores traduz-se no desempenho de funções discursivas específicas em cada caso de acesso anafórico.

Para terminar, gostaria de chamar a atenção para o facto de que o quadro explicativo aqui sistematizado é, no entanto, muito simplificado. Na realidade, o funcionamento dos processos de anáfora discursiva é bem mais complexo, sobretudo o dos demonstrativos anafóricos. O exemplo (20) mostra como o demonstrativo anafórico, sem deixar de predicar alguma informação nova sobre a entidade a que acede, também se usa para aceder a entidades em foco no discurso, dando continuidade a esse centro de atenção. No entanto, a exploração mais exaustiva deste fenómeno não caberia num texto desta natureza⁶:

- (20) O tenista russo, continua a brilhar na edição deste ano do torneio de ténis do Estoril. Apesar de estar lesionado, *pro*, derrotou hoje de manhã o participante espanhol. Este tenista_i é o líder incontestado da classificação.

Nota final

Não é demais sublinhar que o funcionamento da anáfora discursiva não é de natureza exclusivamente cognitiva, já que depende dos factores linguísticos que configuram o modelo mental, das propriedades linguísticas das formas anafóricas que, como vimos, pré-configuram o funcionamento anafórico discursivo e do próprio contexto de enunciação.

⁶ Para uma exposição mais detalhada, veja-se Pereira (em preparação).

Por tudo o referido a propósito da caracterização do funcionamento desse processo, creio que 'o processo da anáfora discursiva' desenha um "espaço investigativo" exemplar em linguística, na medida em que evidencia de uma forma muito clara como o âmbito gramatical e o âmbito cognitivo mantêm interações incontornáveis no funcionamento da linguagem natural.

Referências Bibliográficas

- APOTHELOZ, D. (1995) *Rôle et Fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle*. Genève: Droz.
- ARIEL, M. (1990) *Accessing Noun Phrase Antecedents*. London, NY: Routledge.
- BARBOSA, P. (1995) *Null Subjects*. PhD. Dissertation. Cambridge, Mass. MIT.
- BARBOSA, P., M. Kato & M. E. Duarte (2001) A Distribuição do Sujeito Nulo no Português Europeu e no Português do Brasil. *Actas do XVII Encontro Nacional da APL*, Coimbra.
- BRANCO, A. H. (2000). *Reference Processing and its Universal Constraints*. Lisboa: Edições Colibri.
- BRITO, A. M. (1991) Ligação, co-referência e o princípio evitar o pronome. *Encontro de homenagem a Óscar Lopes*. Lisboa: APL, pp. 101-121.
- CORBLIN, F. (1983). Défini et démonstratif dans la reprise immédiate. *Le Français Moderne*, nº 2, 118-133.
- (1995). *Les Formes de Reprise dans le Discours. Anaphores et Chaines de Référence*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- CORNISH, F. (1999) *Anaphora, Discourse and Understanding. Evidence from English and French*. Oxford: Oxford University Press.
- EGUREN, L. (1998) Pronombres y adverbios demostrativos. Las relaciones deicticas. I. Bosque & V. Demonte (orgs.) *Nueva Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa-Calpe.
- GARROD, S. C. & A. J. Sanford (1990) Referential processing in reading: Focusing on roles and individuals. In Balota, D., G. Flores d'Arcais & K. Rayner (orgs.) *Comprehension Processes in Reading*. New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates: pp. 465-486.
- GARROD, S. C. & A. J. Sanford (1994) Resolving Sentences in a Discourse Context. In Gernsbacher, M. A. (org.) *Handbook of Psycholinguistics*. San Diego: Academic Press, pp. 675-699.
- GARROD, S., D. Freudenthal & E. Boyle (1995) The role of different type of anaphor in the on-line resolution of sentences in discourse. *Journal of Memory and Language* 33, pp. 39-68.
- GORDON, P., B. Grosz & L. Gilliom (1993) Pronoun resolution and discourse models. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory and Cognition*, 18, 2, pp. 266-283.
- GROSZ, B, A. Joshi & S. Weinstein (1995) Centering: A framework for modeling the local coherence of discourse. *Computational Linguistics*. 21 – 2, pp. 203-225.

- GROSZ, B. & C. Sidner (1998) Lost intuitions and forgotten intentions. In Walker, M., A. Joshi & E. Prince (orgs.) *Centering Theory in Discourse*. NY: Oxford University Press, pp. 39-51.
- HALLIDAY, M. & R. Hasan (1976). *Cohesion in English*. London: Longman Group Ltd.
- HUDSON-D'Zmura, S. & M. Tanenhaus (1998) Assigning antecedents to ambiguous pronouns: the role of the center of attention as the default assignment. In Walker, M., A. Joshi & E. Prince (orgs.) *Centering Theory in Discourse*. NY: Oxford University Press, pp. 199-226.
- KEHLER, A. (2002) *Coherence, Reference and the Theory of Grammar*. California: CSLI
- KLEIBER, G. (1984) Sur la sémantique des descriptions démonstratives. *Linguisticae Investigationes*, VIII, 1, pp. 63-85.
- (1994) *Anaphores et Pronoms*. Louvain-la-Neuve: Duculot, Champs Linguistiques.
- LEONETTI, M. (1996) Determinantes y contenido descriptivo. *Español Actual*, 66, pp. 5-23.
- (1999) *Los Determinantes*. Madrid: Arco Libros, Série Cuadernos de Lengua Española.
- (2000) The asymmetries between the definite article and demonstratives: a procedural account. Comunicação apresentada na 7th International Conference in Budapest, Julho de 2000.
- LYONS, J. (1977) *Semantics*, II. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAES, A. (1996) *Nominal Anaphors, Markedness and the Coherence of Discourse*. Leuven: Peeters.
- OLIVEIRA, F. (1988) *Relações Anafóricas: Algumas Questões*. Estudo para discussão como prova complementar de doutoramento em Linguística Portuguesa. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SIDNER, C. (1983) Focusing in the comprehension of definite anaphora. In Brady, M & R. Berwick (orgs.) *Computational Models of Discourse*. Cambridge, Mass.: MIT Press, pp. 267-330.
- WEBBER, B. L. (1983) So what can we talk about now?. In Brady, M. & R. Berwick (orgs.) *Computational Models of Discourse*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

USOS DA LÍNGUA POR FALANTES DA NORMA

Coordenadora:
Alina Villalva

Verbos abundantes: usos, desusos e alguns ‘abusos’

Alina Villalva & Marta Almeida

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Introdução

Regra geral, os juízos de valor produzidos sobre questões de uso da língua não assentam em qualquer observação sistemática da realidade. Sob um ‘usa-se assim’, o que realmente se esconde são prescrições baseadas em juízos de gramaticalidade subjectivos, cujo valor está intimamente relacionado com a autoria e com o contexto em que são produzidos: valem o peso do autor e dependem do modo que este escolhe para os dar a conhecer – quando registados em gramáticas prestigiadas, os juízos de gramaticalidade subjectivos assumem o carácter de verdades indiscutíveis.

O que este trabalho *prima facie* pretende é fazer progredir a reflexão sobre o estranho caso dos verbos abundantes por via dos participípios passados: porquê uns e não outros, porquê só alguns e não todos e por que é que a situação não estabiliza.

Mas também pretende mostrar a utilidade do confronto dos usos efectivos da língua com as prescrições gramaticais que os falantes conhecem ou podem vir a conhecer,

de modo a que estes pareceres possam ser sustentadamente validados ou rejeitados e que as descrições do Português não sejam descrições do idiolecto do seu autor.

Siglas e Abreviaturas

Lat.	= Latim
PB	= Português do Brasil
PE	= Português Europeu
Pt.	= Português
PP	= Participípio do Pretérito
RADJ	= Radical Adjectival
RPP	= Radical do Participípio do Pretérito
RV	= Radical Verbal
TV	= Tema Verbal

O caso do participípio passado dos verbos abundantes

Pode haver outros tipos de verbos abundantes, mas os mais numerosos são os verbos que dispõem de duas formas de participípio passado: uma forma irregular, forte ou rizotónica; e uma forma regular, fraca ou arrizotónica. Como é sabido, a duplicação de recursos linguísticos não é compatível com um requisito de economia que caracteriza o funcionamento das línguas naturais e que terá levado Said Ali (1964: 147) a comentar, a propósito destes verbos com dois participípios passados, que “para obviar ao embaraço da

superfluidade, procura-se em geral ou eliminar uma das formas, ou dar-lhe aplicação diferente". Faz, pois, todo o sentido que a abundância de formas participiais seja resolvida. Resta saber como.

Vejamos, então, o que se sabe acerca destes verbos, quer quanto à sua origem, quer quanto ao seu uso.

De onde vem tanta abundância?

A coexistência de duas formas participiais, no Português, tem origem num estado de coisas atestado em Latim e assim descrito em Nunes (1919, 1975: 316):

"o processo seguido pelo latim consistia [...] em juntar o sufixo *-tus* ao tema, quer nos verbos vocálicos, quer nos consonânticos, mas nestes últimos era o *-t* frequentemente alterado, em harmonia com a natureza da sua consoante final; daí resultou [...] uma formação fraca para os verbos de tema em *-a* e *-i* e outra forte para os consonânticos. Quanto aos de tema em *-e*, em consequência da sua fusão com os de tema em consoante, uns adoptaram a formação fraca, outros a forte da terceira conjugação latina"

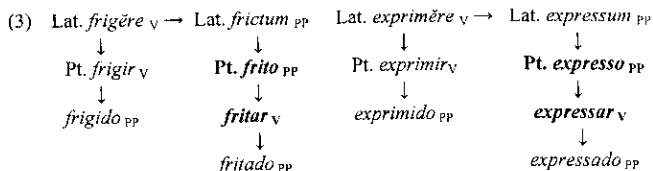
O Português herda o algoritmo latino de formação do participio passado, sonorizando a consoante inicial do sufixo (i.e. *tu-* > *do*), que gera as formas arrizotónicas acentuadas na vogal temática (cf. 1a), mas também herda algumas das formas participiais fortes, cuja vogal temática não está presente, pelo que o acento recai sobre a última vogal do radical, o que lhes vale o título de rizotónicas (cf. 1b e 1c). Em alguns casos, estas formas fortes preservam o seu valor verbal (cf. 1b), noutras casos (nomeadamente quando o verbo não transita para o Português) guardam apenas um valor adjectival / nominal (cf. 1c):

- | | | | |
|-----|----|-------------------------------|------------------------------|
| (1) | a. | Lt. <i>ama</i> _{TV} | <i>ama</i>] <i>tus</i> |
| | | Pt. <i>ama</i> _{TV} | <i>ama</i>] <i>do</i> |
| | b. | Lt. <i>dicē</i> _{TV} | <i>dic</i>] <i>tus</i> |
| | | Pt. <i>dize</i> _{TV} | <i>ditto</i> |
| | c. | Lt. <i>adipiscor</i> | <i>adeptus</i> |
| | | Pt. ----- | <i>adepto</i> |

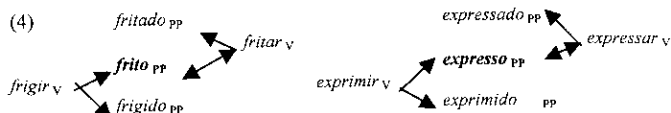
A este estado de coisas acresce um outro facto: em Latim generalizou-se uma prática que consistia na formação de verbos da primeira conjugação a partir de uma metanálise da forma participial forte (cf. *accep*] *tus* > *accep*] *us*), provavelmente reinterpretado como um radical adjectival (i.e. *accept* > *acceptare*) (cf. 2a), por analogia com a formação de verbos a partir de radicais adjectivais (cf. 2b):

- | | | | |
|-----|----|---|--|
| (2) | a. | <i>accip</i> _{RV} | → <i>acceptum</i> _{PP} |
| | | <i>accept</i> _{RPP} (<i>us</i>) | → <i>accept</i> _{RADJ} (<i>us</i>) |
| | | <i>accept</i> _{RAdj} | → <i>acceptūre</i> _V |
| | b. | <i>firm</i> (<i>us</i>) _{RADJ} | → <i>firmāre</i> _V |

Este recurso do Latim também terá criado um modelo posteriormente adoptado pelo Português, pelo que vários participípios fortes estão na base de processos de verbalização:



O que caracteriza o Português, dando origem à duplicação de formas participiais do passado, é que o participípio forte derivante (cf. *frito* e *expresso* em (3)) e o participípio fraco dos novos verbos (cf. *fritado* e *expressado*) são reinterpretados como participípios concorrentes do mesmo verbo (e.g. *fritar*, *frito*, *fritado* e *exprimir*, *expresso*, *exprimido*). Paralelamente, o participípio forte herdado do Latim passa a coexistir com um participípio fraco formado no Português (e.g. *frigir*, *frito*, *frigido* e *exprimir*, *expresso*, *exprimido*):



A existência de dois participípios passados para o mesmo verbo resulta, pois, da combinação de dois factores: (i) a herança de forma participiais fortes latinas e (ii) a flexão, no Português, que gera uma forma participial fraca por sufixação de *-do* ao Tema Verbal.

Por onde e para onde caminha a formação do participípio passado?

A existência de duas formas equivalentes coloca, obviamente, um problema de uso: estas formas podem ocorrer em distribuição livre ou a sua distribuição é condicionada por algum princípio gramatical ou extra-linguístico?

De um modo geral, as gramáticas do Português resolvem a questão enumerando os verbos afectados por esta condição e estabelecendo um princípio sintáctico de distribuição, segundo o qual a forma fraca deve ser seleccionada para a construção dos tempos compostos com os auxiliares *ter* e *haver* e a forma forte deve ser usada nas construções com *ser* e *estar*. Esta é a resposta mais frequente e mais comumente aceite, mas depara com problemas de vária ordem:

- 1º Se os participios forte e fraco têm uma clara distribuição sintáctica, por que razão é que alguns participios fortes latinos (cf. *cinto*, *colheito*, *comesto*, *defeso*, *despeso*) cederam o seu lugar aos participios fracos vernáculos (cf. *cingido*, *colhido*, *comido*, *defendido*, *despendido*), apesar de estarem atestados em fases anteriores à do Português contemporâneo e de eventualmente subsistirem com valor adjectival ou nominal (cf. *cinto* _N, *colheita* _N, *defesa* _N, *despesa* _N)¹?
- 2º Inversamente, se os participios forte e fraco têm uma clara distribuição sintáctica, por que razão é que alguns participios fortes latinos (cf. *coberto*, *dito*, *escrito*, *feito*) usurparam o lugar dos participios fracos vernáculos na formação dos tempos compostos (cf. **cobrido*, **dizido*, **escrevido*, **fazido*), apesar de estas formas continuarem a ser produzidas durante a fase de aquisição da linguagem, independentemente da sua ocorrência no estímulo linguístico disponível, ou até mesmo em estádios posteriores da gramática de alguns falantes.
- 3º Ainda, se os participios forte e fraco têm uma clara distribuição sintáctica, por que razão é que nem todos os verbos dispõem de uma forma forte? Note-se que o elenco de verbos abundantes disponíveis no Português contemporâneo não inclui apenas verbos que em Latim tinham um participio forte. Talvez por influência da verbalização a partir da metanálise das formas fortes latinas (cf. *express(um)* -> *expressare*), que também estabelece um padrão paradigmático no Português (cf. *entregue* -> *entregar*), mostra o Português, em diversas fases da sua diacronia, uma inequívoca disponibilidade para a formação de participios fortes vernáculos, constituídos pelo radical e um índice temático -o (cf. *pago*, *salvo*) ou -e (cf. *assente*, *empregue*). Este é o recurso que dá origem a formas menos estabilizadas no Português, como:

- (5) *quando o árbitro o expulsou, já o Benfica tinha marco o primeiro golo²
ele já tinha compro o carro³*

Trata-se, com efeito, de um processo concorrente do processo habitual de formação do participio passado por sufixação em -do, ainda que as formas de produção mais recente não sejam aceites pelos falantes da norma do Português. Os casos de variação, por exemplo entre o Português Europeu e o Português do Brasil (cf. PE *aceite* vs. PB *aceito*, PE *empregue* e PB *pego*) não são, pois, inesperados.

- 4º Por último, se os participios forte e fraco têm uma clara distribuição sintáctica, por que razão é que o uso não é tão estável quanto a prescrição?

¹ Dados apresentados em Said Ali (1964: 147-154).

² Esta frase foi recentemente registada em Lisboa.

³ Esta frase foi registada no Brasil. Cf. Lobato (2000: 18).

Inquérito ao uso

Tratemos, então, da questão do uso. Para a equacionar, procedeu-se à elaboração de um questionário formado por 169 frases que combinam com os verbos *ter*, *ser* e *estar* com as formas alternantes do participio passado dos seguintes 57 verbos abundantes (simples e complexos):

(5)	<p>1ª conjugação <i>aceitar, entregar, enxugar, expressar, expulsar, fixar, fritar, ganhar, gastar, isentar, libertar, limpar, matar, ocultar, pagar, pegar, salvar, segurar, soltar, sujeitar</i> e <i>reaceitar, reentregar, reganhar, desgastar, relimpar, desocultar, despegar</i></p>	<p>2ª conjugação <i>absolver, acender, eleger, escrever, morrer, prender, romper, suspender</i> e <i>reabsolver, reacender, reeleger, reescrever, desprender</i></p>	<p>3ª conjugação <i>abrir, afligir, cobrir, concluir, extinguir, imprimir, incluir, inserir, omitir⁴, tingir</i> e <i>reabrir, descobrir, encobrir, desencobrir, reimprimir, desincluir, desinserir</i></p>
-----	--	--	--

Este questionário foi aplicado a 160 militares da Força Aérea Portuguesa⁵, homens e mulheres, com idades compreendidas entre os 19 e os 52 anos, provenientes dos mais diversos pontos do território português ou de comunidades imigrantes, à data do seu nascimento, e todos residentes em Portugal continental, detentores de diversos graus académicos e distribuídos por diversas patentes militares. Em termos globais, o universo de inquiridos pode ser descrito como predominantemente masculino (78%), jovem (71% têm menos de 30 anos), maioritariamente natural e residente na região de Lisboa (68.2%, dos quais 48.8% no distrito de Lisboa, 11.9% no distrito de Santarém e 7.5% no distrito de Setúbal), escolarizado até ao 9º ano (52.5%) e 12º ano (30%), e ocupando maioritariamente as patentes de cabo (56.25%) e sargento (15%).

O teste foi aplicado, entre Fevereiro e Março de 2004, a pequenos grupos de informantes, aos quais foi solicitado que assinalassem a forma considerada mais adequada a cada frase, riscando a forma eliminada.

Resultados do inquérito

Os resultados obtidos mostram uma diversidade de escolhas que se afasta da prescrição gramatical, mas vai ao encontro de uma afirmação de Said Ali (1964: 147), segundo a qual "a história destes participios varia de verbo para verbo".

Em termos globais constata-se que a generalidade dos informantes (89.4%) dá entre 50% e 70% de respostas que estão conformes à prescrição gramatical (ver Gráfico 1).

⁴ Por lapso, a construção com *ter* não foi testada relativamente a este verbo.

⁵ Queremos manifestar o nosso agradecimento, quer à instituição, quer a cada um dos indivíduos que se dispôs a colaborar neste projecto como informante.

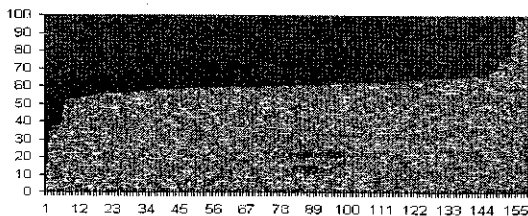


Gráfico 1

Os restantes, menos de 10%, distribuem-se pela faixa negativa (3,8%) ou aproximam-se do quase ou mesmo do integral cumprimento da prescrição gramatical. É interessante notar que estes dois grupos marginais são muito heterogêneos, não permitindo identificar com clareza os factores que levam a este afastamento. Vejamos o primeiro grupo:

Nº	Sexo	Idade	Naturalidade	Residência	Patente	Escolaridade	RESULTADO
10	M	1963	Coimbra	Leiria	sargento	12º ano	0%
96	F	1980	Santarém	Santarém	cabo	9º ano	16.6%
69	F	1974	Lisboa	Lisboa	tenente	licenciatura	34.3%
42	M	1960	Angola	Lisboa	tenente-coronel	licenciatura	37.3%
83	M	1981	Santarém	Santarém	cabo	12º ano	37.3%
20	M	1976	Lisboa	Viseu	furriel	9º ano	37.9%
70	M	1962	Lisboa	Lisboa	major	licenciatura	39.1%

Neste grupo integra-se um informante que, na totalidade dos casos, assinalou a forma errada. Provavelmente este informante conhece esta prescrição, pretendeu respeitá-la, mas enganou-se. A sua sensibilidade linguística é substituída pela vontade de seguir a regra, o que o leva a aceitar construções como:

- (6) *Os ataques terroristas têm aflito muita gente.
Os Lusíadas foram escritos por Luís de Camões.
Afinal, todas as dívidas da Maria estavam pagadas.*

Este resultado não pode deixar de ser relacionado com o dos informantes que assinalaram, na totalidade dos casos, a forma correcta:

Nº	Sexo	Idade	Naturalidade	Residência	Patente	Escolaridade	RESULTADO
34	F	1980	Aveiro	Setúbal	furriel	12º ano	74.6%
33	F	1976	Bragança	Lisboa	furriel	9º ano	75.1%
28	M	1976	Leiria	Lisboa	furriel	12º ano	77.5%
115	F	1984	Coimbra	Coimbra	cabo	9º ano	78.7%
55	M	1978	Porto	Lisboa	alferes	12º ano	83.4%
22	M	1979	Lisboa	Lisboa	furriel	12º ano	94.7%
23	M	1977	Castelo Branco	Lisboa	furriel	9º ano	97.6%
48	M	1963	Évora	Lisboa	capitão	12º ano	98.8%
44	M	1963	Lisboa	Lisboa	major	licenciatura	100%
53	M	1967	Coimbra	Coimbra	capitão	bacharelato	100% ⁶

O seu juízo de gramaticalidade é igualmente alheio à resposta dada, o que os leva a aceitar construções como:

- (7) *A PJ tem descobrido muitos criminosos.
O prazo foi fixo com muito rigor.
Os dados já estão insertos.*

Estes resultados devem ser desprezados: não dão conta do uso que estes falantes fazem dos verbos abundantes, antes fazem prova dos vícios e virtudes do conhecimento da gramática a partir de clichés gramaticais.

Globalmente, a representação gráfica das respostas certas e erradas obtém uma curva (ver Gráfico 1) que se reproduz quando se desagregam os resultados em termos de grau de escolaridade (ver Gráfico 2), sexo (ver Gráficos 3 – homens – e 4 – mulheres), ou naturalidade (ver Gráficos 5 – naturais de Lisboa – e 6 – outros).

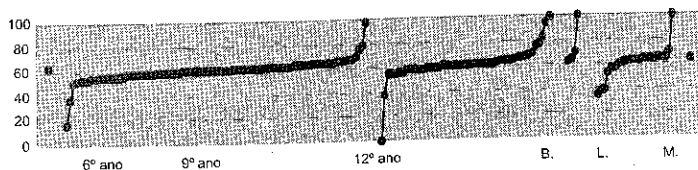


Gráfico 2

⁶ Um dos informantes que teve uma cotação de 100% comentou, durante a execução do teste, que a hipótese assinalada não corresponde à forma que efectivamente usa, mas que essa é a hipótese sancionada pela prescrição gramatical, razão que se lhe afigurou como bastante para responder desse modo.

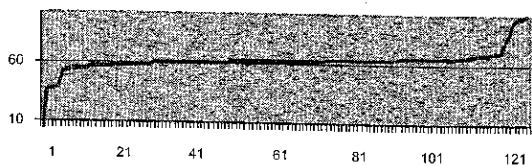


Gráfico 3

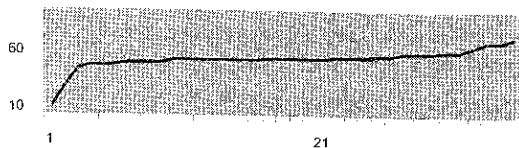


Gráfico 4

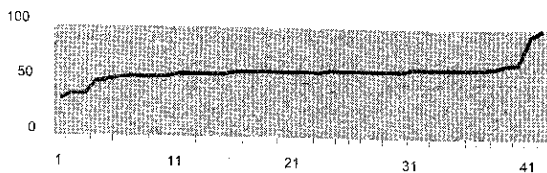


Gráfico 5

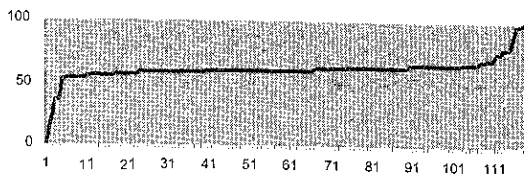


Gráfico 6

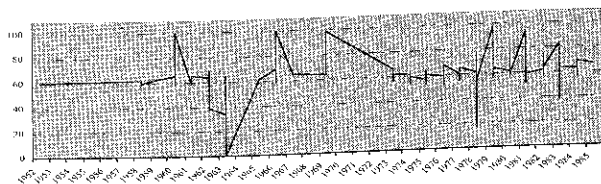


Gráfico 7

Os resultados mais interessantes são os que estão relacionados com a idade dos informantes (ver Gráfico 7): os números não permitem extrair conclusões com uma margem de segurança aceitável mas parecem indicar que o comportamento dos informantes com idade superior a 45 anos é o mais homogêneo, que na faixa que inclui os informantes que têm entre 30 e 45 anos o comportamento é mais oscilante, mas não tanto quanto o dos falantes com menos de 30 anos. Estes dados permitem formular várias hipóteses de interpretação:

- 1º Qualquer que seja o fenómeno que está a ocorrer, ele é transversal a todos os falantes, independentemente do sexo, da distribuição dialectal e até do nível de escolaridade.
- 2º Quanto à interferência da idade nos resultados, ela pode reflectir a mudança verificada no tipo de ensino da língua materna, particularmente numa fase precoce de explicitação gramatical, dada a irrelevância do nível de escolaridade; ou pode evidenciar a aceleração de um processo de mudança que avança em direcções contrárias, o que o impede de passar à fase seguinte, mas gera uma grande e crescente instabilidade.

De verbo para verbo

Feita a análise dos resultados face à caracterização do universo de informantes, importa agora tentar compreender o que se passa no que diz respeito ao fenómeno linguístico. A análise dos dados, tendo em conta os diversos verbos e as diversas construções, partiu da sua ordenação em função dos valores de respostas certas obtidas (ver Gráfico 8).

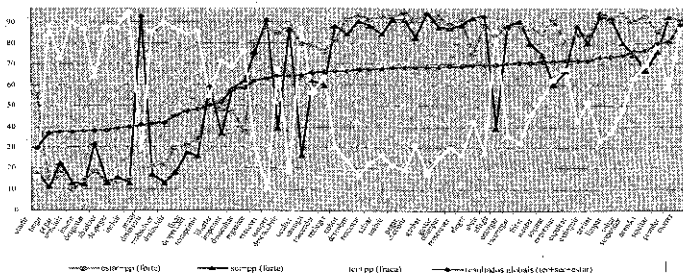


Gráfico 8

Excluindo os verbos prefixados⁷ (que serão tratados adiante), obtêm-se as seguintes listas:

(8)	<i>ter+pp fraco</i>	<i>ser+pp forte</i>	<i>estar+pp forte</i>	<i>(ter+ser+estar) +pp</i>
<i>tem escurvidado</i>	10.6%	<i>foi aceso</i>	13.2%	<i>foi aceso</i>
<i>tem ganhado</i>	17.5%	<i>foi aceso</i>	15.2%	<i>foi aceso</i>
<i>tem pagado</i>	19.4%	<i>foi aceso</i>	17.1%	<i>foi aceso</i>
<i>tem cobrado</i>	23.8%	<i>foi aceso</i>	21.3%	<i>foi aceso</i>
<i>tem gastado</i>	25.6%	<i>foi aceso</i>	23.1%	<i>foi aceso</i>
<i>tem saivado</i>	26.3%	<i>foi aceso</i>	23.9%	<i>foi aceso</i>
<i>tem abrido</i>	27.5%	<i>foi oculto</i>	26.3%	<i>foi oculto</i>
<i>tem cucobrido</i>	31.3%	<i>foi aceso</i>	27.5%	<i>foi aceso</i>
<i>tem aceitado</i>	33.1%	<i>foi libertado</i>	36.3%	<i>foi libertado</i>
<i>tem entregado</i>	35.6%	<i>foi roto</i>	39.4%	<i>foi roto</i>
<i>tem limpadado</i>	36.9%	<i>foi aflito</i>	39.4%	<i>foi aflito</i>
<i>tem elegadado</i>	42.5%	<i>foi impresso</i>	58.1%	<i>foi impresso</i>
<i>tem expulsado</i>	42.5%	<i>foi seguro</i>	60.0%	<i>foi seguro</i>
<i>tem fritadado</i>	45.6%	<i>foi enxuto</i>	61.9%	<i>foi enxuto</i>
<i>tem soltadado</i>	48.1%	<i>foi expresso</i>	66.9%	<i>foi expresso</i>
<i>tem extinguido</i>	51.9%	<i>foi aceso</i>	66.9%	<i>foi aceso</i>
		<i>está libertado</i>	47.5%	<i>está libertado</i>
		<i>está impresso</i>	47.5%	<i>está impresso</i>
		<i>está oculto</i>	75.0%	<i>está oculto</i>
		<i>está enxuto</i>	79.4%	<i>está enxuto</i>
		<i>está oculto</i>	80.0%	<i>está oculto</i>
		<i>está expresso</i>	80.6%	<i>está expresso</i>
		<i>está extinto</i>	83.1%	<i>está extinto</i>
		<i>está aflito</i>	84.4%	<i>está aflito</i>
		<i>está expulso</i>	84.4%	<i>está expulso</i>
		<i>libertar</i>	51.7%	<i>libertar</i>
		<i>imprimir</i>	58.1%	<i>imprimir</i>
		<i>escrever</i>	63.0%	<i>escrever</i>
		<i>romper</i>	64.2%	<i>romper</i>
		<i>ocultar</i>	64.4%	<i>ocultar</i>
		<i>enxugar</i>	65.8%	<i>enxugar</i>
		<i>cobrir</i>	66.5%	<i>cobrir</i>
		<i>saivar</i>	67.7%	<i>saivar</i>
		<i>pagar</i>	68.3%	<i>pagar</i>

⁷ Igualmente excluídos desta lista estão os verbos *omitir*, dado que a construção com *ter* não foi testada, e os verbos *matar* e *morrer*, que também só foram testados em duas construções.

tem isentado	54.4%	foi isento	74.4%	está roto	85.0%	encobrir	68.3%
tem enxugado	56.3%	foi suspenso	74.4%	está isento	85.0%	ganhar	68.5%
tem prendido	58.1%	foi sujeito	75.6%	está sujeito	85.6%	gastar	68.5%
tem segurado	62.5%	foi frito	80.0%	está frito	86.9%	eleger	69.8%
tem suspenso	63.1%	foi solto	80.0%	está escrito	86.9%	abrir	69.8%
tem expressado	67.5%	foi extinto	80.0%	está entregue	87.5%	aflijir	69.8%
tem rompido	68.1%	foi encoberto	82.5%	está aberto	88.8%	entregar	70.4%
tem imprimido	68.8%	foi coberto	84.4%	está suspenso	90.6%	fritar	70.8%
tem acendido	69.4%	foi salvo	84.4%	está seguro	91.3%	isentar	71.2%
tem libertado	71.3%	foi gasto	87.5%	está encoberto	91.3%	segurar	71.3%
tem pegado	72.5%	foi entregue	88.1%	está coberto	91.3%	expressar	71.7%
tem suportado	78.8%	foi expulso	88.1%	está limpo	91.9%	expulsar	71.7%
tem fixado	84.4%	foi escrito	91.3%	está preso	91.9%	extinguir	71.7%
tem afligido	85.6%	foi pago	91.3%	está aceso	92.5%	acitar	73.3%
tem inserido	86.9%	foi limpo	91.9%	está salvo	92.5%	limpar	73.5%
tem ocultado	86.9%	foi eleito	91.9%	está gasto	92.5%	soltar	74.0%
tem absolvido	87.5%	foi preso	91.9%	está solto	93.8%	suspender	76.0%
tem tingido	88.1%	foi aceite	92.5%	está ganho	93.8%	acender	76.3%
tem concluído	90.0%	foi aberto	93.1%	está pago	94.4%	susitar	80.0%
tem incluído	95.0%	foi ganho	94.4%	está aceite	94.4%	prender	80.6%
	55.9%		63.5%		71.7%		63.7%

Esta ordenação permite constatar que:

- 1º os verbos com piores resultados globais são os verbos cuja forma participial forte tende a cair em desuso nas construções passiva com *ser* e predicativa com *estar* (cf. *foilestá absolto*, *foilestá concluso*, *foilestá fixo*, *foilestá incluso*, *foilestá inserto*, *foilestá liberto*, *foilestá pego*, *foilestá tinto*);
- 2º o valor médio mais elevado (71.72%) é o da construção predicativa com *estar*, ou seja, é esta a construção em que a prescrição gramatical mais se aproxima do uso;
- 3º o valor médio mais baixo (55,93%) mostra que a prescrição se afasta mais do uso na construção dos tempos compostos com um conjunto de verbos cuja forma fraca tende a desaparecer (cf. *tem abrido*, *aceitado*, *cobrido*, *encobrido*, *entregado*, *escrevido*, *ganhado*, *gastado*, *limpado*, *pugado*, *salvado*, *soltado*);
- 4º há um conjunto de verbos que exhibe uma tendência para uma distribuição equivalente, que pode afectar exclusivamente a formação dos tempos compostos (cf. *tem elegido/eleito*, *expressado/expresso*, *expulsado/expulso*, *extinguido/extinto*, *fritado/frito*, *isentado/isento*, *prendido/preso*, *rompido/roto*, *soltado/solto*, *suspenso/suspensa*), ou pode afectar a formação dos tempos compostos e a passiva com *ser* (cf. *tem/foi expressado/expresso*, *acendido/*

(*aceso*), ou ainda todas as construções (cf. (*tem/foi/está*) (*imprimido/impresso*));

- 5º o verbo que manifesta um comportamento mais próximo do previsto na prescrição gramatical é o verbo *sujeitar*.

Verbos Prefixados

No Português, a prefixação realiza apenas processos de modificação morfológica, cuja propriedade definidora consiste em não alterar nem determinar nenhuma das propriedades gramaticais da forma de base. Espera-se, pois, que as palavras formadas por prefixação e as palavras que estão na sua base flexionem do mesmo modo. Os dados que envolvem verbos prefixados, quer com *des-*, quer com *re-* mostram que estes verbos tendem, de facto, a seguir o modelo do seu verbo base, qualquer que seja a tendência desse verbo, ou seja, quer se trate de verbos que estão a perder a forma fraca (cf. *cobrir* e *descobrir*; *escrever* e *reescrever*), quer de verbos que estão a perder a forma forte (cf. *incluir* e *desincluir*; *absolver* e *reabsolver*), quer de verbos que exibem uma quase distribuição equivalente entre a forma fraca e a forma forte (cf. *imprimir* e *reimprimir*).

(9)	verbo	média	ter	ser	estar	verbo	média	ter	ser	estar
	<i>cobrir</i>	66.5%	23.8%	84.4%	91.3%	<i>escrever</i>	63.0%	10.6%	91.3%	86.9%
	<i>descobrir</i>	67.1%	16.9%	90.6%	93.8%	<i>reescrever</i>	68.8%	26.3%	88.8%	91.3%
	<i>incluir</i>	40.0%	95.0%	13.1%	15.0%	<i>absolver</i>	38.1%	87.5%	13.1%	13.8%
	<i>desincluir</i>	45.0%	86.9%	18.1%	30.0%	<i>reabsolver</i>	41.7%	90.0%	13.1%	21.9%
						<i>imprimir</i>	58.1%	68.8%	58.1%	47.5%
						<i>reimprimir</i>	50.0%	54.4%	59.4%	54.4%

Há duas excepções a esta generalização – dizem respeito aos verbos *desgastar* e *desprender*, que exibem um comportamento diferente dos verbos base, preferindo maioritariamente o uso da forma fraca, independentemente da construção sintáctica que integram. A este comportamento não é certamente alheio o facto de estes verbos prefixados não serem semanticamente composicionais (i.e. *desgastar* não significa o oposto de *gastar*), ou o facto de o participio forte de *desprender* (i.e. *despreso*) ser homófono de um nome que não tem qualquer relação lexical (i.e. *desprezo*):

(10)	verbo	média	ter	ser	estar	verbo	média	ter	ser	estar
	<i>gastar</i>	68.5%	25.6%	87.5%	92.5%	<i>prender</i>	80.6%	58.1%	91.9%	91.9%
	<i>desgastar</i>	38.1%	63.8%	31.9%	18.8%	<i>desprender</i>	48.3%	85.6%	25.6%	33.8%

Do uso à prescrição gramatical

Vale, então, a pena recuperar o que algumas das prescrições gramaticais estipulam, de modo a permitir o seu confronto com a amostragem do uso efectivo.

- Para além da estipulação de carácter geral⁸, que é bastante modalizada (cf. *de regra ...*, *de preferência ...*) e que, como já foi demonstrado, não encontra fundamento no uso, Cunha & Cintra (1984: 441-442) sentem necessidade de identificar alguns casos que, de algum modo, contornam o preceito geral. São eles:

- “somente as formas irregulares se usam como adjectivos e são elas as únicas que se combinam com os verbos *estar*, *andar*, *ficar*, *ir* e *vir*”

Comentário: Ficam por explicar os resultados obtidos pelas construções com *estar* e *absolto*, *concluso*, *fixo*, *incluso*, *inserto*, *liberto*, *pego*, *tinto*.

- “o particípio *rompido* usa-se também com o auxiliar *ser*⁹. *Roto* emprega-se mais como adjectivo”;

Comentário: Esta observação é comprovada pelos dados recolhidos.

- “*imprimir* possui duplo particípio quando significa ‘estampar’, ‘gravar’. Na acepção de ‘produzir movimento’, ‘infundir’, usa-se apenas o particípio em –*ido*¹⁰.”

Comentário: Só a primeira acepção foi testada. Os dados obtidos parecem indicar que a forma forte tende a desaparecer também neste caso, embora ainda coexista, numa quase distribuição equivalente, com a forma fraca.

- Para Bechara (1989: 109-110), a generalização¹¹ é perturbada por alguns “participios, regulares ou irregulares, que se usam indiferentemente na voz activa (auxiliares *ter* ou *haver*) ou passiva (auxiliares *ser*, *estar*, *ficar*).” A lista dos casos que apresenta é a seguinte:

	Forma fraca		Forma forte	
	<i>ter</i> , <i>haver</i>	<i>ser</i> , <i>estar</i>	<i>ter</i> , <i>haver</i>	<i>ser</i> , <i>estar</i>
<i>aceitar</i>	<i>aceitado</i>	<i>aceitado</i>		<i>aceito</i> , <i>aceite</i>
<i>gastar</i>	<i>gastado</i>		<i>gasto</i>	<i>gasto</i>
<i>isentar</i>	<i>isentado</i>			<i>isento</i>
<i>limpar</i>	<i>limpado</i>	<i>limpado</i>	<i>limpo</i>	<i>limpo</i>

Comentário: Bechara tem, indubitavelmente, o mérito de olhar para os dados da língua, mas esta apresentação de casos particulares é problemática: por um lado, ela é

⁸ Cunha & Cintra (1984: 441-442) consideram que “de regra, a forma regular emprega-se na constituição dos tempos compostos da voz activa, isto é, acompanhada dos auxiliares *ter* ou *haver*; a irregular usa-se, de preferência, na formação dos tempos da voz passiva, ou seja acompanhada do auxiliar *ser*.”

⁹ Cf. ‘*foram rompidas as nossas relações*’ (exemplo dos autores).

¹⁰ Cf. “*este livro foi impresso em Portugal*” e “*foi imprimida enorme velocidade ao carro*”.

¹¹ “Em geral emprega-se a forma regular, que fica invariável com os auxiliares *ter* e *haver*, na voz activa, e a forma irregular, que se flexiona em género e número, com os auxiliares *ser*, *estar* e *ficar*, na voz passiva ‘*nós temos aceitado os documentos*’ e ‘*os documentos têm sido aceitos por nós*’ (exemplos do autor).

tão extensa que põe em causa o valor da generalização anteriormente apresentada; por outro, a situação é um pouco mais complexa do que o autor reconhece – nem todas estas formas são indiferentemente utilizadas.

Em suma

Os resultados obtidos mostram uma diversidade de escolhas que impede a consideração dos verbos abundantes como um todo. Assim, e à semelhança do que se tem verificado em anteriores sincronias do Português, constata-se que:

1. Alguns verbos tendem a perder a forma fraca:
 - a. de forma mais generalizada, como *abrido*, *aceitado*, *cobrido*, *encobrido*, *entregado*, *escrevido*, *ganhado*, *gastado*, *limpado*, *pagado*, *salvado*;
 - b. ou de forma menos generalizada, como *elegido*, *expulsado*, *fritado*, *soltado*, *extinguido*.
2. Alguns verbos tendem a perder a forma forte, como *absolto*, *concluso*, *fixo*, *incluso*, *inserto*, *liberto*, *pego*, *tinto*. Embora alguns só na construção passiva, como *aflito*, *oculto*, *roto* ou *aceso*, *enxuto*, *expresso*, *seguro*.
3. Sobra um conjunto de verbos cujo comportamento é mais aleatório, aproximando-se um pouco da prescrição gramatical, mas talvez apenas a caminho de uma das soluções anteriores:

tem isentado 54.4% *foi isento* 74.4% *está isento* 85.0%
tem sujeito 78.8% *foi sujeito* 75.6% *está sujeito* 85.6%
tem prendido 58.1% *foi preso* 91.9% *está preso* 91.9%
tem suspenso 63.1% *foi suspenso* 74.4% *está suspenso* 90.6%
tem imprimido 68.8% *foi impresso* 58.1% *está impresso* 47.5%

Há dois anos atrás, o Professor Ivo de Castro chamava “a atenção dos linguistas para o papel que devem ter na fixação da norma” – este é o nosso contributo: a distribuição dos participios dos verbos abundantes não é sintacticamente controlada. Como dizia Said Ali, varia de verbo para verbo – é uma questão lexical, um traço idiossincrático de cada verbo, com uma forte tendência para a escolha de uma das formas, nuns casos a fraca e noutros a forte. É aconselhável que os textos que melhor garantem a transmissão da norma não a perturbem com informações desajustadas.

Referências Bibliográficas

- BARROS, A. L. de (2000) *O Participio Passado. Aspectos da sua Morfologia do Século XIII ao Século XVI*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BECHARA, E. (1989) *Moderna Gramática Portuguesa*. 33ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

- CASTRO, I. de (2002) O linguista e a fixação da norma. *Actas do XVIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*.
- CUNHA, C. & L. F. L. Cintra (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- LOBATO, L. (1999) Sobre a forma do participio do Português e o estatuto dos traços formais. *D.E.L.T.A.* 15.1, pp.113-140.
- MATEUS, M. H. M., A. Brito, I. Duarte & I. H. Faria (1989) *Gramática da Língua Portuguesa*. 2ª edição revista e aumentada, Lisboa: Caminho.
- NUNES, J. J. (1919). *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa: Fonética-Morfologia*. (1975). Lisboa: Clássica Editora.
- SAID Ali, M. (1964) *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 5ª edição melhorada e aumentada, São Paulo: Edições Melhoramento.

Bute falar de predicadores rígidos!

Pedro Múrias

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

O que aqui trago são algumas observações bastante simples sobre palavras que não são verbos, mas têm um comportamento análogo ao dos verbos. Sugiro depois um alargamento, numa certa descrição formal das interjeições e de outros elementos.

Vou chamar *predicadores*, num uso diverso do corrente, à classe das palavras que ocorrem como núcleo do predicado sintáctico. Não utilizo o termo na acepção de palavra que selecciona argumentos. Por outro lado, *predicadores* identificará uma classe de palavras, uma categoria sintáctica, e não uma função sintáctica. Admito que deva procurar-se outra designação. Procurar essa designação alternativa levar-me-ia, porém, a considerações que não cabem aqui. Por isso, mantenho-a, em termos de pura convenção. A expressão *predicadores rígidos* também sofre de um involuntário eco kripkeano, que poderia induzir em erro. Seria talvez aceitável substituir *rígidos* por *inflexíveis*.

Os verbos, nas suas formas finitas, são os predicadores normalmente considerados. Qualifico-os como *predicadores flexíveis*. Em português, contudo, há predicadores rígidos, ou seja, em suma, palavras que não são verbos mas ocorrem necessariamente como núcleo do predicado sintáctico. Três exemplos claros serão *bute* (PE informal), *cadê* (PB), e *eis*. Semelhante a *bute* é *embora* (ou *bora*), quando sinónima da anterior.

- (1) Bute agora ao conselho directivo!
- (2) Eis findo um belo dia.
- (3) Eis pela primeira vez na União Europeia um país civilizado!
- (4) Cadê o chapéu do Visconde?

A distinção entre predicadores rígidos e flexíveis não respeita apenas à morfologia, embora os predicadores rígidos sejam palavras tendencialmente invariáveis.¹ A designação resulta, sobretudo, de a ocorrência destes elementos se restringir a um pequeno número de construções, com pequena variação semântica, ao contrário do que sucede com os verbos, nas suas múltiplas formas. Cada predicador rígido dá uma informação mais ou menos constante de tempo, aspecto, tipo de frase e mesmo de acto ilocutório, podendo ter ainda restrições nos argumentos, que podem restringir-se a certas pessoas gramaticais.

¹ Aliás, será pensável falar de predicadores rígidos mesmo em línguas não flexionais.

Por exemplo, *bute* não pode ser classificado como verbo, apesar de ter distribuição própria de um verbo, por duas ordens de razões: uma, a morfologia, visto ser invariável; outra, a limitação da sua ocorrência a frases imperativas e interrogativas, e a constância do seu valor temporal e aspectual (acção a iniciar pouco depois da enunciação). No caso de *bute*, a rigidez atinge ainda o argumento externo,² que é sempre *nós*. Pelo contrário, a rigidez não impede que *bute* funcione quer como predicador principal (como em (1)), quer numa função próxima da de um verbo auxiliar (como no título deste escrito). O *nós* pode aparecer em estruturas contrastivas, tomando sempre a forma nominativa, p. ex.:

(5) Ele não aparece. Bute nós a casa dele.

Em (2), *eis* é parafraseável e substituível por *é* ou *está*; noutros casos, por *são* ou *estão*, mas não haverá casos em que possa ser substituído por *foi*, *tinha sido*, *estaria*, *esteja*, *fosse*, etc. Estas formas verbais trazem variações de significado – associadas ao tempo, aspecto, modalidade ou tipo de frase – que *eis* não consente. Quanto ao tipo de frase, *eis* surge em exclamativas e declarativas. No segundo caso, é sobretudo usado para introduzir uma enumeração, como aparece abaixo, antes de (10).

Quanto ao *cadê*, por seu turno, julgo que o exemplo (4) não pode ser convertido numa interrogativa indirecta como **Quero saber cadê o chapéu do Visconde*, mas só em *Quero saber onde está...* O mesmo se passa, aliás, com a forma portuguesa que lhe deu origem, *que é de*, ao contrário da forma que, por sua vez, deu origem a esta, *que é feito de*, que já admite grandes variações, desde logo variações de tempo que *que é de* não admite.

Se os verbos são os predicadores flexíveis, os predicadores rígidos têm uma relação estreita com as interjeições. Talvez até se pudesse dizer que os predicadores rígidos são as interjeições. A favor pugnaria a observação tradicional de algumas interjeições que admitem ou exigem complementos e a leitura de que com elas se realiza um «acto de predicação».³ Em sentido contrário iria a teorização também tradicional das interjeições como incapazes de integração sintáctica, aliás em contradição com a observação referida. As possibilidades de integração sintáctica de interjeições parecem maiores em certas línguas românicas do que, p. ex., em inglês ou em alemão, o que, a meu ver, tem reflexos observáveis nos estudos linguísticos.

Outras dificuldades da equiparação entre predicadores rígidos e interjeições resultam da própria indeterminação desta categoria, das suas peculiaridades nos planos semântico e pragmático (além do fonológico), e até da sua relação dúbia com o conceito de linguagem, tendo em conta a oposição representar/fazer ou o sugerido «continuo mostrar/dizer».⁴ Estas dificuldades, porém, colocam-se em planos substanciais que aqui não considero.

² Que, no entanto, é um «argumento sombra», no sentido dado em MATEUS *et al.* (2003: 184). A utilização aqui do rótulo «argumento externo» não deixa de gerar dúvidas, como é evidente.

³ Recentemente, GONÇALVES (2002: 290).

⁴ Cf. WHARTON, 2003.

Será preferível, portanto, dizer apenas que muitas interjeições são predicadores rígidos e que muitos destes são interjeições. Aos predicadores rígidos que mais se aproximam dos verbos em termos de distribuição sintáctica, como *eis*, *bute* e *cadê* – sobretudo por permitirem complementos – cairia bem o nome de *verbóides*.

Os exemplos (1) a (4) talvez não caibam em certas definições de frase. Contudo, são estruturas abstractas de ordenação de constituintes, com conteúdo proposicional⁵ não dependente de uma enunciação concreta. O seu significado é uma predicação, ainda que «predicação de existência».⁶ Obedecem a regras sintácticas, sob pena de agramaticalidade. Não se trata aqui de «enunciados não frásicos», desde logo porque não são enunciados, mas estruturas abstractas. Nem se poderia ver aqui as «frases» sem núcleo de Bechara (2002: 540ss). Com certeza, o autor chama «frases» aos enunciados sem núcleo *verbal*. Porém, uma vez que *bute*, *eis* e *cadê* desempenham, nos exemplos anteriores, a função que um verbo desempenharia, o afastamento do qualificativo de «oração»⁷ não pareceria muito fecundo.

Deve poder testar-se que os verbóides referidos são o núcleo do predicado. Os testes são dificultados, todavia, pela rigidez destes predicadores, que os impede de surgirem em construções muito diferentes das indicadas. Os testes devem ainda atender ao tipo de frase em causa: frases imperativas ou interrogativas (cf. (5) e (8)) exigem testes diversos dos das declarativas ou expressivas. Por vezes, os verbóides terão de ser parafraseados. Note-se, de qualquer modo, que as parafrases incluem sempre uma forma verbal finita: *bute* ≈ *vamos*, *venham*, *vem*, etc.; *eis* ≈ *está*, *aqui está*, *vejam*, etc.; *cadê* ≈ *onde está*, *que é de*, *sabes de*, etc. Veja-se ainda que os verbóides não co-ocorrem numa oração com formas finitas de verbos, além de terem distribuição idêntica à de verbos (ou verbo + advérbio). E que todos os predicadores rígidos são deícticos temporais, tal como as formas finitas dos verbos.

Por outro lado, os testes de determinação do predicado são feitos muitas vezes utilizando o sujeito. Ora, a invariabilidade e a rigidez destes predicadores torna o conceito de *sujeito* difícil de concretizar. Designadamente, por não se colocarem nos mesmos termos questões de concordância. Em rigor, não é inequívoco falar aqui de *sujeito*.⁸ Já para não falar do caso específico de *eis*, que é impessoal. A impessoalidade mostra-se quando o seu único argumento é realizado por pronomes, que assumem a forma acusativa: *ei-lo*, etc. Ainda assim, respectivamente para (1), (2), (3) e (4):

(6) P: O que queres que se faça? R: Que vamos agora ao conselho directivo.

(7) P: O que se passa com um belo dia? R: Ei-lo findo.

⁵ No sentido em que SEARLE (1969: 29ss) usa o termo. Já parece duvidosa ou pouco clara a afirmação pelo autor de que *Ouch* e *Hurrah*, «of course», não teriam conteúdo proposicional. O contrário decorre de WIERZBICKA (1992), ainda que não se concorde com a autora quanto à determinabilidade semântica de todas as interjeições.

⁶ Cf. VALENTIM, 1998. Com isto, não distingo aqui entre «predicações» e «apresentações». Cf. MATEUS *et al.* (2003: 317s).

⁷ «Frase», na terminologia que sigo, contrária à de BECHARA.

⁸ Cf. paralelamente BECHARA (2002, 539).

(8) P: O que se passa com um país civilizado? R: Ei-lo pela primeira vez na UE.

(9) P: O que queres saber do chapéu do Visconde? R: Cadê ele? / Onde está.

Algo toscos, dadas as dificuldades referidas, estes testes permitem identificar o predicado, que os verbóides encabeçam. As respectivas paráfrases verbais produzem resultados paralelos.

Contra a posição aqui defendida, não poderá argumentar-se com o facto de os substitutos de alguns verbóides terem de incluir um advérbio ou mesmo um nome com função de sujeito. Afirmar-se-ia aqui uma diferença de distribuição. Contudo, o mesmo sucede com alguns verbos.

A inserção dos predicadores rígidos nas classes de palavras tradicionais tem suscitado grandes dúvidas. Quase anedótico é o caso de *eis* e seus equivalentes franceses e italiano. Se *voici*, *voilà* e *ecco* são muitas vezes reconhecidos como interjeições no seu uso isolado, já se lhes recusa, em regra, tal qualificativo quando integrados na frase, o que ignora a identidade de função sintáctica em ambos os casos. Surgem então as possibilidades mais desvairadas. *Eis* difere dessas formas por nunca ocorrer isolado, ou seja, por o seu argumento ter de ser sempre realizado. A classe dos advérbios é frequentemente sobrecarregada. Não deve é aceitar-se a verdadeira «desistência» de classificar sob o pretexto de *voilà* ser um déictico.⁹

Deverão qualificar-se como verbóides as interjeições que admitem complementos, como *ai (de)*,¹⁰ *obrigado (por)* ou talvez mesmo *oxalá (que)*. Não tem sido visto é que outras interjeições podem ser estudadas em termos sintácticos, por se integrarem em frases compostas através de coordenação ou de subordinação. Eis alguns exemplos:

(10) Ai se aquela passa! / Se aquela passa, ai, ai!

(11) Ai que me querem matar!

(12) Chiu, que eu quero ouvir.

(13) Adeus, mas prometo que volto.

(14) Tens razão, mas chiu!

(15) Agora chapéu, porque ele já saiu!

Estas possibilidades são limitadas, mas devem ser tidas em conta. Tal como a circunstância de muitas interjeições poderem ser acompanhadas por um vocativo. Interessante é que se consegue divisar nos predicadores rígidos *uma escala* de possibilidades de integração sintáctica. Com isso, não custaria ter ainda por predicadores rígidos, no grau zero da susceptibilidade de integração, as interjeições mais avessas a contactos, como *santinho*, *hã*, *tch* ou *ts*.¹¹

Para completar uma classificação dos predicadores, caberia aludir às anáforas proposicionais *sim* e *não*, que parecem ser semi-rígidos e cuja integração sintáctica é

⁹ Como fazem BERGEN/PLAUCHÉ, 2001.

¹⁰ A interjeição *ai*, quando isolada, parece diferente da que ocorre na estrutura *ai de*.

¹¹ Com *ts*, pretendo representar o clique interjectivo que exprime aborrecimento ou desagrado.

bastante diversificada. *Sim e não*, ou os equivalentes noutras línguas, já têm sido considerados interjeições.

Referências Bibliográficas

- BECHARA, Evanildo (2002) *Moderna gramática portuguesa*, 37.^a ed., Rio de Janeiro, Lucerna.
- BERGEN, Benjamin K. /Plauché, Madelaine C. (2001) *Voilà voilà. Extensions of Deictic Constructions in French*, <http://www.icsi.berkeley.edu/NTL/papers/BergenCSDL4.pdf>. = in Alan CIENKI / Barbara LUKA / Michael SMITH (org.), *Conceptual and Discourse Factors in Linguistic Structure*, University of Chicago Press.
- GONÇALVES, Miguel (2002) *A interjeição em português. Contributo para uma abordagem em semântica discursiva*, Lisboa, FCG/FCT.
- MATEUS, Maria Helena et al. (2003) *Gramática da língua portuguesa*, 5.^a ed., Lisboa, Caminho.
- SEARLE, John (1969) *Speech acts. An essay in the philosophy of language*, Cambridge, Cambridge University Press.
- VALENTIM, Helena Topa (1998) *Predicação de existência e operações enunciativas*, Lisboa, Colibri.
- WHARTON, Tim (2003) *Interjections, language and the 'showing'/'saying' continuum*, <http://www.phon.ucl.ac.uk/home/PUB/WPL/00papers/wharton.pdf>. = in *Pragmatics & Cognition* 11/1, 39-91.
- WIERZBICKA, Anna (1992) The semantics of interjection, *Journal of Pragmatics* 18, 159-192.

A tendência do nosso futuro

Josane Moreira de Oliveira

PG – UFRJ/Brasil (Bolsista CAPES ENS-LSH/França)

A expressão do futuro do presente no português do Brasil apresenta, sincronicamente, seis variantes: a) a forma sintética (“Amanhã *viajarei* para Roma”); b) o presente (“Amanhã *viajo* para Roma”); c) a perífrase com *ir* no presente + infinitivo (“Amanhã *vou viajar* para Roma”); d) a perífrase com *ir* no futuro + infinitivo (“Amanhã *irei viajar* para Roma”); e) a perífrase com *haver de* no presente + infinitivo (“Amanhã *hei de viajar* para Roma”); f) a perífrase com *haver de* no futuro + infinitivo (“Amanhã *haverei de viajar* para Roma”) (cf. Santos, 1997 e Gibbon, 2000).

Neste texto, analisam-se de maneira sistemática as formas do futuro verbal em duas variedades da norma culta¹ brasileira, dentro de uma perspectiva variacionista, com base em dados empíricos representativos das décadas de 70 e de 90 do século XX, para um estudo em tempo real de curta duração, do tipo tendência (*trendy study*).

Os estudos no tempo real de curta duração – geralmente com um interstício de duas ou três décadas – fornecem evidências mais seguras sobre o estatuto dos padrões de variação em um dado momento da língua e o estudo de tendência (*trend study*), especificamente, compara em sincronias distintas dados de informantes diferentes de uma mesma comunidade com o intuito de depreender a direcionalidade do sistema na comunidade e a relação entre as mudanças lingüísticas (sua propagação, estabilização ou recuo) e a configuração social de um grupo. Assim, focaliza-se a continuidade/descontinuidade na própria língua, que pode se refletir no comportamento do indivíduo (cf. Labov, 1994).

São observados aqui os contextos que condicionam a variação da expressão do futuro em dois *corpora*, um que inclui dados do Projeto NURC (Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta Brasileira) e outro que inclui editoriais de jornais. Para o exame da língua falada, utilizam-se dados do Projeto NURC das cidades de Salvador e Rio de Janeiro. Para o exame da língua escrita, utilizam-se dados de editoriais do jornal *A Tarde*, de Salvador, e do *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro. Em ambas as modalidades, são considerados dados da década de 70 e da década de 90 do século XX. A amostra de língua falada é constituída de 24 inquéritos do tipo diálogo entre informante e documentador (DID), distribuídos por década, cidade, sexo e idade. Quanto à língua escrita, são analisados 48 textos de editoriais de jornais, 24 do jornal *A Tarde*, de Salvador, e 24 do *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro.

¹ Entende-se aqui norma culta como aquela que é falada e escrita por indivíduos que possuem o nível superior completo, ou seja, pessoas com curso universitário completo.

A comparação entre as modalidades oral e escrita baseia-se na hipótese de que a mudança se implementa inicialmente na fala, incorporando-se mais tardiamente na escrita.

É fato que a maioria dos autores das gramáticas prescritivas tradicionais e dos manuais escolares apresenta apenas o futuro do presente simples. Quando muito, alguns mencionam o uso do presente do indicativo com valor de futuro para anunciar um acontecimento próximo. Estudos descritivos, porém, apontam para uma maior possibilidade de indicação do futuro verbal, incluindo as formas perifrásticas, como é o caso de Santos (1997), Neves (2000), Santos (2000), Gibbon (2000 e 2003) e Gryner (2003), por exemplo.

Foram selecionados para esta comunicação apenas dois grupos de fatores, um externo e um interno, a saber: a variável geográfica e a variável projeção de futuridade. Para a língua falada são examinadas as variantes forma simples de futuro, forma perifrástica com *ir* + infinitivo e presente. Para a língua escrita, confrontam-se apenas as duas primeiras variantes pelo de fato de a terceira ter ocorrido apenas uma vez na década de 70 e dez vezes na década de 90. Quanto às variantes com o verbo *haver*, foram excluídas por terem ocorrido apenas três vezes e só na escrita dos anos 70. A variante perifrástica com o verbo *ir* no futuro (2 dados nos anos 70 e 1 nos anos 90 – todos na escrita) foi amalgamada à variante com *ir* no presente.

São exemplos das três variantes analisadas:

- (1) "... o patrão mensalmente FARÁ um depósito em nome dos seus operários e esse... esse dinheiro, depois de cálculos feitos e tudo mais..." (164)
- (2) "... então o problema é que ele VAI DIMINUIR o salário..." (164)
- (3) "... parece que para o ano INAUGURA aí o... o centro, né, de..." (100)

Os 541 dados (393 de fala e 148 de escrita) estão distribuídos nas tabelas a seguir:

	Forma simples	Perífrase	Presente	Total
Dados	25	164	37	226
Percentual	11%	73%	16%	100%

Tabela 1: Distribuição dos dados de fala – anos 70

	Forma simples	Perífrase	Presente	Total
Dados	5	137	25	167
Percentual	3%	82%	15%	100%

Tabela 2: Distribuição dos dados de fala – anos 90

	Forma simples	Perífrase	Total
Dados	72	6	78
Percentual	92%	8%	100%

Tabela 3: Distribuição dos dados de escrita – anos 70

	Forma simples	Perífrase	Total
Dados	52	18	70
Percentual	74%	26%	100%

Tabela 4: Distribuição dos dados de escrita – anos 90

Os gráficos a seguir ilustram melhor essa distribuição:

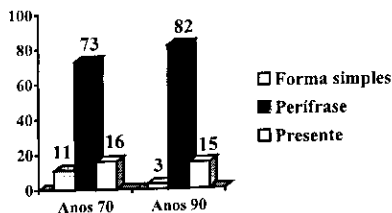


Gráfico 1: Dados de fala (percentuais)

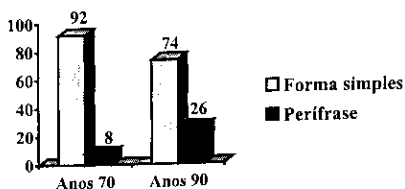


Gráfico 2: Dados de escrita (percentuais)

Nota-se uma mudança em progresso no sentido de recuo da forma simples e de avanço da forma perifrástica de futuro de uma década para a outra tanto na fala como na escrita. A forma simples ainda predomina na língua escrita e é na fala que a perífrase se implementa.

Quanto à forma de presente para indicar futuro, só há 1 dado na escrita dos anos 70 e 10 na escrita dos anos 90, daí terem sido mantidos apenas os dados de língua falada. Mesmo na fala, o presente tem pouca ocorrência, caindo um pouco em frequência e em peso relativo de uma sincronia para a outra.

Em relação ao fator geográfico, os dados de fala se distribuem pelas duas cidades consideradas de acordo com as tabelas abaixo:

	Forma simples	Perífrase	Presente	Total
Salvador	8 28% .51	15 54% .18	5 18% .31	28
Rio de Janeiro	17 9% .18	149 75% .52	32 16% .30	198

Tabela 5: Distribuição dos dados de fala por cidade – anos 70

	Forma simples	Perífrase	Presente	Total
Salvador	0	41 89%	5 11%	46
Rio de Janeiro	5 4%	96 79%	20 17%	121

Tabela 6: Distribuição dos dados de fala por cidade – anos 90

Como não houve forma de futuro simples para a década de 90 na cidade de Salvador, foi impossível rodar os dados com variável dependente ternária, daí a ausência dos pesos relativos para essa sincronia.

Os gráficos abaixo ilustram melhor a tendência do fenômeno em estudo em relação ao fator geográfico na fala das duas cidades:

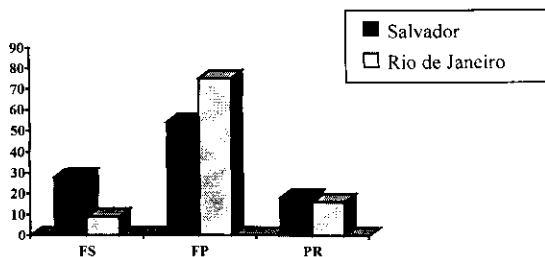


Gráfico 3: Dados de fala por cidade – anos 70 (percentuais)

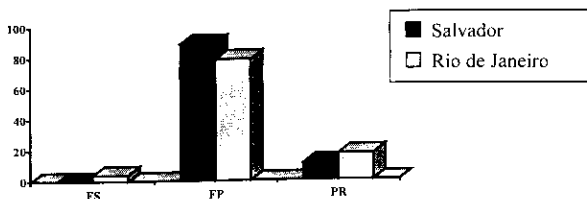


Gráfico 4: Dados de fala por cidade – anos 90 (percentuais)

O fator geográfico revela o Rio de Janeiro como cidade mais inovadora para os dados de fala nos anos 70. Salvador apresenta um aumento de 35 pontos percentuais nos anos 90 para a perífrase, superando em frequência a cidade carioca e não apresentando dado algum de forma de futuro simples.

Já os dados de escrita assim se distribuem em relação ao fator geográfico:

	Forma simples	Perífrase	Total
Salvador	33 97% .56	1 3% .44	34
Rio de Janeiro	39 89% .46	5 11% .54	44

Tabela 7: Distribuição dos dados de escrita por cidade – anos 70

	Forma simples	Perífrase	Total
Salvador	27 71% .60	11 29% .40	38
Rio de Janeiro	25 78% .38	7 22% .62	32

Tabela 8: Distribuição dos dados de escrita por cidade – anos 90

Observe-se a tendência através da comparação dos gráficos seguintes para os dados de língua escrita em relação às cidades consideradas:

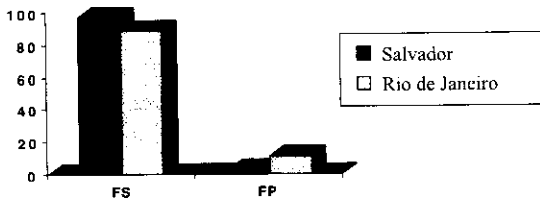


Gráfico 5: Dados de escrita por cidade – anos 70 (percentuais)

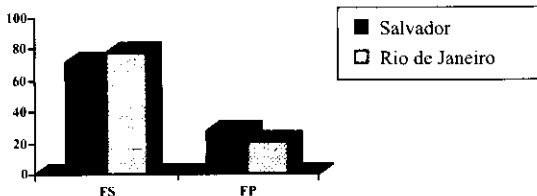


Gráfico 6: Dados de escrita por cidade – anos 90 (percentuais)

Na língua escrita, em ambas as cidades, percebe-se um sensível aumento de uso da perífrase, mesmo ainda predominando a forma sintética nas duas décadas.

Passando ao fator projeção de futuridade, pela hipótese aventada e de acordo com outros estudos e com o dizer de alguns gramáticos, esperava-se que: a) para indicar um futuro mais próximo ao ato de fala, prevalecesse o uso da forma de presente ao lado da forma perifrástica; e b) para se referir a um futuro mais distante em relação ao ponto da fala, prevalecesse o uso da forma de futuro simples. Estariam assim as formas em distribuição complementar, configurando-se um quadro de variação estável, estando, pois, neutralizada a concorrência entre elas. Os resultados encontrados, todavia, contrariam o esperado e revelam a presença sim de variação e, inclusive, a implementação da forma perifrástica, aqui considerada como mais inovadora. Seguem exemplos dos dois tipos de projeção de futuro com as três variantes sob exame:

Futuro próximo:

- (4) “Anunciam assessôres do Ministro do Trabalho que, nos próximos dias, SERÁ APRESENTADO ao Presidente da República um plano que MODIFICARÁ substancialmente as leis trabalhistas vigentes no país.” (J77S)
- (5) “Acho que nós VAMOS SAIR daqui com indignação.” (081)

- (6) “Não tem problema não... Ela não vai pressionar porque se ela pressionar MANDAM ela embora, certo?” (164)

Futuro distante:

- (7) “... eu creio que não, que se requer muita paciência, que se sente, que pegue um manual daquele, estude cada jogada e... não sei, só conhecendo, pra saber se eu CHEGAREI a esse ponto ou não. (125)
- (8) “... hoje os senhores não sentem... são novos... mas daqui a cinco... seis anos VÃO SENTIR... e a família... o dia que o senhor morrer... sua família VAI VIVER de quê?” (164)
- (9) “... se não me falha a memória, dão quinze anos... se daqui pra frente tiver quinze anos, PODE SE APOSENTAR tranquilamente...” (164)

Vejam-se os resultados para os dados de fala nas tabelas seguintes:

	Forma simples	Perífrase	Presente	Total
Futuro próximo	1 2% .09	33 69% .28	14 29% .63	4
Futuro distante	24 13% .69	131 74% .21	23 13% .10	178
Total	25 11%	164 73%	37 16%	226

Tabela 9: Dados de fala e projeção de futuridade – anos 70

	Forma simples	Perífrase	Presente	Total
Futuro próximo	0	33 79%	9 21%	42
Futuro distante	5 4%	104 83%	16 13%	125
Total	5 3%	137 82%	25 15%	167

Tabela 10: Dados de fala e projeção de futuridade – anos 90

Ao projetar um futuro próximo ao ponto de fala, a variação se dá entre a perífrase e o presente, pois só houve 1 dado de futuro simples nos anos 70 e nenhum nos anos 90.

Ainda na fala, a forma perífrástica cresce em 10 pontos percentuais no interstício considerado quando o futuro é próximo e o presente cai um pouco em frequência. E mesmo nos casos de projeção de um futuro distante/longínquo, é a perífrase que

predomina, superando cada vez mais a forma de futuro simples de uma década para a outra. Isso pode ser melhor evidenciado nos gráficos abaixo:

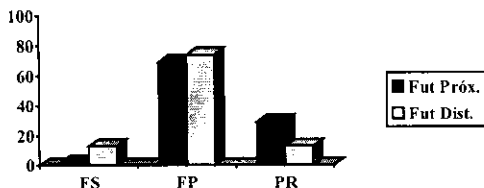


Gráfico 7: Dados de fala e projeção de futuridade – anos 70 (percentuais)

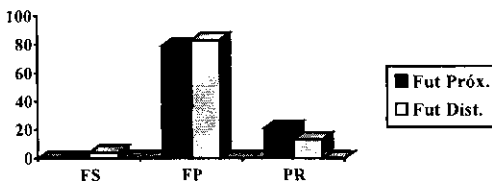


Gráfico 8: Dados de fala e projeção de futuridade – anos 90 (percentuais)

A seguir, os resultados para os dados de escrita nas duas décadas.

	Forma simples	Perífrase	Total
Futuro próximo	6 86% .24	1 14% .76	7
Futuro distante	66 93% .53	5 7% .47	71
Total	72 92%	6 8%	78

Tabela 11: Dados de escrita e projeção de futuridade – anos 70

	Forma simples	Perífrase	Total
Futuro próximo	3 75% .03	1 25% .97	4
Futuro distante	49 74% .55	17 26% .45	66
Total	52 74%	18 26%	70

Tabela 12: Dados de escrita e projeção de futuridade – anos 90

Os gráficos que seguem permitem uma visualização dos resultados expostos nas tabelas:

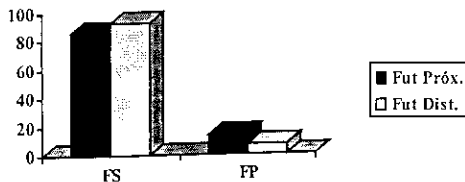


Gráfico 9: Dados de escrita e projeção de futuridade – anos 70 (percentuais)

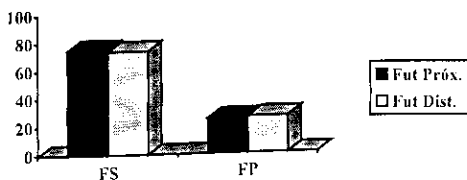


Gráfico 10: Dados de escrita e projeção de futuridade – anos 90 (percentuais)

Já na língua escrita, observa-se que o futuro simples predomina em ambos os períodos mesmo com uma projeção de futuro próximo, mas nota-se o aumento de uso da variante perífrástica nos anos 90 tanto para futuro próximo como para futuro distante, acirrando a concorrência com a forma simples.

Ao contrário do que se imagina, há variação entre as formas sintética e perifrástica mesmo na escrita, onde parece que a perífrase entra independentemente do tempo projetado.

A variante perifrástica está, pois, se implementando cada vez mais e se espalhando por contextos antes mais restritos à forma sintética.

Conclusão

Os resultados encontrados indicam uma preferência pelo uso da forma perifrástica composta pelo verbo *ir* no presente mais o verbo principal no infinitivo – o que apontaria para uma mudança em progresso – e a implementação da(s) forma(s) perifrástica(s) parece comprovar que o futuro expressa muito mais modalidade do que tempo verbal.

O presente do indicativo com valor de futuro parece ser um concorrente fraco e restrito a contextos específicos que serão analisados mais detalhadamente *a posteriori*.

Trata-se de um processo de mudança em progresso a partir da gramaticalização do verbo *ir* como auxiliar de futuridade na língua portuguesa.

Neste trabalho, a conclusão a que se chega é a de que a forma perifrástica formada com o verbo *ir* no presente mais o infinitivo é uma forma inovadora que se implementa (mudança em curso) por um processo de gramaticalização e de reanálise do verbo *ir* como auxiliar de futuro, tal como ocorreu com o verbo *to go* em inglês e com o verbo *aller* em francês.

Referências Bibliográficas

- HOPPER, P. J. & Traugott, E. (1993) *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LABOV, William (1994) *Principles of linguistic change (internal factors)*, v.1. Oxford: Blackwell.
- ____ (2001) *Principles of linguistic change (social factors)*, v. 2. Oxford: Blackwell.
- NEVES, Maria Helena de M. (2000) *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP.
- GIBBON, Adriana de O. (2000) *A expressão do tempo futuro na língua falada de Florianópolis: gramaticalização e variação*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- ____ (2003) As formas de codificar o futuro na imprensa: o caso do Jornal *Zero Hora* (RS). Comunicação apresentada no XII Congresso da ASSEL-Rio. Rio de Janeiro: UERJ.
- GRYNER, Helena (2003) *Marcação e expressão do futuro na fala e na escrita*. Comunicação apresentada no XII Congresso da ASSEL-Rio. Rio de Janeiro: UERJ.
- SANTOS, A. M. dos (1997) *O futuro verbal no português do Brasil em variação*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília.
- SANTOS, Josete Rocha dos (2000) *A variação entre as formas de futuro do presente no português formal e informal falado no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Supressão e fusão de sons na língua falada

Maria Augusta Cavaco Miguel
Universidade dos Açores

1. A língua e o uso

Para analisarmos o uso da língua temos inevitavelmente que retomar o conceito saussuriano de fala. *Grosso modo*, Saussure define a fala como sendo um produto individual que faz parte da linguagem. Ao defini-la assim Saussure reconhece que, sendo a fala um acto individual, esta está sujeita a inúmeros factores de variação, o que torna a sua representação arriscada no âmbito de uma gramática. Talvez por isso tenha sentido a necessidade de basear a sua discussão em algo mais sustentado, aquilo que designa por língua. Contudo, quando Saussure se refere à língua como sendo “um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro, ou mais exactamente nos cérebros de um conjunto de indivíduos; porque a língua não está completa em nenhum, não existe perfeitamente senão na massa” (1978: 40-41), mostra ter consciência do abstracto que é aquilo que designa por língua. E, mesmo quando língua e fala tenham um denominador comum, os contornos desse denominador não são fáceis de captar. É preciso ter em consideração que, sendo a fala um acto individual, há uma variedade expressa em cada enunciado que acumula os traços de um determinado dialecto, que se pauta por regras específicas que o distinguem dos outros dialectos dentro da própria língua, à qual se somam características sociais e individuais. Mesmo assim, é com base nestes dados flutuantes que leva a cabo uma análise gramatical.

Apesar de ter lançado um outro conceito inovador para explicar os factos linguísticos – a sincronia – Saussure reconhece que a língua falada pelos membros de uma determinada comunidade linguística não é uniforme e que a sincronia é apenas relativa. É claro que nenhuma destas imprecisões iria invalidar o tremendo impacto dos conceitos saussurianos na teoria linguística do século passado. Temos que reconhecer que, a partir de então, as gramáticas tiveram um desenvolvimento sempre crescente no relativo à descrição da língua. Outro tanto não se poderá dizer da fala, visto que esta não sofreu um desenvolvimento paralelo, apesar do discurso ser um dos aspectos mais importantes da linguagem.

A gramática da fala não parece reunir consensos e o seu enquadramento nas gramáticas das línguas está longe de ser atingido, pese embora alguns esforços demonstrados em trabalhos mais recentes (cf. Bybee, 2001), os quais têm vindo a evidenciar a importância inalienável do estudo deste nível das línguas na componente gramatical.

2. Variedades e adequação

A fala é o veículo principal da comunicação humana. Para falar, precisamos de dominar não só de dominar as regras gramaticais mas também as regras sociais que governam o uso da língua, de forma a adequarmos o nosso discurso a cada situação. É o que fazemos em cada acto de fala, com o benefício da nossa competência comunicativa. Cabe a cada indivíduo, em cada dialecto e em cada nível social, decidir, de entre a oferta linguística ao seu dispor, que escolhas se apresentam como sendo as mais adequadas.

A relação que existe entre um locutor e o seu interlocutor governa a atitude dos falantes. É preciso saber quando e onde usar uma certa terminologia, conhecer as formas educadas de nos dirigirmos aos outros e dominar as diversas manifestações de fala nos diversos contextos da nossa vida em sociedade¹. Por exemplo, o discurso entre indivíduos de estatuto diferente ou de diferentes idades tende a ser menos descontraído e mais formal do que aquele que se estabelece entre pessoas socialmente mais niveladas. A forma como nos dirigimos a outra pessoa resulta desse reconhecimento bem como da intimidade que existe entre nós e essa pessoa. As formas de tratamento em português são disso um bom exemplo.

A versatilidade da fala é bem visível quando adequamos o nosso estilo ao contexto específico em que nos encontramos e falamos segundo as expectativas dos nossos ouvintes. Isto aplica-se em todos os dialectos e em todas as variedades sociais. Deparamo-nos com um leque de variedades estilísticas que vão do *formal* ao *familiar*².

Um outro nível de dificuldade para a descrição linguística advém do facto de as atitudes entre os falantes se irem modificando com o tempo. No passado, o falante com o estatuto inferior usava uma forma delicada e respeitosa para se dirigir a um locutor de classe mais elevada; um jovem faria o mesmo com uma pessoa mais velha. Nos dias de hoje, observa-se, cada vez mais, uma maior reciprocidade na forma como as pessoas se dirigem umas às outras, talvez como prova de solidariedade entre os falantes, sem a sobreposição, por via linguística, do *ranking* social de cada um.

Mas não obstante todas as variedades existentes numa determinada língua, constata-se que a inter-actividade linguística ultrapassa as barreiras de qualquer grupo. Numa sociedade global, a interpenetração linguística é constante. Os indivíduos de um determinado grupo social inter-relacionam-se tanto com os indivíduos do seu próprio grupo como também com os indivíduos dos outros grupos sociais. Para o fazerem, usam uma variedade que permite estabelecer uma comunicação intergrupos, isto é, uma *variedade veicular* (cf. Garmadi, 1983). Esta *variedade veicular*, *lingua corrente*, *lingua de uso* ou *lingua comum cultivada* é uma forma supra-regional e supra-social; uma forma que, segundo Garmadi (1983), tende para a variedade qualificada de erudita sem que se confunda necessariamente com ela. (v. p. 49). É uma variedade de largo espectro, cuja importância lhe advém do facto de ser nela que se expressam os grupos sociais dominantes, na expressão oral do quotidiano.

¹ Segundo Fishman (1972:37) estas regras são um conjunto de direitos e de obrigações entre os membros de um sistema sócio-cultural que são implicitamente reconhecidas e aceites por todos.

² Cf. Chambers e Trudgill (1980) para uma distinção entre "formal style" e "casual style".

Mas, esta noção não corresponde exactamente à ideia que temos de norma culta, um conceito mais abstracto, como iremos ver seguidamente

3. Norma culta

De um modo geral, entende-se por *norma culta* a variedade que esperamos ouvir na fala das pessoas a quem reconhecemos cultura, naqueles a quem atribuímos responsabilidades políticas e nos meios de comunicação social³. Tratando-se do dialecto de maior prestígio, a norma culta ou norma padrão é o “ideal linguístico de uma comunidade” (Cunha & Cintra, 1984:2) e é, simultaneamente, o modelo linguístico de uma língua. É um ideal linguístico na medida em que, sendo a variedade falada pelas classes dominantes, constitui uma referência; é a identificação com aqueles que consideramos mais cultos e que se expressam com um maior grau de correcção linguística. É um modelo, porque tem um carácter normativo em relação aos dialectos.

Teoricamente, a norma culta ou língua padrão é uma variedade entre outras variedades. É tão-somente um dialecto que se impôs na própria língua como sendo o mais prestigiado e que foi sendo registado na forma escrita. A imposição desta variedade no ensino também contribuiu para a sua normalização e para a estabilização da própria língua. Relativamente à norma culta portuguesa, Mário Vilela (1999:30) refere que “A norma é o resultado do fixado historicamente pelo uso [...]”. Por seu lado, Peres & Mória (1995:39) afirmam que “[...] para além da tradição histórica de opção pela variante linguística sustentada pelos grupos mais letrados de um espaço linguisticamente diversificado segundo parâmetros geográficos e sócio-culturais, emerge como aceitável uma razão de grande peso que tem a ver com o património cultural escrito”.

Com base neste património cultural escrito em que assenta a norma, as gramáticas apresentam-se rigorosas e prescritivas para com a escrita. A linguagem culta pauta-se por modelos de correcção que norteiam o ensino e a boa aplicação quer seja a nível gramatical quer seja a nível de estilo. A escola tem um papel normativo que todos reconhecemos. Os desvios à norma são um indicador de falta de escolaridade, só sendo tolerados quando devidamente contextualizados.

No que concerne à fala, há ainda um grande consenso entre os gramáticos relativamente ao dialecto em que assenta a norma padrão portuguesa. De um modo geral, todos comungam da ideia de que a norma coincide com os dialectos falados em Lisboa e Coimbra isto é, a *variante central*, como Peres e Mória (1995) a designam.

É claro que é nesta zona geográfica que residem os órgãos de poder nacional e, tradicionalmente, as universidades. Não surpreende, portanto, que esta seja a zona indicada como sendo a mais prestigiada linguisticamente. No entanto, dizer-se que a norma corresponde à variedade falada em Lisboa e Coimbra é qualquer coisa de muito vago visto existir uma panóplia de variações num único dialecto. A afirmação de Cunha

³ Relativamente aos meios de comunicação social, gostaria de lembrar que existe um “BBC English”, o que é um indicador da importância dos “media” na difusão de uma variedade.

e Cintra (1984:8) de que “A norma pode variar no seio de uma mesma comunidade linguística” é, afinal de contas, mais coerente com os factos linguísticos.

A norma é um modelo de correcção e de aceitabilidade, o que lhe confere um carácter virtual. Daqui decorre a *relatividade da norma* de que nos fala Vilela (1999). São os ouvintes/falantes que distinguem aquilo que consideram correcto daquilo que consideram incorrecto e aquilo que consideram tolerável daquilo que consideram inadmissível. Assim, o que se aceita em dadas circunstâncias não se aceita noutras. Ou seja, existe uma margem de variação no uso da língua que não implica desvios à norma. Peres e Mória (1995) dizem a esse respeito que, o “desvio linguístico – ou erro, ou anomalia, ou irregularidade [...] nada tem a ver com alternativas fonéticas, lexicais ou sintácticas [...]” p.40.

A língua falada numa determinada variedade, mesmo que se trate da norma, não é homogénea. Convém, por isso, distinguir o coloquialismo e a variedade popular (variedade linguística não normalizada, diferenciada socialmente) da língua comum. As variações no uso da linguagem no âmbito da norma culta não são equivalentes a variações de natureza social. Os diversos registos vão do formal ao informal, passando pelo coloquial e pelo familiar. O falante muda o seu estilo consoante as circunstâncias discursivas (cf. Chambers & Trudgill, 1980); a norma culta não exige constantemente do locutor um estilo formal.

A língua falada num registo coloquial é mais espontânea e menos cuidada mas só os falantes, últimos avaliadores da aceitabilidade de um determinado discurso, poderão saber se há, num momento dado, infracções à norma. Por essa razão, a noção de Gamardi (1983) de uma *variedade veicular* apresenta-se mais prática para descrever a realidade linguística do dia-a-dia.

Na variedade veicular somos breves e concisos, o que não implica um desvio da utópica norma. Cortamos nas palavras e nos sons. Cingimo-nos a enviar a mensagem de forma clara e precisa, sem fazer uso de todos os recursos de que a língua dispõe. A língua falada apresenta constantes supressões e fusões de sons, sobretudo de vogais, que podem ser registados no discurso ao mais alto nível de produção verbal, tanto no plano social como no plano contextual, com a plena aceitação dos falantes da língua portuguesa.

O que importa salientar é que na gramática da comunicação oral do português europeu existem supressões e fusões vocálicas padronizadas, as quais obedecem a regras específicas que ocorrem transversalmente em todos os dialectos e em qualquer situação de fala, o que constitui uma das suas características fonológicas e nunca um desvio da norma.

4. Supressões

As supressões vocálicas na variedade veicular portuguesa são uma constante e podem ser facilmente observadas na fala devido à sua quantidade e à regularidade com que ocorrem. À excepção das vogais [a] e [ɐ], todas as vogais portuguesas podem ser apagadas na variante culta portuguesa, desde que obedeam às condições gramaticais para que tal aconteça; isto é, o “Princípio das Categorias Vazias” (PCV) – um dos

Princípios mais importantes do modelo gramatical de Regência e Ligação – e o “Princípio do Contorno Obrigatório” (PCO). Observações aturadas revelaram que as supressões vocálicas não são aleatórias; os Princípios universais e os Parâmetros fonológicos do português europeu restringem o seu apagamento (cf. Miguel, 1993).

A vogal [i] é apagada sempre que estiver a ser regida por um núcleo à sua direita. Como resultado da aplicação deste Princípio, dá-se a supressão da vogal em palavras como: t(e)cido, c(e)bola, dif(e)rente, p(e)rigoso, qu(e)rido, d(e)stino, fôl(e)go, óp(e)ra, etc.

Por seu lado, a vogal [i] é apagada sempre que existir uma outra vogal [i] num núcleo adjacente à sua direita, que obedeça às condições de regência. Como resultado temos as formas fem(i)nino, m(i)nistro, med(i)cina, m(i)litar, l(i)xívia, ed(i)fcio, d(i)strito, pr(i)vilégio, p(i)scina etc., as quais apresentam o apagamento sistemático de um dos seus is⁴.

A vogal [i] é ainda suprimida pela simples acção do (PCO) em palavras como d(i)stinação, p(i)jama, d(i)nheiro e sempre que a vogal [i] se encontre estritamente adjacente a uma palatal, à sua direita.

Pelas mesmas razões epistemológicas que levam ao apagamento da vogal [i] dá-se o apagamento da vogal [u]. Assim, palavras como ab(o)toar, c(o)ruja, c(o)luna, abs(o)lutamente, f(o)tografia, capít(u)lo, cálc(u)lo, diál(o)go, filós(o)fo, fós(f)oro etc. sofrem o apagamento de um dos seus us quando estes ocorrem nas condições fonológicas adequadas.

A interpretação fonética destas e de todas as palavras que obedeçam aos mesmos Princípios, com a consequente supressão vocálica, não constitui infracção à norma já que qualquer falante culto de qualquer variedade portuguesa fará as mesmas supressões independentemente da situação de fala.

As supressões vocálicas estão estabilizadas no nosso sistema linguístico e são aceites pelos falantes, posto que é comum fazer uso destas formas sincopadas em situações formais, com a total aceitação por parte dos ouvintes. Contrariamente, a não observação das supressões vocálicas presta-se a outro tipo de interpretação como seja “enfatizar”. Palavras como *ministro*, *vizinho*, *visibilidade*, por exemplo, quando pronunciadas num esforço de correcção, com o batimento de todos os is, têm uma “fonética de leitura”. As formas reduzidas destas palavras são utilizadas pelos falantes cultos, mesmo em situações formais. Daí que a supressão vocálica estabilizada e sujeita a regras faça parte da norma culta portuguesa e, por inerência, faça também parte da gramática da comunicação oral do Português europeu.

A aceitação que fazemos da pronúncia atrás mencionada contrasta com a nossa intolerância para com determinado tipo de linguagem em que também ocorrem supressões fonéticas de segmentos.

Nos meios de comunicação social, por exemplo, como sejam a rádio e a televisão, onde esperamos ouvir a variedade normalizada, soa deslocado e demasiado familiar a

⁴ Estas supressões podem ser inclusivamente notadas em erros ortográficos banais tais como, “destinação”, “afenidade”, “femenino”, “defenir” e “destinto”, “destrito”, etc., os quais são muito comuns na nossa comunidade universitária. Ao não ser pronunciada a vogal /i/, o núcleo é preenchido com a vogal /e/.

pronúncia “*tamém*” em vez de *também*, “*muntafeio*” em vez de *muito feio*, “*nã*” em vez de *não*, etc. (a não ser que estas formas estejam devidamente contextualizadas ou que se queira imprimir alguma irreverência no discurso). De igual modo, não é agradável ouvir uma variante regional num profissional da comunicação social (pese embora a aceitação crescente que se tem vindo a dar aos dialectos regionais). Neste contexto, exige-se a variante que é comumente aceite como sendo a normalizada ou *standard* e um estilo elegante, em que todos os falantes da língua se revejam.

5. Contracção e fusão de sons adjacentes

De um modo geral, nas variedades informais das línguas registam-se, para além das supressões de sons, contracções, abreviações e todo o género de encurtamentos que tornam a fala mais breve do que a escrita.

Embora em menor escala do que nas supressões, as amálgamas e a fusão de algumas vogais em fronteira de palavra são uma constante no discurso, independentemente do ritmo da elocução em apreço. Acontece com as vogais [a] e [u] que, ao fundirem, dão origem à vogal [ɔ], tal como se regista noutras línguas – nomeadamente em inglês (e.g. Paul, fault, etc.).

Em teoria, os elementos de composição da vogal [ɔ] são efectivamente o A e o U (cf. Kaye, Lowenstamm e Vergnaud, 1985). Não surpreende, por isso, que a vogal [ɔ] se obtenha a partir da fusão das outras duas vogais em contacto⁵. A vogal [a], por seu lado, aparece-nos como resultado da fusão de dois [ɐ]s em contacto. Sendo a vogal [a] mais forte do que a vogal [ɐ] (em termos da sua composição fonológica), explica-se por que razão dois [ɐ]s possam dar origem a um [a]. Aliás, a história da língua apresenta-nos múltiplos exemplos da mesma reacção vocálica, como é o caso na palavra *padeiro* (do lat. *panatariu*), cuja vogal átona tem um valor de tónica em virtude do reforço vocálico⁶ resultante das vogais em contacto após a queda da consoante, o que vem corroborar o que anteriormente foi dito.

No estado actual da língua verifica-se que qualquer falante culto pronunciará correntemente as formas contraídas *ó* em vez de *a+o*, *pró* em vez de *para o*, *prá* em vez de *para a*⁷ e *à* em vez de *a+a*, como se pode observar nos exemplos que se seguem:

- | | | |
|---------------------------------|----------------------|--------------------------------------|
| (1) Vou o Porto | e não (ou raramente) | (1.a) Vou aw Porto |
| (2) Vou o cinema | e não (ou raramente) | (2.a) Vou aw cinema |
| (3) São vinte pras cinco | e não (ou raramente) | (3.a) São vinte para as cinco |
| (4) Minha m iga | e não (ou raramente) | (4.a) Minha am iga |
| (5) Dora o ra | e não (ou raramente) | (5.a) De hora a hora |

⁵ Em Português, a fusão destas vogais obedece a parâmetros diferentes daquela que se verifica no Inglês.

⁶ Idêntico fenómeno pode ser observado na palavra *corar* (do lat. *colorare*), por exemplo, como resultado da queda da consoante intervocálica.

⁷ Estudos levados a cabo por Fonseca e Castro (1993) demonstraram que as fusões de sons não se relacionam com a literacia.

Note-se que a fusão de dois [e]s já está consagrada na escrita quando resulta do encontro da preposição com o artigo: **a+a = à**. O mesmo ainda não ocorreu com o **o** resultante de **a+o**, cuja ortografia não se encontra registada; i.e., pró é um erro ortográfico.

Na oralidade, observam-se ainda casos isolados⁸ de síncope causadas pelo uso, como seja a da primeira vogal [ɐ] em *para*. O uso desta forma abreviada consagrou-a na língua, de tal modo que nos soa melhor a pronúncia da forma sincopada do que a forma fonética integral, como está exemplificado em (6).

(6) Tenho **p'ra** mim e não (ou raramente) (6.a) Tenho **para** mim.

Convém distinguir estas formas de outras formas reduzidas, igualmente frequentes, do português corrente, pela inaceitabilidade das mesmas num contexto formal de fala. Assim, formas como por exemplo

(7) Tá	em vez de	Está
(8) Tou	em vez de	Estou
(9) Nã	em vez de	Não
(10) Vout'dzer	em vez de	Vou-te dizer

são formas que, embora ocorram em registos mais informais, como seja nalguns comentários de futebol, não são bem toleradas pela generalidade dos falantes.

6. A percepção

No uso da linguagem entram em acção não só a gramática e a pragmática mas também um conjunto de mecanismos perceptivos que filtram a inteligibilidade das mensagens linguísticas. As experiências levadas a cabo no campo do processamento da fala têm revelado que existe uma diferença assinalável entre aquilo que é a realidade física dos sons e aquilo que é interpretado pelos falantes. Por esse motivo, tem-se feito a distinção entre recepção e percepção de sons, já que a matéria acústica que é recebida pelo ouvido e aquilo que é processado no cérebro não são cópias exactas uma da outra. A esse respeito, Fry (1976) afirma que "a descodificação da fala baseia-se no reconhecimento de padrões" p.36. A sua tese é a de que o ouvinte reconhece as palavras baseando-se em pistas acústicas que tem interiorizadas, relativamente à forma das palavras e às possibilidades combinatorias dos sons, e não propriamente através do reconhecimento individual dos segmentos fónicos e que o processamento da informação se faz de acordo com esses padrões.

Dito de outra forma, o aspecto acústico de uma palavra não exige nem por parte do emissor nem por parte do receptor uma forma fonética integral, visto que aquilo que o

⁸ Note-se que a supressão da vogal **a** não é sistemática.

cérebro processa não é necessariamente igual à realidade física da linguagem. Não é necessário identificar cada som para que a palavra seja reconhecida. As experiências realizadas por Fry (1976) neste campo indicam que os ouvintes reconhecem as palavras, apesar de serem pronunciadas distintamente por falantes diferentes, porque confiam em pistas acústicas baseadas em valores relativos. No discurso, o que verdadeiramente conta é o significado e não os sons. Essa é também a convicção de Clark & Clark (1977) quando fazem a afirmação seguinte: “people listen for the message, not the sounds” p.210.

Independentemente dos processos cognitivos subjacentes à interpretação de uma mensagem oral, o que importa salientar é que a opinião dos falantes não é fiável por não traduzir a realidade fonética das palavras. Uma coisa é aquilo que se pronuncia; outra coisa é aquilo que se julga pronunciar. Por exemplo, as supressões vocálicas nem sempre são reconhecidas pelos falantes. Quando confrontados com determinadas formas de uso espontâneo na fala, estes têm dificuldade em reconhecer o seu uso, refugiando-se quase sempre nas formas escritas, quando afirmam pronunciar integralmente os sons de cada palavra.

O que é demonstrável é que a ortografia tem uma grande influência na percepção das palavras. Ensaio levado a cabo com estudantes universitários⁹ têm revelado que as formas gráficas constituem uma referência indiscutível na língua. Por exemplo, quando lhes perguntarmos qual é o número das vogais portuguesas, respondem com toda a convicção que são cinco – as que se usam na escrita –, embora reconheçam o valor distintivo de um número superior de segmentos, quando confrontados com exemplos da língua. Com a mesma segurança, são capazes de afirmar que a primeira vogal da palavra *exemplo* é um [e] e não um [i]. Resultados como estes são um bom indicador de que a percepção da fala não coincide com a realidade acústica. Há, de facto, uma distância entre o que pronunciamos e o que julgamos pronunciar. Consequentemente, as opiniões sobre aquilo que é correcto ou aquilo que não é correcto na fala, do ponto de vista normativo, não podem assentar nos pressupostos dos falantes acerca da pronúncia das palavras mas sim na realidade física da sua própria pronúncia.

7. O ensino do Português falado

Existe um consenso generalizado relativamente ao modelo a ensinar nas escolas – a norma culta. Mas se norma for a forma como as pessoas cultas efectivamente se expressam e não os seus julgamentos acerca da língua que falam, então as supressões e as fusões a que fiz referência fazem parte dessa norma.

As gramáticas portuguesas, não sendo gramáticas do português falado¹⁰, são muito

⁹ Esta experiência foi realizada por mim, na Universidade dos Açores, com alunos que frequentavam o 2.º ano dos Cursos de Português/Inglês e de Português/Francês.

¹⁰ Convém referir que a Gramática do Português Culto Falado no Brasil não poderá servir para explicar o Português Europeu no concerne à fonologia devido ao facto de as variedades brasileira e portuguesa se pautarem por fonologias diferentes.

omissas relativamente às características da variedade normalizada da língua falada. Talvez porque os estudos linguísticos nesta área ainda não tenham adquirido o estatuto que lhes é devido. No passado, recomendava-se que não se pronunciasse *ministro* e *vizinho* com os dois *is*, uma vez que estas palavras deveriam ser pronunciadas na sua forma dissimilada, isto é, *m(e)nistro* e *v(e)zinho*. Mas, para além deste par de exemplos, pouco acrescentavam sobre todas as outras “dissimilações” da mesma natureza, como sejam *m(e)litar*, *m(e)decina* ou *v(e)sib(e)lidade*. É provável que esta ausência de discussão dos problemas da língua falada também tenha vindo a condicionar a opinião dos falantes relativamente àquilo que deva ser uma pronúncia correcta.

A questão que se coloca é saber se a maneira corrente de pronunciar as palavras, com todas as supressões e alterações fónicas que aqui mencionei e que servem de “input” aos aprendizes da nossa língua, deve ou não ser integrada no seu ensino. Que critérios devem ser tidos em conta para que efectivamente se ensine a variedade tacitamente aceite por aqueles que se expressam com correcção? Este é um desafio que se coloca a qualquer professor e uma questão que interessa resolver. O ensino do português, quer como língua estrangeira, quer como língua materna tem que assentar em pressupostos colectivamente aceites relativamente àquilo que, em obediência à norma culta, é a pronúncia correcta das palavras.

8. Conclusão

De tudo o que foi exposto até aqui é de salientar que, ao nível da fala, concorrem supressões e fusões de sons, sistematizados por uma gramática da fala que lhes está subjacente. As supressões padronizadas do português europeu encontram-se estabilizadas e normalizadas na língua, contrastando com supressões esporádicas, indicadoras de erro. Para além disso, a língua portuguesa apresenta fusões de sons em contacto, à semelhança de outras línguas, tal como o inglês, que se explicam no âmbito de uma gramática universal.

Tanto as supressões como as fusões ocorrem na expressão oral dos falantes cultos da língua portuguesa, pese embora o facto de o grau de consciência dessas formas fonéticas estar relativizado pela forma escrita das palavras. É interessante verificar que há um desfazamento entre o que é a realidade acústica da fala e aquilo que os falantes admitem pronunciar, i.e., a escrita condiciona as convicções dos falantes relativamente àquilo que julgam ser a pronúncia correcta dos sons.

Dado que as gramáticas do português são pecaminosamente omissas no que se refere à gramática da fala, é preciso reunir consensos sobre a norma culta na fala, de forma a salvaguardar o ensino do português.

Referências Bibliográficas

- AKMAJIAN, Adrian. *et alii* (2001) *Linguistics: an introduction to language and communication*. Cambridge: The MIT Press, 5.ª Ed.
- BATORÉO, Hanna (2000) *Expressão do espaço no português europeu*. Lisboa: FCG, FCT e MCT.
- BUTTERWORTH, Brian (ed.) (1980) *Language production 1*. London: Academic Press.
- BYBEE, Joan (2001) *Phonology and language use*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CASTRO, Ivo (2002) O linguista e a fixação da norma. *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri, pp.11-24.
- CASTRO, M. São Luís (1992) *Alfabetização e percepção da fala*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- CHAMBERS, J. K. & Perter Trudgill (1980) *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2ª Ed.
- CLARK, Herbert & Eve Clark (1977) *Psychology and language*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, Publishers.
- CUNHA, Celso e Lindley Cintra (1984) *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: Edições Sá da Costa.
- FISCHER, Glória *et al.* (1990) *Didáctica das línguas estrangeiras*. Lisboa: Universidade Aberta.
- FISCHMAN, Joshua (1977) *Readings in the sociology of language*. The Hague: Mouton.
- FRY, D. B. (1976) "Recepção e percepção da fala" In John Lyons *Novos horizontes em linguística*. São Paulo: Editora Cultrix, pp. 29-50.
- GAMARDI, J. (1983) *Introdução à sociolinguística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- KAYE, Jonathan, Jean Lowenstamm & Jean-Roger Vergnaud (1985) The internal structure of phonological elements: a theory of charm and government. *Phonology Yearbook 2*, pp. 305-328.
- MIGUEL, Maria Augusta (1993) *Os padrões e as alternâncias vocálicas no português europeu*. Dissertação de doutoramento, Universidade dos Açores.
- (2003) Regência de núcleos vazios. In Ivo Castro e Inês Duarte (orgs.) *Razões e emoção 2*. Lisboa: Imprensa Nacional -Casa da Moeda, pp.73-94.
- PERES, João e Telmo Mória (1995) *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- SAUSSURE, Ferdinand (1978) *Curso de linguística geral*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 4ª Ed.
- VILELA, Mário (1999) *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 2ª Ed.

O léxico de alguns adolescentes da zona de Lisboa*

Adelina Castelo

Escola Superior de Educação de Viseu – Pólo de Lamego

1. Introdução

Esta comunicação baseia-se nos resultados do trabalho final realizado para um seminário de mestrado intitulado “Variação e Mudança Linguística no Português” (Castelo, 2002). Debruça-se sobre o léxico de um pequeno conjunto de adolescentes, que têm idades compreendidas entre os doze e os dezasseis anos, e nasceram e residem nos arredores de Lisboa.

Visa fornecer *pistas a explorar* para, no âmbito de um trabalho mais aprofundado, se poder responder a duas questões principais:

- (i) como se processa a variação lexical entre esses adolescentes;
- (ii) em que se distingue o léxico do conjunto de adolescentes em causa do léxico dos adultos (considerando-se que este último corresponde ao léxico do Português padrão¹).

Na literatura sobre outras línguas são referidos vários estudos acerca da variação linguística (incluindo, por vezes, variação lexical) entre os jovens (cf., por exemplo, Cheshire, 1982; Romaine, 1984; Kolh, Ludewigt e Schlobinski, 1993; Eckert, 1997; Milroy e Milroy, 1998). No entanto, até onde sabemos, não existem estudos específicos sobre este assunto para o PE.

2. Metodologia

Esta investigação baseia-se num pequeno *corpus* de fala espontânea e informal entre cinco pares de raparigas e cinco pares de rapazes, gravado em Dezembro de 2001, na escola dos informantes (Escola Secundária Braamcamp Freire, na Pontinha),

* A autora gostaria de agradecer à Prof.ª Dr.ª Antónia Mota pela orientação desta pesquisa, aos colegas do seminário de “Variação e Mudança Linguística em Português” (sobretudo à Susana Cabeleira e à Susana Correia) pelas sugestões feitas, às pessoas que permitiram a recolha do *corpus* (informantes, professores e Conselho Executivo da Escola Secundária Braamcamp Freire), à Mafalda Antunes e à Prof.ª Dr.ª Margarita Correia pelo aconselhamento na escolha da bibliografia, à Escola Superior de Educação de Viseu pelo apoio financeiro concedido, e a todas as pessoas que fizeram comentários ou sugestões aquando da realização desta comunicação.

¹ Por “Português padrão” entendemos a variedade do Português usada pelas pessoas mais escolarizadas da região Lisboa-Coimbra (cf. Cunha e Cintra, 1984) nas situações correntes e formais.

perfazendo um total de 135 minutos. O *corpus* foi gravado em dois dias diferentes: no primeiro dia, foram gravados alguns pares de informantes a falarem no recreio; no segundo dia, as gravações foram feitas numa sala, onde só estavam os informantes e a experimentadora.

Em seguida, os informantes foram distribuídos por seis grupos diferentes, em função do seu nível sociocultural (daqui em diante, NSC) e do seu género², tal como se pode ver no Quadro 1. Convém referir que o *factor social* não foi muito explorado, por ultrapassar o âmbito deste trabalho. Assim, pondo de lado a polémica em torno da definição deste factor, limitámo-nos a distribuir os informantes por três NSCs com base nas pistas fornecidas pelas suas conversas e no conhecimento que tínhamos da sua situação sociocultural e da sua atitude perante a escola.

NSC	Género	Masculino	Feminino
	Médio-alto	2 pares	2 pares
	Médio	1 par	1 par
	Médio-baixo	2 pares	2 pares

Quadro 1: Distribuição dos informantes de acordo com o NSC e o género

Para responder à primeira questão, isolámos os itens lexicais não pertencentes ao Português padrão, com base na nossa intuição linguística e numa pesquisa em alguns dicionários (*Dicionário da Língua Portuguesa*, da Porto Editora; *Novo Aurélio Século XXI: Dicionário da Língua Portuguesa*; *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, da Academia das Ciências de Lisboa)³. Os itens não incluídos nos dicionários com a aceção verificada no *corpus* ou atribuídos a um registo de língua diferente do corrente foram considerados *itens lexicais não-padrão*.

De seguida, foi feito o tratamento dos dados e a análise da variação entre os diferentes grupos de adolescentes, constatando-se que alguns dos itens não-padrão foram usados com mais frequência por determinados grupos, outros foram preferidos por outros grupos, etc.

² A opção pela designação “género” em vez de “sexo” deve-se ao facto de o primeiro termo mostrar melhor que o tipo de linguagem escolhida é influenciado não só pelos factores sociais ligados às características biológicas dos falantes mas também por outros factores relacionados com contextos sociais específicos. Por exemplo, num determinado ambiente linguístico, caracterizado por um predomínio de valores associados à masculinidade (como dureza, competitividade, etc.), por motivos de afirmação social, pode ser necessário que uma pessoa do sexo feminino adopte um estilo linguístico masculino (cf. Wodak e Benke, 1997).

³ Embora, como referido por Correia (1998), os dicionários do PE não possam ser tidos como critério seguro para distinguir os neologismos das restantes palavras (por não serem actualizados com muita frequência nem de forma muito sistemática), constituem um meio acessível e suficiente para uma pesquisa inicial, como o trabalho em causa.

Para responder à segunda questão, seleccionámos os itens a analisar como juvenis, com base na nossa intuição linguística, numa pesquisa em dicionários e num pequeno inquérito a falantes nativos do PE (que identificaram os itens utilizados apenas pelos jovens, tendo em conta a sua própria intuição). Assim, foram obtidos os *itens lexicais juvenis*. Numa última fase, esses itens foram analisados, observando-se o processo de inovação lexical que lhes deu origem, e as alterações semânticas, fonéticas e morfossintáticas que sofreram.

3. Variação lexical entre os diferentes grupos de adolescentes

Na literatura sobre a variação lexical, são defendidas algumas ideias importantes para compreendermos os dados desta investigação. Em primeiro lugar, vários autores preconizam que as escolhas linguísticas feitas por um falante reflectem aquilo que ele é (o seu género, a sua idade, a sua posição social, etc), ou seja, revelam a sua integração num determinado grupo sociolinguístico (cf., por exemplo, Trudgill, 1974; Labov, 1975; Eckert, 1997; Milroy e Milroy, 1997; Wodak e Benke, 1997).

Em segundo lugar, também se refere que algumas variantes não-padrão podem desempenhar a função de indicar o grau de adesão a uma determinada cultura (cf. Cheshire, 1982) e que as variantes linguísticas podem ter funções sociais diferentes para os diversos grupos de falantes (cf. Cheshire, 1982: 153). Por exemplo, determinada variante pode servir como marca de lealdade à cultura do grupo para as raparigas mas não para os rapazes; outra variante diferente pode servir como marca de adesão à cultura juvenil para os rapazes mas não para as raparigas, etc. Alguns autores defendem até a existência quer de variantes que funcionam como marcadores de género independentemente da rede social, quer de variantes que funcionam como marcadores de rede social para ambos os géneros – cf. Milroy e Milroy (1997).

Assim, tendo em conta estas duas constatações feitas na literatura, podemos considerar que as variantes não-padrão utilizadas pelos falantes podem funcionar como “*marcadores*” de adesão e pertença a um determinado grupo sociolinguístico, podem fornecer pistas sobre o seu estatuto sociolinguístico, indicando a rede social a que pertence, ou a sua faixa etária, ou o seu género.

Observando a variação lexical entre os seis grupos de adolescentes incluídos neste estudo, verificamos que determinados itens lexicais foram mais frequentemente utilizados por certos grupos de informantes, podendo ser associados a esses grupos de falantes. Assim, passamos a apresentar a distribuição, pelos seis grupos de informantes, do emprego dos itens lexicais não-padrão com mais ocorrências no *corpus*⁴ (cf.

⁴ Convém recordar que o objectivo deste trabalho é o de fornecer pistas a explorar no âmbito de uma investigação mais alargada e que o *corpus* usado é demasiado pequeno para responder, de forma “segura”, às questões colocadas na introdução desta comunicação. Por exemplo, o item “beca” só ocorre quatro vezes em todo o *corpus*, o item “bacano” onze vezes, etc. Os itens que parecem associados à cultura juvenil ocorrem muito mais frequentemente – cf. 63 ocorrências de “fixc”, 186 de “iá”, 43 de “pá” e 89 de “bué da”.

percentagens no Quadro 2). A palavra “gajo” é usada apenas por falantes do género masculino, pertencentes aos três NSCs e, conseqüentemente, parece funcionar como um marcador do género masculino. As palavras “caraças” e “bacano”, por sua vez, são usadas quase exclusivamente pelos falantes do género masculino de NSC alto e de NSC baixo, estando, por isso, igualmente associadas aos falantes masculinos. Os itens “bazofe”, “beca” e “curtir” são escolhidos sobretudo por falantes do género masculino de NSC baixo, enquanto “espectáculo” e “espectacular” são utilizados principalmente por falantes masculinos de NSC alto. Todas estas palavras parecem estar associadas ao género masculino.

Verificamos ainda que 50% das ocorrências de “fatela” e “fateloso” se devem a falantes masculinos de NSC alto e 50% a falantes situados no outro extremo do ponto de vista sociolinguístico, isto é, os falantes femininos de NSC baixo.

Os itens “fixe”, “iá”, “pá” e “bué da” parecem ser os marcadores de idade juvenil, já que são utilizados por quase todos os grupos de informantes (isto é, por todos excepto pelas informantes femininas de NSC médio). No entanto, mesmo estes itens são usados em maior percentagem por determinados grupos, grupos esses que correspondem aos informantes que usam, de uma maneira geral, mais frequentemente os itens lexicais não-padrão: os falantes de género masculino e NSC alto, os de género masculino e NSC baixo e os de género feminino e NSC baixo. Embora, como qualquer falante do Português pode verificar, o item “pá” também seja muito utilizado pelos adultos, incluímo-lo nos marcadores de idade juvenil, pois a distribuição do seu uso é semelhante à de “fixe”, “iá” e “bué da” (ou seja, é um dos poucos itens usados por quase todos os grupos de informantes) e, conseqüentemente, a frequência da sua utilização, associada ao uso dos outros marcadores de idade juvenil, parece revelar o grau de adesão à cultura juvenil. Assim, o item “pá” pode ter uma função específica na linguagem dos adolescentes que é diferente da função desempenhada na linguagem dos adultos – o que vai ao encontro de uma ideia defendida por Cheshire (1982) e apresentada no início do presente tópico.

“Cena” e “tipo” aparecem principalmente no discurso dos informantes de género masculino e NSC alto e no das informantes femininas de NSC médio e baixo. Finalmente, o item “giro” parece estar associado sobretudo ao género feminino, ainda que 27% das ocorrências deste item se verifique na conversa dos informantes masculinos de NSC médio.

	Masculino ⁵	Feminino
Médio- -Alto	gajo 41,17 caraças 62,50 bacano 54,54 espectáculo / espectacular 80,95 fatela/fatelo 50 cena 22,22 tipo 28,57 fixe 26,98; já 31,72; pá 20,93; bué da 31,46	giro 36,36 fixe 6,34; já 2,68; pá 9,30; bué da 4,49
Médio	gajo 29,41 giro 27,27 gajo 29,41 fixe 4,76 iá 3,22 pá 6,97 bué da 3,37	cena 22,22 tipo 25 giro 18,18
Baixo- -Médio	gajo 29,41 caraças 37,50; bacano 27,27 bazofe 100; beca 75; curtir 93,93 fixe 49,20; já 55,91; pá 46,51; bué da 33,70	fatela/fatelo 50 cena 44,44 tipo 42,85 giro 18,18 fixe 12,69; já 6,45; pá 16,27; bué da 26,96

Quadro 2: Distribuição, pelos seis grupos de informantes, das percentagens de utilização dos itens lexicais não-padrão mais frequentes

Assim, estes resultados sugerem algumas pistas a explorar relativamente à influência do género e do NSC na variação lexical entre estes jovens:

- (i) os falantes do género masculino usam mais formas não-padrão do que os do género feminino (concordando estes resultados com as tendências referidas em vários estudos – cf. Trudgill, 1974; Milroy e Milroy, 1997; Wodak e Benke, 1997);
- (ii) os falantes de NSCs médio-baixo e médio-alto apresentam maior diversidade de variantes e empregam mais variantes não-padrão do que os de NSCs médios;
- (iii) alguns itens lexicais podem funcionar como “marcadores” do grau de adesão a um determinado grupo (o que vai ao encontro de propostas defendidas em trabalhos anteriores – cf. Cheshire, 1982; Milroy e Milroy, 1997).

Os dados obtidos sugerem ainda que, no caso dos adolescentes desta zona de Lisboa, se podem distinguir três tipos de marcadores:

- (i) marcadores de adesão à cultura juvenil ou marcadores de idade (e.g. “iá”, “bué da”), encontrados em falantes de cinco dos seis grupos de adolescentes;
- (ii) marcadores de género, isto é, itens usados sobretudo por falantes de um determinado género (e.g. “gajo” associado ao género masculino);

⁵ Na conversa de duas das informantes de NSC médio-baixo, encontramos atitudes e um léxico muito semelhantes aos verificados na conversa dos rapazes e bastante diferentes do que se verificou na conversa das restantes raparigas. Estas duas raparigas parecem adoptar o estilo linguístico próprio do género masculino, o que pode acontecer sempre que o meio onde as mulheres se querem integrar seja regido sobretudo por valores masculinos, como se verifica por vezes nas classes sociais mais baixas (cf. Trudgill 1974). Por esse motivo, sempre que pertinente, incluímos os resultados da conversa dessas duas raparigas na percentagem de utilização do item lexical em causa por parte dos rapazes do mesmo NSC.

(iii) marcadores de NSC, palavras usadas principalmente por falantes de um dado NSC (e.g. “espectáculo” / “espectacular” – informantes de género masculino e NSC alto; “bazofe”, “beca” – informantes de género masculino e NSC baixo).

4. O léxico destes adolescentes

Observaremos agora todos os itens que foram usados no *corpus* e considerados *itens juvenis*, para atentarmos nos processos de inovação lexical que lhes deram origem e assim verificar o que distingue o léxico destes adolescentes do dos adultos. Por motivos de economia, a análise destes itens será esquematizada em dois quadros.

Os dois processos de inovação lexical que deram origem a quase todos os itens juvenis do *corpus* são a mudança semântica e o empréstimo de fora do sistema⁶.

Começando pela observação das mudanças semânticas, adoptamos a distinção, apresentada em Correia (2000), de três mecanismos semânticos que dão origem a processos de mudança semântica: a *metáfora* (resultando de uma comparação implícita entre duas realidades a partir de uma característica comum); a *metonímia* (sempre que se usa um termo reduzindo a sua extensão – e.g. utilização do termo que designa a causa para designar o efeito); e a *sinédoque* (quando se usa um termo aumentando a sua extensão – e.g. emprego do termo que se refere ao particular para referir o geral). De acordo com Guilbert (1975), existe ainda um tipo particular de mudança semântica: a *neologia por conversão* (isto é, a criação de um novo item lexical através da mudança da categoria sintáctica de um item já existente).

Observando os itens juvenis usados pelos informantes com um novo valor, adquirido por mudança semântica, e apresentados no Quadro 3, podemos concluir que o mecanismo de mudança semântica mais frequentemente utilizado no enriquecimento lexical é a metonímia (com uma redução do significado do termo que designa a causa para passar a nomear o seu efeito – cinco casos), seguido pela metáfora (dois casos) e pela sinédoque (com uma extensão do sentido do particular para o geral – um caso). Existem ainda dois casos de conversão de nome para advérbio. Verifica-se ainda que os exemplos de mudança semântica que temos pertencem apenas a três categorias sintácticas diferentes: nomes (cinco casos); verbos (dois casos); e adjectivos (dois).

⁶ Os itens juvenis criados através de mudança semântica também podem ser considerados empréstimos de dentro do sistema, uma vez que constituem casos de uma palavra pertencente ao registo corrente da língua que passou a ser usada num registo diferente – registo informal, associado a um determinado sociolecto (cf. Correia, 2000).

Item lexical (nº de ocorrências)	Cat. sint. inicial	Cat. sint. final	Valor inicial	Valor encontrado no corpus	Mudança semântica sofrida
<i>abrir</i> (1)	V	V	dar passagem, tirar obstáculo que impede passagem	ir depressa, acelerar	metonímia (causa → efeito)
<i>base</i> (1)	N	N	fundamento, princípio que orienta um comportamento	é aquela base: é sempre assim, é o costume, costume	metonímia (causa → efeito)
<i>brasa</i> (1)	N	N	o que provoca calor, queimor...	entusiasmo, excitação, emoção	metáfora (comum: calor provocado)
<i>cena</i> (9)	N	N	espectáculo; situação ou coisa impressionante	coisa; situação	sinédoque (particular → geral)
<i>fixe</i> (63)	Adj	Adj	fixo, firme, confiável, honesto, constante	simpático, (pessoas); divertido, agradável (coisas, situações)	metonímia (causa → efeito)
<i>louco</i> (3)	Adj	Adj	doido; excessivo, extraordinário, extravagante	agradável, divertido, interessante (coisas, situações)	metonímia (causa → efeito: o excesso torna as coisas interessantes)
<i>molho</i> (6)	N	N Adv	*conjunto de quaisquer coisas reunidas num grupo *expressão <i>aos molhos</i> : em grande quantidade	*N: o grupo de pessoas *Adv: muito. e.g. <i>Eu curto molho danoninhos.</i>	*metáfora (comum: quantidade e reunião) *conversão N > Adv; metáfora (comum: quantidade)
<i>picar-se</i> (2)	V	V	ferir-se com um objecto pontiagudo; drogar-se	tomar algo que faça a pessoa ter atitudes de louco; ter atitudes de louco	metonímia (causa → efeito)
<i>tipo</i> (28)	N	Adv	espécie, género; modelo	Adv: como e.g. <i>tipo prédio; assim tipo isso</i>	conversão N > Adv

Quadro 3: Itens lexicais juvenis criados através de uma mudança semântica

Antes de considerar os itens juvenis que foram criados através do processo de empréstimo, convém fazer duas distinções (cf. Correia, 2000). Em primeiro lugar, é preciso distinguir *empréstimos de dentro do sistema*, itens que passam de um registo ou de uma variedade para outra, dentro da mesma língua, de *empréstimos de fora do sistema*, termos importados de outras línguas para a língua de acolhimento. Em segundo lugar, os empréstimos de fora do sistema podem ser *estrangereiros* (quando não sofrem uma adaptação às regras da língua de acolhimento) ou *empréstimos* (sempre que há uma adaptação às regras fonológicas, morfológicas e/ou ortográficas da língua de acolhimento).

Como podemos ver no Quadro 4, a maioria dos empréstimos encontrados no *corpus* provém de variedades do Português diferentes do PE (cinco palavras foram importadas de variedades africanas do Português e três são oriundas do PB), e apenas três palavras provêm de outras línguas (duas do Inglês e uma do Francês). Entre estes empréstimos de fora do sistema, existe um único estrangeirismo (“fight”), já que “dread” sofre uma alteração morfossintáctica (a mudança de categoria sintáctica) e “beca” sofre várias alterações (nomeadamente fonológicas). Os empréstimos de outras variedades do Português também apresentam quase sempre alguma alteração, ao nível

semântico, morfossintático e/ou fonético⁷: cinco são adaptados à fonética do PE; quatro sofrem alterações semânticas; e três sofrem adaptações morfossintáticas.

Item lexical (nº de ocorr.)	Cat. sint. inic.	Cat. sint. final	Palavra de origem ⁸ : valor inicial	Valor presente no corpus	Alterações sofridas
<i>bacano</i> (11: 4 N +7 Adj)	Adj	Adj N	<i>bacana</i> (PB): agradável, formidável (pessoas e coisas)	*Adj: simpático, (pessoas); divertido, agradável (coisas, situações) *N: rapaz, rapariga; companheiro	*semânticas: Adj – nenhuma; N – sinédoque (part. → geral) *morfossintáticas: adopção do marcador de classe –o, Adj > N *fonéticas: adaptação à fonologia do PE
<i>bazar</i> (5)	V	V	<i>bazar</i> (PAF): fugir	ir-se embora	*semânticas: sinédoque (particular → geral) *fonéticas: adaptação...
<i>beca</i> (4)	N	N N com func. Adv	Origem desconhecida > nossa proposta: <i>bec</i> (Fr): bico (cf. bocado: <i>boca+ado</i> > o que se consegue pôr na boca de uma vez)	um pouco, um bocado de *N – e.g. <i>aguenta aí uma beca...</i> *N com função de Adv – e.g. <i>uma beca cansativo</i>	*semânticas: sinédoque (part. → geral) *morfossintáticas: marcador de classe –a *fonéticas: a própria adaptação morfossintática
<i>boa</i> (na) (5)	Adj	Adj	<i>na boa</i> (PB): numa situação agradável, vantajosa	sem preocupações; numa situação agradável	*fonéticas: adaptação...
<i>bué</i> / <i>bué da</i> (89: 26 + 63)	Adv	Adv	<i>bué</i> (PAF): muito, em grande quantidade	muito; em grande quantidade	*morfossintáticas: uso opcional de <i>da</i> antes de N ou Adj (<i>bué da</i>) <i>divertido</i> ; <i>cheio da cobertores</i>)
<i>curtir</i> (33)	V	V	<i>curtir</i> (PB): gostar de, deitar-se em	gostar de	*fonéticas: adaptação...
<i>dread</i> (6)	N	Adj N	<i>dread</i> (I): medo; coisa, situação assustadora, que causa o medo	*Adj: agradável; com um estilo considerado interessante, na moda *N: forma de se dirigir a um amigo, colega	*semânticas: Adj –metonímia (causa → efeito: medo torna algo interessante); N –sinédoque (part. → geral) *morfossintáticas: N > Adj
<i>fatela</i> / <i>fateloso</i> (4: 3+1)	Adj	Adj	<i>fatela</i> (PAF): de má qualidade	de mau gosto, feio, desagradável	*semânticas: metonímia (geral → part.) *morfossintáticas: sufixo –os– e marcador –o *fonéticas: adaptação...
<i>fight</i> (2)	N	N	<i>fight</i> (I): luta	luta	
<i>já</i> (188)	Adv	Adv	<i>já</i> (PAF): sim	sim; pois; é claro	
<i>meu</i> (8)	Interj	Interj	<i>meu</i> (PAF): exprime simpatia, camaradagem.	forma de interpelar e de manter a relação com alguém	*semânticas: sinédoque (particular → geral)

Quadro 4: Itens lexicais criados através de empréstimos de outras línguas ou variedades

⁷ Veja-se em Mateus e Andrade (2000) uma apresentação da fonologia do Português e das mais importantes diferenças fonéticas entre o PE e o PB.

⁸ Utilizamos várias abreviaturas para designar a língua ou variedade de onde a palavra é oriunda: I para Inglês; Fr para Francês; PB para Português do Brasil; PAF para Português falado em países africanos (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné ou S.Tomé e Príncipe).

No *corpus* encontramos ainda cinco itens lexicais considerados juvenis que não foram incluídos nos quadros apresentados, por terem sido criados através de outros processos de inovação lexical (como é o caso de “nega”, item constituído através de uma truncção a partir de “negativa”), ou por nos suscitarem muitas dúvidas quanto à sua origem (como é o caso de “bazofe”, “broa”, “cozofe” e “népia”).

Verificamos, assim, que o léxico destes adolescentes se parece distinguir do dos adultos apenas pelo facto de incluir itens não pertencentes ao Português padrão que são usados sobretudo pelos jovens, os *itens juvenis*: alguns deles constituem mesmo marcadores de idade (sendo utilizados por quase todos os adolescentes – e.g. “bué” e “iá”), outros são usados apenas por alguns grupos de adolescentes. Assim, os adolescentes servem-se destes itens juvenis, de uma maioria de itens lexicais pertencentes ao Português padrão e de alguns itens não-padrão usados tanto pelos adolescentes como pelos adultos (e.g. “pá”, “gajo” e “giro”).

Esta conclusão vai ao encontro de algumas afirmações presentes na literatura. Por exemplo, Guilbert (1975: 80) defende que a especificidade linguística de cada grupo depende sobretudo do seu vocabulário e que este léxico é caracterizado por integrar algumas palavras usadas, de *forma predominante ou exclusiva*, pelo grupo social em causa. Preti (1991: 126), num estudo sobre a linguagem dos idosos, também conclui que o léxico deste grupo etário é caracterizado por um “Vocabulário, em geral, comum aos falantes de outras faixas etárias”, que é completado com a utilização de itens lexicais próprios desse grupo etário: os “arcaísmos” e as “gírias do passado”.

Quanto aos processos de enriquecimento lexical que parecem ser mais frequentemente utilizados na criação dos itens juvenis, estes são também comuns na criação do léxico dos adultos. Correia (2000), por exemplo, referindo-se ao PE contemporâneo, considera que a mudança semântica é um dos processos mais produtivos de inovação lexical e que os empréstimos de fora do sistema são muito importantes actualmente devido a um contacto considerável com outras regiões.

5. Conclusões

Resumindo, quanto à primeira questão (como se processa a variação lexical entre os jovens em causa), os resultados deste trabalho sugerem a existência de alguns itens lexicais associados quer aos adolescentes em geral (e.g. “bué”, “iá”), quer a determinados grupos juvenis (e.g. “espectáculo” / “espectacular” – utilizado sobretudo pelos informantes masculinos de NSC alto).

Indicam ainda que os factores NSC e género influenciam as escolhas lexicais destes adolescentes: os falantes do género masculino usam mais formas não-padrão do que os do género feminino; as classes socioculturais média-baixa e média-alta apresentam maior diversidade de variantes e empregam mais variantes não-padrão do que as classes médias; alguns itens lexicais podem funcionar como “marcadores” do grau de adesão a um determinado grupo (definido em função da idade, do NSC, do género, do género juntamente com o NSC).

Relativamente à segunda questão colocada no início da comunicação (em que se distingue o léxico destes adolescentes do léxico dos adultos), verificamos que o léxico atribuído aos jovens é criado sobretudo através do empréstimo externo e da mudança semântica, processos que não nos permitem diferenciar o léxico dos adolescentes do dos adultos por serem frequentes também no enriquecimento do léxico dos adultos.

Os resultados sugerem ainda que o léxico juvenil se distingue do dos adultos apenas pelo facto de incluir alguns itens juvenis (isto é, itens não pertencentes ao Português padrão que são utilizados sobretudo pelos adolescentes), já que os restantes itens lexicais pertencem ao Português padrão ou ao léxico não-padrão utilizado também pelos adultos.

Referências Bibliográficas

- CASTELEIRO, João Malaca (org.) (2001) *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Verbo.
- CASTELO, Adelina (2002) *O Léxico numa variedade "jovem" do Português de Lisboa*. Trabalho final do seminário "Variação e Mudança Linguística em Português", Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Ms.
- CHESHIRE, Jenny (1982) Linguistic variation and social function. In Suzanne Romaine (org.) *Sociolinguistic variation in speech communities*. Londres: Edward Arnold Publishers Ltd, pp. 153-166.
- CORREIA, Margarita (1998) Neologia e Terminologia. *Terminologia: questões teóricas, métodos e projectos*. Lisboa: Publicações Europa-América, pp. 59-74.
- CORREIA, Margarita (2000) *Processos de inovação lexical: algumas notas soltas, ilustradas com exemplos do português*. Universidade de Lisboa, Ms.
- COSTA, J. Almeida e A. Sampaio e Melo (orgs.) (1995) *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- CUNHA, Celso e Luís Filipe Lindley Cintra (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- ECKERT, Penelope (1997) Age as a Sociolinguistic Variable. In Florian Coulmas (org.) *The Handbook of Sociolinguistics*. Oxford: Blackwell Publishers, pp. 151-167.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira (orgs.) (1999) *Novo Aurélio Século XXI: Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- GUILBERT, Louis (1975) *La créativité lexicale*. Paris: Larousse.
- KOHL, Gaby, Irmgard Ludewigt e Peter Schlobinski (1993) *Jugendsprache. Fiktion und Wirklichkeit*. Opladen: Westdeutscher Verlag.
- LABOV, William (1975) Some Sociolinguistic Principles. *The Study of Nonstandard English*. Illinois: National Council of Teachers of English, pp. 19-38.
- MATEUS, M. Helena e Ernesto d'Andrade (2000) *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press.

- MILROY, James e Lesley Milroy (1997) Varieties and variation. In Florian Coulmas (org.) *The Handbook of Sociolinguistics*. Oxford: Blackwell Publishers, pp. 47-64.
- MILROY, James e Lesley Milroy (1998) Mechanisms of change in urban dialects: the role of class, social network and gender. In Peter Trudgill e Jenny Cheshire (orgs.) *The Sociolinguistics Reader – Volume 1: Multilingualism and Variation*. Londres: Arnold, pp. 190-195.
- PRETI, Dino (1991) *A linguagem dos idosos – Um Estudo de Análise da Conversação*. São Paulo: Contexto.
- ROMAINE, Suzanne (1984) Influences on children's language: family, school and peer group. In *The Language of Children and Adolescents. The Acquisition of Communicative Competence*. Oxford: Basil Blackwell, pp. 159-195.
- TRUDGILL, Peter (1974) *Sociolinguistics: An Introduction*. S.l.: Penguin Books.
- WODAK, Ruth e Gertraud Benke (1997) Gender as a Sociolinguistic Variable: New Perspectives on Variation Studies. In Florian Coulmas (org.) *The Handbook of Sociolinguistics*. Oxford: Blackwell Publishers, pp. 127-149.

COMUNICAÇÕES LIVRES

O domínio nominal em Crioulo de Cabo Verde o *puzzle* dos *bare nouns*¹

Nélia Alexandre², Nuno Verdial Soares
Universidade de Lisboa

1. Introdução

Os *bare nouns* (BNPs) são uma característica nuclear das línguas crioulas (cf. Bickerton, 1981, entre outros) porque, nestas línguas, podemos encontrá-los num grande número de posições sintáticas, parecendo ser semanticamente subespecificados para [definitude] e, por vezes, para [número]: normalmente, os crioulos não têm informação gramatical/lexical para identificar estes traços.

Também tem sido referido na literatura que os BNPs se tornaram mais restritos devido ao aparecimento de material funcional novo (cf. Bruyn, 1995b). À semelhança de outros crioulos, particularmente os mais 'antigos', o Crioulo de Cabo Verde (CCV – variedade de Santiago) não tem registos históricos que nos esclareçam sobre o caminho que os BNPs percorreram nesta língua³.

Em CCV, frases como as de (1)⁴, com um BNP na posição de sujeito pré-verbal, são muito frequentes, podendo ser interpretadas como em (a) – preferencialmente – ou (b)⁵, o que gera uma ambiguidade que só pode ser clarificada pelo discurso.

¹ Gostaríamos de agradecer a Ana Lúcia Santos, Tjerk Hagemeijer, Ana Luísa Costa, Madalena Colaço, Teima Magalhães e, especialmente, a Inês Duarte e Fátima Oliveira os seus comentários sobre esta comunicação. Queremos expressar igualmente o nosso agradecimento, pelo empenhamento e tempo dispendido, aos informantes Josefa Cardoso, Jeremias Fernandes, Emelinda Furtado e José Moreno.

² Projecto BD/13536/2003 apoiado pelo Fundo Estrutural Europeu do III Quadro Comunitário de Apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

³ A ilha de Santiago foi a primeira ilha do arquipélago de Cabo Verde a ser descoberta (no século XV), mas tanto quanto sabemos os mais antigos registos escritos do CCV datam da segunda metade do século XIX (cf. Coelho, 1880; Costa & Duarte, 1886 e Brito, 1887, reeditado numa colectânea de 1967 por J. Morais-Barbosa). Até à data, o Português é ainda a única língua oficial da República de Cabo Verde, apesar de a Convenção Ortográfica ALUPEC estar a ser testada desde 1998.

⁴ Os exemplos serão transcritos de acordo com as fontes originais, respeitando as opções ortográficas feitas pelos autores. Apenas os exemplos fornecidos pelos nossos informantes serão transcritos segundo o ALUPEC.

⁵ O BNP também pode ocorrer com a forma de plural (-is) – *katxoris*, mas neste caso apenas a interpretação de (1.b) está disponível e a ambiguidade desaparece.

- (1) **Katxor** gosta di karni.
 Cão gostar(IMPERF)⁶ de carne
 a. 'Um cão gosta de carne.'
 [interpretação adequada: todo o/qualquer cão ...]
 b. 'Os cães gostam de carne.'
 c. *'O cão gosta de carne.'

O nosso objectivo será então o de analisar BNPs na posição de sujeito pré-verbal em CCV, à luz do tratamento teórico proposto por Chomsky (2001) e Legate (2003). A hipótese que colocamos *a priori* é a de que, na língua crioula em causa, há BNPs na posição sintáctica considerada porque não há artigos. De modo a enquadrarmos esta nossa hipótese, passamos a uma breve descrição do sistema nominal do CCV.

2. Artigos e demonstrativos

Em CCV, à esquerda do N pode ocorrer um artigo indefinido (*un(s)*), demonstrativos (*es ... (-li), kel/kes ... (-li/-la)*) e, assumimos desde já, um artigo definido *kel/kes*, como se pode ver nos exemplos abaixo (cf. (2-4), respectivamente).

- (2) **Un amigu** tilifona-m.
 Um amigo telefonar(PERF)-me(1SG)
 'Um amigo telefonou-me.'
- (3) É frutu di **es temozia** ki ben ta parse (...) alguns
 Ser fruto de DEM teimosia que vir PERF aparecer alguns
 tentativa di alguns mas konsienti di valor di nos língua.
 tentativa de alguns mais consciente de valor de POSS(1PL) língua
 'É por causa desta teimosia que têm vindo a aparecer algumas tentativas feitas por pessoas mais conscientes do valor da nossa língua.' (Silva, 1998: 117)
- (4) Kiriolu é di **kes poku kusa** ki kauberdianu pode
 Crioulo ser de DET pouco coisa que caboverdiano poder
 ngaba ma é si kiriason.
 gabar que ser POSS(3SG) criação
 'O Crioulo é das poucas coisas de que os caboverdianos se podem gabar.'
 (Silva, 1998: 109)

⁶ No que diz respeito ao Aspecto, assinalamos os valores das formas verbais segundo Perfectivo/Imperfectivo. Considerámos, contudo, a proposta de Carlson (1977) sobre a diferença entre predicados *Stage-Level* e *Individual/Kind-level*.

2.1. O artigo indefinido

O artigo indefinido parece ocorrer sempre que é necessário estabelecer um contraste entre dois membros da mesma espécie (cf. (5)) e introduz informação nova em narrativas (cf. (6)).

- (5) **Un** figo run tâ danâ ôto.
 Un figo ruim IMPERF estragar outro
 'Um figo podre estraga todos os outros.' (Costa & Duarte, 1967: 320)
- (6) Ali un bes tinha un Lobo k'un Xibinhu (...).
 Ali um vez ter(PERF) um lobo com-um cabrito.
 'Era uma vez, havia um Lobo e um Cabritinho.' (Lima, 2000: 23)

2.2. Os demonstrativos

Quanto aos demonstrativos, não há dúvidas acerca do estatuto de *es*: ele pode ocorrer sem o clítico dêictico *-li* e continuar a ser um demonstrativo (cf. (7)):

- (7) Y es raspósta debe buskadu ku diterminason
 E DEM resposta dever procurar+PASS com determinação
 di ken ki sabe ma el ta atxadu.
 de quem que saber que 3SG PERF achar+PASS
 'E esta resposta deve ser procurada com a determinação de quem sabe que a encontrará.' (Silva, 1998: 114)

Contrariamente a *es*, o estatuto de *kel/kes* é mais problemático. O seu estatuto de demonstrativo só não é questionável quando co-ocorre com o clítico dêictico *-li/-la*. Segundo Lang (2002: 35), a diferença semântica entre estes dois demonstrativos (*es*, invariável em número e *kel*, variável) é a seguinte: "*kel (...)* doesn't say anything about the proximity or distance, be it spatial or temporal, of the referent in question – *es* puts it always near the speaker. This is why *es* can only be combined with the demonstrative adverb *li*, whereas *kel/kes* may be combined either with *li* or *la (...)*" (cf. (8-9)).

- (8) **Kel** mudjer-li e bunita. **Ke(l) *(la)** e margos.
 DEM mulher-CL ser bonita DEM CL ser amarga
 'Esta mulher é bonita. Aquela é feia.'
- (9) **Es** grupu li/*la inda sta fracu.
 DEM grupo CL ainda ser fraco
 'Este grupo ainda é fraco.' (CVMusicMusic.com)

Tal como *ke-la* (em (8)) mostra, só um verdadeiro demonstrativo pode ocorrer no contexto de eclipse de N não modificado. Então, qual é o estatuto de *kel/kes* sem *-li/-la*?

2.3. A caminho de um artigo definido

Apesar de normalmente se referir que não há artigos definidos em CCV, vamos assumir que esta língua está a desenvolver um artigo definido – *kel/kes* – (cf. (8), onde a ocorrência isolada de *kel* é agramatical), que veicula explicitamente [definitude] e [número]⁷.

Um dos testes a favor do estatuto de *kel/kes* como artigo definido é a presença de possessivos. Note-se que quando um possessivo está presente, *kel/kes* não pode ocorrer sem o clítico demonstrativo (cf. (10)). Ou seja, o possessivo e *kel/kes* (artigo) estão a competir para a mesma posição: ambos marcam [definitude]⁸, enquanto o demonstrativo (*kel/kes ...-li/-la*) não faz isso, devido à sua função de dêictico.

- (10) a. N atxa rabes pamodi e ka kumi **nha kumida**.
 1SG achar estranho COMP 3SG NEG comer(PERF) POSS(1SG) comida
 'Lamento que ele não coma a minha comida.'
 b. Dja bu odja **kes nha fidju femia*(-li)?**
 Já 2SG ver(PERF) DEM POSS(1SG) filho fêmea-DEM
 'Viste estas minhas filhas?'

Segundo Raposo (2003), é possível termos eclipse de N com a presença de um artigo definido se houver material lexical à direita do DP (cf. (8), onde *-la* está na margem direita de DP, e compare-a com (11-12)).

- (11) É ki prupósta di Pedro Cardoso pode konsideradu
 Ser que proposta de P. C. pode considerar+PASS
 un pasu pa trás, relativamente a **kel (*li)** di A. de P. B.
 um passo para trás relativamente a DET (*DEM) de A. de P. B.
 'É que a proposta de Pedro Cardoso pode ser considerada um passo a trás relativamente à de A. de Paula Brito.' (Silva, 1998: 117)

⁷ Tal como dissemos na secção anterior, apesar de *kel/kes* ser ainda, e originalmente, o demonstrativo, "speakers may use existing forms to express new meanings" (cf. Bruyn, 1995a: 24).

⁸ Note-se que o artigo indefinido e o possessivo podem co-ocorrer porque eles não estão a competir (cf. (i)), que contrasta com (10a).

(i) Un **nha** migu ka skrebe-m.
 A POSS(1SG) amigo NEG escrever(PERF)-1SG
 Lit.: 'Um meu amigo não me escreveu.'
 'Nenhum amigo meu me escreveu.'

- (12) Nu ta atxa txeu stória di Lobu ku Xibinhu.
 1PL PERF achar muito história de Lobo com Cabritinho
 Si nu konpara kes stória ki sta na kel livru
 se 1PL comparar(PERF) DET(PL) história que estar em DEM livro
 ku kes (*li) ki nu ta **prizenta na (...)**,
 com DET (*DEM) que 1PL PERF apresentar em (...)
 nu ta nota ma kontiudu é idêntiku.
 1PL PERF notar que conteúdo ser idêntico
 ‘Nós encontramos muitas histórias d’ O Lobo e o Cabritinho. Se compararmos
 as histórias que estão nesse livro com as que nós apresentamos aqui,
 verificamos que o seu conteúdo é idêntico.’ (Lima, 2000: 15)

Para além disto, o artigo definido *kel/kes* tem de ocorrer quando, apesar de ser [+definido, +específico], não pode ter a interpretação de dêictico espacial (cf. (13)).

- (13) Kes ómi importanti dja txiga Tarafal.
 DET homem importante já chegar(PERF) Tarrafal
 a. ‘Os homens importantes chegaram ao Tarrafal.’
 b. #‘Homens importantes chegaram ao Tarrafal.’
 c. #‘Estes/aqueles homens importantes chegaram ao Tarrafal.’
 d. #‘Alguns homens importantes chegaram ao Tarrafal.’

As construções partitivas também nos mostram que o *kel/kes* se comporta, necessariamente, como um artigo definido (quando não co-ocorre com *-li/-la*), uma vez que “o conjunto considerado sobre o qual se efectua a extracção está previamente determinado e definido (...)” (cf. Duarte & Oliveira, 2003: 227), com a presença obrigatória do Det (ver (14)).

- (14) a. Dos di kes sinku rapas di Cordas do Sol doensi
 NUM de DET NUM rapaz de Cordas do Sol adoecer(PERF)
 (e pa ke-la k’es ka kanta).
 ser por DEM-CL que-3PL NEG cantar(PERF)
 ‘Dois dos cinco rapazes do Cordas do Sol adoeceram (por isso é que eles
 não cantaram).’
 b. Dos di kes sinku rapas-li doensi
 NUM de DEM NUM rapaz-CL adoecer(PERF)
 (e pa ke-la k’es sta fátela).
 ser por DEM-CL que-3PL estar magricela
 ‘Dois destes cinco rapazes adoeceram (por isso é que eles estão magros).’

Os dados apresentados mostram-nos que a hipótese de partida, segundo a qual o CCV exhibe BNPs na posição de sujeito pré-verbal porque não tem artigos, é infirmada. Assim sendo, interessa-nos saber quais são as condições de ocorrência destes BNPs.

3. BNPs

3.1. Contexto narrativo

Alguns autores (cf. Baptista, 2002, entre outros) propõem a existência de um Det nulo em CCV, porque apesar de não ser explícito expressa [\pm definitude] e [\pm especificidade].

Em CCV, os BNPs em posição de sujeito são muito frequentes (tanto no singular como no plural (-s)), especialmente se eles forem ligados discursivamente⁹. Num contexto narrativo (como em (15)), uma vez introduzido no discurso, o BNP torna-se disponível com a interpretação [+def., + especif.], gerando uma leitura Existencial.

- (15) Un bes, un ómi_i di lonji bá kása di un mudjer_j (...).
 Um vez um homem de longe ir(PERF) casa de um mulher
 Mudjer_j resebe-l ben resebedu (...). Ómi_i fla (...).
 Mulher receber(PERF)-3SG bem receber+PASS homem falar(PERF)
 'Era uma vez, um homem que veio de longe foi a casa de uma mulher. A mulher recebeu-o muito bem. O homem disse (...).' (Silva, 1987: 55, *apud* Lang, 2002: 22)

No entanto, o objectivo do nosso artigo não é a análise deste tipo de contexto.

3.2. O traço de [número] para legitimar BNPs

Na literatura sobre línguas crioulas é referido com frequência que estas línguas são morfologicamente 'pobres', *i.e.*, elas quase não têm morfologia verbal, nem marcas de género e número (cf. DeGraff, 1999 e 2001).

Contudo, em CCV, "*plural suffixation on nominal stems (...) is a highly productive process regulated by principled licensing conditions, especially animacy, definiteness and episodic tense*"¹⁰ (Baptista, 2002: 35).

Também já foi proposto que, em CCV, "*In determinerless DPs, the plural marker surfaces in the first element within the DP*" (cf. Castro & Pratas, 2003, entre outros). Nós vamos propor que, em geral, é isso que acontece no DP, mesmo quando D^o é preenchido por material lexical (cf. (16)).

⁹ Baptista (2002: 31) afirma que "*there are several reasons why bare NPs may appear. First, the speaker may consider information regarding specificity as irrelevant (she is referring to 'generic') (...). Second, in the realm of definite NPs, the entity may be easily identifiable by both the listener and speaker if such an entity is familiar to their world. This would also be applicable to unique entities that form their own class such as sol 'sun'*".

¹⁰ Supostamente, a 'animacidade' é um traço independente dos nomes (ver Quadro 3, onde podemos considerar a [animacidade] como um subtraço dos nomes [+ contáveis]).

- (16) **Kes prumeru** livru ki Veiga skrebe ta ledu txeu.
 DET primeiro livro que Veiga escrever(PERF) IMPERF ler muito
 'Os primeiros livros que Veiga escreveu lêem-se muito.'

Quanto ao [número], iremos propor que os BNPs são interpretados de acordo com os seus traços lexicais/semânticos [α contável]. Os BNPs [+SG, -contáveis] parecem desencadear as mesmas interpretações que os BNPs [+PL, +contáveis] (cf. (17-18))¹¹, nomeadamente, a leitura Genérica (quando a propriedade predicada sobre o nome é uma característica da maior parte dos membros do conjunto).

- (17) **Diskunfiansa** ta sipara kretxeu.
 Desconfiança IMPERF separar namorados
 'A desconfiança separa os namorados.'
 Interpret.: GENÉRICA

- (18) **Barkus** ta navega na mar.
 Barcos IMPERF navegar em mar
 'Os barcos navegam no mar.'
 Interpret.: GENÉRICA

Note-se que quando um BNP [+SG, +contável] ocorre na posição de sujeito, a interpretação preferida é a leitura Distributiva, no sentido em que a propriedade predicada sobre o nome é uma característica distintiva de todos os membros do conjunto, sem excepção (cf. Oliveira & Cunha, 2003). Os dados de (1), (19) e (20) mostram precisamente este contraste:

- (19) **Gatu** ta morde rixu.
 Gato IMPERF morder rijo
 'O gato morde com gravidade.'
 Interpret.: DISTRIBUTIVA ('se x é um gato, então x morde com gravidade.')

- (20) Pa **buru**_[+SG, +cont.] pa ka perdi.
 Para burro para NEG perder(IMPERF)
 'Para que o burro não desapareça.' (Quint-Abrial, 1998)
 Interpret.: DISTRIBUTIVA ('se x é um burro, então x não pode desaparecer.')

Finalmente, o valor aspectual do predicado influencia a ocorrência de BNPs e a sua interpretação (tal como é esperado e atestado noutras línguas). Se um BNP co-ocorre com um predicado *Stage-level* (PERF), desencadeia uma interpretação Existencial ([+específica]) quando o BNP está ligado ao discurso anterior ou faz parte do conhecimento do mundo (veja-se o contraste entre (19) e (21)).

¹¹ Tal como foi descrito para o Inglês por Carlson (1977).

- (21) **Gatu** morde rixu.
 Gato morder(PERF) rijo
 'O gato mordeu com gravidade.'
 Interpret.: EXISTENCIAL ('há um x: gato, tal que esse x morde com gravidade')

Também a modificação de BNPs por orações relativas é particularmente interessante porque, como seria de esperar, *kel/kes* pode ocorrer com o N antecedente da relativa sempre que a interpretação pretendida é a [+específica]. Este contexto sintáctico constitui mais um argumento a favor do facto de *kel/kes* estar a caminhar para um artigo definido (cf. (22-23), orações restritivas com predicados *Stage-level*).

- (22) **Kes ómi/Ómis ki Maria papia kos (=ku-es)**
 DET homem/homens que Maria falar(PERF) com-3PL
 es sta na taberna.
 3PL estar(PERF) em taverna
 Lit.: 'Os homens que a Maria falou com eles, eles estão na taverna.'
 'Os homens com quem a Maria falou estão na taverna.'

- (23) **Kes flor/Floris ki bo panha es e mutu bunitu.**
 DET flor/flores que 2SG apanhar(PERF) 3PL ser muito bonito
 'As flores que tu apanhaste são muito bonitas.'

Quando o DP relativizado tem de ser interpretado como [- específico], gerando uma leitura Genérica, o D^o não pode ser preenchido com *kel/kes*, tal como se espera (cf. Quadro 2. abaixo e (24-25), orações relativas restritivas hipotéticas com predicados *Individual/Kind-level*).

- (24)({*Un/*Kel}) **ómi ki ta doensi ka ta**
 (*DET) homem que IMPERF adoecer NEG IMPERF
 bai trabadju.
 ir trabalho
 'Homem que adoeça não vai trabalhar.'

- (25) **Kel mininu-li ta fase senpri mesmu kusa:**
 DEM menino-CL IMPERF fazer sempre mesmo coisa
 ({*un/*kel}) **kaxor k'e ta odja na rua, e ta**
 (*DET-SG) cão que-3SG IMPERF olhar em rua 3SG IMPERF
 leba pa kasa.
 levar para casa
 'Este rapaz faz sempre a mesma coisa: (todo o) cão que ele encontre na rua, ele leva para casa.'

Os dados acima levam-nos a concluir que, em CCV, a manifestação de [número] é uma condição forte para a ocorrência de todo o tipo de BNPs. Veja-se, por exemplo, línguas como o Inglês, em que o *Bare* [+singular, +contável] nunca pode ser sujeito (cf. (26b.)):

- (26) a. *Cats* like fish.
b. **Cat* likes fish.

3.3. Resumindo

	[+DEFINITUDE]	[-DEFINITUDE]
[+singular]	Kel	Un
[-singular]	Kes	Uns

Quadro 1. Traços de [número] e de [definitude] no D^o explícito

	[+DEFINITUDE]	[-DEFINITUDE]
[+específico]	Kel/kes / ∅ ¹²	Un(s)
[-específico]	∅	Un / ∅

Quadro 2. Traços de [definitude] e de [especificidade] em D^o

	[- CONTÁVEL]	[+ CONTÁVEL]
[+ singular]	N	N
[- singular]	*N+s	N+s

Quadro 3. Traços morfológicos de [± número] e traços lexicais de [± contável]

	STAGE-LEVEL	INDIVIDUAL/KIND-LEVEL
[+ singular, -contável]	Existencial ¹³	Genérico
[+ singular, +contável]	Existencial	Distributivo
[- singular, +contável]	Existencial	Genérico

Quadro 4. Leituras possíveis dos BNPs e tipos de predicados

Considerando as interpretações possíveis dos BNPs em CCV, somos levados a adiantar uma outra hipótese de trabalho: a de que nesta língua a semântica e/ou o discurso excluem as derivações sintácticas inadequadas. Na secção abaixo apresentamos a nossa proposta de análise dos dados em causa.

¹² Um BNP só pode ser [+ def., + especif.] em contextos discursivamente ligados (cf. (15)).

¹³ Note-se que a leitura Existencial só está disponível em contextos discursivamente ligados (ver nota 12).

4. A estrutura do DP

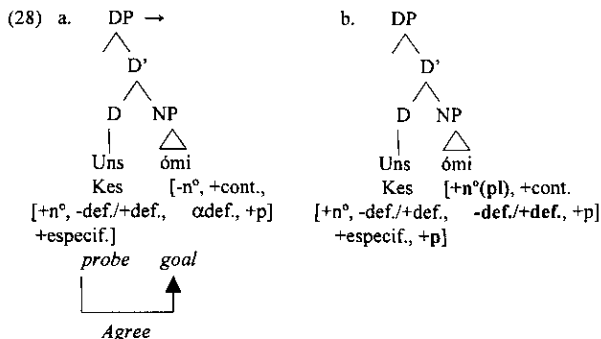
Com base na breve descrição do domínio nominal do CCV, apresentado na secção 2., propomos que a estrutura do DP nesta língua é *non-split* e que o [número] é um traço formal de D^o¹⁴.

Assumimos que, em CCV e à semelhança de Magalhães (2004) para o Português do Brasil, o DP é uma Fase e que o D^o tem de ser preenchido, ou por um determinante lexical ou, no caso dos BNPs, pelo próprio nome. Assumimos ainda que, quando é necessário, se aplica a operação *Move*, porque é o D^o (a fronteira do DP) que verifica os traços formais de aspecto em TP, de modo a verificar o traço de [específico].

Deste modo, quando D^o se encontra preenchido por um artigo (indefinido, como em (27a.), ou definido, como em (27b.)) e o predicado é perfectivo, os enunciados recebem uma leitura Existencial. Nesses casos, D^o é marcado positivamente para o traço [específico] e funciona como uma *probe*, porque contém um traço subespecificado – [pessoa] –, indo à procura do valor desse traço no NP (o *goal*). Quando D^o e NP (concretamente o seu núcleo, N^o) se encontram opera a relação de *Agree* e os valores dos traços são actualizados (cf. (28b.)).

- (27) a. Uns ómi tilifona-m.
 Uns homem telefonar(PERF)-1SG
 ‘Alguns homens telefonaram-me.’

- b. Kes ómi tilifona-m.
 Os homem telefonar(PERF)-1SG
 ‘Os homens telefonaram-me.’
 Ambas: EXISTENCIAL



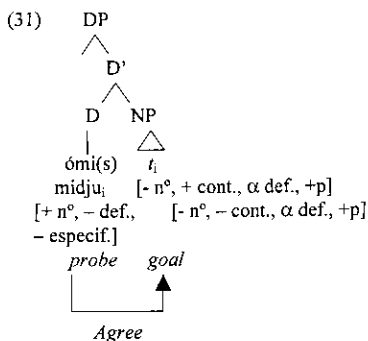
¹⁴ Não avançaremos nada sobre o [género] nos nomes porque assumimos que estes são lexicalmente marcados quanto ao [género].

Nos casos observados na secção 3., ou seja, enunciados com BNPs na posição de sujeito pré-verbal em contextos discursivamente não ligados, propomos que D° seja marcado como [-específico], gerando consequentemente leituras Genéricas (como em (29)) ou Distributivas (como em (30)).

(29)a. **Ómis** ta trabadja.
Homens IMPERF trabalhar
'Os homens trabalham.'

b. **Midju** ta intxi bariga.
Milho IMPERF encher barriga
'O milho enche a barriga.'
Ambas: GENÉRICO

(30) **Ómi** ta trabadja.
Homem IMPERF trabalhar
'Um homem trabalha.'
Interpret.: DISTRIBUTIVA

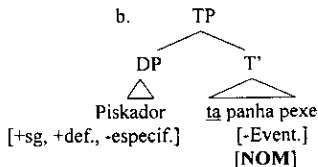
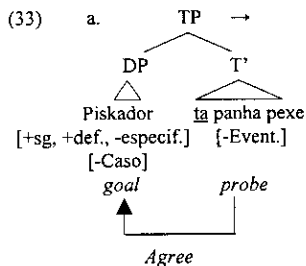


Em (28) e (31) sugerimos uma análise unificada para a estrutura do DP em CCV. Contudo, a interpretação Genérica e a Distributiva obtidas em (29) e (30) *versus* a Existencial em (34) continua por explicar.

4.1. DP e TP

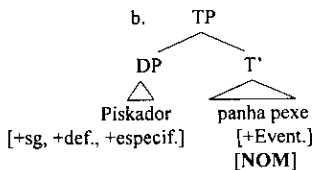
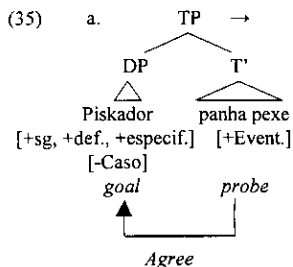
Com o objectivo de darmos conta das interpretações possíveis de um BNP [+SG, +Cont] na posição de sujeito pré-verbal, propomos que a semântica tem de interpretar composicionalmente as derivações sintácticas de acordo com o traço [± Eventivo] em T°, disponibilizado pela componente sintáctica. Assim, o DP em Spec/TP tem de verificar o seu traço de [especificidade] contra o traço [± Eventivo] de T° (cf. (32)).

- (32) **Piskador** *ta* panha pexe.
 Pescador IMPERF apanhar peixe
 'O pescador apanha peixe.'
 Interpret.: DISTRIBUTIVA



Note-se que um BNP só pode ter leitura Existencial em contextos discursivamente ligados, mas nesse caso o que desencadeia tal interpretação é o traço interpretável [+Eventivo] do TP (cf. Quadro 5.)

- (34) **Piskador** panha pexe.
 Pescador apanhar(PERF) peixe
 'O pescador/Um pescador (que nós conhecemos)/*Pescador apanhou peixe.'
 Interpret.: EXISTENCIAL



Concluimos então que, no sistema computacional, não precisamos de ter traços como [± Episódico] ou [± Genérico].

	[+ EVENT.]	[- EVENT.]
[+ especif.]	Existencial	
[- especif.]		Genérico / Distributivo

Quadro 5. Traços sintáticos e leituras semânticas

5. Conclusões

Neste artigo, tentámos mostrar, através de uma sumária descrição do sistema nominal do CCV, que esta língua crioula de base lexical portuguesa tem artigos (indefinido e definido) e, apesar disso, BNPs. Contrariámos, assim, a tese de que as línguas têm BNPs na posição de sujeito quando não têm artigos definidos. Foi a partir desta constatação que propusemos que em CCV é a semântica e/ou o discurso que excluem as derivações sintáticas inadequadas.

Assumimos então que, sempre que um determinante lexical é inserido por *Merge* no decorrer da derivação, a marca de plural se manifesta em DET, bloqueando o movimento do N para D° (os traços formais são verificados através da relação núcleo-complemento). Nos enunciados com BNPs sujeitos pré-verbais, (i) D° tem traços de [número] que descartam a necessidade de postular uma categoria funcional NbP; (ii) N° tem de subir para D° e (iii) o traço [-específico] em D° é verificado, obrigatoriamente, no domínio do TP, sendo que o traço [Eventivo] de T implica [especificidade] (a leitura Genérica está disponível sempre que o T precise de verificar um traço [-Eventivo], enquanto a leitura Existencial está disponível quando T precisa de verificar um traço [+Eventivo]).

Relativamente às leituras semânticas desencadeadas por [+Event., -especif.] e [-Event., +especif.] (cf. Quadro 5.), estas precisam de mais investigação.

Referências Bibliográficas

- ALEXANDRE, Nélia & HAGEMEIJER, Tjerk (2005) Bare Nouns and the Nominal Domain in Santome. In Jacqueline Guéron & Marlyse Baptista (eds.), *Bare Nouns in Creole Languages*. Amsterdam: John Benjamins (no prelo).
- BAPTISTA, Marlyse (2002) The Syntax of Cape Verdean Creole: The Sotavento Varieties. *Linguistics Today* 54. Amsterdam: John Benjamins.
- BICKERTON, Derek (1981) *Roots of Language*. Ann Arbor: Karoma.
- BRITO, A. de Paula (1967) Dialectos crioulos-portugueses. Apontamentos para a gramática do crioulo que se fala na ilha de Santiago de Cabo Verde. *Estudos Linguísticos – Crioulos*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, pp. 329-404.
- BRUYN, Adrienne (1995a) Noun Phrases. In J. Arends, P. Muysken & N. Smith (eds.) *Pidgins and Creoles: An Introduction*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 259-269.

- 1995b. *Grammaticalization in Creoles: the Development of Determiners and Relative Clauses in Sranan*, Diss. de Doutoramento, Amsterdam: IFOTT.
- CARLSON, G. (1977) A unified analysis of the English bare plural. *Linguistics and Philosophy* 1. Reidel: Dordrecht, pp. 413-457.
- CASTRO, Ana & PRATAS, Fernanda (2003) Capeverdean DP-internal number agreement: additional arguments for a Distributed Morphology approach. *Lisbon Workshop on Agreement*. 10-11 de Julho. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- CHOMSKY, Noam (2001) Derivation by Phase. In Michael Kenstowicz (ed.) *Ken Hale: A Life in Language*. Mass.: MIT, pp. 1-54.
- COELHO, F. Adolfo (1967) Os dialectos românicos ou neo-latinos na África, Ásia e América. In J. Morais-Barbosa (ed.) *Estudos Linguísticos – Crioulos*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, pp. 1-234.
- COSTA, Joaquim V. B. da & DUARTE, C. José (1967) O crioulo de Cabo Verde. Breves estudos sobre o crioulo das ilhas de Cabo Verde oferecidos ao Dr. Hugo Schuchardt. In J. Morais-Barbosa (ed.) *Estudos Linguísticos – Crioulos*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, pp. 235-328.
- CRIOULO DE CABO VERDE (1998) *Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo Cabo-verdiano*. Suplemento «B. O.» da República de Cabo Verde. 31 de Dezembro de 1998, pp. 19-23.
- DEGRAFF, Michel (1999) *Language Creation and Language Change: Creolization, Diachrony and Development*. Cambridge: MIT Press.
- (2001) Morphology in Creole genesis: linguistics and ideology. In Michael Kenstowicz (ed.) *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge: MIT Press.
- DUARTE, Inês & OLIVEIRA, Fátima (2003) Referência Nominal. In Mateus et al., *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª ed. Lisboa: Caminho, cap. 11.
- LANG, Jürgen (dir.) (2002) *Dicionário do Crioulo da Ilha de Santiago (Cabo Verde)*. Tübingen: Alemanha, pp. 21-41.
- LEGATE, Julie Anne (2003) Identifying Phases. *Workshop on EPP and Phases*. MIT. January 16-17.
- LIMA, Humberto (Org. e Coord.) (2000) *Un Bes Tinha Nhu Lobu ku Xibinhu*. Praia: Instituto de Promoção Cultural.
- MAGALHÃES, Telma (2004) A valoração de traços de concordância dentro do DP. *DELTA* 20 (1). Univ. Campinas/FAPESP, pp. 149-170.
- OLIVEIRA, Fátima & CUNHA, Luís Filipe (2003) Termos de Espécie e Tipos de Predicados. *Língua Portuguesa: Estruturas, Usos e Contrastes*. pp. 57-78.
- RAPOSO, Eduardo P. (2003) Towards a unified syntax of determiners and pronominal clitics in Romance. *Conversas d'Horas*. Lisboa: CLUL.
- SANTOS, Horácio (1999) Nhas Lenbransa – Féstas na Kau Berdi. *Aliança*, Dez., p. 7.
- (2000) Stórias ki nu obi ta kontadu – Pasaji di Betu Nha Pretinha. In *Aliança*, Abr./Maio, p. 34.
- SILVA, T. V. da (1998) Kiriolu: Spedju di nos alma. In *Cultura*. nº 2. Praia: Ministério da Cultura de Cabo Verde, pp. 109-131.
- VERDIAL Soares, Nuno (1997) *Os Sintagmas Nominais Simples*. Diss. de Mestrado. Lisboa: FLUL.

A prosódia no discurso espontâneo

*Sónia Delfina Amaral¹, Rosa Lídia Coimbra^{1,2},
António J. S. Teixeira^{3,4}*

¹) Centro de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro

²) Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro

³) Instituto de Engenharia Electrónica e Telemática de Aveiro (IEETA)

⁴) Departamento de Electrónica e Telecomunicações, Universidade de Aveiro

1. Introdução

Com a utilização crescente de sistemas de diálogo em interacção Humano-Máquina aumenta a necessidade de melhorar a naturalidade das tecnologias envolvidas. No que concerne à síntese de voz, mais ligada ao presente trabalho, uma das áreas mais activas consiste na modelação da prosódia. No entanto, grande parte dos trabalhos utilizam informação que não vai além do horizonte temporal da frase. Torna-se necessário estudar e modelar a interdependência da prosódia e estrutura dos diálogos, capitalizando nos estudos da área do discurso, como os clássicos de Austin e Searle.

Do lado dos estudos experimentais da Fonética na área da Prosódia este género de pesquisa permitirá estender os estudos já existentes e em curso, muitas vezes dedicados a produções de fala demasiado controladas.

O interesse duplo em contribuir para a melhoria de sistemas automáticos de processamento da nossa língua e, ao mesmo tempo, contribuir para um aprofundamento dos conhecimentos base na área da Linguística advém da inserção deste trabalho no grupo interdisciplinar da área da Linguística e da Engenharia em formação na Universidade de Aveiro.

2. Objectivos

Este trabalho tem por objectivo investigar a inter-relação entre constituintes do discurso – por exemplo, os actos de fala – e a prosódia. O presente trabalho poderá ser um contributo para o estudo do discurso oral pretendendo dar continuidade a uma série de estudos já realizados no campo da prosódia e do discurso em Português. Em relação aos estudos da prosódia em curso na Universidade de Aveiro, esta pesquisa constitui a primeira incursão na análise de fala (quase) espontânea. Em relação ao discurso, permite passar da anteriormente estudada estrutura textual para o lado do discurso oral.

A questão primordial foi a de analisar que elementos prosódicos os falantes usam para marcar a estrutura do discurso e quais desses elementos são identificados como

relevantes nesse processo. Pretendeu-se, ainda, investigar possíveis alterações/variações na prosódia causadas pela estrutura do discurso.

3. Metodologia e corpus

Para a prossecução dos objectivos definidos, foram inventariadas e avaliadas várias possibilidades de obtenção de discurso espontâneo, tendo a escolha recaído na técnica de MapTask, seguindo o exemplo de vários estudos realizados para outras línguas. Nesta primeira fase, consideraram-se apenas discursos com dois intervenientes.

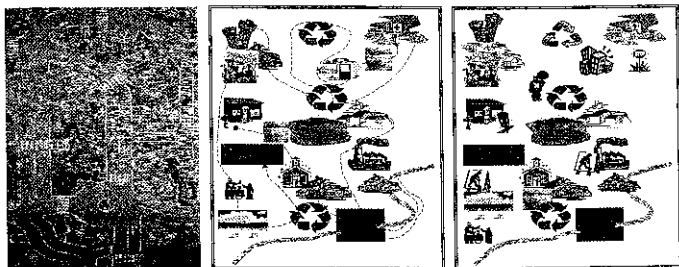


Figura 1: Mapas utilizados na tarefa MapTask

Optámos, também, por testar a metodologia num pré-inquérito. Este consistiu na utilização de um mapa tapete com planta de uma cidade para actividades lúdicas de crianças (figura 1, à esquerda), e sendo solicitado a um dos informantes que desse indicações de locais a visitar partindo de um mapa miniatura com um percurso previamente definido pelos autores. Neste pré-inquérito o material mais espontâneo foi conseguido aquando da introdução de obstáculos inesperados no percurso pelos investigadores. Com base nesta experiência, foram criados mapas de raiz, em papel, contendo elementos facilmente identificáveis (praia, casas, fábricas, pontes, lago, etc.). Foram fornecidos mapas ligeiramente diferentes (ver figura 1, imagens ao centro e à direita) aos intervenientes do inquérito final.

Produziu-se, deste modo, um corpus de diálogo seguindo o modelo do corpus HCRG do MapTask (Anderson et al. 1991), por se aproximar mais da conversação espontânea.

4. Informantes e gravação

Das várias possibilidades de obtenção de discurso espontâneo optou-se pela utilização de informantes pré-adolescentes. Desta forma, a influência de automatismos provenientes da escrita e da escolaridade será minimizada. A utilização de idades inferiores tornaria a gravação muito mais difícil.

No total, foram gravados diálogos com duas crianças, de 6 e 8 anos, e três pré-adolescentes, dois com 11 e um com 13 anos, todos falantes do Português.

As gravações originaram um corpus experimental decorrentes da gravação de um pré-teste com dois dos locutores, o de 8 e o de 13 anos, utilizando o mapa tapete e uma cópia do mesmo em papel com um percurso assinalado, a fim de testar a constituição linguística/discursiva do corpus e sua adequação na metodologia proposta ao estudo da prosódia.

Na gravação do corpus final, foram gravados quatro locutores, divididos em dois pares e prestando-se a duas gravações cada par, em que se invertiam os papéis *giver* – *follower*. Nas gravações deste corpus final foram utilizados os mapas em papel. O primeiro par era formado pelo informante de 8 e um informante de 6 anos; o segundo par era formado por dois informantes de 11 anos.

As gravações foram realizadas usando DAT no par de idade superior, e directamente para o disco duro do computador, usando o sistema de gravação KAY CSL 4400 da Kay Elemetrics, no outro caso. As gravações do pré-teste e do primeiro par de informantes do corpus final tiveram lugar no Laboratório de Fonética da Universidade de Aveiro; as restantes em sala de aula. Os intervenientes foram colocados frente a frente, com um painel separador ocultando os respectivos mapas, sendo o microfone colocado na posição intermédia a uma altura similar à da boca de ambos. A gravação de uma sessão foi efectuada na totalidade e para um único ficheiro, evitando-se a perda de qualquer informação e respectiva posição temporal.

5. Anotação

Para a anotação dos actos de fala e, partindo das formulações teóricas de Austin e Searle, recorreremos aos estudos de Sinclair e Coulthard (1975) baseados na análise do discurso na sala de aula e aos estudos de Carletta et al. (1997) adaptados para o MapTask. Estas anotações incluem a estrutura do diálogo em movimentos, jogos e transacções. Cada movimento do diálogo consiste em uma ou mais palavras, silêncios ou ruídos e é etiquetado com o seu tipo de movimento. Esta codificação é feita para cada informante.

Com base nesta informação o discurso poderá ser segmentado em transacções por forma a facilitar a adição de anotações mais detalhadas (prosódia, focus, sintaxe). Para tal, foi utilizada aplicação informática AGTK TABLE TRANS (versão 1.2). Este programa permite visualizar todas as formas de onda, em tempo real, bem como operar sobre determinados segmentos seleccionados, ouvir, apagar, anotar, etc. Assim, em diversos níveis, procedeu-se à anotação do movimento, do jogo e da transacção – um esquema de anotação da estrutura do diálogo, segundo a teoria adoptada, baseada na Conversational Game Analysis Theory (Carletta et al. 1997), e partindo do seu princípio basilar de que “the participants only communicate when they need to perform some goal”.

Na metodologia de análise foram considerados desde aspectos prosódicos dos actos de fala indirectos (ordens usando perguntas, perguntas usando asserções), a

prosódia como focalização do discurso, as questões/informações usando enunciados sucintos e a prosódia do aparte.

No estudo dos movimentos (*dialogue moves*), foi considerado, de acordo com o modelo teórico adoptado, que um jogo de conversação é um jogo de enunciados: começa por uma enunciação, abrange todos os enunciados até que a finalidade do jogo seja cumprida ou não. São 12 os movimentos tipo de conversação considerados: 6 movimentos de iniciação (*initiating moves*): *Instruct, Explain, Check, Align, Query-yn, Query-w*; 5 movimentos de resposta (*response moves*): *Acknowledge, Reply-y, Reply-n, Reply-w, Clarify*; e um movimento de pré-iniciação (*Ready move*).

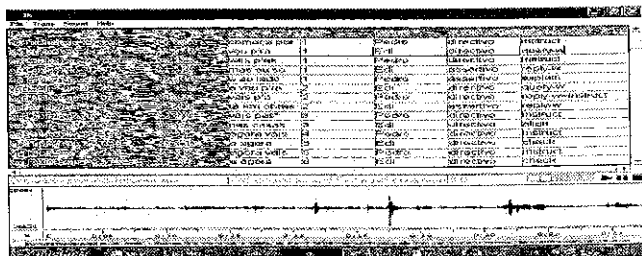


Figura 2: Exemplo de janela do AGTK TABLE TRANS

A aplicação usada permite-nos anotar ao mesmo tempo quem fala, as frases, as transacções, os actos de fala, etc. (ver figura 2). Uma vez que se trata de discurso espontâneo, aqui é possível trabalhar todo o diálogo sob as várias estruturas. Primeiro procedeu-se à segmentação do sinal, identificando o falante, depois procedeu-se à transcrição das frases usando o manual de anotação CSLU Labeling Guide, e ainda a informação relacionada com a análise do discurso: transacções, actos de fala, moves, etc.

6. Análise e apresentação de alguns resultados

Apresentamos, de seguida, alguns resultados obtidos, que permitem caracterizar sob o ponto de vista prosódico algumas situações discursivas particulares.

6.1. Frases complexas

Em primeiro lugar, foram analisadas frases complexas, interrompidas por uma breve intervenção do interlocutor, de que aqui apresentamos um exemplo (ver figura 3). Neste, e em outros analisados no corpus, verificou-se que, prosodicamente, o falante usou o F0 para indicar continuação. Depois da interrupção, retomou o enunciado na mesma altura em que o tinha suspenso, ficando, deste modo, claro que se tratava de uma continuação.

Um dos participantes, neste caso o *giver*, com movimentos de *Instruct*, vai estruturando o seu discurso com recurso a frases complexas, mas retomando a segunda oração – e <pausa> *podes ir p'o estádio* – no mesmo ponto em que tinha ficado no fim da primeira oração – *então contornas a rotunda*. Tratando-se de uma frase complexa, de duas orações, o *follower* coloca o seu movimento de *check* precisamente no final da primeira oração, informando o interlocutor (*giver*) de que a instrução foi por ele recebida.

Os indicadores formais são muito úteis na segmentação da frase complexa, quando as orações que eles marcam não estão invertidas nem intercaladas dentro de outras orações. Neste caso – *então contornas a rotunda e podes ir p'o estádio* – não há inversão, a segunda oração só pode estar nesta posição, uma vez que se trata da tarefa do *MapTask*, o locutor dá a instrução – e *podes ir p'o estádio* – depois de ter dito para o alocutário contornar a rotunda, de outra forma o trajecto correcto não seria traçado. Portanto, a questão da criação de estados que se vão modificando gradativamente com o avanço de cada palavra, até chegar ao estado final, o recurso ao uso de marcadores formais de coordenação e subordinação pressupõe uma curva entoacional ascendente/descendente da oração aos seus componentes menores. Neste exemplo, o processamento continua a ser da esquerda para a direita: identificando o marcador de coordenação e que levará a frase até ao fim desta oração.

e p'a selva	9	Daniel
não porque tenho obras	9	André
então contornas a rotunda	9	Daniel
sim	9	André
e <pau> podes ir p'o estádio	9	Daniel
não	9	André
<bs> então regressa à escola <bs>	9	Daniel
posso	9	André

No entanto, não se verifica uma curva entoacional descendente, mas sim ascendente (fig. 3), uma vez que as orações estão separadas pelo vocábulo *sim*, produzido pelo interlocutor. Podemos ter ainda a noção de que esta interrupção do *follower* pode representar uma pausa – um indicador de separação.

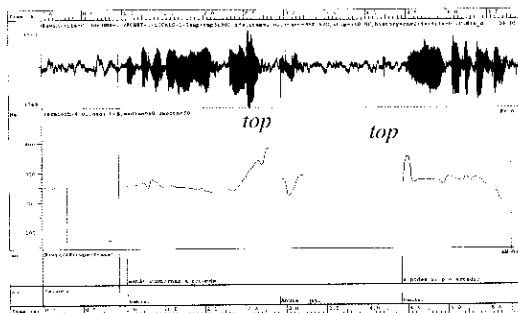


Figura 3: Exemplo do enunciado de uma frase complexa com interrupção pelo interlocutor

O que podemos verificar é que, mesmo com interrupção do follower, o giver mantém a estrutura do discurso como se a interrupção *sim* não existisse. Com a subida da curva entoacional verifica-se uma marcação de como o locutor ainda não acabou a sua tomada de palavra. O *sim* apenas aparece como indicador de que o trajecto no mapa está a ser seguido com êxito. É talvez a coordenação que está na origem desse reconhecimento. O *podes* designa o “tu” – interlocutor cuja existência foi postulada pela primeira frase *contornas a rotunda*. Trata-se aqui de um único acto de enunciação que corresponde a uma única intenção (explícita): contornar a rotunda e seguir para o estádio. Há uma relação entre o fenómeno de interrupção por parte do interlocutor e o da coordenação.

No exemplo acima transcrito, a frase complexa não apresenta independência entre as orações que a compõem, o que facilita a segmentação. A coordenativa e apesar de vincada, não tem o poder de anular o que foi dito antes dentro da frase, mesmo que a segunda oração apresente uma nova instrução.

As orações da frase têm autonomia sintáctica e morfológica, no entanto não podemos dizer o mesmo quanto à autonomia prosódica. O facto da primeira oração terminar em subida e a segunda oração começar também em subida, mostra uma dependência ao nível da prosódia.

6.2. O aparte

Uma segunda situação estudada foi o caso do aparte no discurso. Do nosso corpus conseguimos apenas recolher um exemplo (figura 4), mas que mostra o seu efeito na organização e estrutura do discurso oral.

Numa situação de diálogo como a do MapTask, “quase-espontâneo”, o aparte surge dentro de um contexto e contribui para a interpretação desse mesmo contexto por parte do alocutário.

Gumperz (1982) fala da existência de “pistas de contextualização”, sinais verbais ou não verbais que os interlocutores utilizam para fazer relacionar o que está a ser dito num dado momento e num dado lugar com o conhecimento adquirido por experiências anteriores. O aparte pode funcionar como uma dessas pistas que opera a nível prosódico. O ritmo com que é proferido mantém o envolvimento necessário e avalia o que se pretende significar. O aparte é um sinal de reformulação, dando lugar a uma explicação suplementar. É uma estratégia interaccional, um tipo de sequência para gerir os actos conversacionais.

No exemplo que se segue, o locutor, neste caso o Daniel, prosseguia a tarefa do MapTask com movimentos de *Instruct* e foi interrompido pelo alocutário, o André, com um aparte, revelador do conhecimento do contexto que iria especializar a interpretação e compreensão do que foi dito. Foi feita uma interpretação do enunciado pelo alocutário que necessitava de uma explicação rápida por parte do locutor, para que a tarefa continuasse.

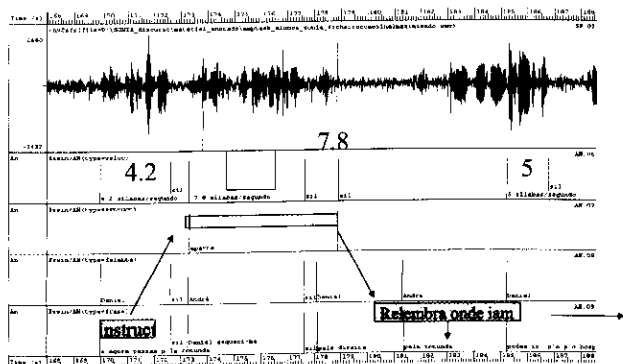


Figura 4: Exemplo de aparte

Giver: *agora passas p'la rotunda* [*Instruct*]

Follower: *Daniel eu esqueci-me de fazer uma pergunta contorna-se a rotunda pela esquerda ou pela direita* [*Query-W*] [*APARTE*]

Giver: *pela direita* [*Reply-W*]

Follower: *pela rotunda* [*Ack*]

No aparte Daniel, *esqueci-me de fazer uma pergunta contorna-se a rotunda pela esquerda ou pela direita*, verifica-se um maior número de sílabas por segundo, uma vez que a sua intenção era que o locutor respondesse também rapidamente à sua pergunta. Depois o alocutário relembra onde iam. O aparte vai, por isso, conferir ritmo ao enunciado. O aspecto prosódico do ritmo é, portanto, utilizado para distinguir o aparte do discurso em que este se insere, destacando-o prosodicamente. Uma vez que a

duração das sílabas é nitidamente menor no aparte, essa escolha evidencia o seu carácter marginal em relação ao discurso principal. Ou seja, ao falar com um débito acelerado no aparte, o falante está a dar transmitir a ideia de que está de facto a interromper a tarefa, mas que rapidamente a retomará.

6.3. Enunciados da mesma frase

O corpus permitiu, ainda, a análise da enunciação da mesma frase em pontos diversos da interação, uma vez que uma mesma tarefa poderia ser solicitada ao longo do percurso.

Exemplificando, e partindo da comparação entre os dois enunciados de uma mesma frase (figura 5), podemos verificar que, tratando-se de uma frase do tipo declarativo, ainda que sob a forma indirecta de uma ordem, o sinal é semelhante, sem grandes alterações do F0, ou seja, revelam uma curva prosódica idêntica. A existência de contexto vai determinar o objectivo da repetição do enunciado da mesma frase em alturas distintas da tarefa.

A repetição da mesma frase em momentos distintos da interação prende-se, portanto, com a prossecução da tarefa do mapa – chegar a um local.

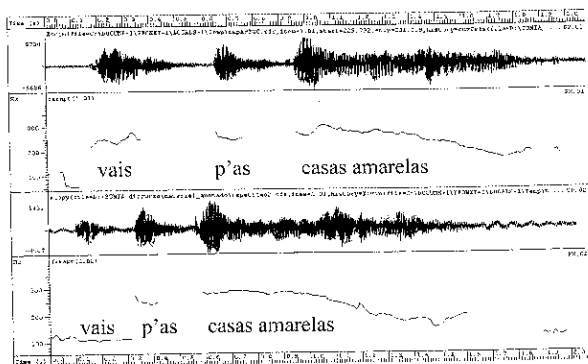


Figura 4: Dois enunciados da frase *vais p'as casas amarelas*

Outro tipo de repetição que pretendíamos estudar era a repetição imediatamente realizada após a elocução, para enfatizar, corrigir e reforçar o acto conversacional como marcador da estruturação discursiva. Pela reduzida dimensão do corpus não tivemos acesso a qualquer realização deste fenómeno.

6.4. Os enunciados sucintos (*Check*)

É na interacção dialógica que os falantes mais utilizam enunciados sucintos, de frases elípticas, já que o contexto situacional comum aos interlocutores, bem como o co-texto linguístico precedente, permitem omitir uma parte da informação frásica, limitando-se a superfície textual à apresentação da informação nova. Também surgem enunciados sucintos nas expressões fáticas, de manifestação de continuidade discursiva, para confirmar ou infirmar uma informação dada, etc.

No contexto do MapTask, os interlocutores utilizam pistas de forma a ser possível manter o envolvimento necessário e avaliar o que se pretende significar. Desta forma, a existência de contexto vem facilitar a interpretação necessária, para que se faça sentido. Tais pistas podem operar ao nível da prosódia.

O movimento *Check* pode ser considerado mais uma estratégia pragmática de controlo da situação ou ainda um mecanismo conversacional pelo qual também se atribui a palavra ao interlocutor (cf. Mateus et al., 2003, pp. 477-479 sobre a questão das interrogativas tag, cuja forma consiste na repetição do verbo da frase declarativa que a precede, servindo como pedido de informação).

Nos enunciados que se seguem, os interlocutores reconhecem os objectivos ilocutórios que levam a um determinado tipo de comportamento linguístico. A contextualização do MapTask vai permitir entrada de informação, recuperar informação anterior ou até tirar partido da informação disponibilizada. Nesta perspectiva, é a contextualização que explica que o alocutário (*follower*) possa reconhecer a intenção indirecta de um aparente pedido formulado pelo locutor (*giver*). O *follower* estrutura a informação recebida e, como forma de se certificar da acção partilhada para a contextualização, utiliza enunciados sucintos, que constituem a base suficiente para a cooperação na interacção entre os dois participantes na tarefa do MapTask. Neste caso, a interacção constitui uma acção conjunta.

onde é que eu começo Daniel	
mhm podes começar no lego	
no lego	← Check - após um Instruct
sim <pau> pas[sas] passas pela escola	
sim	
agora <pau> passas pela rotunda	
sim	
e agora passas pela ca[sa] passas por a ponte	
sim	
e vais p'a casa verde	
sim já estou lá	
<bs> agora p'a casa <pau> p'a casa branca <bs>	← Check - após um Instruct
casa branca	
e agora passas pela rotunda	
deniel eu esqueci-me de fazer uma pergunta cc br	

Figura 5 – Transcrição ortográfica (AGTK Table trans) da interacção dialógica incluindo enunciados sucintos de tipo *Check*, seguindo-se a enunciados de tipo *Instruct*

No exemplo ilustrado nas figuras 5 e 6 – podes começar no lago/ no lago – temos um *Check* seguido de um *Instruct*. Se analisarmos a curva de entoação (Fig. 6), verificamos uma configuração ascendente no *Check*. Podemos dizer que existe um reforço prosódico da focalização. O sintagma “no lago”, sendo um complemento de lugar, transmite uma informação fundamental no MapTask, devido à importância dos lugares marcados no mapa para a concretização da tarefa. Essa importância explica a utilização de um movimento ascendente de F0 associado ao *Check* por parte do follower, dando, desse modo, a entender ao giver que o lugar foi atingido e que pode prosseguir com a instrução seguinte.

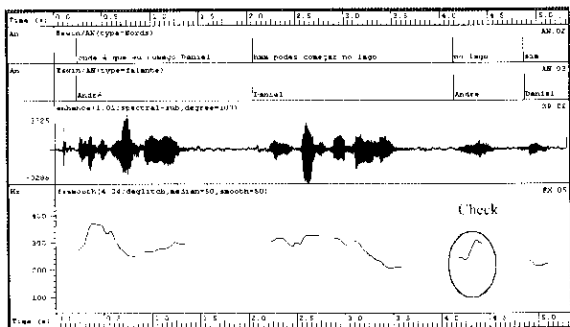


Figura 6 – contorno entoacional dos enunciados
 “onde é que eu começo Daniel / hmm podes começar no lago / no lago / sim”

Podemos dizer que os *Check* são instrumentos de coesão discursiva que asseguram a contextualização. O que se diz e a forma como algo é dito é, de algum modo, condicionado pelo que foi anteriormente dito e pela forma como foi dito. A simples observação do contexto linguístico em que os enunciados ocorrem mostra a importância do discurso que foi previamente produzido sobre os enunciados que se vêm a produzir.

Os *Check* são, pois, produções de sentido não convencionais que permanecem implícitas nos enunciados e são relevantes para a interpretação dos mesmos, sobretudo a nível prosódico.

7. Conclusão

Neste estudo, apresentámos alguns resultados decorrentes de uma pesquisa mais alargada (Amaral, 2005), para a qual foi constituído um corpus de interacções dialógicas suscitadas por MapTask. Pelas análises efectuadas, de que aqui se

apresentaram alguns exemplos, pode-se concluir pela utilidade do corpus e da anotação já efectuada, e que viabilizou as primeiras explorações.

Podemos concluir da pertinência deste tipo de pesquisa para o estudo dos seguintes fenómenos: a utilização de F0 para indicar continuação de frase, mesmo com interrupções do interlocutor; a utilização do ritmo para estruturação do discurso (ex.: aparte); a repetição de enunciados em partes distintas do diálogo (*tasks*) com marcação prosódica; a utilização de enunciados sucintos para check.

De todos os exemplos analisados, constatámos, nos resultados obtidos, a funcionalidade das estratégias interaccionais nos diferentes registos observados, a acrescentar ao papel efectivo que estas desempenham no discurso oral.

Em situação de discurso, os actos de fala são portadores de significado que resulta da utilização de mecanismos que atribuem ao enunciado um significado pragmático ou comunicativo para a situação específica de interacção, neste caso o MapTask.

Apesar da idade dos interlocutores que fazem parte do corpus analisado, através dos resultados obtidos, podemos referir que houve cooperação mínima entre os participantes, contendo os princípios básicos que regulam o processo de interacção aqui estudado. O estabelecimento de toda a informação relevante processa-se a diversos níveis: ao nível da prosódia, nomeadamente pela organização temporal da fala e pela entoação adequada à situação; ao nível sintáctico-semântico, nomeadamente através da coesão entre enunciados, da presença de conectores de coordenação (as frases complexas) ou a não utilização desses conectores; ao nível interaccional, pelos tipos de cooperação entre objectivos comunicativos que regulam o dar a palavra e o tomar a palavra, a utilização de pausas, as estratégias pragmáticas de controlo da situação; ao nível da atenção, uma vez que são crianças e pré-adolescentes.

O trabalho desenvolvido permite-nos concluir sobre a importância do estudo do discurso oral espontâneo, no sentido de determinar marcas distintivas dos registos discursivos, produzidos em situação de diálogo orientado por participantes jovens e submetidos a objectivos específicos, de forma a encontrar regularidades na diversidade aparente dos factos prosódicos, nos quais integramos todos os processos relacionados com a estrutura do discurso oral espontâneo. É de referir que o próprio objecto de estudo – a produção de um corpus desta natureza – é um dos resultados mais relevantes deste trabalho.

8. Referências bibliográficas

- AMARAL, Sónia Delfina (2005) *A Prosódia no Discurso Espontâneo*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Aveiro, no âmbito do Mestrado em Estudos Portugueses. (Entregue em Abril de 2005).
- ANDERSON, A. *et al.* (1991) The HCRC MapTask Corpus. *Language and Speech*, 34, pp. 351-366.
- AUSTIN (1986) *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press.
- CARLETTA, J. C. *et al.* (1997) The Reliability of a Dialogue Structure Coding Scheme. *Computational Linguistics*, 23(1), pp. 13-31.

- GUMPERZ, John J. (1982) *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge: University Press.
- MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª ed. Lisboa: Caminho.
- PEREIRA, Isabel *et al.* (1992) *Estudos em Prosódia*. Lisboa, Edições Colibri.
- SEARLE, John R. (1979) *Expression and Meaning – Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SEARLE, John R. (1969) *Speechs Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SINCLAIR, J. & Coulthard, M. (1975) *Towards an Analysis of Discourse*. Oxford: Oxford University Press.

Fusão de sibilantes: processo de mudança/standardização?¹

Amália Andrade e Celeste Rodrigues
Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

Introdução

Como é sabido, o estudo de mudanças em curso é uma pedra base na pesquisa da variação e mudança linguísticas.

Há razões para pensar que o fenómeno de que nos ocupamos aqui, a fusão em [ʃ] de uma fricativa final de sílaba com um /s/ inicial adjacente em fronteira de palavra (“fusão de sibilantes”)² observável no Português standard (Pe), é um caso de mudança em curso. Trata-se de um fenómeno variável pós-lexical, gradual (cf. Figura 1), que assenta em factores de natureza fonética inerentes à fala informal e rápida, e que é condicionado por factores linguísticos (Andrade, 2003a,b; Andrade e Rodrigues, 2004).

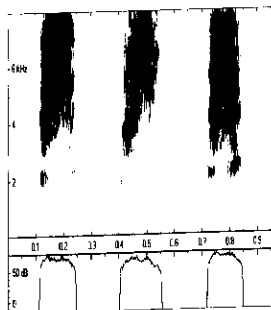


Figura 1: Espectrograma de realizações variáveis da sequência de /S/ final de sílaba e /s/ inicial no mesmo contexto linguístico. Material recolhido em laboratório (falante do sexo feminino).

¹ O presente trabalho foi financiado pela FCT através do financiamento Básico Programático atribuído ao Laboratório de Falado CLUL e do financiamento atribuído ao Projecto PhoCo/CLUL.

² A fusão de sibilantes intra-palavra, como em 'nascer' – [nɐʃsɐr] vs [nɐsɐr], não é objecto deste artigo.

³ A fricativa final de sílaba é aqui representada como /S/. Considerando-a como segmento não especificado quanto a Ponto de Articulação e Vozeamento ao nível lexical aproximamo-nos de outros autores, como por exemplo Mateus e Andrade (2002).

Nesta fase da pesquisa, a hipótese de que se está perante uma mudança em curso e não um simples fenómeno variável, estacionário ou votado ao retrocesso, é sustentada pelas considerações que se explicitam a seguir.

(a) Os dados de que dispomos actualmente relativos à progressão em tempo real e à distribuição espacial da fusão de sibilantes apontam para a hipótese de mudança em curso. Baseando-nos na autoridade reconhecida de Gonçalves Viana (1883, 1892, 1903), podemos afirmar que a fusão de sibilantes, pelo menos enquanto fenómeno audível, está ausente das produções dos falantes da norma culta lisboeta do início do século XX, sendo por isso relativamente recente. Cerca de um século mais tarde, porém, de acordo com estudos baseados em falantes de formação universitária de idades entre 26-39 anos, a fusão de sibilantes tem expressão clara.⁴ Assim, em Andrade (2003a,b), observa-se que mesmo na fala lida em laboratório é possível encontrar ocorrências de fusão. Em Andrade e Rodrigues (2004), registam-se taxas de fusão muito significativas (superiores a 70%), na fala livre produzida em entrevista, i.e. num estilo mais próximo do vernáculo, por falantes de Lisboa, mulheres e homens. Mostra-se, além disso, que a ocorrência de fusão não se restringe à variedade de Lisboa, encontrando-se também na de Braga, para mulheres e homens também (com taxas médias superiores a 59%)⁵.

(b) Não menos importante que (a) é o facto de haver condições claras para a estruturação fonológica da fusão, enquanto generalização de um fenómeno de sandhi externo existente já na fonologia do Pe, o qual envolve também a fricativa final de palavra.

O objectivo principal do presente trabalho foi pesquisar melhor a natureza da expansão da fusão de sibilantes como fenómeno de mudança em curso. Como se sabe, o factor “idade” é uma das variáveis independentes de importância na pesquisa sincrónica da mudança linguística (por ex. Labov, 1966, 2001; Trudgill, 1974; Kalle, 2003).

Partindo do constructo teórico de “tempo aparente”, alargou-se a análise realizada em Andrade e Rodrigues (2004) a falantes de grupos etários distintos de Lisboa e de Braga: um grupo mais velho do que o já estudado e um grupo de adolescentes. O grosso da análise incidiu sobre os informantes mais velhos, homens e mulheres, com grau de formação idêntico ao dos falantes previamente estudados. O objectivo era verificar se a distribuição da fusão pelos diferentes grupos etários reflectia ou não uma progressão linear, crescendo com a redução da idade. Note-se que um grande número de estudos empíricos de mudanças em curso identifica os adolescentes (e os mais jovens) como os agentes mais inovadores dessas mudanças. Por outro lado, alguns outros trabalhos não encontram o mesmo comportamento por parte dos adolescentes.⁶

⁴ Os materiais desses estudos foram gravados entre 1995-1998.

⁵ Em Braga, as taxas médias encontradas são 59% para as mulheres e 80% para os homens. Como foi apontado em Andrade e Rodrigues (2004), essa diferença pode não ser significativa, dada a pequena dimensão da amostragem de falantes.

⁶ Concorde-se com a ideia de alguns autores de que os adultos jovens ou no início da meia idade constituem os grupos etários mais relevantes para aferir a robustez e estabilidade de fenómenos de mudança em curso em geral.

Partindo-se da ideia de que o fenómeno de fusão tem origem em Lisboa ou no Centro/Sul (Andrade, 2003b), em Andrade e Rodrigues (2004) coloca-se a hipótese de a sua ocorrência (significativa) entre os falantes de Lisboa e de Braga de 26-39 anos ser um efeito de standardização. Tal interpretação apoia-se no facto de os mesmos informantes reflectirem um efeito de standardização robusto em associação com diferentes fenómenos, como por exemplo o recuo vocálico (/e/, /ɛ/ > [v]) diante de consoante palatal (Rodrigues, 2001). De acordo com Rodrigues (2001) esse grupo etário caracteriza-se por ser o que apresenta os efeitos de standardização em grau mais avançado, de entre os vários grupos que a autora examina.

Como se disse atrás, no outro extremo do espectro etário, estudou-se a fala de jovens adolescentes. Dados estudos empíricos anteriores como o de Rodrigues (2001) e, mais geralmente, o estatuto (temporário) de marginalidade relativa dos adolescentes, a hipótese de a difusão do fenómeno de fusão ser um efeito de standardização seria posta em causa se se viesse a verificar que os índices mais elevados de fusão se encontravam precisamente nesse grupo etário.

Metodologia

Este trabalho baseou-se em fala livre produzida em situação de entrevista por 26 falantes. 12 desses informantes, com idades compreendidas entre 26-39 anos, foram objecto de estudo em Andrade e Rodrigues (2004). Os materiais aqui utilizados pertencem ao corpus de fala (CPE_var) recolhido pela segunda autora de acordo com requisitos para um estudo de natureza sociolinguística (Rodrigues, 2001). Quer em termos do número de falantes, quer em termos da quantidade de fala gravada de que se dispunha, o trabalho foi condicionado pelas características do corpus.

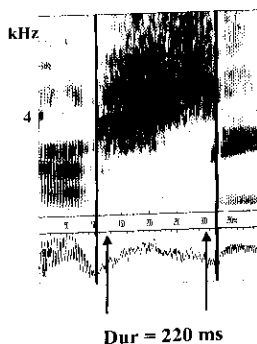


Figura 2: Espectrograma com indicação da localização (cf. setas) do centro de duas janelas de análise espectral da região fricativa correspondente a uma sequência /S#s/.

Dos 14 informantes estudados especificamente para este trabalho, 8 pertencem ao grupo etário de 55-69 anos, e 6 ao grupo etário de 13-15 anos. Este último, apenas feminino, inclui 3 adolescentes de Lisboa e 3 de Braga; por sua vez, o primeiro grupo inclui 2 mulheres e 2 homens de Lisboa⁷, e ainda 2 mulheres e 2 homens de Braga. Os falantes adultos têm todos formação universitária; as jovens adolescentes, por sua vez, têm o nível de escolarização normal para as respectivas idades.

Conforme vem descrito em Andrade e Rodrigues (2004), dos 12 falantes de 26-39 anos, 6 são de Lisboa (4 mulheres e 2 homens) e outros 6 de Braga (3 mulheres e 3 homens).

Os trechos de fala livre dos diferentes informantes têm durações da ordem dos 15-30 minutos.

As realizações da sequência /S#s/ presentes nos trechos de fala, excepto no caso de disfluência evidente, foram transcritas com base em análise combinada, auditiva e acústica, por parte de uma das autoras. No que respeita à análise acústica foi adoptada a metodologia de Andrade (2003a, b). A figura 2, acima, mostra a localização das janelas de análise aplicadas no início e no fim de uma sequência de fricativas. Os dados correspondentes a 15 minutos de fala por informante foram, em seguida, confrontados com as transcrições (revistas) realizadas independentemente pela segunda autora. Todos os casos de não convergência ou de dúvida foram reanalisados acusticamente.

3. Resultados

3.1 Distribuição etária da mudança em curso. Resultados de Lisboa.

A taxas médias de ocorrência de fusão em [ʃ] correspondentes aos falantes de Lisboa dos três grupos etários são concordantes com a expectativa de que os valores mais baixos de fusão estariam associados aos adultos mais velhos (cf. figura 3) e, assim, apoiam a ideia de que a fusão é uma *mudança em curso*.

Os resultados em causa são, ainda, indicadores de que não é no grupo das adolescentes que o fenómeno de fusão se manifesta em maior grau. O grupo etário intermédio feminino parece estar associado a um pico de ocorrência de fusão, acima da taxa de ocorrência das adolescentes. Mas a diferença entre as taxas médias associadas a esse grupo e às adolescentes não é significativa estatisticamente. É fácil verificar este facto através do simples exame dos resultados individuais incluídos na figura 4 (gráfico da esquerda). De salientar é o facto de os 100% de ocorrência poderem ser atingidos no grupo de adultas jovens.

⁷ Verificou-se que um destes homens (L52) é, na realidade, originário de Santarém, embora tivesse ido viver para Lisboa ainda adolescente.

Ocorrência de [ʃ] em Lisboa (Fem & Masc)

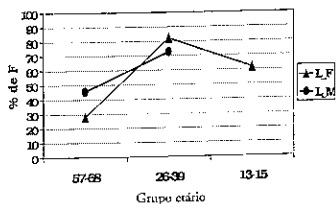


Figura 3: Médias globais das taxas de ocorrência de [ʃ] correspondentes aos falantes de Lisboa (L), dos grupos etários de 55-69 anos, 26-39 anos e 13-15 anos. Os resultados femininos (F) e masculinos (M) estão representados em separado.

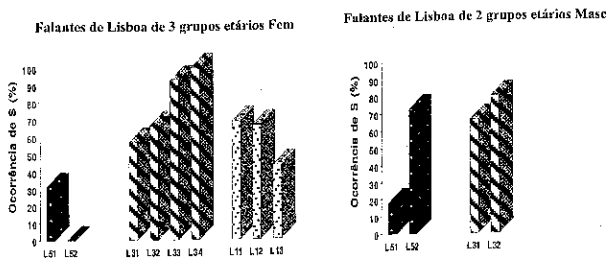


Figura 4: Taxas médias de ocorrência de [ʃ]: resultados individuais dos falantes de Lisboa; resultados femininos à esquerda e masculinos à direita. Grupos etários: L5 – 55-69 anos, L3 – 26-39 anos e L1 – 13-15 anos.

É oportuno apontar que a audição integral das entrevistas dos falantes estudados, veio mostrar que a maioria das adolescentes estão muito mais constrangidas em situação de entrevista do que os adultos. Ora, como é sabido, o grau de formalidade/informalidade do discurso é condicionante crítica de fenómenos como a fusão (e.g. Andrade, 2003a, b). Por isso, não será de descartar a possibilidade de as adolescentes lisboetas apresentarem mais fusão em condições discursivas de maior informalidade. Parece, pois, mais adequado considerar que, no que respeita a este grupo etário, a fusão se encontra não em regressão, mas em estágio estacionário. Assim sendo, e tendo em conta que é já possível encontrar 100% de ocorrências de fusão entre o grupo adulto mais jovem, o padrão da distribuição da fusão aproxima-se de um S, isto é do que parece ser a forma típica da curva de propagação temporal das mudanças linguísticas (por exemplo, Weinreich, Labov e Herzog, 1968; Bailey, C., 1973; Kroch, 1989).

A disparidade entre os resultados individuais masculinos no caso dos adultos mais velhos merece reparo. Entre as questões que levanta, destaca-se a da dimensão da variabilidade interindividual: o que é a variabilidade “normal”?⁸ A menos que seja atribuível à sua origem (cf. nota 7), o que não nos parece evidente, o comportamento deste falante levanta dificuldades à hipótese de tempo aparente, mesmo tendo em conta a natureza probabilística dos fenómenos de mudança, decorrente das suas componentes externas, sociais e outras.

3.2 Comparando Lisboa e Braga. Standardização.

Examinem-se, agora, os resultados médios globais de Braga (cf. figuras 3 e 5). Da comparação dos valores de Braga com os de Lisboa, para além das diferenças (falar-se-á delas mais adiante), ressalta a *semelhança* entre os padrões de distribuição de fusão. Essa observação mantém-se, de um modo geral, no que respeita aos resultados individuais (cf. figuras 4 e 6), não só em termos do grau de incidência do fenómeno, como em termos do número de falantes que o manifestam.

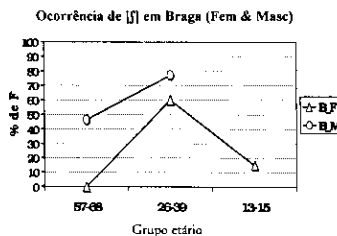


Figura 5: Médias globais das taxas de ocorrência de [ʃ] correspondentes aos falantes de Braga (B), dos grupos etários de 55-69 anos, 26-39 anos e 13-15 anos. Os resultados femininos (F) e masculinos (M) estão representados em separado.

Existem diferenças entre Lisboa e Braga que importa identificar. A mais saliente diz respeito ao factor género e reside no facto de os resultados femininos de Braga dos três grupos etários de Braga serem mais conservadores do que os dos outros grupos correspondentes (de mulheres de Lisboa e de homens de Lisboa e de Braga).

⁸ Suspeita-se de que não é a origem do falante (cf. nota 7) que se deverá atribuir o seu comportamento “extremo” relativamente à fusão, mas não se tem bases efectivas para o afirmar.

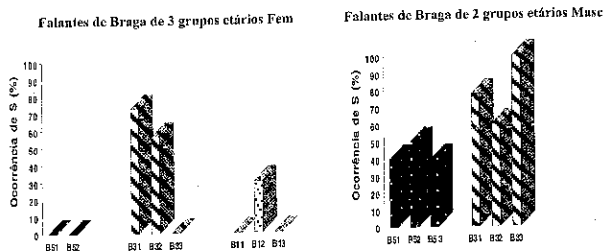


Figura 6: Taxas médias de ocorrência de [ʃ]: resultados individuais dos falantes de Braga; resultados femininos à esquerda e masculinos à direita. Grupos etários: B5 – 55-69 anos, B3 – 26-39 anos e B1 – 13-15 anos.

Uma segunda diferença, relacionada com a primeira, tem que ver com o grau de fusão das adolescentes bracarense. Estas parecem distanciar-se de forma muito significativa dos adultos mais jovens e aproximar-se das falantes adultas de mais idade. Esses resultados reforçam a observação para o caso de Lisboa (em 3.1) de que não é entre as adolescentes que se encontram os agentes mais inovadores do fenómeno em questão. Convém notar, porém, que a observação que se fez acima a propósito do grau de informalidade atingido pelas adolescentes de Lisboa se aplica aqui também.

Pelo que tem vindo a ser dito, os resultados revelam-se compatíveis com a hipótese de que a difusão da fusão de sibilantes em Lisboa e em Braga reflecte um efeito de *standardização*. Converte nesse sentido, o facto já referido de o padrão de distribuição etária do fenómeno ser idêntico àquele encontrado em Rodrigues (2001) para outros fenómenos de *standardização*. Por razões que têm que ver com características específicas da sociedade de Braga, esse efeito reflecte-se em menor grau na comunidade feminina, sendo mínimo (nulo?) entre as falantes adultas com mais de 55 anos e muito ténue entre as jovens adolescentes.

Conclusão

Pelas razões apontadas na Introdução e na secção sobre a Metodologia (1 e 2), o trabalho aqui apresentado é prospectivo, ainda. Os resultados obtidos, no entanto, permitiram-nos avançar no sentido dos objectivos definidos inicialmente.

Em primeiro lugar, confirmou-se que o fenómeno de fusão tem expressão já robusta, manifestando-se entre os falantes da norma de um largo espectro etário de Lisboa, pelo menos num registo relativamente informal. A sua distribuição etária parece aproximar-se da curva de tipo S, característica, segundo diversos autores, da propagação temporal das mudanças linguísticas. A confirmação (eventual) dessa aproximação, mediante novos dados, estará em concordância com a hipótese de tempo aparente.

A ocorrência do fenómeno (um fenómeno que não é do Norte) em Braga, a semelhança entre os padrões de distribuição etária e em função do género, associados a Lisboa e Braga, a convergência com as observações de Rodrigues (2001) para outros fenómenos de mudança sonora são indicadores claros que se está perante um efeito de standardização.

Um outro aspecto da componente social desta mudança linguística reflecte-se nos resultados. O facto de as mulheres de Braga apresentarem globalmente menores índices de fusão do que os restantes grupos, como se disse acima, decorre certamente de factores específicos dessa comunidade, que não se mantém em Lisboa. O facto de as maiores taxas de ocorrência de fusão estarem associadas ao grupo de adultos mais jovem sugere que a difusão do fenómeno se processa sobretudo através da inserção no mundo do trabalho.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, A. (2003a) "[j]-[s] accommodation in European Portuguese: an acoustic and perceptual study", *Proceedings of the 15th ICPHS, Barcelona 3-9 Agosto*, Barcelona, pp. 3045-3048.
- ANDRADE, A. (2003b) "On the final fricative in European Portuguese", apresentação oral, 9 de Outubro 2003, CLUL, Lisboa.
- ANDRADE, A. e Rodrigues, C. (2004) "Um exemplo de sandhi consonântico variável em Português: uma abordagem mista", *Actas do XIX Encontro da APL, Outubro 2003*, pp. 257-268, Lisboa: APL/Colibri.
- BAILEY, C. (1973) *Variation and Linguistic Theory*, Washington: Centre for Applied Linguistics.
- CHAMBERS, J., P. Trudgill e N. Schilling-Estes (2002) *The Handbook of Language Variation and Change*, Oxford: Blackwell Publishing.
- CINTRA, L. F. Lindley (1971) Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses, *Boletim de Filologia*, 22, pp. 81-116, 1971; reimpresso in L. Filipe Lindley Cintra, *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, pp. 117-163, Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983.
- KALLEL, A. (2003) "The age variable in the rise of periphrastic 'do' in English", *Reading Working Papers in Linguistics*, 7, pp. 25.
- KROCH, A. (1989) Function and Grammar in the History of English: Periphrastic 'do'. In R. Fasold, org., *Language Change and Variation*, Amsterdam: Benjamins.
- LABOV, W. (1966) *The Social Stratification of English in New York City*, Washington D.C.: Centre for Applied Linguistics.
- LABOV, W. (2001) *Principles of linguistic change. Social factors*, Blackwell Publishers, Oxford.
- RODRIGUES, C. (2001) *Lisboa e Braga: fonologia e variação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.
- TRUDGILL, P. (1974) *The social differentiation of English in Norwich*, Cambridge: Cambridge U. Press.

- VIANA, A. Gonçalves (1883) "Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d'après le dialecte actuel de Lisbonne", *Romania*, 12, pp.1-70; re-editado em Gonçalves Viana, 1973, pp.83-152.
- VIANA, A. Gonçalves (1892) – "Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros", *Memória destinada à X Sessão do Congresso Internacional de Orientalistas*, Lisboa: Imprensa Nacional; re-editado em A. Gonçalves Viana, 1973, pp.153-258.
- VIANA, A. Gonçalves (1903) *Portugais, phonétique et phonologie, morphologie, textes*. Lipsia, Treubner: Skizzen lebender Sprachen; re-editado em A. Gonçalves Viana, 1973.
- VIANA, A. Gonçalves (1973) *Estudos de Fonética Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.
- WEINREICH, U., W. Labov e M. Herzog (1968) Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In W. Lehmann, org., *Directions for Historical Linguistics: A Symposium*, Austin: U. of Texas Press, pp. 95-195.

Actuação linguística dos formandos, supervisão e reflexão na formação de professores

Luís Barbeiro

Escola Superior de Educação de Leiria

1. Introdução

A condição ou traço definidor “professor de Português” desdobra-se, retomando a posição de Casanave (2002:10), num conjunto de outros traços ou características definidoras, quer na perspectiva do próprio (interna), quer na perspectiva dos outros, ou seja, do que a comunidade espera do professor de Português (perspectiva externa). As duas perspectivas nem sempre são coincidentes, quanto à consciência de determinados traços ou características e quanto ao relevo que devem assumir. O processo de formação constitui também um processo de construção da identidade enquanto professor de Português, com contributos do próprio e dos outros (designadamente dos que representam a instituição formadora).

Pelo menos na perspectiva externa, entre os traços em que se desdobra ser “professor de Português”, encontram-se traços como ser “**um bom utilizador do Português padrão**, alguém que sabe falar em público, que lê fluente e competentemente, que escreve com clareza e correcção” (Duarte, 1996:83). O traço colocado em relevo por Duarte (1996) pode ser considerado condição para atingir o objectivo estabelecido pela comunidade de “possibilitar a todos o acesso ao Português padrão”, em simultâneo com a promoção do respeito pelas restantes variedades (Sim-Sim, Duarte e Ferraz, 1997:36). O desafio do acesso ao Português padrão por parte dos alunos deve ser hoje perspectivado nesta dupla vertente: por um lado, facultar o domínio desta variedade, por outro, reconhecer a diversidade linguística. O reconhecimento da diversidade linguística, numa comunidade alargada, assenta no facto de o papel da variedade erigida em padrão não radicar em propriedades intrínsecas dessa variedade, mas em razões históricas, políticas e sociais. Esse reconhecimento assenta também no facto de o próprio sujeito ser palco de *diversidade linguística*, o que pode acontecer pelo domínio de diversas línguas, de diversas variedades de uma língua, e acontece certamente pelo domínio de diversos registos. Nestes, está em causa a utilização da língua segundo especificidades que advêm de factores funcionais e situacionais, ou seja, ligados à função com que é utilizada e à situação contextual (Peres e Mória, 1995:35). A diversidade de registos constitui, assim, uma formatação da própria língua à diversidade de situações em que o sujeito participa.

Ser professor de Português implica a capacidade de gerir estrategicamente a diversidade linguística, decorrente das diferentes variedades e dos diferentes registos, com vista ao alargamento das competências dos alunos quanto à utilização da língua. Os desafios são colocados sobretudo pelo domínio do Português padrão e pela actuação linguística segundo registos de maior formalidade. O Português padrão é aqui entendido como dialecto (variedade central correspondente ao eixo Lisboa-Coimbra) e como sociolecto (variedade das camadas sociais escolarizadas dessa região) (cf. Peres e Mória, 1995; Sim-Sim, Duarte e Ferraz, 1997:36), mas também como representação construída a partir dessas variedades e do estabelecido em gramáticas normativas. Esses desafios colocam-se em relação à própria formação inicial dos futuros professores de Português, com vista a poderem desempenhar a sua função (Duarte, 1996; Rio-Torto, 2002; Davies, 2002). Testemunhos diversos e ainda frequentes convergem para um quadro “sombrio” quanto ao domínio da (variedade da) língua que era suposto os alunos apresentarem ao ingressarem no ensino superior. A caracterização apresentada por Rio-Torto (1999) chama a atenção para esse quadro:

Os problemas começam quando (...) a Universidade admite falantes do português que têm esta língua como língua materna e que revelam deficiências, por vezes avultadas, ao nível do seu conhecimento e do seu uso, ainda que a tenham estudado durante pelo menos doze anos. Ou seja, e sem subterfúgios, alunos com uma inexplicável impreparação em língua portuguesa: alunos que ainda dão erros ortográficos, alunos em cuja escrita há inadmissíveis incorrecções morfosintácticas, alunos que revelam deficiências ao nível da concordância intra- e intersintagmática alunos que revelam dificuldades na regência preposicional ou na correcta utilização dos modos verbais (...) (p. 188)

A explicitação alarga-se a outros domínios, designadamente à construção textual, e, embora a autora encontre uma melhoria nos anos mais recentes, a realidade de uma percentagem significativa dos estudantes continua a justificar “um acompanhamento consistente e eficaz dos alunos admitidos que revelem um nível de conhecimentos/de preparação insuficiente” Rio-Torto (1999:189).

No caso das instituições de formação de professores, os reflexos da sua acção tenderão a transmitir-se a outros ciclos, alimentando ou quebrando o ciclo vicioso das deficiências referidas. Um dos factores que contribuirão para a eficácia desse acompanhamento é a tomada de consciência por parte do próprio formando, não apenas do papel que a competência linguística terá para o sucesso no curso (qualquer que seja o curso), mas, de um modo especial, do papel relevante que o domínio do Português padrão terá para a sua actuação profissional, enquanto futuro professor de Português. Essa consciência poderá surgir com maior acuidade, tendo por base a actuação, própria ou de outros, já como “professor de Português”, no âmbito das Práticas Pedagógicas – actuação ainda inserida no processo de formação, mas em que o formando já é confrontado com o que a comunidade espera do professor de Português.

2. Finalidades

As instituições de formação devem dinamizar o seu próprio processo de reflexão, em relação à acção que desenvolvem. Com a finalidade de contribuir para essa reflexão, realizámos um estudo que incidiu sobre os registos efectuados pelos professores supervisores, em relação à expressão linguística dos alunos-formandos. De forma específica, os contributos do estudo poderiam advir dos objectivos seguintes: i) efectuar o levantamento de casos considerados problemáticos pelos supervisores na expressão linguística dos formandos; ii) fomentar a tomada de consciência do papel que a actuação linguística do professor, designadamente do professor de Português, detém para o desenvolvimento da competência linguística; iii) identificar componentes de formação linguística a reforçar ao longo do curso; iv) encontrar linhas orientadoras para o processo de supervisão, em relação à expressão linguística.

A tomada de consciência desta vertente de actuação linguística como umas das activadas no processo de supervisão, face ao que se espera do professor, e o conhecimento das realizações que se revelam problemáticas no próprio discurso dos formandos poderão constituir um contributo para a acção a desenvolver na formação inicial de professores. O conhecimento obtido em relação ao próprio processo de supervisão poderá, por sua vez, reverter para promover as potencialidades deste processo.

3. Constituição do *corpus*: recolha e tratamento de dados

A análise incidiu sobre os registos efectuados pelos professores supervisores da Prática Pedagógica do Português, de uma instituição de formação de professores, da zona de Leiria, ao longo da última dezena de anos, em relação ao item “Correcção, clareza e adequação da expressão linguística (oral e escrita)”. Esses registos foram inscritos numa *ficha de observação de aulas*, comum a todos os supervisores e adoptada no âmbito da Prática Pedagógica do Português. Essa ficha incluía itens relativos à planificação, à expressão e à actuação por parte do formando. No caso da expressão, a observação é dirigida para os itens “Correcção, clareza e adequação da expressão linguística (oral e escrita)” e “Formulação de questões”. Como referido, a análise incidiu sobre o primeiro destes itens. À frente de cada item, encontrava-se espaço para que o supervisor pudesse explicitar as suas observações.

A disciplina de Prática Pedagógica do Português, no âmbito da qual foram efectuados as observações, ocorre na instituição no quarto ano do curso de Professores do Ensino Básico, nas variantes de Português e Francês e de Português e Inglês. Este curso concede habilitação para leccionar a disciplina de Língua Portuguesa, no segundo ciclo. Anteriormente, para além de práticas pedagógicas de menor duração, nos anos iniciais, os alunos já haviam desenvolvido uma prática pedagógica, no terceiro ano curricular, vocacionada para a docência no primeiro ciclo. Deste modo, pode considerar-se que a situação de actuação docente em sala de aula não era absolutamente nova para os formandos.

Foram analisados registos correspondentes a nove anos lectivos (desde o ano lectivo de 1993-1994 a 2003-2004, com interregno no biénio lectivo de 1995/1997, em que o quarto ano dos cursos referidos não esteve a funcionar na instituição formadora). O número de fichas analisadas foi de 974, correspondentes a 182 alunos e a 11 supervisores.

O tratamento das fichas que foi efectuado, tendo em conta os objectivos do estudo, visou, num nível mais global, observar a ocorrência de casos relativos à expressão linguística considerados problemáticos pelos professores supervisores e, aprofundando-se a análise, determinar a natureza dos problemas surgidos. Essa determinação revelou-se possível, pois, em muitos casos, os professores supervisores explicitaram nas fichas de observação as realizações em causa. A categorização dos problemas mobilizou vectores de análise como a variedade utilizada, tendo como referência o subsistema representado pela variedade do Português padrão, o registo activado, a conformidade com o código de escrita, a clareza dos enunciados produzidos.

4. Resultados da análise

4.1. A emergência de casos problemáticos

No conjunto das 974 fichas, em relação a 574 (59%) não são registados quaisquer problemas, ou porque a avaliação é explicitamente positiva (439 casos) ou porque não emergiu a necessidade de qualquer observação (135 casos). Em relação às restantes 400 fichas (41%), encontra-se o registo de problemas quanto à expressão linguística. Esses registos correspondem a 740 ocorrências consideradas problemáticas.

Se tomarmos o conjunto dos 182 alunos, encontramos 39 (21%) relativamente aos quais não são registadas ocorrências de casos problemáticos. Os restantes apresentam um número de ocorrências bastante diversificado, conforme se verifica no quadro 1. O número máximo de ocorrências num formando é de 23.

Freq. de casos problem.	N.º de alunos	%
Ø	39	21%
1 – 3	65	36%
4 – 6	38	21%
7 – 9	20	11%
> 9 – 23	20	11%

Quadro 1 – Frequência de casos problemáticos por aluno

Os valores apresentados no quadro 1, ainda sem considerarmos a natureza dos problemas, reflectem um panorama diversificado. A par de alunos em relação aos quais os professores supervisores não apresentam registos de problemas quanto à expressão linguística, existem outros em que esses problemas ocorrem, com uma frequência mais ou menos elevada.

4.2. A variável supervisor

Antes de aprofundarmos a análise em relação à natureza dos problemas encontrados, convém ter em conta a variável *supervisor*, a qual também pode ser fonte de diversidade, por diferença nos critérios activados.

A distribuição dos alunos pelos supervisores pode considerar-se aleatória. No entanto, registam-se diferenças significativas entre estes, quanto à percentagem de fichas de observação, ou seja, de aulas observadas em que se registam ou não problemas de expressão, como se observa no quadro 2.

Superv.	N.º de f. obs.	S/ prob.	%
S 1	36	26	72%
S 2	60	31	52%
S 3	177	34	19%
S 4	153	94	61%
S 5	53	32	60%
S 6	52	38	73%
S 7	182	151	83%
S 8	61	54	89%
S 9	115	57	50%
S 10	56	40	71%
S 11	29	17	59%

Quadro 2: Distribuição das observações sem problemas pelos supervisores

Os valores encontrados oscilam entre 19% (supervisor 3) e 89% (supervisor 8), o que constitui um indicador que aponta para a existência de critérios diversificados, quanto ao que é assinalado como problema de expressão na observação das aulas. Esta divergência é comprovada pelo contacto com as próprias fichas de observação, designadamente pelo tipo de problemas registados e pela ocorrência de casos de observação do mesmo aluno ou da mesma aula, casos em que essas divergências qualitativas e quantitativas vêm ao de cima. O contributo dos vários supervisores é, por conseguinte, diverso para as realizações que são assinaladas como problemáticas.

4.3. Actuação linguística dos formandos: realizações problemáticas

A actuação linguística, a realização de actos de fala (ou de escrita), implica o acto de elocução ou de escrita, isto é, de produção material do suporte físico das unidades linguísticas. As observações dos supervisores não incidem apenas sobre os aspectos relativos ao sistema linguístico, mas também sobre a dimensão da sua realização material no acto de comunicação em causa (dimensão de elocução, na oralidade, e dimensão gráfica, na escrita). A comunicação na sala de aula é, em grande parte, realizada por meio do oral e coloca exigências específicas de utilização da voz, quando é feita do professor para o conjunto alargado dos alunos da turma. O domínio relativo à

elocução adquire algum relevo nos problemas assinalados pelos supervisores, como se pode observar no gráfico 1, embora o maior número de casos problemáticos assinalados diga respeito a problemas de natureza linguística.

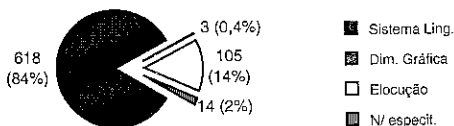


Gráfico 1: Distribuição das realizações problemáticas por domínios

Os problemas de elocução dizem respeito à projecção de voz na sala de aula, ao ritmo de fala, excessivamente rápido ou, pelo contrário, com pausas demasiado prolongadas, à clareza da dicção, ao tom monocórdico, à presença a cada passo de «a...», a preencher as pausas.

Em relação ao domínio do sistema linguístico, os problemas assinalados surgem ligados aos diversos vectores adoptados como instrumentos de análise: problemas ligados à utilização de um registo considerado inadequado; problemas que constituem irregularidades tendo como referência o subsistema representado pela variedade do Português padrão; problemas de clareza dos enunciados produzidos; problemas ligados de modo específico à escrita, designadamente os relativos à ortografia, à pontuação ou à translineação.

No gráfico 2, apresentam-se os resultados encontrados, relativamente ao domínio linguístico, na modalidade do oral (que perfazem 526 ocorrências).

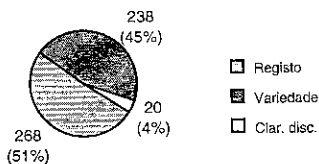


Gráfico 2: Realizações linguísticas problemáticas na modalidades oral

Apresentaremos de seguida uma síntese com os casos mais relevantes, em termos de frequência de ocorrências, para cada um dos aspectos considerados.

Registo informal – Uma parte significativa dos problemas linguísticos assinaladas são respeitantes à presença na actuação linguística dos formandos de características de um registo informal, segundo uma fala mais rápida, mais espontânea, menos cuidada. Em termos de frequência, adquirem relevo nas observações efectuadas algumas manifestações deste registo:

- a supressão dos segmentos iniciais [i] das formas do verbo *estar* que passam a ser realizadas como *'tar*, *'tá*, *'tão*, *'tavam*, etc. (78 ocorrências entre as observações);
- a realização da preposição *para* como *pa*, ou nas formas contraídas realizadas, como *pó*, *pá* (47 ocorr.);
- a supressão do segmento [i], que se torna mais saliente nas observações em monossílabos como *que* e *se* pela ligação à palavra seguinte quando esta começa por vogal (“*a carta qu’o ...*”, “*qu’ a linha*”, “*Vamos a ver su Diogo*”, etc. (16 ocorr.);
- o recurso a termos do registo familiar como *chatear*, *giro* (16 ocorr.);
- a presença no discurso de termos genéricos como *coisa*, da utilização também com significado genérico dos verbos *pôr* e *meter* (10 ocorr.).

Referimos anteriormente a necessidade de se ter em conta a variável supervisor. A presença do registo informal na actuação linguística dos formandos emerge com relevo muito diferente nas observações/registos efectuadas pelos supervisores. Assim, enquanto nas fichas de alguns supervisores ocupam um lugar substancial, nas de outros a sua presença é muito reduzida. Este facto contribui em larga medida para explicar a discrepância anteriormente encontrada, quanto à proporção de fichas de observação em que são registados problemas.

Presença de outras variedades linguísticas para além do Português padrão – O afastamento em relação ao sistema do Português padrão ocorre na actuação dos formandos. Os desvios mais frequentes, tendo em conta os registos dos supervisores, são:

- ausência de concordância (48 ocorrências, repartidas por 31 formandos); os casos mais frequentes dizem respeito à concordância entre sujeito e predicado (“*Vocês sabem que o racismo e a xenofobia existe muito.*”; “*Mas os livros é para trazer para casa*”; “*Combinem os adjectivos com os nomes que está aqui.*”; “*aqui está as respostas.*);
- 2.ª pessoa do singular do pretérito perfeito, realizada com a paragoge da fricativa [ʃ]: **dissistes*, **percebestes*, etc. (26 ocorrências, repartidas por 14 formandos);
- colocação do pronome clítico: “*Alguém lembra-se?*”, “*Como é que chama-se?*”, “*O que vou-vos dizer...*”, “*poderá-se*”, etc. (16 ocorrências, repartidas por 12 formandos);
- regência verbal (30 ocorrências, repartidas por 21 formandos); entre os verbos cujas regências não são respeitadas encontram-se: *gostar* (“*a parte que mais gostaste*”), *falar* (“*a frase que estamos a falar*”), *dever* (“*Não devias de ser tu...*”), *perguntar* (“*os alunos que eu perguntei*”), etc.;

- utilização do verbo *haver* como verbo pessoal (4 ocorrências, repartidas por 3 formandos): **“havam várias expressões”*, **“É importante que hajam feiras do livro?”*;
- presença de formas populares (36 ocorrências, repartidas por 24 formandos): *“abaixar”*, *“amostrar”*, *“númaro”* (forma que por si só apresenta 12 ocorrências, repartidas por 9 formandos); *“atão” por então*, *“nã” e “na” por não*;
- presença de variantes dialectais (10 ocorrências, repartidas por 7 formandos): realização da fricativa labiodental como [β] (4 ocorrências, por 2 formandos); realização da vogal aberta [a] em palavras como *M[a]rissa*, *m[a]iúscula*.

Outras ocorrências dizem respeito ao pronome pessoal oblíquo *lhes*, substituído por *a eles*, à escrita de *porque*/*por que*; ao plural de palavras (**tiles por tis*); à utilização do conjuntivo (**“Para que cada botão corresponde...”*); à conjugação de formas de verbos como *vir* (**vimos por viemos*, **intervimos por intervemos*), *poder* (**póssamos por possamos*), *ver* (**se verem por se virem*, **vimos por vemos*); à utilização do infinitivo pessoal em construções com o verbo modal *poder* (**para vocês poderem verem*; **poderem dizerem as respostas*); etc.

Clareza da construção discursiva – Os problemas relativos à clareza envolvem frequentemente unidades discursivas alargadas, pelo que não surgem transcritas nas fichas. De qualquer modo, a explicitação das tarefas, bem como a explicação de metalinguagem gramatical constituem situações em relação às quais se encontra a referência a problemas.

A modalidade escrita também está presente na actuação dos formandos, quer por meio dos registos no quadro, quer por meio de materiais de apoio à aprendizagem dos alunos (por exemplo, exercícios e registos para sistematização), quer por meio dos planos de aula. No gráfico 3, apresenta-se a distribuição dos problemas relativos à escrita (que na globalidade apresentam 92 ocorrências nas fichas em análise).

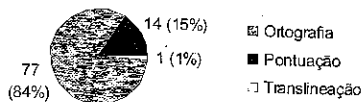


Gráfico 3: Realizações linguísticas problemáticas na modalidade escrita

Os problemas que emergem nos registos dos supervisores dizem predominantemente respeito à ortografia (77 ocorrências), sendo também assinalados problemas de pontuação (14) e de translineação (1). Não estando predominantemente em foco a

escrita compositiva (Grabe e Kaplan, 1996), não vêm à superfície problemas ligados à construção textual segundo propriedades de coesão e coerência (que, no entanto, também se encontram entre os referidos por Rio-Torto, 1998).

Nos problemas de ortografia, surgem em relevo os problemas de acentuação (32): ausências de acento gráfico (**proximo*, **constroi*, **inicio*_N, **titulo*_N, **caiam-lhe*_{p. imperf. gondola}, etc.), acentuação gráfica de derivados de *pôr* (**propôr*, **prôpor*), utilização de acento circunflexo para [ê] em palavras derivadas, relacionadas com outras que o apresentam (**excelêntissimo*), como que prevalecendo uma memória deste acento em ligação ao valor fonético da vogal; utilização de acento grave por agudo (**á* por *à*, **miséria*); acentuação gráfica indevida (**arcaica*, **raiz*, **caiu*), etc.

A incorrecção da forma ortográfica, em relação aos grafemas adoptados (27 ocorrências), mostra a permanência de problemas com a representação nomeadamente de [s], de [z], de [ʒ], de [u], segmentos fónicos que podem ser representados por diversos grafemas, sem que exista sempre uma regra contextual de correspondência fonema-grafema.

Para além do desrespeito de regras do sistema, a utilização de maiúsculas (iniciais) e a pontuação são alvo de observações quanto à sistematicidade da sua utilização em listagens ou esquemas conceptuais, quer se trate de planos de aula ou de registos no quadro.

4.4. A actuação dos formandos face às realizações dos alunos

O *corpus* até agora considerado dizia respeito a produções dos próprios formandos. Para além destas produções, uma outra vertente da actuação que se pode esperar do professor de Português emerge nas observações dos supervisores: a actuação face às realizações linguísticas dos alunos.

Esta componente é objecto quer de observações negativas (presentes em 80 fichas, com 109 registos), quer de observações positivas (42 fichas, com 49 observações). As observações de sentido negativo dizem fundamentalmente respeito ao facto de se ter deixado passar em claro, por corrigir, irregularidades nas realizações linguísticas dos alunos (107 ocorrências), sendo referenciados dois casos de correcções de algo que estava correcto no sentido incorrecto. As observações no sentido positivo assinalam precisamente o facto de o formando se ter preocupado em corrigir as realizações incorrectas ou inadequadas por parte dos alunos.

Os domínios relativos à elocução ou à materialização gráfica estão escassamente representados (4 e 1 ocorrências, respectivamente). No domínio linguístico, as observações recaem sobretudo nos aspectos ortográficos e em irregularidades tendo como referência a variedade do Português padrão. As repetições, designadamente de *depois* ou *e depois*, no reconto de histórias ou no relato de acontecimentos, são os aspectos mais salientes a merecerem reparo na construção discursiva. Os aspectos relativos ao registo de linguagem adoptado, contrariamente ao que sucedia com a actuação dos próprios formandos, não surgem tão em evidência nos registos dos supervisores, quando se considera a expressão linguística dos alunos da turma.

O foco da observação era constituído pela actuação linguística dos formandos e só por relação com esta estava em evidência a expressão linguística dos alunos da turma, o que salvaguarda as distâncias em termos de frequências globais. As ocorrências de observações, quer no sentido da omissão de correcção, quer no sentido de assinalar a pertinência dessa correcção, repartem-se por muitos dos aspectos anteriormente considerados. Problemas ortográficos e de acentuação, utilização irregular dos pronomes clíticos, ausências de concordância, irregularidades de conjugação ou de utilização do conjuntivo, aférese dos segmentos iniciais das formas do verbo *estar*, etc. são também referenciados nas observações relativas à expressão dos alunos. Daremos relevo ao facto de os termos da variedade popular, designadamente por junção de *a* protético serem mais recorrentes, e ao aparecimento da forma “*prontos*” que não foi encontrada/assinalada pelos supervisores em relação aos formandos. O lugar preponderante da escrita nestas observações está ligada à sua própria permanência e visibilidade perante todos, designadamente quando se trata de registos no quadro. Do lado da oralidade, como dissemos, surgem sobretudo em foco as irregularidades face à variedade do Português padrão, enquanto as observações relativas à presença do registo informal no discurso dos alunos da turma não é alvo de um grau tão elevado de incidência.

5. Conclusão

A análise da actuação linguística dos formandos, a partir dos registos de observação de aulas dos supervisores, revelou a presença nessa actuação de irregularidades tendo como referência o Português padrão, as quais consistem frequentemente na emergência de outras variedades, designadamente sociolectais. Colocou em foco a questão de a aula de Português dever activar realizações linguísticas segundo uma fala mais cuidada e articulada, promovendo o acesso ao registo formal. Estes dois aspectos ligam-se directamente à questão da diversidade linguística. Para além desta, tornaram-se também salientes na análise o aparecimento de deficiências em relação ao domínio da forma escrita e as exigências colocadas pela situação de aula quanto à utilização da voz. Estes aspectos constituem, por conseguinte, domínios relevantes no âmbito da formação inicial de professores.

O acompanhamento referido no início não se resume a colmatar deficiências que subsistiram para além da escolaridade anterior, mas deve ser integrado na formação em ligação à tomada de consciência da actuação linguística que se espera do professor de Português. Dissemos no início que ser professor de Português implica a capacidade de gerir a diversidade linguística. Para além do conhecimento do Português padrão, o professor de Português tem de ser um conhecedor das diferentes variedades. A diversidade, encontrámo-la nas realizações linguísticas dos alunos (encontramo-la a cada dia e cada vez mais na sala de aula) e nas realizações linguísticas dos próprios formandos. O desafio da formação não é eliminar a diversidade, mas tomar consciência dela, dos traços que caracterizam as variedades em presença, da função atribuída à variedade padrão numa comunidade alargada (que integra mais do que uma variedade),

designadamente nas relações do cidadão com o estado, na escrita, na escolarização, nas situações institucionais de comunicação (Duarte, 2000:58; Peres e Mória, 1995:36; Thomas, 1999; Davies, 2002). Também os diferentes registos constituem um desafio para a tomada de consciência, para a capacidade de descrição das características formais que apresentam e das situações contextuais a que surgem ligados.

Quer em relação às variedades da língua, quer em relação aos diferentes registos, podemos considerar que a formação visa a tomada de consciência dos contornos de cada variedade ou registo, a fim de possibilitar o reconhecimento das suas manifestações e a fim de possibilitar uma activação adequada e, em muitos casos, dotada de intencionalidade. A intencionalidade move-se com agilidade por entre a diversidade linguística, podendo activá-la nos dois sentidos: por meio da adopção da variedade ou do registo adequados a determinada situação comunicativa ou, inversamente, por meio da não observância (intencional) dessa variedade ou registo, por exemplo, para quebrar a formalidade, para servir propósitos lúdicos através da própria língua. Como se pôde observar, nos registos dos supervisores é colocado frequentemente em foco o registo adoptado pelo formando na sua actuação linguística. Este facto institui a sala de aula e o professor como meios de acesso a realizações mais cuidadas, face às que caracterizam o registo informal. Em complemento da espontaneidade do registo informal, presente em tantas situações de interacção, mesmo na aula, o trabalho desenvolvido com os alunos e a própria actuação linguística do professor podem também activar a intencionalidade da presença de outros registos, mais cuidados em relação às realizações linguísticas.

Por meio da tomada de consciência em relação à própria diversidade linguística, a formação dará passos no sentido de uma actuação ou intervenção fundamentada (Duarte, 2000), dotada de capacidade descritiva e explicativa. A existência desta capacidade, para além dos reflexos na própria expressão dos formandos, servindo o propósito de colmatar deficiências, tenderá a estender os seus efeitos também aos alunos. A consciência da diversidade linguística pode ser desenvolvida desde cedo, tendo por base as realizações dos próprios alunos e as realizações com que contactam. Nessa diversidade, ganha relevo para a escola o objectivo de alargamento da competência linguística ligada à variedade padrão ou a registos a que frequentemente não têm acesso directo e participante fora da sala de aula. A aula de Português assumir-se-á, assim, como um contexto de descoberta e de tomada de consciência da diversidade ou variação linguística, função que também lhe deverá caber (Castro, 1994), em ligação com os objectivos de desenvolvimento da competência linguística e de conhecimento da própria língua.

No âmbito da supervisão, as observações efectuadas pelo supervisor desencadeiam a tomada de consciência. No entanto, esse facto poderá surgir demasiado tarde no processo de formação, não dando oportunidade para aprofundar a reflexão, para procurar informação em relação ao problema linguístico em causa. Por conseguinte, a instituição formadora deverá antecipar a formação em relação à tomada de consciência da actuação que se espera do formando. O levantamento das questões/problemas linguísticos surgidos no âmbito das Práticas Pedagógicas constitui um instrumento privilegiado de tomada de consciência e de reflexão em relação à actuação linguística.

Da análise realizada, a questão da variação ou diversidade linguística surge como uma das áreas cujo tratamento deve ser integrado nas disciplinas de formação linguística. A capacidade de reconhecimento dessa variação e a capacidade de descrição podem ser desenvolvidas, a partir do tratamento dos *corpora* encontrados e a partir de *corpora* constituídos pelos alunos-formandos, com base na sua própria observação e registo.

Em relação ao domínio do código escrito, designadamente à forma ortográfica, é tomado como particularmente grave, no âmbito da actuação do professor e ainda mais do professor de Português, apresentar incorrecções perante os alunos. Tenha-se em conta que, em muitos desses casos, a aprendizagem ortográfica deverá ser feita por via lexical, pois a ortografia da palavra não decorre da aplicação directa de regras de correspondência entre fonemas e grafemas. Deste modo, a apresentação de incorrecções por parte do professor contraria a aprendizagem lexical a realizar pelos próprios alunos. No caso dos formandos em que o percurso de escolaridade não resolveu inteiramente o problema ortográfico, a formação inicial deverá mobilizar igualmente a tomada de consciência: em primeiro lugar da sua existência, por relação com a competência ortográfica que se espera do professor de Português, e, em segundo lugar, do que está implicado e das vias que poderão ser seguidas para a aprendizagem da ortografia. Mais uma vez, a análise das incorrecções que emergem de diversos *corpora* (incluindo dos próprios), bem como a concepção e construção de instrumentos de avaliação, de materiais e estratégias pedagógicas poderão servir a tomada de consciência, já a partir da condição de (futuro) professor, e a melhoria de desempenho neste domínio.

Embora a análise tenha incidido sobretudo sobre o domínio linguístico, os resultados mostraram que o domínio da elocução, da utilização da voz, surge como um dos que também necessitam de ser considerados no âmbito da formação, pelas exigências que a comunicação na sala de aula coloca ao professor.

A consciencialização de características definidoras e o confronto com essas características não dizem respeito apenas aos formandos, mas devem ser activados pela própria instituição. A análise de manifestações integradas no processo formativo, tal como aqui se procurou, constitui um instrumento de reflexão, quer sobre o que se espera dos futuros professores de Português, quer sobre a própria supervisão.

Referências Bibliográficas

- CASANAVE, Christine Pearson (2002) *Writing games*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- CASTRO, Rui Vieira de (1994) Variações escolares sobre a variação linguística. In Associação Portuguesa de Linguística. *Variação linguística no espaço, no tempo e na sociedade*. Lisboa: APL / Edições Colibri, pp. 3-12.
- DAVIES, Alan (2002) The social component of language teacher education. In H. Trappes-Lomax & G. Ferguson (eds.) *Language in Language Teacher Education*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co., pp. 49-65.

- DUARTE, Inês (1996) Se a língua materna se tem de ensinar, que professores temos de formar? In M.^a R. Delgado-Martins; I. Rocheta & D. R. Pereira (orgs.) *Formar professores de Português, hoje*. Lisboa: Colibri, pp. 75-84.
- DUARTE, Inês (2000) Ensino da língua materna: da repetição de modelos à intervenção educativa cientificamente fundamentada. *Actas do V Congresso Internacional de Didáctica da Língua e da Literatura*. Coimbra: Almedina/ILLP, pp. 49-65.
- GRABE, W. & Kaplan, R (1996) *Theory and practice of writing*. London: Longman.
- PERES, João Andrade & Mória, Telmo (1995) *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- RIO-TORTO, Graça Maria (1999) As Faculdades de Letras e o Ensino da Gramática. In Jorge Morais Barbosa [et al.] (Org.) *Gramática e Ensino das Línguas*. Coimbra: Almedina, pp. 187-190.
- SIM-Sim, I.; Duarte, I. & Ferraz, M. J. (1997) *A Língua Materna na educação básica: Competências nucleares e níveis de desempenho*. Lisboa: Departamento de Educação Básica.
- THOMAS, Linda (1999) The standard English debate. In L. Thomas [et al.]. *Language, society and power*. London: Routledge, pp. 151-171.

O infinitivo preposicionado em PE

Pilar P. Barbosa e Fátima Cochofel
Universidade do Minho

1. Introdução

Nesta comunicação, será abordada a Construção de Infinitivo Preposicionado (CIP), também denominada *Infinitivo Gerundivo* (Duarte (1992)), ilustrada em (1):

(1) Eu vi *os meninos a devorarem o gelado*.

Como já foi demonstrado por Raposo (1989), Duarte (1992) e Duarte e Gonçalves (2001), os testes de constituição revelam que a sequência SN Vinf forma um constituinte frásico:

(2) O que ele viu foi [*os meninos a sair(em) de casa*]. [Raposo 1989:280]

(3) [*Os meus alunos a copiarem no exame*], eu não vi *v_i*. [*Ibidem*]

(4) Sabes o que eu vi?

Os meninos a comprar(em) borrachas. [Duarte 1992: 147]

Como é sabido, o argumento externo do verbo encaixado recebe Caso acusativo do verbo matriz:

(5) Eu vi-*os* a devorar um gelado.

No quadro da teoria dos Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981, 1995) (5) constitui um caso típico de Atribuição Excepcional de Caso: na ausência de traços de concordância verbal, o sujeito da oração encaixada não recebe Caso nominativo, e é o verbo superior que lhe atribui Caso acusativo. Não obstante isto, a par de (5), também ocorrem exemplos como o que é apresentado em (6):

(6) Eu vi-*os* a comerem um gelado.

No exemplo (6), não se compreende como é que, na presença da concordância na flexão, o Caso manifestado pelo SN não é o nominativo, mas sim o acusativo. A oração infinitiva reúne condições para atribuir Caso; no entanto, ele é atribuído por um elemento que se encontra fora da oração, ou seja, pelo verbo matriz. Esta situação representa um problema para a teoria. Por outras palavras, a presença da concordância

verbal na oração encaixada deveria bastar para que o Caso nominativo estivesse disponível para o argumento externo impedindo assim o recurso à Atribuição Excepcional de Caso. Deste modo, o que se esperaria seria (7) e não (6):

(7) */? Eu vi *elas* a comerem um gelado.

(7) obedece aos princípios da teoria; no entanto, não é bem formada, ou é, pelo menos, degradada. Pelo contrário, a frase (6) é problemática e, contudo, é admitida pelos falantes. Note-se que, quando o complemento do verbo perceptivo não é preposicionado, o padrão observado é o predito pela teoria:

(8) Eu ouvi as crianças dizerem isso ao Pedro.

(9) Eu ouvi *elas* dizerem isso ao Pedro.

O contraste entre (9) e (7) carece de explicação e é esse o objecto de estudo deste trabalho.

2. Análises existentes na literatura

Existem na literatura dois tipos de análise desta construção. Raposo (1989) sugere que a CIP é uma oração pequena projectada pela preposição, que por sua vez selecciona uma oração cujo sujeito é uma *categoria vazia* controlada pelo sujeito da oração pequena:

(10) Vi as crianças a trabalharem.

(11) Vi [_{SP} as crianças [_P {_{PA}} [_{SFlex} *pro*, trabalharem]]]

Por outro lado, Duarte (1992) e Duarte e Gonçalves (2001) propõem que a CIP não é de natureza preposicional, não é uma construção de controlo, nem contém um domínio TP. Deste modo, as autoras sugerem para a construção infinitiva gerundiva dependente de verbos perceptivos a seguinte estrutura:

(12) V perceptivo [_{SAsp} SN [_{ASp} {_{ASp} *a-r*}] [_{SConc} [_{Conc} [_{Conc}] SV]]]]
[Duarte 1992:152]

Em (12), o complemento infinitivo é uma projecção de um núcleo aspectual, que constitui um morfema descontinuo formado pela preposição *a* e o morfema de infinitivo *-r*. Esse morfema descontinuo [*a-r*] exprime um valor aspectual [+durativo]. A análise de Duarte tem a vantagem de associar o morfema *a* ao valor aspectual progressivo da construção. No entanto, faz predições que os dados empíricos não confirmam. A primeira predição diz respeito à ideia do morfema descontinuo. Se o morfema *a* é um morfema preso, não é predito que qualquer material lexical possa ocorrer entre ele e o verbo. No entanto, há ocorrências, em fala natural, deste tipo de intervenção, como se pode verificar através dos seguintes exemplos:

- (13) Eu não estou a ver o Primeiro Ministro a, *de repente*, ceder poderes ao Presidente da República.
[Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, Jornal da Noite da TVI, de 26 de Janeiro de 2003]
- (14) Todos nós vimos Deco a *não* meter um golo. [Comentador desportivo da SIC]

O segundo problema da análise em (12) reside no facto de predizer que, quando o infinitivo é flexionado, o Caso nominativo esteja disponível, contrariamente ao que efectivamente acontece (cfr.7). Com efeito, a estrutura que a proposta em (12) representa é semelhante à estrutura de uma oração canónica, na medida em que o argumento externo ocupa a posição de especificador de uma projecção funcional. Observemos os exemplos que se seguem e a respectiva estrutura de acordo com a análise (12):

- (15) a. Eu vi os meninos a devorarem o gelado. [Mateus et alii 2003:643]
b. Eu vi [_{S_{Asp}} os meninos [_{A_{sp}} a devorarem o gelado]]
- (16) a. A testemunha viu os ladrões tirarem as máscaras na rua. [*Ibidem*: 641]
b. A testemunha viu [_{S_T} os ladrões [_T tirarem as máscaras na rua]]

De acordo com a análise em (12), as orações de infinitivo não preposicionado e as de infinitivo preposicionado são estruturalmente idênticas, diferenciando-se somente ao nível do núcleo, num caso temos um núcleo aspectual e no outro um núcleo de Tempo. Dado que ambas as sequências contêm traços de Concordância e esta atribui Caso nominativo, prevê-se que este caso esteja disponível em ambas as situações. No entanto, se procedermos à pronominalização dos respectivos SNs verificamos que tal não acontece.

- (17) *Eu vi *eles* a devorarem o gelado.
(18) A testemunha viu *eles* tirarem-nas na rua. [Mateus et al. 2003: 641]

Na medida em que não distingue as orações com Infinitivo Preposicionado das orações com infinitivo não preposicionado, a proposta apresentada em (12) permite a ocorrência de exemplos como (17), o que é falseado pelos dados empíricos.

A proposta de Raposo, segundo a qual a CIP é uma estrutura de controlo, tem a vantagem de explicar o aparente paradoxo da atribuição casual. Com esta estrutura, o Caso nominativo é atribuído pela Concordância à categoria vazia *pro* e, por essa razão, o sujeito da oração infinitiva tem de receber Caso de outra forma, mais precisamente do verbo da oração superior. A categoria vazia, ou seja, o *pro*, está associada e é controlada pelo SN que a antecede:

- (19) *Estrutura de controlo:*
 Acus. Nom.
 Eu vi [[os meninos]_i] [a *pro*_i correrem]]

Por outras palavras, o Caso nominativo não pode ser atribuído ao SN *os meninos* uma vez que já é atribuído ao *pro*. Por seu turno, o SN *os meninos* recebe Caso do verbo da oração superior.

Em síntese, o facto de o SN não receber Caso nominativo é captado facilmente pela análise proposta em (11), mas não encontra explicação imediata na análise indicada em (12).

3. A CIP com os verbos perceptivos: argumentos em favor de uma estrutura de controlo

Vimos na secção anterior que a hipótese de que a CIP é uma estrutura de controlo permite explicar a agramaticalidade da frase (7) por oposição a (9). Nesta secção, apresentaremos argumentos em favor da análise da CIP como uma estrutura de controlo. As duas análises em causa estão esquematizadas em (20) e (21):

- (20) *A CIP não é uma estrutura de controlo (Duarte 1992):*
 V perceptivo [_{S_{asp}} SN [_{A_{asp}} [A_{asp} a-r]] [_{S_{conc}} [_{C_{conc}} [Conc]SV]]]]]]
 (21) *A CIP é uma estrutura de controlo (Raposo 1989)*
 V perceptivo [_{SP} SN_i [_P [_P a] [_{S_{flex}} *pro*_i /PRO V ...]]]

3. 1. Expletivos

A CIP distingue-se dos complementos infinitivos não preposicionados pelo facto de ser incompatível com verbos meteorológicos, como se exemplifica a seguir:

- (22) a. *Eu vi a chover.
 b. Eu vi chover.

Vejamos, então, a que se deve esta impossibilidade. Começemos por analisar a frase (22b). À primeira vista, poder-se-á pensar que o sujeito desta frase é um PRO. Contudo, é sabido que PRO não pode ser um expletivo (Jaeggli e Safir 1989). Assim, em línguas que não dispõem do infinitivo flexionado, os verbos meteorológicos não podem ocorrer no infinitivo. Os seguintes exemplos do francês são ilustrativos do que acabamos de dizer:

- (23) *Il est impossible de pleuvoir demain.
 (24) Il est impossible qu'il pleuve demain.

Em português, o exemplo correspondente a (23) é gramatical:

(25) É impossível chover amanhã.

O contraste de gramaticalidade entre (23) e (25) mostra que a categoria vazia presente em contexto de verbos meteorológicos, no caso do português, é um *pro* identificado pela concordância de terceira pessoa do singular:

(26) É impossível [_{ST} *pro* chover amanhã]

Regressando aos exemplos com verbos perceptivos, a análise de (22b) é a indicada em (27b):

- (27) a. Eu vi chover.
b. Eu vi [*pro* chover].

A questão que agora se coloca é por que razão (22a) é agramatical. De acordo com a análise em (20) teríamos a representação em (28); a estrutura em (29) será a que decorre da análise em (21):

- (28) *Análise em (20)*:
Vi [_{S_{ASP}} *pro* [_{A_{SP}} a chover]]
(29) *Análise em (21)*:
* Vi [[_{SN?}] [_{S_{ASP}} a [_{A_{SP}} *pro* chover]]]

Das duas análises em causa, apenas a apresentada em (29) é anómala. Em (29) falta o SN que serve de controlador para *pro*. Desta forma, esta estrutura é incompatível com verbos que não seleccionam sujeitos explícitos, como os verbos meteorológicos. Sendo assim, (21) prediz a agramaticalidade de (22a) por oposição a (22b). Em contrapartida, a análise em (28) é estruturalmente semelhante a (27b), com o infinitivo não preposicionado, não predizendo, portanto, os contrastes de gramaticalidade entre (22a) e (22b).

3.2 Sujeitos pós-verbais

Contrariamente ao infinitivo flexionado sem preposição (cf. (30)), o infinitivo preposicionado não permite um sujeito pós-verbal lexical (cf. 31):

- (30) a. Eu vi entrarem *três raparigas* na sala.
b. Eu vi *três raparigas* entrarem na sala.
(31) a. *Eu vi a entrarem *três raparigas* na sala.
b. Eu vi *três raparigas* a entrarem na sala.

O exemplo (30b) é analisado como se segue (assumimos aqui que os sujeitos pós-verbais estão em Spec-SV):

(32) Eu vi [_{ST} entrarem [_{SV} três raparigas na sala]]

De acordo com a análise em (20), a representação do exemplo (31a) seria a seguinte:

(33) *Análise (20):*

Eu vi [_{Sasp} [_{Asp} a entrarem [_{SV} três raparigas]] na sala.

(33) e (32) são estruturalmente semelhantes, diferindo apenas na natureza do núcleo da projecção frásica: ST em (32) e SAsp em (33). Contudo, se o que distingue o infinitivo preposicionado do infinitivo não preposicionado é apenas uma questão de alteração do valor aspectual, como pressupõe a estrutura proposta em (33), não se compreende por que razão, com o infinitivo preposicionado, não é permitido um sujeito pós-verbal, contrariamente ao que acontece com o infinitivo não preposicionado.

A proposta em (21) atribui às frases (31a,b) as representações que se seguem:

(34) *Análise (21):*

a. Eu vi [[três raparigas][a *pro* entrarem]] na sala.

b. *Eu vi [_{CV}]; a entrarem [três raparigas]; na sala.

(34a) e (34b) têm a mesma estrutura, mas só (34a) é uma estrutura de controlo. (34b) viola a condição C da teoria da ligação, uma vez que a expressão-R está ligada a uma categoria vazia (a qual corresponde ao elemento que controla o *pro* em (34a)). Desta forma, a estrutura de controlo prediz correctamente que a frase (31a) seja agramatical.

Note-se que, se de facto estas construções são estruturas de controlo, prediz-se que um sujeito pós-verbal pronominal seja possível desde que controlado por um antecedente apropriado, isto é, por uma expressão referencial. Com efeito, esta predição é confirmada pelos seguintes exemplos:

(35) a. Vimos os meninos a fazerem *eles* o jantar.

b. Vimos os meninos a fazerem *todos* o jantar.

Nos exemplos (35a,b) a expressão *os meninos* controla a categoria pronominal em posição pós-verbal, o que reforça a explicação proposta, segundo a qual o que impede a ocorrência de (34b) é a ausência de um elemento controlador apropriado. Note-se que estamos a assumir aqui que os pronomes em (35a,b) são sujeitos pós-verbais, em Spec-SV¹. Um argumento em favor desta ideia é a impossibilidade de ocorrência destes pronomes com o infinitivo não flexionado:

¹ A ideia de que os pronomes anafóricos do tipo exemplificado em (35a,b) são sujeitos pós-verbais é defendida em Barbosa (1995).

- (36) a. *Vimos os meninos a fazer *eles* o jantar.
 b. *Vimos os meninos a fazer *todos* o jantar.

Os exemplos transcritos revelam que o pronome ou o quantificador flutuante exigem a presença da concordância, facto que só pode ser explicado se se estas expressões forem sujeitos.

Apesar de a estrutura em (21) prever adequadamente a agramaticalidade de (31a) por oposição a (30a), faz uma predição que os dados não confirmam. De acordo com essa análise, nada impede *pro* de ser substituído por um pronome ou quantificador anafóricos, como ilustrado em (37a,b):

- (37) a. Eu vi [[os meninos][a *eles* entrarem]] na sala.
 b. Eu vi [[os meninos][a *todos* entrarem]] na sala.

Contudo, estes exemplos não são gramaticais:

- (38) a. *Vimos os meninos a eles fazerem o jantar.
 b. *Vimos os meninos a todos fazerem o jantar.

Esta questão é abordada na próxima secção.

3.3. Paralelismo com estruturas de controlo na distribuição de pronomes e quantificadores anafóricos

Na secção anterior, vimos que a ideia de que a CIP é uma estrutura de controlo explica a distribuição e propriedades dos sujeitos pós-verbais nesta construção: um sujeito pós-verbal pode ocorrer apenas se puder ser controlado pelo SN que recebe Caso acusativo do verbo perceptivo. Terminámos a secção com a observação de que um sujeito pré-verbal não pode aparecer neste tipo de construção, mesmo que controlado (cf. (37a,b)).

Apesar de (21) gerar inadequadamente os exemplos (37a,b), estes mesmos exemplos constituem mais um argumento em favor da ideia de que as estruturas em apreço são estruturas de controlo. Com efeito, as estruturas de controlo por parte do objecto são, de uma forma geral, incompatíveis com a presença de um pronome ou quantificador anafóricos em posição pré-verbal. Os exemplos que se seguem, com os verbos *obrigar* e *convencer*, ilustram isto mesmo:

- (39) a. Obrigámos/convencemos os meninos a fazerem *todos* o jantar.
 b. *Obrigámos/convencemos os meninos a *todos* fazerem o jantar.
 (40) a. Obrigámos/convencemos os meninos a fazerem *eles* o jantar.
 b. *Obrigámos/convencemos os meninos a *eles* fazerem o jantar.
 (41) a. Vimos os meninos a fazerem *todos* o jantar.
 b. *Vimos os meninos a *todos* fazerem o jantar.

- (42) a. Vimos os meninos a fazerem *eles* o jantar.
 b. *Vimos os meninos a *eles* fazerem o jantar

Os paradigmas apresentados revelam que a distribuição do pronome ou quantificador anafórico com verbos de controlo por parte do objecto é exactamente a mesma que se verifica com a CIP com verbos perceptivos. Este paralelismo reforça a ideia de que a CIP é uma estrutura de controlo ao mesmo tempo que revela que a impossibilidade de colocação do pronome anafórico em posição pré-verbal é uma restrição mais geral, que se aplica também a qualquer tipo de estrutura de controlo.

Esta restrição na distribuição dos sujeitos pré-verbais anafóricos decorre naturalmente da ideia defendida em Barbosa 1995 de que os sujeitos pré-verbais em PE e em línguas de Sujeito Nulo são tópicos em Deslocação à Esquerda Clítica (DEC) (ou, se pertencem a um conjunto restrito de expressões não referenciais quantificadas, são extraídos por movimento A-barra). Assumindo que, nestes casos com o infinitivo flexionado, não são admitidos nem a DEC nem o movimento A-barra, esta restrição é imediatamente explicada².

3. 4. As pseudo-relativas nas restantes línguas românicas

Um último argumento em favor da hipótese de que a CIP é uma estrutura de controlo é de ordem comparativa. Nas línguas românicas que não têm o infinitivo flexionado, as pseudo-relativas são frequentemente usadas nos mesmos contextos em que ocorre a CIP. Os exemplos (43b), (44b) e (45b) ilustram o emprego de pseudo-relativas com verbos perceptivos:

- (43) *Espanhol*:
 a. Oigo las campanas sonar. (Hernanz 1999:2238)
 b. Oigo las campanas que suenan. [*ibidem*]
- (44) *Italiano*
 a. Ho visto Giovanni parlare con Maria. (Burzio 1986:300)
 b. Ho visto Giovanni che parlava con Maria. [*ibidem*]
- (45) *Francês*
 a. J'ai vu Marie pleurer.
 b. J'ai vu Marie pleurant.
 c. J'ai vu Marie qui pleurait. (Radford 1975:35)

Em português, os verbos perceptivos também se podem combinar com pseudo-relativas (Brito 1995):

- (46) Vi o teu filho que está a chorar.

² Barbosa 2000 defende que a verdadeira posição A dos sujeitos em PE é à direita do verbo em T, no interior do SV, portanto *pro* ocupa a posição pós-verbal. Uma vez que este assunto não é central neste artigo, mantemos a posição pré-verbal sempre que referirmos a estrutura de Raposo (1989).

Contudo, a pseudo-relativa em português tem propriedades diferentes das suas equivalentes nas restantes línguas românicas. Nestas línguas, é possível o “antecedente” da relativa passar a sujeito ou assumir a forma clítica:

(47) *Passiva:*

- a. Marie a été vue [] qui embrassait Jean.
 b. Giovanni fu visto [] che parlava com Maria. (Burzio 1986:300)

(48) *Cliticização:*

- a. Je les vois [] qui arrivent.
 b. Li vedo [] che arrivano. (Burzio 1986:300)

Em português, contudo, estas operações não são admitidas com a pseudo-relativa embora sejam compatíveis com a CIP:

- (49) a. *O teu filho foi visto que está a chorar. (Brito 1995:47)
 b. *Vi-o que estava a chorar. (Brito 1995:47)
 (50) a. O teu filho foi visto a chorar.
 b. Vi-o a chorar.

Estes dados revelam que as pseudo-relativas nas restantes línguas românicas têm mais afinidades com a CIP do que com a pseudo-relativa do português. Visto que as pseudo-relativas são, sem qualquer sombra de dúvida, estruturas de controlo, torna-se ainda mais plausível analisar a CIP como uma estrutura de controlo.

3.5. Conclusões

Em síntese, vimos nesta secção que a CIP é incompatível com verbos meteorológicos e com sujeitos pós-verbais não anafóricos, no que se distingue dos complementos infinitivos não preposicionados. Observámos que estas restrições não encontram explicação na proposta de análise apresentada em (20) embora decorram naturalmente da proposta em (21), segundo a qual a CIP é uma estrutura de controlo. Notámos ainda que existe um exacto paralelismo entre a CIP e os complementos de verbos de controlo por parte do objecto no que se refere à distribuição dos pronomes e quantificadores anafóricos, o que reforça a ideia de que a CIP é uma estrutura de controlo. Finalmente, observámos que a CIP tem propriedades sintácticas semelhantes às das pseudo-relativas nas restantes línguas românicas. Este paralelismo encontra uma natural explicação se a CIP for, como aquelas, uma estrutura de controlo. Sendo assim, concluímos que há fortes argumentos para a ideia de que a CIP é uma estrutura de controlo.

4. O constituinte [SN_i [a pro/PRO_i Infinitivo]] é uma oração pequena

Recorde-se que, para Raposo (1989), a sequência [SN_i [a pro/PRO_i Infinitivo]] é uma oração pequena. O paralelismo distribucional entre esta sequência e as orações pequenas é o principal argumento apresentado pelo autor em favor desta hipótese. Com efeito, a distribuição da CIP é exactamente a mesma das orações pequenas, como se ilustra a seguir:

- (51) a. Eu vi *as crianças felizes*.
 b. Eu vi *as crianças com fome*.
 c. Eu vi *as crianças a brincar*.
 (52) a. *Ele um imbecil?* Não acho! [Raposo 1989:290]
 b. *Eles a fumarem marijuana?* Que horror!
 (53) a. *Eles com febre* é um espectáculo triste.
 b. *Eles a fumarem marijuana* é uma visão horrível.
 (54) a. O que eu vi foi [*as crianças com febre*].
 b. O que eu vi foi [*as crianças a fumarem marijuana*].

Ao argumento de ordem distribucional podemos acrescentar um outro, nomeadamente a coordenação. A CIP pode ser coordenada com orações pequenas de natureza preposicional ou adjectival:

- (55) *Os meninos doentes e ela na rua*. Que inconsciência!
 (56) *A mãe doente e ela a ouvir música nas alturas*!
 (57) Cheguei a casa, vi *a Maria na cama e o António a ver televisão*.

Em face destes argumentos, concluímos que a estrutura de controlo configurada pela CIP é adequadamente analisada como uma oração pequena. Reconsideremos de novo a estrutura proposta por Raposo (1989):

- (58) *Estrutura de Raposo (1989)*:
 [SP SN_i [SP [P a] [SFLex pro/PRO_i Infinitivo]]

Para o autor, a oração pequena projectada pela CIP é de natureza preposicional. Por outro lado, Duarte 1992 defende que a CIP é uma projecção de um núcleo aspectual. Portanto, a questão que agora se coloca é a de saber qual a relação existente entre a categoria preposição e o aspecto. Este ponto é abordado na próxima secção.

5. A preposição enquanto núcleo aspectual

Como é sabido, o Infinitivo Preposicionado pode comutar com o gerúndio. Por outro lado, esta comutabilidade não é possível quando o infinitivo não é preposi-

cionado. A diferença aspectual entre o infinitivo preposicionado e o infinitivo não preposicionado é claramente evidenciada nos exemplos que se seguem:

- (59) a. #Vi o pássaro morrer, mas consegui salvá-lo.
 b. Vi o pássaro a morrer, mas consegui salvá-lo.
 [Exemplos adaptados de Tunstall 1993]

A frase (59a) é anómala por causa do valor aspectual do predicado *morrer*, que designa um evento télico, mais precisamente uma culminação (Oliveira 2003). Com o infinitivo não preposicionado, não é alterada a informação aspectual do predicado, pressupondo-se assim que o evento foi visto na totalidade: por consequência, se o pássaro morreu não pode ter sido salvo. Em (59b) a informação aspectual do predicado é alterada e o aspecto é o progressivo, pelo que não há a implicação de que o evento culminou. Estes contrastes são reveladores do contributo aspectual da preposição *a*. No seguimento destas observações, adoptaremos aqui a proposta de Demirdache e Ettxebarria (1997) que desenvolvem um estudo em que demonstram de forma exemplar a relação existente entre preposição e aspecto.

As autoras estabelecem um paralelismo sintáctico e semântico entre Tempo e Aspecto. Começam por adoptar a proposta de Klein (1995), segundo a qual ambos ordenam dois tempos: a categoria Aspecto relaciona o Tempo do Evento expresso pelo VP com o Tempo da Asserção, isto é, o tempo acerca do qual se faz uma asserção; a categoria Tempo relaciona o Tempo da Asserção com o Tempo da Enunciação. Ao nível sintáctico, a uniformização prende-se com o facto de ambos projectarem categorias sintagmáticas (ST e SAsp) e ordenarem dois argumentos indicadores de tempo (do Evento, da Asserção e da Enunciação). Neste quadro, o papel do Aspecto é focalizar um intervalo de tempo no contorno do evento descrito pela oração. Apenas este intervalo de tempo focalizado, isto é, o Tempo de Asserção, está disponível para a interpretação semântica. Baseando-se na ideia de que tanto o Tempo como Aspecto são categorias relacionais, as autoras sugerem que as relações temporais e aspectuais poderão ser reduzidas a um único esquema: um núcleo de tipo preposicional que estabeleça uma relação espaço-temporal entre dois argumentos.

Hale (1985) define as relações espaço-temporais em termos de uma oposição semântica básica: coincidência central e coincidência não central. Estas relações são entendidas em termos do posicionamento de uma figura (*figure*) relativamente a um lugar de fundo (*ground*) e são expressas através de preposições. Quando o posicionamento da figura e do lugar de fundo coincidem, estamos perante coincidência central. Esta relação, em inglês, é expressa pelas preposições *in* e *at*, entre outras. A coincidência não central indica que o posicionamento da figura ou começa ou acaba no lugar de fundo. Preposições como *from* ou *out of* especificam que o início da trajectória da figura coincide com o lugar de fundo, enquanto preposições como *to*, *up to* ou *into* especificam que o fim da trajectória da figura coincide com o lugar de fundo.

As autoras adoptam a proposta de Hale e aplicam-na à análise do tempo e do aspecto. Deste modo, o contorno temporal do Evento descrito pelo VP é definido como

o lugar de fundo, o intervalo focalizado pelo Aspecto como a figura e a ordenação das relações é baseada em termos de coincidência central ou não central. Segundo esta abordagem, o aspecto progressivo é um predicado espaço-temporal que expressa uma coincidência central entre o Tempo da Asserção e o contorno temporal do evento descrito pelo verbo ou Tempo do Evento. Pelo contrário, o aspecto perfectivo e o aspecto prospectivo expressam uma coincidência não central entre o tempo da Asserção e o Tempo do Evento. Vejam-se os esquemas temporais do aspecto progressivo e do aspecto perfectivo, em que I representa o ponto inicial do evento, F representa o ponto final e os traços representam a parte do evento que é focalizada pelo ponto de vista:

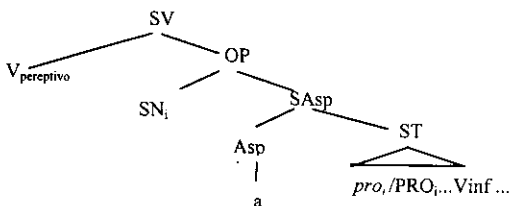
- (60) Central Coincidence [I ##### F]
(Aspecto progressivo)
- (61) Non-central Coincidence
a. [I F] ##### b. ##### [I F]
(Aspecto perfectivo) (Aspecto prospectivo)
[Demirdache & Etxebarria 1997:27]

Em (60) o Aspecto progressivo focaliza um intervalo contido no intervalo de tempo definido pelas fronteiras inicial e final do evento. Desta forma, o Aspecto progressivo tem um valor semelhante ao das preposições *in* ou *within*. O aspecto perfectivo tem um valor semelhante a *after* e o aspecto prospectivo tem o valor de *before*. As autoras salientam o facto de as preposições, em várias línguas, serem utilizadas para expressar quer o aspecto perfectivo, quer o aspecto progressivo.

Baseadas nesse estudo, concluímos que não há incompatibilidade entre a proposta de Raposo em considerar que o morfema pré-infinitivo é uma preposição e a proposta de Duarte de que a categoria sintagmática projectada por esse morfema é um SAsp.

Assim, propomos que a preposição *a* é uma preposição de coincidência central, a qual encabeça um SAsp, que selecciona um ST, em que T corresponde ao Tempo do Evento expresso pelo verbo no infinitivo. Asp situa o Tempo da Asserção (que coincide com o Tempo do Evento do verbo de percepção) dentro do Tempo do Evento expresso pelo verbo no infinitivo. SAsp, por sua vez, é predicado de um sujeito, com o qual forma uma Oração Pequena, que constitui o complemento do verbo de percepção:

(62)



Através desta proposta conseguimos dar uma explicação para o contraste existente entre os exemplos (9) e (7) que indicámos inicialmente e que constituiu o ponto de partida deste trabalho, ao mesmo tempo que fizemos convergir as propostas de Duarte 1992 e Raposo 1989.

Referências Bibliográficas

- AKMAJIAN, A. (1977). "The Complement Structure of Perception Verbs in an Autonomous Syntax Framework". In Culicover, P., T. Wasow & A. Akinajian (orgs.). *Formal Syntax*. N. Iorque: Academic Press, pp.427 – 460.
- BARBOSA, P (1995). *Null Subjects*. Tese de Ph.D., MIT.
- BRITO, A. (1995). "Sobre Algumas Construções Pseudorelativas em Português". *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Linguas e Literaturas. In Honorem Prof. Óscar Lopes*. Vol. XII, pp.25 – 54.
- BURZIO, L. (1986). *Italian Syntax: A Government – Binding Approach*. Dordrecht: Reidel.
- CHOMSKY, N.(1981). *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht Foris.
- CHOMSKY, N. (1995). *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- DEMIRDACHE, H. & M. Uribe-Etxebarria (1997) "The Syntax of Temporal Relations: a Uniform Approach to Tense and Aspect". *Proceedings of the Sixteenth West Coast Conference on Formal Linguistics*. 145-159.
- DUARTE, I. (1992). "Complementos Infinitivos Preposicionados e outras Construções Temporalmente Defectivas em Português Europeu". *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp.145 – 158.
- DUARTE, I. & A. Gonçalves (2001). "Construções de Subordinação Funcionalmente Defectivas: o caso das Construções Perceptivas em PE e PB". Guião da comunicação apresentada no Encontro do Projecto: Português Europeu, Português Brasileiro. Unidade e Diversidade na passagem do Milénio. Fortaleza (Brasil), pp.1-9.
- GONÇALVES, A. (1993). "Aspectos da Reestruturação Sintáctica em Português Europeu: as Construções com os Verbos Modais". *Actas do IX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 235 – 249.
- GONÇALVES, A. (2002). "Construções com Verbos Perceptivos do Português". Guião da comunicação apresentada no Ciclo Linguístico de Braga.
- HALE, K. (1985). "Notes on World View and Semantic Categories: some Walpiri examples". In Muysken P. & H. van Riemsdijk (orgs.) *Features and Projections*. Dordrecht: Foris. (citado em Demirdache e Uribe-Etxebarria, 1997).
- HERNANZ, M. L. (1999). "El Infinitivo". In Muñoz, I. & V. Barreto (orgs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Editorial Espasa Calpe. Vol.1, pp.2197-2356.
- JAEGGLI, O. and K. Safir (orgs.). 1989. *The Null Subject Parameter*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

- KLEIN, W. (1995). "A Time Relational Analysis of Russian Aspect". *Language*. Vol. 71.4. (citado em Demirdache e Uribe-Etxebarria, 1997).
- MATEUS, M. H. *et al.* (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª edição rev. aum. Lisboa: Editorial Caminho.
- OLIVEIRA, F. (1994). "Algumas Peculiaridades do Aspecto em Português". *Actas do Encontro Internacional sobre o Português*. Lisboa: APL/Edições Colibri. Vol. II, pp.151-190.
- OLIVEIRA, F. (2003). "Aspectos Semânticos da Gramática do Português." In Mateus, M. H. e A. Brito, I. Duarte e I. Faria, *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª edição rev. aum. Lisboa: Editorial Caminho.s
- RADFORD, A. (1975). "Pseudo-relatives and the Unity of Subject Raising". *Archivum Linguisticum*. Vol. VI, pp.32-64.
- RAPOSO, E. (1989). "Prepositional Infinitival Constructions in European Portuguese". In Jeaggi, O. & K. Safir (orgs). *The Null Subject Parameter*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp.277-305.
- RAPOSO, E. (1992). *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Editorial Caminho.
- TUNSTALL, S. (1993). "Case in Aspectual Perception Complements". *Occasional Papers in Linguistics*. Vol. 17, pp.227-251.

As relativas não restritivas com antecedente nominal como um caso de aposição

Ana Maria Brito

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto¹
anamariabrito@netcabo.pt

Introdução

Neste texto pretendo analisar as orações relativas não restritivas com antecedente nominal à luz da discussão sobre os tipos de conexão frásica.

Na primeira parte, proporei, seguindo aliás a tradição gramatical, que as relativas não restritivas de antecedente nominal (que passarei a designar “RNR de SD”) são um caso de aposição. Na medida em que a aposição inclui não só a aposição frásica como a sintagmática, esta forma de conexão não é incompatível nem como a subordinação nem com a coordenação, ou, usando a terminologia grega, a aposição não é incompatível nem com a hipotaxe nem com a parataxe.

Na segunda parte, depois de ter discutido algumas das análises sugeridas na bibliografia, mostrarei que as propriedades fundamentais das RNR de SD podem ser descritas numa análise por adjunção a SD, por inserção tardia na derivação.

I. O estatuto sintáctico das relativas não restritivas em relação aos tipos tradicionais de conexão frásica

1.1. Na tradição gramatical

A tradição gramatical divide as orações complexas em subordinadas e coordenadas, tendo alguns autores referido a existência de um terceiro tipo, as orações justapostas. Bechara (1999: 479), refere a justaposição mas confunde-a com assindetismo; mais recentemente, Duarte (2003: 93 e segs.), na linha de Quirk *et alii* (1985: 919), considera que a justaposição inclui as orações intercalares, a relação entre pergunta-resposta e a relação entre uma interrogativa “tag” e a oração anterior.² Neste

¹ Como membro do CLUP, esta investigação foi financiada pelo programa FEDER / POCTI.

² López García (1999) propõe que as noções de hipotaxe e parataxe, os termos gregos aparentemente sinónimos de subordinação e coordenação, não coincidem exactamente com os termos latinos e dá-lhes um conteúdo essencialmente discursivo.

texto, a justaposição designará toda a relação entre duas frases separadas por uma pausa onde não pode ocorrer um conector.

O estatuto sintáctico das RNR de SD em relação aos tipos tradicionais de conexão frásica não é fácil de determinar, pois têm propriedades que as aproximam das subordinadas, das coordenadas e das justapostas.

1.2. RNR e subordinação

As RNR de SD, representadas pelo exemplo (1), são subordinadas no interior do sintagma nominal de que fazem parte, o que se comprova pelo facto de serem sempre deslocadas com o seu antecedente:³

- (1) (a) Vi o João, que é o meu amigo preferido.
 (b) O João, que é o meu amigo preferido, foi visto por mim.
 (c) * O João foi visto por mim, que é o meu amigo preferido.

Mesmo numa língua como o Inglês, que admite extraposição de relativas, a extraposição de RNR é impossível, como se comprova pela agramaticalidade de (2a), sendo marginal se houver uma entoação de foco sobre o antecedente, como em (2b):⁴

- (2) (a) * *John arrived, who happens to be an expert in aerodynamics.*
 (b) ?? *John arrived, who happens to be an expert in aerodynamics.*

As relativas positivas têm alguns paralelos com a subordinação adverbial, em particular a subordinação concessiva e causal, como nos exemplos seguintes:

- (3) O João, que é inteligente, reprovou uma vez no exame de código (em que *que* = *apesar de, embora*)
 (4) O João, que não queria submeter-se a uma disciplina estreita, preferiu sair da Associação (em que *que* = *porque*)

1.3. RNR e coordenação

Há também aproximação entre relativas não restritivas e coordenação copulativa, como ilustrado em (5):⁵

³ Cf. Dean (1966), Stockwell, Schachter & Partee (1973), Jackendoff (1977), para o Português Brito (1991: 124-6); todas as análises em que a RNR é nó irmão de N, SN ou SD dão conta do estatuto de subordinação e tentam mostrar que antecedente e relativa formam um constituinte.

⁴ Observação e exemplos de Alexiadou *et alii* (2000: 31). Assinale-se que a extraposição, por ser um movimento para a direita, é actualmente um mecanismo não considerado na gramática; entre outras razões, contraria o "Linear Correspondance Axiom" de Kayne (1994) e a necessidade de c-comando de um vestígio pelo constituinte deslocado.

⁵ Veja-se, entre outros, Ross (1968) e Emonds (1979). Emonds, acentuando o carácter parentético final das RNR, considerava que relativa e SN antecedente não formam um constituinte e que a relativa é inscrita à direita desse SN, directamente dominada pelo nó F:

(i) [F ... [SN] [F (RNR)] ...]

- (5) (a) No Verão visitei Paris, que é das cidades mais lindas do mundo.
 (b) No Verão visitei Paris e Paris é uma das cidades mais lindas do mundo.
 (c) No Verão visitei Paris; (Paris) é uma das cidades mais lindas do mundo.

Note-se que esta aproximação das RNR com a coordenação é sobretudo o efeito de uma paráfrase e, desse ponto de vista, mesmo as relativas restritivas (RR) são próximas da coordenação;⁶ vejamos-se os exemplos seguintes:

- (6) (a) Comprei um livro de que gostei muito.
 (b) Comprei um livro e gostei muito dele.
 (c) Comprei um livro; gostei muito dele.

1.4. RNR e justaposição

Vejamos agora os paralelos entre RNR e justaposição. A justaposição, como já se disse, abrange as orações intercaladas, as perguntas “tag” e o par pergunta-resposta. Uma das suas propriedades é a impossibilidade de aceitar um conector copulativo ou outro:

- (7) * O João, e espero, não abriu a porta de casa.
 (8) * Vais sair, e não vais?
 (9) * Vais sair? E vou.

Vejamos como uma RNR se comporta relativamente ao uso de conectores:

- (10) * No Verão visitei Paris e que é uma das cidades mais lindas do mundo.

(10) é uma frase agramatical, o que aproxima as RNR da justaposição.

Mas os exemplos revelam, mais uma vez, que a justaposição é um processo de conexão incompatível com a coordenação ((7), (8), (9)). Pode-se então concluir que as RNR não são um caso de justaposição, embora partilhem com a justaposição, em particular com as orações intercalares, a ausência de conector, o estatuto parentético, a independência fónica, o sentido de comentário e de explicação.

Vejamos agora se a justaposição é um caso distinto da aposição.

Bianchi (1995, cap. 4) começa por sugerir uma análise das apositivas como coordenação entre SD e SCOMP, com uma conjunção abstracta, o que explicaria o acordo entre esse SD e o morfema relativo; mas a autora abandona mais tarde esta análise em favor de um processo de elevação (ver adiante).

⁶ A mais recente aproximação das relativas à coordenação é feita por Rebuschi (2002 e 2005), que propõe que toda a modificação nominal, incluindo as RR e as RNR, pode ser descrita por uma análise do tipo de Kayne (1994) e Johannessen (1998). Além de dados de diversas línguas, uma das razões desta análise é a interface sintaxe / semântica.

1.5. Justaposição e aposição

Apesar de terem semelhanças, justaposição e aposição distinguem-se por várias propriedades:

(i) a aposição pode co-ocorrer com coordenação,⁷ como em (11) e (12):

(11) (a) O João, bem como o Manuel, vai ao cinema hoje.

(b) O João, tal como o Manuel, vai ao cinema hoje.

(12) Se ele me encontrar aqui – e com certeza encontra – fico com problemas.

Pelo contrário, a justaposição é um tipo de conexão distinto quer da coordenação quer da subordinação, como vimos.

(ii) A justaposição diz respeito apenas a conexão frásica; a aposição pode juntar constituintes não frásicos (os apostos nominais e adjectivais), como em (13a) e (13b):

(13) (a) Manuel de Oliveira, realizador de cinema português, recebeu vários prémios.

(b) Manuel de Oliveira, sempre activo, faz um filme por ano.

A propósito da natureza nominal ou frásica da aposição, Quirk *et alii* (1985) afirmam que a aposição é geralmente nominal, tomando como ponto de partida o Inglês. No que diz respeito às relativas, o Inglês e o Português distinguem-se pelo facto de no Inglês as RNR apenas consentirem “wh words”, como é visível em (14), enquanto o Português admite quer o morfema *o qual* quer o morfema *que*, cujo estatuto nominal está longe de ser indiscutível (ver os exemplos (15)):

(14) (a) * John, that happens to be an expert in aerodynamics, ...

(b) John, who happens to be an expert in aerodynamics, ...

(15) (a) O João, que é um especialista em aerodinâmica, ...

(b) O João, o qual é um especialista em aerodinâmica, ...

O facto de as RNR admitirem em Português tanto *que* como *o qual* para SU e OBJ pode querer mostrar que as RNR oscilam entre a natureza nominal e a natureza frásica, enquanto em Inglês só serão nominais, com a consequência ilustrada em (14) quanto ao uso dos morfemas.⁸

(iii) Do ponto de vista semântico justaposição e aposição têm semelhanças, mas também diferenças: a justaposição em orações intercalares, por exemplo, serve de “à parte” ao enunciado, com vários valores semânticos, mas não constituindo, em geral, uma forma de predicação; a aposição é sempre, de forma mais ou menos visível, uma

⁷ Cf. Matos (2003: 557).

⁸ Em Brito (1991, cap. IV), defende-se, na sequência de Cinque (1978) para o Italiano, que as relativas não restritivas, ao contrário das restritivas, admitem *o qual* para SU e OBJ e que essa admissibilidade está na origem do carácter nominal da RNR com consequências importantes para a Teoria do Caso.

forma de predicação⁹ (não forçosamente não restritiva, embora o seja no geral). Veja-se, a título ilustrativo, vários casos de aposição nominal:

- (16) Maria, a única neta da família, mora em Londres.
- (17) D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, combateu a própria mãe.
- (18) Saramago, o único nobel português da Literatura, tem uma vasta obra ficcional.
- (19) O rio Tejo tem um grande estuário.
- (20) O planeta Terra é o 3º a contar do Sol.
- (21) A letra “W” só recentemente entrou para o alfabeto português.

Em (16), (17) e (18) os apostos nominais são não restritivos, enquanto em (19), (20) e (21) temos apostos nominais restritivos.

Apesar da diferença entre os dois grupos, o ponto em comum a estas aposições é que a relação que se estabelece entre os dois termos da construção é de natureza predicativa, o que pode ser comprovado pelas paráfrases a partir de todos os exemplos apresentados:

- (16') Maria é a única neta da família.
- (17') D. Afonso Henriques foi o primeiro rei de Portugal.
- (18') Saramago é o único nobel português da Literatura.
- (19') O Tejo é um rio.
- (20') A Terra é um planeta.
- (21') O “W” é uma letra.

A partir deste percurso e seguindo a tradição gramatical, colocamos a hipótese de as RNR serem um caso de aposição.

1.6. RNR e aposição

Vejamos as principais propriedades que fazem das RNR do tipo de (1) uma forma de aposição parentética:

(i) Marcas prosódicas:

As RNR são sempre separadas da expressão nominal que modificam por uma pausa e uma ruptura entoacional, que se exprime na escrita pela presença de vírgulas, traços ou parêntesis.¹⁰ Certos autores consideram mesmo que as RNR têm uma independência fónica em relação ao resto do enunciado.¹¹

⁹ Cf. Gratacós (1999).

¹⁰ De acordo com Keenan (1985), citado em Alexiadou *et alii* (2000: 31) e Kayne (1994: 111), a separação por pausas e ruptura entoacional não parece ser uma característica universal das RNR.

¹¹ McCawley (1982) propôs uma análise em que uma sequência parentética não é nó irmão dos outros constituintes; a estrutura final é descontínua, obtida por um tipo especial de transformação que modifica a ordem sem modificar a estrutura sintagmática. Actualmente este modelo não pode ser adoptado.

(ii) As RNR admitem vários marcadores explícitos de aposição como *por sinal*, *por acaso*, *efectivamente*, etc.:¹²

- (22) (a) O João, que por sinal é um grande especialista em aerodinâmica,
 (b) * ?? O homem que por sinal é um grande especialista em aerodinâmica...

(iii) As RNR aparecem no fim de todos os modificadores pós-nominais:

- (23) (a) Depois de viver uma campanha interna que foi diferente, que marcou a maneira de fazer política em Portugal, o PS abre a porta a uma nova fase da sua vida.
 (b) * Depois de viver uma campanha interna, que marcou a maneira de fazer política em Portugal, que foi diferente, o PS abre a porta a uma nova fase da sua vida.

(iv) As RNR não admitem “empilhamento”, ao contrário das restritivas:

- (24) O livro que ela me deu que eu queria ler há muito tempo não foi caro.
 (25) * “O Tratado sobre a Lucidez”, que ela me deu que eu queria ler há muito tempo, não foi caro.

(v) Certas dependências referenciais que podem acontecer nas restritivas estão impedidas nas RNR; por exemplo, um pronome pessoal não pode ser ligado por uma expressão quantificada fora da RNR:¹³

- (26) [Toda a mulher]_i gosta de um homem que confie n[ela]_i.
 (27) * [Toda a mulher]_i gosta do João, que confia n[ela]_i.

(vi) Certos quantificadores (como *qualquer*) que são legitimados por operadores fora da relativa (como a negação) não podem figurar em RNR (29), embora o possam em restritivas (28):¹⁴

- (28) Eu não encontrei nenhuma pessoa que tivesse feito quaisquer diligências nesse sentido.
 (29) * Eu não encontrei o João, que fez quaisquer diligências nesse sentido.

(vii) As RNR não admitem conjuntivo nem infinitivo:¹⁵

- (30) (a) * Eu não encontrei o João, que tivesse feito quaisquer diligências nesse sentido.

¹² Cf. Quirk *et alii* (1985).

¹³ Cf. Jackendoff (1977: 172), Safir (1986: 672), Alexiadou *et alii* (2000: 34); Brito (1991: 129).

¹⁴ Cf. Jackendoff (1977: 176), Safir (1986), Alexiadou *et alii* (2000: 34); Brito (1991: 130).

¹⁵ Cf., entre outros, Brito (1991: 130-131).

- (b) * Eu não encontrei o João, a fazer quaisquer diligências nesse sentido (agramatical como RNR).

(viii) Certas relações de dependência entre um pronome e uma expressão referencial dentro da relativa podem dar-se numa RNR (veja-se o exemplo (31)), à semelhança do que se passa em coordenadas (32) e em intercalares (33); tal não opera nem em RR nem em estruturas de complementação (veja-se a agramaticalidade de (34) e de (35)):¹⁶

- (31) Ela, não é muito apreciada pelos amigos, que sempre consideraram a Maria, uma pessoa muito reservada.
 (32) Ela, disse-me, e a Maria, não é o tipo de pessoa que mude facilmente de opinião, que não gostou daquele comportamento.
 (33) Ele, encontrou a Maria – o Miguel, vai para Inglaterra todos os verões – e foi divertidíssimo.
 (34) * Ela, não é muito apreciada pelos vizinhos que moram no prédio da Maria.
 (35) * Ela, disse-me que a Maria, não gostou daquele comportamento.

Quer dizer, as RNR não são sensíveis à restrição, comum a outras construções, que consiste no facto de uma expressão referencial na relativa não poder ser ligada por um pronome que a c-comande (pelo Princípio C da Teoria da Ligação, Chomsky, 1981).¹⁷

Estes factos levaram Cinque (1982: 263) a propor que as RNR têm carácter parentético na estrutura, “na qual os SNs não são c-comandados por nenhum constituinte que preceda ou siga a apositiva.”

Exemplos deste tipo permitiram a Safir (1986) considerar que o pronome em qualquer dos exemplos apresentados de RNR não c-comanda o SN *no nível em que a Teoria da Ligação é relevante*. Safir propõe então que as RNR são construções que se unem estruturalmente à F matriz em FL', um nível que foi sugerido em Chomsky (1982) como uma espécie de nível do discurso.

Os problemas de uma análise do tipo da de Safir (1986) são de ordem teórica; com efeito, supondo a existência de um nível FL' depois de FL, nível em que os constituintes parentéticos se unem ao resto da frase, a operação Compor (“Merge”) aplicar-se-ia fora do sistema computacional da gramática, o que é difícil de conceber no quadro do Programa Minimalista (Chomsky 1995).¹⁸

¹⁶ Cf. Cinque (1982), Brito (1991: 128).

¹⁷ Mas ver: (i) * ?? Ele, encontrou a Maria, que o Miguel, conhecia do curso de verão.

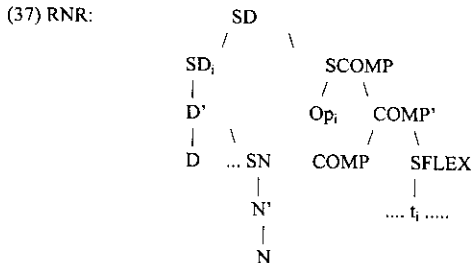
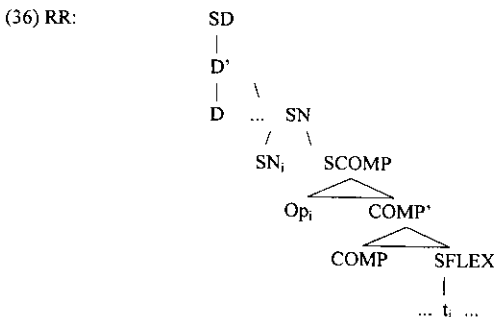
¹⁸ Também problemas de “ilha”, ilustrados em (i), um caso de violação da “ilha do SN complexo”, seriam dificilmente explicados pela análise de Safir:

(i) * Que livros é que a Maria, que comprou t, te visitou ontem?

2. Que sintaxe para as RNR?

2.1. Uma análise por adjunção

No quadro da análise clássica do SN, uma das análises mais comuns das relativas em geral é a que propõe que uma relativa está em adjunção a SN.¹⁹ A partir da “hipótese SD”, várias possibilidades estão em jogo, em particular a adjunção a SN para as RR e a adjunção a SD para as RNR.²⁰



No que diz respeito às RR, certos fenómenos gramaticais não são bem descritos por uma análise por adjunção, seja no quadro da hipótese clássica do SN seja no quadro da hipótese SD.

A natureza de ilha de um SD contendo uma relativa mostra que um SD complexo (com uma frase encaixada e, portanto, com conteúdo proposicional) é uma “fase” (no sentido de Chomsky (2001)).

¹⁹ Cf. Ross (1968), Cinque (1982), Safir (1986), Brito (1991) (para o português), entre outros.

²⁰ Cf. Alexandre (2000); as estruturas são simplificadas porque a autora considera ainda a existência de outras categorias funcionais no SD.

Como mostra Bianchi (1995 e 2000a: 54-60), a análise clássica das relativas por adjunção a SN não explica as relativas correlativas²¹, a atracção de caso pelo pronome relativo²² ou os fenómenos de atracção inversa²³. O ponto em comum a estes fenómenos é que o antecedente da relativa tem uma forma que não é puramente explicável pelas relações que mantém na frase matriz e cuja origem tem de se procurar na relativa.

No que diz respeito às RNR, a proposta de haver um SD como adjunto parece adequada para dar conta do facto de estas relativas terem como antecedente uma expressão referencial, um N próprio, ou um pronome pessoal. Mas alguma coisa deve ser acrescentada para dar conta do conjunto das suas propriedades.

2.2. Uma análise por elevação

Com efeito, três propriedades importantes caracterizam ainda as RNR de SD que estamos a analisar:²⁴

- não admitem expressões nominalizadas, como em (38):

(38) * O meu amigo deixou de ser o distraído, que era antigamente.

- Não admitem expressões idiomáticas do tipo *tomar parte em, fazer caso de, tirar partido de*, etc.:

(39) * O partido, que o candidato tirou dos erros dos outros, contribuiu para a sua eleição.

- Não admitem facilmente o fenómeno de “reflexivização para trás”, quer dizer, não admitem fenómenos de reconstrução:

(40) ?? O retrato de si próprio, que o João tirou, ficou muito bem.

Ora sabemos que estes três fenómenos caracterizam as RR:

(41) O meu amigo deixou de ser o distraído que era antigamente.

(42) O partido que o candidato tirou dos erros dos outros contribuiu para a sua eleição.

(43) O retrato de si próprio que o João tirou ficou muito bem.

Estes fenómenos, entre outros, serviram a Vergnaud (1974) e a Kayne (1994) de fundamentação empírica para uma análise por elevação das RR. Em particular, Kayne

²¹ Em Latim, Inglês Antigo e Sânscrito.

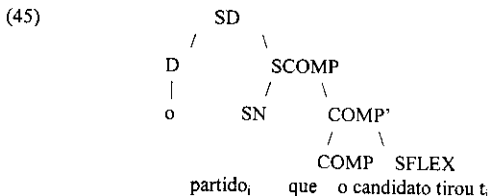
²² Em Latim, Grego Antigo, Inglês Antigo, Antigo Alto Alemão.

²³ Em Latim e Antigo Alto Alemão.

²⁴ Para uma apresentação destas propriedades ver Brito (1991: 127-131).

propõe que o nome sobe de uma posição básica no interior da oração relativa e passa a ocupar uma posição junto de D, mais propriamente a posição Esp de SCOMP, que, por sua vez, é complemento de D, originando uma estrutura como em (45) para (44):

(44) ... o partido que o candidato tirou...



No caso de a RR ter um SP ou um SN contendo um morfema *wh*, a elevação do N faz-se a partir do sintagma previamente movido, como se descreve em (46) e (47):

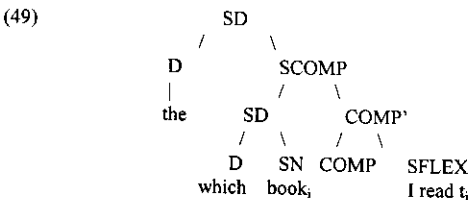
(46) [_{SD} o [_{SCOMP} [_{SN} rapaz_j] [_{SP} com o qual t_j]_i] COMP [_{SFLEX} eu falei [t_i]]]

(47) [_{SD} o [_{SCOMP} [_{SN} rapaz_j] [_{SN} a amiga do qual t_j]_i] COMP [_{SFLEX} eu encontrei [t_i]]]

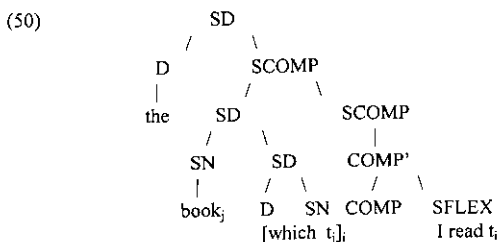
Tomemos ainda um exemplo em inglês:

(48) the book which I read ...

A configuração obtida por elevação de *which book* terá a forma seguinte:



Por deslocamento de *book* a partir de *which book*, obteríamos (50):



Esta análise apresenta alguns problemas que foram largamente referidos na bibliografia:²⁵ (i) a análise nunca diz quais são os traços fortes de COMP declarativo que podem desencadear o movimento de SN para Esp de SCOMP e a única motivação para o movimento parece ser justificar a ordem de palavras; (ii) se o movimento do SN é para Esp de SCOMP, deverá então ter o estatuto de operador, o que não parece justificado; (iii) o que é deslocado é um SN, mas se houver reconstrução em FL é um SD que é reconstruído; (iv) a configuração obtida por movimento de SN não é uma configuração canónica de Acordo Esp-núcleo, porque que D é um núcleo e o SN deslocado está em Esp de SCOMP; (v) esta análise prediz que o antecedente tenha o mesmo caso que a expressão nominal na relativa, o que nem sempre acontece; veja-se o exemplo (51) em Alemão, em que as duas expressões têm casos diferentes:²⁶

(51) ... der Junge (NOM), den (ACUS) wir kennen...

Bianchi (1995 e 2000a) adoptou e modificou esta análise de modo a corrigir alguns aspectos. Como é visível nas estruturas (45), (49) e (50), o D exterior e o N não formam um constituinte, embora tenham os mesmos traços ϕ ; para corrigir este aspecto, Bianchi propõe que a relação entre D e N tem de ser vista de tal modo que se possa dizer que há acordo (“proper agreement”) ou verificação (“checking”). Note-se que, em (50), por exemplo, o núcleo nominal do antecedente é dominado por um único segmento de SCOMP. Dado que a relação de dominação se aplica a categorias e não a segmentos, Bianchi afirma que, na configuração (50), o núcleo *book* não pertence ao domínio do D *which* nem ao domínio de C, mas sim ao domínio do D exterior; por isso, podem estabelecer uma relação de acordo ou de verificação.²⁷

²⁵ Cf. Borsley (1997), Platzack (2000: 276-277); para o Português, Alexandre (2000: 110-135).

²⁶ Exemplo de Platzack (2000: 276).

²⁷ A autora adopta a definição de Manzini (1994) de “domínio mínimo”: “O domínio mínimo do núcleo X inclui todos os elementos que são imediatamente dominados por e que não dominam uma projecção de X.” (tradução minha). Note-se que, embora a explicação de Bianchi tente resolver um verdadeiro problema da análise de Kayne, a configuração (50) é muito próxima da de uma completiva precedida de artigo, como

Um segundo aspecto da análise de Kayne consiste no facto de o traço que atrai o N nunca ser identificado. Bianchi propõe que o D exterior tem um traço [+N] forte que não pode ser satisfeito por SCOMP; por isso, o SN eleva-se para Esp de SCOMP.²⁸

Para dar conta das RNR dentro deste quadro teórico, Kayne afirma que a pausa característica destas relativas, tal como na deslocação à esquerda, é uma propriedade da PF (Forma Fonética) associada a uma propriedade da FL (Forma Lógica). Assim, defende que “as restritivas e as não restritivas diferem em FL mas não diferem estruturalmente em Sintaxe explícita” (p. 111). O que acontecerá é que, em FL, SFLEX se move para Esp de SCOMP, originando uma estrutura como (52), para dar conta do facto de a oração RNR estar fora do escopo do D:

$$(52) [\text{SFLEX}_i [\text{D} [\text{SCOMP SD} [\text{COMP } t_i]]]]]^{29}$$

Este movimento em FL é motivado por um traço sintáctico presente em Sintaxe explícita, que Kayne, no entanto, nunca identifica, o mesmo traço que motiva a entoação em PF. Tal traço é suprimido depois do movimento em FL mas fica presente em PF para desencadear a pausa entoacional.³⁰

2.3. Problemas da análise das RNR por elevação de SFLEX

A análise de Kayne / Bianchi coloca alguns problemas. A motivação do movimento de SFLEX em FL é estranha, porque a razão pela qual há movimentos neste nível é precisamente para que certos constituintes tenham escopo sobre outros e não o contrário. Para além disso, se a posição das RNR é à direita de todos os outros modificadores, é discutível que elas sejam descritas por um movimento da oração para a esquerda em FL.³¹

Há também aspectos estruturais que permitem supor uma sintaxe distinta dos dois tipos de relativas, em particular: o emprego de diferentes morfemas relativos; a natureza do antecedente; a presença / ausência de c-comando do D do antecedente em relação a tudo o que se situa na relativa.

em (i) O tu saíres de casa aborreceu-me, em que o artigo *o* é a forma não marcada e não tem qualquer relação de acordo com o *tu*, sujeito da completiva. Portanto, não é evidente que na configuração (50) o D superior e o N entrem numa relação de acordo ou de verificação.

²⁸ Cf. Bianchi (2000a: 63).

²⁹ De modo a explicar que o empilhamento (“stacking”) de RNR é impossível, Kayne (1994) diz que SFLEX teria de ser extraída de uma posição de “ramo direito” sobre um “ramo esquerdo”, o que é impossível (p. 114). Por sua vez, afirma que as expressões idiomáticas não podem figurar em RNR porque a relação de c-comando entre a expressão movida e o seu vestígio é destruída. O mesmo se produzirá se houver quantificadores na posição mais alta de D; o D não poderá ligar o vestígio do morfema relativo em SFLEX.

³⁰ Bianchi (1995: 272-299) apresenta também uma análise das RNR na linha de Kayne, propondo uma outra elevação em FL (do pronome relativo para uma posição de Esp de SCOMP) para dar conta do facto de nas RNR se poder ter “ *pied-pipig* ” de sintagmas pesados, como os ilustrados em (i):

(i) O professor, para falar com o qual vim ao Porto, ...

³¹ Cf. Grosu (2000: 99).

A análise de Kayne / Bianchi das RNR não parece, portanto, muito convincente. Além disso, o problema das RNR não se limita às construções que estamos a analisar.

Quatro construções, pelo menos, devem ser relacionadas com esta análise.

(i) As RNR com antecedente SD mas que, ao contrário das anteriores, parecem ser “justapostas paratáticas”, para retomar uma designação de Brucart (1999), como em (53):³²

(53) O Conselho apresentou saudações. *Que ninguém já esperava.*

Dada a natureza da relativa em itálico, que não é nem uma RR nem uma relativa livre, parece difícil analisá-la por elevação quer seja do antecedente quer seja de SFLEX.

(ii) As relativas pseudo-afirmativas de SD, como aquelas em que o antecedente é um demonstrativo:

(54) Os Portugueses, *aqueles que têm dinheiro*, viajam muito.

(55) Os estudantes, *os que vieram à aula*, estão interessados.

Estas relativas são em si mesmo restritivas dum antecedente com núcleo elíptico, estando apenas *os, aqueles* explícito; mas o SD inteiro é uma aposição em relação à oração principal.³³ É por isso difícil de analisá-las por elevação, porque o elemento a elevar seria aqui um artigo ou um demonstrativo.

(iii) As RNR de Frase que começam por um N que retoma o conteúdo da oração anterior, como nos exemplos seguintes:

(56) Elas não se dão bem há algum tempo, *problema que se agravou desde o verão.*

(57) O Parlamento foi dissolvido, *situação / decisão que não agradou a certos partidos.*

Nas construções em itálico, retoma-se algo da primeira oração, razão pela qual elas podem ser designadas, como o faz Brucart, “relativas com antecedente resumptivo justapostas”³⁴. Toda a expressão assinalada é uma aposição nominal mas, no que diz respeito à relativa propriamente dita, ela é restritiva em relação ao antecedente.³⁵ Seguindo Kayne, o nome que precede *que* poderia ser elevado da relativa, mas seria preciso explicar o valor anafórico desse nome em relação à primeira oração.

³² Brucart (1999: 418).

³³ Cf. Brucart (1999: 425-428); Mateus *et alii* (2003: 681-683).

³⁴ Cf. Brucart (1999: 423).

³⁵ Brito (1991: 132); Brucart (1999: 423-425).

(iv) Finalmente as RNR de F ou de predicado começadas por *o que*,³⁶ vejam-se os exemplos (58), (59) e (60):

(58) O famoso político demitiu-se, o que chocou o país.

(59) O famoso político tem-se remetido ao silêncio, o que muitos outros não têm.

(60) O famoso político é um homem livre, o que muitos outros não são.

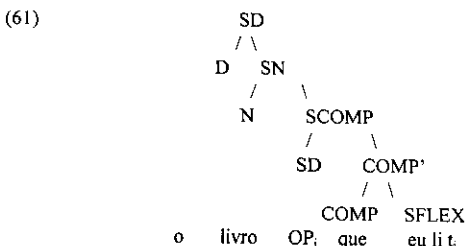
Nestas relativas, *o que* é o único morfema autorizado. Se se admitisse uma análise por elevação deste tipo de relativas, teríamos de considerar que uma F (SFLEX), um SV, um SA ou um SN pudessem ser complementos do morfema relativo *o que*.

Abandonada assim uma análise por elevação das RNR, é preciso encontrar alternativas.³⁷

2.4. Uma análise das RR e das RNR de SD por complementação ou por adjunção?

Antes de voltar à ideia de adjunção, é útil apresentar a análise de Platzack (2000). O autor constrói uma análise dos dois tipos de relativas por complementação, respeitando assim a ideia de antissimetria em Sintaxe e anulando a diferença entre modificadores e argumentos.

O SD contendo uma RR teria a seguinte estrutura:



Nesta estrutura, o D superior, aqui ocupado pelo artigo definido *o*, ou um Quantificador numa posição semelhante c-comanda todos os constituintes em SCOMP e

³⁶ Sobre esta crítica ver Borsley (1997).

³⁷ Grosu (2000) e Zwart (2000) constróem análises interessantes das relativas na linha de Kayne / Bianchi. Grosu considera que uma análise puramente configuracional das relativas é quixotesca e incapaz de dar conta de uma tipologia fina das relativas. Propõe, por isso, um modelo do tipo do de Kayne / Bianchi mas completado por traços. Zwart, por seu lado, parte das línguas germânicas, que justificam uma análise do sistema de COMP em três níveis. O autor considera que um dos níveis, COMP1, pode ser o lugar de um Restritor (SCOMP1=Sintagma Restritor), que serve de “desencadeador” do movimento do antecedente para uma posição de Esp da relativa. Esta análise tem a vantagem de criar uma configuração adequada para a componente semântica.

SFLEX; desse modo, os fenômenos de ligação ilustrados de (26) a (30) são explicados.

Mas esta estrutura não dá conta dos fenômenos normalmente invocados em favor de uma análise por elevação e que vimos há pouco; além disso, dificilmente pode analisar as RR com antecedente coordenado e verbo recíproco, como (62).³⁸

(62) O rapaz e a rapariga que moram no nosso andar casaram-se.

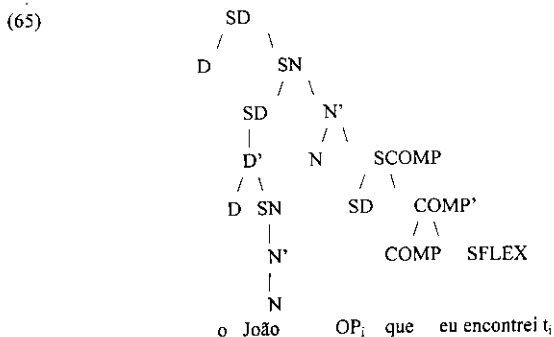
Contudo, o comentário fundamental que se pode fazer em relação a esta análise relaciona-se com a diferença entre relativas e completivas, ilustradas em (63) e (64).³⁹

(63) A hipótese que me apresentaste ontem é interessante. (relativa)

(64) A hipótese (de) que me venhas a apresentar aquele homem agrada-me. (completiva de N)

Com efeito, é conveniente que as estruturas sintáticas tenham meios de distinguir modificadores e argumentos.⁴⁰

Vejamos agora de que modo Platzack analisa uma RNR:



Nesta estrutura, o SD que constitui o antecedente da RNR ocupa a posição de Esp de SN e, desta maneira, o autor pode dizer que quer o artigo *o* quer um Q não c-comandam SCOMP ou SFLEX; assim se explicam alguns dos comportamentos apresentados anteriormente do ponto de vista da Teoria da Ligação, em particular os ilustrados de (26) a (30).⁴¹

³⁸ Ver Brito (1991, cap. 2); Mateus *et alii* (2003: 659-660).

³⁹ Cf. Mateus *et alii* (2003: 656); na mesma linha, Rebushi (2005).

⁴⁰ Esta crítica pode também ser feita ao modelo de Kayne (1994), em que a adjunção não existe e onde tudo é descrito por uma configuração, concebida como universal, de Esp-núcleo-complemento.

⁴¹ Segundo Platzack, a existência de um SD antecedente da RNR justifica, tal como na "deslocação a

Apesar do aspecto interessante desta análise, ela justifica alguns comentários:

(i) a presença de um N vazio não é justificada;

(ii) se é verdade que o D do SD antecedente não c-comanda nem SCOMP nem SFLEX, a própria relativa continua a ser c-comandada pelos outros constituintes da frase matriz, deixando sem explicação os factos ilustrados em (31), aqui retomado:

(31) Ela, não é muito apreciada pelos amigos, que sempre consideraram a Maria, uma pessoa muito reservada.

(iii) Sobretudo esta análise não explica a ausência de factos de reconstrução nas RNR, ilustrados em (40), aqui repetido, e ao contrário do que acontece em completivas:⁴²

(40) ?? O retrato de si próprio, que o João tirou, ficou muito bem.

Esta propriedade justifica então o regresso à análise por adjunção, apresentada em (37). Porém, algo tem de ser acrescentado. Com efeito, a agramaticalidade de (40) pode ser explicada pela ideia de que a adjunção em geral é uma inserção tardia (por « pair merge ») na derivação, não estando submetida a reconstrução⁴³ mas gerada a um nível em que ainda tem repercussões na Forma Fonética, explicando, em particular, a pausa e a ruptura fonológica.

Desse ponto de vista, uma estrutura do tipo de (37) pode representar de maneira adequada as RNR de SD que estudámos ao longo deste texto.⁴⁴

3. Conclusões

Na primeira parte deste texto, vimos que as relativas não restritivas de SD constituem um caso de aposição, com alguns aspectos comuns às intercalares, mas diferenciando-se destas por outras propriedades.

esquerda contrastiva”, a presença de uma ruptura prosódica e o autor aproveita para dizer que na análise de Kayne a deslocação à esquerda não é explicável por elevação de SFLEX e por isso a semelhança fonológica entre as duas construções não seria explicável na sua análise.

⁴² Ver a este propósito Chomsky (1995: 73-75).

⁴³ A proposta de Chomsky (2001) de adjunção por inserção tardia aplica-se às relativas em geral. No seu exemplo (p. 15): (i) [[Which [picture of Bill]]] [that John_i liked]] did he_{vj} buy t_{wh}? em que o sintagma interrogado pode ser reconstruído no seu lugar de origem, *John*, que pertence à relativa, pode ser co-referente de *he* na oração matriz, o que mostra que não há nenhuma violação do Princípio C, enquanto *Bill*, que pertence ao complemento nominal e ao antecedente da relativa não pode ser co-referente de *he*, pelo Princípio C. Por isso, há uma assimetria complemento / adjunção no que diz respeito à reconstrução. Se se aceitar uma análise à Kayne / Bianchi para as RR, a reconstrução deriva da própria análise, porque o antecedente é reconstruído / copiado na relativa; nesta perspectiva, talvez se possa aproveitar a ideia de Chomsky apenas para as RNR.

⁴⁴ Por simplificação, não analiso no texto a acumulação de relativas (que pode afectar duas RR, uma RR seguida de uma RNR, mas não uma RNR seguida de RR). Se se adoptar a análise das RR por elevação e as RNR como adjunção por inserção tardia, explica-se a impossibilidade de RNR seguidas de RR.

Usando a distinção tradicional entre coordenação e subordinação, vimos que a aposição não é incompatível nem com a coordenação nem com a subordinação. Dentro deste quadro, as RNR são subordinadas.

Alguns estudos⁴⁵ têm mostrado que a subordinação não é um tipo de conexão frásica homogênea, pois inclui a subordinação sintáctica, que inclui as completivas, que têm estatuto de argumento, e as relativas, que têm estatuto de modificador nominal; e a subordinação discursiva (que, no fundo, é a conexão frásica propriamente dita e que abrange a chamada “subordinação adverbial”). Nesta perspectiva, as RNR de SD estão a meio caminho entre subordinação sintáctica e discursiva.

Se se pretender usar a distinção hipotaxe / parataxe, incluindo a hipotaxe a subordinação sintáctica (completivas e relativas) e a subordinação discursiva e a parataxe todos os casos de coordenação “pura”⁴⁶ e as justapostas, teremos de qualquer modo de distinguir a aposição, e em particular as RNR. As RNR não são, aliás, um fenómeno homogêneo, pois há RNR justapostas, de natureza paratáctica, cuja integração na construção é frágil, e há RNR de SD prototípicas, que são subordinadas.⁴⁷

Na segunda parte deste texto, tentámos propor uma análise sintáctica para as RNR de SD. Depois de termos visto os principais problemas da análise de Kayne (1994) e da sua adaptação por Bianchi (1995, 2000a e 2000b) e da análise de Platzack (2000) para os dois tipos de relativas, mostrámos que uma análise das RNR por adjunção a SD, concebida como um mecanismo de inserção tardia na derivação dá conta de várias propriedades deste tipo de relativas.

Como podemos aperceber-nos, do ponto de vista sintáctico nem coordenação / subordinação nem parataxe / hipotaxe são noções primitivas, sendo antes etiquetas pré-teóricas que exigem um tratamento formal.

Nesta ordem de ideias, as RNR que estudámos podem ser descritas como uma categoria frásica (SCOMP) projectada em adjunção a SD, por inserção tardia.

Referências Bibliográficas

- ABNEY, S. P. (1987) *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*. Ph.D. Diss., MIT (não publicado).
- ALEXIADOU, A., Law, P., Meinunger, A. & Wilder, C. (2000) Introduction. In Alexiadou, A., Law, P., Meinunger, A. & Wilder, C. (2000) (orgs.), pp. 1-51.
- ALEXIADOU, A., Law, P., Meinunger, A. & Wilder, C. (2000) (orgs.) *The Syntax of Relative Clauses*, Amsterdam, John Benjamins.
- BECHARA, E. (1999) *Moderna Gramática Portuguesa*, Ed. revista e ampliada, Rio de Janeiro, Ed. Lucerna.

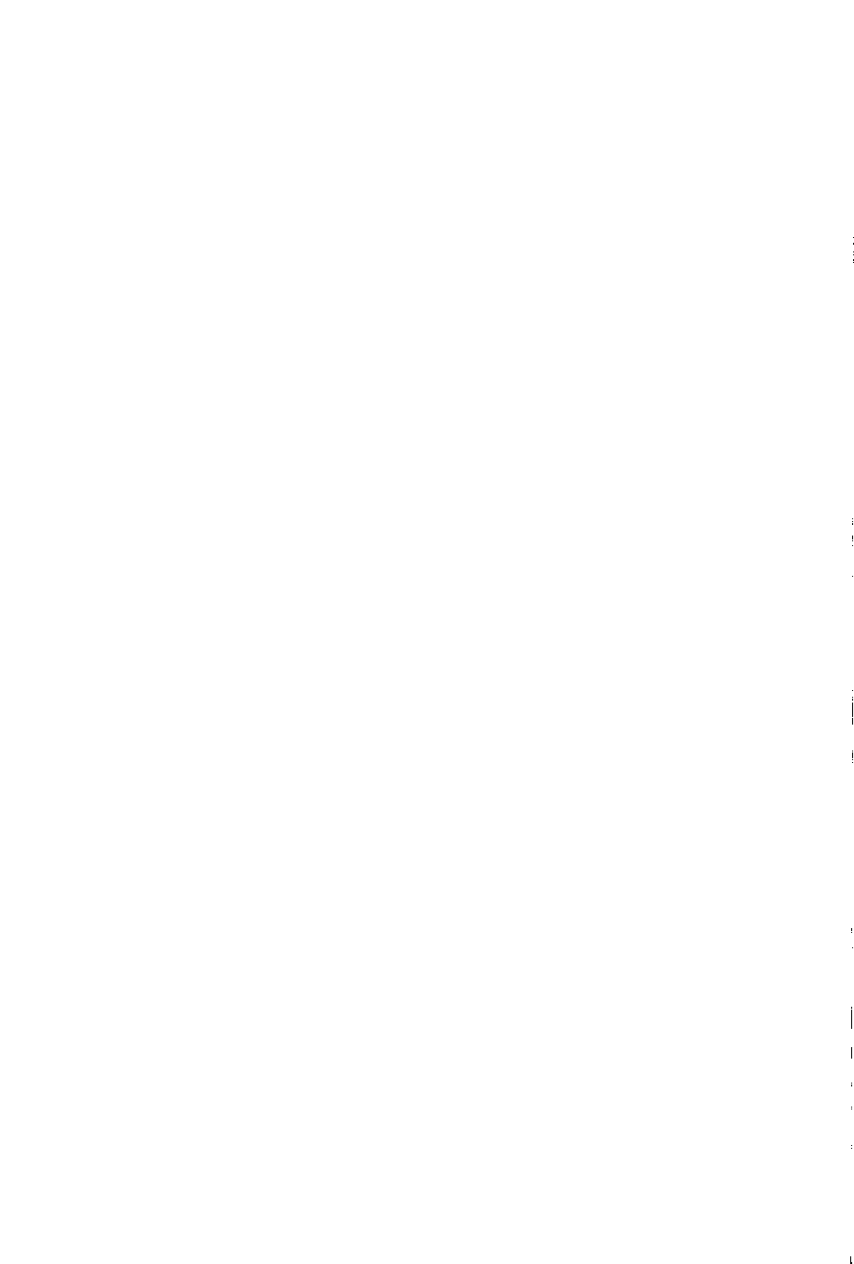
⁴⁵ Entre outros, Peres (1997), Lobo (2003), López Garcia (1999), Lopes (2004).

⁴⁶ Mas nem todos os casos de coordenação tradicional são paratáticos; ver entre outros Matos (2003), Lobo (2003) e Lopes (2004).

⁴⁷ Para Alexiadou *et alii* (2000: 34), toda a aposição é uma instância de parataxe (não sintacticamente integrada na oração matriz).

- BIANCHI, V. (1995) *Consequences of Antisymmetry for the Syntax of Headed Relative clauses*, Ph. D. Diss., Scuola Normale Superiore di Pisa.
- BIANCHI, V. (2000a) Some Issues in the Syntax of Relative Determiners. In Alexiadou, A., Law, P., Meinunger, A. & Wilder, C. 2000 (orgs.), pp. 53-81.
- BIANCHI, V. (2000b) The Raising Analysis of Relative Clauses: a Reply to Borsley. *Linguistic Inquiry*, 31, pp. 123-140.
- BORSLEY, R. (1997) Relative Clauses and the Theory of Phrase Structure. *Linguistic Inquiry*, 28, pp. 629-647.
- BRITO, A. M. (1991) *A Sintaxe das orações relativas em Português*, INIC, Lisboa.
- BRUCART, J.M. (1999) La estructura del sintagma nominal: las oraciones de relativo. In Bosque, I. & Demonte, V. 1999 (orgs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Espasa, Madrid, vol. I, pp. 396-522.
- CINQUE, G. (1978) La sintassi dei pronomi relative *cui e quale* nell'italiano moderno. *Rivista di Grammatica Generativa*, 3, 1, pp. 31-126.
- CINQUE, G. (1982) On the theory of relative clauses and markedness. *The Linguistic Review* 1, pp. 247-296.
- CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on Government and Binding*, Dordrecht, Foris Publications.
- CHOMSKY, N. (1982) *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1995) *The Minimalist Program*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- CHOMSKY, N. (2000) Minimalist Inquiries. In Martin, R., Michaels & Uriagereka, J. (orgs.) *Step by Step. Essays on Minimalist Syntax in Honour of Howard Lasnik*, Cambridge, Mass., The MIT Press, pp. 89-155.
- CHOMSKY, N. (2001) *Beyond Explanatory Adequacy* (ms.), MIT.
- DEAN, J. (1966) Determiners and relative clauses (não publicado).
- DUARTE, I. (2003) Aspectos linguísticos da organização textual. In Mateus, M. H. *et alii* (2003), pp. 87-123.
- EMONDS, J. (1979) Appositive relatives have no properties. *Linguistic Inquiry*, 10, 2, pp. 211-243.
- GRATACÓS, A., S. (1999) La aposición y otras relaciones de predicación nominal. In Bosque, I. & V. Demonte (1999) (orgs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Espasa, Madrid, vol. I, pp. 523-564.
- GROSU, A. (2000) Type-resolution in Relative Constructions. In Alexiadou, A., Law, P., Meinunger, A. & Wilder, C. (2000) (orgs.), pp. 83-119.
- JACKENDOFF, R. (1977) *X-Bar Syntax: a Study of Phrase Structure*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- JOHANNESSEN, J. B. (1998) *Coordination*, Oxford, OUP.
- KAYNE, R. (1994) *The Antisymmetry of Syntax*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- KEENAN, E. (1985) Relative Clauses. In *Language Typology and Syntactic Description*, Vol. II, *Complex Constructions*, pp. 141-170, org. por Shopen, Cambridge, CUP.
- LOBO, M. (2003) *Aspectos da Sintaxe das Orações Subordinadas Adverbiais do Português*, Diss. de Doutoramento, UNL, Lisboa.

- LOPES, M. H. C. (2004) *Aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos das orações causais. Contributo para uma reflexão sobre o ensino da gramática*. Diss. de Doutoramento, U. Porto.
- LÓPEZ García, A. (1999) Relaciones paratáticas e hipotáticas. In Bosque, I. & V. Demonte (1999) (orgs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Espasa, Madrid, vol. III, pp. 3597-3547.
- MANZINI, M. R. (1994) Syntactic dependencies and their properties: a note on Strong Islands. *University College of London Working Papers in Linguistics*, 6, pp. 205-218.
- MATEUS, M. H. et alii (2003), *Gramática da Língua Portuguesa*, Caminho, Lisboa, 5ª ed..
- MATOS, G. (2003) Estruturas de coordenação. In Mateus, M. H. et alii (2003), pp. 549-592.
- McCAWLEY, J. (1982) Parentheticals and Discontinuous Constituent Structure, *Linguistic Inquiry*, 13, pp. 91-106
- QUIRK, R. et alii (1985) *A Comprehensive Grammar of the English Language*, Londres, Longman.
- PERES, J. (1997) Sobre conexões proposicionais. In Brito, A. M et alii (orgs.) *Sentido que a vida faz, Estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras, pp. 775-787.
- PLATZACK, C. (2000) A Complement-of-Nº Account of Restrictive and Non-Restrictive Relatives. In Alexiadou, A., Law, P., Meinunger, A. & Wilder, C. (2000) (orgs.), pp. 265-308.
- REBUSCHI, G. (2002) Coordination et subordination. Deuxième partie. Vers la co-jonction généralisée. *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*, t. XCVII (2002), fasc. 1, pp. 37-94.
- REBUSCHI, G. (2005) Generalizing the antisymmetry analysis of coordination to nominal modification, *Lingua* 115 (2005), pp. 445-459; disponível on line em www.science.direct.com; www.elsevier.com/locare/lingua.
- ROSS, J. (1968) *Constraints on variables in Syntax*, Diss. de PhD, MIT, publ. por IULC.
- SAFIR, K. (1986) Relative Clauses in a Theory of Binding and Levels. *Linguistic Inquiry*, 17, 4, pp. 663-689.
- STOCKWELL, R. P., Schachter, P. S. & Partee, B. (1973) *The Major Syntactic Structures in English* N. I., Holt, Rinehart and Winston.
- VERGNAUD, J. R. (1974) *French Relative Clauses*, Diss. de Ph.D., MIT (não publicado).
- ZWART, J.-W. (2000) A Head Raising Anaysis of Relative Clauses in Dutch. In Alexiadou, A., Law, P., Meinunger, A. & Wilder, C. (2000) (orgs.), pp. 349-385.



Uma análise de erros no uso do Infinitivo Flexionado e do Conjuntivo em estudantes hispanofalantes que aprendem português

Viola Cárdenas
Universidade de Havana

1. Introdução

Uma das áreas mais críticas do Português para os nossos estudantes é o Infinitivo Flexionado ou Infinitivo Pessoal. O objectivo fundamental deste trabalho é tentar uma aproximação às causas que determinam as dificuldades dos estudantes cubanos na aquisição do Infinitivo Flexionado e chamar a atenção dos professores para elas.

Quanto ao uso do Infinitivo Flexionado em Português, podemos dizer que é bastante frequente, pois constitui para os falantes um recurso fácil, já que geralmente pode substituir o conjuntivo.

2. Os erros mais frequentes dos estudantes cubanos no uso do Infinitivo Flexionado

O aprendente de LE atravessa várias etapas de aquisição, portanto, em cada uma dessas etapas devemos analisar os erros de maneira diferente. A primeira coisa a ter em conta é que são esses erros que vão ajudar o aprendente e o professor a saber onde é que estão as dificuldades e como erradicá-las.

Sabemos que, na prática, nem para o professor nem para o aluno de LE é fácil aceitar os erros como algo positivo ou inerente ao processo de ensino/ aprendizagem porque tradicionalmente os erros têm sido penalizados, o que faz com que muitos aprendentes tenham medo e se sintam inferiorizados. É por essa razão que a Análise de Erros, desenvolvida por vários autores (Corder, 1967; James, 1996, etc.) contribuiu para uma melhor compreensão dos processos de aprendizagem e ajudou a encontrar muitas das razões que conduzem os aprendentes à produção de formas erróneas.

Na bibliografia consultada sobre este tema encontrámos diferentes critérios e tipologias de erros. A maioria dessas tipologias valoriza os conceitos de aceitabilidade e de gramaticalidade. "A gramaticalidade faz referência à conformidade da produção com o sistema da língua que se aprende. A aceitabilidade está submetida ao juízo do informante, que, em cada situação concreta, valoriza se a mensagem se entende, se é confusa, adequada à situação: é, numa palavra, aceitável ou não" (Fernández, 1997: 30).

O critério prioritário para definir os erros é a aceitabilidade. Por isso, uma frase que contenha um enunciado compreensível na comunicação, embora não corresponda

exactamente à língua-alvo, não será considerada errada. E é nessa perspectiva que analisaremos os erros dos nossos estudantes quanto à aquisição do Infinitivo Flexionado.

James (1998) vai mais além nesta diferenciação e afirma que “a mais prática e clara classificação dos erros” é a seguinte:

- (i) **Lapsos:** lapsos de língua ou escrita que podem ser facilmente detectados e autocorrigidos;
- (ii) **Enganos ou falhas:** que só podem ser corrigidos se o desvio for assinalado por alguém;
- (iii) **Erros:** não podem ser autocorrigidos; só se o input implícito ou explícito relevante para aquele erro for fornecido pelo docente;
- (iv) **Solecismos:** são quebras de regras de correção dum ponto de vista purista e usualmente só ensinado na escola.

A nosso ver, esta classificação dos erros é muito pormenorizada e tem em conta as diferentes nuances dos erros. No entanto, na prática é muito difícil distinguir as características de cada um. Corder (1967) distingue os erros como *erros sistemáticos*, que são os que reflectem a competência transitória, dos *erros de produção*, que seriam os não sistemáticos. Os primeiros são os que ele denomina «erros» e os segundos, «faltas» (mistake)¹.

Neste trabalho assumiremos que os casos em que os alunos usaram correctamente o Conjuntivo, o Infinitivo Impessoal ou o Indicativo em lugar do Infinitivo Flexionado sem deformações formais das frases não serão tidos como *erros*, mas como *falhas*. Os casos em que os alunos usaram tempos do Indicativo com verbos que não podem reger esse modo e vice-versa serão tidos como *erros*.

3. Descrição e avaliação do corpus

Neste parágrafo queremos fazer uma análise dos erros mais frequentes dos estudantes cubanos no uso do Infinitivo Flexionado. Para isso, preparámos um corpus em que os estudantes deviam usar o Infinitivo Flexionado, o Infinitivo Impessoal ou o Conjuntivo. A seguir à descrição, apresentaremos algumas reflexões sobre as causas dos *erros* e algumas sugestões para os professores hispanofalantes de Português LE.

4. O corpus

O corpus que serviu para a investigação deste trabalho é composto por dois grupos de exercícios ou testes adaptados do volume II do manual *Português sem Fronteiras*:

¹ Apud Fernández (1997), pág. 26.

Teste N° 1: teste formado por exercícios com frases de complementação mais comuns, fundamentalmente de complementação adjectival, subordinadas finais e de ordenação temporal.

Teste N° 2: teste formado por exercícios com frases mais complexas, nomeadamente frases completivas como argumento interno de diferentes tipos de verbos, a saber, *declarativos*, *avaliativos de uso factivo*, e *causativos*.

Os testes foram entregues por mim e por uma colega que estava a leccionar um curso com características diferentes do meu curso e numa turma que apresentava também uma composição diferente. A realização dos testes teve lugar na sala de aulas, na última hora de uma aula. Antes de começarem a respondê-los, explicámos aos estudantes que não se tratava de uma prova avaliativa, mas de um exercício com fins de investigação.

5. Caracterização das turmas

Turma N° 1 (de iniciação)

A primeira turma encontrava-se a fazer um curso acelerado de Português de 5 meses, promovido pela Oficina da *União Latina* em Havana em colaboração com a Faculdade de Línguas Estrangeiras da UH. (os alunos encontravam-se no final do curso). Era constituída por 8 alunos adultos dos mais variados estratos sociais, de diferentes idades, com uma formação profissional diferente e com motivações distintas; i. e., uma das características fundamentais da turma era a heterogeneidade. Por esta razão, o nível de aquisição/ aprendizagem era muito variado.

Turma N° 2 (avançada)

A segunda turma estava a fazer um curso básico de Português de dois anos de duração na Faculdade de Línguas Estrangeiras da Universidade de Havana e encontrava-se a cursar o primeiro semestre do segundo ano. Este grupo era composto por 13 estudantes, com características mais homogéneas, pois a maioria dos alunos eram jovens estudantes de diferentes cursos da Universidade de Havana e, muitos deles, alunos da própria Faculdade de Línguas Estrangeiras, portanto, com uma melhor formação linguística e com estratégias de aprendizagem mais desenvolvidas.

Devemos esclarecer que a metodologia seguida pelos professores de ambas as turmas tinha sido distinta, não só pela diferença dos cursos, mas pela formação e pelo interesse marcado de um deles pelo ensino do Infinitivo Flexionado².

Como é de esperar, aplicámos o Teste N° 1 à primeira turma por acharmos que não estavam em condições de responder objectivamente a frases mais complexas, e o Teste N° 2 à turma mais avançada.

² A professora da Turma N° 1 tem uma formação em Português Europeu, onde o Infinitivo Flexionado é mais usual e tinha dado uma ênfase especialmente marcada à aprendizagem do Infinitivo Flexionado por representar a sua área de investigação.

6. Análise dos erros

Depois de corrigirmos os testes, encontrámos resultados muito interessantes, alguns deles inesperados. A seguir, apresentaremos de maneira geral os resultados que obtivemos com os dois testes.

Teste Nº 1 (turma de iniciação):

De um total de 8 estudantes, 6 deles responderam praticamente a todos os exercícios e só dois não completaram as frases que tinham de produzir.

No exercício I, a maior parte dos alunos teve dificuldade em reconhecer quais as frases mal formadas e quais as bem formadas. No entanto, as frases que apresentavam **Infinitivo Impessoal com sujeito expresso** foram detectadas pela maioria como mal formadas. A nosso ver, isto deve-se ao facto de o Espanhol não admitir frases infinitivas com sujeito explícito, nomeadamente quando apresentam sujeitos disjuntos.

No exercício II, uma boa parte dos estudantes completou as frases com Infinitivo Flexionado ou, nalguns casos, com Infinitivo Impessoal e só em dois casos houve confusão com o Conjuntivo. No exercício III, os alunos deviam completar frases com Infinitivo Flexionado ou Conjuntivo, conforme a construção. Neste caso, os resultados foram relativamente satisfatórios, com excepção dos dois alunos que não responderam e em dois casos onde houve confusão com as formas do Conjuntivo em Espanhol.

No exercício IV, onde os estudantes deviam escolher uma conjunção ou locução prepositiva, conforme o caso, e usar o Infinitivo Flexionado, só um estudante não completou nenhuma das frases, e, de maneira geral, usaram ou o Infinitivo Flexionado ou o Infinitivo Impessoal.

Teste Nº 2 (turma avançada)

Como já referimos acima, este teste apresentava exercícios com completivas como argumento interno do verbo. Todos os estudantes responderam a todos os exercícios.

No exercício I, os alunos deviam reconhecer frases bem formadas e frases mal formadas, que contemplavam o Infinitivo Flexionado, o Infinitivo Impessoal e o Conjuntivo. Tal como aconteceu com a turma anterior, os estudantes tiveram dificuldade em distinguir as frases bem formadas, mas conseguiram perceber que as frases com Infinitivo impessoal com sujeito expresso eram mal formadas.

No exercício II, eles deviam completar frases que apresentavam diferentes tipos de verbos com completivas de Infinitivo Flexionado. Para nosso espanto, todos os alunos "forçaram" as frases com o complementador *que* a fim de poderem usar ou Indicativo ou Conjuntivo.

7. Síntese

O corpus confirmou, de maneira geral, que os estudantes cubanos têm dificuldade em reconhecer e em usar o Infinitivo Flexionado. Como podemos verificar, em quase todos os casos em que deviam usar o Infinitivo Flexionado, inclusivamente naqueles em que eram facilitadas construções, preposições ou locuções prepositivas que sugerem o uso desta forma, os estudantes forçaram as frases de maneira a poderem usar um tempo verbal do Indicativo ou do Conjuntivo. Nos casos em que era possível usar o Infinitivo Impessoal, muitos alunos evitaram o Infinitivo Flexionado.

Podemos então resumir que nos exercícios de reconhecimento de frases bem formadas houve erros de quase todos os estudantes, o que confirma a ideia anterior. Nos exercícios de produção houve maioritariamente falhas, tendo em conta que eles conseguiram formar frases aceitáveis e, em muitos casos, perfeitamente gramaticais. O que nos parece interessante é o facto de eles terem mais dificuldade em identificar frases bem formadas, seja com Infinitivo Flexionado, seja com Conjuntivo. Isto leva-nos a pensar que eles ainda não conseguiram interiorizar estruturas básicas da língua portuguesa e que se sentem baralhados perante dois modos verbais que, na opinião deles, podem substituir-se um ao outro.

Pensamos que estas falhas são explicadas por várias causas:

- (i) Por uma parte, pelo facto de o Infinitivo Flexionado ser uma forma **marcada** da língua portuguesa, o que dificulta a sua aprendizagem por qualquer aprendente de Português como língua estrangeira. Recorde-se que o Infinitivo Flexionado é o resultado de valores positivos de dois parâmetros (cf. Raposo 1987).
- (ii) Por outro lado, a **interferência** da L1, que possui um modo comum às duas línguas – o Conjuntivo – através do qual podem exprimir os mesmos valores semânticos que transmitiriam com o Infinitivo Flexionado.
- (iii) Em terceiro lugar, devido à metodologia e à importância que o professor de Português der ao Infinitivo Flexionado e à sua diferenciação do Conjuntivo³.

Resumindo, podemos afirmar que, embora o uso do Infinitivo Flexionado não seja a única opção para expressar certos enunciados, o seu domínio representa que os aprendentes atingiram um nível superior na aquisição da LE e que começam a ultrapassar o primeiro estágio da interlíngua. Se o estudante não conseguir ultrapassar esse estágio no momento certo, a interlíngua terá as condições necessárias para a fossilização. Os resultados do Teste Nº 2 confirmam que se o estudante passar para um nível superior de aprendizagem sem ter adquirido estruturas mais complexas ou mais marcadas da língua-alvo, mas em que se devia ter insistido mais, dificilmente chegará a adquiri-las.

³ Isto verifica-se pelo facto de a Turma Nº 1, embora tendo um nível de aprendizagem menos avançado que a Turma Nº 2, ter conseguido produzir em maior escala frases com Infinitivo Flexionado, enquanto a Turma Nº 2 não conseguiu produzir nenhuma.

8. Sugestões pedagógicas

1. Os professores de língua estrangeira devem estar abertos à compreensão e à procura da causa dos erros dos estudantes, das suas falhas e da maneira como os poderiam ajudar a superá-las.
2. Os professores hispanofalantes de Português LE, tendo em conta que também um dia fomos estudantes e que, de maneira geral, continuamos a sê-lo, devemos tentar aproveitar a nossa experiência e as nossas estratégias de aprendizagem para ajudar os nossos alunos a superar a interlíngua. A nossa vantagem respectivamente a professores lusófonos de Português está no facto de conhecermos muito melhor as estruturas que podem ser transferidas da L1 para a LE e dessa maneira prever muitos dos erros fundamentais que os aprendentes podem fazer.
3. Nós, professores de Português LE para estudantes hispanofalantes, carecemos de materiais didácticos suficientes, nomeadamente de materiais que tenham em conta as semelhanças e as diferenças das duas línguas. Por essa razão, somos obrigados a preparar de maneira individual o material didáctico para as nossas aulas. Tendo em conta que o Infinitivo Flexionado é um aspecto da língua portuguesa pouco aprofundado nos manuais e nas gramáticas pedagógicas e, geralmente simplificado, generalizado e descontextualizado⁴, é da nossa responsabilidade criarmos condições tanto materiais como comunicativas para superar essas dificuldades.

9. Conclusões

O objectivo fundamental deste trabalho era tentar compreender se a dificuldade dos estudantes cubanos na aquisição do Infinitivo Flexionado é determinada pelo facto de esta construção não existir na sua língua materna e perceber por que razão é que ele pode ser substituído pelo Conjuntivo ou pelo Infinitivo Impessoal. Para isso precisávamos de ter uma ideia bem clara sobre os aspectos linguísticos da gramática portuguesa, ligados tanto ao Infinitivo como ao Conjuntivo.

A análise do corpus confirmou, de maneira geral, que os estudantes cubanos têm dificuldade em reconhecer e em usar o Infinitivo Flexionado. Em exercícios de reconhecimento de frases bem formadas houve erros de quase todos os estudantes e em exercícios de produção houve maioritariamente falhas, tendo em conta que eles conseguiram formar frases aceitáveis e, em muitos casos, perfeitamente gramaticais.

As falhas fundamentais são explicadas pelo facto de o Infinitivo Flexionado ser uma forma **marcada** da língua portuguesa, o que dificulta a sua aprendizagem por

⁴ Em Cuba, está mais desenvolvida a variante brasileira do Português, onde o Infinitivo Flexionado é menos usual. Por essa razão, é um dos aspectos da língua portuguesa menos desenvolvido nos materiais didácticos. Ele é incorporado nesses materiais como um fenómeno da língua portuguesa, mas sem que se lhe dê uma importância relevante.

qualquer aprendente de Português. Por outro lado, há **interferências** da L1, que possui um modo comum às duas línguas — o Conjuntivo — através do qual podem exprimir os mesmos valores semânticos que transmitiriam com o Infinitivo Flexionado. Em último lugar, há razões que se relacionam com metodologia. Na verdade, os materiais didáticos disponíveis são insuficientes e os que existem não põem em realce de uma maneira suficiente as semelhanças e diferenças entre as duas línguas.

Referências Bibliográficas

- ALARCOS Llorach, E. (1996) *Gramática de la Lengua Española*. Madrid: Espasa.
- ALMEIDA Filho, J. C. P. (1995) Uma metodologia específica para o ensino de línguas próximas? In J. C. P. Almeida Filho (org.) *Português para Estrangeiros/ Interface com o Espanhol*. Campinas: Pontes, pág. 13-21.
- (1997) A Abordagem Orientadora da Ação do Professor. In J. C. P. Almeida Filho (org.) *Parâmetros Atuais Para o Ensino de Português Língua Estrangeira*. Campinas: SAPEC, Pontes, pág. 13-28.
- BRITO, A. M. (1995) Algumas propriedades sintáticas do Português no quadro das línguas românicas: Sujeito Nulo, Infinitivo Flexionado e Clíticos Nominativos. *Lusorama. Revista de Estudos sobre os Países de Língua Portuguesa*, Frankfurt am Main: Editora TFM, págs. 17-27.
- COIMBRA, Leite, I., Mata Coimbra, O. (1995) *Português sem Fronteiras*, Vol. III. Lisboa-Porto-Coimbra: LIDEL, Edições técnicas.
- CUNHA, C.; Cintra, L. (1984): *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, págs. 481-487.
- FERNÁNDEZ, S. (1997) *Interlengua y análisis de errores en el aprendizaje del español como lengua extranjera*. Madrid: Edelsa, Grupo Didascalia, S.A.
- FERREIRA, I. (1997) Interface Português/ Espanhol. In J. C. P Almeida Filho (org.) *Parâmetros Atuais Para o Ensino de Português Língua Estrangeira*. Campinas: SAPEC Pontes, págs. 141-151.
- MATEUS, M. et alii (1987): *Gramática da Língua Portuguesa*, 2ª edição revista e aumentada, Lisboa: Caminho, págs. 257-323.
- MAURER Jr., T. H. (1968) *O Infinito Flexionado Português: estudo histórico-descritivo*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP.
- RAPOSO, E. P. (1987) Case Theory and Infl-to-Comp: the Inflected Infinitive In European Portuguese. *Linguistic Inquiry* 18/ 1. Cambridge, págs. 85-110.
- TORRE, Gomes da Costa, M. (1985) *Uma análise de erros: Contribuição para o ensino da língua inglesa em Portugal*. Dissertação de Doutorado. Universidade do Porto.
- VÁZQUEZ Cuesta, P., Méndes da Luz, M. A. (1971) *Gramática da Língua Portuguesa* (trad. portuguesa) Lisboa: Edições 70, págs. 529-534.

Anexos

Teste N° 1

I. Marque as frases que considerar bem formadas com OK e as frases que considerar mal formadas com *:

1. a) É melhor nós levarmos o guardachuva, porque acho que vai chover.
- b) É melhor levarmos o guardachuva, porque acho que vai chover.
- c) É melhor que nós levemos o guardachuva, porque acho que vai chover.
- d) É melhor levar o guardachuva, porque acho que vai chover.
- e) É melhor nós levar o guardachuva, porque acho que vai chover.

2. a) É preciso que vás ao supermercado que já não há leite.
- b) É preciso ires ao supermercado que já não há leite.
- c) É preciso que tu vás ao supermercado que já não há leite.
- d) É preciso tu ir ao supermercado que já não há leite.
- e) É preciso ir ao supermercado que já não há leite.

3. a) Fiquem na Madeira até que vocês terminem a reportagem.
- b) Fiquem na Madeira até vocês terminarem a reportagem.
- c) Fiquem na Madeira até terminarem a reportagem.
- d) Fiquem na Madeira até terminar a reportagem.
- e) Fiquem na Madeira até vocês terminar a reportagem.

4. a) Senta-te Nuno, para falarmos sobre a tua viagem.
- b) Senta-te Nuno, para que falemos sobre a tua viagem.
- c) Senta-te Nuno, para que nós falemos sobre a tua viagem.
- d) Senta-te Nuno, para falar sobre a tua viagem.
- e) Senta-te Nuno, para nós falar sobre a tua viagem.

II. Complete as frases com o tempo verbal que achar conveniente, usando o verbo indicado entre parênteses e com a forma de sujeito indicada ou aquela que é sugerida pelo contexto frásico:

1. Antes de _____, vem falar comigo. (*sair*)
2. É perigoso _____ banho aqui, meninos. (*tomar*)
3. É necessário _____ sobre esse assunto, meus senhores. (*falar*)
4. Peço-te para não me _____. (*interromper*)

5. Quero terminar este trabalho antes de _____ os convidados.
(chegar)
6. Não é muito provável _____ o dinheiro. (eles, achar)
7. Não vejo razão para os senhores _____ tão irritado. (ficar)
8. Não te preocupes que eu espero até _____. (tu, acabar)
9. Depois de _____ bem, decidimos não fechar o negócio. (nós, pensar)
10. Não arrumo a casa sem vocês _____. (partir)

III. Complete as frases abaixo, usando as formas verbais que entender:

1. a) É necessário que _____.
b) É necessário _____.
2. a) Era bom que _____.
b) Era bom _____.
3. a) É provável _____.
b) É provável que _____.
4. a) Era possível que _____.
b) Era possível _____.

IV. Complete as frases usando o tempo verbal que achar conveniente e as conjunções ou locuções conjuntivas entre parênteses:

- 1) Avisas-me da viagem _____ as malas. (fazer/ depois de / depois que)
- 2) Disse-lhes _____. (não me interromper / para)
- 3) Não podem sair _____ arrumar bem a casa. (antes de / antes que)
- 4) Não posso fazer o trabalho _____ vocês _____. (ajudar / sem)

Teste N° 2

I. Marque as frases que considerar certas:

1. ___ a) Os pais lamentam que o João tenha reprovado o curso.
___ b) Os pais lamentam o João ter reprovado o curso.
___ c) Os pais lamentam que o João reprovasse o curso.
___ d) Os pais lamentam o João reprovar o curso.
2. ___ a) Envergonha-me que os meninos sejam malcriados.
___ b) Envergonha-me os meninos serem malcriados.
___ c) Envergonha-me que os meninos tenham sido malcriados.
___ d) Envergonha-me os meninos terem sido malcriados.

3. ____ a) O director mandou que os alunos ficassem dentro da escola.
 ____ b) O director mandou os alunos ficarem dentro da escola.
 ____ c) O director mandou os alunos ficar dentro da escola.
4. ____ a) Preocupou-me que o furacão tivesse entrado em Cuba.
 ____ b) Preocupou-me o furacão ter entrado em Cuba.
 ____ c) Preocupou-me que o furacão entrasse em Cuba.
 ____ d) Preocupou-me o furacão entrar em Cuba.

II. Complete as seguintes frases conforme entender:

1. O jornalista afirmou _____. (os jogadores/ ter feito graves erros)
2. A Maria aprova _____. (eu/ ter viajado).
3. Os alunos detestaram _____. (a professora/ não ir às aulas)
4. Nós afirmamos _____. (nós/ ter acabado o trabalho)
5. Admirou o Pedro _____. (a Maria/ ganhar o concurso)

Neologismos verbais em português

Carla Cristina Almeida Coelho

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda – Universidade de Aveiro

0. Objecto e objectivos

São, actualmente, muito comuns, entre falantes de língua portuguesa, os neologismos de importação, sobretudo os de origem anglófona. Atentos a este fenómeno, os dicionários de português, sobretudo os mais recentes, de que o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (DHLP) é um bom exemplo – e, como tal, seguido na elaboração deste trabalho –, não se esquivam ao registo destas novas palavras, que entram, assim, para o *thesaurus* da nossa língua.

Uma vez que estes termos vêm, sobretudo, preencher lacunas criadas pelo surgimento de realidades até então desconhecidas pela língua portuguesa, e que estas dizem respeito a objectos, conceitos, noções, os neologismos de importação integram-se, predominantemente, no paradigma dos nomes.

Assim, com grafia e indicação fonética aportuguesada ou não, é natural encontrarmos, nos dicionários mais recentes, palavras como *mainserver*, *matherboard*, *software*, *Internet*, *browser*, entre muitas outras.

A par destas, mas em muito menor número, aparecem alguns verbos cuja base é também ela importada. Desta forma, verbos como *checar*, *clicar*, *deletar*, *standardizar*, *scanerizar* ou *stressar* surgem já como fazendo parte do léxico do português. Outras formas, tais como *franchisar*, *scanar*, *speedar*, *sprintar*, ou *sticar*, apesar de ainda não surgirem dicionarizadas, como as anteriores, vão já fazendo parte do vocabulário que, de forma mais ou menos pontual, vamos utilizando. De umas e de outras me ocuparei, tendo como objectivo a análise do processo de formação destas unidades, socorrendo-me, para tal, do quadro de formação de verbos disponível em português.

Constata-se que o esquema de formação de verbos com maior vitalidade em português é aquele que parte de bases nominais (e adjectivais, mas em menor número) com as quais se formam verbos sem a adição de qualquer elemento de carácter afixal – prefixos, sufixos e circunfixos – formalmente identificável, o que se verifica, por exemplo, nas formas *açucarar*, *peneirar*, ou *faiscar*. Os verbos analisados neste trabalho não constituem excepção e, por este motivo, os exemplos apresentados seguem este esquema genolexical, sendo introduzidos pontualmente casos de verbos com outros esquemas.

Desta forma, a análise que apresentarei será feita em cinco etapas distintas: (i) num primeiro momento, farei uma análise das palavras que estão na base dos novos produtos, análise essa feita sob o ponto de vista morfo-sintáctico e semântico; (ii) de seguida, procederé à observação das estruturas semântico-argumentais que os novos produtos

prevêem; (iii) numa terceira fase, terei em conta as regras de formação de palavras que presidem à constituição destas novas formas; (iv) num quarto momento, procurarei analisar alguns usos que os falantes fazem das mesmas; (v) finalmente, estabelecerei uma relação entre estas novas unidades e aquelas que partem de bases portuguesas.

Ao longo do trabalho, não terei em conta preocupações de natureza gráfica, uma vez que, mesmo com as unidades que já se encontram perfeitamente integradas no léxico do português, poderá verificar-se oscilações de grafia, entre a forma original e a(s) aporportuguesada(s), muitas vezes indicadas pelos próprios dicionários.¹

1. Classes morfo-sintáticas e semânticas das bases

1.1. Classes morfo-sintáticas

Segundo o DHLP, os verbos com base importada surgem no português por duas vias distintas: por um lado, o neologismo é já um verbo na língua de origem, que passa, posteriormente, por uma adaptação às regras morfofonológicas do português, nomeadamente através da terminação que o inclui no paradigma verbal; por outro, a base é um nome importado que, depois de integrado no léxico do português, passa por um processo genolexical com o objectivo de se formar um novo verbo.²

No quadro 1, encontramos exemplos de ambos os casos. Quando a categoria de base é um verbo (V), assistimos a uma importação da forma verbal e a uma adaptação às regras do português; quando é um nome (N), o processo genolexical terá tido lugar em português, a partir de um radical nominal importado de uma língua estrangeira, mas já reconhecido como fazendo parte do léxico do português e, portanto, numa fase posterior à da integração do novo termo.

NEOLOGISMO VERBAL	BASE	
	FORMA DE BASE	CATEGORIA
<i>acessar</i> (PB)	<i>to access</i>	V
<i>checar</i>	<i>to check</i>	V
<i>clicar</i>	<i>to click</i>	V
<i>deletar</i>	<i>to delete</i>	V
<i>estandardizar</i>	<i>to standardize</i>	V
<i>scanerizar</i>	<i>scâner</i>	N
<i>snifar</i>	<i>to sniff</i>	V
<i>stressar</i>	<i>stressa</i>	N
<i>surfear</i>	<i>surfe</i>	N

Quadro 1: Origem de alguns neologismos verbais, segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*

¹ Freitas, Ramilo e Soalheiro (2003:382), relativamente aos estrangeirismos integrados em português, consideram que «em termos de grafia, as palavras que se encontram nesta fase [de integração] tendem a apresentar uma atestação lexicográfica normativizada.» Contudo, ressaltam que «este não é um critério fiável, por não estar associado a factores puramente linguísticos. É possível que uma palavra esteja totalmente integrada do ponto de vista fonológico e morfológico, continuando a manter generalizada a grafia da língua de partida.» (*idem, ibidem*).

² Freitas, Ramilo e Soalheiro (2003:382) consideram três fases no processo de integração dos estrangeirismos no português europeu, sendo que uma das propriedades da 3.ª fase, a da integração no léxico, é a da integração no sistema morfológico, permitindo a possibilidade de derivação.

Ao analisarmos o Quadro 1, verificamos, contudo, que parece não haver critérios coerentes para se considerar que um dado verbo foi formado ou apenas formatado em português. Como justificar, por exemplo, que *clicar* e *stressar* apresentem tratamentos diversos, sendo o primeiro directamente importado e o segundo formado em português, a partir do nome *stress*? Como explicar que *clique* não tenha dado origem a *clicar* – à semelhança do que se terá passado com *stresse* e *stressar* – e que na base deste esteja a forma verbal inglesa *to click*?

Pela análise deste tipo de formas verbais, parece mais correcto considerar que surgem em português verbos importados que, não tendo uma base nominal correspondente, da qual possamos partir, sofrem apenas um processo de aportuguesamento. Na minha perspectiva, é aquilo que acontece com os verbos *checar*, *assemblar*, *atachar*, *haquear*, entre outros, eventualmente. Com efeito, ainda que importado do inglês ou de outras línguas, não conheço nenhum radical nominal ou adjectival que apresente as formas [chec], [assembl], [atach], [haqu], que depois possa, eventualmente, ser reanalisado como um radical nominal típico do português, disponível para a formação de verbos. Assim, penso que este tipo de verbos terá de ser considerado um grupo à parte, não como potencialmente formados em português, mas antes como formatados nesta língua. São estes os casos apresentados no Quadro 2.

NEOLOGISMO VERBAL	BASE	
	FORMA DE BASE	CATEGORIA
<i>assemblar</i>	<i>to assemble (ing.)/ assembler (fr.)</i>	V
<i>atachar</i>	<i>to attach</i>	V
<i>checar</i>	<i>to check</i>	V
<i>haquear</i>	<i>to hack</i>	V

Quadro 2: Verbos formatados em português

Paralelamente, a possibilidade de reanálise das formas importadas enquanto radicais nominais típicos do português já é possível com os nomes que estão na base dos verbos *clicar*, *faxar*, *flartar*, *scanar*, *scanerizar*, *stressar*, *surf*, *cracar*, *crashar*, *flipar*, *franchisar*, *speedar*, *sprintar* e *sticar*, que são, respectivamente, *clique*, *fax*, *flarte*, *scan*, *scanner*, *stress*, *surf*, *crack*, *crash*, *flip*, *franchise*, *speed*, *sprint* e *stick*, todos eles, com maior ou menor frequência, num âmbito mais lato ou mais restrito, actualizados em português. Penso que não deve ser posta de parte a possibilidade de alguns destes verbos não terem, efectivamente, sido importados directamente de outras línguas, uma vez que, reconheço, por vezes, seja muito difícil determinar se foi o verbo ou o nome – ou ambos – que foram objecto de importação. Ainda assim, parece-me mais prudente considerar que, existindo em português uma forma nominal e outra verbal, o processo genolexical (também) tenha tido lugar nesta língua. Mesmo que tenham sido formados na língua de origem, o processo de formação destes verbos é passível de ser reanalisado em português, tanto mais que em ambas as línguas o processo será homólogo.

Assim, em termos efectivos de processo genolexical, quanto às formas de base, considerarei apenas os verbos passíveis de serem analisados como formados em português, exemplificados no Quadro 3.

NEOLOGISMO VERBAL	BASE	
	FORMA DE BASE	CATEGORIA
<i>clicar</i>	<i>clique</i>	N
<i>cracar</i>	<i>crack</i>	N
<i>crashar</i>	<i>crash</i>	N
<i>estandardizar</i>	<i>estândar</i>	A
<i>faxar</i>	<i>faxe</i>	N
<i>flartar</i>	<i>flarte</i>	N
<i>flipar</i>	<i>flip</i>	N
<i>franchisar</i>	<i>franchise</i>	N
<i>scanar</i>	<i>scan</i>	N
<i>scânerizar</i>	<i>scâner</i>	N
<i>speedar</i>	<i>speed</i>	N
<i>sprintar</i>	<i>sprint</i>	N
<i>sticar</i>	<i>stick</i>	N
<i>stressar</i>	<i>stresse</i>	N
<i>surtar</i>	<i>surfe</i>	N

Quadro 3: Verbos passíveis de serem analisados como formados em português

Em suma, verifica-se que, como classes morfo-sintáticas das bases de neologismos verbais, encontramos, predominantemente, radicais nominais e, com menor frequência, radicais adjectivais, de que *standard/estândar*, que se encontra na base de *estandardizar*, é um exemplo.

1.2. Classes semânticas das bases

Relativamente às classes semânticas das bases, a classificação apresentada baseia-se nas propriedades, intrínsecas ou culturais, dos nomes ou adjectivos importados que estão na base de um novo verbo do português.

Como referi na introdução, a importação de termos advém, com frequência, do facto de estarmos constantemente perante novas realidades para as quais não temos, ainda, uma designação. Essas realidades passam, sobretudo, por novos objectos, novas acções e, eventualmente, novas propriedades.

Assim, perante os verbos analisados e as respectivas bases, verifica-se que a classe semântica destas é, predominantemente, a de nomes de acção: um *flarte*; um *scan*; o *surf*; um *crack*; um *crash*; um *flip*; um *franchise*; um *print*; um *speed*; um *sprint*.

Além desta, as bases podem apresentar ainda as seguintes classes semânticas: nomes de instrumento – *scanner*, *fax*; *stick* –; nomes de propriedade – *standard* –; nomes compactos – *stress* –; e onomatopeias – *snif*, que se encontra na base do verbo *snifar*.

2. Estrutura semântico-argumental dos neologismos verbais

2.1. Estrutura argumental

A estrutura argumental de um verbo baseia-se no princípio de que a significação lexical de uma unidade verbal pressupõe um determinado número de lugares vazios/argumentos, que podem ou não ser preenchidos aquando da sua inserção num enunciado. A estrutura argumental comporta, assim, aquilo a que, habitualmente, se designa por funções sintácticas, por um lado e, por outro, as relações de natureza semântica que se estabelecem entre o verbo e os diferentes argumentos que o envolvem, que a gramática designa por papéis semânticos ou temáticos.³ A separação entre as primeiras e os segundos é pertinente na medida em que a uma determinada função sintáctica podem corresponder diferentes papéis temáticos, consoante o contexto linguístico em que o verbo ocorre.

Desta forma, é habitual considerar-se a existência de verbos de zero, um, dois e três argumentos.

No conjunto dos verbos analisados, não foi encontrado nenhum de zero argumentos, o que se justifica pelo facto de estes se circunscreverem de forma quase exclusiva aos chamados ‘verbos meteorológicos’.⁴

Em relação aos verbos de um argumento, este desempenha sempre a função sintáctica de sujeito, o qual pode ter o papel semântico de Agente ou de Fonte, como se verifica nos exemplos que, de seguida, se apresentam:

- (1) [O António]_{Agente} *clica* frequentemente neste link.
- (2) [A Maria]_{Agente} *surfa* sobretudo no Inverno.
- (3) [O computador]_{Fonte} *crashou*.
- (4) [A máquina]_{Fonte} *flipou*.

Quanto aos verbos de dois argumentos, estes desempenham as funções sintácticas de sujeito – à qual pode corresponder o papel temático de Agente, sendo também possível o de Fonte – e de complemento directo, preenchido predominantemente pelo papel de Tema. É isso que se verifica nos enunciados que, de seguida, se apresentam.

- (5) [O técnico de informática]_{Agente} *assemblou* mal [os componentes do computador]._{Tema}
- (6) [O agente da Polícia]_{Agente} *checou* [a informação dada pelo detido]._{Tema}
- (7) [Os utilizadores de Internet]_{Agente} *cracam* [muitos programas]._{Tema}
- (8) [A aplicação informática]_{Fonte} *crashou* [o computador]._{Tema}
- (9) Inadvertidamente, [o utilizador]_{Agente} *deletou* [um registo importante]._{Tema}

³ Segue-se a perspectiva apresentada em Mateus, Brito, Duarte e Faria (2003:185-190).

⁴ Cf. Mateus, Brito, Duarte e Faria (2003:185) e Coelho (2003:79,89).

- (10) As repartições públicas]Agente *estandardizaram* [os documentos a serem entregues pelos utentes].-Tema
- (11) [Uns piratas informáticos]Agente *haquearam* [um número significativo de computadores].-Tema
- (12) [A Joana]Agente *scanou/scaneou/scanerizou* [dois mapas].-Tema
- (13) [O trânsito]Fonte *stressa* [o João].-Alvo

Relativamente aos verbos de três argumentos, estes compreendem as funções sintácticas de sujeito, complemento directo e complemento indirecto, a que correspondem os papéis temáticos de Agente, Tema e Alvo, respectivamente, como se poderá constatar pelos exemplos que, de seguida, são apresentados.

- (14) [O professor]Agente *atachou* [uma ficha]Tema [ao e-mail que enviou aos alunos].-Alvo
- (15) [A Maria]Agente *e-mailou* [três documentos]Tema [ao João].-Alvo
- (16) [A McDonald's]Agente *franchisou* recentemente [três lojas]Tema [ao seu melhor cliente português].-Alvo

Pelos enunciados apresentados, poderemos verificar que os neologismos verbais com base importada seguem a estrutura argumental dos restantes verbos com base em radicais do português.

2.2. Classes semântico-argumentais dos neologismos verbais

Em termos semântico-argumentais, os novos verbos designam, genericamente, uma mudança de estado, operada na entidade afectada através do nome incorporado pelo novo elemento verbal.

Numa primeira observação, a ausência formal de um elemento de carácter afixal no processo de formação da maioria dos verbos em análise faria com que as restrições em termos semântico-pragmáticos não fossem muitas e que, por isso, um mesmo verbo pudesse ter cambiantes de significação diferentes consoante os diferentes contextos em que surgisse.⁵ É isso que se verifica com os verbos formados em português sem a presença de um elemento afixal formalmente identificável (Coelho, 2003:94-101).

Contudo, os casos que tenho vindo a analisar, embora a esmagadora maioria não comporte esse elemento afixal, têm inerente um aspecto que reduz o leque de significações que estes verbos poderiam comportar. Como já referi anteriormente, a maior parte das bases designam nomes de acção – *um clique, um scan, um print, um flarte, um sprint* –, parafraseáveis por “fazer Nb”. Como tal, verbos como *clicar,*

⁵ Essas cambiantes de sentido, no caso dos verbos formados a partir de radicais nominais e adjectivais típicos do português não se devem exclusivamente à ausência formal de um afixo, mas também às propriedades semânticas das bases. Por exemplo, o verbo *carimbar*, numa frase como *O funcionário carimbou vinte documentos*, poderá ser interpretado como um verbo instrumental ou como ornativo, dependendo se encaramos o nome *carimbo* como objecto ou como resultado de uma acção (Coelho, 2003:95-96).

deletar, flartar, scanar, surfar, crashar, flipar, franchisar, speedar, sprintar deverão ser, predominantemente, classificados como verbos causativos de mudança de estado.

Para além de verbos causativos, temos também verbos instrumentais, quando na base existe um nome de instrumento. Serão classificados como verbos instrumentais *scanerizar, faxar e sticar*, verificando-se que estes existem em muito menor número do que os anteriores.

3. Regras de Formação de Palavras dos novos verbos

Relativamente às Regras de Formação de Palavras (RFP) que presidem à construção destas novas formas verbais, verifica-se que, também à semelhança dos restantes verbos que em português seguem este esquema genolexical, elas são duas:

1. por um lado, a RFP MUDANÇA, uma vez que temos como produto verbos que implicam uma mudança de estado, desencadeada pela acção do nome contido no novo verbo (Rio-Torto, 1998a:116). Esta é, aliás, a regra que preside à maior parte da formação de verbos denominais e deadjectivais do português (Rio-Torto, 1998a:120-122 e Coelho, 2003:106-110).

Os verbos que designam mudança de estado são, habitualmente, parafraseáveis por “tomar(-se) Xb”, “causar Xb”, “fazer Nb”, “ter Nb”, entre outros possíveis, podendo também a transferência locativa ser considerada como uma eventual manifestação de mudança de estado.

Vejamos alguns casos:

- “tomar(-se) Xb”: *estandardizar*;
- “causar Xb”: *stressar*;
- “fazer Nb”: *clicar; deletar; franchisar; printar; scanar; scanear; sprintar; surfar*
- “ter Nb”: *flartar; speedar*;

2. por outro lado, alguns destes verbos podem ainda ser considerados como formados através da RFP INSTRUMENTAL, por terem na sua base um nome de instrumento. Este tipo de verbos é parafraseável por “usar Nb”.

Alguns exemplos:

- “usar Nb”: *faxar; scannerizar; sticar*.

É importante chamar a atenção para o facto de que estes verbos, embora tenham na sua base um nome de instrumento e, como tal, sejam passíveis de serem analisados como instrumentais, podem ser também analisados como formados por uma RFP de mudança de estado, aliás à semelhança do que se passa com muitos verbos instrumentais de que dispomos em português. Por exemplo, numa frase como *O funcionário agrafou todos os documentos*, o verbo *agrafar* pode ser considerado como de mudança de estado, assim como instrumental, dependendo da focalização que fizermos. Se o nosso enfoque for sobre o sujeito/agente – o funcionário –, então

estaremos perante um verbo instrumental; contudo, se o fizermos relativamente ao objecto directo/tema, o mesmo verbo terá de ser analisado como de mudança de estado, uma vez que os documentos passaram por essa transformação. Uma análise idêntica pode ser feita relativamente a *faxar*, *scannerizar* [um documento] e, nalgumas situações, a *sticar*.

4. Usos dos neologismos verbais

Ao contrário das formas nominais importadas e, particularmente, daquelas que estão na base dos verbos que temos vindo a analisar, tenho a percepção de que o falante não recorre aos neologismos verbais de forma muito frequente ou, quando isso acontece, fá-lo em contextos muito precisos.

Quanto à actualização que é feita dos verbos que tenho vindo a analisar, há algumas situações que podemos constatar.

1. Substituição do neologismo verbal por outro verbo disponível em português

É o que acontece com o verbo *deletar*, considerado uma palavra a evitar pelo DHLP, o qual recomenda a substituição por *apagar*, *suprimir*, *remover*, *eliminar*. O mesmo tipo de substituição ocorre com *atachar* e *anexar*, assim como com *printar* e *imprimir*. Penso que verbos como estes já tiveram maior vitalidade, sobretudo quando os menus dos computadores estavam disponíveis apenas em inglês, tendo-se criado o hábito de referenciar as acções com as designações que estavam disponíveis.

2. Convivência do neologismo verbal e de uma perífrase formada por um verbo-suporte + Nb

Neste caso, temos de considerar algumas situações:

2.1. o neologismo e a perífrase equivalem-se em termos de significação referencial e, portanto, o uso de um é igual ao da outra. Um dos exemplos possíveis, entre outros, é o verbo *crashar* e a perífrase *ter um crash*. Em termos referenciais, parece-me equivalente afirmar *O computador crashou* e *O computador teve um crash*.

2.2. o neologismo e a perífrase não têm equivalência em termos referenciais.

Por exemplo, *deletar* e *fazer delete*, assim como *printar* e *fazer print* não significam exactamente a mesma coisa, embora possam ter o mesmo efeito final: no primeiro caso, a eliminação de algo, e, no segundo, a impressão. Contudo, em termos processuais, quando alguém diz para outrem *agora faz delete* ou *faz print*, aquilo que lhe está a pedir, de uma forma literal, é que clique no menu ou na tecla que tem a indicação *delete* ou *print*, à semelhança do que se passa na expressão *fazer enter*, ou *fazer insert*;

2.3. no caso dos verbos em que há apenas uma formatação no português, o falante só dispõe dessa forma de utilização, uma vez que não tem na língua de recepção um nome com o qual possa construir uma perífrase. É o que se verifica, por exemplo, com

assemblar, haquear, checar (não se dirá *fazer o check de alguma coisa*; em última instância poderá dizer *fazer o check-in* ou *um chep-up*).

3. O nome de base surge como complemento directo de outro verbo

Como o objecto directo é incorporado no novo verbo, em determinados contextos semântico-sintácticos a utilização deste torna-se complicada. Estou a pensar concretamente nos verbos *e-mailar* e *faxar*. Numa frase como *Hoje e-mailei três documentos aos meus alunos*, o verbo é aceitável; contudo, se eu não actualizar este verbo com 3 argumentos, a frase torna-se bastante duvidosa – *Hoje e-mailei três alunos*. Nestas situações, parece-me que teremos de recorrer à utilização de outro verbo, passando o Nb a funcionar como complemento directo deste: *Hoje enviei um e-mail a três alunos*.

Creio que, em termos de uso, o falante dirá mais facilmente *enviar um e-mail* ou *um fax a alguém* do que *e-mailar* ou *faxar alguém*.

5. Os neologismos verbais no quadro de formação de verbos em português

Como pudemos constatar, a esmagadora maioria dos casos apresentados trata-se de verbos formados sem a adunção de qualquer elemento de tipo afixal. Ao radical nominal pospõe-se a vogal temática *-a-* e as desinências flexionais. Ora, como já referi anteriormente, este processo é, actualmente, o mais produtivo na nossa língua.

Os novos verbos seguem de perto, em todos os aspectos, aqueles que no português apresentam o mesmo esquema genolexical. No fundo, a grande diferença é a de que, nos casos aqui apresentados, o falante *ainda* reconhece as formas de base como radicais estrangeiros. Contudo, em termos de formação, estes são reanalisados como radicais nominais típicos do português, disponíveis para a construção de novas unidades verbais.

Relativamente à estrutura semântico-argumental prevista por este tipo de verbos, parece evidente que eles pressupõem as mesmas estruturas que um verbo *normal*, digamos assim, do português. Desta forma, temos verbos de um, dois ou três argumentos, podendo estes serem ou não preenchidos.

No que à classificação semântico-categorial diz respeito, os neologismos verbais com base de importação não fogem àquela que os verbos formados pelo mesmo esquema genolexical prevêem. Contudo, verifica-se que o domínio nas novas unidades é o de verbos causativos, pela natureza das bases implicadas no processo de formação, que denotam, sobretudo, nomes de acção. Sendo verbos causativos, a RFP que preside à constituição destes verbos é a de MUDANÇA, como se verifica também com a maior parte dos verbos denominais do português.

Parece-me, portanto, que os verbos com base em neologia de importação de que dispomos actualmente na nossa língua se enquadram, sem qualquer problema, no paradigma verbal do português. Acresce, ainda, o facto de esta integração pressupor também potencialidades e limitações que outros verbos disponíveis no nosso léxico têm.

Um desses casos é, por exemplo, a preferência pela utilização de outras formulações, com a mesma significação da forma verbal, em detrimento desta. Mesmo com verbos de

base portuguesa, é frequente o falante substituir a forma verbal por uma paráfrase com o mesmo sentido, onde o nome que surgiria na base do verbo aparece como complemento de outro. Por exemplo, semanticamente, *buzinar* e *campainhar* são verbos muito próximos, ambos parafraseáveis por “premir/tocar em Nb”; acresce a este o facto de ambos estarem disponíveis em português e, inclusivamente, dicionarizados. Contudo, enquanto o primeiro é frequentemente utilizado, julgo que o segundo o será raras vezes, preferindo o falante a perífrase “tocar à campainha”. Análise semelhante poderá ser feita com os nomes *agrafo* e *clipe* e os verbos a que podem dar origem: *agrafar* e *clipar*. Toda a gente dirá, por exemplo, *acabei de agrafer três documentos*, mas não *acabei de clipar três documentos*, embora os verbos passem pelo mesmo processo de formação e tenham na sua base nomes bastante próximos em termos semântico-referenciais.

6. Considerações finais

Apesar de a língua portuguesa dispor de mecanismos que permitem formações como as que foram analisadas, ela, enquanto organismo vivo que é – e, portanto, receptível e permeável a muitas inovações –, poderá aceitá-las, como, aliás já fez com algumas, de que *clicar* é um exemplo, mas também rejeitá-las, uma vez que, em muitas situações, já dispõe de outras formulações para designar a mesma ideia. No caso da formação de novos verbos a partir de bases importadas, parece-me que a tendência de usos é o recurso a outras estruturas que designem a mesma acção. Assim, será a própria língua a seleccionar e integrar apenas aqueles elementos que, efectivamente, têm lugar dentro do seu sistema.

Referências Bibliográficas

- ARONOFF, Mark (1980) Contextuals. *Language*, vol. 56, n.º 4, pp. 744-758.
- ARONOFF, Mark (1985) *Word Formation in Generative Grammar*. Third printing. Cambridge, Massachusetts, and London, England: The MIT Press.
- BASÍLIO, Margarida (1980) *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Editora Vozes, Ltda.
- BASÍLIO, Margarida (1993) Verbos em -a(r) em português: afixação ou conversão? *DELTA*, vol. 9.2, pp. 295-304.
- BASÍLIO, Margarida e Helena Martins (1996) Verbos denominais no português falado. In Ingedore G. Villaça Koch (org.) *Gramática do português falado*, vol. VI *Desenvolvimentos*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, pp. 371-391.
- CLARK, E. V. & H. H. Clark (1979) When Nouns Surface as Verbs. *Language*, vol. 55, n.º 4, pp. 767-811.
- COELHO, Carla Cristina Almeida (2003) *Formação de verbos em -ar em português*. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CUNHA, Celso e Luís F. Lindley Cintra (1992) *Nova gramática do português contemporâneo*. 9ª edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

- FREITAS, Tiago, Maria Celeste Ramilo e Elisabete Soalheiro (2003) O processo de integração dos estrangeirismos no português europeu. *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 371-385.
- GRÁCIA I SOLÉ, Lluïsa (1995) *Morfologia léxica. L'herència de l'estructura argumental*. València: Universitat de València.
- HOUAISS, António e Mauro de Salles Villar (2002-2003) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 6 volumes.
- HUNDI, Christine (1994) Construções de verbo + substantivo: estrutura, semântica e posição dentro da fraseologia. *Verbo e estruturas frásicas. Actas do IV Colóquio Internacional de Linguística Hispânica. Revista da Faculdade de Letras – Linguas e Literaturas*. Anexo VI. Porto, pp. 267-275.
- MATEUS, Maria Helena Mira, Ana Maria Brito, Inês Duarte, Isabel Hub Faria et alii (2003) *Gramática da língua portuguesa*. 5ª edição, revista e aumentada. Colec. «Universitária», série LINGÜÍSTICA. Lisboa: Editorial Caminho.
- PENA, Jesús (1980) La derivación en español. Verbos derivados y sustantivos verbales. *Verba*, anexo 16. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela.
- PENA, Jesús (1993) La formación de verbos en español: la sufijación verbal. In Soledad Varela (ed.) *La formación de palabras*. Madrid: Taurus Ediciones, pp. 217-281.
- PENSADO, M. Carmen (1999) Morfología y fonología. Fenómenos morfofonológicos. In Ignacio Bosque y Violeta Demonte (dirigida por) *Gramática descriptiva de la lengua española*. Vol. 3: Entre la oración y el discurso/Morfología. Madrid: Real Academia Española/ Espasa Calpe, S.A., capítulo 68, p. 4423-4504.
- RIO-TORTO, Graça Maria (1993) *Formação de palavras em português. Aspectos da construção de avaliativos*. Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa, Universidade de Coimbra.
- RIO-TORTO, Graça Maria (1994) Formação de verbos em português: parassíntese, circunfixação e/ou derivação? *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Edições Colibri, p. 351-362.
- RIO-TORTO, Graça Maria (1998a) *Morfologia derivacional. Teoria e aplicação ao português*. Col. «Linguística». Porto: Porto Editora.
- RIO-TORTO, Graça Maria (1998b) Padrões de formação de verbos em português. *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXII, Coimbra, pp. 293-327.
- SANDMANN, António José (1989) *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor/Editora Ícone.
- SCALISE, Sérgio (1983) *Morfologia lessicale*. Padova: Clesp Editrice, pp. 202-208.
- SERRANO-DOLADER, David (1999) La derivación verbal y la parasíntesis. In Ignacio Bosque y Violeta Demonte (dirigida por) *Gramática descriptiva de la lengua española*. Vol. 3: «Entre la oración y el discurso/Morfología». Madrid: Real Academia Española/ Espasa Calpe, S.A., capítulo 72, p. 4683-4755.
- VILLALVA, Alina (1995) Configurações não binárias em morfologia. *Actas do X Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, p. 583-597.
- VILLALVA, Alina (2000) *Estruturas morfológicas. Unidades e hierarquias nas palavras do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.



A geometria de traços das conjunções coordenativas: a especificação categorial de Conj e a impossibilidade de movimento assimétrico¹

Madalena Colaço

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa²

1. Introdução

Desde (Ross, 1967), tem sido aceite na literatura a ideia de que as estruturas coordenadas funcionam como ilhas relativamente ao movimento sintáctico. A Condição da Estrutura Coordenada (*Coordinate Structure Constraint*, doravante CEC), definida em termos meramente descritivos, tem sido, desde essa altura, utilizada para justificar as agramaticalidades produzidas pelo movimento de termos coordenados ou de constituintes neles encaixados para o exterior da estrutura coordenada:

(1) *The Coordinate Structure Constraint*

*In a coordinate structure, no conjunct may be moved, nor may any element in a conjunct be moved out of that conjunct.*³ (op. cit.: 89)

Esta restrição ao movimento sintáctico assimétrico – ou seja, ao movimento que afecta apenas um dos termos de uma coordenação –, tem sido aceite por diversos autores, que a encaram como uma forma de preservar o paralelismo que caracteriza a coordenação, inviabilizando a geração de seqüências como as ilustradas em (2) e (3):

(2) *Que livros_i é que o Pedro comprou [[-]_i; e uma revista]?

(3) *Que amigos_i é que [a Maria convidou [-]_i, e o João fez o jantar]?

¹ Agradeço às Professoras Doutoradas Inês Duarte e Gabriela Matos pelos comentários e sugestões que fizeram a versões prévias deste trabalho. Agradeço igualmente aos meus colegas Ana Lúcia Santos, Ana Luísa Costa, Nélia Alexandre, Nuno Soares, Telma Vianna e Tjerk Hagemeijer. Como sempre, o meu agradecimento também para a Anabela Gonçalves.

² Este trabalho foi realizado com o apoio de uma Bolsa de Doutoramento atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com a referência SFRH/BD/13442/2003.

³ (Ross, 1967: 93) refere a existência de frases em que esta condição sobre o movimento pode ser desrespeitada, como acontece em (i, b):

(i) a. I went to the store and bought some whisky.

b. Here's the whisky which I went to the store and bought.

O autor acrescenta, no entanto, que esta possibilidade se restringe a contextos muito específicos: os verbos envolvidos têm de ser não estativos, o segundo termo coordenado não pode ser negado, etc.. A frase (i, b) não é, por isso, considerada uma instância de coordenação regular.

A realização de movimento simultâneo (*across-the-board*) tem sido, também desde (Ross, 1967), encarada como uma forma de fugir ao alcance da CEC: o movimento sintáctico pode ser realizado para o exterior de uma coordenação desde que afecte paralelamente todos os termos coordenados⁴:

- (4) *There is an important class of rules to which (4.84) [a Condição da Estrutura Coordenada] does not apply. These are rule schemata which move a constituent out of all the conjuncts of a coordinate structure. (id.: 96)*

Assim, a gramaticalidade de uma frase como (5) deriva da forma como operou o movimento, uma vez que o constituinte movimentado se encontra associado a duas posições vazias, uma em cada um dos termos coordenados:

- (5) Que livro_{ij} é que [o Pedro comprou [-], e a Maria leu [-]_j]?

O movimento simultâneo de constituintes permite, pois, a deslocação paralela de constituintes encaixados nos termos coordenados. Não permite, no entanto, a deslocação, ainda que paralela, dos termos coordenados no seu todo, como está ilustrado em (6):

- (6) *Que amigos_{ij} é que o Pedro encontrou [[-]_i e [-]_j]?

Os estudos realizados sobre a chamada coordenação comitativa – ou seja, a coordenação que tem como núcleo o conector comitativo *com* usado com valor aditivo (veja-se, para o PE, (Colaço, 2003)) – mostraram que, apesar de o conector comitativo manifestar, em determinadas construções, um estatuto conjuncional, a verdade é que o seu comportamento difere, relativamente a alguns aspectos, do comportamento que caracteriza em termos gerais as conjunções coordenativas. Um dos aspectos em que se distinguem relaciona-se precisamente com as diferentes restrições que impõem ao movimento assimétrico. Com efeito, se, como dissemos, a coordenação copulativa se encontra restrita pela CEC, pelo contrário a coordenação comitativa parece admitir o movimento de apenas um dos termos coordenados, nomeadamente do primeiro. Os dados apresentados em (7) e (8) permitem-nos observar este contraste:

- (7)a. [O ouro e a prata] combinam-se facilmente.
b. *O ouro_i combina-se facilmente [[-]_i e a prata].

⁴ Embora para Ross e diversos outros autores o movimento *across-the-board* seja descrito como um conjunto de movimentos simultâneos de duas posições para uma só, em trabalhos mais recentes sobre coordenação têm sido sugeridas análises alternativas em que o movimento *across-the-board* é analisado como um movimento realizado a partir apenas do primeiro termo coordenado, envolvendo (cf. (Munn, 1993)) ou não (cf. (Matos, 2000; Nunes, 2002)) a ocorrência de um operador nulo no interior do segundo termo coordenado.

- (8)a.(?) [O ouro com a prata] combinam-se facilmente.
 b. O ouro, combina-se facilmente [-]_i com a prata].

Num quadro teórico em que o movimento de constituintes é unicamente justificado por uma necessidade de eliminação de traços não interpretáveis, a dupla possibilidade de movimento ilustrada em (8.a) e (8.b), implicando opcionalidade, levanta alguns problemas. Um dos objectivos centrais do trabalho que aqui apresentamos é, então, o de encontrar uma justificação para este contraste, bem como para aquele que se verifica entre (7.b) e (8.b). A impossibilidade *versus* possibilidade de movimentar apenas o primeiro DP da sequência pós-verbal em (7.b) e (8.b) poderá, quanto a nós, ser associada a uma diferente especificação dos traços do núcleo presente em cada construção, mais concretamente dos seus traços categoriais. O desenvolvimento desta hipótese fornece uma explicação para o aparente contraste observado entre a coordenação copulativa e a coordenação comitativa face ao movimento sintáctico. Permite ainda que a impossibilidade de movimento assimétrico dos termos coordenados descrita na primeira estipulação da Condição da Estrutura Coordenada encontre uma justificação baseada em princípios gerais da gramática.

2. O duplo comportamento do conector aditivo-comitativo em PE

Os trabalhos sobre a coordenação comitativa realizados com base em dados de diferentes línguas têm mostrado alguma diversidade no que diz respeito às propriedades que estão associadas a este tipo de coordenação. Como foi mencionado em (Colaço, 2003), se, por um lado, existem línguas em que o conector comitativo tem um uso idêntico ao da conjunção copulativa (como é o caso do Japonês, em que o conector coordenativo com valor copulativo escolhido para a coordenação de DPs é o marcador comitativo), por outro lado, noutras línguas – como é o caso de línguas eslavas como o Russo, o Polaco e o Checo (cf. (McNally, 1993; Vassilieva & Larson, 2001; Skrabalova, 2002)) – estes dois tipos de coordenação apresentam algumas propriedades distintas. Existem ainda algumas línguas, como o Espanhol (cf. (Camacho, 1996 e (2000))), em que a coordenação comitativa é uma construção bastante restrita em termos estruturais e semânticos. É ainda mais restrita em línguas como o Francês, em que o conector comitativo apenas adquire um valor conjuncional em contextos muito específicos, estando o seu uso muito dependente das propriedades sintácticas e semânticas do verbo que ocorre na frase.

Esta diferença entre as línguas tem levado alguns autores (cf. (Haspelmath, 2000)) a sugerir que o uso do conector comitativo enquanto núcleo coordenativo resulta de uma evolução a partir da qual o núcleo inicialmente preposicional se aproxima gradualmente, em termos de propriedades sintácticas e semânticas, do núcleo funcional Conj. Assim sendo, o diferente comportamento manifestado pelas diversas línguas pode ser entendido como o resultado da coexistência, num mesmo momento do tempo, de diferentes estádios da gramaticalização do conector comitativo.

Tal como em Francês, em PE, a coordenação comitativa não é aceite de forma unânime por todos os falantes, embora a sua existência esteja, ainda que por vezes de forma indirecta, atestada em Gramáticas (veja-se, por exemplo (Cunha & Cintra, 1986): 511). Este facto levou-nos à consideração de que o uso conjuncional do conector comitativo se encontra disponível apenas na gramática de alguns dos falantes da nossa língua. Para estes, uma expressão constituída por DP_{com}DP pode ser analisada como um único constituinte. Este constituinte:

(i) Pode ser afectado por *Move*. Quando se movimenta para a posição de sujeito, desencadeia concordância verbal no plural, como está ilustrado em (9) e em (10):

(9) O ouro com a prata combinam-se facilmente.

(10) O João com a Maria formam um casal perfeito.

(ii) Pode ser substituído por um pronome plural, como acontece em (11) e em (12):

(11) a. Eles combinam-se facilmente.

b. O ourives combinou-os facilmente.

(12) Eles formam um casal perfeito.

Paralelamente, para os mesmos falantes está ainda disponível a possibilidade de movimentar apenas o primeiro DP que entra nas construções com este conector, dando origem a frases como (13) e (14):

(13) O ouro combina-se facilmente com a prata.

(14) O João forma um casal perfeito com a Maria.

Os falantes em cuja gramática o conector aditivo-comitativo não tem um estatuto conjuncional rejeitam sistematicamente a versão em que a sequência DP_{com}DP forma um constituinte com uma estrutura de coordenação. Para estes falantes, (9) e (10) são agramaticais, sendo apenas possível a construção em que o primeiro DP da sequência em questão parece exibir um comportamento autónomo, podendo movimentar-se como em (13) e (14).

O facto de se verificar esta diferença, por parte dos falantes do PE, relativamente à aceitação de (9) e (10) conduz-nos à consideração da existência de duas gramáticas em concorrência, que divergem no que diz respeito à especificação lexical do conector *com*. A hipótese que vamos apresentar neste trabalho parte do pressuposto de que o duplo comportamento que a sequência DP_{com}DP assume nas construções observadas é o resultado de duas diferentes especificações lexicais do núcleo aditivo-comitativo.

Embora não dispunhamos, por enquanto, de dados de estádios anteriores da língua que nos permitam a realização de um estudo diacrónico do uso conjuncional do conector aditivo-comitativo em PE, aceitamos a hipótese de que uma evolução análoga à das restantes línguas mencionadas se verifica em PE. Assumimos, então, que o núcleo

aditivo-comitativo se encontra num processo de gramaticalização, que resulta na perda de propriedades caracterizadoras dos núcleos lexicais preposicionais e na aquisição progressiva de propriedades que caracterizam os núcleos funcionais conjuncionais.

Frases como as apresentadas em (9)-(10) e em (13)-(14) ilustram, então, dois estádios diferentes do processo de gramaticalização do conector aditivo-comitativo. As frases (9)-(10) evidenciam um uso conjuncional deste conector, que nos leva à consideração da presença de uma estrutura coordenada. Pelo contrário, nas frases (13)-(14) o conector apresenta um comportamento híbrido. Assim,

(i) Por um lado, mantém as propriedades casuais de núcleo preposicional, como está ilustrado em (15):

(15) O João forma um casal perfeito *contigo*.

Note-se que a colocação de toda a sequência DP_{com}DP em posição de sujeito impede que o DP complemento de *com* exiba morfologicamente o caso Oblíquo, como se vê em (16):

(16) *O João *contigo* formam um casal perfeito.

(ii) Por outro lado, o conector aditivo-comitativo corresponde a um núcleo diádico, seleccionando dois constituintes, entre os quais se estabelece a relação semântica que permite veicular, característica que o aproxima de uma conjunção coordenativa.

3. A impossibilidade de movimento assimétrico para o exterior de uma coordenação

Segundo os desenvolvimentos mais recentes da teoria linguística de cariz minimalista, cada item lexical é encarado como uma colecção de traços de diferentes naturezas: traços fonológicos, traços semânticos e traços formais. De acordo com (Chomsky, 2001), os traços semânticos e os traços formais intersectam-se, afastando-se dos traços fonológicos. Esta intersecção resulta do facto de alguns traços formais serem relevantes para a interpretação em LF. Existe, no entanto, um subconjunto de traços formais que não podem estar presentes em LF: trata-se dos traços não interpretáveis, que terão de ser eliminados antes de a computação chegar a esse nível de interface. A eliminação dos traços não interpretáveis realiza-se, em sintaxe estrita, através da operação *Agree*, que estabelece uma relação de concordância entre um elemento α com traços interpretáveis e um elemento β com traços não interpretáveis, a partir da qual se torna possível a eliminação destes últimos. Para que *Agree* possa actuar, tem de haver *matching* dos traços de α e β . A relação *Match* é definida pelo autor – (Chomsky, 2001: 5) – como não distinção de traços: os traços em questão deverão ser idênticos, podendo embora ter diferentes valores. Os traços interpretáveis distinguem-se dos traços não interpretáveis pelo facto de apenas os primeiros entrarem na derivação sintáctica com o seu valor especificado (cf. (Chomsky, 2001: 5)). Um traço não especificado

quanto ao valor será, então, sempre um traço a eliminar obrigatoriamente para permitir o sucesso da derivação.

Assumimos, neste trabalho, a ideia – actualmente defendida por diversos autores, como (Johannessen, 1998; Matos, 2000 e 2003), entre outros – de que a conjunção coordenativa é um núcleo funcional subespecificado em termos categoriais no léxico, sendo a especificação destes traços realizada no decurso da derivação sintáctica por herança de um dos termos coordenados, concretamente pelo termo que ocupa a posição de especificador de Conj, assumindo uma estrutura da coordenação como a de (Kayne, 1994). Exploraremos, em seguida, a hipótese de a subespecificação categorial do núcleo conjuncional estar na origem da impossibilidade de movimento do primeiro termo coordenado para uma posição exterior a ConjP, obtendo-se assim uma parte dos efeitos descritos na primeira estipulação da CEC.

3.1. A impossibilidade de movimento do primeiro termo coordenado e a especificação dos traços categoriais de Conj

Embora corresponda a um núcleo deficitário em termos categoriais no léxico, Conj adquire, como dissemos atrás, no decurso da derivação sintáctica, a categoria do termo coordenado que ocorre na posição de especificador, ou seja, o primeiro, nas línguas de núcleo inicial, uma vez que entre ambos se estabelece a relação *Agree*. Assim se explica o comportamento transcategorial da maioria das conjunções coordenativas: não impondo restrições à categoria dos constituintes que selecciona como termos da coordenação, o núcleo Conj assume a sua natureza categorial, que se projecta, naturalmente, até ConjP.

Assim, se, por exemplo, uma conjunção copulativa unir dois constituintes de uma categoria [-V, +N] (dois NPs), Conj torna-se igualmente numa categoria definida por esses traços categoriais, apresentando a projecção cimeira ConjP a distribuição que caracteriza um NP. No entanto, apesar de assumir os traços categoriais do termo coordenado, o núcleo Conj distingue-se pelo facto de corresponder a um núcleo funcional: ao tornar-se [-V, +N], Conj não se torna num N. O traço [+funcional] estará, por isso, quanto a nós, presente na entrada lexical de qualquer conjunção coordenativa. Esta combinação do traço [+funcional] com traços categoriais que caracterizam tipicamente categorias lexicais tornam o núcleo Conj num núcleo com algumas propriedades distintas quer dos restantes núcleos funcionais, quer dos núcleos lexicais.

A herança de traços categoriais por parte do núcleo Conj pode, à partida, ser explicada de duas formas alternativas:

- (a) Uma hipótese é considerar que se trata de um processo de aquisição de traços inexistentes na matriz lexical de Conj. Esta hipótese pressupõe, no entanto, a aceitação de que a operação *Agree*, contrariamente ao que está definido em (Chomsky, 2001), não actua exclusivamente por *matching*.

- (b) Outra hipótese é considerar que na matriz lexical de *Conj* os traços categoriais como [V] e [N] estão presentes, embora subespecificados, ou seja, sem um valor associado. Nesta segunda hipótese, havendo *matching* com os traços do primeiro termo coordenado⁵, através de *Agree* é feita a especificação desses traços, através da instanciação dos seus valores.

O comportamento do núcleo conjuncional coordenativo em termos categoriais é, como já referimos atrás, peculiar. Com efeito, se por um lado este núcleo entra na derivação sintáctica sem uma especificação categorial, por outro lado, após a construção da estrutura coordenada por *Merge*, a projecção *ConjP* assume obrigatoriamente uma categoria sintáctica específica.

Este facto leva-nos a assumir a hipótese da subespecificação, considerando que os traços categoriais, apesar de entrarem na derivação sem valores, estão representados na matriz lexical das conjunções coordenativas, o que equivale a dizer que, na definição lexical de *Conj*, estão presentes os traços [V] e [N]. Pelo facto de não terem valores, os traços categoriais de *Conj* são, então, contrariamente ao que se verifica relativamente aos traços categoriais dos núcleos lexicais, não interpretáveis. O facto de estes traços categoriais serem não interpretáveis implica que sejam eliminados, de forma a permitir o sucesso da derivação. A necessidade de eliminação dos traços categoriais de *Conj* não induz, no entanto, contrariamente ao que se verifica frequentemente, a actuação de *Move*. Com efeito, o *Merge* de um constituinte com traços categoriais interpretáveis na posição de especificador de *Conj* – passando a figurar como primeiro termo coordenado – permite a eliminação dos traços não interpretáveis de *Conj*. Para além de permitir que os traços não interpretáveis do núcleo sejam eliminados, *Agree* permite também a instanciação dos seus valores, conduzindo à definição da natureza categorial de *ConjP*, uma vez que, como dissemos, os traços herdados por *Conj* percolam até à projecção cimeira *ConjP*.

Tornando-se categorialmente idêntico ao primeiro termo coordenado, *ConjP* passa a ser alvo das operações que afectariam o constituinte que ocorre em especificador. Nomeadamente, *Move* passa a afectar, não esse constituinte, mas todo o *ConjP*. Assim, se, por exemplo, o primeiro termo coordenado tiver de se mover para verificação de um traço não interpretável de um núcleo funcional, a eliminação desse traço passa a decorrer do movimento de *ConjP* para uma posição em que se estabeleça *Agree* com o núcleo funcional relevante. É o que acontece em (17) e (18):

- (17) O ouro e a prata combinam-se facilmente.
 (18) O ouro com a prata combinam-se facilmente.

⁵ Uma vez que em (Chomsky, 2001) o *matching* pressupõe apenas uma não distinção de traços, independentemente dos valores que lhes estejam associados, é possível a ocorrência de qualquer categoria na posição a partir da qual se desencadeia a operação *Agree*.

A impossibilidade de movimento de apenas o primeiro termo coordenado para eliminação do traço não interpretável é visível pela agramaticalidade de (19):

(19) *O ouro combina-se facilmente e a prata.

Tendo em conta que a operação *Move* é motivada pela necessidade de eliminação de traços não interpretáveis, o facto de apenas o movimento de todo o ConjP ser possível sugere que os traços não interpretáveis do termo coordenado em especificador – por exemplo, o traço de caso – são, de alguma forma, transmitidos, por intermédio de Conj, até ConjP.

Este facto permite, de resto, captar os efeitos da Condição de A sobre A (*A over A Principle*) vigente na teoria generativista dos anos 60 (cf. (Ross, 1967), entre outros), de acordo com a qual se um constituinte X da categoria A está encaixado num constituinte superior também da categoria A, qualquer operação se aplica obrigatoriamente ao constituinte superior e não a X:

(20) *A over A Principle*:

If the phrase X of category A is embedded within a larger phrase ZXW which is also of category A, then no rule applying to the category A applies to X (but only to ZXW). (Ross, 1967: 9)

A questão que agora se coloca é a seguinte: se em (19) o movimento do DP provoca agramaticalidade, por que razão (21) é gramatical?

(21) O ouro combina-se facilmente com a prata.

A resposta a esta questão prende-se com aspectos que referimos anteriormente, relacionados com o uso aditivo do conector comitativo e com o facto de, na gramática de um grupo de falantes do PE, este conector aditivo-comitativo ter duas entradas no léxico, uma enquanto núcleo conjuncional e outra enquanto núcleo de natureza híbrida (mantendo, neste caso, propriedades preposicionais, mas exibindo algumas propriedades pro-conjuncionais).

Vamos, então, considerar que o único conector aditivo-comitativo que existe na gramática dos falantes mais restritivos (aqueles que rejeitam a coordenação comitativa), correspondendo a um estágio anterior do processo de gramaticalização, entra na derivação sintáctica com traços categoriais interpretáveis, mais concretamente, [-V, -N]. Isto significa que *com* é, neste caso, ainda, um núcleo de natureza lexical, embora, como referimos atrás, tenha já adquirido propriedades que o aproximam de um núcleo funcional, nomeadamente de um núcleo coordenativo. Eventualmente, este núcleo terá associado um traço [+funcional]. Assumir que o conector é especificado como uma categoria [-V, -N] explica, por exemplo, o facto de ele manter as suas propriedades casuais, o que justifica o contraste atrás apresentado, entre (15) e (16). Note-se que em algumas línguas – como, por exemplo, o Russo, o Polaco e o Checo – o

complemento deste núcleo exibe um caso Instrumental, que é tipicamente legitimado por um núcleo preposicional, mesmo em contextos em que a sequência equivalente a DP_{com}DP forma um constituinte com marcas de pluralidade.

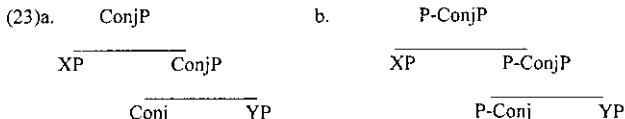
Tratando-se de um núcleo com traços categoriais especificados interpretáveis, a natureza categorial da sua projecção não está, contrariamente ao que acontecia na situação descrita anteriormente, dependente da natureza categorial do constituinte que, por *Merge*, é inserido na posição de especificador.

Uma nota relativamente à obrigatoriedade da inserção de um constituinte em especificador deste núcleo preposicional-conjuncional: Como vimos, a presença deste especificador apenas se torna necessária quando o conector *com* evolui a partir da sua natureza lexical. Com efeito, numa frase como (22), em que o conector é claramente uma preposição comitativa, não se verifica um tal requisito:

(22) O Pedro foi ao cinema *com a Maria*.

Vamos, então, assumir que uma das mudanças operadas no núcleo aditivo-comitativo resulta na aquisição de um traço EPP não interpretável. Se assim for, temos uma outra situação em que a presença de um traço não interpretável no núcleo pode ser ultrapassada sem o recurso a *Move*, uma vez que, também neste caso, a inserção por *Merge* de um DP em especificador permite que esse traço seja eliminado.

Obrigando a natureza do núcleo preposicional-conjuncional à inserção de um constituinte em especificadora, a estrutura sintáctica interna da projecção cimeira deste núcleo torna-se, assim, idêntica à estrutura interna de ConjP, partindo da estrutura da coordenação proposta em (Kayne, 1994). Esta semelhança está ilustrada em (23):



Não sendo a projecção do núcleo preposicional-conjuncional categorialmente idêntica ao constituinte em especificador, a eliminação de traços não interpretáveis de um núcleo funcional implica o seu movimento (e não o de toda a projecção dentro da qual foi inserido – a que designámos em (23.b) por P-ConjP). Assim, retomando (21), o movimento do DP *o ouro* é um movimento legítimo, uma vez que se destina à eliminação do traço EPP de T.

3.2. A impossibilidade de movimento do segundo termo coordenado: a dependência fonológica do núcleo conjuncional

A justificação para a impossibilidade de extracção do segundo termo de uma coordenação fundamenta-se, quanto a nós, em aspectos relacionados com a natureza do

núcleo coordenativo, mais concretamente com as suas características morfológicas e fonológicas.

O facto de a conjunção coordenativa ser uma unidade dependente em termos fonológicos tem sido, desde há muito, referido por diversos autores. Uma evidência para esta dependência é o estatuto de clítico ou afixo que a conjunção adquire em algumas línguas. É o caso do Latim, com a conjunção copulativa *-que*, ou do Alemão, com a conjunção adversativa *aber*.

Por exemplo, (Ross, 1967) utiliza este argumento para demonstrar que a conjunção forma um constituinte juntamente com o segundo termo coordenado: este autor observa que nas línguas em que a conjunção assume uma forma enclítica, ocorre obrigatoriamente associada ao segundo termo e não ao primeiro. Vejam-se os exemplos do Alemão apresentados em (24):

- (24) a. Sie will tanzen, aber ich will nach Hause gehen.
Ela quer dançar, mas eu quero ir para casa.
 b. Sie will tanzen; ich will aber nach Hausen gehen.
 c. *Sie will aber tanzen; ich will nach Hause gehen.
 (adaptado a partir de Ross (1967): 90)

(Johannessen, 1998) também refere o facto de o núcleo funcional coordenativo assumir muitas vezes uma forma clítica. Nos exemplos do Latim que apresenta, a autora mostra que a conjunção pode realizar-se de forma enclítica associando-se ou à primeira palavra de cada termo coordenado ou apenas à primeira palavra do segundo (mas não apenas à primeira palavra do primeiro). Vejam-se os exemplos em (25):

- (25) a. Mascusque Juliusque
Marco e Júlio
 b. senatus populusque romanus
o senado e o povo romano
 (adaptado de (Johannessen, 1998: 174))

A mesma autora, baseando-se em Abney 1987, refere que é uma propriedade geral dos núcleos funcionais o facto de serem muitas vezes realizados por clíticos ou afixos, ou mesmo de serem fonologicamente nulos. Existem algumas línguas – como, por exemplo, o Japonês – em que certas categorias são coordenadas por conjunções nulas.

A dependência fonológica da conjunção coordenativa pode estar na base da justificação do contraste que apresentamos em (26), que evidencia a possibilidade de ocorrência de uma estrutura em que apenas a conjunção e o seu complemento são realizados (eventualmente, acarretando a elipse do primeiro termo coordenado), contrastando com a impossibilidade de ocorrência apenas do primeiro termo e da conjunção (mostrando a impossibilidade de elipse do segundo termo):

- (26) a. E o João?
 b. *A Maria e?

Fornece, ainda, um argumento adicional para justificar a impossibilidade de extracção simultânea (*across-the-board*) dos dois termos coordenados ilustrada pelo exemplo (6) apresentado atrás.

5. Conclusão

O estudo que desenvolvemos ao longo deste trabalho partiu de uma necessidade de motivar teoricamente uma condição sobre o movimento sintáctico nas estruturas coordenadas surgida nos anos 60 e ainda aceite por diversos autores na actualidade: a Condição da Estrutura Coordenada. Concretamente, propusemos, nos pontos anteriores, uma hipótese de explicação para a impossibilidade de movimentar termos coordenados, estando esta impossibilidade descrita na primeira estipulação da referida condição. A hipótese que formulámos teve, então, como primeiro objectivo a captação dos efeitos decorrentes das restrições ao movimento sintáctico de termos coordenados mediante o recurso a princípios gerais da gramática. Tal como intuitivamente considerávamos desde o início deste estudo, a justificação para a impossibilidade do movimento do primeiro termo coordenado é independente daquela de que decorre a obrigatória permanência do segundo termo no interior da estrutura coordenada. Assim,

(i) A impossibilidade de movimento do primeiro termo coordenado resulta da especificação lexical dos traços do núcleo Conj. Sendo este inserido na derivação sintáctica com traços categoriais não interpretáveis, a eliminação destes traços obriga à inserção de um constituinte na posição de especificador. Tornando-se categorialmente idêntico ao constituinte em especificador, ConjP assume os seus traços não interpretáveis e movimenta-se com vista à sua eliminação.

(ii) A impossibilidade de se realizar a extracção do segundo termo coordenado foi associada às propriedades deste núcleo funcional. A dependência fonológica e morfológica da conjunção justifica, de resto, a impossibilidade de extracção simultânea (*across-the-board*) dos termos coordenados.

Se as conclusões a que chegámos são válidas, esta hipótese apresenta a vantagem de permitir uma simplificação da gramática, libertando-a da necessidade de recurso a uma condição de alcance tão específico como a CEC para justificar o comportamento das estruturas coordenadas face ao movimento sintáctico, mais concretamente, face ao movimento dos termos coordenados⁶.

(27) *The Coordinate Structure Constraint*

In a coordinate structure, no conjunct may be moved (...)

((Ross, 1967: 89), sublinhado nosso)

⁶ Num trabalho em preparação, mostraremos que também as restrições ao movimento de constituintes encaixados em termos coordenados poderão ser explicadas sem o recurso à CEC, com base em princípios gerais da gramática.

A verificação de que as diferenças dos traços associados às conjunções coordenativas podem ser responsáveis pelas diferentes propriedades que as distinguem conduz-nos a um estudo mais abrangente do feixe de traços que permitem caracterizar estes núcleos funcionais.

Referências Bibliográficas

- ABNEY 1987. *The English noun phrase in its sentential aspect*. Dissertação de PhD. Cambridge. MIT.
- CAMACHO, José (1996). Comitative Coordination. *Aspects of Romance Linguistics: Selected Papers from the Linguistics Symposium on Romance Linguistics XXIV*, ed. Claudia Parodi et alii, pp.107-122, Washington, D. C.: Georgetown University Press.
- (2000). Structural Restrictions on Comitative Coordination. *Linguistic Inquiry*, vol.31, nº2, pp.366-375.
- CHIERCHIA, G. & S. McConnell-Ginet (1990). *Meaning and Grammar – An Introduction to Semantics*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- CHOMSKY, Noam (2001). Derivation by Phase. in Hale, K. *A Life in Language*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press. pp.1-54.
- COLAÇO, M. (2003). Coordenação comitativa em Português Europeu. *Actas do XIX Encontro da APL*.
- CUNHA, Celso e Lindley Cintra (1986). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- DUARTE, Inês et alii (2002). Geometria de traços e distribuição de pronomes sujeito em PE e em PB. Apresentado no 3º Workshop do Projecto PE-PB.
- HASPELMATH (2000). Coordination. In Shopen, T. (ed.). *Language typology and linguistic description*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JOHANNESEN, J. B. (1998). *Coordination*. Oxford University Press.
- MATOS, G. (2000). Across-the-Board clitic placement in Romance languages. *Probus*, vol.12, pp. 229-259.
- (2003). Estruturas de Coordenação. In Mateus, M. H. M., A. M. Brito, I. Duarte e I. H. Faria. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Ed. Caminho. 5ª edição. pp.549-592.
- McNALLY, Louise (1993). Comitative Coordination: a Case Study in Group Formation. *NLLT*, vol.11, nº 2, pp. 347-379.
- MUNN, A. (1993). *Topics in the syntax and semantics of coordinate structures*. Dissertação de doutoramento. Universidade de Maryland. College Park.
- NUNES, J. (2002). *Linearization of Chains and Sideward Movement*. Versão electrónica.
- ROSS, J. (1967). *Constraints on Variables in Syntax*. Dissertação de PhD.
- SKRABALOVA, Hanna (2002). Comitative conjuncts vs. Comitative adjuncts: Evidence from Czech. Versão electrónica.
- VASSILIEVA, Masha & Richard K. Larson (2001). The Semantics of the Plural Pronoun Construction. Apresentado em *Semantics and Linguistic Theory XI (SALT 11)*, NYU, New York, NY.

Complexidade sintáctica: Implicações na compreensão de enunciados de exercícios de Matemática

Deolinda R. Varela Marques Correia
Agrupamento de Escolas de Colmeias – Leiria

Introdução

No âmbito da didáctica das línguas, nomeadamente na explicitação do conhecimento linguístico, a Língua Portuguesa, através do desenvolvimento das suas competências essenciais, desempenha um papel crucial na transversalidade curricular e, consequentemente, na aquisição de saberes estruturantes do pensamento e promotores da aquisição e desenvolvimento de outros conhecimentos. Considerada o eixo central do currículo nacional, a Língua Portuguesa tem um papel de relevo na aquisição de saberes nas diversas disciplinas. A aprendizagem, construída através de processos significativos, noutras áreas, como as ciências exactas, passa, necessariamente, pelo desenvolvimento de competências ao nível da compreensão e expressão orais e escritas. Neste âmbito, no domínio da Matemática é, frequentemente, referido que a dificuldade na compreensão e interpretação de determinados enunciados interfere na aprendizagem desta ciência, particularmente no desempenho de determinadas operações associadas ao raciocínio lógico e/ou dedutivo.

A este propósito, no jornal *Público* de 17 de Fevereiro de 2004, podia-se ler uma notícia acerca do ensino da Matemática, da qual se transcrevem alguns excertos:

Enunciados mal interpretados são causa de insucesso a Matemática

“Uma das principais causas do insucesso escolar na disciplina de Matemática deve-se à má interpretação dos problemas, por parte dos alunos. A verdade é que lêem bem os enunciados, mas nem sempre conseguem transpor correctamente para a linguagem matemática aquilo que lhes é solicitado.

Os alunos apresentam grandes deficiências quanto à compreensão de determinados contextos. Apesar de terem bons resultados, esses são obtidos à custa da mecanização do exercício e não pela compreensão do problema...

... os alunos têm dificuldade, por exemplo, em transpor para uma equação o que é solicitado no enunciado do problema....”

Público, 17 de Fevereiro de 2004

A dificuldade de interpretação/compreensão de enunciados escritos e o recurso frequente a actos mecanizados, que substituem o treino e o reforço das aprendizagens em curso através da reflexão ou até mesmo da memorização de determinados conceitos, são tão frequentes no sistema de ensino actual que a mensagem veiculada nesta notícia, que foca, especificamente, a disciplina de Matemática, é extensível a todas as outras áreas disciplinares.

No que diz respeito à compreensão dos enunciados, não basta apenas ter conhecimento do significado de todas as palavras que os constituem, é fundamental aceder aos padrões de constituição da estrutura sintáctica que lhes está subjacente. Os padrões de organização e as regras específicas de combinação de palavras, numa estrutura hierárquica em que as categorias gramaticais estão organizadas, determinam a complexidade da estrutura sintáctica.

2. Complexidade sintáctica das construções passivas

No âmbito da aquisição e desenvolvimento da linguagem, trabalhos de investigação concebidos com o objectivo de determinar a natureza das dificuldades no processo de compreensão e produção de determinadas estruturas sintácticas em falantes com idades compreendidas entre os dois e os catorze anos de idade (Menyuk, 1988; Demuth, 1990; Sim-Sim, 1998; Budwing, 2001) revelam que construções que apresentam um maior grau de complexidade sintáctica induzem um baixo nível de compreensão. Entre as estruturas apontadas, encontram-se as Construções Passivas.

O facto de todas as construções que integram a Diátese Passiva terem em comum duas propriedades – o verbo não atribuir caso acusativo ao argumento interno e não conferir papel temático externo à posição de sujeito – leva a que se aponte, no quadro da Teoria de Princípios e Parâmetros, a **inacusatividade** como uma das características centrais da Passiva (Mendikoetxea, 1999; Duarte, 2003).

A Passiva é encarada, no quadro da gramática generativa, como o reverso da Activa, i.e., resulta de um processo de transformação por excelência e é classificada como uma forma alternativa de parafrasear estruturas activas. De acordo com este ponto de vista, estas duas estruturas (cf. 1 e 2) seriam variantes combinatórias que se poderiam substituir uma pela outra em contextos idênticos.

(1) *O leão enganou a gazela.*

(2) *A gazela foi enganada pelo leão.*

A base desta definição assenta em três princípios fundamentais:

- (i) Do ponto de vista semântico, estruturas activas e passivas são no essencial equivalentes, ou seja, exprimem a mesma predicação básica, a qual envolve, por um lado, uma determinada relação entre as entidades designadas por meio das expressões nominais (*leão* e *gazela*) e, por outro lado, valores de Tempo, Aspecto, Modo e Polaridade.
- (ii) Os predicadores de ambas as estruturas (*enganou* e *foi enganada*) são formas derivadas do mesmo verbo – *enganar*.
- (iii) As expressões com que os predicadores estão combinados, ou seja, os seus argumentos estão relacionados entre si sintáctica e semanticamente. Assim, do ponto de vista sintáctico, a expressão que tem a função de complemento directo na estrutura activa (*a gazela*) tem a função de sujeito na estrutura passiva, mantendo nas duas a mesma função semântica: paciente. A expressão que tem a função sintáctica de sujeito na construção activa (*o leão*) aparece integrada na construção passiva no sintagma preposicional (*pelo leão*), também designado por complemento agente da passiva, mantendo, em ambas as estruturas, a função semântica de agente.

De acordo com esta classificação, a **reversibilidade** ocorre como uma das propriedades das construções passivas. No entanto, a sua legitimidade é, facilmente, posta em causa tendo em conta as diferentes funções discursivas das duas construções. Enquanto as construções activas elegem o agente da relação predicativa de base através da tematização do primeiro argumento (cf. 3), as construções passivas fazem do primeiro argumento do verbo um elemento cuja realização não é obrigatória (passivas perifrásticas curtas) com a tematização do segundo argumento, no caso das passivas perifrásticas pessoais (cf. 4), ou centram o seu interesse sobre o processo ou o próprio evento através das passivas perifrásticas impessoais (cf. 5) e das passivas de clítico (cf. 6).

(3) *A Maria distribuiu 245 flores por 35 jarras.*

(4) *Os sacos de batatas foram distribuídos igualmente por 60 estabelecimentos.*

(5) *Foram distribuídos 97 rolos de serpentinas pelas 8 turmas da escola.*

(6) *Distribuíram-se igualmente 1104 laranjas por 12 caixas.*

O facto de muitas estruturas activas não terem correspondente passiva (cf. 7) compromete igualmente a atribuição do factor reversibilidade ao binómio Activa/Passiva.

(7) A. *As crianças gostaram dos palhaços.*

B. **Os palhaços foram gostados pelas crianças.*

A **transitividade** é uma outra propriedade frequentemente associada à Diátese Passiva através de ilustrações de pares correspondentes de activas e passivas (cf. 1 e 2)

que justificam este aspecto como um dos fundamentais para estabelecer esta dualidade. No entanto, embora a transitividade, nomeadamente a transitividade directa, seja uma condição necessária não é, todavia, uma condição suficiente para a formação de construções passivas, atendendo a restrições de natureza lexical, sintáctica e semântica.

Vários trabalhos (Gross, 1975, entre outros) mostram que a passiva está sujeita a uma variação lexical que pode parecer em certos casos arbitrária, como é o caso dos verbos *deixar* vs *abandonar*.

(8) *As tropas iraquianas abandonaram/deixaram a cidade do Koweit.*

(9) *A cidade do Koweit foi abandonada/*deixada pelas tropas iraquianas.*

A definição de passiva perifrástica implica, efectivamente, que o verbo intransitivo, i. e., desprovido do segundo argumento, não seja passível. Esta condição significa também que o segundo argumento seja formalmente realizado como objecto directo. Porém, a afirmação de que apenas os verbos transitivos directos são passíveis não é reconhecida para os verbos *obedecer* e *perdoar*.

(10) *Os alunos obedeceram/perdoaram ao professor.*

(11) *O professor foi obedecido/perdoado pelos alunos.*

A existência de alguns verbos, como *ter*, *conservar* entre outros, onde a transitividade directa é uma constante, mas que não são passíveis, é considerado um problema de natureza semântica.

(12) *A. Maria teve um triciclo na sua infância.*

*B. *Um triciclo foi tido por Maria na sua infância.*

(13) *A. Maria conserva o sentido de humor.*

*B. *O sentido de humor é conservado por Maria.*

Para além da complexidade estrutural destas propriedades morfo-sintácticas e lexico-semânticas, também os diferentes tipos de construções passivas poderão contribuir para acentuar as dificuldades manifestadas ao nível da compreensão.

No âmbito das **Construções Perifrásticas**, há a salientar a distinção entre **Passivas Pessoais** [N_i ser V_{do} (por N_o)] (cf. 14), em que o argumento interno do participio passado desempenha as funções gramatical de sujeito e pragmática de tema, deslocando-se para a posição de especificador de SFlex, onde é legitimado com caso nominativo, e **Passivas Impessoais** [ser V_{do} N_i (por N_o)] (cf. 15), em que o argumento interno do participio passado ocorre em posição pós-verbal, acedendo ao caso nominativo, e é interpretado como foco (Duarte, 2003).

(14) *Os pinheiros foram vendidos a 250 € cada um e os castanheiros a 500 €.*

- (15) *No Jardim Zoológico, foram contadas várias girafas e avestruzes. No total foram contadas 17 cabeças e 56 patas.*

A coexistência de duas formas passivas no português actual, **Passivas Perifrásticas Verbais** (cf. 16) e **Passivas de Clítico** (cf. 17), que apesar de terem em comum algumas propriedades, são sintáctica e morfologicamente distintas, poderá igualmente acentuar a complexidade associada a este tipo de estruturas.

- (16) *375 amêndoas foram repartidas pelos 7 meninos que ajudaram a preparar a festa da Páscoa.*
 (17) *Numa quinta com ovelhas e galinhas, contaram-se 18 cabeças e 58 patas pertencentes a estes animais.*

Relativamente às características comuns, destacam-se os **marcadores apassivantes** que não são exclusivos destas estruturas [a existência de um só sufixo *-ado/-ada* utilizado quer na caracterização das construções passivas perifrásticas, quer na caracterização das construções atributivas e predicativas e uma só forma fonológica *-se* (comum a diversos clíticos verbais, que manifestam propriedades sintáctico-semânticas diferentes) partilhada por construções passivas, activas reflexas e médias]; a **inacusatividade** e ainda a **inferência semântica de um agente**, ou seja, o agente pode até não estar formalmente expresso, mas, do ponto de vista do sentido, ele está necessariamente implicado no processo.

Das diferenças básicas, apontadas frequentemente na literatura, salientam-se três por se revelarem particularmente importantes:

- (i) O **tipo de sujeito**. Nas passivas perifrásticas verbais, *As florestas foram dizimadas pelos incêndios*, o sujeito anteposto é interpretado como tópico e apresenta, geralmente, um carácter determinado. Nas passivas de clítico aparece posposto, é geralmente indeterminado e tem uma função não temática, *Alugam-se bicicletas*;
- (ii) A **expressão do agente**. Dificilmente ocorre nas passivas de clítico, a não ser em casos excepcionais onde surge com um traço semântico [+ HUM] e associado ao papel de agente ou experienciador, *Estabeleceu-se a paz pelos embaixadores*. Nas passivas perifrásticas ocorre com alguma frequência, sem restrições de papéis temáticos, i.e., pode ocorrer como agente, *Os rumores sobre uma nova greve foram divulgados por um jornalista do jornal Expresso*, destinatário, *Foram recebidas pelos construtores várias queixas dos proprietários dos novos apartamentos*, experienciador, *Os atentados terroristas são temidos por toda a sociedade*, ou fonte, *Estão a ser enviadas pelos ambientalistas cartas a todos os jornais*;
- (iii) A **intencionalidade** que nas construções perifrásticas está associada à existência de um sujeito semântico implícito delimitado, ou seja, supõe-se a presença de um agente concreto que opera sobre um objecto externo, *Todas as plantas do jardim foram arrancadas pelas crianças*, nas construções de clítico

enuncia-se um facto onde o agente é muito mais indefinido, *Arrancaram-se as plantas com uma pá.*

Identificados e classificados os processos morfo-sintácticos que caracterizam as estruturas que integram a Diátese Passiva¹ e apontadas as propriedades que permitem a especialização das duas estruturas em contextos diferentes, tentou-se apurar se as peculiaridades inerentes a cada tipo de estrutura são determinantes para o processo de compreensão de enunciados escritos.

3. Estudo Empírico

Num estudo empírico, efectuado para o Português Europeu, centrado na problemática da compreensão das estruturas passivas, nomeadamente passivas perifrásticas verbais e passivas de clítico, procurou-se determinar a natureza das dificuldades no processo de compreensão das referidas estruturas e verificar de que modo a complexidade estrutural deste tipo de construções condiciona o processo de compreensão de enunciados dos exercícios de Matemática.

Para o cumprimento destes objectivos, elegeram-se duas hipóteses de investigação:

Hipótese 1 – O desempenho na resolução de um exercício de Matemática é condicionado pelo tipo de estrutura sintáctica que o enunciado encerra.

Hipótese 2 – O processo de compreensão de construções passivas está correlacionado com o nível etário e com o nível de instrução dos sujeitos.

Com o propósito de determinar a natureza das dificuldades no processo de compreensão das estruturas passivas, em diversas fases do desenvolvimento dos falantes, criou-se uma amostra composta por quatro grupos de sujeitos. Os três primeiros grupos são formados por alunos do Ensino Básico do 4º, 6º e 9º anos de escolaridade respectivamente, com idades compreendidas entre os nove e os quinze anos a frequentar o Agrupamento de Escolas de Colmeias, do Centro da Área Educativa de Leiria. O quarto grupo é constituído por sujeitos adultos, educadores de infância e professores que leccionam no mesmo estabelecimento de ensino. Na totalidade, a amostra é composta por oitenta sujeitos.²

Para a elaboração deste estudo foram ponderados, entre outros, os seguintes critérios:

(i) A selecção do domínio temático

¹ Não foram referidas as estruturas perifrásticas adjectivais porque não fizeram parte do *corpus* do estudo empírico.

² Sendo a amostra numericamente limitada, tomam-se os resultados que com ela se obtiveram como meramente indicativos.

Neste estudo não se consideraram as variáveis meio social, nem sexo.

Seleccionados os manuais escolares, de onde foram retirados os exercícios que compõem o *corpus*, foi necessário eleger o domínio temático comum aos diferentes níveis de ensino frequentados pelos sujeitos. Assim, das quatro áreas temáticas possíveis - números e cálculo; geometria; estatística e probabilidades; álgebra e funções - optou-se pelo domínio dos números e cálculo, na forma de resolução de problemas.

(ii) A selecção dos exercícios

Escolhido o domínio sobre o qual incidiriam os estímulos, ou seja, os enunciados escritos, era importante encontrar exercícios iguais ou pelo menos semelhantes para todos os grupos. Não sendo esta estratégia exequível, uma vez que as competências definidas por ciclo de escolaridade são diferentes (vão-se complexificando ao longo do percurso escolar), além dos compêndios de cada ano de escolaridade contemplarem exercícios diferentes, optou-se por seleccionar aqueles que embora não sejam totalmente idênticos, a nível sintáctico apresentam a mesma estrutura.

Para a concretização deste estudo, foram concebidos três testes.

Teste 1 – Formado por quatro exercícios, com estruturas **Activas**

*A livraria Moderna ofereceu 100 livros à turma do Luís. Reservou para os alunos do clube de leitura a quarta parte dos livros. Quantos livros restaram para os outros alunos?*³

Teste 2 – Composto por quatro exercícios, onde predominam estruturas **Passivas Perifrásticas Verbais**

*Foram oferecidos por uma companhia de Teatro 100 bilhetes à escola do Pedro. A quinta parte dos bilhetes foi reservada para os alunos do grupo de teatro. Quantos bilhetes ficaram para os outros alunos?*⁴

Teste 3 – Constituído por quatro exercícios, formados com estruturas **Passivas de Clítico**

*No Natal ofereceram-se 150 brinquedos à escola da Ana. Reservou-se a quinta parte dos brinquedos para as crianças do 1º ciclo. Quantos brinquedos ficaram para as restantes crianças?*⁵

Relativamente a cada teste, foram sugeridas aos sujeitos sob observação duas tarefas. A primeira, estritamente do âmbito da Matemática, consistia em resolver cada um dos problemas propostos. A segunda, do domínio específico da Linguística, tinha como objectivo dar resposta às questões indicadas para cada exercício, que em relação

³ e ⁴ adaptados de ROSA, Ana Ribeiro, Lurdes Neves e Natália Vaz (1992) *Matemática. Exercícios, Problemas, Actividades - 5º ano*, Lisboa Editora, p. 174

⁵ ROSA, Ana Ribeiro, Lurdes Neves e Natália Vaz (1992) *Matemática, Exercícios, Problemas, Actividades - 5º ano*, Lisboa Editora, p. 174

aos exemplos anteriores eram as seguintes: *Quem ofereceu?*, *O que é que se ofereceu?*, *A quem se ofereceram?*. Com esta segunda tarefa, pretendia-se verificar se os sujeitos interpretavam correctamente os enunciados através da identificação dos argumentos nucleares do verbo e também de alguns argumentos opcionais.

3.1 Análise dos resultados

Atendendo aos objectivos que se delinearam para este estudo empírico e às hipóteses que se formularam, optou-se por fazer três análises que contemplavam os dois domínios: o **domínio do raciocínio lógico e/ou abstracto**, no âmbito da Matemática, o **domínio da compreensão**, no âmbito da Língua Portuguesa, mais especificamente da Linguística e, por último, estabelecer uma **associação entre o domínio da compreensão e interpretação de enunciados e o desempenho no domínio do raciocínio lógico e/ou abstracto**.

A análise dos resultados no **domínio do raciocínio lógico e/ou abstracto** procurou verificar se as respostas dos sujeitos a nível do raciocínio, do cálculo e do resultado variavam para cada exercício em função do tipo de teste, ou seja, em que medida os testes construídos com estruturas sintácticas distintas influenciaram o desempenho no domínio do raciocínio lógico e/ou abstracto.

Fazendo uma análise individual por nível/grupo, apoiada pela representação do gráfico 1, constata-se que, em relação ao grupo do nível 1 (4º ano), os resultados referentes aos níveis do raciocínio, do cálculo e do resultado diferem entre os três testes, isto é, o teste 1, composto por exercícios formados com estruturas activas, obtém níveis mais elevados que o teste 2 e o teste 3⁶, constituídos por exercícios onde predominam estruturas passivas perifrásticas verbais e estruturas passivas de clítico.

Nos restantes grupos, o cenário não é muito diferente. No caso do grupo do nível 2 (6º ano), os resultados mais elevados verificam-se no teste 1 e os mais baixos ocorrem no teste 3. O grupo do nível 3 (9º ano) obtém valores particularmente baixos no teste 1, que diferem dos valores do teste 2 e do teste 3. Como se pode observar, este nível/grupo apresenta resultados mais fracos comparativamente com os restantes grupos em qualquer dos testes⁷. No entanto, confirma a mesma tendência, isto é, os melhores resultados ocorrem nos testes 1 e 2 respectivamente. Em relação ao grupo de adultos (nível 4), o maior número de respostas correctas surge, igualmente, no teste 1, acentuando-se as respostas erradas nos testes 2 e 3.

⁶ Uma análise detalhada dos resultados obtidos por grupo para cada um dos níveis que integram o domínio do raciocínio lógico e/ou abstracto (raciocínio, cálculo e resultado) encontra-se disponível em Correia (2003).

⁷ No terceiro ciclo em geral, e no 9º ano de escolaridade em particular, parece haver um retrocesso na capacidade de reflectir sobre o uso da língua e de manifestar um conhecimento explícito da mesma. Para além de outros factores que poderão estar na origem deste problema, há a salientar o facto de se começar, paulatinamente, a introduzir, nas aulas de Língua Portuguesa, obras de leitura obrigatória, cada vez mais "açambarcantes" em termos de gestão temporal, o que obriga a descuar o estudo do funcionamento da língua.

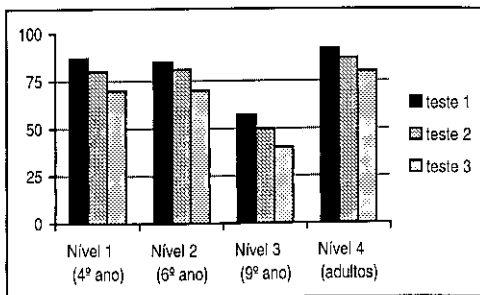


Gráfico 1: Valores percentuais no domínio do raciocínio lógico e/ou abstracto por níveis/grupos

Considerando a amostra na totalidade, constatou-se que, de uma forma geral, os resultados obtidos no teste 3, cujos exercícios contemplam estruturas passivas de clítico, eram sempre inferiores aos resultados do teste 2, formado por exercícios onde imperam as estruturas passivas perifrásticas, e sobretudo aos resultados do teste 1, composto por exercícios formados com estruturas activas, ou seja, da análise global destes três níveis, o teste 1 obteve os resultados mais elevados, seguido do teste 2 e por fim do teste 3. As diferenças estatisticamente significativas confirmam estes resultados no grupo do nível 1 (4º ano). Nos restantes níveis/grupos verifica-se, igualmente, esta tendência, contudo as diferenças registadas não foram tão acentuadas do ponto de vista estatístico.

A análise no **domínio da compreensão** dos quatro exercícios dos três testes, que foi efectuada tendo por base algumas questões que visavam a identificação dos argumentos essenciais do núcleo verbal, além de alguns argumentos opcionais, demonstrou que do conjunto dos três testes, o maior número de respostas correctas verificou-se nas questões dos exercícios do teste 1 nos quatro níveis/grupos. O menor número de respostas certas surge nas questões dos exercícios do teste 2, que é, no entanto, superior ao número de respostas correctas relativas às questões dos exercícios do teste 3.

Fazendo uma análise individual por nível/grupo, verifica-se que, no grupo do 4º ano (nível 1), o teste 1 obteve valores superiores ao teste 2 e ao teste 3.

No 6º ano (nível 2), o teste 3 obtém valores de compreensão inferiores ao teste 1 e ao teste 2.

No grupo do 9º ano (nível 3), não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os testes. Contudo, à semelhança dos outros grupos, é igualmente no teste 3 que se detectam mais incorrecções.

Para os adultos (nível 4), o teste 1 parece ser de mais fácil compreensão que o teste 2 e que o teste 3.

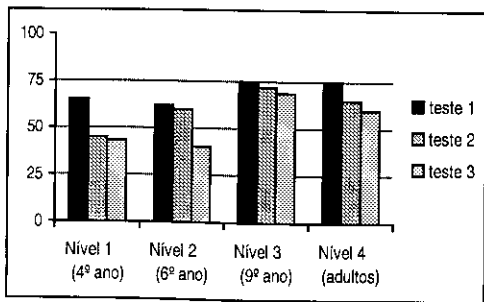


Gráfico 2: Valores percentuais na compreensão dos testes por níveis/grupos

Considerando a amostra globalmente, o nível de compreensão vai decrescendo do teste 1 para o teste 2 e do teste 2 para o teste 3.

Os resultados das duas análises referidas anteriormente apontam sempre valores mais elevados no teste 1, isto é, onde se verifica o melhor desempenho por parte dos sujeitos e os valores mais baixos no teste 3, onde o desempenho em ambas as tarefas (domínio da compreensão e domínio do raciocínio) é inferior.

Um outro aspecto detectado na análise do domínio da compreensão prende-se com os argumentos opcionais. A sua identificação revelou-se mais difícil, nos casos em que os enunciados dos exercícios apresentavam mais do que um argumento opcional com a mesma função semântica (cf. 18). Este facto indica que a "extensão" de um enunciado onde surgem vários argumentos opcionais com as mesmas funções semânticas pode dificultar a identificação do argumento que, sendo opcional, faz parte da informação central e que é imprescindível para a resolução do exercício.

(18) *Em casa de Joana, gastaram-se, numa semana de Outubro, 14 litros de leite. Quantos litros de leite se gastarão no mês de Novembro?*⁸

Efectuadas as duas análises para cada um dos domínios, procedeu-se a uma terceira análise, através da qual se pretendia indagar acerca da possibilidade de uma **associação positiva entre o domínio da compreensão e interpretação de enunciados e o domínio do raciocínio lógico e/ou abstracto**. Este tipo de análise revelou-se importante, uma vez que permitiu aferir, para além da forte associação entre os três níveis no

⁸ FREITAS, Maria (1997) *A Matemática do pequeno Mestre*, Gailivro, p. 144

domínio do raciocínio lógico e/ou abstracto (raciocínio, cálculo e resultado), que do conjunto destes três níveis, que são fundamentais, em termos de análise Matemática, para a resolução de um exercício, o raciocínio é o que estabelece as correlações mais acentuadas com o domínio da compreensão. Esta é uma tendência verificada em todos os níveis etários, sendo estatisticamente significativa no nível 1 (4º ano).

Efectivamente, as análises, anteriormente descritas, confirmam não só a relação entre o domínio da compreensão e o domínio do raciocínio lógico e/ou abstracto, através da associação positiva que se estabelece entre o raciocínio e a interpretação dos enunciados, como validam a **hipótese 1** – estreita relação entre o desempenho na resolução dos exercícios e a estrutura sintáctica que o enunciado encerra. Em qualquer dos domínios, os resultados do teste 3 são sempre inferiores comparativamente com os valores elevados do teste 1. Por conseguinte, a posição intermédia é ocupada pelos resultados do teste 2. Em relação a este teste, cujos exercícios eram formados por construções passivas perifrásticas, constatou-se, nomeadamente em relação aos níveis etários mais baixos (4º e 6º anos), que o desempenho nos dois domínios, e em especial no da compreensão, era superior nos exercícios que contemplavam construções passivas perifrásticas pessoais [N_i ser V_{do} (por N_{ij})]. Nos exercícios onde ocorriam construções passivas perifrásticas impessoais [$ser V_{do} N_i$ (por N_{ij})] os resultados obtidos tendem a aproximar-se dos resultados do teste 3 com exercícios formulados por construções passivas de clítico [$V_{se} N_j$].

No conjunto dos três testes, foi precisamente no teste 1 onde se verificou o maior número de respostas correctas quanto à identificação dos vários argumentos dos verbos. Nos testes 2 e 3, o número de respostas correctas foi menor, o que poderá ser um indício provável da complexidade das construções passivas. Para o insucesso nos dois últimos testes, e sobretudo no terceiro, terá contribuído também a ausência de um argumento com a função semântica de agente que conduziu a um número significativo de respostas erradas. De tal forma que a estratégia adoptada por todos os sujeitos consistiu em eleger um argumento (com função de agente) que, do ponto de vista semântico, se enquadrasse no contexto do exercício.

Um outro factor que contribuiu para corroborar a hipótese 1 foi o tempo despendido na resolução de cada teste. Foram calculadas as médias do tempo utilizado na resolução dos quatro exercícios de cada teste em cada nível/grupo, com base nos tempos contabilizados para cada um dos sujeitos dos diferentes grupos na realização de cada teste⁹.

⁹ Para o grupo de nível 4 (grupo de adultos) não foi contabilizada a contagem do tempo, uma vez que a situação de aplicação do teste não o permitiu.

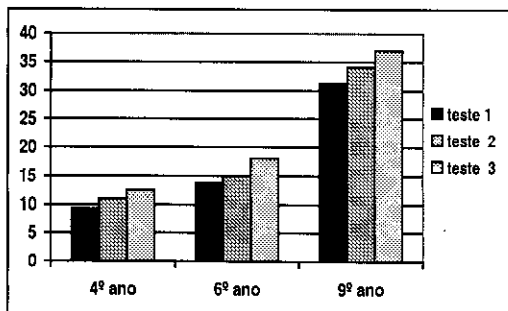


Gráfico 3: Valores médios do tempo de resolução dos testes por níveis/grupos

Os dados do gráfico 3 mostram que todos os níveis/grupos gastaram mais tempo a resolver o teste 3, seguindo-se, por ordem decrescente, o teste 2 e o teste 1. Este último foi, sem dúvida, o que demorou menos tempo a resolver pelos três níveis/grupos, onde foi contabilizado o tempo.

A hipótese 2 – relação entre o processo de compreensão das construções passivas e o nível etário e de instrução dos sujeitos – foi, igualmente, validada em ambos os domínios. Efectivamente, foi no nível 1 (4ºano) que se verificaram os resultados estatisticamente mais baixos tanto no domínio da compreensão como no do raciocínio lógico e/ou abstracto. Na verdade, o aumento de dificuldade manifestou-se de forma progressiva no maior registo de erros nos testes 2 e 3. Nos restantes níveis, confirma-se a mesma tendência mas com uma redução de respostas erradas. O nível 2 (6º ano) é o que mais se aproxima do grupo de 4º ano na quantificação de respostas certas. Entre o nível 2 (6º ano) e o nível 3 (9º ano) também se verificou o aumento de respostas certas por parte deste último grupo, embora menos acentuado comparativamente com o nível 4 (adultos) que, de todos os grupos, foi o que registou menos erros na resolução dos exercícios em ambos os domínios.

4. Propostas didáctico-pedagógicas

A confirmação das hipóteses formuladas com a realização deste estudo empírico atesta a complexidade das diferentes estruturas passivas que condiciona a compreensão de enunciados escritos e, conseqüentemente, a resolução de exercícios e reforça a importância da transversalidade da Língua Portuguesa, no caso concreto, com a disciplina de Matemática.

De acordo com estes indicadores e com base no conhecimento da situação pedagógica actual – a presença de exercícios em manuais cujos enunciados são

construídos com estruturas passivas e a omissão, nos programas do Ministério da Educação e no compêndio que reúne as competências gerais e transversais por disciplina, deste tipo de estruturas como conteúdo essencial a leccionar na disciplina de Língua Portuguesa – apresentam-se aqui algumas sugestões a ter em conta na elaboração e na adopção dos novos manuais escolares.

Na construção/selecção de materiais pedagógicos¹⁰:

- Optar, preferencialmente, por exercícios com estruturas activas – [N_0 V N_i]
- No recurso a estruturas passivas:
 - Privilegiar as construções perifrásticas pessoais, cuja ordem linear dos argumentos [N_i *ser* V_{-do} (*por* N_0)] parece facilitar a compreensão/interpretação dos exercícios comparativamente com as estruturas perifrásticas impessoais [*ser* V_{-do} N_i (*por* N_0)];
 - Recorrer com menor frequência a construções passivas de clítico [V_{-se} N_i].
- No recurso a argumentos opcionais:
 - Utilizar apenas os argumentos opcionais que sejam fundamentais para a resolução do problema.
 - Evitar a repetição de argumentos opcionais que transmitam a mesma informação semântica.¹¹

5. Comentário final

As competências linguísticas e não linguísticas revelaram-se essenciais para a compreensão da informação dos enunciados dos exercícios de Matemática que integravam os testes. Só o tratamento criterioso e o conhecimento de modelo de texto onde tais estruturas são previsíveis pode facilitar uma rápida e eficaz compreensão da sua estrutura informacional. Verificou-se, ainda, com a aplicação deste estudo, que a compreensão dos enunciados escritos decorre crucialmente de uma competência sintáctica e semântica e que o modo de estruturação do enunciado formado a partir de estruturas passivas perifrásticas impõe custos elevados para o processamento sintáctico e semântico eficaz, que aumentam quando se trata de passivas de clítico.

¹⁰ Estas observações devem ser tanto mais consideradas quanto menor for o nível de escolaridade e a idade do público alvo a que se destinem os materiais/manuais escolares.

¹¹ Embora as propostas apresentadas se enquadrem no âmbito da sintaxe, as Construções Passivas não podem ser consideradas sob um único ponto de vista. Dada a complementariedade dos vários domínios do conhecimento linguístico para a compreensão das referidas estruturas, sugere-se ainda uma outra proposta:

- Eleger verbos cujo conteúdo semântico transmita informação essencial para o tipo de tarefa a efectuar [distribuir = dividir → Operação a realizar: divisão].

Esta sugestão surgiu da constatação de um melhor desempenho na resolução de exercícios (cf. (1) e (2)) cujos verbos, como *distribuir* e *repartir*, transmitem informação semântica que está associada ao tipo de operação matemática que deve ser efectuada: **a divisão**.

(1) *Uma camioneta transportava milho e meio de sacos de batatas. Estes sacos foram distribuídos igualmente por 60 estabelecimentos. Com quantos sacos de batatas ficou cada estabelecimento?* (exercício seleccionado do teste nº 2 do 6º ano de escolaridade)

(2) *Repartiram-se 97 rolos de serpentinas pelas 8 turmas da escola. Quantos rolos recebeu cada turma? Quantos rolos sobraram?* (exercício seleccionado do teste nº 3 do 4º ano de escolaridade)

O estudo dos vários tipos de construções que integram a Diátese Passiva deve merecer uma aprendizagem específica ao longo dos vários ciclos de ensino, tão digna e legítima quanto as aprendizagens realizadas noutras áreas disciplinares curriculares.

Uma descrição, hierarquização e um estudo sequencializado das diferentes estruturas que integram a Diátese Passiva ao longo do percurso escolar, fundamentado em níveis de complexidade gramatical e de processamento, e uma avaliação sólida dos conhecimentos gramaticais, permitindo a construção de práticas adequadas, surgem como estratégias necessárias e prioritárias para o conhecimento e valorização das potencialidades que a língua materna nos oferece, nomeadamente no que diz respeito ao estudo da passiva.

Importa, agora, concretizar essa mudança, implicando as diferentes instâncias com responsabilidade no ensino da língua materna, desde os legisladores aos professores, passando pelos investigadores e pelos autores dos manuais escolares. Só assim será possível proporcionar aos discentes que frequentam a escola o verdadeiro domínio da Língua Portuguesa, algo “decisivo no desenvolvimento individual, no acesso ao conhecimento, no relacionamento social, no sucesso escolar e profissional...” (M.E – D.E.B., 2001: 31).

Referências Bibliográficas

- BUDWING, Nancy (2001) An Exploration into Children's Use of Passives. *Language Development*, Tomasello e Bates (eds.), Blackwell Publishers, pp. 227-247.
- CORREIA, Deolinda (2003) *Passivas e Pseudo-Passivas em Português Europeu – Produção Provocada e Compreensão*. Dissertação de Mestrado em Linguística Aplicada. Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa.
- DEMUTH, Katherine (1989) Subject, topic and Sesotho passive. *Child Language*, 17 (1990), Printed in Great Britain, pp. 67-84.
- DUARTE, Inês (1986) Construções passivas, teoria temática e teoria do caso. *Actas do II Colóquio de Estudos Linguísticos – Teoria da Linguagem/Teoria da Literatura*. Universidade de Évora. Março, 1986.
- KEENAN, Edward L (1985) Passive in the world's languages. Shopen T. (ed.) *Languages typology and syntactic description, Clause structure*, volume I, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 243-281.
- MARATSOS, M., D. Fox, J. Becker & M. Chalkley (1985) Semantic restrictions on children's passives. *Cognition*, 26, pp. 167-191.
- MATEUS, M. H., Ana Maria Brito, Inês Duarte, Isabel Hub Faria, et alii (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*, (5ª edição revista e aumentada). Lisboa, Editorial Caminho.
- MENDIKOETXEA, Amaya (1999a) Construcciones inacusativas y pasivas. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Bosque e Demonte (org.), Real Academia Española, vol. 2, cap. 25, Madrid, Espasa, pp. 1575-1633.

- MENDIKOETXEA, Amaya (1999b) Construcciones con *se*: Medias, pasivas e impersonales. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Bosque e Demonte (org.), Real Academia Española, vol. 2, cap. 26, Madrid, Espasa, pp. 1631-1721.
- MENYUK, P. (1988) *Language development: Knowledge and use*. Glenview, ILL; Scott, Foresman and Co.
- TURNER, E. & R. Rommetveit (1967) Experimental manipulation of the production of active and passive voice in children. *Language and Speech*, 10, pp. 169-180.

O Observatório de Neologia do Português – ONP: criação e apresentação

Margarita Correia¹, Ana Mineiro¹, Mafalda Antunes¹,
Maria Doria¹, Maria Teresa Cabré²
ILTEC¹ / IULA, Universitat Pompeu Fabra²

1. Introdução

O ONP – Observatório de Neologia do Português, variante de português europeu, é um projecto em curso no Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC – www.iltec.pt), realizado pela equipa de trabalho do Centro de Estudos em Léxico e Terminologia (CELexTe – <http://www.iltec.pt/celext>), desde Janeiro de 2004, sob a coordenação de Margarita Correia. O ONP não tem, ainda, financiamento próprio e todos os seus colaboradores são, portanto, voluntários.

Com esta comunicação pretende-se, num primeiro momento, justificar a necessidade da criação de um Observatório de Neologia para o português europeu, para, em seguida, apresentar o seu processo de constituição. Por fim, serão apresentados alguns exemplos de neologismos recolhidos para a realização desta comunicação.

2. A Neologia

O primeiro indício de que uma língua está viva é a sua capacidade de inovar lexicalmente. Para conhecer a realidade de uma língua, devem recolher-se e analisar-se com frequência amostras do seu uso. Deste modo, a detecção, a recolha e o estudo dos neologismos tornaram-se uma necessidade presente na maioria dos trabalhos relacionados com a linguística aplicada, sendo a sua principal finalidade, com base na sua observação e no seu estudo sistemáticos, contribuir para “assegurar que una llengua és apta i adequada per a tot tipus de comunicació, tant des del punt de vista temàtic, com en funció dels diferents escenaris comunicatius. I en aquest sentit fer visible que els recursos de què la llengua disposa estan permanent actualitzats confirma la disponibilitat i eficiència d’una llengua.” (Cabré, no prelo)

No âmbito deste trabalho, definiremos neologismo seguindo de perto a proposta de Alain Rey (1976), dizendo, então, que um neologismo é uma unidade lexical cuja forma significante ou cuja relação significado-significante, caracterizada por um funcionamento efectivo num determinado modelo de comunicação, não se tinha realizado no estádio imediatamente anterior do código da língua.

Partindo da definição de neologismo acima apresentada, podemos verificar que os neologismos podem sê-lo a vários níveis, isto é, podem apresentar tipos de novidade distintos:

- 'novidade formal' (a sua forma significante é nova): quando o neologismo apresenta uma forma não atestada no estágio anterior do registo de língua;
- 'novidade semântica': quando o neologismo corresponde a uma nova associação significado-significante, isto é, uma palavra já existente adquire uma nova acepção;
- 'novidade pragmática': quando a neologia resulta da passagem de uma palavra previamente usada num dado registo para outro registo da mesma língua. Normalmente, a novidade pragmática surge associada à novidade semântica.

Tal como refere Correia (2005: 13), considerando a neologia enquanto demonstração da criatividade lexical, ela pode ser, fundamentalmente, de dois tipos:

- a) neologia denominativa: resultante da necessidade de nomear novas realidades (objectos, conceitos), anteriormente inexistentes;
- b) criação neológica estilística: correspondente à procura de uma maior expressividade do discurso, para traduzir ideias não originais de uma maneira nova, ou para exprimir de modo inédito certa visão do mundo.

Para além dos tipos de neologia anteriormente enunciados, poderá, ainda, ter-se em conta as unidades que relevam de 'neologia de língua', que são unidades lexicais do discurso que, por não se distinguirem das restantes unidades lexicais da língua, (correspondendo apenas à actualização da competência derivacional dos falantes), não despertam qualquer sentimento de novidade no falante. O que faz destas unidades neologismos, quando se adopta o critério lexicográfico para a sua selecção, é o facto de elas não se encontrarem registadas nos dicionários (cf. Correia 2005: 14).

2.1 Campos de aplicação do trabalho neológico

De acordo com Cabré (no prelo) os campos de aplicação mais imediatos do trabalho neológico são três:

- 1) A **lexicografia**, pela necessidade de actualizar os dicionários de língua geral, dada a evolução permanente das línguas.
- 2) A **terminologia**, pela necessidade de criar unidades novas para designar e denominar os conceitos dos especialistas.
- 3) A **planificação linguística**, pela necessidade de estabelecer critérios que servem de guia para a criação de unidades lexicais novas. Neste campo, a neologia será uma matéria de intervenção para erradicar os estrangeirismos excessivamente traumáticos ou excessivos num sistema linguístico e no marco de uma política de normalização.

Deste modo, podem apresentar-se algumas das finalidades e aplicações da recolha de neologismos:

- actualização de repertórios lexicais:
 - actualização da nomenclatura;
 - actualização das informações linguísticas das entradas (definição, categoria gramatical e exemplos);
 - indicações de neologicidade;
 - alimentação de dicionários de máquina;
 - elaboração de dicionários de palavras, termos e expressões novas;
 - redacção de guias e livros de estilo;
 - realização de estudos de carácter lexicológico;
 - planificação linguística;
 - normalização terminológica.

3. Processo de constituição do Observatório de Neologia do Português

A ideia de criar um Observatório de Neologia para o português europeu nasce no início de 2003 e é fruto da evidente necessidade de analisar a grande quantidade de neologismos presentes na língua portuguesa. Em Novembro de 2003, Maria Teresa Cabré apresenta à Rede Panlatina de Terminologia (Realiter – <http://www.realiter.net/>) o projecto NEOROM, que consiste na criação de uma rede de Observatórios de Neologia da imprensa para as línguas românicas que, tendo por base uma metodologia de trabalho comum, pretende oferecer resultados comparativamente válidos para analisar a actuação lexical das línguas românicas, através do estudo dos neologismos espontâneos ou planificados que aparecem na imprensa, ou noutros meios orais, escritos ou audiovisuais, e em outras situações comunicativas. Nesta altura, o ONP é integrado no projecto NEOROM.

Em Janeiro de 2004 dá-se o arranque efectivo do ONP, fundamentalmente com a recolha e o armazenamento do corpus, bem como com a formação inicial da equipa.

3.1 Fases de criação de um Observatório

A criação de um observatório, de acordo com Cabré (no prelo) pode ser descrita em três fases:

1) Desenho e organização:

- selecção do corpus (oral ou escrito; espontâneo ou planificado; geral ou selectivo, etc.);
- fixação dos critérios de detecção dos neologismos;
- redacção do protocolo de trabalho dos investigadores para que o trabalho seja sistemático;
- elaboração de materiais de organização da informação, se possível em suporte digital e em formato de base de dados e, numa situação ideal, a partir de textos orais ou escritos digitalizados.

- 2) Recolha e análise dos neologismos detectados no corpus:
- a detecção dos neologismos utilizando os critérios estabelecidos;
 - a introdução dos neologismos na base de dados, representando cada informação de maneira adequada;
 - a análise de cada neologismo para conferir a neologicidade e complementar a informação com dados novos, extraídos de outras fontes.
- 3) Actividades relacionadas com a exploração dos dados recolhidos:
- vinculação dos dados neológicos pertinentes nos organismos, instituições e centros de trabalho adequados: organismos de normalização linguística, instituições académicas responsáveis pela norma linguística, centros de investigação linguística, empresas de dicionários, serviços linguísticos, etc.;
 - difusão das unidades neológicas em publicações, comunicações e permitindo o acesso à base de dados (por exemplo, através da Internet);
 - procura das constantes, das sistematicidades, das repercussões sociais, etc., dos neologismos, num período determinado ou ao longo da sua evolução, e também a análise contrastiva com a neologia recolhida em Observatórios de outras línguas;
 - elaboração de materiais linguísticos com dados neológicos quer seja em recursos autónomos, quer seja como complemento de outros recursos existentes (dicionários em suporte de papel, dicionários electrónicos, correctores automáticos, sistemas de tradução assistida, geradores de texto, programas de ajuda à redacção, etc.).

3.2 Objectivos do ONP

O ONP pretende fazer o levantamento dos neologismos presentes nos textos seleccionados da imprensa escrita em português europeu, tendo em conta objectivos de dois tipos:

- a) Linguísticos:
- recensear as “novas” unidades lexicais, contribuindo assim para analisar os recursos e estratégias lexicais mais produtivas que descrevem a neologia lexical em português europeu;
 - estabelecer os critérios sobre a neologia de importação, a fim de contribuir para a harmonização das unidades lexicais por empréstimo, a partir da observação do modo como vão ocorrendo na imprensa escrita.
- b) Políticos:
- pela observação e análise das unidades neológicas que vão ocorrendo na imprensa escrita, contribuir para definir princípios para a neologia planificada, dotando o português de unidades lexicais que possam ser usadas em todos os âmbitos comunicativos.

Em suma, a equipa do ONP pretende contribuir para o desenvolvimento harmonioso do português, pela observação e análise da neologia nos meios de comunicação social.

3.3 Fontes do ONP

Os meios de comunicação têm como principal objectivo dar conta do que é novo, da novidade, da notícia, e, por isso, as temáticas abordadas são o mais diversificadas possível, havendo maiores probabilidades de encontrar neologismos associados a variados domínios de experiência e de saber.

Assim, foram seleccionados pelo ONP dois jornais generalistas nacionais: o *Diário de Notícias* e o *Público*. Tratando-se de dois jornais diários e disponíveis em linha, estes jornais foram escolhidos por serem considerados representativos da língua geral na imprensa e por se tratar de jornais de grande tiragem, que incluem diversas secções, abordando os mais variados aspectos da vida em sociedade.

No início, o descarregamento dos jornais era realizado manualmente, texto a texto. Porém, graças ao programa *LEGIMVS*, concebido por Francisco Costa, investigador no ILTEC e colaborador do ONP, o descarregamento de ambos os jornais passou a ser realizado automaticamente todos os dias úteis.¹

De todas as informações que o jornal apresenta, apenas interessam para este projecto os próprios textos e respectivos títulos. Deste modo, foram excluídos automaticamente a primeira página, a publicidade, os cabeçalhos, os classificados, o cartaz de cinema, a necrologia, os resultados desportivos e a ficha técnica.

3.4 Corpus de exclusão

Uma vez determinada a estrutura do corpus de imprensa, estabeleceram-se os critérios de detecção dos neologismos, adoptando-se fundamentalmente o critério lexicográfico, isto é, excluindo todas as unidades que já se encontram registadas nos mais recentes dicionários gerais de língua em português europeu, a saber:

- *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (versão portuguesa) – 5. vols., Círculo de Leitores, 2002 / 3 vols., Temas & Debates, 2003;
- *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, 2004.
- *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Verbo, 2001 – 2 vols.

Estes dicionários foram seleccionados por apresentarem nomenclaturas muito vastas e actualizadas, que revelam o uso efectivo dos falantes, bem como por serem hoje os três grandes dicionários de referência do português europeu.

¹ Francisco Costa está também a analisar a possibilidade de este sistema se generalizar para o projecto NEOROM e para outras redes de Neologia, nomeadamente o projecto Antenas Neológicas, também coordenado por Maria Teresa Cabré.

3.5 O processo de extracção dos neologismos

No âmbito do ONP, o processo de identificação e extracção de neologismos será efectuado por dois processos: manual e semi-automático.

3.5.1 Extracção manual

São inúmeras as vantagens da extracção manual de neologismos, das quais poderemos destacar a possibilidade de detecção de neologia formal por conversão sintáctica, de neologia formada mediante uma estrutura sintáctica lexicalizada, de neologia sintáctica (neologismos que implicam uma mudança de subcategoria gramatical: género, número, mudança de regime verbal, etc. numa base lexical existente) e de neologia semântica.

São, porém, várias as desvantagens da utilização sistemática deste processo de extracção de neologismos, podendo destacar-se os custos acrescidos em termos de tempo e de mão-de-obra.

3.5.2 Extracção semi-automática

Para além das vantagens evidentes que se prendem com a rapidez do processo e com a redução dos custos, a extracção semi-automática tem ainda como mais-valia clara a objectividade, a sistematicidade, a exaustividade, a minimização de erros, e a possibilidade de reutilização dos resultados.

Em contrapartida, este processo de extracção tem como principal limitação o silenciamento de diferentes tipos de neologismos, designadamente os enumerados na alínea anterior. Este processo implica, também, a necessidade de verificação por parte do neólogo, pelo que a redução dos custos da sua implementação poderá não ser tão linear como à partida se supõe.

3.6 A extracção semi-automática no âmbito do ONP

Para que o processo de extracção de neologismos seja semi-automático, será utilizado o SEXTAN, que é uma ferramenta do IULA – Instituto Universitário de Linguística Aplicada, da Universidade Pompeu Fabra, de Barcelona – e consiste num sistema de extracção que permite detectar de forma semi-automática os candidatos a neologismo da imprensa escrita a partir de um critério lexicográfico. No ILTEC estão actualmente a ser desenvolvidas as ferramentas necessárias para o uso do SEXTAN, nomeadamente uma base de dados morfológica que sirva de base ao lematizador, a que será associado um etiquetador.²

² Foi firmado um protocolo de cooperação entre o ILTEC e a Porto Editora, no âmbito do qual a Porto Editora forneceu a nomenclatura do *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* em formato digital, que servirá de base às ferramentas referidas.

Para se poder usar o SEXTAN, o conteúdo dos jornais diários é retirado do sítio do próprio jornal, convertendo-se de formato HTML para XML. São mantidas apenas as etiquetas <title>, <head>, <p>, <s>, e <i>. Aplicado o programa de detecção, obtém-se como resultado uma listagem de todas as formas que não aparecem nos dicionários do corpus de exclusão.³ Para cada palavra são guardados também o contexto, a secção e o autor do artigo em que aparece.

Em seguida, o arquivo dos candidatos a neologismos é enviado para o programa de verificação, onde o investigador decide quais dos candidatos assinalados são realmente neologismos. No caso de um candidato ser validado, são preenchidos manualmente os campos da ficha terminológica: categoria gramatical, marca tipográfica, tipo de neologismo, nota e autor; os restantes campos são preenchidos de forma automática. Posteriormente a ficha é incorporada na base de dados do Observatório de Neologia.

3.7 Tratamento dos candidatos a neologismo

Para o armazenamento dos candidatos a neologismo, foi construída uma base de dados em Access, com os seguintes campos: neologismo, categoria gramatical, marca tipográfica, tipo de neologismo, contexto, nota, localização do neologismo e autor. A estrutura da ficha construída pode ser observada na Figura 1.

Figura 1: Ficha de registo de neologismos do ONP.

³ Estes dicionários constituem a base de dados morfológicos contendo as formas flexionadas dos lemas.

No estabelecimento das etiquetas usadas para a descrição de cada neologismo, a equipa do ONP seguiu as etiquetas estabelecidas pela equipa do Observatório de Neologia do IULA, coordenado por Maria Teresa Cabré, e constantes do documento com o título “Protocolo de vaciado de textos de prensa escrita”, que é também usado no projecto Antenas Neológicas. O uso do mesmo conjunto de etiquetas facilitará a comparabilidade dos dados obtidos em Portugal com os obtidos noutros países, como é preconizado na definição de objectivos do projecto NEOROM.

Do campo categoria gramatical constam as opções apresentadas na Tabela 1.

O campo “marcas tipográficas” tem o objectivo de registar eventuais marcas que o autor introduza no texto para realçar as unidades lexicais que usa. Muitas vezes, o uso destas marcas denota que o autor tem consciência do carácter neológico da unidade que usa. Na base de dados, encontram-se disponíveis as opções apresentadas na Tabela 2.

<i>categoria</i>	<i>descrição</i>
<i>adj</i>	<i>adjectivo</i>
<i>adv</i>	<i>advérbio</i>
<i>art</i>	<i>artigo</i>
<i>conj</i>	<i>conjunção</i>
<i>f</i>	<i>substantivo fem. sing.</i>
<i>f pl</i>	<i>substantivo fem. pl.</i>
<i>interj</i>	<i>interjeição</i>
<i>loc</i>	<i>focução</i>
<i>m</i>	<i>substantivo masc. sing.</i>
<i>pl</i>	<i>substantivo masc. pl.</i>
<i>prep</i>	<i>preposição</i>
<i>v intr</i>	<i>verbo intransitivo</i>
<i>v pron</i>	<i>verbo pronominal</i>
<i>v tr</i>	<i>verbo transitivo</i>

Tabela 1: Etiquetas para a classificação morfossintáctica dos neologismos.

<i>marcas tipográficas</i>	<i>descrição</i>
" "	<i>aspas</i>
()	<i>parêntesis</i>
<i>it</i>	<i>itálico</i>
<i>ng</i>	<i>negrito</i>
" <i>it</i> "	<i>aspas e itálico</i>
" <i>ng</i> "	<i>aspas e negrito</i>
(" ")	<i>parêntesis e aspas</i>
("it ng")	<i>parêntesis, aspas, itálico e negrito</i>
("it")	<i>parêntesis, aspas e itálico</i>
("ng")	<i>parêntesis, aspas e negrito</i>
(it)	<i>parêntesis e itálico</i>
(ng)	<i>parêntesis e negrito</i>
it ng	<i>itálico e negrito</i>

Tabela 2: Marcas tipográficas.

As etiquetas relativas a tipos de neologismos são apresentadas na Tabela 3 (a explicitação do conteúdo dessas etiquetas será oportunamente disponibilizado em linha no sítio do CELEXe).

No caso de um neologismo ser um empréstimo, também será classificado de acordo com a sua proveniência e com o facto de ter sido ou não adaptado ortograficamente, de acordo com as etiquetas discriminadas na Tabela 4.

<i>tipo de neologismo</i>	<i>descrição</i>
E/EA	<i>empréstimo / empréstimo adaptado</i>
FABR	<i>formal por abreviação</i>
FACR	<i>formal por acronímia</i>
FCOM	<i>formal por composição</i>
FCULT	<i>formal por composição culta</i>
FCONV	<i>formal por conversão sintáctica</i>
FPRSU	<i>formal por interferências entre sufixação e prefixação</i>
FLEX	<i>formal por lexicalização</i>
FPRE	<i>formal por prefixação</i>
FSIG	<i>formal por siglação</i>
FSINT	<i>formal por sintagmação</i>
FSUF	<i>formal por sufixação</i>
FVAR	<i>formal por variação</i>
O	<i>outros</i>
SEM	<i>semântico</i>
SINT	<i>sintáctico</i>

Tabela 3: Etiquetas de classificação dos tipos de neologismos.

<i>tipo de empréstimo</i>	<i>descrição</i>
EA	<i>emp. do alemão</i>
EEsp	<i>emp. do espanhol</i>
EFr	<i>emp. do francês</i>
EGr	<i>emp. do grego</i>
EIng	<i>emp. do inglês</i>
EIta	<i>emp. do italiano</i>
ELat	<i>emp. do latim</i>
EAAI	<i>emp. adaptado do alemão</i>
EAEsp.	<i>emp. adaptado do espanhol</i>
EAFr	<i>emp. adaptado do francês</i>
EAGr	<i>emp. adaptado do grego</i>
EAIng	<i>emp. adaptado do inglês</i>
EAIta	<i>emp. adaptado do italiano</i>
EALat	<i>emp. adaptado do latim</i>
O	<i>outro</i>

Tabela 4: Etiquetas para classificação dos empréstimos.

Logo que se tenha recolhido um número significativo de neologismos e que tenha sido afinada a metodologia de extração e classificação dos neologismos, a base de dados de neologismos será disponibilizada em linha para consulta.

4. Apresentação de resultados

Uma vez que ainda não se encontra em funcionamento a extração automática de termos, a equipa do ONP levou a cabo uma recolha manual, de modo a poder apresentar alguns dados nesta comunicação. Para essa recolha, foi seleccionado aleatoriamente, da recolha diária feita, um total de dez jornais (cinco exemplares do *Público* e cinco exemplares do *Diários de Notícias*), cujas referências são apresentadas na Tabela 5.

Público:	Diário de Notícias:
2 de Janeiro de 2004	14 de Janeiro de 2004
26 de Janeiro de 2004	10 de Fevereiro de 2004
30 de Março de 2004	28 de Abril de 2004
12 de Maio de 2004	2 de Junho de 2004
13 de Julho de 2004	18 de Agosto de 2003

Tabela 5: Edições de onde foram recolhidos os neologismos apresentados nesta comunicação.

A extração manual dos neologismos destas edições de jornais, que contou também com a colaboração de Carla Viana, investigadora do ILTEC, permitiu a recolha de 461 neologismos, distribuídos por diferentes categorias, como pode verificar-se na Figura 2.

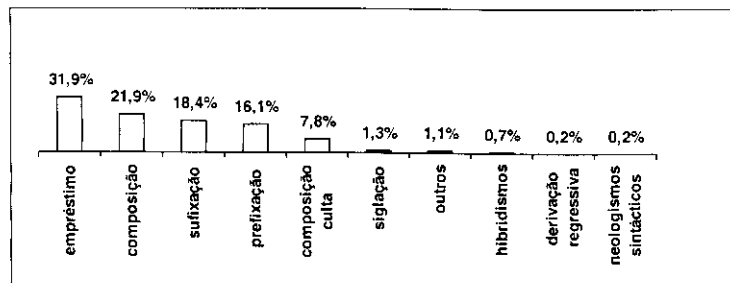


Figura 2: Tipos de neologismos recolhidos.

Apresentam-se em seguida alguns exemplos dos neologismos recolhidos para este trabalho:⁴

⁴ Mantém-se as aspas quando elas ocorrem no texto original

- **empréstimos:** "call-center"; "junk email"; stand-up-comedy; "treasuries"; "wireless";
- **compostos:** *estádios-miniatura; hospital SA; "rap-canção"*;
- **compostos cultos:** *aurinegros; vértebro-medulares; euro-entusiasta;*
- **derivados por prefixação:** *não-curricular; pós-11 de Setembro de 2001; reconvenção;*
- **derivados por sufixação:** *bugueiro; 'futebolês'; santanista; tabloidizar;*
- **hibridismos:** *postura glam; «tropical chic»;*
- **amalgamas:** *entreusar; passociais;*
- **neologismos sintácticos:** *rambos;*
- **derivação regressiva:** *desnorte;*
- **siglas:** *DJ;*
- **outros:** *toc-toc.*

5. Conclusões

O principal objectivo desta comunicação foi dar a conhecer o nascimento do ONP.

Apesar das vantagens do levantamento manual de neologismos, a pequena experiência levada a cabo para a realização da presente comunicação deixou bem patente a sua morosidade e os seus custos em termos de mão-de-obra, pelo que a construção das ferramentas necessárias para a extracção semi-automática dos neologismos constitui uma prioridade do ONP. Esperamos que no próximo Encontro da APL possamos trazer novidades sobre este projecto e apresentar as ferramentas construídas.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Ana Mineiro Rebello de (2002) A terminologia do empréstimo linguístico no português europeu: uma terminologia ambígua? *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 Anos do CLUP*. Vol. 2. Porto: CLUP, pp. 35-44.
- ANDRADE, Ana Mineiro Rebello de & António Lavouras Lopes (2003) O tratamento dos estrangeirismos nas duas últimas edições da Porto Editora. *Revista de Lexicografia*, vol. IX, pp. 7-28.
- ANTUNES, Mafalda, Rita Gonçalves & Margarita Correia (2004) Neologismos terminológicos na área da Economia: processos mais frequentes em português europeu. *Actas RITerm 1988-2002*, CD-ROM com o ISBN 92-9122-023-X. (VIII Simpósio Ibero-Americano de Terminologia. Cartagena de Índias, Colômbia. Outubro de 2002).
- ANTUNES, Mafalda & Susana Correia (2004) Semantic nets in the Net. In E. Hajicová, A. Kotesovcová & J. Mirovský (eds.). *Proceedings of CIL17*. CD-ROM. Maftyzpress, MFF UK, Prague.

- ANTUNES, Mafalda, Susana Correia & Rita Gonçalves (2003) E-termos: descrição e hipótese de classificação. *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL/Colibri, pp. 121-130.
- ADAMO, Giovanni & Valeria Della Valle (2003) L'Osservatorio neologico della lingua italiana. Linee di tendenza nell'innovazione lessicale dell'italiano contemporaneo. *Innovazione lessicale e terminologie specialistiche*. Roma: Leo S. Olschki, pp. 83-105.
- CABRÉ, Maria Teresa (no prelo). *Neologisms, Observatoris i Dictionaris*. Barcelona: IULA-UPF (ms.).
- CABRÉ, Maria Teresa, Judit Freixa & Elisabet Solé (2002) *Lèxic i neologia*. Barcelona: Observatori de Neologia, IULA-UPF.
- CABRÉ, Maria Teresa, Judit Freixa & Elisabet Solé (2000) *La Neologia en el Tombant de Segle*. Barcelona: IULA-UPF.
- CAHUZAC, Philippe & Fr. Gilles Carpentier (1998) Présentation et analyse d'un corpus lexical néologique extrait de la presse espagnole (1991-1998). *Actes des 7^{èmes} Journées E.R.L.A.-G.L.A.T.* Brest: Faculté des Lettres et Sciences Sociales Victor Ségalen, pp. 411-418.
- CORREIA, Margarita & Lúcia San Payo de Lemos (2005) *Inovação lexical em português*. Col. Cadernos de Língua Portuguesa. Lisboa: Colibri / APP.
- CORREIA, Margarita (no prelo) Criatividade e inovação terminológica – novos desafios. Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional *A neologia científica: balanço e perspectivas*, Roma, Novembro, 2003.
- CORREIA, Margarita (1998) Neologia e Terminologia. *Terminologia: questões teóricas, métodos e projectos*. Lisboa: Europa-América, pp. 59-74.
- HUMBLEY, John (2003) La Néologie en Terminologie. In Jean-François Sablayrolles (org.). *L'Innovation Lexicale*. Paris: Honoré Champion, pp. 261-278.
- REY, Alain (1976) Néologisme: un pseudo-concept? *Cahiers de Lexicologie*, 28, pp. 3-17.
- SABLAYROLLES, Jean-François (2003) La néologie en français contemporain. *Innovazione lessicale e terminologie specialistiche*. Roma: Leo S. Olschki Editore, pp. 205-224.

A aquisição da Rima em Português Europeu – ditongos e consoantes em final de sílaba

Susana Correia

Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa
Escola Superior de Saúde de Faro – Universidade do Algarve

0. Introdução

Neste trabalho, serão abordados dois aspectos da aquisição da Rima em Português Europeu¹: a aquisição das consoantes em final de sílaba (/s/, /l/ e /r/) e o domínio do contraste entre vogal (v) e ditongo (VG).

De acordo com os dados da aquisição apresentados em Fikkert (1994) e em Freitas (1997), o papel silábico das consoantes soantes em final de sílaba deve ser distinto do papel silábico das obstruintes na mesma posição: as obstruintes devem ocupar uma posição na Coda, enquanto as soantes devem ocupar uma posição num Núcleo ramificado. As autoras argumentam que, por um lado, as obstruintes são produzidas e adquiridas mais cedo, enquanto as soantes emergem e estabilizam mais tarde, em simultâneo com a estabilização dos ditongos. Outras propostas, no entanto, mencionam um domínio precoce do contraste v-VG, favorecendo a ideia de que a aquisição de Núcleos ramificados precede a aquisição de Rimas ramificadas (Kehoe & Stoel-Gammon, 2001, para o Inglês, e Bonilha, 2000, Matzenauer & Bonilha, 2003, para o Português do Brasil²).

Com base nos dados apresentados para o PE e para outras línguas, neste estudo testam-se, a partir de dados do PE recolhidos experimentalmente, as hipóteses formuladas a partir de dados de recolha espontânea (Freitas, 1997), relativamente:

- A) ao diferente estatuto silábico das consoantes soantes e das consoantes obstruintes em final de sílaba,
- B) à relação existente entre a aquisição das consoantes soantes em final de sílaba e do contraste entre v e VG.

¹ PE, de agora em diante.

² PB, de agora em diante.

1. O sistema-alvo – algumas observações sobre a Rima do PE

O PE é uma língua que apresenta muitas restrições às consoantes que podem aparecer em final de sílaba, sendo apenas possível que /s/, /l/ e /r/ ocupem essa posição. De acordo com Mateus & d'Andrade (2000), as três consoantes devem ocupar a posição de Coda, não se verificando, por isso, qualquer assimetria entre as três consoantes na estrutura da Rima.

No entanto, diferenças fonotáticas e distribucionais, bem como alguns fenómenos fonéticos dão conta da possibilidade de obstruintes e soantes desempenharem papéis silábicos distintos na estrutura da Rima do PE. Listam-se, em seguida, essas diferenças:

a) Depois de um ditongo (oral ou nasal), apenas a consoante obstruinte é admitida:

- | | |
|------------|-----------|
| (1) pais | [ˈpaɪ̯] |
| (2) Fausto | [ˈfawʃtu] |
| (3) pães | [ˈpɛ̃j̃] |

b) Depois de uma Núcleo nasal, apenas a consoante obstruinte é permitida:

- | | |
|-----------------|-----------------|
| (4) transplante | [trɛ̃ʃ.ˈplɛ̃ti] |
| (5) mães | [ˈmɛ̃j̃] |

c) Dependendo da consoante em final de palavra, a formação do plural implica diferentes processos:

i) depois de /r/ e /s/, a vogal [i] é inserida:

- | | | | |
|-----------|----------|---------|-----------|
| (6) mar | [ˈmar] | mares | [ˈmarij] |
| (7) rapaz | [rɛˈpaʃ] | rapazes | [rɛˈpazi] |

ii) /l/ sofre um processo de semivocalização:³

- | | | | |
|-----------|----------|--------|-----------|
| (8) papel | [pɛˈpɛɫ] | papéis | [pɛˈpɛj̃] |
|-----------|----------|--------|-----------|

d) /l/ bloqueia o processo de redução vocálica em posição átona, ao contrário do que acontece com /r/ e /s/. O mesmo acontece com alguns ditongos.

- | | | | |
|--------------|------------|-----------|--------------|
| (9) sal | [ˈsaɫ] | salgado | [saɫˈgaɫu] |
| (10) caixa | [ˈkaɪ̯ʃɐ] | caixinha | [kaɪ̯ˈʃiɲɐ] |
| (11) barco | [ˈbarku] | barquinho | [bɔrˈkiɲu] |
| (12) máscara | [ˈmaʃkɛrɐ] | mascarado | [mɔʃkɛˈradu] |

³ Em PB, este processo generaliza-se para a consoante /l/ em final de sílaba: *Brasil* /brazil/ -> [braˈziw], *calças* 'trousers' /kalsas/ -> [kawˈsas].

Em relação à estrutura da Rima, deve ainda acrescentar-se que a nasalidade é representada por um autossegmento flutuante (Mateus & d'Andrade, 2000) e é sempre realizada no Núcleo. Não sendo realizada no Núcleo, mas sim na Coda, ter-se-ia que determinar uma Coda ramificada em palavras como as de (13), e uma Rima com quatro posições em palavras como as de (14):

- (13) monstro [ˈmõʃtru]
 (14) limões [liˈmõʃʃ]

Em casos como o de (14), a consoante /s/ não deve ser considerada extrassilábica, uma vez que pode aparecer em final de palavra, como em (14), mas também no meio de palavra, como em (15):

- (15) cáustico [ˈkawʃtiku]

O PE admite, portanto, Rimas triposicionais.

2. Método

Este estudo baseia-se numa recolha de dados longitudinal-transversal, com 6 crianças portuguesas monolíngues, de idades compreendidas entre os 2;10 e os 4;6 (Correia, 2004). Estas crianças foram observadas mensalmente por um período de 13 meses e o seu comportamento linguístico foi provocado a partir de um desenho experimental, com o qual tinham contacto visual. O desenho experimental foi construído para testar estruturas lexicais do alvo, consistindo num *corpus* de 57 palavras contendo líquidas (/r/ e /l/) e obstruintes (/s/), em posição final de sílaba, em posição final e interna à palavra, em contexto acentual tónico e em contexto acentual átono. No paradigma das consoantes obstruintes, algumas palavras-alvo continham ditongos orais ou nasais. A base de dados (em formato *Access*) continha 3654 registos.

3. Apresentação e discussão dos dados

3.1. Ditongos

Os dados experimentais demonstram que as crianças adquirem distintamente:

- i) ditongos orais ou nasais tónicos dentro de Rima ramificada e ditongos nasais tónicos – $\hat{V}G$, $\hat{V}GC_{inc}$, $\hat{V}GC_{inc}$ (ex.: cão [ˈkɛw], dois [ˈdojʃ] e cães [ˈkɛjʃ]);
- ii) ditongos orais – $\hat{V}G$ e $\hat{V}G$ (dinossauro [dinoˈsawru] e bailarina [bajlɛˈrine]).

Na Figura 1 apresenta-se o gráfico relativo aos valores de produção dos ditongos, de acordo com o alvo⁴:

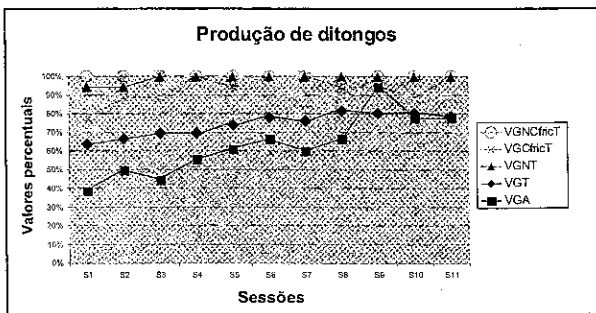


Figura 1: Produção de ditongos – ditongos tónicos nasais seguidos de fricativa (VGNC_{fricT}), ditongos tónicos orais seguidos de fricativa (VG_{cficT}), ditongos nasais tónicos (VGNT), ditongos

Pela Figura 1, é-nos dado a observar que o primeiro grupo de ditongos (VGNC_{fricT}, VG_{cficT}, VGNT) é dominado pelas crianças desde o início. Contudo, o segundo grupo (VGT e VGT) manifestou um comportamento instável.

Uma Rima mais saliente (com um Núcleo biposicional nasal ou com uma Rima triposicional oral ou nasal) estabiliza cedo, ao contrário do que sucede com uma Rima biposicional simples (com Núcleo ramificado oral).

Quanto aos ditongos, a ordem de aquisição é a que a seguir se apresenta:

Estádio I – $\acute{V}G_{fric}$, $\acute{V}G_{cfic}$ e $\acute{V}G$

Estádio II – $\acute{V}G$ e VG .

Mostram-se, em seguida, alguns exemplos ilustrativos da produção de Rimas mais salientes e da não produção de Rimas menos salientes:

(17) Eva (2;11.24)

a. Sequências $\acute{V}G$, $\acute{V}G_{cfic}$ e $\acute{V}G_{fric}$:

<i>mãos</i>	/ ^h mẽw̃f/	[^h mẽw̃f]
<i>chapéus</i>	/ʃe'pew̃f/	[ʃi'pew̃f]
<i>limão</i>	/li'mẽw̃f/	[li'bẽw̃f]

⁴ Dada a natureza não específica do programa de construção de gráficos, o til '~' e o acento de palavra '' não poderão aparecer, sendo utilizada a consoante 'N' para representar a nasalidade e as consoantes 'T' ou 'A' para representar, respectivamente, o carácter tónico ou átono das sílabas.

b. Sequências VG:

<i>leite</i>	/l'ejtá/	['et]
<i>peixinho</i>	/pej'fjɨu/	[pe'fjɨu]

(18) Bárbara (3;4.2)

a. Sequências VĠ, VĠC_{fric} e VĠC_{fric}:

<i>limões</i>	/li'mõjʃ/	[li'mẽwʃ]
<i>caracóis</i>	/kærɐ'kojʃ/	[kær'kojʃ]
<i>cão</i>	/'kẽw/	['kẽw]

b. Sequências VG:

<i>dinossauro</i>	/dino'sawru/	[dino'saru]
<i>peixinho</i>	/pej'fjɨu/	[pe'fjɨu]

Quando ainda não produzem alvos VG, o erro mais frequentemente realizado pelas crianças é VG → V e, por essa altura, as consoantes soantes em final de sílaba (excluindo a vibrante em final de palavra) ainda não são produzidas, tal como se apresenta na secção que se segue.

3.2. Consoantes em final de sílaba

Os dados recolhidos demonstram que as crianças portuguesas produzem e dominam primeiro a consoante obstruinte em final de sílaba. Por seu turno, as consoantes soantes, na mesma posição, não estão adquiridas até tarde no período de aquisição⁵.

A Figura 2 procura ilustrar essa tendência:

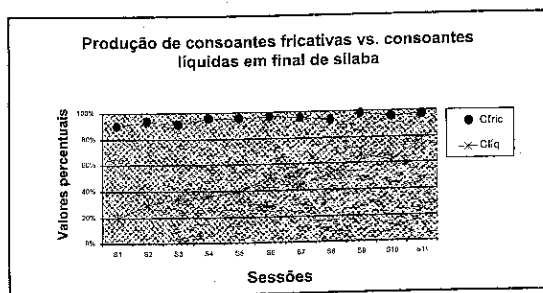


Figura 2: Produção de consoantes obstruintes (*C_{fric}*) e de consoantes soantes (*C_{liq}*) em final de sílaba.

⁵ Note-se que as consoantes soantes em Ataque já estão adquiridas e estáveis, no sistema das crianças (para mais informações sobre este tópico, cf. Correia, 2004).

(19) Eva (2;11.24)

a. /s/ em final de sílaba

<i>calças</i>	/ˈkaɪsɛʃ/	[ˈkaʃɛʃ]
<i>mascara</i>	/ˈmaʃkɛrɐ/	[ˈmaʃkɛ]
<i>castanho</i>	/kɛʃˈtɛɲu/	[kɛʃˈtɛɲu]

b. /l/ e /r/ em final de sílaba

<i>anel</i>	/ɐˈnɛɫ/	[ɐˈnɛ]
<i>calças</i>	/ˈkaɪsɛʃ/	[ˈkaʃɛʃ]
<i>porco</i>	/ˈporku/	[ˈpoku]
<i>tambor</i>	/tɛ̃ˈbor/	[tɛ̃ˈbor]

(20) Fábio (3;6.23)

a. /s/ em final de sílaba

<i>dez</i>	/ˈdɛʃ/	[ˈdɛʃ]
<i>pés</i>	/ˈpɛʃ/	[ˈpɛʃ]

b. /l/ e /r/ em final de sílaba

<i>balde</i>	/ˈbaɫdi/	[ˈbawd]
<i>sol</i>	/ˈsɔɫ/	[ˈsoli]
<i>porta</i>	/ˈportɐ/	[ˈpote]
<i>verde</i>	/ˈvɛrdi/	[ˈvedi]
<i>flor</i>	/ˈflɔɾ/	[ˈflor]

Esta assimetria indica que as crianças interpretam as consoantes /s/, /l/ e /r/ em final de sílaba como pertencendo a diferentes constituintes silábicas. As crianças portuguesas revelaram um domínio precoce da consoante obstruente em final de sílaba, tanto em posição interna como em posição final, desempenhando, aquela, papel morfológico ou não. As consoantes soantes /l/ e /r/, pelo contrário, foram produzidas e adquiridas tarde pelas crianças portuguesas, sobretudo em posição medial⁶.

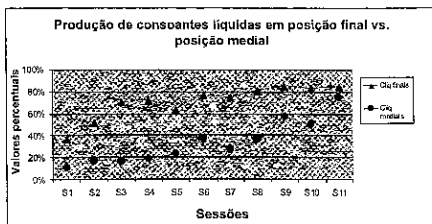


Figura 3: Produção de consoantes líquidas em final de sílaba, em posição interna (*Cliq mediais*) e em posição final (*Cliq finais*).

⁶ A consoante vibrante, em particular, revela um comportamento diferente, em posição final e em posição medial de palavra. Sobre este tópico, cf. Correia, 2004.

Os exemplos apresentados a seguir mostram a assimetria existente na produção das consoantes líquidas em posição final e em posição medial de palavra. Na mesma altura, as crianças já conseguem produzir essas consoantes em final de palavra, apesar de ainda não o fazerem em posição interna:

(21) Bárbara (3;4.2)

- a. Erros na produção de líquidas em posição interna

<i>balde</i>	/ˈbald̪i/	[ˈbadi]
--------------	-----------	---------

<i>porco</i>	/ˈporku/	[ˈpoku]
--------------	----------	---------

- b. Produção de consoantes líquidas em posição final de palavra

<i>açúcar</i>	/ɐˈsukar/	[ɐˈsukɐr]
---------------	-----------	-----------

<i>mar</i>	/ˈmar/	[ˈmar]
------------	--------	--------

(22) Rafael (3;5.24)

- a. Erros na produção de líquidas em posição interna

<i>balde</i>	/ˈbald̪i/	[ˈbawd]
--------------	-----------	---------

<i>vermelho</i>	/virˈmɛʎu/	[vɐˈmɛju]
-----------------	------------	-----------

<i>borboleta</i>	/burbuˈletɐ/	[bubuˈlete]
------------------	--------------	-------------

- b. Produção de consoantes líquidas em posição final de palavra

<i>caracol</i>	/kɐrɐˈkɔʃ/	[kɐrɐˈkɔʃ]
----------------	------------	------------

<i>açúcar</i>	/ɐˈsukar/	[ɐˈsukar]
---------------	-----------	-----------

Assim, de acordo com os dados apresentados, a ordem de aquisição das consoantes em final de sílaba em PE é a seguinte:

Estádio I – Consoante obstruinte (fricativa)

Estádio II – Consoantes soantes (lateral e vibrante)

– líquidas finais

– líquidas mediais

As estratégias mais frequentes usadas pelas crianças aquando da não produção de líquidas-alvo em final de sílaba são:

- para /l/ em final de palavra: v/l/ → VG (semivocalização) e v/l/ → v./l/V (epêntese);
- para /l/ em posição interna: v/l/ → V∅ (apagamento) e v/l/ → VG (semivocalização);
- para /r/ em final de palavra: v/r/ → v./r/V (epêntese);
- para /r/ em posição interna: v/r/ → V∅ (apagamento).

Na secção seguinte, confrontar-se-ão os resultados relativos às consoantes em final de sílaba e aos ditongos, de modo a comparar os momentos de aquisição de cada uma das classes de segmentos.

3.3. Consoantes e ditongos – discussão

De acordo com os dados, há uma assimetria na aquisição de consoantes obstruintes e de consoantes soantes. As primeiras são adquiridas precocemente, enquanto as últimas ainda não são produzidas estavelmente pelas crianças. Há, também, uma simultaneidade em relação ao momento em que consoantes soantes e os ditongos orais são adquiridos.

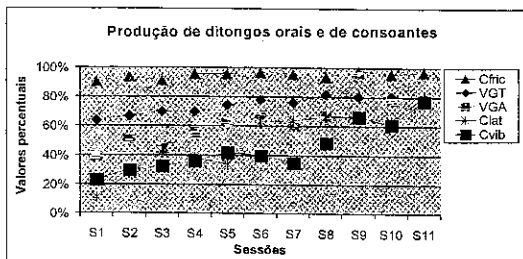


Figura 6: Produção de ditongos orais tónico e de ditongos orais átonos (VGT e VGA, respectivamente) e de consoantes em final de sílaba (fricativa – Cfric, lateral – Clat e vibrante – Cvib).

Esta simetria pode indicar que os ditongos e as consoantes soantes em final de sílaba concorrem para a mesma posição no Núcleo. Apesar de as crianças serem capazes de produzir ditongos nasais (seguidos ou não pela consoante fricativa), num determinado Estádio, ainda não são capazes de produzir estavelmente ditongos orais nem consoantes soantes. De facto, o domínio do contraste V-VG dá-se, aproximadamente, na mesma altura em que se dá a aquisição das consoantes soantes em final de sílaba.

Podemos, assim, observar dois estádios da aquisição da Rima: um primeiro, onde é adquirida uma estrutura mais saliente da Rima (Rima ramificada), em que é produzida a obstruinte em final de sílaba, e um segundo, com uma Rima menos saliente, em que se dá a estabilização do contraste V-VG e a aquisição das consoantes soantes em final de sílaba.

Os exemplos que se seguem, relativos às produções da Marta, demonstram os estádios percorridos pelas crianças observadas, no decorrer das recolhas.

Depois do primeiro estádio, as crianças portuguesas dominam Rimas ramificadas e produzem consoantes fricativas em final de sílaba, mas ainda não dominam Núcleos ramificados:

(23) Marta			
<i>noite</i>	/ˈnojtɨ/	[ˈnoti]	(S1, 2;10.23)
<i>balde</i>	/ˈbaɫdi/	[ˈbadu]	(S1, 2;10.23)
<i>carne</i>	/ˈkarni/	[ˈkan]	(S1, 2;10.23)
<i>girafas</i>	/ʒiˈrafɐʃ/	[iˈafɐʃ]	(S1, 2;10.23)
<i>castelo</i>	/kɐʃˈtɛlu/	[kɐʃˈtɛlu]	(S1, 2;10.23)

Depois deste estágio, os ditongos nasais têm já uma produção estável, apesar de o mesmo não acontecer, nem com os ditongos orais em rima não ramificada, nem com as consoantes soantes. Nesta fase, frequentemente, as crianças substituem a lateral por uma glide:

(24) Marta			
<i>flauta</i>	/ˈflawtɐ/	[ˈfawtɐ]/[ˈfate]	(S5, 3;3.21)
<i>bailarina</i>	/bajlɐˈrinɐ/	[balɐˈrinɐ]	(S5, 3;3.21)
<i>sol</i>	/ˈsɔɫ/	[ˈsɔw]	(S5, 3;3.21)
<i>barco</i>	/ˈbarku/	[ˈbaku]	(S5, 3;3.21)
<i>balde</i>	/ˈbaɫdi/	[ˈbawdu]/[ˈbaɫd]	(S8, 3;8.9)
<i>tartatuga</i>	/tɛrtɐˈruʒɐ/	[tɛtɐˈruʒɐ]	(S8, 3;8.9)

Finalmente, num terceiro Estádio, as crianças produzem ditongos e orais consoantes soantes em final de sílaba, i.e., dominam Núcleos ramificados, em Rimas ramificadas ou não ramificadas.

(25) Marta			
<i>leite</i>	/ˈlɛjtɨ/	[ˈlɛjt]	(S11, 3;12.28)
<i>peixinho</i>	/pɛjˈʃiɲu/	[pɛjˈʃiɲu]	(S11, 2;12.28)
<i>calças</i>	/ˈkaɫɐʃ/	[ˈkaɫɐʃ]	(S11, 3;12.28)
<i>anel</i>	/ɐˈnɛɫ/	[ɐˈnɛɫ]	(S11, 3;12.28)
<i>verde</i>	/ˈvɛrdi/	[ˈvɛrdi]	(S11, 3;12.28)
<i>martelo</i>	/mɛrˈtɛlu/	[mɛrˈtɛlu]	(S11, 3;12.28)

Sobre as diferenças observadas em relação à produção dos ditongos orais e nasais, devem referir-se algumas especificidades de cada um deles, no próprio alvo. Por um lado, os ditongos nasais são muito produtivos no Português, ainda que, em posição interna e em contexto pré-tónico eles surjam raramente (apenas em estruturas derivacionais, tais como *cães* [ˈkɛjʃ] / *cãezinhos* [kɛjzɨɲu]). Por outro lado, de um modo geral, estas estruturas aparecem em final de palavra e são portadoras de acento. Apesar de o PE não ser tradicionalmente considerada uma língua sensível à quantidade e ao peso, Rimas deste tipo são habitualmente consideradas pesadas ou super-pesadas em línguas com essas características. Acreditamos, portanto, que a elevada frequência de ditongos nasais, aliado ao facto de os ditongos nasais, muitas vezes presentes em posição final, serem portadores do acento de palavra, contribui para uma produção e estabilização mais precoce destas estruturas na Rima.

Acredita-se, também, que o grau de saliência da Rima pode ter um papel acelerador na aquisição dos segmentos na estrutura da Rima. Por esta razão, ditongos seguidos da fricativa ou os ditongos nasais são adquiridos mais cedo⁷.

Relativamente à proposta de integração das consoantes soantes num Núcleo ramificado, podem acrescentar-se outros argumentos, a partir da descrição do sistema-alvo que apresentámos na secção 1. e que recuperamos agora:

- a) Depois de um ditongo (oral ou nasal), apenas a consoante obstruinte é admitida;
- b) Depois de uma Núcleo nasal, apenas a consoante obstruinte é permitida;

As alíneas a) e b) indicam que uma consoante soante nunca co-ocorre com uma glide depois de um ditongo, o que pode dever-se ao facto de ambas ocuparem a mesma posição na estrutura silábica, ou seja, uma posição num Núcleo ramificado. Em complementaridade, sendo a nasalidade representada pelo autossegmento nasal que se projecta no Núcleo e não na Rima, as consoantes soantes não concorrem com as glides dos ditongos nasais uma vez que não podem ser nasalizadas pelo autossegmento fluante. Por esse motivo, a aquisição dos ditongos nasais dá-se mais cedo. A consoante obstruinte, ocupando uma posição na Coda, não interfere, nem com a posição ocupada pelas glides dos ditongos, nem com a nasalidade que se projecta no Núcleo.

Deve assinalar-se, ainda, a coincidência que resulta do processo apresentado em c) ii) e que constitui o processo de semivocalização, aquando da formação do plural em palavra terminadas pela lateral (hospital [oʃpi'tatʃ]- hospitais [oʃpi'tajf]). A este respeito pode, ainda, acrescentar-se a existência de bloqueio ao processo de redução vocálica, em posição átona, motivado pela presença de /l/ em final de sílaba. Note-se, uma vez mais, que o mesmo acontece com alguns ditongos. Há, portanto, por um lado, uma semelhança de processos ocorrentes entre ditongos e sílabas terminadas por consoante lateral e, por outro, entre a consoante (e a glide desses ditongos) e a vogal que está na mesma sílaba.

4. Conclusões

No seguimento de estudos elaborados com base em dados espontâneos, os nossos resultados, recolhidos experimentalmente, mostram que as crianças portuguesas interpretam as consoantes soantes e obstruintes diferentemente: num primeiro momento, a obstruinte preenche uma posição na Coda e, mais tarde, as consoantes soantes ocupam uma posição num Núcleo ramificado. Antes da emergência das consoantes soantes, alguns ditongos já estão adquiridos, permitindo estruturas de Núcleo ramificado. Estas estruturas ainda não estão completamente estabilizadas até à produção estável de glides orais (em Rima não ramificada) e de consoantes soantes. Somos, portanto, favoráveis aos estádios de desenvolvimento propostos em Fikkert (1994) e Freitas (1997).

⁷ Fikkert & Freitas (1998) afirmam que uma Rima mais saliente favorece uma aquisição mais precoce. O estudo em questão, feito com base em evidência inter-linguística (com dados do Holandês e do Português), pode, na verdade, ser verificada intra-linguisticamente: em PE, como atestam os dados agora recolhidos.

Por fim, confirma-se que um grau de saliência na Rima acelera a aquisição da Rima e dos seus constituintes. Este facto pode, de resto, explicar algumas diferenças existentes entre o PE e o PB.

Referências Bibliográficas

- BONILHA, Giovana (2000) *Aquisição dos ditongos orais decrescentes: uma análise à luz da teoria da optimidade*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pelotas.
- CORREIA, Susana (2004) *Aquisição da Rima no Português Europeu*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.
- CORREIA, Susana (2004) A aquisição de consoantes em final de sílaba no PE. *Actas do XIX Encontro Nacional da APL*. Lisboa: Colibri/APL, pp. 397-408.
- CORREIA, Susana & Maria João Freitas (2005) The asymmetrical status of syllable-final [r] in the acquisition of European Portuguese. Artigo apresentado no *Second Lisbon Meeting on Language Acquisition with Special Reference to Romance Languages*. Junho, 2004.
- FIKKERT, Paula (1994) *On the Acquisition of Prosodic Structure*. Dordrecht: Hill.
- FIKKERT, Paula & Maria João Freitas (1998) Acquisition of Syllable Structure Constraints: evidence from Dutch and Portuguese. *Proceedings of GALA'97 (Generative Approaches to Language Acquisition)*. Edinburgh.
- FREITAS, Maria João (1997) *Aquisição da estrutura silábica do Português Europeu*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- KEHOE, Margaret & Carol Stoel-Gammon (2001) Development of syllable structure in English-speaking children with particular reference to rhymes. *Journal of Child Language*. 28. Cambridge, CUP: pp. 393-432.
- MATEUS, Maria Helena & Ernesto d'Andrade (2000) *The Phonology of Portuguese*. Oxford: OUP.
- MATZENAUER, Carmen Lúcia & Giovana Bonilha (2003). *Aquisição da Fonologia e Teoria da Optimidade*. Pelotas: EDUCAT.

Aspectos Sintáctico-Semânticos de Estruturas Contrastivas

Ana Luísa Costa

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

1. Introdução

A presente comunicação resulta de trabalho desenvolvido na fase inicial de investigação em curso acerca da produção de estruturas contrastivas em textos com função persuasiva, escritos por crianças e jovens em diferentes níveis de escolarização. Pretendendo estabelecer uma caracterização das estruturas frásicas com valor de contraste disponíveis na gramática do PE do adulto, esta apresentação tem como principal objectivo a *descrição* de propriedades sintáctico-semânticas de *unidades oracionais contrastivas* e de aspectos do funcionamento da *operação semântica de contraste* em unidades textuais. Serão apresentados alguns dados recolhidos em produções escritas de adultos escolarizados e far-se-á referência a alguns problemas de uso da língua que a análise de *corpora* de produções orais e escritas até ao momento indicia.

Antes de apresentar uma caracterização das estruturas em estudo, em concreto, das concessivas e das contrastivas, importa esclarecer que se assume que estas, e também as coordenadas adversativas, na qualidade de estruturas sintácticas que asseguram conexões textuais contrastivas, são garante da manutenção de estratégias argumentativas na construção de argumentos de contraste, nos quais, do ponto de vista pragmático-discursivo, se enuncia (i) uma *oposição* a um determinado evento / estado ou a um determinado acto linguístico do interlocutor; (ii) uma *contraposição* de eventos / estados concorrentes, que conduz o interlocutor a uma operação de comparação; e (iii) uma *concessão* estratégica, do ponto de vista do falante, a um determinado evento / estado ou ao ponto de vista do interlocutor, para reforçar o valor de verdade do conteúdo proposicional apresentado como inesperado. Como ponto de partida, toma-se como referência a distinção de três valores semânticos básicos de conexões contrastivas: o de oposição ou antítese, típico das adversativas, o de concessão, representado pelas subordinadas concessivas, e o de contraposição, associado às construções com *enquanto* e *enquanto que*.¹ Estes mesmos valores podem ser operados através de conexões asseguradas por advérbios conectivos contrastivos.

¹ Duarte (2003), na descrição de valores típicos dos conectores advérbios e preposicionais mais usados no PE, considera igualmente três sub-tipos de conexões com valor de contraste: o substitutivo, o antitético e o concessivo; Quirk *et alii* (1985) atribui quatro funções semânticas aos advérbios conectivos com valor contrastivo: a reformulatória, a substitutiva, a antitética e a concessiva.

2. Subordinadas com valor contrastivo

A avaliação quantitativa de dados de produções escritas e orais de crianças e de jovens indicia que, para a expressão de conexões proposicionais contrastivas, o recurso a adversativas é dominante, em detrimento do recurso a estratégias de subordinação. Por esta razão, o estudo de características de *unidades oracionais contrastivas no domínio da subordinação* apresenta particular interesse para a presente investigação. No ponto dois, pretende-se, pois, contribuir com uma síntese das propriedades sintáctico-semânticas mais salientes de subordinadas concessivas e de construções contrastivas com *enquanto* e com *enquanto que*, tendo em vista o seu funcionamento na estruturação de argumentos em unidades textuais.

2.1. Propriedades sintáctico-semânticas de concessivas

De acordo com a análise de Lobo (2003) para o PE, as concessivas são subordinadas adverbiais periféricas, de entre as quais se pode estabelecer uma distinção entre duas sub-classes, as concessivas de enunciado e as de enunciação, com base na menor coesão que estas últimas apresentam em relação à frase que modificam.

2.1.1. Concessivas de enunciação

A identificação de um conjunto de adverbiais estruturalmente mais periférico é um facto estabelecido em diferentes trabalhos (Flamenco-Garcia (1999); Lobo (2003); Kortmann (1996); Quirk *et al.* (1985); e.o.) e pode ser comprovada pela agramaticalidade das frases de (1), devida à falta de coesão temporal, em contraste com o sistema de articulação temporal mais livre de concessivas de enunciação, como as de (2).

- (1) a. *Estive à tua espera, embora passe da meia noite.
 b. *Estarei à tua espera, embora tivesse passado da meia noite.
- (2) a. Estive à tua espera, embora não acredites no que digo.
 b. Estarei à tua espera, embora não tivesses acreditado no que digo.

Lobo (2003) e Quirk *et al.* (1985) fazem também notar que enunciados como os de (3) revelam um diferente estatuto de coesão referencial, quanto à repetição de um DP, mais aceitável em concessivas de enunciação, como em (4), do que em concessivas de enunciado, como em (3), em que é preferível a sua substituição por um referente pronominal.

- (3) a. O Pedro gostou da minha aula, embora a matéria não fosse muito do seu agrado.
 a'. ??O Pedro gostou da minha aula, embora a matéria não fosse muito do agrado do Pedro.

- (4) a. O Pedro gostou da minha aula, embora eu não me preocupe com a sua opinião.
 a'. O Pedro gostou da minha aula, embora eu não me preocupe com a opinião do Pedro.

Do ponto de vista pragmático-discursivo, as concessivas de enunciação, ao implicarem uma declaração enunciada pelo falante sobre a situação de enunciação, parecem assumir a função semântica de advérbiais orientados para a enunciação, podendo funcionar como estratégia de explicitação de pontos de vista, bastante relevante na estruturação de textos expositivos e argumentativos.

2.1.2. Concessivas de enunciado

Entre as concessivas de enunciado finitas, identificam-se dois formatos sintáctico-semânticos, descritos para o português em Brito (2003), Lobo (2003) e Varela (2000): as concessivas factuais (ou reais), como (5), e as concessivas com valor condicional (ou incondicionais, ou condicionais-concessivas)². Em (5), a frase a. exemplifica uma concessiva factual do presente, enquanto b. ilustra uma concessiva factual do passado.

- (5) a. Embora esteja a chover, o Pedro sai à noite.
 b. Embora estivesse a chover, o Pedro saiu à noite.

Na sub-classe das condicionais-concessivas (CC), podem distinguir-se dois valores: o hipotético, como nas frases em (6) e (7), e o contrafactual, como em (8), com paráfrase em (9). Em (6), pretende-se representar as estruturas prototípicas das CC com valor hipotético, cujos subordinadores típicos são *mesmo se* e *mesmo que*, com o verbo da subordinada no Futuro do Conjuntivo ou no Presente do Conjuntivo, respectivamente, e o da matriz no Presente do Indicativo ou no Futuro. Mantendo-se o sistema de relação têmporo-modal indicado para *mesmo que*, o complementador *ainda que*, que pode aparecer em concessivas factuais, pode introduzir condicionais.

- (6) a. Mesmo se fores a correr para a bilheteira, já não encontras bilhetes para esse filme.
 b. Mesmo que vás a correr para a bilheteira, já não encontras bilhetes para esse filme.
 c. Ainda que vás a correr para a bilheteira, já não encontras bilhetes para esse filme.

A expressão do valor hipotético é igualmente conseguida com qualquer complementador concessivo, em construções com o verbo modal *poder*, como em (7):

² Para a análise destas concessivas com valor condicional, leia-se Peres *et al.* (1999) e Lobo (2003).

- (7) Embora **possas** correr para a bilheteira, já não encontras bilhetes para esse filme.

As CC com valor contrafactual, em (8), são construídas com os complementadores antes identificados como típicos das condicionais, distinguindo-se das frases anteriores pelo sistema de relação têmporo-modal, que apresenta o verbo da matriz no Pretérito-mais-que-Perfeito do Indicativo ou no Condicional e o da subordinada no Mais-que-Perfeito do Conjuntivo.

- (8) a. Mesmo se tivesse parado de chover, o João não teria saído.
 b. Mesmo que tivesse parado de chover, o João não teria saído.
 c. Ainda que tivesse parado de chover, o João não teria saído.

A verificação do valor da contrafactualidade pode ser feita mediante uma paráfrase com uma estrutura como a de (9), em que se evidencia a negação do cont do proposicional enunciado na concessiva.

- (9) Mesmo que tivesse parado de chover, **mas não parou**, o João não teria saído.

Para além das concessivas de enunciado finitas, pode considerar-se a existência de um conjunto de concessivas de enunciado não finitas, nas quais se incluem as concessivas cujos conectores se constroem com infinitivo e as orações participiais e gerundivas introduzidas por um conector concessivo³.

As frases concessivas constr idas com *apesar de*, *pese embora*, *malgrado* e *não obstante* são infinitivas, como se observa em (10). É de notar que *não obstante* pode ter a distribuição de um adverbial conectivo, como em (11), mantendo o valor concessivo.

- (10) Apesar de / pese embora / malgrado / não obstante o problema gerar muita pol mica, tudo se resolver .
- (11) a. O problema gerou muita pol mica, mas, **não obstante**, a ministra considera que se trata apenas de uma situação pontual.
 b. O problema gerou muita pol mica, mas a ministra, **não obstante**, considera que trata apenas de uma situação pontual.
 c. O problema gerou muita pol mica, mas a ministra considera, **não obstante**, que se trata apenas de uma situação pontual.

Como se constata em (12), os mesmos conectores que introduzem infinitivas participam em construções nominais de valor igualmente concessivo.

³ Brito (2003) inclui estas orações participiais e gerundivas no elenco de outros meios linguísticos para exprimir a concessão.

- (12) Apesar de / pese embora/ malgrado / não obstante a situação gerada pelo problema, tudo se resolverá.

O contraste entre (13) a. e b. mostra que os conectores das infinitivas não podem introduzir gerundivas, o que reforça a distinção entre infinitivas e gerundivas quanto a propriedades de natureza nominal.

- (13) a. Embora / muito embora / ainda que auxiliando os agricultores nas colheitas, o governo prefere importar tomates espanhóis.
 b. *Apesar de / *pese embora / *malgrado / *não obstante auxiliando os agricultores nas colheitas, o governo prefere importar tomates espanhóis.

Uma particularidade das gerundivas é o facto de conectores como *embora* e *muito embora* poderem ocupar a posição pós-verbal, de acordo com (14) a., sem que, contudo, tenham a distribuição de adverbiais conectivos, como se verifica em (14) b. Já a marginalidade de (15) mostra que esta posição não é aceitável em participiais.

- (14) a. Auxiliando embora / muito embora / *ainda que os agricultores nas colheitas, o governo prefere importar tomates espanhóis.
 b. *Auxiliando os agricultores embora / muito embora nas colheitas, o governo prefere importar tomates espanhóis.
- (15) *Ajudados embora / muito embora pelas autoridades, os agricultores não conseguem produzir mais.

Relativamente a conectores disponíveis para introduzir orações participiais, verifica-se que, ao contrário do que acontecia com infinitivas e gerundivas, parece não haver restrições, como se ilustra em (16):

- (16) a. Embora / muito embora / ainda que / apesar de / (...) ajudados pelas autoridades, os agricultores não conseguem produzir mais.
 b. Embora / muito embora / ainda que / apesar de / (...) terminadas as colheitas, os agricultores continuam pobres.

No entanto, *se bem que*, considerado um conector concessivo típico, parece ser um caso à parte, pela estranheza que provoca quer em gerundivas quer em participiais, de acordo com em (17).

- (17) a. ??Se bem que auxiliando os agricultores, o governo prefere importar tomates espanhóis.
 b. ??Se bem que terminadas as colheitas, os agricultores continuam pobres.

No elenco de frases complexas com valor concessivo, importa ainda referir estruturas de modificação adverbial, como as apresentadas em (18), nas quais o advérbio *mesmo* é um operador do valor contrastivo e tem sob o seu escopo frases gerundivas ou participiais.

- (18) a. **Mesmo** auxiliando os agricultores, o governo prefere importar tomates espanhóis.
 b. **Mesmo** terminadas as colheitas, os agricultores continuam pobres.

2.1.3. Concessivas com Indicativo

Embora em outros estádios da língua possa ter existido alguma opcionalidade entre Conjuntivo e Indicativo, pelo menos em concessivas factuais, atendendo ao que é dito por Epiphanyo Silva Dias na *Syntaxe Historica Portuguesa*⁴, no PE contemporâneo as concessivas finitas são tipicamente enunciados de Conjuntivo. Alguns dados de produção, com particular destaque para os escritos, pelo grau de correcção e formalidade a que deviam corresponder, parecem contrariar esta ideia geral, atestando a selecção de Indicativo em enunciados concessivos. Frases como a destacada em (19), que não é um caso isolado nos dados já analisados, ainda assim, é avaliada pela maioria dos falantes como agramatical ou, no mínimo, muito estranha.

- (19) *Olá, Muito Boa tarde. Tal como a Sonia, eu também adquirir um último andar nas Colinas. Ainda não estou lá a morar, ainda que vou lá muitas vezes. E só não estou lá ainda a tempo inteiro, porque, quando finalmente (e passados muitos meses a resolver problemas), já estaria tudo ok... recebo um telefonema a informar de que tinha havido uma inundação na casa, pelo facto de ter havido uma junção de uma cano que se tinha partido na casa de banho principal...* [Fórum on-line JFQA]

Já o caso de dois conectores em particular, *mesmo se* e *se bem que*, parece ser, de facto, um caso de excepção ao uso do Conjuntivo, uma vez que os dados atestam enunciados com um maior grau de aceitabilidade, como se verifica nos exemplos de (20) a (22).

Em (20), as estruturas frásicas iniciadas por *mesmo* e *se* expressam indubitavelmente um sentido de concessão. Contudo, embora aparentemente sejam introduzidas por *mesmo se*, conector típico de concessivas hipotéticas e contrafactuais, o valor dominante é o da factualidade. Comparem-se, então, as frases em (20) com a estrutura frásica em (21), introduzida pelo complementador *se* e que parece igualmente ter valor de concessiva factual, evidenciado pelo adverbial conectivo *ainda assim*.

⁴ A este respeito, leia-se o parágrafo sobre o uso do Conjuntivo em concessivas em Dias (1917)

- (20) a. *Mesmo se a distribuição da população não é normal, a distribuição das médias tende a aproximar-se da normal.* (Varela: 2000, 56)
- b. *Mesmo se Ancara está longe de reunir as condições (...) para iniciar as negociações de adesão, o novo passo traduz a vontade dos quinze de trazer a Turquia para a esfera europeia...* (Público, 10/12/1999 In Prada: 2003, 672)
- (21) *Se a distribuição da população não é normal, (ainda assim) a distribuição das médias tende a aproximar-se da normal.*

Ao elenco de unidades oracionais com valor concessivo, podem acrescentar-se estruturas como (20) e (21), introduzidas por *se*, com Indicativo e valor factual. Note-se que os casos de (20) podem ser casos de modificação adverbial, à semelhança do que se observou com *mesmo* em gerundivas e participiais. Do ponto de vista dos usos de língua, e no que diz respeito especificamente ao domínio de registos de escrita, ressalve-se a importância do conhecimento explícito de construções como a referida em (21), aparentada com a construção condicional *se... então/logo*, cujo domínio é fundamental para a expressão de raciocínios inferenciais.

Outro conector que, com bastante frequência, permite vulgarmente o uso de Indicativo, a par da selecção de Conjuntivo, aparentemente nos mesmos contextos, é *se bem que*, o que é exemplificado em (22).

- (22) *Se bem que os sindicatos nem sempre conseguem atingir todos os seus objectivos, a história tem mostrado que (...)* ["Sup" Jornal da Fenprof N°51]

Apesar de o estudo do comportamento de *se bem que* ter de ser aprofundado, nomeadamente com mais dados de produção e com dados de avaliação / interpretação por parte de falantes do PE, este conector, considerado uma das conjunções típicas das subordinadas concessivas, como antes se verificou, apresenta um comportamento distinto dos outros em gerundivas e participiais. Deve ainda ter-se em conta que se trata de mais um conector com uma estrutura interna complexa, na qual se inclui *se*, como nas construções anteriores, e que provavelmente resulta de um processo de gramaticalização.

2.1.4. Concessivas e estrutura informacional

Relativamente à forma como concessivas participam na distribuição da informação textual, pode observar-se que estas frases podem assumir diferentes papéis na hierarquia informacional, dada a possibilidade de ocorrerem à direita ou à esquerda da matriz. Esta particularidade, de acordo com o que defende Lopes (1983), distingue-as de adversativas, que ocupam sempre a posição final. A leitura dos excertos seguintes, de produções escritas de adultos escolarizados, nos quais a concessiva de (23) tem um papel informacionalmente proeminente, ilustra concessivas de *apesar de* com diferentes estatutos textuais.

- (23) *É de referir que estes alunos têm poucos conhecimentos de gramática, o que dificulta o trabalho de pesquisa e de estudo por si sós. Esforço-me por fazê-los pensar, tentando torná-los mais autónomos, apesar de notar que, muitas vezes, nem percebem do que estou a falar...* [6F3]
- (24) *Finalmente, o último exercício tinha como objectivo que os alunos detectassem relações estabelecidas por diferentes tipos de conectores, no caso de tempo, adição e oposição. Para tal, sugeria-lhes a consulta de uma gramática da Língua Portuguesa, dando-lhes a indicação de onde deveriam procurar: conjunções e locuções coordenativas e subordinativas. Apesar de terem feito bem a primeira parte, muitos dos alunos tiveram dificuldade em realizar este último exercício sozinhos.* [6F3]

Ao contrário da coordenada adversativa, as subordinadas podem expressar contraste com distintos matizes informacionais, pelo que a manipulação controlada destas estruturas frásicas, em termos de distribuição da informação textual, é determinante em níveis de desempenho de escrita mais proficientes.

2.2. Propriedades sintáctico-semânticas de contrastivas

As orações adverbiais de *enquanto* e *enquanto que*, com valor contrastivo, têm sido geralmente ignoradas pela tradição gramatical. Peres (1997) inclui estes conectores e outros com diferente estatuto sintáctico, como *ao passo que*, *ao invés* e *pelo contrário*, no grupo semântico das *conexões contrastivas*. Esta designação é a mantida em Lobo (2003), no sub-capítulo em que se refere a substitutivas, contrastivas e acrescentativas como outras orações com propriedades semelhantes às das subordinadas adverbiais. De facto, um primeiro aspecto a considerar na descrição das contrastivas é o seu comportamento enquanto domínio da frase complexa.

2.2.1. Subordinação vs. Coordenação

O contraste entre (25) e (26) mostra que as orações de *enquanto que*, à semelhança de subordinadas sintácticas, podem ocupar uma posição à direita ou à esquerda da frase a que se associam.

- (25) a. O João leu o livro ao passo que a Maria leu um capítulo.
 b. O João leu o livro enquanto que a Maria leu um capítulo.
 c. O João leu o livro, mas a Maria leu um capítulo.

- (26) a. *Ao passo que a Maria leu um capítulo, o João leu o livro⁵.
 b. Enquanto que a Maria leu um capítulo, o João leu o livro.
 c. *Mas a Maria leu um capítulo, o João leu o livro.

Quanto à possibilidade de participarem em estruturas coordenadas, a diferença de aceitabilidade em relação à adversativa permite aproximar as contrastivas das subordinadas, ainda assim com vantagem para as orações de *enquanto que*, por oposição às de *ao passo que*, conforme (27).

- (27) a. ?O João leu o livro enquanto que a Maria leu um capítulo e enquanto que o Pedro leu uma página.
 b. ??O João leu o livro ao passo que a Maria leu um capítulo e ao passo que o Pedro leu uma página.
 c. *O João leu o livro, mas a Maria leu um capítulo e mas o Pedro leu uma página.

O teste de colocação dos clíticos, em (28), confirma a tendência definida, verificando-se um claro contraste com a impossibilidade de próclise na coordenada adversativa em c.

- (28) a. O João leu parte do livro ao passo que a Maria o leu todo / (?) leu-o todo.
 b. O João leu parte do livro enquanto que a Maria o leu todo / (?) leu-o todo.
 c. O João leu parte do livro, mas a Maria *o leu todo / leu-o todo.

Se bem que se possa estabelecer esta distinção entre contrastivas e estruturas de coordenação típicas, note-se que, contudo, as primeiras, pelo menos em relação a alguns aspectos, se distanciam igualmente do comportamento típico de subordinadas adverbiais. Em (30), verifica-se que a mobilidade de contrastivas de *enquanto que* é mais restrita do que a de concessivas, como (29).

- (29) a. Embora a Maria tenha estudado, o professor reprovou-a.
 b. O professor reprovou-a, embora a Maria tenha estudado.
 c. O professor, embora a Maria tenha estudado, reprovou-a.
- (30) a. Enquanto que a Maria leu um capítulo, o João leu o livro.
 b. O João leu o livro, enquanto que a Maria leu um capítulo.
 c. *O João, enquanto que a Maria leu um capítulo, leu o livro.

⁵ Em Cunha e Cintra (1984: 585), considera-se *ao passo que* uma conjunção proporcional e apresenta-se um exemplo de ocorrência desta em posição inicial:

(i) *Ao passo que nos elevávamos, elevava-se igualmente o dia nos ares.* (Raul Pompéia, A, 178)

2.2.2. Contrastivas vs. Temporais

Visto que o comportamento sintáctico-semântico de contrastivas permite aproximá-las da subordinação adverbial, outro aspecto que pode ser atendido na sua caracterização é o da sua posição estrutural. Se se submeterem contrastivas de *enquanto que* aos testes que em Lobo (2003) são usados para o estabelecimento de uma tipologia sintáctico-discursiva de adverbiais, pode concluir-se que estas, tal como as concessivas e ao contrário das temporais de *enquanto*, por exemplo, apresentam resultados negativos em todos e, conseqüentemente, pertencem à classe das adverbiais periféricas proposta pela autora. À parte desta distinção, frases como (31) podem ter uma interpretação temporal ou contrastiva e factores de natureza prosódica podem concorrer para potenciar uma ou outra leitura. Embora as propriedades que vou referir tenham por base intuições perceptivas e careçam, por isso, de verificação experimental, parecem ser diferenças entoacionais o que motiva a interpretação contrastiva de (33).

(31) O João leu o livro enquanto a Maria leu um capítulo.

(32) a. O João leu o livro (?/) enquanto a Maria leu um capítulo.

a'. O João leu o livro ao mesmo tempo que a Maria leu um capítulo.

a''. ?? O João leu o livro, ao passo que a Maria leu um capítulo.

(33) a. O João leu o livro // enquanto a Maria leu um capítulo.

a'. ?? O João leu o livro ao mesmo tempo que a Maria leu um capítulo.

a''. O João leu o livro, ao passo que a Maria leu um capítulo.

Ao contrário das frases com *enquanto*, que têm uma leitura entre temporal e contrastiva, as frases com *enquanto que* têm exclusivamente uma interpretação contrastiva, como é evidente em (34).

(34) a. O João leu o livro, enquanto que a Maria leu um capítulo.

a'. * O João leu o livro ao mesmo tempo que a Maria leu um capítulo.

a''. O João leu o livro, mas a Maria leu um capítulo.

Em (35), ilustra-se uma certa resistência ao uso do conector contrastivo típico, o que vai ao encontro das observações de Lopes (2001). Com base na análise quantitativa de dados do «Corpus» de Referência do Português Contemporâneo, a autora conclui que, apesar da estigmatização normativa de *enquanto que*, esta locução poderá vir a ser preferida pelos falantes em construções contrastivas

(35) *Tenho ouvido utilizar a expressão, num contexto do género "enquanto que uns esperavam, os outros liam". Gostaria de saber se está correcto, ou se não será "enquanto uns liam, os outros..." M.M.T. Portugal [On-line em <http://ciberduvidas.sapo.pt>]*

Neste mesmo estudo de aspectos semântico-pragmáticos que distinguem construções de *enquanto* temporais, contrastivas e com sintagmas nominais, Lopes (2001) mostra que as estruturas com *enquanto* e *enquanto que* só expressam contraste entre duas proposições se estas forem semanticamente opostas⁶.

Dados como os de (35) e também (36) confirmam o facto de que a boa formação das estruturas contrastiva depende de uma determinada simetria estrutural e semântica.

- (36) a. O João gosta futebol ao passo que a Maria adora ginástica.
 b. O João gosta futebol // enquanto a Maria adora ginástica.
 c. O João gosta futebol enquanto que a Maria adora ginástica.

Esta boa formação pode ser posta e causa pela ruptura de restrições de ocorrência de categorias aspectuais entre a matriz e a frase contrastiva, evidenciada pela deterioração semântica das contrastivas em (37), nas quais a um evento se contrapõe um estado⁷.

- (37) a. *O Francisco leu uma novela histórica enquanto a Joana gosta de policiais.
 b. *O Francisco leu uma novela histórica enquanto que a Joana gosta de policiais.
 c. *O Francisco leu uma novela histórica ao passo que a Joana gosta de policiais.

A observação, embora genérica, do contraste entre (35) e (36) com (37) parece indicar que não é possível contrapor eventos a estados.

Já a comparação das paráfrases de (38) a. e de (39) a. evidencia que a possibilidade de as estruturas de *enquanto* receberem uma interpretação temporal ou contrastiva é bloqueada em estruturas como (39) a, em que a contraposição é feita entre estados. Neste caso, a única leitura disponível é a de contraste.

- (38) a. O Francisco leu uma novela histórica enquanto a Joana leu um policial.
 a'. O Francisco leu uma novela histórica durante o tempo em que a Joana leu um policial.
 a''. O Francisco leu uma novela histórica enquanto que a Joana leu um policial.
- (39) a. O Francisco gosta de novelas históricas enquanto a Joana gosta de policiais.

⁶ Por *proposições semanticamente opostas* entende a autora proposições em que ocorre um predicador C numa e um predicador não-C ou D na outra, sendo que de D se infere normalmente um não-C. (Lopes: 2001, 376)

⁷ A terminologia usada é a proposta em Moens e Steedman (1988).

- a'. *O Francisco gosta de novelas históricas durante o tempo em que a Joana gosta de policiais.
- a''. O Francisco gosta de novelas históricas enquanto que a Joana gosta de policiais.

3. Conclusão

Para finalizar, importa esclarecer que não se pretende incluir numa mesma categoria adversativas, concessivas e contrastivas, mas antes pôr em relevo as propriedades sintáctico-semânticas que as distinguem e que lhes conferem funções especializadas na estruturação textual. Se o que é comum a estas estruturas é a possibilidade de porem em contraste, por contradição ou por comparação, o conteúdo proposicional das unidades conectadas, parece ser uma diferença semântica crucial o facto de a interpretação de concessivas e de adversativas depender de um mecanismo inferencial aproximável, ao passo que a interpretação de contrastivas implica uma avaliação comparativa que remete para critérios mais ou menos subjectivos do ponto de vista dos interlocutores⁸.

Em síntese, a descrição aqui proposta aponta para a existência de um leque muito diversificado de conectores e de estruturas frásicas, com especificidades sintáctico-semânticas muito próprias, que sustentam a expressão de diferentes graus e matizes do valor entendido como *contraste*. Face a um repertório alargado de modos de expressão de contraste proposicional, importa perceber de que forma estas estruturas participam na estruturação textual e de que modo o conhecimento das mesmas vai sendo integrado, ou não, na capacidade de construir textos com função persuasiva em diferentes fases de desenvolvimento da competência de escrita.

4. Referências

- BRITO, Ana Maria (2003) "Subordinação Adverbial" In Mateus *et alii* (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª edição revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 695-728
- CUNHA, Celso e Lindley Cintra (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 581-586
- DIAS, Augusto Epiphânio Silva Dias (1917) *Syntaxe Historica Portuguesa*. 4ª edição (1959). Lisboa: Livraria Clássica Editora
- DUARTE, Inês (2003) "Aspectos Linguísticos da Organização Textual" In Mateus *et alii* (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª edição revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 85-123

⁸ A semelhanças e diferenças do funcionamento do mecanismo inferencial implicado na interpretação de concessivas e de adversativas e, consequentemente, o carácter pressuposicional destas estruturas são objecto de referência num conjunto já vasto de estudos para o português (Barros: 1998; Lobo: 2003; Lopes:1983; Peres: 1997; Peres *et al*: 1995; Varela: 2000, e.o.).

- FLAMENCO GARCÍA (1999) "Las Construcciones Concesivas y Adversativas" Demonte y Bosque (Dir.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española - 3 - Entre la Oración y el Discurso*. Madrid: Espasa-Calpe, 3805-3878
- KORTMANN, B. (1996) *Adverbial Subordination. A Typology and History of adverbial Subordinators Based on European Languages*. Berlin: Mouton de Gruyter
- MOENS, Marc e Mark Steedman (1988) "Temporal Ontology and Temporal Reference" *Computational Linguistics*. vol. 14, nº 2 June
- LOBO, Maria (2003) *Aspectos da Sintaxe das Orações Subordinadas Adverbiais do Português*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
- LOPES, Ana Cristina Macário (2001) "Elementos para uma Análise Semântica das Construções com *enquanto*". In Mateus, Maria Helena e Clara Nunes Correia (Coord.) *Saberes no Tempo - Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*. Lisboa: Edições Colibri, 371-380
- LOPES, Óscar (1983) "Sobre as Contrastivas em Português". Comunicação apresentada no 17ème Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes (Aix-en-Provence)
- PERES, João (1997) "Sobre Conexões Proposicionais em Português" In Ana Maria Brito et alii (Orgs.) *O Sentido que a Vida Faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras, 775-787
- PERES, João et alii (1999) "Sobre a Forma e o Sentido das Construções Condicionais em Português" In Faria, Isabel Hub (Org.) *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos, 627-653
- PRADA, Edite (2003) "Produção de Contraste no Português Europeu" In Amália Mendes e Tiago Freitas (orgs.) *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL-Colibri
- QUIRK, Randolph et alii (1985) *A Comprehensive Grammar of the English Language*. 13ª edição (1995). Londres e Nova Iorque: Longman
- VARELA, Lina (2000) *Para uma Semântica das Construções Concessivas e Adversativas do Português*. Dissertação de Mestrado em Linguística apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Integração de informação semântica e sintáctica no processamento de frases causais – atribuição de referência a sujeitos pronominais

Maria Armanda Costa

FLUL, Onset-CEL

A compreensão da língua escrita culmina na elaboração de uma representação semântica do conteúdo do texto lido integrada em estruturas conceptuais preexistentes. No entanto, para que haja sucesso na compreensão, têm de actuar previamente processos de tratamento da informação verbal que lidam com unidades linguísticas com estatuto categorial e funcional muito diverso, que possuem propriedades intrínsecas e contextuais, e que estão organizadas segundo regras típicas da componente da gramática a que estão afectadas. No estudo que desenvolvemos, interessa-nos particularmente a frase, enquanto unidade cujo processamento requer operações de tratamento que se iniciam com (i) a estruturação do material lexical, criando relações de ordenação, dependência e hierarquia (operações de análise que constituem a frase estrita do *parsing*), (ii) estabelecimento de relações de dependência entre constituintes descontínuos, criando relações dependenciais a longa distância, (iii) atribuição de uma estrutura semântica proposicional pela identificação dos predicadores e respectivos argumentos, (iv) fixação de cadeias de referência, ligando categorias identificadoras a categorias referencialmente dependentes. As duas últimas operações pertencem já ao domínio da interpretação (por oposição ao *parsing*) e é nelas que especificamente se centra o estudo agora apresentado.

O estudo do processamento da referência pronominal tem sido orientado por questões que têm dado lugar à emergência de linhas de investigação complementares. Considerando que a identificação de uma categoria referencialmente dependente impõe o recurso a várias fontes de informação linguística, pretende-se descrever a natureza da informação interveniente, saber como é que essa informação é integrada e, de entre os vários tipos de informação, qual é a mais relevante para uma atribuição eficaz da referência. Pressupondo que o processador opera sobre o *input* em função de pistas de processamento que criam restrições ao *parsing* e à interpretação, um objectivo da investigação é o de identificar as pistas de processamento relevantes para a tarefa de atribuição da referência e determinar o seu grau de validade na resolução de problemas criados, por exemplo, por condições de ambiguidade referencial. Sabendo que o mecanismo humano de processamento da informação funciona dentro de limites impostos pelo equipamento biocognitivo, procura-se identificar princípios e estratégias de processamento relacionados com propriedades gerais e particulares das línguas para a resolução da referência pronominal; pretende-se, ainda, compreender a dinâmica do

sistema, verificando quais os critérios de maximização de proveitos interpretativos e de redução de custos cognitivos que são usados em apoio da eficácia do processamento.

Para controlo do processamento da referência, são interessantes condições em que potencialmente há ambiguidade na selecção de um antecedente para um pronome. Vejam-se os exemplos de (1) a (3), em que há condições estruturais em que, no domínio interfrásico, o sujeito (SU) pronominal da segunda oração precisa de ser identificado por um SN antecedente, havendo uma dificuldade crescente à medida que aumenta o número de potenciais candidatos a essa função.

- (1) O João_i irritou-se porque [-]_i; não arranhou bilhete para o concerto.
- (2) ?O João_i viu a Maria_j quando [-]_{i,j} entrou para o concerto.
- (3) ?O João_i apresentou a Maria_j ao Luís_k quando [-]_{i,j,k} estava no concerto.

Embora um pronome seja sempre livre na fixação da sua referência, o que poderá levar a que tome como seu antecedente uma qualquer categoria nominal existente no discurso, no processamento de frases em tempo real há automaticamente a busca de um antecedente no contexto próximo, no material existente em memória de trabalho. Assim, se em (1) está fechado o elenco de possíveis antecedentes para o pronome nulo, SU da frase subordinada, o que facilita a fixação da cadeia de coreferência, em (2) e (3), há um conjunto de possíveis candidatos que se alinham legitimamente para a função de antecedentes do pronome. Há então um problema de processamento que será resolvido em função de informação estrutural, discursiva e, hipoteticamente, com a ajuda de estratégias de processamento que possam ser produtivas nestas condições.

Em termos de processamento, podemos dizer que há um problema de referência sempre que o processador encontra um pronome, visto que não há conteúdo referencial próprio mas dependente. As condições existentes para a identificação do seu conteúdo referencial são diversificadas, variando o seu grau de complexidade em função das pistas linguísticas de suporte. A gramática estipula as condições sintácticas e semânticas em que um pronome tem de ser livre no domínio frásico em que ocorre ou em que é obrigatoriamente ligado, distinguindo entre pronomes e anáforas em sentido sintáctico estrito (cf. *Binding Theory*, Chomsky, 1981). A análise das condições semânticas e discursivas determina o grau de acessibilidade de possíveis antecedentes para o pronome e estabelece escalas de acessibilidade do antecedente em função da natureza lexical da forma anafórica (Nicol e Swinney, 1989; Ariel, 1996; Fretheim e Gundel, 1996; Batoréo & Costa, 1997; Costa, 2003). A informação morfológica contribui comprovadamente na formação de cadeias referenciais através de traços flexionais de pessoa, género, número e caso (McDonald e MacWhinney, 1995; De Vincenzi 1999; Arnold et al., 2000). Veja-se que, nos exemplos de (6) a (8), apesar de o SU da subordinada ser sempre um pronominal nulo, não há qualquer ambiguidade na atribuição do seu antecedente.

- (6) a. O João viu a Maria quando entrou apressada no cinema.
b. O João viu a Maria quando entrou apressado no cinema.

- (7) a. O João viu os amigos mas ignorou-os ostensivamente.
 b. O João viu os amigos mas ignoraram-no ostensivamente.
- (8) a. O João apresentou a Ana aos amigos quando os encontrou no concerto.
 b. O João apresentou a Ana aos amigos quando a encontrou no concerto.

Em PE, parece funcionarem pistas específicas para a resolução da ambiguidade referencial em determinadas condições. Como exemplificado de (9) a (11), a forma lexical do pronome sujeito, nula ou realizada, parece funcionar como pista restritiva que designa o seu antecedente.

- (9) a. A Marta_i acha que [-]_i; vai fazer uma grande viagem nas férias.
 b. A Marta_i acha que ela_{i/k} vai fazer uma grande viagem nas férias.
- (10) a. O João_i encontrou o Pedro_j quando [-]_{i/j} entrou no cinema
 b. O João_i encontrou o Pedro_j quando ele_{i/j} entrou no cinema
- (11) a. A Marta_i apresentou a Joana_k, à Luísa_k mas [-]_{i/j/k} não a cumprimentou
 b. A Marta_i apresentou a Joana_k, à Luísa_k mas ela_{i/j/k} não a cumprimentou.

A matriz fonética do SU pronominal de uma segunda oração na frase complexa parece funcionar como pista restritiva para a sua interpretação. Sempre que o SU pronominal assume uma forma nula, a interpretação preferencial é pela correferência entre SUs oracionais; a forma realizada parece ser pista assinaladora de referência disjunta. Este funcionamento tem sido interpretado como uma manifestação do designado *princípio evitar o pronome*, entendido mais como um princípio conversacional do que estrutural que interage com a gramática mas que não faz parte do seu núcleo, comportando-se como uma realização específica de princípios gerais envolvendo menos esforço e menos tempo (Chomsky, 1981). Em PE, o seu funcionamento tem sido estudado no âmbito da gramática (Brito, 1991; Barbosa, 1995; Barbosa et al., 2000; Mateus et al., 2003) e do processamento de frases (Costa et al., 1997). No caso em concreto, podemos também interpretar este funcionamento como uma consequência das predições da *teoria da acessibilidade*, que estabelece que formas anafóricas mínimas (no caso o pronome nulo) são as mais adequadas para designar antecedentes maximamente activos. Nas condições em análise, o SU da frase precedente, ao ocupar a posição estrutural mais alta, ser tópico e primeira referência, ganhar um estado de activação mais alto do que outras expressões nominais ocorrentes na frase. (cf. *The accessibility marking scale* in Ariel, 1996).

Em Costa et al. (1997), controlámos o funcionamento do *princípio evitar o pronome* no processamento de construções coordenadas, numa tarefa *off-line*. No presente estudo, verificamos se o mesmo princípio funciona como estratégia de processamento produtiva no processamento *on-line* de frases causais onde está disponível uma fonte semântica suplementar: as propriedades léxico-semânticas dos designados *verbos de causalidade implícita* (VCI).

Informação léxico-semântica verbal e atribuição da referência

No processamento de frases, a informação do predicador verbal tem sido controlada como pista válida para determinar a interpretação. O entendimento sobre a sua força de processamento distribui-se entre os que lhe atribuem um papel decisivo e competitivo com a informação sintáctica desde as fases iniciais da computação e os que consideram que o impacto das propriedades léxico-semânticas do verbo só se faz sentir numa fase ulterior à atribuição de uma representação estrutural (cf. Boland, 1997; Tanenhaus, Boland et al., 1993; Tanenhaus et al., 2000).

É certo que as propriedades de selecção semântica e sintáctica do verbo projectadas na respectiva construção verbal constituem *output* crucial para a interpretação. No caso da atribuição da referência a pronomes, a informação verbal pode determinar inequivocamente a cadeia referencial. É o que acontece com os chamados *verbos de controlo*, como em (12) e (13), onde a violação de condições estruturais estritas é causadora de agramaticalidade e bloqueadora da interpretação.

- (12) a. A mãe_i prometeu à Joana_j [-]_{v,ij}; deixá-la ir à festa de finalistas.
 b. A mãe_i autorizou a Joana_j a [+]_{v,ij} ir à festa de finalistas
 (13) a. Os professores_i prometeram aos alunos_j [-]_{v,ij}; chegar antes do toque.
 b. Os professores_i impediram os alunos_j de [-]_{v,ij} entrar depois do toque.

Contrariamente aos verbos de controlo, os VCI representam uma classe semântica de predicadores interessante para o estudo da atribuição da referência pronominal, dado que possuem propriedades semânticas que restringem a interpretação, mas não criam condições de agramaticalidade estrita. Trata-se de verbos transitivos que possuem um significado inerente de causalidade; descrevem estados, acções ou realizações. Estes verbos possuem uma grelha temática com dois argumentos que têm entre si uma relação de causalidade: um possui o papel temático de *causador* (estímulo) e o outro o papel de *paciente*, ou de *experienciador*, dado que muitos destes verbos, por serem interpessoais, são também verbos psicológicos. Os papéis temáticos atribuídos pelos VCI relacionam-se com as funções sintácticas principais conforme o tipo de verbos: V1, se atribuem o papel de causador ao SU, V2 se atribuem esse papel ao OD (Garvey & Caramazza, 1974; Fiedler & Semin, 1988; Segui & Kail, 1991; McDonald & MacWhinney, 1990; Garnham et al., 1996; Arnold et al., 2000; Long & Ley, 2000; Stevenson et al., 2000). Em (14) temos o verbo *assustar* como paradigmático de VCI orientado para o SU (V1); na sua grelha argumental, o causador é SU, sendo o OD experienciador. Em (15), *admirar* representa o VCI orientado para o Objecto (V2); na sua grelha argumental o causador é agora o OD e o SU é experienciador. Em (16), *ver* apenas representa um verbo perceptivo que, contrariamente a *assustar* e a *admirar*, não possui informação sobre causalidade.

- (14) A Marta assustou a Joana porque empalideceu de repente.
 (15) A Marta admirou a Joana porque fez uma prova espectacular.
 (16) A Marta viu a Joana porque foi passear para o jardim.

Em termos da informação disponibilizada por cada tipo de verbo, parece haver uma certa assimetria entre V1 e V2, quanto ao papel temático de *causador*. Com verbos de causalidade implícita orientada para o SU, como em *assustar*, o causador parece possuir propriedades semânticas mais prototípicas do causador agentivo, do que quando ocorre em construções com V2 onde se associa à posição de OD, como em *admirar*. Se testarmos os adjetivos que podem ser derivados de V1 e de V2, verificamos que os primeiros são claramente mais agentivos no sentido de que possuem traços dinâmicos próprios de agente (*ser assustador, encantador, perturbante, irritante, surpreendente*), enquanto que os adjetivos derivados de V2 possuem traços mais estativos que o colocam mais próximo do paciente (*ser admirável, detestável, temível, odioso, censurável, desprezível*).

O efeito da informação semântica do verbo é o de focalizar o argumento *causador* colocando-o em condições privilegiadas de ser o antecedente do SU pronominal da subordinada onde é explicitada a relação de causalidade. Ora, da assimetria entre V1 e V2, há consequências para a dimensão aspectual do enunciado, importante na interpretação. Em V1, o causador mais agentivo é mais proeminente aspectualmente, ficando por isso mais acessível para o controlo da referência (Grimshaw 1990; Pesetsky, 1995).

Estudo experimental

De forma a avaliar a força das pistas de processamento em jogo, realizámos duas experiências, a primeira de produção, a segunda de compreensão. Partimos dos pressupostos teóricos do *Modelo de Competição* para o processamento de frases (Bates e MacWhinney, 1989; Kail, 1999), uma instância dos *constraint-based models* (Altmann e Steedman, 1988; MacDonald et al. 1994; Tanenhaus e Trueswell, 1995). Neste modelo, defende-se a existência de um processador que opera guiado por informação linguística que releva de todas as componentes da gramática, sob a forma de pistas de processamento. As pistas são formas cujas propriedades linguísticas e perceptivas lhes conferem validade suficiente para designar funções linguísticas relevantes para a interpretação. As pistas são integradas de forma interactiva e probabilística, impondo a sua integração custos cognitivos variáveis em função da sua detectabilidade e localidade. O grau de validade das pistas é calculado em termos da sua frequência, disponibilidade e fiabilidade. A convergência ou competição entre pistas cria condições favoráveis ou desfavoráveis à interpretação. O processador incorpora informação relativa a frequência e a restrições contextuais.

Na investigação realizada pretendemos captar o modo como interagem duas fontes de informação essenciais à compreensão da linguagem e ao processamento da frase: a informação léxico-semântica, relativa às propriedades temáticas dos verbos de causalidade implícita e a informação sintáctica que decorre de propriedades particulares do PE para codificação da referência pronominal. Fazendo interagir a informação semântica do verbo com a natureza lexical da forma pronominal, criam-se condições

interessantes para controlar o processo de atribuição da referência ao pronome. Nas frases (17) e (18), temos condições de convergência e de competição de pistas de processamento (condições a. e b. respectivamente).

- (17) a. O João, desiludiu o Pedro, porque [-], não o deixou copiar no exame.
 b. O João, desiludiu o Pedro, porque ele, não o deixou copiar no exame.
 (18) a. O João, detestou o Pedro, porque ele, não o deixou copiar no exame.
 b. O João, detestou o Pedro, porque [-], não o deixou copiar no exame.

Hipóteses

Em termos gerais, para o processamento de frases causais com VCI e ambiguidade de referência, prediz-se que:

(i) frases com verbos que focalizam semanticamente o SU atribuindo-lhe o papel de causador (*desiludir*) possuem condições mais favoráveis para a resolução da referência do SU pronominal da oração subordinada, porque se criam condições de convergência sobre SN1 de pistas sintácticas, semânticas e informacionais;

(ii) frases subordinadas com SUs pronominais nulos são mais fáceis de processar do que frases com SUs pronominais lexicalizados; a ocorrência de pronomes lexicalizados cria sobrecarga para o processador, quer em termos de processamento adicional quer porque induz mudança da estratégia mais frequente: coindexação de SUs oracionais.

Experiência 1

Visto que em PE não dispúnhamos de dados que confirmassem a existência de VCI, seguimos a metodologia usada para outras línguas em estudos prévios (Garvey e Caramazza, 1974; Fiedler e Semin, 1988; Kail, 1979; Segui e Kail, 1991; Garnham et al., 1996; Stevenson et al., 2000). Realizámos uma primeira experiência com o objectivo de verificar a existência de VCI em PE e avaliar a validade da sua informação semântica no processamento de frases. Pretendemos, ainda, avaliar de que forma a informação semântica deste tipo de verbos interage com a pista sintáctica criada pelo *princípio evitar o pronome*.

Tendo adoptado uma tarefa de produção (completamento de frases), formularam-se especificamente as seguintes hipóteses:

(i) em frases complexas causais que têm como oração principal uma construção transitiva com um VCI, o SU pronominal da subordinada correfere com o argumento da oração precedente que recebe o papel temático de *causador*;

(ii) o facto de o papel de *causador* poder ser atribuído ao SU ou ao OD da oração principal deverá ter consequências na forma fonética do pronome SU da subordinada: a forma nula é preferencialmente a escolhida quando há correferência entre SUs;

(iii) prevê-se que haja interacção entre o tipo de V e o tipo de pronome SU: oração

subordinante com V1, oração subordinada com SU pronominal nulo; oração subordinante com V2, oração subordinada com SU pronominalmente realizado.

Desenho experimental

Foram seleccionados 100 verbos transitivos, no pressuposto de possuírem significado implícito de causalidade. Desses 100 verbos, 50 eram supostos atribuidores de causalidade ao SU (V1), os outros 50 atribuidores de causalidade ao OD (V2). Construíram-se 100 frases incompletas que se suspendiam na conjunção causal *porque*, segundo o padrão exemplificado em (19)

- (19) SP ou SAdv, SN V SN porque...
No tribunal, a Graça desiluiu o Paulo porque...

Os dois argumentos do verbo transitivo da oração subordinante possuem Nomes Próprios como núcleo de modo a eliminar possíveis efeitos semânticos que criassem enviesamentos na interpretação. De modo a controlar melhor a retoma do antecedente pelo pronome, foram usados pares de Nomes masculino/feminino, como em (20) e (21); a ordem de género foi balanceada.

- (20) No tribunal, a Graça desiluiu o Paulo porque...
(21) No plenário, o Joaquim detestou a Sara porque...

Procedimento

As cem frases foram apresentadas em cadernos individuais, havendo uma frase por página de modo a evitar que o sujeito consultasse respostas anteriores. Fizeram-se 8 listas, correspondentes a oito ordens de apresentação dos 100 itens. A tarefa de processamento foi realizada em pequenos grupos. Aos sujeitos foi dito que lessem atentamente a parte inicial de cada frase e que a completassem de uma forma lógica, tão rapidamente quanto possível, evitando voltar atrás.

Participaram 60 adultos universitários, falantes nativos do PE. Cada sessão demorou cerca de 45 minutos.

Resultados

Os resultados obtidos confirmaram inequivocamente a existência destes dois grupos de verbos em PE e a validade da pista semântica na focalização do argumento *causador*. Os resultados mostram também um efeito forte do *principio evitar o pronome* como estratégia para evitar quaisquer condições de ambiguidade referencial. Como se pode ver no Quadro 1, na totalidade das frases em que se empregou um V1, em 96% dos casos usou-se um pronome nulo como SU da causal. Pelo contrário, nas frases com

V2, em 81 % usou-se um pronome realizado como SU da subordinada para correferir com o OD da oração precedente.

Quadro 1

VCI	Tipo de pronominal SU	frequência	percentagens
V1	pro (pronome nulo)	2814	96%
	PRON (pronome realizado)	110	4%
V2	PRON (pronome realizado)	2225	81%
	pro (pronome nulo)	528	19%

Confirma-se a existência das duas classes de verbos possuidores de informação sobre causalidade implícita em PE: com V1, o SU é causador, com V2 o causador é o OD. O argumento focado semanticamente na primeira oração é o identificador privilegiado do conteúdo referencial do SU pronominal da subordinada. As cadeias referenciais interfrásicas foram marcadas de forma não ambígua: a forma nula do pronome é preferida sistematicamente à forma lexicalizada sempre que há correferência entre SUs, enquanto que a opção por formas lexicalizadas, sobretudo pronomes (há um emprego não significativo de SNs semanticamente relacionados), indica referência disjunta entre SUs.

Não se verifica a interação prevista entre informação sintáctica e semântica, como tinha sido predito nas hipóteses. Enquanto que com V1 o *princípio evitar o pronome* funciona sistematicamente para assinalar a correferência entre SUs oracionais, com V2, embora haja uma preferência significativa pela forma realizada, há contudo uma percentagem considerável de casos em que a forma nula é tomada como adequada para assinalar a correferência entre o SU da subordinada e o OD da subordinante (19%). Além disso, se tivermos em consideração a classificação de verbos que emerge dos resultados, e que é apresentada no quadro 2 (apenas os primeiros 20 verbos de cada categoria), também aí se verifica maior dispersão na classificação de V2.

Enquanto que os verbos de tipo V1 são usados como tal entre 100% e 85%, os de tipo V2 apresentam uma distribuição mais dispersa entre 97% e 73%. A isto se acrescenta uma estratégia muito interessante que identificámos em alguns sujeitos e que não foi sistematicamente tratada. Acontece que, com alguns verbos de tipo V2, a frase causal é continuada assegurando-se a correferência entre SUs oracionais, através de uma estratégia sintáctica e discursiva de adiamento da explicitação da fonte de causalidade. O processo usado é o do encaixe de uma oração completiva com um verbo de tipo epistémico, como de (20) a (22), ou verbos predicativos de OD, como em (23) e (24).

Quadro 2

VCI sobre o SU		VCI sobre o OD	
1. desiludir	100%	1. adorar	97%
2. encantar	98%	2. detestar	97%
3. aborrecer	97%	3. temer	97%
4. desorientar	97%	4. aplaudir	95%
5. aterrorizar	95%	5. admirar	93%
6. chocar	95%	6. recriminar	93%
7. surpreender	95%	7. invejar	93%
8. comover	93%	8. apreciar	90%
9. escandalizar	93%	9. gozar	90%
10. irritar	93%	10. criticar	87%
11. perturbar	93%	11. reconhecer	87%
12. desesperar	92%	12. censurar	88%
13. emocionar	92%	13. lamentar	83%
14. enfurecer	92%	14. recompensar	88%
15. impressionar	92%	15. distinguir	88%
16. afligir	90%	16. elogiar	85%
17. frustrar	90%	17. odiar	85%
18. conquistar	90%	18. recear	83%
19. cativar	90%	19. condenar	83%
20. envergonhar	90%	20. valorizar	82%
21. preocupar	87%	21. preferir	80%
22. assustar	85%	22. rejeitar	77%
23. prejudicar	85%	23. amaldiçoar	73%
24. divertir	85%	24. desprezar	73%

- (20) Face à análise de resultados, a Natália despromoveu o Roberto porque descobriu que ele mentiu. (S2, 2.66)
- (21) Na véspera do exame, o Gustavo sossegou a Rosário porque sabia que ela conseguia tudo o que queria. (S14, 2.92)
- (22) No átrio de entrada, a Daniela ameaçou o Simão porque suspeitava que ele lhe tivesse roubado o carro. (S16, 1.09)
- (23) Após as entrevistas, a Verónica preferiu o Torcato porque o considerou o mais eficiente. (S7, 2.94)
- (24) No fim-de-semana, a Antónia conquistou o Estêvão porque o achou muito charmoso e simpático.

Interpretamos tal estratégia como um reforço do que nos parece constituir uma estratégia por defeito no processamento de frases complexas: esperar que o SU da frase principal seja retomado como antecedente de qualquer categoria referencialmente dependente, isto porque ele ocupa uma posição dominante estrutural e cognitivamente. Em termos do Modelo de Competição, dir-se-á que com VI há convergência de pistas sintácticas e semânticas em SNI e que isso o promove em termos de activação, com consequências fortes para a interpretação.

Experiência 2

Na segunda experiência, utilizando como material experimental frases causais com as mesmas propriedades das usadas na experiência 1, recorremos a uma tarefa de identificação de palavra subliminar (*visual probe task*) para captar o nível de activação do possível antecedente para o SU pronominal da subordinada. Trata-se de uma tarefa que capta o processamento *on-line*. Isto é, para o mesmo processo de atribuição da referência testado na produção de frases na experiência 1, tipicamente uma tarefa *off-line* em que o sujeito decide com base em toda a informação disponível e com tempo não limitado, agora pretende-se saber que pista de processamento é mais válida para a identificação do pronome antes de toda a informação ser computada.

Materiais

O material experimental foi constituído por 72 frases causais com a estrutura das usadas na experiência anterior (para uma descrição das frases causais usadas, veja-se Lobo (2000) e Mateus et al. (2003)). Seleccionaram-se 48 verbos com informação sobre causalidade confirmados no teste de produção: 24 V1 e 24 V2. Usamos ainda 24 verbos sem traços semânticos de causalidade (declarativos, perceptivos e outros); foram acrescentados 36 itens distractores. Cada lista experimental era constituída por 108 itens.

Para o desenho experimental, tomaram-se como variáveis linguísticas (i) a classe de VCI (3 níveis: V1, V2 e V3), (ii) a natureza lexical do pronome, SU da subordinada (2 níveis: nulo vs. realizado), (iii) a *probe word* que designa o primeiro Nome (W1) o segundo (W2) e, no caso das frases distractoras, um Nome não existente na frase (W3). Tratando-se do processamento *on-line* onde se quer controlar exclusivamente a contribuição da informação semântica e sintáctica, neutralizaram-se possíveis efeitos na percepção e reconhecimento dos Nomes Próprios, através de um emparelhamento rigoroso dos dois Nomes na mesma frase, considerando a sua extensão em número de caracteres, o seu formato fonológico em termos de número e estrutura das sílabas e do padrão acentual; controlou-se ainda a frequência dos Nomes na língua.

A frase causal foi apresentada num ecrã de computador, com apoio no programa PsyScope para Macintosh (Cohen et al, 1993), em modo não cumulativo, segmentada em grupos funcionais. Em (22), apresenta-se o padrão de segmentação segundo as duas condições de P, e o ponto de inserção da *probe word* (W); em (23), exemplifica-se a variação de W. O tempo de exposição de cada segmento foi calculado a partir de dados recolhidos numa experiência complementar (leitura auto-segmentada ao ritmo do próprio sujeito, *self-paced reading task*); foi elaborado um algoritmo com base num tempo fixo acrescido de um tempo variável em função do número de palavras de cada bloco (cf. Costa, 2003).

- (22) a. SP / SN / V / SN / porque / Pron / V / **W** / SX
 b. SP / SN / V / SN / porque / V / **W** / SX

- (23) a. A Teresa desiludiu a Susana porque reprovou ^{Teresa} no exame de matemática.
 b. A Teresa desiludiu a Susana porque reprovou ^{Susana} no exame de matemática.

O ponto de inserção da *probe word* foi determinado pela condição de SU nulo. Optou-se pela sua inserção logo após o verbo da segunda oração, garantindo-se assim que a informação do verbo da oração principal já estivesse integrada e projectada na sua grelha argumental e que, no momento da percepção visual da *probe*, não houvesse ainda informação que pragmaticamente criasse restrições à interpretação. A *probe* permaneceu no ecrã durante 1800ms. A tarefa de processamento consistiu em dizer tão rapidamente quanto possível, premindo uma tecla, se a *probe* designava uma palavra já percebida na frase em leitura. Participaram 40 adultos universitários, falantes nativos do PE. Cada sessão demorou cerca de 30 minutos.

Resultados

Considerando os dados globais, e independentemente das variáveis V e P, há um efeito significativo de SN1 sobre SN2: $F_1(1,39)=9.3972$, $p<0.003$, $F_2(1,69)=18.664$, $p<0.0000$. Sempre que a *probe* designa SN1, os TR são significativamente mais baixos do que quando designa SN2. Tomando o TR como uma variável dependente que indica o nível de activação do SN, tal resultado indica que SN1 se encontra num patamar de acessibilidade mais alto que SN2, independentemente de qualquer das condições manipuladas.

Quadro 3

VCI	Tipo de pronominal SU	Probe Word 1	Probe Word 2
V1	pro	733 ms	767 ms
	PRON	734 ms	807 ms
V2	pro	765 ms	767 ms
	PRON	749 ms	785 ms
V3	pro	747 ms	759 ms
	PRON	791 ms	756 ms

Considerando a variável tipos de verbos (V) (cf. quadro 3), confirma-se a integração da pista semântica no ponto de inserção da *probe*, mas com efeito significativo apenas quando converge com a pista estrutural. Só no caso de frases com V1, é que a *probe* elicitava tempos de reacção significativamente mais curtos quando designa SN1 do que quando designa SN2: $F_1(1,39)=11.414$, $p<0.001$; $F_2(1,23)=16.705$, $p<0.0005$. No caso de V2, as diferenças não são significativas: $F_1(1,39)=2.067$, $p<0.1555ns$, $F_2(1,23)=3.436$, $p<0.07$. De acordo com indicadores que já haviam sido recolhidos na experiência 1, a pista semântica não tem as mesmas

consequências no processamento de frases com V1 ou com V2. As propriedades semânticas de V1 fazem coincidir a atribuição do papel temático mais alto na hierarquia aspectual (Grimshaw, 1990), que corresponde a um verdadeiro *causador* (Pesetsky, 1985), com a função gramatical de SU desempenhada pelo SN que ocupa o lugar estrutural mais alto, o de especificador do SV. Em V2, o *causador*, mais fraco nos seus traços agentivos, é atribuído ao SN/OD mais encaixado na estrutura, havendo por isso uma distribuição de pistas de processamento. Apesar disso, a força semântica de V2 em competição com a pista semântica activou o SN2. Disso é evidência a semelhança dos TR para W1 e W2, de outro modo, haveria uma réplica dos resultados de V1.

Quanto ao efeito da variável P, nas duas condições de Pronome, W1 dá lugar a TR mais baixos do que W2. Na condição de pronome realizado, as diferenças são significativas: $F_1(1,39)=8.049$, $p<0.007$, $F_2(1,69)=12.4603$, $p<0.0008$; na condição de pronome nulo, as diferenças são menos acentuadas mas ainda significativas: $F_1(1,39)=4.819$, $p<0.03$, $F_2(1,69)=5.634$, $p<0.01$. Verificando o que acontece no interior de cada categoria de V, apenas captámos efeitos do *princípio evitar o pronome* em V1 e em V3. No primeiro caso, a activação de SN/OD por W2 conjugada com pronome realizado, faz subir significativamente o TR: 807ms, o tempo obtido mais alto (v. quadro 3). Note-se que em V1, é SN1 que deverá estar maximamente activado pelas pistas semântica e sintáctica em convergência. Quando a *probe word* designa SN2, e mais ainda na condição de pronome realizado, que indica correferência disjunta do SU, o processador fica em sobrecarga, sendo disso prova a forte subida do TR.

É apenas com os verbos sem traços de causalidade, V3, que a alternância pro/PRON surte efeito significativo. Quando a *probe* designa SN1, a condição de Pronome realizado provoca subida significativa de TR se comparada com os resultados obtidos para a condição de pronome nulo: 747ms contra 791ms, $F_1(1,39)=3.902$, $p<0.05$; $F_2(1,23)=3.288$, $p<0.07$. Poderá dizer-se que só em condições em que não há interferência da informação semântica verbal é que a codificação por via do *princípio evitar o pronome* encontra condições para se manifestar inequivocamente.

Conclusões

Os resultados obtidos permitem-nos extrair conclusões sobre alguns dos aspectos que tentámos esclarecer neste estudo. O primeiro tem a ver com o peso da informação semântica relativa à grelha argumental dos verbos de causalidade implícita. O que verificámos é que o seu efeito é diferente em função da tarefa de processamento. No processamento *off-line* é claramente usada levando à definição inequívoca das duas classes de verbos. Já no processamento *on-line*, o seu efeito só é evidente e significativo para os verbos que atribuem o papel de causador ao SU frásico. Estas são condições em que, segundo o Modelo de Competição, há convergência de pistas semânticas e sintácticas que activam o primeiro SN que linearmente ocorre na frase como controlador de processos sintácticos, morfológicos e semânticos que possam ocorrer em posições mais encaixadas na frase. Considerando as hipóteses teóricas que têm sido colocadas para o processamento de frases, subjacentes aos conceitos de estruturação

sintáctica e de interpretação, talvez possamos concluir que a pista semântica relativa a causalidade é integrada numa fase final posterior à informação sintáctica. Tais resultados vão no sentido da hipótese integrativa contra a de focalização (*integrative account vs. focusing account*) como discutido em Stewart et al., 2000. Com os resultados obtidos, poderemos dizer que a pista semântica só ganha força de processamento quando em convergência com a pista sintáctica.

Quanto ao funcionamento do que considerámos ser uma forma particular de codificar cadeias de correferência em PE, o *princípio evitar o pronome*, também revelou ter um comportamento diferente na produção *off-line* e na compreensão *on-line*. No domínio da frase complexa, a forma nula de pronome parece ser suficiente para designar os SNs, SU e OD que pode tomar como seus antecedentes. Contudo, no processamento *off-line*, a alternância nulo/realizado é sem dúvida uma pista produtiva para assinalar cadeias preferenciais de correferência. Já no processamento *on-line*, é uma pista muito pouco robusta. E isto poderá explicar-se por um princípio operativo no processamento do PE, que prediz que durante a computação de uma cadeia referencial, a forma nula é pista suficiente para indicar o antecedente se este está localizado na oração precedente. A ocorrência de pronome realizado funciona como instrução que contraria a estratégia por defeito: referência disjunta entre SUs oracionais. É disso prova a acentuada subida do TR sempre que ocorre pronome realizado como SU da segunda oração, sugerindo que nestas condições há informação suplementar a ser tratada que não é esperada pelo processador.

Em suma, os resultados sugerem que, apesar da confirmação da validade de cada pista, a sua integração é diferente em função das restrições impostas pela tarefa de processamento. Na compreensão *on-line* há aparente preferência pela integração de pistas em convergência que designam fortemente uma dada forma linguística para uma dada função (um SN para Antecedente de um pronome). Por outro lado, a estratégia mais previsível e com menos custos é a adoptada. Só isso explica que a pista semântica sobre CI só produza efeitos quando conjugada com a pista estrutural (*SU/Causador*). Por outro lado, o facto de a ocorrência do pronominal realizado elicitar tempos de reacção mais altos, parece ser indicador de que a forma nula é a esperada. A forma realizada é tratada como pista redundante ou que contraria a estratégia por defeito: correferência entre SUs e manutenção do tópico.

Referências Bibliográficas

- Altmann, G.T.M. e Steedman, M. J. (1988). Interaction with context during human sentence processing. *Cognition*, 30, 191-238.
- Ariel, M. (1996). Referring expressions and +/- coreference distinction. In T. Fretheim e J. Gundel (Eds.). *Reference and referent accessibility*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- Arnold, J. E., Eisenband, J. G., Brown-Smith, S. & Trueswell, J. C. (2000). The rapid use of gender information: evidence of the time course of pronoun resolution from eyetracking. *Cognition*, 76, B13-B26.

- Barbosa, M. P. (1995) *Null subjects*. MIT, Cambridge, Mass.
- Barbosa, M. P., Duarte, M. E. L. & Kato, M. (2000). A distribuição do sujeito nulo no português europeu e no português brasileiro. *Actas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Coimbra: APL
- Bates, E. e MacWhinney, B. (1989). Functionalism and the competition model. In B. MacWhinney e E. Bates (Eds.). *The cross-linguistic study of sentence processing*. New York: Cambridge University Press.
- Batoréo, H. e Costa, A. (1997). Referência nominal na narrativa oral e escrita aos dez anos de idade. *Actas do XIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. I, 137-149. Lisboa
- Boland, J. (1997). The relationship between syntactic and semantic processes in sentence comprehension. *Language and Cognitive Processes*, 12 (4), 423-484.
- Brito, A. M. (1991) Ligação, co-referência e o princípio evitar o pronome. *Actas do Encontro de Homenagem a Óscar Lopes*, 101-121.
- Chomsky, N. (1981). *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris.
- Cohen, J., MacWhinney, B., Flatt, M. & Provost, J. (1993). PsyScope: A new graphic interactive environment for designing and controlling experiments in the psychology laboratory using Macintosh computers. *Behavior Research Methods, Instruments & Computers*, 25 (2), 257-271.
- Costa, A. (2003). *Processamento de frases em Português Europeu – informação morfológica, sintáctica e semântica em competição*. Tese de doutoramento. FLUL.
- Costa, A., Faria, I. H. & Matos, G. (1997). Competitive information sources in referential ambiguity resolution. *Proceedings of 5th International Congress of the ISAPL*. Porto.
- De Vincenzi, M. (1999). Differences between the morphology of gender and number: evidence from establishing coreferences. *Journal of Psycholinguistic Research*, 28 (5), 537-553.
- Fiedler, K. & Semin, G. R. (1988). On the causal information conveyed by different interpersonal verbs: The role of implicit sentence context. *Social Cognition*, 6 (1), 21-39.
- Fretheim, T. & Gundel, J. (Eds.) (1996). *Reference and referent accessibility*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- Garnham, A., Traxler, M., Oakhill, J. & Gernsbacher, M. A. (1996). The locus of implicit causality effects in comprehension. *Journal of Memory and Language*, 35, 517-543.
- Garvey, C. & Caramazza, A. (1974) Implicit causality in verbs. *Linguistic Inquiry*, 5, 459-464.
- Kail, M. (1999). Linguistic variation and cognitive constraints in the processing and the acquisition of language. In C. Fuchs e S. Robert (Eds.). *Language diversity and cognitive representations*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- Lobo, M. (2000). Para uma sintaxe das orações causais do português. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 291-306.

- Long, D. L. & De Ley, L. (2000). Implicit causality and discourse focus: the interaction of text and reader characteristics in pronoun resolution. *Journal of Memory and Language*, 42, 545-570.
- MacDonald, M. C., Pearlmutter e Seidenberg, M. S. (1994). Syntactic ambiguity resolution as lexical ambiguity resolution. In C. Clifton, L. Frazier e K. Rayner (Eds.). *Perspectives on sentence processing*. Hillsdale, NJ: LEA, Publishers.
- McDonald, J. L. e MacWhinney, B. (1995). The time course of anaphor resolution: effects of implicit verb causality and gender. *Journal of Memory and Language*, 34, 543-566.
- MacDonald, M. C. & MacWhinney, B. (1990) Measuring inhibition and facilitation from pronouns. *Journal of Memory and Language*, 29, 469-492.
- Mateus, M. et al. (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Nicol, J. L. & Swinney, D. (1989). The role of structure in coreference assignment during sentence comprehension. *Journal of Psycholinguistic Research*, 18 (1), 5-20.
- Pesetsky, D. (1995) *Zero syntax. Experiencers and cascades*. Cambridge: The MIT Press.
- Segui, J. & Kail, M. (1991) Pronoun assignment in the processing of locally ambiguous sentences. In G. Piérault-Le Bonniec e M. Dolitsky (eds.). *Language bases ... discourse bases*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co.
- Stevenson, R., Knott, A., Oberlander, J. & McDonald, S. (2000). Interpreting pronouns and connectives: interactions among focusing, thematic roles and coherence relations. *Language and Cognitive Processes*, 15 (3), 225-262.
- Stewart, A. J., Pickering, M. J. & Stanford, A. J. (2000). The time course of the influence of implicit causality information: focusing versus integration accounts. *Journal of Memory and Language*, 42, 423-443.
- Tanenhaus, M. K., Boland, J., Mauner, G. e Carlson, G. N. (1993). More combinatory lexical information: thematic structure in parsing and interpretation. In G. T. M. Altmann e R. Shillcock (Eds.). *Cognitive models of speech processing*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 297-319.
- Tanenhaus, M. K., Spivey-Knowlton, M. J. e Hanna, J. E. (2000). Modelling thematic and discourse context effects with a multiple constraints approach: implications for the architecture of the language comprehension system. In M. W. Crocker, M. Pickering e C. Clifton (Eds.). *Architectures and mechanisms for language processing*. Cambridge: Cambridge University Press.

Para uma reclassificação aspectual dos estados

Luís Filipe Cunha

Centro de Linguística da Universidade do Porto

No que respeita ao seu comportamento linguístico, constatamos que os estados estão longe de se enquadrar num paradigma único e fácil de descrever, constituindo, pelo contrário, uma classe aspectual bastante heterogénea e complexa.

Na realidade, as predicções tipicamente designadas como “estativas” ostentam uma grande variabilidade de padrões de comportamento que, como veremos no decurso do presente trabalho, reflectem importantes divergências ao nível do seu “perfil” temporal interno.

O objectivo central desta nossa comunicação será, pois, o de fornecer uma (re)classificação, tão adequada quanto possível, para os diferentes tipos de estados, procurando estabelecer critérios linguísticos que nos possibilitem sustentar, de forma fundamentada, tais distinções. Nessa medida, tomaremos como ponto de partida a discussão dos diversos “testes” propostos por Dowty (1979) para a diferenciação entre estados e eventos, demonstrando que alguns deles se revelam, em última instância, algo inadequados para o propósito que pretendem alcançar. Com vista a encontrar respostas para o referido problema, exploraremos a hipótese de que existem várias subclasses de estativos, caracterizadas por propriedades aspectuais específicas, capazes de dar conta das divergências observadas. Recorreremos, em particular, à oposição entre estados de indivíduo e estados de “estádio” (cf. Carlson, 1977; Chierchia, 1995; Kratzer, 1995) e entre estados “faseáveis” e “não faseáveis” (cf. Cunha, 1998; 2004). Finalmente, proporemos alguns critérios que se encontrem efectivamente em condições de descrever a distinção entre estados e eventos, justificando, assim, a pertinência da sua manutenção no quadro geral da descrição das classes aspectuais de predicções.

1. Os critérios de Dowty (1979) e a heterogeneidade dos estados

Um dos primeiros esforços para encontrar critérios de natureza linguística capazes de distinguir os estados das restantes classes aspectuais de situações foi empreendido por Dowty (1979). Tomando como ponto de partida algumas das ideias centrais avançadas por Vendler (1967), o autor procura desenvolver uma proposta de categorização para os diversos tipos de eventualidades baseada em diferenças concretas no que respeita ao seu comportamento em determinadas configurações linguísticas.

Os “testes” propostos para a distinção entre estados, por um lado, e eventos, por outro, são os seguintes:¹

A. Somente os não estativos são compatíveis com formas progressivas (cf. (1) vs. (2)-(4)):

- (1) * O João está a ser alto. (estado)
- (2) O João está a dançar. (processo)
- (3) O João está a comer a sopa. (processo culminado)
- (4) O João está a abrir o cofre. (culminação)

B. Em contexto “neuro”, somente os não estativos ostentam uma interpretação preferencial de habitualidade com o Presente do Indicativo; os estados parecem ser associados a uma leitura de “presente real” (cf. (5) vs. (6)-(8)):

- (5) O João é alto (neste momento / * habitualmente). (estado)
- (6) O João dança (# neste momento / habitualmente). (processo)
- (7) O João come a sopa (# neste momento / habitualmente). (processo culminado)
- (8) O João abre o cofre (# neste momento / habitualmente). (culminação)

C. Somente os não estativos são compatíveis com as formas do Imperativo (cf. (9) vs. (10)-(12)):

- (9) * João, sê alto! (estado)
- (10) João, dança! (processo)
- (11) João, come a sopa! (processo culminado)
- (12) João, abre o cofre! (culminação)

D. Somente os não estativos se podem constituir como complementos de verbos que remetem para a agentividade, do género de *convencer*, *persuadir*, *proibir* ou *mandar* (cf. (13) vs. (14)-(16)):

- (13) * O irmão convenceu o João a ser alto. (estado)
- (14) O professor proibiu o João de dançar. (processo)
- (15) A mãe persuadiu o João a comer a sopa. (processo culminado)
- (16) Os ladrões obrigaram o João a abrir o cofre. (culminação)

¹ Para a classificação dos eventos recorreremos aqui à terminologia proposta por Moens (1987), distinguindo processos, processos culminados e culminações.

E. Somente os não estativos podem co-ocorrer com adverbiais agentivos do tipo de *deliberadamente* ou de *voluntariamente* (cf. (17) vs. (18)-(20)):

- (17) * O João foi voluntariamente alto. (estado)
- (18) O João dançou voluntariamente. (processo)
- (19) O João comeu a sopa deliberadamente. (processo culminado)
- (20) O João abriu o cofre de propósito. (culminação)

No entanto, uma análise mais aprofundada das configurações linguísticas em questão revela que grande parte destes “testes” está longe de poder vir a ser considerada decisiva para a distinção entre estados e eventos. Na realidade, se muitos estativos se comportam de acordo com as predições efectuadas por Dowty (1979), outros parecem existir que se desviam inegavelmente do paradigma proposto. Assim, estados como o que se encontra representado nas frases de (21) a (25) não só suportam, sem problemas, a conjugação com o Progressivo (cf. (21)) e as diferentes manifestações de agentividade (cf. (22)-(24)), como, muito embora mantendo uma leitura preferencial de “presente real”, admitem, sem problemas, a expressão da habitualidade (cf. (25)):

- (21) O João está a ser amável.
- (22) João, sê amável!
- (23) A sua namorada pediu ao João para ser amável.
- (24) O João foi deliberadamente amável (com a sua namorada).
- (25) O João é amável (neste momento / habitualmente).

Tais observações forçaram Dowty a propor algumas alterações relevantes em termos de caracterização das predicções estativas, o que, em última instância, conduziu à necessidade de postular a redefinição da própria categoria aspectual em causa.

Na sequência da nova abordagem adoptada, Dowty defende uma reformulação do quadro categorial em que se inscrevem as eventualidades estativas. Nesse sentido, reconhece a existência de três tipos distintos de estativos: os estados de intervalo (*interval states*), cujo valor de verdade é aferível apenas em relação a intervalos de tempo (e não aos instantes que os constituem) e que, como tal, se caracterizam por se revelarem compatíveis com formas do Progressivo²; os estados verdadeiros em momentos que predicam “estádios” (*stage-level momentary states*), que, embora dependentes de intervalos, são obrigatoriamente verdadeiros em todos os “instantes” que os constituem; e os estados verdadeiros em momentos que predicam “objectos” (*object-level momentary states*), que, como vimos, se associam directamente a todos os

² Sublinhe-se que, na grande maioria das formalizações que recorrem a noções temporais para caracterizar classes aspectuais de predicções, a aviação do valor de verdade de uma situação face a intervalos ou face a cada um dos instantes que os constituem é frequentemente invocada para modelar a distinção entre processos e estados (cf. Bennett e Partee (1978), Bennett (1981)). É nesse sentido que dizemos que esta subclasse de estados, tal como Dowty a apresenta, se parece aproximar muito dos processos. Retornaremos uma tal observação, embora em moldes bastante diferentes, na secção 3 deste trabalho.

momentos que caracterizam um dado “objecto”.

Embora Dowty (1979) adopte, de forma explícita, uma primeira tipologia para a subclassificação dos estados, reconhecendo, por conseguinte, a heterogeneidade que lhes está subjacente, deixa, contudo, importantes questões sem resposta. Destacamos:

- 1 – Quais são os “testes” linguísticos que nos permitem distinguir as diversas subclasses de estativos?
- 2 – Quais as propriedades semânticas que lhes correspondem?
- 3 – Como poderemos, afinal, diferenciar os estados dos eventos?

2. Estados de indivíduo vs. estados de “estádio”

A oposição que se estabelece entre predicados de indivíduo (*individual-level predicates*) e predicados de “estádio” (*stage-level predicates*) parece assumir particular relevância no que diz respeito à análise do comportamento ostentado pelas configurações de índole estativa. Tomando como ponto de partida algumas das propostas avançadas por Carlson (1977), Dowty (1979), Kratzer (1995) e Chierchia (1995) sustentam que uma tal distinção se reveste de enorme importância para a classificação das predicacões estativas.

Os predicados de indivíduo aplicam-se directamente às entidades em causa, pelo que manifestam propriedades “permanentes” ou, pelo menos, tendencialmente estáveis. Isto significa que as características veiculadas pelos predicados em questão poderão acompanhar os indivíduos através do seu “percurso” no tempo e no espaço.

Os predicados de “estádio”, pelo contrário, estabelecem, com os indivíduos, uma relação obrigatoriamente indirecta, já que, por princípio, se encontram limitados à expressão das suas “manifestações” espacio-temporais. Nesse sentido, podemos afirmar que descrevem propriedades tipicamente transitórias ou episódicas, na total dependência de intervalos de tempo mais ou menos longos.

Com base nas observações de Kratzer (1995) e de Chierchia (1995), propomos os seguintes critérios que, para línguas como o Português, nos possibilitam distinguir entre estados de indivíduo e estados de “estádio”:

- A. Somente os estados de “estádio” parecem não estar sujeitos a quaisquer restrições no que diz respeito às suas possibilidades combinatórias com advérbias de duração e de localização temporal (cf. (26)-(27) vs. (28)-(29)):

- (26) Ontem / no sábado, a Maria esteve contente. (estado de estágio)
- (27) A Maria teve febre durante três dias. (estado de estágio)
- (28) * Ontem / no sábado, a Maria foi portuguesa. (estado de indivíduo)
- (29) * A Maria soube latim durante três dias. (estado de indivíduo)

- B. Os estados de “estádio” parecem manifestar muito menores restrições do que os estados de indivíduo no que respeita à co-ocorrência com expressões locativas (cf. (30)-(31) vs. (32)-(33)):

- (30) A Maria esteve contente na escola. (estado de estádio)
- (31) A Maria teve febre em casa da avó. (estado de estádio)
- (32) * A Maria foi portuguesa na escola. (estado de indivíduo)
- (33) * A Maria soube latim em casa da avó. (estado de indivíduo)

C. Somente os estados de “estádio” se compatibilizam com advérbios pontuais, dando origem a uma leitura preferencial de inclusão do adverbial no tempo da situação que descrevem (cf. (34)-(35) vs. (36)-(37)):

- (34) A Maria esteve contente às 5 horas. (estado de estádio)
- (35) A Maria teve febre às 2 da manhã. (estado de estádio)
- (36) * A Maria foi portuguesa às 5 horas. (estado de indivíduo)
- (37) * A Maria soube latim às 2 da manhã. (estado de indivíduo)

D. Só os estados de “estádio” admitem a quantificação por meio de expressões como *sempre que, todas as vezes que*, etc. (cf. (38)-(39) vs. (40)-(41)):

- (38) Sempre que está contente, a Maria põe-se a cantar. (estado de estádio)
- (39) Todas as vezes que tem febre, a Maria toma aspirina. (estado de estádio)
- (40) * Sempre que é portuguesa, a Maria fica contente. (estado de indivíduo)
- (41) * Todas as vezes que sabe latim, a Maria dá explicações aos seus amigos. (estado de indivíduo)

Se a oposição entre estados de indivíduo e de “estádio” parece perfeitamente adequada para explicar os contrastes, de índole eminentemente temporal, que acabámos de analisar, não se nos afigura, contudo, suficiente para dar conta de exemplos em que o comportamento de certos estativos se encontra muito próximo daquele que caracteriza os eventos, i.e., em que estarão em causa factores de natureza essencialmente aspectual. Referimo-nos à possibilidade de comparência de alguns estados com operadores que indicam processualidade, como o Progressivo ou *começar a* (cf. (42)) e em estruturas em que predomina uma leitura de sucessividade, quer no contexto de orações com *quando* (cf. (43)), quer no de discursos linearmente ordenados (cf. (44)).

- (42) A Maria está / começou a ser simpática.
- (43) Quando os seus colegas lhe pediram ajuda, a Maria foi simpática.
- (44) O Pedro pediu ajuda. A Maria foi simpática e emprestou-lhe dinheiro.

Uma oposição de índole fundamentalmente temporal, como é a que nos permite distinguir estados de indivíduo e de “estádio”, não parece estar em condições, por si só, de responder satisfatoriamente aos diversos problemas colocados por exemplos como os ilustrados em (42)-(44). Uma reclassificação dos estados que faça apelo, de uma forma explícita, a propriedades aspectuais parece ser requerida nestes casos. É numa hipótese deste género que concentraremos a nossa atenção ao longo da próxima secção.

3. Estados “faseáveis” vs. estados “não faseáveis”

É curioso observar que, em circunstâncias apropriadas, alguns estativos parecem manifestar comportamentos que, tradicionalmente, são invocados na literatura para a caracterização dos eventos. Referimo-nos, por exemplo, à comparência sob o escopo de operadores cujo “input” supõe um certo grau de processualidade, como o Progressivo, *andar a* ou *começar a* ou à preferência por uma leitura de sucessividade no contexto de orações temporais com *quando* e de discursos linearmente ordenados (cf. Dowty, 1979; Vlach, 1981; Kamp e Rohrer, 1983, entre outros).

Para dar conta de casos como estes, Cunha (1998), (2004) propõe a inclusão da ideia de “faseabilidade” na conceptualização global das predicções estativas: graças à possibilidade de integração na Rede Aspectual, tal como formulada por Moens (1987), certos estados, a que foi dada a designação de “faseáveis”, podem ser convertidos em processos, “incorporando”, assim, o traço [+dinâmico], característico dos eventos.

É importante sublinhar, desde já, que a integração na Rede Aspectual – e a consequente “passagem” a processo – está limitada a determinados estativos, os de cariz “faseável”, não se assumindo, por conseguinte, como uma propriedade acessível a todos os elementos da referida classe. Os estados que se encontram impossibilitados de integrar a Rede e, assim, de manifestar comportamentos eventivos, serão designados “não faseáveis”.

Tendo em vista as observações precedentes, parece-nos lícito admitir a postulação de mais uma propriedade que nos irá permitir recategorizar as predicções estativas: a “faseabilidade”. Os estados “faseáveis” serão aqueles que ostentam a capacidade de integração na Rede Aspectual e de comutação em processos; os estados de carácter “não faseável”, pelo contrário, não manifestam tal propriedade, comportando-se sempre, e de forma obrigatória, como situações de natureza estativa, independentemente do seu contexto de ocorrência.

Vejamos os critérios que nos permitem distinguir estas duas subclasses de estados:

A. Somente os estados “não faseáveis” se revelam completamente incompatíveis com operadores aspectuais que requerem um “input” dinâmico, como o Progressivo, *andar a* ou *começar a* (cf. (45)-(46) vs. (47)-(48)):

(45) A Rita está a viver na Holanda. (estado faseável)

(46) O meu cão começou a ser agressivo. (estado faseável)

(47) * O João está a ter olhos azuis. (estado não faseável)

(48) * O meu casaco começou a ser verde. (estado não faseável)

B. Somente os estados “não faseáveis” estão de todo impedidos de comparecer, com o Pretérito Perfeito, nas orações principais de construções temporais introduzidas por *quando*, com uma leitura preferencial de sucessividade (cf. (49)-(50) vs. (51)-(52)):

(49) Quando saiu de Portugal, a Rita viveu na Holanda. (estado faseável)

(50) Quando viu o carteiro, o meu cão foi agressivo. (estado faseável)

(51) * Quando foi para a praia, o João teve olhos azuis. (estado não faseável)

(52) * Quando o tingi, o meu casaco foi verde. (estado não faseável)

C. Somente os estados “não faseáveis”, no Pretérito Perfeito, não parecem ser de todo admitidos em sequências de discursos linearmente ordenadas em que predomina uma leitura de sucessividade (cf. (53)-(54) vs. (55)-(56)):

(53) A Rita casou-se. Viveu na Holanda durante dois anos. (estado faseável)

(54) Levei o meu cão ao veterinário. Ele foi agressivo e mordeu-lhe a perna. (estado faseável)

(55) * O Verão chegou. O João teve olhos azuis. (estado não faseável)

(56) * Tingi o meu casaco. Ele foi verde. (estado não faseável)

D. Somente os estados “não faseáveis” ocasionam anomalia semântica quando se combinam com formas exprimindo habitualidade³ (cf. (57)-(58) vs. (59)-(60)):

(57) A Rita vive habitualmente na Holanda. (estado faseável)

(58) O meu cão é habitualmente agressivo. (estado faseável)

(59) * O João tem habitualmente olhos azuis. (estado não faseável)

(60) * O meu casaco é habitualmente verde. (estado não faseável)

Os diferentes critérios linguísticos que nos permitem identificar os estados “faseáveis” correspondem, como dissemos, a comportamentos comuns à generalidade dos eventos e, em particular, aos processos. Os exemplos que se seguem, envolvendo a referida classe aspectual, parecem confirmar uma tal observação:

(61) A Maria está / anda / começou a chorar.

(62) Quando o pai a deixou na escola, a Maria chorou.

(63) O Pedro insultou a Maria. Ela chorou.

(64) A Maria chora habitualmente / todos os dias.

Face a exemplos como os que acabámos de apresentar, coloca-se a questão de saber até que ponto os estados “faseáveis” diferem dos processos, de modo a poderem ser considerados estruturas verdadeiramente estativas. Ou, dito de uma outra forma, quais são, afinal, os critérios linguísticos que nos permitem diferenciar os estados dos eventos? Procuraremos encontrar respostas satisfatórias para este problema na próxima secção do presente trabalho.

³ Sublinhe-se, no entanto, que não é possível determinar, com total certeza, se o teste em questão se aplica à distinção entre estados “faseáveis” e “não faseáveis” ou à oposição entre estados de indivíduo e de “estádio”. Na realidade, os juízos dos falantes do Português Europeu por nós consultados parecem oscilar entre as duas possibilidades em apreço, e os dados de que dispomos não são inteiramente conclusivos a este respeito, pelo que nos parece bastante difícil, de momento, decidir por qualquer das hipóteses aqui avançadas. Sugerimos, no entanto, que o teste da habitualidade poderá funcionar, pelo menos parcialmente, como critério válido para as duas propriedades sob análise, na medida em que, como discutiremos mais à frente, na maior parte dos casos, ambas se encontram indissociavelmente ligadas.

4. Estados vs. eventos

Observámos que existem alguns estativos que, em circunstâncias apropriadas, manifestam certas características típicas dos processos. Defendemos, no entanto, que tais configurações são, na origem, de natureza estativa, sendo o seu comportamento eventivo resultado das possibilidades de derivação no interior da Rede Aspectual que conduzem à sua conversão em situações de tipo processual.

Para que a abordagem que aqui estamos a desenvolver possa ser considerada válida, no entanto, será fundamental encontrar critérios linguísticos que nos permitam identificar a classe dos estativos, distinguindo-a claramente da dos eventos. Os “testes” que se nos afiguram mais relevantes a este respeito são os seguintes:⁴

A. Somente os estados, no contexto do Presente do Indicativo, ostentam uma leitura preferencial de “presente real”, i.e., uma interpretação de natureza puramente temporal, embora alguns deles, como vimos, admitam também uma leitura de cariz habitual (cf. (65)-(67) vs. (68)):

- (65) A Maria é alta (neste momento / * habitualmente). (estado)
- (66) A Maria é simpática (neste momento / habitualmente). (estado)
- (67) A Maria está contente (neste momento / (??) habitualmente). (estado)
- (68) A Maria canta (# neste momento / habitualmente). (processo)

B. Somente os estados, no contexto do Imperfeito, recebem uma interpretação preferencial exclusivamente temporal; os eventos, pelo contrário, dão quase sempre lugar a leituras habituais ou semi-progressivas (cf. (69)-(71) vs. (72)):

- (69) Em 1999, a Maria era alta. (estado)
- (70) Em 1999, a Maria era simpática. (estado)
- (71) Em 1999, a Maria estava contente. (estado)
- (72) Em 1999, a Maria cantava (habitualmente / muitas vezes). (processo)

C. Somente os estados, no contexto de subordinadas temporais introduzidas por *quando* – mesmo nos casos em que se combinam com o Pretérito Perfeito –, ou incluem preferencialmente os eventos da oração principal com que co-ocorrem, ou dão origem a anomalia semântica. Os eventos, em idênticas condições, privilegiam uma leitura de sucessividade (cf. (73)-(75) vs. (76)):

- (73) * Quando foi alta, a Maria inscreveu-se no basquetebol. (estado)
- (74) Quando a Maria foi simpática, os colegas ajudaram-na. (estado)⁵

⁴ Dado que se constituem, tipicamente, como os eventos que mais se aproximam das predicções estativas, recorreremos aos processos para exemplificar as divergências relevantes nos critérios que a seguir apresentamos.

⁵ Sublinhe-se que a leitura relevante para frases como estas é a exclusivamente temporal; ignoraremos, por conseguinte, outros tipos de interpretações, como a causal, que requerem um tratamento diferenciado (cf. as propostas de Lascarides e Asher (1993)).

(75) ? Quando esteve contente, a Maria cantou e dançou. (estado)

(76) Quando a Maria cantou, todos a elogiaram. (processo)⁶

D. Somente os estados (e as culminações) são de todo incompatíveis com operadores aspectuais como *parar de* e *acabar de* (cf. (77)-(79) vs. (80)):

(77) * A Maria parou / acabou de ser alta às 5 horas. (estado)

(78) * A Maria parou / acabou de ser simpática às 5 horas. (estado)

(79) * A Maria parou / acabou de estar contente às 5 horas. (estado)

(80) A Maria parou / acabou de cantar às 5 horas. (processo)

Dados como os que acabámos de discutir justificam plenamente a manutenção de uma distinção clara entre estados e eventos. Na realidade, estes critérios revelam-nos que, seja qual for a subclasse a que pertençam, todos os estativos parecem ostentar comportamentos comuns, o que nos leva a encará-los, apesar das divergências bastante significativas que constatámos, como pertencendo a uma mesma categoria aspectual.

5. Argumentos em favor da proposta de reclassificação dos estativos

No sentido de aferir a adequação da proposta de reclassificação dos estativos que acabámos de apresentar, importa, antes de concluir, explorar alguns argumentos que se revelem capazes de a fundamentar. Assim, demonstraremos que, pelo menos em línguas como o Português, é possível encontrar representantes de cada uma das subclasses como o Português, é possível encontrar representantes de cada uma das subclasses obtidas a partir da conjugação da distinção entre estados de indivíduo e de “estádio” com a oposição entre estados “faseáveis” e “não faseáveis”. Procuraremos igualmente atestar a relevância da presente classificação no que respeita à descrição apropriada para as diferenças entre construções predicativas envolvendo *ser* e *estar*.

5.1. As quatro subclasses de estativos

Tomando em linha de conta a conjugação entre os dois tipos de oposição que, segundo a proposta de análise que apresentámos, configuram a categoria dos estativos, obteremos quatro subclasses distintas deste tipo de predicções, a saber: estados de indivíduo “não faseáveis”; estados de indivíduo “faseáveis”; estados de “estádio” “não faseáveis” e estados de “estádio” “faseáveis”. A série de exemplos que a seguir apresentamos confirma uma tal predição, pelo menos para línguas como o Português.

⁶ Refira-se que, tipicamente, enquanto em (74) predomina uma interpretação inclusiva, i.e., o período de tempo em que a Maria é simpática precede e, em princípio, continua para além do intervalo em que os colegas a ajudam, em (76) deparamo-nos com uma interpretação em que a sucessividade é, sem dúvida, a relação preferencial: todos elogiam a Maria depois de ela ter cantado.

A. Estados de indivíduo “não faseáveis”

- (81) * O carro do Pedro foi espaçoso ontem / no sábado.
- (82) * O carro do Pedro foi espaçoso na Avenida da Boavista.
- (83) * O carro do Pedro foi espaçoso às 5 da tarde.
- (84) * Sempre que o carro do Pedro é espaçoso, ele leva-nos a passear.
- (85) * O carro do Pedro está / começou a ser espaçoso.
- (86) * Quando o estacionou, o carro do Pedro foi espaçoso.
- (87) * O Pedro comprou um carro novo. (Ele) foi espaçoso.
- (88) * O carro do Pedro é espaçoso habitualmente.

B. Estados de indivíduo “faseáveis”

- (89) * A Rita gostou de matemática ontem / no sábado.
- (90) * A Rita gostou de matemática na sala 11.
- (91) * A Rita gostou de matemática às 5 da tarde.
- (92) * Sempre que gosta de matemática, a Rita dá explicações aos colegas.
- (93) A Rita está / começou a gostar de matemática.
- (94) Quando mudou de professora, a Rita gostou de matemática.
- (95) A Rita passou para o 12º ano. Gostou de matemática e decidiu ir para a faculdade tirar esse curso.
- (96) A Rita gosta de matemática habitualmente.

C. Estados de “estádio” “não faseáveis”

- (97) A água do mar esteve fria ontem / no sábado.
- (98) A água do mar esteve fria na Costa Ocidental / a Norte do Cabo da Roca.
- (99) A água do mar esteve fria às 5 da tarde.
- (100) Sempre que a água do mar está fria, fico a tomar banhos de sol.
- (101) ??/* A água do mar começou a estar fria.
- (102) * Quando chegámos à praia, a água do mar esteve fria.
- (103) * Chegámos à praia. A água do mar esteve fria e fomos dar um passeio.
- (104) (??) A água do mar está fria habitualmente.

D. Estados de “estádio” “faseáveis”

- (105) A Maria esteve indisposta ontem / no sábado.
- (106) A Maria esteve indisposta no centro comercial.
- (107) A Maria esteve indisposta às 5 da tarde.
- (108) Sempre que está indisposta, a Maria toma chá de hipericão.
- (109) A Maria começou a estar indisposta.
- (110) Quando chegou a casa, a Maria esteve indisposta.
- (111) A Maria comeu dois quilos de lagosta. Esteve indisposta e foi levada de urgência para o hospital.
- (112) A Maria está indisposta habitualmente.

Os paradigmas que acabámos de apresentar sugerem fortemente – pelo menos para línguas como o Português – a viabilidade de cada uma das quatro subclasses de estativos resultantes da combinação das propriedades definitórias propostas nas secções 2 e 3. Isto significa que a distinção entre predicados de indivíduo e de “estádio”, por um lado, e a oposição entre estados “faseáveis” e “não faseáveis”, por outro, são propriedades que actuam em relativa independência.

5.2. *Ser vs. estar*

Autores como Mateus et al. (1989) defendem a ideia de que a distinção entre *ser* e *estar*, no contexto de construções predicativas, pode ser encarada como o reflexo da oposição, de âmbito mais geral, que se estabelece entre predicados de indivíduo e de “estádio”. Sob um tal ponto de vista, configurações envolvendo *ser* corresponderiam a estados de indivíduo, ao passo que estruturas integrando *estar* se constituiriam como estados de “estádio”. Este tipo de abordagem parece, à primeira vista, bastante interessante, na medida em que nos permite dar conta do facto de as configurações integrando *ser* descreverem, tendencialmente, situações de tipo “estável”, em contraste com as suas correspondentes envolvendo *estar*, que parecem remeter preferencialmente para eventualidades de cariz “episódico” (cf. (113)-(114) vs. (115)-(116)):

- (113) A minha casa é fria.
- (114) A Maria é loura.
- (115) A minha casa está fria.
- (116) A Maria está loura.

Uma proposta como esta enfrenta, no entanto, problemas difíceis de solucionar. Tomando em linha de conta os diferentes critérios apontados em 2, constatamos que os exemplos seguintes, embora envolvam *ser* na sua estrutura, ostentam o comportamento característico dos predicados de “estádio”:

- (117) O meu cão foi agressivo ontem / no sábado.
- (118) O meu cão foi agressivo no consultório do veterinário.
- (119) O meu cão foi agressivo às 5 da tarde.
- (120) Sempre que o meu cão é agressivo, prendo-o na casota.

O recurso à oposição entre predicados de indivíduo e de “estádio” não é suficiente para dar conta de exemplos como os que acabámos de apresentar. Vejamos porquê.

Se assumirmos que uma frase como “O meu cão é agressivo” se constitui como um estado de “estádio”, estaremos a afirmar, contra-intuitivamente, que ela será, sob um certo ponto de vista, totalmente equivalente a “O meu cão está agressivo”. Ora, os falantes do Português parecem atribuir a estas duas frases interpretações bem distintas: a primeira dá conta de uma propriedade “estável”, ao passo que a segunda remete, de preferência, para uma propriedade de natureza “episódica”.

Se, pelo contrário, encararmos a frase em questão como descrevendo um estado de indivíduo, não estaremos em condições de explicar os comportamentos em (117)-(120).

Se, porém, tivermos em consideração as interações que observámos entre os dois parâmetros de classificação para as predicções estativas, obteremos uma solução para o problema em análise. Sublinhe-se que um estado como o representado na frase “O meu cão é agressivo” revela a capacidade de se converter em processo, i.e., é de cariz “faseável”, como a aplicação dos “testes” relevantes nos confirma:

- (121) O meu cão está / começou a ser agressivo.
- (122) Quando as visitas entraram na sala, o meu cão foi agressivo.
- (123) O carteiro entrou no jardim. O meu cão foi agressivo e mordeu-lhe a mão.
- (124) O meu cão é agressivo habitualmente / todos os dias.

Considerando que os estados “faseáveis” podem assumir o comportamento típico dos eventos e que estes, por natureza, se constituem como predicados de “estádio”, sugeriremos que é a “faseabilidade” inerente a frases como estas – e não o facto de descreverem, desde a origem, estativos de “estádio” – a principal responsável pelo comportamento em apreço.

Uma hipótese deste género permite, por um lado, preservar a proposta defendida em Mateus et al. de que todas as construções predicativas integrando *ser* correspondem, na base, a predicados de indivíduo, o que torna possível manter explícitas as intuições subjacentes à oposição entre frases como “O meu cão é agressivo”, que dão conta de propriedades “estáveis”, e frases como “O meu cão está agressivo”, que, por princípio, descrevem propriedades “episódicas”; e, por outro, solucionar, graças à assunção da sua prévia conversão em processos, a questão da capacidade manifestada por algumas das configurações em que ocorre o verbo *ser* de ostentarem um comportamento linguístico em muito semelhante ao dos predicados de “estádio”.

6. Conclusões

As configurações que tradicionalmente são concebidas como fazendo parte do conjunto dos estativos estão longe de constituir uma classe aspectual perfeitamente homogénea. O seu comportamento linguístico é bastante díspar, o que nos levou a considerar a necessidade de estabelecer subclasses no interior da referida categoria.

Procurámos, nesse sentido, demonstrar que a distinção entre predicados de indivíduo e de “estádio”, por um lado, e a oposição entre estados “faseáveis” e “não faseáveis”, por outro, – a primeira de indole predominantemente temporal, a segunda de cariz eminentemente aspectual – se constituem como as duas propriedades fundamentais no que respeita à subclassificação dos estativos. Finalmente, argumentámos em favor da ideia de que, apesar da sua diversidade interna, os estados se constituem como uma classe aspectual relevante, na medida em que foram encontrados critérios capazes de a identificar enquanto tal e de a distinguir dos restantes tipos de situação, viabilizando a pertinência da diferenciação entre estados e eventos.

Referências Bibliográficas

- BENNETT, M. e B. Partee (1978) *Toward the Logic of Tense and Aspect in English*, Indiana, Indiana University Linguistics Club.
- CARLSON, G., (1977) "A Unified Analysis of the English Bare Plural" *Linguistics and Philosophy*, Vol. 1: pp. 413-456.
- CHIERCHIA, G., (1995) "Individual-Level Predicates as Inherent Generics" in G. Carlson e F. Pelletier (eds.), *The Generic Book*, The University of Chicago Press.
- CUNHA, L. F., (1998) *As Construções com Progressivo no Português: uma Abordagem Semântica*, Dissertação de Mestrado, Porto, F.L.U.P.
- CUNHA, L. F., (2004) *Semântica das Predicações Estativas: para uma Caracterização Aspectual dos Estados*, Dissertação de Doutoramento, Porto, F.L.U.P.
- DOWTY, D., (1979) *Word Meaning and Montague Grammar*, Dordrecht, Reidel Publ.
- KAMP, H., e U. Reyle (1993) *From Discourse to Logic. Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.
- KAMP, H., e C. Rohrer (1983) "Tense in Texts" in R. Bauerle, C. Schwarze e A. von Stechow (eds.), *Meaning, Use and Interpretation of Language*, Berlim, Walter de Gruyter: pp. 250-269.
- KRATZER, A., (1995) "Stage-Level and Individual-Level Predicates" in G. Carlson e F. Pelletier (eds.), *The Generic Book*, Chicago, The University of Chicago Press.
- LASCARIDES, A., e N. Asher (1993) "Temporal Interpretation, Discourse Relations and Commonsense Entailment" in *Linguistics and Philosophy*, Vol. 16, Nº 5.
- MATEUS, M. H., et al., (1989) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- MATEUS, M. H., et al. (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 5ª Edição, revista e aumentada.
- MOENS, M., (1987) *Tense, Aspect and Temporal Reference*, Dissertação de Doutoramento, Edimburgo.
- VENDLER, Z., (1967) *Linguistics in Philosophy*, New York, Cornell University Press.
- VLACH, F., (1981) "The Semantics of the Progressive" in P. Tedeschi e A. Zaenen (eds.): *Syntax and Semantics, Tense and Aspect*, New York, Academic Press.

A Associação de Informação Terminológica (AiT): balanço e perspectivas futuras

Maria Dória, Mafalda Antunes e Margarita Correia
AiT / ILTEC / FCT

1. Introdução

Esta comunicação tem como objectivo apresentar o trabalho mais relevante realizado nos últimos quatro anos na Associação de Informação Terminológica (doravante AiT), fazer o balanço deste quadriénio e apresentar algumas das futuras perspectivas de trabalho da associação.

A AiT surgiu da necessidade de existência de uma instituição portuguesa que funcionasse como organismo coordenador e difusor de informação e documentação terminológicas, promovendo, ao mesmo tempo, actividades nesta área. No segundo semestre do ano 2000, é criada a Associação de Informação Terminológica. A AiT tem dois membros fundadores: o Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC – www.iltec.pt) e a Fundação da Universidade de Lisboa (www.ul.pt/reitoria.html).

Sediada no ILTEC, a equipa da AiT é constituída por Margarita Correia (coordenadora) e duas investigadoras, bolsieras da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (www.fct.mct.pt), co-autoras do presente artigo. A associação conta, ainda, com uma verba anual atribuída pelo Instituto Camões (www.instituto-camoes.pt). Estes apoios, sem os quais não teria sido possível desenvolver as actividades da AiT, resultam de protocolos de cooperação entre esta associação e essas instituições. Recentemente foi assinado um protocolo de cooperação com o Instituto do Desporto de Portugal (cf. 4.2.2.) – IDP (www.cefd.pt), que se tornou também associado efectivo da AiT, pelo qual ambas as instituições se comprometem a trabalhar conjuntamente no sentido de desenvolver actividades e trabalhos terminológicos em língua portuguesa.

O trabalho de investigação da AiT é desenvolvido no âmbito do Centro de Estudos em Léxico e Terminologia (CELexTe: www.iltec.pt/celext), onde estão integradas a coordenadora e as bolsieras da associação.

2. Os primeiros anos

No momento da sua criação, e tendo em conta o panorama terminológico português em 2000, a AiT assumiu os seguintes objectivos:

- ♦ Tornar conhecidos os trabalhos terminológicos realizados em Portugal, ou em outros países, desde que incluam a língua portuguesa.
- ♦ Dar resposta às solicitações de consultoria que lhe sejam dirigidas por organismos oficiais, tanto na definição de uma política terminológica, como na resolução de questões pontuais.
- ♦ Colocar ao dispor de produtores e/ou utilizadores de terminologia produtos terminológicos, normas, publicações periódicas, trabalhos de investigação, acções de formação e cursos de especialização no domínio da terminologia.
- ♦ Facultar a consulta de terminologias, de que disponha ou a que tenha acesso, nomeadamente através da disponibilização de bases de dados terminológicos, produzidos em Portugal ou no estrangeiro.
- ♦ Realizar ou promover projectos e outras actividades no âmbito da terminologia, que contribuam para dotar a língua portuguesa dos materiais necessários à sua utilização como língua internacional de cultura e de ciência.

Reconhecendo as dificuldades sentidas por todos aqueles que, a nível profissional ou académico, necessitam de recorrer com frequência a produções terminológicas que os auxiliem nos seus trabalhos de carácter científico e técnico, a AiT deu prioridade à constituição de duas bases de dados que procuram dar resposta a tais necessidades, publicadas posteriormente no sítio Web (cf. 3).

3. O sítio Web

Tendo em conta o desenvolvimento e o uso cada vez mais generalizado da Internet, este foi considerado o meio mais eficaz para chegar ao público. Deste modo, consegue-se abranger não só o público que profissionalmente se encontra relacionado com a terminologia (tradutores, professores, estudantes, etc.), como também o público que pontualmente necessita de resolver questões terminológicas. Assim, criou-se em 2001 o sítio Web da AiT (www.ait.pt), onde é divulgada informação de natureza terminológica, e onde se presta, igualmente, um serviço de consultoria e apoio terminológicos.

O sítio Web é constituído por:

♦ Apresentação:

- Nesta página encontram-se informações gerais sobre a associação: quais os seus objectivos, as actividades imediatas, os estatutos, os órgãos sociais, os protocolos e os associados.

♦ Agenda:

- Nesta página disponibiliza-se informação relativa a eventos académicos (conferências, congressos, seminários, cursos, etc.) que se realizem em Portugal

e no estrangeiro. Embora se dê prioridade às áreas da terminologia, lexicologia, tradução e linguística de corpus, sempre que pertinente, cobrem-se outras áreas da linguística e das ciências de informação.

♦ **Bolsa de termos:**

- Nesta página pretende-se dar a conhecer trabalhos de consultoria terminológica realizados quer por solicitação, quer realizados por iniciativa da associação.

♦ **Notícias:**

- Aqui anunciam-se novidades científicas e académicas nas áreas da terminologia, da lexicologia, tradução, linguística de corpus e, sempre que pertinente, outras áreas da linguística e das ciências de informação.

♦ **Recursos:**

- Esta é uma das páginas mais visitadas do sítio da associação. Aqui apresentam-se informações recentes sobre publicações (impressas e electrónicas) e ferramentas nos âmbitos da terminologia e da lexicologia, bem como uma listagem de glossários terminológicos em língua portuguesa existentes em linha, uma lista de dicionários terminológicos impressos existentes em língua portuguesa que cobrem a última década do século XX, assim como resumos de dissertações de mestrado e de doutoramento realizadas sobre o português nas áreas da terminologia, da lexicologia ou da lexicografia.

♦ **Dicionário de Termos Linguísticos:**

- Foi apresentada no XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística a versão electrónica e a disponibilização em linha deste dicionário no sítio Web da associação. O principal objectivo era conseguir obter o apoio do público através de sugestões e comentários para uma nova edição deste dicionário. Uma vez que o segundo volume deste dicionário se encontra há muito esgotado, esta foi também uma forma de fazer com que o dicionário permanecesse disponível para o público interessado. As estatísticas comprovam que, de facto, este dicionário tem uma grande procura no sítio Web da associação.

♦ **Ligações úteis:**

- Nesta página é possível aceder a uma lista de ligações para sítios Web de interesse terminológico; a página está dividida em ligações em e sobre a língua portuguesa e ligações em e sobre línguas estrangeiras. Para a língua portuguesa são apresentados: instituições financeiras; associações de terminologia portuguesas; associações de linguística geral, teórica e/ou aplicada; centros de investigação; projectos em curso em língua portuguesa e outros sítios de interesse. Para outras línguas apresentam-se: associações e organismos nacionais de terminologia; associações, organismos e redes internacionais de terminologia;

bases de dados terminológicos; projectos europeus; revistas e servidores de informação e organismos de normalização.

A AIT acompanha regularmente os acessos ao sítio Web através de um programa de estatísticas, o que lhe permite estar a par de informações como quais as páginas mais visitadas dentro do sítio, quantas visitas são feitas diariamente / mensalmente, as palavras-chave mais usadas para aceder ao sítio, etc. Desde 28 de Agosto de 2003, a AIT registou 52937 visitas (dado recolhido a 15 de Outubro de 2004, data de apresentação desta comunicação). Os números mensais e diários de acessos ao sítio Web da AIT tem vindo a aumentar significativamente quer no que se refere às visitas, quer no que se refere às páginas visitadas, como se pode verificar pelos dados obtidos de Setembro de 2003 a Outubro de 2004, apresentados na figura 1:

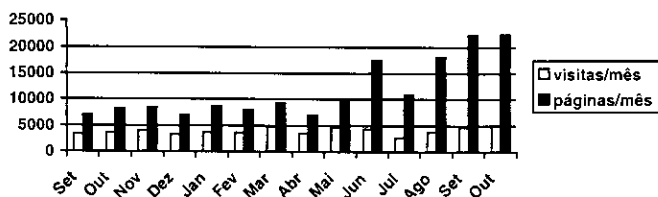


Figura 1. Acessos ao sítio Web registados de Setembro de 2003 a Outubro de 2004

O número tendencialmente crescente de visitas por mês levou a associação a investir cada vez mais numa melhor estruturação, num acesso mais facilitado e numa melhor e maior divulgação do seu sítio Web.

4. Projectos

Ao longo deste último quadriénio (2000-2004), vários foram os projectos em que a AIT esteve envolvida. Alguns encontram-se concluídos, outros em curso, sendo que um se encontra na fase de arranque.

4.1. Projectos concluídos

4.1.1. Neologismos da Economia

O projecto *Neologismos da Economia nas Línguas Românicas através da Imprensa* visou a recolha, análise e classificação dos neologismos encontrados em jornais de grande tiragem.

Tratou-se de um projecto com a chancela da Realiter, coordenado por Judit Freixa, da Universitat Pompeu Fabra (Barcelona, Espanha). Neste projecto estiveram representadas as seguintes línguas: catalão, espanhol (Espanha e México), francês (França e Canadá), português (Portugal e Brasil) e romeno (Roménia e Moldávia).

O principal objectivo deste projecto foi verificar quais os mecanismos geradores de inovação lexical que se encontram mais disponíveis para a construção de novos termos da Economia ao nível do discurso de divulgação, tendo-se recolhido, de um total de 215 neologismos, os seguintes dados: estrangeirismos (88), construções sintácticas (50), siglas (25), derivados por prefixação (22), compostos (12), hibridismos (8), derivados por sufixação (7), resultantes de extensão semântica (1), amálgamas (1) e outros (1).

Os principais resultados, para o português, deste projecto, foram apresentados em:

Antunes, M., M. Correia & R. Gonçalves (2004). Neologismos terminológicos na área da Economia: processos mais frequentes em Português Europeu». Comunicação apresentada no VIII Simpósio Ibero-Americano de Terminologia, Cartagena de Índias, Outubro, 2002 (publicado em *Actas RITerm 1988-2002*, edição em CD-Rom com o ISBN 92-9122-023-X; disponível em www.iltec.pt/celexte/pdf/artigos/neo_econ.pdf).

4.1.2. Colaboração no Léxico Pan-Latino do Comércio Electrónico

A AiT colaborou no *Léxico Pan-Latino do Comércio Electrónico*, participando no estabelecimento dos equivalentes, em língua portuguesa, para uma lista de cerca de 200 termos do comércio electrónico.

Este projecto inseriu-se no âmbito da Realiter, teve a coordenação de Gabriel Huard, do Bureau de la Traduction (Montréal, Canadá) e terminou em Junho de 2003, embora a participação da AiT cessasse em Outubro de 2002.

O principal objectivo deste projecto foi a edição de um glossário de termos do comércio electrónico, contendo equivalentes nas seguintes línguas: catalão, espanhol (Espanha e México), francês (França e Canadá), inglês (EUA e Canadá), português (Portugal e Brasil) e romeno (Roménia e Moldávia).

Este glossário encontra-se disponível no seguinte endereço electrónico: http://www.bureaudelatradduction.gc.ca/pwgsc_internet/fr/publications/gratuit_free/lex_pan_comm/intro_s.htm

No âmbito deste projecto foi, ainda, escrito o documento de trabalho: *Glossário Pan-Latino de Terminologia do Comércio Electrónico*, da autoria de Mafalda Antunes e Rita Gonçalves, em Novembro de 2002, disponível em versão impressa.

4.1.3. Inquérito para avaliação dos recursos terminográficos em Portugal

Com o intuito de conhecer o perfil dos utilizadores da AiT e as suas opiniões relativamente à terminologia portuguesa e aos produtos terminográficos, a associação fez e divulgou um inquérito para este efeito. O inquérito foi enviado por correio electrónico a estudantes e profissionais que utilizam materiais terminográficos, nomeadamente: tradutores, investigadores, docentes, trabalhadores de serviços linguísticos,

estudantes de cursos de tradução, bibliotecários, jornalistas, etc., e disponibilizado em linha no sítio Web da AiT.

Os resultados obtidos com este inquérito permitiram delinear, para já, novas acções futuras na divulgação e compilação de trabalhos e produtos terminológicos. Alguns destes resultados serão apresentados ao *LX Simpósio Ibero-Americano de Terminologia*, a decorrer no final de Novembro de 2004.

Apesar de se ter dado por concluída a primeira fase de inquérito, este continua disponível em linha (em www.ait.pt/inquerito) para que as opiniões dos utilizadores do sítio Web possam continuar a ser recolhidas.

4.2. Projectos em curso

4.2.1. Dicionário de Termos do Comércio Electrónico (DTCE)

O DTCE é um projecto do ILTEC e da ahp – Application & Hosting Provider (www.ahp.pt), que visa a produção de um dicionário que inclua termos em português e seus equivalentes em inglês, para publicação em suporte electrónico (CD-Rom e/ou Web).

Com o DTCE, esta equipa pretende contribuir para a criação e/ou fixação de uma terminologia, em português, baseada não só em critérios técnicos, mas também linguísticos, pelo que se recorreu à interacção entre o trabalho do linguista e a revisão dos técnicos especializados.

Este dicionário está a ser elaborado pelas bolsistas da AiT, Mafalda Antunes e Maria Doria, com a coordenação de Margarita Correia. Presentemente está na fase de revisão técnica. A concepção e a metodologia, bem como alguns resultados obtidos neste projecto, são apresentados em:

Antunes, Mafalda e Maria Doria (2004). *The Dicionário de termos do comércio electrónico / Dictionary of e-commerce terms (DTCE): conception and methodological options*. Barcelona: *Actes du GLAT-Barcelona*, 433-442 (texto disponível em: www.iltec.pt/celext/pdf/artigos/dtce.pdf).

4.2.2. Terminologia do Desporto

A AiT assinou recentemente com o Instituto do Desporto de Portugal um protocolo de cooperação que visa uma acção concertada no sentido de harmonizar a terminologia portuguesa do desporto, protegendo e promovendo a língua portuguesa. Nesta acção intervém, ainda, a Sociedade de Língua Portuguesa (SLP), na qualidade de parceiro.

Este projecto teve início em Setembro de 2004.

5. Actividades

A associação esteve e está envolvida em actividades de formação e de divulgação, tal como delineado nos seus objectivos.

Nas actividades de formação contam-se os cursos organizados em parceria com o ILTEC. Nas actividades de divulgação contam-se as desenvolvidas no âmbito do CELEXTe, investigações resultantes em comunicações e artigos que possibilitam a presença em congressos e revistas. Algumas destas investigações foram já referidas anteriormente. A AiT também aposta na formação das suas bolsieras, incentivando a sua participação em cursos e seminários da área.

5.1. Cursos

A associação organizou, em parceria com o ILTEC, dois cursos de formação geral em terminologia: a Terminologia na Primavera e a Terminologia no Outono. Estes cursos, também tiveram como objectivo a divulgação do trabalho terminológico mais relevante (em Portugal e no estrangeiro) e o conhecimento das diferentes aplicações da terminologia.

5.1.1. Terminologia na Primavera

Este curso decorreu nas instalações do ILTEC, de 22 de Março a 7 de Junho de 2002. Participaram os seguintes oradores: Ana Mineiro (ILTEC / Universidade de Lisboa); Ester Franquesa (TermCat); Libânia Ângelo (Biblioteca da Assembleia da República); Manuel Célio Conceição (Universidade do Algarve / Termip); Margarita Correia (Universidade de Lisboa / ILTEC / AiT); Maria Fernanda Bacelar do Nascimento (CLUL / Universidade de Lisboa); Maria Helena Mira Mateus (Universidade de Lisboa / ILTEC / AiT); Mercè Lorente (IULA, Universidade Pompeu Fabra); Miguel Magalhães (Direcção-Geral da Tradução da Comissão Europeia); Rute Costa (Universidade Nova de Lisboa / Termip).

Este curso foi seguido por cerca de duas dezenas de participantes, sobretudo estudantes e tradutores.

5.1.2. Terminologia no Outono

Este segundo curso foi organizado por Renata Stella Valente, então investigadora de pós-doutoramento do ILTEC, e teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, de 6 a 17 de Outubro de 2003. No curso participaram os seguintes oradores: Ana Mineiro (ILTEC / Universidade de Lisboa); António Colaço (Editorial Verbo); Henri Béjoint (Universidade Lyon 2); Ieda Maria Alves (Universidade de São Paulo); Isabel Desmet (Universidade Paris 8); Lídia Almeida Barros (Universidade Estadual Paulista); Madalena Contente (E. S. Camões / Universidade Nova de Lisboa); Manuel Célio Conceição (Universidade do Algarve / Termip); Margarita Correia (Universidade de Lisboa / ILTEC / AiT); Maria de Lurdes Garcia (Universidade Nova de Lisboa); Maria Teresa Cabré (IULA, Universidade Pompeu Fabra); Maria Teresa Lino (Universidade Nova de Lisboa / Termip); Maria Tereza Camargo Biderman (Universidade Estadual Paulista); Renata Stella Valente (ILTEC) e Rute Costa (Universidade Nova de Lisboa / Termip).

Este curso também contou com a participação de cerca de duas dezenas de pessoas, sobretudo estudantes e investigadores em lexicologia e terminologia.

6. Perspectivas futuras

Uma vez cumpridos os objectivos iniciais, é necessário continuar os que se referem ao trabalho de divulgação, delineando novos objectivos e novas linhas de acção futuras.

Nos próximos tempos, a AiT:

- ♦ Continuará o seu trabalho de difusão e actualização das terminologias existentes em língua portuguesa através do sítio Web da AiT, uma vez que a Internet é o meio considerado mais eficaz para disponibilizar este trabalho;
- ♦ Divulgará e apresentará uma listagem dos dicionários terminológicos em suporte digital, o que se revelou necessário tendo em conta alguns dos resultados obtidos no inquérito;
- ♦ Considerando a quantidade de consultas ao *Dicionário de Termos Linguísticos*, irá procurar potenciais acordos com autores e/ou editoras de outros dicionários disponíveis em formato electrónico ou digital, com o fim de os disponibilizar nos mesmos moldes;
- ♦ Continuará os esforços no sentido de melhorar o acesso às terminologias, fornecendo uma lista em linha com os materiais terminográficos que a biblioteca da associação possui, facilitando o seu acesso aos interessados;
- ♦ Estabelecerá protocolos com especialistas de diferentes áreas de especialidade, tendo como objectivo o desenvolvimento de novas terminologias que estejam em falta na língua portuguesa, ou que necessitem de uma actualização ou remodelação, assim como a prestação de serviços (pontuais) de consultoria;
- ♦ No âmbito do CELexTe, a investigação continuará presente no trabalho desenvolvido pelas bolsistas da associação; por isto mesmo, continuar-se-á a apostar na publicação de artigos e comunicações de investigação relativos a questões terminológicas e terminográficas;
- ♦ A componente de formação estará também presente na acção futura da associação, continuando a promoção e organização de debates, *workshops*, seminários, etc., dedicados à terminologia, de modo a promover o intercâmbio de informação a nível nacional e internacional.

7. Notas conclusivas

De um modo geral, considera-se que a AiT cumpriu os objectivos a que se propôs na altura da sua formação. A aposta na criação de uma associação com estas características revelou-se profícua, tendo conseguido alcançar um vasto público e,

muito importante, um público que se vai revelando cada vez mais fiel; este facto pode ser comprovado pelas estatísticas de acessos ao sítio Web relativos ao último ano.

Numa época em que se discute o papel do linguista na regulação da língua, a AiT prossegue a sua actividade, esperando exactamente contribuir para um desenvolvimento equilibrado da língua nas áreas técnicas, seja na construção de novas terminologias, na consultoria ou na tentativa de esclarecimento sobre o uso de termos que entraram na língua.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Mafalda & Maria Doria (2004) The Dicionário de termos do comércio electrónico / Dictionary of e-commerce terms (DTCE): conception and methodological options. In: Groupe des Écoles des Télécommunications (ENST Bretagne, INT Évry i Télécom Paris), Universitat Politècnica de Catalunya i IULA de la Universitat Pompeu Fabra (orgs.). Actes de GLAT – Barcelona, 433-442.
- ANTUNES, M., M. Correia & R. Gonçalves (2004) Neologismos terminológicos na área da Economia: processos mais frequentes em Português Europeu. *Actas RITerm* 1988-2002 (edição em CD-Rom; ISBN 92-9122-023-X, distribuído pela RITerm).
- ANTUNES, Mafalda & Maria Doria (no prelo) A Associação de Informação Terminológica. Artigo a ser publicado no número especial da revista *Terminómetro*, dedicado a Portugal e a países lusófonos, da União Latina (www.terminometro.info).
- ANTUNES, Mafalda & Rita Gonçalves (não publicado) *Glossário Pan-Latino de Terminologia do Comércio Electrónico*. Documento de trabalho.
- CORREIA, Margarita (2001) Associação de Informação Terminológica au Portugal. *Conférence pour une infrastructure terminologique en Europe – Actes*. Paris: Union Latine pour la TDCNet, 163-166.
- DORIA, Maria, M. Antunes, Margarita Correia & Ana Mineiro (no prelo) Contributos para uma avaliação dos recursos terminográficos em Portugal. Comunicação e poster apresentados no *LX Simpósio Ibero-americano de Terminologia*, Barcelona, Novembro – Dezembro de 2004.
- SACADURA Cabral, Carla & Paula Mendes (2002) A problemática da difusão e do intercâmbio da produção terminológica. Que soluções se perspectivam no contexto português. *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos do CLUP*. Vol. I. Porto: CLUP, 109-117.

Propriedades de C em frases completivas

Inês Duarte¹, Anabela Gonçalves¹, Matilde Miguel²

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / Onset-CEL¹

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / CLUL²

1. Introdução

As línguas românicas distinguem-se do Inglês por não permitirem a supressão do complementador nem manifestarem efeitos de *that-t* (cf. (1)) vs. (2)):

- (1) a. O ex-Primeiro Ministro dizia *(que) o país estava de tanga.
b. Quem é que a Maria disse *(que) tinha lido o livro?
- (2) a. John said (that) Mary read the book.
b. Who did John say *(that) read the book.

O comportamento do Inglês (cf.(2)) levou Pesetsky & Torrego (2001, 2004) a defenderem que, nesta língua,

- (i) o núcleo C é uma instância de movimento de T-para-C;
- (ii) C tem um traço T não interpretável (= [*u*T]) que pode ser verificado
 - (a) por movimento de *that* para C,
 - (b) por movimento de V-para-C ou
 - (c) por movimento do Sujeito para [*Spec*, CP].

O comportamento do PE, ilustrado em (1), sugere, porém, que, em domínios encaixados finitos, C tem um traço T interpretável ([*i*T]), sendo o complementador *que* directamente inserido por *Merge* em C (cf. Soares, 2004). Nesta língua, existem contextos restritos de completivas finitas onde *que* pode ser suprimido e nos quais parece plausível defender que C não possui o traço [*i*T]. Veja-se, a este respeito, o exemplo (3):

- (3) a. Solicito [_{CP} me seja concedida equiparação a bolsa para o período considerado. [Mateus *et al*: 620]
- b. Requeiro [_{CP} seja enviado o Processo a outra instância]. [Bechara, 1999:485, *apud* Mateus *et al*: 620]

Os exemplos em (1) e (3) sugerem, assim, que, em Português, C, em completivas finitas, pode ser caracterizado por meio de um traço T com dois valores: [*i*T], o que força a inserção do complementador em C (cf.(1)), ou, em casos marcados, [*u*T], o que permite a sua não inserção (cf.(3)).

Contudo, a caracterização de C através dos traços [iT] / [uT] não parece suficiente para dar conta da diversidade das completivas não finitas em PE, nomeadamente no que diz respeito à presença vs. ausência de um *complementador* preposicional ou de uma preposição ((4)-(5)) e à possibilidade vs. impossibilidade de infinitivo flexionado ((6)):

- (4) a. O director disse aos empregados *para* não faltar à reunião.
 b. O sindicato impediu os empregados *de* assistir à reunião.
 c. O director insiste *em* convocar uma reunião.
- (5) Os deputados querem / pensam / pretendem ler o despacho presidencial ainda hoje.
- (6) a. O director disse terem todos boicotado a reunião.
 b. O problema resultou de os deputados não terem lido o despacho.
 c. *Os deputados querem / tencionam / decidiram lerem o despacho.

Em análises anteriores, a complexidade dos factos em (4)-(6) tem sido explicada através de propriedades de *Agr* não finito, da Teoria do Caso e da distinção entre Tempo independente e Tempo dependente (e.g., Raposo, 1987; Ambar, 1992, 2000). No presente trabalho desenvolveremos a seguinte hipótese para os domínios não finitos:

- (i) quando se projecta¹, C tem generalizadamente o traço [uT], instrução sintáctica para que o tempo destes domínios seja computado relativamente ao *event point* da frase-matriz;
- (ii) a diversidade das construções exemplificadas em (4)-(6) é explicada pela interacção do traço [uT] de C com: (a) o valor do traço [EPP] em C; (b) a especificação de um traço [iφ] em C; (c) a natureza dos traços-φ de T encaixado e (d) a presença de *complementadores preposicionais*.

2. C em completivas finitas

Em PE, um domínio finito é geralmente encabeçado por *que*, como ilustrado em (1), repetido abaixo:

- (7) a. O ex-Primeiro Ministro dizia *(que) o país estava de tanga.
 b. Quem é que a Maria disse *(que) tinha lido o livro?

O complementador *que* não exhibe as propriedades de *that*, descritas em Pesetsky & Torrego (2001, 2004) e apresentadas em (8):

- (8) Natureza de *that* em Inglês
That não é C, mas uma realização particular de T movido para C.

¹ I.e., em contextos distintos de ECM e de reestruturação.

Embora *que* forme uma cadeia temporal com o verbo encaixado (Pesetsky & Torrego, 2001, 2004), em PE, em completivas finitas:

- (i) C tem um traço [*t*T];
- (ii) *que* é gerado em C através da operação *Merge* (cf. Soares, 2004).

No entanto, como anteriormente referido, existem contextos de completivas finitas em que a presença do complementador é opcional:

- (9) a. Solicito (que) me seja concedida equiparação a bolsreira.
- b. Solicito (que) a minha equiparação a bolsreira seja concedida.

Nos casos em que não ocorre o complementador, é plausível assumir que C tem o traço [*u*T], podendo este ser verificado por movimento de V-para-T-para-C, como em (9a) ou por movimento do Sujeito para [*Spec*, CP], como em (9b), o que prediz correctamente o contraste de gramaticalidade entre (10a) e (10b):

- (10) a. a equiparação a bolsreira que solicito me seja concedida
- b. *a equiparação a bolsreira que solicito a administração me conceda

Os comportamentos em (9) e (10) evidenciam que, em PE, C pode manifestar as propriedades descritas em (8), para o Inglês.

3. C em completivas não finitas

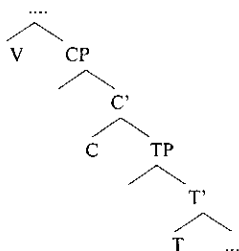
3.1. Construções de Controlo obrigatório

As construções de Controlo obrigatório do PE apresentam as duas propriedades seguintes: (i) no domínio encaixado ocorre Infinitivo não flexionado (cf. (11)-(12)); (ii) o Sujeito do domínio infinitivo é nulo e referencialmente idêntico a um constituinte que ocorre no domínio mais alto – o Sujeito (cf. (11)) ou o OD (cf. (12)).

- (11) a. Os ministros decidiram aprovar essa lei.
- b. *Os ministros decidiram os deputados aprovar(em) essa lei.
- (12) a. O ministro impediu os professores de falar.
- b. *O ministro impediu os professores de os alunos falar(em).

Assumamos que as construções de Controlo têm generalizadamente a estrutura que se apresenta em (13), de forma simplificada:

(13)



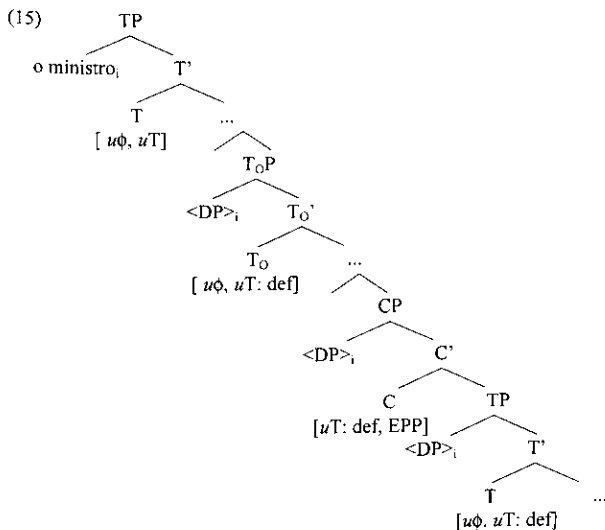
A impossibilidade de Infinitivo flexionado, nestes contextos, decorre das propriedades de T encaixado, que é defectivo quanto ao traço [μ T]. Esta defectividade tem consequências a nível da marcação casual do Sujeito, visto que tal marcação não opera internamente ao domínio não finito. Assim, assumindo, como em Pesetsky & Torrego (2001, 2004), que os Casos nominativo e acusativo são instâncias de μ T em D, nas construções em causa, o referido traço não pode ser marcado para supressão internamente a TP encaixado, dada a defectividade de T, e não pode igualmente ser marcado para supressão internamente a CP encaixado, o que aponta para o facto de C ser também defectivo quanto ao traço [μ T].

A uma análise desta natureza está subjacente a ideia de Controlo enquanto subida de Sujeito (cf. *Movement Theory of Obligatory Control* de Hornstein, 1999 e Boeckx & Hornstein, 2004; para o Português, ver Duarte, Martins & Nunes, 2002). Neste quadro, a subida do Sujeito para a fase superior a CP encaixado é motivada pela necessidade de marcação para supressão do traço [μ T]. Dada a *Phase Impenetrability Condition*, o DP Sujeito move-se para [Spec, TP] e para [Spec, CP], o que o coloca na margem esquerda do núcleo C, sendo, assim, permitida a sua extracção. C encaixado nas construções de Controlo é portador do traço [EPP], o que permite o movimento do DP para [Spec, CP], que conta como posição-A (cf. Hornstein, 1999).

Nos casos que envolvem Controlo de Sujeito, o nó T_0 superior², responsável pela marcação do traço [μ T] do Objecto, é defectivo quanto ao mesmo traço. Por esta razão, o DP Sujeito do infinitivo é atraído para [Spec, TP] superior e é marcado como nominativo (cf. (14)). A representação desta derivação encontra-se em (15).

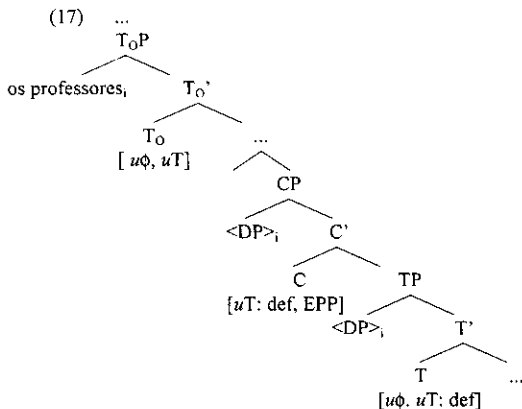
- (14) a. O ministro decidiu aprovar essa lei.
 b. *Ele* decidiu aprovar essa lei.

² Para argumentos em favor de T_0 , vejam-se Ambar (1998) e Pesetsky & Torrego (2001, 2004).



Nos casos que envolvem Controlo de Objecto Directo, o nó T_0 superior, responsável pela marcação do traço $[uT]$ do Objecto, não é defectivo quanto ao mesmo traço. Logo, o DP Sujeito do infinitivo é marcado como acusativo em $[Spec, T_0]$, como se ilustra em (16), parcialmente representado em (17).

- (16) a. O ministro impediu os professores de falar.
 b. O ministro impediu-os de falar.
 c. *O ministro impediu *eles* de falar.



3.2. Construções de Controlo com infinitivo preposicionado

3.2.1. Controlo de Objecto

Observem-se os exemplos (18) e (19), em que o domínio infinitivo é introduzido por um elemento preposicional:

(18) O ministro impediu os professores *de* falar.

(19) O professor disse aos miúdos *para* comprar *Os Lusíadas*.

Nestes contextos, a omissão da preposição resulta em sequências agramaticais, como ilustrado em (20) e (21). No entanto, nas contrapartidas finitas e nos argumentos não fráscicos a preposição não se pode realizar, como se verifica em (22) e (23).

(20) *O ministro impediu os professores falar.

(21) *O professor disse aos miúdos comprar *Os Lusíadas*.

(22) a. O ministro impediu (*de) que os professores falassem.

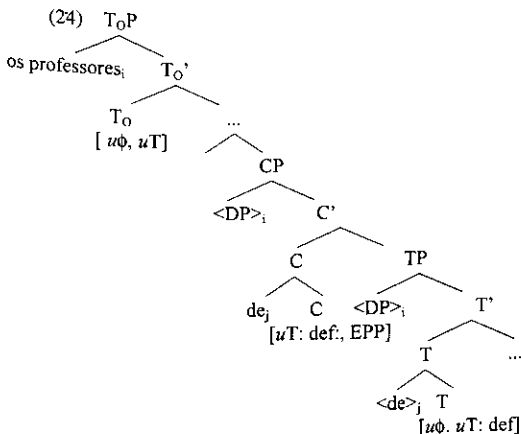
b. O ministro impediu (*de) uma greve de professores.

(23) a. O professor disse aos miúdos (*de) que comprassem *Os Lusíadas*.

b. O professor disse (*de) um disparate aos miúdos.

Para dar conta dos contrastes acima apresentados, formulamos a hipótese seguinte: as preposições que introduzem o argumento fráscico nas construções de Controlo de Objecto são o *spell-out* do movimento de T-para-C, o que permite a marcação para supressão do traço [uT] de C (cf. Pesetsky & Torrego, 2001, 2004, para as preposições *to* e *for*, do Inglês).

Assim, de acordo com esta hipótese, propomos que *de* codifique T-para-C quando T_0 superior não é defectivo quanto ao traço [uT], o que permite a marcação para supressão do referido traço do DP em [Spec, T_0P]. Obtém-se, desta forma, a construção de Controlo de Objecto Directo, parcialmente representada em (24):



Por sua vez, *para* codifica T-para-C quando T_0 superior é defectivo quanto ao traço [uT], pelo que o DP Sujeito encaixado exhibe um “quirky Case”, marcado pela preposição *a*, como é usual nas línguas românicas. Obtém-se desta forma, a construção de Controlo de Objecto Indirecto.

3.2.2. Controlo de Sujeito

Considerem-se os exemplos em (25) e (26), em que os domínios infinitivos são igualmente introduzidos por uma preposição:

- (25) Os sindicatos insistiram em propor novas normas para os concursos de professores.
 (26) Os miúdos gostaram de participar na exposição sobre a época medieval.

A ocorrência da preposição nestes domínios é obrigatória, como se conclui da agramaticalidade de (27) e (28):

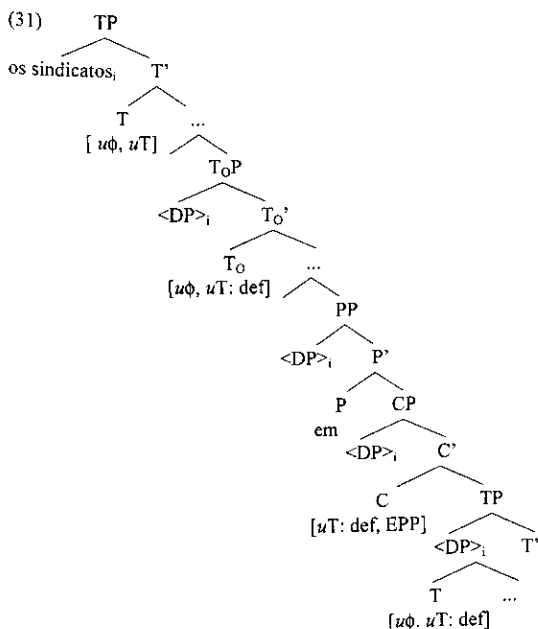
- (27) *Os sindicatos insistiram propor novas normas para os concursos de professores.

(28) *Os miúdos gostaram participar na exposição sobre a época medieval.

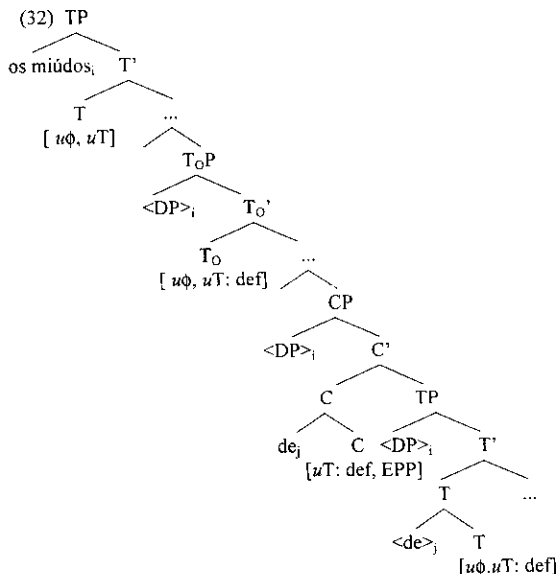
Contrariamente ao que se verificou na secção 3.2.1, observa-se um contraste entre os verbos de Controlo de Sujeito que ocorrem com infinitivas preposicionadas como em (25) e (26). Com efeito, no contexto de verbos como *insistir*, a preposição mantém-se nas contrapartidas finitas e nos argumentos não frásicos (cf. (29)); no contexto de verbos de 2 lugares defectivos quanto ao Caso acusativo (como *gostar*), contudo, a preposição não ocorre nas contrapartidas finitas, embora se mantenha no argumento não frásico (cf. (30)).

- (29) a. Os sindicatos insistiram *(em) que se encontrassem novas normas para o concurso de professores.
 b. Os sindicatos insistiram nessa / *essa proposta.
- (30) a. Os miúdos gostaram (*de) que os professores tivessem participado na exposição sobre a época medieval.
 b. Os miúdos gostaram da / *a colaboração dos professores.

Assumamos que, com verbos como *insistir*, as preposições que introduzem o argumento frásico são preposições plenas, inseridas, portanto, no núcleo P (cf. Gonçalves, Duarte & Miguel, 2004). Desta forma, a derivação de frases como (25) processa-se de forma análoga à das frases que ilustram a construção de Controlo de Sujeito (cf. (15)), com o passo extra de movimento do DP Sujeito para [Spec, PP] (cf. (31)).



No contexto de verbos como *gostar*, as preposições que introduzem o argumento frásico são, como na construção de Controlo de Objecto, o *spell-out* de T-para-C. Nestes contextos, as preposições desempenham um papel crucial na legitimação do traço $[uT]$ de C. Assim, a derivação destas frases é idêntica à das que instanciam a construção de Controlo de Sujeito (cf. (15)): o traço $[uT]$ do DP Sujeito encaixado só é marcado para supressão quando este DP ocupa a posição de $[Spec, TP]$ superior; como anteriormente, T_O é defectivo quanto ao traço $[uT]$, o que impede a marcação para supressão de $[uT]$ em DP na posição $[Spec, T_{OP}]$ e motiva a subida do mesmo DP para $[Spec, TP]$, onde verifica os seus traços casuais. Note-se que na construção de Controlo de Objecto o DP Sujeito encaixado verifica os seus traços em $[Spec, T_{OP}]$, com T_O não defectivo (cf. (32)).



3.3. Completivas com Infinitivo flexionado

Os trabalhos sobre completivas com infinitivo flexionado (*e.g.*, Raposo, 1987; Ambar, 1992, 2000) têm-se centrado nas seguintes propriedades: (a) natureza nominal da completiva; (b) distribuição em contextos de atribuição de Caso e (c) combinação de tempo não finito e concordância em pessoa e número.

Na sequência das propostas que temos vindo a defender, assumo-se que as propriedades comuns às construções de infinitivo flexionado resultam da seguinte combinação de traços dos nós C e T:

- (i) C tem traços- ϕ interpretáveis ($=[i\phi]$), propriedade que partilha com D, e não é defectivo quanto ao traço $[uT]$, ou seja, **C $[i\phi, uT]$ (não defectivo)**;
- (ii) T tem traços- ϕ não interpretáveis e não é defectivo quanto ao traço $[uT]$, ou seja, **T $[u\phi, uT]$ (não defectivo)**.

De acordo com esta caracterização de T e C, a natureza nominal e a distribuição em contextos de atribuição de Caso devem-se a (i); a combinação de tempo não finito e concordância em pessoa e número deve-se a (ii). Prediz-se, assim, que CPs com C $[i\phi]$

possam ser seleccionados por Ds (cf. (33)), caso em que podem ocorrer Sujeitos nulos (cf. (34a)) e pronomes nominativos em posição pré-verbal (cf. (34b)); contudo, DPs Sujeitos plenos apenas são legítimos em posição pós-verbal (veja-se o contraste entre (34c) e (34d)):

- (33) “Daí nasce o trabalharem os mais notáveis escritores da Europa por vivificarem o espírito religioso” [AH, *apud* Bechara, 1999: 516]
- (34) a. O estarmos sem fazer nada aborrece-nos.
 b. O eles estarem sem fazer nada aborrece-nos.
 c. Aborrece-nos o terem os miúdos dito aquelas mentiras.
 d. *Aborrece-nos o os miúdos terem dito aquela mentira.

Estes dados sugerem que C seleccionado por D tem os traços [*i*φ, *u*T (não defectivo), – EPP]. Assim, a derivação de (34a) envolve V-T-para-C, sendo *pro* legitimado em [*Spec*,TP]; por seu lado, em (34b), tendo C traços-φ (*i.e.*, nominais), e podendo o pronome nominativo contar como X⁰ em termos de Teoria X-barra, a derivação envolve o movimento do referido pronome para C, marcando para supressão o traço [*u*T] deste núcleo funcional; finalmente, em (34c/d), o movimento do DP Sujeito para C seria um caso de movimento impróprio (*Move* de XP-para-X⁰), pelo que a única derivação convergente é a que envolve V-T-para-C.

A proposta aqui defendida prediz igualmente que existam interlinguisticamente outras construções que se caracterizam apenas por uma das duas propriedades: ou o traço [*i*φ] em C ou um T não finito [*u*φ, *u*T (não defectivo)]. O gerúndio inglês, em que C é caracterizável como [*i*φ] e T é nominal (cf. Pesetsky & Torrego, 2004), é um candidato ao primeiro dos casos; o gerúndio flexionado de certas variedades dialectais do Português é um candidato ao segundo dos casos (T não finito é caracterizado como [*u*φ, *u*T (não defectivo)]).

3.3.1. Subtipos de completivas de infinitivo flexionado.

A. Completivas de infinitivo flexionado seleccionadas por verbos epistémicos, declarativos e declarativos de ordem

Considerem-se os seguintes exemplos:

- (35) a. O júri afirmou [_{CP} saberem os interessados todas as regras a que o concurso estava sujeito].
 b. * O júri afirmou [_{CP} os interessados saberem todas as regras a que o concurso estava sujeito].
- (36) a. O júri pediu [_{CP} para os candidatos repetirem a prova].
 b. * O júri pediu [_{CP} os candidatos para repetirem a prova].

Os contrastes ilustrados em (35) e em (36) podem ser explicados se considerarmos que o nó C seleccionado por estas subclasses de verbos tem o traço [-EPP], ou seja, C caracteriza-se como [*i*φ, *u*T (não defectivo), -EPP]. Deste modo, as derivações convergentes envolvem T-para-C como única estratégia possível para eliminação do traço [*u*T] de C. No caso dos epistémicos e declarativos (cf. (35)), T-para-C é uma instância de *Move* V-T-para-C; no caso dos declarativos de ordem (cf. (36)), T-para-C é soletrado como *para*.

B. Completivas de infinitivo flexionado seleccionadas por verbos avaliativos factivos

Este subtipo de construções completivas encontra-se ilustrado em (37):

- (37) a. O júri lamentou [_{CP} não saberem os candidatos todas as regras a que o concurso estava sujeito].
 b. O júri lamentou [_{CP} os candidatos não saberem todas as regras a que o concurso estava sujeito].

Assuma-se que o nó C seleccionado por estas subclasses de verbos tem o traço [+EPP], ou seja, é [*i*φ, *u*T (não defectivo), +EPP]. Se assim for, as derivações convergentes podem envolver V-T-para-C (cf. (37a)) ou DP Sujeito-para-[*Spec*,CP] (cf. (37b)) como estratégias para eliminação do traço [*u*T] de C. Esta última estratégia encontra suporte empírico adicional no contraste entre frases com movimento-*WH*- como (38a / b):

- (38) a. *O que é que lamentas os colegas terem oferecido a esse idiota?
 b. O que é que lamentas terem os colegas oferecido a esse idiota?

Repare-se que a extracção *WH*- é agramatical se o DP Sujeito encaixado se encontrar em posição pré-verbal, isto é, em [*Spec*,CP].

C. Verbos volitivos e optativos e impossibilidade de infinitivo flexionado

Na sequência da análise que temos vindo a propor, a impossibilidade de infinitivo flexionado em domínios encaixados seleccionados por verbos volitivos decorre do facto de estes verbos não seleccionarem C com o traço [*i*φ].

Síntese

Propriedades	C	T	T ₀ superior
Finitas	[iT] que inserido por Merge em C	[iFin, uT: Ndefectivo]	
Finitas sem que	[uT: + EPP] V-para-T-para-C / DPSuj-para-Spec,CP	[iFin, uT: Ndefectivo; <i>irrealis</i>]	
Controlo Sujeito (tipo <i>prometer, querer, etc.</i>)	[uT: defectivo; + EPP] DP Suj elevado V-para-T-para-C	[iNfin, uT: defectivo]	[uT: defectivo]
Controlo Sujeito (tipo <i>gostar</i>)	[uT: defectivo; + EPP] DP Suj elevado T-para-C: soletrado por <i>de</i>	[iNfin, uT: defectivo]	[uT: defectivo]
Preposicionadas (tipo <i>insistir</i>)	V superior selecciona PP [uT: defectivo; + EPP] DP Suj elevado V-para-T-para-C	[iNfin, uT: defectivo]	
Controlo Objecto	[uT: defectivo; + EPP] DP Suj elevado T-para-C: soletrado por <i>de</i>	[iNfin, uT: defectivo]	[uT: Ndefectivo]
Controlo Obj Indirecto	[uT: defectivo; + EPP] DP Suj elevado T-para-C: soletrado por <i>para</i>	[iNfin, uT: defectivo]	[uT: defectivo]
Infinitivo flexionado	C [iφ, uT: Ndefectivo; -EPP] V-para-T-para-C / T-para-C soletrado por <i>para</i> C [iφ, uT: Ndefectivo; +EPP] V-para-T-para-C / DPSuj-para-Spec,CP	[iNfin, uT: Ndefectivo]	

Em que: Fin = finito
Nfin = não finito
Ndefectivo = não defectivo

4. Conclusões

A análise proposta:

1. Dá conta dos contextos (restritos) de supressão do complementador nas completivas finitas e deriva os contrastes apresentados em (1).
2. Uniformiza categorialmente as completivas infinitivas que não envolvem a formação de predicados complexos: CPs.
3. Analisa uniformemente os “complementadores” preposicionais específicos das completivas não finitas como o *spell-out* de T-para-C.
4. Permite a generalização de que T-para-C nunca é vácuo: ou arrasta V ou é soletrado como um “complementador” preposicional.
5. Assume que CPs cujo núcleo se caracterize pelo traço [uT] defectivo não contam como fases.
6. Dá conta das propriedades específicas das completivas de infinitivo flexionado através da combinação de propriedades de C e de T: a natureza nominal destas completivas decorre do traço [iφ] em C; a realização de pessoa e número decorre da presença de T com os traços [uφ, uT (não defectivo)]. Prediz-se, assim, correctamente que possam ocorrer interlinguisticamente construções que instanciem apenas um desses traços.

7. Permite uma análise de infinitivas precedidas de determinante que capta directamente o contraste de gramaticalidade entre frases com pronomes nominativos e frases com DPs plenos em posição pré-verbal.

Bibliografia

- AMBAR, M. (1992) Temps et Structure de la Phrase en Portugais. In H. Obenauer e A. Zribi-Hertz (orgs.) *Structure de la Phrase et Théorie du Liage*. Saint-Denis: PUV.
- (2000). Infinitives vs. Participles. In J. Costa (org.) *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press.
- BOECKX, C. e N. Hornstein (2003). Reply to "Control is not Movement". *Linguistic Inquiry*, 34(2).
- (2004). Movement under Control. *Linguistic Inquiry*, 35(3).
- CHOMSKY, N. (2001) Derivation by Phase. In M. Kenstowicz (org.) *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- DUARTE, M. E., A. M. Martins e J. Nunes (2002) Controle e Alçamento/Elevação em Português: Aspectos Temáticos e Casuais. Comunicação apresentada ao "3.º Colóquio PE/PB", FLUL, Setembro de 2002.
- HORNSTEIN, N. (2001) *Move! A Minimalist Theory of Construal*. Oxford: Blackwell.
- GONÇALVES, A., I. Duarte e M. Miguel (2004) On the Status of Prepositions in Infinitival Verb Complements. Comunicação apresentada ao "VI Congresso de Linguística Geral". Universidade de Santiago de Compostela, Maio de 2004.
- KAYNE, R. (1984) *Connectedness and Binary Branching*. Dordrecht: Foris.
- (2000) *Parameters and Universals*. Oxford: Oxford University Press.
- PESETSKY, D. e E. Torrego (2001) T-to-C Movement: Causes and Consequences. In M. Kenstowicz (org.) *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- (2004) Tense, Case and Syntactic Categories. In J. Guéron e J. Lecarme (orgs.) *The Syntax of Time*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- RAPOSO, E. (1987) Case Theory and Infl-to-Comp: the Inflected Infinitive in European Portuguese. *Linguistic Inquiry*, 18(1).
- SOARES, C. (2004) The Acquisition of the Left Periphery in European Portuguese: Some Arguments in Favor of the Computational Complexity Hypothesis. Comunicação apresentada ao "Second Lisbon Meeting on Language Acquisition". FLUL, Junho de 2004.

Contributos para a caracterização das vogais nasais do Português

Liliana Ferreira⁽¹⁾, Rosa Lídia Coimbra^(2,3),
Lurdes Castro Moutinho^(2,3) e António Teixeira^(1,4)

⁽¹⁾Instituto de Engenharia Electrónica e Telecomunicações

⁽²⁾Centro de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro

⁽³⁾Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro

⁽⁴⁾Departamento de Electrónica e Telecomunicações, Universidade de Aveiro

1. Introdução

As vogais nasais são sons complexos, com uma natureza dinâmica, que apresentam várias dificuldades à sua caracterização completa. Em parte devido a estas dificuldades existem algumas áreas em que é necessária mais informação. Áreas como a variação regional, ou não, das características das vogais nasais do Português Europeu (PE), o comportamento da fonte glotal na produção destes sons, ou ainda a forma como as vogais nasais são produzidas e percebidas, são áreas pouco exploradas e que carecem de informação e estudo.

Em estudos anteriores foi utilizada a tecnologia *Electromagnetic Articulography* (EMMA) com o objectivo de obter mais informação tendo em vista as vogais nasais do PE. Foi desse modo obtido um corpus de aproximadamente uma hora com medição simultânea dos movimentos do véu palatino e orais (Teixeira e Vaz, 2001). No entanto esta técnica não é viável para um número elevado de oradores o que faz com que o sinal de voz, eventualmente complementado com sinais de fácil aquisição, tais como, o do Electrogotógrafo (EGG), seja a única informação passível de obtenção em estudos contemplando a variação regional. Deste modo, foi adquirido, no âmbito do projecto “Fonética Aplicada ao Processamento de Fala: As Nasais do Português”, tendo por parceiros o Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro e o Instituto de Engenharia Electrónica e Telemática de Aveiro (IEETA), um novo corpus contemplando as várias regiões de Portugal Continental (Alentejo, Algarve, Beira Interior, Beira Litoral, Minho e Trás-os-Montes) contendo, quer o sinal de voz, quer o sinal do EGG (Teixeira *et al.* 2004), que é denominado no restante documento de *corpus* REGIONAL.

2. Objectivos

Este trabalho continua a análise relativa aos sons nasais do Português Europeu efectuada durante o projecto “Fonética Aplicada ao Processamento de Fala: As Nasais do Português”. Pretende-se efectuar análises a todo o material de voz recolhido, o que

não foi possível durante a duração do projecto, e aproveitar, também, para estender os estudos a novas questões.

Com estas análises pretende-se o melhoramento do conhecimento sobre os sons nasais, em particular as vogais. O principal objectivo é a produção das várias vogais nasais do PE, usando o sintetizador articulatório da Universidade de Aveiro com qualidade, se possível, superior à resultante de trabalhos anteriores. No entanto, existem outras aplicações, tais como, a utilização do conhecimento adquirido para a melhoria do ensino da Língua Portuguesa e para materiais de terapia de fala, entre outros. Concretamente, pretende-se apresentar os estudos mais recentes e seus resultados. O primeiro tema abordado diz respeito à caracterização da fonte durante a produção das diversas vogais nasais. O segundo problema prende-se com a caracterização temporal das várias fases de uma vogal nasal quando produzidas entre oclusivas, e por último obtém-se informação sobre a configuração oral assumida em diferentes momentos, início e fim, da realização de uma vogal nasal nesse mesmo contexto.

Nestes estudos foram utilizados, quer o *corpus* REGIONAL, quer o *corpus* EMMA (Ferreira, 2005).

3. Características da Fonte

Para a continuidade do trabalho em síntese articulatória, em desenvolvimento na Universidade de Aveiro, torna-se imprescindível a obtenção de dados sobre a produção dos sons do PE, em particular, sobre a produção das diversas vogais nasais. O sintetizador articulatório necessita, para além da configuração dos articuladores, de informação sobre parâmetros relacionados com a excitação glotal, dos quais se destacam a frequência fundamental (F0) e o quociente de abertura (OQ). Análises focando este tipo de parâmetros tinham já sido efectuadas no âmbito do projecto “Fonética Aplicada ao Processamento de Fala: As Nasais do Português” (A. Teixeira *et al.* (2004b)). No entanto, o estudo foi realizado tendo por base informação relativa a, apenas, 6 dos 25 informantes.

Actualmente, com todo o *corpus* segmentado e anotado torna-se relevante reanalisar estes parâmetros.

A obtenção dos parâmetros relacionados com a excitação foi realizada de uma forma automática sobre todos os ficheiros do *corpus* Regional. Para tal foi utilizado o sistema *Speech Filing System* (SFS), em particular a linguagem *Speech Measurement Language* (SML), que permite manipular os dados provenientes deste sistema.

De uma forma geral, a análise baseou-se na procura automática, para cada ficheiro do *corpus*, de todos os segmentos anotados como vogal (oral e nasal) e na obtenção dos parâmetros em estudo: F0, OQ e *jitter*. A informação sobre o falante, a região, o género do falante, a tabela, o item, etc., foi também guardada e posteriormente utilizada em análises estatísticas, realizadas com o auxílio do programa SPSS¹.

¹ <http://www.spss.com>

Para possibilitar o estudo de uma possível variação dos parâmetros, a F0 e o *jitter* foram calculados em pontos distintos da vogal. No caso da F0, o seu valor foi calculado em três pontos: próximo do início (concretamente a 10% da duração da vogal), no meio e próximo do final (a 90% da duração). O *jitter*, foi calculado recorrendo ao *Jitter Factor* (JF) o qual foi utilizado para obter valores de *jitter* em toda a duração da vogal e com uma janela de comprimento fixo no início, no meio e no fim.

3.1. Resultados

3.1.1. Frequência Fundamental

A variação do valor de F0 ao longo das vogais (início, meio e fim) em função da vogal é apresentada na Figura 1. Nesta figura, que ilustra os resultados obtidos para vogais nasais acentuadas, é possível verificar uma diminuição de F0 no final da realização das vogais.

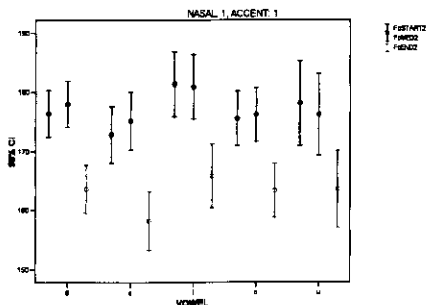


Figura 1: Intervalo de confiança para os valores de F0 em função da vogal, para nasais acentuadas.

Tendo-se verificado uma elevada variação nos valores deste parâmetro por falante efectuou-se um estudo com o objectivo de diminuir a influência deste factor. A Figura representa o diagrama de extremos e quartis para o valor de F0, obtido na parte medial da vogal (F0MED) e em função da vogal nasal, após uma normalização do seu valor pelo valor mediano de cada falante. A figura indica a existência de uma ligeira diferença no valor de F0MED para as nasais [i~] e [u~], sendo esta diferença especialmente notória no caso da vogal nasal [i~].

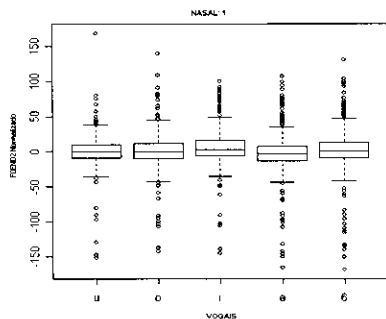


Figura 2: Diagrama de extremos e quartis dos valores de F0MED em função das vogais nasais após divisão pela mediana de F0MED.

3.1.2. Quociente de Abertura

A Figura 3 apresenta o diagrama de extremos e quartis dos valores de OQ em função da vogal e da nasalidade. É possível notar uma reduzida variação, quer para os valores medianos, quer para a dispersão dos valores. Esta análise é válida, quer para as vogais orais, quer para as correspondentes nasais.

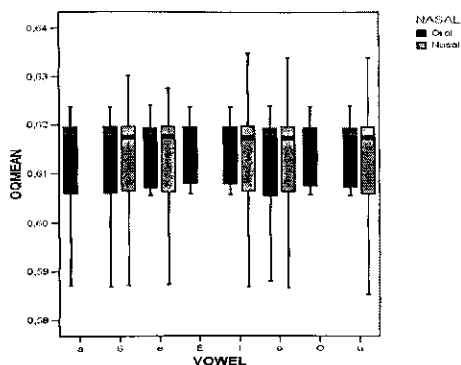


Figura 3: Diagrama de extremos e quartis dos valores do quociente de abertura em função da vogal e nasalidade.

3.1.3. Jitter

A Figura sumaria estatisticamente os valores de jitter obtidos para cada vogal, em função da nasalidade. Nesta primeira análise gráfica, verifica-se uma reduzida variação dos valores obtidos. No entanto, após uma análise mais detalhada dos valores médios correspondentes, apresentados na Tabela 1, evidencia-se a existência de um valor inferior do *jitter* quando medido a meio da vogal, relativamente ao início e fim, sendo o valor final o mais elevado.

Médias		
	Oral	Nasal
JFSTART	2,1200406	1,9419101
JFMED	1,6392915	1,4444812
JFEND	2,2557149	2,1352677
JFGLOBAL	2,10506703	1,85222505

Tabela 1: Valores médios obtidos para o Jitter Factor. À esquerda os valores para vogais orais, à direita os valores para vogais nasais.

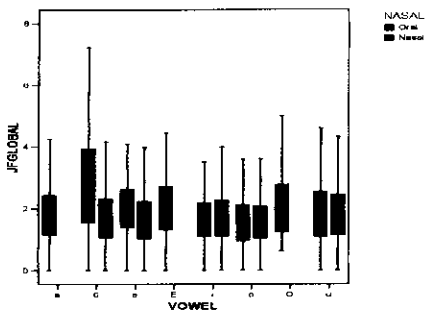


Figura 4: BoxPlot do valor do Jitter Factor para a totalidade da duração da vogal. São apresentados valores para cada vogal separados pela nasalidade.

4. Caracterização temporal

Um estudo da duração total das vogais nasais utilizando o *corpus* Regional, foi já

O novo estudo com o objectivo de explorar o *corpus* Regional, em combinação com o *corpus* EMMA, de modo a obter informação detalhada sobre as diferentes fases de uma vogal nasal quando produzida entre consoantes orais, preenche as secções seguintes. Estes sons nasais iniciam sempre com uma configuração onde domina uma configuração oral e termina com uma configuração nasal dominante (Teixeira e Vaz, 2001).

4.1. Utilizando as anotações dos sensores EMMA

Estamos interessados em obter, por exemplo, a duração da parte inicial da vogal em que o véu palatino se mantém fechado ou quase fechado e a duração do período de abertura e fecho. Concretamente foram estudadas as durações das seguintes fases:

- o tempo entre a abertura oral e início do movimento de abertura do velo – d_1
- a duração do intervalo existente entre o fecho dos lábios e o fecho do velo – d_2
- a duração do movimento de abertura do velo – d_0
- a duração do movimento de fecho do velo – d_c
- a duração do ciclo de abertura-fecho do velo – d_3

Para a obtenção das durações referidas acima continuaram-se as anotações em parte do *corpus* EMMA, nos contextos CVC, em quatro níveis: palavras, fonética, eventos do velo, eventos orais, utilizando o sistema EMU. Replicando o trabalho apresentado por Teixeira e Vaz (2001), agora com mais dados, foram medidas durações das várias fases de produção de uma vogal nasal com o auxílio da ferramenta SFS. Alguns exemplos de resultados são apresentados de seguida.

4.1.1. Resultados

A Tabela 2 apresenta os valores médios obtidos para as durações em análise. A última coluna contém o nível de significância obtido para o teste ANOVA, tendo como factor a vogal. Verifica-se que cada uma das durações apresentadas apresenta um valor para p não significativo, o que significa que as durações apresentadas não são dependentes das vogais.

	[b-]	[e-]	[i-]	[o-]	[u-]	p
d_1	90,7	99,6	64,5	70,1	39,3	0,064 (ns)
d_2	112,9	105,3	72,9	91,0	114,2	0,000 (***)
d_0	181,4	173,1	158,4	176,5	163,1	0,261(ns)
d_c	125,8	128,9	106,3	117,5	128,8	0,223(ns)
d_3	307,2	302,0	264,7	293,9	291,9	0,056(ns)

Tabcla 2: Durações das Fases (ms).

4.2. Com base apenas no sinal acústico: estudo exploratório

Existindo interesse em obter dados similares para um número alargado de pessoas, o que é inviável com a tecnologia EMMA, foi efectuado um estudo exploratório relacionado com a obtenção de informação, sobre as fases referidas anteriormente, com base apenas no sinal acústico.

Para tal foi utilizado um método de segmentação do sinal existente na ferramenta SFS que se baseia na determinação de zonas com características espectrais estáveis. Esta segmentação foi efectuada para 3 e 4 zonas e posteriormente efectuou-se um estudo da correlação entre os limites dos segmentos obtidos e os eventos anotados no sensor do velo e nos sensores que controlam a passagem oral (sensores dos lábios e sensores da língua, em particular o colocado na parte posterior).

4.2.1. Resultados

A elevada correlação existente entre o primeiro segmento obtido por segmentação automática (SEG1) e o primeiro evento anotado no sensor do velo (NASALOPEN), ilustrada na Figura 5, bem como o elevado índice de ajuste entre estes dois parâmetros, permite concluir que a segmentação automática é um assunto que vale a pena ser explorado, pelo menos para obtenção indirecta de eventos relacionados com o velo.

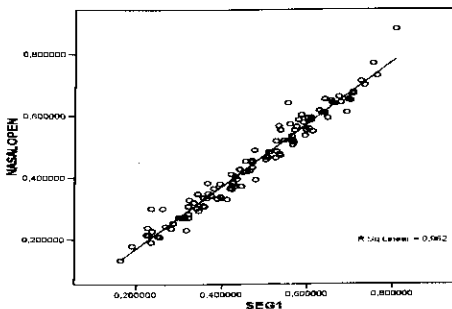


Figura 5: Scatter Plot entre o evento de abertura do velo e o primeiro segmento automático.

5. Características relacionadas com o tracto

O objectivo deste tipo de análise passa pela obtenção de informação relativa à configuração dos articuladores, em especial da língua, durante as diferentes fases de uma vogal nasal.

Numa primeira fase foi feito um estudo utilizando as duas primeiras formantes na fase inicial, por forma a obter informação acerca da altura e zona de articulação (Teixeira *et al.* 2003).

Deixando para mais tarde a análise da zona de transição, foi efectuado um estudo com o objectivo de investigar a relação entre as características da fase final de um vogal nasal e a consoante seguinte. Não é claro nos resultados apresentados por outros investigadores (Lacerda e Head, 1966) até que ponto essas características finais são essencialmente dependentes da coarticulação com a consoante seguinte ou se dependem apenas das características intrínsecas das vogais nasais.

5.1. Método

De modo a estudar estas características das vogais nasais, foram obtidas as características espectrais no final das vogais nasais e compararam-se com as características espectrais das consoantes nasais e de outras vogais nasais (a mesma vogal e outras). Para calcular a semelhança espectral utilizam-se diversas medidas que traduzem uma distância espectral. Neste estudo obtiveram-se medidas baseadas em distâncias euclidianas aplicadas a vectores com coeficientes cepstrais em escala Mel (dmFCC), medidas com base no espectro de potência como é o caso das distâncias de Itakura (dITA), Itakura-Saito (dITAS) e Itakura-Saiko simétrica (dCOSH). A implementação foi baseada nos pacotes existentes para o MatLab *sfsmatlab*² e *voicebox*³. Foi ainda implementada uma abordagem baseada em *Perceptual Linear Prediction* (PLP) usando o pacote *rastamat* (dPLP).

5.2. Resultados

Os resultados obtidos apresentam claras contradições entre si. Estas contradições começam pelo facto de as medidas consideradas não atribuírem sempre à distância entre vogais iguais o menor valor. As medidas dPLP e a dCOSH diferenciam-se, no entanto, pelo facto de terem atribuído mais vezes valores correctos (100% para a dPLP e 80% para a dCOSH) a esta distância. Deste modo, apenas se pode analisar aquilo que estas distâncias parecem indicar. Existe uma tendência clara para que a dPLP classifique como menor a distância existente entre vogais iguais (V_iV_i), logo seguida da distância entre uma vogal e as outras vogais nasais (V_iV_j). Parece, assim, indicar que os espectros do segmento final das vogais nasais se assemelham entre si, corroborando a teoria que defende que as características finais das vogais nasais são intrínsecas. A dCOSH, por outro lado, inverte os resultados anteriores, classificando a distância entre diferentes vogais nasais como superior à distância entre vogais nasais e consoantes nasais. Esta contradição patente nos resultados impede a obtenção de qualquer conclusão. Sugere-se a utilização de outro tipo de medidas de distância espectral para o esclarecimento deste assunto.

² <http://www.phon.ucl.ac.uk/resource/sfs>

³ <http://www.ee.ic.ac.uk/hp/staff/dmb/voicebox>

6. Conclusões

Este trabalho explora assuntos pouco analisados em estudos anteriores. Os estudos apresentados têm como objectivo contribuir para uma melhor caracterização das vogais nasais do PE. Existem mesmo assuntos que pretendem esclarecer controvérsias existentes na área, como é o caso do estudo efectuado com o objectivo de analisar a relação das características da fase final das nasais com as consoantes nasais e outras vogais. No entanto, este estudo, bem como o efectuado com o objectivo de obter informação sobre as diferentes fases das vogais nasais de uma forma automática, devem considerar-se exploratórios e os resultados obtidos indicam a necessidade de um maior aprofundamento e a aplicação de técnicas adequadas.

7. Referências

- Ferreira, L. (2005) *Contributos para a caracterização das vogais nasais do Português*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Electrónica e Telecomunicações, Universidade de Aveiro (aprovada a 30 de Março de 2005).
- Lacerda, A. e Head, B.F. (1966) Análise dos sons nasais e dos sons nasalizados do português. *Revista do Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra*, VI pp. 5-70
- Teixeira, A. e Vaz, F. (2001) European Portuguese Nasal Vowels: An EMMA Study. *EuroSpeech*. Scandinavia.
- Teixeira, A., Castro Moutinho, L. e Coimbra, R. L. (2003) Production, Acoustic and Perceptual Studies on European Portuguese Nasal Vowels Height. *ICPhS*.
- Teixeira, A., Ferreira, L., Moutinho, L., Coimbra, R.L. e Lisboa, R. (2004). An Acoustic Corpus Contemplating Regional Variation for Studies of European Portuguese Nasals. *Proc. 2004 International Conference Language Resources and Evaluation*. Lisboa, Portugal.
- Teixeira, A., Vaz, F., Moutinho, L., Coimbra, R. e Lisboa, R. (2004b) Para a melhoria da síntese articulatória das vogais nasais do português europeu: Estudo da duração e características relacionadas com a fonte glotal. *Revista de Estudos da Linguagem (The Journal of Language Studies)*.

A história 'doce' de uma alcunha do Sul: *Marmelada*

Maria Valentina Garcia Ferreira

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

1. Introdução – O estudo das alcunhas em Portugal

O estudo das alcunhas cruza referências de várias áreas do conhecimento como a História, a Geografia, a Sociologia, a Antropologia, a Linguística, a Cultura em geral, pois nunca se sabe onde pode chegar a imaginação humana ao criar motivação para um novo Nome a ser atribuído a um indivíduo, por parte dos seus vizinhos, dos seus amigos ou dos seus companheiros. É um processo linguístico e social típico de pequenas comunidades, muitas vezes rurais, em que geralmente todos se conhecem, mostram amizade, camaradagem ou têm interesses comuns partilhados. Embora alguns autores sejam de opinião que as alcunhas são sempre insultuosas ou revelam sentimentos inferiores por parte de quem as inventa, outros pensam que a sua criação é uma "necessidade humana que não distingue classes sociais" (Polanah 1986: 144) e que o fenómeno também pode surgir em pequenos grupos, de qualquer nível etário, onde exista companheirismo ou objectivos em comum. As alcunhas são uma realidade concreta que povoa o universo não só linguístico como simbólico "de milhares de locutores, que se apoiam na palavra oral como instrumento privilegiado de comunicação" (Ramos & Silva 2002: 8).

Em Portugal há por todo o país¹ uma certa tradição popular na recolha de alcunhas, mas interesse académico e práticas sérias de investigação levadas a cabo com metodologia científica, são mais raros, mesmo escassos. De um modo geral acontece o mesmo com a investigação em todos os campos da Onomástica e da Antroponímia em particular, o que é de lastimar. É uma pena terem de ser os estrangeiros a reconhecer e a dizer que o Onomástico peninsular ibérico, enquanto sobreposição histórica das culturas fenícia, grega, céltica, germânica, românica, árabe, judaica, etc, é um 'paraíso' para qualquer investigador (Kouznetsova 2004).

O trabalho que apresento foi desenvolvido sobre a alcunha *Marmelada* recolhida há anos (Ferreira & Ferreira 1996) entre cerca de quatro centenas, na cidade de Loulé, no Sul do país. A alcunha tem que ver com a personalidade e as características individuais do seu portador, tendo sido por isso incluída nas alcunhas psicológicas que representam nas alcunhas então classificadas, logo a seguir a atributos físicos, ~33% das

¹ 20% dos mais significativos estudos de Antroponímia feitos em Portugal nos últimos vinte anos, ocupam-se de alcunhas pessoais (V. G. Ferreira 2003 "Onomastics in Portugal" – Study for Meertens Institute, Amsterdam, coordenação de Doreen Gerritzen).

de atributos individuais. Esta alcunha pode ainda encontrar-se noutros centros populacionais do Sul do país, nomeadamente no Alentejo.

2. A marmelada portuguesa (documentação)

Nas formações onomásticas em geral, ao ganhar referência onomástica um nome do léxico comum perde o seu significado semântico próprio. Contrariamente a isto, porém, na formação de alcunhas, estas mantêm no todo, ou pelo menos em parte, essas duas características: referem-se a pessoas ou outras entidades, sem perderem de todo a relação com o significado do elemento original da sua criação.

Tal como já o disse há muito J. L. Vasconcellos (1928: 271), continua a verificar-se hoje em Portugal (Ramos & Silva 2002: 20 e *passim*), que a alimentação, a gastronomia e a doçaria podem oferecer saborosas sugestões para a criação de uma alcunha, um novo Nome que tenha primária ou metaforicamente qualquer relação significativa com o seu portador. No caso presente foi o doce ou compota tradicional de nome *marmelada* a dar a motivação para a alcunha.

Em Portugal desde sempre a marmelada foi feita de marmelos, os aromáticos '*Cydonia oblonga*' (Miller) originários do Mediterrâneo Oriental, provavelmente da Ilha de Creta cuja capital, Canea, tinha anteriormente o nome de Cydon(ia). Ao que se sabe em Portugal, desde o séc. XV, as antigas e novas receitas do conhecido doce sempre incluíram marmelos e açúcar em substituição do mel que foi primitivamente usado.²

Algumas das mais antigas receitas portuguesas estão contidas no *Livro* manuscrito ou '*Tratado de Cozinha*' da Infanta D. Maria, neta do rei D. Manuel I, que o teria levado na sua livraria quando se casou com o 3º Duque de Parma em 1565. O *Livro* está na Biblioteca Nacional de Nápoles com outros manuscritos contidos no 'Codex Português dos sécs. XV e XVI', ref: I.E. 33 e dele dizem historiadores e filólogos: "Começou a ser escrito no séc. XV e muitas das suas receitas reflectirão uma grande antiguidade... No livro de cozinha se trata de 'manjares' que, por outras fontes, vimos que eram usados na Idade Média" (Arnaut & al. 1967: CXXIIIss). "Embora executado em fins da Idade Média, o livro reúne receitas que reflectem em geral hábitos alimentares medievais" (Tavani 1993: 638).

Entre as várias receitas do manuscrito escolhi a Receita [nº 56] de que apresento o facsímile (Anexo 1) como exemplo, e faço a leitura:

'Marmelada de dona Joana'

'Tomarão quatro aRatês de marmelos
E cimquo dacuquar, E os marmelos ão
de ser cozidos nagoa ou ã acuquar
ou Como qujserẽ E se fforẽ na a

² Enc. Pauly-Wissova XV – 30: col. 1302, ll. 25ss.; Isidoro, *Etym.* XVII, 7: 4-5.

goa hão de ser cozidos e teijos E a
 bafados des que fforẽ cozidos E quando
 se pisarẽ hamnos de partjr e talha
 das depois daparados. E esta hade
 ser coada por hũia jueira, E des que
 o acuquar ffor clareficado ponha
 se no foguo pera fazer poto E e
 ho acabamdo de coar hão lhe deitar
 agoa de ffrol E ade ffazer pomto
 que seja como Resinha E etão lhe
 lamcarão os marmelos E desfalção
 no acuquar ffora do ffoguo E como
 fforẽ todos desfeitos tornemnos ao fo
 guo E cozerá até que se despida do
 tacho.'

Esta antiga receita do 'Tratado de Cozinha' da Infanta D. Maria está, no seu conteúdo e descrição de processos, muito próxima das actuais, tal como uma outra que reproduz no Anexo 2, impressa na *Arte de Cozinha* de Domingos Rodrigues (1683)³.

A *Arte de Cozinha* teve muitas impressões e novas edições com emendas e acrescentos ainda em vida do seu autor, o que quer indicar uma grande divulgação da obra, mas a receita da marmelada manteve-se inalterada. De tal modo que nos parece ter servido de padrão também aos lexicógrafos contemporâneos e não só. Comparemos o texto com a definição de Raphael Bluteau (1716) e facilmente reconheceremos a proximidade:

"Marmelada. A commua se faz com quartos de marmelos, cozidos, & pas-
 sados por huma pineira rala com açúcar em ponto de alambre grosso..."

[*Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. V: 337]

O mesmo texto serve ainda de base a outras definições usadas noutros dicionários e enciclopédias, tais como Morais, Figueiredo, GEPB, Aurélio e Acad 2001. E a receita pode ser seguida ainda hoje, como o foi durante séculos em conventos, confeitarias e casas particulares. A tradicional marmelada portuguesa ainda hoje é feita assim, tal e qual, com marmelos e açúcar.

³ Domingos Rodrigues (1637-1719) foi um ilustre cozinheiro do conde de Vimioso a quem dedica a edição de 1683 da sua *Arte*, e chefe de cozinha da Casa Real no tempo de D. Pedro II. Com prática de dezenas de anos e assistência dos banquetes reais, diz-se habilitado a fazer esta *Arte de Cozinha* pois experimentou por sua própria mão tudo o que nela ensina (Rodrigues 1683: fol. 4). A Biblioteca Nacional de Lisboa dispõe de alguns exemplares das várias edições que existem desta obra desde o século XVII até à actualidade, podendo as mais antigas ser consultadas em microfilme. Não quero deixar de mencionar a nova edição de M. da Graça Pericão e M. Isabel Faria (1987) elaborada segundo a edição de 1732 com notas, glossário e também uma actualização do texto.

3. A palavra *marmelo* e as suas derivações

Não é então de admirar que se reconheça no nome comum *marmelada* uma derivação directa do lexema português *marmelo*, pela adunção do sufixo *-ada* que designa neste caso 'produto alimentar'.

O pg *marmelo* vem do lat. *melimellum* (*malomellum*) adoptado do gr. *μελίμηλον* (REW 5478; Corom; DELP). O 'μελί (mel) + μήλον (maçã) ficou assim chamado porque era uso comum na Antiguidade cozer o fruto em mel para lhe retirar a adstringência e fazer conserva doce, como atrás referi (Isidoro, *Etym*, XVII, 7: 4-5)

Na palavra portuguesa houve apenas a dissimilação das consoantes líquidas: /l/ > r/l⁴; e a centralização da 1ª vogal átona e > α, diante de consoante vibrante, tal como aconteceu na antiga preposição *pera* > *para* e em *camera* > *câmara*. A forma portuguesa é muito próxima das dos dialectos moçárabes: *malmálo*, *-mêlo*, *melmêlo* (Corom. *apud* Asin 178), bem como igual à forma galega recolhida por Sarmiento (Corom.), por Garcia de Diego (1954) e por C.Garcia (1985), o que parece sugerir que tenha existido já no galego-português medieval.

Noutras línguas o distanciamento é muito maior. Compare-se o cast. *membrillo* e, com outra etimologia, o cat. *codony*, o gr.mod. *κωδώνι*, o it. *cotogna*, o fr. *coing*, o ing. *quince* ou o al. *Quitte*.

O sufixo *-ada* ainda é hoje um sufixo produtivo em Português, não só para formar nomes de produtos alimentares como *queijada*, *laranjada*, etc. mas também derivados com vários significados e usos metafóricos: 'conjunto, colecção' – *manada*, *papelada*; 'em quantidade ou proporção aumentada e intensificada' – *chuvada*, *tigelada*; 'resultado de acção com instrumento ou algo contundente' – *facada*, *cacetada*, *golpada*; 'duração prolongada, confusão, desordem' – *charutada*, *batatada*, *pessegada*, etc.

A palavra *marmelo* só surge documentada em português no século XVI, mas deve ser muito mais antiga, já deve ter pertencido ao galego-português, como confirmarei mais à frente por meio dos topónimos (datados) a que deu origem. É usada em várias accepções e entra em vários campos semânticos:

- (1) (Bot) (a) o fruto *Cydonia oblonga* (Miller); (b) a árvore do mesmo fruto (Morais; Fig; DELP; GEPB; VERBO; Aur.; Acad)
- (2) (Pop) 'homem tolo, tonto', 'patife' (G. Vicente 1527 'Auto da Feira', *Comp.* I: 170⁵) (Morais; Fig; Coelho, *Horta* 3(1963), 2: 241; DELP; GEPB; Acad)
- (3) (Pop) 'seios de mulher' (Morais; Fig; GEPB; Acad)
- (4) (Pop, Reg) 'bebedeira' – na Ilha do Faial, Açores (RL VIII: 305; Fig; GEPB)
- (5) (Pop, Reg) 'soco, pontapé' – Açores (Coelho, *Horta* 3 (1963), 2: 241)
- (6) (Br, pop) 'zero, a pior nota escolar' (Fig; GEPB)
- (7) (Pop, ord.) 'flatulência intestinal'.

⁴ vd. "Inéditos de C. Michaelis, II – Hist da cons. [I] em port.", *RL* XXVIII: 25

⁵ Disse o comprador Mateus, cortejando Justina, vendedora da feira: "Vós rosa de amarelo, / mana, tendes i queijadas..." / "Tenho vosso avô *marmelo* / Conhecei-lo?" – retorquiu ela. Este mesmo significado (2) de 'sandio, simplón, tonto' é também apresentado para o adj. esp. *marmelado(a)* em Salamanca (DHU).

A partir do lexema original vários compostos e derivados se formaram. Além da palavra *marmelada* e seus derivados, de que tratarei a seguir, há nomes de várias espécies botânicas e outros com usos metafóricos:

- (Bot) . *marmelo-bravo*, *m.-do-mato*, *m.-molar* (gamboa – *Cydonia* vulg. lusitan.);
 . *m.-de-bengala* ou *m.-da-índia* (fruto medicinal);
 . *marmelos-gamboas*, *m.-camoeses*, *m.-galegos*;
 . *marmela* (pera flamenga); *m.-de-verão/ inverno*;
 . *marmelinho*, *m.-do-campo*;
 . *marmeleiro*, *m.-branco*, *m.-do-campo*, *m.-do-mato*, *m.-do-sertão*,
m.-da-china, *m.-do-japão*, *m.-dos-marmelos-molares*;
 . *marmeleiral* (Morais, Aurélio);
- (Med) . *vinho-de-marmelos* 'vinum, malis cydoniis medicatum' (Bluteau);
- (Reg, Minho) . *marmelas* 'pontas das chêdas do carro de bois' (RL XXII: 29);
 . *marmelosas* 'seios de mulher' (RL XXIX: 275);
- (Calão) . *marmelo-cru* 'dificuldade, embaraço, confusão';
- (Pop) . (*vara*)*pau de marmeleiro* 'ramo de marmeleiro utilizado para agressão';
 . 'chá' ou 'razões de marmeleiro' – 'sova, castigo'⁶.

4. O nome comum *marmelada*

A palavra *marmelada* está documentada no século XVI em português, mas deve ser anterior. As receitas do 'Livro' da infanta D. Maria onde a palavra ocorre, são, como disse, reconhecidas como mais antigas por historiadores e filólogos que afirmam que elas "reflectem em geral hábitos alimentares medievais" (MANUPPELA & ARNAUT, 1967: XII, CXXIIIss; TAVANI, 1993: 638) e devem ter sido transcritas nos últimos anos do século XV.

Uma data importante ainda não dicionarizada realço agora – a de 1507 – ano do *Inventário* da Infanta D. Beatriz, mãe do rei D. Manuel, onde são mencionados "25 arratees de *marmellada* em talhadas", p. 90, e "dous queijos de *marmelada*", p. 98. Para mim este é, até agora, o documento mais antigo onde encontrei a palavra.

Em 1512, como depois em 1545, a palavra *marmelada* ocorria também em cartas expedidas de Portugal para a Índia. Os governadores de Goa, Afonso de Albuquerque e João de Castro, receberam de suas famílias caixas de marmelada e isso é referido na sua correspondência particular. O primo de Afonso de Albuquerque, Lopo, escreve-lhe em 12 de Março de 1512 e entre outras notícias do reino, informa-o que a irmã do governador, Isabel de Albuquerque, lhe envia um contentor com caixas de marmelada. Também em 1545 o amigo de João de Castro, Lucas Geraldês, menciona em carta para o governador que a esposa deste, Leonor Coutinho, lhes envia a ele e seus filhos,

⁶ Bluteau 1716 situa o verso de Camões, "marmeleiro me dá arrependimento", na "Eleg. 7, Estanc. 10. Vid. o Comment", mas não o encontroi

algumas delas pelo mesmo navio. É a historiadora inglesa Elaine Sanceau que, muito familiarizada com a documentação portuguesa do século XVI, nos faz esses relatos⁷.

Em 1521 lemos em Gil Vicente, na “Comédia de Rubena”, que o pastor Pedrinho diz a Cismena, filha de Rubena, “Temos tanta marmelada, /que minha mãe m’ há-de dar!” (*Cmp. I*: 382); e em 1527, no “Auto da Feira” escutamos o Diabo, o ‘sages mercador’, que vem vender “cousas vis” e tenta Roma, a protagonista, querendo vender-lhe marmelada, “enganos infindos” e outras “artes de enganar” (*Cmp. I*: 153/157).

No século XVII Domingos Rodrigues (1683) incluí a receita da “Marmellada commã” no cap. IX da sua *Arte de Cozinha*: 144, tendo o conteúdo da receita, como mostrei, servido de base às definições dos lexicógrafos dos séculos seguintes, nomeadamente Raphael Bluteau (1716) no seu *Vocabulário*, V: 337.

Modernamente a palavra *marmelada* ocorre em todos os dicionários portugueses, brasileiros⁸ e não só, também nos escritos dos grandes autores de língua portuguesa, como é o caso de Camilo Castelo Branco (1825-1890), Eça de Queirós (1845-1900) ou de Aquilino Ribeiro (1885-1963). Eça, em *A Ilustre Casa de Ramires*, II, narra como o fidalgo Gonçalo Mendes Ramires, saciando a sua “fome ramírica” numa ceia com os amigos, a termina com “um montão de ladrilhos de marmelada”. E em *O Crime do Padre Amaro*, também o padre os aceita de D. Josefa, responsável pela confecção⁹. O Dicionário de Moraes cita ainda *A Mulher Fatal*, IV: 85, e *A Enjeitada*, 37, de Camilo; e *A Batalha sem Fim*, 8: 193, de Aquilino.

A palavra é usada também em acepções diferentes do seu significado primário e entra em diversos campos semânticos que têm aumentado em número e sido enriquecidos no Brasil, como se pode ver:

(1) (Cul) ‘doce de marmelo’ (Em Portugal: sécs. xv – XXI)

(2) (Pop) ‘coisa fácil, sedutora e tentadora’(G. Vicente 1527, ‘A. Feira’ *Cp* I:153)

⁷ Sanceau, E. 1936; 1944(?) /1957: 204 cita as cartas: de Lopo de Albuquerque (12.Mar.1512) para o primo Governador de Goa: “A Senhora vossa irmã vos envia um caixão com caixas de *marmelada*, o qual vai cheio e pregado...”; e de Lucas Geraldés (Dez.1545) para João de Castro: “A senhora D. Leonor manda a V.S. por este navio um caixão de *marmeladas*”; Sanceau, *ib*: 201 também sugere que Vasco da Gama deve ter levado marmelada para a África e Índia em 1498, mas não documenta.

Sanceau 1946: 277 “Com as cartas do reino também vieram algumas caixas. Uma com marmelada, fora remetida por D. Leonor, embrulhada com grande cuidado para suportar a longa viagem por mar, e fechada hermeticamente, alcatroada nas juntas”.

⁸ Também no Brasil a marmelada tradicional é feita de marmelos cuja cultura lá foi introduzida nos tempos coloniais. No séc. XVIII plantavam-se marmeleiros na Luziania para fazer a prestigiada e famosa marmelada da região de St. Maria. Penso que o nome derivado *marmeleiral* que ocorre em dicionários brasileiros, possa ter surgido aqui.

Recentemente ainda, o cantor Gilberto Gil, actual Ministro da Cultura do Brasil, repetia na cantiga do programa televisivo *Piccapau Amarelo*, trocando a ordem dos frutos e das palavras: “...*marmelada* de banana, bananada de goiaba, goiabada de *marmelo*, tchu bi ru, bi ru...”

⁹ Perguntou D. Josefa ao padre: “-...Então não quer provar da minha *marmelada*? – Provarei, disse Amaro, tomando *um ladrilho* em que cravou os dentes com dignidade. – É’ dos *marmelos* da D. Maria. Saiu-me melhor...” (Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro* (1875)).

- (3) (Pop) 'pechincha, lucro fácil' (Morais; Figueiredo; Aurélio; Acad)
- (4) (Pop) 'troca de intimidades amorosas' (Morais; DCL-B; Acad)
- (5) (Cal.) 'confusão' (Morais; Figueiredo; GEPB)
- (6) (Br, Bot) 'fruto da marmeladeira' (Morais; Figueiredo; GEPB)
- (7) (Br, Bot) 'variedade de capim' (Morais; Figueiredo; Aurélio)
- (8) (Br, Zoo) 'espécie de abelha' (O. Pratt, *RL XVIII*:127)
- (9) (Br, Gir. escolar) 'reprovação em exame, raposa' (Morais; Figueiredo)
- (10) (Br) negócio desonesto; conlúio no jogo (Aurélio; DCL-B).

Da mesma palavra se formaram derivados e expressões como:

- . *marmelada de borra* (J. de Deus) 'm. feita da pele e dos caroços do fruto; m. de segunda categoria'
- . *ladrilhos de marmelada* (Eça) 'quadrados feitos de marmelada mais consistente'
- . *boneca* ou '*chuchadeira de marmelada*' (Camilo, ap. Morais) 'rolinho de pano cheio de marmelada para servir de chupeta'
- . *puddins* ou *queijos de marmelada* (Invent. Da Infanta D. Beatriz)
- . *marmeladão* ou *marmelada-crúa* 'm. rápida feita com açúcar em pó'
- . (Br, Bot) *marmeladeira* 'n. de árvore' (Morais; Figueiredo)
- . (" , ") *marmeladinha* 'n. de fruto comestível' (Morais; Figueiredo)
- . (" , ") *marmelada-brava; m-cachorro; m-de-cavalo; m-vermelha* (Morais; Aurélio)
- . (Pop) (*ficar*) em *marmelada* 'ficar cozido demais', 'ficar esmagado, em papas'
- . (Pop) (*estar*) na *marmelada* 'trocar intimidades amorosas'.

A partir do século XVI, ou talvez antes, muitas línguas europeias¹⁰ importaram a palavra portuguesa *marmelada* com pequenas alterações fonéticas. Directamente da forma portuguesa, surgiram: várias formas antigas inglesas das quais só persistiu *marmalade* (1480 Corom., Alessio; 1524 OED); esp. *mermelada* (1570 *Voc.* de Christoval de las Casas, ap. Corom.); fr. *mer-/marmelade* (1573/1602 ... 1642¹¹ TLF, Larousse, DELF); e (?) it. *marmellata* (1573, 1615 Alessio).

Possivelmente através do inglês ou do alem. *Marmelade* (1597 Kluge, Alessio), a palavra passou às línguas nórdicas: dinam., neerland. e let. *marmelade*, lit. *marmeladas*, sue. *marmelad*; pelo sueco, finl. *marmelaadi*.

Provavelmente pelo francês (e/ou pelo italiano): rom., serv. e croat. *marmelada*, ch. *marmeláde* (Hamplová & al.), gr. mod. *μαρμελάδα*, russ. *мармелад* (Vaser), sardo *marmelada* (Wagner). Desde os finais do séc. XIX há o esperanto *marmelado* (EE-A).

Entretanto ocorreu na Europa um alargamento do significado primário da palavra. Com a descida de preço do açúcar no século XVI, em muitos países europeus se quis

¹⁰ Corominas (s.v. membrillo, nota 4) data o ingl. *marmalade* em 1480, mas não documenta.

Leimgruber-Guth (1968: 84) afirma: "*Marmelada* ist eines der wenigen portugiesischen Wörter, die international geworden sind. Seine Ausbreiten begann in 16. Jahrhundert (vielleicht schon Ende 15. Jhd) und erobert allmählich ganz Europa".

¹¹ A expressão francesa 'en marmelade' com o mesmo significado da expressão portuguesa correspondente, ocorre na fábula "O cavalo e o lobo" de La Fontaine (1668) 1856: 69, vv.30-32: "L' autre [le cheval] ... lui lâche une ruade/ Qui ...lui met en marmelade/ les mandibules, et les dents".

fazer marmelada mesmo sem haver marmelos. Vários outros frutos os substituíram na apreciada confecção, e o nome desta começou a referir também pêssego, morango, ameixa, etc. Há notícia em França deste conceito alargado, o de 'doce de qualquer fruto', e o *Trésor* de César Oudin no início do século XVII, deve ser o 1º documento conhecido a apresentá-lo; de França passou a Espanha (Corom. indica em 1791 e Acad. Española em 1884) e toda a Europa e América do Norte o adoptaram.

Uma outra alteração de significado, o de 'marmelada de laranja', ocorreu em inglês nas últimas décadas do séc. XIX. Os Dicionários de Skeat (1898), OED (1933) 1961, de Chambers (1972) e a *Enc. Brit.*, dizem que a confecção era originalmente de marmelos mas *hoje é* geralmente de polpa de laranja¹².

5. Toponímia

As palavras *marmelada*, *marmelo* e algumas das suas formas derivadas deram origem a catorze **Topónimos** (Hidrónimos, Orónimos e Hodónimos) conhecidos em português, com 77 ocorrências, das quais se localizam 65 em Portugal Continental, uma na Ilha da Madeira, 10 no Brasil e uma na Ilha do Príncipe, STP (cf. *P.A.M.*, S. Lopes, A. Costa, GEPB, VERBO, DOELP, EE-A). Os topónimos do continente português distribuem-se 5 pelos concelhos do Norte (N), 21 pelos do Centro (C) e 39 pelos do Sul (S):

Marmelo – Tomar (C); Sintra, Ferreira do Alentejo (S);

“ 2 orón.s nos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (Br);

“ 2 hidrón.s – Ilha do Príncipe (STP); Estado de São Paulo (Br)

Marmelos – Mirandela (N); Castelo-Branco (C); Alandroal, Alvitto, Serpa (S); Estado do Amazonas (Br);

“ 2 hidrón.s – afl. e ilha do rio Madeira (Br)

Marmela – Torres Novas (C)

Marmelada (hidrón.) – Estado de Minas Gerais (Br)

Marmelal (s. XIII) – Armamar (N); Vila V. de Ródão, Santarém (C); Odemira (S)

Marmelais – Tomar (C)

Marmelar (s. XIII) – Portel, Serpa, Vidigueira (S)

Marmeira / *Marmedeira* (s. X) – Mortágua, Coimbra, Lousã (C); Óbidos, Rio Maior, Estremoz, Arraiolos, Montemor-o-Novo, Portel, Santiago de Cacém, Grândola (S);

“ hidrón. – rib. Mortágua (C)

Marmeiro – Braga, Torre de Moncorvo(dois) (N); Guarda, Sernancelhe, Coimbra (2 hodón.s), Lousã, Idanha-a-Nova, Sertã, Tomar, Caldas da Rainha (C); Chamusca, Alenquer, Loures, Avis, Vila Viçosa, Santiago de Cacém (quatro), Almodôvar, Alcoutim, Loulé (S); Paraná (Br)

¹² OED VI: 177 “Ofen with prefixed word, as *apricot, lemon, orange, quince marmalade*; when there is no word prefixed, *orange marmalade* is now commonly meant”.

- “ hidrón. – Estado de São Paulo (Br)
Marmeleiros – Pampilhosa, S. João da Pesqueira (C); Estremoz, Ourique,
 Loulé (hodón.) (S); Funchal (I. da Madeira)
Marmelete – Monchique (S)
Marmelinhos – Palmela (S)
Marmeleirinho – V. Viçosa, Santiago de Cacém, Odemira (três) (S)
Marmelópolis – Estado de Minas Gerais (Br).

Olhando a um quadro de percentagens referente a Portugal Continental, incluído no Anexo 3, verifica-se que enquanto o Norte contém apenas 7.7 % e o Centro uma percentagem de 32.3, o Sul dispõe de 60% de topónimos derivados do primitivo nome comum. Se adicionarmos os do Centro e os do Sul (92.3 %), pode concluir-se que a grande maioria deles se distribui ao Sul do rio Douro, e muito especialmente pelo Sul do país. Como quase todos estes topónimos são na realidade fitotopónimos, isto é, topónimos derivados de nomes botânicos, correlaciono a intensidade na distribuição das suas ocorrências com a maior existência das espécies botânicas neles referidas no Centro e Sul do país, o que é consequência climática.

Os topónimos *Marmeleira/Marmedeira* e *Marmelar/Marmelal*, estando documentados respectivamente nos séculos X e XIII (DOELP), são prova de que o nome comum primitivo que lhes deu origem já então fazia parte do léxico da língua portuguesa; e a palavra *marmelo* é portanto muito anterior aos documentos até hoje conhecidos (do séc. XVI) onde ela ocorre. Estes nomes de lugar são documentos da Toponímia para a História da Língua.

6. Antroponímia

Do mesmo nome comum primitivo *marmelo* (e formas derivadas) se formaram também doze **Antropónimos** em português, sendo uns nomes de família ou apelidos (Apel.) e outros, alcunhas (Alc.). *Marmelada* está incluída nos doze e é exemplo de antropónimo que ocorrendo primeiramente como alcunha, hoje é também apelido.

Nas *Listas Telefónicas* portuguesas são mencionados sete apelidos num total de 279 ocorrências, assim distribuídas:

<i>Marmelo</i> – MH 0, RP 7, TM 5 (Norte do Douro 12)	
AV 2, CL 19 (Beiras 21)	
CS 7, SN 13, ZN 13 RE 42, CS, LX 10, ZS 25, AT 82, AG 3	
(Sul 185)	subtotal 218
<i>Marmeleiro</i> – MH 1 (N Douro 1)	
AV 1, CL 2 (Beiras 3)	
RE 1, SN 4, ZN 5, LX 2, ZS 5, AT 6 (Sul 23)	subtotal 27
<i>Marmelada</i> – (N Douro e Beiras 0)	
RE 2, CS 3, LX 11, AT 3 (Sul 19)	subtotal 19
<i>Marmeleira</i> – (N Douro e Beiras 0)	
SN 1, ZN 5, AT 5 (Sul 11)	subtotal 11

<i>Marmelete</i> – (N Douro e Beiras 0)	
AG 2 (Sul 2)	subtotal 2
<i>Marmelinda</i> – (N Douro e Beiras 0)	
AT 1 (Sul 1)	subtotal 1
<i>Marmelindo</i> – (N Douro e Beiras 0)	
ZS 1 (Sul 1)	subtotal 1.

Como se vê, do total das ocorrências dos antropónimos, 242 pertencem ao Sul, o que representa uma percentagem de 86.7. Alguns destes apelidos que são simultaneamente alcunhas, bem como outras cinco alcunhas, são mencionados em diferentes épocas, em outras fontes:

- Marmelo* – Alc. no Alentejo, 5 ocorrências (Vasc: 263; DOELP; TAAL)
 Apel. em Portugal e no Brasil (Nascentes II: 363; DOELP)
 Séc XV: João Marmello (1433 – *Monum. Henric. IV*: 230)
 sécs XVII/XVIII (*Fam. Bras.* II: 1434; GEPB)
 sécs XX/XXI (ANP I: 445)
- Marmelo Embuchado* – Alc. no Alentejo (TAAL)
- Marmela* – Alc. (mulher ou filha do *Marmelo* – DOELP)
- Marmeleiro* – Apel., sécs XV? e XVI (DFP; VERBO)
 séc XVII (DOELP)
 séc XIX (GEPB)
 sécs XX e XXI (GENEA)
- Marmeleira* – Alc. no Alentejo (TAAL)
- Marmelista(s)* – Alc. gentílica dada aos habitantes de Santarém pelos seus vizinhos da Ribeira (Morais; Figueiredo; GEPB)
- Marmelado* – Apel, antiga Alc. (DOELP)
- Marmeladinhos* – Alc. no Alentejo (TAAL)
- Marmelete* – Antiga Alc.? e Apel.(DOELP)
- Marmelada* – Alc e Apel (Vasc: 271; DOELP; Ferr. & Ferr. 1996; DAA;TAAL).

7. O Antropónimo *Marmelada*

Não é estranho que o nome *marmelada* tenha produzido uma alcunha. Com efeito, assim como a brandura, a suavidade, a doçura ou a sedução da famosa compota são usadas como termos metafóricos no léxico comum, também essas características foram consideradas belas sugestões para classificar atitudes e comportamentos humanos, ao produzir um novo Nome para atribuir a alguém. A alcunha passou depois a apelido ao ser registada civilmente, como aconteceu com outras.

Depois da alcunha *Marmelo* encontrada em Nisa, J. L. Vasconcellos (1928: 263 e 271) registou igualmente *Marmelada* como apelido e como “alcunha alusiva a comidas e bebidas”. Encontrou-a também como nome de firma comercial, ou ergónimo, de Lisboa em 1792.

Foi, sem dúvida, João de Deus (1830-96) quem celebrou a alcunha *Marmelada*, quando ainda estudante a atribuiu, com os colegas, a um lente de Teologia da Universidade de Coimbra que dava muitas reprovações. (Parece haver aqui alguma relação semântica entre marmelada/ 'raposa, mau resultado no exame', como existe no Brasil). O DAA cita até o nome desse professor, que não repito por razões éticas. Dando-lhe o título de "Marmelada", ['servida'] em dois "pires" ou partes, João de Deus escreveu um longo poema satírico de sessenta e cinco estrofes, atacando o professor com toda a espécie de irreverências e impropérios de que a sua juventude foi capaz. Aqui cito alguns versos:

"... Deves fazer penitência,/ *Marmelada*, do que fazes;
 Bem vês que somos rapazes,/ Podemos-te ir aos fagotes.

...

No teu caso não se mete/ Ninguém em tais andaduras:
 Pôr RR nas creaturas/ Que te aturaram um ano!

...

Ah *Marmelada*... chicória!/ Bicho intruso em espécie humana!
 Espantalho de sotaina/ E... não sei que mais te chame.

...

Meu *Marmelada de borra!* ..."

[*Campo de Flores*, II, Poemetos: "Marmelada" pp.170-181].

A alcunha é também incluída no *Tratado das Alcinhas Alentejanas* da autoria de F. Ramos e C. Silva (2002), referindo-se a 'homem que é muito guloso' e 'homem que anda com muitas mulheres' e foi encontrada em Aljustrel (duas ocorr.), Monforte, Campo Maior e Portalegre.

A alcunha *Marmelada* de Loulé (Algarve), foi recolhida há anos (Ferreira & Ferreira 1996) e faz parte de uma lista de cerca de quatrocentas que então classificámos em dez categorias. Incluímo-la na subcategoria das características psicológicas, com 33.1 %, dentro da categoria das características individuais que representava 42.4 % do total das ocorrências. Tinha sido atribuída a um homem do nosso conhecimento que: (a) gostava muito de doces, era muito guloso e talvez por isso tivesse o hábito, discreto mas repetido, de cuspinhar para os lados; (b) tinha um coração terno e meigo, especialmente com mulheres a quem tinha o hábito de tocar no braço enquanto lhes falava. Um filho seu terá herdado a alcunha. No pai, classifico-a como uma *alcunha individual, masculina, adquirida, referencial, gastronómica e comportamental*. No filho passará a ser *herdada*, em vez de *adquirida*.

8. Conclusões

A alcunha *Marmelada* tem como muitíssimas vezes acontece, origem num nome comum e mantém com este apesar da sua referência onomástica própria, uma parte de sobreposição do conteúdo semântico.

Não restam dúvidas de que o nome comum *marmelada* é de origem portuguesa. Embora se saiba que é palavra do século XV, hoje a sua atestação mais antiga é de 1507 (*Inventário* da Infanta D. Beatriz). Da língua portuguesa irradiou para a maioria das línguas europeias no século XVI.

A palavra *marmelo* e formas derivadas deram origem a 14 topónimos em Portugal Continental, com 32.3% das suas 65 ocorrências localizadas no Centro, e 60% localizadas no Sul. As mesmas formas, incluindo *marmelada*, originaram 12 antropónimos, apelidos e alcunhas.

Os apelidos que ocorrem nas *Listas Telefónicas* portuguesas têm uma representação de 86.7% nos concelhos do Sul.

A alcunha recolhida em Loulé encontra-se também noutros centros populacionais do Sul, nomeadamente no Alentejo.

Referências Bibliográficas:

- Acad. = *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Academia das Ciências de Lisboa. 2 vols. Lisboa: Verbo 2001
- ALESSIO, Carlo B. G. (1952) *Dizionario Etimologico Italiano*. Firenze: G. Barbera
- ANP = *Anuário da Nobreza de Portugal*. Dir. Manuel M. Correia. Lisboa: IPH 1985
- AURÉLIO = *Novo Dicionário AURÉLIO da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1986
- BLUTEAU, Raphael (1716) *Vocabulário Portuguez e Latino*. Lisboa: Off. de Pascoal da Sylva
- CHAMBERS *Etymological English Dictionary* ed. by A. M. MacDonald. Edinburgh and London: W & R Chambers Lt 1972
- COELHO, Horta = COELHO, Manuel de Ávila (Frei Pedro) (1962) "Vocabulário Regional das Ilhas do Faial e Pico". *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 3, nº 1 (1962): 55-139; nº 2 (1963): 231-390
- COSTA, Américo. *Diccionario Chorograph. de Portugal Cont. e Insular*. 12 vols. Porto: Civilização 1929/49
- DAA = *Dicionário das Alcinhas Alfacinhas*. Autor desconhecido. Introd. e notas de F. Santana. Ed. do Grupo 'Amigos de Lisboa'. Lisboa: Livros Horizonte 2001
- DCL-B = VILLAR, Mauro S.. *Dicionário Contrastivo Luso-Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed Guanabara 1989
- DELP = MACHADO, José P. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 5 vols. 3ªed. Lisboa: Livros Horizonte 1977
- DEUS, João de (1830-1896). *Campo de Flores*. 8ª ed. vol. II. Lisboa: Bertrand s/d.
- DFP = *Dicionário das Famílias Portuguesas* de Luiz L. TÁVORA. 2ª ed. Lisboa 1999
- DOELP = MACHADO, José P. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. 3 vols.. Lisboa: Confluência s/d [1984]
- EE-A = *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*. 70 vols + 33 Ap e Sup. Bilbao, Madrid, Barcelona: Espasa-Calpe S.A., s/d

- Fam. Bras. = *Dicionário das Famílias Brasileiras* de Carlos A. BARATA e António H. C. BUENO. São Paulo: Originis-X
- FERREIRA, J.-R. & V.G. FERREIRA (1996) "Personal Nicknames in Loulé, Portugal". Nicolaisen, W.F.H., ed. (1998) *Proceedings of the XIXth International Congress of Onomastic Sciences* – Aberdeen University, 3: 124-130
- FIGUEIREDO, Cândido de (1939) *Dicionário da Língua Portuguesa*. 2 vols. 24ª ed. Lisboa: Bertrand 1991
- GARCIA, Constantino (1985) *Glosario de voces galegas de hoxe*. Sant. de Compostela: Universidade
- GENEA = [http:// Genealogia.sapo.pt](http://Genealogia.sapo.pt)
- GPB = *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. 37 vols + 3 Apend. + 10 Actualizações. Lisboa/ Rio de Janeiro 1935/60 + Livros do Ano
- GOMES FILHO, António (1963) *Um tratado de cozinha portuguesa do século xv*. Ed. facsimilada. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro
- HAMPLOVÁ, S. & J. JINDROVÁ (1997) *Česko – Portugalský Slovník*. Leda *Inventário da Infanta D. Beatriz*. 1507 – Publicação de A. Braamcamp Freire em *Arqueólogo Hist. Português*, IX: 64-110. Lisboa 1914.
- ISIDORO de Sevilha (San) (560?-636) *Etymologiarum/Etimologias*. Ed bilingue Lat./Cast. de J. Oroz R. e M. A. Marcos C.. 2 vols. Madrid: Bib. Autores Cristianos 1983
- KLUGE, Friedrich. *Etymologisches Wörterbuch der Deutsche Sprache*. 17ªed. Berlin 1957: Gruyter & Cº.
- KOUZNETSOVA, Lidia (2004) "Interkulturelle Aspekten der Namengebung im Mittelalter auf der Iberischen Halbinsel". *Network for Intercultural Onomastics*. NIO-online.net
- LA FONTAINE, Jean de (1668) *Oeuvres Complètes*. Paris: J. Bry Ainé 1856
- LAROUSSE = *Grand LAROUSSE de la langue française*. 7 vols. Paris: Larousse 1975
- LEIMBRUGER-GUTH, Veronika (1968) "Katalanisch *Codonyat*, Portugiesisch *Marmelada* – Ihr Schicksal nach den Kochbüchern des fünfzehnten und sechzehnten Jahrhunderts" *Est. Românicos* (Barcelò IEC) XVIII: 75-94
- Listas Telefónicas* – PT Comunicações, Lisboa 2004: AG=Algarve; AT=Alentejo; AV=Beiras–Aveiro/Viseu/Guarda; AZ=Açores; CL=Beiras–Coimbra/Leiria/Castelo-Branco; CS=Linha de Cascais; LX=Lisboa; MA=Madeira; MH=Minho e Douro Litoral; RE=Ribatejo e Estremadura; RP=Região do Porto e Sul do Douro; SN=Linha de Sintra; TM=Trás-os-Montes e Alto Douro; ZN=Zona a Norte de Lisboa; ZS=Margem Sul do Tejo.
- LOPES, João-Baptista da Silva (coord) *Diccionario Postal e Chorographico do Reino de Portugal*. 3 vols. Lisboa 1891/4: Imprensa Nacional
- MADOZ, Pascual (1845-50) *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus Posesiones de Ultramar*. Ed. fac. da de Madrid 1845-50. Valladolid: Ambito Ed. 1984-88. 17 vols + 2 tomos (Valência).
- MANUPPELLA, G. & S. D. ARNAUT (ed. lit.) (1967) *O "Livro de cozinha" da Infanta D. Maria de Portugal*. Coimbra: Universidade.

- MOLINER, María. (1986) *Diccionario de uso del Español*. 2 vols. Madrid: Gredos
- Morais ¹⁰ = MORAIS e SILVA, António. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 10^a ed. 12 vols. Lisboa: Confluência 1949-59
- OED = *Oxford English Dictionary* (1933) reimp.1961 + Suppl.1976-82.. 2^a ed. 20 vols. Oxford: Clarendon Pr.
- P.A.M = *Portugal Antigo e Moderno – Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico*. Por Augusto S. de PINHO LEAL (1873ss). Edição facsimilada no 1^o centenário da sua publicação. Lisboa: Tavares Cardoso e Ir.
- PAULY & G.WISSOVA. *Real – Encyclopädie der Class. Altertumswissenschaftl.* Stuttgart: J.B. Metzlersche 1932.
- POLANAH, Luís (1986) “O estudo antropológico das alcunhas”. *RL*. Nova Série 7: 125-145
- PRATT, Oscar (1912) “Notas à margem do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*”. *RL* XVIII (1915): 65-162
- RAMOS, Francisco M. & Carlos A. SILVA (2002) *Tratado das Alcinhas Alentejanas*. Lisboa: Colibri.
- RL = *Revista Lusitana*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- RODRIGUES, Domingos (1683) *Arte de Cozinha*. Lisboa: Off. João Galvão
- SANCEAU, Elaine (1936) *Indies Adventure – The amazing career of Afonso de Albuquerque, Captain-General and Governor of India (1509-1515)*. London and Glasgow: Blackie & Son Ld
- SANCEAU, Elaine (1944?) “Os heróis e a marmelada”. *Casos e Curiosidades*: 201-5. Porto: Tp Gonçalves 1957
- SANCEAU, Elaine (1946) *D. João de Castro*. Trad. portuguesa. Porto: Civilização
- SKEAT, Walter W. *An Etymological Dictionary of the English Language*. 3rd ed. Oxford: Clarendon Press 1898
- TAAL – vd. RAMOS, Francisco M. & Carlos A. SILVA (2002)
- TLF = *Trésor de la Langue Française – Dictionnaire de la Langue du 19e et du 20e siècle élaboré par le CNRS (1789-1960)*. 15 vols. Paris: Gallimard 1985
- VASCONCELLOS, J. Leite (1928) *Antroponímia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional
- VASER, Max (1979) *Russisches Etymologisches Wörterbuch*. Heidelberg: Carl Vinter – Universitäts Verlag.
- VERBO = *VERBO – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: ed Verbo 1971
- VICENTE, Gil (1465-1536) *Compilaçam de todas as obras...* 2 vols. Ed. de M. Leonor C. BUESCO. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda 1983
- WAGNER, Max. *Dizionario Etimologico Sardo*. 3 vols. Heidelberg: C. Winter 1962

A HISTÓRIA 'DOCE' DE UMA ALCUNHA DO SUL: MARMELADA

Marmelo e form. deriv. = **TOPÓNIMOS**

	PORTUGAL (N + C + S + M)	PALOPs (A)	BRASIL (Br)	ESPAÑHA (Es)	Outr Reg.
Marmelo (hidrón.)	Tomar (C); Sintra, Ferr. do Alentejo (S)	Ilha Principe, STP	Es. Rio de Jan. e de Minas Ger. E. São Paulo		
Marmelos (hidrón.)	Mirandela (N); Castelo-Branco (C); Alandroal, Alvito, Serpa (S)		E. Amazonas Rio Madeira (dois)		
Marmela Cst. Marmelá	Torres Novas (C)			Tarragona	
Marmelada (hidrón.)			E. Minas Ger.		Haiti
Fr. Marmelade Marmelal s. XIII	Armamar (N); Vila Velha de Ródão, Santarém (C); Odemira (S)				
Marmelais Marmelar s. XIII	Tomar (C)				
Cst. de Abajo Cst. de Arriba	Portel, Serpa, Vidigueira (S)			Burgos	
Marmeleira s. X (hidrón.)	Mortágua, Coimbra, Lousã (C); Óbidos, Rio Maior, Estremoz, Arraiolos, Montem.-o- Novo, Portel, Sant.- Cacém, Grândola (S) Rib. Mortágua (C)		E. Paraná		
Marmeleiro (hidrón.)	Braga, Tor. de Moncorvo (dois) (N); Guarda, Semançelhe, Coimbra (2 hidón s), Lousã, Idanha-a-Nova, Sertã, Tomar, Cal. da Rainha (C); Chamusca, Alenquer, Loures, Avis, Vila Viçosa, Sant.- Cacém (quatro), Almodôvar, Alcoutim Loulé (S)		E. São Paulo		
Marmeleiros	Pampilhosa, S. João da Pesqueira (C); Estremoz, Ourique, Loulé (hidón.) (S) Funchal (M)				
Marmelete	Monchique (S)				
Marmelinhos Marmeleirinho	Palmela (S) Vila Viçosa, Santiago de Cacém, Odemira (M-de-Cima, M-do- Meio e M-de-Baixo) (S)				
Marmelópolis			E. Minas Ger.		
Cst. Membrillo Alto Cst. Membrillo Alto				Huelva	
" Bajo Cst. Membrilla				Ciudad Real	
TOTAL = 84	Portugal = 66 (65 + 1) (N = 5; C = 21; S = 39) (M = 1)	A = 1	Br = 10	Es = 6	1
PERCENT. PORT. CONTINENTAL		NORTE	CENTRO	SUL	
65 = 100%		7.7	32.3	60.0	

Marmelada de dona J^a

tomarao quatro a batas de marmelo
 cinco de acuguar / Dos marmelão
 de ser cozido na goa ou de acuguar
 ou como quizer / Se for na
 goa haõ de ser cozido a fogo
 baçados des q' for cozidos / Quando
 se pisar haõnos de parte e talla
 das de pois da paradas / Esta haõ de
 ser coada por humã jureira / Des q'
 o acuguar for claro / Quando ponha
 se no fogo para fazer pote da
 haõ acabando de coar haõ de se fur
 a goa de frol e de fazer pote

Seja como se sinha e molhe
 lamelas os marmelo e desfilados
 no acuguar para se fazer como
 haõ de se fazer / Quando se fur
 a cozeria ate q' se despidu do
 frol /

CAPITULO. IX. & ult.

De doces de frutas.

PRIMEIRO PRATO.

Marmellada commua.

Cortados os marmellos em quartos, limpos, & aparados sem caroço, nem grainha, ponhão-se a cozer, depois de cozidos passem-se por hũa pineyra ralla: deyte-se em dous arrarês de assucar em ponto de alambre grosso hum arratel de massa: como estiver muito bem desfeita a massa no assucar, ponhate o tacho no lume hum nada em quanto ergue fervura, tirese do lume, deite-lhe ambar, ou almiscar se quizerem, deite-se nos covilhetes, & ponhate a córar ao Sol.

Do mesmo modo se faz marmellada de cambray, deitando-lhe mais hum arratel de assucar, que he a dous arrates de massa tres de assucar.

2. Mar-

A natureza do clítico de reflexividade do tipo *se*: evidência do Caboverdiano

Maria Alexandra Fiéis e Fernanda Pratas¹
Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa

0. Introdução

A. O presente trabalho assenta sobretudo em dados do Português Europeu (PE) e do Caboverdiano (CV)² e tem dois objectivos distintos:

- (i) procurar dar conta da ausência de um morfema de reflexividade do tipo *se* em Caboverdiano, mostrando como a leitura reflexiva nesses contextos depende das propriedades internas (semânticas) dos predicados;
- (ii) mostrar que algumas diferenças na arquitectura da frase, em CV e em PE, sustentam a ausência desses morfemas, na primeira língua, enquanto os tornam obrigatórios em determinados contextos, na outra.

B. Se estes objectivos forem cumpridos, esperamos poder apontar uma nova via para o estudo de algumas formas clíticas em PE, nomeadamente no que respeita à distinção entre os clíticos do tipo *se* (argumentais e não argumentais).

C. As propostas teóricas da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz, 1993; Embick & Noyer, 2001) enquadram este nosso trabalho comparado, articulando princípios da semântica lexical (estrutura argumental e grelha temática dos predicados), da semântica composicional (interpretação da frase) e restrições de ordem sintáctica (arquitectura da frase) para dar conta de fenómenos que consideramos serem operados no módulo pós-sintáctico, na componente morfofonológica da gramática.

1. Os dados e o problema

Diversos contextos verbais que em PE ocorrem com um clítico reflexivo do tipo *se* (diferente da expressão anafórica, não clítica, do tipo SELF, *a si mesmo*), ocorrem em CV sem uma marca morfológica de reflexividade.

Este problema não inclui o *se*-nominativo (um dos casos de *se*-impessoal, como em *Vende-se casas*), de natureza argumental, nem o *se*-passivo (como em *Vendem-se casas*), de natureza quase-argumental (Duarte, 2001).

¹ Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia: SFRH / BD / 11064 / 2002.

² Variedade de Santiago, com dados recolhidos nas localidades Flamengos, concelho de São Miguel, e Picos de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina.

Ambas as construções correspondem, em CV, a uma estrutura de tipo passivo impessoal (1) ou de tipo existencial (2):

- (1) Kasas ta bendedu.
Casas TMA vender.PART.PASS
São vendidas casas.
- (2) Ten kasas pa bende.
Tem casas para vender.
Há casas à venda.

Nenhuma destas construções parece trazer portanto evidência para a investigação da natureza do morfema de reflexividade nos casos expostos neste artigo, pelo que esse será um tópico a abordar em trabalhos futuros.

Voltando ao contraste acima referido entre o PE e o CV, a ausência de um morfema do tipo *se* verifica-se em CV em alguns contextos que em PE apresentam um clítico tradicionalmente considerado de natureza argumental.³ De (3) a (5) apresentamos exemplos comparativos.

Contextos reflexivos:

- (3) a. Pedru laba mo
O Pedro lavou as mãos
b. Pedru laba
O Pedro lavou-se
- (4) a. Pedru fri-l
O Pedro feriu-o
b. Pedru fri
O Pedro feriu-se
- (5) a. Djon perdi dinheru
O João perdeu o dinheiro
b. Djon perdi na tenpu
O João perdeu-se

Seguem-se outros predicados reflexivos, aqui sem a entrada transitiva.

- (6) Eder xinta pamodi e bai kumi
O Eder sentou-se porque vai comer
- (7) Irina dja pentia.
A Irina acaba de se pentear.

³ Referimo-nos a este morfema como sendo do tipo *se*, forma que ocorre quando se trata da 3sg, mas também a *me*, *te*, etc., desde que estes clíticos sejam co-referentes com o sujeito da oração (independentemente do papel temático deste).

E outros, com os chamados *se* não-argumentais (ditos *se*-anticausativo (8) e *se*-inerente (9)).

- (8) a. Porta abri
A porta abriu(-se)
b. Vidru kebra
O vidro partiu(-se)
- (9) Maria ngana na konta
A Maria enganou-se nas contas⁴

Os contrastes exemplificados acima apontam para duas hipóteses de análise:

Hipótese 1: o CV (como o Inglês) não dispõe destes morfemas no seu léxico, e por isso não pode usá-los (pouco explicativo).

Hipótese 2: na linha do que defendem Levin & Rappaport Hovav (1995), e.o., são as propriedades do âmbito da semântica lexical que permitem dar conta das diferenças encontradas entre alguns predicados, com consequências no ordenamento dos constituintes na frase.

Aliás, este é um tipo de variação que é, não só intralinguística, mas pode ser verificada de língua para língua. Por exemplo:

- (10) a. Jean a brûlé la maison.
'O João queimou a casa'
b. La maison a brûlé.
'A casa ardeu' (lit. A casa queimou)
- (11) a. Sortez la voiture du garage.
'Tirem o carro da garagem' (lit. Saiam o carro da garagem)
b. Jean est sorti.
'O João saiu'
c. Il nous a sorti dès lors à peu près toute sa psychologie. (cf. Grévisse 1993: 419)
'Ele saiu-se-nos logo com quase toda a sua psicologia'
- (12) a. Personne ici ne serait capable de me tomber.
'Ninguém aqui seria capaz de me derrubar.' (lit. ... seria capaz de me cair)
b. Jean est tombé.
'O João caiu.'
c. Les gens à cheval doivent avoir tombé le taureau avant d' arriver à cette limite. (cf. Grévisse Idem)
'As pessoas a cavalo devem ter derrubado o touro antes de chegar àquele limite.' (lit. ...devem ter caído o touro)

⁴ Note-se que esta entrada pode admitir redobro em PE – *A Maria enganou-se a si própria* – e ocorrer em CV com uma anáfora do tipo SELF – *Maria ngana si kabesa* –, mas teriam uma leitura diferente da apresentada em (9). Em (9) temos um sujeito-Paciente e neste caso teríamos um sujeito-Agente.

Em suma, há verbos com diferentes valores semântico-lexicais associados, e essas diferenças podem ser encontradas quer intralinguisticamente quer entre línguas diferentes, como o PE e o francês, ambas línguas românicas.

2. Propostas anteriores

A. Quanto à ausência do morfema *se*.

Reinhart (1996, 2000, 2001) propõe que em algumas entradas verbais do inglês existe redução lexical (como *Max washed* – redução do argumento interno –, resultando numa entrada de tipo reflexivo; e *Lucie rolled* – redução do argumento externo –, resultando numa entrada de tipo inacusativo).⁵

No entanto, ficam por explicar os casos como os do PE, em que o clítico está presente e é sumariamente assumido como um vestígio do caso acusativo deixado na operação de redução.

B. Quanto ao morfema *se* em PE (alguns contextos)

Em Duarte (2001), numa abordagem essencialmente sintáctica, é proposto que os clíticos argumentais – pronominais e anáforas –, pelo facto de assumirem referência definida, seriam núcleos de DPs inseridos por *Merge* em posições θ -marcadas internas a VP:

$$(13) [_{IP} [_{VP} V \dots [_{DP} [_{D^0} CL] \dots]]] / [_{IP} [_{VP} [_{DP} [_{D^0} CL] V \dots]]]$$

(Duarte, 2001: 143)

Enquanto que os anticausativos e os inerentes (ambos não-argumentais), sem qualquer estatuto referencial, seriam inseridos por *Merge* na posição de núcleo funcional Asp (sintagma aspecto), conforme os traços que este contém (traços de inacusativização no primeiro caso, e de diátese médio-passiva no segundo):

$$(14) [_{IP} [_{DP} \text{Os copos}] i \dots [_{InacusP} [_{Inacus} se] [_{VP} [_{V'} V t_i]]]]$$

(Idem: 144)

⁵ Em Pratas (2002, 2004) esta proposta foi aplicada aos dados do CV acima expostos. Ela pretende dar conta da violação, em *Max washed* (com a leitura 'O Max lavou-se'), da condição B da Teoria da Reflexividade dos Predicados (Reinhart & Reuland, 1993). Recorde-se que as condições A e B desta teoria, que vêm reformular as condições da Teoria Standard da Ligação (Chomsky, 1981, 1986), predizem o seguinte:

A Um predicado sintáctico [apenas V] marcado reflexivamente é reflexivo.

B Um predicado semântico [pode ser V, N ou P] reflexivo é marcado reflexivamente.

Em certos contextos, uma preposição ou um nome podem funcionar como predicados semânticos, projectando dois argumentos que, quando co-referentes, requerem a marca de reflexividade. Em (i) temos o exemplo apresentado por Reinhart & Reuland, que mostra a preposição *over* como predicado semântico. Os exemplos com Ns são mais complexos, daí não caberem no âmbito deste trabalho.

(i) Max rolled the carpet, over * it_i / itself_i / him.

Nesta análise, uma projecção funcional acima de VP, Asp, codifica os traços de *aktionsart* e de diátese do VP, mais concretamente de diátese médio-passiva nos casos em discussão. Uma análise mais exaustiva, mas na mesma linha, como a que é apresentada em Duarte, Matos & Gonçalves (2001) defende a existência de categorias funcionais específicas para cada subtipo de clítico.

No entanto, fica ainda por explicar a razão pela qual os clíticos reflexivos se distribuem por construções tão diversificadas, como as construções ditas reflexivas (*O João lavou-se*), anticausativas (*A porta abriu-se*) e reflexivas inerentes (*A Maria riu-se*). Para não mencionar as ditas impessoais (*Vende-se casas*) e passivas (*Compraram-se mais carros durante o Verão*) que, como referimos, não estão em discussão no presente trabalho⁶.

3. A nossa proposta

A. Assunções prévias

i. O quadro teórico da Morfologia Distribuída (MD).

Uma análise no quadro da MD remete o contraste verificado para o módulo morfológico, que ocorre pós-sintacticamente, ao assumir que nem todas as sequências ou movimentos de constituintes resultam de operações ocorridas exclusivamente na componente sintáctica da gramática. Na Sintaxe são gerados e movidos nós terminais de acordo com princípios sintácticos e o seu resultado vai ser, por sua vez, o *input* de um domínio morfofonológico, onde ocorrem outras operações que obedecem a princípios próprios. O que não é construído na Sintaxe é, portanto, construído depois da Sintaxe, na Morfologia, que compreende uma série de operações que ocorrem no ramo PF, a seguir ao ponto em que a derivação sintáctica se bifurca em PF (forma fonológica) e LF (forma lógica). Um morfema é, assim, um átomo da representação morfossintáctica; é o nó terminal (sintáctico ou morfológico) e o seu conteúdo, e *não* a expressão fonológica desse terminal (esta, a expressão fonológica de um morfema, é o expoente, ou parte de um item vocabular). O conteúdo de um morfema (abstracto) activo na sintaxe consiste, assim, no conjunto de traços sintáctico-semânticos extraídos de um conjunto disponível na Gramática Universal.

ii. O parâmetro de Split,IP, com valor positivo em PE e negativo em CV

O parâmetro de Split,IP, proposto em Bobaljik (1995), tem valor positivo em PE (IP domina outras projecções funcionais máximas como TP, AgrP, AspP, etc.) e valor negativo em CV (como em Inglês). Em CV, os traços de Acordo (Agr), Modo (Mood) e Aspecto (Asp) são realizadas em T (Tempo), sob a forma de um ou mais Itens Vocabulares (IV). Estes são núcleos em sucessiva adjunção, sempre com a etiqueta T, com um comportamento idêntico ao dos advérbios (Costa & Pratas, 2003; Pratas, 2004).

⁶ Para uma análise mais detalhada sobre estas construções, veja-se Loureiro (2003).

ii. Os papéis- θ como traços

A ideia, defendida por Hornstein (1999), de que os papéis- θ são traços que legitimam o movimento é crucial para a nossa proposta. Esta análise tem por base a rejeição do critério- θ , que proibia o movimento de constituintes de uma posição- θ para outra. Assumindo esta rejeição, é possível legitimar a ocorrência na frase de DPs com mais de um papel- θ . Como veremos, os dados empíricos sustentam essa hipótese.

B. A estrutura da frase

Para o PE, assumimos que a arquitectura da frase, partindo de Duarte (2001), inclui um núcleo funcional (Refl, nuns casos, e Caus. ou Voz, noutros casos – e não apenas Asp, como propõe a autora), onde é inserido, no módulo pós-sintáctico, o morfema do tipo *se*. Em CV, como esta categoria não é projectada, não há lugar para a inserção deste tipo de morfema.

A interpretação da frase depende, assim, não só da semântica dos predicados mas também da sua composição (uma leitura reflexiva, por exemplo, é induzida em CV com certos predicados sempre que não é realizado um argumento interno, excluindo portanto a leitura transitiva).

C. Vantagens

A nossa proposta permite uma análise unificada para os diferentes tipos de clíticos: argumentais (que deixam de poder ser considerados como tal) e não-argumentais. Passamos assim a considerar não-argumentais todos os clíticos do tipo *se*.

A reforçar esta ideia de que os morfemas do tipo *se* (por contraste com os reflexivos do tipo SELF) não são argumentais, saliente-se o facto de a dicotomia entre argumentais e não-argumentais não ser clara também para outros autores. Para Duarte (2001), e.o., os reflexivos inserem-se no grupo dos argumentais (por poderem ser redobrados), enquanto que, para Cinque (1988), por exemplo, são não-argumentais porque não podem sofrer passivização.

As ditas leituras reflexiva – a) *O Pedro lavou-se*; inerente – b) *A Ana zangou-se*; ou anticausativa-inacusativa – c) *A porta abriu-se*, são possíveis em Inglês e em CV sempre que esses predicados surgem em entradas aparentemente mono-argumentais. Estas leituras são possíveis por razões que se prendem com as propriedades internas (semânticas) dos predicados acima, como se pode verificar pelo contraste com, por exemplo, *mata/matar/kill*, que em CV e em Inglês precisa de uma anáfora do tipo SELF para ter uma leitura reflexiva: *Djon mata *(si kabesa)*; *John killed *(himself)*.

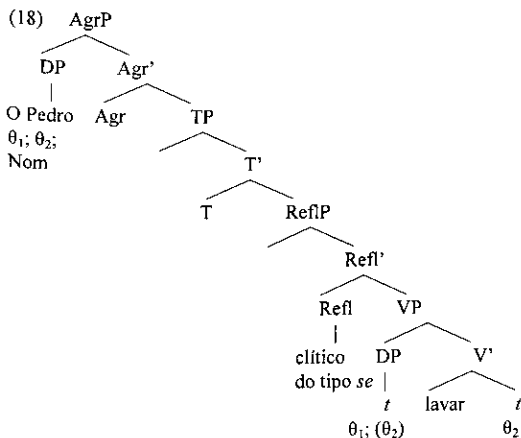
Em a) *O Pedro lavou-se*, o sujeito acumula o papel temático externo, Agente, e interno, Tema; estes verbos podem também apresentar entradas transitivas regulares, em que os papéis temáticos são atribuídos a argumentos distintos. Nas entradas reflexivas, porém, a representação semântica mostra que os dois argumentos coincidem: *O Pedro λ x [x lava x]*.

Nas entradas ditas inerentes, como b), *A Ana zangou-se*, apenas o papel temático interno, Experienciador, é atribuído. Embora não possamos ter uma estrutura de tipo

passivo com o verbo *zangar* (ex.: *A Ana foi empurrada* / **A Ana foi zangada*), temos uma informação semântica que envolve uma causa ou agente externo não expressos na frase: *Fizeram a Ana zangar-se*, ou *A Ana ficou zangada por/com....* Contudo, com reflexivos inerentes, como com verbos do tipo de *comportar(-se)*, isto não acontece: o papel temático atribuído é, neste caso, o de argumento externo, nomeadamente, o de Agente.

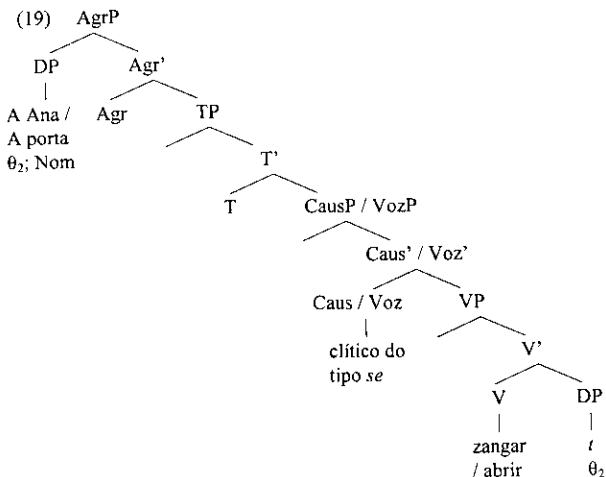
E c), *A porta abriu-se*, apenas o papel temático interno – neste caso o de Tema – é atribuído, com a particularidade de estes predicados terem entradas transitivas correspondentes.

Representações sintáticas. Em (18) e (19) para o PE, e em (20) a (23) para o CV.



- *O Pedro* pode acumular 2 papéis- θ , em aparente violação do Critério- θ , pelo que terá de receber o papel- θ Tema na sua posição de base (argumento interno), sendo subsequentemente movido (por cópia e apagamento) para a posição de Spec, VP;
- aí recebe / absorve o papel- θ Agente, o que é justificado pela co-referência entre os dois argumentos;
- dotado dos dois papéis- θ , este constituinte move para a posição de Spec, IP, onde recebe caso nominativo (ao contrário do que propõe Reinhart, não há assim uma redução da valência do verbo, que continua a ser um predicado de dois lugares);
- o caso acusativo pode não ser atribuído, se assumirmos que a sua atribuição ocorreria numa fase posterior da derivação.

- em PE, dada a disponibilidade de um núcleo funcional para o efeito, é inserido pós-sintacticamente, na componente morfofonológica da gramática, o clítico do tipo *se*, um morfema co-referente com o sujeito (que, portanto, pode assumir a forma morfológica relativa a qualquer pessoa/número e reflectir o caso acusativo - uma pista para considerarmos que o caso acusativo em PE é absorvido por este morfema).



- do mesmo modo que no anterior, este clítico do tipo *se* é um morfema co-referente com o sujeito e é inserido pós-sintacticamente, na componente morfofonológica da gramática.
- ao contrário do que acontece em (18), em (19) não há acumulação de papéis-θ. O papel-θ interno (Tema, neste caso) é o único atribuído pelo verbo, numa estrutura mais próxima de uma passiva;
- não há violação do filtro do caso: o argumento interno é obrigatoriamente movido para a posição de Spec, IP, onde recebe caso nominativo. Exactamente o que acontece nas estruturas passivas.

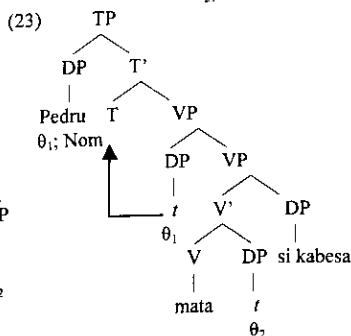
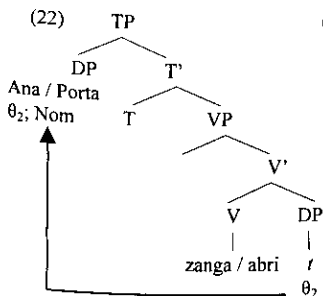
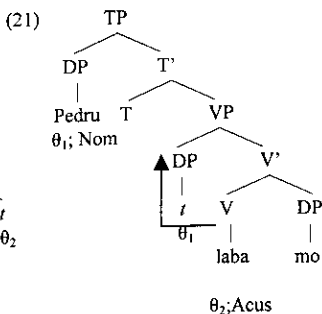
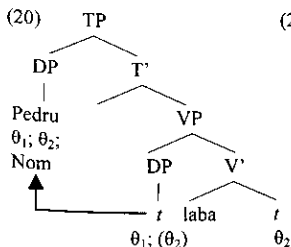
Uma análise na perspectiva da semântica composicional mostra que, ao contrário de uma primeira evidência, esta não é uma entrada de tipo inacusativo: semanticamente, temos informações/intuições sobre a relação que é estabelecida pelo predicado, entre o

único argumento projectado e ainda uma qualquer causa ou agente (papéis- θ externos) exteriores não expressos na frase, mas cuja existência é sugerida, precisamente, pelo clítico *se*.

Para Kayne (1988) e Pesetsky (1995) este clítico assinala a presença, na sintaxe, do argumento externo, como argumento a favor de uma análise inacusativa destas construções. No entanto, a nossa proposta difere desta, na medida em que o morfema *se* é inserido pós-sintacticamente, além de que consideramos que o único argumento para apontar estas construções como inacusativas é o de que têm um sujeito derivado.

A comparação com verbos inacusativos, para tentar mostrar um possível contraste, não seria aqui produtiva, uma vez que os testes para tentar “isolar” a inacusatividade não conduzem a resultados idênticos em todos os verbos amplamente considerados inacusativos. Estamos a referir-nos, por exemplo, ao par de contraste: *A porta foi aberta* / * *A árvore foi caída*, em que considerásemos a agramaticalidade desta última passivização uma prova da inacusatividade de *cair*.

Relativamente ao CV, observem-se as seguintes representações:



- a leitura reflexiva em (20) depende do contraste com a estrutura esperada de um verbo transitivo, como em (21);
- a ausência de um DP – que aqui representamos como um vestígio do DP movido por cópia e apagamento (à semelhança do que acontece em PE) – na posição de argumento interno do verbo induz a única interpretação possível: aquela em que o sujeito e objecto da frase coincidem;
- o DP sujeito, movido para Spec, TP (a única projecção funcional máxima na arquitectura da frase em CV), recebe caso nominativo, levando consigo a função temática complexa de Agente + Tema;
- o morfema de reflexividade, do tipo *se*, não é inserido uma vez que não existe um núcleo funcional disponível para ele;
- quanto ao caso acusativo, embora não tenhamos nenhuma proposta concreta, é de esperar que não tenha sido atribuído dado não haver um argumento interno foneticamente realizado.
- esta interpretação da frase resulta de uma abordagem composicional (existe um único argumento realizado que, em conjugação com a semântica do verbo em questão, induz a leitura reflexiva).
- em (22) o(s) sujeito(s) são gerados na posição de argumento interno, sendo-lhe(s) atribuído o papel temático interno – este difere, no entanto (Tema ou Paciente), conforme a entrada verbal em questão, como aliás seria de esperar;
- neste caso, a leitura induzida não é uma reflexiva, uma vez que se assume que numa entrada reflexiva o sujeito tem o papel temático de Agente, o que não é o caso. A porta não se abre a si própria (embora possamos dizer *A porta abriu-se sozinha*), e se quiséssemos a interpretação de que ‘A Ana se zangou a si própria’, teria de haver uma expressão anafórica realizada em posição de adjunção, do tipo *A Ana zangou-se consigo mesma*.
- em (23), o facto de a expressão anafórica *si kabesa* ‘si mesmo / si próprio’ ser obrigatória em CV, vem comprovar a nossa proposta. Uma vez que a leitura reflexiva está para o verbo *mata* ‘matar’ em CV, no extremo da improbabilidade (se considerarmos uma escala que vai do muito improvável ao muito provável, com alguns graus intermédios) a reflexividade, quando existe, tem de ser explícita. Isto é, não pode ser induzida pela simples ausência de um argumento interno do predicado transitivo, como em (20). Assim, temos realizado um DP adjunto – neste caso uma anáfora –, que reforça a interpretação da frase.
- em PE esta particularidade não se faz sentir para este verbo, uma vez que um morfema do tipo *se*, inserido pós-sintacticamente no núcleo funcional Refl (sem o reforço da expressão anafórica) é suficiente para uma leitura reflexiva.

4. Notas finais

Esperamos ter demonstrado que, relativamente aos predicados analisados, a diferença entre o CV e o PE não reside na estrutura argumental dos mesmos. Esta

diferença, que se manifesta na realização, ou não, de um morfema de tipo *se* –, depende da arquitectura da frase de cada uma destas línguas. Ou seja, estamos aqui perante uma restrição sintáctica: a existência, ou não, de “split-IP”.

Os papéis- θ são traços que legitimam o movimento, o que torna possível a existência de movimento a partir de uma posição- θ para outra, tendo como consequência a acumulação de papéis/traços- θ no mesmo DP.

Esta análise, mesmo a que propomos para o CV, não vai totalmente contra a proposta de Duarte (2001), segundo a qual o morfema *se* lexicaliza categorias funcionais, independentemente da etiqueta, uma vez que, sendo a estrutura funcional do CV restrita a TP, não há lugar para os clíticos.

A classificação como inacusativos, como vimos, não parece ser relevante para a análise de alguns predicados, que não obedecem aos testes tradicionais de inacusatividade.

Um verbo pode ter apenas uma entrada inacusativa numa língua e pode ser transitivo noutra, como acontece com *grow/crescer*, que em inglês tem uma entrada inacusativa e uma transitiva e em português ou italiano tem apenas uma entrada inacusativa (* *Eu cresço as flores*).

Por razões que se prendem com a semântica dos diferentes predicados – e estas propriedades semânticas, como vimos, variam de língua para língua – alguns verbos transitivos, como *lavar*, permitem a atribuição de papel- θ interno sem atribuição de caso acusativo, sem que nenhum outro elemento (por exemplo em adjunção) seja necessário para a gramaticalidade da frase. Porém, com outros predicados ela é obrigatória, a menos que alguma informação acrescida permita a leitura da frase como reflexiva. Verifique-se o seguinte contraste:

- (24) a. * A Maria viu-se.
b. A Maria viu-se a si própria / ao espelho.

Parece-nos que o contraste acima mostra que o *se* não é argumental, se o fosse não haveria nenhuma razão para que o exemplo (24a) não fosse gramatical.

Referências Bibliográficas

- BOBALJIK, Jonathan (1995) *Morphosyntax: the Syntax of Verbal Inflection*, Dissertação de Doutoramento, MIT.
- BOBALJIK, Jonathan & Höskuldur Thráinsson (1998) Two heads aren't always better than one, *Syntax* 1(1), 37-71.
- BURZIO, Luigi (1986) *Italian Syntax: A Government-Binding Approach*, Dordrecht, Reidel.
- CINQUE, Guglielmo (1988) On Si Constructions and the Theory of Arb, *Linguistic Inquiry* 19 (4), 521-581.
- COSTA, João e Fernanda Pratas (2003) Capeverdean Creole: some parametric values. Paper presented at the annual meeting of the ACBLPE, Universidad de A Coruña, Spain, 26-27 June.

- CHIERCHIA, Gennaro (1989) A semantics for unaccusatives and its syntactic consequences, ms., Cornell University.
- CHOMSKY, Noam (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Foris.
- CHOMSKY, Noam (1986) *Knowledge of language: Its nature, origin and use*. New York, Praeger.
- DUARTE, Inês (2001) *Tópicos de Sintaxe Comparada*. Relatório para prestação de Provas de Agregação, Universidade de Lisboa.
- DUARTE, Inês, Gabriela Matos, & Anabela Gonçalves (2001) *Clíticos Especiais em Português Europeu e Brasileiro*, comunicação apresentada ao 2º Workshop do Projecto "Português Europeu e Português Brasileiro – Unidade e Diversidade na Viragem do Milênio", Fortaleza.
- DUARTE, Inês & Gabriela Matos (2000) Romance Clitics and the Minimalist Program. In Costa, J. (ed.) *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*, New York, Oxford University Press: 116-142.
- EMBICK, David & Rolf Noyer (2001) Movement Operations after Syntax. *Linguistic Inquiry* 32:555-595.
- FIÉIS, Maria Alexandra (2003) *Ordem de Palavras, Transitividade e Inacusatividade. Reflexão Teórica e Análise do Português dos Séculos XIII a XVI*, Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- GONÇALVES, Anabela (1999) *Predicados Complexos Verbais em Contextos de Infinitivo Não Preposicionado do Português Europeu*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- GRIMSHAW, Jane (1990) *Argument Structure* Cambridge, MA, MIT Press.
- HALLE, Morris & Alec Marantz (1993) Distributed Morphology and the Pieces of Inflection, *The View From Building 20*, K. Hale and S. J. Keyser (eds). Cambridge, MA, MIT Press:111-176.
- HORNSTEIN, Norbert (1999) Movement and Control, *Linguistic Inquiry* 30, 69-96.
- KAYNE, Richard (1988) Romance *se/si*, GLOW Newsletter 20.
- LOUREIRO, João (2003) Restrições de Ocorrência entre Clíticos Reflexivos e a Morfologia Passiva, ms., Universidade Nova de Lisboa.
- MARTINS, Ana Maria & João Costa (2003) *Clitic Placement Across Grammar Components*, comunicação apresentada ao *Going Romance*, Nijmegen.
- PESETSKY, David (1995) *Zero Syntax: Experience and Cascades*. Cambridge MA, MIT Press.
- PRATAS, Fernanda (2002) *O Sistema Pronominal do Caboverdiano. Variante de Santiago*, Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa.
- PRATAS, Fernanda (2004) *O Sistema Pronominal do Caboverdiano. Variante de Santiago*, Lisboa, Colibri.
- REINHART, Tanya. & Eric Reuland (1993) Reflexivity. *Linguistic Inquiry* 24:657-720.
- REINHART, Tanya (1996) Syntactic effects of lexical operations: Reflexives and Unaccusatives, *OTS working papers*.
- REINHART, Tanya (2000) The theta system: syntactic realization of verbal concepts, *OTS Working Papers in Linguistics*.

REINHART, Tanya (2001) "Experiencing Derivations", SALT lecture, New York.

THRÁINSSON, Höskuldur (1996) On the (non-)universality of functional categories, *Minimal Ideas: Syntactic Studies in the Minimalist Framework*, W. Abraham, S.D. Epstein, H. Thráinsson and C.J.-W. Zwart (eds) 253-281. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

Hipocorização no português brasileiro: moldes, circunscrições e correspondência em dois padrões de formação

Carlos Alexandre Gonçalves,
Hayla Thami da Silva e Bruno Cavalcanti Lima
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

1. Introdução

Neste artigo, analisamos o fenômeno da Hipocorização no português brasileiro. Mais especificamente, focalizamos dois padrões: o tipo (B), descrito por Gonçalves (2004), que consiste na cópia dos segmentos melódicos do antropônimo da esquerda para a direita como, por exemplo, em 'Gabi' ('Gabriela') e 'Rafa' ('Rafael'), e a formação de hipocorísticos a partir de prenomes compostos, como em 'Malu' (Maria Lúcia) e 'Calê' (Carlos Alexandre).

A análise se baseia na Teoria da Otimalidade, modelo paralelista que se fundamenta na escolha de um *output* ótimo a partir de uma hierarquização de restrições. O objetivo primeiro do trabalho é verificar o papel das restrições na avaliação das formas resultantes dos processos abordados. Por isso, com base nos dados rastreados a partir do Dicionário de Hipocorísticos de Monteiro (1999) – <http://www.geocities.com/Paris/cathedral/1036> – foram elaborados e aplicados testes a informantes de ambos os sexos, com idade de sete a mais de quarenta e cinco anos e escolaridade variada, a fim de se chegar aos padrões estruturais responsáveis pela formação de hipocorísticos.

O principal propósito do artigo é investigar se as restrições reguladoras de tamanho, na Hipocorização, são as mais altas na hierarquia, ou seja, se superam as de marcação, de sílaba e de fidelidade, já que os hipocorísticos constituem palavra mínima e, por isso mesmo, não apresentam mais de duas sílabas.

2. A Teoria da Otimalidade (OT)

O trabalho se baseia na Teoria da Correspondência (McCarthy & Prince, 1995), versão mais recente da OT, que amplia as restrições de fidelidade para vários domínios lingüísticos que envolvam relações entre formas. Como o processo de formação ora investigado atua na interface da Morfologia com a Fonologia, a Teoria da Correspondência se justifica como a versão otimalista mais adequada ao exame dos dados.

3. Restrições atuantes na Hipocorização do Tipo “B”

No âmbito da Teoria da Correspondência, as restrições regulam os candidatos gerados por GEN a partir do grau de semelhança entre eles o *input*, que, no nosso caso, vem a ser o antropônimo. As restrições são posteriormente hierarquizadas, ou seja, propõe-se uma ordem que reflita generalizações do fenômeno estudado: o padrão de cópia dos segmentos da esquerda para a direita do antropônimo (Gonçalves, 2004), como se vê nos dados abaixo:

(A)	(B)	(C)	(D)
Rafael >> 'Rafa'	Alessandra >> 'Alê'	Catielen >> 'Cat(i)'	Cristina >> 'Cris'
Filomena >> 'Filió'	Itamar >> 'Ita'	Natália >> 'Nat(i)'	Cleonice >> 'Cléo'
Manuela >> 'Manú'	Adelaine >> 'Adê'	Edvanildo >> 'Ed(i)'	Francine >> 'Fran'
Gabriela >> 'Gabi'		Péterson >> 'Pet(i)'	
Mariana >> 'Mari'			

Pelos dados, percebe-se que o hipocorístico não apresenta mais de duas sílabas, o que confirma a hipótese de Gonçalves (2004) de que o fenômeno realmente forma palavras mínimas na língua. Em (B), nota-se a existência de formas que, para garantir maior fidelidade *input-output*, não apresentam *onset*, ou seja, o ataque silábico. Em (C), para evitar que a posição de coda seja ocupada por consoantes oclusivas, ocorre inserção de [i], o que garante a formação da estrutura CV.CV. Por fim, em (D), aparece a estrutura CCVC, dada a necessidade de respeitar o alinhamento entre a margem esquerda do antropônimo e a margem correspondente do hipocorístico.

Para dar conta desse fenômeno com os instrumentos da OT, são necessárias as restrições formuladas a seguir:

I) Restrição de licenciamento de categorias prosódicas

ANALISE- σ : é uma restrição reguladora de tamanho. Seu objetivo é integrar sílabas a pés. Infrações ocorrem quando aparecem, no *output*, sílabas desgarradas, isto é, quando sílabas não são vinculadas a pés.

II) Restrições de alinhamento

TODO-PÉ(D): restrição de alinhamento de categorias prosódicas. A categoria de nível mais baixo, que é o pé, deve ser alinhada à direita da categoria mais alta – a palavra prosódica. Um candidato infringe essa restrição quando possui dois pés e a satisfaz quando possui duas ou três sílabas, desde que, nessa última situação (três sílabas), uma delas não seja integrada (estrutura $[\sigma(\sigma\sigma)]$), em que os parênteses indicam pés e os colchetes, palavra prosódica).

ALIN(H)esq.(A)esq: restrição de alinhamento, cujo objetivo é nivelar a margem esquerda do antropônimo (A) com a margem esquerda do hipocorístico (H). Essa

restrição é violada quando os segmentos esquerdos de (H) e (A) não equivalerem, isto é, não se encontrarem numa perfeita situação de nivelamento na margem esquerda.

III) Restrição quanto à formação de palavras

NÃO-HOMONÍMIA: restrição quanto à formação de palavras já existentes na língua. É violada a partir do momento em que o *output* constitui palavra já existente na língua (bloqueio, nos termos de Aronoff, 1977).

IV) Restrições quanto à forma silábica

ONSET: restrição que avalia a existência da posição de ataque na sílaba. É violada se o candidato não apresentar um segmento nessa posição;

*COMPLEX: são proibidos *onsets* constituídos de dois segmentos. Tal restrição será violada sempre que o hipocorístico apresentar estrutura CCV;

CODA-COND [+contínua]: restrição que limita a existência da posição de CODA, ou seja, se essa posição for ocupada por uma consoante oclusiva, cujo traço é [- contínuo], há infração dessa restrição; são permitidas codas preenchidas somente por vogais, soantes e sibilantes.

V) Restrições de fidelidade

MAX-IO: restrição anti-apagamento. É infringida sempre que são apagados segmentos do *input* (antropônimo), na formação do *output* (hipocorístico);

DEP-IO: restrição que proíbe a inserção de segmentos no *output* (anti-epêntese).

Propomos a seguinte hierarquia de restrições:

ANALISE- σ , TODO-PÉ(D) >> ALIN(H)esq,(A)esq >> NÃO-HOMONÍMIA >> ONSET >> *COMPLEX >> CODA-COND [+contínua] >> MAX-IO >> DEP-IO.

As primeiras restrições ranqueadas atuam em conjunto, não havendo, entre elas, relação de dominância. A primeira obriga a formação de pés e, assim, exclui sílabas desgarradas. Já a segunda atua de maneira a obrigar o alinhamento dos pés à direita da palavra prosódica e, dessa forma, elimina candidatos com mais de um pé na sua estruturação. O objetivo comum dessas restrições é limitar o tamanho do hipocorístico, visto que sua característica principal é a formação de uma palavra mínima.

A restrição seguinte, ALINH, está subordinada às primeiras, tendo por função principal a cópia dos segmentos melódicos do antropônimo da esquerda para a direita e, portanto, limita outro padrão de cópia; daí a necessidade de estar bem cotada na hierarquia.

Posteriormente, temos a restrição NÃO-HOM, que elimina a possibilidade de o hipocorístico equivaler a outra palavra já existente na língua, sendo, então, fundamental para que haja o rastreamento do antropônimo a partir de sua forma reduzida.

As restrições seguintes prevêm uma estrutura silábica padrão. No entanto, encontram-se subordinadas às quatro primeiras, pois é mais importante que seja respeitado, durante o processo de redução, um alinhamento perfeito e não formador de

palavras homônimas que um padrão silábico não-marcado, como pode ser comprovado a partir de exemplos como 'Cris' (Cristina), que apresenta complexidade no *onset*, e 'Alê' (Alessandra), que não apresenta a posição de ataque silábico preenchida.

As restrições que ocupam as últimas posições do *ranking* equivalem às de fidelidade, já que sempre é necessário que haja algum tipo de perda, o que acarreta a violação de MAX. Além disso, algumas vezes, é necessário que haja alguma inserção, o que infringe DEP. Eventuais epênteses ocorrem para que seja atendida a condição de coda e, também, para garantir a formação do padrão CV.CV, em casos como 'Peti' (Peterson). Cabe destacar, entretanto, que apesar de MAX estar ranqueada na penúltima posição, muitas vezes servirá como definidora do candidato ótimo, o que comprova que há perdas, mas essas devem existir minimamente para que o antropônimo seja mais bem rastreado a partir de seu hipocorístico.

4. A Hipocorização do Tipo "B" em análise

O processo não-concatenativo ora analisado equivale ao encurtamento de antropônimos; logo, formas totalmente fiéis ao *input*, isto é, sem nenhuma perda segmental, não são hipocorísticas. Alguns autores, como Benua (1995), consideram esse processo uma forma de Truncamento, visto a necessidade de se perderem segmentos. Cabe destacar, contudo, que Gonçalves (2004) considera que Truncamento e Hipocorização são processos distintos, este último limitado à redução de nomes próprios. O hipocorístico constitui palavra mínima e, portanto, as restrições de tamanho devem ser consideradas as mais altas da hierarquia.

Por limitações de espaço, analisamos dois dados referentes ao fenômeno abordado nesta seção. Em primeiro lugar, apresentamos uma forma mais regular, isto é, um hipocorístico que se caracteriza pelo padrão mais geral: o constituído pela estrutura CV.CV, como 'Gabi' (Gabriela). Em seguida, verificamos um caso com inserção de vogal epentética ([i]) para garantir a formação da estrutura CV.CV, como 'Nat[i]' (Natália). Há, nesse padrão de Hipocorização, no entanto, mais dois casos: um primeiro com uma estrutura sem a posição de ataque silábico – 'Ita' (Itamar); logo, a estrutura apresentada será V.CV; e outro com *onset* complexo e preenchimento da posição de coda, como em 'Fran' (Francine). No tableau abaixo, analisam-se candidatos possíveis à Hipocorização de 'Gabriela':

/Gabriela/ + HIPOCOR	AN	TD PÉ	ALIN	NÃO- HOM	ON- SET	*COM PLEX	CODA COND	MAX	DEP
a) [bi (e.la)]	*!		**					***	
b) [(Ga.bri)]						*!		***	
c) [(E.la)]			*!****					*****	
d) [(L.e.la)]			*!*****					*****	*
e) [(Gab)]							*!	*****	
f) [(Ga.bi)]								****	
g) [Bri(e.la)]	*!		**		*	*		**	

Dentre os candidatos, os primeiros a ser eliminados da disputa são (a) e (g), que possuem uma sílaba não integrada a um pé ('bi' e 'bri', respectivamente); logo, infringem ANÁLISE- σ , e por isso, quanto ao tamanho, não formam palavras mínimas. Os candidatos (c) e (d) são eliminados pela restrição de alinhamento, ALIN, já que seus segmentos à esquerda não equivalem aos mesmos que estão à esquerda do antropônimo. O próximo candidato a *output* a ser descartado é (b), que não respeita a restrição *COMPLEX, uma que vez que apresenta *onset* constituído de dois segmentos ('br'). O candidato (e) não respeita a condição de coda, posto que, nessa posição, apresenta uma consoante oclusiva e, dessa forma, infringe a restrição que controla a posição de coda na estrutura da sílaba. Assim, o *output* ótimo, isto é, o que, de fato, se realiza na língua, é o candidato (f), que infringe apenas a restrição de fidelidade MAX. Cabe enfatizar que esse restritor, no processo de Hipocorização, é sempre violado para que se satisfaça a exigência de formar uma palavra mínima, como propõe Gonçalves (2004).

Vejamos, no tableau a seguir, a avaliação dos candidatos referentes ao *input* 'Natália':

/Natália/ + HIPOCOR	AN	TD PÉ	ALIN	NÃO- HOM	ON- SET	*COM PLEX	CODA COND	MAX	DEP
a) [(Li.a)]			* ***			*		***	
b) [(Na.ta)]				*				***	
c) [(Na.li)]			* *					***	
d) [(Na.t(i))]™								****	*
e) [(Na)]							*	*****	
f) [(Nat)]							*	****	
g) [Tá.li.a)]	*		**		*			**	

O primeiro candidato a ser eliminado da disputa é (g), que apresenta uma sílaba desgarrada, isto é, não formadora de pé. Posteriormente, os candidatos (a) e (c) são eliminados pela restrição de alinhamento (ALIN), visto que os segmentos à esquerda do hipocorístico não correspondem aos do antropônimo. O próximo candidato a ser eliminado é (b), pois coincide com uma palavra já existente na língua ('nata'). Por fim, os candidatos (e) e (f) também serão eliminados: o primeiro por apresentar mais violações de MAX que o rival vencedor (d) e o segundo, pelo fato de a posição de coda ser ocupada por uma consoante oclusiva. Dessa forma, o candidato vencedor é (d), que infringe apenas as restrições de fidelidade, inclusive DEP, para garantir formação de sílabas com padrão CV.

5. A Hipocorização de antropônimos compostos

Nesta seção, analisamos o fenômeno da hipocorização de antropônimos compostos, como ocorre, por exemplo, em 'Malú' (hipocorização do nome composto 'Maria Lúcia') e 'Dúca' (hipocorização do nome composto 'Eduardo Carlos')¹.

¹ Utilizamos o acento gráfico sobre as vogais para indicar a localização das sílabas tônicas.

Como destacamos, o hipocorístico deve constituir palavra mínima na língua e, por isso, não pode apresentar mais de um pé binário. Sendo assim, as restrições de tamanho são dominantes na hierarquia, seguidas pelas restrições de marcação e de fidelidade, nesta ordem. A formação de hipocorísticos compostos também respeita esse formato, como se vê nos exemplos abaixo:

André Luís > Delú	Eduardo Carlos > Dúca
Carlos André > Cadê	João Carlos > Jóca
Carlos Artur > Catú	Luís Carlos > Lúca
Carlos Eduardo > Cadú	Maria Isabel > Mabél
Célia Lúcia > Celú	Maria Lúcia > Malú

Para dar conta do fenômeno, utilizamos, além das já apresentadas, as seguintes restrições:

I) Restrições de acento

*á] PWD: São proibidas palavras terminadas em “a” que sejam acentuadas nessa vogal.
IAMBO: Todos os pés devem ser iâmbicos, ou seja, devem apresentar cabeça à direita.

II) Restrição de alinhamento

ALINH – PWD1 (esq), PWD2 (CABEÇA): O segmento à esquerda da primeira palavra prosódica deve estar alinhado à cabeça da segunda palavra prosódica do antropônimo composto.

III) Restrições de marcação

CODA-COND [soante]: Define que tipo de segmento pode ocupar a posição de coda. Assim, somente as soantes, neste padrão, podem ocupar essa posição.

NÃO-CODA: A posição de coda não deve ser preenchida na sílaba. Essa restrição confirma que o padrão ótimo é o de uma sílaba é CV, isto é, uma sílaba ótima é constituída por onset e núcleo.

Abaixo, o *ranking* proposto leva ao encurtamento (já que a hipocorização é o processo responsável pela redução de antropônimos), mas garante mínima fidelidade às palavras do antropônimo composto:

(1) TODO-PÉ (D), (2) ANALISE-s >> (3) *á]PWD >> (4) ONSET >> (5) PWD1 (esq), PWD2 (CABEÇA) >> (6) CODA-COND [soante] >> (7) IAMBO >> (8) NÃO-CODA, (9) *COMPLEX >> (10) MAX-IO

Como se pode notar, as restrições de tamanho dominam a hierarquia, pois o hipocorístico deve constituir palavra mínima na língua. Assim, as duas primeiras restrições atuam em conjunto e dominam o *ranking*. A restrição seguinte é acentual e proíbe que formas terminadas em “a” sejam acentuadas nessa vogal. Dessa maneira,

antropônimos como 'Luís Carlos' e 'João Carlos' produzem formas como 'Lúca' e 'Jóca', e não 'Lucá' e 'Jocá'.

Seguindo a hierarquia, a próxima restrição obriga todos os candidatos a *output* a preencher a posição de *onset*. Sendo assim, o antropônimo 'André Luís', por exemplo, apresenta como *output* ótimo a forma 'Delú', posto que 'Anlú', por exemplo, não preenche a posição de *onset*, como obriga essa restrição.

A seguir, tem-se uma restrição de alinhamento. Segundo essa restrição, o segmento à esquerda da primeira palavra prosódica deve estar alinhado à cabeça da segunda palavra prosódica. Pode-se afirmar, então, que, no fenômeno ora em exame, há junção de duas bases que se encurtam, formando o hipocorístico.

A restrição (6) determina que tipo de segmento pode ocupar a posição de coda. No caso da hipocorização de prenomes compostos, somente as soantes podem ocupar essa posição. Portanto, o antropônimo 'Carlos Eduardo', por exemplo, apresenta como *output* ótimo a forma 'Cadú', e não 'Cardú', visto que esta violaria a restrição (6).

Outra restrição acentual na hierarquia está em (7). Viola essa restrição o candidato que não apresentar pés iâmbicos, isto é, pés que apresentem cabeça à direita. Como exemplo, temos o antropônimo 'Maria Isabel'. O hipocorístico correspondente a esse prenome é 'Mabél', já que 'Mábel' infringiria essa restrição acentual.

As restrições (8) e (9) atuam em conjunto, assim como (1) e (2). A restrição (8) proíbe que a posição de coda seja preenchida na sílaba, ao passo que a (9) não permite a formação de grupos consonantais na posição de *onset*. Assim, 'Carlos André' tem como hipocorístico 'Cadé', e não 'Cardré'.

A última restrição do *ranking* é a (10), de fidelidade. Como já foi dito na introdução do trabalho, restrições de fidelidade devem ser hierarquizadas no fim, pois formas totalmente fiéis ao *input* não podem ser consideradas hipocorísticas. Deve haver, portanto, perda segmental para ocorrer o encurtamento.

6. O fenômeno da Hipocorização de prenomes compostos: a avaliação de candidatos

Para validar os dados referentes ao processo estudado, foram aplicados dez testes, num total de quatro questões. Na primeira questão, apresentaram-se aos informantes dez antropônimos para que eles indicassem o hipocorístico correspondente a cada forma. Na questão seguinte, fez-se o contrário: apresentou-se a forma encurtada para que o informante recuperasse o antropônimo correspondente. A seguir, na terceira questão, forneciam-se nomes próprios e algumas opções de formas encurtadas para que o entrevistado marcasse opções que lhe parecessem comuns. A questão final foi considerada a mais difícil pelos informantes, já que eles deveriam encurtar nomes dissílabos, como, por exemplo, 'Áurea' e 'Lana'.

Concluídos os testes aplicados, criou-se uma tabela de tendências com os seguintes objetivos: propor candidatos com base em critérios objetivos; detectar o *output* ótimo, isto é, a forma que se destaca em relação às demais; comparar os dados coletados com os apresentados nos testes; verificar o aparecimento de outros candidatos, o que pode implicar na existência de um *output* sub-ótimo.

Nesta parte do trabalho, apresentamos dois casos distintos do ponto de vista acentual. Dessa forma, analisamos os hipocorísticos 'Malú', do antropônimo 'Maria Lúcia', e 'Dúca', de 'Eduardo Carlos'. 'Malú' apresenta cabeça à direita, ou seja, é um iambo. Por outro lado, 'Dúca' se classifica como um troqueu,, já que possui cabeça à esquerda. Começemos por 'Malú':

I: /Maria Lúcia/	TD-PÉ	AN	*á	ON-SET	ALIN	CD-CON	IAM-BO	N-CD	COM-PLEX	MAX
a) [(lú.ma)]					*!		*			*****
b) [ma (ri.lú)]		*!								****
c) [mar (lú.cia)]		*!				*	*	*		**
d) [(má.lu)]							*!			*****
e) [(lu.má)]			*!		*					*****
f) [(mar.lú)]						*!		*		*****
g) [(ma.lú)] ↗										*****

Como se pode perceber no *tableau*, os primeiros candidatos a ser eliminados da disputa são (b) e (c), já que apresentam uma sílaba que não está integrada a nenhum pé, violando, dessa forma, ANALISE- σ . A seguir, o candidato (e) é eliminado porque infringe a restrição acentual que proíbe que palavras terminadas em "a" sejam acentuadas nessa vogal. Na seqüência, o candidato (a) sai da disputa pela restrição de alinhamento, pois seu primeiro segmento é a cabeça da segunda palavra prosódica. Pela restrição CODA-COND [soante], é eliminado o candidato (f), visto que a posição de coda não está sendo ocupada por uma soante. Seguem na competição, então, os candidatos (d) e (g). Como a próxima restrição, na hierarquia, determina que todos os pés apresentem cabeça à direita, o candidato (d) perde a disputa por apresentar cabeça à esquerda da palavra prosódica. Portanto, o *output* ótimo é (g), que só infringe MAX-IO, a restrição mais baixa da hierarquia e que será sempre violada, já que candidatos totalmente fiéis ao *input* não podem ser considerados hipocorísticos. Passemos ao antropônimo 'Eduardo Carlos':

I: /Eduardo Carlos/	TD-PÉ	AN	*á	ON-SET	ALIN	CD-CON	IAM-BO	N-CD	COM-PLEX	MAX
a) [e (dú.ca)]		*!		*			*			*****
b) [(ê.ca)]				*!			*			****
c) [(du.cá)]			*!							*****
d)[du (cár.los)]		*!				**	*	**		*****
e) [(dú.los)]					*!	*	*	*		*****
f) [(ca.dú)]					*!					*****
g) [(dú.ca)] ↗							*			*****

A partir da análise do *tableau* acima, vê-se que os primeiros a deixar a disputa são (a) e (d), visto que infringem ANALISE- σ , isto é, apresentam uma sílaba que não está integrada a nenhum pé. O candidato (c) é eliminado a seguir, por ser uma palavra terminada em "a" e receber acento nessa vogal. O próximo candidato que sai da competição é (b), pois a posição de *onset* não está preenchida. Na seqüência, (e) e (f) são eliminados pela restrição de alinhamento. O candidato (e) não apresenta, em sua forma, a cabeça da segunda palavra prosódica, o que faz com que a restrição seja violada. Já o candidato (f) apresenta a cabeça da segunda palavra do antropônimo à esquerda. Assim, a forma ótima para o antropônimo 'Eduardo Carlos' é (g), que recebe uma infração em IAMBO e nove em MAX-IO. Entretanto, por obedecer de modo mais sistemático a hierarquia de restrições, o candidato (g) é o *output* ótimo.

7. Palavras finais

Enfatizamos, ao longo do texto, que hipocorísticos equivalem a uma palavra mínima porque não podem apresentar mais de um pé binário. Quando a base excede esse limite, necessariamente haverá perda de massa fônica, resultando na preservação de apenas uma parte da(s) palavra(s)-matriz(es). A presença de estruturas não-marcadas resulta da demarcação de um pé sobre a base e do papel das condições de boa-formação silábica. As condições de boa-formação silábica atuam sobre o material escaneado para o molde e levam a um grau menor de identidade entre derivante e derivado, fazendo com que a Hipocorização se assemelhe à linguagem infantil.

De acordo com Gnanadesikan (1995), a aquisição da linguagem pode ser vista como um processo que promove a fidelidade à fala adulta a partir de um estágio inicial em que a marcação é dominante. Nessa fase, condições que regulam estruturas não-marcadas são capazes de impedir que formas marcadas do *output* adulto sejam produzidas pela criança. Marcação, nesse ponto, reflete, nas palavras do autor, a *habilidade rudimentar da criança para produzir contrastes sofisticados* (p. 21). Uma vez que contrastes são necessários para suportar o léxico adulto, as condições de boa-formação silábica vão sendo progressivamente suplantadas por condições de fidelidade ao *output* adulto, que se caracteriza por um balanceamento entre condições de marcação e condições de fidelidade, ranqueando-as alternadamente.

Pelo que se expôs no decorrer deste trabalho, podemos afirmar que a Hipocorização, sem dúvida alguma por seu caráter essencialmente afetivo, compartilha com estágios iniciais de aquisição² essa tendência a ranquear marcação sobre fidelidade, fazendo superficializar formas menos complexas do ponto-de-vista prosódico, como sílabas CV e pés dissilábicos com cabeça à esquerda.

Cabe assinalar, no entanto, que as condições de fidelidade dominadas na Hipocorização não são as mesmas dominadas na linguagem infantil. Enquanto formas não-marcadas da linguagem infantil resultam da dominância das condições marcação

² Também a chamada a "lovers language", por ser marcada pela função expressiva, compartilha com a linguagem infantil e com a Hipocorização essa tendência a privilegiar marcação sobre fidelidade.

sobre as de fidelidade entre um *input* (a fala do adulto) e um *output* (a fala da criança), as que caracterizam os hipocorísticos resultam de um ranqueamento similar, mas distinto, uma vez que as condições de fidelidade dominadas não são aquelas entre um *input* e um *output*, mas entre duas formas de *output*: o molde e o hipocorístico propriamente dito.

Referências Bibliográficas

- ARONOFF, M. (1977). *Word formation in generative grammar*. Cambridge: CUP Press.
- BENUA, L. (1995). Identify effects in morphological truncation. In: BECKMAN, J. (ed.). *Papers in Optimality Theory*, 18 (1): 77-136.
- GNANADESIKAN, A. M. (1995). Markedness and faithfulness constraints in child phonology. *Rutgers Optimality Archive*, 67-0000, 48 p.
- GONÇALVES, C. (2004). Processos morfológicos não-concatenativos: tipologia e funcionalidade. *ALFA – Revista de Lingüística*. Araraquara, 42 (1): 9-42.
- MCCARTHY, J. & PRINCE, A. (1995). *Faithfulness and reduplicative identity*. Rutgers: Rutgers University.
- PRINCE, A & SMOLENSKY, A (1993). *Optimality Theory: constraints and interaction in Generative Grammar*. Boulder: University of Colorado/Rutgers University.

**Fraseologia no dicionário e dicionário fraseológico:
o *Vocabulario de termos propios, e metaforicos*
em *materias analogas*, de D. Rafael Bluteau (1728)**

Maria Filomena Gonçalves
Universidade de Évora

1. Na Parte II do *Supplemento ao Vocabulario Portuguez, e Latino* (1727-1728), D. Rafael Bluteau¹ (1638-1734) inclui um *Vocabulario de Termos Proprios, e Metaforicos, em Materias Analogas*, colecção de termos e expressões de vários tipos que se presta a um estudo da fraseologia portuguesa no primeiro quartel de Setecentos. Ademais do valor testemunhal, o interesse das formas arroladas é tanto maior quanto se sabe serem poucas as compilações desse género, e que nas últimas décadas se tem registado uma assinalável expansão dos estudos fraseológicos, terreno da investigação linguística situado na confluência de distintas disciplinas: morfologia, semântica, sintaxe, lexicologia e lexicografia. Porque a “fraseologia histórica” (Rey, 1973) não se tem desenvolvido a par dos estudos fraseológicos de tipo descritivo, se outros não houvesse, este seria motivo bastante para se atentar no *Vocabulario de Termos Proprios, e Metaforicos*. À semelhança de outros vocabulários incluídos no *Supplemento ao Vocabulario Portuguez, e Latino*, destinava-se o referido *Vocabulario* a apoiar o exercício da escrita e da retórica², e nele compilou o Padre teatino um repertório fraseológico que acolhe várias informações linguísticas para as quais aqui se chama a atenção.

2. Em conformidade com a tradição gramatical, e não obstante existirem muitas definições, por “fraseologia” entende-se o conjunto de frases idiomáticas de uma língua (Vilela, 2002: 169-221), vale dizer, as “frases feitas”, ou “estruturas fixas”; já o adjectivo “fraseológico” identifica e qualifica uma expressão cristalizada ou fossilizada quer na forma, quer no conteúdo, caracterizando-se a “unidade fraseológica”³ ou

¹ Para a biobibliografia do autor, cf. SILVA (1862: 42-45). Sobre as ideias (meta)linguísticas do Autor, Vide: Gonçalves (2002) e Hassler (1997). A respeito da sua perspectiva normalizadora ou normativa da língua, cf. Marquilhas (2001).

² A utilidade e a função deste tipo de vocabulários eram explicadas como segue: “Não te pareça inutil, ou pueril este trabalho, porque em todo o genero de discursos Te poderá dar grande socorro, para proprias, doudas, e discretas expressoens. Se eu tiver mais tempo, e menos annos, seria este Promptuario muito mais copiozo, mas inda que diminuto, e succinto, poderá servir de preambulo, e exemplo a quem tiver curiosidade; e zelo para ir continuando com outros titulos, e termos na forma, que tenho começado, porque será obra de grande utilidade para todo o genero de compositores no idioma Portuguez” (Bluteau, 1728: 425)

³ O conceito abrange combinações sintagmáticas de natureza diversa, pois tanto pode corresponder a

“fraseologismo” – locução, expressão fixa, frase proverbial, refrão, modismo ou fórmula pragmática (Corpas Pastor, 1997) – pela estabilidade sincrónica e diacrónica da combinação sintagmática. Ao extravasar o domínio das meras escolhas paradigmáticas de ordem lexical, transbordando para terrenos vizinhos, a fraseologia suscita problemas metodológicos de vária ordem (Thun, 1987; Pöll: 1994), exigindo, *ipso facto*, procedimentos adequados à inclusão dos fraseologismos seja na nomenclatura, seja no enunciado lexicográfico. Isso explicará não só as dificuldades inerentes à entrada da fraseologia no dicionário como também a utilidade do dicionário fraseológico ou textual (Porto-Dapena, 2002: 64-65; Haensch, 1982: 181-183). Do ponto de vista da “fraseologia histórica”, têm especificidade particular a frase proverbial e o refrão, funcionando o primeiro como citação de textos de carácter exemplar e o segundo como expressão de uma verdade universal, pertencendo ambos à esfera do “discurso repetido”, caracterizado tanto pela comutabilidade quanto pelos jogos rimáticos, aliterações e paralelismos (Lopes: 1992). À luz destes dados teóricos, qual o contributo do *Vocabulario de Termos Proprios, e Metaforicos* para uma fraseologia histórica da língua portuguesa?

Curiosamente (ou talvez não), ao elenco fraseológico de “termos próprios e metafóricos” parecem estar subjacentes critérios não muito dispares daqueles que, *mutatis mutandis*, pautam os actuais estudos fraseológicos: semânticos, sintácticos, lexicais e pragmáticos. Apesar de reunir algumas das marcas do género lexicográfico – ordem alfabética (ainda que bastante incoerente), selecção das combinações sintagmáticas e exclusão (não total) dos provérbios –, o *Vocabulario de Termos Proprios, e Metaforicos, em Materias Analogas* regista ainda distintivos associados a elencos de natureza analógica ou ideológica (Haensch, 1982: 166-167), nos quais a disposição fraseológica se organiza à volta de conceitos ou campos referenciais. Ao reunir “proprias, doutas, e discretas expressoens” para auxílio de todo o “genero de compositores no idioma Portuguez” e “socorro para todo o genero de discursos”, evitava Bluteau que o escritor tivesse de *suar o topete* (Bluteau, 1728: 425), facultando-lhe um precioso auxiliar para a prática da escrita. Por isso, sem se limitar às entradas, disponibiliza Bluteau contextos, combinações e expressões usualmente relacionadas com certos campos referenciais concretos ou metafóricos. Do cruzamento ou da (co)ocorrência de distintos tipos de lexicografia textual (e não só), resulta um híbrido lexicográfico, quer dizer, um elenco fraseológico que congrega combinações de diferentes tipos: desde o sintagma nominal à frase simples, à complexa, e, outrossim, a enunciados relativamente extensos, que imprimem ao *Vocabulario de Termos* uma dimensão informativa, descritiva e histórica mais consonante com a micro-estrutura enciclopédica do que com um simples rol de expressões e frases. Com efeito, o *Vocabulario de Termos Proprios, e Metaforicos, em Materias Analogas* contempla 48

estruturas simples como a estruturas com especificidade idiomática, indo das solidariedades léxicas até às colocações, sendo nestas possível a substituição paradigmática. A sua extensão é variável: de duas palavras (sintagma nominal, por exemplo) a uma oração composta. Essa “idiomaticidade” provém de um significado global, não equivalente à adunção dos significados individuais de cada um dos elementos. Cf. Haensch (1982), Copras Pastor (1997); Porto-Dapena (2002).

campos referenciais, associados a uma fraseologia variável quanto à extensão e à natureza da informação, embora a mais volumosa se prenda com a religião, a moral e a filosofia.

Por outro lado, no que tange à organização desses campos fraseológicos, é de realçar que as expressões ou conceitos antónimos aparecem em sequência, como exemplificado no quadro seguinte:

<i>Termos, e diferentes modos de atar</i>	<i>Termos, e diferentes modos de desatar, e desfazer</i>
<i>De cousas que principiaõ, e começãõ de existir</i>	<i>De cousas, que acabaõ, e por varios modos tem fim</i>
<i>De cousas concementes a pobres, e pobreza</i>	<i>De cousas concementes a ricos, e riquezas</i>
<i>De cousas maximas</i>	<i>De cousas minimas</i>
<i>De cousas, que alegraõ</i>	<i>De cousas, que entristecem</i>
<i>Termos de movimento apressado</i>	<i>Termos de movimento retardado, ou impedido;</i>
<i>Termos de cousas mais altas, que outras</i>	<i>Termos de cousas, que se abatem, ou vaõ para baixo;</i>
<i>Termos de cousas de muita duraçãõ</i>	<i>Termos de Brevidade, e pouca duraçãõ</i>
<i>Termos de cousas, que mais patentes à vista occupaõ o primeiro lugar</i>	<i>Termos de cousas, que occupaõ o ultimo lugar</i>

Em alguns desses campos ocorrem marcas relativas aos tecnolectos⁴, sobretudo de âmbito forense, o que traduz a importância conferida por Bluteau à linguagem técnica ou especializada, não só neste *Vocabulario* mas também nos enunciados lexicográficos dos oito tomos *Vocabulario Portuguez, e Latino*, e, ainda, nos acrescentos feitos nos dois volumes do Suplemento, interesse que o levou a planejar um vocabulário daquele género, para assim poupar ao leitor ou ao escritor a penosa procura, como quem busca *agulhas em palheiro* (Bluteau, 1728: 426), nos 10 volumes do seu *Vocabulario*. Entre outros exemplos respigados no *Vocabulario de Termos Proprios, e Metaforicos*, vejamo-se os seguintes dados tecnolectais:

- (1) *Doaçãõ remuneratoria. He termo forense*
- (2) *Interdicto recuperatorio. He termo forense*

Ao domínio tecnolectal dos officios manuais cabem os seguintes termos:

- (3) *Almofaça, esfrega os cavallos arripia cabelo, e tira a caspa da pelle, &c* (Bluteau, 1728: 456).
- (4) *Lavapeixes, o moço que depois de escamar o peixe, o lava*" (Bluteau, 1728: 456)
- (5) *O Batefolha a poder de martelladas estende o ouro* (Bluteau, 1728: 456).

⁴ No *Suplemento ao Vocabulario*, Parte II, acrescentou também um *Vocabulario de Artes Nobres, e Mecanicas com titulos portuguezes, e versos latinos* (Bluteau, 1728, 510-511), seguido do *Vocabulario de varios Officios da Republica. Com titulos Portuguezes, e versos Latinos* (Bluteau, 1728: 512-534).

Nos domínios da botânica, da medicina e da farmacopeia inscrevem-se outros exemplos:

- (6) *A herva Alchimilla tem virtudes detersiva* (Bluteau, 1728: 456);
- (7) *Apozemas expellem, ou preparaõ os humores para a purga* (Bluteau, 1728: 456);
- (8) *Apophlagmatico medicamento, que mastigado puxa pela fleima do cerebro* (Bluteau, 1728: 456);
- (9) *Medicamentos Absorventes com virtude esponjosa, trazem a si tudo o que achãõ fluido, e o consomem* (Bluteau, 1728: 441);
- (10) *Antacidos saõ contra o acido, ou azedo de humores peccantes, e corrosivos* (Bluteau, 1728: 441);
- (11) *A gotta acomete os nervos; nos pés he podagra, nas mãos quiragra, nos nós, e nas juntas he gotta Artetrica* (p.441).

A par dos anteriores, estão também representados os domínios da volataria e do jogo:

- (12) *Terra cega (segundo os Altaneiros, ou caçadores de alta volataria⁵) he a terra, que fica escura, ou pelos montes altos circunvizinhos, ou pelas muitas matas, que a cegaõ* (Bluteau, 1728: 453)
- (13) *Para jogadores a Negra he o terceiro jogo, que desempata os dous primeiros jogos* (Bluteau, 1728: 453)

A exemplo de outras tradições europeias, na linguisticografia portuguesa desde cedo os provérbios foram arrolados em vocabulários especializados⁶, motivo por que não abundam neste *Vocabulario de Termos Proprios, e Metaforicos*. Mas talvez este facto indique que Bluteau era consciente da distinção entre enunciados proverbiais e unidades fraseológicas ou “fraseologismos”, já que os primeiros, sobre serem enunciados completos, em termos sintácticos e semânticos, ainda encerram um “sentido paremiológico” (Porto-Dapena, 2002:168), vale dizer, uma lição filosófica, moral ou outra. Ao contrário dos provérbios, as expressões fixas ou idiomáticas, conquanto correspondam igualmente a um enunciado completo, equivalente portanto a uma frase, não comportam necessariamente uma verdade ou lição universal. No *Vocabulario de Termos Proprios, e Metaforicos*, encontram-se alguns provérbios, ainda hoje registados em actuais compilações deste género de enunciados:

⁵ O sublinhado é nosso.

⁶ Publicados em lingua portuguesa pelo menos desde 1651, ano em que vêm a lume os *Adagios Portuguezes reduzidos a lugares communs* (Lisboa, Officina de Domingos Lopes Rosa), reunidos pelo português António Delicado, passariam a constituir uma produção específica. Poucos anos depois, Bento Pereira publicava o *Florilegio dos modos de fallar e adagios da lingua portuguezca* (Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1655).

- (14) *Guarda-te do homem, que não fala, e do cão, que não ladra* (Bluteau, 1728: 454).
 (15) *Pobrete, mas alegrete* (Bluteau, 1728: 447)⁷
 (16) *Quem a boa árvore se chega, boa sombra o cobre* (Bluteau, 1728: 450)⁸
 (17) *Naõ diga a lingua, por onde pague a cabeça* (Bluteau, 1728: 455)⁹
 (18) *Os erros dos Medicos a terra os cobre*¹⁰
 (19) *Na boca do discreto, o publico he secreto* (Bluteau, 1728: 454)
 (20) *Nas bodas dos pobres tudo saõ vozes* (Bluteau, 1728: 455)¹¹
 (21) *Fulano nem ruje, nem mije [muje]* (Bluteau, 1728: 455)
 (22) *Naõ há boda sem tornaboda* (Bluteau, 1728: 462).

Também ocorre um exemplo de paráfrase de adágio, marcada pelo anúncio de um discurso repetido: *Segundo o adagio Portuguez, naõ há ladraõ sem encobridor* (Bluteau, 1728: 450)¹².

Dada a sua concisão, expressividade e ritmo, resultantes da estrutura paralelística e dos jogos rimáticos que em geral caracterizam estes enunciados, favorecendo a sua memorização, ademais de emprestarem ornato ao discurso, concorriam os provérbios para o exercício retórico. A isto acresce a extraordinária economia comunicativa proporcionada pelo texto proverbial, cuja carga semântica é suportada por metáforas, comparações e imagens. Não menos adequadas ao ornamento e expressividade discursiva, com frequência as expressões idiomáticas¹³, neste *Vocabulario*, são desdobradas e esclarecidas semanticamente por meio de uma frase explicativa:

- (23) *Entre lusco e fusco, com luz duvidosa quando nem he dia, nem noite escura* (Bluteau, 1728: 453)

A par da fraseologia propriamente dita, no *Vocabulario de Termos Proprios, e Metaforicos* figuram inúmeras combinações sintagmáticas livres, vale dizer, sequências não fraseológicas, como ilustram as seguintes: *dia de galhofa* (p.447); *Jogos dezenfadadiços / Humor desenfadado / Homem dezenfadado* (p. 447); *Gargalhadas de riso* (p.447); *Homem palreiro / Lingua palreira / Ave palreira* / (p. 455); *Torvelino das chuvas* (p. 455); *Impeto das tempestades* (p. 455); *Fecho de discurso* (p. 457); *Esmalte da belleza* (p. 457); *Ornatos dos discurso* (p. 457); *Cume da honra* (p. 457); *Olhos encovados* (p. 459); *Laureola no ceo* (p. 460); *Migalhas da meza* (p. 461); *Murrão da candeia* (p. 461); *Vasa da Marè* (p. 461); *Alva de caõ* (p. 461); *Peixe miudo* (p.464); *Cabaz de figos* (p. 466); *Caza do botaõ* (p. 466); *Naveta o encenso* (p. 466); *Corpo da*

⁷ Na compilação de José Pedro Machado (1996: 438), fica registada uma variante: *Pobrete mas (e) alegrete*.

⁸ A mesma compilação recolhe também este provérbio (Machado, 1996: 470).

⁹ Cf. Machado (1996: 319).

¹⁰ Cf. Machado (1996: 410).

¹¹ Este é o único provérbio que não figura na compilação de José Pedro Machado.

¹² O provérbio encontra-se também em Machado (1999: 327).

¹³ Muitas são ainda as compilações das chamadas expressões idiomáticas do português. Vide: Jorge (1997).

guarda (p. 466); *Vinhos de dura* (p. 445); *Pedreira perene* (p. 445); *Fundos de vasilhas* (p. 445).

Ora precisamente por incluir uma micro-estrutura que oscila entre o dicionário terminológico, o fraseológico e o dicionário de língua, este *Vocabulário de Termos Proprios, e Metaforicos* destinava-se a facilitar duplamente o exercício da escrita: afora o rol de expressões e frases relacionadas com determinado campo referencial, Bluteau oferece não só sinónimos ou equivalentes de muitas entradas como também verdadeiras definições lexicográficas, apresentadas em conformidade com os habituais procedimentos definitórios. Dessa tentativa de estabelecer sinónimos ou expressões equivalentes, num verdadeiro exercício lexicográfico que expõe, elucida e ilustra o léxico, são exemplo:

- (24) *Choradeira, carpideira. Prantedadeira*, (Bluteau, 1728: 448)
- (25) *Ceira. Sacco. Surraõ. Algibeira. Bolsinho. Alforje* (Bluteau, 1728: 466)
- (26) *Andar o mau banheiro, nem está quieto, nem tormentoso* (Bluteau, 1728: 449)
- (27) *Açoutar, Atanazantar, assetear, aleijar* (Bluteau, 1728: 459)
- (28) *Pentear, Espiolhar, Espulgar* (Bluteau, 1728: 456)
- (29) *Arvoredo. Bosque. Mata. Mato. Brenha* (Bluteau, 1728: 467)

Em outras entradas, o Autor aduz as variantes, como exemplificado abaixo:

- (30) *Mulher cantadeira, ou cantadora, ou cantatriz; Balhadeira, ou Balhadeira, ou dançadeira* (Bluteau, 1728: 447)

Quando à definição lexicográfica, no caso de objectos esta corresponde em regra à descrição física do referente, ou, em vez desta, à indicação da sua função ou utilidade, conforme mostram as entradas abaixo:

- (31) *Calandra, Engenho, com que se alizaõ pannos, e se fazem lustrosos* (Bluteau, 1728: 457)
- (32) *Alimpadura, ou Grança do trigo na eira* (Bluteau, 1728: 461)
- (33) *Anaõ, homem monstruosamente pequeno* (Bluteau, 1728: 464)
- (34) *Restolho, a canna, que fica depois de segado o trigo* (Bluteau, 1728: 461)
- (35) *Aloe, herva medicinal, que purga a Colera, e a pituita* (Bluteau, 1728: 456)
- (36) *A Hypochondrya, he tristeza sem causa* (Bluteau, 1728: 453)
- (37) *Branquear taboas, he tirar o carpinteiro a carepa, ou superficie dellas, para as aprainar* (Bluteau, 1728: 453)
- (38) *Fulano he homem secreto* (Bluteau, 1728: 454)
- (39) *Melaço, ou mel de açúcar, licor negro, que distilla pelos buracos das formas de açúcar* (Bluteau, 1728: 461)
- (40) *Limalha, ou Limadura, pó de materia limada* (Bluteau, 1728: 461).

- (41) *Maravalhas. Aparas, que se tiraõ da madeira com garlopa, ou junteira* (Bluteau, 1728: 461)
- (42) *Flor do vinho, especie de nata fina, que se ve no alto da cuba* (Bluteau, 1728:443).

As definições acima apresentam diferentes marcas: o verbo “ser” (*he*) e outros verbos (chamar – *chama-se, chamaõ*). Mas a definição pode ainda ser introduzida pela alternativa *ou*, por meio de *que* (*que se faz*) ou, simplesmente, pela vírgula que separa a entrada da sua definição. É de salientar que não abundam as definições por inclusão na espécie a que pertence o *definiendum*, como parece ser o caso da entrada:

- (43) *Cravo, pimenta, e outros adubos da mesma cor, que estes, se chamaõ*
Especies (p. 453)

Afora as informações linguísticas, outras são igualmente aduzidas por Bluteau, as quais, por extravasarem o âmbito do dicionário de língua, imprimem a este *Vocabulário de Termos* uma dimensão semelhante à da enciclopédica. Nela se enquadram, a título de exemplo, elementos de natureza geográfica ou toponímica a respeito de Portugal, das suas regiões e de outras parte do globo terrestre, sobretudo de territórios exóticos:

- (44) *Periquito he toucado de mulheres do Minho* (Bluteau, 1728: 440)
- (45) *O poço de Carochos na Provincia de Entre Douro e Minho* (Bluteau, 1728: 440)
- (46) *Em Portugal saõ celebres as folias da Arruda, e do Amial* (Bluteau, 1728: 447)
- (47) *Priguiça do Brasil gasta huma hora em passar de hum ramo a outro* (Bluteau, 1728: 438)
- (48) *Na India chamaõ os Portuguezes Negro assa, ao Negro branco, filho de pays negros* (Bluteau, 1728: 453)
- (49) *Entre o Zoara, e o Guiné, na Lybia interior fica a terra dos Negros de Africa* (Bluteau, 1728: 453)
- (50) *O animal, a que os Brasileiros chamaõ Tatu, e os Castelhanos Armadillo, lhe chamamos Encuberto* (Bluteau, 1728: 450);
- (51) *Na Alfeloa, que se faz do melaço do Brasil, he licor negro, que se distilla pelos buracos das formas; chamaõ-lhe Negrinhos* (Bluteau, 1728: 453)
- (52) *Lumiar he lugar; Lumiars Villa de Portugal* (Bluteau, 1728: 542)

Quando Bluteau ilustra a actualização de sentidos em função das expansões do verbo parece atender a critérios sintácticos e semânticos (*Dar pateadas. Dar vayas. Dar apupos*, p. 455). A exemplificação de sentidos específicos, não raro pertencentes ao registo popular, fica patente, por exemplo, em: *Convidar. Dar alguma cousa por algum serviço. Foy Fulano bem cõvidado. Luvas*” (Bluteau, 1728: 460).

3. Para encerrar, acrescentem-se algumas observações a respeito do significado historiográfico e linguístico do *Vocabulario de Termos Proprios, e Metaforicos*, e de como este reflectia o pensamento linguístico do lexicógrafo.

Necessários a uma prática redactorial assente no casamento entre retórica e estilística, do qual resultavam estratégias discursivas hoje estudadas à luz da pragmática, não causa estranheza o interesse de Bluteau pela metáfora, pois dos liames desta dependia, em parte significativa, o brilho da expressão escrita. No entanto, o artifício da metáfora servia tanto a registos mais polidos e elevados por Bluteau à linguagem popular em geral. Em termos linguísticos, o que se colhe deste *Vocabulario* é uma série de informações sobre a fraseologia setecentista, nela estando compreendidas quer frases idiomáticas ou expressões fixas, quer definições lexicográficas, quer, ainda, combinações sintagmáticas livres de complexidade variável, e, ainda, uns quantos provérbios. Com efeito, para o *Vocabulario de Termos Proprios, e Anaforicos* foi convocada, *lato sensu*, toda a fraseologia, vale dizer, uma vasta panóplia de combinações livres ou fixas, individuais ou institucionalizadas, ainda hoje objecto de discussão metodológica, tipológica e descritiva: por um lado, combinações léxicas ou locuções lexicais dependentes das relações sintácticas e semânticas dentro da oração (nominais, adjectivas, adverbiais, verbais, prepositivas, conjuntivas); por outro lado, combinações formadas por orações completas, com carácter fixo (enunciados de valor específico, fórmulas discursivas, provérbios, etc.).

Seja do ponto de vista linguístico, seja do historiográfico, importa sublinhar que ao elenco fraseológico em apreço subjaz a questão da *idiomaticidade*, conceito de complexa definição até aos nossos dias, sendo de assinalar o facto de, no primeiro quartel do século XVIII, Bluteau ter seleccionado unidades fraseológicas e manifestado a sensibilidade linguística suficiente para ir além da mera nomenclatura, interessando-se por processos construtivos de sentidos específicos. Embora o seu Autor não explicita os critérios lexicográficos e lexicológicos, o *Vocabulario de Termos Proprios, e Metaforicos* não pode deixar de ser encarado como instrumento da normalização linguística, ideia que presidiu à empresa lexicográfica de Bluteau, porque este, ao atentar em combinações de unidades feitas nos eixos paradigmático e sintagmático, delineava a língua portuguesa de inícios de Setecentos na sua dimensão verdadeiramente diassistemática, aspecto suficiente para que o padre teatino seja colocado, também no que tange à fraseologia portuguesa, em lugar cimeiro no conjunto de fontes (meta)linguísticas do século XVIII.

Referências Bibliográficas

- BLUTEAU, Rafael (1712-1721) *Vocabulario Portuguez, e Latino*. Vol. 1-4. Coimbra, 1712-1713; vol. 5-8, Lisboa, 1716-1721. Lisboa Occidental: Na Officina da Musica.
- BLUTEAU, Rafael (1727-1728) *Supplemento ao Vocabulario Portuguez e Latino*. Parte I. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva. Parte II. Lisboa Occidental: Lisboa Occidental: Patriarchal Officina da Musica.

- CORPAS Pastor, Gloria (1997): *Manual de fraseologia española*. Madrid: Gredos.
- GONÇALVES, Maria Filomena (2002) O "Prólogo" e o "Catálogo de Autores" do Vocabulário Português, e Latino: as ideias linguísticas de Bluteau no contexto da historiografia da Língua Portuguesa. In Gládis Massini-Cagliari, Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa, Rosane de Andrade Berlinck e Marymarcia Guedes (org.) *A descrição do Português: Lingüística Histórica e Historiografia Lingüística*. Araraquara, FCL-UNESP, Editora Cultura Acadêmica, pp. 25-65.
- HAENSCH, G., L. Wolf, S. Ettinger, R. Werner (1982) *La Lexicografía. De la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos.
- HASSLER, Gerda (1997) Sprachtheorie und lexicographische Praxis bei Rafael Bluteau (1638-1734)». In Hassler, Gerda & Jürgen Storost (org.). *Kontinuität und Innovation. Studien zur Geschichte der Romanistischen Sprachforschung vom 17. Bis 19. Jahrhundert*, Festschrift für Werner Banher zum 70. Geburtstag. Münster, pp. 107-124.
- JORGE, Guilhermina, Jorge, Suzete (1997) *Dar à língua. Da comunicação às expressões idiomáticas*. Lisboa: Edições Cosmos
- LOPES, Ana Cristina Macário (1992): *O texto proverbial português. Elementos para uma análise semântica e pragmática*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MARQUILHAS, Rita (2001) Em torno do Vocabulário de Bluteau. O reformismo e o prestígio da norma no século XVIII. In: Mateus, Maria Helena Mira (coord.), *Caminhos do Português*. Lisboa: Biblioteca Nacional, pp. 105-118.
- PÖLL, Bernhard (1994) Fraseologia Portuguesa: algumas perspectivas de pesquisa. *Verba Hispanica*, IV, 177-186.
- PORTO-Dapena, José-Álvaro (2002) *Manual de Técnica Lexicográfica*. Madrid. Arco/Libros.
- REY, Alain (1973) La phraséologie et son image dans les dictionnaires de l'âge classique. *Travaux de Linguistique et Littérature*, XI (1), Strasbourg.
- SILVA, Inocência Francisco da (1862): *Diccionario Bibliographico Portuguez*, t. 7º. Lisboa: Imprensa Nacional.
- THUN, Harald (1987) *Probleme der Phraseologie*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- VILELA, Mário (2002) As expressões idiomáticas na língua e no discurso. In: *Metáforas do nosso tempo*. Coimbra: Almedina, pp. 169-221.

Ocorrência múltipla de traços e a Conjunção Local de Restrições: dados do búlgaro¹

Gueorgui Hristovsky

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

0. Introdução

A ocorrência múltipla de traços distintivos nas línguas do mundo dá origem, na grande maioria dos casos, a configurações fonologicamente incompatíveis.

O mecanismo formal originalmente proposto para regular os casos de ocorrência múltipla de traços nas forma linguísticas é o Princípio de Contorno Obrigatório (doravante, PCO) (cf. Leben, 1973; Goldsmith, 1976; McCarthy, 1986; Itô e Mester 1986; Yip, 1988 e Archangeli e Pulleyblank, 1994, entre outros).

Na Teoria da Optimidade (doravante, TO) (Prince e Smolensky, 1993, 2002) os efeitos do PCO têm sido estudados como um caso especial de ajustamentos de marca: para cada traço *T* a gramática possui uma restrição de marca **T* (cf. Itô e Master, 1998; Alderete 1997; Zec, prelo), no entanto, as ocorrências múltiplas do mesmo *T* constituem violações mais fortes do que as suas ocorrências simples.

Smolensky (1995) propõe o mecanismo formal de *Conjunção Local de Restrições* (doravante, CLR) (em inglês Local Conjunction of Constraints – LCC) no qual **T²_δ* é uma restrição conjunta hierarquicamente superior relativamente às suas versões mais simples.

O objectivo principal do presente trabalho é o de aplicar a teoria da CLR numa língua que exhibe diferentes efeitos do PCO em domínios considerados tradicionalmente como cíclicos (cf. Kiparsky, 1982, 1985; Booij e Rubach, 1987; Rubach, 1993, entre outros).

Trata-se da descrição fonológica de três mudanças resultantes de violações ao PCO:

¹ O título original da presente comunicação era "Ocorrência múltipla de traços e violação cíclica de restrições: dados do Búlgaro". Por limitações de ordem tipográfica foram suprimidas a parte que tratava da ciclicidade e do bloqueio em contexto não derivado, várias tabelas que constavam do *handout* distribuído na altura da realização do encontro, assim como a secção intitulada "O PCO: a identidade e a adjacência dos elementos." O leitor interessado em consultar a versão completa da presente comunicação poderá entrar em contacto com o autor através do endereço electrónico ghristovsky@sapo.pt.

- (1) (i) *Despalatalização de uma consoante* seguida de um vocóide coronal (ou *Desassociação Dissimilatória*),
 (ii) *Apagamento de glide* seguida de uma vogal coronal, e
 (iii) *Associação de um nó Coronal [-anterior] flutuante* seguido de um outro nó Coronal [-anterior] (ou *Associação Assimilatória*).

A associação em (1) (iii) faz parte de um grupo de alternâncias designadas na literatura linguística como *C'a ~ Ce* ou *yatoviat preglus* (cf. Scatton, 1975, 1984; Hristovsky, 2000, 2002; Zec, no prelo) (onde C' = consoante palatalizada). Esta associação tem como resultado o efeito mais raro do PCO – o assimilatório.

Ao mesmo tempo vamos procurar resposta a uma questão mais geral: se o Búlgaro é restringido pelo PCO (Hristovsky, 2000; Zec, no prelo), por que razão a associação em (1) (iii) cria uma configuração de dois nós Coronal [-anterior] adjacentes proibida por esse princípio?

O trabalho está organizado da seguinte forma. Em 1. apresentamos a CLR. Na segunda secção apresentamos e sistematizamos os dados do Búlgaro, avançando a hipótese de que as restrições de marca podem tratar um e mesmo traço de forma diferente em função da sua filiação segmental e prosódica. Esta visão reflecte-se no estabelecimento da hierarquia dessas mesmas restrições. Em 3. apresentamos a nossa proposta de análise. Na última secção seguem-se as conclusões.

1. CLR: a resposta OTista

Alguns linguistas que trabalham no enquadramento da TO assumem a posição de que o PCO não existe na Gramática Universal (Alderete, 1997; Itó e Master 1998; Zec, no prelo, entre outros). Segundo estes autores, a Gramática Universal não se preocupa com os elementos idênticos adjacentes. Os efeitos do PCO surgem quando determinadas restrições de marca são violadas mais do que uma vez dentro do mesmo domínio local.

Itó e Master (1998: 4) afirmam:

- (2) “i. OCP-effects obtain when a given marked type of structure is present more than once within the same local domain.
 ii. Multiple violations of one and the same markedness constraint do not simply add up, but interact more strongly, so that a double violation within a given domain is worse than simply the sum of two individual violations.
 iii. This notion of violation enhancement can be formally expressed by means of self-conjunction of constraints (see Smolensky, 1995).”

Alderete (1997: 3) esquematiza a dissimilação como uma Conjunção Local de Restrições de Marca (M) sobre um determinado traço (P) da seguinte forma:

(3) Dissimilation as Local Conjunction of $M(P)^2$:

Input:	$M(P)^2L$	$F(P)$	$M(P)$
$\begin{array}{c} \alpha \quad \beta \\ \quad \\ P \quad P \end{array}$			
$\begin{array}{c} [\alpha \quad \beta]L \\ \quad \\ P \quad P \end{array}$			
$\begin{array}{c} [\alpha \quad \beta]L \\ \quad \\ P \quad P \end{array}$	*!		

Vejamos agora como é que a teoria exposta resumidamente mais acima poderá ser aplicada aos dados do Búlgaro.

2. CLR e os diferentes graus de marca de um traço distintivo: dados do Búlgaro

O nó Coronal [-anterior] dependente do nó de Lugar de Constricção de Vogal (cf. Clements e Hume, 1995) (doravante, π) pode ocorrer nas mais variadas posições e ter a mais variada filiação segmental no Búlgaro padrão – o dialecto de Sófia (doravante, B). Pensamos que não seria exagerado se afirmarmos que seria difícil encontrar uma outra língua que faça um uso tão grande ou mesmo máximo deste elemento. Senão vejamos. No B π pode ser flutuante ou associado. O seu estatuto flutuante pode ser subjacente ou resultante do apagamento da primeira vogal numa sequência de duas vogais no sistema verbal. Quando é subjacente é postulado nos casos em que um sufixo vocálico ou consonântico não palatal e não alternante faz palatalizar a consoante à sua esquerda. Mas existe também um caso específico que lhe confere este estatuto por incompatibilidade, a saber na reanálise da vogal abstracta *yat* (cf. Hristovsky, 2000) da qual falaremos mais adiante.

Quando ocorre associado pode pertencer a uma vogal coronal, à glide coronal, ao yer coronal (uma das duas vogais abstractas do B que existem também nas outras línguas eslavas) ou a uma consoante palatalizada qualquer. Qualquer consoante labial ou dentoalveolar pode ser palatalizada ao nível subjacente ou através de um processo de palatalização. As palatoalveolares e as velares nunca são palatalizadas mas as velares mudam para pré-velares ou mesmo para palatais quando seguidas de uma vogal coronal.

Atendendo ao facto que π ocupa a sua própria fiada geométrica que se situa em lugar bastante inferior na hierarquia de Clements e Hume (1995), as possibilidades combinatórias lógicas de pelo menos dois π s ocorrerem juntos, tendo em consideração a sua localização geométrica são 25. Estas são:

² Onde α c β = dois segmentos, P = traço ou nó, L = domínio local, M = restrição de Marca, F = restrição de Fidelidade.

- (4) VV, VC', VG, C'V, C'C', GV, GC', C'G, GG, FF, FV, VF, FG, GF, FC', C'F, YF, FY, YY, YV, VY, YC', C'Y, YG, GY³.

Algumas destas combinações, no entanto, não se registam, por violações de outras imposições estruturais independentes que não têm interesse para o presente trabalho. Por exemplo, a sequência GG ocorre apenas em fronteira de palavra; a resolução da sequência YY, YV, VY depende de factores silábicos (cf. Hristovsky, 2000).

Na tabela em (6) apresentamos exemplos com 16 sequências que se registam com relativa frequência no B excepto no caso do exemplo que contém GC', sequência essa que parece bastante rara. O símbolo F é aqui utilizado para representar apenas o nó Coronal [-anterior] da vogal abstracta *yat* cuja reanálise é apresentada em (5).

- (5) *yat* (designação histórica) (supostamente /æ/) (Van Campen, 1962 e Scatton, 1975, 1984), reanalisada em Hristovsky (2000) sincronicamente como uma vogal Ø, um nó Coronal [-anterior] flutuante e um traço [+aberto,] flutuante.

- (6) Exemplos representativos de ocorrências de dois πs adjacentes:

ππ	exemplo ⁴	repr. fonológica	estatuto	mudança
VV	[néin], [píe], [partii]	/nein/, /pi+e/, /partij+i/	♣	
VC'	[min'ór], [pétjə]	/min'ór/, /pétjə/	♣	
VG	[péjkə], [filijə]	/pej+k+a/, /filij+a/	♣	
C'V	[tsaré], [koné]	/tsar'+é/, /kon'+é/	♀	despalatalização
GV	[láe], [filii]	/laj+e/, /filij+i/	♀	supressão da glide
GC'	[rəsxáj'tə]	/raz+xaj'tə/	?	
FF	[tərpéʃe]	/tərp+F+F+x+e/	♀	associação do F à V Ø
FV	[béli]	/bFl+i/	♀	associação do F à V Ø
VF	[ʒiv'á]	/ʒivF+a/	♣	
FC'	[béiə]	/bFl+ə/	♀	associação do F à V Ø

³ Onde V = vogal coronal, C' = consoante palatalizada, G = Glide coronal, F = Coronal [-anterior] de Lugar de Vogal flutuante, Y = yer coronal.

⁴ Traduções: [néin] dela, [píe] bebe, [partii] partidos, [min'ór] mineiro, [pétjə] nome de senhora, [péjkə] banco (de jardim), [filijə] fatia, [tsaré] reis, [koné] cavalos, [láe] ladra (do verbo ladrar), [filii] fatias, [rəsxáj'tə] levar para a vadiagem, [tərpéʃe] aguentava, [béli] brancos [ʒiv'á] viveu, [béiə] branquear, [ʒivéj] vive (Imperativo), [úatnu] de verão [t'svétnu] florido, [den'át] o dia, [póten] relativo a caminho, [táen] secreto, [tájno] secreta.

FG	[ʒivéj]	/ʒiv+Fj/	♣	
GF	[ʒivéex]	/ʒiv+Fj+F+x/	♣	associação dos Fs às Vs Ø e apagamento da glide
FY	(i) [ʒátnu]	/ʒt+Yn+o/	♣	associação do F à C
	(ii) [tʰvétnu]	/tʰvʒt+Yn+o/	♣	associação do F à V Ø
YC*	[denjšt]	/dYnj+ət/	♣	
C'Y	[pštén]	/pəšt+Yn/	♣	despalatalização
GY	[táen]	/taj+Yn/	♣	supressão da glide
	[tájna]	/taj+Yn+a/	♣	(quando o yer vocaliza)

Das 16 seqüências em (6) 7 não exibem efeitos do PCO mas 11 apresentam três reconfigurações recorrentes: despalatalização, apagamento da glide e associação do F coronal flutuante à vogal subjacente. Estes são os casos mais frequentes de manifestações de efeitos do PCO no B. Devemos referir resumidamente que os yeres quando são vocalizados por factores independentes das violações ao PCO em nada se distinguem das vogais coronais plenas. Há, no entanto duas observações a fazer. A seqüência FY é resolvida de duas maneiras (consequentemente existem duas subclasses de formas no B⁵). Nos dois adjetivos [ʒátnu] e [tʰvétnu] o yer não vocaliza por causa da vogal que se lhe segue mas no primeiro caso F é associado à consoante e no segundo à vogal, i. e. no primeiro caso não se regista a associação assimilatória mas sim uma palatalização independente de eventuais violações ao PCO. Note-se no último exemplo que a glide é apagada apenas quando o yer é vocalizado. Ou seja, um yer não vocalizado pode provocar a associação do F mas não o apagamento da glide.

Nas sete seqüências que não exibem efeitos do PCO o primeiro elemento é sempre uma vogal subjacente ou um yer vocalizado. Segue-se a generalização:

- (7) A adjacência de dois nós Coronal [-anterior] dependentes do nó de lugar V é mal formada no Búlgaro se o primeiro é associado a uma consoante, a uma glide ou é flutuante.

Os dados da tabela (6) e a generalização em (7) sugerem que as mudanças registadas ocorrem se tivermos em consideração a filiação segmental e/ou prosódica de cada nó Coronal nas respectivas seqüências em função da oposição vogal/não vogal ou núcleo de sílaba/não núcleo de sílaba ou mórico/não mórico.

Nesta perspectiva podemos reescrever a generalização em (7) da seguinte maneira:

- (8) * $\pi_{NN}\pi^6$

⁵ A subclasse de [tʰvétnu] possui maior número de formas por isso é tomada em Hristovsky (2000) como a regular.

⁶ Onde π_N = nó Coronal [-anterior] dependente do nó lugar V em posição de núcleo silábico; π_{NN} = o mesmo nó em posição não nuclear, * = restrição de Marca.

Agora consideremos uma das implicações teóricas mais importantes para a presente análise. O estabelecimento da linha divisória entre o conjunto de sequências de $\pi\pi$ proibidas e $\pi\pi$ permitidas tem significado concreto na teoria da CLR, i. e. implica o seguinte:

(9) $*\pi_{NN}\pi$ >> Restrições de Fidelidade >> Restrições de Marca Simples

A consequência automática decorrente da teoria é a de que $*\pi_{NN}\pi$ fica em posição hierárquica superior em relação às Restrições de Fidelidade.

Consideremos agora uma outra regularidade que parece transparecer nos dados da tabela em (6). As hipóteses de sobrevivência de cada nó Coronal como função da sua filiação segmental parecem bastante desiguais. No caso de vogal o nó Coronal nunca é apagado, no caso de glide é apagado apenas num contexto – GV, no caso de C' é apagado de igual modo num contexto, no entanto recordemos a não ocorrência no B da sequência C'C'. No B não podemos encontrar a sequência C palatalizada seguida de C não palatalizada, além disso uma consoante palatalizada é despalatalizada sempre em posição de coda. A única posição em que pode aparecer uma consoante palatalizada é efectivamente em posição de ataque silábico antes de um vocóide não coronal. Se este ataque for ramificado apenas a segunda consoante pode ser palatalizada. Por fim, o nó Coronal de um yer não vocalizado e o nó Coronal flutuante ocorrem em posições bastante frágeis, pois são os candidatos ideais para a Convenção conhecida em Fonologia Autossegmental como *Stray Erasure*. Feitas estas considerações podemos fazer uma escala de resistência decrescente do nó Coronal em função da sua filiação segmental:

$$(10) \pi V, \pi Y_{\text{vocalizado}} > \pi G > \pi C > \pi F, Y_{\text{não vocalizado}}$$

A questão pertinente que se coloca neste momento é a seguinte: Será que a gramática do B não deverá incorporar de uma ou de outra maneira a regularidade sistematizada em (10)?

Consideramos que sim. Para isso, propomos converter a escala de (10) em restrições de marca simples hierarquizadas como em (11):

$$(11) *\pi F, *\pi Y_{\text{não vocalizado}} >> *\pi C >> *\pi G >> *\pi V, *\pi Y_{\text{vocalizado}}$$

A mesma hierarquia de restrições poderá ser derivada de modo independente através do cruzamento de duas escalas fonéticas de proeminência. Por limitações de tempo e espaço não entraremos nesta discussão e apresentação.

3. Proposta de análise

Antes de passarmos à análise propriamente dita, vejamos como seria possível exprimir a decomposição da vogal abstracta *yat* nos seus elementos constituintes – a vogal \emptyset , o nó Coronal flutuante e o traço [+aberto₁] flutuante.

Hristovsky (2000, 2002) utiliza Condições de Implicação Negativa na perspectiva da Especificação Combinatória (Archangeli e Pulleyblank, 1994).

Em OT a decomposição poderá ser efectuada através da CLR se optarmos por uma das três possibilidades seguintes onde propomos a restrição conjunta **FrontLow*.

- (12) (i) **FrontLow* >> *IdentCoronal*, *Ident*[+aberto₁] = os dois são flutuantes;
- (ii) *IdentCoronal* >> **FrontLow* >> *Ident*[+aberto₁] = [+aberto₁] é flutuante;
- (iii) *Ident* [+aberto₁] >> **FrontLow* >> *IdentCoronal* = Coronal é flutuante.

A possibilidade de formalização que consideramos mais próxima da realidade empírica é a de (12) (i). A possibilidade em (ii) representa um /e/ ou um /i/ acompanhado do traço [+aberto₁] flutuante que é uma configuração que não existe no B. A possibilidade em (12) (ii) existe no B, tratando-se da representação de (pelo menos) um sufixo para a formação do Imperfectivo Derivado (cf. Scatton, 1984) que corresponde à vogal /a/ que nunca alterna como no grupo C'a - Ce mas que tem a capacidade de palatalizar as consoantes que a antecedem.

Resta-nos apenas especificar o domínio local desta restrição que, sem dúvida, é o segmento ou se utilizarmos o termo mais preciso, o *path*, de Archangeli e Pulleyblank (1994). Então temos:

- (13) **FrontLow_{path}*

As restrições e a hierarquia final que propomos é a seguinte:

- (14) *FrontLow_{path}* >> **π_{NN}π_{autadj}* >> *Identπ* >> **πC* >> **πG* >> **πV* >> *Ident*[+aberto₁]⁷

Uma leitura rápida. *FrontLow_{path}* refere que Coronal e [+aberto₁] não podem ocorrer juntos no mesmo segmento. **π_{NN}π_{autadj}* diz que dois autosssegmentos idênticos adjacentes não podem ocorrer juntos se o primeiro for um nó Coronal não nuclear. *Identπ* "defende" que qualquer nó Coronal [-anterior] de lugar V do *input* tem que estar representado no *output*. Para facilitar a nossa exposição retirámos da hierarquia as restrições de Marca simples que envolviam o F e o Y (não vocalizado) mas mais adiante estes elementos serão evocadas.

⁷ Onde *autadj* = autosssegmentos adjacentes - é o domínio local da restrição conjunta

A hierarquia $*\pi C \gg * \pi G \gg * \pi V$ diz que é melhor ser-se um nó Coronal de articulação primária do que de uma articulação secundária (em consoante palatalizada) mas se for em articulação primária ainda é melhor se ocorrer em posição de núcleo, i. e. numa vogal. E por fim *Ident*[+aberto₁] postula que [+aberto₁] tem que sobreviver mas é o último na fila. Este traço é provavelmente o menos importante e o mais marcado na fonologia do Búlgaro porque aparece apenas numa vogal – [a] e numa única posição – na posição tónica. Por outro lado, na alternância $C'a \sim Ce$ é associado à vogal subjacente uma vez, precisamente em posição tónica, contra 3 associações do Coronal fluante à vogal tónica, à vogal átona e à consoante.

Nas tabelas que se seguem aplicamos a hierarquia de restrições que acabámos de propor. Note-se que a restrição *FrontLow_{path}* e *Ident*[+aberto₁] são necessárias apenas para as formas que contêm o *yat*, sendo incluídas apenas nas tabelas que exemplificam essas formas.

O primeiro item contém apenas uma consoante fonológica palatalizada que se for despalatalizada cria uma violação ao *Ident* π .

(15) $C' - [kónj+\text{ət}]$ “o cavalo” (efeito: não há mudança)

	/kónj+ət/	$*\pi_{NN}\pi_{\text{autadj}}$	<i>Ident</i> π	$*\pi C$	$*\pi G$	$*\pi V$
☞	kón'ət			*		
	kónət		*!			

Na tabela em (16) apresentamos um exemplo que contém a sequência de consoante palatalizada seguida de vogal coronal.

(16) $C'V - [kon+é]$ “cavalos” (efeito: despalatalização)

	/kon+é/	$*\pi_{NN}\pi_{\text{autadj}}$	<i>Ident</i> π	$*\pi C$	$*\pi G$	$*\pi V$
	kon'é	*!				
☞	koné					*
	kon'ó		*	*!		

O exemplo em (16) é interessante na medida em que dois candidatos violam *Ident* π , no entanto, o vencedor é o candidato que viola a restrição de Marca simples inferior – $*\pi V$.

Em (17) apresentamos uma forma com uma sequência de duas vogais subjacentes. O número de candidatos é grande porque universalmente são possíveis mudanças como palatalização, semivocalização, simplificação do hiato, etc.

(17) VV – [pié] “bebe” (efeito: não há mudança)

	/pi+e/	* $\pi_{NN}\pi_{autadj}$	<i>Ident</i> π	* π_C	* π_G	* π_V
	pje	*!				*
	pe		*!			*
	pi		*!			*
☞	pié					**
	p'e	*!				*

Em (18) apresentamos exemplo com a sequência VG.

(18) VG – [péjka] “banco” (de se sentar) (efeito: não há mudança)

	/pej+k+a/	* $\pi_{NN}\pi_{autadj}$	<i>Ident</i> π	* π_C	* π_G	* π_V
	péka		*!			*
	pájka		*!		*	*
☞	péjka				*	*

O exemplo em (18) é interessante na medida em que representa um dos casos problemáticos para a análise de Zec (no preto). Simplificando, a autora defende a hipótese prosódica “Um nó Coronal por sílaba, dois nós Coronal por pé”. Em [péjka] (que é uma forma 100% gramatical) porém temos dois nós Coronal na primeira sílaba, não se tratando de modo nenhum de uma sequência marginal. As duas sequências de VG *ej* e *ij* são frequentes no léxico do B (contrariamente ao que se verifica, por exemplo, no Português Europeu⁸).

Em (19) também temos dois candidatos que violam a mesma restrição *Ident* π e cujo destino se resolve “na segunda volta”, ou seja, por uma restrição inferior – o candidato com G aparece como pior do que o candidato com V.

 (19) GY_{vocalizado} – [táen] “secreto” (efeito: apagamento da glide)

	/taj+Yn/	* $\pi_{NN}\pi_{autadj}$	<i>Ident</i> π	* π_C	* π_G	* π_V
☞	táen					*
	tajn		*		*!	*
	tájen	*!			*	*
	tan		*!*			*

⁸ Aproveitamos esta observação para referir que no B não há ditongos, i. e. núcleos ramificados com V e G. As glides são silabificadas em posição de ataque ou de coda. No entanto, em ataque a G Coronal é apagada se for seguida de V coronal.

No exemplo em (19) o yer vocalizado revela o mesmo comportamento que uma vogal plena, ou seja faz despoletar o apagamento da glide.

O exemplo que se segue também tem a sequência de $GY_{\text{vocalizado}}$ mas foi escolhido porque temos um encontro triplo de nós coronais, nomeadamente o da V, o da G e o do Y.

(20) $VGY_{\text{vocalizado}}$ – [deéts] “activista” (efeito: apagamento da glide)

/dej+Ytʰ/	* $\pi_{NN}\pi_{\text{autadj}}$	Ident π	* πC	* πG	* πV
détʰ		*!*			*
déjtʰ		*		*!	*
djétʰ	*!	*		*	*
dejétʰ	*!	*		*	*
deétʰ		*			**
dejétʰ		*		*!	*
dejétʰ	*!			*	**

Em (20) assistimos a uma autêntica “luta de classes” (claro, entre elementos de classes naturais) na qual qualquer um desses elementos quer ser o vencedor. Acabam por vencer a vogal subjacente e o yer que se torna vogal, i. e. a classe das vogais fonéticas.

Observemos agora um exemplo com o *yat* que possui um um nó Coronal flutuante (F). Recordemos que neste caso é necessário evocar mais duas restrições – uma de Marca (conjunta) – * $FrontLow_{\text{path}}$ (* FL_{path}) e uma de Fidelidade – Ident[+aberto,] (Ident[+ab,]) (cf. (14)).

(21) FV – [béli] “brancos” (efeito: associação do F)

/bFl+i/	* FL_{path}	* $\pi_{NN}\pi_{\text{autadj}}$	Ident π	* πC	* πG	* πV	Ident[+ab,]
béli	*!					**	
bFli		*!				*	
báli				*!		*	
báli			*!			*	
béli						*	*
béli		*!		*		**	*

Em (22) apresentamos um exemplo com a sequência FC'. A consoante palatalizada /ʃ/ surge como o resultado do apagamento da vogal temática /i/ quando seguida de outra vogal, processo que se observa também, no sistema verbal do Português (cf. por exemplo, Mateus e Andrade, 2000). Ao contrário do Português, o B mantém o traço Coronal e não os traços de altura responsáveis pela Harmonia Vocálica no Português.

(22) FC – [béʎə] “branquear” (efeito: associação do F)

	/bFʎ+i/	*FL _{path}	*π _{NNπ} amadj	Identπ	*πC	*πG	*πV	Ident[+ab _i]
	báʎə	*!			*	*	*	*
	bFʎə		*!		*	*	*	*
	bláʎə				* *	*	*	*
	báʎə			*!	*	*	*	*
	béʎə				*	*	*	*
	béʎə		*!		*	*	*	*

4. Conclusão

Procurámos no presente trabalho encontrar restrições adequadas para explicar três processos que em Fonologia Autossegmental eram explicados através de violações ao PCO. A teoria da CLR ajudou-nos a encontrar as restrições conjuntas (acreditamos) mais adequadas, tanto para a ocorrência múltipla de traços distintivos na horizontal (no caso das sequências de nós Coronal [-anterior]) como para a ocorrência de traços incompatíveis na vertical (no caso da descrição da estrutura do *yat*).

O suposto efeito assimilatório do PCO parece resultar, pelo menos no caso concreto do B, de reconfigurações pontuais específicas à língua e não de algum mecanismo universal composto por regularidades que conspiram na mesma direcção. Esta visão não está de acordo com a de Zec (no prelo) que procura comprovar o carácter universal do efeito assimilatório do PCO.

Referências Bibliográficas

- ALDERETE, J. (1997) Dissimilation as Local Conjunction. *NELS* 27. Edited by Kusumoto, K. Amherst, Ma. GLSA, pp. 17-32.
- ARCHANGELI, D. e Pulleyblank, D. (1994). *Grounded Phonology*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- BOOIJ, G. e Rubach, J. (1987) Postcyclic versus postlexical domains in Lexical Phonology. *Linguistic Inquiry* 18, pp. 1-44.
- CLEMENTS, G. N. (2001) The Representational Economy in Constraint-Based Phonology. In T. Alan Hall (ed.), *Distinctive Feature Theory*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- CLEMENTS, G. N. e Hume, E. (1995) The Internal Organization of Speech Sounds. In J. Goldsmith (ed.), *The Handbook of Phonological Theory*. Cambridge USA/Oxford UK: Blackwell.
- GOLDSMITH, J. (1976) *Autosegmental Phonology*. Dissertação de doutoramento. MIT.

- GOLDSMITH, J. (1990) *Autosegmental and Metrical Phonology*. Cambridge, Massachusetts: Blackwell.
- GOLDSMITH, J. (1995) *The Handbook of Phonological Theory*. Cambridge, Mass./Oxford: Blackwell.
- HRISTOVSKY, G. (2000) *Alternâncias Vocálicas e Consonânticas do Búlgaro*. Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- HRISTOVSKY, G. (2002) As alternâncias [C'a ~ Ce]: quatro associações de elementos T flutuantes por incompatibilidade. *Actas do XVII Encontro Nacional da APL*. Lisboa: APL.
- ITÔ, J. e Master, A. (1986) The Phonology of Voicing in Japanese. Theoretical Consequences for Morphological Accessibility. *Linguistic Inquiry* 17, pp. 49-73.
- ITÔ, J. e Master, A. (1998) Markedness and Word Structure: OCP Effects in Japanese. ROA 255-0498. Rutgers Optimality Archives, <http://roa.rutgers.edu>
- KIPARSKY, P. (1982) From Cyclic Phonology to Lexical Phonology. In H. van der Hulst e N. Smith (eds), *The structure of Phonological Representations*, vol.1. Dordrecht: Foris.
- KIPARSKY, P. (1985) Some Consequences of Lexical Phonology. *Phonology* 2, pp. 85-138.
- KIPARSKY, P. (1999) *Paradigms Effects and Opacity*. Manuscrito, Stanford University.
- LEBEN, W. (1973). *Suprasegmental Phonology*. Dissertação de doutoramento. MIT.
- MACCARTHY, J. (1986) OCP Effects: Gemination and Antigemination. *Linguistic Inquiry* 17, pp. 207-263.
- PRINCE, A. e Smolensky, P. (1993) Optimality Theory. Constraint Interaction in Generative Grammar. Rutgers Optimality Archives, <http://roa.rutgers.edu>.
- PRINCE, A. e Smolensky, P. (2002) Optimality Theory. Constraint Interaction in Generative Grammar. Rutgers Optimality Archives, <http://roa.rutgers.edu>. (versão corrigida e repaginada).
- RUBACH, J. (1993) *The Lexical Phonology of Slovak*. Oxford: OUP.
- SCATTON, E. (1975) *Bulgarian Phonology*. Cambridge MA: Slavica Publishers, Inc.
- SCATTON, E. (1984) *A Reference Grammar of Modern Bulgarian*. Columbus, Ohio: Slavica Publishers, Inc.
- SMOLENSKY, P. (1995) On the Structure of the Constraint Component *Con* of UG. ROA 86-0000. Rutgers Optimality Archives, <http://roa.rutgers.edu>.
- VAN Campen, J. (1962) Alternative Solution to a Problem in Bulgarian Morphology. *Slavic and East European Journal* VI, pp. 143-147.
- YIP, M. (1988) The Obligatory Contour Principle and Phonological Rules: The Loss of Identity. *Linguistic Inquiry* 19, pp. 65-100.
- ZEC, D. (no prelo). Constraints on Multiple Feature Occurrence. *Linguistische Berichte*.

Representação mental e acesso a formas verbais regulares e irregulares: dados de um paciente afásico falante nativo do português europeu

Gabriela Leal

Laboratório de Estudos de Linguagem, Faculdade de Medicina de Lisboa,
Hospital de Santa Maria

Manuela Vasconcelos

Escola Superior de Saúde do Alcoitão
Laboratório de Psicolinguística da Faculdade de Letras de Lisboa

1. Introdução

1.1. Processamento de formas verbais flexionadas regulares e irregulares

Estudos recentes na área da Psicolinguística e da Neurolinguística baseados em dados de pacientes afásicos têm contribuído para o debate sobre a representação mental dos itens lexicais, o seu armazenamento e a forma como acedemos a eles. As questões que se têm colocado acerca do papel da estrutura morfológica no processamento lexical dizem respeito tanto à morfologia derivacional como à morfologia flexional, embora com particular incidência na flexional.

Apesar de já terem sido realizados numerosos estudos, tanto em falantes normais¹, como em pacientes afásicos² – que apontam para que as palavras não sejam tratadas todas da mesma maneira, reforçando a hipótese de que a morfologia desempenha um papel central na organização e acesso lexical –, a verdade é que os dados são contraditórios, exigindo mais investigação.

Sendo a língua portuguesa uma língua com uma flexão verbal muito rica, decidimos centrar o nosso estudo nas flexões verbais, contrastando o processamento das formas regulares com as irregulares, pretendendo contribuir para um debate que, apesar de se ter iniciado há quase duas décadas (Rumelhart & McClelland, 1986; Pinker & Prince, 1988), continua em aberto e bastante aceso. Os resultados destes estudos têm

¹ Veja-se, entre outros, Caramazza *et al.* (1988).

² Veja-se, entre outros, Bastiaanse, Ripens & van Zonneveld (2000); Benedet, Christiansen & Goodglass (1998); De Bleser & Luzzati (1994); Faroqi-Shah & Thompson (2003; 2004); Kolk (2000); Longworth, Tyler & Marslen-Wilson (2003); Marangolo *et al.* (2003); Marslen-Wilson & Tyler (1997); Miozzo (2003); Penke (2003); Pinker (1999); Pinker & Ullman (2002); Ullman (2001); Patterson (1980); Wenzlaff & Clahsen (2004).

servido de base a diferentes modelos de processamento lexical, colocando, de um lado, os que defendem modelos de processamento únicos, designados por modelos conexionistas, e, do outro, os que defendem modelos baseados em regras. Mais recentemente, surgiu um terceiro modelo, um modelo dual baseado em «palavras e regras» (Pinker, 1999), que combina a «generativa com o conexionismo». Neste modelo faz-se a distinção entre gramática e léxico, sendo «o léxico uma subdivisão da memória, contendo (entre outras coisas) milhares de pares arbitrários de som-significado» e «a gramática um sistema de operações produtivas e combinatórias que reúnem morfemas e palavras simples em palavras complexas, sintagmas e frases». Defende-se que «as formas irregulares são apenas palavras, adquiridas e armazenadas como as outras palavras, mas com um traço gramatical como [+pretérito] incorporado nas suas entradas lexicais. As formas regulares, pelo contrário, podem ser produtivamente geradas por uma regra, exactamente como os sintagmas e as frases. A forma flexionada armazenada de um verbo bloqueia a aplicação da regra do verbo. Nos outros casos, a regra é aplicada por defeito» (Pinker & Ullman, 2002: 456).

Na verdade, têm sido os estudos com pacientes afásicos que mais têm contribuído para este debate. Em pacientes afásicos foi possível detectar uma dupla dissociação no que diz respeito ao processamento de flexões regulares e irregulares, nuns casos havendo défices em relação às flexões regulares e noutros encontrando-se o padrão oposto: são as flexões irregulares que se encontram perturbadas. O tipo de lesões num caso e noutro é diferente, havendo provavelmente bases neurológicas distintas para o processamento morfológico baseado em regras, caso das flexões regulares, e para o processamento das palavras memorizadas, caso das irregulares (Marslen-Wilson & Tyler, 1997; Pinker, 1999; Ullman, 2001; Miozzo, 2003; entre outros). Estes dados são dificilmente explicados pelos modelos conexionistas, sendo os modelos de processamento duais os que parecem melhor dar conta destes casos de dupla dissociação³.

A maior parte destes trabalhos tem-se baseado em pacientes cuja língua materna é o inglês⁴, embora haja já um número considerável sobre outras línguas⁵. O presente estudo pretende investigar o que se passa relativamente a esta questão com um paciente afásico falante nativo do português europeu⁶, partindo dos resultados já obtidos para outras línguas.

Como os dados da presente investigação foram obtidos através de testes de leitura em voz alta, convém fazer uma breve referência às diferentes estratégias de leitura.

³ Veja-se, por exemplo, Miozzo (2003), que analisa o modelo conexionista de Joanisse & Seidenberg (1999), considerado um dos mais interessantes.

⁴ Veja-se os trabalhos mais recentes de Faroqi-Shah & Thompson (2003, 2004); Longworth, Tyler & Marslen-Wilson (2003); Marslen-Wilson & Tyler (1997); Miozzo (2003); Pinker (1999); Ullman (2001); Wenziaff & Clahsen (2004); entre outros

⁵ Veja-se Kolk (2000) e Penke (2003), para o alemão; Friedmann & Grodzinsky (1997), para o hebreu; De Bleser & Luzzatti (1994), para o italiano; Benedet, Christiansen & Goodglass (1998), para o inglês e espanhol, entre outros.

⁶ Veja-se, para o Português, a monografia de final de curso de S. Pôla (2001), que aborda algumas destas questões.

1.2. Estratégias de leitura

Em estudos com pacientes afásicos, tem sido defendido que existem três vias de leitura (Castro-Caldas & Reis, 2000; Leal & Martins, 2002, entre outros): 1) via fonológica; 2) via lexical; e 3) via semântica. Com os dados de que dispomos, é-nos difícil assumir estas três vias, assumindo que existem apenas duas: via fonológica e via lexical.

A via fonológica, também designada por via indirecta porque passa obrigatoriamente pela componente fonológica, implica a «conversão grafema-fonema» ou de outras unidades sublexicais. Utilizando esta via é possível ler palavras em voz alta sem haver acesso lexical. Pode tudo passar-se ao nível da componente fonológica, sem chegar a ser activada nenhuma entrada no léxico mental do leitor. Esta via permite ainda ler palavras que não existem na língua.

A via lexical só pode ser utilizada para as palavras conhecidas, aquelas que estão armazenadas no nosso dicionário ortográfico mental. A representação ortográfica é enviada para o léxico mental ortográfico, sendo simultaneamente activadas as diferentes representações da entrada lexical correspondente, tanto a representação semântica, como a representação fonológica.

O que é que acontece quando o paciente tem perturbada a componente fonológica, como acontece na *deep dyslexia*? O paciente não consegue utilizar a via fonológica, ou seja, fazer a «conversão grafema-fonema», e utiliza a via lexical; mas, ao contrário do que acontece num leitor normal, a representação fonológica da entrada lexical não é activada, apenas a representação semântica. Daí que se costume designar esta via por «via semântica»: a leitura é mediada pelo significado das palavras. Do nosso ponto de vista trata-se de uma única via, embora possam ser geradas duas situações diferentes.

2. Método

2.1. Descrição do paciente

A investigação de que aqui se dá conta é baseada no estudo de uma paciente, de 24 anos, licenciada, falante nativa do português europeu (MPG), que sofreu um AVC devido à ruptura de um aneurisma. A avaliação inicial, 20 dias após a instalação dos sintomas, baseada na Bateria de Avaliação de Afasia de Lisboa, evidenciou um quadro de defeito grave de linguagem com perturbação da compreensão auditiva, da expressão oral, da leitura e da escrita – Afasia Global.

MPG iniciou terapia da fala e após 16 meses de terapia apresentava uma afasia de Broca ligeira, revelando algumas características de *deep dyslexia* (Coltheart, 1980).

Para confirmar este diagnóstico, MPG foi submetida a uma avaliação com uma bateria de provas de leitura e pôde constatar-se, através das pontuações nas diferentes provas, que o defeito de leitura se enquadrava no quadro de alexia de profundidade (*deep dyslexia*). Os resultados desta avaliação foram os seguintes: leitura de letras – 12/12; leitura de sílabas – 18/36; leitura de palavras – 40/45; leitura de pseudo-palavras –

11/24. Na leitura de texto, ocorreram erros nas palavras funcionais (*como/que*); erros visuais (*dispunham/disputavam*) e erros semânticos (*químico/cientista*).

É curioso constatar que a pontuação na leitura de sílabas é semelhante à da leitura de pseudo-palavras, o que pode ser explicado pelo facto de as sílabas isoladas funcionarem como pseudo-palavras, dado que não têm qualquer significado.

Paralelamente, durante o processo de terapia, verificou-se um maior número de erros nos verbos do que nos nomes e adjectivos, com particular incidência nas formas verbais flexionadas.

2.2. Materiais e procedimentos

A partir dos dados prévios, foi sendo construída uma bateria de testes com o objectivo de definir de uma forma fina as dificuldades linguísticas da paciente, partindo-se de testes exploratórios, de âmbito mais lato, para outros cada vez mais específicos. Serão aqui analisados apenas três desses testes.

2.2.1. Testes exploratórios de leitura em voz alta de palavras em contexto: Teste 1 e Teste 2

Objectivos:

1. estudar os défices linguísticos de MPG, a partir da análise do tipo de erros
2. investigar o acesso ao léxico mental, tendo em conta a distinção entre
 - morfemas lexicais e morfemas gramaticais
 - formas verbais regulares e irregulares.

2.2.2. Teste de leitura em voz alta de formas verbais isoladas: Teste 3

Este teste centra-se exclusivamente no estudo do acesso às formas verbais flexionadas regulares e irregulares, apresentadas sem contexto, o que permite eliminar estratégias *top-down* eventualmente utilizadas nas experiências anteriores.

Hipótese 1 – Se a via de leitura utilizada for a lexical, havendo bloqueamento da componente fonológica, é de esperar diferenças significativas entre a leitura de palavras e de pseudo-palavras.

Hipótese 2 – Se as flexões regulares e irregulares não forem processadas da mesma maneira é de esperar diferenças significativas nos resultados obtidos para um e outro tipo de estímulos.

Este teste é constituído por 110 palavras-estímulos (100 palavras e 10 pseudo-palavras), assim distribuídos: formas verbais regulares: 50; formas verbais irregulares: 50; pseudo-verbos: 10.

Todas as palavras seleccionadas são frequentes⁷, tendo a sua frequência sido controlada através das listas do Português Fundamental. No entanto, a frequência dos sufixos verbais não pôde ser verificada, visto não haver trabalhos estatísticos para o português que contemplem os morfemas gramaticais presos.

A ordenação dos estímulos foi aleatória. Cada estímulo foi apresentado em separado, sendo pedido a MPG que lesse as palavras em voz alta.

3. Resultados

3.1. Testes exploratórios de leitura em voz alta de palavras em contexto: Teste 1 e Teste 2

Nos testes 1 e 2, ocorreram 52 erros, classificados de acordo com o Quadro 1:

Quadro 1 – Percentagem de respostas incorrectas (n=52), por tipo de erro

Tipo de erros	Nº	%
Paralexias semânticas	3	5,8
Omissão /substituição de palavras funcionais	17	32,7
Paralexias morfológicas	16	30,8
Outros	16	30,8

Os erros confirmaram as expectativas:

- a estratégia de leitura adoptada por MPG é a da via semântica evidenciada pelas paralexias semânticas⁸ e pela dificuldade na leitura de palavras desconhecidas.
- MPG tem dificuldade no acesso aos morfemas gramaticais, livres e presos (63,5% do total de erros)⁹.

Como o objectivo deste estudo se centra no estudo das formas verbais, analisámos mais atentamente estes resultados, verificando que:

- nas formas verbais no infinitivo não ocorreu nenhum erro
- nas formas verbais irregulares não ocorreu nenhum erro.
- nas formas verbais com flexões regulares ocorreram 10 erros
- os erros ocorreram no acesso aos sufixos flexionais, sendo as raízes acedidas correctamente.

⁷ A importância da frequência no acesso lexical é uma das conclusões mais consistentes no estudo do acesso lexical. Veja-se, para o português, o estudo de Leal (2003) com pacientes afásicos.

⁸ A substituição de *fantástico* por *magnífico*, de *repensarem* por *reflectirem* e de *certos* por *alguns* indica que o acesso é mediado pelo significado das palavras.

⁹ Somaram-se os 17 casos de omissão/substituição de morfemas gramaticais livres aos 16 casos de paralexias morfológicas que resultam da substituição de morfemas gramaticais presos (33/52, ou seja, 63,5%)

A análise mais detalhada destes erros (Quadro 2) trouxe algumas novidades: verificámos que a falha reside no acesso aos sufixos flexionais com marca de Tempo (90% dos erros). No acesso aos sufixos com marca de Pessoa registou-se apenas um erro¹⁰ e no acesso aos sufixos com marca de Número obtiveram-se 100% de respostas correctas.

Quadro 2 – Análise de erros nas formas verbais, em função de Tempo, Pessoa e Número

Palavra estímulo	Palavra lida	Tempo	Pessoa	Número
Decidiram	Decidiam	0	1	1
Gostam	Gostarem	0	1	1
Regressaram	Regressam	0	1	1
Vivem	Viveram	0	1	1
Sairmos	Saimos	0	1	1
Vimos	Víamos	0	1	1
Tivéssemos tido	Tivessem tido	1	0	1
Tivéssemos ficado	Tivemos ficado	0	1	1
Telefonámos	Telefonarmos	0	1	1
Falaram	Falavam	0	1	1
		90%	10%	0%

2.3.2. Teste de leitura em voz alta de formas verbais isoladas: Teste 3

Neste teste ocorreram 40 erros, distribuídos de acordo com o Quadro 3:

Quadro 3 – Percentagem de respostas incorrectas, em função do estímulo: palavras (n=100) e pseudo-palavras (n=10)

	Nº	%
Palavras	34/100	34%
Pseudo-palavras	6/10	60%

A diferença entre os erros nas palavras e nas pseudo-palavras é estatisticamente significativa $p < 0,05$. No entanto, é de assinalar que MPG é capaz de ler 40% das pseudo-palavras, o que indica que, embora perturbada, a via de conversão grafema fonema – a única que lhe possibilita a leitura de palavras não armazenadas no seu léxico ortográfico – está em parte disponível. A análise das gravações evidencia a dificuldade na leitura destas palavras: MPG faz pausas, auto-correcções e soletra lentamente as pseudo-palavras.

¹⁰ Na leitura do texto, MPG substitui no primeiro instante por os primeiros instantes. Ao interpretar este sintagma como sujeito, faz a concordância com a forma verbal seguinte, lendo *tivessem sido* em vez de *tivéssemos tido*. Confirma-se que a estratégia é *top-down* e que a via de leitura é a «semântica».

Analisando agora as respostas obtidas às formas verbais regulares e irregulares (Quadro 4), verificamos que a maior parte dos erros ocorre nas formas verbais regulares, não sendo a diferença estatisticamente significativa.

Quadro 4 – Percentagem de respostas incorrectas, em função do estímulo: formas verbais regulares (n=50) e formas verbais irregulares (n= 50)

	Nº	%
Formas verbais regulares	20/50	40%
Formas verbais irregulares	14/50	28%

No entanto, uma análise mais atenta dos estímulos revelou que a classificação em formas verbais «regulares» e «irregulares», adoptada no momento de elaboração do questionário, tinha sido influenciada pelos estudos para outras línguas, em particular para o inglês, língua em que as formas irregulares não são afixadas. As formas verbais irregulares tinham sido classificadas utilizando como único critério o de terem o radical de base irregular, sem se ter em conta se estavam, ou não, flexionadas regularmente, ou seja, formas como *disse* e *dissemos* tinham sido tratadas de igual modo. Ora, *disse* é uma forma que deverá estar memorizada no léxico mental e ser processada como qualquer outra palavra, mas já *dissemos* – de acordo com a hipótese que defendemos – deverá estar representada decomposta no radical supletivo *disse* e nos sufixos flexionais. Como a questão de que nos ocupamos é precisamente a de saber como estão representadas no léxico mental os verbos flexionados, procedeu-se a uma reclassificação dos estímulos (Quadro 5), distinguindo as formas verbais que exigem decomposição, ou seja, as que têm flexão regular a partir do radical de base (50) e as que têm flexão regular a partir de um radical supletivo (18) das que não exigem decomposição (32).

Quadro 5 – Percentagem de respostas incorrectas, em função do estímulo: formas que exigem decomposição (n=68) e formas que não exigem decomposição (n=32)

	Nº	%
Formas que exigem decomposição	30/68	44,1 %
Formas que não exigem decomposição	4/32	12,5%

Estes resultados indicam que ocorrem mais erros nas palavras que exigem decomposição (44,1 %) do que nas que não exigem (12,5%), sendo a diferença entre a leitura de palavras que exigem decomposição e as que não exigem decomposição estatisticamente muito significativa ($\chi^2=9,69$; $p=0,001$).

Comparando agora os dois tipos de erro, paralexias visuais e paralexias morfológicas (Quadro 6), verificamos que as paralexias morfológicas são mais frequentes do que as visuais. A diferença é estatisticamente significativa ($\chi^2=3,76$; $p=0,028$).

Quadro 6 – Percentagem de respostas incorrectas (n=34) por tipo de erro

	Nº	%
Paralexias visuais	13/34	38,2%
Paralexias morfológicas	21/34	61,8%

Os erros morfológicos correspondem a falhas no acesso aos sufixos verbais, sendo aí que reside o maior défices de MPG.

Mas podemos ainda perguntar: o acesso aos sufixos verbais é feito como um todo, ou haverá diferenças tendo em conta os traços de cada sufixo? Haverá distinções entre os sufixos com marca de Tempo e os sufixos com marca de Concordância (Pessoa e Número)?

Analisemos então as paralexias morfológicas (Quadro 7), em função dos sufixos verbais, distinguindo o acesso aos sufixos verbais com marca de Tempo do acesso aos sufixos verbais com marca de Concordância.

Quadro 7 – Percentagem de erros nas paralexias morfológicas (n=21), em função do Tempo e da Concordância

	Tempo		Concordância	
	Nº	%	Nº	%
Paralexias morfológicas	19/21	90,47%	10/21	47,6%

Estes resultados indicam que há uma dificuldade maior no acesso aos sufixos com marca de Tempo (90,5% dos erros) do que aos sufixos com marca de Concordância (47,6% dos erros), embora esta comparação não seja rigorosa, porque há 10 casos em que o acesso falha simultaneamente aos sufixos com marca de Tempo e de Concordância, o contrário só se registando num caso.

É interessante salientar que tal como para as pseudo-palavras, no caso da leitura de formas flexionadas regulares, ocorrem pausas, hesitações e auto-correcções, o que não acontece na leitura de formas flexionadas irregulares que não exigem decomposição.

4. Sistematização dos resultados e discussão

A partir destes dados, podemos concluir que há consistência nos resultados obtidos através dos três testes. Sistematizando:

1. Há diferenças significativas entre a leitura de palavras e de pseudo-palavras, ocorrendo mais erros nas pseudo-palavras, confirmando a Hipótese 1: MPG tem perturbada a via fonológica, tendo grande dificuldade no processamento sublexical.

O primeiro comentário a fazer na análise destes resultados diz respeito à estrutura modular tanto da gramática como dos subsistemas de processamento. Estes dados só podem ser explicados se, por um lado, houver autonomia entre a componente fonológica e a componente semântica: só a fonológica está afectada, a semântica não; e, por outro, se houver autonomia entre os sistemas de input e os de output: só a componente fonológica de input está afectada, a de output não.

A salientar ainda que os danos provocados por lesões cerebrais são normalmente muito selectivos:

- não é a entrada lexical no seu todo, nem é a componente fonológica no seu todo, que estão afectadas, mas apenas subsistemas funcionando autonomamente;
 - esses subsistemas não são normalmente afectados a 100%, os danos não são «tudo ou nada».
2. MPG fez mais erros nas formas verbais que exigem decomposição (as «regulares») do que nas que não exigem decomposição (as «irregulares» não afixadas), sendo a diferença estatisticamente significativa, confirmando a Hipótese 2.

Defendemos que a classificação em formas verbais «regulares» e «irregulares» deve ser reinterpretada no caso das línguas em que há afixação em radicais suppletivos, só podendo ser incluídas nas formas ditas irregulares formas não afixadas (respeitando a clivagem feita para o inglês).

Os dados obtidos para a língua portuguesa confirmam os casos de dupla dissociação já descritos para outras línguas, em particular para a língua inglesa (Marslen-Wilson & Tyler, 1997; Pinker, 1999; Ullman, 2001; Miozzo, 2003; entre outros).

No entanto, como já foi referido, os dados obtidos nos diferentes estudos¹¹ são muitas vezes contraditórios e o seu confronto bastante complexo:

- em primeiro lugar, porque os pacientes afásicos, embora agrupados por diagnóstico clínico, divergem entre si de uma forma significativa quando os dados linguísticos são mais finamente analisados.
 - em segundo lugar, porque os métodos de avaliação são diferentes de estudo para estudo e cada vez se torna mais claro que cada método avalia uma competência linguística específica. A questão dos questionários, e também dos procedimentos, é decisiva e o investigador não tem acesso completo aos materiais utilizados por outros.
 - em terceiro lugar, porque as línguas estudadas são muito diversificadas
3. MPG revelou dificuldades no acesso aos morfemas gramaticais (livres e presos), em todos os testes aplicados, e, em particular, no acesso às entradas dos sufixos verbais.

¹¹ Mesmo para a língua inglesa, os dados são contraditórios. Faroqi-Shah & Thompson (2004) referem um estudo recente de Lambon, Ralph, Seidenberg, McClelland & Patterson (2003), em que não foram encontradas diferenças no processamento de formas regulares e irregulares.

4. Mas a análise mais detalhada dos resultados também evidenciou que:

- os sufixos verbais não são tratados como um todo, havendo separação de Tempo e Concordância
- o problema não reside no processo de afixação, mas na «selecção e/ou implementação dos sufixos verbais» com marca de Tempo, o que vem ao encontro do recente estudo de Faroqi-Shah & Thompson (2004) para o inglês.

A salientar que a Concordância é, em todos os casos analisados, mais acessível que o Tempo. Um paciente que tem o Tempo intacto tem também a Concordância, o contrário não se registando.

Recentemente esta questão da separabilidade do Tempo e da Concordância – que vem ao encontro de anteriores propostas de Pollock (1989) – tem atraído outros investigadores que vêm analisando o discurso de afásicos com agramatismo (Faroqi-Shah & Thompson, 2004; Friedmann & Grodzinsky, 1997; Friedmann, 2000, 2001; Penke, 2003; Wenzlaff & Clashen, 2004; entre outros). Fica fora do âmbito deste trabalho – pelo tipo de testes aplicado e pelo número reduzido de dados – discutir as diferentes propostas de análise para a dissociação referida.

5. Conclusões

Embora a partir do estudo de um único caso, e de um número limitado de erros, não seja possível fazer generalizações, é de salientar que os resultados obtidos do presente estudo, baseados num paciente afásico cuja língua materna é o português europeu, reforçam propostas anteriores baseadas em dados de outras línguas:

- Os défices são altamente selectivos (Friedmann & Grodzinsky, 1997)
- «O cérebro processa as formas regulares como combinações sintácticas e as irregulares como palavras» (Pinker & Ullman, 2002)
- As raízes estão armazenadas e são acedidas separadamente dos afixos (Caramazza *et al.*, 1988, entre outros)
- Os sufixos não são acedidos como um todo, devendo estar armazenados em função dos seus traços morfossintácticos (Janssen & Penke, 2002)
- O acesso aos sufixos com marcas de Tempo é feito separadamente dos sufixos com marcas de Concordância, sendo o acesso aos sufixos com marca de Tempo que está afectado nos pacientes afásicos com agramatismo (Friedmann & Grodzinsky, 1997, entre outros).

Tendo em conta estas conclusões, podemos colocar como hipótese que a dupla dissociação no processamento das formas verbais de flexão regular e irregular registada nestes pacientes poderá resultar não de um processamento deficitário das formas regulares porque elas exigem decomposição e processamento morfológico, mas sim porque nas formas regulares o processamento implica explicitamente acesso às marcas de Tempo que nestes pacientes está afectado. Para processar *walked* ou *cantei* é

necessário aceder ao sufixo /-ed/, em inglês, e ao sufixo /-ei/, em português, ambos com marca de passado, mas para processar *saw* ou *disse*, não, estas formas podem ser directamente recuperadas do léxico mental como qualquer palavra simples, sem recurso à gramática, ou seja, sem que o paciente tenha descodificado correctamente a marca de Tempo incorporada nestas formas.

Resumindo, a hipótese para que aponta este trabalho, a exigir posterior investigação, é a seguinte: será que a clivagem nestes pacientes entre formas verbais regulares vs irregulares, ou entre formas que exigem decomposição vs formas que não exigem decomposição, não é a essencial e que o problema de fundo diz respeito a défices na categorial funcional TP?

Referências Bibliográficas

- BASTIAANSE, R., Ripens, J. & van Zonneveld, R. (2000) Verb retrieval, verb inflection and negation in agrammatic aphasia. In R. Bastiaanse & Y. Grodzinsky (eds.) *Grammatical disorders in aphasia: a neurolinguistic perspective*. London: Whurr Publishers, pp. 171-190.
- BENEDET, M.J., Christiansen, J.A. & Goodglass, H. (1998) A cross-linguistic study of grammatical morphology in Spanish- and English-speaking agrammatic patients. *Cortex* 34, pp. 309-336.
- CARAMAZZA, A., Laudanna, A. & Romani, C. (1988) Lexical access and inflectional morphology. *Cognition* 28, pp. 297-332.
- CASTRO-CALDAS, A. & Reis, A. (2000) Neuropsicologia do analfabetismo. Considerações a propósito de um projecto em desenvolvimento. In M. R. Delgado Martins, G. Ramalho & A. Costa (eds.) *Literacia e Sociedade: Contribuições pluridisciplinares*. Lisboa: Caminho, pp. 155-183.
- COLTHEART, M., Patterson, K. & Marshall, J.C. (1980) *Deep dyslexia*. London: Routledge & Kegan Paul.
- DE BLESER, R. & Luzzati, C. (1994) Morphological processing in Italian agrammatic speakers: syntactic implementation on inflectional morphology. *Brain and Language* 46, pp. 21-40.
- FAROQI-SHAH, J. & Thompson, C. (2003) Regular and irregular verb inflexions in agrammatism: Dissociation or association? *Brain and Language* 87 (1), pp. 9-10
- FAROQI-SHAH, J. & Thompson, C. (2004) Semantic, lexical, and phonological influences on the production of verb inflections in agrammatic aphasia. *Brain and Language* 89, pp. 484-498.
- FRIEDMANN, N. & Grodzinsky, Y. (1997) Tense and agreement in agrammatic production: pruning the syntactic tree. *Brain and Language* 56, pp. 397-425.
- FRIEDMANN, N. (2000) Moving verbs in agrammatic production. In R. Bastiaanse & Y. Grodzinsky (eds.) *Grammatical disorders in aphasia: a neurolinguistic perspective*. London: Whurr Publishers, pp. 152-170.
- FRIEDMANN, N. (2001) Agrammatism and the psychological reality of the syntactic tree. *Journal of Psycholinguistic Research* 30 (1), pp. 71-70

- JANSSEN, U. & Penke, M. (2002) How are inflectional affixes organized in the mental lexicon? *Brain and Language* 81, pp. 180-191.
- KOLK, H. (2000) Canonicity and inflection in agrammatic sentence production. *Brain and Language* 74, pp. 558-560.
- LEAL, G. (2003) *A influência da frequência de uso das palavras na capacidade de nomeação dos afásicos*. Monografia final do curso de licenciatura bietápica em terapia da fala. Alcoitão: Escola Superior de Saúde do Alcoitão.
- LEAL, G. & Martins, I. P. (2002) «Deep dyslexia» – quando se lê capital, siec/sua e muito/assim. *Sinapse*, nº 2, vol. 2.
- LONGWORTH, C.E., Tyler, L.K., Marslen-Wilson, W.D. (2003) Language deficits and basal ganglia lesions: the past tense. *Brain and Language* 87 (1), pp. 7-8.
- MARANGOLO, P., Incoccia, C., Pizzamiglio, L., Sabatini, U., Castriota-Scanderbeg, & Burani, C. (2003) The right hemisphere involvement in the processing of morphologically derived words. *Journal of Cognitive Neuroscience* 15 (3), pp. 364-371.
- MARSLLEN-WILSON, W. & Tyler, L. (1997) Dissociating types of mental computation. *Nature* 387, pp. 592-594.
- MIOZZO, M. (2003) On the processing of regular and irregular forms of verbs and nouns: evidence from neuropsychology. *Cognition* 87, pp. 101-127.
- PATTERSON, K. (1980) Derivational errors. In Coltheart, M. Patterson, K. & Marshall, J.C. (eds) *Deep Dyslexia*. London: Routledge & Kegan Paul, pp. 286-306.
- PENKE, M. (2003) On the morphological basis of syntactic deficits. *Brain and Language* 87 (1), pp. 50-51.
- PINKER, S. (1999) *Words and rules: the ingredients of language*. New York: Basic Books.
- PINKER, S. & Prince, A. (1988) On language and connectionism: analysis of a parallel distributed processing model of language acquisition. *Cognition* 28, pp. 73-193.
- PINKER, S., & Ullman, M.T. (2002) The past and future of past tense. *Trends in Cognitive Science* 6 (11), pp. 456-463.
- PÔLA, S. (2003) *Efeito da estrutura morfológica no reconhecimento das palavras*. Monografia final do curso de licenciatura bietápica em terapia da fala. Alcoitão: Escola Superior de Saúde do Alcoitão.
- POLLOCK, J. Y. (1989) Verb movement, universal grammar and the structure of IP. *Linguistic Inquiry*, 20, pp. 365-424.
- PORTUGUÊS FUNDAMENTAL. *Vocabulário e Gramática* (1984) Tomo I; *Métodos e Documentos* (1987) Tomo II. Lisboa: INIC-CLUL.
- RUMELHART, D.E. & McClelland, J.L. (1986) On learning the past tenses of English verbs. In J.L. McClelland *et al.* (eds.) *Parallel Distributed Processing: Explorations in the Microstructures of Cognition* (vol. 2). Cambridge, Mass.: MIT Press, pp. 216-271.
- ULLMAN, M.T. (2001) A neurocognitive perspective on language: The declarative/procedural model. *Nature Reviews Neuroscience* 2 (10), pp. 717-726.
- WENZLAFF, M. & Clahsen, H. (2004) Tense and agreement in German agrammatism. *Brain & Language* 89, pp. 57-68.

Introdutores de orações infinitivas: o que diz a sintaxe dos clíticos

Catarina Magro

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

Com infinitivo impessoal [...], a primeira impressão que se recebe da leitura atenta dos clássicos é a de uma verdadeira orgia de colocação.

Said Ali (1908: 37, § 91)

[a propósito da colocação de pronomes pessoais átonos em infinitivas preposicionadas]

0. Introdução

Este trabalho pretende ser uma reflexão sobre a natureza dos elementos introdutores de orações infinitivas tendo por base a observação do comportamento dos clíticos presentes nestas construções. Para o tratamento desta questão, tomo como objecto de estudo as orações infinitivas afirmativas preposicionadas, com infinitivo não-flexionado, cujo verbo se encontre associado a um clítico.

Na secção 1, começo por apresentar os dados do PE *standard* relativos a estas construções, fazendo uma breve referência à literatura sobre o tema; em seguida, descrevo e comento os resultados da pesquisa das mesmas construções num *corpus* de variedades não-*standard* do PE. Na secção 2, avanço uma proposta de análise para o tratamento dos aspectos observados. Na secção 3, como conclusão, sistematizo as principais questões identificadas assim como as respostas obtidas.

1. Infinitivas afirmativas preposicionadas como lugar de variação na colocação dos clíticos

1.1. O PE *standard*

1.1.1. Os dados

Ao contrário do que acontece noutras línguas românicas de Sujeito Nulo (como o Italiano, o Espanhol ou o Catalão), em que a distribuição dos padrões de colocação dos clíticos é essencialmente determinada pela oposição tempo finito/tempo não-finito, em

PE (tal como em Galego), ênclise e próclise são padrões de colocação disponíveis quer em domínios finitos, quer em domínios não-finitos.

Em domínios finitos ou em domínios não-finitos com infinitivo flexionado, ênclise e próclise encontram-se em distribuição complementar, sendo possível definir as configurações que determinam cada um dos dois tipos de colocação. No entanto, o mesmo não acontece nos domínios não-finitos com infinitivo não-flexionado. Neste caso, existem contextos em que só a ênclise é permitida e contextos em que próclise e ênclise se encontram, aparentemente, em variação livre. As orações infinitivas afirmativas preposicionadas admitem variação na colocação dos clíticos, como mostram os seguintes exemplos:

- | | |
|---|----------------------------------|
| (1) O João tem <u>de</u> entregar- lhe o relatório amanhã. | (<u>de</u> lhe entregar) |
| (2) O João acabou <u>por</u> resignar- se . | (<u>por</u> se resignar) |
| (3) O João pediu <u>para</u> levá- lo a casa. | (<u>para</u> o levar) |
| (4) O João pensou <u>em</u> convidar- me para jantar. | (<u>em</u> me convidar) |
| (5) O João agiu <u>sem</u> pedir- me opinião. | (<u>sem</u> me pedir) |

Esta dupla possibilidade de colocação dos clíticos é comum às orações introduzidas pela generalidade das preposições, constituindo, no entanto, uma excepção as orações introduzidas pela preposição *a*, nas quais a ênclise é a única opção gramatical:

- | | |
|---|---------------------------------|
| (6) O João tornou <u>a</u> convidar- me para jantar. | (* <u>a</u> me convidar) |
|---|---------------------------------|

A diferença de comportamento dos clíticos em orações introduzidas por *a* e em orações introduzidas pelas restantes preposições é independente da natureza da oração infinitiva. Ou seja, o cenário é exactamente o mesmo em infinitivas completivas e em infinitivas adverbiais: ênclise obrigatória com a preposição *a* e variação entre próclise e ênclise com outras preposições. Os exemplos (7) a (10) ilustram os diversos casos.

Note-se que, dentro do grupo das completivas, os contrastes se mantêm nos vários tipos de construção: Elevação de Sujeito (exs. (7)), Controlo de Sujeito (exs. (8)) e Controlo de Objecto (exs. (9)).

Completivas verbais

- | | |
|---|----------------------------------|
| (7) (a) O João tornou <u>a</u> convidar- me para jantar. | (* <u>a</u> me convidar) |
| (b) O João acabou <u>de</u> convidar- me para jantar. | (<u>de</u> me convidar) |
| (8) (a) O João aprendeu <u>a</u> fazer- lhe a vontade. | (* <u>a</u> lhe fazer) |
| (b) O João gosta <u>de</u> oferecer- lhe flores. | (<u>de</u> lhe oferecer) |
| (9) (a) O João convenceu a Maria <u>a</u> contar- lhe a verdade. | (* <u>a</u> lhe contar) |
| (b) O João impediu a Maria <u>de</u> contar- lhe a verdade. | (<u>de</u> lhe contar) |

Adverbiais

- (10) (a) O João saiu da sala a lamentar-se. (*a se lamentar)
 (b) O João hesitou muito, antes de contactá-la. (de a contactar)

1.1.2. As referências na literatura

Os casos particulares de colocação de clíticos em infinitivas¹ têm sido referidos e comentados em vários trabalhos sobre o Português (cf. Said Ali 1908, 1927; Epiphonio, 1918; Dunn, 1928; Alvarez, 1996; Duarte, 2003a). Com um carácter essencialmente descritivo, estes trabalhos têm contribuído para a sistematização e documentação dos factos de variação apresentados na secção anterior sem, no entanto, proporcionarem uma explicação dos factores que possam estar na sua origem².

O panorama da literatura sobre o tema alterou-se recentemente com um trabalho de E. P. Raposo e J. Uriagereka sobre os clíticos do PE e do Galego (Raposo & Uriagereka, 2005), no qual se propõe uma análise global da colocação dos clíticos que dá conta da variação em infinitivas preposicionadas adverbiais. Para além da exclusão dos dados de variação em infinitivas preposicionadas subcategorizadas, a análise de Raposo & Uriagereka (2005) não considera igualmente a assimetria existente entre a preposição *a* e as restantes preposições (assimetria que, aliás, na linha da sua proposta, só poderia receber uma solução meramente estipulativa). Para além destas omissões, sendo esta análise da colocação dos clíticos uma análise de base essencialmente prosódica (que, por restrições de espaço, me é impossível aqui apresentar), nunca poderia explicar as conexões existentes entre a variação da colocação dos clíticos em infinitivas preposicionadas e outros fenómenos da sintaxe dos clíticos que procurarei evidenciar e motivar ao longo deste trabalho.

1.2. As variedades dialectais do PE**1.2.1. Os dados considerados**

Os dados considerados neste trabalho provêm do *Corpus Dialectal com Anotação Sintáctica (CORDIAL-SIN)*.

O *CORDIAL-SIN* é um *corpus* que vem a ser constituído desde 1999 e que reúne excertos de fala espontânea ou semi-dirigida, transcritos ortograficamente a partir de gravações de inquéritos dialectais realizados entre os anos 70 e os anos 90 pelo Grupo

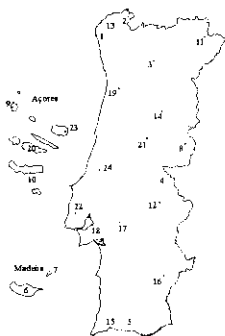
¹ A par das infinitivas afirmativas preposicionadas, as infinitivas negativas também apresentam variação na colocação dos clíticos.

² Dentro do conjunto de trabalhos referenciados, o trabalho de I. Duarte (Duarte, 2003a) constitui uma excepção ao caracterizar as preposições “atractoras de próclise” (por oposição à preposição *a*) como “palavras funcionais pesadas”. Contudo, a indefinição deste conceito não deixa claro o tipo de análise que a autora tem em mente. Por outro lado, não é igualmente explicitada a motivação para a variação entre êclise e próclise com esse mesmo tipo de preposições.

de Estudos de Dialectologia do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, no âmbito de diversos projectos de atlas linguísticos³.

Para a realização deste trabalho, recolhi dados provenientes das 22 localidades (ou micro-regiões) do território português listadas abaixo:

- | | |
|--|--|
| 1 Vila Praia de Âncora (Minho) | 11 Outeiro (Trás-os-Montes) |
| 2 Castro Laboreiro (Trás-os-Montes) | 12 Cabeço de Vide (Alto Alentejo) |
| 3 Perafita (Trás-os-Montes) | 13 S. Lourenço, Bade e Arcos de Valdevez (Minho) |
| 4 Castelo de Vide, Porto da Espada, S. Salvador, Alpalhão e Nisa (Alto Alentejo) | 14 Figueiró (Beira Alta) |
| 5 Porches e Alte (Algarve) | 15 Alvor (Algarve) |
| 6 Câmara de Lobos e Caniçal (Madeira) | 16 Serpa (Baixo Alentejo) |
| 7 Porto Santo (Madeira) | 17 Lavre (Alto Alentejo) |
| 8 Monsanto (Beira-Baixa) | 18 Alcochete (Estremadura) |
| 9 Fajãzinha (Açores) | 19 Corvo (Beira Litoral) |
| 10 Ponta Garça (Açores) | 20 Bandeiras, Cais do Pico (Açores) |
| | 21 Porto de Vacas (Beira Baixa) |
| | 22 Enxara do Bispo (Estremadura) |



Mapa I: Variedades dialectais consideradas

Os “textos orais” correspondentes a estas 22 localidades resultam da transcrição de cerca de 34 horas de gravação de registo sonoro e contém aproximadamente 395.000 palavras.

Neste sub-corpus do *CORDIAL-SIN* ocorrem 7877 pronomes clíticos, dos quais 622 correspondem àquilo que defini como objecto de estudo – clíticos associados a verbos infinitivos não-flexionados, pertencentes a orações infinitivas afirmativas preposicionadas.

1.2.2. Tendências observadas

A observação deste conjunto de dados começa por confirmar o que tem sido dito acerca destas construções sem recorrer a pesquisa em *corpora*, ou seja, confirma que as infinitivas afirmativas preposicionadas são um contexto de variação na colocação dos clíticos.

No entanto, a análise deste *corpus* revela que a distribuição próclise/ênclise nestes contextos não é, como parece à primeira vista, absolutamente livre. Pelo contrário, existem tendências muito claras na distribuição dos dois padrões de colocação, determinadas pelo elemento que encabeça as orações infinitivas⁴.

³ Para uma descrição pormenorizada das características e potencialidades deste *corpus*, bem como para consulta do *corpus* on-line, veja-se www.clul.ul.pt/sectores/cordialsin/projecto_cordial-sin.html

⁴ Estou convencida de que a pesquisa em qualquer outro *corpus* do PE (e não especificamente um *corpus* de variedades dialectais do PE, como é o caso do *CORDIAL-SIN*) conduziria aos mesmos resultados.

No Quadro I, abaixo, apresento os valores percentuais relativos à distribuição dos dois padrões de colocação, tendo em conta as diferentes preposições que introduzem as orações infinitivas.

	<i>a</i>	<i>em</i>	<i>de</i>	<i>para</i>	<i>por</i>	<i>sem</i>
próclise	4,5%	25%	90,2%	92,8%	100%	83,3%
ênclise	95,5%	75%	9,8%	7,2%	0%	16,7%

Quadro I: distribuição próclise/ênclise em infinitivas afirmativas preposicionadas (inf. não-flexionado)

Em primeiro lugar, estes valores indicam a existência de variação entre os dois tipos de colocação nas orações introduzidas pela maioria das preposições atestadas – *a*, *em*, *de*, *para* e *sem*. Dialectalmente, a preposição *a* fica, assim, incluída no grupo das preposições que admitem variação. A ausência de casos de ênclise com a preposição *por* não deve ser alvo de atenção pois, quase seguramente, se deve à insuficiente amplitude do meu *corpus*, como poderei confirmar futuramente através do alargamento da base empírica.

Em segundo lugar, estes valores demonstram que diferentes preposições promovem diferentes colocações, evidenciando a existência de configurações em que a ênclise é claramente o padrão de colocação preferencial e de configurações em que o padrão proclítico é nitidamente favorecido. No primeiro caso, contam-se as orações introduzidas por *a* e *em* à (esquerda no Quadro I); no segundo, as orações introduzidas por *de*, *para* ou *sem* (à direita no Quadro I).

Os exemplos (11) a (16) ilustram o tipo de variação identificada. À excepção do caso particular de *por* (já comentado acima), apresento, para cada uma das preposições atestadas, um exemplo de próclise (alínea (a)) e um exemplo de ênclise (alínea (b)).

Note-se que os dados em (11) e (14) são produzidos pelo mesmo informante, constituindo pois exemplos de variação idiolectal. A existência de casos de variação em infinitivas introduzidas por uma mesma preposição, no âmbito de uma mesma gramática é, aliás, frequente nos meus dados.

- (11) (a) Eu cheguei a me deitar ao mar. (Alvor, CORDIAL-SIN ALV25)
 (b) Faz mal ao organismo estar a cozê-lo. (Alvor, CORDIAL-SIN ALV33)
- (12) (a) Olhe dei em o cozer. (Perafita, CORDIAL-SIN PFT11)
 (b) A baleia dá em tombar-se de lado e a gente vê que está na hora de morrer. (Pico, CORDIAL-SIN PIC09)
- (13) (a) O animal via que não era capaz de me dar saída, voltou-se contra mim. (Cabeço de Vide, CORDIAL-SIN CBV73)
 (b) Cornos, isso é já mais prático de dizer-se mas é feio. (Alcochete, CORDIAL-SIN ALC23)
- (14) (a) A cilha tem duas fivelas e depois tem uma correia para se apertar. (Alcochete, CORDIAL-SIN ALC13)

- (b) Anda aí as que vendem a farinha para dar-se aos porcos. (Alcochete, CORDIAL-SIN ALC30)
- (15) (a) Ora, ficaram muito contentes por lhe amostrar a sua casa. (Pico, CORDIAL-SIN PIC19)
- (16) (a) Dizia que andava há não sei quantos dias sem se deitar. (Castro Laboreiro, CORDIAL-SIN CTL43)
- (b) A gente sempre tiveram ovelhas mas era sem amarrá-las. (Ponta Garça, CORDIAL-SIN MIG57)

O papel determinante desempenhado pelos introdutores de orações infinitivas em questões relativas à sintaxe dos clíticos não se esgota no paradigma observado.

Se em paralelo com os padrões de colocação do clítico no interior da infinitiva (próclise vs ênclise ao verbo infinitivo), se considerar, para o caso das infinitivas completivas verbais, os padrões de movimento do clítico (cliticização ao verbo infinitivo vs cliticização ao verbo matriz), verifica-se que estes mesmos elementos introdutores têm também um papel activo relativamente a este outro aspecto. Ou seja, a opção pela manutenção do clítico no interior do domínio infinitivo ou pela actualização da estratégia de Subida de Clítico (SC) depende igualmente da preposição que encabeça a oração infinitiva.

No Quadro II, apresento o apuramento dos valores percentuais relativos a esta nova questão⁵. Neste caso, indico apenas os valores apurados para as preposições *a* e *de*; estas são as preposições que mais vezes se encontram atestadas no *corpus* e, portanto, são aquelas em que as tendências identificadas são mais claramente visíveis.

	<i>a</i>	<i>de</i>
Não Subida de Clítico	31,2%	74,2%
Subida de Clítico	68,8%	25,8%

Quadro II: SC vs Não-SC em construções com infinitivas afirmativas preposicionadas subcategorizadas (inf. não-flexionado)

A avaliação conjunta dos valores apresentados nos dois quadros faz concluir que existe um alinhamento sistemático entre os contextos que favorecem ênclise nas infinitivas e induzem SC, por um lado, e aqueles que favorecem próclise nas infinitivas e bloqueiam a SC, por outro. Assim, por exemplo, com a preposição *a*, quando o clítico se mantém no domínio infinitivo, encontra-se geralmente enclítico ao verbo infinitivo (cf. Quadro I), quando se trata de comparar o número de casos de SC vs o número de casos de Não-SC com esta mesma preposição, a SC é nitidamente a opção preferencial (cf. Quadro II). Com a preposição *de*, o cenário é exactamente o inverso: próclise no interior do domínio infinitivo e preferência por Não-SC.

⁵ É de salientar que, para este levantamento, tive em conta exclusivamente as construções passíveis de desencadear SC, ou seja, as estruturas de Elevação de Sujeito ou de Controlo de Sujeito, o que corresponde a um universo de 388 frases.

Em (17) e (18) apresento exemplos de SC e de Não-SC com ênclise, com as duas preposições consideradas. Cada par de exemplos é produzido pelo mesmo informante.

Estes dados são relevantes por mostrarem que uma gramática que dispõe de SC com uma dada preposição tem a opção de colocar o clítico em ênclise com essa mesma preposição nos casos em que, por alguma razão, a estratégia de SC não opera (nomeadamente, por a infinitiva ser subcategorizada por um adjectivo (17b) ou por um verbo matriz que não é um verbo de SC (18b)).

- (17) (a) Mas, olha, estás-lhe a CHAMAR sapato e era uma bota. (Castro Laboreiro, CORDIAL-SIN CTL20)
 (b) Ele era obrigado a dedicar-se aos animais. (Castro Laboreiro, CORDIAL-SIN CTL08)
- (18) (a) Que ele havia-se de TER um salva-vidas com quarenta cavalos para ir ajudar a gente. (Alvor, CORDIAL-SIN ALV04)
 (b) [INQ As garças-reais devem ser muito bonitas...]
 São. Muito grandes. E proibem de apanhá-las. Que ele são muito 'úteis'!
 (Alvor, CORDIAL-SIN ALV32)

2. Análise – a diferente natureza dos introdutores de infinitivas

A análise que proponho neste trabalho baseia-se na ideia de que os elementos que introduzem as orações infinitivas podem ter diferentes estatutos. A exploração desta hipótese leva-me a concluir que as infinitivas afirmativas preposicionadas que exibem padrões de colocação clítica distintos estão associadas a diferentes estruturas, determinadas por diferentes propriedades dos elementos que as encabeçam.

2.1. Pressupostos

No desenvolvimento e exposição da proposta de análise assumo pressupostos que adopto de diferentes trabalhos, conforme a seguir explícito:

a) A análise da colocação dos clíticos de Costa & Martins (2003, 2004)

Em resumo, esta análise assenta nas seguintes premissas:

- (i) a estrutura frásica íntegra, no sistema de IP, uma categoria funcional forte – a categoria Σ – responsável pela codificação de aspectos relativos a polaridade e ênfase;
- (ii) a negação ou os operadores desencadeadores de próclise ou lexicalizam Σ ou permitem que Σ seja legitimado pela sua relação com C;
- (iii) os clíticos adjugem-se à esquerda do núcleo funcional mais alto atingido por movimento do verbo;
- (iv) o mecanismo de fusão morfológica (*Local Dislocation Merger*) opera sob adjacência estrita pós-sintacticamente.

A estrutura simplificada em (19) representa uma fase da derivação em que verbo e clítico estão já adjuntos a T:

(19) [Subj [Σ P Σ [TP [T cl [T V_{INF+T}]]] ...

Segundo os autores desta proposta, partindo deste ponto da derivação, existem duas possibilidades:

- (i) a categoria Σ está lexicalizada e, nesse caso, obtém-se directamente **próclise**;
- (ii) a categoria Σ não tem conteúdo lexical (nem é legitimada pela sua relação com C) e, nesse caso, tem de ser legitimada através de fusão morfológica com o verbo, o que implica haver inversão clítico-verbo, processo que terá como resultado a obtenção de **ênclise**.

b) Alguns aspectos das propostas de Martins (1995/2000), Roberts (1997) e Gonçalves (1999) relativos ao fenómeno de Subida de Clítico

Com Martins (1995/2000), assumo que:

- (i) “unless lexical requirements (s-selection or l-selection) make it necessary that CP be projected, infinitival clauses are IPs, not CPs. Their IP status is imposed by a Principle of Economy of Representation.” (Martins, 2000: 175)⁶;
- (ii) os verbos de Controlo/Elevação de Sujeito podem tomar como complemento IPs plenos (=ΣPs) ou IPs funcionalmente defectivos (=TPs)⁷;
- (iii) o estatuto alternativo dos complementos infinitivos é determinado pelas propriedades de selecção semântica (e não de selecção categorial) dos verbos de Elevação/Controlo de Sujeito; a selecção semântica de verbos pertencentes a estas classes poderá ser especificada ou subespecificada; no primeiro caso, o domínio projectado é um ΣP; no segundo caso, o domínio projectado é um TP⁸;

⁶ Na base desta afirmação encontram-se diversos trabalhos acerca da não universalidade das categorias funcionais e das condições de economia sobre as representações (entre outros, Chomsky, 1991: Law, 1991; Grimshaw, 1993; Safir, 1993; Speas, 1994; Thráinsson, 1996; Bošković, 1997). Para uma apresentação detalhada destes trabalhos, veja-se Gonçalves (1999: 181-188).

⁷ A dupla alternativa é possibilitada pela divisão Pollockiana de IP (Pollock, 1989). Note-se, no entanto, que eu não estou a adoptar um mecanismo funcional que inclua AgrS (Chomsky, 1995). Neste ponto, afasto-me de Martins (1995/2000) e aproximo-me de Martins & Costa (2003, 2004), ou seja, assumo uma estrutura frásica em que ΣP domina imediatamente TP.

⁸ Esta proposta de Martins (1995/2000) – filiada na ideia de Pesetsky (1982, 1992) de que a selecção categorial não constitui um mecanismo sintáctico independente – resulta da observação do comportamento de verbos pertencentes às classes de Elevação/Controlo de Sujeito, relativamente ao fenómeno de SC. A verificação da não-uniformidade de comportamento de verbos pertencentes à mesma classe dentro da mesma língua, por um lado, e da não-uniformidade de comportamento por parte dos mesmos verbos em diferentes línguas românicas (que, no entanto, respondem uniformemente a vários testes sintácticos), por outro, sugere que o fenómeno de SC esteja relacionado com propriedades idiossincráticas de certos itens lexicais, propriedades essas mais facilmente vinculáveis a questões de selecção semântica.

- (iv) a selecção de um domínio infinitivo funcionalmente defectivo (=TP) desencadeia um processo de reestruturação;

Com Roberts (1997) e Gonçalves (1999) assumo que:

- (i) a SC é um dos fenómenos que se manifestam em configurações de reestruturação, possibilitado pelos efeitos de transparência resultantes desse processo (Rizzi, 1982; Burzio, 1986);
- (ii) o processo de reestruturação consiste na subida de $T_{INF} (+V_{INF})$ para T_{MAT}^9 , o que origina a criação de uma única projecção alargada para a frase matriz e a infinitiva, ou seja, as projecções funcionais da frase matriz tornar-se-ão parte da projecção alargada de V_{INF} (Grimshaw, 1991);
- (iii) o movimento nuclear é movimento por cópia (Chomsky 1993, 1995);
- (iv) existe uma condição de *Spell-Out* que estabelece que dois elementos morfo(fono)logicamente independentes não possam ser produzidos sob o mesmo núcleo; como consequência desta condição, em configurações de reestruturação, V_{MAT} e V_{INF} serão produzidos em posições distintas¹⁰;

c) As condições sobre produção de cópias, definidas em Nunes (1995, 1999, 2004) e Bošković & Nunes (em preparação)

No âmbito da teoria do movimento por cópia, o tema das condições que determinam a produção de cópias é complexo e imbricado, entrando em linha de conta com diversos requisitos de convergência e princípios de economia. Assim, no presente contexto, refiro apenas os aspectos necessários à construção da minha proposta, concretamente:

- (i) a produção de cópias que não correspondam à cabeça de uma cadeia pode ser motivada por condições de PF – *Pronounce Lower Copy (PLC)*: “a chain is pronounced in the head position, with lower members deleted in PF, unless pronunciation in the head position would lead to a PF violation. If and only if the violation can be avoided by pronouncing a lower member of the chain, the lower member is pronounced and the head of the chain is deleted.” (Bošković & Nunes (em preparação: 3-4));
- (ii) a operação de verificação de traços formais faz com que estes se tornem invisíveis em PF (tal como em LF, seguindo Chomsky (1995)); traços formais não verificados são ininterpretáveis em PF e terão de ser apagados para que a derivação convirja;

⁹ Roberts (1997) discute se o alvo do movimento de T_{INF} é T_{MAT} ou V_{MAT} . Conclui, no entanto, que as duas hipóteses conduzirão ao mesmo resultado uma vez que V_{MAT} sobe, ele próprio, para T_{MAT} .

¹⁰ A manutenção de marcas flexionais independentes nas duas formas verbais, bem como a possibilidade de ocorrência de material lexical diverso entre os dois verbos, constitui evidência empírica para a produção de V_{MAT} e V_{INF} em posições distintas. Para uma discussão detalhada desta questão, veja-se Gonçalves (1999: 157-168).

- (iii) a operação de apagamento de traços formais não verificados – *Formal Feature Elimination (FFE)* – obedece a princípios gerais de economia: apague-se o menor número de traços possível¹¹;

d) Os trabalhos que exploram as afinidades entre P e C

Finalmente, tomarei, como background teórico relevante, os diversos trabalhos que tratam a afinidade existente entre a classe das preposições e a dos complementadores (cf. Kayne 1994, 1999/2000; Emonds, 1995; Dubinsky & Williams, 1995; Pesetsky & Torrego, 2001, 2004; Rafel, 2001; Duarte, 2003b; Duarte, Gonçalves & Miguel, este volume)¹².

2.2. Proposta

Como referi no início desta secção, a minha proposta assenta na ideia de os elementos introdutores das orações infinitivas afirmativas preposicionadas poderem ter diferente estatuto categorial. No desenvolvimento desta ideia, estabeleço, concretamente, as seguintes hipóteses:

- (i) as preposições que favorecem a SC e induzem ênclise são verdadeiras preposições (núcleos de PPs); as preposições que inibem a SC e induzem próclise são complementadores (núcleos de CPs);
- (ii) as preposições do primeiro tipo – verdadeiras preposições – são compatíveis com diferentes tipos de complementos; as preposições do segundo tipo – na verdade, complementadores – têm propriedades de selecção homogéneas¹³;
- ↓
as verdadeiras preposições podem ser compostas com IPs plenos (=ΣPs) ou com IPs defectivos (=TPs); os complementadores têm necessariamente IPs plenos como complemento (=ΣPs);
- (ii) uma gramática individual pode dispor duma dupla entrada lexical para cada um dos elementos pertencentes à classe tradicional das ‘preposições’: uma entrada como preposição e uma entrada como complementador:

¹¹ Note-se que, em princípio, a preferência pela produção de cópias mais altas é justificada por *FFE*, pois, uma vez que, em termos minimalistas, o movimento é motivado por necessidade de verificação de traços, então, uma cópia mais alta terá mais traços verificados do que as suas correspondentes mais baixas. Mostrarei, no entanto, que nem sempre é este o caso.

¹² Estes trabalhos, embora caminhem no mesmo sentido, apontam diferentes hipóteses de implementação: fusão das duas categorias, processos de reanálise/recategorização, questões de subespecificação categorial, ambiguidade categorial/bicategorização, etc..

¹³ Esta hipótese está de acordo com o trabalho de Haider (2001) que mostra o contraste existente entre categorias lexicais e funcionais relativamente ao grau de rigidez quanto ao tipo e número de constituintes com que são compostas. Note-se que, para além da construção específica que aqui me ocupa, uma preposição pode ser composta com constituintes de outras categorias, nomeadamente com DPs ou com CPs finitos.

$$(20) \quad a, em, de, para, por, sem \begin{cases} P [_{\Sigma P/TP/\dots}] \\ C [_{\Sigma P}] \end{cases}$$

Vejamos, então, como é que os diferentes tipos de dados observados resultam da interacção destes factores (tendo simultaneamente em conta os pressupostos enumerados na secção 2.1.). Começemos pelas infinitivas preposicionadas subcategorizadas e centremo-nos, em primeiro lugar, nos casos em que o clítico se mantém no interior do domínio infinitivo, ou seja, nos casos de Não-SC. O que está, por agora, em causa é, pois, a variação entre ênclise e próclise ao infinitivo.

Suponhamos que o verbo matriz (ou o nome/adjectivo da oração matriz) l-selecciona um certo item da classe das 'preposições'. Digamos que selecciona *de*. Havendo duas entradas lexicais para *de* (*de* = P; *de* = C), uma delas é seleccionada (livremente), conduzindo a dois hipotéticos cenários:

Cenário A – selecção de *de* = P

Neste cenário, e segundo Costa & Martins (2003, 2004), o resultado, em termos de colocação do clítico, será sempre a ênclise: Σ não tem conteúdo lexical, nem pode ser legitimada pela sua relação com C (C não é projectado), e a ênclise é derivada na componente morfológica, através do processo de fusão morfológica com inversão.

De acordo com esta hipótese, as frases com ênclise teriam a estrutura (simplificada) apresentada em (21), com a preposição *de* a ocupar o núcleo de PP:

$$(21) \quad V_{MAT} [PP \textit{ de } [\Sigma \Sigma [TP [T \textit{ cl } [T V_{INF+T}]]] \dots$$

Cenário B – selecção de *de* = C

Seguindo mais uma vez Costa & Martins (2003, 2004), a próclise é, neste cenário, o único resultado esperável: C tem conteúdo lexical, logo, pode legitimar Σ .

As frases com próclise teriam, assim, a estrutura (simplificada) apresentada em (22), com a preposição *de* a ocupar o núcleo de CP¹⁴:

$$(22) \quad V_{MAT} [CP \textit{ de } [\Sigma \Sigma [TP [T \textit{ cl } [T V_{INF+T}]]] \dots$$

A projecção de domínios infinitivos com estruturas diferenciadas, resultante da selecção alternativa de elementos homófonos com duplo estatuto categorial, parece arrumar a questão da variação entre ênclise e próclise em construções deste tipo.

Esta hipótese parece-me ter como vantagem imediata a aproximação da derivação da próclise em infinitivas afirmativas preposicionadas e em completivas finitas: em ambos os casos a próclise é o resultado da legitimação de Σ por um C com conteúdo lexical.

¹⁴ Note-se que, nas frases com próclise, a infinitiva corresponde a um CP e não a um IP. No entanto, e de acordo com o que tomei como pressuposto (cf. secção 2.1.), o estatuto categorial da infinitiva decorre do facto de, nestes casos, o verbo l-seleccionar um item da classe das 'preposições' codificado como C.

Por outro lado, a atribuição de diferentes categorias aos mesmos elementos permite reduzir a variação observada nos dados dialectais a um caso de ambiguidade lexical. Assim, estou a assumir que, uma gramática que apresente variação na colocação dos clíticos num mesmo contexto, ou seja, em infinitivas introduzidas por um mesmo elemento, disponha de uma dupla entrada lexical para esse mesmo elemento: uma como preposição e outra como complementador, como exemplifico em (20).

Olhemos então, agora, para os padrões de movimento do clítico, ou seja, para a oposição entre os casos em que o clítico sai do domínio infinitivo e toma como hospedeiro o verbo matriz (casos de SC) e os casos em que o clítico se mantém no domínio infinitivo, cliticizando ao verbo infinitivo (casos de Não-SC). Recorde-se que o trabalho de pesquisa nos dados do *CORDIAL-SIN* permitiu verificar a existência de um alinhamento sistemático entre os contextos que favorecem ênclise nas infinitivas e induzem SC, por um lado, e aqueles que favorecem próclise nas infinitivas e bloqueiam a SC, por outro.

Se a explicação que proponho para a colocação do clítico em infinitivas for verdadeira, ou seja, se a variação ênclise/próclise for determinada pela possível alternância entre preposição/complementador, então, essa mesma alternância terá de ser responsável por (ou pelo menos, compatível com) a opção entre cliticização ao verbo matriz (SC) e cliticização ao infinitivo (Não-SC). Na verdade, assim parece acontecer.

A constatação de que não pode haver movimento do clítico a partir de um domínio sintáctico que corresponda a um CP (ou, pelo menos, a um CP com C lexical) é transversal à grande maioria dos trabalhos que tratam o fenómeno de SC. Na base desse reconhecimento está a agramaticalidade de frases com extracção de clíticos a partir de domínios finitos (consensualmente CPs):

- (23) (a) O João quer telefonar-lhe.
 (b) O João quer-lhe telefonar.
 (24) (a) O João quer que a Maria lhe telefone.
 (b) * O João quer-lhe que a Maria telefone.

Assim sendo, é fácil entender a coincidência existente entre contextos de próclise ao infinitivo e contextos de Não-SC. Conforme demonstrei acima, a próclise ao infinitivo é derivada nos casos em que o verbo matriz l-selecciona um introdutor da infinitiva codificado como C. Nestas condições, e de acordo com os meus pressupostos (cf. nota 14), C é inevitavelmente projectado e o domínio infinitivo é concomitantemente um CP – domínio a partir do qual a extracção do clítico é bloqueada.

Por seu lado, a coincidência entre contextos de ênclise ao infinitivo e contextos de SC é menos imediata. Nos casos em que o verbo matriz l-selecciona um introdutor da infinitiva codificado como P, C não é projectado e o domínio infinitivo é necessariamente um IP. Recorde-se, no entanto, que o tipo de IP é igualmente determinado pelo verbo matriz, de acordo com as suas propriedades de selecção semântica. Assim, quando o verbo matriz s-selecciona um IP pleno (=ΣP), a ênclise ao infinitivo é derivada, nos moldes que apresentei acima. Quando, alternativamente, o verbo matriz

s-selecciona um IP funcionalmente defectivo (=TP), o processo de reestruturação opera, manifestando-se os efeitos que lhe são característicos, nomeadamente, a SC.

Vejamos concretamente como se deriva a SC a partir de uma estrutura como (25):

(25) $V_{MAT} [PP P [TP [T_{INF} V_{INF} T_{INF}]]] \dots cl \dots$

➤ V_{MAT} e T_{INF} (em conjunto com V_{INF}) sobem para T_{MAT} , originando (26):

(26) $[T_{MAT} [T_{INF} V_{INF} T_{INF}]^j [T_{MAT} V_{MAT}^i T_{MAT}]] \dots V_{MAT}^i \dots [T_{INF} V_{INF} T_{INF}]^j \dots cl$

➤ clítico sobe para T_{MAT} (T_{MAT} é, agora, o núcleo funcional mais alto atingido por movimento de V_{INF}), originando (27):

(27) $[T_{MAT} cl^K [T_{MAT} [T_{INF} V_{INF} T_{INF}]^j [T_{MAT} V_{MAT}^i T_{MAT}]]] \dots V_{MAT}^i$
 $\dots [T_{INF} V_{INF} T_{INF}]^j \dots cl^K \dots$

Devido à condição de *Spell-Out* definida por Roberts (1997), V_{MAT} e V_{INF} não podem ser ambos produzidos sob T_{MAT} , uma vez que são elementos morfo(fono)logicamente independentes. O clítico, no entanto, não está sujeito a este filtro, pois é, por excelência, um elemento morfo(fono)logicamente dependente.

Assim, e de acordo com as condições sobre produção de cópias que tomei como pressuposto, chegar-se-á à seguinte versão dos factos:

- (i) V_{MAT} e clítico serão produzidos em T_{MAT} : as cópias produzidas correspondem à cabeça de cada uma das cadeias;
- (ii) V_{INF} será produzido em T_{INF} (dentro do domínio infinitivo): a cópia produzida não corresponde à cabeça da cadeia mas esta opção evita a violação de uma condição de PF e, portanto, está em conformidade com *PLC*. Para além disto, a produção desta cópia de V_{INF} não implica mais custos em termos de apagamento de traços formais, uma vez que V_{INF} tem os seus traços verificados nesta posição: o movimento de V_{INF} para T_{MAT} não é motivado por necessidade de verificação de traços mas para evitar que o movimento de T_{INF} para T_{MAT} se realize por excorporação.

Note-se ainda que, de acordo com os meus pressupostos, as restantes cópias de V_{INF} (que omiti das estruturas apresentadas para facilitar a sua leitura), não poderiam ser produzidas: a produção de V_{INF} na sua posição básica levaria à violação do princípio *FFE*, uma vez que, nesta posição, V_{INF} não teria os seus traços formais verificados; a produção de V_{INF} sob P levaria à violação de uma condição de PF, uma vez que V_{INF} e P são elementos morfo(fono)logicamente independentes.

Em (28), repito a estrutura apresentada em (27), assinalando a *bold* as cópias produzidas:

$$(28) [{}_{\text{TMAT}} \text{cl}^{\text{K}} [{}_{\text{TMAT}} [{}_{\text{TINF}} \mathbf{V}_{\text{INF}} \mathbf{T}_{\text{INF}}] {}^{\text{J}} [{}_{\text{TMAT}} \mathbf{V}_{\text{MAT}} {}^{\text{I}} \mathbf{T}_{\text{MAT}}]]] \dots \mathbf{V}_{\text{MAT}} {}^{\text{I}} \\ \dots [{}_{\text{TINF}} \mathbf{V}_{\text{INF}} \mathbf{T}_{\text{INF}}] {}^{\text{J}} \dots \text{cl}^{\text{K}} \dots$$

3. Conclusões – síntese

O estudo desenvolvido e apresentado neste trabalho permite estabelecer os seguintes pontos:

- (i) a distribuição dos padrões de colocação de clíticos em infinitivas afirmativas preposicionadas (com infinitivo não-flexionado) é determinada pela preposição que introduz a oração – em termos de frequência, existem preposições favorecedoras de ênclise e preposições favorecedoras de próclise;
- (ii) a distribuição dos padrões de movimento do clítico (cliticização ao verbo infinitivo vs cliticização ao verbo matriz), em infinitivas preposicionadas subcategorizadas, depende igualmente da preposição que introduz a oração – existem preposições indutoras de SC e preposições bloqueadoras de SC;
- (iii) existe um alinhamento entre as preposições que favorecem ênclise e induzem SC e as que favorecem próclise e bloqueiam SC;

Com base neste tipo de evidência empírica proponho que:

- (i) os dois tipos de ‘preposições’ identificados sejam elementos de diferente natureza – elementos homófonos com diferente estatuto categorial, diferentes propriedades de subcategorização e que ocupam diferentes posições estruturais;
- (ii) a variação na colocação dos clíticos no âmbito de uma gramática individual decorra da possibilidade de cada um desses elementos poder ter uma dupla entrada lexical;

Referências Bibliográficas

- ÁLVAREZ, R. (1996) Gramática contrastiva do português e o galego: a posición do pronome átono en oracións de infinitivo e xerundio. *Actas do I Congreso Internacional. A lingua galega: historia e actualidade*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega/Universidade de Santiago de Compostela.
- BOŠKOVIĆ, Ž. (1997) *The Syntax of Nonfinite Complementation. An Economy Approach*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- BOŠKOVIĆ, Ž. & J. Nunes (em preparação) *The copy theory of movement: A view from PF*. Ms.
- BURZIO, L. (1986) *Italian Syntax*. Dordrecht: Kluwer.
- CHOMSKY, N. (1991) Some notes on economy of derivation and representation. In R. Freidin (org.) *Principles and Parameters in Comparative Grammar*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, pp. 417-454 (reimpresso como cap 2 de Chomsky 1995).

- CHOMSKY, N. (1993) A Minimalist Program for Linguistic Theory. In K. Halle & S. J. Keyser (eds.) *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, pp. 1-52 (reimpresso como cap 3 de Chomsky 1995).
- CHOMSKY, N. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge/Massachusetts: The MIT Press.
- COSTA, J. & A. M. Martins (2003) Clitic placement across grammar components. Comunicação apresentada em *Going Romance*. Novembro 2003. Nijmegen University.
- COSTA, J. & A. M. Martins (2004) What is a strong functional head?. Comunicação apresentada no *Lisbon Workshop on Alternative Views on the Functional Domain*. Julho 2004. Universidade Nova de Lisboa.
- DUARTE, I. (2003a) Padrões de colocação dos pronomes clíticos. In M. H. Mateus et alii (orgs.) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 847-867.
- DUARTE, I. (2003b) Subordinação completiva – as orações completivas. In M. H. Mateus et alii (orgs.) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 593-651.
- DUARTE, I., A. Gonçalves & M. Miguel (2005) Propriedades de C em frases completivas. *Actas do XX Encontro Nacional da APL*. Lisboa: APL.
- DUBINSKY, S. & K. Williams (1995) Recategorization of Prepositions as Complementizers: The Case of Temporal Prepositions in English. *Linguistic Inquiry* 26 (1), pp. 125-137.
- DUNN, J. (1928) *A Grammar of the Portuguese Language*. Washington: National Capital Press.
- EMONDS, J. (1985) *A Unified Theory of Syntactic Categories*. Dordrecht: Foris.
- EPIPHANIO Silva Dias, A. (1918) *Syntaxe Histórica Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora. 1933 (2ª ed.).
- GONÇALVES, A. (1999) *Predicados Complexos Verbais em Contextos de Infinitivo não Preposicionado*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- GRIMSHAW, J. (1991) *Extended projection*. Ms., Linguistics and Cognitive Science Program. Brandeis University, Waltham, Mass.
- GRIMSHAW, J. (1993) Minimal projection heads and optimality. Rutgers University Center for Cognitive Science. Report 4 (reimpresso em 1997 *Linguistic Inquiry* 28 (3)).
- HAIDER, H. (2001) Heads and selection. In N. Corver & H. van Riemsdijk (eds.) *Semi-Lexical Categories*. Berlin/Newyork: Mouton de Gruyter, pp. 67-96.
- KAYNE, R. (1994) *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, Mass. & London: MIT Press.
- KAYNE, R. (1999) Prepositional complementizers as attractors. *Probus* 11 (1), pp. 39-73 (reimpresso como cap. 14 de Kayne, R. (2000) *Universals and Parameters*. Oxford: Oxford University Press).
- LAW, P. (1991) *Effects of Head Movement on Theories of Subjacency and Proper Government*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- MARTINS, A. M. (1995) A minimalist approach to clitic climbing. *Proceedings of CLS 31: Parassession on Clitics*. Stanford University, pp. 215-233.

- MARTINS, A. M. (2000) A minimalist approach to clitic climbing. In J. Costa (org.) *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press, pp. 169-190.
- NUNES, J. (1995) *The Copy Theory of Movement and Linearization of Chains in the Minimalist Program*. Ph. D. Dissertation, University of Maryland, College Park.
- NUNES, J. (1999) Linearization of chains and phonetic realization of chain links. In S. Epstein & N. Hornstein (eds.) *Working minimalism*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, pp. 217-249.
- NUNES, J. (2004) *Linearization of Chains and Sideward Movement*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- PESETSKY, D. (1982) *Paths and Categories*. Ph.D. Dissertation, MIT.
- PESETSKY, D. (1992) *Zero Syntax*. Ms., MIT. (versão de Pesetsky, D. (1995) *Zero Syntax. Experiencers and Cascades*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press; e de Pesetsky, D. (em preparação). *Zero Syntax II: An Essay on Infinitives*).
- PESETSKY, D. & E. Torrego (2001) T-to-C movement: causes and consequences. In M. Kenstowicz (ed.) *Ken Hale: A Life In Language*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, pp. 355-426.
- PESETSKY, D. & E. Torrego (2004) Tense, Case and the nature of syntactic categories. In J. Guéron & J. Lecarme (eds.) *The Syntax of Time*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, pp. 495-538.
- POLLOCK, J.-Y. (1989) Verb movement, universal grammar and the structure of IP. *Linguistic Inquiry* 20 (3), pp. 365-424.
- RAFEL, J. (2001) As for *as/for*, they are semi-lexical heads. In N. Corver & H. van Riemsdijk (eds.) *Semi-lexical Categories*. Berlin/Newyork: Mouton de Gruyter, pp. 475-503.
- RAPOSO, E. P. & J. Uriagereka (2005) Clitic placement in western iberian: a minimalist view. In G. Cinque & R. Kayne (orgs.) *Handbook of Comparative Syntax*. Oxford: Oxford University Press, pp. 639-697.
- RIZZI, L. (1982) *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht: Foris.
- ROBERTS, I. (1997) Restructuring, head movement, and locality. *Linguistic Inquiry* 28 (3), pp. 423-460.
- SAFIR, K. (1993) Perception, selection and structural economy. *Natural Language Semantics* 2, pp. 47-70.
- SAID Ali, M. (1908) *Dificuldades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica. 1966 (6ª ed.).
- SAID Ali, M. (1927) *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos. 1965 (6ª ed.).
- SPEAS, M. (1994) Null arguments in a theory of economy of projection. In *Functional Projections*. University of Massachusetts Occasional Papers 17. GLSA, University of Massachusetts.
- THRÁINSSON, H. (1996) On the (non-)universality of functional categories. In W. Abraham, S. Epstein, H. Thráinsson & C. Zwart (eds.) *Minimal Ideas: Syntactic Studies in the Minimalist Framework*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, pp. 113-139.

Abrindo as portas para o dialeto carioca

Sandra Maria Oliveira Marques
Universidade Federal do Rio de Janeiro/CAPES/CNPq

1. Introdução

Imperativos representados por elementos de ordem natural (clima, solos, etc.), ações políticas e acontecimentos sócio-econômicos sempre foram importantes fatores que definiram e moldaram o comportamento da população quanto à mobilidade no espaço geo-econômico. Tais deslocamentos representam um campo fértil para a verificação de mudanças na linguagem pois, segundo Weinreich (1953), muitos dos processos lingüísticos ocorrem durante o contato sócio-cultural.

Pesquisas que investigam a variação e mudança lingüística sob os efeitos da migração nas comunidades contemporâneas têm adquirido cada vez mais espaço na paisagem sociolingüística. Muito já se falou sobre o contato entre línguas mas, em meados dos anos 80, um estudo realizado por Trudgill (1986) sobre o contato entre dialetos abriu caminho para inúmeros trabalhos sobre esse tema, sobre koineização, mudança por contato induzido e formação de novos dialetos em muitos lugares ao redor do mundo.

Tal trabalho foi inovador na medida em que enumerou os benefícios de aliar as análises dos processos de acomodação a uma análise lingüística mais detalhada baseada em dados quantitativos. Tais benefícios seriam, entre outros: uma idéia mais exata do grau de acomodação lingüística; o exame dos traços lingüísticos que estão ou não mudando durante a acomodação; o estudo dos limites da acomodação – quais são as restrições lingüísticas (em oposição às sociais e psicológicas) na acomodação e se é possível se acomodar totalmente a uma nova variedade.

Apesar desse caráter inovador, segundo Milroy (2002), a pesquisa sobre os dialetos em contato só foi explorada com alguma profundidade em meados dos anos 90. Só então pesquisadores identificaram a necessidade da existência de modelos sociolingüísticos capazes de capturar mudanças que acompanhassem a mobilidade social e geográfica, característica da última metade do século XX, que permite que os falantes tenham acesso à prática lingüística e social de comunidades distantes.

Buscando trazer uma contribuição, investiga-se, neste trabalho, a relação que se estabelece durante o contato entre duas variedades do português falado no Brasil, ou seja, entre o dialeto paraibano e o dialeto carioca, dentro da cidade do Rio de Janeiro. Tal relação é marcada por muitas diferenças, geográficas, econômicas, culturais, sociais, lingüísticas, e, sendo assim, verificam-se os caminhos lingüísticos trilhados pelos migrantes paraibanos quando expostos a uma nova realidade.

Os informantes que compõem o *corpus* desta pesquisa, 10 no total, são todos falantes adultos (18 a 49 anos) do sexo masculino e que migraram depois dos 15 anos de idade. Foram reunidos em grupos, segundo o tempo de migração: 1 a 4; 5 a 10; mais de 10 anos ininterruptos de residência no Rio de Janeiro. Os dados foram submetidos ao pacote de programas VARBRUL (PINTZUK, 1988), que consiste em um conjunto de programas idealizados para a análise de fenômenos variáveis, vistos à luz da chamada teoria da variação.

Apesar de o lingüista Fernando Tarallo (*apud* Leite e Callou, 2002, p. 51) afirmar que no português brasileiro existem “sotaques sintáticos”, as diferenças que chamam de imediato a atenção de qualquer usuário de uma língua são as de pronúncia. Portanto, o objeto de estudo desta análise é a verificação da produção variável das vogais pretônicas /e/ e /o/. Essa variação constitui um dos fenômenos demarcadores entre esses dois dialetos.

No Brasil, há vários trabalhos sobre esse tema, dispondo-se, portanto, de uma boa sistematização. Objetiva-se, com isso, saber se i) os falantes submetidos ao contato dialetal conservam inalterada sua gramática ou a substituem pela da comunidade acolhedora e ii) como se configura o comportamento lingüístico do migrante no intervalo de dez anos de contato.

2. As médias pretônicas:

Será examinado o comportamento das vogais pretônicas /e/ e /o/ em sílabas inicial e medial de vocábulo, nos padrões silábicos -CV- e -CVC-, comportamento esse que se traduz na variação i: ê: é \ u: ô: ó, apresentados aqui respectivamente pelos termos altas ([i], [u]), médias ([ê], [ô]) e baixas ([é], [ó]).

Ex.:	(1)	pr [i] firo,	inv [i] stir	(alta)
	(2)	s [u] frimento,	in [u] cente,	(alta)
	(3)	l [e] vantar,	lib [e] rdade	(média)
	(4)	m [o] tivo,	val [o] rizar	(média)
	(5)	d [ɛ] pende,	cont [ɛ] rrâneo	(baixa)
	(6)	j [ɔ] rnal,	inf [ɔ] rmado	(baixa)

Os vários trabalhos sobre esse tema reforçam a idéia geral de que o /e/ e /o/ pretônicos recebem uma pronúncia predominantemente fechada (médias) nas regiões Sul-Sudeste, enquanto no Norte-Nordeste prevalece uma realização mais aberta (baixas). Antenor Nascentes (1953), por exemplo, já considerava a alternância das pré-acentuadas como um divisor de águas entre os falares do Norte e os do Sul do Brasil.

Para reforçar essa idéia, Cardoso (2003) faz um breve apanhado de uma grande quantidade de trabalhos que abordam esse assunto nas mais diversas localidades do Brasil (Amazonas, Pará, Acre, Ceará, Natal, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul). Ao fim, apresenta um quadro da tendência geral da realização das vogais

pretônicas /e/ e /o/ no português brasileiro, onde se pode realmente visualizá-las como a/uma linha demarcatória entre grupos de regiões. Percebe-se, também, que a produção de vogais altas não se mostra como uma marca de diferenciação regional.

Região	Estados	Vogais Baixas	Vogais Médias	Vogais Altas
NORTE	AMAZONAS	•		
	PARÁ	•	•	
	ACRE	•		
NORDESTE	CEARÁ	•		
	R. G. DO NORTE	•		
	PARAÍBA	•		
	PERNAMBUCO	•		
	ALAGOAS	•		
	SERGIPE	•		
	BAHIA	•		
SUDESTE	MINAS GERAIS	•	•	
	RIO DE JANEIRO		•	
	SÃO PAULO		•	
SUL	PARANÁ		•	
	R. G. DO SUL		•	
CENTRO-OESTE	M. G. DO SUL		•	

Em um trabalho de que apresenta uma descrição acústica do sistema pretônico de cinco capitais brasileiras, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Porto Alegre, Moraes, Callou e Leite (1996) mostram que, em relação aos traços anterioridade/posterioridade (eixo horizontal), a capital que apresenta variações significativas é o Rio de Janeiro, cujas vogais altas anterior e posterior são mais periféricas. Além disso, as maiores diferenças entre os cinco dialetos foram percebidas na análise do traço de altura (eixo vertical): São Paulo e Salvador apresentam um sistema mais polarizado, com uma distância acústica maior entre [i], [a] e [u], em oposição a Porto Alegre e Recife, com menor polarização, e ao Rio de Janeiro, numa posição intermediária.

Por esse trabalho, portanto, confirma-se que esses traços não são responsáveis por marcar as diferenças entre regiões, no que diz respeito às vogais. Vê-se pelos resultados da análise acústica que os pares São Paulo (Sudeste) e Salvador (Nordeste), Porto Alegre (Sul) e Recife (Nordeste) apresentam comportamentos semelhantes, o que contraria o agrupamento do ponto de vista articulatório: São Paulo se aproximaria de Porto Alegre e Salvador de Recife.

Na maioria dos trabalhos sobre esse tema, foi levantada a questão da harmonização vocálica, que é um processo fonológico, uma regra de assimilação regressiva que atinge as vogais pretônicas em função da altura de uma vogal subsequente. Segundo Schwindt (2002, p. 162), “*esse processo pode elevar (medida ~ medida) ou abrir/abaixar as*

vogais (novela ~ n^ov^ela), de acordo com a altura da vogal propulsora do processo." A representação autosssegmental desse processo mostrou tratar-se de uma única operação na árvore, de espraiamento /assimilação de traço, tendo como consequência a alteração de um traço de abertura ([aberto 2]) da vogal média.

Callou, Leite e Moraes (1995), com base em dados do projeto NURC, afirmam que, na fala culta do Rio de Janeiro, a realização das pretônicas [é] e [ô] atingiu o percentual de 5%, o que vale dizer que predomina a realização das médias ([ê] e [õ]) e altas ([i] e [u]), obviamente com 95% das ocorrências registradas.

Leite, Moraes e Callou (2004) identificaram ocorrências de pretônicas baixas ([ê], [õ]) nos dados, mas fora do contexto em que era previsível (palavras derivadas, em cuja base houvesse uma vogal baixa acentuada, ex. p[é]zinho, s[ô]zinho). Embora o *input* geral tenha sido muito baixo (.04), assim mesmo causou surpresa a sua ocorrência. Sugerem que se trata de um processo em sua fase inicial no Rio de Janeiro e que se generaliza a harmonização vocálica: vogais médias podem se realizar como altas no ambiente de vogais altas e como baixas no ambiente de vogais baixas.

Em João Pessoa, capital da Paraíba, conforme Pereira (1997), as variantes baixas [é], [ô] são majoritárias no dialeto pessoense, apesar de haver ocorrência significativa de variantes altas [i] e [u] e médias [ê] e [õ], que estão sempre subordinadas à presença de vogais de mesma altura na sílaba subsequente. Pereira (*op cit*) afirma que isso evidencia que é o princípio da harmonização vocálica que rege a variação da pauta pretônica no dialeto pessoense.

Com base nos resultados apresentados por essas duas comunidades de fala, pode verificar-se, portanto, as alterações na fala dos migrantes paraibanos, fala essa que está convergindo ao dialeto carioca (conforme for a produção de variantes médias), ou está preservando a sua identidade linguístico-cultural (se prevalecerem as pretônicas baixas).

3. Resultados:

Neste trabalho foram examinadas 595 realizações da vogal /e/ e 408 da vogal /o/, perfazendo o total de 1003 ocorrências, distribuídas da seguinte forma:

[é]		[ê]		[i]	
Aplic/total	%	Aplic/total	%	Aplic/total	%
309/595	52	207/595	35	79/595	13

[ô]		[õ]		[u]	
Aplic/total	%	Aplic/total	%	Aplic/total	%
259/408	63	78/408	19	71/408	17

O que se pode depreender é que as realizações de variantes baixas são, ainda, as mais produzidas pelos migrantes paraibanos. Pereira (1997) aponta que a distribuição (decrecente quanto à quantidade) dessa variação em João Pessoa se dá da seguinte forma: [é] → [i] → [ê]; [ó] → [u] → [ô]. As tabelas 1 e 2 mostram que essa ordem foi um pouco alterada: [é] → [ê] → [i]; [ó] → [ô] / [u]. Comparando-se os resultados, tem-se:

TABELA 3	[é] / [ó]	[ê] / [ô]	[i] / [u]
Pereira (1997) sobre o dialeto pessoense	44% / 42%	21% / 22%	34% / 35%
Paraibanos residentes no Rio de Janeiro	52% / 63%	35% / 19%	13% / 17%

Os dados de Pereira (tabela 3) mostram um comportamento bastante simétrico entre as pretônicas /e/ e /o/. No que se refere aos paraibanos residentes no Rio de Janeiro, essa simetria, embora com menores valores do que as do dialeto pessoense, só pode ser vista entre as variantes altas ([i] e [u]).

Com relação às pretônicas baixas e médias, pode-se perceber que o caráter simétrico que existe na comunidade de fala pessoense não existe na fala dos indivíduos deslocados do seu contexto original, ou seja, na fala dos migrantes. Tal disparidade representa um jogo lingüístico, com razões sociais intrínsecas, entre a identidade cultural do migrante (marcado pelas variantes baixas) e o prestígio que a obtenção de traços do dialeto carioca possivelmente possa oferecer-lhe (marcado pelas variantes médias).

No que tange às diferenças de valores entre as não-recuadas (/e/) e as recuadas (/o/), a primeira tende mais à variante média ([ê]) e menos à baixa ([é]) do que a segunda, que tende à baixa ([ó]) mais do que qualquer outra variante.

Adant (1989, p. 194) realizou um trabalho em que verificou o comportamento de alagoanos residentes em Brasília perante as vogais pretônicas e a manutenção das oclusivas alveolares /t/ e /d/ diante de /i/. Os resultados revelaram mudanças fonológicas importantes, mas também a conservação do dialeto nordestino em grau significativo. No que diz respeito às vogais, a porcentagem da variante baixa da não-recuada (43%) é menor do que a da recuada (54%). Comportamento semelhante ao que foi encontrado nesta pesquisa.

Em sua conclusão, Adant (p. 197) afirma que as oclusivas alveolares /t/ e /d/ apresentaram mudanças mais significativas que as outras variáveis. A partir disso, faz conjecturas sobre essa variável ser mais saliente que as vogais pretônicas /e/ e /o/.

Auer *et alli* (1998) afirma que o que é percebido por um falante como 'saliente' em uma variedade é substituído mais facilmente e mais rapidamente por outra do que o que é percebido como 'não-saliente'. Afirmam ainda que traços 'mais salientes' da variedade do migrante, por exemplo, podem ser perdidos mais rapidamente do que os que são 'menos salientes'. Os autores apontam que a saliência é um bom prognóstico da perda e aquisição de traços de um dado dialeto por falantes de um outro dialeto.

Dessa forma, de acordo com os resultados obtidos e corroborados por outro trabalho, pode-se pensar na pretônica não-recuada (/e/) como mais saliente que a recuada (/o/), sendo, portanto, o alvo de mais rápidas modificações em direção ao dialeto acolhedor, que é marcado pelas variantes médias. A vogal recuada, por sua vez, apresentou-se como menos vulnerável ao processo de contato dialetal.

No que se refere a questões extralingüísticas, no início da década de 80, Bortoni (1989) ao realizar um trabalho – cujo objeto de estudo eram os migrantes originários da zona rural da região do Alto Paranaíba em Minas Gerais e radicados em Brazlândia, cidade satélite de Brasília – verificou a aplicação da análise das redes sociais no estudo de variação e mudança lingüística, procurando demonstrar sua utilidade no caso de comunidades jovens, onde há um intensivo e variado contato dialetal. Em seguida, observou o processo de difusão dialetal no repertório lingüístico dos informantes, à luz das características de suas redes sociais.

Seus resultados demonstram que, quanto mais ajustado o migrante ao seu novo ambiente social, mais ampla a sua rede de relações tende a ser, e que quanto maior o número de pessoas com as quais o migrante está ligado, por laços diretos e indiretos, mais adiantado ele estaria no processo de difusão dialetal.

Levando-se em consideração essas observações, embora não se use a abordagem das redes sociais neste trabalho, espera-se que o período de tempo em que o migrante seja submetido ao contato intenso esteja ligado ao seu ajustamento sociolingüístico em direção à comunidade acolhedora. Sendo assim, almeja-se que o fechamento das vogais pretônicas alcance índices maiores na fala dos migrantes que estão há mais de cinco anos expostos ao processo de contato. Pode-se visualizar, através da tabela 5 a seguir, o comportamento obtido nesse grupo de fatores.

TABELA 5: Tempo de permanência no Rio de Janeiro			
	[é] / [ó]	[ê] / [ô]	[i] / [u]
	%	%	%
1 a 4 anos (2004-1999)	50 / 70	30 / 11	20 / 19
5 a 10 anos (1998-1994)	53 / 60	40 / 25	08 / 16
+ de 10 anos (1993-...)	58 / 70	06 / 04	36 / 26

Pela tabela 5, percebe-se que o índice de variantes baixas foi preponderante em todos os períodos observados. O que se pode visualizar, também, é que o comportamento lingüístico dos informantes que chegaram ao Rio de Janeiro entre 1994 e 2004 é diferente do comportamento dos informantes que chegaram em anos anteriores. Conforme os dados, os primeiros têm uma necessidade maior de acomodação do que estes. Talvez devido ao fato de o mercado de trabalho atualmente ser mais exigente quanto à aparência, postura, linguagem, escolarização das pessoas, para qualquer tipo de trabalho, do que em outras épocas.

“Naquela época era mais fácil. Podia trabalhar sem documento, até com dezessete anos. Sem precisar nem de reservista. Hoje em dia, está mais complicado. Só trabalha mais através de concurso, essas coisas. (...) Eu cheguei (...) fui logo arrumando emprego. Agora, têm muitos que não conseguem. Não têm estudo, não têm conhecimento. Porque hoje em dia é através do conhecimento.” (Depoimento de um informante com mais de 10 anos de residência no Rio de Janeiro. Ex-agricultor. Atualmente trabalha como porteiro e tem de 0 a 4 anos de escolarização)

O fator de integração do falante na nova comunidade, mencionado por Bortoni (1989), não pode ser medido pelo tempo de residência do migrante nessa comunidade, pois, pela tabela 5, verifica-se que não há correspondência. Se assim fosse, a variante característica do dialeto carioca ([ê], [ô]) estaria presente, e com altos índices, na fala dos informantes com mais de 10 anos de contato.

A questão da saliência do /e/ também pode ser visualizada na tabela 5. Já desde o primeiro período de contato, a fala do migrante tende, além do [é], para a variante [ê]. Quando se trata da variante recuada, nesse período, a presença de [ô] é muito alta, e o índice de [ô] é inferior ao de [u].

Na segunda fase, a produção da variante [i] é incipiente, e o [ê] ganha ainda mais vigor. A produção de [ô] só supera a de [u] depois dos 4 anos de contato, mas os valores de [ô] ainda continuam elevados. A recuada /o/, portanto, é mais resistente à acomodação.

4. Considerações finais:

Muito já se falou sobre as vogais médias pretônicas, mas parece que esse assunto é uma fonte inesgotável. Pelo menos no Brasil, já se pode ter uma radiografia sociolinguística bem extensa de seu comportamento dentro do território. Este trabalho procura fazer uso de algumas dessas descobertas para observar o desempenho dessa variável através de um outro prisma, o do contato dialetal.

O que se pode verificar é que o espaço de dez anos que afastou o paraibano do seu ambiente original não é suficiente para apagar seus traços culturais, que estão marcados, por exemplo, por uma tendência maior à produção de [é] e [ô] pretônicos, como um símbolo de identidade linguística. Entretanto, esse tempo é suficiente para perceber a dinâmica de uma nova variante, que marca a fala dos migrantes atuais, que é a variante de prestígio do dialeto carioca: [ê] e [ô].

Percebeu-se, também, que a pretônica não-recuada baixa ([é]) é mais saliente na fala do migrante, marca mais a sua fala, que é estigmatizada na região Sudeste, do que a recuada baixa ([ô]), por isso ela é mais vulnerável ao processo de acomodação linguística do que a outra.

Situar o migrante no tempo é de extrema importância para entender os mecanismos do contato. O intervalo que vai da segunda metade da década de noventa a início dos anos 2000, mostrou alterações importantes no comportamento linguístico do

migrante, que, evidentemente, está atrelado ao novo comportamento social que esse deve ter perante as exigências do mercado de trabalho da atualidade, que não eram tantas em outras épocas. A flexibilidade, a capacidade de abrir suas fronteiras, suas portas a um novo ambiente, a novas culturas, a uma nova variedade lingüística, enfim, são aspectos que caracterizam o homem da atualidade dentro do mundo globalizado.

Estudos que abordam o contato entre dialetos de uma mesma língua se fazem necessários na medida em que pode fornecer evidências e dados importantes à verificação de princípios que estão envolvidos no processo de adaptação sociolingüística. Dessa forma, contribui não apenas para elucidar aspectos da mudança, mas também para aumentar a compreensão acerca dos mecanismos envolvidos na acomodação lingüística.

Referências Bibliográficas

- ADANT, J. (1989) Difusão dialetal: o caso dos alagoanos em Brasília. In: TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, p. 181-197.
- AUER, P.; BARDEN, B.; GROSSKOPF, B. (1998) Subjective and Objective Parameters determining 'salience' in Long-term Dialect Accommodation. *Journal of Sociolinguistics* 2/2. Oxford: Blackwell, p. 163-187.
- BORTONI, S. M. (1989) A migração rural-urbana no Brasil: uma análise sociolingüística. In: TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, p. 167-180.
- LEITE, Y.; CALLOU, D. (2002) *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MILROY, L. (2002) Introduction: Mobility, contact and language change – Working with contemporary speech communities. *Journal of Sociolinguistics* 6/1. Oxford: Blackwell, 3-15.
- MORAES, J.; CALLOU, D.; LEITE, Y. (1996) O sistema vocálico do português do Brasil: caracterização acústica. In Kato, M. (org.). *Gramática do português falado*. Vol. V: Convergências. Campinas (SP): UNICAMP / FAPESP.
- NASCENTES, A. (1953) *O linguajar carioca*. 2.ed. Rio de Janeiro: Simões.
- PEREIRA, R.C. (1997) *As vogais médias pretônicas na fala do pessoense urbano*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB / CCHLA / Curso de Pós-Graduação em Letras.
- PINTZUK, S. (1988) *Varbrul Programs*. 40fl. Mimeo.
- SCHWINDT, L. C. (2002) A regra variável de harmonização vocálica no RS. In: BISOL, L.; BRESANCINI (org.). *Fonologia e variação: recortes do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p.161-182.
- TRUDGILL, P. (1986) *Dialects in Contact*. Oxford: Blackwell.
- WEINREICH, U. (1953) *Languages in Contact*. New York: Linguistic Circle.

Revisitando o acento do Português Medieval a partir das *Cantigas de Santa Maria*

Gladis Massini-Cagliari
UNESP/Araraquara; CNPq

1. Introdução

Em Massini-Cagliari (2001), apresentou-se um estudo do acento dos nomes e de outros itens lexicais não-verbais em Português Arcaico (de agora em diante, PA), a partir do arcabouço teórico da Teoria da Otimidade. Nesse artigo, verificou-se que os padrões acentuais presentes no galego-português da época podiam ser obtidos a partir da interação entre restrições ligadas a duas forças principais: a tendência à produção de um ritmo trocaico e à tendência à marcação, através de proeminência, da última vogal do radical (nos nomes e demais itens não-verbais) ou tema (nos verbos).

Como *corpus*, foi escolhido, naquela ocasião, o conjunto das 503 cantigas de amigo contidas no *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Nesse conjunto de cantigas, apenas dois tipos de pauta acentual puderam ser encontradas: oxítonas e paroxítonas. De fato, com relação ao *corpus* de cantigas de amigo, Massini-Cagliari (1995, 1999) já mostrara que os padrões acentuais excepcionais encontrados no português atual – oxítonas terminadas em sílaba leve e proparoxítonas – não ocorriam. Mesmo as paroxítonas terminadas em sílaba pesada, um padrão também excepcional atualmente, apareciam apenas em formas verbais.

Entretanto, em termos de riqueza lexical, por causa dos temas que desenvolve, o *corpus* de cantigas de amigo é bastante restrito. Por este motivo, o objetivo desta comunicação é ampliar a abrangência dos estudos anteriores, a partir da consideração de um *corpus* que, pela natureza das produções que agrupa, tem uma maior variedade de temas e, portanto, de léxico. Assim, este estudo considera como *corpus* o conjunto das 420 *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X (doravante, CSM). Desta forma, o diferencial desta pesquisa reside, justamente, neste recorte da produção lírica disponível em português medieval, levando também em consideração a vertente religiosa da produção dos trovadores, em que ficou registrado o galego-português produzido para além de Portugal e Galiza (no caso, em Castela, como língua de cultura).

2. Análise dos dados: padrões de acento lexical nas CSM

Observando a pauta acentual da última palavra de cada verso das 420 CSM, pôde ser constatado que os dois únicos padrões encontrados em posição de rima são as paroxítonas e as oxítonas – tabela 1.

O que a análise da relação entre o padrão de verso e a pauta acentual da palavra em rima revela é que, em posição de relevo rítmico no verso, a exemplo do que fora anteriormente constatado para as cantigas profanas, também nas religiosas **não há proparoxítonas**. Esta constatação confirma o caráter marginal desse padrão prosódico, considerado como “estranho”, “estrambótico” por Michaëlis de Vasconcelos (1912-13, p. 61). Sendo a posição de rima o foco prosódico por excelência do verso, e sendo que os versos são construídos *a partir* (e jamais *ao contrário*) do ritmo lingüístico do idioma que lhes dá suporte, é a investigação do aproveitamento estilístico das terminações graves e agudas (e nunca esdrúxulas) nessa posição de destaque que revela a tendência rítmica do PA.

Tipo de verso	Quantidade de versos
grave	16539 (52.5%)
agudo	14956 (47.5%)
Total	31495 (100%)

Tabela 1. Tipos de verso nas *Cantigas de Santa Maria*, quanto à pauta acentual da última palavra.

Em trabalhos anteriores (Massini-Cagliari, 1995, 1999), com base na possibilidade de alternância dos padrões de verso – grave e agudo – em uma mesma cantiga, chegou-se à conclusão de que apenas um ritmo de base trocaica seria capaz de dar sustentação lingüística a versos dessa natureza. Mostrou-se também que a grande maioria das palavras do PA possui, de fato, terminação grave (paroxítona) – o que reforça a consideração de um ritmo trocaico. Além disso, a grande maioria das palavras do PA recebe o acento na segunda mora, do final para o início da palavra, o que gera dois padrões básicos de acentuação: paroxítonas terminadas em sílaba leve – exemplos em (1) – e oxítonas terminadas em sílaba pesada – exemplos em (2) –, que são justamente os padrões mais recorrentes de acento lexical, na língua registrada nas cantigas religiosas.

(1) Santiago doo	coitado mercee	feita santa	folia requeza	alto guarda
(2) amor pastor	solaz Portugal	prazer sandeu	coração enton	

É fato notável, entretanto, que, apesar de o PA ser sensível ao peso silábico na atribuição do acento, a consoante /S/, quando corresponde à realização da desinência de número plural dos nomes, parece ser invisível ao processo de contagem de moras (fenômeno conhecido como “extrametricidade”, nas abordagens derivacionais não-lineares do acento). Os exemplos em (3) comprovam essa “invisibilidade”:

(3) Palavra	Estrutura morfológica	Estrutura moraic
soláz	[solaz] _{rad} + Ø _{gen} + Ø _{num}	[μ] _σ [μμ] _σ
amíga	[amig] _{rad} + a _{gen} + Ø _{num}	[μ] _σ [μ] _σ [μ] _σ
amígas	[amig] _{rad} + a _{gen} + s _{num}	[μ] _σ [μ] _σ [μ(μ)] _σ

No caso da flexão de número de palavras oxítonas terminadas em sílabas travadas, a formação do plural não interfere no posicionamento do acento. Mesmo quando é necessária a epêntese de uma vogal para “corrigir” a estrutura silábica anômala formada com a pluralização (exemplo: *amor* → *amores*), a desinência de plural parece não interferir no peso da sílaba a que adere, cujo núcleo é justamente a vogal epentética.

A grande maioria das palavras mapeadas no *corpus* de cantigas religiosas encaixa-se, quanto à pauta acentual, no padrão “acento na sílaba que contém a segunda mora da direita para a esquerda”. Entretanto, foram mapeados padrões que constituem exceção a essa tendência. Passa-se, agora, a identificar cada um desses padrões marginais, tanto com relação à estrutura prosódica, quanto com relação à quantidade de ocorrências.

Um desses padrões “excepcionais” é o das oxítonas terminadas em sílaba leve – exemplos: *aquí, ali, alá, aló, outrossi, Tomé, Jesu, maravedi*.

Outro padrão acentual excepcional é o das proparoxítonas. No *corpus* de cantigas profanas e nos Glossários que dão conta desse tipo de cantigas, a ocorrência de proparoxítonas é bastante marginal. Já no *corpus* das CSM as proparoxítonas são um pouco menos raras, embora seja esse padrão ainda excepcional. No entanto, esse tipo de pauta acentual jamais ocorre na posição rítmica mais importante do verso (posição de rima). Mesmo nas CSM, nas quais as proparoxítonas podem ser localizadas também nas epígrafes das cantigas, esse padrão ocorre apenas em posição medial do verso.

Em (4), encontram-se alguns exemplos de nomes proparoxítonos mapeados no *corpus* de cantigas religiosas.

(4) prologo	angeo	espírito	Theophilo	lampada
dicipolo	ydolo	letera	véspera	Évora
filosofo	poboo	crerigo	Páscoa	folego
paravoa	sabado	camara	perigoo	cítola

Note-se que todas as palavras acima são proparoxítonas terminadas em duas sílabas leves. Neste caso, o acento recai sobre a sílaba que contém a terceira mora, da direita para a esquerda. Entretanto, há também casos (raríssimos) de proparoxítonas em que a última sílaba é pesada, porque travada por consoante – exemplos: *Locifer, mercores, Princeps*. Porém, não apenas a pouca ocorrência atesta o caráter marginal desse padrão prosódico; processos fonológicos que transformam antigas proparoxítonas em paroxítonas são atestados. Mettmann (1972: 232), no *Glossário* das CSM, dá conta da ocorrência de *perigo* e *periglo*, ao lado de *perigoo*. O mesmo tipo de variação ocorre com as formas *poboo* vs. *pobro* e *poblo* (Mettmann, 1972: 235).

Um tipo bastante recorrente de proparoxítonas no universo das cantigas religiosas, mas também atestado em algumas poucas cantigas profanas, é o daquelas terminadas por hiato, sempre constituído das seqüências *ia* ou *io*, como em: *Cecilia*, *neicio*, *Perssia*, *Basílio*, *Segovia*, *ostia*. No entanto, há palavras também terminadas em *ia/ío*, cujo padrão acentual não é proparoxítono, mas paroxítono, nas quais essas seqüências constituem ditongos crescentes no nível fonético – exemplos: *nervio*, *novio*, *chuvia*, *sobervia*, *reliquias*, *juyzio*, *bestias*. É a estrutura métrica do poema, em termos de contagem de sílabas poéticas, que corrobora a diferença de padrão prosódico observada nesses casos – é o que mostram os versos em (5):

(5) a. *ia* = ditongo
 on/tre/ bes/tias/ d'a/ra/da. (CSM15)¹
 1 2 3 4 5 6

b. *ia* = hiato
 a/ hos/ti/a /a /cos/tu/me/ ro/mã/a. (CSM69)²
 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Além da alternância entre os padrões proparoxítonos e paroxítonos, verificam-se, nesse grupo de palavras, os mesmos tipos de processos fonológicos que agem no sentido de transformar em paroxítonas palavras originariamente proparoxítonas, fazendo com que os hiatos formados pelas seqüências *ia/ío* sejam foneticamente realizados como ditongos, ou fazendo com que a vogal *i* se consonantize, o que acaba por gerar o tipo de variação focalizada em (6):³

(6) Basílio (CSM15) vs. Basillo (CSM15 e Mettmann, 1972: 40)
 Cecilia (B1271) vs. Cezilla (CSM89)

Outro padrão excepcional de acentuação, que no entanto é bastante paralelo ao padrão proparoxítono (e, por este motivo, é tão marginal quanto este), é o das paroxítonas terminadas em sílaba pesada – exemplos em (7). Note-se que, na maior parte desses raros exemplos, a sílaba final é travada por nasal; mas há também casos de travamento pelas demais consoantes licenciadas nessa posição silábica.

(7) virgen omagen caliz marmor/narmol orden
 vermen Ruben alcaçar arvor/arvol omen

Com relação aos verbos, os padrões mapeados são os mesmos já encontrados para os nomes e os demais itens lexicais não-verbais. A maior parte segue o padrão

¹ Equivalente, em CSM15, a “*per morti' outra vegada*”, “*é end' envergonnada*”, “*estranna e preçada*”, e outros, todos versos graves de seis sílabas.

² Na CSM69, os versos são todos decassílabos graves.

³ Com relação a exemplos dessa mesma natureza, Mettmann (1972: 38 e 271) atesta *Babilonna* e *sacrifício*.

canônico: paroxítonos terminados em sílaba leve (*canta, cantava, cantade, cantasse*) ou oxítonos terminados em sílaba pesada (*cantei, cantou, cantar*). A maior parte dos verbos que foge a esse padrão corresponde a vocábulos paroxítonos terminados em uma marca de flexão que gera um travamento silábico: *cantas, cantamos, cantades, cantan, cantaron, cantedes, cantaren*, etc. Note-se que, nessas formas verbais, os morfemas flexionais (desinências) nunca recebem acentuação.⁴ Na tentativa de expressar restrições dessa natureza, abordagens derivacionais recorrem à noção de extrametricidade, uma estipulação de “invisibilidade” de certos elementos para regras de atribuição de acento. Especificamente para este caso do PA, em nosso trabalho anterior (Massini-Cagliari, 1999: 176), formulamos uma estipulação que marcava como extramétrica a coda final que portasse elemento com status de flexão, ou seja, {N, S}.

Note-se que a estipulação acima não está definida em termos da invisibilidade da desinência em si, mas de um segmento específico, que carrega *status* de flexão – de relevância semântica, pois.⁵ Essa solução foi formulada, naquele momento, para dar conta da previsão do posicionamento do acento nas formas verbais paroxítonas terminadas em sílaba travada, incluindo a 2ª pessoa do singular e a 3ª pessoa do plural do Futuro do Pretérito do Indicativo (ou Condicional), nas quais o acento recai sobre a desinência: *cantarias, cantarian*.

O problema com essa solução está em considerar as formas do Futuro do Pretérito como sendo simples. Nesse caso, e tradicionalmente, a desinência modo-temporal do Futuro do Pretérito do Indicativo é identificada como sendo *-ria*. Ora, acontece que as formas do Futuro do Pretérito, ao invés de estabelecerem um paralelo, em termos de comportamento flexional, com as formas “simples”, aproxima-se mais das formas do Futuro do Presente do Indicativo, considerado, em Massini-Cagliari (1999: 181), como compostas do infinitivo do verbo principal seguido da forma flexionada no verbo *aver* no Presente do Indicativo. Como compostas, essas formas possuiriam dois acentos, um para cada base; no estabelecimento da relação de proeminência entre esses acentos, o segundo tem precedência, seguindo o padrão do PA: *cantâr + éi; cantâr + ás*, etc.

Os argumentos a favor de considerar esses dois tempos como compostos são a variação entre formas do tipo *viverey* e *ey a viver*, *viveria* e *ia a viver* e possibilidade de mesóclise apenas nesses dois tempos: *ir-m'ei, ir-m'ia*. Corroborar esta posição a seguinte afirmação de Michaelis de Vasconcelos (1904: XXII): “No futuro e condicional o acento recaía ora no infinitivo, ora no auxiliar, conforme as exigências do ritmo e suas pausas”. A esses argumentos, pode ser somada a observação de Williams (1975: 211) de que, nos “cancioneiros primitivos”, existe a possibilidade de “coordenação” de dois futuros, a partir de uma só “terminação”: *direy e non estar*.

Desta maneira, tanto nas formas desses dois tempos “regulares” quanto ao acento (as paroxítonas terminadas em sílaba leve: *cantaria*; e as oxítonas terminadas em sílaba

⁴ Obviamente, a vogal temática verbal, parte do tema do verbo, não tem *status* de desinência; pode, portanto, ser suporte do acento.

⁵ Nesse sentido, nas desinências número-pessoais de 1ª e 2ª pessoas do plural, *-mos* e *-des/-tes*, respectivamente, apenas o /S/ final é extramétrico, porque somente esse segmento, na desinência como um todo, posiciona-se na coda.

pesada: *cantarei, cantarás, cantarán*) como nas “irregulares” (as paroxítonas terminadas em sílaba travada: *cantarias, cantarian, cantaremos, cantaredes*; as proparoxítonas(?): *cantariamos, cantariades*; e as oxítonas terminadas em sílaba leve: *cantará*), os morfemas com *status* de desinência verbal nunca recebem acento.

No entanto, a terceira pessoa do singular do Futuro do Indicativo não é a única forma verbal oxítona terminada em sílaba leve. Seguem essa pauta prosódica as formas da primeira pessoa do singular do Pretérito Perfeito do Indicativo nas 2ª e 3ª conjugações (*defendi, parti*) e alguns verbos irregulares, conjugados em outros tempos (*está*, por exemplo). Nas formas *defendi, parti*, a exemplo do que ocorre na forma da primeira conjugação (*améi*), o acento recai sobre a sílaba que contém a segunda mora da direita para a esquerda; a única diferença, em termos de estrutura morfológica, entre a forma da primeira pessoa do singular na primeira conjugação com relação à segunda e à terceira conjugações é o fato de a VT, nessas duas conjugações, ser de natureza igual à da vogal da NP.⁶

(8)	defend	i	∅	i
	part	i	∅	i
	radical	VT	MT	NP

Porém, a grande questão, com relação aos padrões acentuais possíveis nas formas verbais flexionadas em PA, é determinar, com certeza, se existem proparoxítonas. As seguintes formas verbais são candidatas a esse padrão prosódico: *cantavamos, devíamos, partíamos* (Imperfeito Ind. 1pp), *cantavades, deviades, partiades* (Imperfeito Ind. 2pp), *cantaramos* (Mais-que-perfeito Ind. 1pp), *cantarades* (Mais-que-perfeito Ind. 2pp), *cantariamos* (Futuro do Pretérito Ind. 1pp), *cantariades* (Futuro do Pretérito Ind. 2pp), *cantassemos* (Imperfeito Subj. 1pp), *cantassedes* (Imperfeito Subj. 2pp).

A dificuldade em se estabelecer com exatidão o padrão acentual dessas formas verbais consiste no fato de essas formas nunca aparecerem em posição de saliência rítmica do verso (ou seja, em posição de rima), como acontece na quinta estrofe da CSM143, transcrita em (9), e no refrão da CSM262, em (10).⁷

(9) E disse: «Se quisessedes gracir
est' a Deus e a ssa Madre servir
e de vossos pecados vos partir,
a chuvia logo verria.
Quen algũa cousa quiser pedir

(10) Se non loassemos por al | a Sennor mui verdadeira
devemos-la loar porque | [nos] demostra en carreira.

⁶ As abreviações VT, MT e NP significam, respectivamente, “vogal temática”, “desinência modo-temporal” e “desinência número-pessoal”.

⁷ As CSM citadas em (9) e (10) são apresentadas a partir da edição de Mettmann (1988, 1989).

No entanto, mesmo aparecendo em posição medial, em alguns casos, é possível levantar pistas, a partir da estrutura métrico-poética da cantiga, que nos levam ao estabelecimento das formas específicas dos tempos listados como proparoxítonas. Por exemplo, no caso da primeira estrofe da CSM180, transcrita em (11), em que aparece a forma *deviamos*, é possível ter a certeza de que se trata de uma forma proparoxítona, a partir da contagem de sílabas poéticas dos versos. Na cantiga em questão, todos os versos são decassílabos (com exceção do refrão, com cinco sílabas). Ora, para que o sexto verso dessa estrofe seja decassílabo, é necessário que se constitua um hiato entre as vogais *i* e *a* e que essa forma seja proparoxítona; caso fosse constituído um ditongo crescente entre essas vogais específicas, a forma obrigatoriamente seria paroxítona.

- (11) Desta guisa deve Santa Maria
seer loada, ca Deus lle quis dar
todas estas cousas por melloria,
porque lle nunca ja achassen par;
e por aquesto assi a loar
deviamos senpre, ca por nos vela.
Vella e Minya...

3. O acento das palavras das CSM: abordagem otimalista

Segundo Kager (1999: 142-143), a extensa pesquisa de Hayes (1995) sobre a tipologia das línguas quanto ao acento primário tem mostrado que os padrões acentuais são um domínio de forças potencialmente conflitantes, entre as quais o *ritmo* (pressão em direção à distribuição regular de sílabas fortes e fracas), a *sensibilidade ao peso silábico* (pressão no sentido de combinar sílabas pesadas com proeminências rítmicas) e a *marcação de fronteira* (pressão na direção de marcar as fronteiras de domínios morfológicos por sílabas fortes). É a investigação das maneiras pelas quais essas forças contrárias atuam na geração dos padrões de acentuação do português das cantigas medievais religiosas que é dedicada esta parte do presente trabalho. Mostra-se como as pautas acentuais do galego-português são o resultado da tensão entre duas dessas tendências: a tendência rítmica trocaica e a marcação da fronteira morfológica do radical/tema pelo acento. Está em foco, também, a maneira como a sensibilidade ao peso silábico se relaciona com essas duas tendências majoritárias.

A análise dos padrões de verso das CSM mostrou que, em posição de foco rítmico (isto é, em posição de rima), há apenas dois padrões: versos graves (terminados em paroxítonas) e versos agudos (terminados em oxítonas). A possibilidade de alternância desses dois padrões em uma mesma cantiga é um forte argumento em direção a considerar um ritmo trocaico como base do PA, uma vez que apenas uma alternância desse tipo seria capaz de dar sustentação lingüística a versos dessa natureza. Por sua vez, a análise da pauta acentual das palavras presentes nas CSM comprova que a grande maioria das palavras do PA possui, de fato, terminação grave (paroxítona) – o que reforça a consideração de um ritmo básico trocaico. Foi mostrado, também, que a

grande maioria das palavras presentes nas CSM recebe o acento na segunda mora, do final para o início da palavra, o que gera dois padrões básicos de acentuação: paroxítonas terminadas em sílaba leve e oxítonas terminadas em sílaba pesada. Outro fator importante a ser ressaltado é que apenas as três últimas sílabas da palavra são acentuáveis (e, mesmo assim, a antepenúltima, em condições excepcionais). O fato de *terminarem* as palavras do PA em troqueus (e não se *iniciarem* por pés dessa natureza) comprova a enorme importância da direcionalidade na construção dos pés: os pés – e portanto, o ritmo, em nível de atribuição de acento lexical – se constroem do final para o início da palavra (ou, em uma metáfora espacial, da direita para a esquerda).

A interação entre todas as tendências consideradas no parágrafo anterior pode ser expressa a partir da hierarquização entre as restrições TROQUEU (os pés têm proeminência inicial), ALL-FT-R (todos os pés à direita = Alinhe(Pé, direita, Palavra prosódica, direita), todo pé permanece na borda direita da palavra prosódica e PARSE- σ (segmente a sílaba: as sílabas são segmentadas em pés), responsável por gerar o padrão mais recorrente de acentuação em PA, o paroxítono terminado em sílaba leve. É o que está demonstrado no tableau (12), abaixo:

(12)	/cantig+a/	TROQUEU	ALL-FT-R	PARSE- σ
a. σ	can.(ti.ga)			*
b.	can.(ti.gá)	*		*
c.	(cán.ti).ga		*	*
d.	(can.tí).ga	*	*	*

No entanto, as palavras paroxítonas terminadas em sílaba leve não são a única pauta acentual encontrada no PA. As oxítonas terminadas em sílaba pesada são também um padrão comum e recorrente. A obtenção desses dois padrões concomitantemente é dada, nas abordagens derivacionais, pela consideração de um ritmo baseado na construção de troqueus moraicos, da direita para a esquerda, em um sistema sensível ao peso silábico (Hayes, 1995; Massini-Cagliari, 1995, 1999, especificamente para o PA). Na literatura que se desenvolveu a respeito da análise de sistemas rítmicos sensíveis à quantidade das sílabas sob a perspectiva da TO, estabeleceu-se que, quando as sílabas pesadas recebem obrigatoriamente acento, é porque WSP (WEIGHT-TO-STRESS PRINCIPLE – Hammond, 1997: 172) encontra-se em uma posição alta na hierarquia das restrições. No entanto, pode-se perceber que o PA dá mais prioridade à formação de troqueus do que ao peso das sílabas da palavra; na verdade, o que importa é somente a quantidade da última sílaba da palavra, uma vez que uma sílaba pesada na antepenúltima posição da palavra, seguida de duas leves, não atrai para si o acento: *cóytado; *cántiga. Desta forma, pode-se concluir que, em PA, a restrição TROQUEU está hierarquizada acima de WSP.

Talvez, então, o fato de o acento ser atraído para a sílaba final de *amór* não esteja ligado à sensibilidade do PA ao peso das sílabas, mas à tendência de marcação da fronteira morfológica entre radical e desinências. Essa tendência tem sido afirmada com frequência, em relação ao comportamento do acento no Português Europeu (PE)

(Mateus, 1983) e no Português Brasileiro (PB) (Cagliari, 1999) – o que coloca o português atual como uma língua que, na tensão entre as forças conflitantes arroladas por Kager (1999), privilegia o reforço, através do acento, de constituintes morfológicamente importantes (marcação de fronteiras de domínio morfológico).

Pode-se perceber, com relação ao PA, que o alinhamento do acento com a última vogal do radical (radical derivacional, no caso de palavras não-primitivas) é uma tendência relevante. Tanto em *amôr*, como em *cantiga*, ou *cantigas*, o acento se posiciona sobre a última vogal do radical, não recaindo sobre vogais portadoras de *status* gramatical, ou seja, desinências. É por este motivo que, em *cantigas*, o acento não retrocede para a última sílaba, cujo núcleo contém a vogal que marca o gênero e que é travada pela consoante que carrega a marca de número, mas cai na última sílaba de *soláz*, uma vez que, nessa palavra, a consoante final não é desinência de número, integrando o radical.

À luz do que foi dito acima, ocorrências como *cantíga*, *amôr*, *coytáda*, *salvadór*, *coraçón*, entre outras, mais do que comprovar a sensibilidade do PA à quantidade da última sílaba, na atribuição do acento, mostram que a binaridade é menos importante do que o tipo do pé construído (trocaico, isto é, com proeminência inicial). Também o tipo e a binaridade do pé são mais importantes do que a consideração da quantidade silábica (WSP), porque, em palavras do tipo *coytáda*, o acento se mantém na penúltima leve, não retrocedendo para a antepenúltima, só porque esta é pesada. Destas considerações, resulta a importância da restrição BINARIDADE, cuja definição exige que os pés sejam binários em algum nível de análise (μ , σ), que interage com TROQUEU e ALL-FT-R, gerando o padrão conhecido como “troqueu moraicó”, na teoria derivacional. No entanto, a binaridade dos pés não é tão importante no PA quanto o tipo de pé a ser construído e a borda em que ele deve ser construído. Pode-se comprovar isto a partir da análise dos casos de oxítonas terminadas em sílaba leve, como *aquí*, *Tomé* e *Jesu*. Nessas palavras, tanto a binaridade dos pés como a segmentação das sílabas são sacrificadas para que o acento recaia sobre a última vogal do radical. É o que comprova a hierarquia estabelecida no tabelau (13), em que o alinhamento do acento com a borda direita do radical é expressa pela restrição “alinhe o acento na extremidade direita do radical” – ALINHE (ac.,D, Rad.,D).

(13)	/rubi+Ø+Ø/	ALINHE AC, D, RAD., D	TROQUEU	ALL-FT- -R	BIN	PARSE- σ	WSP
a.	ru.(bí)				*	*	
b.	(ru.bí)		*				
c.	(rú.bi)	*					

A dificuldade com relação à abordagem do acento dos nomes e demais itens não-verbais no PA consiste em explicar e prever o padrão das proparoxítonas e das paroxítonas terminadas em sílaba pesada. Para dar conta desses padrões marginais de acentuação, propomos a consideração da restrição NÃO-FINALIDADE (= Nas palavras

marcadas como contendo radicais especiais, a proeminência é não-final, com relação ao domínio do radical), hierarquizada acima de todas as outras, exclusivamente para as proparoxítonas e paroxítonas terminadas em sílaba pesada. Apesar do caráter paroxítonal da restrição NÃO-FINALIDADE, esta é uma solução melhor do que as propostas por Lee (1999) para o PB e Rosenthal (1994) para o espanhol, uma vez que não recorre a hierarquias concorrentes dentro de uma mesma variedade de língua; além disso, a presente solução tem o mérito de dar soluções “especiais” para casos “especiais” (no sentido de marginais, excepcionais), sem cair em artifícios teóricos que acabariam por emprestar às proparoxítonas um verniz de padrão normal da língua – característica que, evidentemente, não se aplica a esse tipo de palavras. A solução aqui proposta faz com que seja escolhida como forma ótima aquela em que é construído um pé (padrão) de proeminência inicial (trocaico), mas com três sílabas (não-padrão), muito semelhante aos pés datílicos propostos para o PB por Wetzels (1992) – tableau (14).

(14) /dicipol+o+Ø/	*FIN (rad)	ALINHE AC, D, RAD., D	TRO QUEU	ALL- -FT-R	BIN	PAR SE-σ	WSP
a. di.ci(pó.lo)	*					**	
b. di.ci(po)lo		*		*		***!	
c. Ø di.ci(po.lo)		*			*	*	

Quanto ao acento, o comportamento das paroxítonas terminadas em sílaba pesada é análogo ao das proparoxítonas.

Com relação às formas verbais do PA, os padrões mapeados no *corpus* são os mesmos encontrados para os nomes e demais itens lexicais não-verbais. Nada faz crer, portanto, que verbos e não-verbos tenham um comportamento diferenciado, quanto à colocação do acento, no PA. De fato, a hierarquia de restrições estabelecida para dar conta do padrão de acentuação dos itens não-verbais explica e prevê perfeitamente bem o padrão dos verbos paroxítonos terminados em sílaba leve e em sílaba travada, além dos oxítonos terminados em sílaba travada e em ditongo. Em todas essas formas, percebe-se o mesmo jogo das forças conflitantes que agem sobre a localização do acento: tendências concomitantes em direção à produção de um ritmo trocaico e à marcação com a proeminência acentual da fronteira morfológica do radical. No entanto, no caso dos verbos, o domínio morfológico a ser ressaltado não é exatamente o radical, mas o tema verbal, que consiste na soma do radical com a vogal temática. Generalizando, tanto para verbos como para não-verbos, a fronteira morfológica a ser ressaltada pelo acento é a base para a flexão.

Os únicos tempos verbais que trazem problemas para a proposta de análise que ora se apresenta são os do Presente, cujas formas não podem ser geradas apenas através da hierarquia até agora considerada. Para resolver o problema, adota-se, aqui, a restrição NÃO-FINALIDADE(Presente) (= as formas do Presente Indicativo e Subjuntivo não têm acento final, no domínio da palavra fonológica). Como fica demonstrado no tableau (15), o efeito da ação dessa restrição é fazer com que o acento não se posicione na sílaba final da palavra nas formas do presente, ou seja, nas formas do Presente do Indicativo e

do Subjuntivo. Estabelece-se, portanto, uma clara tensão entre *FIN(Pres.) e ALINHE(ac.,D, Rad./Tema,D), uma vez que a ação desta vai no sentido de posicionar o acento na última sílaba, nas formas da 2ª pessoa do singular (*cantas*) e da 3ª pessoa do plural (*cantan*) do Presente do Indicativo e da 2ª pessoa do singular do Imperativo (*canta*), à qual pertence a vogal temática verbal.

No entanto, a ação isolada de *FIN(Pres.) não é capaz de explicar a queda da vogal temática, sempre presente no *input*, nas formas da 1ª pessoa do singular do Presente do Indicativo (*canto*) e das 1ª, 2ª e 3ª pessoas do singular e da 3ª pessoa do plural do Presente do Subjuntivo (respectivamente, *cante*, *cantes*, *cante*, *canten*). Para tal, recorreu-se PCO(VT)-Pres. (=Princípio do Contorno Obrigatório com relação à vogal temática nas formas do Presente). No momento da avaliação dos candidatos (tableau 16), sua ação faz com que sejam descartados os *outputs* que contenham a vogal temática 16), sua ação faz com que sejam descartados os *outputs* que contenham a vogal temática expressa nas formas do presente, ou seja, faz com que não sejam escolhidos os *outputs* em que se forma uma seqüência de duas vogais, a VT e uma V(desinência) (tanto número-pessoal, como no Indicativo, como modo-temporal, como no Subjuntivo).

(15) /cant+a+Ø+s/	*FIN (Pres.)	TRO QUEU	ALINHE AC, D, RAD., D	ALL- -FT-R	BIN	PARSE- -σ	WSP
a. σ (cán.tas)			*				*
b. (cán).tas			*	*		*	*
c. can.(tás)	*					*	*

(16) /cant+a+e+s/	PCO (VT) -Pre s.	*FIN (Pres.)	TRO QUEU	ALINHE AC, D, RAD., D	ALL- -FT-R	BIN	PAR SE-σ	WS P
a. σ (cán.tes)								*
b. (cán).tes					*		*	*
c. can.(tés)		*		*			*	*
d. can.(tá.es)	*						*	**
e. (cán.ta.es)	*					**		*

4. Conclusão

A hierarquia de restrições que se propõe explica de forma bastante satisfatória as interações entre as pressões exercidas pelas tendências a um ritmo trocaico e à marcação da fronteira morfológica entre o radical e as desinências, ao mesmo tempo que evidencia o papel (menos importante do que essas duas tendências, mas também relevante) da consideração do peso silábico, no processo de posicionamento da proeminência acentual, no nível da palavra. Não se trata, pois, de negar a importância do peso silábico na atribuição do acento do Português Arcaico, mas de relativizar a sua relevância.

Referências Bibliográficas

- Cagliari, Luiz Carlos (1999) *Acento em Português*. Campinas: edição do autor.
- Cancioneiro da Biblioteca Nacional (Colocci-Brancuti)*. Cod. 10991. (1982) Reprodução fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional/Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Hammond, M. (1997) Optimality Theory and Prosody. In Archangeli, Diana & D. Terence Langendoen (eds.) *Optimality Theory – An Overview*. Oxford: Blackwell. pp. 33-58.
- Hayes, Bruce (1995) *Metrical Stress Theory – Principles and Case Studies*. Chicago/London: University of Chicago Press.
- Kager, René (1999) *Optimality Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lee, S.-H. (1999) Primary stress in Portuguese non-verbs. Comunicação apresentada no XXIX Symposium on Romance Languages, Un. of Michigan.
- Massini-Cagliari, Gladis (1995) *Cantigas de amigo: do ritmo poético ao linguístico. Um estudo do percurso histórico da acentuação em Português*. Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP.
- Massini-Cagliari, G. (1999) *Do poético ao linguístico no ritmo dos trovadores: três momentos da história do acento*. Araraquara: FCL, Laboratório Editorial, UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Massini-Cagliari, G. (2001) O acento em português arcaico visto pela teoria da otimidade. In Correia, Clara Nunes & Anabela Gonçalves (orgs.) *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Coimbra 2000)*. Lisboa: APL. pp. 337-348.
- Mateus, Maria Helena M. (1983) O acento de palavra em português: uma nova proposta. *Boletim de Filologia*. Tomo XXVIII. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. pp. 211-229.
- Mettmann, Walter (1972) Glossário. In Afonso X, o Sábio. *Cantigas de Santa Maria*. Coimbra: Universidade. Vol. IV: Glossário.
- Mettmann, Walter (ed.) (1986) Alfonso X, el Sabio. *Cantigas de Santa Maria (cantigas 1 a 100)*. Madrid: Castalia.
- Mettmann, Walter (ed.) (1988) Alfonso X, el Sabio. *Cantigas de Santa Maria (cantigas 101 a 260)*. Madrid: Castalia.
- Mettmann, Walter (ed.) (1989) Alfonso X, el Sabio. *Cantigas de Santa Maria (cantigas 261 a 427)*. Madrid: Castalia.
- Michaëlis de Vasconcelos, Carolina (1904) *Cancioneiro da Ajuda. Edição de Michaëlis de Vasconcelos*. Reimpressão da edição de Halle (1904), acrescentada de um prefácio de Ivo Castro e do Glossário das cantigas (Revista Lusitana, XXIII). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990.
- Michaëlis de Vasconcelos, Carolina (1912-13) *Lições de Filologia Portuguesa (segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13) Seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, s/d.

- Rosenthal, Samuel (1994) *Vowel/glide alternation in a theory of constraint interaction*. Amherst: University of Massachusetts Amherst, 1994. Ph.D. Thesis. ROA #111-000. [<http://roa.rutgers.edu>]. (acesso em 29.08.2002)
- Wetzels, W. Leo (1992) Mid Vowel Neutralization in Brazilian Portuguese. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, (23): pp. 19-55, jul./dez. 1992.
- Williams, Edwin B. (1975) *Do Latim ao Português*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Parataxe: coordenação e justaposição – evidência a partir da elipse

Gabriela Matos

Universidade de Lisboa / Onset-CEL

1. Introdução

Embora os termos *coordenação* e *parataxe* sejam, por vezes, identificados (Said Ali 1931, Bechara 1999, Fiengo e May 1994), têm sido avançadas propostas para distinguir o âmbito destes conceitos. Em particular, critérios sintácticos permitem considerar que a *parataxe* abarca simultaneamente a *coordenação* e a *justaposição frásicas* (e.g., Quirk et al. 1985, López Garcia 1999, Duarte 2003).

Adoptando esta última posição, procuraremos, com base em dados adicionais provenientes de construções de elipse, evidenciar propriedades formais comuns à coordenação e à justaposição que nos permitam uma caracterização sintáctica mais precisa da *parataxe*.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: (i) partindo da literatura, serão delimitados os conceitos de *parataxe* e coordenação, por oposição aos de *hipotaxe* e *justaposição*; (ii) considerando o comportamento de *Despojamento* e *Elipse Lacunar*, procurar-se-á determinar as propriedades sintácticas comuns à coordenação e à justaposição.

2. Parataxe, hipotaxe, coordenação e justaposição

2.1. Parataxe e hipotaxe

Em alguns estudos (e.g., Said Ali 1931, Bechara 1999, Fiengo & May 1994) são destacados dois procedimentos fundamentais de formação de frases complexas, a *parataxe*, identificada com a coordenação, que consiste em ordenar ao lado umas das outras orações sem estabelecer um nexo de dependência entre elas (do grego, *para* (παρα) = ao lado de e *taxe* (ταξη) = ordenação) – e a *hipotaxe*, ou *subordinação* – que ordena duas orações, estabelecendo a dependência de uma relativamente à outra ou a um dos seus elementos (do grego, *hipo* (υπο) = posição inferior e *taxe* (ταξη) = ordenação).

Entendendo por não-dependência a autonomia funcional relativamente à estrutura argumental de um predicador e às relações gramaticais desempenhadas na frase complexa (sujeito, complemento e adjunto), os exemplos em (1) e (2), respectivamente

de coordenação sindética e assindética, são ilustrativos de parataxe. Pelo contrário, as subordinadas em (3) e (4) são uma instância de hipotaxe: com efeito as frases iniciadas pelos conectores *que* e *embora* funcionam, respectivamente, como argumento do verbo *propor*, com a função de complemento, e como adjunto da frase subordinante, *ela recusou a oferta*.

- (1) Ofereceram-lhe férias no Brasil e ela recusou a oferta!
- (2) Os assaltantes entraram na loja, amordaçaram o dono, destruíram a caixa registadora, levaram todo o dinheiro existente.
- (3) A empresa propôs que ela fizesse umas férias no Brasil
- (4) Embora lhe tenham oferecido férias no Brasil, ela recusou a oferta.

2.2. Parataxe, coordenação e justaposição¹

O que caracteriza a *parataxe* é envolver expressões linguísticas do mesmo nível, detentoras de autonomia sintáctica. Neste sentido, não só os exemplos em (1) e (2), mas também os presentes em (5) e (6), são representativos de parataxe. Em (5) e (6), as frases correlacionadas são associadas entre si por *justaposição*, ou seja, sem que nenhum conector explicitamente as articule.

- (5) A polícia chegou. A vítima estava em estado de choque.
- (6) Q: Alguém avisou a polícia?
R: O vizinho do lado telefonou para a esquadra pouco depois do assalto.

Em (5), a frase *A vítima estava em estado de choque* encontra-se correlacionada com a frase *a polícia chegou*; contudo, ambas correspondem a orações independentes. Do mesmo modo, em (6) a pergunta *Alguém avisou a polícia?* encontra-se correlacionada com a resposta *O vizinho do lado telefonou para a esquadra pouco depois do assalto*, mas a independência funcional das frases é evidente.

Alguns gramáticos identificaram *parataxe* e *justaposição*, apoiando-se no significado etimológico deste último termo (cf. Ernout e Thomas 1997: §298):

¹ A *justaposição* distingue-se também da *aposição*, com a qual tem sido por vezes confundida. Segundo Quirk et al. 1985, a *aposição* envolve tipicamente sintagmas nominais como primeiro termo da construção (cf. (i)), mas também pode afectar frases (ii). As expressões apostas assumem um valor predicativo face àquelas com as quais estão conectadas (Suñer Garcia 1999) e apresentam-se como estruturas parentéticas (Bogato & Salvi 1995). A *aposição* não se identifica nem com a coordenação nem com a subordinação, pois pode ocorrer com ambas (Matos 2003), como em (iii) e (iv).

- (i) Muitos países europeus, especialmente a França e a Alemanha, se manifestaram contra o conflito armado.
- (ii) Muitos países europeus, a França e a Alemanha foram particularmente veementes, manifestaram-se contra o conflito armado.
- (iii) Muitos países europeus, e nisso a Alemanha foi particularmente veemente, manifestaram-se contra o conflito armado.
- (iv) Muitos países europeus se manifestaram contra o conflito armado, o que foi amplamente noticiado em todo o mundo pela televisão.

Justaposição é um processo linguístico que consiste na colocação de uma oração junto a outra sem que qualquer delas perca a sua autonomia. O confronto de exemplos como (2), repetido em (7), com (8) e (9), sugere à primeira vista que *justaposição* e *coordenação* podem ser identificados: (7) exhibe coordenação assindética, ou seja, sem conjunção explícita; a mesma ausência de conector articulando as frases correlacionadas está patente em (8) e (9):

- (7) Os assaltantes entraram na loja, amordaçaram o dono, destruíram a caixa registadora, levaram todo o dinheiro existente.
 (8) A polícia chegou. A vítima estava em estado de choque.
 (9) Q: Alguém avisou a polícia?
 R: O vizinho do lado telefonou para a esquadra pouco depois do assalto.

Contudo, (8) e (9) não são tipicamente interpretadas como casos de coordenação.

Deste modo, outros autores (cf. Gilli Gaya 1943 e López Garcia 1999), baseando-se em argumentos semânticos, distinguiram *justaposição de parataxe*, alegando que nem sempre as orações justapostas estabelecem entre si um nexos paratáctico, como acontece em (10), podendo antes exibir uma relação de hipotaxe, como mostram as paráfrases de (11a) em (11b) e de (8) em (12). (13) mostra que as paráfrases de (8) e (11a), usando estruturas de coordenação são pouco naturais.

- (10) a. Estava a chover. A Ana abriu o guarda-chuva.
 b. Estava a chover e a Ana abriu o guarda-chuva.
 (11) a. A Ana abriu o guarda chuva. Estava a chover.
 b. A Ana abriu o guarda-chuva *porque estava a chover*²
 (12) Quando a polícia chegou, a vítima estava em estado de choque.
 (13) a. ??A Ana abriu o guarda chuva e/mas estava a chover.
 b. ?A polícia chegou e a vítima estava em estado de choque.

De acordo com um critério semântico, as frases em (10) exibem uma relação de parataxe, uma vez que a segunda oração estabelece com a primeira um *nexo aditivo*, parafraseável pela estrutura coordenada em (10b). Diversamente, em (8) a primeira frase pode ser interpretada como 'hipotáctica' temporal (cf. (12)) e em (11a), as frases apresentam uma *relação de efeito-causa*, dado que a segunda oração do período pode ser explicitada através de uma frase subordinada causal, como em (11b), mas não por uma coordenada, como em (13a).

No entanto, o mesmo tipo de interpretação dependencial ocorre em algumas frases coordenadas, facto salientado desde a tradição gramatical (Silva Dias, 1918, Said Ali,

² A frase (8) pode ser considerada uma explicativa. As explicativas foram na literatura caracterizadas ora como frases subordinadas, ora como frases coordenadas, havendo gramáticos que incluíram os conectores que as introduzem (*porque, pois, que, como*) simultaneamente nas conjunções coordenativas e subordinativas (e.g., Cunha & Cintra 1984). Porém, como evidenciado em Matos 2003, 2004, há argumentos que provam que as explicativas (ainda) são frases subordinadas.

1927) até aos nossos dias (Culicover & Jackendoff 1997) — (14) e (15) recebem uma interpretação próxima de (16) e (17), frases que integram subordinadas condicionais.

- (14) Dás mais um passo e disparo!
- (15) Lê esse livro ou ficas desactualizado!
- (16) Se deres mais um passo, disparo!
- (17) Se não leres esse livro, ficas desactualizado!

Formalmente, os exemplos em (14) e (15) exibem, no entanto, uma estrutura de coordenação: (i) são articulados por conjunções coordenativas; (ii) nenhuma das orações é interpretada como argumento ou adjunto adverbial da outra; (iii) e os termos coordenados não têm mobilidade, não podendo ser deslocados para fora da estrutura coordenada, nomeadamente por anteposição (veja-se (18))³.

- (18) a. *E disparo, dás mais um passo!
- b. *Ou ficas desactualizado, lê esse livro!

Pelo contrário, as orações em (17) e (18) exibem propriedades características da subordinação adverbial. Nomeadamente, podem ser interpretadas como adjunto da oração subordinante e a posição das orações subordinadas pode ser alterada, como mostra (19).⁴

- (19) a. Disparo *se deres mais um passo!*
- b. Ficas desactualizado *se não leres esse livro!*

Consideraremos, pois, que a caracterização de uma expressão linguística como um caso de hipotaxe, parataxe, justaposição, ou coordenação, deve ter uma base estritamente sintáctica. Porém, rejeitando o critério semântico, subsiste o problema de saber se, de um ponto de vista formal, *parataxe* e *justaposição* são conceitos que se recobrem ou se um deles tem maior latitude que o outro, uma vez que parecem partilhar entre si propriedades que os distinguem da hipotaxe, nomeadamente, ausência de dependência funcional (sintáctica) e de mobilidade dos termos correlacionados.

Todavia, alguns autores mostraram que a *coordenação* e a *justaposição* não são fenómenos que se sobreponham integralmente, pelo que devem ser distinguidos e que, se considerarmos a conexão de fragmentos textuais de natureza frásica, poderemos assumir que a justaposição é um subcaso de parataxe. É esta posição, defendida, entre outros, por Lyons 1977, Quirk *et alii* 1985, López Garcia 1999 e Duarte 2003, que adoptaremos.

³ Sobre este tipo de estruturas, na fronteira entre a coordenação e a subordinação, veja-se para o inglês. Culicover e Jackendoff 1997, 1999. Recorrendo a critérios semelhantes aos aqui apresentados, estes autores assumem que a nível sintáctico não há motivos para duvidar de que estas estruturas exibem coordenação.

⁴ Nem todas as orações adverbiais admitem facilmente alterações na sua posição no interior da frase complexa como mostram Pires 1997, Lobo 2002 e 2003, Brito 2003, Matos e Prada 2004.

Algumas instâncias de justaposição distinguem-se claramente da coordenação, como notado em Duarte 2003. Em particular, contrariamente ao que acontece na coordenação assindética (cf. (7)-(20)), em pares pergunta/resposta não é possível a explicitação de uma conjunção coordenativa que estabeleça a conexão entre as duas expressões relacionadas (cf., (9) e (21)). O mesmo acontece em estruturas contendo interrogativas confirmativas finais, designadas como *interrogativas- 'tag'* (cf. (22b)).

- (20) Os assaltantes entraram na loja, amordaçaram o dono, destruíram a caixa registadora, e levaram todo o dinheiro existente.
- (21) .Q: Alguém avisou a polícia?
R: #E o vizinho do lado telefonou para a esquadra pouco depois do assalto.
- (22) a. Já comeste o gelado todo, não é? (Duarte 2003:92)
b. *Já comeste o gelado todo, ou não é? (Duarte 2003:93)

Adicionalmente, embora não tenha sido referido na literatura, certos fenómenos de elipse permitem estabelecer a distinção entre coordenação e justaposição. Assim, a inadequação da identificação destes estes fenómenos é corroborada por *Elipse Lacunar*, uma construção que, embora possível em coordenação frásica, como ilustrado em (23), está excluída unidades discursivas articulados por justaposição — veja-se a anomalia de (24) e (25):

- (23) O museu guarda estátuas milenares e a biblioteca __ tesouros literários.
- (24) ??O museu guarda estátuas milenares. A biblioteca __ tesouros literários.
- (25) A: O museu guarda estátuas milenares?
B: *(Sim.) A biblioteca __ tesouros literários.

Se a estrutura de coordenação for explicitamente restabelecida através das fronteiras discursivas, como em (26), ou pela formação na resposta de uma frase complexa por coordenação os resultados obtidos são bem formados, ainda que o primeiro termo da coordenação seja constituído apenas por uma profrase de polaridade positiva ou negativa, como ilustrado em (27B).

- (26) a. O museu guarda estátuas milenares. E a biblioteca __ tesouros literários.
b. A: O museu guarda estátuas milenares.
B: E a biblioteca __ tesouros literários.
- (27) A: O museu guarda estátuas milenares?
B: Sim e a biblioteca __ tesouros literários.

Estes exemplos mostram, pois, que não é possível identificar formalmente, em toda a sua extensão, a coordenação e a justaposição. Repare-se que a conjunção pode estar implícita, mas ser sentida como existente, como acontece na coordenação assindética. Neste caso, *Elipse Lacunar* pode aplicar-se (veja-se (28a):

- (28) a. O museu guarda estátuas belíssimas, a biblioteca ___ livros raros, o sítio arqueológico ___ tesouros milenares.
 b. O museu guarda estátuas belíssimas, a biblioteca ___ livros raros e o sítio arqueológico ___ tesouros milenares.

A impossibilidade de assimilar a coordenação à justaposição constitui um argumento decisivo contra a identificação de *parataxe* e *coordenação*. De facto, por um lado, a *parataxe* é, em certo sentido, um processo mais englobante do que a coordenação, uma vez que a inclui a par da justaposição. Por outro lado, adoptando uma perspectiva diversa, pode-se considerar que é a coordenação que têm um âmbito mais lato: a coordenação opera sobre unidades de diferentes níveis categoriais, nomeadamente, núcleos lexicais, sintagmas e frases (vejam-se os exemplos (29)), enquanto a *parataxe* se restringe a unidades de natureza frásica ou discursiva.

- (29) a. Esse reputado *locutor* e *repórter* fez a cobertura do acontecimento.
 b. *As notícias* e *as imagens* foram divulgadas por todas as cadeias de televisão.
 c. Disseram *que os ladrões levaram muitas obras de arte mas que o espólio do museu continua de valor incalculável*.

Em suma, as propriedades detectadas na secção 2 permitem-nos distinguir *parataxe* de *coordenação* e *justaposição* e opor estes processos à *hipotaxe* (e à *aposição* – cf. nota 1). Permitem-nos igualmente considerar que, de um ponto de vista da conexão da unidades frásicas, a *parataxe* é um fenómeno mais abrangente do que a coordenação e a justaposição, visto que as engloba.

3. Propriedades sintácticas adicionais da *parataxe*

Visando uma caracterização sintáctica mais precisa do fenómeno de *parataxe* com base no comportamento de duas construções de *elipse*, na presente secção procurar-se-á responder às seguintes questões: (i) que propriedades sintácticas adicionais apresentam em comum a coordenação e a justaposição, que facultam a ocorrência de *Despojamento*? (ii) que propriedades sintácticas distinguem a coordenação da justaposição, que impedem a o aparecimento de *Elipse Lacunar* neste último contexto?

3.1. *Parataxe* e *Despojamento*

A construção elíptica de *Despojamento* caracteriza-se pela ocorrência na periferia esquerda da frase de uma expressão realizada correlata de um argumento do verbo ou de um adjunto frásico ou de SV, seguida de um adverbial de polaridade positiva ou negativa que denota a frase elíptica. Todos os restantes elementos são omitidos, como ilustrado em (30a) e (30b). Nos casos em que a frase elíptica exhibe polaridade idêntica à

frase antecedente, o advérbio focalizador *também* é introduzido, como explicitado em (30c) e (30d):

- (30) a. A televisão não falou muito do assalto *mas os jornais sim* ____.
 b. A televisão falou do assalto *mas da intervenção policial não* ____.
 c. A notícia não foi dada ontem e *hoje também não* ____.
 d. A televisão falou muito do assalto *e os jornais também* ____.

Despojamento, como Elipse Lacunar pode surgir em frases coordenadas introduzidas pelas conjunções copulativa 'e' e pela adversativas 'mas' (cf. (31)).

- (31) a. A televisão falou do assalto e os jornais ____ da intervenção policial.
 b. A Ana vê todos os programas mas a Paula ____ só as notícias.

Porém, Despojamento ocorre em frases subordinadas desde que estas não funcionem como domínios-ilha, nomeadamente em completivas complemento do verbo, como em (32), e em de fragmentos discursivos, como em (33).

- (32) A televisão falou muito do assalto e dizem *que os jornais também* ____.
 (33) a. A: Gosto muito de ti.
 B: *Eu também* ____!
 b. A: A televisão falou muito do assalto.
 B: Julgo *que da intervenção policial também* ____.

3.1.1. Despojamento em frases coordenadas

Focando a ocorrência de Despojamento, Matos 1992, 1996 faz notar que esta construção só surge em subordinadas quando se verificam, cumulativamente, as três propriedades seguintes: (i) a frase subordinada não constitui uma ilha; (ii) a frase subordinada apresenta tempo finito; (iii) a frase subordinada encontra-se inserida numa estrutura de coordenação frásica.

Embora à primeira vista, pareça que o legitimador da elipse em Despojamento é a expressão adverbial de polaridade idêntica ou disjunta, a agramaticalidade dos exemplos exibindo domínios-ilha mostra que a presença da referida expressão não basta (cf. (34)).

- (34) a. *A televisão não falou muito do assalto ainda que os jornais sim ____.
 b. *Nós ficamos em casa quando ela não ____.
 c. *Nós lemos uma notícia que tu também ____.

Matos 1992, 1996 levanta, assim, a hipótese de que a legitimação da frase elíptica nesta construção repousa na identificação local do seu núcleo T(empo), por parte de T-finito da frase antecedente.

A favor desta hipótese argumentam adicionalmente dois factores: (a) o constituinte elíptico em Despojamento é uma projecção funcional frásica, e consequentemente tem como núcleo mais proeminente T, como ilustrado em (35b); (b) esta construção está excluída de domínios não-ilha com T infinitivo — vejá-se os exemplos (36) vs. (37).

- (35) a. A televisão não falou muito do assalto mas da acção da polícia sim ____.
 b. mas *da acção da polícia* sim [_{TP} ~~a televisão falou muito (da acção da polícia)~~]
- (36) *A RTP afirmou terem os seus repórteres coberto o acontecimento e a SIC declarou os seus repórteres também ____.
 (____ = ~~terem coberto o acontecimento~~)
- (37) A RTP afirmou que os seus repórteres tinham coberto o acontecimento e a SIC declarou que os seus repórteres também ____.
 (____ = ~~tinham coberto completamente o acontecimento~~)

A inclusão de Despojamento em estruturas de coordenação, mesmo quando ocorre em frases subordinadas é atribuída em Matos 1996 às propriedades fundamentais da coordenação: (a) por um lado, as frases coordenadas apresentam uma configuração estrutural que permite o respeito da condição de não-circularidade entre antecedente e constituinte elíptico, (b) por outro, os termos coordenados não funcionam como ilhas um relativamente ao outro, permitindo que T da frase antecedente identifique localmente o T da frase elíptica.

Sem pretender retomar a análise de cada um dos casos analisados em Matos 1996, no âmbito do Programa Minimalista na sua versão inicial, são particularmente ilustrativos os contrastes de gramaticalidade entre exemplos de Despojamento em coordenação frásica e em frase adverbial adjunta, esta última um domínio-ilha:

- (38) a. Nós ficamos em casa e ela não ____
 b. *Nós ficamos em casa quando ela não ____.

Matos 1996 imputa a natureza não-ilha dos termos coordenados à natureza categorialmente subespecificada de Conj(unção), que ao projectar-se assume a natureza categorial de um dos seus termos, pelo que é interpretada como não-distinta deles. Sendo seleccionado como complemento de Conj=T(empo) o segundo termo coordenado, que contém o constituinte elíptico pode ver o núcleo T identificado por pelo T(empo) finito da frase antecedente.

- (39) [_{TP} A televisão falou muito do assalto] [Conj=T e] [_{TP} os jornais também [_{TP} ____]]

Reformulando esta análise à luz de trabalhos posteriores, como os Johanessen 1996, 1998, Matos 1997, 2000, 2004, podemos admitir que a especificação dos traços de Conj decorre de concordância especificador-núcleo com o primeiro termo

coordenado, em conformidade com a operação de *Agree* (Chomsky 2001). A adopção desta proposta associada à aceitação da hipótese da Estrutura Sintagmática Núa (*Bare Phrase Structure Hypothesis*) de Chomsky 1995, permite-nos concluir que é o próprio núcleo Conjunção, assimilado a Tempo (Conj=T) que identifica localmente, sob comando imediato o núcleo T do constituinte elíptico.

O mesmo não acontece em frases adverbiais em que as projecções das frases subordinante e subordinada são distintas, uma vez que os complementadores que as encabeçam têm os seus traços categoriais especificados à partida (cf. Matos 2004).

(40) * [_{CT1} Nós ficamos em casa [_{CT2} quando ela não ___]]

3.1.2. Despojamento em frases justapostas

A possibilidade de Despojamento ocorrer em frases justapostas, sugere que para além das propriedades comuns à coordenação frásica e à justaposição apontadas na literatura (i.e., independência funcional e ausência de mobilidade dos termos conectados), há outras. De facto, como os seguintes exemplos mostram, esta construção aparece tanto em frases justapostas que podem ser sentidas como próximas da coordenação assindética (cf. (41), (42) e (43)), como em frases justapostas que de modo nenhum se podem aproximar daquelas (cf. (44)-(45)).

(41) As crianças não trabalharam durante toda a manhã. Na verdade, durante a tarde também não ___.

(42) A: A televisão falou muito do assalto.

B: a. *Os jornais também* ___.

(43) a. As crianças não trabalharam durante toda a manhã. E, na verdade, durante a tarde também não ___.

b. A: A televisão falou muito do assalto.

B: *E os jornais também* ___.

(44) a. A: Ninguém gosta desses livros.

B: Excepto a Maria !

A: Não. *A Maria também não* ___.

b. P: Ela gosta desses livros?

R: *Desses livros não* ___!

(45) a. A: Ninguém gosta desses livros.

B: Excepto a Maria !

A: *Não. *E a Maria também não* ___.

b. P: Ela gosta desses livros?

R: **E desses livros não* ___!

Note-se que uma análise sumária da distribuição de Despojamento em contextos de justaposição, mostra que nem todos os tipos de estruturas lhe são acessíveis. Assim,

Despojamento não ocorre em respostas a perguntas parciais, senão quando surge como expressão contrastiva a uma potencial resposta pressuposta (cf. (46))

- (46) a. P: Quem guardou esse livro na estante?
 R1: #A Ana sim. (cf. A Ana.)
 R2: A Ana não! (cf. (Alguém pode tê-lo guardado) A Ana não!)
 b. P: Onde guardou a Ana esse livro?
 R: Na estante não.

Deste modo, não é o afastamento da coordenação por parte das frases conectadas por justaposição que parece determinar a exclusão Despojamento destes contextos, mas sim factores relativos ao seu valor de focalização contrastiva.

Levantamos, pois, a hipótese de que o que a inclusão de Despojamento em justaposição nos indica é que tanto na coordenação frásica como na justaposição, as frases funcionam, relativamente uma à outra, como domínios temporais não-ilha, *fases* paralelas, encabeçadas por T-finito, em que o núcleo T-finito da fase antecedente identifica localmente o núcleo T elíptico da fase justaposta.

Assumimos, com Chomsky 2000, que Tempo gramatical finito pode ser caracterizado como T completo, pois exhibe na íntegra o conjunto de traços- ϕ , e é seleccionado por C(OMP), que, por sua vez, pode ser uma raiz não seleccionada por nenhuma outra categoria, como acontece nas frases raiz.⁵ Deste modo, admitimos que a representação em (50), envolve a presença de C, para além de T.

- (47) A: [_C [_T A televisão falou muito do assalto]]
 B: [_C [_T Os jornais também [_T ___]]

3.2. Eclipse Lacunar: coordenação vs. justaposição

Consideremos a nossa segunda questão: que propriedades sintácticas distinguem a coordenação da justaposição, que permitem o aparecimento de *Eclipse Lacunar* em frases coordenadas (cf. (48)) mas impedem a sua ocorrência em configurações de justaposição (cf. (49))? A questão é tanto mais pertinente quanto, em Eclipse Lacunar, como em Despojamento, o núcleo que encabeça o constituinte elíptico é uma instância de T-finito, completo.

- (48) a. A televisão falou do assalto e os jornais ___ da intervenção policial.
 b. A Ana vê todos os programas mas a Paula ___ só as notícias.
 (49) A: A televisão falou muito do assalto.
 B: *Os jornais ___ da intervenção policial.

⁵ Assumimos que T não finito seleccionado por COMP em estruturas de controlo e em infinitivos flexionados, embora possa ser tecnicamente caracterizado por como T-completo por ter traços- ϕ e ser seleccionado por C, tem um comportamento diverso, que admitimos dever ser captado em termos da sua não-especificação temporal precisa do evento. Esta propriedade está na origem da impossibilidade de T infinito legitimar Despojamento.

A hipótese de solução que avanço é a seguinte: a exclusão de Elipse Lacunar de contextos de justaposição, por oposição à sua ocorrência em estruturas de coordenação, decorre da incompatibilidade vs. compatibilidade categorial dos constituintes conectados por estes processos de parataxe e a natureza categorial dos constituintes requeridos por esta construção de elipse.

Na verdade, enquanto a coordenação pode articular constituintes de diferentes naturezas categoriais, entre os quais TPs, o mesmo não sucede com a justaposição que é um processo que opera apenas sobre CPs. Porém, Elipse Lacunar requer que os termos articulados sejam sempre TPs, i.e. *fases* fracas de T, estando todo o complexo incluído numa fase forte CP, como visualizado em (50):

(50) [C [T A TV falou muito do assalto] [C_{conj}=T e [T os jornais __ da acção policial]]

Esta análise permite captar não só a exclusão de Elipse Lacunar de justaposição (cf. (49B) e (51), mas também a sua ausência de frases subordinadas, ainda que estejam incluídas em estruturas de coordenação frásica, como em (52).

(51) A: O museu guarda estátuas milenares?

B: *(sim.) A biblioteca __ tesouros literários.

(52) *O museu guarda estátuas milenares e julgo que a biblioteca __ tesouros literários.

Pelo contrário, em Despojamento os constituintes conectados podem ser CPs ou TPs: são CPs em frases justapostas, como em (54); são CPs ou TPs em estruturas coordenadas, como (55).

(54) A:[C[T A televisão falou muito do assalto]]

B:[C[T Os jornais também [T __.]]

(55) a. [C[T A TV falou muito do assalto] e dizem [C que os jornais também [T __.]]

b. Dizem [C que [T A TV falou muito do assalto e os jornais também [T __.]]]

4. Conclusões

Considerando os casos de justaposição face aos de coordenação, devem ser atribuídas à *parataxe* as seguintes propriedades formais:

- a parataxe articula expressões linguísticas do mesmo nível, detentoras de autonomia sintáctica;
- é um processo de formação de conexão de frases, que engloba a coordenação frásica e a justaposição;
- as frases conectadas são interpretadas como domínios não-ilha um relativamente ao outro.
- envolve *fases* fortes de CP e é encabeçada por T-finito completo.

Referências

- Bechara, Evanildo (1999) *Moderna Gramática Portuguesa*. Lucerna: Rio de Janeiro
- Borgato, Gianluigi & Giampaolo Salvi (1995) Le frasi parentetiche. In Renzi, Lorenzo, Giampaolo Salvi & Anna Cardinaletti (eds.) *Grande Grammatica Italiana di Consultazione*, vol II. Bologna: Il Mulino, pp. 165-174.
- Brito, Ana & Gabriela Matos (2003) Construções de graduação e comparação. In Mateus *et al.* (2003).
- Chomsky, Noam (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: The MIT Press
- Chomsky, Noam (2000) Minimalist Inquiries: the Framework. In Martin, Roger, David Michaels & Juan Uriagereka (eds) *Step by Step – Essays on Minimalist Syntax in Honour of Howard Lasnik*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Chomsky, Noam (2001) Derivation by Phase. In Kenstowicz, Michael (ed.) *Ken Hale*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Duarte, Inês (2003) Aspectos linguísticos da organização textual. In Mateus *et al.* (2003).
- Culicover, Peter & Ray Jackendoff (1997) Semantic subordination despite syntactic coordination. *Linguistic Inquiry* 28:2, 195-217.
- Culicover, Peter & Ray Jackendoff (1999) The view from periphery: the English comparative correlative. *Linguistic Inquiry*, 30:4, 543-571.
- Ernout, Alfred & François Thomas (1951) *Syntaxe Latine*, Paris: Ed. Klincksieck. (2eme ed.)
- Fiengo, Robert & Robert May (1994) *Indices and Identity*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Gilli Gaya, Samuel (1943) *Curso Superior de Sintaxis Española*. Barcelona: Bibliograf.
- Johannessen, Janne (1998) *Coordination*. Oxford: Oxford University Press.
- Lobo, Maria (2003) *Aspectos da Sintaxe das Orações Subordinadas Adverbiais do Português*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- López García, Ángel. (1999) Relaciones paratáticas y hipotáticas. In Bosque, Ignacio & Violeta Demonte (dir.) *Gramáticas Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa.
- Lyons, John (1977) *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mateus, Maria Helena, Ana Brito, Inês Duarte, Isabel Faria, Sónia Frota, Gabriela Matos, Fátima Oliveira, Alina Villalva & Marina Vigário (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho
- Matos, Gabriela (1992) *Construções de Elipse do Predicado - SV Nulo e Despojamento*. Dissertação de Doutoramento. Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Matos, Gabriela (1996) A Distribuição de Despojamento. In Duarte, Inês & Isabel Leiria (orgs) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português, 1994*. Edições Colibri/APL.
- Matos, Gabriela (2003) Estruturas de coordenação. In Mateus *et al.* (2003)
- Peres, João (1997) Sobre conexões proposicionais em português. In Brito, Ana, Fátima Oliveira, Isabel Pires de Lima & Rosa Martelo (orgs.) *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar López*. Porto: Campo das Letras.

- Quirk, Randolph., Sidney Greenbaum, Geoffrey Leech & Jan Svartvik (1985) *A Comprehensive Grammar of English*. London: Longman.
- Said Ali, Manuel (1931) *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.
- Suñer Gartacós, Avelina (1999) La aposición y otras relaciones de predicación en el sintagma nominal. In Bosque, Ignacio & Violeta Demonte (dir.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa.

Construções contrastivas de focalização: adversativas vs. concessivas

Gabriela Matos¹ e Edite Prada²

Faculdade de Letras Univ. de Lisboa/Onset-CEL¹

Escola Secundária Monte da Caparica²

1. Introdução

O valor semântico do contraste está associado a dois processos sintácticos distintos, classicamente caracterizados como semanticamente alternativos: a coordenação adversativa e a subordinação concessiva. Porém, concessivas e adversativas ocorrem em contextos em que não encontram equivalente entre si.

A presente comunicação tem por objectivo contribuir com dados adicionais para precisar o valor destas construções. Partindo de análises prévias das adversativas e concessivas em Português (e.g., Lopes, 1972, 1983; Barros, 1988; Lima, 1996; Peres, 1999; Varela, 2000; Prada, 2001, 2003), e em outras línguas Românicas, como o Francês (e.g., Anscombe & Ducrot, 1977; Adams, 1990) e o Espanhol (e.g., Flamenco Garcia, 1999), analisaremos algumas construções que, do ponto de vista sintáctico, semântico e discursivo individualizam a coordenação adversativa.¹

2. Propriedades avançadas na literatura

2.1. O contraste como valor prototípico de adversativas e concessivas

As construções adversativas e concessivas apresentam prototipicamente valor de *contraste* (e.g., Quirk et al., 1985; Rudolph, 1996; Flamenco Garcia, 1999, e, para o Português, Lopes 1972; Peres 1997, 1999; Martelota 1998; Varela 2000; Prada 2002 2003; Costa, 2005) embora possam, cumulativamente, veicular outros valores (e.g. Lakoff 1971; Anscombe & Ducrot 1977; Adams 1990, e, para o Português, Lima 1996; Peres 1997; Varela 2000; Prada 2001, 2002). Definiremos, genericamente, *contraste* como a relação de não-compatibilidade que, explícita ou implicitamente, se estabelece entre propriedades ou situações denotadas por duas expressões linguísticas articuladas.

Considerando a conexão de frases, é usual admitir-se que adversativas e concessivas são estruturas alternativas, parafraseáveis uma pela outra (cf. (1) e (2)):

¹ Consideremos apenas os casos que envolvem conjunções adversativas e concessivas; ignorando aqueles em que figuram conectores adverbiais não conjuncionais como, os adversativos *porém*, *todavia* e *contudo*. Para argumentos a favor da exclusão destes elementos das conjunções vejam-se Bechara, 1999 e Matos, 2003.

- (1) Eles viram pela primeira vez a casa em Outubro *mas* adquiriram-na em Dezembro.
- (2) a. Eles adquiriram a casa em Dezembro, *embora / se bem que* a tenham visto pela primeira vez em Outubro.
 b. *Embora / se bem que* a tenham visto pela primeira em Outubro, eles adquiriram a casa em Dezembro.

Ainda que reconhecendo que as orações concessivas podem seguir ou anteceder a oração subordinante, como acontece em (2), alguns autores procuraram fixar os padrões estruturais de conversão prototípica de uma adversativa numa concessiva. É o caso de e.g., Lopes 1992; Flamenco Garcia 1999 ou Varela 2000. Assim, Lopes 1972 sugere que, do ponto de vista semântico, há geralmente uma correlação entre *a oração adversativa* e *a subordinante*, por um lado, e *a coordenante* e *a subordinada concessiva*, por outro. Exemplos como (3) e (4) parecem confirmar esta regularidade, dado que nestas frases *a correspondência directa entre a coordenada adversativa e a subordinada concessiva* conduziria a resultados pragmaticamente anómalos, como ilustrado em (5).

- (3) Essa criança tem frio *mas não veste o casaco*.
- (4) a. *Embora essa criança tenha frio*, não veste o casaco.
 b. Essa criança não veste o casaco, *embora tenha frio*.
- (5) a. #Essa criança tem frio, *embora não vista o casaco*
 b. #*Embora não vista o casaco*, essa criança tem frio.

Lopes correlaciona a ordem sintáctica preferencial de concessivas e adversativas com propriedades semânticas: *a oração adversativa* como *a subordinante da concessiva* exprime [usualmente] um acontecimento inesperado, excepcional ou inconsequente.

2.2. Diferenças de comportamento entre adversativas e concessivas

Tem, no entanto, sido notado que não há estrita correspondência entre as frases adversativas e concessivas tanto a nível sintáctico, como semântico e discursivo.

2.2.1. Diferenças a nível sintáctico

A nível sintáctico, a propriedade diferenciadora geralmente destacada é a mobilidade (e.g., Quirk et al. 1985; Peres 1997; Varela 2000; Lobo 2002, 2003; Prada 2003): diferentemente das frase coordenadas adversativas, as subordinadas concessivas, parecem mover-se facilmente na frase (cf. (1) vs. (6) e (2a) vs. (2b), repetido em (7)):

- (6) **Mas adquiriram a casa em Dezembro*, eles viram-na pela primeira vez em Outubro.

- (7) *Embora / se bem que* a tenham visto pela primeira em Outubro, eles adquiriram a casa em Dezembro.

Varela 2000 sugere uma propriedade distintiva adicional. Retomando Matos 1992, mostra que as subordinadas concessivas estão excluídas da construção elíptica de *Despojamento* (cf. (8) vs. (9)):

- (8) ?*Ele escreveu um livro *embora* ela não ____.
 (9) Ele escreveu um livro mas ela não ____.

2.2.2. Diferenças a nível semântico

(i) O contraste como impedimento ou não à efectivação da situação

Tem sido salientado que as *adversativas* diferem das concessivas pelo facto de as situações ou propriedades denotadas pelas expressões contrastadas assumirem igual importância, enquanto que nas *concessivas*, a subordinada adverbial expressa um potencial obstáculo que não impede a concretização da situação denotada pela oração principal (Cunha e Cintra, 1984: 582; Bechara 1999: 496-497; Lima, 1996:651; Flamenco Garcia, 1999; Varela, 2000) – vejam-se (10) e (11).

- (10) a. Essa criança tem frio *mas não veste o casaco*.
 b. *Essa criança não veste o casaco*, mas tem frio
 (11) a. *Embora essa criança tenha frio*, não veste o casaco.
 b. #*Embora não vista o casaco*, essa criança tem frio.

Assim, em (10a), como em (10b), afirma-se que há duas situações incompatíveis: *a criança não vestir o casaco* e *a criança ter frio*. Pelo contrário, em (11a) diz-se que *independentemente de a criança ter frio, a criança não veste o casaco* (o que é plausível) e em (11b), que *independentemente de criança não vestir o casaco, a criança tem frio*, o que é pragmaticamente anómalo.

(ii) O impedimento da causa vs. do efeito

Flamenco Garcia 1999 e Varela 2000, entre outros, consideram que tipicamente, as *concessivas* expressam a *contraditória de uma causa* e as *adversativas* a *contraditória de uma consequência*, como ilustram (12) e (13).

- (12) a. Está sol mas faz frio.
 b. Está frio mas faz sol.
 (13) a. Embora faça sol, está frio.
 b. Embora esteja frio, faz sol.

Em (12a), contrariamente à expectativa, *estar sol* é uma causa que não impede o resultado de *fazer frio*, veiculado pela adversativa; em (12b), *fazer frio* é contrastado com a negação do resultado esperado (*ausência de sol*), pela explicitação da coordenada adversativa *mas faz sol*. Por seu turno, em (13a), *fazer sol* não é uma causa que determine o resultado de *estar frio*; o inverso é afirmado em (13b): *estar frio* não é uma causa que impeça *fazer sol*.

(iii) *Não-coincidência entre os subtipos semânticos de adversativas e concessivas*

Nem todos os tipos de concessivas encontram paráfrases adversativas. Em particular, tem sido salientado que as adversativas denotam tipicamente situações factuais, enquanto as concessivas podem denotar situações factuais, hipotéticas ou contra-factuais (e.g., Peres 1997; Lobo 2003; Brito 2003), pelo que só as concessivas factuais encontram paráfrases adversativas (Flamenco Garcia 1999, Varela 2000).

- (14) a. Embora esteja a chover, o João vai ao jogo
 b. Está a chover mas o João vai ao jogo. (Varela 2000:166)
- (15) a. Mesmo que esteja a chover, o João vai ao jogo
 b. ≠ Está a chover, mas o João vai ao jogo.
 c. = Pode estar a chover mas o João vai ao jogo (Varela 2000: 167)

2.2.3. Diferenças a nível discursivo

Na esteira de Cuenca 1991, Flamenco Garcia (1999: 3813) destaca que as concessivas e as adversativas correspondem a duas estratégias discursivas distintas de apresentar a informação contrastiva: as concessivas apresentam a informação como pressuposta, ou dada, e as adversativas como nova.

- (16) *Embora ele estivesse doente*, foi trabalhar.
 (17) Ele esteve doente *mas foi trabalhar*

Flamenco Garcia faz notar que quando as concessivas ocorrem em final de frase, a posição característica dos constituintes que apresentam informação nova, a diferença entre adversativas e concessivas se esbate. Estas observações vão ao encontro da posição de Rudolph 1996, que assume que quando a concessiva ocupa a posição final é ela que detém o conteúdo proposicional inesperado.

Em suma, na literatura têm sido avançadas propriedades que embora aproximando as construções adversativas das concessivas pelo seu valor básico de contraste, as distinguem sintáctica, semântica e discursivamente. Sem questionar a pertinência destas análises, pretendemos contribuir, na próxima secção, com dados adicionais que permitam diferenciar mais claramente estas construções.

3. Contributo para a distinção entre adversativas e concessivas

Muitas das abordagens consideradas evidenciam a não correspondência entre concessivas e adversativas, tendo implicitamente como padrão de referência as concessivas. Nas subsecções seguintes procederemos de modo diverso, centrando a análise em contextos em que ocorrem construções adversativas e de que a concessiva é excluída devido às propriedades sintácticas, semântico-pragmáticas e discursivas que apresenta.

3.1. Estruturas sintácticas adversativas sem correlato nas concessivas

3.1.1. A mobilidade como uma propriedade distintiva problemática

Frases como (18) e (19) sugerem que uma das propriedades distintivas das adversativas face às concessivas é a sua falta de mobilidade:

- (18) a. Está sol mas faz frio.
 b. *Mas faz frio, está sol.
 (19) a. Embora esteja sol, faz frio.
 b. Faz frio, embora esteja sol.

Porém, alguns dados indicam que essa mobilidade é apenas aparente, uma vez que não parece haver nenhuma posição básica subjacente associada às concessivas, a partir da qual estas sejam movidas. Assim, o padrão de ordem preferencial na conversão de adversativas em concessivas (cf. (21)), não exclui a possibilidade da sua conversão directa, como em (22):

- (20) O João é pobre *mas é feliz*.
 (21) Embora seja pobre, o João é feliz. (Varela 2000: 357)
 (22) O João é pobre *embora seja feliz*.

Além disso, há frases que não exibem equivalência semântica exacta quando a concessiva ocorre anteposta ou posposta à frase subordinante, como ilustrado em (23):

- (23) a. Eles viram a casa pela primeira vez em Outubro *embora a tenham* adquirido em Dezembro.
 b. *Embora a tenham* adquirido em Dezembro, eles viram a casa pela primeira vez em Outubro.

Em (23a), como na adversativa em (24), a interpretação preferencial é que Dezembro é um mês do mesmo ano em que se situa Outubro, e portanto a *aquisição da casa* é posterior à *primeira vez em que eles viram a casa*.

- (24) Eles viram a casa pela primeira vez em Outubro *mas adquiriram-na* em Dezembro.

Pelo contrário, (23b) é ambíguo: além da leitura anterior, idêntica a (23a), outra é possível, talvez preferencial: a de que *eles adquiriram a casa sem a ver, num mês de Dezembro* do ano anterior ao do *Outubro em que a viram pela primeira vez*. Ou seja, a colocação sintáctica das concessivas em posição inicial ou final da frase tem repercussões na semântica da frase complexa: de um ponto de vista das sequências temporais, a sequência inicial denota preferencialmente uma situação anterior à da subordinante, e a concessiva final, uma situação temporalmente posterior à denotada pela oração subordinante.² Ora este tipo de comportamento foi considerado um argumento para rejeitar a existência de comutação entre o conteúdo oracional das frases coordenadas, adversativas ou outras:

- (25) a. Fui ao cinema mas adormeci durante a projecção do filme.
 b. #Adormeci durante a projecção do filme, mas fui ao cinema.

3.1.2. A articulação de constituintes não-frásicos

De um *ponto de vista sintáctico*, um dos aspectos que distingue as *conjunções* adversativas das concessivas é o facto de as primeiras poderem articular constituintes não-frásicos, enquanto as segundas introduzem apenas frases.

(i) Articulação de constituintes textuais

As conjunções coordenativas, entre as quais a adversativa *mas*, coordenam constituintes textuais superiores à frase complexa (Grevisse-Goose 1993:369, 370; Matos: 2003: 576). As concessivas não podem, contudo, ocorrer nestes contextos:

- (26) Trabalhámos durante todo o fim de semana e pouco conseguimos resolver.
 a. Bom, *mas* deixemos os aborrecimentos de lado!
 b. *Bom, *embora / ainda que* deixemos os aborrecimentos de lado!

(ii) Construções contrastivas sintagmáticas

As conjunções coordenativas, diferentemente das concessivas, podem articular unidades inferiores à frase. Assim, construções contrastivas em que o segundo termo é um sintagma, recrutam conjunções adversativas e excluem as concessivas. É o que acontece em *Contraste Sintagmático*, caracterizado em Matos 1992, e na construção que designaremos como *Sintagmática Exclusiva Negativa*.

Em *Contraste Sintagmático*, ilustrado em (27), os constituintes contrastados são sintagmas e não frases,³ facto atestável tanto pela inexistência de um correlato frásico

² Para fenómenos sintácticos que corroboram a diferença de comportamento entre frases adverbiais antepostas e postostas, veja-se Lobo 2003.

³ A designação genérica de *Contraste Sintagmático* para esta construção advém do facto de nela não figurarem apenas conjunções adversativas. Pode aí surgir igualmente a conjunção copulativa aditiva, e, seguida de um advérbio de polaridade, (i)-(ii), ou de um advérbio de valor inclusivo, como *também* em (ii).

para cada um dos termos coordenados (cf. (28)), como pela impossibilidade de incluir o constituinte contrastado numa frase subordinada (cf. (29)):

- (27) a. *Não a criança mas sim os pais* são responsáveis pelos seus maus hábitos alimentares.
 b. Não o desinteresse dos trabalhadores *mas só a má gestão* fez baixar a produtividade.
- (28) **Não a criança é responsável pelos seus maus hábitos alimentares mas sim os pais* são responsáveis pelos seus hábitos alimentares.
- (29) ??/**Não o desinteresse dos trabalhadores mas admitimos que sim/só a má gestão* fez baixar a produtividade.

A natureza sintagmática dos constituintes contrastados é um dos factores que determina a não ocorrência de conjunções concessivas nesta construção (cf. (30)).

- (30) **Não a criança, embora / ainda que sim os pais* são responsáveis pelos seus maus hábitos alimentares.

Do mesmo modo, a construção *Sintagmática Exclusiva Negativa*, que mobiliza a conjunção adversativa *senão* (cf. (31))⁴, coordena caracteristicamente sintagmas e não frases, como provam os exemplos em (32), em que a estrutura coordenada nominal é deslocada na sua globalidade para a posição de sujeito frásico (cf. (32b)).

- (31) a. A primeira moeda grande que achara não era (*nem*) *ouro, nem prata, senão ferro*. (Machado de Assis, *apud Novo Dicionário Aurélio*: 1568)
 b. *Ninguém senão tu* era capaz de me fazer rir.
- (32) a. (?)Os mineiros não encontraram [*nem ouro nem prata senão ferro*].
 b. (?) [*Nem ouro nem prata senão ferro*] foi encontrado pelos mineiros.

A conjunção adversativa *senão*, parcialmente correlata da espanhola *sino* – analisada, entre outros, por Anscombe & Ducrot 1977 e Flamenco Garcia 1999 – apresenta no Português actual um âmbito muito restrito, pois a sua utilização para conectar expressões não intrinsecamente negativas caiu em desuso (veja-se o ‘tom’ antiquado dos exemplos (31) e (32)) e tende a ser substituída por *mas*, diferentemente do que aconteceu em espanhol (cf. (33))⁵:

(i). Não a criança e *sim os pais* são responsáveis pelos seus maus hábitos alimentares.

(ii) A criança e *não / também* os pais são responsáveis pelos seus maus hábitos alimentares.

⁴ A referência a *senão* como uma conjunção, aparece em algumas obras (e.g. Bechara 1999, Matos 2003); alguns gramáticos classificam *senão* como advérbio, outros, como Cunha & Cintra 1984, rejeitam a sua inclusão nos advérbios e integram-no numa classe à parte, designada como *palavras denotativas*. Num contexto diferente, as construções de excepção do Inglês com *but* e *except* foram incluídas em Reinhart 1991 na construção de ‘Bare argument ellipsis’, analisada por esta autora como um caso de estruturas sintagmáticas em Sintaxe, interpretadas proposicionalmente em Forma Lógica.

⁵ Anscombe & Ducrot 1977 admitem a existência de duas estruturas adversativas recobertas em Francês pela

- (33) a. Se quedó en casa no porque estivera enfermo *sino* porque tenía que trabajar (Flamenco García 1999: 3860)
 b. No estudié Psicología, *sino* Filología (Flamenco García 1999: 3857)
 c. Maria non comerá com nosotros, *sinó* Teresa (Flamenco García 1999: 3860)

Senão adversativo limita-se, no Português actual, aos contextos (também presentes no Espanhol) em que o primeiro termo coordenado é tipicamente uma expressão indefinida negativa, explícita como em (31b) e (34a), ou implícita, como em (34b).⁶

- (34) a. Ela não fazia *nada senão* ler.
 b. Ela não fazia *senão* __ ler.

A adversativa *senão*, tal como a concessiva *nem que*, é um item de polaridade intrinsecamente negativa que só pode ocorrer se o primeiro termo for negativo (veja-se o contraste entre (31b) e (35)). Porém, apenas a adversativa é possível na construção *Sintagmática Negativa Exclusiva* (cf. (36)), entre outros motivos, pelo facto de *nem que* não conectar unidades sintácticas menores que a frase, e.g., sintagmas.

- (35) a. *Alguém *senão* tu era capaz de me fazer rir.
 b. *Ela lia esse livro *nem que* lho oferecessem. (Cf. Ela não lia esse livro *nem que* lho oferecessem.)
 (36) a. Ninguém *senão* tu era capaz de me fazer rir.
 b. *Ninguém *nem que* tu era capaz de me fazer rir.

(iii) *Articulação de constituintes frásicos exibindo elipses sensíveis a domínio-ilha*

A existência de elipses frásicas sensíveis a domínios-ilha constitui uma propriedade distintiva adicional entre estruturas *adversativas* e *concessivas*. É o caso de Despojamento (cf. Matos 1992), como referido em 2.2.1.

- (37) a. As crianças não são responsáveis pelos seus maus hábitos alimentares, *mas os pais, sim*.
 b. As crianças não são responsáveis pelos seus maus hábitos alimentares, *mas julgo que os pais, sim*.

conjunção, 'mais' que correspondem a duas conjunções distintas em línguas como o Espanhol (*pero* e *sino*), e o Alemão (*aber* e *sondern*). A distinção entre estas conjunções é feita pelos autores com base em critérios semântico-pragmáticos: segundo os autores, a primeira instância de *mais*, como *pero* e *aber*, ocorre em contextos argumentativos, estabelecendo entre os termos coordenados um valor contrastivo, como em (i); pelo contrário, a segunda instância de *mais*, como *sino* e *sondern*, não é argumentativa, antes correctiva ou refutativa, e requer negação no termo coordenante (cf. (ii)):

(i) Il est intelligent *mais* il ne travaille pas (cf. Anscobre & Ducrot 1977: 28)

(ii) Ce n'est pas conscient *mais* totalement automatique (Prada 2002: 379, cf. Anscobre & Ducrot 1977: 24).

⁶ Vejam-se exemplos equivalentes do espanhol (Flamenco García 1999: 3860)

(i) Nadie *sino* tu hermano fue el responsable del accidente

(ii) No puedo comer __ *sino* verduras.

- (38) ?? As crianças não são responsáveis pelos seus maus hábitos alimentares, *embora / ainda que* os pais, sim.

Em alguns exemplos, a distinção entre Despojamento e Contraste Sintagmático parece limitar-se à posição dos elementos adverbiais: seguindo o constituinte realizado, em Despojamento (cf. (37a)); precedendo-o, em Contraste Sintagmático (cf. (27a)). Porém, Despojamento difere de Contraste Sintagmático, por poder ocorrer em frases subordinadas (cf. (29) vs. (37b)). No entanto, apesar de surgir em domínios de subordinação, Despojamento não figura em frases concessivas, dado que está excluído de domínios-ilha, nomeadamente do da *Ilha da Frase Adjunto* (cf. (38))

Em suma, de um ponto de vista sintáctico, há um número considerável de factores que inibem a ocorrência das orações concessivas e, conseqüentemente, favorecem a opção pelas estruturas adversativas, como modo de expressar o contraste.

3.2. Valores semântico-pragmáticos das adversativas ausentes das concessivas

3.2.1. O valor dos conectores disponíveis

A diferença de comportamento das adversativas e das concessivas na construção *Sintagmática Negativa Exclusiva* mostra que *aspectos semânticos* estão envolvidos na distinção entre conjunções adversativas e concessivas. Assim, *senão* veicula um valor de restrição exclusiva inexistente na conjunção concessiva *nem que*, a qual apresenta um valor hipotético ausente de *senão*. (cf. secção 2.2.2. (iii)). Não desenvolveremos este tópico, que exigiria uma análise exaustiva dos conectores destas duas construções.

3.2.2. O(s) valor(es) de contraste mobilizados por adversativas e concessivas

Nas *construções adversativas*, o contraste pode decorrer ou do valor semântico dos termos relacionados ou da forma como a relação de contraste é estabelecida, que leva o alocutário a formular pressupostos que são gorados. No primeiro caso, alguns autores falam de *contraste semântico* (cf. (39)), no segundo de *contraste argumentativo*⁷ (cf. (40)). Porém, nas *concessivas* o contraste envolve sempre uma pressuposição avaliativa do locutor, pelo que o *contraste argumentativo* é o único disponível (cf. (41)-(42)).

- (39) a. O João é baixo *mas* a Maria é alta.
(baixo // alta)
b. Ele comprou um carro *mas* ela comprou uma moto.
(comprar carro // comprar moto)

⁷ Assim, Lakoff 1971 distingue um 'but' *argumentativo* de um 'but' de *oposição semântica*. Por sua vez, Sweetser 1990 atribui à conjunção adversativa dois tipos de valores: um de *conflito conversacional*, argumentativo, outro de *conflito cognitivo*, fruto do conhecimento e crenças dos interlocutores da mensagem.

- (40) O João viu o livro na montra, *mas* não o comprou.
(ver o livro => comprar o livro // o João *não comprou o livro*)
- (41) a. O João é baixo *embora* a Maria seja alta.
(a Maria ser alta => o João ser alto // o João é baixo)
b. *Embora* o João seja baixo, a Maria é alta.
(o João ser baixo => a Maria não ser alta // a Maria é alta)
- (42) *Embora* o João tenha visto o livro na montra, não o comprou.
(ver o livro => comprar o livro // o João *não comprou o livro*)

Neste sentido, as construções contrastivas concessivas têm um âmbito mais limitado do que as adversativas.

3.2.3. Valores cumulativos das construções adversativas e concessivas

Cumulativamente com o *contraste*, outros valores podem surgir nas adversativas. Distinguem-se, usualmente, a *restrição*, a *exclusão*, a *adição* e o *reforço* (cf. Anscombe et Ducrot 1977, Adams 1990, Flamenco Garcia 1999, entre outros).

Na *restrição* (ou contraposição) o termo adversativo não exclui, antes restringe o alcance da propriedade denotada pelo primeiro termo coordenado (cf. (43b)). Na *exclusão* (rectificação ou refutação) o termo contraposto na adversativa é apresentado como rectificativo do primeiro (que deve ser excluído). Na *adição*, as propriedades contrastadas são cumulativas (cf. (43c)). No *reforço* a propriedade apresentada pela adversativa é sentida como um reforço da propriedade da coordenante (cf. (43d)).

- (43) a. O Pedro é tímido *mas* muito popular entre os amigos. (*restrição*)
b. Ele não é inteligente, *mas* é astuto. (*exclusão*)
c. A criança está doente, *mas / e* está muito doente. (*adição*)
d. Essa criança corre, *mas* corre. (*reforço*)

A construção concessiva permite igualmente veicular valores de *restrição* e *exclusão* (cf. (44)). Contudo, os de *adição* e *reforço* parecem estar ausentes destas construções, como mostra a agramaticalidade dos exemplos em (45).

- (44) a. *Embora* o Pedro seja tímido é muito popular entre os amigos. (*restrição*)
b. Ele não é inteligente *embora* seja astuto. (*exclusão*)
- (45) a. **Embora* a criança esteja doente, está muito doente. (*adição*)
b'. *A criança está doente, *embora* esteja muito doente. (*adição*)
c. **Embora* a criança corra, corre. (*reforço*)
d. *Essa criança corre, *embora* corra. (*reforço*)

Atribuímos esta diferença de comportamento das concessivas face às adversativas às diferentes *propriedades discursivas* das conjunções que as encabeçam. Como vimos, as *conjunções concessivas* introduzem informação pressuposta, apresentada como

partilhada por locutor e interlocutor, enquanto as *adversativas* apresentam informação nova (Cuenca 1991; Flamenco Garcia 1999).

As conjunções adversativas integram, pois, um potencial de focalização que as distingue das concessivas, o que é particularmente evidente em exemplos como (43d) vs. (45c,d). Na verdade, ainda que os termos coordenados em (43d) apresentem o mesmo material lexical, o segundo termo, estando sob o escopo da conjunção adversativa, adquire um novo conteúdo: o de intensificação da propriedade explicitada, que passa a ser contrastável com o primeiro termo coordenado.

Pelo contrário, admitimos que as concessivas, mesmo em posição final não são interpretadas como um foco informacional. Esta análise, vai assim ao encontro das propostas de Lobo 2003, que caracteriza as orações concessivas como periféricas ao domínio frásico, quer ocorram em posição inicial ou final.

É o valor de focalização da conjunção adversativa *mas* que favorece a sua utilização em construções de focalização como *Contraste Sintagmático* (cf. (46)) e que, inclusive, permite prescindir da realização do adverbial focalizador, quando este é a partícula de polaridade positiva *sim*, como acontece em (47).

(46) a. Convidámos o João mas não a Maria.

b. Ele não leu a revista mas apenas o jornal.

(47) Ele telefonou não uma mas (sim) várias vezes.

4. Conclusões

As construções analisadas evidenciam a existência de propriedades sintáticas, semânticas e discursivas distintivas das adversativas face às concessivas. Uma vez que a adversativa pode ocorrer em domínios sintáticos supra e infra frásicos, e apresenta uma maior diversidade de valores semânticos e discursivos, parece-nos natural que a sua utilização seja mais vasta do que a das concessivas, um facto para que estudos que analisam a produção linguística apontam (e.g., Prada 2003, Costa 2005).

Referências Bibliográficas

- ADAMS, Jean-Michel. (1990) *Elements de Linguistique textuelle. Théorie et pratique de l'analyse textuelle*. Liège: Mardaga.
- ANSCROMBRE, Jean-Claude & Ducrot, Oswald (1977) Deux 'mais' en français? In *Lingua* 43, 23-40
- BARROS, Clara (1998) A Organização e o Funcionamento dos Discursos. In Fonseca, J. (org.) *Estudos sobre o Português*, tomo I. Porto: Porto Editora.
- BECHARA, Evanildo (1999) *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna. (37ª ed. revista e aumentada)
- BRITO, Ana (2003) Subordinação Adverbial. In Mateus *et al.* 2003.

- COSTA, Ana Luisa (2005) Aspectos sintáctico-semânticos de construções contrastivas. *Actas do XX Encontro Nacional da APL*, Lisboa: APL-Colibri.
- CUENCA Ordinañana, Maria Josep (1991) *Las oraciones adversativas*. Valencia, Institut Universitari de Filologia Valenciana. Publicacions de l'Abadia de Monserrat.
- CUNHA, Celso & Luís F. Lindley Cintra (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa.
- GREVISSE, Maurice & Goosse, André (1993) *Le bon usage* (13eme edition). Paris – Louvain-la-Neuve: Duculot.
- FLAMENCO Garcia, Luis (1999) Las construcciones concessivas y adversativas. In Bosque, Ignacio & Violeta Demonte (dir) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa.
- LAKOFF, Robin (1971) If's, And's and But's about Conjunction. In Fillmore, J. e D. Langedoen (eds.) *Studies in Linguistic Semantics*. New York: Holt.
- LIMA, José (1996) O papel da Semântica e da Pragmática no estudo dos conectores. Faria, Isabel, Emilia Pedro, Inês Duarte & Carlos Gouveia (orgs.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- LOBO, Maria (2003) *Aspectos da Sintaxe das Orações Subordinadas Adverbiais do Português*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- LOPES, Óscar. (1972) *Gramática simbólica do português (um esboço)*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- MARTELOTA, Mário (1998) Gramaticalização e graus de vinculação sintática em cláusulas concessivas e adversativas. *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora.
- MATEUS, Maria Helena, Ana Brito, Inês Duarte, Isabel Faria, Sónia Frota, Gabriela Matos, Fátima Oliveira, Alina Villalva & Marina Vigário. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 5ª edição, revista e aumentada.
- MATOS, Gabriela (1992) *Construções de Elipse do Predicado – SV Nulo e Despojamento*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- MATOS, Gabriela (2003) Estruturas de coordenação. In Mateus et al. (2003).
- PERES, João (1997) Sobre conexões proposicionais em português. In Brito, Ana, Fátima Oliveira, Isabel Pires de Lima e Rosa Martelo (orgs.) *Sentido que a vida faz – Estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras.
- PRADA, Edite (2001) *Produção de Construções Adversativas no Português Europeu*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Aberta.
- PRADA, Edite (2002), Coordenação adversativa: regularidades e singularidades. *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL.
- PRADA, Edite (2003) Produção de contraste no Português Europeu. *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL.
- QUIRK, Randolph, Sidney Greenbaum, Geoffrey Leech & Jan Svartvik (1985) *A Comprehensive Grammar of the English Language*. London: New York: Longman.

- REINHART, Tania (1991) Non-Quantificational LF. In Kasher, A. (ed.) *The Chomskyan Turn*. Oxford: Blackwell.
- RUDOLPH, E. (1996) *Contrast: Adversative and Concessive Relations and Their Expressions in English, German, Spanish, Portuguese on Sentence and Text Level*. Walter de Gruyter, Berlin/New York.
- SWEETSER, Eve (1990) Conjunction, coordination and subordination, From *etymology to pragmatics – metaphorical and cultural aspects of the semantic structure*. New York, Cambridge University Press.
- VARELA, Lina (2000) *Para uma Semântica das Construções Concessivas e Adversativas do Português*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Sobre a semântica das orações gerundivas adverbiais¹

Telmo Mória e Evani Viotti

Universidade de Lisboa / Universidade de São Paulo

Nesta comunicação, serão tratadas algumas questões gerais sobre a semântica das orações gerundivas adverbiais, nomeadamente: (i) o valor semântico do morfema de gerúndio nas estruturas adverbiais (secção 2), (ii) os valores semânticos – interposicionais – mais comumente associados às orações gerundivas (secção 3) e (iii) os principais tipos de restrições de natureza sintáctico-semântica à distribuição desses diferentes valores (secção 4). Em termos genéricos, será feita uma aproximação entre os valores das orações gerundivas e os valores semânticos tratados na literatura sobre “relações discursivas” ou “relações retóricas”, na perspectiva de Lascarides e Asher (1993) ou Asher e Lascarides (2003), por exemplo. A ideia central é que a semântica do gerúndio adverbial deve ser investigada essencialmente no âmbito da semântica do discurso. Convém salientar que o trabalho aqui apresentado tem um carácter preliminar, pretendendo antes de mais estabelecer um ponto de partida para uma análise de maior amplitude – a realizar posteriormente – sobre este importante operador gramatical.

1. Tipologia básica de orações gerundivas

Começaremos por delimitar brevemente o nosso objecto de estudo: as orações gerundivas adverbiais. Como é sabido, as formas verbais de gerúndio são altamente versáteis, podendo ocorrer em contextos gramaticais bastante distintos:

- | | |
|---|------------------------------|
| (1) a. <i>Andando</i> já para casa! | <i>Gerúndio independente</i> |
| b. O céu {foi / está} <i>escurecendo</i> . | <i>Gerúndio perifrástico</i> |
| c. Os bombeiros viram [o prédio <i>ardendo</i>]. | <i>Gerúndio argumental</i> |
| d. As caixas [<i>contendo</i> produtos inflamáveis] devem ser separadas das restantes. | <i>Gerúndio adnominal</i> |
| e. A Ana recitou o poema [quase <i>cantando</i>]. | <i>Gerúndio adverbial</i> |

¹ Os aspectos essenciais deste trabalho foram apresentados em Setembro de 2002 ao 3.º Colóquio Português Europeu e Português Brasileiro – Unidade e Diversidade na Passagem do Milénio – PEPB-2000, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e em Março de 2003 ao III Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), na Universidade Federal do Rio de Janeiro, não tendo sido nessas ocasiões objecto de publicação. Parte do seu conteúdo foi integrado, em inglês, no artigo Mória e Viotti (2004).

e'. A Ana recitou bem o poema,
[recebendo muitos elogios].

Gerúndio adverbial

Em (1a), estamos perante um caso excepcional de gerúndio, que não ocorre em contexto de subordinação, a que chamamos “gerúndio independente”. Em (1b), encontramos o caso, muito estudado, em que o gerúndio ocorre com verbos auxiliares temporais ou aspectuais, criando seqüências superficiais de dois verbos que a tradição gramatical classifica – pelo menos nalgumas combinações – como “perífrases verbais”; por facilidade de referência, designamos esta forma de gerúndio como “gerúndio perifrástico” (apesar de a forma gerundiva, tomada isoladamente, não ser, obviamente, perifrástica). Em (1c)-(1e), encontramos orações gerundivas encaixadas (entre parênteses rectos). Em (1c), a oração funciona como argumento de um predicado superior – neste caso, como argumento interno do verbo *ver* –, situação em que usamos a designação “gerúndio argumental”. Em (1d), a oração gerundiva está aplicada adnominalmente, neste caso como modificador (embora também possa ocorrer como aposto), situação em que usamos a designação “gerúndio adnominal”. Por fim, nas duas frases de (1e), encontramos o subtipo de gerúndio que será objecto de análise nesta comunicação: o “gerúndio adverbial”. As estruturas complexas com este gerúndio distinguem-se sintacticamente das estruturas referidas anteriormente pelo facto de a oração gerundiva estar aplicada adverbialmente. Semanticamente, distinguem-se por envolverem uma combinação de duas proposições completas, que são relacionadas por um determinado valor semântico: Modo em (1e) – [a Ana recitar o poema] [MODO: a Ana quase cantar] – e Resultado em (1e') – [a Ana recitar bem o poema] [RESULTADO: a Ana receber muitos elogios].² Ao situar-se no domínio da semântica interproposicional, o gerúndio adverbial coloca questões semânticas específicas, merecedoras de um tratamento separado, como o que se pretende levar a cabo neste texto.

2. Hipóteses sobre o valor semântico do gerúndio adverbial

Entre as grandes questões que o gerúndio adverbial coloca, no plano semântico, destaca-se a seguinte, que envolve a relação entre forma e significado: qual é o valor semântico (directamente) veiculado pelo morfema de gerúndio, nas estruturas em causa? Várias hipóteses são equacionáveis. A primeira, que podemos considerar a hipótese tradicional, é a de que *o gerúndio é um operador semanticamente polivalente*, podendo veicular valores interproposicionais de diferentes tipos, como sejam, por

² Tem-se considerado que as orações gerundivas adverbiais podem subdividir-se em pelo menos duas classes (ilustradas em (1e) e (1e')), consoante a posição sintáctica – mais ou menos encaixada – em que ocorrem dentro da frase matriz. Assim, por exemplo, Lonzi (1991) propõe uma distinção entre “gerúndio de predicado” e “gerúndio de frase” e Lagunilla (1999) propõe que se distinga o “gerúndio modificador do verbo” do “gerúndio modificador da oração”. Ignoraremos aqui estas distinções, visto que ambos os tipos de gerúndio podem surgir nas estruturas do tipo semântico que nos interessa estudar, a saber: estruturas que envolvem relações (interproposicionais) entre duas situações que podem ser consideradas autonomamente numa representação formal.

exemplo, valores temporais, causais, instrumentais ou condicionais. Esta hipótese é assumida, explícita ou implicitamente, na generalidade das gramáticas tradicionais do português e também nas gramáticas organizadas por Renzi, para o italiano, ou por Bosque e Demonte, para o castelhano (cf. Lonzi, 1991; Lagunilla, 1999), por exemplo. Resulta essencialmente da verificação de que as orações gerundivas adverbiais surgem associadas a um vasto conjunto de valores semânticos, como os ilustrados nas frases a seguir (onde a oração gerundiva é destacada com itálico e o seu valor semântico é indicado entre parênteses rectos):

- (2) a. *Assomando-se à janela*, a Ana gritou lá para fora: “Venham!”.
[valor meramente temporal: anterioridade]
- b. A Ana conversava com o Paulo, *esfregando as mãos uma na outra*.
[valor meramente temporal: sobreposição]
- c. O Paulo fez grandes obras em casa, *tendo substituído várias portas e janelas*. [valor mereológico: parte (situação componente de outra maior)]
- d. O Paulo pressionou o botão, *carregando com bastante força*. [valor de modo]
- e. *Receando ficar com uma prestação muito alta*, o Paulo optou por comprar uma casa pequena. [valor causal]
- f. O Paulo ganhou muito espaço em casa, *mandando fechar a varanda*.
[valor instrumental, ou de meio]
- g. O Paulo trancou a porta, *impedindo os assaltantes de sair*. [valor resultativo]
- h. *Pintando esta parede de branco*, a casa ficaria mais alegre e luminosa.
[valor condicional]
- i. Imagina tu que, *trabalhando catorze horas por dia*, não consegui acabar o trabalho a tempo! [valor concessivo]
- j. O Paulo não leu a tese toda, *limitando-se a olhar para o resumo e para a conclusão*. [valor opositivo]

Aceitando a hipótese de polissemia do gerúndio, diríamos, por exemplo, que esta forma verbal marca um valor temporal de anterioridade em (a), já que a situação de assomar-se à janela é anterior à de gritar lá para fora, marca um valor causal em (e), já que o receio de ficar com uma prestação muito alta motiva a opção por uma casa pequena, marca um valor instrumental em (f), já que a situação de mandar fechar a varanda foi o meio através do qual se chegou à situação de ganhar espaço em casa, e marca um valor (relativamente pouco referido) que aqui designamos como mereológico em (d), já que a situação de substituir várias portas e janelas pode ser concebida como parte integrante de uma situação maior, a renovação da casa. Genericamente, a assunção subjacente é que o gerúndio pode marcar – *ele próprio* – diferentes valores interproposicionais, como estes, sendo portanto altamente polissémico.

Ora, esta hipótese de análise – tradicional – parece-nos dificilmente sustentável, quando consideramos os dados linguísticos com maior pormenor. Apresentaremos três

argumentos que parecem ir contra a hipótese em questão. Em primeiro lugar, verifica-se que o gerúndio pode surgir em orações com valores contrários, como anterioridade e posterioridade, causa e efeito, ou meio e resultado. Assim, se os valores em causa fossem directamente marcados pelo morfema de gerúndio, estaríamos perante um caso – inédito e, no mínimo, bastante exótico – de *homonímia antonímica*, isto é, uma situação em que a mesma forma gramatical representa valores opostos:

- (2) a. [Assomando-se à janela] SITUAÇÃO ANTERIOR, a Ana gritou lá para fora: “Venham!”.
 b. A Ana assomou-se à janela, [gritando lá para fora: “Venham!”] SITUAÇÃO POSTERIOR.
- (3) a. [Receando ficar com uma prestação muito alta] SITUAÇÃO CAUSADORA, o Paulo optou por comprar uma casa pequena.
 b. O Paulo receou ficar com uma prestação muito alta, [optando por comprar uma casa pequena] SITUAÇÃO CAUSADA.
- (4) a. [Mandando fechar a varanda] SITUAÇÃO INSTRUMENTAL, o Paulo ganhou muito espaço em casa.
 b. O Paulo mandou fechar a varanda, [ganhando muito espaço em casa] SITUAÇÃO RESULTANTE.

Em segundo lugar, os valores interproposicionais em causa podem ser não morfologicamente marcados, emergindo de igual modo em sequências de frases simplesmente justapostas, por processos discursivos bem conhecidos da literatura sobre “relações discursivas”. Por outras palavras, os valores semânticos relevantes estão presentes, mesmo quando o gerúndio está ausente.

- (5) a. A Ana assomou-se à janela. Gritou lá para fora: “Venham!”. [Narração]
 b. O Paulo optou por comprar uma casa pequena. Receou ficar com uma prestação muito alta. [Explicação]
 c. O Paulo receou ficar com uma prestação muito alta. Optou por comprar uma casa pequena. [Resultado]
 d. O Paulo ganhou muito espaço em casa. Mandou fechar a varanda. [Explicação]
 e. O Paulo mandou fechar a varanda. Ganhou muito espaço em casa. [Resultado]

Em terceiro lugar, certos valores semânticos podem ser marcados com operadores explícitos (em posição adverbial na gerúndiva), sem que se gere qualquer sensação de redundância:

- (6) a. A Ana assomou-se à janela, gritando {*em seguida / depois*} lá para fora: “Venham!”. [valor temporal: posterioridade]

- b. A Ana conversava com o Pedro, esfregando as mãos uma na outra {*ao mesmo tempo / enquanto isso*}. [valor temporal: sobreposição]
- c. O Paulo mandou fechar a varanda, ganhando {*assim / deste modo / com isso*} muito espaço em casa. [valor resultativo]

Aliás, alguns valores – como os contrastivos – são muitas vezes preferencialmente marcados com operadores explícitos:

- (7) a. Imagina tu que, *mesmo* trabalhando catorze horas por dia, não consegui acabar o trabalho a tempo! [valor concessivo]
- b. O Paulo não leu a tese toda, *antes* se limitando a olhar para o resumo e para a conclusão. [valor opositivo]

Perante os dados apresentados, parece legítimo concluir que a marcação dos valores semânticos em causa não é feita pelo morfema de gerúndio em si, emergindo naturalmente a seguinte hipótese de análise, alternativa à análise tradicional: *o morfema do gerúndio é um marcador meramente sintáctico de conexão proposicional*, isto é, um morfema semanticamente nulo (como são, por exemplo, as conjunções integrantes). No entanto, se for formulada sem restrições, esta hipótese parece demasiado redutora do papel do gerúndio. É que ela não dá conta do facto de a combinação de orações gerundivas com frases matriz ser mais fortemente condicionada, no plano semântico, que a combinação de frases por mera justaposição ou por coordenação copulativa. Em particular, verifica-se que a associação de situações desconexas – por exemplo, em contextos de enumeração – parece ser incompatível com o gerúndio. Observe-se a impossibilidade de responder à questão (8) com as estruturas de (9c-d) (num exemplo retomado de Mória e Viotti 2004):

- (8) – O que aconteceu?
- (9) a. – Houve um terramoto na Ásia e a CGTP anunciou uma greve geral para Setembro. [*coordenação copulativa*]
- b. – Houve um terramoto na Ásia. A CGTP anunciou uma greve geral para Setembro. Foi inaugurada a nova ponte sobre o Tejo. Em suma, foi um dia cheio de notícias importantes. [*justaposição*]
- c. *– {Havendo / Tendo havido} um terramoto na Ásia, a CGTP anunciou uma greve geral para Setembro. [*aplicação de gerundiva*]
- d. *– Houve um terramoto na Ásia, {anunciando a CGTP / tendo a CGTP anunciado} uma greve geral para Setembro. [*aplicação de gerundiva*]

Em sintonia com o comportamento observado em (8)-(9), verifica-se ainda que, em casos de possível ambiguidade entre uma leitura de enumeração de situações desconexas e uma leitura de interdependência entre situações, o gerúndio selecciona apenas a última leitura:

- (10) a. O preço da gasolina aumentou 5 %. O presidente reuniu-se com o primeiro-ministro depois do almoço. [ambíguo]
 b. Tendo o preço da gasolina aumentado 5 %, o presidente reuniu-se com o primeiro-ministro depois do almoço. [não ambíguo]

A primeira sequência acima é compatível quer com uma relação causal entre os eventos descritos quer com uma enumeração de eventos desconexos, como, por exemplo, na resposta à questão: *quais foram os principais acontecimentos do dia?* Já a segunda sequência, com uma gerundiva, tem uma interpretação unívoca, de valor causal.

Adicionalmente, convém salientar que estes factos concordam com as possibilidades, que foram descritas na literatura, de referência anafórica a situações complexas resultantes da soma individual de duas (ou mais) situações já referidas. Como refere Asher (1993: 44), é muitas vezes possível – em sequências discursivas – fazer tal referência, mas com certas restrições, excluindo-se normalmente os casos que envolvem situações desconexas. Assim, numa frase como *é pouco comum isto acontecer*, que continuasse (10a) ou (10b), o pronome *isto* remeteria para uma situação complexa E, associada às seguintes condições discursivas (onde e_1 representa [o preço da gasolina aumentar 5 %] e e_2 [o presidente reunir-se com o primeiro-ministro depois do almoço]):

$$(11) [E = e_1 \oplus e_2]; [\text{causa}(e_1, e_2)]$$

As restrições ao uso do gerúndio que acabamos de observar levam-nos a alterar ligeiramente a hipótese de análise deste morfema, de modo a acentuar o facto de este operador impor fortes restrições ao estabelecimento de relações retóricas no discurso. A formulação que se segue é provisória, a rever em trabalhos posteriores:

- (12) O gerúndio adverbial é um *operador discursivo de associação de situações*, i.e. é um conector interproposicional de “amplo espectro”, que requer que entre as situações associadas se estabeleça uma de entre um leque possível de relações discursivas (a definir em função de factores contextuais e situacionais múltiplos), sendo por isso incompatível com eventos desconexos.

Nesta hipótese, tal como na anterior, não é o gerúndio que exprime – sozinho e directamente – os valores interproposicionais relevantes (temporais, causais ou outros). Estes emergem naturalmente dos mecanismos discursivos que geram uma estrutura textual coerente (da qual o gerúndio faz parte como mero conector gramatical de ligação). O gerúndio impõe, no entanto, condições à estrutura discursiva. Por hipótese (que terá de ser mais explorada posteriormente), tem de ser possível criar uma situação complexa, resultante da soma individual de situações já descritas, nos moldes de (11).

Convém, neste ponto, salientar que não se devem confundir descrições de situações desconexas (como as de (9)), que o gerúndio parece não poder conectar, com

descrições de situações sem uma relação temporal claramente definida, que o gerúndio frequentemente associa:

- (13) a. A cidade de Recife tem mais de 2 milhões de habitantes, estando situada no nordeste do país.
 b. O congresso reuniu cientistas de todo o mundo, tendo-se realizado pela primeira vez num país africano.
- (14) a. A Câmara Municipal decidiu demolir todos os prédios antigos desta zona, sendo que vários deles datam de antes da II Guerra Mundial.
 b. O Paulo está a pensar fazer uma viagem ao Brasil, sendo que este é um sonho de há muitos anos³.

Ao contrário do que acontece em (2), não estamos aqui perante relações discursivas com forte impacto temporal (como as relações meramente temporais, as relações mereológicas ou as relações causais, instrumentais e resultativas) nem perante relações de implicação ou de contraste. O valor neutro, ou atemporal, ilustrado em (13)-(14) constitui uma instância típica da associação discursiva entre situações referida em (12). Muitas vezes, as frases em que este valor ocorre são equivalentes a estruturas com coordenação copulativa em que a ordem dos membros é irrelevante – cf. e.g. *a cidade de Recife tem mais de 2 milhões de habitantes e está situada no nordeste do país* e *a cidade de Recife está situada no nordeste do país e tem mais de 2 milhões de habitantes*.

3. Valores semânticos associáveis às orações gerundivas adverbiais

Embora defendamos a hipótese expressa em (12), parece-nos útil, por mera facilidade de referência, manter expressões como “gerúndio temporal”, “gerúndio causal”, “gerúndio instrumental”, “gerúndio concessivo”, etc. – como na terminologia de Lonzi, 1991, ou de Lagunilla, 1999 – para distinguir os diferentes valores semânticos associados às orações gerundivas adverbiais. Importa, em todo o caso, acentuar que se trata meramente de tornar mais fácil a referência às estruturas relevantes, já que o gerúndio em si, segundo cremos, não é verdadeiramente causal ou temporal ou instrumental, etc.

Numa tentativa de apresentar uma visão geral e integrada da semântica das orações gerundivas adverbiais, várias tarefas têm de ser realizadas. Equacionaremos algumas delas brevemente nas secções 3 e 4. Uma primeira tarefa consiste em identificar os diferentes valores semânticos associáveis às orações gerundivas. A tipologia que esboçamos a seguir (sem pretensões de exaustividade) tem subjacente a ideia – já referida – de que a semântica das construções gerundivas adverbiais deve ser analisada

³ A construção com *sendo que* (com comportamento próximo de um conector inanalísável) é extremamente produtiva tanto em PE como em PB, como alternativa à gerundiva construída a partir do verbo principal (...*datando vários deles... sendo este um sonho...*).

em conjunto com a estrutura retórica do discurso (sendo mais facilmente captada num enquadramento formal que recorra à noção “relações discursivas”, numa perspectiva do tipo da de Lascarides e Asher, 1993). É dentro desse enquadramento que nos propomos desenvolver futuramente a análise semântica aqui encetada.

Vejam os então alguns valores semânticos associáveis a orações gerundivas adverbiais, usando a já referida subclassificação (para efeitos de simplificação de referência) do gerúndio adverbial⁴:

1. Gerúndio (narrativo) de posterioridade

A oração gerundiva identifica uma situação que ocorre depois da situação expressa na oração principal. Estabelece-se uma Relação Discursiva de **Narração**, com a gerundiva a marcar a situação posterior. Exemplos: *a Ana saiu de casa a correr, dirigindo-se apressadamente para o carro.*

2. Gerúndio (narrativo) de anterioridade

A oração gerundiva identifica uma situação que ocorre antes da situação expressa na oração principal. Estabelece-se tipicamente uma Relação Discursiva de **Narração**, com a gerundiva a marcar a situação anterior. Exemplos: *colocando bem o microfone, o orador começou a falar; e, dizendo isto, calou-se.* Em certos casos excepcionais (com gerúndio composto), pode estabelecer-se uma relação de **Retro-Narração** (na terminologia de Alves, 2003: 277). Exemplo (repetido em (21b) adiante): *a Ana brincava agora com as crianças, tendo já tratado da casa.*

3. Gerúndio de sobreposição (ou paralelismo) temporal

A oração gerundiva identifica uma situação concomitante com a situação expressa na oração principal. Estabelece-se uma Relação Discursiva de **Paralelismo** (no sentido temporal que encontramos em Alves, 2003: 271, e não no sentido contrastivo que e.g. Asher e Lascarides, 2003: 465, atribuem à relação *Parallel*). Exemplo: *o poeta passeou pelo campo, pensando na sua amada.*

4. Gerúndio de sobreenquadramento

A oração gerundiva identifica uma situação – tipicamente atética – que enquadra temporalmente a situação expressa na oração principal. Estabelece-se uma Relação Discursiva de **Enquadramento** (“Background”), com a gerundiva a marcar a situação enquadadora. Exemplos: *estando eu na praia, aproximou-se de mim um vendedor*

⁴ A estes valores, convém acrescentar pelo menos dois outros, que envolvem a estruturação do discurso ou valores ilocutórios (cf. e.g. Lonzi 1991: 587): o **gerúndio textual** (Exemplo: *resumindo, o gerúndio é extremamente complicado!*) e o **gerúndio ilocutório** (Exemplo: *não querendo ser impertinente, discordo completamente!*)

ambulante; «indo eu, indo eu, a caminho de Viseu, encontrei o meu amor...» [canção popular].

5. Gerúndio de subenquadramento

A oração gerundiva identifica uma situação que é temporalmente enquadrada pela situação expressa na oração principal. Estabelece-se uma Relação Discursiva de **Enquadramento**, com a gerundiva a marcar a situação enquadrada. Assume tipicamente a forma de gerúndio composto. Exemplo: *a Ana esteve deitada na praia toda a tarde, tendo visto passar vários iates de luxo.*

6. Gerúndio de elaboração (ou mereológico)

A oração gerundiva identifica uma subsituação da situação expressa na oração principal. Estabelece-se uma Relação Discursiva de **Elaboração**. Assume tipicamente a forma de gerúndio composto. Exemplo: *o Pedro renovou o jardim, tendo colocado cercas de madeira em todos os canteiros; a câmara construiu a ponte, tendo um arquitecto francês desenhado os planos.*

7. Gerúndio de modo

A oração gerundiva identifica uma característica da situação expressa na oração principal. Exemplo: *a Ana abraçou o Pedro, apertando-o fortemente contra o peito.*

8. Gerúndio instrumental (ou de meio)

A oração gerundiva identifica o meio ou instrumento mediante o qual se chega à situação expressa na oração principal. É semelhante, mas não idêntico, ao gerúndio causal (cf. possibilidade de focalizar a gerundiva instrumental, mas não a causal, em (24); Lonzi 1991). Exemplo: *o Paulo enriqueceu rapidamente comprando e vendendo terrenos no Brasil.*

9. Gerúndio causal

A oração gerundiva identifica uma situação que causa ou explica a situação expressa na oração principal. Estabelece-se uma Relação Discursiva de **Explicação**. Exemplo: *achando que a Ana gostava de flores, o Paulo decidiu enviar-lhe um ramo de rosas.*

10. Gerúndio resultativo

A oração gerundiva identifica uma situação que é consequência ou resultado da situação expressa na oração principal, podendo ser o inverso de uma relação

instrumental ou de uma relação causal. Estabelece-se uma Relação Discursiva de **Resultado**. Exemplo: *o Paulo comprou e vendeu terrenos no Brasil, enriquecendo rapidamente; o Paulo achou que a Ana gostava de flores, tendo decidido enviar-lhe um ramo de rosas.*

11. Gerúndio condicional

A oração gerundiva tem o valor de uma oração condicional. Exemplos: *apertando este botão, a porta abre-se; não havendo atrasos, a mercadoria chegará no dia 2.*

12. Gerúndio concessivo ou adversativo

A oração gerundiva tem o valor de uma oração concessiva ou de uma oração adversativa. Estabelece-se uma Relação Discursiva de **Contraste** (com “violação de expectativa”, nos termos de Asher e Lascarides, 2003: 168). Exemplo: *estudando pouco, o Paulo consegue ter boas notas; o Paulo estuda pouco, conseguindo ter boas notas.*

13. Gerúndio opositivo

A oração gerundiva identifica uma situação que meramente contrasta com a situação expressa na oração principal. Estabelece-se uma Relação Discursiva de **Contraste** (sem “violação de expectativa”, nos termos de Asher e Lascarides, 2003: 168). Exemplo: *a Ana não foi para Londres, preferindo ir para Paris.*

14. Gerúndio neutro [designação provisória]

Provisoriamente, adoptamos uma definição pela negativa para este tipo de gerúndio (já mencionado em (13)-(14)): a oração gerundiva identifica uma situação que nem se relaciona temporalmente de modo definido com a situação expressa na oração principal nem envolve implicação ou contraste. Possivelmente, importará distinguir diferentes subtipos de relação não temporal entre situações nestes contextos – e.g. a gerundiva constitui um comentário, um aparte, uma informação suplementar sobre um tópico comum, etc. Exemplo: *A Índia está dividida em 28 estados e 7 territórios, possuindo mais de mil milhões de habitantes.*

A tarefa de explorar as especificidades de cada um destes “tipos (ou subtipos) de gerúndio/gerundivas” é complexa e demorada, não cabendo no âmbito do presente trabalho. Em todo o caso, apresentaremos, na secção 4 algumas questões cruciais (e algumas pistas) a ter em conta para prosseguir uma análise semântica mais fina.

4. Perspectivando uma análise semântica mais fina

Entre as tarefas cruciais a realizar – na perspectiva de uma descrição mais ampla da semântica do gerúndio adverbial – destacaremos a análise sistemática das restrições de ocorrência de orações gerundivas com os diferentes valores descritos em 3. Com efeito, há múltiplos factores linguísticos que condicionam a ocorrência de algumas gerundivas, entre os quais se destacam⁵: (A) forma simples ou composta do gerúndio; (B) *Aktionsart* das proposições envolvidas; (C) tempos verbais da frase matriz; (D) posição da gerundiva (relativamente à frase matriz); (E) integração da gerundiva em construções particulares (e.g. focalização); (F) presença de marcadores explícitos dos valores interposicionais em causa. Nesta secção, limitamo-nos a apresentar alguns exemplos – meramente ilustrativos e sem pretensões de uma cobertura exaustiva – do modo como estes factores linguísticos condicionam a interpretação das orações gerundivas. A tentativa de explicação das restrições em causa será deixada para análise posterior (cf. alguns trabalhos recentes, para o português, como Leal, 2001, e Lobo, 2001).

A. Forma simples ou composta do gerúndio

A relação de Enquadramento em que o gerúndio marca a situação enquadradora parece requerer o gerúndio simples:

- (15) [{Estando eu /*Tendo eu estado} na praia] SITUAÇÃO ENQUADRADORA,
aproximou-se de mim um vendedor ambulante.

Inversamente, a relação de Elaboração – em que o gerúndio marca um episódio de uma situação complexa – parece requerer o gerúndio composto:

- (16) O Pedro renovou o jardim, [{^{??}colocando / tendo colocado} cercas de madeira em todos os canteiros] SITUAÇÃO COMPONENTE.

Em muitos outros casos, porém, são possíveis tanto formas simples como compostas; por vezes, parece não haver diferenças semânticas significativas entre as duas formas (o que constitui talvez um facto algo inesperado, a merecer investigação posterior)⁶:

⁵ Naturalmente, esta lista não pretende ser exaustiva. Entre os factores que importará ter em conta e que aqui ignorámos, contam-se, por exemplo, factores estilísticos e factores pragmáticos, como o tipo de registo. Por exemplo, certas formas, como o gerúndio em Narração, surgem preferencialmente ligadas ao discurso escrito cuidado ou literário.

⁶ Note-se, de passagem, que em muitos textos, encontramos visões algo simplistas das diferenças entre o gerúndio simples e o composto, que não cobrem os diferentes casos verificados em português. Refira-se como exemplo a gramática (tradicional) de Cunha e Cintra (1994: 488), onde se menciona que a forma simples do gerúndio “expressa uma acção em curso, que pode ser imediatamente anterior ou posterior à do verbo da oração principal, ou contemporânea dela”, em contraste com a forma composta, que “é de carácter perfeito e indica uma acção concluída anteriormente à que exprime o verbo da oração principal”. Facilmente

- (17) A Ana abraçou o Pedro, [{apertando-o / tendo-o apertado} fortemente contra o peito] SITUAÇÃO CARACTERIZADORA (MODO):

B. Aktionsart das proposições envolvidas

A relação de Enquadramento pode ser induzida a partir do carácter pontual de uma das orações, em contraste com o carácter não pontual da outra:

- (18) a. [Indo a passear pela praia] SITUAÇÃO ENQUADRADORA, a Ana encontrou uma moeda de ouro muito antiga. [gerundiva não pontual]
 b. [Começando a escavar] SITUAÇÃO ANTERIOR, a Ana encontrou uma moeda de ouro muito antiga. [gerundiva pontual]

C. Tempos verbais da frase matriz

As relações de Paralelismo e Narração podem frequentemente ser distinguidas pelos tempos verbais da oração principal, estando a primeira tipicamente associada a tempos verbais de sobreposição – e.g. pretérito imperfeito – e a segunda a tempos verbais de anterioridade – e.g. pretérito perfeito. No entanto, a relação de Paralelismo também é compatível com tempos de anterioridade, podendo gerar ambiguidade:

- (19) a. [Ajeitando na microfone] SITUAÇÃO PARALELA, pedia a todos que se chegassem à frente.
 b. [Ajeitando na microfone] SITUAÇÃO ANTERIOR OU PARALELA, pediu a todos que se chegassem à frente.

D. Posição da gerundiva (relativamente à frase matriz)

Em construções com relação de Narração (como acontece na generalidade das estruturas com esta relação discursiva), a ordem das frases determina a ordem de ocorrência dos eventos descritos; uma alteração na posição da gerundiva conduz – nestes casos, mas não necessariamente noutros, com outras relações discursivas (cf. e.g. (22)) – a uma interpretação distinta, como no seguinte exemplo de Mateus *et al.* (1989: 85):

se detectam inadequações, à luz dos exemplos aqui apresentados: (i) o “aspecto inacabado” do gerúndio simples, que os autores reiteram em diversos pontos do seu texto, claramente não se verifica nos exemplos em que a gerundiva descreve uma acção anterior à representada na oração principal – e.g. *e. dizendo isto, calou-se*; repare-se que, neste exemplo, o gerúndio simples pode ser substituído, sem alteração das relações temporais, quer pelo gerúndio composto, *tendo dito*, quer pelo participípio passado simples, *dito*, estando pois claramente associado a um “aspecto acabado”; (ii) o gerúndio composto nem sempre marca um valor temporal de anterioridade (relativamente à situação expressa na oração principal); com efeito, isto não se verifica em exemplos com relações discursivas de Enquadramento, de Elaboração ou de Modo, por exemplo, onde o gerúndio composto remete para situações temporalmente sobrepostas às representadas na oração principal; o gerúndio composto pode mesmo estar associado a uma situação posterior, em estruturas com relação discursiva de Narração, como no exemplo (20a).

- (20) a. A sessão foi encerrada, [tendo os participantes saído] SITUAÇÃO POSTERIOR.
 b. [Tendo os participantes saído] SITUAÇÃO ANTERIOR, a sessão foi encerrada.

Excepcionalmente, o gerúndio composto pode marcar situações anteriores mesmo quando ocorre em orações em posição final, mas a plena gramaticalidade parece depender da presença de marcadores temporais explícitos:

- (21) a. [?]A Ana brincou com as crianças, tendo tratado da casa.
 b. A Ana brincava agora com as crianças, tendo já tratado da casa.

As gerúndivas que marcam Meio (e bem assim as que marcam Causa) podem surgir quer em posição inicial quer em posição final; já as que marcam Resultado surgem sistematicamente em posição final:

- (22) a. [Comprando e vendendo terrenos no Brasil] MEIO, o Paulo enriqueceu rapidamente.
 b. O Paulo enriqueceu rapidamente, [comprando e vendendo terrenos no Brasil] MEIO.
 (23) a. O Paulo comprou e vendeu terrenos no Brasil, [enriquecendo rapidamente] RESULTADO.
 b. *[Enriquecendo rapidamente] RESULTADO, o Paulo comprou e vendeu terrenos no Brasil.

E. Integração em construções particulares (e.g. clivagem)

As gerúndivas instrumentais, mas não as causais, por exemplo, podem ser focalizadas na construção *ser... que* (o que é discutivelmente o reflexo da sua projecção em posições sintácticas distintas nas frases matriz – cf. e.g. Lobo 2001):

- (24) a. Foi [comprando e vendendo terrenos no Brasil] MEIO que o Paulo enriqueceu.
 b. * Foi [achando que a Ana gostava de flores] CAUSA que o Paulo decidiu enviar-lhe um ramo de rosas.

F. Presença de marcadores explícitos dos valores interproposicionais em causa

As orações gerúndivas podem ser equivalentes a orações condicionais, sem a presença de qualquer marcador de condicionalidade explícito – cf. e.g. (2h): *pintando esta parede de branco, a casa ficaria mais alegre e luminosa*. Esta possibilidade parece, no entanto, limitada às chamadas (mono)condicionais de condição suficiente fechada, na tipologia de Peres, Mória e Marques (1998). Quando as orações gerúndivas correspondem a outros subtipos de condicionais, parece ser necessária a presença de

marcadores explícitos. Assim, distinguem-se: (i) (mono)condicionais de condição suficiente aberta (ou incondicionais), na presença de *mesmo*; (ii) (mono)condicionais de condição necessária, na presença de *só* ou *apenas*⁷; (iii) bicondicionais directas, na presença de *mas só* ou *mas apenas*⁸; (iv) bicondicionais indirectas, na presença de *excepto*, *salvo* ou *a não ser*:

- (25) a. Mesmo estudando pouco, o Paulo teria boas notas.
 b. Só vivendo numa cidade pequena, teríamos mais qualidade de vida.
 c. A Ana poderia correr os cem metros em 12 segundos, mas só treinando arduamente todos os dias.
 d. Chegaremos ao tesouro escondido (de qualquer modo), excepto indo por esse caminho.

A relevância do factor linguístico em causa (F) pode ainda ser observada nos exemplos (6) e (7) acima.

5. Breve conclusão

Neste texto, estabelecemos como ponto de partida para um trabalho de maior fôlego sobre a semântica das estruturas gerundivas adverbiais a associação entre o gerúndio e as relações discursivas. Assim, situamos a análise semântica num plano mais alto que o da frase, embora formalmente o gerúndio nos remeta apenas para o plano da frase complexa. Em última instância, a análise semântica do gerúndio adverbial terá de se integrar na análise mais ampla das conexões interproposicionais, que, como vimos, engloba também sequências com conectores explícitos – adverbiais e conjuncionais – e sequências meramente justapostas (verdadeiramente discursivas, no sentido mais restrito do termo).

Referências Bibliográficas

- ALVES, Ana Teresa (2003) *Sobre a Localização Temporal Adverbial Anafórica em Português*. Dissertação de doutoramento, Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
 ASHER, Nicholas (1993) *Reference to Abstract Objects in Discourse*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
 ASHER, Nicholas e Alex Lascarides (2003) *Logics of Conversation*. Cambridge: Cambridge University Press.

⁷ Note-se que, nestas estruturas, não pode aparecer o elemento *se* explícito (o que parece indicar que a sequência *só se*, que ocorre em estruturas condicionais típicas, não é um morfema único): **Só se vivendo numa cidade pequena, teríamos mais qualidade de vida*. O mesmo se aplica, *mutatis mutandis*, às sequências *mas só se*, *excepto se* e afins.

⁸ Parecem-nos ligeiramente marginais as estruturas com *desde que* e *contanto que*: ?*A Ana poderia correr os cem metros em 12 segundos, desde/contanto que treinando arduamente todos os dias*.

- CUNHA, Celso e Luís Filipe Lindley Cintra (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- LAGUNILLA, Marina Fernández (1999) Las Construcciones de Gerundio. In Ignacio Bosque e Violeta Demonte (dir.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Espasa, pp. 3443-3503.
- LASCARIDES, Alex e Nicholas Asher (1993) Temporal Interpretation, Discourse Relations and Common Sense Entailment. *Linguistic and Philosophy* 16, pp. 437-493.
- LEAL, António José Rodrigues (2001) *O Valor Temporal das Orações Gerundivas em Português*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- LOBO, Maria (2001) Aspectos da Sintaxe das Orações Gerundivas Adjuntas do Português. In *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 247-265.
- LONZI, Lidia (1991) Frasi Subordinate al Gerundio. In Lorenzo Renzi (org.) *Grande Grammatica Italiana di Consultazione*, 3.^a edição, pp. 571-592.
- MATEUS, Maria Helena Mira, Ana Maria Brito, Inês Duarte e Isabel Faria (1989) *Gramática da Língua Portuguesa*, 3.^a edição. Lisboa: Editorial Caminho.
- MÓIA, Telmo e Evani Viotti (2004) Differences and similarities between European and Brazilian Portuguese in the use of the «gerúndio». *Journal of Portuguese Linguistics* 3 (1), pp. 111-139.
- PERES, João Andrade, Telmo Móia e Rui Ribeiro Marques (1998) Sobre a Forma e o Sentido das Orações Condicionais em Português. In Faria, Isabel Hub (org.) *Lindley Cintra, Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 627-653.

“... E pronto” – estratégias discursivo-pragmáticas de encerramento em enunciados narrativos produzidos em situação de interacção oral

Armando de Morais
FCT / Universidade Aberta

Ao introduzir um Enunciado Narrativo em situação de interacção oral (daqui para a frente referido como EN), o futuro narrador sente-se obrigado a negociar com o interlocutor o acto comunicativo que pretende realizar. Para além de anunciar a sua vontade de narrar algo, ele tem de motivar o outro a aceitar a sua narração, bem como prepará-lo para a sua realização.

Em trabalhos anteriores (Morais 2002, 2004), procurámos demonstrar que através do acto comunicativo denominado *Resumo*, o locutor vai promover a passagem entre duas situações de enunciação: a actual e a que vai resultar da narração e, ao mesmo tempo, estabelece um novo contrato comunicacional entre os interlocutores, atribuindo-lhes os papéis de Narrador e Narratário(s) (Bres, 1994). Este contrato, com um prazo de validade equivalente ao tempo de duração do EN (incluindo aqui todos os movimentos de cariz avaliativo que podem ocorrer após a *Resolução/Desfecho* da narração), é tanto mais formalizado quanto a importância atribuída ao EN pelo futuro narrador.

Nos casos em que o desenvolvimento do EN obedece a uma sequência de macroproposições que compõem uma unidade textual e conversacional autónoma, é possível identificar um segmento de fechamento – a *Coda* – que se contrapõe funcionalmente ao *Resumo*.

Na *Coda*, o narrador marca o fim da vigência do contrato comunicacional narrativo, traz os interlocutores de volta à Situação de Enunciação anterior ao EN, devolvendo-lhes o estatuto anterior e procura assegurar que haja conformidade entre a intenção da narrativa e a interpretação do narrado (muitas das vezes, a *Coda* está intrinsecamente ligada à *Avaliação Final*).

Focalizando a atenção na realização das actividades atrás referidas, pretendemos com o presente trabalho:

Situar, no esquema conceptual que subjaz ao modo de enunciação narrativo, o(s) espaço(s) de encerramento da unidade textual a que corresponde o EN;

Identificar as estratégias discursivo-pragmáticas utilizadas para encerrar o EN;

Realçar as funções configuracionais e interaccionais das referidas estratégias.

1. O corpus de análise

Em função dos objectivos delineados, foi seleccionado um *Corpus* de 27 interacções orais pertencentes ao domínio privado e a um registo informal no **Corpus do Português Fundamental** do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Nessas 27 interacções foram identificados, e posteriormente transcritos e analisados, 40 Enunciados Narrativos (40 EN) agrupados pelas seguintes áreas temáticas: casa e família (pi-casa e família), profissão (pi-profi), vida pessoal (pi-vida pessoal) e vida social (pi-vida social).

Tendo presentes os objectivos do actual estudo e a necessidade de contextualizar e co-textualizar as actividades comunicativas em análise, optámos por fazer a actual apresentação a partir de um dos exemplos mais produtivos do *corpus* recolhido, o EN produzido na Interação com o código C1129 pi-profi. A caracterização das estratégias discursivo-pragmáticas aí levantadas será realizada, numa segunda fase, recorrendo a outros exemplos recolhidos na totalidade do *corpus*.

1.1. A interacção C1129 pi-profi

A gravação da interacção, feita no Porto, corresponde a uma conversa entre duas mulheres na faixa etária dos 45-50, com um nível de instrução universitário e pertencentes ao grupo sócio profissional dos professores.

Uma primeira audição permite concluir que há uma grande cumplicidade entre as interlocutoras, patente quer nas formas de tratamento de segunda pessoa, quer nas marcas de conhecimento partilhado, quer na forte participação de ambas na conversação e, mais especificamente, na avaliação do EN.

O EN resulta da insistência da responsável pela recolha do *corpus*, para que JC conte um episódio de cariz anedótico ocorrido com as freiras do colégio em que trabalha. Após alguma hesitação, e a certificação de que o seu relato não trará problemas às pessoas envolvidas, JC dispõe-se a contar o ocorrido.

1.2. Transcrição e análise do EN

A transcrição do EN obedece às regras definidas para o **Projecto C-ORAL-ROM** do CLUL. São marcadas pausas curtas sem alteração prosódica – / –, unidades prosódicas que correspondem ao fim de um enunciado e revelam uma subida ou descida de tom – //, ? –, reformulações – /| –, interrupções de ideias com mudança de tópico – + –, pausas referentes a um silêncio marcado – # –, sobreposições de vozes – < ... > –, palavras incompreensíveis – xxx –, palavras incompletas e fragmentos fonéticos – & – e unidades sonoras de cariz paralinguístico (usualmente risos) – hhh.

Os turnos de ambas as interlocutoras estão numerados de 1 a 19 (coluna 2) e identificados (coluna 3).

A divisão do texto em blocos resulta da identificação das macroproposições que constituem a Sequência Narrativa. O trabalho de análise incidirá sobre os turnos produzidos após o primeiro **Desfecho** e que realizam as seguintes macroproposições:

Desfecho 2 / Avaliação Final, Coda e (Pós) Avaliações.

O R I E N T A Ç Ã O	1	*JC	<p>todos os dias ao fim da tarde / também se / <u>rezavam</u> // porque elas iam muitas / freiras / não é // freiras professoras // <u>rezavam também um terço</u> // porque era no mês de Maria / não é // <u>rezavam o terço</u> // as professoras que queriam acompanhar / acompanhavam // as que não queriam não acompanhavam / claro // mas / &ahm + <u>portanto</u> / &ah / <u>rezou-se portanto / à saída</u> // a desejar boa viagem // a pedir boa viagem // <u>e depois havia o terço</u> //</p>
R E S U M O			<p>depois houve o problema da passagem na fronteira //</p>
C O M P L I C A Ç Ã O A C Ç Ã O	2 3	*A *JC	<p>porque # / comprou-se imenso material didáctico // < imenso / imenso / imenso > // [<] < que é mais barato lá > // claro // muito mais // muitos livros / &mui / enfim / toda a espécie de material didáctico // bem / e eu foi sempre um problema que se me pôs / como passar na fronteira e: / a coisa foi muito simples / não é // com os seus saíotes / os vestidos delas / não é / as saias / serviram para abarcar / a maior parte dos / dos embrulhos // de maneira que / eu comecei a ver / elas arranjam-se / na / nas / &ah / enfim nos / nos bancos / não é / muito bem // e tal as mais fortes / com bastante banco à volta // e: / grande parte dos embrulhos / enfiados # // bem eu / eu estava abanada / não é // hhh / estava a xxx dizer / ai minha nossa senhora / entra por aqui o homem dentro //</p>
D E S F E C H O			<p>claro / o homem entrou // viu uns embrulhos de livros e coisas // não ligou nenhuma / claro // porque a grande massa das coisas vinha escondida //</p>

Um primeiro **Desfecho** – de cariz conceptual – corresponde à resolução do problema da passagem da fronteira com o resultado negativo do controle feito pelo guarda da alfândega – *entra por aqui o homem dentro // claro / o homem entrou // viu uns embrulhos de livros e coisas // não ligou nenhuma / claro // porque a grande massa das coisas vinha escondida //*

Se, teoricamente, o EN podia ser aqui encerrado, as reacções do interlocutor, especialmente a pergunta relativa ao seu conhecimento anterior do que se passaria (t.5), levam a narradora a continuar a narração, agora focalizando a atenção na reacção das freiras, e construindo, desta forma, um segundo **Desfecho (D2)** para a história:

	4	*JC	Bom /
	5	*A	e tu não estavas ao facto / ou estavas ? < apesar xxx > /
D (2) + A F	6	*JC	[<] < ai > / eu sabia // porque [/] quer dizer / eu na altura comecei a verificar que era assim // bem / e surpreendeu-me // mas o que mais me surpreendeu / foi que depois / de tudo passado / e correr tudo muito bem // rezou-se / novamente um terço a agradecer // a graça / hhh / de não ter havido encrenca //
	7	*A	hhh /

Ao contrário do anterior, o actual **Desfecho** corresponde a uma **Avaliação Final (AF)** do episódio narrado. A uma primeira Avaliação Externa – e *surpreendeu-me* – sucede um Pré-Anúncio¹ também fortemente avaliativo – *mas o que mais me surpreendeu / foi que* – que focaliza o novo episódio final.

O cariz irónico do último segmento, pronunciado em tom de chacota – *a graça / hhh / de não ter havido encrenca //* – corresponde a uma Avaliação Indirecta de toda a narrativa.

A partir deste momento, e provavelmente motivada pelo riso da interlocutora, a locutora vai produzir toda uma série de **Pós-avaliações** à Narrativa nas quais, claramente, define a sua posição pessoal em relação ao narrado.

	8	*A	hhh /
	9	*JC	< eu achei > /
	10	*A	< hhh >
A V A L I A Ç	11	*JC	eu / <u>eu achei que</u> / que era duma / duma + mas / mas é que / é que realmente / a causa por que elas fazem isso / não é / p'la / p'la causa do ensino / é:: / tem & jus / tudo tem justificação / não é // e depois aquela ingenuidade / porque não / não se pode chamar outra coisa / não é // em mulheres licenciadas / porque / poucas são aquelas que não têm dois cursos / não é // poucas // portanto mulheres universitárias / licenciadas / etc.// e que acham / enfim / que não está xxx de acordo // <u>eu não compreendo</u> / < como é que elas / não entendem / tudo / tudo / o ridículo da situação // é uma coisa impressionante > //
	12	*A	[<] < hhh >

¹ Segundo Rehbein (1981:243) a função central do Pré-anúncio é focalizar a atenção do interlocutor para a relevância da unidade discursiva a introduzir. "A pre-announcement therefore contains a demand for the hearer to give an explicit and positive point of view about the planned action, in this way, to enable the speaker to make his resolution of execution". Na mesma linha Rodrigues (1998:81) contrapõe o Pré-anúncio ao Anúncio Anteposto na medida em que, ao contrário deste último, não contém qualquer explicitação sobre ilocução, modalidade ou tema, concentrando-se no apelo à atenção e à vontade do interlocutor de receber o discurso que anuncia.

Á O	13	*JC	/ meu deus do céu / bem / essa pra mim / das &ul [/] das histórias o [/] para mim / foi a coisa / das + &ch / espantosa / não é / espantosa //
	14	*A	saborosa /
+	15	*JC	mesmo saborosa // c / &eh / e pronto // e <u>acham</u> que + <u>porque</u> / eu achava / tu / eu achei tudo muito certo / o procedimento / até ao [/] até esse ponto // cnfim / toda a gente faz assim // e procura enfim / passar / e trazer / e acontecer / e pronto // não é // mas / depois / o agradecimento / < é que me > /
C O D A	17	*JC	/ é que + ai Jesus / é uma coisa impressionante //
	18	*A	é verdade // é a parte mais cómica //
+	19	*JC	é / é // é espantosa # // é espantosa # //

Embora estejamos perante uma sequência de Pós-avaliações produzidas interactivamente pelas duas interlocutoras, as várias realizações de Presente do Indicativo nas avaliações do turno 11 – *mas é que / é que realmente / a causa por que elas fazem isso / não é / p'la / p'la causa do ensino / é: / tem &jus / tudo tem justificação / (...) poucas são aquelas que não têm dois cursos / (...) portanto mulheres universitárias / licenciadas / etc.// e que acham / enfim / que não está xxx de acordo // eu não compreendo / <como é que elas / não entendem / tudo / tudo / o ridículo da situação // é uma coisa impressionante > //* – podem ser interpretadas como uma marca do regresso à Situação de Enunciação anterior à introdução do EN, realizando, assim, a macroproposição CODA.

Uma análise global das macroproposições Coda e (Pós) Avaliações permite destacar os seguintes aspectos:

Algumas das Avaliações (ver turnos 11 e 15) são introduzidas por Expressões de Atitude Proposicional (Fauconnier, 1984: 27) do tipo – *eu achei; para mim; eu achava; eu achei*; – que abrem um Universo de Crença Pessoal (Charolles, 2002), integrando as proposições que lhes são subjacentes e cuja verdade é relativizada em relação às convicções da locutora. Desta forma, as referidas expressões podem ser entendidas como Estratégias de Atenuação, salvaguardando a sua face positiva. São ainda de realçar os vários comentários conclusivos que a locutora vai fazendo, refocalizados pelo Marcador de Reforço Informativo em posição final – *não é* – que, ao mesmo tempo, apela à cumplicidade avaliativa da interlocutora – */ tudo tem justificação / não é /; // e depois aquela ingenuidade / porque não / não se pode chamar outra coisa / não é /; porque / poucas são aquelas que não têm dois cursos / não é //*

Outras Avaliações correspondem a expressões exclamativas fortemente avaliativas com valor de conclusão, quer com construções fixas – *é uma coisa impressionante /*

(t.11); *meu deus do céu* / (t.12); *ai Jesus / é uma coisa impressionante* // (t.17); – quer com repetição da adjectivação – *espantosa / não é / espantosa* // (t.13); *é espantosa # // é espantosa # //* (t.19). Em relação a estes exemplos, são de realçar os seguintes aspectos: a Repetição de – *é uma coisa impressionante* –, no final do turno 17, indicia a vontade de encerrar a sequência de Pós-avaliações, com a consequente entrega da vez ao interlocutor. Também a Repetição de – *espantosa* – no turno 19 (turno reactivo de expressão de acordo) pode ser entendida da mesma forma. A matriz desta repetição, no turno 13, tinha já um valor idêntico na medida em que há uma cedência da vez ao interlocutor. Além disso, todo o enunciado em que se insere, com uma referência explícita à história como unidade comentada – *essa pra mim / das &ul [] das histórias o + para mim / foi a coisa + das + &eh / espantosa / não é / espantosa* // – aponta na mesma direcção.

O comentário seguinte da interlocutora – *saborosa* (t.14) – conduz a uma Repetição intensificada da narradora – *mesmo saborosa* // (t.15) – que sublinha a sintonia de opiniões entre ambas. A tentativa interrompida de continuar o turno – *e / &eh / e pronto* // – é marcada por elementos de hesitação seguidos de um Marcador Conversacional Topográfico de Manutenção de Vez² – *e pronto* – que encerra o acto comunicativo de avaliação anterior, e, ao mesmo tempo, inicia um novo. Este, ainda dentro do mesmo turno, é iniciado por uma sequência de Expressões de Atitude Proposicional, o que revela alguma hesitação quanto à perspectiva a adoptar para o último comentário – // *e acham que + porque / eu achava / tu / eu achei tudo muito certo / o procedimento / até ao [] até esse ponto // enfim / toda a gente faz assim // e procura enfim / passar / e trazer / e acontecer / e pronto // não é // mas / depois / o agradecimento / <é que me> / -*. Este comentário parece resultar de uma necessidade de clarificação da posição da locutora quanto às avaliações realizadas até ao momento, explicando aquilo que aprova no comportamento das freiras e aquilo que considera inaceitável. Assim, o presente acto comunicativo, indexado ao introdutor de Universo de Crença – *eu achei* –, está claramente dividido em duas partes. A divisão ocorre no encerramento da listagem de acções aceites e atribuídas à generalidade das pessoas e é realizada através do Marcador Conversacional Topográfico de Fecho – *pronto* – seguido de um Marcador de Reforço Informativo com valor apelativo – *não é* –. A segunda parte é iniciada pelo Conector Adversativo – *mas* – seguido do Sequenciador – *depois* – e da Topicalização do elemento que provoca a sua crítica – *o agradecimento / <é que me> / -*. Repare-se que a tentativa de continuação do enunciado é abandonada no turno de continuação (t.17) e dá lugar a uma das expressões fixas comentadas acima, antecedida por uma locução interjectiva de exclamação – *ai Jesus / é uma coisa impressionante* // -.

Recorde-se aqui que toda a Orientação da Narrativa está construída em torno da repetição da actividade de rezar – *todos os dias ao fim da tarde / também se / rezavam* //

² Soares da Silva (2004: 8-9), destaca o carácter ambivalente deste marcador quando associado a fenómenos de hesitação no preenchimento de uma pausa. Na medida em que realiza uma dupla articulação (fecho do acto comunicativo anterior e abertura do seguinte) neste caso o marcador “pronto” realiza uma função topográfica de transição.

porque elas iam muitas / freiras / não é // freiras professoras // rezavam também um terço // porque era no mês de Maria / não é // rezavam o terço // as professoras que queriam acompanhar / acompanhavam // as que não queriam não acompanhavam / claro // mas / &ahm + portanto / &ah / rezou-se portanto / à saída // a desejar boa viagem // a pedir boa viagem // e depois havia o terço / – e que o segundo Desfecho sublinhava a mesma actividade, agora no final da viagem – depois / de tudo passado / e correr tudo muito bem // rezou-se / novamente um terço a agradecer // a graça / hhh / de não ter havido encrenca –. Agora, a actividade de rezar é retomada, e criticada, enquanto – agradecimento – esclarecendo-se, assim, o motivo das suas referências anteriores.

O turno reactivo do interlocutor (t.18) é construído com uma Expressão de Acordo explícito – *é verdade //* – seguida de uma avaliação do comentado que, embora realçando um outro aspecto, vai na mesma direcção – *é a parte mais cómica //*. Também o turno seguinte, da narradora, é iniciado com uma Expressão de Acordo explícito – *é / é //* – e encerrado com a repetição da avaliação feita no turno 13 – *é espantosa # // é espantosa # //* –.

Pelo prolongamento das Pós-avaliações no exemplo analisado foi possível destacar uma série de Actividades de Encerramento identificadas em outros Enunciados Narrativos do mesmo tipo. Passamos agora a uma sistematização dos resultados obtidos no corpus analisado.

2. Resultados obtidos

2.1. Actos comunicativos que fazem uma referência explícita à história como unidade comentada e encerrada

- (1) *bem / essa pra mim / das &ul [/] das histórias o + para mim / foi a coisa + das + &eh / espantosa / não é / espantosa (C1129 pi-profí)*
- (2) *mas o facto é que: / a história que eu há bocado te contei / resumidamente é esta //e portanto / a situação / é portanto esta / não é // é esta // (A326 pi-profí)*

Actos de cariz metacomunicativo deste tipo são pouco comuns no corpus analisado. Além disso, o exemplo (2) pertence a uma interacção onde o EN resulta de um pedido para repetir uma história que já havia sido contada anteriormente. Daí, talvez, a sua ocorrência.

2.2. Marcadores Conversacionais de Fecho (Quadro 1)

O Marcador Conversacional Topográfico – *pronto* – é o mais utilizado pelos falantes, podendo também ocorrer na forma plural – *prontos* (ex: 5). Na sua utilização pode ter por escopo o acto comunicativo directamente anterior, marcando a sua conclusão (3-4), ou aliar a esse valor a abertura do acto comunicativo seguinte (5).

Neste último caso tem também um valor prospectivo e surge, normalmente, associado a fenómenos de hesitação.

O mesmo marcador pode operar a um nível mais vasto, articulando o fechamento do acto comunicativo adjacente à esquerda (6 e 7) ou à direita (8) com outros actos realizados anteriormente. Nestes casos é de realçar, no *corpus*, a sua articulação com a partícula – e – ou com um verbo de aspecto cessativo, como p. ex: *acabar*. Quanto às outras expressões recolhidas (exemplos 9 e 10), repare-se no semantismo impreciso e vago que lhes subjaz, indicando que o falante já não tem mais informações a dar sobre o tema tratado.³ Em todos os exemplos (6-10) é possível identificar uma função conclusiva no uso destes marcadores, podendo até, nalguns casos, introduzir ou fazer parte de um enunciado resumitivo⁴ (8).

Quadro 1
Marcadores Conversacionais de Fecho

- a) Com funções topográficas locais
- i. encerramento de um acto comunicativo
- (3) *mesmo saborosa // e / &eh / e pronto //* (C1129 pi-profi)
- (4) *(...) mas lá foram // fizeram um figurão xxx muito engraxados // pronto //* (C1261 pi-casa e família)
- ii. encerramento de um acto comunicativo e abertura do seguinte
- (5) *(...) ela lá é que começou a fumar / prontos // a minha mãe <em &princíp>* (C1379 pi-casa e família)
- b) Com funções topográficas globais (i. é de articulação do encerramento de um acto comunicativo com outros realizados anteriormente)
- (6) *de maneira que / a coisa sossegou // e / pronto //* (C630 pi-casa e família)
- (7) *porque acho que é verdade // e pronto // acabou // <hhh> /* (C32 pi-profi)
- (8) *e pronto / fizemos esse esquema // dentro dessa base / pá /* (C866 pi-vida pessoal)
- (9) *e portanto na questão [!] nesta &cois [!] na questão de relação com a raparigas / é assim //* (A353 pi-casa e família)
- (10) *(...) e passamos a vida assim / menina //* (C22 pi-casa e família)

³ Rodrigues (1998:78 e seg.) inclui este tipo de marcadores no Sinais Conversacionais de Cedência de Voz, aproximando-os das estratégias de desfocalização de Kalimeyer (1978), na medida em que afastam a atenção do ouvinte do tema ou foco da acção.

⁴ Silva (2004) refere que em casos deste tipo – e pronto – é um conector com um valor conclusivo mais de ordem textual que argumentativa, aproximando-o do “então” resumitivo e de outras expressões com valor idêntico, como *em resumo*, *em síntese*.

2.3. Expressões Exclamativas Avaliativas com Valor Conclusivo

Em posição de Avaliação Final/Coda, as Expressões Exclamativas Avaliativas com valor Conclusivo – onde se incluem locuções interjectivas e fraseologias em sentido lato – surgem, normalmente, como unidades autónomas e suscitam uma reacção de empatia por parte do interlocutor. Podem mesmo, como se vê no exemplo 18, resultar de uma colaboração de ambas as partes⁵.

Quadro 2

Expressões Exclamativas Avaliativas com Valor Conclusivo

- a) com construções fixas
- | | |
|--|---------------------------|
| (11) <i>meu deus do céu /</i> | (C1129 pi-profi) |
| (12) <i>ai jesus / é uma coisa impressionante //</i> | (C1129 pi-profi) |
| (13) <i>// pronto // lá foram // que remédio //</i> | (C1261 pi-casa e família) |
| (14) <i>olha / foi um gozo / pá //</i> | (C22 pi-casa e família) |
| (15) <i>foi uma barraca de todo o tamanho //</i> | (C22 pi-casa e família) |
| (16) <i>olha / parecia que lhe tinham dado o céu //</i> | (C22 pi-casa e família) |
| (17) <i>ora parece impossível //</i> | (C294 pi-casa e família) |
| (18) A: [<i><&conver> / conversas de senhoras // tudo conversa <XXX> //</i>] | |
| N: [<i><ai / tudo conversa> de chacha /</i>] | |
| A: <i>de chacha // hhh /</i> | |
| N: <i>de chacha //</i> | (A560 pi-vida pessoal) |
- b) com adjectivação repetida
- | | |
|---|------------------|
| (19) <i>espantosa / não é / espantosa //</i> | (C1129 pi-profi) |
| (20) <i>é espantosa # // é espantosa # //</i> | (C1129 pi-profi) |

A Repetição de adjectivos adjacentes com um valor enfático, como nos exemplos (19-20), funciona, em primeira instância, como uma forma de intensificação. No entanto, a sua leitura deve ser alargada à função textual⁶ que realizam no EN de origem. Assim, a reiteração de uma avaliação já feita num turno anterior, utilizando o mesmo lexema e a mesma estrutura binária, aponta para uma saturação informativa e para um "esgotamento" do tema. Pode-se, então, falar de uma estratégia de encerramento da unidade a que se refere e de cedência de vez.

⁵ O uso de expressões deste tipo na macroproposição Avaliação Final e/ou Coda, já foi destacado em estudos sobre outros *corpora* linguísticos. Assim, McCarthy & Carter (1994: 108-114) registam a ocorrência frequente de expressões idiomáticas em narrativas orais e salientam o seu valor avaliativo para toda a unidade textual em que se inserem.

⁶ Seguindo as propostas de Marcuschi (1996), procurámos, em trabalho anterior (Morais, 2002), evidenciar a relevância das estratégias de Repetição quer na construção da Avaliação quer do Texto Narrativo. Na sua função coesiva, tentámos demonstrar que a repetição, funcionando como Marcador de Enquadramento, sinaliza o fechamento de uma unidade discursiva, podendo servir como estratégia de cedência de turno, como no exemplo seguinte: *até hoje // deixei de tomar aquela porcaria toda / comecei-me a sentir cada vez melhor / cada vez melhor / comecei mesmo a pensar / não / isto será / isto é mesmo sistema nervoso // pronto / acabou // até hoje / impecável //* (Português Fundamental – Covilhã – 1743)

2.4. Marcas de Negociação do Sentido Global da Narrativa

Como foi referido anteriormente, quer a Avaliação Final surja isolada, junto com o Desfecho ou com a Coda, ou se estenda por uma série de Pós-avaliações, é fundamental para o (ex-)narrador assegurar que a interpretação do narrado por parte dos seus interlocutores se coadune com a sua intenção inicial. Assim, vamos encontrar enunciados avaliativos, posteriores ao Desfecho, através dos quais o narrador procura explicitar o sentido da história contada, fechando possíveis leituras “desviantes” e apelando para uma partilha de “sentidos” e “valores” que justificam o EN na conversação em que foi introduzido.

Passaremos a comentar alguns exemplos retirados do *Corpus*, começando pelo retirado da interacção aqui analisada em detalhe.

2.4.1. Marcas de Explicitação de Sentido

- (21) / *eu achava / tu / eu achei tudo muito certo / o procedimento / até ao [/] até esse ponto // enfim / toda a gente faz assim // e procura enfim / passar / e trazer / e acontecer / e pronto // não é // mas / depois / o agradecimento / <é que me> /*
(C1129 pi-profi)

Correspondendo ao turno 15 da interacção atrás analisada, neste exemplo, a narradora procura deixar claro o motivo da sua crítica ao comportamento das freiras no episódio narrado, distinguindo entre o procedimento em si, que desculpabiliza (equiparando-o a um comportamento comum), e a sua (incorrecta) legitimação através da oração. Desta forma, explícita a ironia avaliativa que marcava o segundo Desfecho da história.

- (22) // *isto não será uma manifestação de racismo // mas de qualquer modo é sintomático / &eh / de um determinado espirito / não é / que coloca os pretos sempre numa situação de subalternidade / em relação aos brancos / no ultramar //*
(A386 pi-vida social)

O exemplo (22) surge logo após o Desfecho de uma narrativa em que é contada a história de um africano que, apesar de ter a competência e exercer as funções para as quais surgiu uma vaga num porto em Angola, não é nomeado para a preencher. Essa história ilustra a tese defendida anteriormente pelo mesmo locutor – *o preto / o indígena / &ah: / tenho a impressão que / para além do desporto / do futebol / e da música / não tem talvez muito mais possibilidade de acesso – mas, já então, afastando a hipótese das suas palavras serem interpretadas como uma acusação de racismo – // porque apesar de nós não sermos racistas / no entanto o estigma da cor da pele / principalmente no ultramar / marca bastante o: /o: / o africano //* –. Se, durante a história, o narrador-personagem, é confrontado com a recusa da sua proposta de promoção para o indivíduo em causa, e acaba por denunciar a situação: – *o comando naval não concordou / pelo simples motivo de ser / preto // de ser indivíduo de cor //* – no final, e já de retorno à

situação de enunciação anterior ao EN, procura assegurar (em consonância com a posição que tomou anteriormente) que as suas palavras não sejam interpretadas como uma acusação de racismo.

2.4.2. Marcas de Subscrição de Sentido

- (24) / *eu achava / tu / eu achei tudo muito certo /* (C1129 pi-profi)
 (25) *mas / depois / o agradecimento / <é que me> /* (C1129 pi-profi)
 (26) *portanto / depreendo que ele é realmente um ansioso // não há dúvida /*
 (A353 pi-casa e família)
 (27) / *e isto / repara / tanto tempo passado // eu / eu acho que isto / que é ótimo //*
 (A508 pi-profi)

Nas actividades de encerramento de EN surgem, muitas vezes, expressões de atitude proposicional que identificam textualmente o enunciador, ao mesmo tempo que vinculam o valor de verdade das proposições que indexam ao seu Universo de Crenças.

A par de uma função organizadora do discurso, as marcas de Subscrição de Sentido têm funções interactivas, na medida em que reatribuem aos sujeitos da interacção os papéis anteriores ao EN, restabelecendo a simetria de estatutos. O EU que dá a sua opinião instancia automaticamente um TU com um estatuto paralelo de co-enunciador, que pode, ou não, partilhar das mesmas crenças. Além disso, as marcas de enunciação destacadas atenuam a força da avaliação realizada logo a seguir, precavendo um possível confronto com as opiniões do interlocutor⁷.

2.4.3. Marcas de Pedido de Acordo

Ainda dentro da **Negociação do Sentido Global da Narrativa**, há que realçar todos os sinais conversacionais que, a par da sua função interactiva, tem um valor modal volitivo, na medida em que procuram influenciar o comportamento do interlocutor. Seguimos, aqui, a divisão proposta por Rodrigues (1998), entre Marcadores Conversacionais de Pedido de Retorno e Sinais de Reforço Informativo, apesar de termos consciência da artificialidade da sua aplicação a unidades cuja característica central é a sua polifuncionalidade. Mesmo nos casos em que não existe a emissão de um sinal de retorno por parte do interlocutor, o que parece apontar para uma realização que re-focaliza o enunciado anterior (ver exemplo 31), não se pode deixar de considerar a função apelativa destes marcadores, que revelam a vontade de influenciar a forma como o interlocutor interpreta o que foi dito. A pergunta-tag – *não é* – do exemplo 29, é um desses casos de fronteira: suscita um retorno por parte do interlocutor, mas também sublinha a avaliação anterior – *espantosa* –, que será reforçada através da Repetição.

⁷ Rosa (1992:41-42) inclui estas expressões nos Marcadores de Atenuação que divide entre aqueles que promovem o apagamento da instância de enunciação – marcadores de distanciamento – e aqueles a destacam – marcas de enunciação.

Estratégias idênticas são realizadas por perguntas avaliativas com valor retórico, que convidam os interlocutores a partilharem as convicções que veiculam (ver ex: 30).

2.4.3.1. Marcadores Conversacionais de Pedido de Retorno

- (29) N: *foi a coisa + das + &eh / espantosa / não é / espantosa //*
 A: *saborosa //*
 N: *mesmo saborosa // e / &eh / e pronto //* (...) (C1129 pi-profi)

2.4.3.2. Perguntas rectóricas

- (30) N: *ora parece impossível // quem é que faz uma coisa destas ?*
 A: *que disparate //*
 B: *xxx / deve ser maluca //* (C294 pi-casa e família)

2.4.3.3. Marcadores Conversacionais de Reforço Informativo

- (31) *e isto / repara / tanto tempo passado // eu / eu acho que isto / que é ótimo //no ponto de vista dos miúdos / porque têm memória afectiva / muito + é // há assim pormenorezinhos / percebes ? (...)* (A508 pi-profi)
- (32) *eu / eu achei que / que era duma / duma + mas / mas é que / é que realmente / a causa por que elas fazem isso / não é / p'la / p'la causa do ensino / é: / tem &jus / tudo tem justificação / não é // e depois aquela ingenuidade / porque não / não se pode chamar outra coisa / não é // em mulheres licenciadas / porque / poucas são aquelas que não têm dois cursos / não é //(...)* (C1129 pi-profi)

2.5. Marcadores argumentativos com valor conclusivo

No *corpus* recolhido foram ainda levantadas outras marcas de encerramento, não patentes no exemplo analisado, mas que, pela sua relevância, gostaríamos de referir.

Assim, em torno das macroproposições **Desfecho e Avaliação Final** foi possível identificar Marcadores Argumentativos com Valor Conclusivo, que sinalizam a conclusão do EN, podendo ser seguidos quer do Resultado da Acção (ver exemplos 33 e 34) quer da Avaliação Final (ver exemplos 35, 36 e 37).

Quadro 3

Marcadores argumentativos com valor conclusivo

- (33) *e depois / o que eu sei / é que viemos sete / para o olho da rua // < hhh > /*
 (C1131 pi-vida pessoal)
- (34) *de maneira que eu tive de ir / com uns sapatos que já tinha // hhh /*
 (C1261 pi-casa e família)
- (35) *não // em conclusão +*
 (A560 pi-vida pessoal)

- (36) **resultado** # / *uma das obras mais representativas do Picasso / não se pode representar // apresentar aliás // a Guernica / por fins políticos //* (A326 pi-profi)
- (37) **de maneira que** / *a coisa sossegou // e / pronto //* (C630 pi-casa e família)

3. Conclusão e considerações finais

1. Como foi referido anteriormente, enquanto texto sequencial orientado para um Desfecho, o encerramento da narrativa pode, simplesmente, corresponder ao Desenlace da Acção. A interpretação da sequência de acontecimentos, dentro de uma lógica de contraposição entre a Situação Inicial e Situação Final facilita a identificação do momento da sua conclusão. Esta característica específica da Narrativa permitiria a qualquer narrador terminar a sua história logo após a Resolução da Intriga, cedendo a vez ao interlocutor ou passando de imediato a um novo acto comunicativo. No entanto, a análise do nosso *Corpus* só nos permitiu atestar um único caso em que tal acontece, isto é, em que o narrador se fica pela dimensão sequencial da narração (Adam, [1984]1991).

2. Em situação de Interação Oral, a introdução de um EN por um dos interlocutores provoca uma ruptura (temporária) no contrato comunicacional vigente, obrigando o futuro narrador a negociar e justificar essa mesma ruptura. Quer a fase de passagem para a Narrativa (RESUMO) quer a fase de retorno à situação enunciativa anterior (CODA) são fundamentais na gestão dessa responsabilidade.

3. Sendo o encerramento da Narrativa o momento crucial para julgar sobre a sua pertinência em relação à situação de interação, podemos encontrar, a par da AVALIAÇÃO FINAL, toda uma série de PÓS-AVALIAÇÕES que buscam esclarecer o sentido e explicitar o valor do narrado, procurando obter, assim, a adesão do narratário à intencionalidade que lhe subjaz. A decisão do momento de passagem para um outro acto comunicativo parece estar directamente ligada ao retorno positivo obtido do interlocutor (p. ex: riso, expressões de acordo). O EN analisado é um excelente exemplo deste fenómeno.

4. A análise realizada permite, ainda, concluir que o Encerramento de um EN produzido em Situação de Interação Oral se processa através de uma série de actividades comunicativas em torno das Macroproposições DESFECHO, AVALIAÇÃO FINAL e CODA. A complexidade da sua execução está directamente relacionada com a preocupação do narrador em assegurar a conformidade da interpretação do narratário com a ordem configuracional do narrado.

5. Pela sua função local, excluimos, propositadamente, as questões referentes às marcas prosódicas de encerramento de turno conversacional. Aspectos como pausas mais prolongadas, entoação descendente ou ascendente – descendente, interrogativas ou declarativas com *tag*, contribuem para a gestão da alternância de turno e, como tal, sustentam, localmente, a acção de vários dos marcadores analisados. Para um estudo

destas questões aplicado a um corpus conversacional em Português Europeu, ver o trabalho de Rodrigues (1998). Também não desenvolvemos os aspectos relacionados com a Repetição enquanto estratégia coesiva de construção textual, uma vez que, pela sua riqueza e complexidade, exigem um estudo próprio.

Referências Bibliográficas

- ADAM, J.-M. (1985) *Le Texte Narratif*. Paris: Ed. Nathan Université.
- BACELAR do Nascimento, M. F. & M. L. Marques E M. L. Cruz (1987) *Português Fundamental*, Volume II: *Método e Documentos*. Lisboa: I.N.I.C./C.L.U.L.
- BRES, J. (1994) *La Narrativité*. Louvain-la-Neuve: Éditions Duculot.
- CHAROLLES, M. (1997) L'Encadrement du Discours – Univers, Champs, Domaines et Espaces, *Cahier de Recherche Linguistique*, LANDISCO, URA-CNRS 1035, Université de Nancy 2, n° 6, pp. 1-73.
- FAUCONNIER, G. (1984) *Espaces Mentaux*, Paris: Editions de Minuit.
- LABOV, W. (1972) *Language in the Inner City*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- MARCUSHI, L. (1996) A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In I. Vilaça Koch (org.), *Gramática do Português Falado*, Vol. VI, Campinas: Editora da Unicamp, 95-130.
- MORAIS, A. (2002) *O Género Narrativo em Interações Oraís Autênticas*, Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, vol. I e II.
- Ainda ontem aconteceu uma coisa engraçada – A Introdução de Enunciados Narrativos em Situação de Interação Oral, In A. Soares da Silva et al (org.), *Linguagem, Cultura e Cognição*, Vol. II, Coimbra: Almedina, pp. 461-476.
- KALLMEYER, W. (1978) Fokuswechsel und Fokussierungen als Aktivitäten der Gesprächskonstitution. In R. Meyer-Hermann, (ed.), *Sprechen-Handeln-Interaktion*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag, pp. 191-241.
- REHBEIN, J. (1984) Announcing – On Formulating Plans. In F. Coulmas (ed.), *Conversational Routine*. The Hague: Moutin Publishers, 215-258.
- RODRIGUES, I. (1998) *Sinais Conversacionais de Alternância de Vez*. Porto: Granito, Editores e Livreiros.
- ROSA, M. (1992) *Marcadores de Atenuação*. São Paulo: Contexto.
- SOARES Da Silva, A. (2002) Da Semântica Cognitiva à Pragmática Lexical: a polissemia de pronto. In: I. Duarte et al. (orgs.), *Encontro Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*, Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto, pp. 83-97.

Brasileirismo: um registro lexicográfico desde o século XVIII

Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa

Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Araraquara (SP) – Brasil

João Ribeiro, gramático e filólogo brasileiro, publicou, em 1920, na *Revista de Língua Portuguesa* (1920: 43) um opúsculo intitulado “Brasileirismos”, onde afirma ter sido Domingos Borges de Barros, Visconde da Pedra Branca, o autor do “primeiro documento de natureza teórica sobre a questão dos brasileirismos”. Publicado em 1824 ou 1825 em Paris, conta João Ribeiro que o Visconde da Pedra Branca era ministro do Imperador e diplomata em França, quando Adrien Balbi começou a preparar o volume *Introduction à l'Atlas ethnographique du globe*, onde seriam incluídas informações sobre as raças e as línguas espalhadas pela superfície da terra. O Visconde da Pedra Branca foi colaborador do geógrafo francês e teve, com isso, sua lista de brasileirismos incluída na obra de Balbi. Esta lista, transcrita por João Ribeiro (1920: 45-46) em seu opúsculo, relaciona 58 palavras, em francês e português, sendo as 8 primeiras com o título “Noms qui ont changé de signification”. Tais palavras, em contraste, apresentam em francês o significado que têm em Portugal e no Brasil, como se pode ver no quadro abaixo:

1) Noms qui ont changé de signification

Mots	Signification en Portugal	Signification au Brésil
Faceira	Grosse mâchoire	Coquette
Arrumamento	Action d'arranger	Parade
Babados	Bavé	Jabot, falbalas
Topo	Entrave	Cocarde, bouquet de fleurs
Chacota	Chanson grivoise	Moquerie
Cecia	Action de grasseiyr	Minandièrc
Capoeira	Cage à poules	Broussailles
Sotão	Souterrain	Mansardes

As 50 unidades seguintes, reúnem “Les noms en usage au Brésil et inconnus en Portugal”, como alguns dos exemplos abaixo extraídos da relação do Visconde de Pedra Branca:

2) Les noms en usage au Brésil et inconnus en Portugal

Mots	Signification
Balaio	Espèce de panier
Cangote	Le drignon
Farofa	Ostentation ridicule
Mandinga	Fétiche
Rossa	Maison de campagne ou ferme
Mocotó	Pied de boeuf
Muxoxo	Action de faire la mone
Mascatear	Faire le marchand forain
Trapiche	Magasin au bord de l'eau
Senzala	Case à négres

O mérito de Pedra Branca está em ter tratado de um aspecto da língua portuguesa até então pouco ou quase nada estudado, conforme João Ribeiro. Seu trabalho ficou desconhecido e raramente mencionado por estudiosos dos séculos XIX e XX.

Após a proclamação da Independência do Brasil, em 1822, 3 anos antes da publicação de Pedra Branca, acentua-se o espírito de separação da metrópole e as diferenças entre o português do Reino e o da colônia favorecem o aparecimento de vocabulários, onde a língua portuguesa do Brasil passou a ser foco de atenção de gramáticos e filólogos.

Ao longo do século XIX, conheceu o Brasil um número representativo de trabalhos e obras lexicográficas que tiveram por objetivo evidenciar a língua portuguesa do Brasil. De 1852, data da publicação da obra de Antonio Pereira Coruja *Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, até 1920, quando se publica *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral, vários dicionários e vocabulários gerais e regionalistas foram oferecidos ao público brasileiro. Dentre eles destacamos o *Diccionario de Vocabulos Brasileiros*, em 1889, de Beaurepaire-Rohan, e o *Diccionario de Brasileirismos (Peculiaridades pernambucanas)*, em 1915 de Rodolpho Garcia.

O dicionário de Beaurepaire-Rohan buscou reunir o maior número possível das denominações vulgares dos produtos naturais, das tribos indígenas existentes no Brasil na época, e das localidades, cuja etimologia, como bem diz o autor, "é tão rica de poesia" (1889: 2).

Já o *Diccionario de Brasileirismos* (1915) reuniu as "vozes peculiares a Pernambuco, que não estivessem nos dictionarios, ou que ahi fossem apontadas com significação diversa" (1915: 637).

O trabalho dicionarístico de Rodolpho Garcia seguiu alguns critérios para a sua elaboração. Seguindo procedimentos adotados por Rodolfo Lenz na organização dos vocábulos do espanhol do Chile, Garcia reuniu os brasileirismos em 4 grupos: I) Termos luso-brasileiros; II) Termos pan-americanos; III) Termos pan-brasileiros; IV)

Do 2º conjunto, de 1940 a 1942, reunimos 21 exemplares da *Revista Filológica*, dirigida por Ruy Almeida, editada no Rio de Janeiro por um grupo de patrocinadores, cuja propaganda comercial se encontra na contracapa de cada revista.

Neste conjunto, além dos trabalhos de Serafim da Silva Neto sobre a língua portuguesa no Brasil, sobre a origem do dialeto brasileiro e sobre o português quinhentista e o português do Brasil, vários outros trabalhos nos vários números abordam o “problema da língua brasileira” e dos “brasileirismos”.

Entre 1920 e 1940 situa-se o período das discussões e controvérsias registradas nos vários números das revistas consultadas e nas atas da ABL; e foi neste período, mais precisamente na década de 40 que surgem dois grandes dicionários, originados das discussões mencionadas anteriormente. Em 1943, Laudelino Freire publica, por conta própria, o seu *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, em 5 volumes, após ver frustrado o seu projeto de dicionário apresentado à Academia. No vol. I, Freire é categórico em dizer que:

“Nenhuma denominação atribuo ao português do Brasil. Feito principalmente para brasileiros, este dicionário não precisa da indicação de brasileiro para conhecimento da linguagem falada do país. Além disso não é fácil definir o que seja brasileiro. Muitos deles são expressões do português falado pelos antigos colonizadores; outros são termos da linguagem comum, os quais, por não terem sido averbados em dicionários lusitanos foram considerados brasileiroismos”(1943:VIII).

E em 1940, Antenor Nascentes é designado por Afrânio Peixoto, então presidente da ABL, para ser o autor do novo projeto para elaboração do dicionário brasileiro da Academia. Três anos mais tarde, Nascentes apresenta a sua obra lexicográfica acabada e no seu plano de exposição da obra, ao tratar dos brasileiroismos diz apenas que consultou as obras dos autores que já haviam tratado do assunto, como Beaurepaire-Rohan, Rodolpho Garcia, Romaguera Correia, Chermont de Miranda, Teschauer, Roque Callage, Escragnolle Taunay, Amadeu Amaral, Pereira da Costa, Alfredo da Mata e outros.

Todo o esforço de Nascentes para elaborar o dicionário em 3 anos, foi praticamente em vão. Seu trabalho lexicográfico levou mais de 20 anos para ser publicado tal qual foi apresentado à Academia. De 1961 a 1967 saíram publicados pela Imprensa Nacional os 4 volumes do *Dicionário da Língua Portuguesa*, com a chancela da ABL.

Nascentes não marcou nenhuma unidade como brasileiroismo. Registrou, apenas, algumas vezes, um ou outro regionalismo.

Não podemos deixar de registrar que, durante o período acima mencionado, em 1925, sai publicado o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Cândido de Figueiredo em sua 4ª edição. Nas páginas iniciais do 1º volume com o título “As últimas palavras do auctor sobre a quarta edição”, Figueiredo afirma: “nenhum dicionário além do meu registrou coisa que se parecesse com mais de dez mil brasileiroismos”(…), numa

atitude de desabafo ante as críticas que recebeu de vários estudiosos do português do Brasil sobre o registro ou não desta ou daquela palavra em seu dicionário. No nº 10 da *Revista de Filologia Portuguesa* (1924, 13-19), o lexicógrafo português envia carta a Mário Barreto, diretor da revista, com o título “Em volta do vocabulário”, onde rebate as críticas feitas por Escragnolle Taunay a respeito de seu dicionário e da ausência ou presença de brasileirismos. Esta carta confirma o seu desabafo nas primeiras páginas de sua obra.

Esta reunião de fatos informativos sobre a discutida questão dos brasileirismos, ocorrida do final do século XIX até a metade do século XX, teve por finalidade mostrar que, embora tenha surgido nesses séculos grande interesse por essa questão, um século e meio antes, António de Moraes Silva em seu *Diccionario da Lingua Portuguesa*, nas edições de 1789 e 1813, já tinha sua atenção voltada para aspectos da língua portuguesa na sua variante brasileira, aspectos estes que viriam a ser conhecidos mais tarde como brasileirismos.

Na 2ª edição de 1813, na “Epitome da Grammatica Portugueza”, no capítulo dedicado à sintaxe, Moraes já chama a atenção para certas construções consideradas por ele como “erros das Colonias: Eu lhe amo, lhe adoro” (1813: XXIX).

Partindo da 2ª edição de 1813 do *Diccionario* de Moraes, levantamos as unidades marcadas como “termo do Brasil” ou “termo Brasilico”, marcas lingüísticas utilizadas pelo dicionarista para identificar o que era da realidade brasileira. O *Diccionario* registra nas suas duas primeiras edições apenas o adjetivo *brasil*: “Pão *brasil*, vermelho, de que se extrahе tinta da mesma côr. § Os *Brasis*: os Indios naturaes do Brasil”.

Do levantamento feito, página por página nos dois volumes da 2ª edição, obtivemos 189 unidades que puderam ser reunidas em campos referentes a: flora, fauna, alimentos, objetos e instrumentos, cultura africana, pesos e medidas, propriedade e terra, e ao cultivo da cana-de-açúcar e seus produtos.

Esta classificação nos possibilitou entender o pensamento lingüístico do autor voltado para a identificação de referentes de sua realidade brasileira, mesmo estando fora do Brasil. Poucas são as unidades relacionadas que têm no Brasil um significado diferente do de Portugal. Isto mostra a atenção de Moraes em registrar as “coisas da colônia”.

Um especial destaque dá Moraes para unidades referentes ao cultivo da cana-de-açúcar, pois, quando de sua volta ao Brasil, depois de se livrar de processo inquisitorial, que perturbou sua vida por longo tempo, foi proprietário de um engenho de cana em Muribeca, em Pernambuco. Estas unidades, que num total de 27 apenas, apresentam ou não a marca lingüística e por esta razão não foram computadas no total de 189; formam elas um conjunto à parte.

A análise das unidades pertencentes a cada campo nos permite fazer algumas considerações de ordem lingüística.

No campo da flora, o mais extenso, com 94 unidades, observamos que a definição lexicográfica parte sempre de um hiperônimo como: árvore, planta, fruto, fruta, legume, cana, mata, raiz, noz, semente, cardo, palmeira, madeira, droga aromática ou erva. Depois do termo genérico Moraes registra a diferença específica que permite conhecer

melhor este ou aquele elemento da flora brasileira, não se preocupando com informações enciclopédicas. Assim, *angelim* é árvore, *carrapateiro* é planta – a *mamona* do Brasil –, *araticu* é fruto, *andu* é legume, *bambu* é espécie de cana, também conhecido por *taquaruçu*, *bambual* é mata de bambu, *inhame* é raiz farinácea, *bicuiva* é noz oleosa, *carrapato* é semente, *caroatá* é cardo silvestre, *coqueiro* é palmeira, *jacarandá* é madeira, *pimenta* é droga aromática, e *visqueira* é erva. Todas estas unidades levam a marca de “termo do Brasil” ou “termo Brasilico”, grafada por extenso ou abreviada.

Morais identifica também se a planta é do Brasil, da Índia ou da África, como é o caso do *amendoim*, da *jaca*, da *banana*, etc.

Mesmo procedimento adota o autor com relação aos referentes da fauna; o termo genérico animal, ave, pássaro, peixe, inseto, serpente e cobra iniciam a definição. O *preá* é animal, *anhuma* é ave, *guaraz* é pássaro, *carapeba* é peixe, *louvadeus* é inseto, *jerepemonga* é serpente, *giboyoçu* é cobra.

No campo dos alimentos, todos marcados como “termo do Brasil”, Morais seleciona as unidades referentes aos alimentos feitos com produtos da terra como a mandioca, a cana-de-açúcar e o milho. Estes produtos são a *cangica* feita de farinha ou polmo de milho, a *cachaça*, a *aguardente*, a *garapa*, o *melado*, a *rapadura*, feitos da cana e a *tapioca* e a *carimá* feitos da *mandioca*. Estes produtos em forma de farinha ou de massa entram na composição de alimentos como bolo, mingau, beiju.

Os brasileirismos que denominam objetos, conforme nossa classificação, referem-se a objetos usados na vida diária, principalmente, do índio como: *cassuá*, *cuya*, *igacaba*, *jereré*, *maracatim*, *patiguá*, *poça*, *urupema*. São cestos, redes, embarcações, caixa e tecido feito de palha. A marca lingüística está identificada em todas as unidades.

O *Diccionario* de Morais registra também algumas unidades, num total de 11 que fazem referência à cultura africana, como: *calhambolas*, *carregador*, *lundu*, *mucama*, *mazombo*, *mocamaos*, *mocambinho*, *mocambo*, *pombeiro*, *quilombo* e *senzala*. À exceção de *carregador* e *pombeiro*, que são unidades lexicais vernaculares na sua formação, as demais são de origem africana. O *carregador* é “preto, ou escravo, que carrega a cadeira no Brasil” (Morais, 1789/1813) e *pombeiro* é “o escravo, que vai pelos sertões do Brasil fazer commercio por autoridade, e em proveito do senhor, e talvez anda comprando outros escravos; o que vende peixe nas ribeiras, e parte os lucros com o senhor”. (Morais, 1789/1813). Estas duas unidades sofrem mudança de significação no Brasil.

Somente duas unidades em nosso *corpus* são referentes a medida e moeda. A primeira é *quartilho*, significando a “quarta parte de uma canada” que é medida de líquidos, e *pataca*, que, embora seja palavra lusa, no caso Morais registra o valor da pataca no Brasil, equivalente a “320 reis” (Morais, 1789/1813).

Quanto à propriedade e à terra, temos o registro de *aldea*, *chácara*, *copiar*, *roça*, *sesmarias* e *tapera*. Todas têm no português do Brasil um significado especial. Em *aldea*, diz Morais: “No Brasil *Aldea de Indios* são povoações dos domesticados e que descem dos Sertões”. (Morais, 1789/1813); *chacara*, “t. do Brasil. *Quinta*, no Rio de

Janeiro; na Bahia, chamão-lhe *Roça*, em Pernambuco *Sítio*" (Morais, 1789/1613); *roça*, "granja, terra de lavoura no Brasil" (Morais, 1789/1813). Quanto a *sesmarias*, Morais as relaciona às "matas incultas do Brasil" (Morais, 1813). A *tapera*, termo brasilico, é "Quinta, ou fazenda que algum tempo se grangeou, e que depois se abandona, e deixa fazer mato ou sapezal" (Morais, 1789/1813). Finalmente, *copiar* é "a parte dianteira das casas baixas rusticas, ou palhoças, onde está a porta de entrada, e há huma como varanda aberta". t. do Brasil (Morais, 1813).

Das 189 unidades do *corpus*, cerca de 10, não puderam ser reunidas em nenhum dos campos acima mencionados. Constituem unidades a parte, que poderão ser agrupadas em caso de ampliação do *corpus*. Entretanto, foram relacionadas porque recebem a marca lingüística. Destacamos as seguintes: *basbaque*, *cafuné*, *comboieiro*, *caramuru*, *catanga*, *colomin*, *curumin*, *descaroçar*, *pororoca* e *sôlta*. Transcrevemos, adiante a definição de algumas unidades: *basbaque*, "adj. fam. Estolido, insensato. No Brasil, dizem ser o homem que está espiando a marulhada de peixe, para lhe lançar as redes em cerco" (Morais, 1789/1813); *cafuné*, "t. do Brasil. Estalos, que se dão na cabeça, como quem cata" (Morais 1789/1813); *sôlta*, "a acção de solta, diz-se dos gados, fazer soltas de gado, para os refazer, e engordar. fr. usual no Brasil" (Morais, 1813).

Completam o nosso *corpus* 27 unidades referentes ao cultivo da cana-de-açúcar. Deste conjunto, algumas têm a marca lingüística outras não. Entretanto, podemos considerá-las, na sua totalidade, como pertencentes ao português brasileiro, dado ao fato de que Morais as registrou por conhecer bem o cultivo da cana, pois foi proprietário de engenho, fato já mencionada anteriormente. Tinha conhecimento sobre o plantio e fabrico de produtos da cana. A *cachaça*, a *garapa*, o *mellado*, a *melladura* são produtos da cana; a *soca*, *ressoca* e *maçapé*, dizem respeito à terra para o plantio; e a *cara de assucar*, *purgação*, *purga*, ao fabrico de produtos da cana.

As 189 unidades lexicais e mais as 27 referentes à cana, extraídas da edição de 1813 do *Diccionario* de Morais foram também pesquisadas na 1ª edição de 1789 para se saber quantas unidades foram acrescentadas à 2ª edição. Das 189, 148 já estão na 1ª edição e das 27 relativas ao cultivo da cana, a edição de 1789 registra 18. Houve, portanto, um aumento significativo, em se tratando de termos do Brasil.

Os dados acima nos autorizam confirmar a presença de "brasileirismos" ou melhor dizendo, de "termos do Brasil ou brasilicos", como preferia Morais nas duas edições do seu *Diccionario*. João Ribeiro, no opúsculo mencionado no início deste texto afirma: "Não se esqueceu o nosso Moraes de incluir no seu léxico um grande número de vozes brasilicas ou portuguesas já diferenciadas na América" (1920: 43). Mesmo dando a Morais a importância por ter registrado na sua 2ª edição vozes brasilicas, João Ribeiro considera o Visconde da Pedra Branca como sendo o primeiro a registrar brasileirismos. Os dados acima demonstram o contrário. A 1ª edição de Morais considerada por Ribeiro como "um resumo de Bluteau", já apresenta termos do Brasil; e à nomenclatura da 2ª edição muitos mais foram acrescentados.

Retrocedendo algumas décadas no século XVIII, chegamos à monumental obra em 8 volumes e mais 2 de suplementos, do *Vocabulario Portuguez e Latino* de D. Raphael

Bluteau, publicada de 1712 a 1728. Para quem estuda a produção lexicográfica dos séculos XVIII e XIX em língua portuguesa, em especial Bluteau e Morais, sabe que a obra de Bluteau foi fonte e *corpus* de referência para Morais (Murakawa, 1984). E no tocante a “termos do Brasil” também Bluteau os registrou, como veremos a seguir.

As 189 unidades extraídas da 2ª edição do Morais foram pesquisadas em Bluteau e delas 68 estão registradas como referentes da realidade do Brasil. Bluteau emprega árvore, planta, erva, fruto, raiz do Brasil para unidades da flora, e para a fauna registra animal, ave, pássaro, passarinho ou cobra do Brasil. Estes são os dois campos mais representativos e com maior número de unidades lexicais coincidentes nos dois dicionários. No tocante aos campos dos alimentos, objetos, cultura africana, propriedade e terra, poucas são as identidades.

O confronto entre as obras de Bluteau e Morais tem o nosso interesse para demonstrar que, embora ambos registrem termos do Brasil, o interesse de Bluteau difere do de Morais. Este, enquanto brasileiro de nascimento e de cultura portuguesa, tinha interesse em registrar as unidades do português do Brasil que já eram percebidas como diferentes do português europeu. Aquele, homem de vasta cultura essencialmente européia e universal, registra as unidades referentes à realidade brasileira como um fato exótico, e vêm deste fato as suas definições enciclopédicas repletas de informação. Morais limita-se a fornecer ao leitor/consultante uma informação lingüística, pois sua definição, ao partir dos traços semânticos genéricos, categoriza na língua o referente e em seguida, enumera os traços específicos que permitem sua identificação.

Confrontem-se, no quadro abaixo, as definições dadas por Bluteau e por Morais de unidades pertencentes ao nosso *corpus*, marcadas por ambos como sendo “do Brasil”.

Unidade lexical	Bluteau	Morais
Caju	Planta do Brasil. Desde a raiz até a ultima vergõtea tem esta plãta muitas utilidades. O mais toscó do tronco serve de tintas pretas; o mais interior a modo de camisa dá aos cortidores tinta amarela; a madeira do tronco, & braços para a carpintaria dá curvas, & liames fortissimos. (...)he fruta comprida a modo de pero verdeal, porém mayor; huns são amarelos, outros vermelhos, outros tirão a huma, & outra cor, todos succosos, frescos, & doces, quando acesoados. (...)	Fruto Brasilico, da feição de um cone truncado, amarello, ou encarnado, de sabor mais doce, que agro; da parte opposta á em que está pegada aos ramos, tem uma castanha mui oleosa caustica, da feição de rim de porco, cor cinzenta; tirada a casca apparece uma amendoa saborosa, que se come assada, ou se confeita.
Arara	He huma especie de Papagayo grande, que se cria no sertão do Brasil. He vermelho, semeado de algumas pennas amarellas, & tem as azas azuis, & hum rabo muyto comprido, & feroso.	Ave do Brasil de bico revoltó, e semelhante ao papagayo, com pennas de varias cores; e mayor corpo.

Mazombo	Este nome não se dá indiferentemente a qualquer filho do Brasil. Jorge Marcgrave no livro 8. Da sua histor. do Brasil, cap. 4. traz os nomes, que os Brasileiros, quer Portuguezes, quer Gentios, dão às differentes nações, que naquella terra habitão; traduzi do Latim o que se segue. Aos Flamengos, Alemães, Francezes, Inglezes, & c. chamão-lhe <i>Ajuru juba</i> , porque muitos delles tem cabello louro, ou ruyvo; geralmente os Europeos são chamados Caraiba, & às vezes <i>Pero</i> . Os filhos de pays & mãys Europeos, se chamão <i>Mazombos</i> . (...)	O filho do Brasil, nascido de gente europeia. t. injur.
Jacarandá	Jacarandá, ou Pao santo. Arvore do Brasil de duas especies, branca & negra. O <i>Jacarandá negro</i> , he muito duro, & cheira. O <i>Jacarandá branco</i> , não tem cheiro; dá umas folhas pequenas, pontiagudas, luzidias, & directamente oppostas humas ás outras nos ramos em que naccem. Entre estas folhas sahe huma flor, de huma só folha, quasi redonda, amarella, & cheirosa. O fruto he de huma figura irregular, pesado, torto, & cheo de huma substancia verde, tirante a branco. O Gentio usa delle em lugar de sabão; tambem fazem cozer o ditto fruto, & o comem, & chamão-lhe na lingua da terra <i>Manipoy</i> .	Jacarandá, s.m. É madeira Brasil. rija, algum tanto aromatica; a madeira é preta, talvez com suas vceyas arroxadas, ou branca; serve para fazer moveis de casa, grades; para cobrir madeira ordinaria, fazendo-a em laminas, e para marchetar.

A definição descritiva que Bluteau faz para *caju* é detalhista e chega até aos produtos derivados da fruta. Termina de maneira interessante: “Por esta fruta contão os naturaes da terra seus annos; o mesmo he dizer tantos Cajus, que tantos annos, & na verdade parte he da felicidade natural desta gente, & por isso sobre esta fruta armão suas mayores guerras”. Em comparação a definição de Moraes é mais restrita e identifica os traços específicos da fruta. Na entrada *mazombo* podemos destacar a presença da unidade *brasileiros* que não recebeu entrada separada em Bluteau.

Também em *jacarandá* Bluteau dá uma definição descritiva, incluindo as espécies de madeira, classificadas pela cor. Assim, como no verbete *mazombo*, Bluteau registra o nome correspondente a *jacarandá* na língua dos gentios. Moraes define de modo mais restrito, identificando a cor, o cheiro e a finalidade da madeira.

O levantamento feito em ambos os dicionários não pode ser considerado completo e exaustivo; ele é uma amostragem do tratamento lexicográfico dado por dois

lexicógrafos do século XVIII em se tratando de “termos do Brasil”. Durante a leitura das entradas, pudemos perceber que Morais deixou de registrar unidades da realidade brasileira que fazem parte das definições dadas, como é o caso de: *taquaruçu, cuités, cuitzeiro, taioba, corimã, arataratguaçu, guainumbi, aratica, giquis, mumbanda, urubu*, numa clara demonstração de que eram de seu conhecimento tais referentes.

Em Bluteau também encontramos fato idêntico; o autor registra *garafa*, ou talvez *garapa*, equivalente a *cachaça* e esta não está registrada. Ainda no *Vocabulário* de Bluteau estão registradas unidades que não estão em Morais e que se referem a plantas do Brasil. Na entrada *pao*, estão registradas as seguintes unidades: *pao Brasil, pao d'arco, pao gamelo, pao d'alho ou cipó d'alho, pao molle, ou pao velho, pao podre* em todas elas registra, no interior do verbete, o nome que os índios brasileiros dão para estas plantas, e as identifica como árvores do Brasil. Ainda na mesma entrada está *pao de galinha*, “bichinho do Brasil, negro e com azas”.

Os fatos nos revelam que o interesse por “termos da realidade brasileira” é muito mais antigo que o trabalho do Visconde da Pedra Branca, remonta a Bluteau e Morais, onde cada um revela um conhecimento da realidade do Brasil.

Resta saber e isto fica como indagação, quais foram as obras escritas nos séculos anteriores a Bluteau e Morais que serviram de fonte de referência para que ambos os autores, representantes máximos da lexicografia portuguesa de setecentos e oitocentos, fizessem a recolha de “brasileirismos”.

Rerefências Bibliográficas

- BEAUREPAIRE-Rohan (1889) *Diccionario de Vocabulos Brasileiros*. Fac-simile da 1ª edição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- BLUTEAU, Raphael (1712/1728) *Vocabulario Portuguez e Latino*, 10 vol. Lisboa: Collegio da Companhia de Jesu.
- FIGUEIREDO, Cândido (1915) *Novo Diccionario da Língua Portuguesa*. 2 vol. 4ª edição. Lisboa: Sociedade Editora Arthur Brandão.
- FIGUEIREDO, Cândido (1924). Em volta do vocabulário. *Revista de Filologia Portuguesa*, ano I, nº 10, São Paulo: Nova Era Empresa Editora, pp. 13-19
- FREIRE, Laudelino (1943). *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*. 5 vol. Rio de Janeiro: A Noite S.A. Editora.
- GARCIA, Rodolfo (1915) *Diccionario de Brasileirismos* (Peculiaridades Pernambucanas). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- MURAKAWA, Clotilde de A. A. (1984) *O Primeiro Dicionário de Língua Portuguesa de António de Morais Silva – Estudo crítico da edição de 1813*. Tese de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara.
- MURAKAWA, Clotilde de A. A. (1998) “O Dicionário da Academia Brasileira de Letras: Um dicionário brasileiro da língua Portuguesa?” *Actas*, vol. II. XIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística. Lisboa: Colibri Artes Gráficas, pp. 105-113.
- NASCENTES, Antenor. (1961/1967) *Dicionário da Língua Portuguesa*. 4 vol. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

- NASCENTES, Antenor. (1988) *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Bloch Editores.
- PEIXOTO, Afranio (1924). “Brasileirismos”. *Revista de Filologia Portuguesa*, ano 1, nº 6. São Paulo: Nova Era Empresa Editora, pp. 191-207.
- PINTO, Pedro A. (1924) “Notas de Linguagem Portuguesa”. *Revista de Filologia Portuguesa*, ano 1, nº 11. São Paulo: Nova Era Empresa Editora, pp. 97-102.
- RIBEIRO, João (1920). “Brasileirismos”. *Revista de Língua Portuguesa*, ano II, nº 7 Rio de Janeiro: Typ. Lit. Rohe, pp. 43-48.
- SILVA, Antonio de Moraes (1789) *Diccionario da Língua Portuguesa*. 2 vol. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira.
- SILVA, Antonio de Moraes (1813) *Diccionario da Língua Portuguesa*. 2 vol. Lisboa: Typographia Lacerdina.

A terminologia açucarcira no Português de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe: estudo comparativo

Naidea Nunes Nunes
Universidade da Madeira

A terminologia do açúcar de cana passou do Mediterrâneo para a ilha da Madeira, onde a produção açucareira sofreu um grande desenvolvimento, surgindo novos termos e técnicas que se difundem no Atlântico, nomeadamente em Cabo Verde e em S. Tomé e Príncipe.

Depois de termos concluído a nossa tese de doutoramento intitulada: *O açúcar de cana na ilha da Madeira: do Mediterrâneo ao Atlântico (terminologia e tecnologia históricas e actuais da cultura açucareira)*, em que realizámos a recolha e estudo da terminologia açucareira na documentação histórica do Mediterrâneo (Sicília, Valência e Granada) e do Atlântico (Madeira, Canárias, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Brasil) e também a recolha da terminologia actual da produção açucareira da Madeira e de Cabo Verde, através da realização de inquéritos linguístico-etnográficos, elaborando um glossário multilingue diacrónico e sincrónico da terminologia do açúcar de cana das regiões estudadas, pretendemos conhecer a terminologia açucareira actual de S. Tomé e Príncipe, comparando-a com a de Cabo Verde.

Após a realização dos inquéritos linguístico-etnográficos em Cabo Verde, em Setembro de 1999, tivemos a oportunidade de nos deslocarmos a S. Tomé e Príncipe, em Março de 2004, para recolher a terminologia actual da produção açucareira na ilha de S. Tomé, onde ainda não tínhamos aplicado o questionário sobre a produção açucareira, já realizado na ilha da Madeira e em Cabo Verde (ilhas de Santiago e de Santo Antão), recurso disponível, juntamente com a documentação histórica (escrita), para recolha e salvaguarda do património linguístico-cultural da terminologia açucareira.

1. Introdução da cana-de-açúcar em Cabo Verde e em S. Tomé e Príncipe

Os portugueses e os madeirenses especializados no cultivo da cana-de-açúcar chegaram a Cabo Verde em 1460 e, tal como nas outras regiões por eles povoadas e colonizadas, a cana-de-açúcar foi um dos primeiros cultivos introduzidos. No entanto, a produção açucareira caboverdiana não atinge a quantidade nem a qualidade do açúcar da Madeira, de Canárias e de S. Tomé, devido às condições naturais desta região, que se revelam pouco favoráveis à produção açucareira. Na documentação histórica, a primeira referência que encontramos da produção de cana-de-açúcar, em Cabo Verde, data de

1490. No último quartel do século XIX e no século XX, a cana-de-açúcar adquire grande importância na economia do arquipélago, produzindo açúcar da terra, mel e aguardente. Em Cabo Verde, as ilhas com melhores condições para o cultivo de cana-de-açúcar são Santiago, Santo Antão e S. Nicolau. A produção açucareira de Cabo Verde inicia-se na ilha de Santiago. Em carta régia de 25 de Janeiro de 1540, temos informação de que na ilha laboram «dois engenhos trepiches de fazer açucares com todo o cobre e mais cousas necessarias aos ditos engenhos»¹. Segundo Pereira e Santos², em 1508 e 1509, já se vende, em Lisboa, açúcar de Santiago, enquanto só em finais do século XVII começa a produção de açúcar em Santo Antão, devido às dificuldades de acesso à ilha. Não realizámos inquéritos na ilha de S. Nicolau por esta apresentar pouca produção açucareira, por já ter sido alvo de um estudo etnográfico de João Lopes Filho³ e por fazer parte do Barlavento, juntamente com a ilha de Santo Antão, apresentando terminologia açucareira semelhante.

Em S. Tomé, o ciclo do açúcar inicia-se em finais do século XV, atingindo o seu auge no século XVI. S. Tomé apresenta condições mais favoráveis à produção açucareira do que Cabo Verde, por ter abundância de água e lenha. Na segunda metade do século XVI, a forte concorrência do açúcar do Brasil, bem como as revoltas dos escravos e as pilhagens dos piratas e corsários franceses destroem muitos engenhos e provocam a quebra da produção de açúcar. Assim, S. Tomé e Príncipe, nos dois séculos seguintes, torna-se num mero entreposto de escravos capturados na África Ocidental com destino às plantações açucareiras do Brasil. No início do século XIX, surge o ciclo do cacau e do café e com ele as roças, estrutura agrícola que vigorou durante todo o período colonial. A principal mão-de-obra vinha da costa africana, nomeadamente de Cabo Verde, Angola e Moçambique, destinada a manter as grandes plantações. Foram estes caboverdianos que reintroduziram o cultivo da cana-de-açúcar e as técnicas de fabrico de aguardente, mel e açúcar, assim como a terminologia da cultura açucareira na ilha de S. Tomé.

A cultura açucareira explica as relações linguístico-culturais existentes entre a ilha da Madeira, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e o Brasil. O *Tchiloli*, manifestação cultural do folclore de S. Tomé, é o nome crioulo da peça *A tragédia do Marquês de Mântua e do Imperador Carlos Magno*, peça muito representada no século XVI, levada para S. Tomé e Príncipe pelos portugueses, que parece ter sido escrita no século XVI por Baltasar Dias, poeta madeirense da chamada escola vicentina. O auto e o hábito de o representar teriam sido levados para São Tomé pelos mestres dos engenhos de açúcar para ali deslocados da ilha da Madeira. A população local apropriou-se de tal costume e, através dos tempos, foi construindo um espectáculo seu, onde incluí dados da sua cultura. Assim, o *Tchiloli* resulta da expansão ultramarina portuguesa, pois esta

¹ Cf. Pe. António Brásio (1953), *Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental (1532-1569)*, 2ª série, vol. II, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, doc. 101, pp. 328-329.

² Cf. Pereira e Santos (1992), «Cabo Verde – cana-de-açúcar e tecnologias intermédias», *Comunicações IICT, Série Ciências Agrárias*, nº 8, p. 186.

³ Cf. João Lopes Filho (1995), *Cabo Verde. Retalhos do quotidiano*, Lisboa, Caminho, Coleção Universitária.

representação teatral parece estar correlacionada com o *Bumba-meu-boi* do Nordeste brasileiro e com as *Danças de Carnaval* da ilha Terceira nos Açores, correspondendo ao percurso das caravelas e naus portuguesas da Rota da Índia e do Brasil no Atlântico, com passagem nas ilhas atlânticas (Madeira, Cabo Verde e S. Tomé), ligando os quatro continentes (Europa, África, Ásia e América). Trata-se de uma tradição lúdica canavieira que acompanhou o percurso da expansão açucareira no Atlântico, adaptando-se aos contextos etnográficos locais e juntando ao núcleo dramático original as dimensões coreográfica e musical das manifestações culturais populares luso-afro-brasileiras.

O estudo comparativo da terminologia açucareira actual de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe, a partir de inquéritos linguístico-etnográficos realizados nas ilhas de Santiago, de S. Antão e na ilha de S. Tomé, onde encontramos ainda palavras e técnicas muito antigas, que nos ajudam a reconstituir a terminologia e a tecnologia históricas da produção açucareira, dá-nos a conhecer alguns aspectos da língua portuguesa falada nestes países.

2. Inquéritos linguístico-etnográficos sobre a produção açucareira

A elaboração dos questionários linguístico-etnográficos sobre a produção açucareira em Cabo Verde e em S. Tomé partiu do questionário já aplicado na ilha da Madeira, adaptando-se à realidade técnica e sócio-cultural dos dois países. Na elaboração do questionário e na realização dos inquéritos, seguimos a metodologia do grupo de trabalho do Atlas Linguístico e Etnográfico de Portugal e da Galiza, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Anexámos ao questionário material iconográfico (desenhos e fotografias), para o caso dos informantes não compreenderem as nossas questões e procurámos, sempre que possível, realizar os questionários junto dos trapiches e alambiques, facilitando a comunicação e identificação dos conceitos questionados.

No questionário, utilizámos o método onomasiológico, que permite partir dos conceitos para recolher os diferentes termos correspondentes em cada localidade ou região. A vantagem de um questionário onomasiológico de questões indirectas é recolher a terminologia açucareira, obtendo respostas espontâneas, sem correr o risco de, através da conversa livre sobre o tema, haver dispersão e esquecimento de conceitos e termos importantes. Na elaboração do questionário, procurámos que este não fosse muito extenso, para não ultrapassar quarenta e cinco minutos, evitando o desinteresse e cansaço dos informantes e garantindo a qualidade científica das respostas recolhidas, partindo sempre do geral para o particular, de modo a evitar que o inquiridor diga os termos antes destes serem questionados.

O questionário linguístico-etnográfico sobre a produção açucareira apresenta duas partes, uma parte agrícola e uma parte industrial, sendo constituído por cento e oitenta e quatro questões, divididas por cinco subcampos semânticos: cultivo e colheita da cana-de-açúcar, extracção do sumo da cana, fabrico de mel de cana, fabrico de açúcar de cana (relatos de memória) e fabrico de aguardente de cana.

Em Cabo Verde e em S. Tomé, todos os informantes são pequenos agricultores e, na maior parte dos casos, também trabalham no trapiche e fazem o mel, o açúcar e a aguardente de cana, dominando toda a terminologia açucareira, na medida em que se trata de uma indústria artesanal.

Na realização dos inquéritos, procurámos que os informantes seleccionados em cada ponto de inquérito fossem naturais e residentes na localidade, sendo conhecedores da terminologia açucareira local. No entanto, em S. Tomé, apenas encontrámos dois informantes santomenses, com fortes influências caboverdianas, em Morro Peixe e em Água Izé, todos os outros são caboverdianos ou descendentes destes, uma vez que a actividade canavieira é exercida maioritariamente pelos caboverdianos, responsáveis pela reintrodução dos termos e das técnicas da produção açucareira na ilha de S. Tomé.

Em Cabo Verde, na ilha de Santiago, aplicámos o questionário em quatro pontos de inquérito: Cidade Velha, Pedra Badejo, Santa Catarina e Tarrafal e, na ilha de Santo Antão, em três pontos de inquérito: Porto Novo, Paul e Ribeira Grande. Encontrámos importantes diferenças na terminologia açucareira das duas ilhas estudadas, por razões histórico-geográficas. Assim, não podemos deixar de confrontar a terminologia da produção açucareira do Sotavento – ilha de Santiago – com a do Barlavento – ilha de Santo Antão. Há uma nítida distinção cultural entre o Sotavento com maior influência africana (também a nível musical – batuque e funaná) e o Barlavento (S. Nicolau, S. Vicente e Santo Antão, onde predomina a morna e a coladeira), sendo que este apresenta maior influência europeia, particularmente portuguesa. Nas duas ilhas, encontrámos técnicas e termos históricos e actuais da produção açucareira madeirense, mas não podemos deixar de referir a nítida distinção da terminologia açucareira existente entre a ilha de Santiago e a de Santo Antão. A ilha de Santiago, que pertence ao Sotavento, parece apresentar uma terminologia mais antiga por ter sido colonizada pelos portugueses, com a introdução da produção açucareira, muito antes da ilha de Santo Antão, pertencente ao Barlavento, que apresenta uma terminologia mais recente e próxima da ilha da Madeira, devido à forte presença de madeirenses nesta ilha, a partir de fins do século XVII, principalmente ligados à agricultura e pesca.

Em S. Tomé, aplicámos os inquéritos linguístico-etnográficos sobre a produção açucareira nos seguintes pontos: Ponto Bom, em Morro Peixe, distrito de Lobata, e Canavial, na Roça Agostinho Neto, no mesmo distrito; Generosa, na Roça Ponta Figo, distrito de Lembá; Porto Alegre, no distrito de Caué, e Ribeira Peixe, no mesmo distrito; e ainda Água Funda, em Água Izé, distrito de Cantagalo. Neste estudo, não incluímos a ilha do Príncipe por esta já não apresentar cultivo açucareiro, vivendo quase exclusivamente do turismo.

Como se trata de um estudo lexical e não fonético, registámos as formas ortográficas dos termos recolhidos, embora com algumas notações fonéticas. Apenas apresentamos entre parêntesis algumas representações fonéticas de variantes com interesse, num mesmo ponto de inquérito, realizadas quer por um mesmo informante quer por informantes distintos.

3. Português e crioulos de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe

Tanto em Cabo Verde como em S. Tomé e Príncipe, obtivemos respostas ao inquérito em Português e em crioulo, em que os informantes, muitas vezes, nos fornecem formas duplas, por exemplo: *calamar* (forma portuguesa) e *carmã* ou *calmã* (forma crioula). Todos os informantes caboverdianos e santomenses compreendem a língua portuguesa e quase todos falam português, porque têm a escolaridade básica e porque os crioulos caboverdianos e santomenses são de base lexical portuguesa. Assim, quase todos os termos da produção açucareira são de origem portuguesa, sofrendo alterações fonéticas de simplificação, próprias das línguas crioulas caboverdianas e santomenses. Também encontramos alguns termos que parecem ser de influência africana, nomeadamente *impampo*, *moco* e *tchoco*.

Salientamos algumas das características fonéticas comuns aos crioulos de Santiago, de Santo Antão e de S. Tomé (com grande presença e influência caboverdiana), visíveis nos termos registados: tendência para as vogais tónicas abertas, por exemplo forma e *borra*; ausência de [R] uvular, por exemplo *bora*, *baraca*, *baril*, *almanjara*, *fero*; confusão entre os fonemas /b/ e /v/, por exemplo *vatadeira* por *batedeira*; tendência para a africada palatal *tch* por *ch*, por exemplo *tatcho* e *trapitche*; tendência para realizar *j* ou africada palatal sonora *dj* por *lh*, por exemplo *paja* ou *padja* por *palha*; tendência para apagar a vogal inicial de palavra, por exemplo *panha* por *apanha* e a consoante final *-r*, por exemplo *calama(r)*, crioulo *calmã* e, principalmente, nos verbos *fermenta(r)*, *coze(r)*, *pila(r)*, *trapicha(r)*. A nível morfológico, regista-se a ausência de género, sendo que predominam as formas terminadas em *-a*, por exemplo: *açucra branca* e *açucra preta*, *parola* e *reminhola*.

Algumas características fonéticas distinguem o crioulo de Santiago do de Santo Antão, nomeadamente a tendência para manter e articular o *-u* final em Santiago, ao contrário de Santo Antão que tem tendência para apagá-lo, por exemplo *canude* por *canudu* (como também acontece hoje na Madeira), e a tendência para transformar a vogal *e* em *i* em Santiago, por exemplo: *di* por *de*, *pisadu* por *pesado* e *verdi* por *verde*, o que não acontece em Santo Antão. Os crioulos de Santiago e de S. Antão distinguem-se por um certo número de traços que os individualizam. Estas diferenças explicam-se por razões históricas e geográficas de colonização das ilhas, que circunscrevem os dialectos, permitindo a consolidação não só de diferentes realizações fonéticas, mas sobretudo de tipos lexicais diferentes para designar conceitos idênticos.

Dos crioulos falados em S. Tomé e Príncipe, «forro», «linguyê», «angolar» e o caboverdiano, é do primeiro, porque assume expressão nacional, que a língua portuguesa sofre maior influência, o que se traduz em variações fonéticas, lexicais e semânticas, em frequentes omissões de diversos tipos, como por exemplo: sílabas de palavras, determinantes, conectores frásicos, o que, a par de uma organização sintáctica diferente, gera, muitas vezes, enunciados incoerentes, por falta de coesão textual.

4. Variedades de cana-de-açúcar em Cabo Verde e em S. Tomé

Em Cabo Verde, a partir do século XIX, são introduzidas novas variedades de cana mais produtivas. Assim, o desenvolvimento da produção açucareira neste arquipélago deve-se à introdução, em 1888, da *cana caena* ou *caiana*, vinda da América. Quanto a S. Tomé, as variedades de cana-de-açúcar que hoje encontramos nesta ilha foram introduzidas pelos caboverdianos. Em S. Tomé registámos a denominação simples *cana*, enquanto em Santiago e em Santo Antão, para além da forma referida, ocorrem as formas complexas *cana de açúcar* e *cana sacarina*, com a variante *cana caçarina*, em Santiago.

Em Cabo Verde e em S. Tomé surgem muitas designações comuns de variedades de cana de açúcar, em que algumas apresentam múltiplas designações, sendo algumas comuns a diferentes variedades. Assim, encontramos uma grande variedade de canas e respectivas designações. A cana branca e delgada, com elevado grau de sacarose, em Santo Antão, é designada *cana canica* ou *cana caneca* e *cana de mel* (talvez porque a cana mais doce era usada para fazer mel), enquanto em Santiago ocorrem as denominações *cana carriça* ou *cana carriço* ou *cana carriçal*, *cana de terra* e *cana caneca*. Em S. Tomé, apenas registámos a designação *cana micoló* para este tipo de cana.

A cana amarela-esverdeada, grossa e fibrosa, em Santiago, é denominada *cana caiana* e *cana angolana*; já em Santo Antão, encontramos as formas *cana branca* e *cana burbon* ou *cana burborão* ou *cana burbão*, enquanto em S. Tomé apresenta os nomes *cana amarela* e *cana de Angola*. A cana de cor avermelhada, em Santiago, é designada *cana preta* e *cana rocha*, enquanto, em Santo Antão, registamos *cana roxa* ou *cana roxa preta* ou *cana preta* e ainda *cana javastins*, apresentando muitas variantes fonéticas: *cana ostine*, *cana infestina*, *cana ervastina*, *cana evestim*, *cana ervastim*, *cana desvastina*. Segundo indicação dos informantes, trata-se de uma qualidade de cana que, em Cabo Verde, parece ser de origem indiana. Em S. Tomé, a mesma cana apenas é designada pelo nome *cana roxa*. A cana de cor mais clara do que a avermelhada, em Santo Antão, é denominada *cana brasileira* e *cana roxa branca*, enquanto em Santiago é designada *cana branca* e *cana de Santo Antão*. Em S. Tomé, esta cana é nomeada *cana de Cabo Verde*, *cana carice* e *cana mulata*. A cana escura de cor acinzentada surge na ilha de Santo Antão com a denominação *cana de Cuba*. A cana de várias cores é designada, em Santiago, *cana brasileira* e *cana caneca*, sendo também denominada *cana brasileira*, em S. Tomé, assim como *cana lavrada*.

Em Cabo Verde encontram-se ainda outras variedades de cana, nomeadamente a cana característica deste arquipélago que, em Santiago e em Santo Antão, é denominada *cana de terra* e *cana crioula*, sendo que em Santiago ocorrem ainda as designações *cana preta* e *caninha*. Ali, existe ainda a *cana ajato*, denominação de uma cana importada que cresce depressa, sendo esta designada *cana projeto* e *cana bambu* em S. Tomé. Em Santo Antão surge ainda uma cana vermelha muito doce designada *cana daniel* e uma cana muito dura denominada *cana brasileira* e *cana peixe*, em S. Tomé *cana carice* e *cana bambu*, confundindo-se com a *cana de Cabo Verde* e com a *cana projeto*. Em S. Tomé registámos ainda a existência de uma cana muito mole, escura ou clara, designada *cana mulher* ou *mole(r)*, *cana Maria*, *cana preta*, *cana branca* e *cana de S. Tomé*.

5. Cultivo e colheita da cana-de-açúcar em Cabo Verde e em S. Tomé

Os termos e as técnicas de cultivo e colheita da cana-de-açúcar pouco mudaram desde o início do povoamento e colonização das ilhas de Cabo Verde até hoje. Trata-se de termos e técnicas agrícolas tradicionais, que ainda hoje são idênticas em Cabo Verde (ilhas de Santiago e de Santo Antão) e em S. Tomé. Neste subcampo semântico do cultivo e colheita da cana, a maior parte dos termos são gerais com complemento de especificação *da cana*, o que os torna termos específicos da produção açucareira.

As designações das diferentes partes da cana-de-açúcar, em Cabo Verde e em S. Tomé, apresentam muitos termos comuns. As pequenas divisões do caule da cana-de-açúcar são designadas, em Santo Antão, *nó(s) de cana*, enquanto, em Santiago, além do termo *nós*, *nó de cana* ou *nó di cana*, registámos o termo *junta di cana*. Em S. Tomé, encontrámos também o termo *junta de cana*, juntamente com os nomes *nó de cana*, *osso de cana* e *gata*. O conceito entrenós da cana é designado, em Santiago, *canudo de cana*, enquanto, em Santo Antão, é denominado pelo termo *talho de cana* (*talhe* ou *tale de cana*). Em S. Tomé, o mesmo conceito corresponde aos termos *casa de cana*, *talo de cana*, *canudo de cana*, *cubo de cana* e *miolo*.

Apenas os informantes de Santiago e de S. Tomé responderam ao conceito sorver o sumo da cana com a expressão *chupa(r) cana*. A questão sobre o líquido chupado da cana-de-açúcar visa conhecer se o termo que designa o sumo da cana chupado é o mesmo que denomina o sumo da cana extraído no trapiche. Em Santiago e em S. Tomé, além do termo *calda* ou *carda*, também ocorre *água de cana*, o equivalente em Santo Antão a *calda*. Em Santiago e em S. Tomé registámos os termos *bagaço (de cana)* e *palha de cana*, enquanto em Santo Antão encontrámos apenas o termo *bagaço (bagace)*, para designar a cana depois de chupada. O sumo que fica nas mãos, ao chupar a cana, é designado, em Santiago, *melado*.

O rebento que surge no nó da cana é denominado, em Santiago, *rebenta di cana* ou *(a)rebento*, *olho de cana* e *grelo de cana*, enquanto em Santo Antão registámos as denominações *olho de cana* (*oje de cana*). Em S. Tomé, ocorrem também os termos *olho de cana*, *vista de cana*, *filho* e *rebento* para denominar o conceito referido. Em Cabo Verde e em S. Tomé, a cana-de-açúcar apresenta uma florescência que, nas ilhas estudadas, é designada *flor de cana*, embora em Santiago também ocorra a forma *flor de olho* e, em Santo Antão, *florzinha*. As folhas da parte superior da cana são denominadas, em Santiago, *olho de cana* (*odjo di cana*), juntamente com as expressões *papo di cana* e *cabeça de cana*, enquanto em Santo Antão surgem as denominações *caravela* e *tona de cana* para o mesmo conceito. Em S. Tomé, encontrámos a designação *cabeça de cana* para o mesmo conceito.

A parte inferior da cana, junto à raiz, por onde a cana é cortada, é designada, em Santiago, *pé di cana*, *tromba de cana* e *cacuto de cana* e, em Santo Antão, *toco de cana* (*touke de cana*). Em S. Tomé, encontrámos os termos *raiz de cana*, *pé de cana*, *toco de cana* e *sogro de cana*. Salientamos a ocorrência de termos portugueses e outros, provavelmente de influência africana, como *cacuto*, na ilha de Santiago.

O cultivador de cana-de-açúcar é denominado *agricultor*, nos três grandes pontos de inquérito, mas, em S. Tomé, registámos ainda a designação *camponês* também com a forma *camponeso*. Uma plantação ou área de terra cultivada com cana-de-açúcar, em Santiago, é nomeada *horta di cana* ou *horta de cana*, a par dos termos *viveiro di cana*, *canteiro de cana*, *terço di cana*, *talão de cana*, enquanto em Santo Antão surge o termo *chão de cana* (*tchão de cana*) e ainda *quinta de cana*, *quintal de cana*, *pilar de cana* e *canteiro de cana*. Em S. Tomé predomina o termo *campo de cana*, com os termos *horta de cana* e *lavra de cana*.

O pedaço de cana colocado na terra para germinar, nas três ilhas, é designado *planta* ou *pranta de cana*. Em Santiago ocorre ainda a denominação *olho de cana* (*odjo di cana*) e *impampo di cana* para designar este conceito, enquanto em Santo Antão surge o termo *sementeira*, a par do termo *planta de cana*. Em S. Tomé, para além do termo já referido, ocorre também o termo *sementeira de cana* e ainda *cabeça de cana*. O termo *olho de cana*, que em Santiago designa os rebentos do nó da cana e as folhas da parte superior desta, também denomina a planta da cana, que tanto pode ser um pedaço de cana com vários nós como a parte superior da cana.

O cultivo da cana realiza-se da mesma forma nas duas ilhas de Cabo Verde, utilizando técnicas comuns a outros cultivos, ou seja, utiliza-se uma *enxada* para fazer *regos* na terra, onde se planta a cana, que depois é irrigada, sendo a água conduzida para as plantações através de canais denominados *levadas*. Em S. Tomé, devido à grande pluviosidade e humidade do clima, bem como fertilidade da terra, não é necessário fazer regos nem regar as canas que são simplesmente introduzidas na terra, depois de se abrir um buraco com uma *enxada*. O cultivo da cana exige que se retirem as ervas das plantações, trabalho este denominado *mondar a cana*, nas duas ilhas de Cabo Verde, sendo que em Santiago encontramos ainda a designação *limpa(r) cana*. Em S. Tomé, para além do termo *limpar cana*, registámos as expressões *capinar a cana* e *roçar a cana*. O acto de tirar as folhas da cana também é designado, em Santo Antão, *limpa(r) cana* e *esfolha(r) cana* (*esfola(r) cana*). Em Santiago e em S. Tomé surgem também os termos *limpa(r) cana*, confundindo-se com o conceito anterior, e, em Santiago, registámos ainda os termos *tira(r) paja*, *monda(r) paja*, *casca(r) cana* ou *descasca(r) cana* e *colhe(r) padja*. Em Santo Antão ocorre uma designação específica para a tiragem das primeiras folhas da cana *desgoga(r) cana* ou *tira(r) gogo*, sendo que as primeiras folhas da cana são denominadas *gogo* (*goge*). As folhas tiradas das canas que servem de alimento para os animais são denominadas, em Santo Antão e em S. Tomé, *palha de cana* e *folha de cana*, enquanto em Santiago registámos apenas o termo *palha de cana* (*padja di cana* ou *paja di cana*), ainda com a forma *palheta di cana*. A doença da cana é denominada, em Santiago, *bicho de cana* (*bitchu di cana*) e *mangra*. Em Santo Antão ocorrem várias doenças da cana com denominações distintas, nomeadamente *lagarta*, que corresponde ao bicho da cana, *mancha* e *ferruge*, enquanto em S. Tomé não encontramos nenhuma doença da cana.

A colheita da cana é denominada, em Santiago, *corte de cana* ou *corta (de) cana*, enquanto em Santo Antão e em S. Tomé é denominado *corte de cana* e *colheita de cana*. A primeira colheita da cana é designada *primeira corta* em Santiago e

quebradura em Santo Antão. Derrubar a cana-de-açúcar com a mão ou com um instrumento cortante, em Santiago, em Santo Antão e em S. Tomé, é *corta(r) cana*, enquanto em S. Tomé encontramos ainda a expressão *colher cana*. Quanto ao instrumento utilizado para cortar a cana, em Santo Antão, encontramos instrumentos de influência europeia, denominados *faca* e *machado* (com a forma crioula *matchade*), enquanto em Santiago e em S. Tomé predomina o instrumento de influência africana, chamado *machim* ou *catana* e, excepcionalmente, em Santiago, o *machado* (*matchadu*) ou *machada*. A ocorrência do *machado* ou *machada*, em Santiago e em Santo Antão, parece confirmar tratar-se de um termo e um instrumento muito antigo, importado da ilha da Madeira. Salientamos ainda o facto de em Santo Antão, região de forte influência europeia, não encontrarmos o uso da *catana*, mas sim de uma *faca*, juntamente com o *machado*, enquanto em Santiago e em S. Tomé o *machim* (ou *catana*), forma com o mesmo radical de *machada*, substitui quase totalmente o uso do instrumento europeu. Em S. Tomé, registámos um conceito particular, a cana melada, cortada na estação seca e amena (de meados de Maio a Agosto), denominada *gravana*, sendo a cana designada *cana de gravana*.

Em Santiago registámos os termos *raiz de cana* e *soca de cana*, enquanto em Santo Antão encontramos os termos *raiz de cana* e *toco de cana* e, em S. Tomé, apenas o termo *raiz de cana* para denominar a raiz que fica na terra, depois de cortar a cana. A planta ou cana nova que surge da soca da cana, em Santiago, é referida com os termos *herdeiro di cana*, (*a*)*rebento de cana* ou *rebenta di cana*, *pé de cana* e *impampo di cana* (termo de influência africana), enquanto em Santo Antão encontramos apenas o termo *herdeira* (forma terminada em *-a*) para designar o mesmo conceito. Em S. Tomé, registámos os termos *herdeiro (de cana)*, *filho (de cana)* e *rebento (de cana)* com a variante fonética *rabenta (de cana)*. Nos três pontos de inquérito surge a designação antropomórfica *herdeiro de cana*, oriunda da ilha da Madeira, tal como a designação *filho (de cana)*.

O conjunto de canas reunidas para serem transportadas para o trapiche, em Santiago, é denominado *feixe de cana* (*feixu di cana* ou *feixe di cana*) e, em Santo Antão, *braçado de cana*. Em S. Tomé, encontramos os termos *feixe de cana*, *molhe de cana* (com a variante fonética *moio de cana*) e *tambor de cana*, por analogia com o tambor ou bidão utilizado para fazer aguardente. Reunir as canas em feixes, em Santo Antão e em S. Tomé, é (*a*)*marrar(r) cana*. O utensílio ou material usado para emolhar ou amarrar os feixes de canas, em Cabo Verde e em S. Tomé, é a *corda de carapato*, *corda de bananeira* e *palha de cana* ou *folha de cana*. O transporte dos molhos de cana às costas, em Santiago, em Santo Antão e em S. Tomé, é designado *carrega(r) cana* e o transporte da cana para o trapiche é denominado *careto de cana*, em Santiago.

6. Extração do sumo da cana-de-açúcar em Cabo Verde e em S. Tomé

Em Cabo Verde e em S. Tomé, ainda se conserva o processo tradicional de extração do sumo da cana em moinhos movidos a tracção animal, denominados *trapiche* (*trapitche*) ou *trapiche de ferro*, surgindo já alguns engenhos mecanizados.

também designados *trapiche* com a especificação *a motor*, formando a expressão *trapiche a motor*. Em S. Tomé, além do termo *trapiche a motor*, registámos o termo *máquina* para designar o mesmo conceito.

O material de moer a cana que faz parte do trapiche é denominado, em Santo Antão, *cilindro(s)*, a par do termo mais frequente *ferro(s) de trapiche* e em Santiago ocorre o termo *cilindros di trapiche, ferro(s)* e ainda *moenda*. Em S. Tomé, este conceito é denominado pelo termo *rolo* ou *loro (de ferro)*. Em Cabo Verde, tal como em S. Tomé, o trapiche é composto por três ferros ou cilindros verticais, que antigamente eram de madeira, o denominado *trapiche de pau*. O cilindro central é designado *macho (matchu ou matche)*, porque recebe o movimento da almanjarra e faz mover os ferros laterais chamados *fêmea(s) di trapiche* ou *fema*.

Em S. Tomé, encontrámos diferentes tipos de trapiche: trapiche manual de manivelas com dois rolos de ferro horizontais (em Morro Peixe); trapiche a motor ou mecânico também com dois cilindros de ferro horizontais (em Canavial, Roça Agostinho Neto), no distrito de Lobata, e em Generosa (Roça Ponta Figo), no distrito de Lembá; trapiche manual de manivelas com três cilindros verticais (em Porto Alegre), no distrito de Caué, e o mesmo trapiche com ferro movido por dois homens, em Ribeira Peixe, no mesmo distrito, e em Água Izé, no distrito de Cantagalo. O pau do trapiche, movimentado por bois ou homens, que acciona os cilindros de ferro, é denominado apenas *ferro* e o homem que movimenta o trapiche com o ferro é denominado *homem de manual, maquinista* e também *pisador de cana*.

Em Santiago, o período de actividade do engenho é designado *pila de cana* e o conjunto das instalações de transformação da cana-de-açúcar, que inclui o *trapiche (de ferro)*, o *tacho de cobre* de fazer o mel e o *alambique* de destilar a aguardente, é denominado *fornalha (fornaja ou fornadja)* e, em Santo Antão, *curral de trapiche*⁴. Em S. Tomé, o local onde se extrai o sumo da cana é denominado *casa de pisar cana* e o conjunto das instalações de transformação da cana-de-açúcar é designado *trapiche e fábrica*. O trabalhador responsável por todo o trabalho de transformação da cana, em Santiago, é designado *encarregado de fornalha e fornheiro* (termo formado a partir de *fornalha*), enquanto, em Santo Antão, este é designado *encarregado de trapiche e trapicheiro*⁵ (forma derivada por sufixação do termo *trapiche*).

Em Cabo Verde, na ilha de Santo Antão, ocorre a designação *metedor de cana*, para o trabalhador que introduz a cana no trapiche, e *virador de bagaço*, mas também *voltador de bagaço* e *tirador de bagaço*, para o trabalhador que introduz o bagaço no trapiche. Em Santiago, o metedor de cana é designado *pilador di cana (de pila(r) cana)* e *plantador de cana (de planta(r) cana)*, o mesmo que *mete(r) cana* no trapiche) e o

⁴ João Lopes Filho, ao descrever o fabrico do mel e do grogue em S. Nicolau, ilha onde a cana-de-açúcar foi introduzida ao mesmo tempo de Santo Antão, diz-nos que esta designação também existe naquela ilha, a par com a expressão *terreiro do trapiche*. (Cf. João Lopes Filho (1995), *Cabo Verde. Retalhos do quotidiano*, Lisboa, Caminho, p. 159).

⁵ Em S. Nicolau, ilha do Barlavento, João Lopes Filho refere a expressão *mestre do trapiche* para designar o responsável pelo fabrico do mel e do grogue, que recebe como paga a quinta parte da produção. (Cf. João Lopes Filho (1995), *Cabo Verde. Retalhos do quotidiano*, Lisboa, Caminho, p. 159).

trabalhador que volta a introduzir o bagaço da cana no trapiche, do lado oposto, para segunda moenda também é designado *virador de bagaço* e *tirador di bagaço*. Em S. Tomé, o trabalhador que mete a cana na moenda do trapiche é denominado *plantador de cana* (*prantador de cana*), como em Santiago, mas também *metedor de cana*, como em S. Antão, para além de *pisador de cana* e *maquinista*, enquanto o trabalhador que tira o bagaço da moenda é designado *bagaceiro* e *segurador de bagaço*.

Em Santiago e em Santo Antão, o termo predominante para denominar a extracção do sumo da cana no trapiche, é *trapicha(r) cana* (*trapitcha(r) cana*), forma derivada de *trapiche*, termo associado à técnica utilizada para o efeito. No entanto, encontramos, ainda, nestas duas ilhas, o termo *pila(r) cana* e, em Santo Antão ocorre também a expressão *moer a cana*, enquanto em Santiago surgem os termos *triturar cana* e *mutchucar cana*. O termo *pilar cana* parece estar, inicialmente, associado ao *pilão*, recipiente de madeira utilizado para esmagar manualmente pequenas quantidades de cana, em Santiago e em Santo Antão. Esmagar a cana no pilão é denominado *pila(r) cana* e *pisa(r) cana*, nas duas ilhas. O instrumento utilizado para pilar a cana no pilão é denominado *pau de pilão*. O pilão ainda hoje é utilizado em Cabo Verde para esmagar pequenas quantidades de cana para fazer mel. Em S. Tomé também encontramos os termos *pisa(r) cana*, *pila(r) cana* e *trapicha(r) cana* para denominar a extracção do sumo da cana no trapiche.

Em Cabo Verde, nas ilhas de Santiago e de Santo Antão, tal como na ilha de S. Tomé, o termo que designa o sumo da cana extraído no trapiche é *calda* (forma crioula do termo *caldo*, usado no Brasil para nomear o mesmo conceito). No entanto, em S. Tomé, registámos ainda o termo *água de cana* para designar o mesmo conceito. Nas ilhas de Santiago e de Santo Antão predomina o termo *bagaço* para denominar os resíduos da cana esmagada, tal como em S. Tomé, onde também ocorre o termo *palha de cana* para designar o mesmo conceito.

Em Santiago, a calha do trapiche, por onde corre o sumo que sai da moenda, é denominada *cuba* e *levada di trapiche*, enquanto, em Santo Antão, é designada *cuba* ou *cubra*. A parte desta onde o sumo da cana sai da moenda, em Santiago, é designada *bica* ou *bico* e *boca di cuba* e, em Santo Antão, *bica da calda*. Em S. Tomé não registámos nenhum termo para designar estes conceitos. O recipiente que recebe o sumo da cana que sai da moenda, em Santiago, é designado *parola* (*da calda*), *pia di trapiche*, *cocho*, *parara* (*empara calda*), *vasilha* e *pedra de cimento*. Em S. Tomé registámos os termos *balde*, *bidão*, *baril*, *tambor*, *lata* e *panela* para denominar o mesmo conceito.

Em Santo Antão, o termo *parola* é desconhecido e o recipiente de madeira que recebe a calda é denominado *celha* (*de (a)parar a calda*)⁶ e *tanque* (*da calda*). O termo *parola* parece ser a forma crioula de *parol*, que hoje ainda encontramos no Brasil, como referência ao recipiente de madeira que recebe o caldo, mas também ao depósito de madeira que serve para guardar o sumo da cana e para envelhecer a aguardente (em

⁶ O termo *celha* ainda se encontra nas zonas rurais madeirenses e continentais para designar uma vasilha de madeira.

Minas Gerais), conservando o significado que apresenta em Antonil⁷. Este termo é muito antigo, pois parece corresponder ao termo *perola*, cuja primeira atestação registámos em Valência, em 1435, designando a vasilha de cobre usada para transportar o sumo da cana de uma caldeira para outra (termo que não surge na documentação siciliana consultada). Embora não tenhamos registado este termo na documentação madeirense, é provável que este tenha sido levado para a ilha de Santiago pelos madeirenses, assim como teriam sido estes que o levaram para o Brasil. Este termo antigo não ocorre em Santo Antão, provavelmente porque os madeirenses colonizaram esta ilha mais tarde, quando o termo já teria desaparecido na Madeira.

Em Cabo Verde e em S. Tomé, o fabrico do mel, do açúcar e da aguardente é feito ao ar livre e os recipientes de cozer o sumo da cana são enterrados e colocados directamente sobre o fogo do *forno*, também denominado *fornalha* em Santo Antão e *fogão* em S. Tomé. Em Santiago, Santo Antão e S. Tomé, a lenha e o bagaço são introduzidos na *boca de forno*, também denominado *porta di forno* em Santiago. O trabalhador responsável pelo fogo do forno é denominado *forneiro*, nas três ilhas, e ainda *pudor di lume*, em Santiago, e *foguista*, em Santo Antão.

7. Fabrico de mel de cana em Cabo Verde e em S. Tomé

Em Cabo Verde e em S. Tomé, o produto líquido de cor escura feito da cozedura e concentração do sumo da cana é denominado *mel de cana*, embora em Santiago também tenhamos encontrado o termo *melaço* para designar este conceito.

Em Santiago e em Santo Antão também é habitual filtrar o sumo da cana, ou seja, *coar a calda*, antes de ser cozida, *escoa(r) calda* em S. Tomé; nas duas ilhas usa-se um *saco (de sarapilheira)*, *toalha* ou *pano (de flanela)*, também denominado *pane de mel* em Santo Antão e um *saco* ou *rede* em S. Tomé. As impurezas retiradas do sumo da cana, através da filtração, em Santo Antão, são denominadas *borra* ou *borrinha* e, em S. Tomé, *bora*, *poeira*, *lixo*, *palha* e *escuma*. O processo de ferver o sumo da cana é denominado, em Cabo Verde e em S. Tomé, *ferve(r) calda* e *coze(r) calda* e ainda *esfervece(r) calda*, em Santiago.

Em Cabo Verde, conserva-se o sistema arcaico e rudimentar de apenas uma caldeira ou tacha, em que se coze e concentra o mel. Em Santo Antão, o recipiente de cobre de fazer o mel é denominado *tacho (de fazer mel)* ou *tacho de cobre* (em crioulo *tache*) e, em Santiago, *cobre (di mel)*, sendo designado pelo nome do material de que é feito. O termo madeirense *tacha de cobre*, assim como foi transplantado com a produção açucareira para Canárias e para a América, também teria sido levado para Cabo Verde, onde teria adquirido a forma masculina *tacho* e, em Santiago, a designação *tacho de cobre* teria sido reduzida à forma *cobre*. Em S. Tomé também registámos os termos *tacho*, *cobre*, *panela* e *tambor*.

⁷ Cf. André João Antonil (1711), *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (edição fac-similada), Lisboa.

Em Santiago, um informante idoso ainda nos indicou a forma *tacha* como forma antiga correspondente a *tacho de cobre* ou *cobre*. Em Santo Antão, embora nenhum informante tenha referido a forma *tacha* para designar o recipiente de cobre de cozer o mel, alguns informantes idosos reconheceram este termo como forma antiga e sinónimo de *tacho*, na lista de palavras apresentadas na parte semasiológica do questionário. Salientamos que, em Santiago e em Santo Antão, além dos termos predominantes *cobre* e *tacho* (para designar o recipiente de fazer o mel), surgem os termos comuns *caldeira (de mel)* e *panela*. Em Santiago, registámos também o termo *tacho* e *tacha*, enquanto, em Santo Antão, ocorre ainda a forma *tatchinho*. Nestas duas ilhas, tal como em S. Tomé, o termo *panela* também designa um recipiente de cobre mais pequeno do que o *tacho* ou *cobre*, confundindo-se com este, usado para fazer mel em pequenas quantidades e para cozer a *escuma da calda* para fazer açúcar de espuma, em Santiago, e rebuçado de mel, em Santo Antão. Em S. Tomé este recipiente é ainda denominado *lata*.

Durante a cozedura do mel, é necessário retirar a espuma do sumo da cana; este processo é designado, em Santo Antão, *escumar* e *limpar*, em Santiago, *limpa(r)* e *tira(r)* *escuma* e, em S. Tomé, *limpa(r)* *calda*. O instrumento utilizado para retirar a espuma, tanto em Cabo Verde como em S. Tomé, é denominado *espumadeira* ou *escumadeira* e, em Santiago, é ainda designado *coadeira*. Em S. Tomé registámos ainda a forma *escumeira* e *escumador*, a par de *reminhola* (termo da ilha de Santiago). A primeira espuma retirada do sumo da cana durante a fervura, nas duas ilhas de Cabo Verde, é denominada *cachaça*⁸ (*catchaça*) ou *cachaço* (*catchaço*), embora com predominância da forma terminada em *-a*, em Santo Antão. Ali, este conceito é ainda designado *escuma preta*, enquanto, em Santiago, também é denominado *escuma verde*, *oleo verde* e *nata* e, em S. Tomé, *escuma do mel* e *panovelho*. As impurezas contidas na primeira espuma retirada do sumo da cana são denominadas *borra*, em Santiago e em Santo Antão, a par do termo *moco* (*mouke*), possivelmente de influência africana, e em Santiago registámos ainda o termo *poeirás*, enquanto em S. Tomé encontramos os termos *poeira* e *bora*.

Em Cabo Verde ainda se utiliza um preparado de produtos naturais (cal, cinza ou casca de uma planta chamada purgueira), para purificar o sumo da cana durante a fervura; este é denominado *coada*, tanto em Santiago como em Santo Antão. O termo *coada* surge, na documentação da Madeira, em 1587, com a forma *de coada*: «não venderão de coada nem cinza sem liçença»⁹, designando o preparado de cinza que se deita nas caldeiras para purificar o sumo da cana. Este termo teria sido transplantado para Cabo Verde, onde se conserva a forma *coada*, e para o Brasil, onde apresenta a forma *decoada* (1618, 1711). Em S. Tomé, utiliza-se uma *pinha de banana verde* ou *potassa* para purificar o sumo da cana. Em Santiago, purificar o sumo da cana com *coada*, no fabrico do mel, denomina-se *temperar o mel*. Não registámos nenhum termo para designar este conceito nem em S. Antão nem em S. Tomé.

⁸ Na ilha da Madeira, o termo *cachaça* designa a espuma da fermentação da garapa, principalmente na produção caseira e clandestina de aguardente.

⁹ Cf. «Posturas que fizerão os offiçiaes do anno de oiteta e sete (1587)», *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. 1, nº 1, 1931: 74.

A segunda espuma retirada do sumo da cana, depois de deitar a *coada*, em Santiago, é denominada *choco* (*tchoco*), *escuma escura*, *carasbeja* ou *carasvelha* e, em Santo Antão, *escuma preta* e *escuma* ou *espuma de mel*, sendo ainda designada, nas duas ilhas, *escuma branca*, enquanto em S. Tomé encontrámos os termos *escuma* e *caravelha*. Em Santo Antão, as segundas espumas são consumidas com pão e utilizadas para fazer rebuçados de mel, denominados *refilhão*, *puxador* e *çucrinhe* ou (*a*)*çucrinha*, feito em pequenas formas de metal ou de côco, juntando ingredientes como amêndoa e côco.

Em Cabo Verde, depois de retirada a segunda escuma do mel, deita-se água no tacho, antes de extrair as últimas impurezas, o que se denomina *limpar o mel* ou, em crioulo, *limpa(r) mel* e também *limpeza de mel*, em Santiago. O trabalhador que faz o mel é denominado *fazedor de mel*, em Santiago e em Santo Antão, embora em Santiago ocorram também os termos *cobreiro*, *homem de cobre* e *fornalheiro* e, em Santo Antão, os termos *ponteador de mel*, *trapicheiro* e *homem de boca de tacho*. Em S. Tomé, o trabalhador que faz o mel é denominado *fazedor de mel*, *fabricador de mel* e *mestre*.

A densidade do mel necessária para a sua conservação é denominada, em Santiago e em Santo Antão, *ponto de mel* e, em Santiago, surgem ainda os termos *pesa da mel* e *mel pisado*. Em S. Tomé registámos os termos *ponto de mel* e *grau de mel* para designar o mesmo conceito. Para denominar o processo de verificar se o mel está no ponto, em Santiago, tal como em S. Tomé, encontrámos as denominações *ver o ponto* e *ver o peso*, enquanto em Santo Antão ocorrem as expressões *pontear o mel*, *ventear o mel* ou *ventilar o mel*. O local onde o fazedor do mel controla o ponto do mel, em Santiago, é denominado *boca de cobre*, enquanto, em Santo Antão, é designado *boca de tacho*. Em S. Tomé não registámos nenhum termo correspondente.

Tanto em Cabo Verde como em S. Tomé, utiliza-se um *prato* para ver se o mel está no ponto. Em S. Tomé também se utiliza a *escumadeira* e uma *bandeja* para verificar o ponto do mel de forma artesanal. Depois do mel estar no ponto é retirado da tacha com um recipiente de cobre denominado, em Santo Antão, *vasilha* ou *balde*, *calamar* (cabaça cortada ao meio longitudinalmente) e *tiofe* (nome de origem obscura que designa um recipiente de metal com cabo comprido). Em Santiago, o recipiente utilizado para retirar o mel do cobre é denominado *reminhola*, mas também *lata*, *panela*, *balde*, *vasilha* e *carmã*, forma crioula de *calamar*. O termo *reminhola*, que encontrámos na ilha de Santiago, parece ser muito antigo, como o termo *parola*, pois a primeira atestação que registámos deste termo data de 1413, e surge na documentação siciliana consultada com a forma *ramaioli*¹⁰ e, depois, em Valência, com a forma *rumiol*¹¹, designando uma colher com cabo comprido usada para retirar o mel e o açúcar da tacha. Este termo surge na documentação madeirense, em 1535, num inventário do engenho de António Teixeira com a forma *raminhois*. Da Madeira este termo teria

¹⁰ Cf. Giovanni Reborá (1968), *Un'impresa zuccheriera del cinquecento*, Napoli, Università degli Studi di Napoli, p. 25. Este termo parece ser uma forma derivada da palavra *rame* (cobre) e designa a colher ou concha de cobre usada para retirar as espumas do mel.

¹¹ Cf. J. Pérez Vidal (1973), *La cultura de la caña de azúcar en el Levante español*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 153.

passado para Canárias, onde a forma *remiñoles* é um portuguêsismo¹², e para o Brasil com a forma *reminhol*, como podemos ver em Antonil (1711), existindo ainda hoje, nomeadamente em Minas Gerais, com a forma *rominhol* ou *reminhol*; logo, é provável que este termo também tenha sido levado pelos madeirenses para Cabo Verde, nomeadamente para Santiago, onde a produção açucareira é mais antiga. Assim, a *reminhola* é uma espécie de colher grande ou concha de cabo comprido, semelhante à escumadeira, mas sem furos. Em S. Tomé, o recipiente utilizado para retirar o mel do cobre é denominado apenas *lata*.

Em Cabo Verde, o mel depois de pronto e retirado do tacho de cobre é filtrado para retirar as últimas impurezas; este processo é denominado *coa(r) mel*, em Santiago, e *coar o mel* ou *escoa(r) mel*, em Santo Antão, enquanto em S. Tomé apenas registámos a forma *escoa(r) mel*, utilizando-se o mesmo material da filtração inicial. Em Cabo Verde, o mel é depositado em *vasilhas*, *latas*, *garrações* e *bidões*, nas duas ilhas, enquanto em S. Tomé apenas encontramos o termo *vasilha* para designar o mesmo recipiente.

8. Fabrico de açúcar de cana em Cabo Verde e em S. Tomé

Em Cabo Verde e em S. Tomé, o fabrico de açúcar de cana apresenta um processo artesanal e rudimentar. Actualmente, já não há fabrico de açúcar, devido à pouca produção de cana, ao baixo preço do açúcar de importação e à preferência pela produção de mel e aguardente, mas ainda encontramos informantes conhecedores do processo de fabrico artesanal e rudimentar deste produto, designado *açúcar preto* ou (*açucra preta*, *açucra di terra* ou *açucra de terra*, em Santiago e em Santo Antão, e ainda *açucra de mel*, em Santiago. Em S. Tomé também registámos os termos (*açucra*, *açucra de tera* e *açucra preta*). Trata-se de um açúcar pouco elaborado, de fabrico artesanal, escuro (com melaço), conservado e embrulhado em folhas de cana e palha de bananeira.

Em Cabo Verde, o processo de fabrico do açúcar é similar ao do mel, embora exija maior elaboração. O recipiente em que o sumo da cana era cozido para fazer açúcar é o mesmo em que se faz o mel, denominado *cobre* em Santiago e *tacho* em Santo Antão. Em S. Tomé registámos os termos *tacho*, *cobre*, *panela* e *tambor* para denominar o mesmo conceito. O cozimento da calda para fazer açúcar é designado *ferve(r) calda*, nas duas ilhas, e ainda *coze(r) calda*, em Santiago, enquanto em S. Tomé encontramos tanto o termo *cozer* como *ferver*. Depois, tal como no fabrico do mel, o processo de retirar as impurezas da calda é denominado *limpa(r)*, nas duas ilhas, e ainda *espumar*, em Santo Antão, e *escoa(r)*, em S. Tomé. A primeira espuma retirada da calda, como já vimos no fabrico do mel, é designada *cachaça* e *escuma preta*, em Santo Antão, e *cachaço* (*catchaço*), *escuma verde*, *oleo verde* e *nata*, em Santiago, enquanto em S. Tomé é denominada *panovelho*. As impurezas contidas na primeira espuma, como já vimos, são designadas *borra* e *moco* (*mouke*), nas duas ilhas. Em Santiago, no fabrico de açúcar, adiciona-se *potasso* e *soda* para purificar o sumo da cana, enquanto em Santo Antão se

¹² Cf. J. Pérez Vidal (1991), *Los portugueses en Canarias. Portuguesismos*, Gran Canaria, Cabildo Insular de Gran Canaria, p. 231.

utiliza *cal (de Lisboa)*, *cinza* e *purgueira* para o mesmo efeito e em S. Tomé *potassa* ou *potasso*. Tal como no fabrico do mel, estes produtos são utilizados para fazer um preparado que se deita na calda, depois de retirar a primeira espuma, denominado *coada*, em Cabo Verde. A segunda espuma retirada da calda, tal como no processo de fabrico do mel, é denominada predominantemente *choco*, em Santiago, mas também *escuma escura*, *escuma branca* e *carasvelha* ou *carasbeja* e, em Santo Antão, *escuma preta*, *escuma* ou *espuma de mel* e também *escuma branca*, enquanto em S. Tomé é designada *escuma* e *panovelho*. Após retiradas as segundas escumas, à semelhança do fabrico do mel, deita-se água na calda para retirar mais impurezas, processo, como já vimos, denominado *limpa(r) mel*, em Cabo Verde.

No processo de fabrico do açúcar, retira-se ainda uma terceira e última espuma da calda durante a fervura. Em Santiago, esta é denominada *nata*, *panovelho (panuveju)*, *caravelha* (com as variantes *carasvelha*, *carabeja* e *escarabeja*), *pangofa* e *escuma branca*, enquanto em Santo Antão apenas é designada *escuma branca* e em S. Tomé é denominada *caravelha* e *escuma*. Em Santiago, estas terceiras e últimas escumas são cozidas e batidas, sendo aproveitadas para fazer açúcar de escumas em formas pequenas, denominado *açúcar di nata*, *açúcar di carabeja*, *açúcar di panovelho* ou *çúkra de panuveju*, em S. Tomé (*açucrinha* (termo de Santo Antão)). Também na produção açucareira primitiva da Madeira, as últimas escumas retiradas do sumo da cana eram utilizadas para fazer *açúcar de escumas*.

A densidade do açúcar necessária para a cristalização ou formação de cristais de açúcar, em Cabo Verde e em S. Tomé, é denominada *ponto di açúcar* ou *ponto de açúcre (açúkra)* e o utensílio usado para ver o ponto do açúcar, tanto em Santiago como em Santo Antão, é o mesmo usado para ver o ponto do mel, designado *prato*, enquanto em S. Tomé se utiliza a *escumadeira*. Depois de atingir o ponto do açúcar, este tinha de ser mexido no tacho até atingir o ponto de cristalização, processo nomeado *bate(r) cobre* ou *bate(r) çúcre*, em Santiago, e *bate(r) açúcre* ou *batedura*, em Santo Antão, enquanto em S. Tomé apenas é designado *bate(r)*. O instrumento utilizado para bater o açúcar no tacho é o *batedor*, sendo uma espécie de remo de pau, em Santiago e em Santo Antão, embora em Santo Antão também ocorram as formas *pau (batedor)* e *batedeira* e, em Santiago, a *escumadeira* é usada como *batedor*. Em S. Tomé, o pau *batedor* do açúcar é denominado *pau de côco* ou *soca de côco*.

O trabalhador que faz o mel, em Cabo Verde e em S. Tomé, é denominado *fazedor de açúcre (açúkra)* e *meste di açúcar* ou *mestre (de açúcre)*, embora o termo *mestre de açúcar* designe o trabalhador especializado no fabrico do açúcar, distinguindo-se do *fazedor de açúcar* menos especializado, como indicam os informantes mais idosos, que ainda se recordam desta actividade. O local onde o *fazedor do açúcar* bate o açúcar é denominado *boca de cobre*, em Santiago, e *boca de tacho*, em Santo Antão. O recipiente utilizado para retirar o açúcar do tacho de cobre é o mesmo utilizado para retirar o mel, em Santiago, *reminhola*, *balde* e *carmã*, em Santo Antão, *calamar* e *tiofe*, e em S. Tomé *vasilha* e *lata*.

O açúcar, depois de batido e retirado do tacho de cobre, é colocado num recipiente ou molde onde solidifica, denominado *forma de açúcre* ou *forma de açúkra* ou

simplesmente *forma*, em Santiago e em Santo Antão. Nesta última ilha surge também a designação *forma de mel*, a par da denominação *forma de pane* ou *forma de fazenda*, que indica o material de que esta era feita, neste caso de tecido, sendo necessário colocar um pau na *boca de forma* para deitar o açúcar. Em Santiago, as formas também são designadas pelo material de que são feitas. Nesta região ainda encontramos a denominação *forma de barro*, que não registámos em Santo Antão (provavelmente por ser mais antiga), a par das denominações: *forma de pane*, *forma de metal*, *forma de côco*, *forma (de palha) de bananeira* e ainda *bandeja*, *lata* e *pote*. recipientes usados como formas. Em S. Tomé, além da denominação *forma de açúcar*, encontramos a designação *forma (de barro)*. O furo no fundo da forma de barro, em Santiago, é denominado *broca di forma* e, em S. Tomé, *buraco*, sendo que as formas de metal e de pano não tinham furo, pois não se purgava o açúcar com barro, embora algum mel escorresse naturalmente das formas de tecido e de palha de bananeira. As formas pequenas, geralmente de metal, onde se deita o açúcar de escumas, em Santiago, e o reбуçado das escumas do mel, em Santo Antão, são denominadas *forminhas* e, em S. Tomé, *forminha (de côco)*. O material utilizado para embrulhar e conservar o açúcar, em Santiago e em Santo Antão, é a *corda di bananeira* ou *paja de banana* e, em S. Tomé, também se utiliza a *palha de banana* ou *folha de bananeira*. Ali, denomina-se *enfolha(r) (açúcar)* o embrulhar do pão de açúcar para conservá-lo seco.

O líquido que escorre das formas de açúcar, em Santiago, é denominado *mel di forma*, *mel de açúcar* e *melaço de açúcar*, enquanto em Santo Antão apenas ocorre a denominação *melaço* e em S. Tomé *mel de açúcar* para designar este conceito. Em Santiago, tal como em S. Tomé, as formas são colocadas num *armazém (almazém)* e o recipiente que recebe o melaço das formas é denominado *forma*, *parador* e *lata*, em Santiago, e *lata* e *panela*, em S. Tomé. O açúcar depois de retirado das formas é designado *pedra de açúcar* ou *açúcar em pedra*, *pão pedra*, *forma de açúcar* ou *açúcar di forma* e *açúcar di terra*, em Santiago e em S. Tomé. Salientamos a denominação *pão pedra*, em que se conserva o elemento *pão* do termo antigo da produção açucareira *pão de açúcar*, que designa o açúcar duro de forma cônica retirado das formas de barro.

Os restos de mel ou de açúcar caramelizados que ficam colados ao tacho de cobre são rapados e usados como adoçante ou como reбуçado. Em Santiago, estas crostas de açúcar são designadas *raspa*, *caramelos de mel*, *cocorota di mel*, *cocorota di açúcar*, *caravelha* (com a variante *carasveja*), *raspadura de cobre* e *açúcar di cobre*, enquanto em Santo Antão encontramos os termos *raspadura (do tacho)*, *raspa* e *çucrinha*, e em S. Tomé registámos os termos *caramelo*, *bora de panela*, *cocorota (cocorota, cacarota)* e *rapadura*. O processo de retirar os restos caramelizados do tacho, em Santiago, é denominado *raspa(r) cobre* ou *rapa(r) cobre* e, em Santo Antão, *raspa(r) tacho*. Como podemos verificar, nas duas ilhas, os termos *rapar* e *rapadura* apresentam as formas dominantes *raspar* e *raspadura*. Em Santiago encontramos ainda a denominação *água ferrea* (com as variantes *água fera*, *água esfera* e *águas feras*), que designa a água doce de lavar os restos de mel e de açúcar do tacho, aproveitada para fazer grogue, fermentando juntamente com a calda.

9. Fabrico de aguardente de cana em Cabo Verde e em S. Tomé

Em Cabo Verde, o termo predominante para designar a *aguardente* é *grogue de cana* (*grogue di cana*). Em Santiago também encontramos a designação *grogue de açúcar*, pois dada a falta de cana e o baixo preço do açúcar importado, começa-se a falsificar o *grogue* de cana, fazendo aguardente de açúcar derretido com água. Em S. Tomé, o termo *grogue* ou *grogue (de cana)* é um caboverdianismo, surgindo a par dos termos *aguardente (de cana)* e *cachaça*, e a aguardente feita com açúcar é denominada *cacharamba*.

Em Cabo Verde ocorre o termo *destempera(r)* ou *tempera(r) calda, desagua(r) calda, prepara(r) calda*, em Santiago, e *tempera(r) calda*, em Santo Antão, para referir o processo de misturar a *calda fresca* com a *calda a fermentar* e também ao adicionar água e açúcar para aumentar a produção. Assim, esta mistura de *calda fresca* e fermentada com diferentes graus de sacarose, em Santiago, é denominada *trempa calda*, enquanto em Santo Antão é designada *fermento de calda e tempero de calda*. Em S. Tomé, mais precisamente em Porto Alegre, um caboverdiano idoso indicou que conserva a cana abafada durante alguns dias, o que designou por *curtir* ou *cubar (a cana)*, antes da extracção do sumo, para facilitar a fermentação da calda.

O processo de transformação do sumo da cana num líquido fermentado é nomeado, em Santiago e em Santo Antão, *fermentação da calda*, o que ocorre através do *fermenta(r) calda* e *ferve(r) calda*, em Santiago e em Santo Antão, surgindo ainda a expressão *trabalha(r) calda* em Santiago. Em S. Tomé, além de *trabalha(r) (calda)*, *ferve(r) (calda)* e *fermenta(r) (calda)*, ocorre ainda o termo *cuba(r) calda* e o processo de *fermentação (da calda)* também se denomina *cubação* e *encubação*. Em Santo Antão ocorrem os termos *pipa* e *tonel*, referindo os recipientes de madeira onde a calda fermenta, enquanto em Santiago, além dos termos *pipa*, *barril* e *vasilha*, surgem os termos *barricas de fermentação* e *bidão*, e em S. Tomé ocorrem os termos *cuba* e *tambor*, que designam recipientes de plástico usados para o mesmo efeito.

Em Cabo Verde e em S. Tomé, junta-se (*a*)fermento ou *açúcr*a ao sumo da cana para ajudar a fermentação. A espuma da fermentação do sumo da cana é denominada *escuma*, em Cabo Verde, e *escuma (de calda)* ou *scuma, palha, nata* e *cachaço*, em S. Tomé, onde o retirar a espuma da calda é designado *desnata(r)*. O sumo da cana fermentado, em Santiago, é designado *calda morta*, *calda fermentada* e ainda *calda armado*, *calda chegada (calda chigada)* ou *calda chegada e borra*; enquanto em Santo Antão ocorrem os termos *calda fermentada* e *calda ponteada* (com as variantes *calda panteada* e *calda pontuada*) e, em S. Tomé, predomina o termo *calda cubada*, a par de *calda chegada(a)*, *calda pronto(a)*, *calda branda* e *calda fermentada*.

A gradação do sumo da cana fermentado é denominada, em Santiago, *ponto di calda* e, em Santo Antão, *peso de calda*. Em Cabo Verde, a calda fermentada, antes de passar para o alambique, é colocada num recipiente denominado *parador di calda*, em Santiago, *funil de alambique*, em Santo Antão, e *funil, rede* e *tambor*, em S. Tomé. O processo de transformação do sumo da cana fermentado em aguardente, separando o álcool da água, em Cabo Verde e em S. Tomé, é denominado *estilação* ou *destilação*, o que ocorre através do *ferve(r) calda*, *destila(r) calda* ou *estila(r) calda*.

Em Santiago e em Santo Antão, apenas encontrámos o termo *(a)lambique* (com as variantes *lambiche* ou *lambitche*), para designar a caldeira de destilação de aguardente de cana, enquanto o recipiente colocado sobre o fogo é denominado *caldeira*, *caldeiro*, *caldeira de alambique* e *(a)lambique*, confundindo-se com o primeiro conceito, ou seja, a parte com o todo, uma vez que apresenta uma denominação comum. Em S. Tomé, os termos *lambique* e *tambor* designam o recipiente em que se destila a aguardente e o local onde ocorre a destilação é denominado *casa de destilar*, *casa de lambique* e *casa de fazer aguardenie*.

A parte do alambique por onde se introduz o sumo da cana, em Santiago, é denominada *boca di (a)lambique*, enquanto em S. Tomé é designada *boca de tambor*. A parte do alambique que faz a ligação entre a caldeira e o tubo de condensação é designada *capacete*, em Santiago e em Santo Antão, e, em Santo Antão, encontrámos ainda os termos concorrentes *cabeção* e *capitel*. O tubo de condensação do alambique, onde ocorre o arrefecimento da aguardente, é denominado, em Santiago e em Santo Antão, com o termo *serpentina* e, em Santo Antão, surgem ainda os termos *bicha* e *cano*, enquanto em S. Tomé apenas ocorre o termo *(tubo de) serpentina*. O recipiente com água que permite a condensação da aguardente é denominado *tanque (de alambique)*, em Cabo Verde e em S. Tomé, enquanto a parte do alambique por onde sai a aguardente é designada *boca de serpentina*, em Santiago, e *boca de cano*, em Santo Antão.

A primeira aguardente que sai do alambique é designada, em Santiago e em Santo Antão, *cabeça de grogue* e, em Santo Antão, encontrámos ainda os termos *cabeça do garrafão* e *cabeçada*, enquanto em S. Tomé registámos os termos *cabeça (de aguardente)* e *álcool (de aguardente)* e ainda o termo *soro (de aguardente)* para designar o líquido que sai do alambique antes da primeira aguardente. Em Santo Antão, a mistura da aguardente mais forte com a de graduação inferior é denominada *tempero de grogue*. Em Santiago, a aguardente com a graduação regular é denominada *brando* e a última aguardente mais fraca que sai do alambique é denominada *água-pé*, *rapé* e *grogue brando* (por confusão com a aguardente normal), enquanto em Santo Antão é nomeada sobretudo *rapé*, mas também *rabo de alambique*. Em S. Tomé, a aguardente com a graduação normal é denominada *brando* e a última aguardente mais fraca *água-pé*, tal como em Santiago.

A quantidade de álcool contida na aguardente, em Santo Antão, é designada *gradação*, *grau* e ainda *peso de grogue*, enquanto em Santiago, além do termo *grau*, ocorre o termo *ponto di grogue*. Em S. Tomé registámos os termos *grau* e *peso* para denominar o mesmo conceito. Em Cabo Verde e em S. Tomé, o instrumento utilizado para ver a graduação do sumo da cana fermentado e da aguardente também é denominado *grau* e *termómetro (temómetro)*, e ainda *nível* em S. Tomé. O processo de verificar a graduação do sumo da cana fermentado e da aguardente é denominado, em Santiago, *ver o grau da calda*, *ver o ponto* e ainda *pesar o grogue* e, em Santo Antão, *pesar a calda* e *pesar o grogue*, enquanto em S. Tomé designa-se apenas *ver (o) grau*.

Em Cabo Verde, embora já se utilize o grau para ver a graduação da aguardente, ainda se conserva o processo tradicional de deixar cair o grogue de um recipiente para

outro, sendo a quantidade de bolhas indicativo do grau de álcool da bebida. Os recipientes utilizados para ver, artesanalmente, o grau da aguardente, em Santiago e em Santo Antão, são denominados *calamar* (*carimã* ou *calmã*) e *copo de côco* e, em Santiago, este último recipiente é ainda designado *copo de fornalha* e *copo de grogue*. Em S. Tomé, os meios utilizados para ver artesanalmente o grau da aguardente são um prato de vidro usado para pegar fogo na aguardente, cheirar a aguardente, prová-la e ver a sua escuma. Em Santiago, o processo de verificar o grau do grogue, deixando-o cair de um copo de côco para um calamar, é denominado *bentea(r) grogue* ou *ventea(r) grogue*. As bolhas de espuma formadas no grogue, indicando maior ou menor graduação, são chamadas *espuma* ou *escuma*, enquanto em Santo Antão são denominadas *ilhós*, *alhófes do grogue* ou *esilháfe*, e, em S. Tomé, *escuma de aguardente* e *renho*.

A quantidade de aguardente destilada de uma vez no alambique, em Santiago, é denominada *lambique di calda* e *alambicada (de calda)*, termo comum a Santo Antão. O processo de destilar segunda vez a aguardente de inferior qualidade é designado *restila(r)*, em Santiago, e a aguardente redestilada é nomeada *aguardente refinada*. Os resíduos que ficam no fundo do alambique, em Santiago e em S. Tomé, são denominados *recalda*, enquanto em Santo Antão são designados *azugre* ou *azugra*.

O trabalhador responsável pela destilação da aguardente de cana no alambique é denominado *fornalheiro*, *grogueiro* e *fabricador de grogue*, em Santiago, e *(a)lambicador* (forma derivada do nome *alambique* com o sufixo *-ador*), em Santo Antão, enquanto em S. Tomé registámos os termos *fazedor de aguardente*, *fabricador de aguardente*, *estilador* e *mestre*. O trabalhador que faz e repara os instrumentos de cobre do alambique, em Santiago, é designado *homem de lambique* e *funileiro* e, em Santo Antão, *fulineiro*. Em Santo Antão, a aguardente depois de pronta é guardada num *garrafão*, em *barris* ou num *tonel* e, em Santiago, é depositada em *garrafões*, *barris*, *pipas*, *vasilhas* e ainda num recipiente denominado *bandeja* e *boia*, enquanto em S. Tomé apenas encontramos o termo *garrafão* para designar o mesmo conceito. Nesta região, o indivíduo que bebe muita aguardente é denominado *cachaço*.

A conservação da tecnologia rudimentar e artesanal de extracção do sumo da cana e de fabrico de mel, açúcar e aguardente de cana possibilitou a permanência da terminologia açucareira antiga em Cabo Verde e em S. Tomé, nomeadamente os termos: *trapiche*, *forma de açúcar*, *mestre de açúcar*, *coada*, *escumadeira*, *rapadura*, *açúcar de escumas* e *açúcar de mel*.

Em S. Tomé encontram-se as terminologias açucareiras de Santiago (termos mais antigos, que não encontramos em Santo Antão, por se tratar de uma ilha colonizada mais tarde), nomeadamente as unidades terminológicas: *reminhola*, *cobre*, *caravelha*, *panovelho* e *cocorota*, e de Santo Antão, designadamente os termos: *tacho*, *peso*, *(a)çucrinha* e *rapadura*, entre outros.

A realização de inquéritos linguístico-etnográficos sobre a produção açucareira, em Cabo Verde (ilhas de Santiago e de Santo Antão) e em S. Tomé, além de nos fornecer importantes informações sobre a terminologia e a tecnologia actual desta actividade agro-industrial, permite-nos contribuir para a reconstituição dos termos e das técnicas da primitiva produção açucareira madeirense, transplantada para aquelas ilhas atlânticas.

Síntese por concatenação de variantes regionais: o falar do Porto

*Silvana Paiva¹, Lurdes de Castro Moutinho^{1,2}
e António J. S. Teixeira^{3,4}*

¹Centro de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro

²Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro

³Instituto de Engenharia Electrónica e Telemática de Aveiro (IEETA)

⁴Departamento de Electrónica e Telecomunicações, Universidade de Aveiro

1. Objectivos

Com o advento do processamento computacional da Língua Portuguesa, onde se inclui a síntese de fala, torna-se necessário criar condições para que, também neste âmbito, as variantes sejam consideradas. Um dos pontos-chave na aceitação dos sistemas de voz pela generalidade dos utilizadores, condição para a utilização generalizada desta tecnologia, prende-se com a necessidade dos sistemas estarem o mais próximo possível dos utilizadores, isto é, serem capazes de reproduzir as variantes próprias de um determinado espaço dialectal.

Concretamente, é nosso objectivo criar uma voz, de acordo com uma variante dialectal, a do Porto, para o sistema Festival, sistema aberto e com facilidade de adição de vozes para novas línguas, usando a síntese por concatenação de difones, uma das técnicas mais habituais na área da síntese.

Assim, o trabalho confronta alguns aspectos conhecidos da variedade normativa do Português Europeu (PE) com a variedade do Porto. Desta forma, foram seleccionados dois informantes: um, com realizações fonéticas características do falar do Porto; um outro que, não possuindo nenhuma marca própria de um qualquer falar, foi considerado um representante da variedade padrão.

Uma vez que este trabalho descreve e analisa fenómenos linguísticos que estão sujeitos a grande variação (dos quais os falantes podem ou não ter consciência), não pode, nem pretende ser, um estudo exaustivo da variedade dialectal do Porto. O estudo procura sobretudo salientar a importância que a variação linguística pode ter nos estudos linguísticos e nos estudos de síntese de voz.

2. Variantes e variação

Apesar da aparente homogeneidade da Língua Portuguesa desde há longas décadas que é reconhecida a existência de variação no PE, pelo que dialectólogos portugueses, com base nas suas investigações, constituíram o mapa dialectológico dos dialectos

continentais. Nesses mapas, são apresentadas as variantes encontradas em cada uma das áreas linguísticas por eles definida.

De acordo com os estudos dialectológicos que têm sido levados a cabo, podem ser identificados em Portugal Continental dois grupos de Dialectos, com base em diferenças fonéticas muito conhecidas. Cintra (1971(1983)) fala destes dialectos referindo-se ao “português setentrional” e “português centro-meridional” (op.cit., p.145)

Ainda que, em cada dialecto, o autor reconheça subdivisões, a verdade é que toda a zona, numa linha transversal, passando a Norte de Aveiro e abaixo de Castelo Branco pertenceria ao dialecto Setentrional, sendo o restante território continental pertencente ao dialecto Centro-meridional.

Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva (1959,1962), no *Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal*, fazem já a distinção entre dialectos, falares e variedades. Boléo reconhece os dialectos mirandês, riorionês e guadranês, considerando todos os outros como falares. Leite de Vasconcelos (1901) refere o dialecto interamneso, o dialecto transmontano, o dialecto beirão e o dialecto meridional.

Apesar da existência de algumas diferenças quanto ao nome atribuído aos dialectos, ao longo do tempo, parece-nos, actualmente, existir um consenso na aceitação da classificação proposta por Lindley Cintra (1971(1983)).

Nos dialectos Setentrionais, destaca-se o falar do Porto, merecedor de uma atenção particular nos vários estudos dialectais.

2.1.1 Alguns aspectos caracterizadores do falar do Porto

Se tentarmos reunir o que ao longo dos estudos referidos tem sido dito acerca das características do falar do Porto, podemos destacar as seguintes:

- Em posição final, depois de ditongo ou consoante líquida [l] e [r], ocorre um fenómeno de paragoge, pela realização da vogal [@].
- A vogal [o] sofre um fenómeno de ditongação, desde que ocorra em posição acentuada, independentemente do contexto fonético e da posição na palavra.
- Manutenção do ditongo [ow] em posição inicial, medial e final, independentemente da posição do acento.
- A vogal nasal [o~] sofre um fenómeno de ditongação, desde que ocorra em posição acentuada, em posição inicial e medial na palavra, independentemente do contexto fonético.
- As vogais [ɔ], [a] e [e] sofrem um fenómeno de ditongação, desde que ocorram em posição acentuada, antes das consoantes palatais [j], [ʎ] e [z] e da semivogal [j].
- A consoante [v], independentemente do contexto fonético em que ocorre e da posição na palavra, sofre um processo de substituição ocorrendo a bilabial oclusiva [b].

Embora estas características se estendam a outros falares do distrito do Porto, elas são, sem sombra de dúvida, ainda hoje também características dos portuenses. Isto é, quando um habitante do Porto ou do seu distrito se desloca a outras zonas do país, sobretudo para sul, é, pelos seus traços linguísticos, imediatamente reconhecido como “falando à Porto” ou sendo do Porto.

2.1.2 O Falar do Porto: breve estudo sobre a situação actual

Uma vez enunciados os fenómenos fonéticos característicos desta variedade, surge a necessidade de testarmos a sua actualidade. De acordo com toda a informação recolhida nos estudos acima enunciados, tornou-se fundamental, antes de prosseguir com a criação da voz, fazer um estudo experimental sobre estes fenómenos.

Para aferir a actualidade e pertinência dos fenómenos fonéticos referidos por outros autores, decidimos realizar um estudo de caso. Para isso, procedemos a uma gravação informal, assim como à audição informal dos portuenses. Depois de procedermos à segmentação e análise das gravações efectuadas, constatámos que os fenómenos e traços diferenciadores referidos como característicos do falar do Porto ainda se mantêm, tendo mesmo sido encontradas outras variantes fonéticas, o que justifica, não só o aprofundamento do seu estudo, bem como a criação de uma voz com as características deste falar.

Por razões óbvias, os resultados detalhados da gravação acima referida, não cabem no âmbito deste artigo.

3. Construção da Voz

3.1 Definição do inventário de fones

O primeiro desafio na construção de uma voz consiste na definição dos fones necessários. As maiores dificuldades prendem-se, neste caso, com a existência ou não de vogais nasais adicionais, o [E~] e [a~] (Sampson, 1999). Optámos por incluir as duas na lista de fones.

3.2 Definição do corpus a gravar

Como para a síntese por concatenação de difones se torna necessária uma base de dados, contemplando todas as combinações de dois fones passíveis de utilização em palavras e/ou sequências de palavras da língua, é necessário definir um corpus a gravar. Muitas vezes, para simplificar a tarefa de criação do corpus, opta-se por sequências de fones que não constituem palavras. No nosso caso, optámos por utilizar palavras, de forma a tornar a tarefa de elocução pelo informante mais natural.

Começámos por produzir, automaticamente, todas as combinações de dois fones (mais o silêncio). De seguida, e por iterações sucessivas, foram procuradas palavras contendo as sequências. Depois de preenchidos os casos mais simples com palavras

comuns, seguiu-se a busca sistemática para certos tipos de sequências mais problemáticas. Numa fase mais avançada, foram consideradas sequências apenas existentes entre palavras e estrangeirismos. Foi feita uma pesquisa bastante minuciosa em dicionários de estrangeirismos (Machado, 1994 e Schmidt-Radefeldt, 1997) e na Linguateca. Pretendia-se, assim, dotar a voz da capacidade de pronunciar palavras estrangeiras, pelo menos as resultantes dos recentes movimentos migratórios, muito visíveis na região do Porto.

A elaboração da lista de palavras teve em conta: a substituição do [v] pelo [b], a utilização frequente de [ə] no final de palavra, a consonantização e palatalização de vogais nasais em posição final (*sim*, [si~jə]) e a redução do ditongo nasal [6~w~] à vogal nasal [o~], traços vulgarmente atribuídos a este dialecto. Também foram considerados os fenómenos de ditongação, sendo disso exemplo as palavras *toda* [ˈtodɔ] e *pote* [ˈpɔtə], que o portuense realiza [ˈtwɔdɔ] e [ˈpwɔtə], assim como *malha* [ˈmaLɔ] e *tenho* [tɛJu], realizadas desta feita como [ˈmajLɔ] e [ˈtɛjɔ].

O nosso corpus é constituído por cerca de 1100 palavras, correspondentes ao mesmo número de difones, num total de 1599 difones teoricamente possíveis.

A lista de palavras do nosso corpus foi constituída utilizando o alfabeto fonético SAMPA e as transcrições foram realizadas segundo a variedade normativa. Apenas foram transcritas de acordo com a variante do Porto as sequências que nos parecem ser específicas e pertinentes para o estudo.

3.3 Gravação e anotação

Após a construção da lista de palavras, passámos à gravação do corpus. Utilizámos o sistema EMU (<http://emu.sourceforge.net/>) para a gravação, visto ser um programa que nos facilitava as tarefas de gravação e anotação, tendo acesso, ao mesmo tempo, ao espectrograma e ao oscilograma.

Foram seleccionados dois informantes: um, com realizações fonéticas características do falar do Porto (Raul); um outro (Luís), representante da variedade padrão.

A gravação foi feita no laboratório de Fonética do Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

A anotação foi feita inicialmente de forma automática e, posteriormente, sujeita a uma correcção manual, de forma a eliminar alguns erros da anotação automática. Considerámos pertinente a anotação não só do difone em estudo, mas de todos os fones de cada uma das sequências, para obtermos o máximo de informação possível.

Os detalhes referentes à criação da voz, bem como os comandos usados no processo, estão fora do âmbito deste artigo.

4. Teste perceptual para avaliação da qualidade da voz

Para a avaliação da inteligibilidade dos sinais produzidos, foi efectuado um teste para a avaliação das vozes. De entre os vários testes possíveis, foi escolhido o mais utilizado: o método de classificação de estímulos em cinco categorias, entre o mau e o excelente, que corresponde a uma pontuação de um a cinco e do qual resulta uma opinião média. Este teste é habitualmente designado por teste *Mean Option Score* (MOS).

4.1 Procedimento

O teste MOS foi realizado, recorrendo a um programa de computador (Teixeira, 2000), cuja interface com o utilizador permitia aos ouvintes atribuir a classificação utilizando o rato, permitindo, também, a audição do estímulo as vezes que o ouvinte desejasse. Só depois de classificar cada estímulo é que o computador realiza o estímulo seguinte.

A pergunta realizada aos ouvintes foi: “A voz é do Porto?”

Na classificação dos estímulos, os ouvintes utilizaram a seguinte escala: 1 – Não é de certeza do Porto; 2 – Não parece ser do Porto; 3 – Talvez sim, talvez não, não consigo decidir; 4 – Talvez seja do Porto; 5 – É com muita certeza do Porto.

Para permitir obter informação acerca da consistência das respostas de cada ouvinte e para se obter um número maior de avaliações, cada estímulo foi apresentado duas vezes para avaliação. A ordem de apresentação foi aleatória, no entanto, para cada ouvinte, a sequência era a mesma. O teste foi realizado individualmente, numa sala com ruído baixo a moderado, sendo os estímulos apresentados a um ouvinte de cada vez, com utilização de auscultadores.

4.2 Estímulos

Optámos por escolher pequenas frases que foram retiradas aleatoriamente do jornal *O Público*, nos dias 31 de Janeiro e 9 de Fevereiro do presente ano de 2005 que, depois de normalizado, isto é, com os números, as siglas e as abreviaturas tratados, constitui o nosso *corpus*. Devemos referir que, ao escolher as frases, houve a preocupação de seleccionar algumas, como é o caso da frase “o dever de votar”, onde os fenómenos característicos da variedade do Porto tivessem maior probabilidade de ocorrência. Estas deveriam facilitar ao ouvinte a sua decisão, permitindo-lhe reconhecer a voz como sendo do Porto e avaliando-a, por isso, com o máximo da pontuação.

Após a normalização, procedemos à transcrição automática das frases recolhidas, usando um sistema de conversão grafema-fone, baseado em regras, em desenvolvimento no Centro de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro (Oliveira *et al.*, 2004). Efectuámos manualmente a correcção/verificação das anotações geradas pelo sistema automático, de forma a colmatar as incongruências existentes.

De seguida, retirámos algumas pausas, uma vez que a nossa voz não tem implementados os módulos referentes à prosódia. Finalmente, procedemos à adaptação manual da transcrição para a pronúncia do Porto.

Cada uma das realizações obtidas para cada uma das frases foi sintetizada, utilizando ambas as vozes. Desta forma, foi possível obter quatro estímulos para cada frase: a voz standard com as regras standard, a voz standard com as regras da pronúncia do Porto, a voz do Porto com as regras standard e a voz do Porto com as regras da pronúncia do Porto.

4.3 Os ouvintes

Participaram nos testes 6 ouvintes, sendo três do sexo masculino e três do sexo feminino, todos falantes nativos do Português Europeu, naturais e residentes, na sua maioria, na zona litoral norte do país. As idades variavam entre os 22 e os 28 anos. Os níveis de escolaridade cobrem um intervalo situado entre o ensino secundário e a licenciatura, inclusive. Todos os ouvintes têm contacto com o Falar do Porto, apresentando, também eles, algumas características desse falar.

Para aferir a consistência das respostas de cada ouvinte, foi calculada a percentagem das decisões iguais entre as duas repetições da totalidade dos estímulos (coluna % igual). Como uma pequena diferença é muitas vezes insignificante, calculámos também as vezes que as respostas diferiam no máximo de 1 ponto.

Os maus resultados de um dos ouvintes na consistência entre as duas repetições levaram-nos a não o considerar para processamento.

4.4 Os resultados

Numa primeira análise, interessa-nos saber a média de cada voz, com e sem conversão grafema-fone, adequada à variante em estudo.

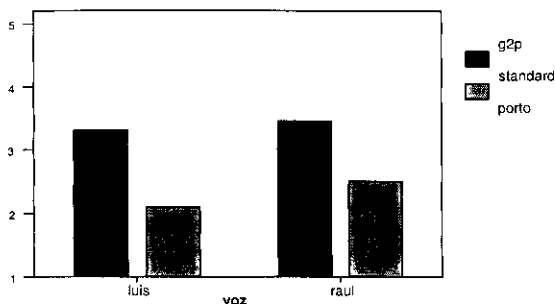


Figura 1 – Média de aceitação das vozes com e sem regras de conversão grafema-fone

Na Figura 1, encontramos do lado esquerdo a voz do Luís e do lado direito a voz do Raúl. As barras mais escuras representam as vozes onde foram aplicadas as regras passíveis de caracterizar a voz do Porto, sendo as outras respeitantes às vozes com as regras com características da variedade normativa.

Em termos médios, as vozes obtêm uma melhor classificação quando são aplicadas as regras do Falar do Porto. Ao aplicarmos as regras standard, os ouvintes preferem, apesar disso, a voz do Raúl, como podemos observar pelos resultados apresentados na figura.

Se analisarmos as vozes, tendo em conta a variação das respostas (dispersão), usando um intervalo de confiança a 95% para média, obtemos a Figura 2 abaixo apresentada.

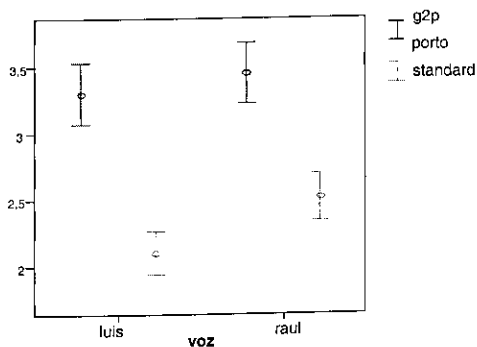


Figura 2 – Média de aceitação das vozes com e sem regras de conversão grafema-fone com um intervalo de confiança de 95%

A diferença entre a voz do Raúl e a do Luís, com as regras de conversão standard, é significativa. Os seus intervalos de confiança não se sobrepõem. Também é significativa a diferença entre as vozes com e sem a utilização das regras de conversão grafema-fone do Porto.

4.4.1 Resultados para as várias frases

Numa segunda análise, exemplificamos e apresentamos algumas frases, cujos resultados são pertinentes para este estudo. Estes resultados representam a avaliação média atribuída por todos os ouvintes.

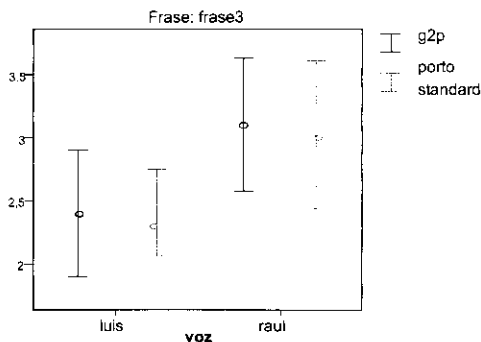


Figura 3 – Resultados da aceitação das vozes para a frase 3

A frase 3, na Fig. 3, “Quase metade das famílias portuguesas habita em casas frias”, mostra que quando aplicadas as regras de conversão grafema-fone relativas à voz do Porto, melhora a qualidade das duas vozes. Manifesta-se uma preferência pela voz do Raúl, mesmo aplicando as regras do Porto à voz do Luís. Assim, a voz do Raúl sem aplicação de regras do Porto, continua a ser manifestamente preferida. A voz parece ser determinante para distinguir as produções com pronúncia standard, das produções com pronúncia da variante do Porto. Para efeitos de síntese, parece ser importante que a voz gravada contenha já algumas características da variante que se pretende sintetizar.

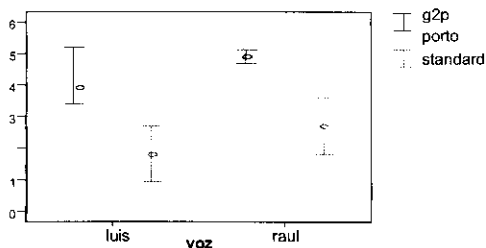


Figura 4 – Resultados da aceitação das vozes para a frase 5

Remetendo para a frase 5 (Fig. 4), “futebol clube do porto foi hoje agraciado pelo governo com a medalha de mérito turístico”, demonstra que a junção dos dois factores, a voz e as regras de conversão grafema-fone da variante do Porto, permite aos ouvintes classificar, com poucas dúvidas, a frase. Apesar da voz do Luís, com a aplicação das regras de conversão grafema-fone relativas à Porto, ter uma boa classificação, ao

observarmos o gráfico é notória a importância da classificação da voz do Raúl com as regras do Porto, resultando uma média próxima de 5, obtendo, assim, a pontuação máxima. Isto é: “é com muita certeza do Porto”, principalmente num intervalo de confiança de reduzida amplitude.

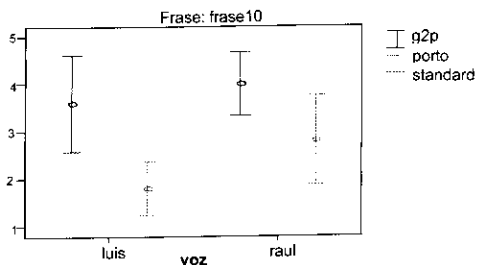


Figura 5 – Resultados da aceitação das vozes para a frase 10

Na frase 10, “bloco diz que a igreja não deve tomar posições políticas”, confirma-se a preferência pela voz do Raúl.

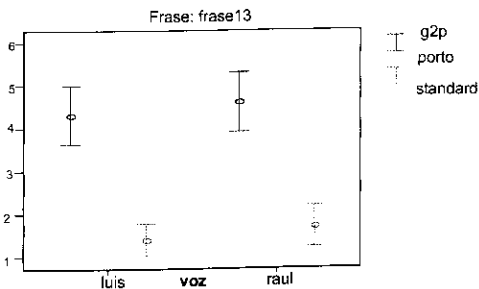


Figura 6 – Resultados da aceitação das vozes para a frase 13

Uma última frase, a 13, “o dever de votar”, realça a importância das regras e sua inclusão na criação das vozes. A diferença nas classificações é, de facto, notória, principalmente quando se trata de frases de tamanho reduzido.

4.4.2 Influência da diferença entre a pronúncia do Porto e standard

Numa terceira análise, comparámos os resultados, tendo em conta a ocorrência ou não de fenómenos fonéticos característicos do Falar do Porto.

Para cada frase, foram determinados os fenómenos modificadores de pronúncia entre o standard e o Porto. De seguida, foram contadas quantas inserções, alterações e elisões ocorreram, utilizando-se a soma desses valores como indicativo do grau de mudanças.

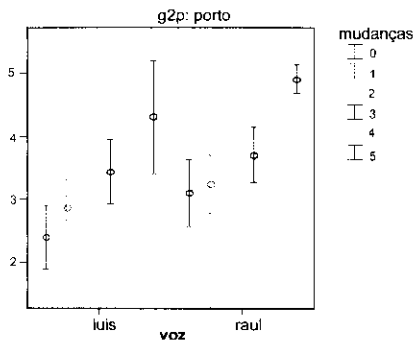


Figura 7 – Avaliação das vozes em função do número de mudanças com as regras de conversão grafema-fone do Porto

Analisando a figura, tendo em conta a realização das frases, aplicando as regras de conversão grafema-fone relativas à voz do Porto, verificamos que as vozes apresentam comportamentos diferentes.

É notório que a classificação obtida pela voz do Luís está intrinsecamente ligada ao aumento das alterações/fenómenos característicos do Porto. Ou seja: quanto mais regras aplicarmos na voz do Luís, mais elevada é a sua classificação. Este aumento é progressivo como podemos constatar na figura.

A voz do Raúl é mais insensível à inserção dos fenómenos, apresentando-se de forma geral com um valor médio próximo de 3. Apenas quando lhe adicionamos o número máximo de regras, e só neste caso, é que o seu valor difere, obtendo uma pontuação muito próxima do 5, a pontuação máxima.

As regras são também um factor relevante para a aceitação/rejeição da voz como sendo do Porto.

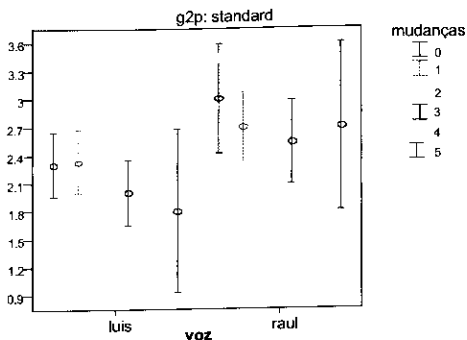


Figura 8 -- Avaliação das vozes em função do número de mudanças com as regras de conversão grafema-fone standard

Fazendo uma análise similar, na figura 8, agora com a aplicação das regras de conversão grafema-fone da voz standard, concluímos que, sem as regras características de um falar, a voz propriamente dita torna-se muito mais importante para a avaliação das realizações produzidas.

Quanto mais diferenças existem para a voz do Porto, pior é a classificação da voz do Luis com pronúncia standard. A sua pior média encontra-se quando a frase apresenta o maior número de fenómenos do Porto.

A voz do Raúl, com pronúncia standard, mantém-se com valores superiores. Esta apresenta-se mais imune às regras, apresentando novamente uma média alta.

5. Comentários finais

Motivados pela variação linguística do Português Europeu e da inexistência de vozes sintéticas referentes a essas mesmas variantes, trabalhámos na criação de uma voz sintética do falar do Porto, que denominamos de Voz do Porto.

Surgida a necessidade de termos outra voz, característica da variedade normativa, que nos permitisse avaliar a voz do Porto em comparação com a standard, gravámos o mesmo material, mas desta vez com um informante com características da variedade padrão, repetindo todo o processo da criação da voz.

O resultado principal deste trabalho é a voz criada. Esta voz poderá ser usada como ferramenta em testes de percepção, para testar as diferentes produções na realização de palavras.

Outro dado importante é a obtenção da confirmação, com base nos resultados obtidos, de que a criação de vozes para variantes, como o Falar do Porto, passa, não só pela criação e aplicação de regras de pronúncia adequadas, mas também pela criação de vozes com falantes dessa variante.

Para além disso, constatámos que, quando a variante em estudo se afasta da realização da considerada standard, a inclusão das regras de pronúncia da variante em estudo permite obter bons resultados. No entanto, em muitas situações, principalmente quando a variante se aproxima da realização considerada standard é necessária a utilização de uma voz da variante que pretendemos criar para a obtenção de bons resultados.

Este trabalho tem constituído um desafio e uma forma interessantíssima de aplicação e ponto de partida para investigação na área da Linguística.

Referências Bibliográficas

- BOLÉO, M. P. e Santos Silva, M. H. (1961) O Mapa dos dialectos e falares de Portugal Continental. *Boletim de Filologia*, 20.
- CINTRA, L. F. L. (1983) *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, Sá da Costa.
- LEITE de Vasconcellos (1901) *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. Thèse de Doctorat, Université de Paris.
- MACHADO, J. Pedro (1994) *Estrangeirismos na Língua Portuguesa*. Coleção Linguística, Editorial Notícias.
- MOUTINHO, L., (1988) *Analyse Sociolinguistique du Parler de Porto: Etudes phonétiques et phonologiques*. Thèse Doctorat, Université Strassbourg.
- MOUTINHO, L. (2001) *Falar do Porto com todos os bês*. Campo das Letras, Porto.
- OLIVEIRA, C. et al. (2004) Um novo sistema de conversão grafema-fone para o PE baseado em transdutores. *Actas do II Congresso Internacional de Fonética e Fonologia*, Universidade Federal do Maranhão (no prelo).
- SAMPSON, R. (1999) *Nasal Vowel Evolution in Romance*. Oxford: Oxford University Press.
- SCHMIDT-Radefeldt, J. (1997) *Dicionário dos anglicanismos e germanismos na Língua Portuguesa*. Frankfurt: TFM.
- TEIXEIRA, A. (2000) *Síntese Articulatória das Vogais Nasais do Português Europeu*. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro.

***De constructione linguae lusitanae: a teoria sintáctica
na Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda
(Lião, 1672) do P^c Bento Pereira (S. I.)***

Rogelio Ponce de León Romeo
Universidade do Porto

I. Considerações preliminares

I.1. A sintaxe nos séculos XVI e XVII: do Latim ao vernáculo

São bem conhecidas as decisivas repercussões culturais que teve o aparecimento dos *studia humanitatis*; entre elas, destaca o estabelecimento da língua latina como veículo universal de cultura e, por consequência, o desenvolvimento da descrição gramatical que supõe, segundo a postura defendida por Eustaquio Sánchez Salor (1996) – a propósito da *Minerua seu de causis linguae latinae* (Salamanca, 1588) de Francisco Sánchez de las Brozas –, a ruptura com a teoria especulativa medieval, mas também a continuidade com esse mesmo modelo. Neste contexto, não há dúvida de que, dos livros que integram as *Artes* gramaticais renascentistas, é a sintaxe o objecto preferido de reflexão teórica por parte dos gramáticos: não são só os defensores da gramática filosófica, como Júlio César Escaligero com o *De causis linguae latinae* (Lião, 1540) ou o Brocense com a já referida *Minerua* – na esteira dos princípios defendidos nos *De emendata structura latini sermonis libri sex* (Londres, 1524) do britânico Tomás Linacro – que se ocupam com pormenor da *constructio*; os gramáticos normativistas, como António de Nebrija, João Despautério ou Manuel Álvares, mais preocupados com o ensino da língua latina segundo o modelo dos clássicos, também desenvolvem de forma exaustiva esta parte da gramática. Portanto, podemos verificar este facto tanto nos partidários da gramática das *rationes*, como nos da gramática do *usus*.

Paradoxalmente, nas *Artes* vernaculares que começaram a publicar-se a partir de finais do século XV, podemos constatar o fenómeno contrário; isto é, o descuido, no que diz respeito à descrição das estruturas sintácticas das línguas nacionais, pelo menos se se compara com outras partes da gramática como a morfologia (Ramajo, 1987: 211-212; Padley, 1988: 226). No âmbito da produção gramaticográfica peninsular, é, com efeito, bem sabida a pouca importância que concede Fernão de Oliveira na *Gramática da linguagem portuguesa* (Lisboa, 1536) à sintaxe, a qual ocupa página e meia, segundo o autor, porque tinha preparada uma obra sobre o tema: «Nesta derradeira parte, que é da construção ou composição da língua, não dizemos mais, porque temos começada hũa obra em que particularmente e com mais comprimento falamos della» (2000[1536]: 153). O certo é que esta obra de que fala Fernão de Oliveira nunca parece ter sido

publicada. O caso da *Gramática de la lengua castellana* (Salamanca, 1492) de António de Nebrija e da *Gramática da lingua portuguesa* (Lisboa, 1540) de João de Barros parece-nos ligeiramente diferente, na medida em que apresentam capítulos sobre a matéria sintáctica consideravelmente mais extensos do que o referido capítulo de Fernão de Oliveira, mas, ainda assim, o desenvolvimento das relações entre as partes da oração é menor se comparado com o que lhes é dado nas *Artes* gramaticais latinas compostas na mesma época. Por outro lado, nas gramáticas vernaculares de Nebrija e João de Barros, verifica-se uma forte influência da descrição gramatical do Latim, fenómeno que se pode observar na sintaxe. Assim, António de Nebrija baseia a construção do Castelhana num duplo eixo, habitual nas gramáticas latinas: concordância e regência (1989[1492]: 217-222); a respeito desta última, dedica um capítulo à «construcción de los verbos después de sí» e outro à «construcción de los nombres después de sí» (1989[1492]: 219-222); finaliza o livro quarto com os *vitia constructionis*: o solecismo e o metaplasmo, além do barbarismo, bem como as figuras de construção (1989[1492]: 223-236). Muito semelhante parece ser o tratamento da sintaxe na *Arte* de João de Barros, se bem que com certas divergências estruturais entre este e o humanista andaluz, como sublinhou Maria Leonor Carvalhão Buescu (1984: 92).

Seja como for, o desenvolvimento da matéria sintáctica nas *Artes* romances viu-se condicionado, durante os séculos XVI e XVII, por razões de natureza diferente:

- i) Num plano teórico, a tendência racionalista – impulsada, como já foi mencionado, por Escalígero e pelo Brocense – originou a redução de regras supostamente supérfluas em benefício de um conjunto de escassos preceitos sintácticos gerais a partir dos quais se podiam explicar, com o auxílio de certos procedimentos como a elipse, as numerosas excepções na «estrutura superficial». Claros exemplos de sintaxes gerais, no contexto peninsular, aparecem no *Methodo grammatical para todas as linguas* (Lisboa, 1619) de Amaro de Roboredo, onde se consagram ao estudo sintáctico apenas sete páginas no livro primeiro (2002[1619]: 47-53) e oito no livro terceiro (2002[1619]: 71-78), e na *Arte de la lengua española* (Salamanca, 1625) de Gonzalo Correas (Martínez, 1994, III: 429).
- ii) Numa vertente metodológica, as gramáticas vernaculares descaram, de forma consciente e por variadas razões, o ensino da estruturas sintácticas da língua objecto de estudo; por exemplo, o anónimo autor da *Gramática de la lengua vulgar de España* (Lovaina, 1559) exclui do plano da obra a sintaxe, pois pode ser aprendida pelo uso:

Desta [da língua espanhola], pues, quiero dar al presente tales reglas i preceptos, que todo hombre de qualquier nación que fuere, pueda mui fácilmente i en breve tiempo tiempo hablarla i escribirla más que medianamente, lo qual, para bien i perfectamente hazerse, deuia tratarse en quatro maneras dichas: Ortografía, Etimología, Sintaxe i Prosodia; pero io, dexando estas dos postreras partes al uso común de do se aprenderán mejor i más fácilmente, sólo trataré de las dos primeras, porque dellas depende la conición necessaria desta lengua (1966[1559]: 9).

Outro exemplo é possível observar nas *Reglas gramaticales para aprender la lengua española y francesa* (Oxford, 1586) de António del Corro, nas quais este autor não faz senão, em palavras de Lidio Nieto, «una llamada de atención sobre la importancia que tiene la sintaxis para el perfecto dominio de la lengua» (1988: 74).

1.2. A Arte de Bento Pereira: características gerais

Neste contexto gramaticográfico, vai redigir o P^o Bento Pereira a *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda*, uma obra composta quase integralmente em Latim. A escolha desta língua como veículo de aprendizagem pode aparentemente resultar estranha, mas justifica-se pelos objectivos e pelos destinatários. Com efeito, a gramática portuguesa do jesuíta vai dirigida principalmente a leitores não nativos, tal como foi realçado por certos autores (Schäfer-Priess, 1993: 287; Fonseca, 2000: 184; 2002: 26-27); isto é, trata-se sobretudo de uma gramática de Português como língua estrangeira. O próprio autor, na introdução *Ad lectorem*, sublinha este traço:

Cum uero in me patriae amor frigescente aetate non frigeat, sed magis ac magis exardescat, hoc potissimum tempore, quo uideo Lusitaniam, postquam feliciter pugnavit, pace, quam libens concessit, quiescere habereque commercium cum omni natione quae sub coelo est et christiano nomine gloriatur, uehementer dolui carere Lusitanos arte, qua suam linguam exteris addiscendam proponant.

Est enim perspicuum in spiritualibus et temporalibus sperari maximum emolumentum ex facilitate addiscendae nostrae linguae, ut exteri siue mercatores suis opibus nos ditent et nostris ditentur, siue concionatores peruadant usque ad fines Orbis seu Lusitani imperii, ubi nationes barbaras ueris Euangelii diuitiis locupletent (Pereira, 1672: [2]).

Das palavras do gramático jesuíta, com efeito, podem deduzir-se dois objectivos principais: o primeiro diz respeito ao desenvolvimento da actividade comercial entre estrangeiros e portugueses a partir da aprendizagem do Português; o segundo concerne ao âmbito da religião e, especialmente, à evangelização das *nationes barbaras* através de um instrumento linguístico comum¹.

Por outro lado, o facto de uma *Arte* romance ser redigida em Latim não é um fenómeno infrequente na produção gramaticográfica europeia (Schäfer-Priess, 1993: 286). Numerosos exemplos podemos achar na História das gramáticas do Castelhana: a

¹ No entanto, como referiu Barbara Schäfer-Priess (1993: 287), o público alvo também podia ser o luso-falante, na medida em que podia aperfeiçoar o conhecimento da sua própria língua; assim o indica no início da introdução: «En candide lector, qui olim iuuenis nondum attingens trigesimum aetatis annum concinnaui Prosodiam, modo senex tribus iam annis excedens sexagesimum concinnaui Lusitanae linguae Grammaticam, quam tibi, si exter fueris, addiscendam, si domesticus, corrigendam offero» (Pereira, 1672: p.[1]).

anónima *Util y breve institution para aprender los principios y fundamentos de la lengua hespañola* (Lovaina, 1555) sai dos prelos com os preceitos em Castelhana e em Francês e com a correspondente versão latina, que, aliás, parece haver sido a língua da redacção original (Roldán, 1977: CXXIX-CXXXV); aparecem também traduções latinas de gramáticas escolares, como a versão da *Grammaire et observations de la langue espagnolle* (Paris, 1597) de César Oudin, intitulada *Grammatica hispanica hactenus gallice explicata et aliquoties edita, autore Cesare Oudino* (Colónia, 1607), bem como outros manuais compostos originalmente em Latim; é o caso das *Institutiones in linguam hispanicam* (Colónia, 1614) de Henrico Doergank (Ramajo, 1987: 33). Também na Alemanha, ainda no início do século XVIII, eram publicados tratados escolares do Espanhol na língua do Lácio (Sánchez Pérez, 1992: 160-162).

No que concerne às fontes da *Ars grammaticae*, Barbara Schäfer-Priess (2000: 17 e *passim*) evidenciou uma leitura mais do que atenta dos *De institutione grammatica libri tres* (Lisboa, 1572) do P^o Manuel Álvares, especialmente no que se refere ao capítulo sobre a morfologia verbal (Schäfer-Priess, 1993: 298-302); na descrição do conjuntivo, segundo se terá ocasião de confirmar mais adiante, a *Ars grammaticae* segue a tese defendida pelo gramático madeirense, respeitante à construção das orações causais introduzidas por *cum*, não com um verbo em modo conjuntivo, mas em indicativo, critério que vai provocar no tratado de Bento Pereira a adição de um paradigma exclusivo para o conjuntivo português. Por outro lado, no que se refere à definição e à estruturação inicial da sintaxe, muito provavelmente Bento Pereira se tenha baseado também na gramática latina de Manuel Álvares.

2. A teoria sintáctica da *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda*

2.1. Definição e estruturação inicial

Antes de passar a apresentar os princípios sintácticos do gramático jesuíta, convém salientar o reduzido espaço dedicado à sintaxe no plano geral da *Ars grammaticae*: das 323 páginas que ocupa o tratado são consagradas apenas cinco à construção do Português. Por consequência, pode-se enquadrar a concepção gramatical de Bento Pereira entre aqueles autores que não outorgam uma excessiva importância à sintaxe. Por outro lado, na definição inicial podemos detectar uma aproximação à gramática latina, especialmente, como já foi referido, aos alvaresianos *De institutione grammatica libri tres*: «Syntaxis uox graeca idem ualet apud Latinos atque structura, constructio et series, a uerbo graeco 'syntaxis', ordino. Est igitur recta partium orationis inter se compositio; diuiditur in iustam et figuratam» (Bento Pereira, 1672: 200). Com efeito, Bento Pereira toma a definição da sintaxe do livro segundo da gramática do P^o Álvares, para o qual «Syntaxis Graece, Latine constructio, est recta partium orationis inter se compositio» (1974[1572]: f. 108r), se bem que a utilização do termo *structura* nos possa oferecer um indício da leitura, por parte de Bento Pereira, do *De emendata structura latini sermonis* de Linacro, tratado que, em Portugal e em Espanha, foi do agrado, no século XVI, de certos docentes e pedagogos jesuítas (Ponce de León, 2000: 240-241).

Também a distinção da *constructio* em *iusta* e *figurata* supõe um dos traços característicos da gramática de Linacro; no entanto, parece-nos mais plausível que Bento Pereira tenha como referência neste aspecto, de novo, a gramática de Álvares. Seja como for, a *Ars grammaticae* distancia-se quer da *Arte* de Linacro, quer da de Álvares, ao tratar exclusivamente da *constructio iusta*, pois, em opinião de Bento Pereira, a sintaxe figurada deve ser integrada na retórica (Schäfer-Priess, 2000: 238-239):

Iusta docet quibus modis oratio absque errore perfecta suisque numeris omnibus absoluta possit euadere, et hoc est peculiare munus grammaticae. Figurata docet quomodo oratio ornari debeat figuris, ut suis ueluti coloribus, pigmentis et luminibus fulgeat. et, cum haec pars ad rhetores spectet, nobis tantum sermo erit de priori, utpote ad grammaticos pertinente (Pereira, 1672: 200).

Há, efectivamente, gramáticos que realçam a procedência dupla das figuras de construção, como é o caso da *Arte grande de la lengua kastellana* (1626) de Gonzalo Correas: «Las figuras, afirma, unas son de la construzion ó sintacsis, i estas pertenezzen derechamente á la Gramática, aunque tambien á la Retórica, i son las menos» (1903[1626]: 244). Diferentemente, no que concerne à *Ars grammaticae*, descreve-se apenas a construção que obedece aos preceitos gramaticais, sinal da abordagem normativista – e, por consequência, não especulativa – que Bento Pereira adopta na sua obra.

2.2. Descrição sintáctica

No que se refere à descrição sintáctica do Português, a *Ars grammaticae* não constrói, pelo menos de forma explícita, a matéria em torno dos tradicionais eixos da concordância e da regência. O ponto de partida resulta ser a relação gramatical entre os constituintes, assegurada por uma variação material “externa” – *mutatio extrinseca* – através das *particulae* ou *articuli*, oposta à variação material “interna” – *mutatio intrinseca*² – que opera, por exemplo, na língua latina por meio dos morfemas casuais:

Dixi “non habent [nomina] uarietatem casuum in se ipsis” quia, licet in se ipsis non mutantur acceptis characteribus diuersis, tamen [...] a quibusdam particulis seu articulis accipiunt quandam extrinsecam mutationem, qua aequipollent nominibus latinorum casus diuersos per intrinsecam mutationem habentibus tam in singulari, quam in plurali (1672: 201).

² O emprego das expressões metalinguísticas *mutatio intrinseca* e *mutatio extrinseca* parece haver sido introduzido por Bento Pereira na gramaticografia do Português. Contudo, em Espanha, outro jesuíta, Juan Villar, na *Arte de gramática española* (Valência, 1651), utilizara os termos *intrinseco* e *extrinseco*, se bem que referidos a diferentes tipos de construção (Villar, 1997[1651]: 59-60), numa abordagem claramente diferente daquela de que se serve o jesuíta português (Padley, 1988: 228; Peñalver, 1997: 67) e que, por razões de espaço, não nos é possível desenvolver no presente estudo.

Parece claro que Bento Pereira, numa perspectiva comparativa – presente, por outra parte, em toda a obra –, trata de identificar a conexão sintáctica no plano formal do Português, que diverge daquela que ocorre em Latim. A partir das palavras do autor, seria possível inferir que as referidas alterações ou *mutationes* produzidas em ambas as línguas materializam relações gramaticais comuns a estas – e provavelmente a todas... Mas deste aspecto não se ocupa o jesuíta, talvez porque a finalidade da *Ars grammaticae* seja, no capítulo sintáctico, a descrição das orações no plano formal – objecto, por seu turno, do interesse do público estrangeiro que quisesse aprender o Português por esta *Arte*. Por conseguinte, a finalidade será analisar, na oração portuguesa, a manifestação da referida *mutatio extrinseca*, materializada, como já foi indicado, através das *particulae* ou *articuli*: «Cum igitur syntaxis consistat in recta partium orationis inter se compositione, quam praecipue lusitanae linguae conferunt quaedam particulae et articuli, in his referendis et declarandis nostra desudabit industria» (1672: 201). Muito embora os termos *particulae* e *articuli* possam aparecer, na argumentação de Bento Pereira, como equivalentes, na verdade, as *particulae* abrangem os *articuli* – entre os quais inclui a contracção com a preposição ‘a’ – e as *praepositiones* – que compreende também a contracção com ‘de’ e ‘em’ –: «Articuli sunt a, á, o, ao, as, ás, os, aos, quibus adde propositiones [sic] de, da, do, des, das, dos, na, no, nas, nos, pera, em, com, sem, quae regulariter praefiguntur nominibus» (*ibid.*: 201).

Convém advertir que Bento Pereira tem consciência de que a anteposição destas partículas ao nome materializa os casos enquanto funções sintácticas; assim, temos a seguinte distribuição:

- i) Nominativo (i. e. sujeito) → ‘o’, ‘a’, ‘os’, ‘as’; acusativo (i. e. complemento directo e complemento circunstancial de lugar – direcção –) → ‘o’, ‘a’, ‘os’, ‘as’, ‘ao’, ‘á’, ‘aos’, ‘ás’ e dativo (i. e. complemento indirecto) → ‘ao’, ‘á’, ‘aos’, ‘ás’:

Articulus seu particula *a* inseruit aliquando nominatiuo et aliquando accusatiuo: uerbi gratia *A casa he fermosa*, “Domus est pulchra”; *Ir a casa*, “Ire in domum”. Particula *á* cum accentu inseruit aliquando datiuo; uerbi gratia *Convem á casa*, “Expedit domui”; aliquando inseruit accusatiuo, uerbi gratia *Vou á casa*, “Eo domum” [...]. Quod attinet ad particulas inseruientes generi masculino, particula *o* sine accentu denotat aliquando nominandi, aliquando accusandi casum; uerbi gratia *O templo he fermoso*, *Vi o templo fermoso*, “Templum est pulchrum”, “Vidi templum fermosum”. Particulae *de*, *do* aliquando genitiuo inseruiunt; uerbi gratia *Parte de hum templo*, *ou do templo*, “Pars unius templi, uel templi”; aliquando inseruiunt ablatiuo; uerbi gratia *Venho de hum templo*, *ou do templo*, “Venio ex uno templo, uel a templo (Pereira, 1672: 201-202).

- ii) Genitivo (i. e. complemento determinativo) e ablativo (i. e. complemento circunstancial de procedência) → ‘de’, ‘do’, ‘da’, ‘dos’, ‘das’; acusativo (complemento circunstancial de direcção) e dativo → ‘pera’; vocativo → ‘ô’:

Particulae *de*, *da* aliquando denotant genitium: uerbi gratia *Parte da casa*, “Pars domus”; aliquando denotant ablatium, uerbi gratia *Venho de casa ou da casa de Pedro*, “Venio e domo uel ex domo Petri”. Praepositio *pera* quandoque ostendit accusatiuum; uerbi gratia *Vou pera casa*, “Eo domum”; quandoque datiuum; uerbi gratia *Pera minha casa basta isto*, “Domui meae satis est hoc”. Particula *ó* cum accentu semper monstrat uocatiuum; uerbi gratia *Ó fermosa casa!*, “O pulchra domus!” (Pereira, 1672: 202).

- iii) Ablativo → ‘em’, ‘no’, ‘na’, ‘com’, ‘sem’: «Praepositiones *em*, *na*, *no*, *com*, *sem* semper innuunt ablatiuum, uerbi gratia *Estou em casa ou na casa de Pedro*, *Estou com casa e com armaçam*, *ou sem casa e sem armaçam*, “Sum in domo Petri”, “Sum cum domo et peristromate, uel sine domo et sine peristromate”» (1672: 202).

Na exposição do P^e Bento Pereira, pode observar-se uma deficiente sistematização no que se refere à análise das funções sintácticas, se se compara com outras *Artes* coevas que baseiam a sintaxe na concordância e na regência. É claro que o eixo da regência está subjacente à explicação gramatical, na medida em que as *particulae* atribuem marca de caso ao substantivo associado, tal como é explicado modernamente a propósito das preposições (Mateus *et alii*, 2003: 401); assim o confirma o autor quando faz a introdução à descrição que acabámos de ver: «Superest exponere quod specialissimum est in syntaxi, nempe uarietatem casuum, quos articuli et praepositiones regunt, seu potius denotant in nominibus postulatos a uerbis et ipsismet praepositionibus» (Pereira, 1672: 201). Parece-nos especialmente interessante a preferência do autor pelo verbo *denoto*, em vez de *rego*, escolha que poderá dar-nos um indício da existência, na concepção sintáctica de Bento Pereira, de um conjunto de funções sintácticas gerais materializadas de diferentes formas em cada uma das línguas. Não há dúvida, contudo, de que a proposta do jesuíta sofre de certas limitações e carências, como acontece com a atribuição – parece que em todos os contextos oracionais – de uma partícula ao nominativo ou ao acusativo objecto; o próprio Bento Pereira oferece-nos exemplos do contrário ao expor a sua postura sobre a determinação ou indeterminação como atributo semântico dos substantivos:

Articuli praeposuntur solis substantiuis determinatis, nam indeterminatis nullus praefigitur articulus; uerbi gratia *Tenho desejo de vos servir*, “Cupio tibi seruire”, ubi nullus articulus praefigitur nomini *desejo*, utpote substantivo indeterminato. Secus in determinatis, ut in hac: *Pedro foy a casa de Antonio*, ponitur enim ibi articulus *a*, propter substantiuum determinatum, nempe *casa de Antonio*» (Pereira, 1672: 201).

Com efeito, a teoria sintáctica do jesuíta não parece contemplar constituintes com nominativo ou acusativo não precedido de artigo, como nas orações citadas *Tenho desejo de vos servir* ou *Pedro foy a casa de Antonio*.

2.3. O problema do uso do conjuntivo: descrição, soluções e fontes

Importantes considerações sobre as estruturas sintácticas do Português também aparecem noutras passagens da *Ars grammaticae*. Referimo-nos à análise que o jesuíta leva a cabo, no confronto linguístico entre o Português e o Latim – e o Castelhana –, sobre o emprego do conjuntivo nas orações subordinadas causais introduzidas por *como* (Schäfer-Priess, 1993: 300-301):

Modus coniunctiuus in lingua Lusitana est idem atque modus indicatiuus addita particula *como* ante uerbum, ut cernitur in coniunctiuo dicti uerbi *sou* et cernetur postea in reliquis uerbis apponendis [...]. Rude uulgus loco particulae *como* apponit particulam *comoquerque*, non sic uiri disertí, qui etiam respuunt modos Castellanos, *Como sempre aveys sido bom; Como dantes ouvesse sido soldado*, etc³.

Non sine elegantia utitur Lusitana lingua simili idiomate coniunctiuo modi cum gerundio *sendo ou estando*, uerbi gratia *Nam vos correys de fazer tays cousas, sendo nobre?* “Non pudet te agere talia, cum sis ingenuus?” [...]. Et notandum non recte dici *Como ajays sido doente; Como ate entam nam ouvesse sido doente*. Sunt enim, ut iam monuimus, modi Castellani, proindeque alieni a Lusitana lingua (Pereira, 1672: 54-55).

Com efeito, Bento Pereira contrasta as estruturas causais, introduzidas em Latim por *cum* e em Português por ‘como’, realçando a divergência no uso dos modos – já que o Latim, nestes contextos, utiliza o conjuntivo, enquanto o Português se vale do indicativo – e chegando a expor de forma detalhada as correspondências de tradução para Português do conjuntivo latino introduzido por *cum* (Pereira, 1672: 91-92). Subjaz, no entanto, à glosa referida a – polémica – interferência sintáctica entre o Português e o Castelhana, língua que contempla, com a autoridade de Antonio de Nebrija (1989[1492]: 254-256; 1996[cc. 1488]: 22 *et passim*), a formação de orações causais com conjuntivo. De facto, o cuidado do jesuíta na diferenciação, em Português e em Espanhol, da formação dos tempos compostos – naquela língua com ‘ter’, nesta com ‘aver’ – e do uso do conjuntivo neste tipo de cláusulas está presente ao longo do capítulo sobre a morfologia verbal e tem repercussões na exposição gramatical:

- i) A divergência modal, no que se refere às orações causais, em Português e em Latim – e em Castelhana – obriga o gramático a descrever o comportamento das restantes cláusulas: causais e temporais (+ indicativo):

³ Neste comentário, Bento Pereira não faz senão reproduzir a advertência que aparece na reforma da gramática alvarcesiana a cargo de António Velez – ausente, de resto, nas edições publicadas em vida de Manuel Álvares –: «Vulgus his locis fere *comoquer* que solet dicere: *Comoquer que dantes fora soldado, sofria bem os trabalhos do mar, quod tolerabile est*» (1599: 30).

Sunt aliquae locutiones modi coniunctiui, quae proferuntur elegantius per particulas *poys* et *despoys* quam per particulas *como* uel cum gerundio; uerbi gratia *Nam me espanto fallardes tam ousadamente poys soys soldado*, “Non miror quod loquaris tam audaciter, siquidem es miles”; *Morreo ao primeyro de setembro, despoys de ser Papa sete annos, ou avendo sete annos que era Papa*, “Obiit prima die septembris, postquam septenio Sumus Pontifex fuerat (Pereira, 1672: 55);

concessivas e condicionais (+ conjuntivo):

Restant adhuc notanda in modo coniunctiuo idiomata quaedam lusitana linguae ualde peculiaria, quae sequuntur. Praesens: *Po<s>toque eu seja, tu sejam, elle seja; nós sejamos, vós sejays, elles sejam [...]*. In eodem modo habet futurum praecedentibus his particulis *se* uel *senam*; uerbi gratia *Se eu for, se tu fores, etc.; Senam for, senam fores* etc; quae particulae iunguntur reliquis temporibus; uerbi gratia *Se fosse, senam fosse [...]*” (Pereira, 1672: 56);

integrantes, finais e, de novo, concessivas (+ conjuntivo):

Etiam praedicto modo iunguntur particulae *que, quenam, peraque, peraqueenam, aindaque, comtantoque*; uerbi gratia *Agora rogote que sejas liberal, antigamente rogavate quenam fosses prodigo*, “Modo te precor ut sis liberalis, olim te precabat ne fuisses prodigus”; *Emporta guardar certo meyo peraque sejas liberal, e nam sejas prodigo*, “Oportet seruare certum medium, ut sis liberalis et non sis prodigus”; *Aindaque foste prodigo⁴, serey teu amigo, com tanto que sejas liberal*, “Quamuis fueris prodigus, ero tuus amicus, dummodo sis liberalis” (Pereira, 1672: 56).

- ii) O desajuste do emprego do modo conjuntivo em Português e em Latim vai também condicionar a exposição do sistema modal na *Ars grammaticae*, na medida em que o autor incorpora em cada paradigma verbal um quadro exclusivo para as formas de conjuntivo portuguesas – *coniunctiui modi propriae uoces lusitanae* – (Schäfer-Priess 1993: 301), integrado por quatro tempos: presente, pretérito imperfeito, pretérito perfeito e pretérito mais-que-perfeito⁵.

⁴ Veja-se a nota seguinte.

⁵ Não obstante apresentar, neste quadro, formas do conjuntivo português, no que se refere ao pretérito perfeito e ao mais-que-perfeito do verbo ‘ser’, opta por utilizar o indicativo: «*Posto que eu fuy ou estive*, “Quamuis fuerim”» (Pereira, 1672: 48). Neste aspecto, de novo, Bento Pereira, reproduz os comentários de Antônio Velez: «*Perfecti et plusquamperfecti uerbi substantiui nullae sunt propriae uoces lusitanae: nec enim dicunt Posto que eu aja sido, Posto que eu ouuera sido*. Pro quibus iisdem temporibus indicatiui modi utuntur. Nam particulae *posto que, ainda que* etiam indicatiuum petunt: *Posto que fui, Posto que fora*» (1599: 33). Contudo, a respeito desta questão, não havia consenso entre os gramáticos: no início do século XVII, Pedro Sanches defende o emprego, em certos contextos, do verbo ‘aver’ como auxiliar dos tempos

No que concerne às fontes, não há dúvida de que Bento Pereira segue a exposição que Manuel Álvares realiza nos *De institutione grammatica libri tres* (Schäfer-Priess, 1993: 294-295). Seja como for, a edição utilizada da gramática de Álvares não é a edição príncipe, mas aquela que foi revista pelo P^o António Velez (Évora, 1599), autor que amplia a polémica iniciada já por Álvares sobre o uso do conjuntivo (1599: 30-32). Por exemplo, na *recognitio* do P^o Velez, aparece a distinção, no paradigma do modo conjuntivo, entre as formas verbais latinas que seriam traduzidas pelo indicativo português e aquelas outras correspondentes ao conjuntivo (1599: 32-33 *et passim*). Esta diferenciação já foi, contudo, levada a cabo por Manuel Álvares, a propósito do Castelhana, na edição lisboeta de 1578 (Ponce de León, 2004). Por outro lado, já na edição príncipe de 1572 está presente a preocupação do gramático jesuíta pela correcta tradução das cláusulas latinas com conjuntivo introduzidas por *cum*, bem como a denúncia que leva a cabo do uso do auxiliar 'aver', em lugar de 'ter', nos tempos compostos, crítica esta também evidenciada ao longo do capítulo da morfologia verbal da *Ars grammaticae* (Schäfer-Priess, 1993: 298). Em todo caso, parece claro que Bento Pereira, em certas passagens, mais não faz que copiar *ad litteram* a edição reformada do P^o Velez, segundo se pode observar no seguinte quadro, onde se apresentam as diferentes formas de tradução da cláusula causal latina introduzida por *cum*:

Velez 1599

Coniunctiuus aliorum uerborum accedente particula 'cum' in Hispanum conuertitur uel per indicatiuum, uel per gerundium tantum, uel per duplex, uel per gerundium et uerbum, uel per gerundium simul et participium, uel per indicatiuum et participium, uel per solum participium.

Per indicatiuum: *Cum te pater tuus uehementer amet, absentiam tui fert acerbissime*, "Como vosso pai vos quer tanto, sente muito vossa ausencia" [...].

Per gerundium tantum: *Patrem tuum fugis, cum te unice amet?*, "Fugiis de vosso pai, querendous elle tanto, como se não tiuera outro?" [...].

Per gerundium duplex: *Cum has ad te literas exararem, redditae mihi sunt tuae*, "Estando escreuendo esta carta, recebi a vossa" [...].

Per gerundium et uerbum: *Tandem miserandum in modum animam efflauit, cum annos quatuor continuos omnibus membris captus iacisset in lecto*, "Espirou por derradeiro miseravelmente, auendo quatro annos continuos que jazia entreuado em hua cama" [...].

Pereira 1672

Observandum est [...] Lusitanos diuersis et elegantibus modis usurpare idiomata uulgo *linguagens* coniunctiu: 1) utentes temporibus indicatiui addita particula *como*; uerbi gratia *Como vosso pay vos ama tanto, sente muyto vossa ausencia*, "Cum pater tuus te ualde diligit, aegre fert tuam absentiam [...].

2) Vtentes uno tantum gerundio; uerbi gratia *Fugiys de vosso, amandovos elle tanto*, "Fugis tuum parentem cum ab illo tantum diligaris [...].

3) Vtentes duobus gerundiis; uerbi gratia *Estando escreuendo esta carta, recebi a vossa*, "Cum hac scriberem epistolam, accepi tuam" [...].

4) Vtentes gerundio simul et uerbo; uerbi gratia *Espirou por derradeyro miseravelmente, auendo quatro annos intezyros que jazia entreuado*, "Expirauit tandem misere, cum per integrum quadriennium iaceret captus membris.

5) Vtentes gerundio et participio; uerbi gratia *Nunca me escreveys, ou nunca me escreuestes, tendovos eu escrito muytas vezes*, "Nunquam ad me scribis, uel

compostos: «'Aver sido' não tão sómente he lingoagem Castelhana, mas ainda Portuguesa, & tam forçada, que nam sey eu que linguagem, & declaração se possa dar melhor em Portugues ao preterito perfeito, & plusquam perfeito do infinitiuo *fuisse*. Ouid., *Epist. Hyperm.*: *Est mihi supplicii causa fuisse piam*. Neste lugar, & noutros semelhantes nam se pode dar a lingoagem "que fuy", senão "auer sido"» (1610: f.7r/v). No pretérito perfeito de conjuntivo, Pedro Sanches utiliza 'aver' e não 'ter': «*Cum fuerim*. "Como eu aja sido, ou sendo eu"» (1610: f.11r).

⁶ Convém advertir, no entanto, que o P^o Velez não foi o autor desta glosa, mas o próprio Manuel Álvares; aparece, por exemplo, na edição de 1578, se bem que, nessa ocasião, se refere às correspondências do conjuntivo latino em Castelhana.

Per gerundium et participium: *Nunquam ad me scribis. cum ad te saepissime longissimas literas dederim*. “Nunca me escreueis, tendouos eu escrito mui largamente por muitas vezes” [...].

Per indicatiuum et participium: *Cum ad te crebro literas dederim, neque ullas acceperim, incipio piger esse in scribendo*, “Como vos tenho escrito muitas casta, & recebido nehũa, começo de me fazer”, etc. [...]. Per solum participium: *Cum frater tuus ex Africa discessisset, allatae sunt regis literae, quibus eum nusquam discedere imperabat*, “Partido vosso irmão”, etc. (59)⁶.

nunquam mihi rescripsisti, cum ego frequenter ad te scriberem” [...]

6) Vtentes indicatiuo et participio; uerbi gratia *Como vos tenho escrito muitas cartas e nam recebido nenhuma, façome tambem roceyro no escrever*, “Cum ad te miserim multas epistolas et nullam a te receperim, fio etiam piger in scribendi [...]”.

7) Vtentes solo participio; uerbi gratia *Partido vosso pay, chegou vosso irmam*, “Cum tuus pater discederet, tuus frater accessit” (91-92).

3. Conclusão

De tudo o que foi referido até ao momento pode-se concluir que a teoria sintáctica proposta por Bento Pereira na *Ars grammaticae* se enquadra no âmbito dos tratados que descrevem do ponto de vista normativo o vernáculo, afastando-se assim das gramáticas gerais como as de Amaro de Roboredo ou Gonzalo Correas. Todavia, a forma como aborda a regência parece-nos peculiar no contexto gramaticográfico anterior, na medida em que estabelece uma relação dos constituintes, materializada, segundo as línguas, pela *mutatio extrinseca* – através do emprego das *particulae* (artigos e preposições) – e a *intrinseca* – por meio dos morfemas casuais –; por outro lado, certos usos do substantivo *casus* poderiam ser interpretados como um conjunto definido de funções sintácticas gerais, proposta que já foi analisada por Maria Leonor Carvalhão Buescu a propósito da *Arte* de João de Barros (1983: 163-170) e por Eugenio Coseriu a propósito da gramática de Fernão de Oliveira (2000: 52). Seja como for, resulta evidente que a preocupação primeira do jesuíta é descrever as conexões das partes da oração na, por assim dizer, “estrutura superficial”, com o objectivo de que a matéria se torne o mais acessível possível ao não nativo, se bem que a abundante informação gramatical sirva também como consolidação do conhecimento linguístico dos portugueses. Em suma, a *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda* não supõe apenas, no quadro das gramáticas da língua portuguesa, um dos primeiros contributos para ensino do Português como língua estrangeira, como também uma contribuição para a História da teoria gramatical do Português.

Referências Bibliográficas

- ÁLVARES, Manuel (1974[1572]) *De institutione grammatica libri tres*. Introdução de José Pereira da Costa. Funchal: Junta Autónoma do Distrito do Funchal. Lisboa: António Ribeiro. 1578.
- Évora: Manuel de Lyra. 1599.

- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. (1983). *Babel ou a ruptura do signo. A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- (1984) *Historiografia da língua portuguesa: século XVI*. Lisboa: Sá da Costa.
- CORREAS, Gonzalo (1903[1626]) *Arte grande de la lengua castellana*. Edição do Conde de la Viñaza. Madrid.
- CORRO, Antonio del (1988[1586]) *Reglas gramaticales para aprender la lengua española y francesa*. Madrid: Arco/Libros.
- COSERIU, Eugenio (2000). Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira. In Amadeu Torres & Carlos Assunção (eds.) *Gramática da linguagem portuguesa (1536)*. Lisboa: Academia das Ciências, pp. 29-60.
- FONSECA, Maria do Céu Brás da (2000) *Historiografia linguística do século XVII: as unidades de relação na produção gramatical portuguesa*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora.
- (2002) Epistemologia da linguística. *Diana* (3-4), pp. 17-34.
- MARTÍNEZ Gavilán, M^a Dolores (1994) Tradición e innovación en la teoría gramatical española en el siglo XVII. In Ricardo Escavy et alii (eds.) *Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística. Nebrija V Centenario (1492-1992)*. Murcia: Secretariado de publicaciones e intercambio científico de la Universidad, t. III, pp. 421-436.
- MATEUS, M.^a Helena Mira et alii (2003[5^a ed.]) *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- NEBRIJA, Antonio de (1996[c. 1488]) *Introducciones latinas contrapuesto el romance al latín*. Estudo e edição de Miguel Ángel Esparza & Vicente Calvo. Münster: Nodus.
- (1989[1492]) *Gramática de la lengua castellana*. Estudo e edição de Antonio Quilis. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces.
- NIETO, Lidio (1988) *Estudio introductorio às Reglas gramaticales para aprender la lengua española y francesa* de Antonio del Corro. Madrid: Arco/Libros.
- OLIVEIRA, Fernão de (2000[1536]) *Gramática da linguagem portuguesa*. Estudo introdutório e edição Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências.
- PADLEY, George Arthur (1988) *Grammatical theory in Western Europe, 1500-1700: trends in vernacular grammar II*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PEÑALVER, Manuel (1997) Estudio introductorio à *Arte de gramática española* de Juan de Villar. Jaén: Diputación Provincial de Jaén.
- PEREIRA, Bento (1672) *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda latino idiomate proponitur*. Lião: Laurent Anissont. Lisboa: Tipographia Regia, 1806[1803].
- PONCE DE LEÓN Romeo, Rogelio (2004) El Álvarez trasladado. El romance en las ediciones quinientistas portuguesas, españolas y catalanas de los *De institutione grammatica libri tres*. *Actas del VI Congreso de Lingüística General*, Santiago de Compostela (3-7 de Maio), no prelo.

- (2000) Las propuestas metodológicas para la enseñanza del latín en las escuelas portuguesas de la Compañía de Jesús a mediados del siglo XVI. *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos* (19), pp. 233-257.
- RAMAJO Caño, Antonio (1987) *Las gramáticas de la lengua castellana desde Nebrija a Correas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- ROBODEO, Amaro de (2002[1619]) *Methodo grammatical para todas as linguas*. Introdução de Marina Kossarik. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ROLDÁN, Antonio (1977) Estudio introductorio à *Util y breve institution para aprender los principios y fundamentos de la lengua hespañola*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- SANCHES, Pedro (1610) *Arte de grammatica pera em breve saber latim*. Lisboa: Vicente Álvares.
- SÁNCHEZ Pérez, Aquilino (1992) *Historia de la enseñanza del español como lengua extranjera*. Madrid: Sociedad General Española de Librería.
- SÁNCHEZ Salor, Eustaquio (1996) La gramática racional del XVI ¿Continuidad o ruptura? In Eustaquio Sánchez Salor et alii (eds.) *La recepción de las artes clásicas en el siglo XVI*. Cáceres: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura, pp. 25-48.
- SCHÄFER-PRIESS, Barbara (1993) Die Verbalmodi in den Grammatiken von Manuel Alvares (1572) und Bento Pereira (1672). *Historiographia Linguistica* 20 (2/3), pp. 283-308.
- (2000) *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822. Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*. Tübingen: Max Niemeyer.
- VILLAR, Juan de (1997[1651]) *Arte de gramática española*. Edição facsimilada e estudo de Manuel Peñalver Castillo. Jaén: Diputación Provincial de Jaén.
- (1966[1559]) *Gramática de la lengua vulgar de España*. Edição facsimilada e estudo de Rafael Balbín e Antonio Roldán. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- (1977[1555]) *Util y breve institution para aprender los principios y fundamentos de la lengua hespañola*. Estudio e edição de Antonio Roldán. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

Ditongos orais no Português europeu

*Carla Rua¹, António J. S. Teixeira^{3,4},
Lurdes de Castro Moutinho^{1,2}*

¹) Centro de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro

²) Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro

³) Instituto de Engenharia Electrónica e Telemática de Aveiro (IEETA)

⁴) Departamento de Electrónica e Telecomunicações, Universidade de Aveiro

1. Objectivos

Pretendemos com o presente artigo apresentar o estudo de um aspecto pertencente a uma área do ramo da linguística, a fonética experimental e que se prende com o estudo dos ditongos orais do Português na sua variante europeia.

Relativamente a outras áreas do saber linguístico, a área que diz respeito a fenómenos de ditongação encontra-se relativamente descuidada e coloca frequentemente problemas pela forma diversa com que muitas vezes são apresentados. Se alguns autores portugueses afirmam a existência de determinados encontros vocálicos que caracterizam como ditongos, outros consideram ditongos apenas um grupo restrito de encontros vocálicos, remetendo os restantes para a classificação de hiatos.

Uma consulta efectuada às principais gramáticas portuguesas (àquelas que são consideradas básicas para qualquer estudante da língua) (Mateus, 2003; Cintra, 2002), denuncia uma escassez de informação sobre os ditongos do Português europeu. Também os estudos experimentais existentes não são em demasia (Zerling e Moutinho, 1998; Mata da Silva, 1987; Drenska, 1986).

Assim, pretendemos, com este estudo, contribuir para uma melhor compreensão e caracterização do fenómeno da ditongação, em geral, e da ditongação oral do português, em particular.

O nosso trabalho tem como escopo principal o estudo acústico de encontros vocálicos orais do Português Europeu, a saber: os encontros vocálicos das vogais átonas [i] e [u] combinadas com outras vogais, podendo com elas constituir ditongo, quando em posição acentuada.

O estudo consistirá na análise das características temporais e características relacionadas com as cavidades supraglotais de sequências (ditongos, hiatos) e vogais isoladas, sendo estas utilizadas como termo de comparação, tentando seguir estudos recentes sobre ditongação para outras línguas, como o de Hu (2003).

2. Corpus, recolha e anotação

Para estas análises foi constituído um *corpus* contemplando os seguintes aspectos:

1. Os ditongos crescentes e decrescentes em posição acentuada;
2. Sequências de vogais em hiato em correspondência com os ditongos decrescentes e crescentes;
3. Vogais do Português europeu em posição acentuada.

Obtivemos, assim, um total de 67 palavras/sequências de palavras que, durante a gravação, foram repetidas quatro vezes, resultando num total de 268 itens por informante.

Este *corpus* foi gravado por dois falantes do sexo masculino, no Laboratório de Fonética da Universidade de Aveiro. As palavras/sequências dos *corpora* foram colocadas em quatro listas, lidas em sequência, com distribuição aleatória. Foi pedido aos falantes que realizassem o que lhes era solicitado da forma mais natural e espontânea possível.

Ambos os informantes são originários da Beira Litoral, possuindo formação académica superior.

Após a recolha, e como cada uma das repetições da lista de palavras foi gravada inicialmente num único ficheiro, procedeu-se, usando o sistema SFS, à segmentação de cada uma das palavras, tendo o cuidado de reter a melhor, no caso de repetições causadas por alguma deficiência durante a produção. Desta segmentação resultaram ficheiros individuais para cada repetição de uma palavra/sequência do *corpus*, tendo-se de seguida, procedido à anotação do início e fim de cada ditongo, vogal oral e sequência de vogais, aproveitando também para anotar o contexto fonético para cada um dos casos.

Para a anotação, foi utilizado o alfabeto SAMPA, para o Português (<http://www.phon.ucl.ac.uk/home/sampa/home.htm>).

3. Metodologia de análise

Após a separação das palavras/expressões em ficheiros, procedemos à sua análise. Foram, primeiramente, extraídas as primeiras formantes e valores para as durações usando a linguagem SML e os diversos comandos existentes no sistema SFS. Nesta fase, são gerados ficheiros contendo, para além dos parâmetros referidos, informação acerca do contexto.

Os dados obtidos foram posteriormente processados utilizando sistemas de tratamento de dados, como o SPSS e a linguagem R.

4. Resultados

Como representativos dos resultados actualmente disponíveis, apresentam-se neste trabalho apenas dois tipos de análise: análise da duração e análise da variação das duas primeiras formantes ao longo da produção dos ditongos, hiatos e, mesmo, vogais.

Pelo estudo da duração total dos vários tipos de segmentos contemplados, pretendemos, por exemplo, comparar a duração dos geralmente aceites como ditongos decrescentes com a dos mais controversos, os ditongos crescentes.

a. Duração

Começámos por realizar diagramas boxplot, separadamente para os dois informantes, onde comparamos os diferentes tipos vocálicos, representados na Figura 1.

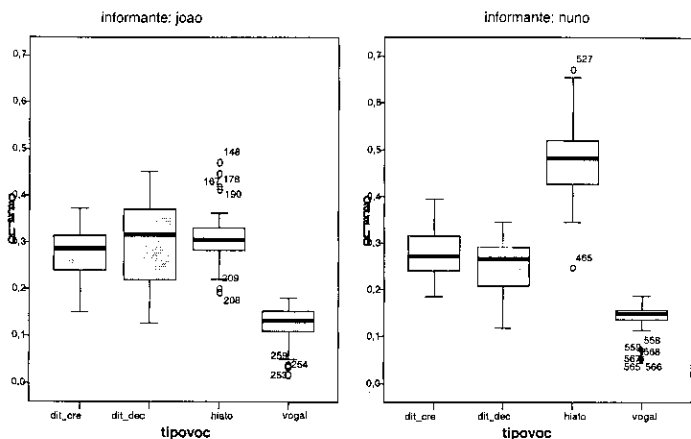


Figura 1 – Duração para os diferentes tipos vocálicos.

Da análise da figura verifica-se que:

- As vogais apresentam uma duração inferior a todos os outros tipos vocálicos;
- Os ditongos decrescentes (*dit_dec*, nos gráficos) e crescentes (*dit_cre*) não apresentam uma diferença significativa em relação à sua duração;
- Os valores de duração dos hiatos no falante João encontram-se muito perto dos valores dos dois tipos de ditongo;

- No informante Nuno, os valores de duração dos hiatos são superiores aos dos ditongos, isto porque este falante realizou pausas entre as sequências de palavras que continham vogais em hiato.

Uma análise conjunta dos dados relativos aos ditongos de ambos os falantes é apresentada na Figura 2, sob a forma de um gráfico de barras das durações médias.

Esperaríamos encontrar uma diferença significativa entre os dois tipos de ditongos, contudo, verificamos que estes apresentam uma duração bastante semelhante.

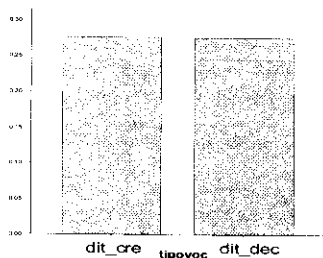


Figura 2 – Durações (em segundos) dos dois tipos de ditongos, crescentes e decrescentes, com base nos dados de ambos os falantes.

Analisando agora, em detalhe, as durações de todos os ditongos, crescentes e decrescentes, do falante João, na Figura 3, verificamos que não existe uma distinção clara entre as durações dos dois tipos de ditongos, existindo ditongos crescentes que atingem valores dos ditongos decrescentes e *vice-versa*. É o caso de [oj], ditongo decrescente, com valores baixos, e de [jo], ditongo crescente, com valores elevados. No entanto, entre os ditongos [Ew] e [wE] acontece exactamente o inverso, constatando-se, uma menor duração para o ditongo crescente. O mesmo tipo de análise foi efectuada para o outro falante, com resultados similares.

DITONGOS ORAIS NO PORTUGUÊS EUROPEU

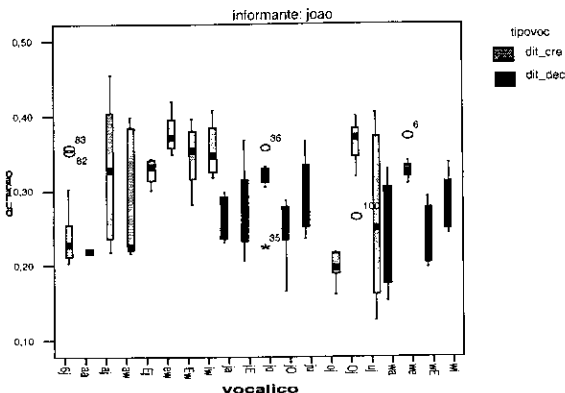


Figura 3 – Durações para os vários ditongos (crescentes e decrescente) para um dos informantes.

As análises continuaram pela comparação das durações de pares crescente-decrescente, de que apresentamos alguns exemplos.

A Figura 4 compara o par de ditongos [ja] e [aj], crescente e decrescente, respectivamente.

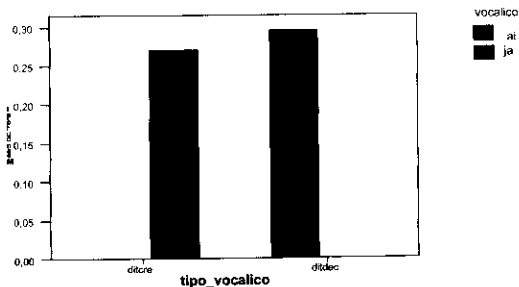


Figura 4 – Durações médias para o par de ditongos [ja] e [aj] (segundo a ordem das barras no gráfico).

Partindo do pressuposto que ambos os ditongos foram realizados com a mesma velocidade de elocução, esperar-se-ia – porque é habitual estabelecer a relação entre a velocidade de elocução e a realização dos ditongos crescentes – que os ditongos

crescentes tivessem, senão valores de duração maior, pelo menos iguais ao ditongo decrescente. Tal não se verifica neste caso. O que acontece é exactamente o oposto: o ditongo decrescente apresenta maior duração do que o ditongo crescente, apesar de considerarmos que o falante manteve uma velocidade de elocução semelhante em ambos os casos.

Estabelecendo, agora, uma comparação, entre estes ditongos [aj] e [ja] e os seus correspondentes hiatos [a-i] e [i-a], obtivemos o seguinte gráfico:

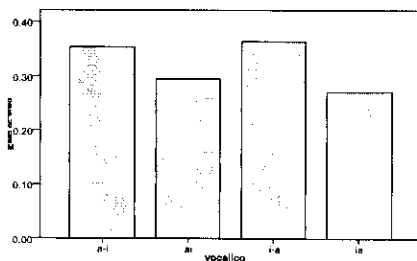


Figura 5 – Duração para os ditongos [aj] e [ja] e os seus correspondentes hiatos [a-i] e [i-a].

Verificamos, como seria de esperar, que ambos os ditongos apresentam uma duração inferior à dos seus correspondentes hiatos.

No caso seguinte, e continuando com o mesmo tipo de análise, apresentamos as durações para os ditongos [Oj], decrescente, [jO], crescente, e os hiatos [O-i] e [i-O].

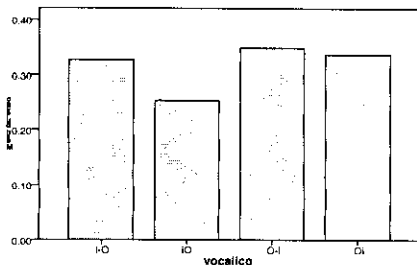


Figura 6 – Duração para os ditongos [Oj] e [jO] e os hiatos [O-i] e [i-O].

Os resultados revelam que o ditongo decrescente apresenta uma duração maior que o crescente e quase igual ao seu hiato correspondente. Tal parece colocar em causa a estabilidade dos ditongos decrescentes: a literatura existente actualmente não coloca

qualquer tipo de dúvida quanto à sua ocorrência ou, pelo menos, quanto à sua estabilidade quando comparados com os ditos crescentes D'Andrade e Viana 93 tem uma referência.

Resumindo, uma análise baseada apenas na duração total dos ditongos não nos parece ser suficiente para distinguir os dois tipos de ditongos.

a. Trajectórias das Formantes.

A evolução das formantes ao longo dos ditongos também nos parece pertinente analisar, pois permite-nos ver a forma como os diferentes ditongos se vão desenvolvendo ao nível formântico e, assim, estabelecer comparações. Os gráficos seguintes pretendem mostrar visualmente a progressão dos ditongos ao nível espacial, através dos valores de F1 e F2, ao longo da sua reprodução. Para a elaboração dos gráficos foram extraídos os valores de F1 e F2 em 30 instantes, cobrindo toda a produção dos segmentos vocálicos, sendo construídos boxplots para cada um destes instantes. Desta forma, os gráficos representam não só a média, mas também a dispersão das duas primeiras formantes ao longo da produção.

i. Panorama geral das trajectórias de todos os ditongos decrescentes

Como primeira análise, foi elaborado um gráfico comparativo da variação das primeiras formantes para todos os exemplos de ditongos decrescentes. Na média, foram utilizados os dados de ambos os falantes.

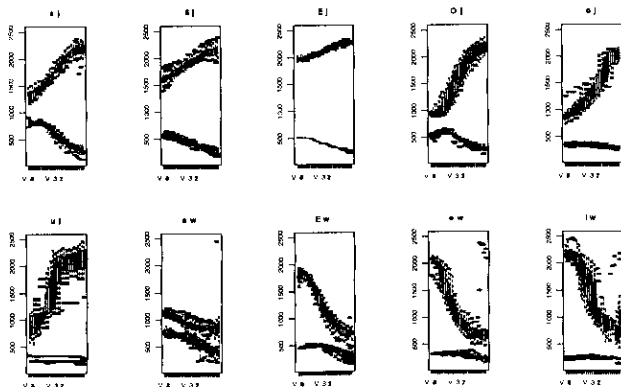


Figura 7 – Trajectórias de F1 e F2 para os ditongos decrescentes

Em todos os casos é notória uma variação dos valores das formantes ao longo do ditongo. Verificamos uma trajectória aproximadamente linear nos ditongos [aj], [ɔj], [Ej] e [aw]. Os ditongos [Oj], [oj], [uj] e [iw] apresentam uma trajectória com formato em “S”. Isto é: apresentam curvas onde se verifica uma variação mais lenta na fase inicial e final. Em resultado da existência destas fases, inicial e final, possuem uma transição mais curta.

Uma forma alternativa de representar os dados da Figura 7, consiste na representação simultânea de F1 e F2 num gráfico a duas dimensões. Desta forma, é possível analisar em conjunto o movimento das duas formantes e, estando estas relacionadas com a altura e posição da língua no eixo anterior-posterior, permite analisar, indirectamente, a posição dos articuladores durante a sua produção. Para facilitar a análise, os ditongos foram divididos pela semivogal final.

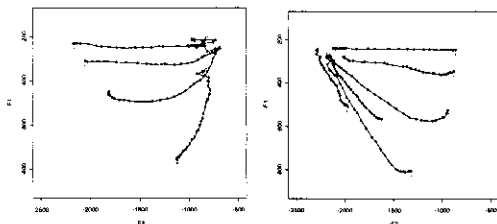


Figura 8 – Trajectórias no espaço F1/F2 para os ditongos decrescentes, separados pela semivogal.

Em ambos os ditongos decrescentes existe alguma variação quanto à realização das semivogais -j e -w, tendendo as trajectórias para uma configuração “alvo”, mas ficando a distâncias diferentes desse mesmo “alvo”. Nota-se nos gráficos, em especial no referente aos ditongos terminados em -w, uma inflexão na trajectória, que deverá ser da responsabilidade do processo de obtenção das formantes.

Também interessante é a comparação do comportamento, no espaço F1-F2, de pares de ditongos correspondentes. A título de exemplo, apresentamos na Figura 9 os ditongos [aj] e [ja], decrescente e crescente, respectivamente. As trajectórias dos dois ditongos apresentam-se muito semelhantes, verificando-se apenas uma pequena diferença nos valores da vogal [a]. Os valores das formantes para a semivogal são bastante semelhantes.

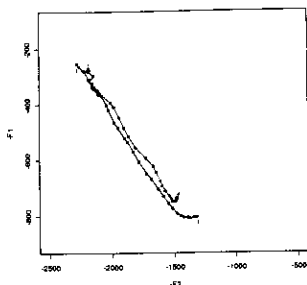


Figura 9 – Trajectórias do par de ditongos [aj] e [ja].

i. Comparação dos ditongos com as vogais base que os constituem

Nos gráficos que se seguem, comparamos os valores de F1 e F2 para os ditongos [6j] e [oj], bem como das vogais base que os constituem. Vejamos, primeiro, o que acontece com o ditongo [6j] e as vogais [6] e [i].

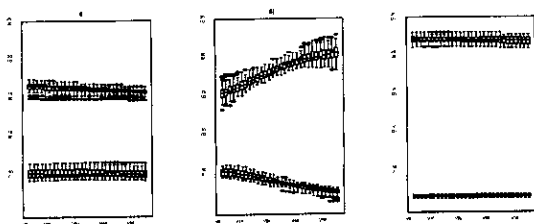


Figura 10 – Valores para F1 e F2 ao longo da produção do ditongo [6j] e das vogais [6] e [i]. Na figura apresenta-se, da esquerda para a direita, [6], [6j] e [i].

Os valores das partes inicial e final do ditongo [6j] são bastante semelhantes aos valores das vogais que o constituem [6] e [i].

Outro exemplo, o ditongo [oj] e as vogais [o] e [i], é apresentado na Figura 11.

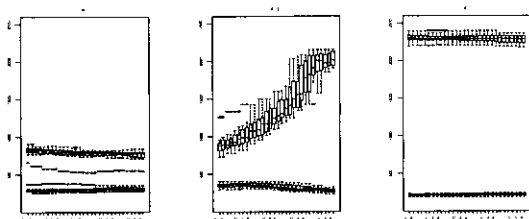


Figura 11 – Valores para F1 e F2 ao longo da produção do ditongo [oj] e das vogais [o] e [i]. Na figura apresenta-se, da esquerda para a direita, [o], [oj] e [i].

Verificamos que os valores de [o] e os valores desta mesma vogal em [oj] são semelhantes e que os valores de F2 para a semivogal [j] são inferiores aos da vogal [i], tendendo, no entanto, para o valor da vogal.

i. Comparação entre ditongos e vogais correspondentes

Seguidamente apresentamos, a título de exemplo, os valores de F1 e F2 para ditongos, hiatos e suas vogais correspondentes: [oj], [jo], [i] e [o].

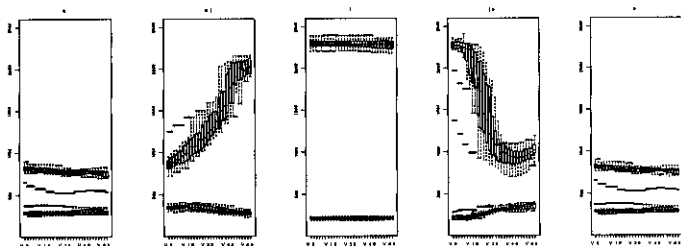


Figura 12 – Valores para F1 e F2 em ditongos e suas vogais correspondentes.

É notória a diferença do tipo de variação das formantes ao longo da produção do [oj] e do [jo]. No segundo, a trajectória de F2 mantém-se em valores semelhantes durante a fase inicial e, também, na fase final, o valor de F2 se mantém em valores muito similares, havendo mesmo um aumento na fase final.

A semivogal [j] de [jo] é semelhante a [i]. O valor de F2 final do [o] do ditongo crescente [jo] apresenta-se ligeiramente superior à vogal [o].

1.1.1. Comparação entre ditongos e hiatos

Uma das análises que o nosso corpus permite é a comparação entre ditongos e hiatos. Um exemplo dessas comparações é apresentado na Figura 13, correspondente ao ditongo [oj] e ao seu par hiato [o-i]:

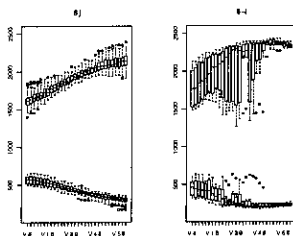


Figura 13 – Comparação da trajectória de F1 e F2 para um par ditongo-hiato.

No ditongo, verificamos uma variação gradual e aproximadamente linear, enquanto que, no hiato, verificamos uma grande variação ao longo da sua realização e apenas uma fase estável no seu final.

Outro exemplo, incluindo agora ditongos crescentes e decrescentes, assim como os respectivos hiatos, encontra-se na Figura 14. O exemplo seleccionado corresponde à realização de [oj], [o-i], [i-o] e [jo].

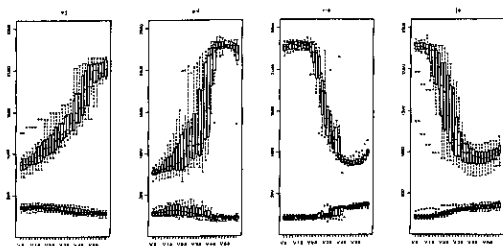


Figura 14 – Comparação da trajectória de F1 e F2 de ditongo, crescente e decrescente, e respectivos hiatos.

Como podemos constatar, [oj] apresenta uma trajectória linear, enquanto que os restantes, [o-i], [i-o] e [jo], apresentam curvas onde se verifica uma estabilidade inicial e final e uma transição mais breve.

i. Ditongos crescentes [wa] precedidos ou não por “q” [k]

Como última análise, apresentamos, na Figura 15, as trajectórias relativas aos ditongos [wa] em dois contextos diferentes. No primeiro caso, à esquerda, o ditongo surge depois de [k], no segundo caso aparece depois de [t]. O primeiro contexto é geralmente referido como um dos em que existem ditongos crescentes?

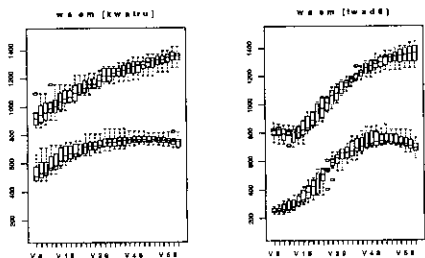


Figura 15 – Ditongos crescentes [wa] precedidos ou não por [k].

Verificamos uma diferença entre este ditongo, quando é precedido do som consonântico [k] e quando é precedido de outra consoante, como por exemplo [t]. No primeiro caso, em “quatro”, a transição é linear e obtemos um desenho característico dos ditongos; no segundo caso, em “toada”, verificamos uma fase mais estável no seu início e final.

Este resultado vai de encontro ao que normalmente é referido na literatura da especialidade.

3. Conclusões

Os resultados apontam para:

1. A duração, por si só, não permite distinguir entre ditongos crescentes e decrescentes;
2. Variabilidade da duração e da existência de pausa nos hiatos;
3. Para um dos locutores, os hiatos aproximam-se, em termos de duração, dos ditongos;
4. Constatação de trajectórias no espaço de F1/F2 dos ditongos crescentes semelhantes à dos hiatos;
5. Constatação de uma certa diferença ao nível da variação de F1 e F2 para as sequências do tipo [kwa] e [twa].

Evidentemente, que os resultados aqui apresentados devem ser lidos como provisórios, por se tratar de uma pesquisa em curso. O alargamento do *corpus* e a um maior número de informantes são um dos primeiros passos desejáveis no âmbito da generalização de uma pesquisa desta natureza.

Pelas razões apontadas, o que aqui fica dito relativamente a este tipo de fenómenos, pretende ser um humilde contributo numa matéria tão controversa.

Referências Bibliográficas

- CUNHA, C. Cintra L. (2002) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa. João Sá da Costa.
- DELGADO MARTINS, M. R. (2002) *Fonética do Português. Trinta anos de investigação*. Lisboa. Ed. Caminho.
- DRENSKA, M. (1986) Existem ditongos crescentes em Português?. *Actas do 2º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. pp. 53-77.
- HU, F. (2003) An acoustic phonetic analysis of diphthong in Ningbo Chinese. *Eurospeech*. Genève.
- MATA da Silva, A. I. (1987) Ditongos crescentes do Português: análise acústica. *Actas do 3º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. pp. 379-400.
- MATEUS, M.H. et al. (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*. Ed. Caminho (5ª ed.).
- OLIVE, J. P. , J. S. Coleman, Alexander Greenwood (1993) *Acoustics of American English Speech: A Dynamic Approach*. Springer-Verlag.
- ZERLING e Moutinho (1998) Les diphtongues orales du Portugais du Portugal. Etude Acoustique préliminaire. *Travaux de l'Institut de Phonétique de Strasbourg*. 28. pp. 177-201.

O imperativo gramatical no português brasileiro: reflexo de mudança lingüística na escrita de revistas em quadrinhos¹

Maria Marta Pereira Scherre
Universidade de Brasília

1. Introdução

Trato neste texto do uso do imperativo singular associado à forma indicativa – *fala*, *abrE*, *faz* – ou à forma subjuntiva – *fale*, *abrA*, *faÇA*. Na perspectiva diacrônica, a história relata que *fala*, *abrE* e *faz* se remetem ao imperativo latino singular e *fale*, *abrA* e *faÇA* são suas formas supletivas (Elia, 1974: 238-239; Mira Mateus *et al.*, 2003: 256, 451-453; Cunha & Cintra, 1985: 465). Na perspectiva sincrônica, a tradição gramatical brasileira registra que *fala*, *abrE* e *faz* são formas do imperativo afirmativo, derivadas do presente do indicativo do pronome *tu*, sem o –s final. Registra também que *fale*, *abrA* e *faÇA* são formas imperativas tomadas emprestadas do presente do subjuntivo para o pronome *você* em construções afirmativas e negativas. A tradição gramatical brasileira registra, portanto, paradoxalmente, que as formas imperativas *próprias* são *derivadas* do modo indicativo (Bechara, 1999: 237; Cegalla, 1991: 166-167). Faraco (1986; 1996) fez um estudo detalhado do percurso histórico do pronome *você* e da expressão do imperativo e argumenta que o imperativo hoje associado à forma indicativa nada tem a ver com o modo indicativo. Segundo ele, trata-se apenas de uma confluência fonológica entre o indicativo e o imperativo.

Assumo neste trabalho que, no português brasileiro, formas do tipo *fala*, *abrE*, *faz*, por um lado, e do tipo *fale*, *abrA*, *faÇA* são variantes do imperativo, que podem expressar pedido, solicitação, convite, súplica, aviso, conselho, sugestão, exortação ou ordem, em configurações sintáticas sem sujeito expreso, com pouca ou nenhuma relação com os contextos de ocorrência dos pronomes *tu* ou *você*. As estruturas imperativas do português brasileiro em uso, falado e escrito, evidenciam, portanto, um processo de variação que se afasta da norma codificada, tendo em vista ser possível a alternância entre *fala*, *abrE*, *faz*, por um lado, e *fale*, *abrA*, *faÇA*, por outro, em contextos do pronome *você* e do pronome *tu*, alternância esta que é regida por restrições de natureza estrutural e não-estrutural (Scherre *et al.*, 1998, 2000; Scherre, 2004; Sampaio, 2001).

A distribuição global dos dados de eventos não-formais de fala natural analisados por diversos pesquisadores indica um corte geográfico claro: regiões Sul, Sudeste e

¹ Agradeço a Thais Fernandes Sampaio pelo levantamento, codificação e conferência criteriosa dos dados, especialmente os da década de 70. Agradeço também ao CNPq, pela concessão de bolsa de produtividade em pesquisa desde 1984.

Centro-Oeste, com predominância quase absoluta de imperativo associado à forma indicativa; região Nordeste, com predominância forte de imperativo associado à forma subjuntiva, como se pode ver a seguir:²

- 1) 95% a 98% de imperativo associado à forma indicativa na fala espontânea de Brasília – região Centro-Oeste – dados do final da década de 90, em contexto de predominância do pronome *você* (Scherre *et al*, 1998; Rodrigues, 1993)
- 2) 100% de imperativo associado à forma indicativa na fala espontânea de Goianésia – região Centro-Oeste – dados do final da década de 90, em contexto exclusivo do pronome *você* (Ferreira, 2001)
- 3) 92% de imperativo associado à forma indicativa na fala formal e informal de Brasília – região Centro-Oeste – dados da década de 90, em contexto de predominância do pronome *você* (Silva, 2003)³
- 4) 95% de imperativo associado à forma indicativa na fala espontânea de Campo Grande – região Centro-Oeste – dados do final da década de 90, em contexto exclusivo do pronome *você* (Lima, 2004)
- 5) 98% de imperativo associado à forma indicativa na fala do Rio de Janeiro – região Sudeste – em diálogos de mãe-filho da década de 80, em contexto de alternância dos pronomes *você/tu* (Morais, 1994: 12)
- 6) 94% de imperativo associado à forma indicativa na fala do Rio de Janeiro – região Sudeste – dados da década de 90, em contexto de alternância dos pronomes *você/tu* (Sampaio, 2001: 109; Paredes Silva, 1998)
- 7) 100% de imperativo associado à forma indicativa na fala espontânea de Florianópolis – região Sul – dados da década de 90, em contexto de alternância do pronome *tu/você* (Bonfá, Pinto & Luiz, 1997: 10-11)
- 8) apenas 28% de imperativo associado à forma indicativa na fala de Salvador – região Nordeste – dados da década de 90, em contexto de predominância do pronome *você* (Sampaio, 2001: 79-80)
- 9) apenas 34% de imperativo associado à forma indicativa na fala de João Pessoa – região Nordeste – dados da década de 90, em contexto de predominância do pronome *você* (Alves, 2001: 54)

Interessada em entender um pouco mais do que subjaz aos processos de variação e mudança instalados, meus olhos se voltaram para dados de uma revista em quadrinhos genuinamente brasileira, a atual revista da *Turma da Mônica* do escritor e empreendedor paulista Maurício de Sousa. O contexto discursivo dos dados analisados é exclusivamente o do pronome *você*. Em outras palavras, não existe o pronome *tu* na amostra analisada. Na década de 70, a obra deste autor apresenta ínfimos 7% de imperativo associado ao indicativo do tipo *faça*, *abra* e *faça*. Todavia, no final da década

² Ainda não temos conhecimento de pesquisa com a fala da região Norte, onde há a presença do *tu* com concordância variável.

³ Para a obtenção deste percentual, refiz a contagem dos dados de Silva (2002), tendo em vista que sua contagem inicial engloba dados não considerados nas outras pesquisas.

de 90, este percentual sobe para 55%, exatamente no contexto discursivo em que a tradição registra apenas imperativo associado ao subjuntivo do tipo *fale*, *abra* e *faça*. Por esta razão, a análise destes dados se reveste de especial interesse.

2. Análise de dados da Turma da Mônica

2.1. Preliminares

As histórias de Maurício de Sousa oferecem condição ímpar de análise lingüística. Como relata o próprio autor na obra *As primeiras histórias da Mônica*, suas histórias começaram a ser publicadas no final da década de 50, mais precisamente em 1959, com *tirinhas* dos personagens Franjinha e Bidu (Sousa, 2002: 190). As primeiras revistas da então *Mônica e sua Turma*, exatamente 10, foram publicadas entre maio de 1970 e fevereiro de 1971 (Sousa, 2002: 9). Meu interesse pelo estudo deste fenômeno começou em 1992 e por estas revistas, em especial, em 1998, ao lado de diversos outros jovens pesquisadores que também se ocuparam deste tema (Scherre *et al.*, 1998; Scherre, 2004).

Voltando, assim, minha atenção para o presente e para o passado, apresento neste texto resultados de uma análise com base em dois *corpora*. O primeiro é do início da década de 70 – *As Primeiras Histórias da Mônica* – com 25 histórias das 10 primeiras revistas da *Mônica e sua Turma*, de Maurício de Sousa, produzidas em 1970 e republicadas em 2002 pela Editora Globo, com rigorosa manutenção de todas as características da época. O segundo é do final da década de 90, constituído por 15 revistas da *Turma da Mônica*, de Maurício de Sousa e Produções, publicadas em 1998 e em 1999 pela Editora Globo (três da *Mônica* – números 75, 140 e 154; três do *Cebolinha* – números 52, 54 e 141; três do *Cascão* – números 46, 53 e 54; três da *Magali* – números 21, 22 e 23; três do *Chico Bento* – números 46, 52 e 54).

O objetivo específico do trabalho que está sendo realizado é, portanto, explicitar processos de mudança lingüística na língua escrita, por meio da comparação da expressão gramatical do imperativo – variante associada ao *indicativo* vs. variante associada ao *subjuntivo* –, em diálogos de revistas em quadrinhos genuinamente brasileiras, escritas no início da década de 70 e no final da década de 90. Trata-se de um intervalo aproximado de 30 anos – uma geração e meia –, intervalo este em que, segundo Labov (1981), é possível capturar *mudança em progresso* na língua falada.

Em (A) e (B), relaciono exemplos de construções imperativas variáveis para, respectivamente, a década de 70 e de 90, em contextos sintáticos bastante semelhantes, com as partes mais relevantes em *itálico*:

(A) EXEMPLOS EM CONSTRUÇÕES AFIRMATIVAS EM CONTEXTO DISCURSIVO DO PRONOME *VOCE*, NAS REVISTAS DO INÍCIO DA DÉCADA DE 70:

Imperativo expresso pela variante associada à forma *indicativa*:

- (1) << “*DEIXA*” QUE A GENTE SAIA DAQUI, PRIMEIRO! >> (Sousa, 2002: 136)
- (2) << “*OLHA*”, TURMA! É A MÔNICA, DE NOVO! >> (Sousa, 2002: 102)

Imperativo expresso pela variante associada à forma *subjuntiva*:

- (3) << ORA! *DEIXE* QUE ÊLE DÊ UMAS MORDIDAS! >> (Sousa, 2002: 136)
 (4) << *OLHE!* A MÔNICA FICOU “VELMELHA” DE “LAIVA!”>> (Sousa, 2002: 53)

(B) EXEMPLOS EM CONSTRUÇÕES AFIRMATIVAS E NEGATIVAS EM CONTEXTO DISCURSIVO DO PRONOME *VOCE*, NAS REVISTAS DO FINAL DA DÉCADA DE 90:

Imperativo expresso pela variante associada à forma *indicativa*:

- (5) É AGORA, TONICÃO, *FAZ* O GOL! (Almanaque do Cebolinha – 54, Sousa, 1999: 75)
 (6) PSST! NÃO *FAZ* ESCÂNDALO, CEBOLINHA!! (Cebolinha – 141, Sousa, 1998: 7)

Imperativo expresso pela variante associada à forma *subjuntiva*:

- (7) *FAÇA* ESSA BOLA SE MEXER AGORA! (Almanaque do Cebolinha – 54, Sousa, 1999: 75)
 (8) NÃO, SEU MONSTRO! NÃO *FAÇA* ISSO! (Almanaque do Cascão -53, Sousa, 1998: 76)

Os dados estão sendo analisados segundo a Teoria da Variação Lingüística Laboviana, cujo pressuposto básico associa à estrutura lingüística a noção de heterogeneidade ordenada: a língua é concebida como inerentemente variável e a suposta *variação livre* é vista como passível de descrição sistemática, em função de restrições lingüísticas e não-lingüísticas. Um dos objetivos centrais desta teoria é o entendimento dos mecanismos da mudança lingüística (Weinreich, U, Labov, W. & Herzog, M. I., 1968; Labov, 1975). A metodologia analítica utilizada é fornecida pelos programas Varbrul (Sankoff, 1998; Pintzuk, 1988). A análise apresentada é binária: variante do imperativo associada ao *indicativo* e variante do imperativo associada ao *subjuntivo* e, neste trabalho, as freqüências e os pesos relativos devem ser lidos com relação à variante imperativa associada ao *indicativo*.

Analisei 162 estruturas imperativas de número singular da década de 70 e 658 da década de 90. Entre as 162 estruturas da década de 70, há apenas 11 casos de imperativo associado ao *indicativo*, 7%; entre as 658 da década de 90, já há 363 casos de imperativo associado ao *indicativo*, 55%. Isto indica que num lapso temporal de cerca de 30 anos há um aumento de 48 pontos percentuais em direção ao imperativo associado à forma *indicativa*, aumento este sem dúvida significativo.

O afastamento evidente entre norma e uso observado na análise dos dados da década de 90 não se verifica nos dados da década de 70. Nas histórias da década de 70, o autor indica que tinha consciência relativa de que estava escrevendo estruturas fora do padrão codificado, o que se evidencia pelo uso de aspas, ilustrado em (9) e (10):

- (9) << “*DEIXA*” QUE A GENTE SAIA DAQUI, PRIMEIRO!>> (Sousa, 2002: 136
 “Mônica Enfrenta o Menino de Borracha” em *As Primeiras Histórias da Mônica*)

- (10) << “OLHA”, TURMA! É A MÔNICA, DE NOVO! (Sousa, 2002: 102 “O Medo da Mônica” em *As Primeiras Histórias da Mônica*),

Segundo Sousa (2002: 7), na republicação das histórias da década de 70, “tudo foi mantido como no original: a linguagem, a ortografia da época, os traços dos desenhos e as cores que eu e minha equipe usávamos”.

O controle do autor a respeito do afastamento da norma codificada é relativo porque, das 11 formas de imperativo associado ao indicativo, há quatro sem aspas. Além disso, uma das cinco formas entre aspas reproduz a fala do personagem *Cebolinha* “*Segula...!*”, que assim se transcreve também para indicar troca de *r* por *l* na fala deste personagem. Nos dados da década de 90, todavia, apenas a fala deste personagem, quando há troca de *r* por *l*, é colocada entre aspas, ou seja, nenhuma das 363 formas imperativas associadas ao indicativo da década de 90 vem entre aspas.

Na busca de entender o sistema interno das duas amostras, apresento e avalio resultados em função de restrições já vistas como pertinentes em outras amostras do português brasileiro falado e escrito, a saber: (1) polaridade da estrutura, (2) presença, tipo, localização e pessoa dos pronomes, (3) presença ou ausência de vocativo. As variáveis (4) número de sílabas do verbo na forma infinitiva e (5) paradigma verbal, tipo de oposição entre as formas verbais e paralelismo fônico não são apresentadas por limitação de espaço.

2.2. Restrições estruturais

2.2.1. Polaridade da estrutura

Tendo em vista que o contexto discursivo das duas amostras é exclusivo do pronome *você*, não há como testar a associação direta ao tipo de pronome, feita pela tradição gramatical. Testei, todavia, o efeito da variável *polaridade da estrutura*, que nos revela fatos interessantes, com base nos resultados apresentados na tabela 1.

Fatores	Início da década de 70	Final da década de 90
	Frequência do imperativo associado à forma indicativa	Frequência do imperativo associado à forma indicativa
<i>Polaridade negativa:</i> Da próxima vez não fale a verdade!	0/ 23 = 0%	21/ 80 = 26%
<i>Polaridade afirmativa:</i> Faz de conta que você está andando pela rua...	11/139 = 8%	342/578 = 61%
Total	11/162 = 7%	363/658 = 55%

Tabela 1 – Efeito da polaridade da estrutura no uso do imperativo associado à forma indicativa em diálogos de histórias em quadrinhos da *Turma da Mônica* – Contexto discursivo do pronome *você*

Na década de 70, não há variação lingüística em estruturas negativas. Neste contexto, como registra a tradição, só há o uso da forma supletiva, a forma imperativa associada ao subjuntivo (23 casos). Na década de 90, embora as estruturas negativas tendam a desfavorecer imperativo associado ao indicativo, já se observa 26% de imperativo na forma associada ao indicativo neste tipo de estrutura. Além disso, observa-se aumento de 53 pontos percentuais de uso da forma associada ao indicativo nas construções afirmativas. Os resultados apresentados na tabela 1 evidenciam inequivocamente a expansão regular do imperativo associado à forma indicativa nas duas configurações sintáticas analisadas.

2.2.2. Presença, tipo, localização e pessoa de pronomes

Explicitarei em textos anteriores que os registros da tradição não dão conta de grande parte da variação encontrada nos dados analisados por diversos pesquisadores. Portanto, outras hipóteses foram aventadas para o entendimento da *heterogeneidade ordenada* que governa este fenômeno variável. A análise de Leite (1994: 10-11), com diálogos da telenovela *Fera Ferida*, no período de 29/04 a 30/06 de 1994, identificou que a presença e a posição de um pronome de forma oblíqua evidenciavam maior ocorrência do imperativo associado ao subjuntivo. Detalhei o controle desta restrição, observando o tipo de pronome – se da forma reta ou oblíqua; a pessoa do pronome oblíquo – se da primeira, da segunda ou da terceira pessoa, singular ou plural; a posição do pronome oblíquo em relação ao verbo – se antes ou depois. Os resultados são apresentados na tabela 2.

Embora nas duas amostras haja pequena diferença entre os percentuais de estruturas imperativas com presença de pronomes – 20% na década de 70: 33 casos em 162; e 16% na década de 90: 103 casos em 658 –, os fatos observados na análise da variável *presença, tipo, localização e pessoa dos pronomes* são reveladores:

1) Na amostra de 70, não existe a estrutura do tipo *Deixa eu ver!* Além da inexistência de estruturas imperativas com pronome na forma do caso reto, há também desfavorecimento categórico do imperativo associado ao indicativo no contexto do pronome oblíquo *me* depois do verbo (0/20=0%). Nesta amostra, todos os casos com pronome de primeira pessoa singular são do tipo *Deixe-me ver!* – só com a forma imperativa associada ao subjuntivo. Embora este tipo de estrutura ocorra na amostra de 90, sua frequência é bastante baixa – há apenas 6 casos, o que por si já é significativo. Todavia, mais significativo ainda é o fato de que, na amostra de 90, há estruturas com pronome reto depois do verbo e com favorecimento maciço do imperativo associado ao indicativo (22/23=96%). A mudança de configuração sintática entre as duas amostras é, portanto, contundente.

2) Na amostra de 70, há apenas cinco casos de *me* antes do verbo, com todos eles favorecendo a forma associada ao subjuntivo. Além disso, não há ocorrência de *me* em posição inicial absoluta – dois destes quatro casos ocorrem em estruturas negativas do tipo *Não me bata!*. Os outros casos ocorrem com advérbios do tipo *Agora “me devolva” esse braço de molas*, outro fato também significativo. Na amostra de 90, por sua vez, há

40 estruturas com *me* antes do verbo, sem restrição de ocorrência em posição inicial absoluta do tipo *Me larga! Me solta!* e tendência crescente de imperativo na forma associada ao indicativo (24/40=60%) – mais um fato apontando mudança ou rearranjo do sistema.

Fatores	Início da década de 70	Final da década de 90
	Frequência do imperativo associado à forma indicativa	Frequência do imperativo associado à forma indicativa
Ausência de pronome: CALMA! <i>Deixa ver...</i> Hum...	11/129 = 9%	315/555 = 57%
Pronome reto depois do verbo: Hum... <i>Deixa eu ver...</i>	Não ocorre	22/ 23 = 96%
Pronome oblíquo <i>me</i> antes do verbo: Então <i>me</i> responde franca-mente! “Cebolinha! <i>Me</i> faz um favor!”	0/ 5 = 0%	24/ 40 = 60%
Pronome oblíquo <i>se</i> antes do verbo: Não <i>se</i> preocupe! Então <i>se</i> prepara para correr! e <i>si</i> aiebre...	0/ 4 = 0%	2/ 19 = 11%
Pronome oblíquo <i>me</i> depois do verbo: Bem... <i>Deixe-me</i> ver...	0/ 20 = 0%	0/ 6 = 0%
Pronome oblíquo <i>se</i> depois do verbo: <i>Divirta-se!</i>	0/ 4 = 0%	0/ 12 = 0%
Pronome oblíquo <i>o</i> depois do verbo: <i>Leve-os</i> de volta pra casa!	Não ocorre	0/ 2 = 0%
Pronome oblíquo <i>nos</i> depois do verbo: Segue esta colda e <i>tile-nos</i> daqui!	Não ocorre	0/ 1 = 0%
Total	11/162 = 7%	363/658 = 55%

Tabela 2 – Efeito da presença, tipo, localização e pessoa dos pronomes no uso do imperativo associado à forma indicativa em diálogos de histórias em quadrinhos da *Turma da Mônica* – Contexto discursivo do pronome *você*

3) Na amostra de 70, há apenas quatro casos de *se* antes do verbo, com todos eles favorecendo a forma associada ao subjuntivo. Como estes quatro casos co-ocorrem com estruturas negativas do tipo *Não se esqueça!*, também não se observa ocorrência de *se* em posição inicial absoluta. Na amostra de 90, há 19 estruturas com *se* antes do verbo, com um caso em posição inicial absoluta (*Ai! Se “plepala” para correr!*), com o surgimento – ainda tímido – de imperativo na forma associada ao indicativo (2/19=11%), índice de início de mudança em um contexto de resistência.

4) Em ambas as amostras, a presença de um pronome de forma oblíqua depois do verbo favorece categoricamente imperativo na forma associada ao subjuntivo (*Deixe-me ver!*; *Divirta-se!*; *Leve-os de volta pra casa!*; e *tire-nos daqui!*) – ponto de convergência entre as duas amostras.

Sob a perspectiva da análise levada a cabo, verifica-se na amostra analisada reflexo claro de dois momentos do português brasileiro escrito.⁴ Além dos aspectos observados acima, há também outros de natureza interna que têm a ver com o risco da perda da leitura imperativa em, especialmente, estruturas do tipo *Não se esqueça! Divirta-se!*, caso fosse usado imperativo na forma associada ao indicativo, por causa da possibilidade de preenchimento da posição de sujeito *ele* neste tipo de estrutura, provocada especialmente pela presença do pronome oblíquo *se* (Scherre *et al*, 1998). Neste sentido, o vocativo exerce papel interessante na escrita, particularmente na escrita não-dialógica, como veremos a seguir.

2.2.3. O papel do vocativo

A variável *presença ou ausência de vocativo* exibe comportamento singular. Retirados os dados que favorecem apenas a variante subjuntiva para fins de cálculo de freqüências corrigidas ou pesos relativos, que só é possível com dados de natureza variável, esta restrição emerge como a única estatisticamente significativa para a amostra de 70, cujos resultados podem ser vistos na tabela 3. Aliás, esta restrição tem efeito até mais contundente na amostra de 70 do que na amostra de 90, embora a tendência do efeito seja a mesma – o imperativo associado ao indicativo é mais favorecido na presença de um vocativo, normalmente expresso pelo nome do personagem.

Fatores	Início da década de 70		Final da década de 90	
	Freqüência do imperativo associado à forma indicativa	Peso relativo dos fatores	Freqüência do imperativo associado à forma indicativa	Peso relativo dos fatores
<i>Presença de Vocativo</i>	6/ 23 = 26%	0,79	139/221 = 63%	0,58
<i>Ausência de Vocativo</i>	5/ 82 = 6%	0,41	224/416 = 54%	0,45
Total	11/ 105 = 10%		363/637 = 55%	

Tabela 3 – Efeito da presença ou ausência de vocativo no uso do imperativo associado à forma indicativa em diálogos de histórias em quadrinhos da *Turma da Mônica* – Contexto discursivo do pronome *ocê*

Interpreto o efeito do vocativo à luz de fatos atuais da estrutura imperativa do português brasileiro escrito não-dialógico.

Em propagandas não-dialógicas do português brasileiro escrito, o imperativo é maciçamente expresso na forma associada ao subjuntivo, como se observa nas seguintes construções extraídas do *Correio Braziliense*, um dos principais jornais da cidade de Brasília:

⁴ Para discussões desta natureza, ver Lucchesi (2000) e Sampaio (2001).

- (11) CorrA, saltE, andE e deixE de fumar (Expressão escrita sem presença de vocativo – *Correio Braziliense*, 25 de junho de 1999, Mundo, Saúde, Manchete)
- (12) DeixE para sexta, sábado e domingo o que você poderia fazer hoje. (Expressão escrita sem presença de vocativo – *Correio Braziliense*, 20 de novembro de 2003,27, Cidades)

O imperativo na forma indicativa em textos escritos não-dialógicos – um mar de imperativos na forma subjuntiva – é possível, predominantemente, quando há âncora discursiva. Este fato é ilustrado de forma ímpar por uma propaganda do *Jornal do Brasil*, um dos principais jornais da cidade do Rio de Janeiro. Nesta propaganda, o verbo *ligar* ocorre na forma associada ao indicativo dentro de um *balão*, representando a língua falada (e também com um pronome átono antes do verbo em posição inicial absoluta); e ocorre na forma subjuntiva na construção representativa da escrita, ao pé do texto da propaganda, fora do *balão*.

- (14) *Me liga*. (Expressão escrita dentro do *balão* – *Jornal do Brasil*)
- (15) *LigUE* para a NET Rio (Expressão escrita fora do *balão* – *Jornal do Brasil*)

Outro exemplo inserido em *balão*, extraído do *Correio Braziliense*, pode ser visto a seguir:

- (16) *SAI DA FRENTE!* Motorista de Brasília está cada vez mais mal-humorado. (Expressão escrita dentro do *balão* – *Correio Braziliense*, 7 de julho de 2002)

Da mesma forma que *balões*, assim como rimas (*Vem pra Caixa você também. Vem!* – Propaganda da Caixa Econômica Federal) e ícones (*Faz um 21!* – Propaganda da Embratel, com um gesto imitando um telefone), os vocativos também funcionam como apoio discursivo para a escrita não-dialógica, contribuindo para assegurar a leitura imperativa da forma associada ao indicativo, como exemplificado em:

- (17) *OlhA o Papai Noel, Gente* (Expressão escrita com presença de vocativo – *Correio Braziliense*, 16 de novembro de 2003, Trabalho & formação profissional)

Para a década de 70, outro mar de formas imperativas associadas ao subjuntivo, o efeito do vocativo – favorecedor do imperativo na forma associada ao indicativo – pode também ser interpretado como elemento de forte apoio discursivo.

3. Reflexões finais

Na língua falada do português europeu, creio ser indiscutível que a distinção entre as formas imperativas se dá em função dos traços [+proximidade], codificados também pelos pronomes *tu* e *você*, respectivamente associados à presença e ausência de morfologia verbal, bem como pelos possessivos *teu* e *seu*. Esta codificação, opaca no português brasileiro, em especial com relação à expressão do imperativo, se insinua na maior formalidade da interação e, também, no sentimento autoritário das estruturas imperativas da fala da região Nordeste aos ouvidos de falantes da região Sudeste. Em discursos mais formais, a frequência de imperativo associado ao subjuntivo tende a aumentar na fala de pessoas da região Centro-Oeste (Scherre *et al.*, 1998; 2000; Lima, 2004). Os contextos do pronome *você*, portador dos traços [+proximidade], a depender da localidade, e do pronome *tu* sem concordância, portador do traço [+proximidade] em qualquer localidade, não controlam todavia de forma inequívoca o uso do imperativo associado ao subjuntivo ou ao indicativo, bem como o imperativo em uma destas formas não ocorre inequivocamente em outros contextos com traços de [-proximidade] ou de [+proximidade].

Também creio ser indiscutível que, no português europeu, os traços [+proximidade] norteiam o uso das variantes do imperativo na escrita não-dialógica. Isto pode ser ilustrado em mensagens e propagandas em Portugal. Em 10 de outubro de 2004, pude ler a seguinte mensagem no supermercado *Pingo Doce*, na cidade de Beja, em direção ao sul de Portugal, dirigida a crianças, com o traço [+proximidade]:

- (18) De volta à escola, O Pingo Doce convida todos os meninos para uma viagem ao fundo do mar.

Pede o teu Bilhete na recepção, e a partir de 1 de outubro visita o Oceanário.

Os verbos em *italico* são imperativos, associados por parte da tradição gramatical brasileira à forma indicativa. Este tipo de estrutura, sem apoio discursivo claro (a não ser a construção assertiva anterior), é estranha ao falante-ouvinte do português brasileiro (ou pelo menos me é estranha). Temos a impressão de que não se trata de estrutura imperativa, especialmente a estrutura com o verbo *visitar*. Parece se tratar de uma afirmação com omissão de pronome *ele*, sem nexos sintáticos. Há um certo estranhamento estrutural e ruptura da leitura imperativa. Não parece ser uma estrutura do português, melhor dizendo, do português brasileiro. E realmente não é: trata-se de fatos do português europeu.

A estrutura imperativa escrita não-dialógica natural para os brasileiros e de ocorrência generalizada no português brasileiro escrito não-dialógico, independente, no Brasil, do traço [+proximidade], é a que se observa em uma outra propaganda também do supermercado *Pingo Doce*, destinada a pessoas adultas, com o traço [-proximidade], e com imperativo *supletivo*, isto é, com o imperativo associado à forma subjuntiva:

- (19) *Poupe 50%*

... porque um bom vinho,
merece um cálice à altura.

Esta segunda propaganda ocorre no contexto de segunda pessoa com verbo sem morfologia expressa. No verso da propaganda se observa este fato:

- (20) De 15 de Setembro até 30 de outubro de 2004 ao adquirir qualquer vinho da Feira, em qualquer de nossos estabelecimentos, *poderá* poupar 50% na compra de um pack de três cálices de degustação a um preço promocional.

A forma verbal *poderá* da estrutura acima, com morfema zero de pessoa, indica que NÃO se trata de uma estrutura com sujeito *tu*, contexto em que se tem de usar, necessariamente, a forma imperativa associada ao subjuntivo no português europeu, até onde vai meu conhecimento. Para os olhos de um brasileiro, a construção focalizada em (20), embora interpretável, também parece estranha. No Brasil, colocariamos seguramente um *você* expresso antes de *poderá*. Esta é a prática lingüística usual em qualquer prospecto de propaganda brasileira, em especial nos prospectos bancários, bem como o é o uso do imperativo na forma associada ao subjuntivo, que se dá por razões de natureza essencialmente sintática. Este fenômeno está imbricado com a diferença entre o português europeu e o português brasileiro com relação à questão sintática de preenchimento da posição de sujeito e com a questão da interpretação referencial/não-referencial de estruturas de sujeito não-preenchido. E aí já começamos outra estória ou continuamos a contar a história. Isto significa que já é hora de fechar este texto, que teve como principal objetivo utilizar a análise da expressão variável do imperativo como índice de reflexo de mudança no português brasileiro escrito, que se alinha aos fatos do português brasileiro falado, particularmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, em fenômenos que não envolvem estigma.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Gilson Chicon. (2004) A influência da simplificação da conjugação verbal da construção do imperativo. In: Dermeval da Hora (org.) *Estudos sociolingüísticos – perfil de uma comunidade*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, pp. 157-182.
- BECHARA, Evanildo. (1999) *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Lucerna.
- BONFÁ, Cláudia Regina Ziliotto, Pinto, Isis Alves & Luiz, Isabella. (1997) *Imperativo: uma comparação entre Lages e Florianópolis*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, inédito.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. (1991) *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Nacional.
- CUNHA, Celso. & Cintra, L. F. (1985) *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- ELIA, Sílvio. (1974) *Preparação à lingüística românica*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

- FARACO, Carlos A. (1986) Considerações sobre a sentença imperativa no português do Brasil. In: *D.E.L.T.A.* 2(1), São Paulo: Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pp. 1-15.
- FARACO, Carlos A. (1996) "O tratamento *você* em português – uma abordagem histórica", in: *Fragmenta*. 13, Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, pp. 51-82.
- FERREIRA, Gilcy Rodrigues Azevedo & Alves, Edna do Nascimento. (2001) *A expressão variável na fala goiana e fala escrita da internet*. Universidade de Brasília, inédito.
- LABOV, William. (1975) *Sociolinguistics patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- LABOV, William. (1981) What can be learned about change in progress from synchronic descriptions? In: D. Sankoff. & H. Cedergren (eds.) *Variation Omnibus*. Edmonton, Alberta, Canada: Linguistic Research, Inc, pp.177-199.
- LEITE, Josevane S. (1994) *O fenômeno variacionista na formação do imperativo – linguagem oral*. Universidade de Brasília, inédito.
- LIMA, Damaris Pereira Santana. (2004) *O uso do modo imperativo na fala de Campo Grande*. Campo Grande: Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, inédito.
- LUCCHESI, Dante. (2000) *A variação da concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* (2003) *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- MORAIS, Rubens Damasceno. (1994) *O uso e emprego dos imperativos 2*. Universidade de Brasília, inédito.
- PINTZUK, Susan. (1988) *VARBRUL programs*. inédito.
- RODRIGUES, Márcia da Silva. (1993) *Estudo da formação do imperativo na linguagem oral e escrita*. Universidade de Brasília, inédito.
- SAMPAIO, Dilcéia Almeida. (2001) *Modo imperativo: sua manifestação/expressão no português contemporâneo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia.
- SANKOFF, David. Variable rules. (1988) In: U. Ammon, N. Dittmar & K. J. Mattheier (eds.) *Sociolinguistics – An international handbook of the science of language and society*. Berlin: Walter de Gruyter, pp. 984-998.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. (2004) Norma e uso – o imperativo no português brasileiro. In: Wolf Dietrich & Volker Noll. (Orgs.) *O Português do Brasil – Perspectivas da pesquisa atual*. Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana – Vervuert, pp.231-260.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira *et al.* (1998) Phonic parallelism: evidence from the imperative in Brazilian Portuguese. *Papers in Sociolinguistics. N.WAVE-26 à l'Université Laval*. Québec: Nota Bene, pp. 63-72.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira *et al.* (2000) Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil. *Anais do II Congresso*

- Nacional da ABRALIN e XIV Instituto Lingüístico*. Florianópolis, Taciro – Produção de Cds Multimídia, pp.1333-1347.
- SOUSA, Maurício de. (1998-1999) *Mônica 75, 140 e 154; Cebolinha 52, 54 e 141; Cascão 46, 53 e 54; Magali 21, 22 e 23; Chico Bento 46, 2 e 54*. São Paulo: Globo.
- SOUSA, Maurício de. (2002) *As primeiras histórias da Mônica*. São Paulo: Globo.
- WEINREICH, U., Labov, W. & Herzog, M. I. (1968) Empirical Foundations for a Theory of Language Change. *Directions for Historical Linguistics: A Symposium*. Austin: University of Texas Press, pp.97-195.

Contributos para um modelo prosódico do Português: Estudo de um caso exemplar

*Ana Margarida C. Vaz da Silva¹, Lurdes de C. Moutinho^{1,2}
e António J. S. Teixeira^{3,4}*

¹) Centro de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro

²) Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro

³) Instituto de Engenharia Electrónica e Telemática de Aveiro (IEETA)

⁴) Departamento de Electrónica e Telecomunicações, Universidade de Aveiro

1. Algumas motivações

A apresentação deste trabalho é fruto da investigação realizada para uma dissertação de Mestrado já defendida. Na sua base está um especial interesse relacionado com o processamento computacional da Língua Portuguesa e a sua inserção no Grupo das Ciências da Linguagem (Centro de Investigação de Línguas e Culturas). Este projecto pretende ser uma continuidade do Projecto Atlas Multimedia Prosodique de l'Espace Roman (AMPER) e prolongar alguns dos aspectos nele estudados. Tal pesquisa foi possível dada a já habitual cooperação entre o Laboratório de Fonética e o Instituto de Engenharia Electrónica e Telemática de Aveiro (IEETA) – da Universidade de Aveiro (UA).

2. Objectivos

Ao desenvolver esta pesquisa pretendeu-se estudar características diferenciadoras de vários tipos de frase relativamente à entoação, dar continuidade e completar estudos desenvolvidos no Projecto Atlas Multimedia Prosodique de l'Espace Roman (AMPER), em curso, e contribuir para a construção de um modelo da entoação do Português, que possa vir a ser aplicável a sintetizadores de fala numa etapa futura.

3. Corpus

Tal como antes foi referido, este trabalho surgiu como a possibilidade de dar continuidade à investigação que se tem vindo a desenvolver no âmbito do projecto AMPER. No entanto, pretendia-se, para além de nos debruçarmos sobre a mesma matéria, alargar o já desenvolvido. Daí que, na intenção de criar uma extensão do corpus do AMPER, se tenha partido de um corpus construído para o referido Projecto, mas alargando-se o estudo a outros tipos de frases.

4. Análise

4.1 Anotação realizada

Após a recolha, foram identificados manualmente o início e o fim de cada uma das trinta e quatro frases de cada repetição. Com esta segmentação, e utilizando as facilidades do comando wordchop do SFS, foram criados ficheiros individuais para cada uma das frases e repetições. A cada um destes ficheiros individuais foi atribuído um nome, em que as três primeiras letras identificam o tipo de frase (exemplo: dcl para as declarativas afirmativas); a seguir dois números identificam o número de ordem da frase no corpus, no fim aparece o número referente à repetição após a letra "r". Os ficheiros têm como extensão ".sfs".

4.1.1 Anotação manual dos fones

Para cada ficheiro, foi feita a segmentação e anotação manual de cada fone, usando o SFSWin, e o sinal acústico, complementado pelo espectrograma e sinal do electroglotógrafo.

Na anotação, foi utilizado o alfabeto fonético SAMPA² e seguidas as indicações acerca da transcrição fonética do CSLU (LANDER:1997). As oclusivas surdas foram divididas em duas partes: uma de silêncio, outra correspondente à "release" – por exemplo, para o [t] temos [t] e [tr].

4.1.2 Anotações "automáticas"

Sendo nossa convicção que o material recolhido deveria ser anotado a outros níveis, como, por exemplo, a delimitação das sílabas, optámos por tentar automatizar, dentro do possível, a criação de todas as outras anotações. Saindo do âmbito deste trabalho uma descrição pormenorizada dos programas desenvolvidos, apenas se apresentam, de seguida, os procedimentos, e de forma resumida, numa perspectiva informativa e com intuito de documentar todo o processo.

Em termos gerais, para cada novo tipo ou grupo de tipos de anotação, foi desenvolvido um programa na linguagem SML (Speech Measurement Language) integrante do sistema SFS, e o respectivo ficheiro "batch" para o executar no ambiente DOS. Cada um desses programas faz uso do nome do ficheiro, nível de anotação manual – anteriormente descrito –, ou níveis criados automaticamente antes dele. Todo o processamento assume o resultado da anotação manual dos fones numa anotação com o nome "Eswin/AN(type=phones)".

² O alfabeto SAMPA (*Speech Assessment Methods Phonetic Alphabet*) é um alfabeto fonético passível de leitura pelo computador sem necessidade de instalação de fonte própria, já que se serve dos caracteres disponíveis no teclado. Foi desenvolvido em finais dos anos 90 no âmbito de um projecto de um grupo de foneticistas e começou por ser aplicado às línguas da Comunidade Europeia. Tabelas e informações disponíveis em <http://www.phon.ucl.ac.uk/home/sampa/home.htm>.

À primeira vista, a distinção entre a declarativa afirmativa e a declarativa negativa não se faz pela diferença de movimentos da curva de F0, mas parece-nos, segundo os nossos dados, que o que distingue uma da outra é a estrutura sintáctica e a presença do advérbio de negação. Por isso, o advérbio de negação toma a posição de foco.

Há uma grande semelhança entre os dois padrões entoacionais comprovada pela quase sobreposição da representação das curvas melódicas obtidas em ambas as frases no início e final das mesmas.

5.1.2 Frases interrogativas

Globalmente a curva melódica destes dois tipos de frases assemelha-se de certa forma até à penúltima sílaba, onde se torna visível a dissemelhança. Assim, podemos verificar que há uma ligeira subida antes do sintagma verbal e em ambos os casos é este que detém o pico da frequência, após o qual a curva sonora desce até ao final, no caso da interrogativa-que, e até à penúltima vogal sofrendo uma ascensão na última vogal tónica, no caso da interrogativa – global.

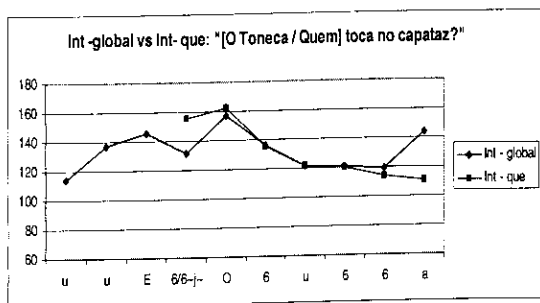


Figura 3 – Exemplo de análise comparativa de frases interrogativas global e introduzida por -que.

5.1.3 Frases imperativas

Tal como foi possível verificar noutros exemplos desta pesquisa e que agora não é possível demonstrar pela limitação espacial, as frases parecem assemelhar-se até ao sintagma verbal, onde acontece o pico de F0. Verifica-se, então, que, a partir do predicado, os dois tipos de frase têm um comportamento diferente, porque, enquanto que a imperativa-ordem desce a partir desse ponto, a imperativa – impaciência faz uma ligeira subida de frequência no início da primeira vogal da última palavra da frase, baixando um pouco de seguida, com uma subida de F0 bastante acentuada no final.

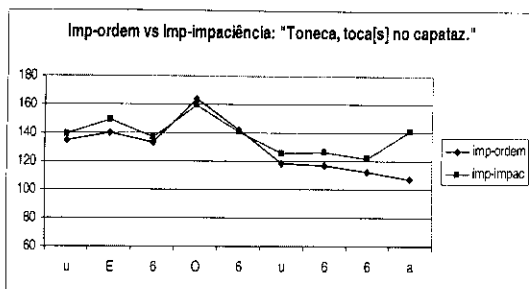


Figura 4 – Exemplo de análise comparativa de frases imperativas de ordem e que subentendem impaciência.

5.2. Duração das vogais e das sílabas

5.2.1 Vogais

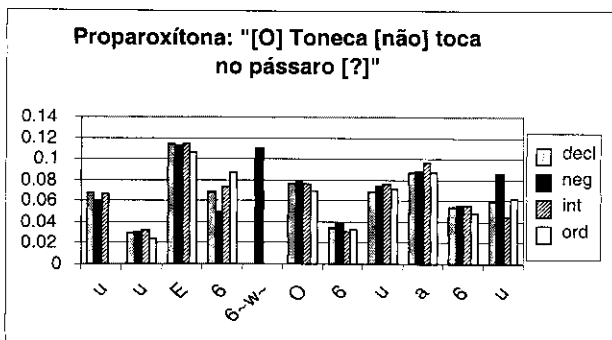


Figura 5 – Exemplo comparativo da duração das vogais em vários tipos de frase³

O gráfico acima, que apresentamos a título exemplificativo, permite-nos tecer as seguintes considerações:

³ As frases tratadas são do tipo declarativo afirmativo (decl), declarativo negativo (neg), interrogativo-global (int) e imperativa-ordem (ord)..

As vogais com menor duração são átonas e situam-se nas frases interrogativa – global e imperativa – ordem.

As vogais com maior duração são tónicas e detectam-se na palavra que corresponde ao sujeito ou vocativo (no caso das imperativas – globais) e na última palavra da frase que, pela sua posição, representa o acento frásico. Podemos notar a duração do advérbio de negação que, além de ser o foco da frase, é constituído por um ditongo o que, obviamente, prolonga a sua duração.

A duração é factor demarcador da qualidade da vogal como sendo tónica ou átona, o mesmo não se podendo afirmar, com base nos resultados por nós obtidos, no que diz respeito à distinção clara entre modalidades.

5.2.2 Efeito do acento nas vogais

Ao pretender verificar a importância do acento frásico e lexical na duração das vogais, analisámos o efeito destes factores no referido parâmetro aplicando, desta vez, o SPSS, usando ficheiros de dados contendo em cada linha o tipo de frase, o tipo de acento da frase, a posição do fone/sílaba na frase (contando a partir do início), informação acerca do acento, o fone ou sílaba, e o parâmetro em análise.

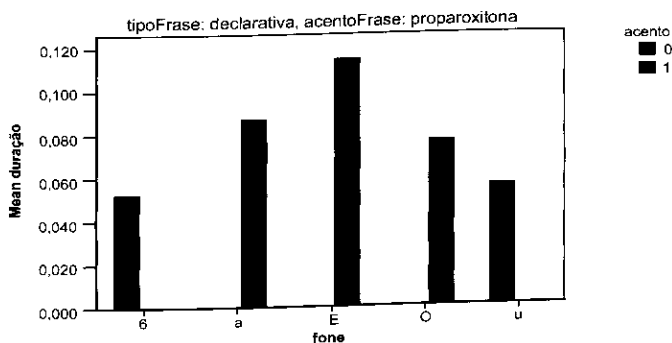


Figura 6 – Exemplo do efeito do acento na duração das vogais na frase [u tu'nEk6 'tOk6S nu 'pas6ru]

Como seria de esperar, verifica-se que as vogais acentuadas são as que apresentam maior duração. Neste caso, a mais longa é [E].

5.2.3 Silabas

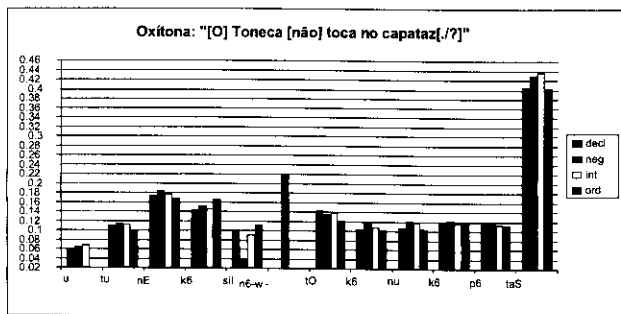


Figura 7 – Exemplo da duração das silabas em quatro tipos de frase com acentuação oxitona

O gráfico da Figura 7 permite-nos constatar o seguinte: a sílaba tónica, que aparece antes da pausa, é a que tem maior duração.

Todas as frases apresentam silêncio: na frase declarativa tem duração média de 98ms, na negativa (declarativa) 37ms, a frase interrogativa 91ms e a imperativa (ordem) 113ms. É esta última que apresenta uma maior duração do silêncio, provavelmente a fim de demarcar o vocativo, função sintáctica distintiva neste tipo de frase.

O advérbio de negação, foco na frase negativa (declarativa), tem uma duração média de 210ms.

Parece-nos importante referir que, neste tipo de acentuação frásica, apenas a última sílaba é mais longa do que as outras. Não há qualquer distinção da penúltima sílaba ao contrário das outras frases analisadas antes. Como estas frases são oxítonas, a acentuação recai sobre a última vogal. Além disso, a última sílaba é composta por três fones [taS], ao contrário das outras sílabas finais analisadas que tinham apenas dois fones, o que logo à partida aumentará a sua duração, agravada pela presença da acentuação da frase. Deste modo, a sílaba final apresenta uma duração superior a qualquer outra: na frase declarativa esta tem duração média de 404ms, na negativa (declarativa) 429 ms, a frase interrogativa 427ms e a imperativa (ordem) 402ms.

5.3 Intensidade

5.3.1 Intensidade em diferentes tipos de frase

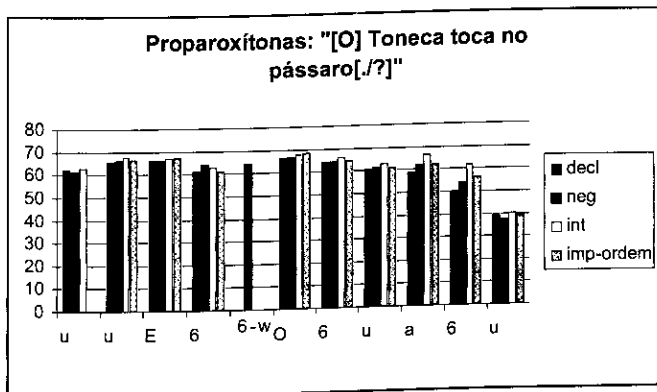


Figura 8 – Exemplo da análise comparativa da energia das vogais em quatro tipos de frase

No exemplo acima apresentado, tratamos frases do tipo declarativo afirmativo (decl), negativo (neg), tipo interrogativo global (int) e frases do tipo imperativa de ordem (ord).

Através deste gráfico podemos verificar que a frase declarativa e negativa, aparentemente, têm uma média bastante igual. Não podemos esquecer que ambas são declarativas. Tanto a frase interrogativa como a frase imperativa-ordem têm geralmente mais intensidade do que a declarativa e a negativa. Apenas uma única vez a frase imperativa tem menos intensidade do que a negativa, provavelmente porque a intensidade da vogal desta aumenta antes do advérbio de negação e foco da frase. Como dissemos as vogais mais intensas aparecem como pertencendo tanto à imperativa como à interrogativa. No entanto, notamos que nas últimas quatro vogais a maior intensidade é sempre da interrogativa.

5.3.2 Efeito da posição da vogal na frase nos valores de energia.

Para verificar a influência da posição da vogal dentro da frase nos valores da energia das vogais, analisámos o efeito deste factor no referido parâmetro, utilizando para isso o programa estatístico SPSS. Este programa havia já sido utilizado, quando procedemos à análise da influência do acento frásico e lexical na duração das vogais.

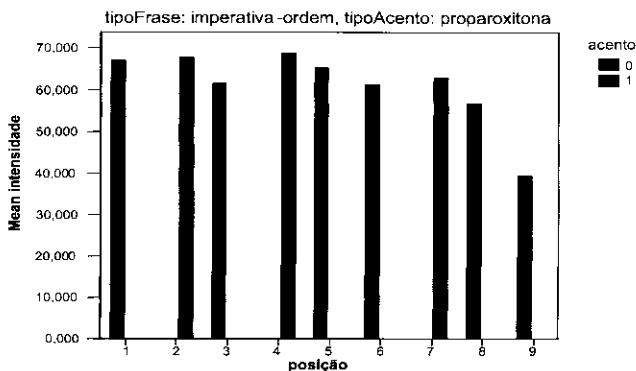


Figura 9 - Exemplo da análise comparativa a frases do tipo imperativa ordem

Pela análise da Figura 9, é possível verificar pequenas oscilações de intensidade ao longo da frase. As vogais tónicas têm valores mais altos do que as vogais átonas que a ladeiam. Notamos, porém, que a partir da posição 4, que corresponde ao predicado, há um decréscimo de valores que voltam a subir na última vogal tónica, detentora do acento de frase, descendo nas seguintes, até ao final da frase.

5.4 INTSINT

Para além da análise que temos vindo a descrever, foi também efectuada uma análise INTSINT, não só com o objectivo de complementar os gráficos de Excel e SPSS, mas também de testar a sua aplicabilidade à Língua Portuguesa. O resultado foi, sem dúvida, animador, pois esta análise automática foi capaz de extrair os movimentos essenciais da trajectória da frequência fundamental para os diversos tipos de frase.

No âmbito deste artigo, e por razões facilmente entendíveis, não nos é possível apresentar exemplos para todos os tipos de frase. Escolhemos, por isso, apenas para exemplificar, uma das frases declarativas afirmativas à qual o modelo de análise foi aplicado. Na figura 10, o resultado da anotação automática INTSINT encontra-se na última linha (AN.19).

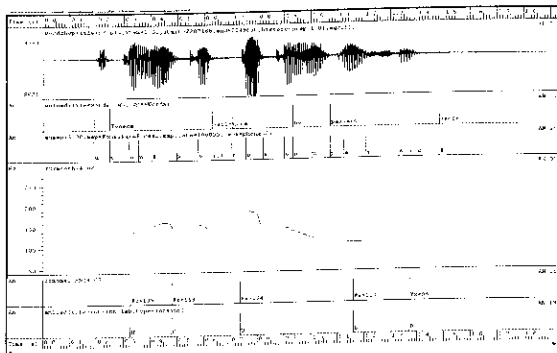


Figura 10 – Exemplo de análise automática INTSINT de uma frase declarativa proparoxítona

6. Conclusões finais

Em termos globais:

- A declarativa apresenta o esperado movimento final descendente de F0;
- A declarativa afirmativa e a declarativa negativa apenas se distinguem pelo advérbio de negação;
- A interrogativa global distingue-se pelo movimento final de F0, ascendente;
- Na interrogativa-que não é obrigatório o movimento ascendente;
- A imperativa de impaciência, no seu final, apresenta uma subida à semelhança da interrogativa global;
- A imperativa-ordem distingue-se da declarativa pela existência de uma pausa no final do primeiro grupo entoacional, apresentando um movimento final semelhante ao da declarativa.

Quanto à duração:

- Este parâmetro não permite, por si só, distinguir modalidades;
- Os valores da duração silábica podem, associados a outros factores, contribuir para distinguir modalidades;
- A medida da sílaba torna também evidente que a maior duração, como vulgarmente é aceite, é própria das vogais acentuadas;
- A duração da pausa é importante na distinção entre a declarativa e a imperativa-ordem.

Relativamente à intensidade:

- A intensidade revela-se um factor pouco importante, sendo apenas usada para marcar o acento lexical;
- Só associada ao movimento de F0, pode ter algum valor distintivo.

A experiência de utilização do INTSINT, pelos resultados obtidos, mostra que esta análise automática foi capaz de extrair os movimentos essenciais da trajectória de F0 para os diversos tipos de frase, sendo, por isso, uma metodologia a considerar em trabalhos futuros.

Referências Bibliográficas

- CRUZ-Ferreira, M. (1998) Intonation in European Portuguese, in: HIRST, D.; DI CRISTO (Coord.): *Intonation Systems: a survey of twenty languages*, Cambridge University Press, pp. 167-178.
- CUNHA, C.; Cintra, L. (1994) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1994.
- FALÉ, Isabel (1998) Duração das vogais tónicas e fronteiras prosódicas: uma análise em estruturas coordenadas, *Actas do XIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Vol. 1, Edições Colibri, Lisboa, pp. 255-269.
- GOSCINNY, R.; UDERZO, A.: *Astérix legionário*, Meribérica/Liber Editora, Lda., Lisboa, 2002, pp. 21.
- HIRST, Daniel (1998) Automatic analysis of Prosody for multi-lingual speech corpora, Paper presented at COST 258 Workshop: Naturalness of Synthetic Speech, Porto.
- MARTINS, Maria Raquel Delgado (1993) Estruturação temporal de Fala: análise acústica e reconhecimento perceptivo, *Actas do Encontro de Processamento da Língua Portuguesa falada e escrita*, Lisboa.

O tema da gramática no discurso científico (O mito da gramática III)

António Carvalho da Silva
Universidade do Minho

“A disciplina gramatical tem uma sólida reputação de aborrecida, ‘intranscendente’ e obscura; (...). Apesar disso, a gramática – entendida já como uma ciência pelo progresso que alcançou a sua teorização e metodologia, e também como um eixo ou centro a partir do qual se delimita a explicação e caracterização das propriedades tanto do sistema como do uso da língua – parece estar chegando, nestas duas últimas décadas, à expansão máxima da sua trajectória orbital, ao seu apogeu. Uma prova desta presença crescente da gramática na sociedade é o facto de que a palavra gramática está adquirindo a vacuidade que têm, por exemplo, as palavras *física* e *química* quando se fala da ‘física das emoções’ ou da ‘química entre nós dois’ (...).” (Demonte, 2003: 2-3)

I. Introdução

Em dois trabalhos anteriores (Silva, 2004 e 2005), fomos circunscrevendo aquilo que se convencionou designar *o mito da gramática*. No primeiro estudo, definimos as funções da gramática escolar (*cultural, educativa, formativa, instrumental, linguística, normativa, recontextualizadora*) e avaliámos a sua presença nos discursos introdutórios das gramáticas escolares portuguesas actuais. No segundo, tendo por base o mesmo *corpus*, analisámos ocorrências da função normativa na gramática escolar e verificámos que, ao nível da gramática escolar portuguesa, estão afinal em confronto duas tendências – uma normativa e outra funcional.

Desta feita, tencionamos estudar o modo como é tratado o tema da gramática no discurso científico, em especial nos livros de actas da Associação Portuguesa de Linguística (APL), publicados entre 1986 e 2003. Com este texto, associando-nos à celebração dos 20 anos de existência da APL, avançamos com um pequeno contributo para a compreensão dos estudos dedicados à gramática, no contexto da teorização e da descrição linguísticas das duas últimas décadas em Portugal.

No âmbito destes estudos sobre a gramática escolar portuguesa, é preciso analisar também a configuração histórica, social, oficial e escolar da gramática, uma vez que a constituição da tradição gramatical (ou do *mito da gramática*) deverá ser explicada igualmente a partir de todas essas perspetivas. Em especial em termos históricos, há

que estabelecer, por um lado, a visão histórica e pedagógica da gramática portuguesa desde o século XVI até ao século XX e, por outro, o percurso editorial dos compêndios de gramática que se publicam neste início do século XXI. Além disso, porque o ensino da gramática é oficialmente regulado (por programas escolares e pela nomenclatura gramatical), porque a gramática apresenta uma imagem marcante em termos sociais, veiculada particularmente nos meios de comunicação social e, finalmente, porque, no contexto especificamente escolar, ela constitui uma realidade incontornável materializada na forma de um *ritual*, será necessário, entretanto, a todos esses níveis, explicá-la teoricamente e descrever essas suas configurações.

Contextualizada esta investigação nos estudos sobre o *mito da gramática*, convém agora referir a estrutura a que obedecerá este texto concreto. Numa primeira fase, discute-se o sentido da *gramática* e a questão do *mito da gramática*; de seguida, descreve-se o estudo empírico realizado, indicando como foi constituído o *corpus* e quais os procedimentos de análise adoptados; na última parte, apresentam-se alguns dos resultados provisórios obtidos com este estudo.

Creemos que os estudos linguísticos publicados nestas duas décadas poderão indicar-nos uma saída para o paradoxo existencial da gramática (que está presente na escola, mas não produz efeitos), procedendo-se, assim, à sua *desmi(s)tificação*.

2. A questão da gramática e do mito da gramática

Como se depreende do texto apresentado em epígrafe, os discursos sobre a gramática e o seu ensino são muito complexos e, por vezes, até contraditórios. Por isso, é necessário precisar em que sentido poderá compreender-se a *gramática* e com que fundamento se apresentou a hipótese do *mito da gramática*.

As permanentes dúvidas acerca deste conceito são consequência não só da longa história da disciplina gramatical, mas também da existência de paradigmas e modelos que sugerem propostas distintas de descrição linguística. Compreende-se, pois, a dificuldade sugerida por Demonte (2003) na delimitação do termo *gramática* – que designa ora uma disciplina escolar ora o discurso científico. Seguindo, nesta análise, a noção mais corrente do conceito (*estudo da organização interna de uma dada língua*)¹, concorda-se com a sugestão da autora, ao considerar que a palavra *gramática* possui já “a vacuidade das grandes metáforas: as que designam, não entidades concretas mas tipos de saberes e maneiras de ser e de pensar.” (Demonte, 2003: 3)

A “vacuidade” do termo *gramática* remete sobretudo, em nosso entender, para a sua “plenitude”, já que um espaço de sentido “vazio” pode ser preenchido com múltiplos significados. É, por isso, que a gramática assume o estatuto complexo e

¹ Bosque & Demonte (1999: XIX) definem assim a (sua) gramática: “La gramática es la disciplina que estudia sistemáticamente las clases de palabras, las combinaciones posibles entre ellas y las relaciones entre esas expresiones y los significados que puedan atribuirseles. Esas propiedades, combinaciones y relaciones pueden formularse de maneras diversas y puede haber, por lo tanto, muchas gramáticas de la Gramática de una lengua.”

ambivalente de um mito, pois, como o poeta-gramático muito bem o definiu, “o mytho é o nada que é tudo”. (Pessoa, 1988: 40)

A complexidade desta definição é ainda verificável na riqueza dos novos usos metafóricos do termo *gramática*. Pode falar-se tanto do “Problema de gramática da aceitabilidade do discurso” (afirmação de Durão Barroso, citado pelo *Público* de 3 de Março de 2002), como da “Gramática do insulto” (título de Eduardo Prado Coelho, apresentado no *Público* de 31 de Maio de 2004).

Outras tantas marcas da plenitude de sentido que a gramática já possui são apresentadas pelos títulos de obras que têm em comum o curioso facto de não serem compêndios escolares de gramática: *A gramática a rimar* de José Alberto Marques (Lisboa: Livros Horizonte, 1989); *A gramática é uma canção doce* de Erik Orsenna (Porto: Edições Asa, 2003); *Gramática da fantasia* de Gianni Rodari (Lisboa: Editorial Caminho, 1993); *Gramática das civilizações* de Fernand Braudel (Lisboa: Teorema, 1989); *Gramática da vida* de David Cooper (Lisboa: Editorial Presença, 1977); *Gramática do mundo* de Maria de Lourdes Belchior (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985); *Gramática secreta da Língua Portuguesa* de António Telmo (Lisboa: Guimarães Editores, 1981).

Se, em termos do discurso social, cultural e linguístico, o vocábulo *gramática* constitui, pois, uma “grande metáfora”, é em especial pela sua imagem escolar, na vertente do ensino da gramática, que se revela como um mito. Na verdade, este domínio é imagem de marca quer nos manuais escolares quer no que concebemos como a *aula padrão* ou a *aula típica* de Língua Portuguesa e que Duarte (2001: 25-26) descreveu assim: “há um texto que se lê mais ou menos (...), o professor faz umas perguntas que não chegam a ser de interpretação; (...), para depois passar à identificação de umas figuras de estilo, (...), e, em certos casos, pede-se aos alunos que façam alguma classificação morfológica de palavras.”

Esta representação da aula de língua materna, em que a trilogia *texto – leitura – gramática* é a mais frequente, confirma-se na organização dos manuais escolares mais recentes do ensino básico, em que os próprios apêndices e anexos dos livros de Português valorizam o domínio da gramática, ao ponto de 89% desses manuais incluírem um compêndio de gramática em anexo e de 42% desses livros apresentarem ainda um capítulo autónomo com informações gramaticais (Silva, 2004).

No entanto, a ocorrência dos conteúdos de gramática nos manuais é o cumprimento de uma tradição, e a realização de actividades gramaticais na aula de Língua Portuguesa parece constituir a manutenção de um ritual, como concluiu Sousa (2000: 536), afirmando especificamente que, no domínio em causa, “quaisquer conteúdos bastam desde que eles sejam reconhecidos e legitimados na comunidade como gramática.” Esta prática escolar de ensino da gramática, que ajuda a construir a identidade da própria disciplina, assume pois um valor simbólico, ganhando o estatuto de um *mito* e acabando a gramática por desvirtuar os seus próprios objectivos.

Neves (2002: 257), discutindo esta realidade nas escolas brasileiras, também verificou que os professores acreditam que o ensino da gramática servirá a

aprendizagem da escrita e, mesmo que isso não aconteça, eles “mantêm as aulas sistemáticas de gramática como um ritual imprescindível à legitimação de seu papel.”

A questão é que, sendo a gramática vista (quase exclusivamente) como um “objecto mítico” e as aulas de gramática como um “ritual legitimador”, ela continua a ocupar, como vimos, um espaço de destaque no contexto do ensino da língua materna, não sendo poucos os que vêem a gramática (ao lado da literatura) como o “núcleo duro” da disciplina de *Português*². Nesta mesma linha, Lomas (2003: 281) esclarece que domina a crença de que o conhecimento gramatical e o estudo da literatura são elementos fundamentais para o desenvolvimento da competência comunicativa.

A constatação do poder simbólico deste domínio é, finalmente, confirmada em Courtillon (2001: 153-154), quando afirma que se verifica, nos discursos dos didactas e nos manuais escolares, que a gramática está “omnipresente”, sendo, por isso, considerada como um “‘objecto mítico’ da aprendizagem”.

Assim, porque a gramática se manifesta como símbolo e mito, torna-se fundamental compreendê-la não só no discurso escolar, mas também e sobretudo ao nível do discurso científico que aqui começamos a descrever.

O problema é que a gramática assume, na escola e por força da tradição, esse complexo estatuto de um domínio que está sempre presente (tanto nas práticas efectivas como nas crenças dos professores e dos alunos), mas acerca do qual ora se colocam sérias reticências (duvidando da sua importância instrumental para a aprendizagem da escrita e da leitura) ora se afirma claramente a sua impotência para resolução dos problemas do ensino-aprendizagem da língua materna.

Neste contexto, a hipótese explicativa do *mito da gramática* aponta, pelo menos, em dois sentidos possíveis, traduzindo-se, como já noutra contexto afirmámos (Silva, 2004), num *argumento teórico* que, ao fundamentar (ou ao questionar) o ensino da língua materna, apresentam os linguistas, os didactas, os gramáticos e os próprios professores; ou realizando-se numa *prática escolar – a de ensinar gramática –*, que se mantêm, porque se instituiu como um rito que a tradição escolar vai repetindo.

Mas a verdade é que, neste debate em torno de uma *mitologia explicativa* da gramática, surge, cada vez mais, um entendimento crítico sobre a realidade escolar do seu ensino, constituindo-se o domínio da gramática como objecto de discussões teóricas e de mudanças efectivas, sobretudo quando se sabe que a experiência da *não gramática* não produziu resultados nada positivos.

Referindo-se ao que se passou no Reino Unido no final dos anos 90, onde o ensino da gramática foi reintroduzido por essa altura, Belo (2004: 118) resume assim a argumentação paradoxal em torno do ensino explícito da língua:

“Uma das razões dadas para esta mudança importante nas políticas de ensino é o efeito benéfico do ensino da gramática nas capacidades de escrita das crianças e jovens;

² Castro (1995: IX), ao seleccionar para objecto de estudo da sua investigação de doutoramento a gramática, considera-a “um dos domínios mais característicos da disciplina de *Português* nos estudos secundários” e sublinha igualmente que “a análise da teoria e prática do ensino do *Português* evidenciam a ‘gramática’ como sua componente estruturadora fundamental, em intensão e extensão, sendo um dos assuntos que tradicionalmente mais consistente e sistematicamente se apresentam como definidores daquela disciplina.”

mas esta alteração fez regressar as críticas daqueles que acreditam que a investigação já demonstrou que esse efeito não passa de um mito.”

3. Descrição do estudo: 20 anos de linguística

Este estudo apresenta como intenção geral a de compreender o estatuto da gramática escolar, analisando o modo como é tratado esse tema na história recente da linguística portuguesa. A pesquisa será feita a partir do que podemos designar o discurso científico dos linguistas portugueses, materializado nas actas dos 18 Encontros Nacionais da APL já realizados (de 1985 a 2002)³. Pelo facto de este ano, com o XX Encontro Nacional, se comemorarem os 20 anos de existência desta associação, queremos assim iniciar um balanço histórico dos trabalhos sobre gramática. Além do mais, como pretende Demonte (2003), terá sido nas duas últimas décadas que a gramática atingiu o seu “apogeu”.

Depois de discutir os objectivos específicos desta investigação, apresentam-se os critérios de delimitação do *corpus*, os procedimentos de análise, alguns resultados provisórios e as primeiras conclusões do trabalho que agora se inicia e que poderá, naturalmente, concretizar-se em análises futuras mais aprofundadas, no sentido não só de avaliar o estado da *arte da gramática* mas também de responder à questão genérica sobre *o que dizem os linguistas portugueses da gramática*.

Procurando sempre caracterizar a imagem da gramática nos estudos linguísticos e no discurso científico, em termos práticos, dir-se-á que a finalidade primeira deste estudo será identificar todos os textos que tenham como objecto de estudo o domínio da *gramática*, integrada no ensino da língua materna. Ao mesmo tempo, queremos também: determinar a presença dos estudos de gramática nos textos das Actas da APL desde o seu 1º Encontro (o de 1985) até ao XVIII Encontro Nacional (o de 2002); categorizar os tipos de abordagem gramatical predominantes; avaliar a importância da gramática no âmbito geral dos estudos linguísticos; descortinar de que forma terá contribuído o discurso científico para a definição do *mito da gramática*.

Implicitamente, tencionamos ainda descobrir como andam associadas, nesse discurso científico, as questões da investigação linguística e do ensino explícito da gramática da língua materna. De certo modo, estamos a ponderar que repercussão tiveram as palavras de Mateus (1986: 1), proferidas na abertura do 1º Encontro da APL e indiciadoras de metas para as reuniões dos linguistas portugueses que então se iniciavam: “trocar informações, debater e confrontar posições científicas e pedagógicas e, ainda, colher opiniões recíprocas sobre investigações em curso”.

³ Nesta fase, não foram incluídas na análise as publicações relativas aos encontros regionais da APL nem a outros encontros nacionais e internacionais por ela co-organizados, nem as actas do *Primeiro Encontro de Linguistas Portugueses* (realizado em 1984), nem sequer as actas do XIX e do XX Encontros Nacionais (por, na altura da realização deste estudo, não estarem ainda disponíveis).

Partindo destas finalidades, tomámos, à partida, como universo de referência para este estudo todos os 24 volumes publicados de 1986 a 2003 (num total de 906 textos e de 12616 páginas)⁴ relativos aos 18 Encontros Nacionais realizados.

Numa segunda fase, fez-se a escolha dos textos que abordassem o tema da gramática, seleccionando todos os trabalhos cujo título se referisse à gramática ou ao seu ensino. Por isso, a nossa atenção centrou-se, em primeiro lugar, naqueles artigos que tivessem por âmbito o ensino da gramática e da língua, elegendo como critério principal a existência do termo “gramática” no título do texto.

Não deixámos de considerar também a inclusão de outros textos “enquadráveis em várias sub-áreas do conhecimento gramatical” (Duarte & Miguel, 1996: 9). Assim, para além daquele critério principal de selecção dos textos (a presença da palavra “gramática” no título), este segundo critério permitiu incluir no *corpus* os estudos que reflectissem, em geral, sobre o ensino da língua/da gramática, sobre o domínio da gramática nos programas oficiais (isto é, o *funcionamento da língua*), sobre a(s) norma(s) (gramatical/linguística), sobre a terminologia linguística, sobre a política de língua, e que abordassem, de facto, no corpo do texto, o tema da gramática.

Se os critérios de selecção fossem mais abrangentes ainda, deveríamos aceitar integrar nesse *corpus* todos aqueles textos que, situando-se no âmbito da gramática descritiva do *Português*, analisam questões específicas das diferentes áreas da descrição linguística, o que neste momento acabou por não suceder. Assim, não se incluem propositadamente aqueles textos que estudam questões de cada um dos domínios da descrição gramatical aos níveis da fonética e da fonologia, da morfologia, da sintaxe, da semântica ou até da pragmática.

Daqui resultou a constituição efectiva de um *corpus* de análise de 624 páginas ou de 50 textos de estudos gramaticais, o que, num universo de 906 artigos, corresponde a (apenas) 5,5%, ou seja, a uma presença quase residual da gramática no discurso científico dos linguistas portugueses.

Fez-se, então, uma leitura selectiva desses 50 textos, no sentido de os agrupar em áreas relacionadas com as diferentes abordagens da gramática, o que deu origem a oito categorias, assim designadas: Bibliografia Gramatical (BG), Ensino da Gramática (EG), Gramática Aplicada (GA), Gramática Descritiva (GD), Gramática Escolar (GE), Gramática Normativa (GN), Gramática Teórica (GT), História da Gramática (HG). Para a definição dessas categorias tomámos como referência, preferencialmente, os tipos de gramática apresentados por Xavier & Mateus (1992) ou expressões consagradas na terminologia linguística, ficando apenas por precisar as categorias BG (listas bibliográficas de gramáticas ou de estudos gramaticais), EG (estudos do ensino explícito da língua e/ou da gramática), HG (apresentação histórica de temas da gramática portuguesa ou greco-latina).

⁴ Na contagem dos textos não foram naturalmente tidas em conta as notas prévias de cada volume nem as palavras de abertura dos organizadores ou dos presidentes da associação. Os *posters* serão incluídos como textos normais, assim como as chamadas conferências plenárias. Quanto à delimitação das páginas, contou-se da primeira à última página de cada volume, incluindo índices, resumos, transcrições de debates, etc.

O TEMA DA GRAMÁTICA NO DISCURSO CIENTÍFICO

CRITÉRIOS	Nº do Volume	Áreas	Páginas	Autor(es) dos estudos	Nº do texto
I Encontro, 1986	1º	HG	375-397	Paiva, M. H.	1
		GE	425-435	Sousa, L.	2
II Encontro, 1987	1º	EG	158-165	Castro&Sousa	3
		HG	167-182	Almeida, A. A.	4
III Encontro, 1988	1º	-	-	-	-
IV Encontro, 1989	1º	-	-	-	-
V Encontro, 1990	1º	-	-	-	-
VI Encontro, 1991	1º	GD	317-329	Xavier, M. F.	5
VII Encontro, 1992	1º	GE	64-76	Castro, R. V.	6
		HG	243-256	Menéndez, F. M.	7
VIII Encontro, 1993	1º	HG	303-316	Menéndez, F. M.	8
IX Encontro, 1994	1º	HG	445-463	Verdelho, E.	9
X Encontro, 1995	1º	GA	195-208	Eliseu&Branco	10
		HG	209-219	Fonseca, M. C.	11
		EG	569-581	Teixeira, J.	12
XI Encontro, 1996	3º	HG	13-18	Duarte, I.	13
		EG	19-22	Santos, A. L.	14
		GE	23-38	Castro, R. V.	15
		HG	39-52	Gonçalves, M. F.	16
		HG	53-71	Martins, A. M.	17
		GD	73-95	Castilho, A. T.	18
		GE	97-103	Casanova, I.	19
		GD	105-121	Matos, G. A.	20
		HG	123-142	Mateus, M. H. M.	21
		BG	143-149	Duarte, I.	22
		GE	325-331	Gregolin, M. R. V.	23
		HG	333-350	Fávero, L. L.	24
		GT	401-412	Silva, A. S.	25
		GD	455-463	Santos, M. J. V.	26
		GT	491-501	Alves, H. S.	27
		GT	537-546	Figueiredo, I. L.	28
GT	547-561	Gonçalves, M.	29		
GA	569-577	Opitz, L. S.	30		
XII Encontro, 1997	1º	GE	95-103	Castro, R. V.	31
		GD	139-148	Gonçalves, M.	32
	2º	HG	419-427	Funk, M. G.	33
		HG	521-524	Penha, J. A. P.	34
		HG	559-565	Silva, J. M.	35
		HG	581-586	Teixeira, J.	36
XIII Encontro, 1998	1º	HG	103-115	Assunção, C. C.	37
		GN	161-172	Castro, R. V.	38
XIV Encontro, 1999	1º	GA	557-568	Geneloux&Murijo	39
		GA	603-610	González, E.	40
		GD	485-499	Soares, C.	41
XV Encontro, 2000	1º	HG	177-193	Caetano, M. C.	42
		EG	557-568	Funk, G.	43
	2º	HG	27-33	Gurpilhares, M. S.	44
		HG	415-432	Silva, A. C.	45
		EG	525-542	Sousa, M. L. D.	46
XVI Encontro, 2001	1º	EG	9-32	Lomas, C.	47
XVII Encontro, 2002	1º	-	-	-	-
XVIII Encontro, 2003	1º	GN	11-24	Castro, I.	48
		EG	539-544	Mateus, M. H. M.	49
		GN	754-764	Silva, A. C.	50

Quadro 1 – Áreas e autores dos estudos sobre gramática nos livros de actas da APL

É evidente que o essencial deste trabalho está ainda por realizar, pois falta submeter esses subgrupos temáticos a uma análise de conteúdo que permita descobrir orientações gerais da história da gramática, da teorização ou da descrição gramatical, da aplicação e do ensino da gramática na escola. Há, no entanto, alguns dados quantitativos genéricos que já a seguir se comentam.

4. Discussão de resultados: *uma amostra de gramática*

Num total de 12616 páginas e de 906 textos, cada Encontro tem, em média, cerca de 50 textos e apresenta por volta de 700 páginas de trabalhos linguísticos. Como se pode verificar pela consulta do Quadro 1, em 18 Encontros Nacionais e com 24 volumes, foi o XI Encontro o que deu resultado a publicações mais significativas não só em termos absolutos (três volumes de actas e 95 textos), mas também quanto a textos que abordam o tema específico da gramática.

Ao nível dos textos gramaticais, há um total de 50 textos e de 624 páginas de gramática, o que corresponde, respectivamente, a 5,5% de textos gramaticais e 4,9% de páginas de gramática. Em média, cada Encontro apresenta 2,8 textos de gramática e 34,7 páginas sobre essa temática. Os Encontros que mais espaço dedicaram à gramática foram, sem dúvida, o XI (com 16,1% de páginas de gramática) e o I (com 7,6%), sendo que há quatro Encontros (III, IV, V e XVII) onde não identificámos nenhum artigo que fosse dedicado a esse assunto.

CRITÉRIOS	Nº de Volumes	Total de Textos	Total de Páginas	Textos de Gramática	Páginas de Gramática
I Encontro	1	27	445	2	34
II Encontro	1	28	416	2	24
III Encontro	1	44	686	0	00
IV Encontro	1	19	330	0	00
V Encontro	1	26	399	0	00
VI Encontro	1	23	356	1	13
VII Encontro	1	38	503	2	27
VIII Encontro	1	43	545	1	14
IX Encontro	1	32	478	1	19
X Encontro	1	44	627	3	38
XI Encontro	3	95	1387	18	224
XII Encontro	2	75	980	6	45
XIII Encontro	2	59	762	2	25
XIV Encontro	2	88	1248	3	35
XV Encontro	2	78	1216	5	72
XVI Encontro	1	59	776	1	24
XVII Encontro	1	49	572	0	00
XVIII Encontro	1	79	890	3	30
TOTAIS	24	906	12616	50	624
MÉDIAS	1,3	50	701	2,8	34,7

Quadro 2 – O tema da gramática nos livros de actas da APL (1986-2003)

Deste modo, para efeitos de estudo do tema em causa, o *corpus* específico fica reduzido a estes 50 textos, num universo de 906 artigos. Este valor percentual poderia sugerir-nos uma presença quase residual da gramática no discurso científico dos linguistas portugueses. Devemos, no entanto, relembrar que a grande maioria dos estudos publicados nas Actas da APL são textos de gramática descritiva portuguesa, relativos às tais sub-áreas do conhecimento gramatical, que, nesta primeira abordagem, não foram aqui incluídos por não serem estudos genéricos sobre a gramática.

Estabelecidos os 50 textos a integrar no *corpus* restrito de análise da gramática, fez-se então a distribuição dos estudos por categorias, que foram sendo constituídas à medida que procedíamos à sua leitura crítica. Daí resultou a seguinte distribuição decrescente (especificada no Quadro 1): História da Gramática – 19 textos; Ensino da Gramática – 7; Gramática Escolar – 6; Gramática Descritiva – 6; Gramática Teórica – 4; Gramática Aplicada – 4; Gramática Normativa – 3; Bibliografia Gramatical – 1.

Um último dado significativo que podemos referir prende-se com os autores que mais vezes participaram nos Encontros Nacionais da APL com comunicações e que, por isso, com mais textos contribuíram para este *corpus*: Rui Vieira de Castro ocupa, destacado, a primeira posição com cinco textos sobre Gramática (Escolar); em segundo lugar, encontra-se uma série de autores que participaram, todos eles, com dois textos sobre Gramática ao longo destes quase 20 anos da APL: Inês Duarte, Gabriela Funk, Miguel Gonçalves, Maria Helena Mira Mateus, Fernanda M. Menéndez, José Teixeira, Maria de Lourdes Dionísio de Sousa, António Carvalho da Silva.

5. Breve conclusão

Apesar de este estudo estar apenas iniciado, uma primeira conclusão a que chegamos é que, no cômputo geral dos 18 Encontros Nacionais, a gramática tem um peso relativo diminuto, já que, em média, há apenas dois a três textos que abordam a questão da gramática, da sua descrição e do seu ensino. A única excepção é o terceiro volume do XI Encontro Nacional, em que 44% das páginas são de estudos sobre a gramática portuguesa (18 textos num total de 41), isto porque a gramática foi eleita como tema a privilegiar nesse contexto.

Por outro lado, e tendo agora presentes os temas abordados nos 50 textos gramaticais, podemos dizer que há uma grande supremacia de reflexões em torno da História da Gramática (19 textos), logo seguida das abordagens que se referem ao Ensino da Gramática e à Gramática Escolar (13 textos). Daqui se pode concluir que a gramática ainda é vista, em algumas situações, numa perspectiva histórica e que, de acordo com os dados recolhidos, os textos das actas da APL parecem mostrar-nos que o Ensino da Gramática tem sido uma preocupação válida para os linguistas.

No futuro, com a análise de conteúdo desses textos, outras respostas serão ainda encontradas. Em todo o caso, não podemos deixar de referir Paiva Boléo que, no 2º Encontro da APL, ao comentar uma comunicação sobre o ensino da gramática, propunha, nesse contexto, a seguinte máxima: “Ni trop de grammaire ni pas de grammaire, une grammaire grand-mère.” (Cf. Castro & Sousa, 1987: 166)

Se, ao nível de discurso científico, é pois urgente reposicionar o tema da gramática como um dos centrais da investigação linguística, o que se reconhece é que, quanto ao discurso escolar, os gramáticos continuam a acreditar firmemente que “A gramática é a Bíblia da língua”, tal como afirma Borregana (2004: 8) numa das mais recentes edições de um compêndio de gramática escolar, apresentada como parte integrante de uma enciclopédia do jornal *Público*. Este facto particular sugere que a gramática (escolar), enquanto símbolo e representação de uma forma de cultura com valor instrumental, parece assumir o estatuto de um bem cultural com um interesse indelével para o público em geral, pelo menos de acordo com a representação que os agentes da comunicação social deixam transparecer do tal *mito da gramática*.

Referências Bibliográficas

- BELO, José Manuel C. (2004) Ensinar a língua ou ensinar sobre a língua – para onde vai o ensino e a aprendizagem da gramática na aula de língua? In AAVV, *Actas del VII Congreso Internacional de la Sociedad Española de Didáctica de la Lengua y la Literatura*. A Coruña: Deputación Provincial de A Coruña, Volume II, pp. 115-120.
- BORREGANA, António Afonso (2004) *A Gramática: Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Contra / Público, N° 30.
- BOSQUE, Ignacio & Demonte, Violeta (1999) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Editorial Espasa Calpe / Real Academia Española, Volume I.
- CASTRO, Rui Vieira de & Sousa, Maria de Lourdes (1987) O ensino da gramática no ensino secundário: problemas e perspectivas. In AAVV, *Actas do 2º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp. 158-166.
- CASTRO, Rui Vieira de (1995) *Para a análise do discurso pedagógico. Constituição e transmissão da gramática escolar*. Braga: Universidade do Minho.
- COURTILLON, Janine (2001) La mise en oeuvre de la ‘grammaire du sens’ dans l’Approche Communicative. Analyse de grammaires et de manuels. *Études de Linguistique Appliquée*. Paris: Didier Érudition, N° 122, pp. 153-164.
- DEMONTE, Violeta (2003) Apresentação da *Gramática da Língua Portuguesa*. (Separata da *Gramática da Língua Portuguesa* de M. Helena Mira Mateus et alii (2003⁵). Lisboa: Editorial Caminho.)
- DUARTE, Inês & Miguel, Matilde (1996) Nota Introdutória. In AAVV, *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, Volume III, p. 9.
- DUARTE, Isabel Margarida (2001) O Português, na escola, hoje. *NOESIS – A Educação em revista*. Lisboa: Ministério da Educação, N° 59, pp. 24-26.
- LOMAS, Carlos (2003) Os livros de texto e a educação linguística. *O valor das palavras (I). Falar, ler e escrever nas aulas*. Porto: Edições Asa, pp. 271-285.
- MATEUS, Maria Helena Mira (1986) Abertura do Encontro. In AAVV, *Actas do 1º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp. 1-4.

- NEVES, Maria Helena de Moura (2002) Reflexões sobre o estudo da gramática. In *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora Unesp, pp. 255-263.
- PESSOA, Fernando (1988²) *Mensagem / Message* (Édition bilingue). Paris: Librairie José Corti / Éditions Unesco.
- SILVA, António Carvalho da (2004) O mito da gramática (perfeita) nos discursos (introdutórios) da gramática escolar portuguesa. (Comunicação apresentada no *II Encontro Nacional da Sociedade Portuguesa de Didáticas da Língua e da Literatura*, Faro: Universidade do Algarve, 13-15/05/2004.)
- SILVA, António Carvalho da (2005) O Mito da Gramática II: da função normativa na gramática escolar. In *Actas do 6º Encontro Nacional da Associação de Professores de Português*. (Versão em CD-ROM, 12 pp.) Lisboa: Associação de Professores de Português.
- SOUSA, Maria de Lourdes Dionísio de (2000) Condições escolares do ensino da gramática. Os livros de Português. In AAVV, *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Braga: Associação Portuguesa de Linguística, Volume II, pp. 525-542.
- XAVIER, Maria Francisca & Mateus, Maria Helena (1992) *Dicionário de Termos Linguísticos*. Lisboa: Edições Cosmos / Associação Portuguesa de Linguística, Volume II, pp. 191-198.

Revisitando as construções causativas e perceptivas em Português: significado e uso

Augusto Soares da Silva
Universidade Católica Portuguesa, Braga

1. Introdução

É amplamente conhecida a complexidade sintáctica das construções em que participam os verbos causativos *fazer*, *mandar* e *deixar* e os verbos perceptivos *ver* e *ouvir*, e os seus equivalentes românicos. Têm sido descritas com minúcia as propriedades distribucionais e estruturais das diferentes construções com complementação infinitiva em que estes verbos participam (ver, para o Português, o estudo pioneiro de Raposo, 1981 e os estudos recentes de Gonçalves, 1999, 2000, 2001; Matos, 1999, 2001 e Gonçalves & Duarte, 2001). Mas são poucos os estudos centrados no significado e no uso destas construções. Menos ainda aqueles que têm procurado explicação para o interessante paralelismo semântico entre construções com verbos causativos e construções com verbos perceptivos.

Na sequência de trabalhos anteriores sobre a causação (Silva, 1995, 1999: cap. 5, 2000, 2004a, b, no prelo), procuraremos analisar os factores essencialmente *conceptuais* que explicam a existência das três construções causativas/perceptivas e determinam a escolha de cada uma. Entendemos por *construções* pares de forma e significado que existem independentemente dos verbos que nelas participam (Silva, 2003). Começaremos com um levantamento das propriedades distribucionais e estruturais das construções em causa. Na perspectiva da Gramática Cognitiva de R. Langacker (1987, 1991, 1999), caracterizaremos, a seguir, os *significados* destas construções e, assim, o modo específico como cada construção estrutura o evento subordinado. Finalmente, faremos uma análise sumária das (in)compatibilidades entre construções e verbos e breves referências à construção alternativa com complemento finito.

Como análise baseada no uso, observaremos o comportamento destas construções tanto no Português Europeu como no Português do Brasil, a partir de dois *corpora* disponíveis na *Linguateca* – *CETEMPúblico* e *CETENFolha*.

2. Três construções de infinitivo: propriedades formais

Existem em Português, não apenas duas, como nas outras línguas românicas, mas três construções de infinitivo em que participam os verbos causativos e perceptivos acima referidos. Estas construções são exemplificadas em (a), (b) e (c) de (1)-(4).

- (1) a. *A Maria fez/mandou/deixou / viu os miúdos correrem.*
 b. *A Maria fez/mandou/deixou / viu os miúdos correr.*
 c. *A Maria fez/mandou/deixou / viu correr os miúdos.*
 d. **A Maria fez/mandou/deixou / viu correrem os miúdos.*
- (2) a. *A Maria fez/mandou/deixou / viu eles correrem.*
 b. *A Maria fê-los/mandou-os/deixou-os / viu-os correr.*
 c. **A Maria fê-los/mandou-os/deixou-os / viu-os correrem.*
- (3) a. *A Maria fez/mandou/deixou / viu os miúdos lerem esse livro.*
 b. *A Maria fez/mandou/deixou / viu os miúdos ler esse livro.*
 c. *A Maria ?fez / mandou/deixou / ??/*viu ler esse livro aos miúdos.*
- (4) a. *A Maria fez/mandou/deixou / viu eles lerem esse livro.*
 b. *A Maria fê-los/mandou-os/deixou-os / viu-os ler esse livro.*
 c. *A Maria fez-lhes/mandou-lhes/deixou-lhes / *!/?viu-lhes ler esse livro.*

O verbo principal pode ser imediatamente seguido ora pelo sujeito lógico do infinitivo, como em (1a, b) e (3a, b), ora pelo infinitivo, como em (1c) e (3c). Mas no primeiro caso há a diferença entre infinitivo flexionado (1a, 3a) e infinitivo não-flexionado (1b, 3b). Pelo contrário, quando o verbo subordinado segue imediatamente o verbo principal, ocorre sempre o infinitivo não-flexionado, como está ilustrado pela agramaticalidade de (1d). Passo a designar estas três estruturas sintácticas como construções VSV (1a, 3a), VOV (1b, 3b) e VV (1c, 3c). Além desta variação da ordem de palavras, há uma outra que também diz respeito ao sujeito lógico do infinitivo: é a variação de marcação de caso, envolvendo três possibilidades. Ele pode ser marcado (i) no nominativo, como em (1a, 3a) e (2a, 4a); (ii) no acusativo, como em (1b, 1c, 3b) e (2b, 4b); e (iii) no dativo, como em (3c) e (4c). A Tabela 1 sistematiza as propriedades distribucionais das construções causativas/perceptivas do Português.

ordem de palavras marcação de caso	VSV		VOV		VV	
	INF intrans. FLEX	INF trans. FLEX	INF intrans.	INF trans.	INF intrans.	INF trans.
nominativo - SUJ	1a, 2a	3a, 4a				
acusativo - OD			1b, 2b	3b, 4b	1c, 2b	
dativo - OI						3c, 4c

Tabela 1. Propriedades distribucionais das construções causativas/perceptivas

A não-alteração de marcação de caso do sujeito lógico do infinitivo dá origem à construção VSV, ao passo que VOV resulta da sua codificação como acusativo ou objecto directo do verbo principal. A agramaticalidade de (2c) mostra que o infinitivo flexionado não pode ocorrer com acusativo. A construção VV codifica o sujeito lógico do infinitivo como acusativo ou objecto directo do predicado complexo quando o verbo

subordinado é intransitivo ou de 1 argumento,¹ e como dativo ou objecto indirecto do predicado complexo – e ainda, embora mais raramente, como agente/instrumento – quando é transitivo ou de 2 (ou mais) argumentos. Existe uma pequena restrição na distribuição de VV com um dos verbos causativos: *fazer* não aceita bem VV com infinitivo transitivo e causado não pronominalizado (3c), mas já a admite quando o causado é cliticizado (4c). Essa restrição é maior com os verbos perceptivos: no mesmo contexto transitivo, VV é marginal ou mesmo agramatical (3c), e ainda mais quando o sujeito lógico do infinitivo é cliticizado (4c).

VSV, VOV e VV representam três estádios diferentes num *continuum* de independência/integração do evento complemento em relação ao evento principal. A Tabela 2 sistematiza as propriedades estruturais destas três construções.

+ independência do evento complemento - integração		- independência do evento complemento + integração
não-subida do Suj. Infinitivo Inf. flexionado	subida Suj. Infinitivo +clítico Inf. não-flexionado	subida Suj. Infinitivo +clítico Inf. não-flexionado
não-subida do Obj. Infinitivo negação encaixada	não-subida Obj. Infinitivo negação encaixada	subida Obj. Infinitivo +clítico não negação encaixada
bi-oracional	bi-oracional	mono-oracional
VSV	VOV	VV

Tabela 2. Propriedades estruturais das construções causativas/perceptivas

Num extremo do *continuum*, está VSV. O infinitivo exibe muitas marcas de um verbo independente: preserva as marcas de pessoa e número e, assim, a categoria acordo (mas não o tempo), donde a presença do infinitivo flexionado; preserva toda a sua estrutura argumental (nenhum dos argumentos do infinitivo se eleva a argumento do verbo principal), pelo que é impossível qualquer subida do clítico (tanto sujeito como complemento). O sujeito lógico do infinitivo é marcado no nominativo, da mesma forma que o sujeito de uma oração independente (SV). No outro extremo do *continuum*, está VV: o infinitivo não tem nenhuma marca de verbo independente e mostra todos os sinais de *elevação*, donde a subida de todos os clíticos e a impossibilidade da negação. Ou seja: o infinitivo é inteiramente integrado no verbo principal, formando com ele um verbo complexo (VV) e passando os seus argumentos a serem argumentos deste complexo. Num ponto intermédio, está VOV: o infinitivo preserva grande parte da sua estrutura argumental, sendo o evento complemento ainda visto como independente, mas o sujeito do infinitivo é marcado como objecto directo do verbo principal (VO).

Ao contrário de *fazer*, *mandar* e *deixar*, outros verbos igualmente causativos ocorrem apenas numa construção: verbos como *obrigar*, *forçar*, *incitar*, *convencer*, *autorizar*, *conduzir*, *induzir*, *levar*, *pôr* subcategorizam um complemento infinitivo

¹ Notar que (2b) é ambíguo entre VOV e VV. Isto acontece quando o verbo subordinado tem um só argumento e o sujeito lógico do infinitivo é cliticizado.

(flexionado ou não) introduzido pela preposição *a*, como em (5). Esta construção de infinitivo preposicionado está mais próxima de VOV, porque o sujeito lógico do infinitivo tem que ser marcado no acusativo, como objecto do verbo causativo – donde poder designar-se como VOaV. Os verbos perceptivos admitem uma construção aparentemente idêntica – o complemento preposicionado é um infinitivo gerundivo.

- (5) a. *A Maria obrigou/levou/pôs os miúdos a ler/lerem o livro.*
 b. *A Maria obrigou-os/levou-os/pô-los a ler/lerem o livro.*
 c. **A Maria obrigou/levou/pôs eles a lerem/ler o livro.*
- (6) a. *Vi-os a sair/sãrem do cinema.*
 b. *Vi-os saindo do cinema.*

3. Os significados de VSV, VOV e VV

VSV, VOV e VV envolvem diferentes atribuições de proeminência focal dentro da cena complemento; em termos da Gramática Cognitiva de R. Langacker, imposições de diferentes *perfis* numa mesma *base* (e diferentes organizações *figura/base* e *trajector/landmark*). A sua base conceptual comum consiste na conceptualização de um evento no mundo como sendo causado ou percebido pelo sujeito principal – é esta a chave do paralelismo entre construções causativas e construções perceptivas. A diferença entre umas e outras diz respeito à natureza da interacção entre o sujeito principal e o evento complemento: as construções perceptivas perfilam o contacto perceptivo estabelecido pelo sujeito principal (percebedor) com o evento subordinado, ao passo que as construções causativas perfilam o *input* de energia ou a força instigadora, codificada no sujeito principal (causador), responsável pela ocorrência do evento complemento.

Seguindo os estudos de Achard (1996, 1998) para o Francês, o factor determinante da escolha de uma construção causativa/perceptiva particular tem a ver, para além do grau de independência com que o evento subordinado é visto em relação ao evento principal, com qual entidade do evento subordinado é perfilada como *inicialmente saliente* (como o alvo “inicial” da força ou do contacto) – ou o próprio evento como um todo, ou o participante principal nesse evento, isto é, o sujeito lógico do infinitivo. É a capacidade de o sujeito lógico do infinitivo ser visto como *fonte de energia* do evento complemento que motiva VOV (e VSV), e é a incapacidade de o mesmo participante ser tomado como tal que determina VV.

Vejamus a conceptualização específica ou *imagem* mental que cada construção impõe na base comum. Usando os diagramas da Gramática Cognitiva, as Figuras 1, 2 e 3 representam essas três *imagens* específicas². VSV, na Figura 1, toma todo o evento complemento como alvo do contacto estabelecido pelo sujeito principal; por outras

² Os rectângulos delimitam o cenário dentro do qual ocorrem os eventos (o rectângulo interior indica o evento subordinado). Os círculos indicam os participantes do evento envolvidos numa cadeia de acção – no evento canónico, os participantes agente ou *trajector* (tr) e paciente ou *landmark* (lm). A seta dupla indica a transferência de energia do agente para o paciente e a seta em ziguezague, a mudança. A saliência ou proeminência focal é marcada por linhas mais grossas.

palavras, como *landmark* (lm) do verbo principal. Retomando os exemplos (1a) e (3a), o sujeito *a Maria* elabora o *trajector* (tr) do verbo principal e todo o evento complemento *os miúdos brincarem*, em (1a), e *os miúdos lerem o livro*, em (3a), elabora o *landmark* do mesmo verbo causativo/perceptivo. A nível da oração principal, a proeminência focal é atribuída ao evento complemento como um todo, e não aos seus participantes individuais. É assim que o evento subordinado e o seu sujeito preservam a sua autonomia. VSV perfila pois uma relação indirecta entre dois eventos com interacção entre dois *trajectores* (duas fontes de energia).

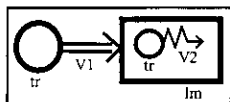


Figura 1. VSV

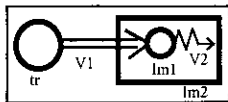


Figura 2. VOV

VOV e VV incorporam este mesmo conteúdo conceptual, na medida em que tomam igualmente um evento como complemento, mas estruturam-no de maneira diferente, conferindo proeminência focal a uma entidade do evento complemento. Em VOV, Figura 2, é ainda o evento subordinado como um todo que é perfilado, mas ao mesmo tempo o participante principal nesse evento (sujeito lógico do infinitivo) é destacado. É este participante que é tomado como alvo específico do contacto estabelecido pelo sujeito principal, como *landmark* primário (lm₁) (objecto ou *tema*) do verbo principal. Ao mesmo tempo, ele é também reconhecido como *trajector* ou fonte de energia válida do evento complemento, sendo todo o evento complemento tomado como *landmark* secundário (lm₂) do mesmo verbo principal. O sujeito lógico do infinitivo desempenha, portanto, duas funções em dois eventos: *landmark* do evento principal (causador/percebedor) e *trajector* do evento subordinado (causado/percebido). Retomando (1b) e (3b), o sujeito lógico do infinitivo *os miúdos* elabora o *landmark* primário do verbo principal e o evento complemento como um todo *os miúdos correr*, em (1b), e *os miúdos ler o livro*, em (3b), funciona como *landmark* secundário do mesmo verbo principal.

VOV perfila, assim, uma relação ainda indirecta entre os dois eventos, mas com uma interacção mais directa entre os seus *trajectores*. O sujeito principal interage directamente com o objecto “elevado”, o qual é tomado como *ponto de referência* (Langacker, 1995, 1999: cap. 11). Quer dizer: o evento complemento é acedido através do seu participante principal e é na qualidade de ponto de referência que este último é tomado como objecto do verbo principal.

Podemos refinar a análise utilizando as noções de Langacker de *zona activa* e *ponto de referência*, que o próprio Langacker (1995, 1999: cap. 11) aplica na análise das construções de elevação. A *zona activa* de uma entidade envolve “as facetas da entidade capazes de interagir directamente com determinado domínio ou relação” (Langacker, 1987: 272). Em VSV é o evento complemento como um todo que é perfilado como *landmark* do verbo principal e é igualmente esse todo que directamente

participa nessa relação perfilada, ou seja, é esse todo que é a zona activa do *landmark* da oração principal. Mas em VOV há uma certa discrepância entre *perfil* e *zona activa* e, ao mesmo tempo, uma conceptualização metonímica do evento subordinado. Com efeito, a proeminência atribuída ao sujeito do infinitivo “elevado” faz com que ele seja perfilado como *landmark* da oração principal e adquira o estatuto de *ponto de referência* relativamente ao complemento infinitivo (sendo este último a *zona activa* do *landmark* do evento principal). É justamente este comportamento que inviabiliza a leitura imprópria de que o que é causado ou percebido é um indivíduo.³

Ao contrário das verdadeiras construções de *elevação*, aqui, em VOV, o sujeito principal interage directamente com o objecto elevado, sendo este tomado como *ponto de referência*, não só por ser o *trajector* do evento visado, mas também por ser ele o alvo específico da contacto/força exercido pelo sujeito principal. Essa interacção directa é mais evidente com os verbos causativos (do que com os verbos perceptivos) e ainda mais com *fazer* e *mandar* do que com *deixar*. Consequentemente, o verbo principal impõe restrições no objecto elevado. Em termos da noção de *transparência* – o facto de que “any element that can occur in the appropriate position in the subordinate clause can likewise occur in ‘raised’ position in the main clause” (Langacker, 1995: 40) –, a construção VOV exhibe *transparência mínima* em relação à escolha do seu objecto.

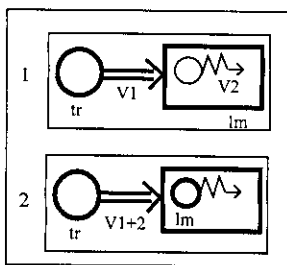


Figura 3: VV

Seguindo a descrição de Achard (1996: 327), a construção VV, na Figura 3, envolve duas atribuições consecutivas de proeminência focal secundária ou estatuto de *landmark*. Em primeiro lugar, o evento complemento como um todo é tomado como *landmark* do verbo principal. Trata-se de uma operação parecida com a que ocorre em VSV, mas com uma diferença essencial: em VSV o sujeito do infinitivo mantém a sua saliência inicial, ao passo que nesta primeira etapa de VV perde a saliência inicial. Mais precisamente, é a actividade ou processo expresso pelo infinitivo (V_2) que constitui a *zona activa* do *landmark* da oração principal. Daqui resulta, precisamente, a formação

³ Não seria pois necessária a alteração, feita no quadro da Gramática Gerativa, de uma análise de VOV em termos de “subject-to-object raising” para uma análise em termos de “exceptional case marking” (ECM).

de um predicado complexo (V_{1+2}) e, conseqüentemente, a perfilação de um único evento. Em segundo lugar, o sujeito do infinitivo ganha proeminência focal, readquire a sua saliência intrínseca e passa a ser perfilado como *landmark* deste verbo complexo – *landmark* primário com infinitivo intransitivo (é esta a imagem que a Figura 3 representa) e *landmark* secundário com infinitivo transitivo. Retomando (1c) e (3c), durante a primeira operação cognitiva, o infinitivo *correr*, em (1c), e o infinitivo *ler*, em (3c), elaboram o *landmark* do verbo principal, e assim se forma o verbo complexo. Durante a segunda operação cognitiva, o nominal *os miúdos* elabora, em (1c), o *landmark* primário (objecto directo) e, em (3c), o *landmark* secundário (objecto indirecto) desse verbo complexo. VV constrói, assim, o participante principal do evento complemento como argumento interno – tema (com infinitivo intransitivo) ou experienciador/recipiente (com infinitivo transitivo) – de um único verbo complexo e perfila uma única actividade ou processo com um único *trajector* exercendo controlo sobre todo o evento.

De VSV até VV ocorre uma mudança que pode ser descrita, em termos de Langacker (1999: cap. 10), como processo progressivo de *atenuação no controlo do sujeito*: o sujeito lógico do infinitivo vai gradualmente perdendo controlo sobre a sua própria actividade. E daqui resulta o que é típico num processo desta natureza: um grau maior de gramaticalização do verbo principal na construção VV.

A coerência destas construções resulta também das suas relações estreitas com outras construções e do facto de para elas serem recrutados recursos já existentes. Neste aspecto, é paradigmática a motivação externa de VV. A sua aparente anomalia sintáctica desaparece, não só quando constatamos que a forma V+INF está atestada em muitas outras construções, mas sobretudo quando, com Kemmer & Verhagen (1994), reconhecemos nela uma extensão de construções canónicas: a construção transitiva constitui o modelo conceptual para a formação de VV com infinitivo intransitivo e a construção ditransitiva, o modelo para VV com infinitivo transitivo.⁴

Quanto à construção de infinitivo preposicionado VOaV, admitida por verbos causativos como *obrigar*, *forçar*, *conduzir*, *levar*, ela simboliza, através da preposição *a*, uma distância maior entre evento causador e evento causado e o percurso que conduz o causado em direcção à realização do evento expresso no infinitivo. VOaV exhibe, assim, semelhanças com as construções de movimento causado e ditransitiva: todas partilham o significado de ‘movimento causado de uma entidade em direcção a uma meta’.

4. O uso das construções no Português Europeu e no Português do Brasil

Observemos agora o comportamento destas construções nas duas variedades nacionais do Português. Para o efeito, tomámos dois *corpora* disponibilizados pela *Linguateca*, projecto AC/DC (Santos & Sarmento, 2003): o *CETEMPúblico*, de cerca de 180 milhões de palavras em Português Europeu (PE), criado a partir do jornal *Público*, entre os anos 1991 e 1998; e o *CETENFolha*, de cerca de 24 milhões de

⁴ Pode admitir-se uma explicação diferente, em termos de *integração conceptual* – mescla transitiva no primeiro caso e mescla de transferência no segundo (Fauconnier & Turner, 1996).

palavras em Português do Brasil (PB), criado com base no jornal *Folha de S. Paulo*, de 1994. Seleccionámos apenas uma parte de cada um dos *corpora*: do 2º semestre de 1994, cerca de 5 milhões do *CetemPúblico* (correspondente a um terço do total do semestre) e cerca de 5 milhões do *CetenFolha* (correspondente a metade do total do semestre). A respectiva base de dados construída contém um total de 4.910 registos de construções causativas/perceptivas, sendo 2.755 do PE e 2.155 do PB.⁵

A Tabela 3 apresenta a frequência das construções infinitiva, reflexiva e finita.

PE	fazer		deixar		mandar		ver		ouvir	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
c. infinitiva	1121	74,3	366	64,3	172	97,2	261	70,2	127	98,4
c. reflexiva	167	11,1	142	25,0	0	0,0	2	0,5	0	0,0
c. finita	220	14,6	61	10,7	5	2,8	109	29,3	2	1,6
total	1508		569		177		372		129	

PE - *CetemPúblico*

PB	fazer		deixar		mandar		ver		ouvir	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
c. infinitiva	693	63,3	212	59,7	252	91,0	192	55,2	76	93,8
c. reflexiva	42	3,8	80	22,5	0	0,0	1	0,3	0	0,0
c. finita	359	32,8	63	17,7	25	9,0	155	44,5	5	6,2
total	1094		355		277		348		81	

PB - *CetenFolha*

Tabela 3. Frequência das construções infinitiva, reflexiva e finita

A construção com complemento infinitivo é bem mais frequente, em ambas as variedades, do que a construção alternativa de complemento finito. Em relação a esta última, verifica-se uma frequência ligeiramente superior no PB. Pela sua própria semântica, o verbo *mandar* não admite a construção reflexiva, possível com *ouvir*.

A Tabela 4 apresenta a frequência das três construções de infinitivo VSV, VOV e VV, tanto quanto é possível identificá-las, isto é, nas seguintes condições: sujeito lógico do infinitivo expresso, sua cliticização nas formas da terceira pessoa e ainda, nestes casos de cliticização, quando o infinitivo é transitivo. Acrescente-se que a construção VSV é identificável apenas nos casos das formas plenas do infinitivo flexionado e/ou das formas nominativas do sujeito pronominalizado. A Tabela dá conta do factor da valência do infinitivo, distinguindo-se entre infinitivo (Tr.) *transitivo* (subcategoriza objecto directo), (±Tr.) *semi-transitivo* (subcategoriza um argumento interno diferente do objecto directo) e (Intr.) *intransitivo* (sem qualquer complemento). Consequentemente, do total de ocorrências de cada um dos três verbos causativos com complemen-

⁵ Agradeço a Diana Santos e a Luís Fernando Costa, do projecto AC/DC, toda a ajuda prontamente prestada em fórmulas e comandos para a obtenção dos dados.

tação infinitiva, identificado na Tabela 3 (por ex., 1.121 ocorrências de *fazer* + Inf no *CetemPúblico*), apenas uma parte, correspondente aos casos em que se verificam aquelas três condições, é contabilizada na Tabela 4 (688 ocorrências de *fazer* + Inf no mesmo *corpus*). Mesmo assim, poderá dizer-se que a construção VV – a mais penalizada pela não explicitação do sujeito lógico do infinitivo – terá nos *corpora* analisados uma frequência superior à da Tabela 4 (teria sido este o resultado se tivéssemos contabilizado as locuções do tipo *fazer/deixar ver/entender* com causado invariavelmente implícito, mas que representam realizações de VV; ou a construção bastante frequente *ouvir falar*).

PE	<i>fazer</i>			<i>deixar</i>			<i>mandar</i>			<i>ver</i>			<i>ouvir</i>		
	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr
VSV	3	2	0	1	4	2	1	1	0	9	7	6	3	0	0
VOV	53	21	21	23	7	26	9	1	5	61	9	34	29	5	3
VV	41	164	383	0	9	138	8	1	8	3	7	74	0	1	3
total															
VSV	5	0,7%		7	3,3%		2	5,9%		22	10,5%		3	6,8%	
VOV	95	13,8%		56	26,8%		15	44,1%		104	49,5%		37	84,1%	
VV	588	85,5%		146	69,9%		17	50,0%		84	40,0%		4	9,1%	

 PE – *CetemPúblico*

PB	<i>fazer</i>			<i>deixar</i>			<i>mandar</i>			<i>ver</i>			<i>ouvir</i>		
	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr
VSV	38	21	17	15	6	8	12	5	2	10	3	17	2	1	2
VOV	102	42	103	13	14	38	29	8	5	37	22	53	14	0	3
VV	13	28	149	4	1	61	8	0	2	1	0	25	2	0	0
total															
VSV	76	14,8%		29	18,1%		19	26,8%		30	17,9%		5	20,8%	
VOV	247	48,1%		65	40,5%		42	59,2%		112	66,7%		17	70,8%	
VV	190	37,0%		66	41,3%		10	14,1%		26	15,5%		2	8,3%	

 PB – *CetenFolha*

Tabela 4. Frequência das construções de complementação infinitiva VSV, VOV e VV

Os resultados da Tabela 4 mostram as seguintes diferenças entre o PE e o PB:

(i) Maior frequência da construção VSV no PB, com todos os verbos causativos e perceptivos, claramente menos frequente no PE: dos universos da Tabela 4, temos 17% (159 ocorrências) no *CetenFolha*, contra apenas 3,3% (39 ocorrências, sendo 22 da construção com *ver*) no *CetemPúblico*. A maior produtividade de VSV no PB está também patente no facto de os casos de sujeito lógico do infinitivo no plural serem quase sempre seguidos de infinitivo flexionado.

(ii) Maior produtividade da construção mono-oracional VV no PE, com todos os verbos causativos e perceptivos, claramente menos produtiva no PB: 70,8% (839 ocorrências) no *CetemPúblico*, contra 31,4% (294 ocorrências) no *CetenFolha*. Com infinitivo transitivo, a produtividade de VV no PB é ainda menor: 9,3% no *CetenFolha*, contra 21,3% no *CetemPúblico*, sendo maior a divergência com o verbo *fazer*. Mesmo assim, não se pode negar a existência da construção VV no PB: encontram-se manifestações de efeitos de predicado complexo, tais como subidas de clítico, atestadas em exemplos como os de (7).

- (7) a. *o velho diplomata, sabendo quem era, não esperou que acabasse o charuto; mandou-lhe dizer que viesse (CetenFolha, par 107999)*
 b. *espécie de hipertrofia intelectual, associada a uma anemia afetiva que lhes fez perder um aspecto essencial (CetenFolha, par Ilustrada-94b-nd-1)*
 c. *Quando me perguntava se sonhara com ela na véspera, e eu dizia que não, ouvia-lhe contar que sonhara comigo (CetenFolha, par 105602)*

Considerando o factor da transitividade do infinitivo, verifica-se que tanto no PE como no PB, com infinitivo transitivo, a opção preferida é a construção VOV: 71,7% de VOV contra 21,3% de VV no *CetemPúblico*, e 65% de VOV contra 9,3% de VV no *CetenFolha*. Esta tendência comum é semanticamente motivada: o sujeito de um verbo transitivo é agentivo por definição, adaptando-se, por isso, melhor à construção que reconheça o seu valor agentivo, justamente a construção bi-oracional VOV. Pelo contrário, a construção mono-oracional VV tende a preferir infinitivos intransitivos, e esta tendência é mais evidente no PE (86,2% de VV contra 8,9% de VOV) do que no PB (48,9% de VV contra 41,6% de VOV); facto que tem também a ver com a menor produtividade de VV na variedade brasileira.

Verifiquemos agora a distribuição das funções sintácticas ou casos do sujeito lógico do infinitivo, tanto pleno como pronominalizado, apresentada nas Tabelas 5 e 6, respectivamente, nas mesmas condições de identificação referidas para a Tabela 4. Na Tabela 5, não estão indicadas as ocorrências do sujeito lógico do infinitivo como nominativo, próprias da construção VSV.

PE	fazer			deixar			mandar			ver			ouvir		
	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr
Acusativo	16	153	363	10	11	130	4	1	3	52	15	108	23	3	6
Dativo	25	2	0	0	0	0	3	0	0	1	0	0	0	0	0
Oblíquo	5	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0

PE - *CetemPúblico*

PB	fazer			deixar			mandar			ver			ouvir		
	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr
Acusativo	69	48	238	3	9	85	26	5	4	32	22	74	19	0	2
Dativo	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Oblíquo	2	0	0	1	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0

 PB – *CetenFolha*

Tabela 5. Frequência das funções sintáticas do sujeito do infinitivo pleno

A Tabela 6 diz respeito às formas fortes (não-clíticas) do pronome pessoal em caso nominativo e aos clíticos acusativo e dativo de terceira pessoa, em posição tanto enclítica como proclítica (ou ainda mesoclítica).

PE	fazer			deixar			mandar			ver			ouvir		
	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr
Nominativo	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Acusativo	39	27	41	13	5	32	5	2	10	11	2	28	5	3	3
Dativo	9	3	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	1	0

 PE – *CetemPúblico*

PB	fazer			deixar			mandar			ver			ouvir		
	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr	Tr	±Tr	Intr
Nominativo	7	3	2	11	4	2	4	3	0	2	0	2	0	0	1
Acusativo	29	19	14	1	2	11	4	0	2	3	2	11	2	1	2
Dativo	10	0	0	2	0	1	3	0	1	1	0	1	2	0	0

 PB – *CetenFolha*

Tabela 6. Frequência das funções sintáticas do sujeito do infinitivo pronominalizado

Tanto no PE como no PB, o sujeito de infinitivo intransitivo não-pronominalizado nunca ocorre em dativo ou objecto indirecto, e quando cliticizado encontramos, no PB, apenas três ocorrências do dativo, com os verbos *deixar*, *mandar* e *ver*. Com infinitivo transitivo, parece haver maior tendência para o sujeito dativo no PE do que no PB, sobretudo quando não-pronominalizado – facto que está ligado à maior produtividade da construção VV no PE. De qualquer forma, a frequência de sujeito dativo é relativamente reduzida, o que confirma a tendência, acima referida, de em contexto de infinitivo transitivo a opção preferencial ser VOV. Por outro lado, o número relativamente elevado de ocorrências de *fazer* na construção VV com infinitivo transitivo e sujeito do infinitivo pleno no dativo, no *CetemPúblico*, parece não confirmar os juízos de pouca aceitabilidade da construção mono-oracional com este verbo causativo, marcados no exemplo (3c), acima, e referidos por Gonçalves & Duarte

(2001: 660). É de notar, porém, que grande parte das 25 ocorrências desta construção com *fazer* apresenta o causado dativo entre o predicado complexo e o objecto directo, em construções do tipo *fazer saber/compreender/lembrar a alguém que*. Observe-se, ainda, tanto no PE como no PB, embora em frequência reduzida, a atestação do causado no caso oblíquo, como agentivo ou instrumento, introduzido pela preposição *por* (uma ou outra vez, *através*), associado sempre a infinitivos transitivos. Por outro lado, a não ocorrência no PE do causado pronominalizado nas formas nominativas (apenas dois exemplos, mas que podem ter resultado de influência da variedade brasileira).

Por último, encontram-se exemplos de infinitivo flexionado em posição imediatamente a seguir ao verbo causativo – construção que acima, em (1d), marcámos como agramatical, e que está atestada no PB em exemplos como (8); o que pode ser interpretado como manifestação da produtividade do infinitivo flexionado em construções causativas na variedade brasileira.

- (8) a. *O acinte dos 300 congressistas, ou 295, que elevaram os próprios salários fez reaparecerem as pressões militares (CetenFolha, par Brasil-94b-pol-1)*
 b. *o empenho do lateral-direito Cafu, que substituiu Jorginho, fez surgirem algumas jogadas. (CetenFolha, par Esporte-94b-des-1)*

5. Compatibilidades entre construções e verbos

5.1. Dinâmica de forças e verbos causativos

Os verbos causativos *fazer* e *deixar* exprimem dois esquemas de *dinâmica de forças* (Talmy, 1988, 2000) bem diferentes: com *fazer*, a entidade mais forte, o causador, aplica uma força contra a tendência da segunda entidade, o causado, ao passo que com *deixar* o causador abstém-se de exercer uma força que interfira na disposição do causado. Consequentemente, o resultado da oposição de forças para o causado é contrário à sua tendência de força em *fazer* (isto é, o causado sofre alguma mudança), mas é o mesmo em *deixar*. *Fazer* envolve pois influência e perfila uma causação (mais) directa, ao passo que *deixar* envolve não-influência e perfila uma causação (mais) indirecta, melhor, uma causação *negativa* (Silva, 1999, 2000). Seria assim de esperar que *fazer* seleccionasse a construção VV e *deixar* a construção VOV (e VSV). Seria também de esperar que a construção mono-oracional VV fosse reservada para codificar a causação física e as construções bi-oracionais VOV e VSV, para a causação indutiva, própria da interacção humana. Tal, porém, não acontece, como já se pôde verificar pelos exemplos (1)-(4). E o facto mais surpreendente é que *fazer*, ao contrário de todos os seus equivalentes românicos, toma também VOV (e VSV). De facto, há uma maior flexibilidade na combinação de verbos e construções causativas no Português do que nas outras línguas românicas.

Muito sumariamente, vejamos mais alguns exemplos da interacção entre verbos e construções no Português (ver Silva, 2004a, b, para uma análise mais desenvolvida).

A distribuição de VSV-VOV e VV com *fazer* e *deixar* é determinada, em parte, pelo factor da agentividade do causado, referido acima. É assim que causados não-animados tendem a ser usados na construção VV, como em (9) e (10).

- (9) a. *A Maria deixou cair o livro.* (VV)
 b. *??A Maria deixou o livro cair.* (VOV)
- (10) a. *A Maria fez cair o livro.* (VV)
 b. *??A Maria fez o livro cair.* (VOV)

Mas quando o causado não-animado é conceptualizado como *fonte de energia* do evento expresso no infinitivo, então VOV é seleccionado, como em (11)-(12), ou mesmo VSV, como em (13).

- (11) *Deixa o leite subir até cima!*
 (12) *Fez a bola (ganhar altura e) passar por cima do guarda-redes.*
 (13) *Muitos milhões de dólares já foram sacrificados a esta ambição de fazer os carros andarem a electricidade.*

Causados humanos, porque prototipicamente agentivos, seriam então mais compatíveis com as construções VOV e VSV. Mas as coisas complicam-se agora ainda mais, porque outros factores podem ser determinantes. Com efeito, a causação a nível intencional (e interpessoal) é mais complexa do que a que ocorre a nível (puramente) físico. Comparemos os exemplos (a) e (b) de (14)-(15).

- (14) a. *Bush fez regressar os seus marines ao Iraque.* (VV)
 b. *Bush fez os seus marines regressar/em ao Iraque.* (VOV/VSV)
- (15) a. *Bush deixou regressar os seus marines ao Iraque.* (VV)
 b. *Bush deixou os seus marines regressar/em ao Iraque.* (VOV/VSV)

Tanto em (14a) como em (15a), o regresso dos marines ao Iraque é visto como directamente induzido por Bush, pelo que este fez, em (14a), ou nada fez, em (15a), contra a tendência dos marines. Bush é assim visto como tendo inteira responsabilidade por esse regresso, pelo que a actividade dos marines não é perfilada. Daí a construção VV. Em (14b) e (15b), Bush é igualmente responsável pelo regresso dos marines ao Iraque, mas agora este regresso é visto como dependente também dos marines – da cessação da sua resistência e da sua capacidade em iniciar esse processo forçado, em (14b), ou da sua vontade inicial em querer realizar esse processo (pedindo autorização), em (15b). Ou seja, o papel agentivo do causado é agora perfilado e a sua intervenção activa no evento induzido/autorizado é especificada, o que requer VOV-VSV.

O sentido mais coercivo de *fazer* é factor suficiente para a selecção de VOV (ou VSV), como ilustrado em (16). Por seu lado, o sentido normativo de *deixar*, porque presume autoridade do causador e um pedido implícito de permissão por parte do causado, tende a ser mais compatível com VOV, como em (17). E o sentido de 'não

intervir' do mesmo verbo, porque perfila uma atitude passiva do causador, tenderá a ser também mais compatível com a construção bi-oracional, como em (18). Mas com causados não-animados já é mais provável encontrar este sentido 'passivo' em VV, como *deixar caducar o prazo* (??*deixar o prazo caducar*) ou *deixar crescer o cabelo* (??*deixar o cabelo crescer*). Tudo isto, porém, são simples tendências, que podem ser contrariadas por factores pragmáticos ou outros.

- (16) a. *A mãe fez o(s) filho(s) estudar(em) durante duas horas.* (VOV/VSV)
 b. ??*A mãe fez estudar o filho durante duas horas.* (VV)
- (17) a. *O pai não deixou a Maria fumar.* (VOV)
 b. ??*O pai não deixou fumar a Maria.* (VV)
- (18) a. *A Maria é irresponsável: deixa o filho fazer o que ele quer.* (VOV)
 b. ??*A Maria é irresponsável: deixa fazer ao filho o que ele quer.* (VV)

Quanto a *mandar*, os traços de ordenação directa e causação directa e intencional mas não-implicativa e mediata explicam a sua tendência para a construção bi-oracional VOV, como ilustrado em (19). Mas a possibilidade de não explicitação do destinatário abre caminho à construção VV (real ou aparente).

- (19) a. *Mandei o rapaz ir embora.* (VOV)
 b. ??*Mandei ir embora o rapaz.* (VV)

Existem factores mais específicos: entre outros, as propriedades semânticas dos verbos principal e subordinado e dos seus sujeitos; o grau de gramaticalização e de lexicalização (ambas favoráveis a VV); e factores discursivos ou mesmo sintácticos. Por exemplo, a lexicalização ocorre frequentemente com verbos de percepção física ou mental como (*fazer/deixar*) *ver, entender, supor* e com verbos básicos de movimento como (*deixar*) *cair, passar, andar, correr, vir, entrar; (mandar) vir, entrar, parar.*

5.2. Verbos perceptivos e pontos focais

A distribuição das três construções com os verbos perceptivos depende do tipo de evento percebido e da natureza (i)mediata da percepção. Existem eventos que podem (e devem) ser percebidos instantânea e globalmente, sem ser necessário identificar nem focalizar a sua origem ou participante principal (Kirsner & Thompson 1976). O mesmo é dizer que, nestes casos, é a actividade ou processo expresso pelo infinitivo que tem *saliência inicial*, e não os seus participantes. O infinitivo tende então a formar uma unidade com o verbo perceptivo, resultando VV. Esses eventos correspondem a experiências sensoriais básicas. Por exemplo, não ouvimos objectos mas sons, pelo que não é raro ouvir um som ou barulho sem identificar a sua origem. Formam-se assim rotinas auditivas como *ouvir chamar/gritar/chorar* e *ouvir dizer/falar*, que chegam a não explicitar o sujeito do infinitivo. Como Hatcher (1944) fez notar, tendem a formar-se unidades visuais com verbos que anunciam a entrada de alguém ou algo em cena, mais ou menos inesperada, como *ver entrar, aparecer, surgir, chegar, vir, nascer.*

Pelo contrário, eventos cujo conteúdo conceptual não se possa fixar apenas no sentido evocado pelo seu verbo e, sobretudo, em que seja relevante a percepção da sua origem ou participante principal, tenderão a combinar-se com VOV-VSV. Todavia, em casos de percepção não imediata, quer como re-colecção e avaliação de múltiplas instâncias do evento infinitivo (*ver* 'sumariador'), quer como conceptualização de ordem mais mental, estes mesmos eventos já poderão ocorrer em VV (Achard, 1996).

5.3. Infinitivo transitivo e construção do sujeito como dativo

A distribuição das três construções com infinitivo transitivo segue os factores que temos vindo a referir. No entanto, há aqui um factor particular que impõe restrições a VV: com sujeito do infinitivo não-pronominalizado, quanto maior for a valência do infinitivo (ou mais extensos forem os seus complementos), menos fácil será VV.⁶ Além disso, o sujeito de um evento transitivo é agentivo por definição, o que já de si restringe a ocorrência de VV, embora essa agentividade possa não ser perfilada. Tudo isto explica que a frequência de VV seja menor com infinitivo transitivo.

Vejamos alguns exemplos de alternância do causado entre acusativo e dativo.

- (20) a. *Fi-lo comer a sopa.*
 b. *Fiz-lhe comer a sopa.*
- (21) a. *Fê-lo repetir o exame.*
 b. *Deixou-lhe repetir o exame.*
- (22) a. *Fiz-lhe (?-lo) entender que já não a amava mais.*
 b. *Deixei-lhe (?-lo) entender que já não a amava mais.*

Em (20), a alternância resulta do grau de força manipuladora por parte do causador e exprime a distinção entre causação/manipulação directa e indirecta. (20a) envolve um causador coercivo, que até pode usar de força física, e por isso o causado é construído como paciente, obrigado ou forçado a comer a sopa. Em contraste, o uso do dativo, em (20b), mostra uma manipulação mais indirecta, realizada, não através do contacto físico, mas por quaisquer estratégias de persuasão, e por isso o causado é construído como experienciador (recipiente) activo e beneficiário, levado a reconhecer as vantagens em comer a sopa e, assim, a realizar o evento. O caso de (21) ilustra bem a oposição de dinâmica de forças entre *fazer* e *deixar*: a máxima intervenção do sujeito de *fazer* implica um causado paciente, forçado a fazer o que não quer (21a), ao passo que a mínima intervenção do sujeito de *deixar* pressupõe um causado activo e livre, um recipiente que beneficia da concessão de permissão ou do não-impedimento para fazer o que quer (21b). Finalmente, os exemplos de (22) mostram que tanto *fazer* como *deixar*

⁶ Outras razões para evitar VV poderão ser (i) a presença de um objecto indirecto do infinitivo, donde a agramaticalidade de **A Maria mandou entregar os livros às crianças ao Pedro* e (ii) a ambiguidade do sintagma nominal que segue o infinitivo, donde *Ele fez/mandou/deixou matar o João* poder ser interpretado ora no sentido de ser o João a matar alguém, ora no sentido de ser alguém (não expresso na frase) a matar o João. Notar uma tendência inversa: a expansão do sintagma nominal sujeito do infinitivo é favorável a VV.

se compatibilizam mais com dativo do que com acusativo quando seguidos de verbos mentais e psicológicos. Nestes casos, não se trata tanto de forçar ou não impedir o causado a/de realizar o evento (experienciar um processo mental ou psicológico), mas de o influenciar ou afectar a isso. O causado é afectado, mas não passivamente afectado nem em contacto directo com o causador. Esta construção causativa com dativo perfila a *trajectória de afectação* típica da construção dativa (Maldonado, 2002), isto é, o modo como o sujeito induz uma mudança no experienciador.

Dos três verbos causativos, e ao contrário do que os nossos *corpora* sugerem (cf. Tabelas 5 e 6), *deixar* e *mandar* parecem combinar-se com a construção dativa mais facilmente do que *fazer*. Isto terá a ver com as próprias propriedades semânticas destes verbos, e ainda com a mais forte gramaticalização de *fazer* para a função causativa.

Resta o caso dos verbos perceptivos. A sua marginalidade na construção dativa – apenas 6 ocorrências no *corpus* (cf. Tabelas 5 e 6) – decorre da sua própria natureza semântica. Nenhum verbo de percepção admite objecto indirecto, ao contrário dos três verbos causativos. Com efeito, a percepção é compreendida com uma relação de dois lugares, entre um percebedor e um objecto percebido. O percebedor não é um agente, não tendo, por isso, energia suficiente para perfilar uma qualquer transferência nem envolver um participante activo e beneficiário do domínio alvo. No entanto, há contextos possíveis à construção dativa. Isso acontece sobretudo quando o verbo perceptivo é negado, como em (23a).

- (23) a. *Nunca ouvi dizer um palavrão ao João.* (dativo)
 b. *Nunca ouvi o João dizer um palavrão.* (acusativo)

6. Construção alternativa: construção de complemento finito

Os verbos causativos e os verbos perceptivos ocorrem também, embora bem menos frequentemente (cf. Tabela 3), seguidos por um complemento finito, introduzido pelo complementador *que* (precedido da preposição *com* no caso de *fazer*⁷ e da preposição *a* com verbos como *obrigar*), como ilustrado em (24)–(25). Existe uma diferença: conjuntivo com os verbos causativos e indicativo com os verbos perceptivos.

- (24) *A Maria fez com/mandou/deixou que os miúdos corressem.*
 (25) *A Maria viu que os miúdos corriam.*

A construção de complemento finito codifica a maior *independência* possível do evento subordinado, isto é, uma grau acima da construção VSV. Ela marca, iconicamente, um distanciamento conceptual entre os dois eventos e exprime uma

⁷ No Português do Brasil, atestam-se algumas ocorrências da construção causativa *fazer que*, sem a preposição *com*: *No regime de câmbio fixo, o BC não determina os juros domésticos, pois o mercado fará que eles acompanhem os juros internacionais* (CetenFolha, par Dinheiro-94b-cco-2).

interpretação holística, abstracta e atemporal – e, assim, uma visão mais “mentalizada” – do evento subordinado.⁸

A construção finita assume significados mais específicos consoante o verbo causativo/perceptivo que nela participa. Assim, *fazer com que* torna mais explícita a relação causal e, com causador humano, implica que este age intencional e premeditadamente. A construção *deixar que* exprime também um acto deliberado e premeditado do causador, pelo que, quando este toma uma atitude passiva de não-interferência, essa passividade é sempre reflectida (e neste sentido *activa*). E *mandar que* não implica que a ordem seja dada/recebida directamente. Complementarmente, tem a função pragmática de suavizar a exigência do ordenante, pelo que é esta construção que se utiliza num acto normal de dar uma ordem a alguém – cf. *Mando (Ordeno-te) que saias* vs. *??Mando-te (*Ordeno-te) sair*. Com os verbos perceptivos, a alteração semântica é ainda maior: da percepção sensitiva para a cognição (Sweetser, 1990).

E qual a razão da alternância entre conjuntivo e indicativo? O indicativo constrói o evento complemento como uma “proposição”, isto é, como um elemento independente da concepção do sujeito principal. Os verbos perceptivos são estritamente compatíveis com o indicativo, justamente porque o que eles perfilam é um evento inquestionavelmente ubicado na realidade. Pelo contrário, o conjuntivo indica que o evento complemento é considerado, não em relação à realidade, mas em relação a um espaço mental mais circunscrito, somente relevante ao sujeito principal. Os verbos causativos seleccionam o conjuntivo, em perfeita sintonia com o facto de que o seu complemento não é parte da realidade, mas resultado do *input* de energia do sujeito principal.⁹

7. Conclusão

As construções causativas e perceptivas de infinitivo VSV, VOV e VV mostram ser *simbólicas*, sendo o seu conteúdo semântico caracterizável relativamente ao modo específico de como elas estruturam conceptualmente o evento complemento. A escolha de uma destas construções resulta, para além de factores mais específicos, (i) do grau de independência com que o evento subordinado é visto em relação ao evento principal e (ii) de qual entidade do evento subordinado – o próprio evento como um todo, ou o participante principal nesse evento, isto é, o sujeito lógico do infinitivo – é perfilada como inicialmente saliente. A alternância entre complemento infinitivo e complemento finito, bem como, nesta última construção, a alternância entre indicativo e conjuntivo são

⁸ Em VSV (mas não em VOV nem em VV), o evento subordinado é construído também holisticamente – já que, como vimos acima, nenhum dos seus elementos é, por si só, o alvo da relação principal perfilada pelo verbo principal –, mas não abstracta nem atemporalmente.

⁹ Esta explicação da distinção entre indicativo e conjuntivo, explorada por Achard (1998: cap. 6) para o Francês, fundamenta-se numa noção essencial da Gramática Cognitiva: a noção de *grounding* (*fundamentação*) (Langacker, 1991: capp 3 e 6) ou localização no acto de fala. Assim, os eventos são ora *fundamentados*, isto é, localizados na concepção da realidade por parte do conceptualizador, e nesse caso serão expressos no indicativo, ora situados num espaço mental unicamente associado ao sujeito da conceptualização (e não à realidade), e nesse caso expressos no conjuntivo.

conceptualmente motivadas. Contrariamente a uma longa tradição formalista (generativista), a complexidade gramatical das construções causativas e perceptivas torna-se, pois, explicável à luz do seu conteúdo semântico e das suas motivações conceptuais.

Comparadas com as respectivas construções das restantes línguas românicas, as construções causativas/perceptivas de infinitivo do Português apresentam um *continuum* mais elaborado de integração de eventos e uma *imaginária* (mental) mais rica sobre o evento causado/percebido. Os diferentes verbos causativos/perceptivos exibem maior flexibilidade na estruturação do evento complemento. Consequentemente, a autonomia do significado das construções aumenta e a interação entre significado do verbo e significado da construção torna-se mais flexível e mais dinâmica.

A análise do uso destas construções, com base num *corpus* representativo, mostrou algumas divergências entre o Português Europeu e o Português Brasileiro, as quais farão eco de diferenças estruturantes entre as gramáticas das duas variedades nacionais: maior produtividade da construção mono-oracional VV na variedade europeia e maior frequência da construção bi-oracional com menor grau de integração de eventos VSV na variedade brasileira.

Finalmente, importantes constructos da Gramática Cognitiva, como *perfil*, *base*, *trajector/landmark*, *grounding*, *zona activa*, *ponto de referência* revelaram-se decisivos na análise das subtilidades semânticas, da complexidade gramatical e conceptual e, enfim, das imagens mentais carreadas pelas construções causativas/perceptivas do Português.

Referências Bibliográficas

- ACHARD, Michel (1996) Two causation/perception constructions in French. *Cognitive Linguistics* 7, pp. 315-357.
- ____ (1998) *Representation of Cognitive Structures. Syntax and Semantics of French Sentential Complements*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- FAUCONNIER, Gilles & Mark Turner (1996) Blending as a central process of grammar. In A. Goldberg (ed.) *Conceptual Structure, Discourse and Language*. Stanford: CSLI Publications, pp. 113-130.
- GONÇALVES, Anabela (1999) *Predicados Complexos Verbais em Contextos de Infinitivo não Preposicionado do Português Europeu*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- ____ (2000) Propriedades do causado na construção fazer-Inf do Português Europeu. *Actas do XV Encontro da APL*, Braga: APL, Vol. II, pp. 9-26.
- ____ (2001) Predicados complexos com verbos causativos e perceptivos do português europeu. *Actas do XVI Encontro da APL*. Lisboa: APL, pp. 227-239.
- GONÇALVES, Anabela & Inês Duarte (2001) Construções causativas em português europeu e português brasileiro. *Actas do XVI Encontro da APL*. Lisboa: APL, pp. 657-671.
- HATCHER, Anna (1944) Je le vois sourire, je le vois souriant, je le vois qui sourit. *Modern Language Quarterly* 5, 275-301, pp. 387-405.

- KEMMER, Suzanne & Arie Verhagen (1994) The grammar of causatives and the conceptual structure of events. *Cognitive Linguistics* 5, pp. 115-156.
- KIRSNER, R. & S. Thompson (1976) The role of pragmatic inference in semantics: a study of sensory verb complements in English. *Glossa* 10, pp. 200-241.
- LANGACKER, Ronald W. (1987) *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. 1: *Theoretical Prerequisites*. Stanford: Stanford University Press.
- _____ (1991) *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. 2: *Descriptive Application*. Stanford: Stanford University Press.
- _____ (1995) Raising and transparency. *Language* 71, pp. 1-62.
- _____ (1999) *Grammar and Conceptualization*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- MALDONADO, Ricardo (2002) Objective and subjective datives. *Cognitive Linguistics* 13, pp. 1-65.
- MATOS, Gabriela (1999) Desvio e conhecimento linguístico em construções causativas do Português europeu. In Isabel Hub Faria (org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Cosmos, pp. 541-564.
- _____ (2001) Construções causativas e configurações estruturais. *Veredas. Revista de Estudos Linguísticos*.
- RAPOSO, Eduardo (1981) *A Construção "União de Orações" na Gramática do Português*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SANTOS, Diana & Luis Sarmiento (2003) O projecto AC/DC: acesso a corpora/disponibilização de corpora. *Actas do XVIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 705-717.
- SILVA, Augusto Soares da (1995) Estruturas causativas no Português: ordem das palavras e atribuição de caso em *fazer, mandar, deixar* + INF. *Perspectiva cognitiva. Actas do X Encontro da APL*. Lisboa: APL/Colibri, pp. 541-555.
- _____ (1999) *A Semântica de DEIXAR: Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- _____ (2000) The 'letting' causation: Evidence from Portuguese. Paper presented at the Winter Symposium *Structures of Causal Meaning*. Center for Semiotics, University of Aarhus, 27-29 January 2000. Disponível em <<http://www.hum.au.dk/semiotics>>.
- _____ (2003) Da semântica da construção à semântica do verbo e vice-versa. In Ivo Castro & Inês Duarte (orgs.), *Razões e Emoção. Miscelânea em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, Lisboa: IN Casa Moeda, pp. 383-401.
- _____ (2004a) Cultural determinations of causation. In: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres & Miguel Gonçalves (orgs.), *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*. Vol. I. Coimbra: Almedina, pp. 575-606.
- _____ (2004b) Imagery in Portuguese causation/perception constructions. In B. Lewandowska-Tomaszczyk & A. Kwiatkowska (eds.), *Imagery in Language. Festschrift in Honour of Professor Ronald W. Langacker*, Frankfurt/Main: Peter Lang, pp. 297-319.

- _____ (no prelo) Semântica e cognição da causação analítica em Português. In Neusa Salim & Cristina Name (orgs.), *Linguística e Cognição*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.
- SWEETSER, Eve (1990) *From Etymology to Pragmatics. Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TALMY, Leonard (1988) Force dynamics in language and cognition. *Cognitive Science* 12, pp. 49-100.
- _____ (2000) Force dynamics in language and cognition. In Leonard Talmy (ed.), *Toward a Cognitive Semantics*. Vol. I: *Concept Structuring Systems*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, pp. 409-470.

Provas de avaliação do desenvolvimento linguístico: para uma avaliação da componente sintáctico-semântica

Maria Cristina Vieira da Silva

Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, Porto
Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa
cristina.vieira@fcsh.unl.pt

1. Introdução:

O presente trabalho debruça-se sobre a elaboração de provas de avaliação do desenvolvimento linguístico, particularmente no que diz respeito à componente de compreensão de estruturas sintáctico-semânticas que estas pretendem aferir.

O objectivo deste trabalho é duplo: num primeiro momento, pretende-se apresentar, comentando, duas das mais recentes provas de avaliação do desenvolvimento linguístico elaboradas para a Língua Portuguesa (nomeadamente Sim-Sim (1997) e Viana, Pereira & Teixeira (2003b)). Num segundo passo, será especificamente abordada a componente sintáctico-semântica destas provas.

Atendendo aos resultados de estudos sobre os níveis de literacia em Portugal (cf. OECD (2001), Sim-Sim & Ramalho (1993), Benavente (1996)), bem como ao facto de o 1º Ciclo do Ensino Básico e o Ensino Pré-Escolar constituírem momentos cruciais para o desenvolvimento linguístico dos estudantes portugueses, não será demasiado salientar a necessidade de promover a construção e o uso de instrumentos padronizados de avaliação de capacidades linguísticas a serem aplicados nestas fases iniciais de formação.

Se a estes dados acrescentarmos o facto de chegar às nossas escolas um número crescente de crianças cuja língua materna não é o Português, mais premente se torna esta necessidade. Estas provas permitir-nos-ão avaliar com maior rigor em que áreas se situam as maiores dificuldades sentidas quer por falantes para quem o Português é a Língua Materna, quer por falantes para quem esta é uma Língua Segunda, viabilizando assim o diagnóstico imprescindível para uma intervenção pedagógica diferenciada.

Por seu turno, o reconhecimento da importância das competências linguísticas enquanto factor estruturante do desenvolvimento integral está, actualmente, presente no discurso e na prática educacionais. De forma a viabilizar uma adequada intervenção pedagógica, a detecção de problemas de linguagem exige instrumentos de avaliação do desenvolvimento linguístico que vão para além do impressionismo presente em algumas práticas escolares. Alguns destes instrumentos concebidos para a Língua Portuguesa acabam, no entanto, por não ultrapassar a fase da “versão de estudo” de uso mais ou menos restrito, verificando-se frequentemente um fosso entre o meio académico em que são gerados e o meio escolar no qual seria desejável a sua aplicação efectiva.

Note-se que a necessidade de promover tais instrumentos de avaliação deve ser equacionada numa perspectiva em que se avalia não para penalizar, mas antes para detectar dificuldades a serem trabalhadas. Tal como previsto nos Perfis de desempenho do Educador de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, estes profissionais deverão utilizar “a avaliação, nas suas diferentes modalidades e áreas de aplicação, como elemento regulador e promotor da qualidade do ensino, da aprendizagem e da sua própria formação”¹. A avaliação é, pois, parte integrante e imprescindível do processo educativo.

A importância (hoje em dia reconhecida na literatura) da linguagem oral enquanto factor diferenciador da menor ou maior facilidade no acesso à leitura e à escrita fundamenta a selecção de provas que avaliam estes aspectos estruturantes do conhecimento linguístico.

Apresentamos, em seguida, uma breve descrição de dois desses instrumentos já disponíveis (Sim-Sim (1997)) ou em fase de elaboração (Viana, Pereira & Teixeira (2003b)).

A selecção aqui apresentada não é nem pretende ser exaustiva e teve por base a facilidade de acesso às mesmas, quer decorrente da sua publicação, quer mediante contacto com instrumentos em fase de elaboração. Alertamos aqui para o facto de se tratar, em rigor, de diferentes tipos de instrumentos de avaliação do desenvolvimento linguístico: Sim-Sim (1997) é uma prova de avaliação da linguagem oral, sendo que Viana, Pereira & Teixeira (2003b) constitui uma prova de leitura de carácter diagnóstico, cujo objectivo consiste em identificar dificuldades, avaliando as crianças em relação a objectivos previamente definidos.

2. Apresentação das provas

Inês Sim-Sim, no seu estudo de 1997 *Avaliação da Linguagem Oral: um contributo para o conhecimento do desenvolvimento linguístico das crianças portuguesas*, avaliou, em cerca de 500 crianças com quatro, seis e nove anos, as capacidades de compreensão e de expressão oral, visando identificar as principais dificuldades evidenciadas por estas na aquisição e no desenvolvimento da sua língua materna. No seu estudo são utilizadas seis sub-provas, cada uma constituída por um número considerável de itens. As provas abarcam três domínios linguísticos: o lexical (Sub-prova 1: Definição verbal e Sub-prova 2: Nomeação), o sintáctico (Sub-prova 3: Compreensão de estruturas complexas, Sub-prova 4: Completamento de frases e Sub-prova 5: Reflexão morfo-sintáctica) e o fonológico (Sub-prova 6: Segmentação e Reconstrução segmental), avaliando quer as capacidades de compreensão, quer de expressão².

¹ Inafop (2001).

² Apesar de, para uma melhor sistematização, Sim-Sim (1997) usar, ao longo deste trabalho, uma mesma ordem de apresentação sequencial, a autora não refere explicitamente qual a ordem de apresentação das diferentes sub-provas usada na aplicação a cada uma das três faixas etárias estabelecidas, nem o critério que subjaz a essa ordenação.

DOMÍNIO LINGUÍSTICO	CAPACIDADES	
	RECEPTIVAS	EXPRESSIVAS
LEXICAL	DEFINIÇÃO VERBAL	NOMEAÇÃO
SINTÁCTICO	COMPREENSÃO DE ESTRUTURAS COMPLEXAS	COMPLEMENTAMENTO DE FRASES
	REFLEXÃO MORFO-SINTÁCTICA	
FONOLÓGICO		SEGMENTAÇÃO E RECONSTRUÇÃO SEGMENTAL

Quadro 1 (in Sim-Sim (1997: 5))

Os sub-testes de Definição Verbal e de Nomeação tomam por base um conjunto de itens lexicais (os mesmos para ambos os sub-testes). O objectivo da Definição Verbal consiste em obter da criança uma definição do significado (os atributos que determinam a formação do conceito que a palavra representa) atribuído a uma determinada palavra, em resposta ao pedido *Diz-me o que é...* (*banana, regar, etc.*). Já o objectivo do sub-teste de Nomeação é, inversamente, a avaliação da capacidade da criança atribuir um rótulo lexical (palavra) a elementos da realidade quotidiana apresentados através de suporte gráfico, seguidos da pergunta *O que é isto? / O que está X a fazer?*.

Os sub-testes de Compreensão de Estruturas Complexas e de Completamento de Frases, através dos quais se pretende avaliar o conhecimento intuitivo de aspectos sintácticos, operam capacidades diferentes. Com a Compreensão de Estruturas Complexas, procura-se avaliar a compreensão de um enunciado descontextualizado (maioritariamente frases complexas), através da resposta a uma questão (*O carro que bateu no camião ficou muito amachucado. P: O que é que ficou muito amachucado?*). Por seu turno, no sub-teste de Completamento de Frases, avalia-se a capacidade para fazer uso de indicadores sintácticos e semânticos presentes numa frase truncada de forma a reconstruí-la mediante a identificação de elementos em falta que sejam semântica e sintacticamente aceitáveis. (ex: *O pai regou as _____ do jardim. A Rita adora _____ de bicicleta.*)

Por fim, os sub-testes de Reflexão Morfo-Sintáctica e de Segmentação e Reconstrução Segmental, tendo por base o conhecimento intuitivo da língua, avaliam a capacidade de distanciamento e de reflexão do sujeito sobre os dados apresentados. O sub-teste de Reflexão Morfo-Sintáctica testa a capacidade de julgar gramaticalmente uma frase, corrigindo-a (se for o caso) e justificando a correcção, num processo gradual que avalia desde a capacidade de repetir, sem corrigir, uma frase incorrecta até à detecção do erro, culminando na sua explicação. Por fim, no sub-teste de Segmentação e Reconstrução Segmental, avalia-se a capacidade de identificar unidades (segmentos e sílabas) passíveis de serem isoladas (segmentação) e reconhecidas (reconstrução) em processos de consciencialização fonológica que envolvem distanciamento face à cadeia sonora.

A selecção dos domínios linguísticos trabalhados em cada um dos sub-testes teve por base resultados de investigações que assinalaram serem estes aspectos relevantes para a apreciação do desenvolvimento da linguagem oral nas faixas etárias em observação.

Um dos aspectos salientados pela autora é justamente a necessidade de estabelecer correlações entre as sub-provas propostas e o desempenho na leitura.

A PROCOMLEI – Prova de Avaliação da Compreensão Leitora – de Viana, Pereira & Teixeira (2003b)³ pretende promover a avaliação da compreensão leitora de crianças que frequentam o 1º ciclo de escolaridade (com idades entre os 6 e os 10 anos, aproximadamente). Procurando “avaliar a utilização que os leitores iniciados fazem de processos linguísticos de leitura que têm sido identificados como fundamentais tanto na fase do domínio da leitura quanto numa fase em que esse processo se encontra já automatizado”⁴, a PROCOMLEI testa a identificação de letras, de palavras, de unidades frásicas de significado, o estabelecimento de relações entre essas unidades frásicas de significado, a localização de informação e a inferência de informação.

DOMÍNIO LINGUÍSTICO	TAREFAS
FONOLÓGICO ⁵ E LEXICAL	Identificação (do nome ou som) das letras Identificação de pares de palavras iguais / diferentes Identificação de palavras (frequentes/ infrequentes; curtas/ longas) e pseudo-palavras (curtas/ longas)
SINTÁCTICO-SEMÁNTICO	Reconhecimento de unidades constituintes de frase: <ul style="list-style-type: none"> - determinação nominal; - quantificação nominal; - modificação nominal; - coordenação sintagmática; Processamento de relações entre constituintes de F e entre F: <ul style="list-style-type: none"> - referência nominal entre frases; - relações espaciais introduzidas por preposições e locuções preposicionais; - frases de natureza coordenada (adversativas, Copulativas, Disjuntivas) - frases de natureza subordinada (temporais, causais, concessivas, condicionais, finais, comparativas) - relações entre constituintes nucleares de F simples
TEXTUAL	Identificação e inferência de informação

Quadro 2

Constituída por três partes, cada uma delas envolve predominantemente um ou dois domínios linguísticos: PARTE I: Processos perceptivos e Processos léxicos;

³ A PROCOMLEI foi adaptada a partir da PROLEC (prova desenvolvida por Cuetos *et al* (2000) em Espanha, onde recolheu muita aceitação), por uma equipa de investigação coordenada por Fernanda L. Viana ao abrigo do projecto “Avaliar para Prevenir” financiado pelo I.I.E. (Medida 2 SIQE), Fundação Calouste Gulbenkian e Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho (2002-2004).

⁴ VIANA, F. L., I. Pereira & Mª. M. Teixeira (2003a).

⁵ A par da PROCOMLEI, encontram-se em fase de construção provas de Avaliação Fonológica e de Reconhecimento Global de Palavras/ Velocidade de Leitura.

PARTE II: Processos sintáctico-semânticos; PARTE III: Processos de identificação e de inferência de informação textual.

No que diz respeito à primeira parte, esta envolve, respectivamente, a identificação do nome ou som das letras (processos perceptivos) e a identificação de pares de palavras iguais / diferentes, bem como a identificação de palavras (frequentes/ infrequentes; curtas/ longas) e pseudo-palavras (curtas/ longas) (processos léxicos).

Constituindo a capacidade de discriminar letras (isoladas ou contextualizadas em palavras) um primeiro patamar de inquestionável importância no processo de leitura, não deixa de ser insuficiente para compreender o sentido de um texto. Na 2ª parte da PROCOMLEI, que envolve justamente processos sintáctico-semânticos, são usados estímulos pictográficos, com controlo do processamento a fazer-se em modo meramente visual: após a leitura da frase, é solicitado à criança que observe diferentes desenhos, escolhendo o correspondente à frase lida⁶.

As tarefas propostas apresentam, no que diz respeito a esta componente, uma variedade de estruturas envolvendo o processamento de relações entre constituintes em frases simples, em frases complexas e entre frases. Relativamente ao primeiro nível trabalhado (nível SN) são analisadas a determinação, a modificação, a quantificação e a coordenação. O nível da frase simples é testado mediante o recurso a frases passivas e clivadas. Por fim, o nível da frase complexa inclui estruturas com orações coordenadas (aditivas e adversativas), bem como subordinadas adverbiais (temporais, causais, concessivas, condicionais, comparativas e finais) e ainda o processamento de referência nominal entre frases (o leitor deverá encontrar, noutra frase, o antecedente correcto para um pronome pessoal).

Por fim, com a terceira parte da PROCOMLEI, pretende-se avaliar a capacidade de compreensão textual. Mediante o recurso a textos (de natureza narrativa, informativa e prescritiva) relativamente aos quais são colocadas questões explícitas e implícitas, são solicitadas ao leitor tarefas que exigem, respectivamente, a localização de informação explícita e a inferência de informação implícita. O facto de esta prova contemplar, na sua Parte III (Compreensão de textos), o domínio textual, um aspecto da compreensão que frequentemente não é tido em conta, eventualmente devido à complexidade de conhecimentos e actividades requeridas para tal, constitui um dos aspectos inovadores da PROCOMLEI relativamente às restantes provas. Efectivamente, compreender um texto equivale a formar uma representação do conteúdo do mesmo, a representar de forma adequada as relações entre as proposições que o constituem, a identificar a intenção subjacente à sua elaboração. Os procedimentos a utilizar para a avaliação das diversas facetas da compreensão leitora deverão ser assim necessariamente variados, abrangendo variados aspectos, desde a unidade menor (o grafema) à unidade maior (a textual).

⁶ O recurso às novas tecnologias para suportar estes procedimentos revelar-se-ia, porventura, facilitador da sua utilização pelo professor e pelos próprios alunos. A uma maior facilidade na aplicação da prova, acresce ainda que um suporte informatizado permitiria integrar um mecanismo de tratamento dos próprios dados resultantes da aplicação, podendo ainda permitir a integração de um mecanismo de controlo do tempo de acesso aos estímulos (adaptando-o a cada uma das faixas etárias consideradas).

3. A componente sintáctico-semântica

Nesta secção, pretendemos ainda analisar especificamente, de entre as várias componentes consideradas nestas provas, os processos de natureza sintáctico-semântica.

Em Sim-Sim (1997), recorre-se a três sub-provas distintas para avaliar o domínio sintáctico-semântico: o completamento de frases, a reflexão morfo-sintáctica e a compreensão de estruturas complexas. Estas duas últimas em particular avaliam a capacidade de compreensão exigindo para tal que a criança se expresse oralmente. Note-se que, em rigor, o uso de perguntas de compreensão sobre as frases apresentadas implica necessariamente a compreensão da própria pergunta, introduzindo eventualmente um elemento de perturbação no processamento da frase. Por outro lado, o facto de as perguntas de avaliação serem interrogativas parciais que incidem sobre diferentes partes das frases a serem testadas pode levar ao desenvolvimento de uma estratégia de automatismo na resposta, segundo a qual a criança se limita a localizar a palavra “chave” que surge na pergunta, identificando, por defeito, o material que deverá constar na resposta.⁷ Ora as provas com proposta de itens de escolha múltipla que permitem uma resposta silenciosa (como as concebidas na PROCOMLEI) são consideradas na literatura (cf. nomeadamente Vincent (1985)) como sendo mais objectivas do que as provas orais em que se pede o sentido do que foi lido, visto que os resultados não estariam tão dependentes da subjectividade do avaliador nem de um à vontade com a oralidade que certas crianças não possuem. Este seria assim um factor extra-linguístico (para além do factor sobrecarga da memória de trabalho) a interferir na avaliação de capacidades linguísticas.

A PROCOMLEI propõe-se avaliar a compreensão e processamento de diferentes construções sintácticas de forma diferenciada, o que permite localizar, de entre as diferentes estruturas avaliadas, as que suscitam maiores dificuldades de processamento. A identificação das estruturas mais difíceis de processar em cada faixa etária permitirá nomeadamente que o docente do 1º Ciclo possa canalizar esforços no sentido de um trabalho mais intensivo com os seus alunos sobre essas mesmas estruturas.

A parte II desta versão da PROCOMLEI encontra-se em fase de reformulação visando complexificar e fundamentar as sub-provas e itens aí incluídos, dado que os resultados obtidos após a aplicação da prova piloto revelaram que esta versão apresentava um nível de dificuldade demasiado baixo.

O reduzido número de estudos sobre o processamento de estruturas fráscas em Português implicou, até aqui, um trabalho quase intuitivo quanto à selecção das construções mais relevantes. Outras construções há, no entanto, que beneficiaram de estudos mais aprofundados, os quais nos fornecem dados mais precisos e fundamentados sobre o seu menor ou maior grau de dificuldade de processamento.

No âmbito da modificação nominal, as estruturas complexas que envolvem frases relativas revelam-se um foco potencial de dificuldades de processamento. Os dados de

⁷ Tal possibilidade poderá ser evitada se se atender a uma formulação das questões que conduza a criança a usar paráfrases e a inferir informação, permitindo assim uma avaliação mais fidedigna da compreensão. (Cf. Viana & Leal (2002): pp. 101).

Vasconcelos (1991) e (1996) sobre a compreensão e produção de frases relativas em crianças dos três anos e meio aos oito anos e meio demonstraram que aquelas não apresentam todas o mesmo grau de dificuldade para a criança. Em termos globais, e considerando sobretudo os dados resultantes da aplicação de alguns testes experimentais que parecem reflectir de forma mais directa e fidedigna a competência linguística da criança, dois factores há que explicam as dificuldades assinaladas: a variável “encaixe” e “foco”. Assim, as frases encaixadas à direita, como (1):

(1) O menino brinca com a menina [que tem cabelos curtos]

são mais fáceis de processar do que as frases envolvendo encaixe ao centro, como (2)

(2) O gato [que o cão pisou] saltou por cima do sapo

Já as relativas com foco no sujeito, como (3)

(3) O cão [que ---_{SU} tem muito pêlo] é do menino

se revelaram mais acessíveis do que as relativas com foco sobre constituintes que implicam alteração da ordem canónica, como acontece em (2), aqui repetido em (2'):

(2') O gato [que o cão pisou ---_{OB}] saltou por cima do sapo

Por sua vez, as relativas com foco no objecto indirecto, como (4) ou no locativo, como em (5)

(4) O professor [a quem o menino deu o livro ---_{OI}] é careca.

(5) A prateleira [onde o menino pôs os livros ---_{LOC}] tem molduras.

revelaram-se de mais difícil processamento do que as relativas com foco no sujeito ou no objecto directo.

As construções complexas envolvendo verbos de Controlo são outra das estruturas relativamente às quais é de supor que a criança possa manifestar, no período considerado, dificuldades em termos de compreensão. Em termos genéricos, o termo «construções de Controlo» aplica-se a uma série de casos em que o sujeito nulo (PRO) de uma oração complemento tem a sua referência fixada por um argumento que ocorre na frase matriz. Tendo em conta a função gramatical do elemento que fixa a referência de PRO (isto é, função de sujeito, de objecto directo ou de objecto indirecto) teremos assim três tipos de construções de Controlo:

(6) Controlo pelo sujeito: A mãe_i prometeu à menina_j PRO_{i,j} pentear as bonecas.

- (7) Controlo pelo OD: A mãe_i deixou a menina_j; PRO_{i,j} pentear as bonecas.
 (8) Controlo pelo OI: A professora_i propôs ao aluno_j; PRO_{i,j} sair mais cedo.

De acordo com Sim-Sim (1997), as construções envolvendo verbos de controlo pelo sujeito (como *prometer*) oferecem, em termos de interpretação, particulares dificuldades⁸ nestas faixas etárias. É de supor que, nos casos dos verbos de controlo pelo sujeito como em (6), a proximidade que se verifica entre o complemento de objecto indirecto da oração matriz e o verbo da oração encaixada bloqueie as propriedades lexicais do verbo matriz que determinam que o sujeito pronominal da oração complemento (PRO) seja correferente com o sujeito da oração mais alta, induzindo assim uma correferência incorrecta com OI.

As frases passivas são igualmente apontadas como estruturas cujo processamento se encontra ainda em fase de consolidação durante os primeiros anos de escolaridade. A dificuldade acrescida que tal estrutura apresenta, em termos de processamento, sobre a variante activa parece resultar da aplicação de uma estratégia recorrente que faz corresponder à sequência SN-V-SN a estrutura temática Agente-Ação-Paciente. Também neste domínio, é possível identificar algumas das variantes mais problemáticas: as passivas reversíveis (em que não é possível obter uma interpretação alternativa) (9) são mais facilmente processadas do que as não reversíveis (10):

- (9) A bola foi chutada pelo menino.
 (10) O porco é perseguido pelo gato.

sendo que as passivas sem agente expresso (cf. 11) se revelam ainda particularmente difíceis de processar aos nove anos de idade⁹:

- (11) O chapéu foi posto na cabeça do menino.

Mais recentemente, o estudo de Costa (2003) sobre o processamento de frases em Português, contemplando informação morfológica, sintáctica e semântica em competição, permite dar continuidade a esta tarefa de reformulação das sub-provas e itens em condições quase ideais. Efectivamente, este trabalho foi elaborado com base em estudos experimentais recorrendo a falantes adultos universitários. Apesar das diferenças que necessariamente decorrem dos diferentes graus de desenvolvimento cognitivo geral (que implicam nomeadamente diferentes capacidades linguísticas e metalinguísticas), cremos que as conclusões deste estudo quanto às pistas linguísticas relevantes para o processamento adulto do Português são também válidas para o seu

⁸ Segundo Sim-Sim (1997), 30% e 11% aos seis e nove anos, respectivamente, continuavam a revelar não serem capazes de interpretar correctamente uma frase como (6).

⁹ Segundo Sim-Sim (1997), 79% das crianças de nove anos foram incapazes de reconhecer ser impossível identificar o agente da passiva quando este não se encontra expresso.

processamento em fases iniciais (concretamente de crianças que frequentam o 1º Ciclo do ensino básico).

Segundo Costa (2003), e de entre as construções analisadas neste trabalho, “podemos ordenar três grupos de construções em termos de um grau crescente de dificuldade de processamento de que temos indicadores quantitativos”¹⁰:

1) frases simples transitivas de ordem canónica e frases clivadas de sujeito (ainda que muito distintas em termos representacionais) apresentam ambas uma ordem SVO em superfície, em que o constituinte focalizado pela tarefa de processamento ocupa a posição pré-verbal.

2) as frases transitivas com SU pós-verbal apresentam uma “ordem de palavras que, sendo pouco frequente, coloca problemas imediatos de identificação da estrutura de constituintes e funcional. Dentro deste grupo, verificámos haver uma preferência pela atribuição da estrutura VOS sobre VSO”¹¹

3) “Finalmente, as frases clivadas de OD, onde a ordem de superfície é OSV, são as mais difíceis de processar [...] São construções onde há extracção de constituintes com consequência para movimentos mais longos e cadeias por movimentos mais complexas, e com uma ordem de superfície mais afastada da ordem padrão. Por outro lado, há conflito entre o SN focalizado por clivagem e a tarefa que incide na identificação do SU”¹². Acresce ainda que o verbo, enquanto categoria central para a atribuição de uma estrutura funcional, ocorre em posição final, o que implica adiar (e consequentemente reter em memória de trabalho) os restantes constituintes cujo processamento só poderá ser efectuado a partir do momento em que o verbo é localizado e processado.

Tal como Costa (2003: 207-209) assinala, as frases clivadas “a clivagem cria um domínio oracional adicional que destaca o clivado puxando-o para a periferia esquerda da frase. [...] Durante o processamento de frases clivadas, o reconhecimento do constituinte movido leva à imediata predição de um gap na estrutura subsequente da frase e à manutenção em memória de trabalho desse constituinte que espera ser integrado. [...] Contudo, a localização do gap só pode ser feita quando o predicador verbal que o seleccionou como argumento for encontrado [...] Com as clivadas, espera-se que mal o constituinte anteposto seja processado se preveja um lugar vazio na grelha argumental do verbo da frase. Com as clivadas de SU, esse lugar é linearmente próximo, permitindo a imediata formação da cadeia (entre o constituinte deslocado e um hipotético vestígio) e a imediata atribuição de papel temático pelo verbo encontrado. Ao contrário, nas clivadas de OD, há que manter o clivado activo por mais tempo, esperar que o verbo ocorra, o que implica a integração do SN pré-verbal, avaliar a adequação de cada um dos dois SNs aos papéis temáticos disponíveis [...] e decidir qual o lugar de extracção do clivado para formação da cadeia. Obviamente é

¹⁰ In Costa (2003): 333.

¹¹ In Costa (2003): 334.

¹² In Costa (2003): 334.

um processo de tratamento de informação mais longo, com mais custos, que implica ponderações sucessivas do peso de cada uma das fontes linguísticas disponíveis. [...]"

Em resumo, **as condições de processamento das clivadas de OD** [como em (12)] **são claramente mais exigentes** relativamente aos recursos cognitivos envolvidos no processamento" do que clivadas de sujeito (como em (13)):

(12) É a mãe que penteia a filha.

(13) É a filha que a mãe penteia.

Porventura mais importante do que a identificação de níveis de dificuldade entre um conjunto restrito de construções (em Costa (2003) é especificamente estudado o processamento da frase simples transitiva, da frase clivada e da frase complexa subordinada causal), este estudo permite-nos concluir que quando intervêm isoladamente, não interagindo entre si, não parece haver pistas prioritárias sobre outras. São justamente as condições de competição entre pistas que permitem avaliar uma hierarquia de pistas de natureza linguística. Os indicadores recolhidos apontam para uma ascendência das pistas morfológicas (os traços morfológicos de flexão que fixam o esquema de relações gramaticais, assinalando concordância SU/V) e sintáticas (que assinalam a distribuição dos constituintes da frase, sendo a posição pré-verbal a pista decisiva) sobre as pistas semânticas (traços de animacidade e papéis temáticos). Ora se a dificuldade de processamento de uma dada estrutura não decorre exclusivamente de propriedades linguísticas intrínsecas, será da manipulação e cruzamento destas variáveis linguísticas que resultarão condições de convergência ou de competição, a que corresponderão, respectivamente, um processamento mais facilitado e económico ou mais dificultado, com mais custos.

4. Considerações finais

No sentido em que contribui para um melhor conhecimento linguístico das nossas crianças, prevê-se que o uso de instrumentos discriminativos como os apresentados possa ter um impacto relevante quer na prevenção quer na resolução das dificuldades em leitura e escrita.

A identificação de estruturas problemáticas em termos de compreensão que se pretendem aferir com este tipo de provas permitirá um trabalho mais intensivo e aprofundado sobre estas mesmas construções por parte do professor e dos alunos, de forma a que daí resulte um maior automatismo que torne a leitura mais fluente e menos custosa.

De entre as estruturas que apresentam maior dificuldade de processamento (e que deverão, naturalmente, constituir alvo de aferição) destacamos assim:

- No âmbito da determinação nominal, a discriminação dos valores deícticos dos pronomes demonstrativos *este*, *esse* e *aquela*;

- No âmbito da quantificação nominal, a identificação dos pronomes indefinidos *certo, nenhum, algum, todos, ninguém*, e dos partitivos *dois de; cada um de; qualquer um de; um único*.
- No âmbito da modificação nominal:
 - os diferentes valores semânticos decorrentes do posicionamento pré ou pós-nominal do adjectivo;
 - SPs com escopo sobre diferentes constituintes nominais;
 - frases relativas com encaixe ao centro e com foco sobre o complemento de objecto directo, complemento de objecto indirecto ou locativo;
 - frases transitivas com SU pós-verbal (ordem VOS)
 - frases clivadas de OD (ordem OSV);
 - frases passivas (particularmente as não reversíveis ou as passivas sem agente expresso);
 - construções envolvendo *verbos de controlo* que determinam correferência do SU pronominal da oração complemento (PRO) com o SU da oração mais alta;
 - construções envolvendo frases complexas nomeadamente de natureza causal, concessiva, condicional, temporal e final (com que se pretende avaliar a capacidade de identificar relações causais, contrafactuais, hipotéticas, temporais ou finais).

Para além destas questões propriamente linguísticas, acresce ainda que há questões de natureza metodológica que determinam o uso que se possa fazer destes instrumentos. Se a necessidade de avaliar recorrendo a instrumentos fiáveis constitui um argumento forte para o desenvolvimento deste tipo provas de avaliação, a sua concepção e aplicação não deixam de estar isentas de problemas. Desde já, a limitação maior reside no facto de estas dificilmente poderem dar conta de todos os factores envolvidos quer na competência linguística oral, quer na escrita. Por outro lado, dado que a informação de base aduzida pela investigação é continuamente renovada, estes instrumentos são necessariamente provisórios. Acresce ainda que os seus resultados não podem ser tomados isoladamente, devendo antes ser integrados numa avaliação global da criança. Podendo ser meios auxiliares de diagnóstico, não devem constituir, por si só, o diagnóstico. De referir ainda que, no que respeita à sua aplicação, a utilização destas pelos responsáveis educativos exige uma preparação que forme estes profissionais com a fundamentação indispensável para uma aplicação e avaliação consciente dos resultados obtidos.

O uso de tais instrumentos deverá, assim, ser sempre equacionado numa perspectiva ética e científica que enquadre os resultados obtidos como provisórios e aproximados, constituindo um momento pontual num processo tipicamente dinâmico e complexo como é o processo da compreensão leitora.

Referências Bibliográficas

- BENAVENTE, A. (1996) (org.) *Literacia em Portugal: resultados de uma pesquisa extensiva monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- COSTA, A. (2003) *Processamento de frases em Português Europeu – informação morfológica, sintáctica e semântica em competição*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- INAFOP (2001) *Perfis de desempenho profissional do Educador de Infância e do professor do 1º Ciclo do Ensino Básico*, Lisboa: Instituto Nacional de Acreditação da Formação de Professores.
- OECD (2001) *Knowledge and Skills for Life. First results from PISA 2000*. Paris: OECD. [<http://www.pisa.oecd.org>]
- SIM-Sim, I. & G. Ramalho (1993) *Como lêem as nossas crianças? Caracterização do nível de literacia da população escolar portuguesa*. Lisboa: GEP, Ministério da Educação.
- SIM-Sim, I. (1997) *Avaliação da linguagem oral: Um contributo para o conhecimento do desenvolvimento linguístico das crianças portuguesas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VASCONCELOS, M. (1991) *Compreensão e Produção de Frases com Orações Relativas. Um Estudo experimental com Crianças dos três anos e meio aos oito anos e meio*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- VASCONCELOS, M. (1996) “Compreensão e produção de frases relativas em Português Europeu” in FARIA, I. H., E. R. Pedro, I. Duarte e C. Gouveia (orgs.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa: Caminho, pp. 323-330.
- VIANA, F. L. & Mª J. Leal (2002) “Avaliação da leitura no 1º ciclo do ensino básico: contributos para a validação de um instrumento de avaliação.” *Actas de Leitura, Literatura Infantil e Ilustração – Investigação e Prática Docente*, pp. 91-104.
- VIANA, F. L.; I. Pereira & M. Teixeira (2003a) “A PROCOMLEI. Uma prova de avaliação da compreensão leitora.” *Revista Galego-Portuguesa de Psicologia e Educación*, 8 (Vol. 10), pp. 1446-1457.
- VIANA, F. L.; I. Pereira & M. Teixeira (2003b) *PROCOMLEI – prova de compreensão leitora*. Universidade do Minho (versão para estudo não publicada, de Maio de 2003).
- VINCENT, D. (1985) *Reading tests in the classroom*. Berkshire: NFER – NELSON.

Propriedades das unidades fraseológicas e a sua delimitação em contraste com outras categorias afins

Iovka Božilova Tchobánova

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Bolsreira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

1. Introdução

As unidades fraseológicas (UFs) ou os fraseologismos numa língua representam uma parte considerável do seu léxico; elas têm uma alta frequência no uso e não representam um fenómeno marginal e secundário. Na linguística, são objecto de estudo desde Bally (1909), mas ainda existem opiniões diferentes e contraditórias sobre a sua essência e as suas características. Tudo isso são factores que determinaram a escolha deste tema. O objectivo que nos propomos é estudar os traços distintivos, ou seja, a especificidade do fraseologismo em contraste com algumas categorias afins que partilham algumas das suas propriedades. Para cernir melhor o conceito do fraseologismo, este será contrastado sucessivamente com as colocações e os provérbios.

Num trabalho anterior (Tchobánova, 2004) foram destacadas algumas das características formais e semânticas dos fraseologismos, que se podem ilustrar com exemplos como:

O João *bateu a bota* (morreu)

A Joana tem de *engolir sapos diariamente* (suportar ofensas)

O Pedro *tem lata* (é descarado).

Entre as propriedades formais foram apontadas a sua *estrutura plurivocabular* e a sua *fixidez*. A fixidez exprime-se no facto que eles apresentam certa resistência a uma série de operações e transformações sintácticas como a expansão, a comutação, a formação da voz passiva, a pronominalização, etc.

Do ponto de vista semântico, outra característica que foi salientada, é a sua *não composicionalidade*, visto que os fraseologismos não refletem o significado dos seus elementos constituintes. O seu significado não é literal, mas figurado, metafórico, convencional. A transposição semântica que se opera neles envolve diferentes processos figurativos como a metáfora (cf. *pisar ovos*), a metonímia (cf. *tirar a camisa a alguém*), a hipérbole (cf. *fazer um bicho de sete cabeças*), etc., embora o falante nem sempre seja capaz de perceber as imagens.

A não composicionalidade semântica dos fraseologismos tem como consequência a *impossibilidade da sua tradução literal* para outras línguas.

Outra característica marcante dos fraseologismos é a sua *expressividade*. Eles são um meio muito apropriado para exprimir estados de ânimo, sentimentos, emoções. Desta maneira, cumprem uma dupla função – a função nominalizadora e a função expressiva. Eles têm como função denominar os objectos, as qualidades, as acções, etc., mas também denotar a afectividade e a avaliação subjectiva do locutor perante os factos enunciados, traduzindo determinadas intenções comunicativas.

É necessário destacar que os fraseologismos não são as únicas sequências fixas que apresentam as características citadas como estrutura polilexical, fixidez sintáctica, não composicionalidade semântica, sentido figurado, expressividade, intraduzibilidade literal, etc. Por esta razão impõe-se contrastá-los com outras categorias afins, como as colocações e os provérbios, destacando as semelhanças e as diferenças em cada caso.

2. Colocações

2.1. Definição

Têm sido dadas diferentes definições ao conceito que recobre o termo colocação. Assim, Margaret Cop (*“Collocations in the Bilingual Dictionary”* 1991: 2775-2776) define as colocações desde o ponto de vista da força de atracção que existe entre as duas partes constituintes e as situa entre as combinações livres e os idiomatismos: “Collocations are affinitive, bipartite lexical combinations which, in terms of the attractive force between their two component parts, can be situated between free combinations and idioms”. A mesma autora, no seu artigo *The Function of Collocations in Dictionaries* (1990: 35), cita exemplos do francês como *rentrer en COLERE*, *un PRIX dérisoire*, *REFUSER net*. Acrescenta que o falante não tem que criar estas combinações, ele tem que encontrá-las na sua memória. Os membros da colocação atraem-se um ao outro como as cargas eléctricas contrárias:

$$+A \rightarrow \leftarrow B-$$

André Clas (1994: 577) também salienta a “afinidade” entre os elementos da colocação que limita as suas possibilidades de combinação. Esta afinidade elimina algumas outras combinações e restringe o número dos sentidos possíveis (cf. *joie débordante, folle joie, jour funeste, jour néfaste*). Este autor destaca a diferença entre colocações e combinações livres, dizendo: “Ainsi *acheter un chapeau* n’est pas une collocation, car le sens de *acheter* ou de *chapeau* n’est en rien restreint ou limité. Il n’y a aucune affinité entre ces mots, puisqu’on peut acheter énormément de choses et mêmes des personnes». E mais adiante: «...pour qu’il ait collocation, il faut que les mots (...) aient une affinité de sens sans que la combinatoire des unités modifie les caractères sémantiques essentiels de ces unités».

Alain Polguère (2003: 134-135), no seguimento de I. Mel’čuk, define as colocações desde o ponto de vista da observância ou não observância do princípio da composicionalidade semântica. Sabe-se que, conforme o princípio da composicio-

nalidade semântica, o significado de um enunciado é o resultado da combinação do significado dos elementos que o constituem. Há casos em que este princípio não é observado; trata-se das expressões idiomáticas e, em parte, das colocações. Este autor define as colocações assim:

“L’expression AB (ou BA), formée des lexies A et B, est une collocation si, pour produire cette expression, le locuteur sélectionne A librement d’après son sens ‘A’, alors qu’il sélectionne B pour exprimer un sens ‘C’ en fonction de A». (cf. *grosse*[=B] *tempête*[=A]; *dormir*[=A] *profondément*[=B]; *pleuvoir*[=A] *des cordes*[=B]).

Na opinião de G. Corpas Pastor (1996:53) as colocações são sintagmas que apresentam certo grau de restrição combinatoria, determinada pelo uso: “(...) colocaciones, es decir, unidades fraseológicas que, desde el punto de vista del sistema de la lengua, son sintagmas completamente libres, generados a partir de reglas, pero que, al mismo tiempo, presentan cierto grado de restricción combinatoria determinada por el uso.”

2.2. Origem do termo

A Grã-Bretanha é o país que deu origem a esse termo. O termo *colocação* aparece na década de cinquenta, nomeadamente nos trabalhos de J. R. Firth (*Papers of Linguistics*, 1939-1951). Firth, o pai do termo “colocação”, nunca esclareceu de forma explícita, o que entendia por colocação. Isso fizeram os seus discípulos da escola sistémica britânica (Halliday, Greenbaum, Sinclair, Cowie, Benson, etc.) Para Halliday (1966) o fenómeno da colocação parece reduzir-se ao co-aparecimento frequente das palavras lexicais no discurso. Para ele a colocação é a associação sintagmática das unidades lexicais.

2.3. Predecessores do termo “colocação”

A noção de colocação não é algo completamente novo porque está presente nos trabalhos de Charles Bally (1909) quando ele fala de *agrupamentos usuais* (fr. *groupements usuels*) e de *séries fraseológicas* (fr. *séries phraséologiques*) e que ilustra com exemplos do francês como *chaleur suffocante*, *chaleur accablante*, *chaleur sénégalienne*, *chaleur tropicale*, etc.

A noção aparece também nos estudos de V. V. Vinogradov (1947) com a denominação “combinações fraseológicas” que ele ilustra com exemplos equivalentes em português a *problema delicado*, *assunto delicado*, *situação delicada*, *operação delicada*, etc.

2.4. Estatuto dos elementos constituintes da colocação

Hausmann (1989: 1010) salienta que, na colocação, o estatuto dos dois elementos que se combinam não é igual. Um dos elementos, por exemplo, *assunto*, em *assunto*

delicado, é autónomo no plano semântico. O outro elemento, *delicado*, acrescenta uma caracterização que não modifica a identidade do elemento caracterizado. Chama-se *base* da colocação o elemento caracterizado e *colocativo* o elemento caracterizador que recebe a sua identidade só através da colocação.

É evidente que a *base* e o *colocativo* têm diferente nível hierárquico. A *base* é chamada também *palavra-chave* (Margaret Cop 1990: 36).

I. Mel'cuk (1979) distingue entre *Argumento* (*Basis* ou *Kew Word*) e *Valor da Função Lexical*, enquanto R. Galisson (1981: 14) fala em *terme-noyau* e *terme-satellite*.

Os diferentes autores destacam que, do ponto de vista semântico, a *base* é mais autónoma do que o *colocativo*. Assim Alain Polguère (2003: 135) diz que a *base* é seleccionada livremente e é ela que controla a colocação: "On appelle base de la collocation l'élément qui, sélectionné librement par le locuteur, retient son sens dans la collocation et la controle."

2.5. Outras denominações do conceito de colocação

A colocação tem sido referida em português como *co-ocorrência lexical restrita ou privilegiada*, *combinatória fixa*, *solidariedade lexical*, *semi-frasema*, *combinação recorrente*, etc. que são traduções dos termos ingleses ou franceses [cf. *a closed or strong collocation* (Sinclair 1987), *a settles combination* (Cowie 1986), *a fixed or recurrent combination* (Benson 1986: 4), etc.].

2.6. Características das colocações

Na sua obra *Lexicologie e Sémantique Lexicale. Notions Fondamentales* (2003: 135) Alain Polguère aponta as seguintes características das colocações como fenómeno linguístico:

- i. Elles sont universellement présentes dans toutes les langues;
- ii. Elles sont omniprésentes dans les textes, qu'ils soient oraux ou écrits;
- iii. Elles semblent plus ou moins arbitraires, ne peuvent pas se traduire mot à mot d'une langue à l'autre et sont donc très difficiles à acquérir.

2.7. Padrões colocacionais

Os diferentes autores (Hausmann 1989: 1010, Clas 1994: 578, Corpas Pastor 1996: 66-76) repartem as colocações pelos seguintes grupos:

- i. Substantivo e Adjectivo (cf. *traço distintivo*, *chuva torrencial*);
- ii. Substantivo (Sujeito) e Verbo (cf. *o cão ladra*, *o vento amaina*);
- iii. Verbo e Substantivo (Objecto) (cf. *fazer uma pergunta*, *dar uma resposta*, *travar conhecimento*, *levantar dinheiro*);
- iv. Verbo e Advérbio (cf. *recusar categoricamente*, *beber sufregadamente*, *dormir profundamente*, *chover torrencialmente*);

- v. Adjectivo e Advérbio (cf. *extraordinariamente bom, gravemente ferido*);
- vi. Substantivo + Prep. + Substantivo (cf. *resma de papel, barra de chocolate, pitada de sal, manada de vacas, rebanho de ovelhas*).

2.8. Representatividade dos diferentes grupos

- i. O grupo *Substantivo e Adjectivo* é muito rico em combinações. Com frequência estas combinações ficam claras só em comparação com outras línguas. Geralmente, o adjectivo intensifica o substantivo no sentido positivo ou negativo (cf. *fonte fidedigna, relação estreita, ódio mortal*);
- ii. O grupo *Substantivo (Sujeito) e Verbo* está representado sobretudo pelos gritos ou movimentos característicos dos animais onde há só um verbo particular (cf. *o galo cacareja, o vento sopra*);
- iii. O grupo *Verbo e Substantivo (Objecto)* é fácil de determinar porque o verbo é semanticamente vazio ou quase vazio. O verbo desempenha a função de “operador”, enquanto o nome contém todo o semantismo (cf. *fazer uma pergunta, dar um golpe, tomar conhecimento, desempenhar um cargo*). Nestas construções os verbos suporte mais utilizados são *dar, fazer, pôr, tomar*, etc.
- iv e v. As categorias adverbais (*Verbo e Advérbio* ou *Advérbio e Adjectivo*) são muito limitadas e frisam a banalidade do cliché (cf. *chover torrencialmente, desejar fervorosamente, recusar categoricamente, chorar amargamente, extraordinariamente bom, muito bom, diametralmente oposto*).
- vi. O grupo *Substantivo + Prep. + Substantivo* descreve a unidade de uma massa (cf. *barra de chocolate, fatia de bolo*) ou o colectivo e os constituintes, e também é muito limitado. São combinações de palavras onde entram muitos colectivos (cf. *ciclo de conferências, bando de aves, enxame de abelhas*).

2.9. Semelhanças e diferenças entre UFs e Colocações

A colocação distingue-se das UFs por sua fraca fixidez e por sua transparência. Mas, esta transparência não impede nada que a colocação seja imprevisível e representar um problema no ensino/aprendizagem da L2.

As colocações não são UFs porque não possuem um dos traços distintivos fundamentais da UF – o seu carácter semântico compacto. Do ponto de vista semântico as colocações são unidades analíticas e não sintéticas.

Nas colocações, um significado novo, figurado, adquire só uma das palavras (nos exemplos citados *alto cargo, convicção firme, vontade férrea* – os adjectivos *alto, firme, férreo*), e não o sintagma, como um todo, como acontece no caso das verdadeiras UFs.

3. Provérbios

Os provérbios são, regra geral, vistos como um legado cultural que se transmite de geração em geração e que é testemunho da sabedoria popular. Existe uma polémica entre os lexicógrafos acerca do problema se os provérbios devem ser incluídos ou não num dicionário fraseológico.

3.1. Denominação

Os autores portugueses, entre outras denominações, falam em: *provérbio*, *aforismo*, *máxima*, *dito*, *adágio*, *anexim*, *ditado*, *sentença*, *parémia*, etc. para designarem frases fixas de natureza afim, sem estabelecer qualquer distinção entre eles (Chacoto 1994: 23, 25) (Brazão 1993: 17; Gama 2003: 9, 26).

Isso deriva do facto que nos dicionários, que se reproduzem uns aos outros, estes conceitos têm definições circulares que não são satisfatórias.

Nos trabalhos de alguns autores franceses faz-se a distinção entre provérbios e ditados com base no carácter metafórico ou literal do enunciado. Assim, Alain Rey no prefácio ao *Dictionnaire de Proverbes et Dictons* (1984: 11) afirma que a metáfora está associada ao provérbio, enquanto os casos de tal associação no ditado são raríssimos. Também Greimas (1960) estabelece uma distinção entre os enunciados metafóricos e os de expressão directa, classificando os primeiros de provérbios e os segundos de ditados.

3.2. Características dos provérbios

No seguimento de Rodagem (1984), Brazão apresenta algumas considerações sobre a noção do provérbio, sobretudo do ponto de vista estilístico, que expõe no seu trabalho de mestrado *Provérbios nos Cancioneiros medievais galego-portugueses* (1993) e num outro estudo de 1998, intitulado *Os provérbios estão vivos no Algarve*. Assim, defende que o conceito de provérbio poder-se-ia reduzir à “fórmula BRSMN, em que B corresponde à brevidade, R corresponde ao ritmo, S corresponde à simetria, M corresponde à metáfora e N corresponde à norma”. De facto, esta fórmula encerra em si as principais características do provérbio. O provérbio é, efectivamente, um texto com poucas palavras (cf. *Afastamento, esquecimento; Casados, afastados*), com ritmo, produto de rima interna, repetição, aliteração, oposição (cf. *Aprender até morrer; Quem canta seus males espanta; De pequenino é que se torce o pepino; Pobreza não é vileza; Quem com ferro fere com ferro será ferido*); com simetrias que se devem à estrutura bipartita da frase (cf. *Tal pai tal filho; Cada qual com seu igual; Quem tudo quer tudo perde; Muito riso pouco siso*). O provérbio pode ser mais ou menos ligado à metáfora (cf. *Quem tem telhado de vidro não atira pedras ao do vizinho; Quem semeia ventos colhe tempestades; Malhar no ferro enquanto está quente; Mais vale tarde do que nunca*). Geralmente, o provérbio veicula um ensinamento, um conselho moral ou prático, uma lição didáctica (cf. *Se queres conhecer o vilão põe-lhe a vara na mão; Nunca se diga: dessa água não beberei; Escolha o vizinho antes da casa; Mais vale*

prevenir que remediar; Quem muito abarca pouco abraça; Pau que nasce torto, tarde ou nunca se endireita).

Mas estas características não são comuns a todos os provérbios. Há muitos provérbios literais, ou seja, que não estão associados à metáfora, outros – sem ritmo, simetria (cf. *O amor não escolhe idades; Os amigos são para as ocasiões; Os homens não se medem aos palmos; Grão a grão enche a galinha o papo; A união faz a força*). Por esta razão, parece que a forma estilística não é um traço específico da natureza do provérbio.

3.3. Critérios para determinar os provérbios

No seguimento de Arnaud (1991) G. Gaspar Pastor (1996) determina cinco critérios para distinguir os provérbios de outras categorias afins como as unidades fraseológicas, as colocações, as fórmulas do discurso, as citações, etc. Estes cinco critérios são os seguintes:

- i. Lexicalização;
- ii. Autonomia sintáctica;
- iii. Autonomia textual;
- iv. Valor de verdade geral;
- v. Carácter anónimo.

- i. Quanto à lexicalização, tanto as UFs como os provérbios, respondem a este requisito – são unidades lexicalizadas, cristalizadas. Por cristalização entende-se o “processo linguístico pelo qual uma determinada combinação de palavras se fixa e adquire um significado próprio e independente dos seus constituintes”(Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa, Editorial Verbo, 2001).
- ii. No que diz respeito à autonomia sintáctica, tem que destacar-se que os provérbios representam frases completas onde todas as posições estão ocupadas, inclusive a de sujeito, enquanto as unidades fraseológicas funcionam como elementos da frase na qual se integram. As UFs têm que combinar-se com outros elementos para formar uma frase completa.
- iii. Os provérbios são sequências autónomas da fala e como tais pronunciam-se com uma entoação distinta ao ser inseridos no discurso falado (G. Corpas Pastor 1996: 137).

Além de o provérbio se dizer com uma entoação particular, que o faz sabressair no contexto, regra geral, ele é introduzido por um identificador formal. Os identificadores formais ou “apresentadores” são definidos por G. Corpas Pastor (1996: 137) como frases ou palavras que cumprem duas funções principais. Por um lado, o falante distancia-se do enunciado, livrando-se de parte da responsabilidade, e por outro lado, introduzem os provérbios no discurso, salientando o seu carácter paremiológico.

Os identificadores formais mais frequentes em português são: “dizem os velhos”, “o povo tem em dizer”, “como diz o outro”, “lá dizia o outro”, “lá diz o ditado”, “como diz o provérbio”, “como quem diz”, “costuma-se dizer”, “tem-se em dizer”, “sempre ouvi dizer”, etc. (Carrusca 1974: 37-38; Chacoto 1994: 28, Gama 2003: 21).

- iv. As parémiás oferecem um alto grau de generalização em comparação com as UFs, que se referem a situações concretas. Muitos provérbios têm o valor de verdade geral; são verdades gerais de validade atemporal. Por esta razão há restrições quanto ao uso dos tempos e os modos. São frequentes as frases sem núcleo verbal (cf. *De tal acha, tal racha; Amor zangado, amor dobrado; Casados, afastados; Afastamento, esquecimento*). Geralmente, os provérbios são frases que estão no presente do indicativo, que é a forma verbal neutra (cf. *Albarda-se o burro à vontade do Dono; Não há amor como o primeiro; Quem me avisa meu amigo é*). Abundam os provérbios com carácter prescritivo, o que determina a utilização do imperativo, na sua forma positiva ou negativa, ou do futuro (cf. *Ajuda-te que deus te ajuda; Não bebas o que não vejas, nem assines o que não leias; Nunca digas desta água não beberes*).
- v. Quanto ao último critério, tanto as UFs como os provérbios, têm carácter anónimo, o que os distingue das citações que têm uma origem conhecida.

3.4. Semelhanças e diferenças entre provérbios e UFs

De facto, os provérbios têm alguns traços em comum com as unidades fraseológicas; distinguem-se pela sua fixidez e reprodução na fala, têm expressividade, frequentemente têm um carácter figurado, mas este carácter figurado é diferente da transposição semântica das UFs. A função dos provérbios é diferente – prescritiva, didáctica, moralizadora.

Outra diferença é que na base do seu conteúdo semântico está um juízo e não um conceito. Os provérbios não são elementos do sistema da língua; eles representam um género literário peculiar – o folclore.

Outra diferença, que se pode salientar é que, geralmente, a UF é parte da frase, enquanto o provérbio representa uma frase completa em que todas as posições sintácticas estão ocupadas, inclusivé a posição de sujeito.

Referências Bibliográficas

- BAPTISTA, Jorge Manuel Evangelista (1994) *Estabelecimento e Formalização de Classes de Nomes Compostos*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- BENSON, Morton, Evelin BENSON & R. ILSON (1986) *The BBI Combinatory Dictionary of English: A Guide to Word Combinations*.

- BRAZÃO, José Ruivinho (1993) *Os Provérbios nos Cancioneiros Medievais Galego – Portugueses. Estudo Paremiológico e Recolha de Textos*, Dissertação de Mestrado em Literatura Portuguesa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- BRAZÃO, José Ruivinho (1998) *Os Provérbios estão vivos no Algarve: pesquisa paremiológica em Paderne*, com a colaboração de Dulcelina Maria Coelho da Silva, Maria Isabel de Oliveira Maia Lima, Maria Solange Padinha Castro e Brito, Lisboa, Notícias (Coisas Nossas).
- CARRUSCA, Maria de Sousa (coord.) (1974 – 1976) *Voices da Sabedoria*, 3 volumes, Lisboa, União Gráfica.
- CHACOTO, Lucília Maria Vieira Gonçalves (1994) *Estudo e Formalização das Propriedades Léxico – Sintáticas das Expressões Fixas Proverbiais*, Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- CLAS, André (1994) «Colocations et langues de spécialité», *Meta*, XXXIX, 4.
- COP, Margaret (1991) «Collocations in the Bilingual Dictionary», in *Worterbüder, Dictionaries, Dictionnaires (...) Encyclopédie Internationale de Lexicographie*, Berlin, Walter de Gruyter.
- COP, Margaret (1990) «The Function of Collocations in Dictionaries», in: Tomas Magay/Judit Zigany (eds.): *BudaLEX'88, Papers from the Euralex Third International Congress* in Budapest, September 1988, Budapest 1990.
- CORPAS Pastor, Gloria (1996) *Manual de Fraseología Española*, Madrid, Editorial Gredos.
- CUNHA, Celso e L. F. Cintra (1984), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- GAMA, Mónica Sofia dos Santos Rodrigues Almeida (2003) *A Compreensão do Provérbio em Contexto Didáctico*, Tese de Mestrado em Linguística Aplicada, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- GREIMAS, A. (1960) «Idiotismes, Proverbes et Dictons», in *Cahiers de Lexicologie*, t. II, 1960.
- GROSS, Gaston (1996) *Les Expressions Figées du Français*, Paris, Orphys.
- HAUSMANN, Franz Josef (1989) «Le dictionnaire de collocations», in: Franz Josef Hausmann, Oscar Reichmann, Herbert Ernst Wiegand, Ladislav Zgusta (eds.) *Dictionaries, Dictionnaires, Wörterbücher, International Encyclopedia of Lexicography*, Berlin, New York, Walter de Gruyter.
- POLGUERE, Alain (2003) *Lexicologie et Sémantique Lexicale. Notions Fondamentales*, Imprimé au Canada, Les Presses de l'Université de Montréal.
- RANCHHOD, Maria Elisabete Almeida Marques (1988) *Construções Nominais com Verbo Suporte ESTAR*, Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- REY, Alain (1984) «Préface», in: Montreynaud, Florence, Agnès Pierron et François Suzzoni, *Dictionnaire de Proverbes et Dictons*, Les Usuels du Robert, Paris: Dictionnaires Le Robert.

- RODEGEM, F. (1984) "La Parole Proverbiale", in *Richesse du Proverbe – Typologie et Fonctions*, vol. 2, Lille, Presses de l'Université de Lille 3.
- TEIXEIRA, Inês dos Anjos (1997) *Nomes Compostos com Núcleo Verbal. Contributo para a Determinação das suas Propriedades Morfológicas, Sintáticas e Semânticas*, Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- TCHOBÁNOVA, Iovka Bojilova (2004) "Características das Expressões Idiomáticas na Língua Portuguesa", Comunicação apresentada no âmbito do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas, Coimbra.

Frequências no Português Europeu: a ferramenta *FreP**

Marina Vigário¹, Fernando Martins^{2,3} e Sónia Frota²

Laboratório de Fonética, Universidade do Minho¹, DLGR,

Universidade de Lisboa², ILTEC³

0. Introdução

Tem crescido nos últimos anos a consciência da importância dos efeitos de frequência em diversos domínios da linguística, nomeadamente no âmbito da fonologia e da aquisição da linguagem (e.g. Bybee, 2000 e 2001; Bybee e Hooper, 2001; Jurafsky, Bell e Girand, 2002; Moates, Bond e Stockmal, 2002; Pierrehumbert, 2002; entre muitos outros). Por exemplo, é sabido que palavras ou combinações de palavras muito frequentes são mais susceptíveis de redução do que palavras ou combinações de palavras pouco frequentes (e.g. Selkirk, 1984: 7.1.3; e Jurafsky, Bell e Girand, 2002, para o Inglês; Booij, 1995, para o Neerlandês; Vigário, 2003: cap. 7, para o Português Europeu) e que formações morfologicamente irregulares de elevada frequência tendem menos à regularização do que as de baixa frequência (e.g. Bybee e Hopper, 2001). Para além de um indicador do que é não-marcado nas línguas ou numa dada língua (e.g. Vigário e Falé, 1994), a frequência surge também como reveladora da actuação de restrições (*constraints*) nas línguas – Peperkamp (1997), por exemplo, considera que a baixa frequência de palavras monossilábicas no léxico do Italiano é demonstrativa da actuação nessa língua da restrição de Palavra Mínima, que limita a duas sílabas ou moras o tamanho mínimo das palavras. No domínio da aquisição da linguagem, são também vários os trabalhos que vêm defendendo a importância dos efeitos de frequência no desenvolvimento linguístico infantil (e.g. Fikkert e Freitas, 1998; Lleó e Demuth, 1999; Beckman e Edwards, 2000; Roark e Demuth, 2000; Demuth e Johnson, 2003; Prieto, 2004) – por exemplo, Fikkert e Freitas (1998) sugerem que a maior rapidez no desenvolvimento de Codas preenchidas revelada por crianças que adquirem o Neerlandês, quando comparadas com as que adquirem o Português, decorre da maior frequência de Codas preenchidas nessa língua na fala adulta relativamente ao Português, e Demuth e Johnson (2003) sustentam que a violação da restrição de Palavra Mínima na fala de crianças que adquirem o Francês, em estádios em que essa restrição se mostra

* Agradecemos a Fernanda Bacelar do Nascimento e Luísa Alice Pereira, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, a disponibilização graciosa do CD-Rom *Português Falado. Documentos Autênticos*, editado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e Instituto Camões, de onde foram retirados os materiais analisados neste trabalho, bem como as questões e comentários feitos pela audiência do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística.

inviolável nas produções de crianças que adquirem outras línguas, se explica pela elevada frequência de palavras monossilábicas na fala adulta dirigida a essas crianças.

Entre os *corpora* disponíveis há mais tempo para o Português Europeu (PE) para extracção de informações de frequência encontra-se o Português Fundamental (cf. Bacealr, Marques e Segura da Cruz, 1987). Várias foram as manipulações a que foi sujeito, nomeadamente, para aferir frequências de tipos silábicos (Andrade e Viana, 1994; Vigário e Falé, 1994; Viana *et al.*, 1996), frequências de segmentos fonéticos e distribuição do acento de palavra (Viana *et al.*, 1996) ou frequência de itens lexicais particulares (Vigário, 2003: cap.7). Ao contrário do material a partir do qual se pode fazer extracção de informação de frequência, contudo, não existem, até onde nos é dado conhecer, ferramentas que permitam conhecer informação sobre a frequência de unidades fonológicas e que sejam de domínio público.¹

Interessados na expansão da informação disponível sobre as frequências relativas no Português de um conjunto de unidades linguísticas – não apenas fonológicas mas também morfossintáticas –, propusemo-nos construir uma ferramenta electrónica específica, capaz de fornecer automaticamente essa informação, o *FreP*. O presente artigo descreve o essencial das propriedades e funcionamento desta ferramenta. Para além disso, mostra resultados da sua aplicação a uma amostra do *corpus* do *Português Falado. Documentos Autênticos*, editado em CR-ROM pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e Instituto Camões. Esta amostra é constituída pelos dados do Português de Portugal da década de 90 (CD 1).

São aqui apresentados dados de frequência das seguintes unidades gramaticais: palavras monomoraicas – compostas por uma única sílaba terminada em vogal –, palavras monossilábicas, dissilábicas, trissilábicas e com 4 ou mais sílabas; palavras prosódicas *versus* palavras clíticas e seu tamanho em número de sílabas; proporção enclíticos / proclíticos fonológicos.

Note-se que, se bem que alguma desta informação esteja disponível para o *corpus* do Português Fundamental a partir dos trabalhos referidos acima, permitindo assim avaliar eventuais diferenças motivadas pela variável *corpus*, outra constitui informação nova sobre *corpora* do Português Europeu.

Embora ainda em fase de expansão e melhoramento, projecta-se que no momento da publicação deste artigo o *FreP* se encontre *online*, na página da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Laboratório de Fonética), com espelhos na página do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho (Laboratório de Fonética) e do Instituto de Linguística Teórica e Computacional. A partir do endereço da FLUL será possível aceder a uma demonstração do programa e seguir um conjunto de procedimentos que permitirão ao visitante da página correr o programa noutros *corpora*, bem como enviar comentários ou solicitações no sentido da melhoria da ferramenta. O programa tornar-se-á, assim, do domínio público, desde que claramente

¹ Integrados em sistemas de síntese de fala existem programas que poderiam permitir colher algum deste tipo de informação (M. Cêu Viana, c.p.; J. João Almeida, p.c.). Contudo, segundo pudemos apurar, não são de domínio público e/ou não existem como módulos autónomos dos restantes elementos que compõem esses sistemas.

usado para fins de investigação e não comerciais. Pretende-se, finalmente, que a ferramenta possa crescer e tornar-se progressivamente mais poderosa através da sua eventual adaptação à pesquisa de outros tipos de informação de frequência.

1. Breve descrição da ferramenta *FreP*

O *FreP* é uma ferramenta electrónica primeiramente construída para extrair automaticamente, a partir de textos escritos, informação de frequência de unidades coincidentes ou relacionadas com a sílaba e a palavra no Português.²

Quanto às propriedades gerais desta ferramenta, o trabalho em progresso desenvolve-se no sentido de o *FreP* possibilitar: (i) uma utilização amigável, ao apresentar uma estrutura transparente e adoptar um sistema de janelas/comandos baseado no formato Windows; (ii) uma utilização personalizada, por exemplo, ao permitir ao utilizador o acesso a informação sobre a aplicação ou não de regras particulares ou a activação/bloqueio de regras específicas; (iii) a sua adaptabilidade, permitindo introduzir novos módulos para extracção de informação de frequência de outras unidades linguísticas e fazê-lo correr sobre diferentes *corpora*; (iv) a sua portabilidade, sendo compatível com outros sistemas operativos, como o Linux; (v) o seu uso de domínio público, com a disponibilização para a comunidade científica via *download*.

Quanto às suas funções específicas, na fase actual o *FreP* inclui algoritmos que permitem (i) localizar vogais, (ii) dividir sílabas, e (iii) determinar a presença e a localização do acento de palavra. Dependentes dessas três funções básicas, um conjunto de passos possibilitam extrair vários tipos de informação: (i) número de sílabas por palavra; (ii) número de palavras com uma, duas, três, ... N, sílabas; (iii) número de palavras morfossintácticas; (iv) número de palavras prosódicas; (v) número de palavras clíticas; (vi) número de palavras prosódicas com uma, duas, três, ... N, sílabas; (vii) número de palavras clíticas com uma ou duas sílabas; (viii) número de palavras prosódicas monomoraicas (e não-monomoraicas); (ix) número de palavras clíticas monomoraicas (e não-monomoraicas).

Encontra-se em progresso o desenvolvimento dos procedimentos para (i) a determinação da constituição silábica; (ii) a determinação da constituição silábica em função da posição na palavra; (iii) a determinação da constituição silábica em função do acento de palavra; e (iv) a determinação da posição na palavra da sílaba acentuada. Estes procedimentos permitirão extrair informação diversa, designadamente sobre a frequência de sílabas fechadas/abertas, iniciadas ou terminadas por zero, uma ou duas consoantes e/ou com núcleos simples ou complexos, tudo isto em função da posição na palavra ou da localização do acento.

² Importa sublinhar que a breve descrição que fazemos desta ferramenta na presente secção diz respeito ao momento da elaboração do artigo (e não ao da apresentação da comunicação, altura em que o produto estava em fase mais incipiente), sendo previsível que, na ocasião da publicação, o *FreP* se encontre já numa nova versão.

Apresentamos de seguida um conjunto de critérios seguidos para a determinação das unidades referidas nos parágrafos anteriores. Em cada caso, as decisões foram norteadas pelo conhecimento linguístico de que dispomos no momento presente acerca das unidades em causa e do funcionamento do sistema fonológico / gramatical do Português.

Sobre a detecção de vogais – Considerámos as vogais presentes no nível fonológico, ignorando transformações decorrentes dos processos *opcionais* de queda de vogal ou de semivocalização conducente a ditongos crescentes. Coerentes com este princípio e ao constatarmos que a semivocalização originadora de ditongos crescentes é obrigatória em posição pós-tónica, como em *familia*, considerámos aqui que a glide que constitui este tipo de ditongo crescente não seria tratada como uma vogal. As sequências de grafemas <qu> e <gu> foram contadas como representando uma única consoante (labializada, em palavras como *lingua*, ou não-labializada, em palavras como *liquido*). No caso das sequências de consoantes violadoras dos princípios de silabificação no Português (cf. Vigário e Falé, 1994; Mateus e Andrade, 2000; Mateus *et al.*, 2003), duas possibilidades foram admitidas: uma considerando a existência de uma posição vocálica entre as consoantes relevantes, de acordo com a proposta de tratamento fonológico destas sequências de Mateus e Andrade (2000), e uma outra em que tal vogal não existe.³ A versão pública do programa permitirá que o utilizador escolha qualquer das opções.

Sobre a divisão silábica – Adoptámos os critérios de divisão silábica apresentados em Vigário e Falé (1994), Viana *et al.* (1996), Mateus e Andrade (2000). Pelo menos numa primeira fase, e para este efeito particular, no caso de sequências de grafemas que representam sequências de consoantes não respeitadoras do Princípio de Sonoridade, considerámos sempre e apenas os dados resultantes da introdução de uma nova posição vocálica (que pode ser superficialmente vazia ou realizada com um *schwa*, no Português Europeu, ou com um [i], no Português do Brasil). Para além disso, em sequências ortográficas representando VGV, assumiu-se que a glide é ambissilábica (na linha do sugerido em Vigário e Falé 1994) e, consequentemente, esse segmento surge associado tanto à sílaba que domina a vogal precedente como à que domina a vogal seguinte.

Sobre a contagem de sílabas – São duas as formas de contar sílabas possibilitadas pelo *FreP*: uma considerando apenas as posições vocálicas presentes e preenchidas no nível subjacente e outra em que são contabilizadas não apenas essas posições vocálicas mas também as posições vocálicas introduzidas entre sequências de obstruintes que, de outro modo, violariam o Princípio de Sonoridade.

Sobre a detecção da presença do acento de palavra – Os procedimentos relacionados com a identificação da presença de acento no léxico do Português foram

³ Do ponto de vista fonológico ambas as informações podem ser interessantes. Do ponto de vista da fiabilidade dos resultados, contudo, a segunda permite resultados maximamente fiáveis, enquanto a primeira resulta na introdução de alguma taxa de erro devido à existência de consoantes mudas, de ocorrência imprevisível, tratadas nesta fase como as primeiras de um sequência de duas consoantes entre as quais é introduzida uma posição vocálica. No total das 22994 palavras ortográficas do *corpus* TA90PE estes casos deram origem 0.291% de erro. Devemos notar que se encontram em fase de implementação alguns procedimentos que permitirão diminuir este tipo de erros.

norteados pelos resultados do estudo de Vigário (2003) sobre a palavra prosódica e os clíticos no Português Europeu. Assumimos, assim, que todas as palavras lexicais e as gramaticais com mais de duas sílabas são portadoras de acento de palavra e que um conjunto designado de palavras gramaticais mono e dissilábicas não são portadoras de acento próprio (ver a listagem fornecida em Vigário, 2003: cap. 5). No caso de palavras com mais do que um radical ou com sufixos portadores de acento independente do da base morfológica a que se juntam, a ferramenta permite extrair os dados adequadamente nos seguintes casos: quando os elementos portadores de acento independente são separados por espaço branco ou por hífen; na generalidade dos casos dos advérbios em *-mente*; em muitos casos envolvendo sufixos *z*-avaliativos. Porém, permanece alguma taxa de erro decorrente de um conjunto de situações, entre as quais (i) a existência de compostos (envolvendo a concatenação de radicais ou de palavras – cf. Villalva 1994) que integram mais de uma palavra fonológica mas que não são graficamente separados por espaço branco ou hífen, (ii) a existência de palavras não sufixadas com terminações casualmente coincidentes com as formas dos sufixos *z*-avaliativos (e.g. *razão*, *cozinha*); (iii) a acentuação das bases morfológicas à quais se juntam sufixos com acento independente, quando monossilábicas e terminadas em sílaba aberta ou fechada por fricativa ou quando a localização do acento da base é de algum modo excepcional (e.g. *somente*, *orgãozinho*). Corrido o *FreP* em todo o *corpus* do Português de Portugal da década de 90 (CD1 do *Português Falado. Documentos Autênticos*), que passamos a designar por TA90PE, as situações descritas em (ii) e (iii) conduzem à introdução de uma taxa de erro de 0.178%.⁴ Encontra-se em estudo a introdução de mecanismos que permitam minimizar estes vários tipos de erro.

Sobre a direcção de cliticização – Relativamente à direcção de cliticização e conduzidos ainda pela investigação detalhada de Vigário (2003: cap. 5), assumimos que todos os clíticos no Português Europeu são proclíticos, com a excepção dos clíticos pronominais pós-verbais e de *de* nas sequências *hei-de*, *hás-de* e *hão-de*.

Para finalizar esta breve descrição do *FreP*, importa fornecer de modo sistemático dados relativos aos níveis totais de fiabilidade obtidos no momento presente tendo em conta o número total de 22994 palavras ortográficas do *corpus* TA90PE:⁵ a fiabilidade na identificação de palavras acentuadas e não acentuadas é de 99,935% e de 99,930% de acerto na localização do acento. A fiabilidade da contagem silábica, por seu turno, é de 99,709%. Quanto à distinção entre enclíticos e proclíticos, ela é exequível com taxa de acerto total, uma vez determinadas as palavras clíticas.

⁴ Na avaliação de uma amostra do *corpus* TA90PE constituída por 4000 palavras não foram encontrados casos do primeiro tipo. Não foram também detectados nessa amostra outros tipos de problema que necessariamente se colocam ao bom desempenho do *FreP*, nomeadamente envolvendo siglas (e.g. *RFM*), abreviaturas (e.g. *etc.*) e dígitos (e.g. *1*).

⁵ Ignorou-se para este efeito eventuais erros decorrentes da presença de palavras estrangeiras no *corpus*.

2. Aplicações do *FreP*: a importância da frequência em três áreas da gramática do Português

Apresentamos de seguida um conjunto de resultados da aplicação do *FreP* e suas implicações do ponto de vista da fonologia ou mais genericamente da gramática do Português. Todos os dados referidos foram corrigidos manualmente em relação aos erros descritos na secção anterior.

2.1. Tamanho mínimo de palavra e a restrição de minimalidade

Em línguas tão diversas como o Inglês, o Yidin⁷, o Árabe, o Japonês, o Lardil, o Estónio, o Bengali, o Baule, o Chamicuro, o Alemão ou o Catalão, a palavra prosódica apresenta um tamanho mínimo definido, sendo pelo menos dissilábica ou bimoraica (veja-se a revisão da literatura em Vigário, 2003: 1.6). Para dar conta deste facto, tem sido proposto que essas línguas são sensíveis a uma restrição sobre o tamanho da palavra, a restrição de Palavra Mínima (*Minimal Word requirement*). Em línguas como o Português (na variedade brasileira ou europeia), a possibilidade de encontrarmos palavras como *pé*, *mi* ou *nu*, levou autores como Bisol (2000) e Vigário (2003) a considerar que tal restrição não se encontra operativa nessa língua. Contudo, Vigário (2003: 159) não deixa de notar que, tendo em conta a lista do *Português Fundamental* (Bacelar, Marques e Segura da Cruz, 1987) que inclui cerca de sete mil formas flexionadas, apenas 138 palavras (lexicais) são monossilábicas, e destas apenas 28 constituídas por sílaba aberta. Tais baixos valores conduzem Booij (2004) a contrapor que o Português é de facto sensível a restrições de minimalidade, mas que existe um reduzido número de palavras que a violam. Igual discussão decorre em relação ao Italiano e por razões similares (cf. Bafile, 1997 *versus* Thornton, 1996 e Peperkamp, 1997).

Os dados referidos em Vigário (2003) não têm em conta a frequência relativa das palavras listadas, tendo cada item da lista sido contabilizado apenas uma vez, independentemente do número de ocorrências. Contudo, uma observação que tenha em conta a frequência relativa de todas as palavras monossilábicas e monomoraicas no universo de todas as palavras prosódicas de um mesmo *corpus* não conduz necessariamente a resultados idênticos.

De modo a contribuir para a discussão, corremos o *FreP* sobre o *corpus* TA90PE, comparável na sua natureza com o do *Português Fundamental*, e extraímos o número de ocorrências de palavras prosódicas monossilábicas, monossilábicas com sílaba aberta (monomoraicas), e com duas, três ou quatro ou mais sílabas. Os resultados são apresentados no Quadro I.⁶

⁶ A contagem de sílabas teve em conta a introdução da posição vocálica entre consoantes cuja sequência violaria de outro modo o Princípio de Sonoridade.

PWs monossilábicas		PWs com mais de uma sílaba		
31,46		68,54%		
com sílaba fechada	com sílaba aberta	com 2 sílabas	com 3 sílabas	com 4 ou mais sílabas
11,66	19,80	42,55	18,35	7,64

Quadro 1: Distribuição de palavras prosódicas (PWs) em função do número e/ou constituição silábica no *corpus* TA90PE (valores percentuais relativos ao total de 17.162 PWs).

Os resultados mostram que a proporção das palavras monomoraicas / monossilábicas em relação aos restantes formatos de palavra é muito maior do que a revelada nas observações referidas acima. O efectivo uso de formas monomoraicas / monossilábicas aponta, assim, para que a palavra prosódica no Português (Europeu) não seja de facto sensível a restrições de tamanho mínimo.

2.2. Tamanho de palavras, frequência relativa e aquisição do Português

Referimos na secção introdutória deste artigo que uma das áreas em que mais se tem explorado dados de frequência é a da aquisição da linguagem. Surge exactamente nesta linha a investigação de Vigário, Freitas e Frota (2005).

A literatura da especialidade tem avançado com a hipótese de o processo de aquisição estar condicionado nos primeiros estádios por restrições de Palavra Mínima e de Palavra Máxima, dado que as produções que ocorrem nesses estádios iniciais em línguas como o Inglês, o Neerlandês, Espanhol, Japonês ou Hebreu formam minimamente e maximamente um pé binário (ver revisão da literatura em Demuth e Johnson, 2003). Contudo, os dados da aquisição do Português Europeu apresentados em Vigário, Freitas e Frota (2005) não validam esta hipótese. Nesse trabalho mostra-se que o tamanho das palavras e sua frequência relativa na fala adulta podem explicar o facto. Apresentamos em seguida uma breve sinopse desse estudo nos aspectos que aqui nos interessam.

Já com o recurso ao *FreP* e tendo em conta dados da fala adulta decorrentes do presente trabalho, o estudo avalia a importância do tamanho das palavras na fala adulta, e sua frequência relativa, nos padrões de palavras exibidos nos primeiros estádios de desenvolvimento linguístico por crianças a adquirir o Português Europeu. Correndo o *FreP* sobre um segundo *corpus*, de fala dirigida à criança (CDS – *Child-Directed Speech*), e detectando um conjunto de diferenças nos resultados obtidos a partir de cada *corpus* de fala adulta, o trabalho identifica ainda o tipo de dados de fala adulta que melhor se correlaciona com as produções da criança.

Os materiais em que se baseia o estudo são constituídos por um total de 23.207 palavras de uma base de dados de CDS, 21.184 palavras de fala adulta retiradas de TA90PE, e 4.300 palavras de duas crianças em estádios iniciais de desenvolvimento linguístico. Depois de corrido o *FreP*, os resultados foram integralmente corrigidos manualmente e são os que resumimos de seguida.

Na fala da criança há uma clara predominância de formas dissilábicas, tal com sucede no CDS (46.6%) e na fala adulta não-dirigida a crianças, que passamos a designar por ADS (43.6%). Quanto às formas monossilábicas, elas ocorrem com bastante frequência na fala da criança (CS), atingindo os 28.6%. A sua incidência é, contudo, mais baixa do que a exibida no CDS (43.9%), mas muito próxima dos valores do ADS (29,5%). Relativamente às palavras com mais de duas sílabas, elas também surgem com valores muito expressivos no CS, valores que se aproximam muito dos do ADS (26.9), mas afastam do CDS (que não chega a ter 10% de formas com esta constituição).

Isto significa que nos primeiros estádios de produções de crianças a adquirir o Português há uma relativa elevada frequência de palavras com menos de duas sílabas e de palavras com mais de duas sílabas (violadoras das restrições de Palavra Mínima e de Palavra Máxima). Para além disso, os dados da criança correlacionam-se estreitamente com os da fala adulta (ADS). Os dados de frequência que caracterizam o Português na fala adulta podem portanto estar na origem da extração dos padrões exibidos pela criança e sua frequência relativa. Outros trabalhos recentes mostraram que a aquisição de línguas como o Francês ou o Catalão revela efeitos de frequência similares (cf. Demuth e Johnson, 2003; Prieto, 2004). Este é pois um exemplo de como a frequência pode desempenhar um papel importante, neste caso, no âmbito do processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem.

2.3. A importância da frequência na direcção de cliticização dos pronomes verbais átonos

Mostrámos nas secções anteriores como a frequência parece estabelecer relações intrincadas com a fonologia e, mais genericamente, com a gramática. Vigário (2003) sustenta que no Português a grande generalidade das palavras clíticas é fonologicamente dependente da palavra prosódica seguinte, sendo que apenas os pronomes átonos pós-verbais, e a preposição *de* em sequências com *hei-de*, *hás-de* e *hão-de*, se cliticizam a palavra prosódica precedente. Desde Frota (1994), por seu turno, que se notou a emergência de uma tendência, progressivamente mais generalizada, para colocação enclítica dos pronomes verbais átonos, mesmo em contextos típicos de próclise (veja-se também Duarte, Matos e Faria, 1995; e Duarte e Matos, 2000). Esta situação é interessante porque a colocação pós-verbal desses pronomes conduz necessariamente à sua encliticização fonológica. Dado que em Vigário (2003) não são consideradas as frequências de uso dos diversos clíticos, contudo, desconhece-se a efectiva proporção de enclíticos e próclíticos fonológicos. De modo a contribuímos para a discussão sobre até que ponto a frequência se correlaciona e/ou condiciona a gramática também neste caso, apresentamos dados sobre a frequência de ocorrência de ambas as direcções de cliticização.

Uma contagem das palavras clíticas num extracto do TA90PE (correspondente a um total de 4827 palavras) revela que elas constituem 29,48% do total de palavras extraídas. Destas, apenas 3% coincidem com formas enclíticas. A percentagem de palavras próclíticas é pois larguíssima, atingindo 97% do total de clíticos fonológicos.

Os dados mostram que a colocação pós-verbal dos pronomes átonos conduz a uma direcção de cliticização fonológica muito pouco frequente na língua. Isso não parece impedir, contudo, que a tendência para essa colocação seja cada vez mais evidente. Tal situação revela, portanto, que, ao contrário do que verificámos nas secções anteriores, pelo menos em alguns casos, o uso (de estruturas / unidades / ordens de palavras decorrentes de exigências da gramática, por hipótese) pode não ser sensível a efeitos de frequência.

3. Aplicações futuras

O *FreP* poderá vir a ser aplicado a outros corpora, permitindo, por exemplo, estudar eventuais semelhanças e diferenças de frequência entre variedades do Português, entre tipos de texto, entre estilos, ou entre o discurso de grupos definidos por variáveis como idade, sexo, ou profissão. O estudo do primeiro aspecto acima referido encontra-se já em curso, com a aplicação da ferramenta ao corpus do Português falado no Brasil (CD 4 do *Português Falado. Documentos Autênticos*). Na Fig.1 são apresentados os resultados comparativos da composição de palavras prosódicas no Português Europeu e Português Brasileiro. São notáveis as semelhanças entre as duas variedades a este respeito, que podemos relacionar com as semelhanças existentes quanto à sílaba fonológica (Mateus e Andrade 2000, Frota e Vigário 2001).

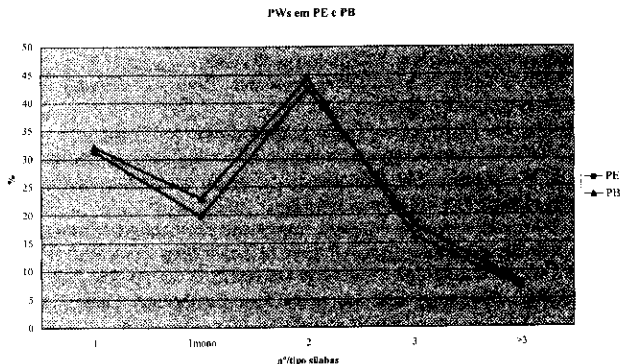


Figura 1. Composição das palavras prosódicas em PE e PB: PWs com 1 sílaba, com 1 sílaba aberta (monomoraicas), com 2, 3 e mais do que 3 sílabas. Dados de 17.162 (PE) e 16.222 (PB) palavras prosódicas.

Consta igualmente do plano de desenvolvimento desta ferramenta, estender o leque de unidades (morfo)fonológicas tratadas pelo FreP, sempre que tal seja útil como teste a hipóteses de análise da gramática do Português ou possibilite a obtenção de novos dados com consequências para a análise linguística.

4. Conclusão

Neste artigo apresentamos a ferramenta de detecção automática de frequências de unidades (morfo)fonológicas a partir de texto escrito, o *FreP*. Ilustramos a sua aplicação e as implicações dos resultados que dela decorrem em três áreas da fonologia: o papel da restrição de Palavra Mínima, o impacto do tamanho da palavra prosódica e sua frequência na aquisição e desenvolvimento da linguagem e a relevância dos dados de frequência para a colocação dos pronomes verbais átonos. Outras potenciais aplicações são enunciadas como estudos em curso ou caminhos a percorrer em investigação futura.

Referências

- Andrade, E. & M.C. Viana (1994) Sinérese, diérese e estrutura silábica. In *Actas do IX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL/Colibri, pp. 31-42.
- Bacelar, M.F., M.L. Marques & M.L. Segura da Cruz (1987) *Português Fundamental. Vol. II. Métodos e Documentos, Tomo 2: Inquérito de Disponibilidade*. Lisboa: INIC/CLUL.
- Baffie, L. (1997) Parole grammaticali e struttura prosodica: dati dell'italiano e del napoletano. *Lingua e Stile* a. XXXII, 3, pp. 433-469.
- Bisol, L. (2000) O Clítico e o seu Status Prosódico. *Revista de Estudos de Linguagem UFMG*. Belo Horizonte, 9(1), pp. 5-30.
- Booij, G. (1995) *The Phonology of Dutch*. Oxford: Clarendon Press.
- Booij, G. (2004) The morphology-phonology interface in European Portuguese. Review article of M. Vigário, *The Prosodic Word in European Portuguese*. *Journal of Portuguese Linguistics* 3(1), pp. 175-182.
- Bybee, J. (2000) Lexicalization of sound change and alternating environments. In M.B. Broe e J.B. Pierrehumbert (eds.), *Papers in Laboratory Phonology V. Acquisition and the Lexicon*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 250-268.
- Bybee, J. (2001) *Phonology and Language Use*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bybee, J. & P. Hopper (2001) (eds.), *Frequency and the Emergence of Linguistic Structure*. Amsterdam: John Benjamins.
- Beckman, M. & J. Edwards (2000) Lexical frequency effects on young children's imitative productions. In M.B. Broe e J.B. Pierrehumbert (eds.), *Papers in Laboratory Phonology. Acquisition and the Lexicon*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 250-268.

- Demuth, K. & M. Johnson (2003) Truncation to subminimal words in Early French. *Canadian Journal of Linguistics* 48, pp. 211-241.
- Duarte, I. & G. Matos (2000) Romance Clitics and the Minimalist Program. In J. Costa (ed.), *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press, pp. 116-142.
- Duarte, I., G. Matos & I. Faria (1995) Specificity of European Portuguese clitics in Romance. In I. Faria e M.J. Freitas (eds.), *Studies on the Acquisition of Portuguese*. Lisboa: APL/Colibri, pp. 129-154.
- Fikkert, P. & M.J. Freitas (1998) Acquisition of syllable structure constraints: Evidence from Dutch and Portuguese. In *Proceedings of the GALA'97 Conference on Language Acquisition*. Edinburgh: University of Edinburgh, pp. 217-222.
- Frota, S. (1994) Is Focus a phonological category in Portuguese? In P. Ackema e M. Schoorlemmer (eds.), *Proceedings of ConSOLE 1*. The Hague: Holland Academic Graphics, pp. 69-86.
- Frota, Sónia & Marina Vigário (2001) On the correlates of rhythmic distinctions: the European Portuguese/Brazilian Portuguese case. *Probus* 13(2), pp. 247-275.
- Jurafsky, D., A. Bell & C. Girand (2002) The Role of Lemma in Form Variation. In N. Warner e C. Gussenhoven (eds.), *Papers in Laboratory Phonology VII*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 3-34.
- Lleó, C., & K. Demuth (1999) Prosodic constraints on the emergence of grammatical morphemes: Crosslinguistic evidence from Germanic and Romance languages. In A. Greenhill, H. Littlefield e C. Tano (eds.), *Proceedings of the 23rd Annual Boston University Conference on Language Development*. Somerville, MA: Cascadilla Press, pp. 407-418.
- Mateus, M.H. & E. Andrade (2000) *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press.
- Mateus, M.H., I. Faria, I. Duarte, A.M. Brito & S. Frota, G. Matos, F. Oliveira, M. Vigário, A. Villava (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*. (5ª edição revista e aumentada). Lisboa: Caminho.
- Moates, D.R., Z.S. Bond & V. Stockmal (2002) Phoneme frequency in spoken word reconstruction. In C. Gussenhoven e N. Warner (eds.), *Laboratory Phonology 7*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, pp. 141-169.
- Peperkamp, S. (1997) *Prosodic Words*. HIL Dissertations 34. The Hague: Holland Academic Graphics.
- Pierrehumbert, J.B. (2002) Word-specific phonetics. In C. Gussenhoven e N. Warner (eds.), *Laboratory Phonology 7*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, pp. 101-139.
- Português Falado. Documentos Autênticos* (2001). CD-Rom produzido e editado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e Instituto Camões.
- Prieto, P. (2004) Early prosodic word acquisition in Catalan. Comunicação apresentada no *Second Lisbon Meeting on Language Acquisition – with special reference to Romance Languages*, Lisboa, Junho.
- Roark, B., & K. Demuth (2000) Prosodic constraints and the learner's environment: A corpus study. In S. K. Howell, S. A. Fish e T. Keith-Lucas (eds.), *Proceedings of the*

- 24th Annual Boston University Conference on Language Development. Somerville, MA: Cascadilla Press, pp. 597-608.
- Selkirk, E. (1984) *Phonology and Syntax. The Relation between Sound and Structure*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Thornton, A. (1996) On Some Phenomena of Prosodic Morphology in Italian: Accorciamenti, Hipocoristics and Prosodic Delemitation. *Probus* 8, pp. 81-112.
- Viana, M.C., I.M. Trancoso, F.M. Silva, G. Marques, E., d'Andrade & L.C. Oliveira (1996) Sobre a pronúncia de nomes próprios, siglas e acrónimos em Português Europeu. In *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, I. Duarte e I. Leiria (orgs.), vol. III. Lisboa: Colibri/APL, pp. 481-517.
- Vigário, M. (2003) *The Prosodic Word in European Portuguese*. Berlin/New York: Mouton de Guyter.
- Vigário, M. & I. Falé (1994) A Síllaba no Português Fundamental: uma descrição e algumas considerações de ordem teórica. In *Actas do IX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL/Colibri, pp. 465-477.
- Vigário, M., M.J. Freitas & S. Frota (2005) Grammar and frequency effects in the acquisition of the Prosodic Word in European Portuguese. Submetido a *Language and Speech (Special Issue on the Acquisition of the Prosodic Word)*, editado por Katherine Demuth).
- Villava, A. (1994) *Estruturas Morfológicas. Unidades e Hierarquias nas Palavras do Português*. Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- marina.vigário@mail.telepac.pt; fmartins@fl.ul.pt; sonia.frota@mail.telepac.pt

ÍNDICE DE AUTORES

- ALEXANDRE, Nélia, 337
ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão, 237
ALMEIDA, Marta, 281
AMARAL, Sónia Delfina, 351
ANDRADE, Amália, 363
ANTUNES, Mafalda, 471, 539
BARBEIRO, Luís, 375
BARBOSA, Pilar P., 387
BARRETO, Antónia, 61
BATORÉO, Hanna Jakubowicz 197
BRITO, Ana Maria, 401
CABRÉ, Maria Teresa, 471
CALLOU, Dinah, 149
CARDENAS RUÍZ, Viola, 421
CASTELO, Adelina, 323
COCHOFEL, Fátima, 387
COELHO, Carla Cristina Almeida, 431
COIMBRA, Rosa Lídia, 351, 563
COLAÇO, Madalena, 443
CORREIA, Deolinda R. Varela
Marques, 455
CORREIA, Margarita, 33, 471, 539
CORREIA, Susana, 483
COSTA, Ana Luísa, 495
COSTA, Maria Armanda, 509
CUNHA, Luís Filipe, 525
DÓRIA, Maria, 471, 539
DUARTE, Inês, 549
DUARTE, Maria Eugênia, 149
EVANGELISTA, Almerinda
FARIA, Isabel Hub, 11
FERRARI, Lilian Vieira, 247
FERREIRA, Gonçalo Nuno
FERREIRA, Liliana, 563
FERREIRA, Maria Valentina Garcia,
573
FIÉIS, Maria Alexandra, 591
FROTA, Sónia, 897
GONÇALVES, Anabela, 549
GONÇALVES, Carlos Alexandre, 237,
605
GONÇALVES, Maria Filomena, 615
GONZÁLEZ, González, Manuel
HRISTOVSKY, Gueorgui, 625
LEAL, Gabriela, 637
LEITE, Marcelo Andrade, 255
LEITE, Yonne, 143
LIMA, Bruno C., 605
LOPES, António J. Lavouras
LUCCHESI, Dante, 157
MAGRO, Catarina, 649
MARQUES, Sandra Maria Oliveira, 665
MARTINS, Fernando, 897
MASSINI-CAGLIARI, Gladis, 673
MATEUS, Maria Helena Mira, 57
MATOS, Gabriela, 687, 701
MIGUEL, Maria Augusta Cavaco, 313
MIGUEL, Matilde, 549
MINEIRO Ana, 33, 227, 471
MINGAS, Amélia Arlete, 73
MÓIA, Telmo, 109, 715
MORAIS, Armindo de, 731
MOTA, Maria Antónia Ramos Coelho
da, 127
MOUTINHO Lurdes de Castro, 563, 777,
803, 831
MURAKAWA, Clotilde de Almeida
Azevedo, 745

- MÚRIAS, Pedro, 297
 NARO, Anthony Julius, 183
 NHAMPULE, Ana Maria, 89
 NUNES, Naidea Nunes, 757
 OLIVEIRA, Josane Moreira de, 303
 PAIVA, Silvana, 777
 PALACIOS, Annamaria da Rocha
 Jatobá, 171
 PEREIRA, Íris Susana Pires, 267
 PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio, 789
 PONTÍFICE, Fernanda, 99
 PRADA, Edite, 701
 PRATAS, Fernanda, 591
 RODRIGUES, Celeste, 363
 RUA, Carla, 803
 SABLAYROLLES, Jean-François
 SANTOS, Margarida Maria Silva, 79
 SCHERRE, Maria Marta Pereira, 183,
 817
 SILVA, Ana Margarida C. Vaz da, 831
 SILVA, António Carvalho da, 843
 SILVA, Augusto Soares da, 211, 855
 SILVA, Hayla Thami da, 605
 SILVA, Maria Cristina Vieira da, 875
 SOARES, Nuno Verdial, 337
 STEGER, Philipp, 227
 TCHOBÁNOVA, Iovka Bojilova, 887
 TEIXEIRA António J. S., 351, 563, 777,
 803, 831
 VASCONCELOS, Manuela, 637
 VIGÁRIO, Marina, 897
 VILLALVA, Afina, 281
 VIOTTI, Evani, 715

ÍNDICE GERAL

Nota prévia	7
-------------------	---

CONFERÊNCIA PLENÁRIA

FARIA, Isabel Hub Da linguagem humana ao processamento humano da linguagem	11
---	----

MESAS-REDONDAS

Neologia de importação no português europeu: desafios e medidas a tomar

CORREIA, Margarita e Ana MINEIRO Neologia de importação no português europeu: desafios e medidas a tomar	33
--	----

GONZÁLEZ González, Manuel

SABLAYROLLES, Jean-François

EVANGELISTA, Almerinda e Gonçalo Nuno FERREIRA

LOPES, António J. Lavouras

O Português em África

MATEUS, Maria Helena Mira Introdução	57
---	----

BARRETO, Antónia

Percursos do sistema educativo guineense: as experiências de ensino integrado – CEPI e CEEF	61
--	----

MINGAS, Amélia Arlete

Multiplicidade linguística: a língua portuguesa em Angola	73
---	----

SANTOS, Margarida Maria Silva

Alfabetização em língua portuguesa, língua segunda – Projecto <i>Continuar a Ser Criança</i>	79
---	----

NHAMPULÉ, Ana Maria

Investigação e ensino-aprendizagem do Português Língua segunda em Moçambique	89
---	----

PONTÍFICE, Fernanda	
Em torno da cooperação no domínio do ensino da língua portuguesa	99

Norma, variação e desvio na gramática do português contemporâneo

MÓIA, Telmo	
Algumas áreas problemáticas para a normalização linguística – disparidades entre o uso e os instrumentos de normalização	109
MOTA, Maria Antónia Ramos Coelho da	
Variação e mudança linguística, ainda e sempre	127

COMUNICAÇÕES COORDENADAS

Mudança linguística: modelos e processos

LEITE, Yonne	
As Mudanças nos sistemas consonantal e vocálico do araweté e sua inclusão na família tupi-guarani	143
CALLOU, Dinah e Maria Eugênia DUARTE	
A fixação do verbo <i>ter</i> em contextos existenciais	149
LUCCHESI, Dante	
Processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas	157
PALACIOS, Annamaria da Rocha Jatobá	
Velhice, palavra <i>quase</i> proibida; terceira idade, expressão <i>quase</i> hegemónica: apontamentos sobre o conceito de mudança discursiva na publicidade contemporânea	171
NARO, Anthony Julius e Maria Marta Pereira SCHERRE	
Sobre as origens do português brasileiro – retrospectiva de um garimpo	183

O Estudo do Português na Mira da Linguística Cognitiva

BATORÉO, Hanna Jakubowicz	
O estudo do português europeu na mira da linguística cognitiva – uma experiência de 15 anos	197
SILVA, Augusto Soares da	
Para o estudo das relações lexicais entre o Português Europeu e o português do Brasil: Elementos de sociolexicologia cognitiva e quantitativa do Português	211

MINEIRO, Ana e Philipp STEGER A produtividade dos nomes metafóricos da construção naval em português europeu: um estudo comparado a partir de textos dos séculos XVI e XVII e do século XX	227
ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão e Carlos Alexandre GONÇALVES Polissemia sufixal: o caso das formas X-eiro – propostas e problemas	237
FERRARI, Lilian Vieira Análise cognitiva de construções epistêmicas no Português do Brasil	247
LEITE, Marcelo Andrade Resultatividade, ergatividade e tipologia – uma história em três atos	255
PEREIRA, Íris Susana Pires A referência anafórica discursiva: um processo cognitivo linguisticamente (pré)configurado	267

Usos da Língua por Falantes da Norma

VILLALVA, Alina e Marta ALMEIDA Verbos abundantes: usos, desusos e alguns ‘abusos’	281
MÚRIAS, Pedro Bute falar de predicadores rígidos!	297
OLIVEIRA, Josane Moreira de A tendência do nosso futuro	303
MIGUEL, Maria Augusta Cavaco Supressão e fusão de sons na língua falada	313
CASTELO, Adelina O léxico de alguns adolescentes da zona de Lisboa	323

COMUNICAÇÕES LIVRES

ALEXANDRE, Nélia e Nuno Verdial SOARES O domínio nominal em Crioulo de Cabo Verde – o puzzle dos bare nouns	337
AMARAL, Sónia Delfina, Rosa Lúcia COIMBRA e António J. S. TEIXEIRA A prosódia no discurso espontâneo	351
ANDRADE, Amália e Celeste RODRIGUES Fusão de sibilantes: processo de mudança/standardização?	363

BARBEIRO, Luís Actuação linguística dos formandos, supervisão e reflexão na formação de professores	375
BARBOSA, Pilar P. e Fátima COCHOFEL O infinitivo preposicionado em PE	387
BRITO, Ana Maria As relativas não restritivas com antecedente nominal como um caso de aposição	401
CARDENAS RUÍZ, Viola Uma análise de erros no uso do infinitivo flexionado e do conjuntivo em estudantes hispanofalantes que aprendem português	421
COELHO, Carla Cristina Almeida Neologismos verbais em português	431
COLAÇO, Madalena A geometria de traços das conjunções coordenativas: a especificação categorial de Conj e a impossibilidade de movimento assimétrico	443
CORREIA, Deolinda R. Varela Marques Complexidade sintáctica: implicações na compreensão de enunciados de exercícios de Matemática	455
CORREIA, Margarita, Ana MINEIRO, Mafalda ANTUNES, Maria DÓRIA e Maria Teresa CABRÉ O Observatório de Neologia do Português – ONP: criação e apresentação	471
CORREIA, Susana A aquisição da rima em Português Europeu – ditongos e consoantes em final de sílaba	483
COSTA, Ana Luísa Aspectos sintáctico-semânticos de estruturas contrastivas	495
COSTA, Maria Armanda Integração de informação semântica e sintáctica no processamento de frases causais – atribuição de referência a sujeitos pronominais	509
CUNHA, Luís Filipe Para uma reclassificação aspectual dos estados	525
DÓRIA, Maria, Mafalda ANTUNES e Margarita CORREIA A Associação de Informação Terminológica (AIT): balanço e perspectivas futuras	539
DUARTE, Inês, Anabela GONÇALVES e Matilde MIGUEL Propriedades de C em frases completivas	549

FERREIRA, Lílíana, Rosa Lílídia COIMBRA, Lurdes Castro MOUTINHO e Antóníio TEIXEIRA	
Contributos para a Caracterização das Vogais Nasais do Português	563
FERREIRA, Maria Valentina Garcia	
A história ‘doce’ de uma alcunha do Sul: <i>Marmelada</i>	573
FIÉIS, Maria Alexandra e Fernanda PRATAS	
A natureza do clítico de reflexividade do tipo <i>se</i>: evidência do Caboverdiano	591
GONÇALVES, Carlos Alexandre, Hayla Thami da SILVA e Bruno C. LIMA	
Hipocorização no português brasileiro: moldes, circunscrições e correspondência em dois padrões de formação	605
GONÇALVES, Maria Filomena	
Fraseologia no dicionário e dicionário fraseológico: o <i>Vocabulario de termos propios, e metafóricos em materias analogas</i>, de D. Rafael Bluteau (1728)	615
HRISTOVSKY, Gueorgui	
Ocorrência múltipla de traços e a conjunção local de restrições: dados do búlgaro	625
LEAL, Gabriela e Manuela VASCONCELOS	
Representação mental e acesso a formas verbais regulares e irregulares: dados de um paciente afásico falante nativo do português europeu	637
MAGRO, Catarina	
Introdutores de orações infinitivas: o que diz a sintaxe dos clíticos	649
MARQUES, Sandra Maria Oliveira	
Abrindo as portas para o dialeto carioca	665
MASSINI-CAGLIARI, Gladis	
Revisitando o acento do português medieval a partir das <i>Cantigas de Santa Maria</i>	673
MATOS, Gabriela	
Parataxe: coordenação e justaposição – evidência a partir da elipse	687
MATOS, Gabriela e Edite PRADA	
Construções contrastivas de focalização: adversativas vs. concessivas	701
MÓIA, Telmo e Evani VIOTTI	
Sobre a semântica das orações gerundivas adverbiais	715
MORAIS, Armindo de	
“... E pronto” – estratégias discursivo-pragmáticas de encerramento em enunciados narrativos produzidos em situação de interação oral	731

MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo Brasileirismo: um registo lexicográfico desde o século XVIII	745
NUNES, Naidea Nunes A terminologia açucareira no Português de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe: estudo comparativo	757
PAIVA, Silvana, Lurdes de Castro MOUTINHO e António J. S. TEIXEIRA Síntese por concatenação de variantes regionais: o falar do Porto	777
PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio De constructione linguae lusitanae: a teoria sintáctica na <i>Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda</i> (Lião, 1672) do P.º Bento Pereira (S. I.)	789
RUA, Carla, António J. S. TEIXEIRA e Lurdes de Castro MOUTINHO Ditongos orais no português europeu	803
SCHERRE, Maria Marta Pereira O imperativo gramatical no português brasileiro – reflexo de mudança lingüística na escrita de revistas em quadrinhos	817
SILVA, Ana Margarida C. Vaz da, Lurdes de C. MOUTINHO e António J. S. TEIXEIRA Contributos para um modelo prosódico do português: estudo de um caso exemplar	831
SILVA, António Carvalho da O tema da gramática no discurso científico (O mito da gramática III)	843
SILVA, Augusto Soares da Revisitando as construções causativas e perceptivas em Português: significado e uso	855
SILVA, Maria Cristina Vieira da Provas de avaliação do desenvolvimento linguístico: para uma avaliação da componente sintáctico-semântica	875
TCHOBÁNOVA, Iovka Božilova Propriedades das unidades fraseológicas e a sua delimitação em contraste com outras categorias afins	887
VIGÁRIO, Marina, Fernando MARTINS e Sónia FROTA Frequências no Português Europeu: a ferramenta <i>Frep</i>	897
ÍNDICE DE AUTORES	909
ÍNDICE GERAL	911

Execução Gráfica

Colibri – Artes Gráficas
Faculdade de Letras
Alameda da Universidade
1600-214 LISBOA
Telef. / Fax 21 796 40 38
Internet: www.edi-colibri.pt
e-mail: colibri@edi-colibri.pt



Patrocínios

Fundação Calouste Gulbenkian

Instituto Camões

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

Barclays Bank